

XXXVI SEMANA
DE HISTÓRIA

ENTRE **GOLPES**
E **DEMOCRACIAS**

**NARRATIVAS HISTÓRICAS DE UM
SONHO EM VERTIGEM**

 SEMHISTUFJF

ANAIS
ELETRÔNICOS

ufjf

09 A 13
NOVEMBRO
2020



Anais Eletrônicos da
XXXVI SEMANA DE HISTÓRIA
do INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
da UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
ENTRE GOLPES E DEMOCRACIAS:
NARRATIVAS HISTÓRICAS DE UM SONHO EM VERTIGEM.
09 a 13 de novembro de 2020.

Organização

Gabrielle Barra Tarocco
Júlia Machado de Souza Freitas
Marco Antônio Campos e Souza

ICH – UFJF
Juiz de Fora, 2020

Comissão Independente de Organização

Coordenador do Grupo Burocrático

Marco Antônio Campos e Souza

Grupo Burocrática

Caio Machado de Carvalho
 Caroline de Paula Martins Leopoldo
 Fabiana Tereza Rezende silva
 Jemima Ribeiro Toledo
 Ludmilla Custódio Apolinário
 Luís Felipe Duarte e Silva

Coordenadora do Grupo Acadêmico

Júlia Machado de Souza Freitas

Grupo Acadêmico

Amanda Marinho Andretto
 Ana Luiza Bittencourt Junqueira
 Eduarda Guerra Tostes
 Gabriel Lacerda Greggio
 Suelen Sthefani Augusto de Souza

Coordenadores do Grupo Financeiro

Gabrielle Barra Tarocco
 Miguel Mariano Vilela

Grupo Financeiro

Jackeline dos Santos Ferreira e Silva
 Lavínea Oliveira Da Rosa
 Victor José do Nascimento Custódio
 Taís Eduarda de Almeida Paula

Coordenadora do Grupo Cultural

Isabel Vitória de Oliveira Azambuja Vargas

Grupo Cultural

Jéssica Lopes Fachinetto
 Luís Roberto da Silva Cruz
 Eduarda Peixoto de Oliveira
 Iris Castro Moreira
 Maria Beatriz de S. Thiago Ragon

Coordenadora do Grupo de Comunicação

Clara Gomes De Filippo

Grupo de Comunicação

Brendo Filipe Costa Diniz
 Debora Lemos
 Maria Eduarda Taroco Vieira
 Raquel Damasceno Martins dos Santos
 Samuel Paterson Moreira Francischini

Reitor da UFJF

Marcus Vinícius David

Vice-Reitora da UFJF

Girlene Alves da Silva

Diretor do ICH

Robert Daibert Júnior

Vice-Diretor do ICH

Leonardo de Oliveira Carneiro

Chefe do Departamento de História

Silvana Mota Barbosa

Coordenadora da Graduação em História

Ludmilla Savry dos Santos Almeida

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História

Fernando Perlatto Bom Jardim

Anais da XXXVI Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
Entre golpes e democracias: Narrativas históricas de um sonho em vertigem. Gabrielle
Barra Tarocco; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza
(Org.). Juiz de Fora, 2020. 1442 p.

ISSN: 2317-0468

Tiragem: Eletrônica (PDF)

Texto em Português

Modo de acesso: <http://ufjf.br/semanadehistoria/anais>

1: História 2: Tempo presente 3: História pública

Artigos publicados nos Simpósios Temáticos

SIMPÓSIO TEMÁTICO 01: O IMPÉRIO ULTRAMARINO PORTUGUÊS: PODERES, INSTITUIÇÕES E SUJEITOS (SÉCULOS XVIII -XIX)..... 14

“DESEJANDO COLOCAR MINHA ALMA NO CAMINHO DA SALVAÇÃO”: ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PELOS FORROS EM MARIANA E SEU TERMO NA BUSCA PELA SALVAÇÃO DE SUAS ALMAS, 1780-1790”.....	14
A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NO BRASIL COLONIAL.....	23
A ILUMINAÇÃO PORTUGUESA E A ELITE COLONIAL: OS COLONOS CIENTISTAS DA AMÉRICA LUSA (1772 – 1808)	30
A OCUPAÇÃO DE POSTOS MILITARES POR OFICIAIS PRETOS E PARDOS – UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O RIO DE JANEIRO E O DISTRITO DIAMANTINO (1762-1800).....	42
MISSÕES JESUÍTICAS NO BRASIL COLÔNIA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A AMÉRICA LATINA	58
O PRINCÍPIO DA <i>CONSCIÊNCIA ESPIRITUAL</i> NOS CAPELÃES MILITARES NAS MINAS SETECENTISTAS E A <i>GOVERNAMENTALIDADE</i> EM FOUCAULT, 1721-1808.....	69

SIMPÓSIO TEMÁTICO 02: OS ARTÍFICES DO PODER: CONEXÕES POLÍTICAS, SOCIAIS, ECONÔMICAS E FAMILIARES ENTRE OS DIFERENTES ATORES DA AMÉRICA PORTUGUESA (SÉCULOS XVIII E XIX) 86

FAMÍLIA E ESCRAVIDÃO EM MACAÉ: UMA BREVE ANÁLISE À LUZ DA DEMOGRAFIA HISTÓRICA. 1850-57.....	86
MULHERES NO BANCO DOS RÉUS EM CARANGOLA – MG, NOS FINS DO SÉCULO XIX.	103
PERCORRENDO AS MALHAS DE PODER DAS LAVRAS DIAMANTINAS – A TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA ROCHA MEDRADO (BAHIA, SÉCULOS XVIII E XIX).....	120

SIMPÓSIO TEMÁTICO 04: DIREITAS, HISTÓRIA E MEMÓRIA 137

ATIVISMO DIGITAL COMO AÇÃO ESTRATÉGICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: O ESTUDO DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE (MBL).....	137
A ARTICULAÇÃO TECNO-EMPRESARIAL NO CONGRESSO NACIONAL: CPI DO IPÊS E DO IBAD	155

LEMBRAR E COMO LEMBRAR: O RAPTO DE JEANNE D'ARC: UMA REFLEXÃO SOBRE APROPRIAÇÃO DA HISTÓRIA FRANCESA PELO FRONT NATIONAL.....	171
NEOFASCISMO, NOVAS DIREITAS E ARQUEOFUTURISMO: UM OLHAR A PARTIR DE GUILLAUME FAYE.....	183
RECORDAR PARA NO OLVIDAR: COMO OS CLUBES ARGENTINOS E BRASILEIROS REAGIRAM AO ANIVERSÁRIO DOS GOLPES MILITARES EM 2019 E 2020	195
UM OLHAR SOBRE O MANIFESTO DOS MINEIROS DE 1943.....	211
SIMPÓSIO TEMÁTICO 05: CONCEPÇÕES HISTÓRICAS: CULTURAS POLÍTICAS E PROJETOS DE NAÇÃO	220
A CULTURA POLÍTICA DA DIPLOMACIA BRASILEIRA	220
A EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA EM TEMPOS DE DITADURA CIVIL-MILITAR NO COLÉGIO ESTADUAL CENTRAL DE BELO HORIZONTE: CONTROLE E REPRESSÃO NO ENSINO.	237
FRENTE NEGRA BRASILEIRA EM MINAS GERAIS: UM BREVE PANORAMA INTRODUTÓRIO....	254
MICHEL TEMER: DO "IMPEACHMENT É IMPENSÁVEL" AO ROMPIMENTO COM O GOVERNO ...	268
O ESTADO DE EXCEÇÃO A SERVIÇO DA BELIGERÂNCIA: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL (1917-1918)	282
RELAÇÕES INTERPROVINCIAIS DURANTE O SEGUNDO GOVERNO DE JUAN MANUEL DE ROSAS: COERÇÃO, DISCURSO E PODER.	298
SIMPÓSIO TEMÁTICO 06: MANIFESTAÇÕES CULTURAIS EM TEMPOS REPRESSIVOS	309
REPRESENTANDO “MINORIAS” E/OU “MAIORIAS MINORIZADAS”: O CASO DOS JORNAIS ALTERNATIVOS <i>NÓS MULHERES</i> , <i>JORNEGRO</i> , <i>LAMPIÃO DA ESQUINA</i> E <i>CHANACOMCHANA</i>	309
SIMPÓSIO TEMÁTICO 07: ENTRE A ANTIGUIDADE E A IDADE MÉDIA: PERSPECTIVAS ACADÊMICAS E EDUCACIONAIS	321
A MISSÃO DOS APÓSTOLOS E A PRESENÇA DOS SERES HÍBRIDOS NA ARTE ROMÂNICA MEDIEVAL.....	321
A PERSONAGEM EURICLEIA E A PERSPECTIVA DE CLASSE NO CANTO XIX DA ODISSEIA	340
A RALÉ HOMÉRICA: EXPECTATIVAS SOBRE ESCRAVIZADAS DO SEXO FEMININO NA ODISSEIA.	356
AS MÚLTIPLAS FACES DE DOMICIANO NA HISTORIOGRAFIA DE FINS DO SÉCULO XIX AO ALVORECER DO SÉCULO XXI	369

PROPOSTA DE ANÁLISE DO MITO ARTURIANO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX.....	385
SIMPÓSIO TEMÁTICO 08: ENSINO DE HISTÓRIA: TEORIA, PRÁTICAS E DESAFIOS EM TEMPOS DE TENSIONAMENTOS À DEMOCRACIA.....	399
A CIDADANIA DO NEGRO NO BRASIL: UM DEBATE SOBRE A POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA NO COLÉGIO ESTADUAL NILO PEÇANHA- SÃO GONÇALO (RJ)	399
AS POTENCIALIDADES E OS DESAFIOS DO CONCEITO DE HISTÓRIA EM MICHEL FOUCAULT PARA PROBLEMATIZAR A HISTÓRIA, O ENSINO DE HISTÓRIA E A EDUCAÇÃO	416
ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA NOS ANOS INICIAIS: PRINCIPAIS DIFICULDADES PARA A PRÁTICA EM SALA DE AULA	430
NEGACIONISMO E A DISPUTA DE NARRATIVAS HISTÓRICAS: POSSÍVEIS TENSÕES NAS AULAS DE HISTÓRIA	444
PÓS-FUNDACIONALISMO EM CONTRIBUIÇÃO PARA AS ANÁLISES DE CURRÍCULO: DEBATES SOBRE ENSINO, APRENDIZAGEM E NARRATIVA.	459
RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA E ENSINO DE HISTÓRIA: POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE, UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	466
SIMPÓSIO TEMÁTICO 09: JUIZ DE FORA: HISTÓRIA E PESQUISA.....	485
ACERVOS DE MEMÓRIA SOCIAL DO ARQUIVO PERMANENTE DA UFJF.....	485
NACHLEBEN: DOS ARQUIVOS DE JUIZ DE FORA AOS ARQUIVOS DO GOVERNO ESTADUNIDENSE	504
SIMPÓSIO TEMÁTICO 10: HISTÓRIA DA SAÚDE E DAS DOENÇAS: AGENTES, INSTITUIÇÕES E AS MÚLTIPLAS EXPERIÊNCIAS SOBRE AS INTERVENÇÕES NO CORPO DOENTE.....	514
A LEGISLAÇÃO ANTIDROGAS E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS NO BRASIL	514
A PRISÃO DOMICILIAR NO BRASIL EM TEMPOS DE COVID-19.....	527
O PLANTIO DO EUCALIPTO PARA O COMBATE DAS FEBRES INTERMITENTES NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX	545

SIMPÓSIO TEMÁTICO 11: NARRATIVAS HISTÓRICAS: HISTÓRIA PÚBLICA, HISTÓRIA INTELLECTUAL, TEORIA DA HISTÓRIA E HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA. 560

ENTRE MEMÓRIAS E PROJETOS EM DISPUTA: A DECISÃO DE SUSPENSÃO DE LIMINAR 1.326 PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A POSSIBILIDADE DE COMEMORAÇÃO DO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964	560
SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA ENTRE A TEMPORALIDADE E OS PARADIGMAS HISTORIOGRÁFICOS	571

SIMPÓSIO TEMÁTICO 13: HISTÓRIA DA CIÊNCIA E SUAS PERSPECTIVAS: CONSTRUINDO DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES.... 588

TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE NICÉA MAGESSI TRINDADE (1928-2019): UMA PIONEIRA DA PALEONTOLOGIA BRASILEIRA NO RIO DE JANEIRO.....	588
--	-----

SIMPÓSIO TEMÁTICO 14: INTELLECTUAIS, HISTÓRIA E LITERATURA: AS NARRATIVAS NA ESCRITA DA HISTÓRIA. 605

A CIRCULAÇÃO TRANSATLÂNTICA DAS <i>MÉMOIRES DE GARIBALDI</i> (1860) DE ALEXANDRE DUMAS: UM ESTUDO HISTORIOGRÁFICO	605
AS METAFICÇÕES HISTORIOGRÁFICAS E O GIRO LINGUÍSTICO	621
POESIA, POLÍTICA E HISTÓRIA: UM ESTUDO INDICIÁRIO E ETNOGRÁFICO DAS POESIAS DE CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE ENTRE 1940 E 1945.....	633

SIMPÓSIO TEMÁTICO 15: TRAMAS SOCIAIS, CONFLITOS, PODER E ECONOMIA NO BRASIL: SÉCULOS XVIII E XIX..... 642

CONFLITOS, JUSTIÇA E SOCIEDADE: UM ESTUDO SOBRE A CRIMINALIDADE EM SANTA LUZIA DO CARANGOLA (1880-1892)	642
ESTRUTURAS DE RIQUEZA EM SÃO PAULO DO MURIAÉ: POSSE DE TERRAS E ESCRAVOS 1854-1888	658
HINOS PARA A PRINCESA D. JANUÁRIA: UMA EXPRESSÃO DE SEUS SÚDITOS EM 1836.....	673
OS CHANÉ-GUANÁ/KINIKINAU NO SÉCULO XVIII: TERRITORIALIDADES E RESISTÊNCIAS.....	687

OS IMPOSTOS SOBRE OS REGISTROS DE INDÚSTRIAS E PROFISSÕES COMO FONTE PARA A PESQUISA HISTÓRICA: UMA ANÁLISE DE SUA UTILIZAÇÃO EM UMA PESQUISA VOLTADA PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO DURANTE O PERÍODO DE 1889 A 1910	697
OS REGISTROS PAROQUIAIS E A OCUPAÇÃO DO VALE DO RIO GLÓRIA, ZONA DA MATA MINEIRA, SÉCULO XIX	715
SIMPÓSIO TEMÁTICO 16: HISTÓRIA, JUSTIÇA E DIREITO(S) NO BRASIL	733
DIREITO DE GREVE E A JUSTIÇA DO TRABALHO: UM ESTUDO SOBRE AS DIVERGÊNCIAS ENTRE OS JULGAMENTOS DA GREVE DOS MARCENEIROS DE 1954.....	733
JOÃO MANGABEIRA NA SUBCOMISSÃO DO ITAMARATY (1932-1933): ALGUMAS IDEIAS SOBRE LIBERDADE E SOCIALISMO	749
SIMPÓSIO TEMÁTICO 17: ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: USOS FONTES E ANÁLISES SOBRE A MEMÓRIA NO FAZER HISTÓRICO.....	765
ANÁLISE DOS DIFERENTES DISCURSOS EM TORNO DA MEMÓRIA COLETIVA, SOBRE PADRE INÁCIO DE SOUSA ROLIM NO SERTÃO PARAIBANO	765
BLACK LIVES MATTER: A MARGINALIZAÇÃO E A DESUMANIZAÇÃO DOS NEGROS EM HOLLYWOOD	777
MEMÓRIA LAMPIÔNICA X MEMÓRIA VOLANTE: TENSÕES DISCURSIVAS ENTRE PRODUTORES CULTURAIS NO MÉDIO PAJEÚ PERNAMBUCANO.....	789
MEMÓRIAS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL SOBRE A CAMPANHA DA LEGALIDADE EM PELOTAS (1961)	806
O SEFER MASA'OT DE BENJAMIN DE TUDELA E A MANEIRA COMO ELE COMPREENDE E TRADUZ A CULTURA, OS HÁBITOS E OS COSTUMES DO <i>OUTRO</i> PARA O ENTENDIMENTO DE SEU LEITOR	824
POR UMA PERSPECTIVA MEMORIAL MULTICULTURAL: HISTÓRIA, MEMÓRIA E RELIGIOSIDADE AFRO-BRASILEIRA	840
SIMPÓSIO TEMÁTICO 18: TRABALHADORES NO BRASIL: PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E RESISTÊNCIA NO SÉCULO XX.....	854

LUTAS PELA LIBERDADE DE EXPRESSÃO DOS COLABORADORES DO JORNAL <i>RAPOSA MAGAZINE</i> – CURITIBA, 1978-1983.....	854
O CORPORATIVISMO NA CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DA REVISTA LIGHT (1928-1940)	870
SIMPÓSIO TEMÁTICO 19: IMPRESSOS E IMPRENSA NA AMÉRICA IBÉRICA OITOCENTISTA	885
A IMPRENSA LUSO-BRASILEIRA NA CISPLATINA.....	885
SIMPÓSIO TEMÁTICO 21: SUJEITOS DAS/NAS NARRATIVAS: HISTÓRIA ORAL, MEMÓRIA E IDENTIDADES SUBALTERNAS NO TEMPO PRESENTE	896
A VOZ DO QUILOMBO: NARRATIVAS, MEMÓRIAS E HISTÓRIA.....	896
A MEMÓRIA ENQUANTO OBJETO HISTORIOGRÁFICO.....	912
MEMÓRIAS DE UM IMIGRANTE GALEGO NO PARÁ: VESTÍGIOS DA IMIGRAÇÃO ESPANHOLA EM BELÉM.	923
QUAL A COR DO LÁPIS COR DE PELE? PIGMENTOCRACIAS/COLORISMOS E PASSABILIDADES NAS NARRATIVAS IDENTITÁRIAS BRASILEIRAS.....	934
MUITO ALÉM DAS ESTATÍSTICAS: AS MEMÓRIAS DAS VÍTIMAS DA COVID-19 EM JUIZ DE FORA	944
SIMPÓSIO TEMÁTICO 22: SOCIEDADES EM MOVIMENTO: O DESLOCAMENTO HUMANO E A CIRCULARIDADE DAS IDEIAS EM TEMPOS DE TRANSIÇÃO POLITICA	958
GAZETA PELOTENSE: IMPRENSA EM TEMPOS DE TRANSIÇÃO, IMPRENSA DE TRANSIÇÃO	958
SIMPÓSIO TEMÁTICO 23: HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA NOVA FACE DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA	975
AS RELAÇÕES BRASIL – EGITO E A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE: POSSIBILIDADES DE PESQUISA (1961-1964).	975
O SOFT POWER BRASILEIRO EM VINTE ANOS (1997-2017): ENTRE A VISIBILIDADE E A ATUAÇÃO	993
A DISTÂNCIA ENTRE OS PRÓXIMOS: COMO A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE FOI PERCEBIDA E CERCEADA POR PORTUGAL	1008

SIMPÓSIO TEMÁTICO 25: ESTUDOS DE GÊNERO E A ESCRITA DA HISTÓRIA: OLHARES CONTRA-HEGEMÔNICOS DAS RELAÇÕES SOCIAIS..... 1025

DESCONSTRUÇÃO DA VISÃO HEGEMÔNICA BRANCA E PATERNAL SOBRE A MULHER NEGRA NOS EUA: A ESCRAVIDÃO, O MUNDO DO TRABALHO E O MOVIMENTO FEMINISTA.....	1025
ENTRE MADAMES E MADEMOISELLES: CARTOMANCIA POR E PARA MULHERES NO RIO DE JANEIRO (1861-1881).....	1038
O DESTERRO CHILENO NO FEMININO: ABORDAGEM HISTORIOGRÁFICA E DESCONSTRUÇÃO DO SUJEITO UNIVERSAL MASCULINO.....	1053
A MULHER NA IMPRENSA DA ORGANIZAÇÃO ARMADA ARGENTINA PARTIDO REVOLUCIONARIO DE LOS TRABAJADORES/EJÉRCITO REVOLUCIONARIO DEL PUEBLO-PRT/ERP.....	1067
MALDIÇÃO E PRAZER: A MARGINALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DA PROSTITUIÇÃO FEMININA DA CIDADE DE BOA VISTA-RR NA DÉCADA DE 1950.....	1079
MONOPARENTALIDADE FEMININA: A INTERSECCIONALIDADE NO DISCURSO DE RAÇA E GÊNERO EM CAMADAS POPULARES.....	1094

SIMPÓSIO TEMÁTICO 26: CAPITALISMO, ESTADO E LUTA DE CLASSES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO 1110

BREVES APONTAMENTOS SOBRE O ULTRALIBERALISMO	1110
SOB O OLHAR INTERNO: A INDÚSTRIA FLUMINENSE NA PERSPECTIVA DO COMANDANTE ERNANI DO AMARAL PEIXOTO.....	1128
OS TRABALHADORES DE APLICATIVOS EM TEMPO DE PANDEMIA DO COVID-19	1136

SIMPÓSIO TEMÁTICO 27: ENSINO EM ÉPOCAS DE CRISES: RELATOS DE EXPERIÊNCIA, APONTAMENTOS E REFLEXÕES 1143

PEDAGOGIA CONFLAGRADA – GESTÃO DA APRENDIZAGEM EM ÁREAS DE COMUNIDADES DOMINADAS PELO PODER PARALELO	1143
--	------

SIMPÓSIO TEMÁTICO 28: IMPRENSA NO OITOCENTOS: REPRESENTAÇÕES, IDENTIDADES E CULTURA ESCRITA 1159

VESTUÁRIO, MULHERES E IMPRENSA NO OITOCENTOS (1830-50)	1159
O REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE ENTRE A MONARQUIA E A REPÚBLICA	1172
SIMPÓSIO TEMÁTICO 33: PATRIMÔNIO, HISTÓRIA E MEMÓRIA: OS DESAFIOS DA INTERDISCIPLINARIDADE	1202
UMA MEMÓRIA E UM ESPAÇO RESTAURADO EM DOS TEMPOS: O THEATRO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA NO MOMENTO DE SUA CONSTRUÇÃO (1914) E A PARTIR DE SEU RESTAURO, DOS ANOS 1980 AOS DIAS ATUAIS	1202
DE RESIDÊNCIA A INSTITUIÇÃO: UMA DISCUSSÃO SOBRE O PROCESSO DE MUSEIFICAÇÃO E PATRIMONIALIZAÇÃO DA CASA DE RUI BARBOSA	1222
A EXPOSIÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA DE 1881: A NAÇÃO E SUA HISTÓRIA EM EXIBIÇÃO.	1236
A TRAJETÓRIA DA ARQUIVOLOGIA E DOS CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA NO BRASIL: UM ESTUDO DE CAMPO DO CENTRO DE CONSERVAÇÃO DA MEMÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	1250
SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO AFRO-DIASPÓRICO BRASILEIRO: ENTRE SILENCIAMENTOS E LUTAS POR REPRESENTATIVIDADE	1268
A PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL DE JUIZ DE FORA ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DO BLOG MEMÓRIA JF	1280
PATRIMÔNIO, HISTÓRIA E LUGARES DE MEMÓRIA: O PALACETE SANTA MAFALDA COMO LUGAR DE MEMÓRIA DA SOCIEDADE JUIZFORANA.....	1296
A DISPUTA DA MEMÓRIA CULTURAL E SUAS TRANSVERSALIDADES: JOCKEY CLUB DE PELOTAS E JOCKEY CLUB DO PARANÁ.....	1308
SIMPÓSIO TEMÁTICO 34: O MUNDO COLONIAL LUSO AMERICANO E AS DIVERSAS ESTRATÉGIAS DE CONQUISTA E DOMINAÇÃO: SÉCULO XVI – XIX.....	1315
A CONSTRUÇÃO DO 'DESCOBRIMENTO' DO BRASIL E DA AMÉRICA: ANÁLISE DAS ENCICLOPÉDIAS TESOURO DA JUVENTUDE (1955) E O MUNDO DA CRIANÇA (1958)	1315
LEGISLAÇÃO RÉGIA EM TERRAS MINERAIS: UMA ANÁLISE DO ALVARÁ DE 11 DE AGOSTO DE 1753	1331

A ESCRAVIDÃO NO BRASIL COLONIAL: UMA SÍNTESE SOBRE AS INTERPRETAÇÕES DE CAIO PRADO JÚNIOR; CELSO FURTADO E GILBERTO FREYRE.....	1345
CONQUISTA E COLONIZAÇÃO EM MATO GROSSO NA ADMINISTRAÇÃO DE JOÃO DE ALBUQUERQUE DE MELLO PEREIRA E CÁCERES (1789-1796)	1359
COMUNICAÇÕES LIVRES	1373
A IMPORTÂNCIA DA FAZENDA ATALAIA NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DAS NEVES DO SERTÃO DE MACAÉ DE 1798 A 1875	1373
AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS EM TERESINA NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960.	1389
ESCRITOS EM PÓLVORA: NARRATIVA E REPRESENTAÇÃO NOS PERIÓDICOS E A PRIMEIRA REVOLTA DE BOA VISTA (1891-1894).....	1406
O PROGRAMA CONVERSA AO PÉ DO RÁDIO E SEU PAPEL NA CONSTRUÇÃO DE UM PACTO NACIONAL (1985-1987)	1421
OS LAÇOS DE PARENTESCO E O PODER: O CASO DOS ENGENHEIROS PAULO DE FRONTIN E PEREIRA PASSOS	1438
SEMANA DE CIÊNCIAS HUMANAS DO CAP. JOÃO XXIII: PASSADO, PRESENTE, FUTURO.....	1453

Simpósio Temático 01: O Império Ultramarino português: poderes, instituições e sujeitos (séculos XVIII -XIX)

“Desejando colocar minha alma no caminho da salvação”: Estratégias Utilizadas pelos forros em Mariana e seu termo na busca pela salvação de suas almas, 1780-1790”

Thais do Nascimento Gonçalves¹

RESUMO: O artigo em questão , tem como objetivo discutir as estratégias utilizadas pelos forros diante da morte, em Mariana e seu termo, utilizando-se do recorte cronológico de 1780-1790. Assim sendo, a análise a seguir, pretende perceber as medidas empregadas por esses sujeitos em busca da remissão de seus pecados e a salvação da alma, a partir dos rituais fúnebres, nos quais eram expressas as últimas vontades daqueles indivíduos , que deixavam missas em prol de suas almas, além de doações e esmolas as irmandades e santos de sua devoção. Tais condutas expressavam o desejo de um reencontro em paz com o Criador.

PALAVRAS- CHAVE: Forros, Remissão de pecados, Morte.

ABSTRACT:The article in question, aims to discuss those used by the liners in the face of death, in Mariana and its term, using the chronological cut of 1780-1790. Thus, the following analysis intends to consider as measures employed by these subjects in search of the remission of their sins and the salvation of the soul, based on funeral rituals, in which they were expressed as the last desired wishes, which left masses for their souls, in addition to donations and alms such as brotherhoods and saints of their devotion. Such behaviors expressed the desire for a peaceful reunion with the Creator.

KEYWORDS: Linings, Remission of sins, Death.

INTRODUÇÃO

¹ Graduanda em História na Universidade Federal de Juiz de Fora.

Demarcamos a nossa proposta, a partir da Capitania de Minas, em razão de seu catolicismo ímpar em relação ao restante do império português, uma vez que houve a proibição quanto à fixação de ordens religiosas nesta região. Portanto partimos do pressuposto de que o seu catolicismo é instituído e tem suas questões tratadas pelos leigos, como aponta Caio César Boschi (BOSCHI,1986) .Para mais, a escolha deste recorte temporal de uma década, 1780-1790 ocorre em virtude de um número maior de documentação, encontrada a partir de um levantamento prévio ainda muito inicial das fontes, bem como do cabedal de possibilidades que se amplia durante a segunda metade do século XVIII para os libertos. Posto isso, Eduardo França Paiva (PAIVA,2009) pontua que sociedade mineira apesar de se pretender hierárquica, tinha uma relação movediça quanto a mobilidade social, dado que com a crise aurífera e o alto custo em possuir um escravo ,contribuiu para a busca destes por outros serviços, que os ajudassem a reunir a quantia necessária para pagar por sua liberdade é assim acessarem o mundo dos libertos, através do qual, poderiam alcançar os recursos fundamentais para um funeral digno.

Logo o cenário de sordidez em que viviam esses sujeitos rodeados por doenças e locais insalubres, os fazia refletir e ansiar por uma preparação adequada para uma “boa morte” , em consonância com os preceitos disseminados pelo catolicismo, assunto esse que vinha sendo tratado desde finais do período medieval, em inúmeras esferas sociais (dos menos abastados, até os mais nobres), e nas pinturas a partir de imagens, como o purgatório, sermões apocalípticos, as danças macabras, que ajudaram a perpetuar no seio da sociedade cristã ocidental, uma simbologia quanto ao juízo final que separaria bons cristãos para o descanso eterno e maus cristãos para o tormento eterno. Deste modo, inseridos no que Cláudia Rodrigues (RODRIGUES,2020) nomeia de “pedagogia do medo”, os libertos ambicionavam se utilizar dos recursos necessários, para a garantia de sua salvação, sendo muito comum sua inserção em irmandades, visando um enterro digno com as pompas e rituais necessários, uma vez que eram sujeitos desassistidos pelas instâncias administrativas portuguesas, nos momentos de doença e morte, desta maneira, encontravam nas irmandades uma rede que pudesse zelar por tais durante suas agruras.

Referente a metodologia, os documentos utilizados para a realização deste artigo , foram retirados do arquivo online da Casa Setecentista de Mariana, presentes no

primeiro ofício, que consiste em um conjunto testamentário composto majoritariamente por testamentos de mulheres forras, pretas Costa da Mina. Em vista disso, tal análise irá ater-se aos casos destas mulheres, sendo essa documentação transcrita e analisada a partir de outras obras que também discutem tal temática. A documentação a qual nos referimos encontra-se, digitalizada disponível no site: <http://www.lampeh.ufv.br/>

SIMBOLOGIA EM TORNO DA MORTE



Figura 1: Igreja de Santa Maria. Beram Croácia .Dança Macabra datada de 1474

Fonte: Site Fluxo Morte Media:http://www.lasics.uminho.pt/fluxo_morte_media/

A morte tornou-se um aspecto importante a partir de finais da idade média, segundo Juliana Schmitt (SCHMITT, 2017: 1) “O imaginário macabro se desenvolveu como consequência das novas maneiras de se perceber a morte e o cadáver” . A representação da imagem de deterioração do cadáver representava um processo ainda não visto pela sociedade europeia medieval, ou seja a imagem do pós- morte, da corrupção do corpo, era um conteúdo ainda pouco explorado. Contudo esta tônica se tornava cada vez mais pertinente no imaginário daquela coletividade, fosse por meio da igreja católica, a partir dos inúmeros sermões quanto ao apocalipse, inferno, purgatório e o céu, assim como também se disseminou o imaginário das danças macabras, como está representada na figura acima, enfatizando que a iconografia era o meio de comunicação mais efetivo frente a uma população predominantemente leiga e iletrada. O objetivo dessas ilustrações, eram gerar pavor e reflexão, pois a morte representada por esses corpos deteriorados, com alegria levava os vivos ao túmulo, fazendo com que os demais se atentassem acerca do tempo que ainda possuíam, em vida, e como deveriam

usá-lo, de forma adequada, se aprontando para a reconciliação com o divino, através de boas obras e de uma vida retificada perante a igreja, vivendo longe das fragilidades carnavais.

Essa temática, se espalha pela Europa, e se fez presente no catolicismo do império português, chegando a capitania das Minas, tornando-se um assunto de teor coletivo, nas inúmeras esferas daquela sociedade, nos sermões, ilustrações, na catequização, nos compromissos das irmandades e nos manuais de bem morrer vindos de Portugal.

Os manuais de bem morrer, eram uma forma de preparação diária para a morte, contendo os passos necessários para esse momento, tornando-se uma forma de controle das ações realizadas pelos cristãos, procurando mantê-los longe de uma vida errônea (lembrando que esse modelo de vida estipulado, se balizou, a partir dos preceitos católicos de pecado e santidade), visto que a morte poderia ocorrer de forma inesperada, levando este sujeito despreparado a condenação eterna, uma vez que mortes como afogamento, assassinato e acidentes eram considerados, piores do que a própria morte, e os levariam à condenação eterna.

PREPARAÇÕES PARA “BEM MORRER”

Visto que traçar o caminho correto para uma boa morte era fundamental, para a garantia da salvação, logo se tornava necessário seguir os caminhos que levassem a redenção, sendo um deles a participação em irmandades, que eram essenciais tanto em vida quanto na morte, já que segundo Regis Clemente Quintão (QUINTÃO, 2015), ser filiado a uma irmandade era possuir um local de devoção e união, onde havia espaço para se compartilhar os desabores da escravidão e mesmo da vida após a libertação, sendo também conforme João José Reis (REIS, 1991) uma oportunidade de realizar um vínculo com uma família ancestral, mediante a perda dos laços consanguíneos, pois as confrarias, além de garantirem o zelo de um enterro honrado, também faziam parte da sociabilidade daqueles indivíduos em vida.

É importante enfatizar que a realização dos testamentos, embora nem todos os forros o fizessem (pois nem todos possuíam o que testar) correspondia também, como sublinha Vanessa Cerqueira Teixeira (TEIXEIRA, 2017:13) “sendo o ato de testar um

exercício espiritual, uma forma de rememorar e sentir-se em paz com a consciência, com valor confessional de remissão e reparação”, era uma forma de prestar contas, não somente por bens materiais, mais também tentar de certa forma, concertar os erros cometidos em vida. Por isso, os pedidos de proteção aos santos de devoção e a preparação para o próprio funeral e os últimos momentos em vida com a colaboração dos demais irmãos, era também conscoante Felipe Tito César Neto (NETO, 2018) um momento extremamente importante e perigoso, visto que o “número de tentações malignas” aumentava, em razão da briga que ocorria entre anjos e demônios por aquela alma.

Destarte, no testamento haviam esses apelos por missas em intenção da alma, esmolas, jejuns, orações e sufrágios, que segundo intitula Vanessa Cerqueira como a “economia da salvação”, tais gastos eram altos e por consequência, realizá-los era um privilégio para poucos, entretanto eram uma forma de obter a redenção ou uma passagem mais breve pelo purgatório. Apesar de ser um documento que possui uma serialização em sua produção, é possível notar o apelo individual pelo auxílio divino ou pelos temores e arrependimentos do testador, que são o ponto central para os pesquisadores desta temática.

Os comportamentos referentes à morte, não eram comportamentos individuais, a morte era acompanhada pela família confrarial, que tinha como dever prestar um ritual correto, por temer que aquele defunto pudesse voltar para assombrá-los. Além disso, também se acreditava que as almas que saíam mais rapidamente do purgatório, em resultado das orações daqueles irmãos, iriam rogar por eles no céu juntamente com os santos, preparando um auxílio prévio para quando esses viessem a falecer.

FONTES PRIMÁRIAS

Como já mencionado previamente, o levantamento das fontes é muito inicial, bem como essa proposta de pesquisa, portanto foram levantados oito testamentos sendo estes seis de mulheres, e dentre essas quatro são forras naturais da Costa da Mina, o que fundamenta então nosso olhar para as mulheres libertas

O primeiro caso a ser analisado é o da preta forra Esperança de Souza, moradora do Arraial da Passagem (termo da cidade de Mariana), de nacionalidade da Costa da

Mina, por ter se mantido no estado de solteira em toda sua vida deixa como herdeira Antônia crioula, filha de Joaquina sua escrava, também preta Costa da Mina a qual ela deixa coartada. Ao decorrer de seu testamento é possível notar os apelos quanto a um enterro correto, tendo como objetivo salvar-se. A seguir alguns trechos serão ressaltados.

primeiramente encomendo a minha alma a santíssima trindade que o --- e peço e rogo a virgem Maria mãe de Deus e a todos os santas e santos da corte celestial queiram por mim interceder a Sua Divina Majestade agora quando minha alma deste corpo sair por que como verdadeira cristã protesto viver e morrer na santa fé católica romana --- exijo firmemente todos os cortejos desta santa fé assim como também a Santa Madre Igreja católica e nessa fé espero salvar minha alma não por meus merecimentos mas sim da morte do unigênito filho de Deus .

A súplica, pelo favor da santíssima Trindade e da corte celestial expressavam o temor pelo desconhecido e os amedrontamentos que ele apresentava , dessa forma a encomendação de sua alma era uma forma de se proteger contra as “tentações malignas” que ocorreriam durante os últimos momentos daquele doente, e após sua alma deixar o corpo. Do mesmo modo a exigência pelos cortejos fúnebres e a reafirmação do catolicismo, buscavam assegurar o cumprimento da “economia da salvação” .

Meu corpo será sepultado na capela de Nossa Senhora da Glória deste Arraial amortalhado em um hábito preto por forma do hábito de Nossa Senhora do Monte do Carmo por ser dela irmã e tenho acompanhada do meu Reverendo Pároco a ser de quem seu posses fazer com dois sacerdotes mais que levam os capelães deste Arraial se lhe dará a esmola costumada e acompanharão meu corpo a sepultura as irmandades de Nossa Senhora da Glória e a de Nossa Senhora do Nazareno e a do mártir São Sebastião e de Nossa Senhora santa Ana e a de São Vicente Ferreira se dará a cada uma delas uma oitava de ouro e no dia do meu falecimento podendo ser a seus no dia seguinte se me darão duas missas de corpo presente por minha alma as quais serão

ditas pelos mesmos capelães deste arraial de esmola cada uma de seis quartos de ouro e se gastará com meu enterro o será que for necessária dando-se está tão somente aos reverendos sacerdotes e --- das irmandades que acompanharem meu corpo.

Quanto à vestimenta do defunto, João José Reis menciona que eram utilizadas mortalhas, o que configurava uma forma de possuir o amparo do santo representado, no além túmulo, e seu resgate o mais breve possível no purgatório, inclusive as missas pela intenção da alma, tinham esse grande poder de purgação de pecados. Desfrutar da presença de diversas irmandades e párocos, além de representar uma pompa necessária para esses rituais externalizados pela sociedade mineira, também eram uma forma de abrir caminho para o defunto. De acordo com Adalgisa Arantes Campos (CAMPOS, 1987), a jornada até o túmulo era uma procissão na qual o santo era o falecido, que por meio dessa procissão pretendia realizar uma mediação entre o visível e o invisível.

O Segundo caso é o de Rosa Soares Bernardes, preta forra de nacionalidade Costa da Mina, moradora do arraial de Guarapiranga (termo da cidade de Mariana), e por viver em estado de solteira deixou como herdeiras Joana crioula e Jacinta mulatinha, filhas de Isidoria Mina sua escrava a qual ela deixa forra contudo, Isidoria morreu antes de Rosa não recebendo sua alforria.

Declaro que deixo forra e liberta a dita minha escrava por nome Isidoria Mina atendendo a fidelidade e bons serviços com que me tem servido.

Logo, realizar atos de caridade ao longo da vida, como deixar missas para entes queridos, alforriar escravos, dar esmolas aos santos de devoção e irmandades, e pagar todas as dívidas, eram atitudes essenciais para se realizar uma "boa morte cristã", pois não podia se adentrar ao céu de forma indigna.

APONTAMENTOS FINAIS

Enfim, embora esteja em estado inicial, podemos perceber que esta pesquisa suscita muitos questionamentos, que serão explorados com mais afinco no seu

desenrolar, como a importância da morte na catequização de pretos e sobretudo a influência dos manuais de bem morrer na sociedade mineira daquele período, temática até então pouco discutido pela historiografia.

BIBLIOGRAFIAS

BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder*; Irmandades Leigas e Política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo, Editora: Ática, 1986

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII*: Estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo, Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2009, Coleção Olhares.

RODRIGUES, Cláudia. Morte catolicismo e africanidade na cidade do Rio de Janeiro setecentista. *Ciencias Sociales y Religión*. Campinas, SP n 12, p. 32-52, out 2020. DOI: 10.22456/1982-

2650.12649. Disponível: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/csr/article/view/12765>.

SCHMITT, Juliana. Às margens da Cristandade: O imaginário macabro medieval. *Cadernos de Estudos Culturais*. Mato Grosso do Sul, v 8 n 16, p 165-176 agosto 2017. Disponível em : <https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article>.

QUINTÃO, Regis Clemente. Ritos Fúnebres dos Escravos e Forros nas Minas Gerais do século XVIII: Um debate historiográfico. *Igualitária: Revista do Curso de História da Estácio*, Belo Horizonte, BH n 6, p 01-13, 2015. Disponível em : <http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/historiabh/article/viewArticle/1640>. Acesso 18 dez 2020.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

TEIXEIRA, Vanessa Cerqueira. O bem morrer e as últimas vontades: as representações da morte, os ritos fúnebres e as práticas piedosas a partir da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana (Minas Gerais, Brasil, séculos XVIII e XIX). *Revista de História da UEG*, Minas Gerais, v. 6, n. 1, p. 50-74, jul. 2017. Disponível em : <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/6183>

NETO, Felipe Tito. Planejamento no decurso da vida para uma “Boa morte”: Testamentos e ritos fúnebres de alforriados (Mariana, Minas Gerais , século XVIII). *Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh- Rio : História & Parcerias* , 2018. Disponível em :https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529809116_ARQUIVO_ST43-ImagensdaMorte-AnpuhRegionalRJ2018-FelipeTitoCesarNeto.pdf

CAMPOS, Adalgisa Arantes. Considerações sobre a pompa fúnebre na capitania das Minas século XVIII. *Varia História -UFMG*, Belo Horizonte, v. 3 n. 4, p 3- 24 , june 1987

Fontes:

Arquivo da Casa Setecentista de Mariana . 1º Ofício

Ano: 1780 -Cod 74. Auto 1570

Ano : 1787 -Cod 124 Auto 2599

A construção da política no Brasil colonial

Júlia Machado de Souza Freitas²

RESUMO

O presente ensaio pretende debater a construção da política no Brasil colonial fundamentado na historiografia revisionista da década de 1980. Empregando um amplo referencial teórico-metodológico, o objetivo do ensaio é, a partir do conceito de monarquia corporativa de Hespanha (2001), discutir a pluralidade de tipos de laços políticos na colônia, evidenciando a sua importância no estabelecimento de uma política no Brasil colonial heterogênea, complexa e baseada na autonomia dos poderes na hierarquia política. Conceitos tais como redes clientelares, economia do dom, amizade e família ampliada ou *oikonomia* igualmente perpassam o ensaio. Por fim, não é pretensão de o presente ensaio esgotar a temática abordada, mas sim provocar uma reflexão e fomentar o debate.

PALAVRAS-CHAVE: construção da política; monarquia corporativa; redes clientelares; economia do dom; Brasil colonial.

ABSTRACT

This essay aims to discuss the construction of politics in colonial Brazil based on the revisionist historiography of the 1980s. Using a large theoretical-methodological framework, the objective of the essay is, based on the concept of corporate monarchy of Hespanha (2001), to discuss the plurality of types of political ties in the colony, highlighting its importance in the establishment of a policy in colonial Brazil heterogeneous, complex and based on the autonomy of powers in the political hierarchy. Concepts such as client networks, gift economy, friendship and extended family or *oikonomia* also run through this essay. Finally, it is not the intention of this essay to exhaust the topic addressed, but rather to provoke reflection and encourage debate.

² Graduanda do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, juliamachado2711@hotmail.com.

KEYWORDS: building the policy; corporate monarchy; client networks; gift economy; colonial Brazil.

A década de 1980 foi marcada por um debate historiográfico revisionista tanto a nível nacional quanto a nível internacional. A multiplicação dos programas de pós-graduação no território brasileiro foi responsável por aumentar uma produção historiográfica que refutava o sentido da colonização tão defendido pelo historiador Caio Prado Júnior. Para esse historiador, “a sociedade da América lusa dos séculos XVII e XVIII fora construída com o propósito de fomentar a transição do feudalismo para o capitalismo na Europa, ou ainda com o intuito de viabilizar a Revolução Industrial inglesa do século XIX” (FRAGOSO; GUEDES & KRAUSE, 2013: 12). Essa hipótese de trabalho, baseada, única e exclusivamente, na dependência da América lusa para com a Europa, bem como hipóteses construídas por Celso Furtado foram igualmente questionadas pela historiografia internacional.

A historiografia internacional revisionista da década de 1980 foi fomentadora da crítica à ideia de Estado absolutista como sinônimo de Antigo Regime, criadora do conceito de monarquia compósita bem como do conceito de autoridade negociada como o eixo nas relações metrópoles e colônias. Categorias, tais como “Estado”, “centralização”, “poder absoluto”, que anteriormente centralizavam o debate em torno do poder nas sociedades do Antigo Regime, perderam seu status crucial nesse debate historiográfico.

António Manuel Hespanha (2001) argumenta acerca dessa historiografia revisionista. De acordo com o autor, essa historiografia inovadora “sublinhou a alteridade das categorias políticas de Antigo Regime, desacreditando na relevância dos conceitos atuais da política e do direito para descrever e entender as estruturas e ações políticas antes das Era das Revoluções” (HESPANHA, 2001: 165). Nada mais conveniente, com intuito de estimular a produção historiográfica, estabelecer um processo de alteridade para o estudo da sociedade do século XVII; estabelecer uma distinção entre os conceitos de política e direito vigentes no século XX e os conceitos de política e direito das sociedades do século XVII.

Hespanha (2001), inclusive, no artigo referido, cunha o conceito de monarquia corporativa, caracterizando a monarquia portuguesa de até meados do século XVIII. Para o historiador, na monarquia corporativa portuguesa.

O poder real partilhava o espaço político com poderes de maior ou menor hierarquia; o direito legislativo da Coroa era limitado e enquadrado (...) pelos usos e práticas jurídicos locais; os deveres políticos cediam perante os deveres morais (...) ou afetivos; os oficiais régios gozavam de uma proteção muito alargada dos seus direitos e atribuições, (...) tendendo, por isso, a minar e expropriar o poder real (HESPANHA, 2001: 166-167).

Mediante a este conceito, tal qual o conceito da economia do dom, foi possível estabelecer uma produção historiográfica revisionista em torno da construção da política no Brasil colonial.

Um projeto colonial arquitetado pela monarquia compósita portuguesa é do mesmo modo contestado pela produção historiográfica atual. Conforme Hespanha (2001), a expansão portuguesa não possuiu um modelo ou uma estratégia geral. Uma monarquia que, em seu próprio território, convivia com poderes concorrentes e o rei possuía um controle difuso e cotidiano sobre este (HESPANHA, 2001), não poderia estabelecer um projeto colonial unificado. Para mais, a própria Coroa se via fragilizada para governar o reino. A fragilidade dos aparelhos burocráticos; a falta de recursos financeiros; o deficiente conhecimento do território; as dificuldades e demoras nas comunicações internas; tudo se harmonizava para que a monarquia compósita portuguesa estabelecesse estratégias variadas de administração das colônias a ultramar.

Igualmente, “embora os estabelecimentos coloniais portugueses tenham estado sempre ligados à metrópole por um laço de qualquer tipo, faltou, pelo menos até o período liberal, uma constituição colonial unificada” (HESPANHA, 2001: 170). Para Hespanha (2001), o que realmente se constituiu foi uma pluralidade de tipos de laços políticos nas colônias, consequência de um estatuto colonial múltiplo. “Assim, nem a

Coroa, nem seus delegados podiam estabelecer normas uniformes ou ultrapassar as autoridades nativas reconhecidas por tratado” (HESPANHA, 2001: 172), resultando, portanto, em limites aos seus poderes.

Um direito pluralista foi, outrossim, uma característica da monarquia compósita portuguesa. Primeiro, devido à arquitetura do direito comum europeu, que possuía predileção pelas normas particulares às normas gerais. Segundo, devido à “constituição pluralista do Império, em que cada nação submetida poderia gozar do privilégio de manter seu direito, garantido por tratado ou pela própria doutrina do direito comum” (HESPANHA, 2001: 172).

Todas essas particularidades – a fragilidade da Coroa para governar seu reino; um estatuto colonial múltiplo; a heterogeneidade dos laços políticos; um direito pluralista; foram responsáveis pela inexistência de um projeto colonial português assim como por construir no Brasil colonial um Antigo Regime nos trópicos marcado pela autonomia dos poderes na hierarquia política.

O Antigo Regime nos trópicos, de base católica, foi permeado por pactos entre as elites locais das conquistas e a Coroa portuguesa. O estudo de Simone Faria (2007) evidencia essa questão. Neste estudo, Faria (2007) constata que a arrecadação dos quintos de ouro em Minas Gerais do século XVIII era feita por pessoas ligadas à câmara municipal da conquista, e não por oficiais régios; corroborando com a tese da autonomia dos poderes no Brasil colonial.

Ademais, a autonomia dos poderes na hierarquia política imperial de modo semelhante se revelava na função dos vice-reis e governadores. Segundo Santos (1999), citado por Hespanha (2001), “aparentemente, a instituição da vice realeza obedeceu ao propósito de adotar os governadores ultramarinos com uma dignidade quase real, permitindo-lhes o exercício de atos de graça, tal como concessão de mercês, dada de ofícios, outorga de rendas, perdão de crimes” (HESPANHA, 2001: 176 *apud* SANTOS, 1999: 50). Em um cenário onde um projeto colonial era inexistente, pactos entre a elite da conquista e a Coroa portuguesa facilitava o propósito de administrar o território, apesar de esses pactos resultarem em uma autonomia das elites das conquistas frente a Coroa portuguesa.

Para mais, a produção historiográfica revisionista lançou as bases para uma nova temática de estudo: as redes clientelares como norteadoras das relações pessoais e políticas no Brasil colonial. Consoante Xavier e Hespanha (1998), “as relações [pessoais e políticas] que obedeciam a uma lógica clientelar, como a obrigatoriedade de conceder mercês aos “mais amigos”, eram situações sociais cotidianas e corporizavam a natureza mesma das estruturas sociais, sendo, portanto, vistas como norma” (HESPANHA e XAVIER, 1998: 339). Essas redes clientelares, conformadas como redes de interdependência, nas quais o pessoal e o político se intercambiavam, se pautavam em laços de amizade, liberalidade e caridade, magnificência, gratidão e serviços.

A amizade, como conceito chave para se compreender as ligações políticas do Antigo Regime nos trópicos, possuía uma ampla variação nas relações.

Parece ser evidente a amplitude do horizonte semântico do conceito de amizade, abrangendo desde as relações entre o rei e os vassallos reciprocamente ligados por laços de amor/amizade (desigual), até às relações filiais (os familiares são simultaneamente os mais amigos) ou de pura amizade (que, quando muito intensa, se assemelharia às relações de família). (HESPANHA e XAVIER, 1998: 342).

O amplo significado da amizade na mentalidade seiscentista se dava nas relações políticas como uma amizade desigual, legitimando as relações de poder. O modelo de troca se arquitetava por meio do *effectus* em troca de *affectus*; prestações materiais em troca de submissão política.

A ação política, no Brasil colonial, decorreu de relações de amizade e clientelia; as redes clientelares e resultou no que diversos historiadores chamam de economia do dom.

Ato de natureza gratuita, o dom fazia parte, na sociedade do Antigo Regime, de um universo normativo preciso e minucioso que lhe retirava toda a espontaneidade e o transformava em unidade de uma cadeia infinita de atos beneficenciais, que

constituíam as principais fontes de estruturação das relações políticas. (HESPANHA e XAVIER, 1998: 340).

A economia do dom, de acordo com Fragoso, movimentava a máquina administrativa ultramarina e criava formas sociais de produção. “Como instrumento de gestão, as mercês dadas pelo rei [mediante os laços desiguais de amizade] permitiam o preenchimento de todos os postos da administração militar e civil da coroa” (FRAGOSO, 2012: 121).

Dentro da economia do dom, a família surgia como outra dimensão de poder. Ainda segundo Fragoso, a família ampliada ou *oikonomia* congregava as relações entre mãe, pai, filhos, tias e tios se estendendo até os amigos e agregados. Essa concepção elástica de família, conforme Kühn argumenta “o termo família extrapolava os limites consanguíneos, a coabitação e as relações rituais” (KÜHN, 2003: 1), era responsável por conduzir ações políticas relacionadas à base da produção social do Brasil colonial: a escravidão e o trabalho doméstico. Assuntos tais quais os “os afazeres dos currais, das fazendas de alimentos e dos engenhos de açúcar” (FRAGOSO; GUEDES & KRAUSE, 2013: 45) eram geridos no âmbito da família ampliada.

Por fim, a construção da política no Brasil colonial, a partir da recente produção historiográfica, se mostrou heterogênea e com um nível de complexidade que não poderia ser reduzida, pura e simplesmente, ao sentido da colonização de Caio Prado Júnior. A produção historiográfica revisionista foi responsável por alargar os conceitos empregados nesta temática bem como problematizar os conceitos ainda em voga. Além disso, a escassez de fontes para esse período da história dificulta a elaboração de modelos explicativos que abarquem todas as particularidades das regiões do Brasil colonial. Logo, a temática deste ensaio deve ser constantemente estudada e revisitada para que a construção da política no Brasil colonial não se restrinja a conceitos e categorias da historiografia da década de 1940 nem mesmo se limite à produção historiográfica dos anos 2000.

REFERÊNCIAS

CONSENTINO, Francisco Carlos. *Construindo o Estado do Brasil: instituições, poderes locais e poderes centrais*. In: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Brasil colonial: volume 1 (1443-1580)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FARIA, Simone Cristina. *Arrecadando um direito de Vossa Majestade: os Cobradores dos Quintos Reais em Mariana Setecentista*. Monografia de bacharelado - Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto, p. 82, 2007.

FRAGOSO, João. *Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de Monarquia Pluricontinental: notas de um ensaio*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v31n2/07.pdf>. Acesso em: 5 de nov. de 2019.

FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto & KRAUSE, Thiago (Orgs.). *O “sentido da historiografia” sobre a chamada economia colonial no início do século XXI*. In: *América portuguesa e os sistemas atlânticos na Época Moderna*. RJ: Ed. FGV, 2013.

HESPANHA, António M. *A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes*. In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

HESPANHA, António M. *As Estruturas Políticas em Portugal na Época Moderna*. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru/São Paulo/Portugal, EDUSC/Editora UNESP/Instituto Camões, 2001, pp. 117-181.

HESPANHA, António Manuel e XAVIER, Ângela Barreto. *As redes clientelares*. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). *História de Portugal – Antigo Regime*, vol.4. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

KÜHN, Fábio. *A prática do dom: família, dote e sucessão na fronteira da América Portuguesa*. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/arquivos/fabio-kuhn.pdf>. Acesso em: 6 de nov. de 2019.

A Iluminação Portuguesa e a Elite Colonial: Os colonos cientistas da América lusa (1772 – 1808)

Victor Custódio³

Resumo: As questões que esse trabalho irá apresentar têm como foco o funcionamento da nova dinâmica vivenciada por alguns membros das elites da América portuguesa no contexto da Ilustração e da racionalização administrativa. Após as políticas pombalinas, principalmente após a Reforma da Universidade de Coimbra, se percebeu o surgimento de uma geração de cientistas que também provinham dos espaços coloniais. Esses sujeitos, por sua vez, são chaves para entender diversos aspectos do Império Português dos finais do século XVIII, mas por muito tempo não receberam a devida atenção da historiografia. Assim, se realizará aqui uma descrição geral do tema seguida por um breve balanço historiográfico e por fim uma reflexão sobre possíveis caminhos e questões a serem tratados por futuras pesquisas.

Palavras-chave: Iluminismo; Brasil Colônia; Elites coloniais; Naturalistas; Império Português

Abstract: The questions that this work will present focus on the functioning of the new dynamics experienced by some members of the elites of Portuguese America in the context of the Enlightenment and administrative rationalization. After the Pombaline policies, mainly after the Reform of the University of Coimbra, it is possible to notice the emergence of a generation of scientists who also came from the colonial spaces. These subjects, in turn, are key to understanding various aspects of the Portuguese Empire in the late 18th century, but for a long time they did not receive due attention from historiography. Thus, a general description of the theme will be carried out, followed by a brief historiographic balance and finally a reflection on possible paths and issues to be studied by future research.

Keywords: Enlightenment; Colonial Brazil; Colonial Elites; Naturalists; Portuguese Empire

³ Graduando em História pela UFJF. E-mail para contato: victorwho1963@gmail.com

O Iluminismo Português

Em meados do século XVIII, grande parte da Europa já vivenciava os impactos culturais das novas tendências filosóficas do iluminismo e cada vez mais a relevância da razão estava sendo anunciada pelos principais pensadores dessa época o que foi fundamental para o desenvolvimento da Ciência Moderna como o método prevalente de interpretar o mundo natural. De acordo com os historiadores Lorelai Kury e Carlos Camenietzki, o conhecimento científico e filosófico ganhou nesse momento um teor mais utilitário e prático enquanto o conhecimento diletante e as vertentes mais políticas foram gradualmente perdendo espaço (Kury, Camenietzki, 1997). Quase que como um lugar-comum do alto iluminismo, a investigação científica da natureza era identificada de extrema importância e defendida como fundamentalmente útil para todo o corpo social. Dessa forma, aquele conhecimento que ficava muitas vezes restrito a gabinetes e jardins aristocráticos ganhava espaço nos museus, coleções e jardins botânicos da ilustração.

Porém, como o historiador Roger Chartier nos lembra, o iluminismo não foi uma dinâmica de natureza apenas filosófica e do campo das ideias, mas sim um conjunto de modificações nos âmbitos das sociabilidades e principalmente das práticas administrativas (Chartier, 1990). Isso porque, nesse período, fora introduzida a intenção de racionalizar, em geral por meio do poder do Estado, a forma como a sociedade funcionava a partir do controle de populações, circulação de informações, economia e exploração de recursos. Essa racionalização de práticas administrativas teve efeito não só sobre território europeu, mas também em regiões além-mar que eram dominadas pelas metrópoles coloniais. Portanto, entender o que foi o iluminismo diz respeito tanto à esfera cultural e filosófica quanto à político-administrativa que por sua vez não se limitava às nações europeias.

As ideias das *luzes* e o fenômeno da racionalização administrativa também se manifestaram em Portugal, não só dentro do reino como também no extenso espaço do império ultramarino. Nesse sentido, o principal nome do século XVIII foi o de

Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, responsável pelas renovações políticas e econômicas do governo português durante sua atuação como primeiro ministro do Rei Dom João V. Carvalho e Melo já havia atuado como secretário do Negócios Estrangeiros e da Guerra quando o reino ainda era governado pelo Rei Dom José I. Dessa forma, se implantava certas políticas que estavam em consonância com o movimento iluminista *racionalizante* desde esse momento principalmente após o terremoto de 1755 que possibilitou a realização de uma série de reformas estruturais urbanas em grande medida encabeçadas pelo secretário.

Porém, segundo Ivan Teixeira, foi na posição de Primeiro Ministro do reino que o agora Marquês de Pombal atuou como um verdadeiro *mecenas* sendo que os ideais de progresso, austeridade, utilitarismo e racionalização foram significativos nos novos planos administrativos imperiais (Teixeira, 1999). Assim, no reinado de Dom João V, a renovação do pensamento em Portugal se manifestava no surgimento de laboratórios, academias e na chegada de traduções e edições das principais obras literárias e científicas da época. O apoio a intelectuais e artistas fazia parte da estratégia pombalina de propiciar entre as principais mentes portuguesas um ambiente que favorecesse e legitimasse as reformas em andamento.

Vale lembrar que apesar de o Iluminismo português ter tido um caráter religioso bem marcante (Calafate, 1994), as Reformas Pombalinas apresentaram postura *secularizante* em diversas esferas como se verifica na substituição da Inquisição pela Real Mesa Censória, o que reduziu o poder de Roma sobre a mentalidade portuguesa da época, e em uma série de reformas educacionais que destituíram certas ordens religiosas – principalmente os jesuítas – das posições hegemônicas da produção de conhecimento. Uma dessas reformas que merece atenção especial nesse trabalho é a Reforma da velha Universidade de Coimbra ocorrida em 1772. A instituição existia desde 1290 e por isso era bastante conservadora, mas com Pombal ela passou por profundas modificações estruturais e curriculares as quais deixaram bastante claras quais eram as intenções do Primeiro Ministro quanto à modernização cultural da sociedade lusitana. Apesar da reforma ter sido realizada em 1772, desde 1770 já existia a Junta da Providência Literária, uma associação de intelectuais presidida pelo próprio Marquês de Pombal e que ficou responsável pela elaboração das modificações a serem realizadas na

Universidade. Esses intelectuais já haviam passado por diversos outros países da Europa e, portanto, sofrido influência do pensamento ilustrado sendo esse um dos principais motivos que motivaram Pombal a escolhe-los (Maxwell, 1996).

Sendo assim, a Universidade reformada estaria alinhada aos novos ideais das luzes e contaria com faculdades de teologia e de lei canônica mais modernas, novos espaços de estudos como laboratórios e museus, além da inclusão nos currículos das ciências da natureza. Dessa forma, Portugal teria a condição de criar um novo tipo de profissional, o naturalista. Essa profissão, mesmo tendo suas raízes nos séculos anteriores, foi paradigmática ao longo da ilustração como um todo e a partir das Reformas Pombalinas passou a existir no mundo lusitano. Devido aos planos do Primeiro Ministro reformador e à tendência utilitária característica do pensamento iluminista, os naturalistas formados em Coimbra teriam a função de produzir o conhecimento científico sobre os demais espaços do além-mar e desvendar as potencialidades econômicas desses territórios garantindo o domínio da coroa sobre as conquistas.

É importante lembrar também que quem frequentava a Universidade de Coimbra não eram membros das elites apenas do Reino, mas também de todo o Império Ultramarino e, como nos revela Fernando Fonseca, desde o início do século XVII, é perceptível a presença de estudantes provenientes da América portuguesa. O número de matrículas desses sujeitos aumentou significativamente ao longo de todo o século XVIII, principalmente após a reforma de 1772 (Fonseca, 1999). O ingresso na Universidade de Coimbra pelas altas elites coloniais, ou *nobreza da terra*, funcionou como uma maneira de estreitar os laços com os centros de poder reinol e por consequência se projetar socialmente em âmbito imperial essas famílias (Almeida, 2007), o que justificava a tendência aqui comentada. Sendo assim, a inclusão das ciências naturais e a maior entrada de brasileiros em Coimbra produziram um fenômeno interessante: o surgimento de um grupo de colonos que saíram da América para o Reino, obtiveram formação como cientistas e posteriormente retornaram para o ambiente colonial, agora a serviço da Coroa com a finalidade de empregar o conhecimento das luzes na missões e investigações científicas.

O número de brasileiros que se devotaram às ciências naturais e mais tarde serviram ao Estado Português é bastante significativo de forma que nos permite pensar esses

sujeitos como parte de uma geração de colonos cientistas em constante movimento por todo o Império Luso. Muitos desses naturalistas se destacaram profissionalmente e com isso conquistaram prestígio e posições tanto na Real Academia de Ciências de Lisboa quanto em cargos administrativos nos territórios coloniais. Dessa forma, podemos afirmar que essa nova geração era fruto do iluminismo português e atuaram como agentes diretos do reino nos diversos territórios do Ultramar materializando os planos e projetos pombalinos. Ao mesmo tempo, todavia, eram indivíduos cosmopolitas com trajetórias e interesses próprios que utilizaram os novos caminhos das luzes para ocupar espaços de poder numa sociedade marcada por estruturas de Antigo Regime. A temática dos colonos cientistas é, portanto, bastante vasta e possui diversas nuances, contudo ela foi em grande medida tratada pela historiografia com negligência dando origem a imprudências interpretativas e muitas vezes a um relativo vazio. A história dessa ausência será tratada a seguir.

Colonos cientistas mal interpretados e silenciados, um breve balanço historiográfico

Apesar da historiografia sobre esses sujeitos ter sido, como se verá adiante, cheia de presunções que não se sustentam numa base argumentativa muito sólida, isso não significou que eles deixaram completamente de aparecer nas interpretações sobre o Brasil colonial. Na verdade, os primeiros escritos sobre intelectuais advindos da América portuguesa remontam ainda às primeiras tentativas de escrita de uma história nacional pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na década de quarenta do século XIX. Contudo, devemos lembrar que nesse momento que a História era escrita como uma finalidade: construir o sentimento de unidade política e cultural da nação Brasil. Assim, o apelo a imagens de heróis nacionais e compatriotas ilustres era uma ferramenta bastante útil para essa finalidade e foi nisso que consistiu os estudos sobre os cientistas brasileiros dos setecentos. Nesse momento da historiografia, a maioria dos trabalhos consistiu em biografias enaltecidas que destacavam aspectos bastante específicos das obras e trajetórias de forma superficial e desacompanhados de análises conjunturais mais aprofundadas (Pereira, Cruz, 2016). Resultado desse tipo de abordagem foi um grupo de trabalhos que não conversavam entre si e que mais

fortaleciam uma suposta ideia de excepcionalidade dos casos do que ajudava a compreendê-los como uma parte do complexo cenário das luzes no Império Ultramarino. A tendência de uma história enaltecida dos “casos ilustres” atravessou o Brasil Imperial e resistiu no século XX sem grandes alterações. Com a historiografia moderna sobre Brasil Colônia de Holanda, Prado Jr, e Freyre, os colonos cientistas foram ainda mais negligenciados. Importante lembrar que o período colonial era então entendido como um mero estágio que precedia à nação, um período em que as dinâmicas sócio-políticas da América Portuguesa não tinham o mesmo nível de complexidade e articulação que a sua metrópole e a sua economia não ia além dos jugos do poder real. Dessa forma, apreender a mobilidade de uma geração de cientistas dentro das colônias era incompatível com esses modelos explicativos. Para Sergio Buarque de Holanda, um dos poucos que tocaram na temática, aqueles naturalistas do século XVIII foram fruto de um acaso e não de uma política coerente ou algo dessa natureza mais racional. O historiador ainda defendia que os ilustrados brasileiros eram adeptos na verdade de ideias retrógradas do obscurantismo português não produzindo trabalhos científicos de relevância (Holanda, 1966). Quando esses sujeitos não eram tratados como insignificantes, o autor faz poucas referências que novamente reafirmam os casos únicos em detrimento de uma geração de cientistas colonos dos 1700.

O cenário começa a se modificar um pouco na década de 1960 quando o Reformismo Ilustrado e as políticas pombalinas ganham atenção de alguns historiadores, ainda não como uma temática única, mas como meio de se entender certos aspectos do processo de Independência. Surgiram, portanto, estudos sobre alguns brasileiros cientistas a fim de compreender melhor as modificações intelectuais e culturais que motivariam a separação entre Brasil e Portugal (Pereira, Cruz, 2016). Dentro desse quadro geral, vale destacar o trabalho de Maria Odila da Silva Dias que foi pioneira em olhar para os naturalistas desse período não como indivíduos, mas sim como parte de uma geração que não se limitava à atuação somente em território americano, mas transitava por todo o Império e que, portanto, estava integrada ao processo do reformismo ilustrado e aos projetos pombalinos de maior centralização administrativa.

Apesar do grande avanço efetivado graças aos estudos de Silva Dias e de outros historiadores, os trabalhos sobre os naturalistas ainda eram feitos com a finalidade de

entender as origens políticas ou culturais do Brasil independente. Isso se devia ao fato de que alguns cientistas brasileiros que se formaram em Coimbra, principalmente aqueles das gerações de 1780 e 1790, tiveram uma participação política nos movimentos do início do século XIX que resultaram na emancipação brasileira. O caso mais conhecido é o de José Bonifácio de Andrada e Silva que inclusive atuou como professor da Universidade reformada e mais tarde ganhou no Brasil o título de Patrono da Independência (Marques, 2011). Porém, essa perspectiva gerou um conjunto de estudos de tendência teleológica e não permitiram compreender de forma profunda como os cientistas do século XVIII se inseriam no contexto ilustrado, porém ainda colonial. Primeiramente, porque se deu atenção à carreira política dos indivíduos estudados e não às trajetórias como naturalistas, assim a relação entre a investigação científica de caráter iluminista e os planos econômicos e administrativos em curso não foi apreendida.

Além disso, nem todos os estudantes brasileiros de Coimbra se dedicaram aos processos posteriores da Independência. Na realidade, uma considerável parcela em todo o momento esteve em plena consonância com as políticas metropolitanas. Importante lembrar aqui mais uma vez que as reformas realizadas na Universidade de Coimbra criaram um ambiente estratégico para o projeto de fortalecimento do Império Português e mesmo que alguns intelectuais que passaram por essa instituição fomentaram ideais contrários à unidade imperial, isso não significava que tais perspectivas foram postas desde o início. Como destacam os historiadores Magnus Pereira e Ana Lúcia Cruz: “as memórias produzidas pelos brasileiros sobre as várias regiões do Império, denotam, antes, a eficácia de um projeto de reconhecimento sistemático das potencialidades de cada uma das colônias e de articulação política e econômica de Portugal com seus territórios ultramarinos” (Pereira, Cruz, 2016: 344). Dessa forma apesar de certas inovações e superação de paradigmas anteriores – tais como a narrativa dos “cientistas ilustres” – essas novas leituras ainda tinham muitas limitações sendo várias delas resultado do enfoque teleológico.

Porém, atualmente existe uma nova linha investigativa que consegue em grande medida superar certas imprecisões passadas e compreender as diversas relações entre a geração dos colonos cientistas e os cenários nos quais frequentavam. Essa tendência

mais recente ganhou espaço a partir dos estudos de historiadores como Charles Ralph Boxer⁴ e Antônio Manuel Hespanha⁵ que trazem não só o Brasil como os outros espaços coloniais em articulação com todo o restante do Império luso. Mais tarde, trabalhos dos autores Luiz Felipe de Alencastro e João Fragoso⁶ demonstraram um Brasil colonial que não se limitava às suas fronteiras territoriais e não se comunicavam exclusivamente com a metrópole, o Brasil era visto agora como parte de uma complexa dinâmica que ocorria a nível transcolonial e intercontinental. Essas abordagens permitiram, portanto, enxergar os intelectuais brasileiros formados em Coimbra não como casos ilustres ou como indivíduos com mentalidades locais e separatistas, mas sim como uma geração e parte integrante da cultura e das políticas imperiais. Os nomes desses novos estudiosos sobre os naturalistas setecentistas são muitos. Íris Kantor⁷, Lorelai Kury⁸, Iara Schiavinatto⁹, Júnia Furtado¹⁰, Ângela Domingues¹¹ e Ronald Raminelli¹² e são apenas alguns deles. Essas novas perspectivas deixaram de lado o “entender os moldes do Brasil independente” e assim puderam finalmente assimilar a presença de luso-brasileiros no ambiente científico imperial português. Segundo Pereira e Cruz, contudo, essa historiografia é nova e precisa de aprimoramentos sendo um deles uma maior atenção à *colonialidade* desses indivíduos, ou seja, não esquecer que eles vieram de espaços coloniais o que por sua vez é um fator identitário crucial e pode ter se manifestado de diversas formas ao longo das trajetórias a serem estudadas (Pereira, Cruz, 2016). Portanto, é necessário perceber que a história dos cientistas colonos se

⁴ Boxer, C. R. O império colonial português. 1415-1825. Lisboa: Edições Setenta, 1981.

⁵ HESPANHA, Antônio Manuel. A constituição do império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; BICALHO, Maria Fernanda (org.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁶ Fragoso, João. Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. Alencastro, *op. cit.*

⁷ KANTOR, Iris. República das Letras Brasileiras. As contradições do cosmopolitismo erudito em contexto colonial (1759). 2019.

⁸ KURY, L. B. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). História, Ciências, Saúde-Manguinhos (Impresso), Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 109-129, 2004.

⁹ SCHIAVINATTO, Iara Lis Franco. Cultura Visual e ilustración científica en el mundo luso-brasileño c. 1750-1820. In: América del Sur y el movimiento ilustrado, 2015, Santa Fé. Actas del Congreso Internacional América del Sur y el movimiento ilustrado. Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, 2014. p. 314-324.

¹⁰ Furtado, Júnia F. (Org.). Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

¹¹ Domingues, Ângela. Viagens de exploração geográfica na amazônia em finais do século XVIII: política, ciência e aventura. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1991.

¹² Raminelli, Ronald. Ciência e colonização: Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. Tempo, 1998, n.6, v.3

mistura com a história do próprio Império Português e as dinâmicas coloniais e reinóis do século das luzes não podem ser apartadas do perfil cosmopolita desses sujeitos.

Considerações Finais: Possíveis caminhos e questões

Portanto a geração dos cientistas brasileiros do século XVIII é um fator de extrema importância para compreender o que foi o iluminismo português no contexto ultramarino. A trajetória desses indivíduos que eram da elite colonial nos permite perceber não só a projeção das políticas pombalinas nas colônias como também como a nobreza da terra utilizou de novos meios oriundos das luzes para conquistar espaços de poder por todo o Império.

A título de exemplo, pode-se citar o caso de Antônio Pires da Silva Pontes Leme nascido em 1750 e filho de uma tradicional família da Vila do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo – atual cidade de Mariana, Minas Gerais. Silva Pontes após ter recebido uma educação típica da elite mineira no Seminário Nossa Senhora da Boa Morte (Domingos, 2008) ingressou na Universidade Reformada de Coimbra em 1772 onde se formou em Matemática e Filosofia Natural. Após o doutorado obtido em 1778, Silva Pontes se destacou a ponto de se tornar membro da Real Academia de Ciências de Lisboa e a partir de 1780 participou de diversas expedições de demarcação das fronteiras luso-espanholas da América. A notabilidade conquistada pelo matemático lhe rendeu cargos como professor na Academia da Marinha e, quando voltou ao Brasil em 1801 havia sido nomeado para o cargo de Governador da Capitania do Espírito Santo o qual ocupou até a sua morte.

A trajetória de Silva Pontes é bastante típica de um naturalista brasileiro dos 1700 e quando relacionamos com o cenário iluminista da época e com a forma que a historiografia brasileira vem tratando a temática, nós conseguimos formular algumas questões como, por exemplo, qual era a dinâmica de ascensão social desses naturalistas? Vale lembrar que apesar das modificações ocorridas no final do século, a sociedade era ainda marcadamente de Antigo Regime e os mecanismos e redes de poder eram típicos

desses modelos, portanto como esses meios de obtenção de prestígio social se conjugavam com as novas mentalidades racionais e iluministas?

Além disso, podemos nos questionar sobre como as diversas vivências interferiam na visão de mundo deles e como isso aparece nos seus trabalhos – se é que aparece. Como se comentou anteriormente, uma nuance que ainda é pouco explorada pela historiografia atual é a questão da *colonialidade* desses naturalistas que também eram indivíduos cosmopolitas, ou seja, frequentavam diversos espaços sociais e políticos. Então de que forma essas peculiaridades são percebidas nos seus estudos e trajetórias?

Por fim, ainda é possível aprofundar ainda mais nos percursos individuais desses sujeitos e perguntar quais eram os interesses e os horizontes de expectativas? E quais eram as motivações individuais? O ingresso à Universidade de Coimbra e a atuação como cientistas no Império Ultramarino foram feitos sob quais objetivos? Era por benefício próprio ou familiar? Ou existia a concepção de servir ao Rei, a Portugal e/ou ao Império? Ou ainda, será que esses naturalistas já tinham a noção – nascida com o iluminismo – de conhecer a natureza a serviço da humanidade como um todo?

Portanto essas questões são algumas das possíveis a serem feitas diante das temáticas aqui discutidas. Elas têm por objetivo colocar os naturalistas numa dinâmica que ocorria a nível imperial e que foi fruto das políticas reformadoras de Pombal, mas também valorizar os interesses e trajetórias individuais. Como comentado anteriormente, as abordagens historiográficas que conseguiram enxergar a profundidade do tema são bastante recentes e precisam de aprimoramentos, contudo já são muitos os trabalhos realizados que respondem perguntas e dão origem a outras sempre revendo e superando antigas limitações.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, C. M. C.. Uma nobreza da terra com projeto imperial: Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados. In: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. (Org.). Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos Trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 1, p. 121-193

Boxer, C. R. O império colonial português. 1415-1825. Lisboa: Edições Setenta, 1981.

CALAFATE, Pedro A idéia de natureza no século XVIII em Portugal (1740-1800). Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda. 1994.

CHARTIER, Roger Les origines culturelles de la Révolution Française. Paris, Seuil. 1990

DOMINGOS, Flavia Kurunczi. Matemática a serviço do Império: A trajetória do demarcador Antônio Pires da Silva Pontes Leme (1777-1790). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2008.

Domingues, Ângela. Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: política, ciência e aventura. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1991.

FONSECA, F. T. da. Scientiae thesaurus mirabilis: estudantes de origem brasileira na Universidade de Coimbra. 1601- 1850. Revista Portuguesa de História, n. 33, v. 2, p. 527-559, 1999.

Fragoso, João. Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. Alencastro, *op. cit.*

Furtado, Júnia F. (Org.). Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

HESPANHA, António Manuel. A constituição do império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; BICALHO, Maria Fernanda (org.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Holanda, Sérgio Buarque. Apresentação. In: Coutinho, Joaquim de Azeredo. Obras econômicas de J. J. da Cunha Azeredo Coutinho (1794-1804). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966,

KANTOR, Iris. República das Letras Brasílicas. As contradições do cosmopolitismo erudito em contexto colonial (1759). 2019.

KURY, L. B. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). História, Ciências, Saúde-Manguinhos (Impresso), Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 109-129, 2004.

KURY, Lorelai, CAMENIETZKI, Carlos Z. Ordem e natureza: coleções e cultura científica na Europa Moderna, Anais do Museu Histórico Nacional, 29. 1997

MARQUES, Adílio Jorge – José Bonifácio de Andrada e Silva, Naturalista. Um lado desconhecido da Historiografia. Norte Ciência, vol. 2, n. 2. 2011.

MAXWELL, Kenneth. Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996

PEREIRA, Magnus R. M.; CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da . A história de uma ausência: os colonos cientistas na historiografia brasileira. In: FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo, et. alii. (Org.). Nas rotas do Império; Eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. 2ªed. Vitória: Edufes, 2016, v. , p. 331-360.

Raminelli, Ronald. Ciência e colonização: Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. Tempo, 1998, n.6, v.3

SCHIAVINATTO, Iara Lis Franco. Cultura Visual e ilustración científica en el mundo luso-brasileño c. 1750-1820. In: América del Sur y el movimiento ilustrado, 2015, Santa Fé. Actas del Congreso Internacional América del Sur y el movimiento ilustrado. Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, 2014. p. 314-324.

TEIXEIRA, Ivan. Mecenas pombalino e poesia neoclássica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

**A ocupação de postos militares por oficiais pretos e pardos – uma
análise comparativa entre o Rio de Janeiro e o Distrito Diamantino
(1762-1800)**

Gabriela de Andrade Ferreira¹³

Resumo:

Neste trabalho, buscaremos comparar a forma como a Coroa portuguesa estabelecia sua comunicação política com o Rio de Janeiro e Distrito Diamantino, regiões cuja relevância política e econômica cresceu exponencialmente ao longo do século XVIII. Com isso, pretendemos verificar se, a partir da reforma militar lusitana de 1762, intensificaram-se ou não medidas de controle e fiscalização da Coroa sobre estas regiões, considerando o caráter racionalista e iluminista da reforma coordenada pelo Conde de Lippe em Portugal e apoiada por Sebastião José de Carvalho e Mello, futuro marquês de Pombal. Estenderemos a análise até 1800, visando compararmos as localidades até o fim do século XVIII. Para estas notas preliminares, utilizaremos fontes do acervo *online* do Arquivo Histórico Ultramarino.

Palavras-chave: Carta Régia de 1766; Reforma militar; Antigo Regime.

Abstract:

In this paperwork, we will compare how the Portuguese Crown used to establish its political communication with Rio de Janeiro and the Diamond District, regions whose political and economic relevance increased exponentially during the 18th century. Thereby, we want to verify if the actions after the Portuguese military reform of 1762 intensified or not the control and supervision of the Crown over these regions. This reform was marked by a rationalist and illuminist character, since it was coordinated by the Count de Lippe in Portugal and supported by Sebastião José de Casvalho e Mello, the future marquis of Pombal. We will expand this analyze until 1800, because we aim to compare these locations until the end of the 18th century. To these preliminary study, we will use documents from the online archive of the Overseas Historical Archive.

Keywords: Royal Letter from 1766; Military reform; Ancient Regime.

¹³Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) vinculada ao Laboratório de História Econômica e Social (LAHES) da mesma instituição e bolsista CAPES. E-mail: gabrielaferreira.historia.ufjf@gmail.com.

Introdução:

Entendemos que o universo bélico lusitano constituiu-se sob a lógica consuetudinária característica de Antigo Regime. Nesse sentido, partimos do pressuposto de que, anteriormente à implantação da reforma militar, o universo bélico lusitano pautava-se em tal lógica consuetudinária. Quando falamos da lógica de uma sociedade deste tipo, estamos nos referindo a um funcionamento pautado, primeiramente, na pluralidade da política e do direito, o que resultou numa multiplicidade de jurisdições, fundamentadas em privilégios. O Antigo Regime português foi marcado pela compreensão do regime político enquanto corpo, no qual cada parte se autorregulava diferenciadamente. Logo, a organização corporativa deste regime garantiu sua estabilidade através de um profundo conservadorismo social. As mudanças de *status* eram legitimadas em instâncias da justiça; por isso, tal sistema foi marcado por escassas vias de mobilidade social (HESPANHA e SUBTIL, 2014: 130).

Contudo, a partir das reformas pombalinas, verificamos algumas mudanças que, segundo nossa hipótese inicial, podem ter gerado uma tensão a esta lógica inicial. Por exemplo, as reformas em instituições de saber, como na Universidade de Coimbra e na Academia Real de Ciências. Na instância administrativa, verificamos como foram criadas instituições para melhor nortear a administração, como a Mesa de Inspeção, em 1751; as Juntas de Comércio, em 1755; e as Companhias de Comércio. Nossa hipótese inicial segue a linha de que, a partir dessas reformas, podemos perceber a tendência do governo josefino, mediante secretariado pombalino, em dar um novo curso à esfera econômica, política e administrativa do Império português, inclusive às conquistas.

Portanto, acreditamos que atentar às reformas instituídas a partir desse período nos auxilia a verificar possíveis mudanças que vinham sendo postas em prática pela Coroa no século XVIII, cooperando, também, a atentarmos se tais mudanças ocorreram ou não no ultramar e, se sim, como se deram.

Neste contexto, destacamos como, durante o século XVIII, a proeminência política do Rio de Janeiro foi crescendo, até ser elevada à capital do vice-reino em 1763. Sua posição geográfica tornava-a importante à manutenção do Reino português na América. Então, era imprescindível compor uma defesa apta para fazer frente a

possíveis ataques estrangeiros, como fora o caso das invasões francesas de 1710 e 1711. Ainda, o Rio constituía-se enquanto trânsito *de e para* Minas Gerais, funcionando como porta de entrada de mercadorias às minas, e de saída do ouro ao mercado internacional (MELLO, 2012: 106).

Já o Distrito Diamantino, demarcado em 1734, constituiu-se como localidade de proeminência econômica. Isso cooperou ao esforço da Coroa de intensificar o controle sobre a localidade. Em 1745, devido à instituição dos “registros”, a entrada na Demarcação Diamantina passou a ser controlada, sendo permitida apenas em locais previamente determinados pela autoridade régia. Dessa forma, o poder central almejava melhor controlar a circulação de pessoas na região para evitar contrabandos e roubos de diamantes. Concomitantemente à intensificação da presença militar no Distrito Diamantino, encontraram-se as tropas formadas por africanos e seus descendentes.

Sabemos que o poder do rei não era o único existente nesse contexto. Havia uma série de outros membros participantes deste corpo – tais como conselhos, tribunais, juntas, secretarias – cuja jurisdição derivava, em parte, de um ato constituinte do rei, mas não totalmente dela (BICALHO, 2017: PÁG. 137). A pluralidade do estatuto político se dava, dentre vários fatores, pela variedade de grupos sociais aqui existentes. Afinal, nenhum estatuto português poderia prever a participação de grupos étnicos tão diversos que, na América portuguesa, abrangia desde indígenas até africanos escravizados e seus descendentes, muitas vezes forros ou livres, bem como súditos lusitanos livres e pobres.

O tripé clássico da organização militar lusitana e as especificidades locais do Distrito Diamantino e do Rio de Janeiro:

Dentre a variedade de instâncias de poder, encontrava-se a esfera militar, aqui a ser destacada. A este respeito, cabe informar sobre a organização bélica lusitana clássica, dividida em três tipos específicos de forças, também encontradas na América portuguesa: I) a tropa paga, ou Corpos Regulares; II) as milícias ou Corpos de Auxiliares; e III) as tropas irregulares ou Corpos de Ordenanças.

Primeiramente, as tropas regulares compunham a força profissional, permanentemente sob armas e remunerada. Já os Corpos de Auxiliares atuavam junto à regular e a substituíam quando necessário, porém sem, armamentos ou equipamentos para desempenhar suas atividades (COTTA, 2005: 4). Por último, as tropas irregulares

(Ordenanças) eram formadas por moradores locais não instruídos militarmente, porém acionados em casos de perturbação da ordem, sem receber soldo (COTTA, 2010: 44). Sabemos que as especificidades da América portuguesa adaptaram o tripé clássico, resultando numa subdivisão atrelada à hierarquia social associada a grupos de índios, pretos, pardos e brancos. (COSTA, 2014: 48).

Diante do envolvimento de Portugal na Guerra dos Sete Anos (1756-1763), a partir de 1762, ficou evidente a necessidade de se iniciar uma reforma militar no Reino. Com a dominação espanhola no sul da América portuguesa (1763-1776), essas medidas da Coroa se estenderam ao ultramar.

A extensão da tensão luso-castelhana na década de 1760 na América voltou a política pombalina aos aspectos militares. Então, a Coroa precisou tomar medidas para elevar a capacidade defensiva do Brasil. Tal proposta, que visava diminuir a vulnerabilidade da colônia, articulava-se ao projeto de racionalização pombalino, calcado no enrijecimento do poder monárquico nos domínios coloniais. Paralelamente, Pombal também incentivou a agregação dos grupos sociais marginalizados (negros forros, pardos e índios), tornando-os igualmente súditos por meio de sua integração a corpos militares e outras instituições coloniais, como confrarias religiosas e irmandades (SILVA, 2011: 7-9). Devido aos problemas financeiros enfrentados pela Coroa naquele momento, causados pelos gastos fomentados pelo envolvimento de Portugal na Guerra dos Sete Anos – foram criados no Brasil vários regimentos auxiliares, caracterizados por serem gratuitos e organizados através de critérios étnico-raciais.

A região do Distrito Diamantino, por sua vez, foi definida em 1734 a partir do momento em que a Coroa portuguesa procurou intensificar a fiscalização e cobrança de impostos na localidade onde se encontravam os diamantes. Nesse sentido, tomaram providências com a finalidade de melhor vigiar e policiar o imbricado complexo de caminhos e trilhas que se expandia, devido ao avanço territorial e demográfico na localidade. Esta tentativa de intensificar o controle resultou, por sua vez, no aumento das tensões econômicas, sociais e políticas. A partir de 1745, a Coroa instituiu os chamamos “registros”, a fim de aumentar seu controle sobre o território da Demarcação Diamantina e diminuir o afluxo da população não ligada diretamente à exploração dos diamantes. A partir dos registros, a entrada na Demarcação passou a ser controlada, sendo permitida apenas em locais previamente determinados pela autoridade régia.

No contexto de intensificação da presença militar no Distrito Diamantino, encontram-se as tropas militares que foram ocupadas por africanos e seus descendentes. Esses indivíduos contaram, portanto, com maiores possibilidades de ocupação de postos dentro do universo bélico nessa localidade, sendo preciso entender melhor em que proporção isso se deu, bem como os benefícios e dilemas engendrados nesse processo. Em Minas Gerais, residia uma numerosa camada social formada por negros, uma vez que, também, ali se fixara desde meados do século XVIII, o maior número de cativos da América portuguesa. Dessa forma, falar da ampliação dos efetivos militares, nessa região, é falar da ampliação de tropas militares de pretos e pardos, algo que reestruturou essa sociedade e se fazia mister à necessidade apresentada pela Coroa de aumentar o controle sobre a região diamantina (SILVA e SOUZA, 2007).

Destarte, a conquista da patente militar possibilitou a muitos indivíduos inseridos nesse contexto a adquirirem lugar de destaque na região mineira, sobretudo na localidade da Comarca do Serro Frio, durante o período da Real Extração aqui destacado. Devido à descoberta de diamantes, a região atraiu grande contingente populacional. Cada uma dessas especificidades é importante para entendermos o processo de formação de um ambiente propenso à articulação social que possibilitava a inserção de indivíduos como pardos e pretos em posições de maior influência e poder.

Por sua vez, os sujeitos deste estudo, oficiais militares arregimentados em tropas de pretos ou de pardos, compunham sempre as tropas de Ordenanças ou de Auxiliares. Tais tropas não eram compostas por soldados profissionais, mas sim por moradores, geralmente pequenos agricultores, que, quando se fazia necessário, deixavam suas lides para acudir às necessidades militares, sendo até mesmo chamados de “paisanos armados” (MELLO, 2012: 105-106).

Portanto, o cenário militar colonial que verificamos a partir da década de 1760 é marcado pela necessidade da Coroa em militarizar a sociedade da América portuguesa, a fim de defender a integridade de seu território diante do perigo das invasões espanholas no sul de seus domínios. Então, a fim de atender às necessidades militares da América portuguesa face ao conflito com os castelhanos, foi imprescindível ampliar os efetivos. No caso do Rio de Janeiro e do Distrito Diamantino, isso significou estender a ampliação de postos e, conseqüentemente, possibilidades de obtenção de mercês a indivíduos de cor.

A Carta Régia de Março de 1766 e a ocupação de postos de homens de cor:

No que tange a expansão do espaço de atuação de oficiais pretos e pardos a partir da Reforma militar lusitana e as demandas apresentadas diante do conflito luso-castelhano na América, não poderíamos deixar de mencionar a importância da Carta Régia de 22 de março de 1766. A dita Carta Régia foi responsável por institucionalizar e legitimar as tropas de pretos e de pardos. Sabe-se que tais terços já existiam anteriormente, e suas origens remontam ao momento da guerra que visava expulsar os holandeses do território português no nordeste da América portuguesa. Porém, o espaço de atuação dos homens de cor nos ditos terços em companhias militares era, até então, informal e, portanto, não regulamentado. Com isso, seus integrantes detinham um espaço de negociação de mercês ainda muito limitado, visto que até o momento não havia aparatos jurídicos que embasavam suas petições às autoridades no reino ou ultramar. Com a dominação espanhola no sul da América portuguesa, a Coroa precisou tomar várias medidas. Uma delas foi a promulgação da Carta Régia de 22 de março de 1766, responsável por reformar as milícias nos âmbitos da disciplina, competência e ampliação dos corpos.

Uma cópia desta carta régia foi enviada ao vice-rei do Brasil, na época D. Antônio Álvares da Cunha, o Conde da Cunha. O início da correspondência diz o seguinte:

Conde da Cunha, Vice Rey e capitão general do Estado do Brasil amigo: Eu El Rey vos venho muito saudar, como aquele que amo. Sendo informado da irregularidade, e falta de disciplina a que se acham reduzidas as tropas auxiliares desse Estado: E atendendo a que nelas, sendo reguladas, e disciplinadas, como devem ser, consiste uma das principais forças que tem o mesmo estado para se defender: sou servido ordenar-vos, que logo que recebeis esta mandeis alistar todos os moradores das terras de vossa jurisdição, que se acharem em estado de poderem servir nas tropas auxiliares sem exceção de nobres, plebeus, brancos, mestiços, pretos, ingênuos, e libertos, e a proporção dos que tiver a referida cada uma das referidas classes, formeis os terços de auxiliares e de ordenanças, assim de cavalaria, como de infantaria, que vos parecerem mais próprios para a defesa de cada uma das comarcas deste Estado¹⁴.

Segundo esta determinação, as tropas auxiliares se em pequena quantidade; da mesma forma, o monarca destacou a falta de disciplina das tropas. Ainda, para justapor sua determinação de mandar alistar todos os moradores “sem exceção de nobres, plebeus, brancos, mestiços, pretos, ingênuos e libertos”, o rei destaca a importância

¹⁴AHU_CU_017, Cx. 77, D. 6968.

destas forças, afirmando que deviam ser devidamente reguladas e disciplinadas por consistirem em uma das principais forças que o estado teria para se defender. De fato, os corpos de Auxiliares compuseram a principal defesa do Estado do Brasil, devido a inviabilidade econômica de converter todos os habitantes em soldados profissionais, visto a falta de condição econômica que levava em conta as despesas e os incalculáveis prejuízos da paralisação das atividades produtivas.

Sendo assim, a carta régia em questão provocou grande impacto sobre a sociedade colonial, considerando que mobilizou números excessivos de pessoas às hostes militares. Dessa forma, falar das repercussões na América portuguesa da reforma militar lusitana de 1762 é falar da ampliação de tropas militares de pretos e pardos, algo que reestruturou a sociedade da época. Grande parte dos requerimentos, nomeações e confirmações de postos militares através de cartas patentes mencionaram a Carta Régia de 22 de Março de 1766 como fator justificável e legitimador à nomeação dos postos militares aos suplicantes, fosse à companhia de Pretos Forros ou de Pardos Libertos. A partir desta análise, verificamos como que tal determinação constituiu-se enquanto desdobramento da reforma militar lusitana de 1762 e, por sua vez, também como repercussão das medidas tomadas pelo governo josefino mediante secretariado pombalino. Ademais, devido à situação bélica dada pelo conflito luso-castelhano na América, a dita Carta Régia ganhou espaço, especialmente no contexto do Rio de Janeiro, para ser de fato utilizada e aplicada na prática pelos oficiais por ela beneficiados.

Ocupação de postos militares por oficiais pretos e pardos no Distrito Diamantino e Rio de Janeiro:

Para este trabalho, foram selecionadas 37 Cartas Patentes e requerimentos encontrados no acervo digital do Arquivo Histórico Ultramarino, referentes a nomeações de postos de patentes para oficiais pretos e pardos. Destes 37 documentos, 29 correspondem a cidade do Rio de Janeiro e 8 à região do Distrito Diamantino. Vale ressaltar que, dentre as 29 correspondências do Rio de Janeiro, 10 foram emitidas para as tropas de “Homens Pretos Forros” ou “Homens Pretos Forros e Libertos” – dependendo da época, a nomenclatura divergia em alguns casos – enquanto as outras 19 foram dirigidas às tropas de “Homens Pardos Libertos”. No caso da região do Distrito Diamantino, por sua vez, todas as 8 correspondências foram emitidas para tropas de

“Homens Pardos Libertos”. Sendo assim, não encontramos nomeações para tropas de homens pretos forros nesta localidade temporalidade destacada, ao contrário do observado no Rio de Janeiro.

Outro aspecto interessante de ser ressaltado é que todas as 37 correspondências foram expedidas depois de 1766; portanto, depois da Carta Régia de 22 de Março de 1766, mencionada anteriormente neste trabalho. A primeira Carta Patente circunscrita à cidade do Rio de Janeiro data de 27 de Março de 1772. No documento, Manoel Pinto Caldeira solicita ao rei D. José a confirmação de sua nomeação ao posto de capitão da Companhia dos Homens Pardos.

No documento, o vice-rei Conde de Azambuja, ao justificar a nomeação de Manoel Pinto Caldeira ao posto de capitão da Companhia de Homens Pardos, menciona a Carta Régia de 22 de Março de 1766. Vejamos como essa menção aparece na carta patente anexada ao requerimento:

Faço saber aos que esta minha carta patente virem que sendo sua majestade servido ordenar, por ordem de vinte e dois de março de mil setecentos sessenta e seis, manda-se alistar todos os moradores das terras da minha jurisdição, que se achassem em estado de poderem servir nas tropas de auxiliares, sem exceção de nobres, plebeus, brancos, mestiços, pretos, ingênuos e libertos, e a proporção dos que tivesse cada uma das referidas classes, formar os terços de auxiliares e ordenanças, assim de cavalaria e infantaria, para a defesa de cada uma das comarcas deste Estado, criando os oficiais competentes; e atendendo a concorrerem as circunstâncias necessárias na pessoa de Manoel Pinto Caldeira, para capitão da Companhia dos Homens Pardos, que se levanta em todo o distrito da Vila de Paraty da comarca desta cidade, e esperar dele que em tudo o de que for encarregado do real serviço se haverá mui conforme a confiança que faço dessa pessoa. Hei por bem nomear e prover (como por esta faço) ao dito Manuel Pinto Caldeira em virtude da sobredita ordem no posto de capitão da Companhia dos Homens Pardos, que se levantou em todo o distrito da Vila de Paraty da comarca desta cidade¹⁵ [...].

Para o Distrito Diamantino, encontramos a primeira fonte data de 26 de junho de 1769. Nela, temos acesso à Carta Patente passada pelo Conde de Valadares, governador das Minas, na qual nomeia João Pinto Coelho no posto de capitão da 2ª Companhia da Ordenança de Pé dos Homens Pardos e Libertos, da Vila do Príncipe, Comarca do Serro do Frio. Ao ter sua patente expedida e confirmada, o Conde de Valadares também elenca a Carta Régia de 1766 como fator justificável a sua nomeação. Observe o trecho:

Faço saber aos que esta minha carta patente virem que tendo eu de estabelecer em forma militar na comarca do Serro Frio uma e mais

¹⁵AHU_CU_017, Cx. 94, D. 8132.

companhias da ordenança de pé dos homens pardos e libertos, criando para existência da mesma os oficiais competentes, na forma da ordem de sua majestade de vinte e dois de Março de mil setecentos sessenta e seis firmada da sua real mão¹⁶ [...].

Podemos perceber como, então, a Carta Patente de 22 de Março de 1766 era frequentemente mencionada como fator justificável e legitimador à nomeação de postos militares aos suplicantes. No que diz respeito aos outros requerimentos de cartas patentes do Distrito Diamantino, um total de 7 de 8 também mencionaram a dita ordem no mesmo contexto. As nomeações foram feitas nas seguintes datas, aos seguintes suplicantes, aos respectivos postos que foram requeridos:

Tabela 1 – Oficiais de cor nomeados a postos militares no Distrito Diamantino:

Nome	Data	Posto a que foi nomeado	Localidade
João Pinto Coelho	1769, 26 de Junho	Capitão da 2ª Companhia da Ordenança de Pé dos Homens Pardos e Libertos	Vila do Príncipe
Feliciano Barbosa Malheiro	1771, 25 de Junho	Capitão da Companhia da Ordenança de Pé dos Homens Pardos Libertos	Distrito do Morro do Pilar
Manuel Cardodo Pinto	1773, 5 de Fevereiro	Capitão da Ordenança de Pé dos Homens Pardos Libertos	Distrito da Gouveia
João Ferreira de São Miguel	1776, 31 de Maio	Capitão da Companhia de Ordenança de Pé dos Homens Pardos e Libertos	Arraial do Tejuco
Teodósio José de Faria	1788, 13 de Outubro	Capitão da Companhia de Infantaria Auxiliar dos Homens Pardos	Distrito do Arraial da Parauna
João Marinho de Castro	1789, 12 de Maio	Tenente-coronel do Regimento de Infantaria Auxiliar dos Homens Pardos	Arraial do Tejuco
Raimundo Correia Lobo	1789, 24 de Julho	Sargento-mor agregado ao Regimento de Infantaria Auxiliar dos Homens Pardos	Arraial do Tejuco

Fonte: Elaborada pela autora com base nas fontes online do Arquivo Histórico Ultramarino

Ao examinarmos o primeiro sujeito da lista, João Pinto Coelho, é interessante olharmos o seguinte trecho de sua Carta Patente:

Atendendo a boa fidelidade, zelo e aptidão com que se portará no real serviço, faço Pinto Coelho, homem pardo, e esperar dele que, em tudo o que for condizente ao mesmo real serviço se haverá com a execução que se requer, desempenhando o conceito que de sua pessoa formo¹⁷.

A ordenança de Pé, tropa a qual João Pinto Coelho foi nomeado, tinha como objetivo principal preservar a tranquilidade e o sossego da localidade onde atuavam. Os

¹⁶AHU-Minas Gerais, cx. 95, doc. 47.

¹⁷Idem.

integrantes dessas ordenanças não receberiam soldo, nem armamentos e equipamentos para auxiliar no desempenho de suas atividades (COTTA, 2010: 73). Mesmo assim, o acesso às patentes dessas companhias de ordenança representava um tipo de *status* social significativa em relação ao universo de possibilidades e escolhas posto.

Considerando que a mobilidade não se pautava meramente no enriquecimento, antes, priorizava-se a reputação social (GUEDES, 2007: 341), observa-se nas cartas patentes dos indivíduos analisados como a organização social pré-estabelecida sob um conjunto de regras compartilhadas entre seus agentes não funcionava como um maquinário rígido (FRAGOSO e GOUVÊA, 2010: 15). Sendo agentes ativos em sua própria história, esses sujeitos viam na organização militar colonial uma margem de manobra precisa e controlada, a partir da qual poderiam atingir a mobilidade social intragrupal, possível para sua condição no quadro estamental do Antigo Regime.

Para o caso das emissões de patentes à cidade do Rio de Janeiro, notamos que 9 das 28 correspondências mencionaram a Carta Régia de 22 de Março de 1766. Foram as seguintes:

Tabela 2 – Relação de oficiais de cor nomeados a postos militares patenteados na cidade do Rio de Janeiro, por data:

Nome	Data	Posto a que foi nomeado
Manoel Pinto Caldeira	1771, 27 de Março	Capitão da Companhia dos Homens Pardos
Tomé Galvão	1774, 7 de Setembro	Capitão da Companhia de homens pretos forros
Luciano Gomes Ribeiro	1776, 17 de Abril	Capitão da nona Companhia do Terço de Auxiliares de Infantaria dos homens pardos libertos
Miguel Aires Maldonado	1776, 27 de Abril	Capitão da quarta Companhia do Terço de Auxiliares de Infantaria dos homens pardos libertos
Ambrósio Pinto da Cunha	1776, 3 de Julho	Capitão da 7ª Companhia do Terço de Auxiliares de Infantaria dos homens Pardos Libertos
Faustino de Almeida	1777, 28 de Janeiro	Capitão da nova Companhia de homens pretos forros
Valentim de Andrade Guimarães	1777, 4 de Novembro	Capitão da 1ª Companhia da freguesia da Sé do Terço de Auxiliares dos homens pretos forros
João da Serra	1777, 9 de Novembro	Capitão da Companhia do Terço de Auxiliares dos homens pretos forros
José Miguel Solano	1779, 2 de Março	Ajudante do número do Terço de Auxiliares de Infantaria dos homens pardos libertos, com graduação de capitão de Infantaria

Fonte: Elaborada pela autora com base nas fontes online do Arquivo Histórico Ultramarino

O restante das Cartas Patentes emitidas para oficiais pretos e pardos também mencionaram outras legislações que justificariam suas nomeações; mas, ainda não

conseguimos informações sobre o que elas determinariam. Por exemplo, 15 dos 29 documentos mencionam uma Real Ordem que fora expedida em 18 de Janeiro de 1779. Notamos também que, a partir do momento em que essa ordem é citada, a Carta Régia de 22 de Março de 1766 não é mais mencionada como fator legitimador para nomeação dos postos de oficiais pretos e pardos no Rio de Janeiro. Até o momento, não tivemos acesso a essa Real Ordem e não sabemos o que ela determinava, mas está em nosso plano de trabalho adentrarmos nessa busca.

Outro dado interessante de ser notado é a proporção da emissão das cartas patentes para cada ano, tanto no Distrito Diamantino quanto no Rio de Janeiro. Para a primeira localidade em questão, o ano com maior emissão de postos de oficiais para tropas de pardos foi 1789, com duas emissões. Já na cidade do Rio, temos a seguinte proporção de emissão de patentes:

Tabela 3 – Cartas Patentes emitidas para oficiais pretos e pardos na cidade do Rio de Janeiro por ano (1762-1800):

Ano de emissão da Carta Patente para oficiais pretos e pardos no Rio de Janeiro – AHU (1762-1800):	Número total de Cartas Patentes emitidas para pretos e pardos no Rio de Janeiro – AHU (1762-1800):
1772	1
1774	1
1776	4
1777	3
1779	1
1787	1
1788	2
1789	1
1792	1
1794	3
1795	2
1798	6
1799	2
1800	1

Fonte: Elaborada pela autora com base nas fontes online do Arquivo Histórico Ultramarino

Para o Rio de Janeiro, podemos observar que o ano de 1798 foi o que representou maior espaço de ampliação para oficiais pretos e pardos, sendo que 3 foram para as tropas de “Homens Pretos Forros” ou “Homens Pretos Forros e Libertos” – a nomenclatura se apresenta, por vezes, nessas duas variantes – enquanto as outras 3 foram às tropas de “Homens Pardos Libertos”.

Portanto, verificamos que, no Rio de Janeiro, sujeitos segmentados como “pretos” inseriram-se de forma mais abrangente no espaço militar do que aqueles no Distrito Diamantino. Considerando que tal nomenclatura indicava maior proximidade do indivíduo da ascendência escravista, esse dado tem possibilidade de estar ligado a duas vias de pensamento – sendo que uma não exclui, necessariamente, a outra: I) devido a maior demanda de composição de tropas encontrada no Rio de Janeiro na última metade do século XVIII, foram recrutados mais oficiais segmentados como pretos, o que abriu maior espaço de atuação e influência, bem como possibilidades de mobilidade social a esses sujeitos; II) a cor, enquanto indicador de condição e qualidade social, era mutável e, no caso do Rio de Janeiro, a grande quantidade de oficiais apontava para a proporção maior de militares patenteados cuja proximidade da escravidão era mais próxima.

Porém, ainda que tenhamos verificado maior espaço de atuação de sujeitos classificados como “pretos” nas tropas da cidade do Rio de Janeiro, constatamos número proporcionalmente maior de indivíduos classificados como “pardos”. Tal nomenclatura já atesta maior nível de *status* social nessa sociedade consuetudinária e, talvez, por isso, ela apareça expressivamente no Rio e, mais ainda, no Distrito Diamantino.

São necessários estudos mais aprofundados acerca das cores enquanto condições sociais daqueles que ocupavam as tropas militares das referidas localidades. Para o Distrito Diamantino, podemos levantar uma série de hipóteses para a ausência de nomeações de indivíduos segmentados como “pretos”, inclusive a de que não encontravam uma forma de se inserirem nesse universo hierarquizantes. O contingente populacional de africanos e seus descendentes era demasiado na sociedade mineira, e também sabemos que esta mesma sociedade proporcionou a obtenção de alforrias para muitos egressos do cativo, o que, por sua vez, aumentou consideravelmente a população segmentada em grupos de forros, pretos, pardos e outros. Sendo assim, cabem, aqui, estudos mais profundos sobre a segmentação do espaço militar na estrutura do Distrito Diamantino e cidade do Rio de Janeiro.

O que sabemos, contudo, é que a ocupação de postos militares por tais segmentos aumentou sobremaneira a partir da Carta Régia de 22 de Março de 1766 e, a partir de demandas locais, como o conflito luso-castelhano e a descoberta de diamantes,

grupos de pretos e pardos sentiam-se no direito de súditos do rei de Portugal a ponto de solicitarem serem recompensados por uma série de serviços prestados, ao que eram atendidos na qualidade de vassalos fiéis ao monarca. Isso ampliou seu espaço de atuação e influência nos quadros do Antigo Regime, ao mesmo tempo em que este mesmo regime começava a ser questionado a partir das reformas pombalinas, da qual a reforma militar lusitana de 1762 fazia parte.

Conclusão:

A partir desta análise, concluímos que a emissão da Carta Régia de 22 de Março de 1766 foi um influente aspecto de ampliação da ocupação de postos de oficiais por segmentos de pretos e pardos nas regiões político-econômicas de suma importância na América portuguesa: a saber, o Distrito Diamantino e o Rio de Janeiro. Observamos como, proporcionalmente, a cidade do Rio de Janeiro emitiu maior quantidade de nomeações militares a oficiais pretos e pardos, estes últimos em maior quantidade. Isso pode estar associado ao fato de o Rio de Janeiro se constituir enquanto porta de entrada de mercadorias às minas, e de saída do ouro ao mercado internacional. Ainda, durante o período do conflito luso-castelhano (1763-1776), o Rio de Janeiro treinou e formou tropas para enviar para a região Sul, a fim de lutar contra os castelhanos. Sendo assim, o Rio de Janeiro constituiu maior demanda de tropas na segunda metade do século XVIII do que as Minas, que empreendiam o controle social de outras formas.

A Carta Régia de 22 de março de 1766 ampliou a participação política de oficiais de cor dentro da América portuguesa, uma vez que institucionalizou e conferiu legitimidade a seu espaço de atuação. Conferiu-lhes maiores direitos, enquanto súditos do Rei de Portugal, a solicitarem mercês como retribuição de seus serviços prestados. Isso os consolidava enquanto vassalos fiéis de sua majestade, ao mesmo tempo em que colocava o rei numa posição de obrigação moral de retribuição de serviços, tal como nas normas da chamada “economia de mercês”.

Portanto, encontramos um espaço político em reformulação diante do quadro dos conflitos bélicos das décadas de 1760 e 1770, especialmente diante do conflito luso-castelhano na América. É cedo demais para atestarmos uma conclusão concreta. Nosso objetivo foi o de apresentar o que a documentação indicava durante o período do início da reforma militar lusitana até o fim do conflito luso-castelhano na América, a fim de que pudéssemos estudar se tais conflitos indicavam ou não a ampliação do espaço de

influência política dos sujeitos em questão. Nossa conclusão é a de que apenas introduzimos um problema historiográfico que ainda demanda um longo caminho de pesquisa pela frente.

REFERÊNCIAS:

- BICALHO, Maria Fernanda; COSTA, André. O Conselho Ultramarino e a emergência do secretário de Estado na comunicação política entre reino e conquistas. In: FRAGOSO, João & MONTEIRO, Nuno Gonçalo (Orgs.). **Um Reino e suas Repúblicas no Atlântico: Comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 137-158.
- COSTA, Ana Paula Pereira. **Corpos de ordenanças e chefias militares em Minas Colonial: Vila Rica (1735-1777)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.
- COTTA, Francis Albert. Organização Militar na América Portuguesa. In: COTTA, Francis Albert. **Negros e mestiços nas milícias da América Portuguesa**. 1ª Edição. Belo Horizonte: Crisálida, 2010, p. 35-60.
- _____. **Militares negros numa sociedade escravista**. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina, 2005.
- FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. Desenhando perspectivas e ampliando abordagens – De O Antigo Regime nos trópicos a Na trama das redes. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 11-40.
- GUEDES, Roberto. De ex-escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX). In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (Orgs.). **Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, capítulo 7.
- HESPANHA, António Manuel; SUBTIL, José Manuel. Corporativismo e Estado de polícia como modelos de governo das sociedades euro-americanas do Antigo Regime. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.), **Coleção O Brasil Colonial: Volume 1 (1443-1580)**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 127-166.
- MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. Forças militares no Brasil colonial. In: POSSAMAI, Paulo (Org.). **Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de história militar na idade moderna**. 1ª Edição. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 105-117.

SILVA, Bruno Cezar Santos da. **A reforma nas tropas auxiliares da capitania da Paraíba (1750-1777)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, Julho 2011, p. 6.

SILVA, Luiz Geraldo; SOUZA, Fernando Prestes de. **A guerra luso-castelhana e o recrutamento de pardos e pretos: uma análise comparativa** (Minas Gerais, São Paulo E Pernambuco, 1775-1777). Revista Brasileira de Ciências Sociais – 2007, vol. 13 nº 38, p. 71-79.

FONTES:

AHU-Minas Gerais, cx. 95, doc. 47

AHU-Minas Gerais, cx. 100, doc. 72

AHU-Minas Gerais, cx. 104, doc. 29

AHU-Minas Gerais, cx. 109, doc. 53

AHU-Minas Gerais, cx. 130, doc. 8

AHU-Minas Gerais, cx. 131, doc. 61

AHU-Minas Gerais, cx. 132, doc. 18

AHU-Minas Gerais, cx. 150, doc. 78

AHU_CU_017, Cx. 73, D. 6690

AHU_CU_017, Cx. 94, D. 8132

AHU_CU_017, Cx. 97, D. 8382

AHU_CU_017, Cx. 99, D. 8522

AHU_CU_017, Cx. 99, D. 8534

AHU_CU_017, Cx. 99, D. 8548

AHU_CU_017, Cx. 100, D. 8590

AHU_CU_017, Cx. 101, D. 8705

AHU_CU_017, Cx. 104, D. 8826

AHU_CU_017, Cx. 104, D. 8828

AHU_CU_017, Cx. 109, D. 9089

AHU_CU_017, Cx. 130, D. 10386

AHU_CU_017, Cx. 131, D. 10410

AHU_CU_017, Cx. 132, D. 10468

AHU_CU_017, Cx. 134, D. 10645

AHU_CU_017, Cx. 146, D. 11313

AHU_CU_017, Cx. 152, D. 11570

AHU_CU_017, Cx. 152, D. 11571

AHU_CU_017, Cx. 152, D. 11572

AHU_CU_017, Cx. 155, D. 11768

AHU_CU_017, Cx. 156, D. 11806

AHU_CU_017, Cx. 166, D. 12351

AHU_CU_017, Cx. 166, D. 12362

AHU_CU_017, Cx. 176, D. 12967

AHU_CU_017, Cx. 186, D. 13482

AHU_CU_017, Cx. 166, D. 12353

AHU_CU_017, Cx. 166, D. 12359

AHU_CU_017, Cx. 167, D. 12423

AHU_CU_017, Cx. 167, D. 12426

Missões Jesuíticas no Brasil colônia e sua importância para a América Latina

João Carlos Leme da Silva¹⁸

Resumo

Este curto artigo tem como objetivo analisar de maneira geral o percurso das Reduções em toda a América, mas de maneira especial, no Brasil. Como é uma pesquisa bibliográfica, e o contexto histórico das missões é muito amplo e extenso, não tem como objeto central, analisar uma redução ou um período destacado das Missões jesuítas, mas fazer análise geral do que foram essas expedições e qual a importância delas para a sociedade atual em seus diversos aspectos, sem deixar de levar em consideração o contexto histórico e social da época.

Palavras chaves: missões, Igreja Católica, América colonial, violência, evangelização.

Abstract

This short article aims to analyze in a general way the path of the Reductions throughout America, but in a special way, in Brazil. As it is a bibliographic research, and the historical context of the missions is very broad and extensive, it does not have as central object, to analyze a reduction or an outstanding period of the Jesuit Missions, but to make a general analysis of what these expeditions were and what their importance for the current society in its various aspects, while taking into account the historical and social context of the time.

Keywords: missions, Catholic Church, Colonial America, violence and evangelism.

¹⁸ Formado em História pela Universidade do Sagrado Coração, Bauru SP. (2012). E-mail: jc.lem@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O que foram as Missões Jesuítas? Controle? Iniciamos nosso artigo afirmando, que de fato as Missões jesuítas foram uma tentativa do colonizador de impor seus costumes e sua cultura para aqueles que eram chamados de “seres inferiores” ou mesmo “selvagens”. Não podemos, por isso, considerar que as Missões nada mais foram do que uma forma de uma cultura tida por superior, subjugar uma cultura tida por inferior, ainda que na mente desses missionários estariam fazendo a “vontade de Deus” levando a Palavra a toda humanidade, vemos que no final das contas o que houve fora um choque de culturas. Assim, sem fugir de nosso objetivo geral, buscaremos relatar os aspectos importantes das reduções na América latina no contexto da colonização ibérica e a consequência dessas reduções para a nossa sociedade atualmente.

As missões jesuítas, também conhecidas como reduções podem ser caracterizadas como aldeamentos indígenas que eram totalmente dirigidos pelos missionários jesuítas em seu projeto de evangelização a América como parte de sua obra evangélica. Ou seja, o objetivo das Missões eram basicamente levar a doutrina cristã a outros povos, convertê-los e batizá-los à Igreja. De acordo com Marzal 1999, “essas missões foram fundadas pelos jesuítas em toda a América colonial, e sintetizando a visão de outros estudiosos, constituem uma das mais notáveis utopias da história”. (MARZAL, 1999. P 490)

Desse modo, para conseguirem pôr a cabo seu projeto evangelizador, os missionários desenvolveram artifícios para atrair a atenção dos nativos, como por exemplo o processo da enculturação levando a aprenderem o modo de vida desses povos, assim como a sua língua e costumes. Os indígenas eram reunidos em reduções, espécie de povoados que reuniram milhares de pessoas de forma autônoma, ou quase autossuficiente numa espécie de governo comunitário e cultural na qual os nativos foram doutrinados acerca da “boa nova do Reino de Deus” e incentivados a produzir, ou melhor, a reproduzir a arte cristã, em altíssima sofisticação, imitando os moldes europeus.

Mesmo que as Missões em sua maior parte tenham cumprido seu papel de “civilizar” os indígenas, ensinando a eles os costumes da civilização dominadora, não podemos negar que as constantes divergências com os outros membros da colonização, como os bandeirantes que caçam indígenas para transforma-los como escravos, tornaram a figura dos jesuítas como mal vistos por seus detratores, sofrendo uma intensa campanha difamatória que ocasionou a suja expulsão das colônias portuguesas por volta de 1759 e a dissolução da Ordem jesuíta em 1773, o que ocasionou o colapso do sistema missioneiro e a diáspora das populações reduzidas.

AS MISSÕES JESUÍTICAS NA AMÉRICA LATINA

Como já discutimos, as reduções foram tentativas de evangelização, de pregar o Evangelho e, desse modo, traziam em sua essência o teor religioso. Ou seja, buscava-se introduzir no cotidiano dos povos reduzidos o modo de vida dos europeus, mesmo que integrando esses valores com os costumes das povoações indígenas na qual esses faziam parte.

Desde que esses costumes não divergissem das noções basilares da fé professada no Creio. Assim, há um extenso debate acerca do sucesso ou fracasso das reduções entre os estudiosos, o que gera muito material interessante com diversos pontos de vista sobre esse movimento, ou melhor, fenômeno.

Mas, como afirma Marzal, é inegável afirmar que as missões foram de importância “central para a primeira organização do território e para o lançamento das fundações da sociedade americana como hoje ela é conhecida. Vários monumentos missioneiros são hoje Patrimônio Mundial.” (MARZAL, 1999. P. 494)

Daí que é preciso levar em consideração que a fé cristã é a religião histórica por natureza porque ela está encrustada na história concreta do homem através de suas fundações culturais e a evangelização é fruto da própria Igreja e da sua atuação no mundo todo, desde o início da pregação do Evangelho. (MATOS, 2001.p 37)

De fato, nós conseguimos identificar que a colonização da América muito tem a assemelhar-se as cruzadas recém terminadas na Europa medieval. As caravelas carregavam o emblema de Cristo e a primeira coisa que os portugueses ao chegar ao

Brasil foi celebrar uma Santa Missa presidida pelo Frei Henrique de Coimbra em 23 de abril de 1500. Pois isso que:

[...] nos documentos oficiais ibéricos da época colonial sempre encontramos uma visão extremamente religiosa no ponto de vista do “dilatar a fé e o império” Dessa forma, na visão do colonizador, ao conquistar um território habitado por povos, ditos, pagãos e, ditos, selvagens, estariam eles realizando a “vontade de Deus” no sentido de “exterminar na face da terra os impuros”, ou seja, expandir os reinos cristãos significa também expandir a religião cristã pelo mundo. O projeto de colonização é então apresentado como uma “obra divina” que visa converter os “bárbaros” pela ação missionária da Igreja, apoiada pelo Estado. Na maioria das vezes, a religião era utilizada como uma ponte para as atividades comerciais, que dava mais interesse aos reis do que evangelizar os nativos, dando ao projeto colonial um caráter sacro. (MATOS, 2001. P. 47).

Entretanto, podemos considerar que e de quem é essas pessoas eram como tábulas rasas, que não possui o nenhum tipo de fé ou de religião, conforme afirma Américo Vespúcio.

Nesta gente não conhecemos que tivessem alguma lei, nem se pode dizer-se mouros, nem judeus, nem gentios; porque não vimos que fizessem nenhum sacrifício, nem mesmo casa de oração; julgo que sua vida é epicureia. (CARTAS. 1900; p. 10)

Católicos fervorosos, os cristãos que chegaram ao Brasil lideradas por Pedro Álvares Cabral ficaram completamente surpreendidos com atitude dos nativos. Embora mostrassem um certo tipo de estranhamento ante as novidades trazidas pela liturgia católica, vide que estamos no período da reforma católica, os leigos não tinham participação alguma na liturgia ponto para liturgia católica era desempenhadas pelos clérigos, sendo completamente vedada a participação dos leigos na liturgia católica coisa que foi mudada após as reformas do concílio Vaticano II.

Muitos indígenas chegavam até mesmo acompanhar as demonstrações da liturgia mostrando até certo interesse: vide a pintura da primeira missa celebrada no Brasil pelo frei Henrique de Coimbra no dia 23 de Abril do ano de 1500.

Pero Vaz de Caminha, ao final de 10 dias de permanência com os nativos afirma, em relação a suposta religiosidade desses indígenas e a prontidão desses em aceitar a catequese Romana, ele afirma:

Segundo que a mim e a todos pareceu, esta gente não lhe falece outra coisa para ser toda cristã, senão entender-nos, porque assim tomavam aquilo que nos viam fazer, como nós mesmos, por onde nos pareceu a todos que nenhuma idolatria, nem adoração o têm. (CORTESÃO. 1994; p. 170).

Por esse motivo as reduções devem ser estudadas com muita cautela, e dentro desse contexto do mundo colonial desenvolvida pelas nações europeias no caso que estudamos Portugal e Espanha. A descoberta da América, entre aspas, acontece no final do século 15 e no início do século 16 não se pode falar sobre o descobrimento da América, porque já haviam povos nativos neste continente muito tempo antes de os europeus chegarem. Como os astecas e os incas e os maias, haviam impérios grandiosos na América e civilizações com uma cultura refinada como os povos indígenas da Amazônia e as civilizações guaranis essas últimas muito atingidas pelo processo das reduções.

Os contatos iniciais não foram violentos, como já falamos acima houve uma certa troca de informações entre os povos que habitavam o continente e aqueles que vieram em nome da coroa Europeia. Entretanto não demorou muito para que o colonizador empreendesse através das armas militares uma conquista sanguinária, os povos indígenas que não responderam com a violência foram subjugados pelas nações europeias já que essas possuíam técnicas militares muito superiores. A ganância dos europeus em busca dos tesouros de Eldorado destruiu as nações indígenas.

Em vista das atrocidades que iam sendo cometidas, reis e papas legislaram a favor dos índios, mas com pouco efeito, pois o controle sobre as províncias distantes era muito difícil, e os abusos continuaram ao longo de toda a história da colonização, de acordo com historiador e membro do Collège de France, Nathan Wachtel: Junto com os primeiros colonizadores chegaram religiosos de várias Ordens missionárias, principalmente por franciscanos e dominicanos. (WACHTEL, 2003)

Um dos intuitos para a conquista espanhola e portuguesa na América era a utilização das missões evangélicas para conversão dos povos, deve-se notar que quase todos os missionários foram coniventes com o massacre que foi desempenhado dentro da América cerraram seus olhos ao que estava acontecendo e se beneficiaram com a sua exploração pouco tempo depois o rei Carlos I da Espanha assustado com os rumos descontrolados da conquista espanhola convocou a ordem dos jesuítas para intervir no processo de colonização e evangelização dos povos ao mesmo tempo em que o rei Dom João III de Portugal dava as primeiras ordens para que as missões evangelizadoras dos nativos fossem desempenhadas pela mesma ordem. (MARZAL, 1999)

A grande missão da ordem jesuíta era a luta da igreja católica contra a reforma protestante de Martinho Lutero pode-se citar no âmbito da pedagogia a renovação do catecismo na Europa, ou a busca da igreja pela sua hegemonia transformações hierárquicas no mundo ocidental, através da obediência total ao Santo padre o Papa. (MARZAL, 1999)

Essa ideia foi completamente elogiada pelo padre Manoel da Nóbrega que foi o chefe da primeira missão na América, ele tinha como objetivo apóstolos na América Latina estavam sendo ineficientes, o padre espanhol José de Acosta fez essa mesma constatação na parte espanhola da América.

Dessa maneira as pequenas iniciativas da evangelização cristã foram simples peregrinações itinerantes completamente não conecta entre si, e com muito pouco o resultado eficaz, com pouca colaboração de outras ordens religiosas e vendo os colonizadores destruírem e escravizarem os indígenas que estavam habitando nas florestas e nas Vilas que eles construíram através de seu trabalho de seu esforço. Para os colonizadores os indígenas eram tão desprezíveis quanto os africanos. Tais pessoas só eram úteis como trabalhadores braçais.

As missões no Brasil foram diferentes: houveram divergências quanto à forma de administrar a catequese. O padre da Nóbrega mudou o seu discurso dando a catequese de Lusitana uma visão completamente diferente da catequese castelhana essa última muito menos frutífera do que uma forma eficaz do aparelho missionário em particular, haja vista aqui as missões de quase toda a América Latina com exceção do Sul do Brasil

e parte do sudoeste, obtiveram certo sucesso, em grande parte essas missões acabavam batendo de frente com sistema colonial operante. (MARZAL, 1999)

Podemos citar também o período em que Portugal e Espanha eram governados pelo rei Filipe II na qual era chamado de união Ibérica as fronteiras entre Portugal e Espanha, pelo menos nas colônias foram dissolvidas o que facilitou em muito trabalho das Missões. Muitos decretos a partir de 1607 foram proclamadas, tais decretos protegiam as missões e davam essas uma incondicional de liberdade, se elas fossem totalmente em nome da coroa e falar assim em nome do rei.

Da mesma forma havia uma certa proteção aos indígenas para que eles não fossem capturados pelos bandeirantes, pelos caçadores de escravos o que foi um grande avanço para evangelização desses povos.

Assim como grande efeito de três medidas muitos nativos procuravam assistência desses padres, fugindo da escravidão e sobre a proteção oficial da coroa portuguesa ou espanhola. O historiador Imbruglia afirma que em 1630 tenham sido mortos da escravizados cerca de 30 mil nativos na província espanhola do Paraguai. (IMBRUGLIA, 2004)

Podemos citar o posicionamento do Padre Acosta, redigido por Antonio Ruiz de Montoya na sua obra Conquista Espiritual, em que relembra o trabalho realizado entre os guaranis em 1639:

Propôs a fundação de aldeamentos indígenas afastados das zonas de colonização, dando diretrizes para a organização da sua vida sócio-cultural e para uma evangelização mais profunda, salientando o fato de que os índios eram, por força da Conquista, súditos legítimos do rei espanhol e merecedores assim de respeito e de uma proteção oficial mais efetiva, tanto mais que seu trabalho revertia em rendas para a Coroa e as reduções espanholas funcionavam como baluartes contra a expansão portuguesa. Na mesma obra relatou os progressos positivos que testemunhara aplicando suas idéias entre os índios e a rica e harmoniosa sociedade que conseguira estabelecer nas reduções que fundara. (MONTROYA, 2011)

Como um grande expoente no Brasil, podemos citar o trabalho do padre Antônio Vieira. Ele buscava a libertar os indígenas da escravidão e através da sua amizade com novo monarca português Dom João IV regularizar autonomia dos povoamentos

fundados pela ordem dos jesuítas, buscando com que o monarca enxergasse que os interesses da ordem jesuíta não eram diferentes aos interesses da coroa portuguesa. o rei via as missões Jesuítas como instrumento de colonização enquanto que os Jesuítas viam com uma oportunidade de salvar as suas almas. Ainda que os Jesuítas pensassem em diminuir a participação do Estado dentro das reduções a relação entre os Jesuítas e o estado começou a se desgastar cada vez mais chegando ao ponto de lhe serem expulsos do Brasil no século 18. (MATOS, 2001)

Por volta do século XVII muitas das reduções missioneiras já eram bem-sucedidas o bastante para dilatar um forte comércio com as urbes e comarcas adjacentes, chegando a exportar abundantes artigos para a Europa, compreendendo de instrumentos musicais até esculturas, e importando outros tantos. Seu sucesso foi de fato evidente, sobrepujando o plano de vida dos colonos assentados nos povoados e cidades, desenvolvendo uma máquina administrativa e econômica muito mais competente e compassiva, e métodos técnicos mais adiantados. (MARZAL, 1999)

Embora o sistema missioneiro nunca se livrasse de ininterruptos problemas e imprevistos. Na maior parte das missões houve decadência na taxa de natalidade dos índios. Outra dificuldade foi o conflito entre a inflexível pressão do Estado a uma assimilação rápida e a inaptidão de determinado confraria de nativos de se agregarem à cultura estranha no ritmo almejado pelos conquistadores, fazendo com que muitos abandonassem seus valores tradicionais, levando a rejeição completa da missão religiosa, revertendo para as matas, contudo já tendo perdido boa parte de seu conhecimento tradicional, acabaram não podendo se readaptar ao ambiente “incivilizado” como já afirmavam os colonizadores, falecendo de fome ou sobrevivendo nas mãos dos caçadores de escravos.

Em diferentes casos os clérigos eram em número escasso ou eram mal preparados, seja por não obter estabelecer laços de confiança com os índios, seja dirigindo de forma inábil, ou terminaram desmotivados diante da austeridade da empreitada e abdicaram as aldeias. (IMBRUGLIA, 2004)

Além disso, o conflito de interesses entre o povoador já alojado e os catequizadores jamais se decidiu, e os confrontos violentos não foram incomuns, de maneira especial nas incursões dos contrabandistas de rebanho, dos que almejavam supostos *thesauri*

ocultos pelos sacerdotes dos bandeirantes no Brasil e dos *encomenderos* na América espanhola, buscando nos índios mão-de-obra escrava, com o resultado de mortes numerosas e destruição de muitas reduções. Por fim, nas tentativas de aproximação algumas tribos se mostraram hostis e outras se rebelaram depois de reduzidas, com a conseqüente eliminação dos padres, e as contendas de visão entre os loyolistas e as outras Ordens e a Inquisição lhes causaram dificuldades suplementares. (MATOS, 2001)

Contudo, no séc. XVIII as reduções tinham adquirido em adjacente um sucesso econômico e autonomias administrativas grandes o suficiente para que começassem a ser vistas como uma ameaça ao poder das Coroas espanhola e portuguesa, e a Companhia de Jesus como um todo, que havia a esta altura acumulado riquezas imensas e conquistado um poder político comparável, passou a ser acusada de ser um antro de enganadores astutos e inescrupulosos e de tentar estabelecer um império teocrático independente na América, ao mesmo tempo em que se desencadeava uma grave querela sobre os ritos nas missões do oriente. (MONTROYA, 2011)

Os jesuítas tiveram ainda de fazer face ao sentimento anticlerical fomentado pelos iluministas, o que foi agravado com seu envolvimento na disputa política de fronteiras entre portugueses e espanhóis na América do Sul. (MONTROYA, 2011)

Os crescentes desentendimentos dos religiosos com o poder laico e com a própria hierarquia da Igreja acabaram por resultar na sua evacuação das colônias americanas, não sem antes ocorrerem revoltas sangrentas como a Guerra Guaranítica no sul do Brasil. Foram expulsos da colônia portuguesa do Brasil em 1759 através de um decreto do Marquês de Pombal. (IMBRUGLIA, 2004)

O baque extremo, que estampilhou o acabamento da companhia missioneira, foi a extinção da Companhia de Jesus em 1773 pelo documento *Dominus ac redemptor* do papa Clemente XIV, mas as reduções não foram prontamente abandonadas. (IMBRUGLIA, 2004).

CONSIDERAÇÕES GERAIS:

As conclusões que podemos chegar através deste pequeno artigo, é que as missões Jesuítas que também foram chamadas de reduções, termo preconceituoso que

significava reduzir os indígenas, foram um dos grandes acontecimentos culturais dentro da história das Américas.

É impossível falar de história da América e não citar as missões Jesuítas, o assunto não se refere apenas a história da igreja católica mas a história de todos nós que vivemos neste continente e participamos da sua evolução histórica. face o crescente interesse de antropólogos sociólogos, arqueólogos críticos de arte e historiadores católicos ou não católicos, é de se notar que este tema pode gerar reações apaixonadas ou críticas.

A consequência geral da proposta missioneira é muito difícil de rotulá-la, haja vista que se refere a um tempo muito amplo e muito complexo, um aparelho rígido como se apresenta e a mencionado.

Mas podemos observar que os povos indígenas receberam as missões Jesuítas com um choque, aqueles que receberam e se converteram a cultura cristã nunca mais retornar, mas o culto indígena: houve uma fusão de culturas e de valores. Os europeus para chegar a sua mensagem até os indígenas estudaram e assimilaram muitas características dos povos indígenas, os indígenas despojaram-se de sua cultura para abraçar uma cultura dominante. Não se pode dizer que após os episódios das Missões tanto os indígenas como os cristãos continuaram os mesmos.

Podemos citar como fato importante os achados arqueológicos, as trocas culturais entre indígenas e missionários cristãos, alguns povos das Missões que permanecem até os dias de hoje e trazem essas lembranças na sua alma e seus valores culturais na sua história.

os padres trabalharam comercializaram e pregaram no deserto nas cordilheiras, nas matas, entre grupos indígenas que estavam em meios de culturas sofisticadas: como as culturas incas e a Maia ou também com culturas de construções civilizatórias muito diferentes entre si.

Muito do que resta das missões são ensaios, materiais arqueológicos e um grande fragmento de um período marcado pela curiosidade, pela incompreensão pelo respeito, mas também pela intolerância entre o dominador e o dominado jamais

podemos esquecer desse. Por mais que os missionários tivessem como objetivo lutar contra a escravidão dos indígenas, e eles ainda estavam em nome de uma cultura externa e por isso estavam a favor do dominador independente da forma como lidavam com os indígenas.

Bibliografia:

MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa História: 500 anos da presença da Igreja católica no Brasil*. Coleção Igreja na História. São Paulo: Paulinas. 2001. 321 p.

MARZAL, Manuel M. *Las Misiones Jesuitas, una Utopia Posible?*. In _____ MARZAL, Manuel María & Tua, Sandra Negro (1999). *Un reino en la frontera: las misiones jesuitas en la América colonial*. Fondo Editorial Pontificia Universidad Católica del Perú, 1999; pp. 489-495

CARTAS de Americo Vesputio. Sociedade de Geografia de Lisboa. Trad. Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Diário de noticia, 1900 [?], p. 10.

CORTESÃO, Jaime. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Lisboa: Impensa Nacional/ Casa da Moeda, 1994; p. 173.

IMBRUGLIA, Girolamo. *Il Missionario Gesuita nel Cinquecento e i "Selvaggi" Americani*. IN _____ Cuturi, Flavia. *In nome di Dio. L'impresa missionaria di fronte all'alterità*. Meltemi Editore srl, 2004. pp. 65-71

MONTOYA, Antonio Ruiz. *Conquista espiritual-1639*. Disponível em: [http://books.google.com.br/books?id=v6DjXHb2B2cC&pg=PA218&dq=Conquista+esp+iritual+\(1639\),&hl=pt-BR&ei=gynYTfbWDOLV0QGHnan8Aw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CCoQ6AEwAA#v=onepage&q=Conquista%20espiritual%20\(1639\)%2C&f=false](http://books.google.com.br/books?id=v6DjXHb2B2cC&pg=PA218&dq=Conquista+esp+iritual+(1639),&hl=pt-BR&ei=gynYTfbWDOLV0QGHnan8Aw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CCoQ6AEwAA#v=onepage&q=Conquista%20espiritual%20(1639)%2C&f=false). Acesso em 15 de maio de 2011.

O princípio da *consciência espiritual* nos capelães militares nas Minas Setecentistas e a *governamentalidade* em Foucault, 1721-1808.

Gyovana de Almeida Félix Machado¹⁹

Resumo

O presente artigo tem como objetivo a investigação da *performance* dos capelães militares nas Minas Setecentistas no período de 1721 a 1808, partindo do pressuposto da governamentalidade enquanto forma circunscrita de poder para o contexto. Deslocando o olhar para o capelão militar (objeto de nossa pesquisa) enquanto um agente costumeiro da manutenção da ordem na esfera bélica, selecionamos dois capelães dentro do recorte proposto para o desenvolvimento do nosso objetivo. Tal discussão integrará parte de uma monografia e, por isso, optamos por lançar mão de apenas dois capelães militares de nosso recorte. Utilizaremos, para tanto, os documentos avulsos da capitania de Minas Gerais presentes no AHU (Arquivo Histórico Ultramarino) disponíveis *online* no site do Projeto Resgate (www.resgate.bn.br).

Palavras-chave: Capelão. Capelania militar. Capelão militar.

Abstract

This article aims to investigate the performance of military chaplains in Minas Gerais between 1721 and 1808, having as presupposition the Governmentality as a form of power in this context. Looking to the military chaplain as a customary agent of maintaining order in the military sphere, we have selected two military chaplains inside our time cut for the development of this paperwork. This discussion will integrate some part of a completion of course work. Therefore, we have selected just two of our chaplains. To this end, we will use documents from Minas Gerais found in the Overseas Historical Archive (Arquivo Histórico Ultramarino) available online on the website of Projeto Resgate (www.resgate.bn.br).

Key words: Chaplain. Military chaplaincy. Military chaplain.

¹⁹Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
gyovanafelix@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Partindo do conceito de governamentalidade empreendido por Michel Foucault (FOUCAULT, 2014) – a partir do qual a soberania e disciplina seriam características desse tipo de poder –, busca-se com a presente proposta analisar a concepção atribuída a chamada "consciência espiritual", termo encontrado nas fontes primárias referentes ao século XVIII no exercício da capelania na esfera militar. O referido termo é prelúdio de um desenvolvimento mais amplo acerca das funções desse religioso que, numa sociedade de Antigo Regime, passava pelo crivo de uma hierarquia tão marcadamente mantida e/ou expressada através de redes como compadrios, apadrinhamentos, mercês, prestígios e privilégios. Além disso, tal sociedade marcava-se, também, pela lógica moralizante fomentada pela Igreja; segundo essa lógica, os ímpetus para conversão e conservação da alma do colono coexistiam com o discurso reformador das condutas (MASSIMI, 2005) e, por isso, moralizante.

No que tange ao recorte – tanto espacial quanto temporal –, destacamos cinco movimentações, sobretudo, que nos levaram a essa escolha. Primeiramente, a expulsão e proibição da entrada de ordens religiosas em Minas Gerais (1709 e 1711, respectivamente), o que, a priori, nos indica a expressão de um catolicismo específico desenvolvido nas Minas pelo clero regular e secular, o que justificava, por exemplo, a presença constante de religiosos envolvidos em conflitos com o Império lusitano, afinal "(...) sobre o clero pesava a acusação de ser revoltoso, ambicioso, simoníaco e displicente no pagamento de impostos, dando mau exemplo ao povo" (PIRES, 2008: 65). Em segundo lugar, trata-se de um período perpassado pela criação das Vilas Mineiras, o que se traduziu como "um instrumento de controle das gentes e dos impostos" (COSTA, 2018: 163). Em terceiro lugar, a Revolta de Vila Rica (ou de Felipe dos Santos), ocorrida em 1720, demandou mudanças políticas e administrativas que, por sua vez, tiveram reflexo na capitania; a rigor, a nomeação de Dom Lourenço de Almeida para governador de Minas Gerais em 12 de outubro de 1720, três meses após a sublevação.

Segundo Luiz Alberto Ornellas Rezende, essa movimentação demonstrou "um certo alinhamento com o projeto régio, ainda que não tenha sido completo" (REZENDE, 2015: 252). Em quarto lugar, apontamos que, a transposição da corte

portuguesa do continente europeu para a América em 1808, compôs o centro de mudanças estruturais na América Portuguesa, o que trouxe implicações, inclusive, sobre o âmbito teológico-político (SCHIAVINATO, 2009). Nesse sentido, preferimos não adentrar numa discussão a partir da qual o pano de fundo sobre o *ser religioso* seria reorganizado em torno de outras preocupações. Como quinta e última movimentação selecionada por nós, destacamos que o nosso levantamento documental se inicia com o primeiro documento datando 1727. No entanto, expõe um processo que estava correndo desde em 1721.

Pensar no ofício do capelão como um dos símbolos (religiosos) desse governo que centralizava e descentralizava para capilarizar o seu poder soou interessante justamente por encontrarmos esse indivíduo em diversas esferas na sociedade de Antigo Regime – não só nas Minas e não somente vinculados ao espaço da capela. Na América lusa, o cargo de "capelão ganhou certo prestígio notadamente a partir da expulsão dos holandeses do Nordeste, em 1654, quando foram, então, retomadas as atividades missionárias pelo sertão" (MELLO, 2003: 406 apud ALVES, DILLMAN E TORRES, 2016: 366). Partindo deste aspecto, percebemos uma possibilidade que justificaria a sua presença em lugares tão plurais nas instâncias de poder na sociedade de Antigo Regime, além de ter sido um ofício que permitia certa itinerância dos dogmas da moral cristã.

Nas Minas, observamos o desempenho da capelania em Irmandades – ao menos no século XVIII – como uma opção atraente, tendo em vista que o ofício de capelão estava entre os cargos clericais seculares não elevados, juntamente com os coadjutores ou auxiliares²⁰. Encontramos essa realidade não apenas em termos da disposição e ampliação da autonomia do capelão no que tange a direção religiosa das atividades confrariais; mas, encontramos também quanto às questões materiais:

os capelães estavam no centro de praticamente todas as atividades confrariais. Frequentemente sua presença era exigida na **celebração de missas, elaboração de sermões para festas dos santos patronos, acompanhamento de enterros e de rituais religiosos, eleições do corpo administrativo e reuniões ordinárias**²¹ (AGUIAR, 1997: 81)

²⁰Para mais detalhes, ver: DUARTE, Josimar Faria. Clérigos Seculares e suas Redes de Sociabilidades nas Minas Setecentistas. **Revista de História Regional**, [s. l.], ano 262, v. 22, ed. 2, p. 288, 30 nov. 2017. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/10198>. Acesso em: 14 set. 2020.

²¹Grifo nosso.

Somado a isso, "ser capelão de irmandades de negros ou de mulatos significava uma fonte de rendimento segura e, ao que tudo indica, bastante significativa" (AGUIAR, 1997: 93). Através de trabalhos que relacionam, sobretudo, as corporações locais de senhores e a instituição de capelas – numa referência que parte do estudo das elites e a sua respectiva organização social – conseguimos vislumbrar, ainda, o ofício do capelão dado o caráter propínquo que estabelece com a própria capela e a sua instituição, especialmente no que diz respeito às redes nas quais articula sua trajetória.

De acordo com Andrade, "a instituição das capelas, especialmente quando havia um trabalho constante de sujeição dos fiéis, dirigido pelo capelão (ou cura), significou efetivamente a manutenção da jurisdição civil e eclesiástica." (ANDRADE, 2011: 293) e, em análise sobre a capela do Arraial do Tamanduá, dirá que "a capela fez parte também do jogo de poder, porque servia de peça fundamental para a representação social e a legitimidade das autoridades locais." (ANDRADE, 2011: 293) e, no que diz respeito ao capelão nessa movimentação, analisa:

Era peça importante no jogo de poder local ou familiar e sabia usar o capital religioso e simbólico que detinha. Se parente do patrono ou do dotador da igreja, ele próprio contribuía para a trama das estratégias ou táticas familiares. Além disso, o capelão costumava forjar certa autonomia, equilibrando-se entre os poderes eclesiásticos (pároco, autoridades diocesanas) e leigos da sua capela. (ANDRADE, 2007: 166)

Um comentário a ser feito sobre esta última citação consiste na própria escolha do capelão, que Andrade salienta ser esse um elemento condizente com as redes nas quais esse indivíduo se conectava e movimentava. Partindo de amizade ou parentesco, a sua escolha estava ligada ao jogo político de uma corporação local de senhores.

A presença do capelão nas ordens militares, portanto, não diz de uma excepcionalidade na prática normativa de Antigo Regime, sobretudo pela própria natureza e demanda das e/ou nas organizações militares. Cotta destaca que:

As instituições responsáveis pela *polícia* no Brasil tiveram como base de atuação as ações relacionadas à ideia de *manutenção da ordem*. As estratégias, táticas e ações foram construídas num processo de longa duração, marcado por negociações, recuos, resistências, cooptações e relativas acomodações, que culminaram na legitimação social de uma visão centrada na necessidade de *Ordem* (COTTA, 2000: 20, 21)

Isto posto, gostaríamos de apresentar e refletir sobre os capelães atuantes em Ordens militares do período abarcado como aqueles que, mediante o seu desempenho em tal ofício, auxiliavam na tutela e/ou reprodução da manutenção da ordem – que ganha impulso, justamente, na prática costumeira dos agentes e instituições que compõe a sociedade colonial mineira no setecentos. Para tal feito, lançaremos mão do conceito de *governamentalidade* (FOUCAULT, 2014) enquanto um pressuposto da natureza de poder circunscrito ao cotidiano da sociedade colonial de Antigo Regime, mais especificamente nas Minas Setecentistas.

Utilizaremos a documentação avulsa presente no Arquivo Histórico Ultramarino concernente a capitania de Minas Gerais. Agregaremos fontes que nos permitirão visualizar a *performance* do ofício de capelão em ambiente bélico, a rigor, os documentos de natureza administrativa e militar, tal como os requerimentos e cartas de sesmária. Consideramos que qualquer fragmento documental por nós levantado que indique as demandas e estratégias desses indivíduos poderá servir-nos como uma via de acesso à reconstrução de suas trajetórias, bem como ao levantamento de maiores indagações sobre a vida desses capelães que auxiliavam na manutenção costumeira da lógica de Antigo Regime.

1.2 A GOVERNAMENTALIDADE COMO NATUREZA DE PODER CIRCUNSCRITA AO CAPELÃO: PRESSUPOSTOS E REFLEXÕES.

Empreendido por Michel Foucault, o conceito de *governamentalidade* se desenvolveu sob três pontos de apoio: pastoral, novas técnicas diplomático-militares e a polícia (FOUCAULT, 2013). Sendo táticas, segundo o autor, sobre aquilo que deve concernir ou não ao Estado, a governamentalização desse último ocorreu no século XVIII apontando para:

a passagem de uma arte de governo para uma ciência política, de um regime dominado pela estruturas da soberania para um regime dominado pelas técnicas de governo (...) em torno da população e, por conseguinte, em torno do nascimento da economia política. (FOUCAULT, 2013: 426).

Tendo como característica a soberania, disciplina e gestão, a *governamentalidade* será definida por Foucault em três aspectos. O primeiro referiu-se ao:

conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises, reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bastante específica e complexa de poder **que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança**²² (FOUCAULT, 2013: 429).

O segundo se desenvolveu na medida em que o autor identifica-o enquanto uma tendência de forma de poder no Ocidente; nesse sentido, constatou o desenvolvimento de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes para sua duração. Por fim, o terceiro aspecto elucidou a natureza técnica do conceito mediante o seu desdobramento a partir do Estado de justiça da Idade Média, Estado administrativo nos séculos XV e XVI e a então governamentalização no século XVIII.

A pastoral, um dos pontos de apoio dessa natureza de poder, diz respeito a dois aspectos que nos interessam, a saber, "o governo das almas e das condutas" (FOUCAULT, 2013: 407). Francisco Eduardo de Andrade²³ destaca a governamentalidade numa movimentação em que "o exercício do poder se converte em prática de governo" (ANDRADE, 2007: 160); portanto, pensar o capelão como um meio que auxiliava na tutela e reprodução desse poder sob a prerrogativa do cuidado das consciências constitui-se enquanto o nosso interesse nos usos do conceito para a pesquisa.

2. A FUNÇÃO BASILAR DO *SER* ECLESIAÍSTICO: A pregação nas Minas Setecentistas

Para atingirmos com maior precisão o objetivo desse artigo, precisamos pensar nos dois pressupostos mais amplos acerca das demandas e/ou expectativas que pairavam sobre o capelão militar. Para tal ação, optamos por analisar alguns elementos que eram

²²Grifo nosso.

²³Autor que estuda o mesmo período e que circunda o nosso objeto em suas produções.

inerentes a sua função basilar, a saber, o ser eclesiástico e, em um segundo momento, iremos refletir sobre esse conjunto de funções na esfera militar.

No artigo 516 das Constituições do Arcebispado da Bahia (jurisdição à que estava submetida todos os pregadores atuantes no território), constatam-se as condições requeridas para a concessão da licença de pregar, convertida em "boa formação cultural, vida e costumes exemplares, idade apropriada e posse das Ordens Sagradas, além de uma boa proficiência no exame apropriado realizado pela autoridade indicada" (MASSIMI, 2005: 421-422). A Constituição se desenvolveu não apenas sob as orientações valorativas básicas²⁴ (BARTH, 2000) e, em linhas gerais, sob normas constitutivas do caráter do pregador, mas, também, no que diz respeito ao conteúdo da mensagem que por ele seria propagada. Assim sendo, o pregador deveria:

admoestar no que diz respeito aos 'Novíssimos do Homem', assim definidos no artículo 571 das Constituições: 'Os Novíssimos do Homem são quatro. O primeiro he Morte. O segundo, Juízo. O terceyro, Inferno. O quarto, Paraíso' (MASSIMI, 2005: 422).

Tendo, ainda, que atingir "as três potências da alma: memória, entendimento e verdade, pela via dos sentidos corporais" (MASSIMI, 2005: 422). Massimi irá destacar que, segundo a obra "Conversações Familiares" (escrita por De Sancto Antônio Sebastião, em 1762), "cada um deveria compor a pregação por si mesmo, a partir de sua formação, de suas próprias 'luzes'" (MASSIMI, 2005: 427). À vista disso, nota-se uma autonomia no sermão na medida em que a cultura das Luzes penetrou a lógica de oratória partindo para a rejeição dos métodos tradicionais. Nesse sentido, cabe destacar que o Iluminismo português manteve características católicas promovidas por membros ilustrados da Igreja (PIRES, 2008).

Massimi irá concluir, em linhas gerais, que o sermão e/ou pregação teria como objetivo dois aspectos: exortação para conversão das almas e a reforma das condutas. Identificamos a pregação como aspecto fundamental para moralização dos sujeitos, portanto, saturada de um determinado peso que se manifestaria nas relações sociais.

²⁴Ou seja, padrões de moralidade e excelência pelos quais as performances são julgadas.

Afinal, o sujeito que a propagava possuía em sua língua os aspectos de vida e morte, inferno e paraíso. Isso balizava, em alguma medida, a sociedade de Antigo Regime.

2.1 A APLICAÇÃO DAS NORMAS DA CONSTITUIÇÃO NAS MINAS: ENTRE ADAPTAÇÕES E BRECHAS

Se, para o autor José Ferreira Carrato, carecia nas Minas o tribunal da consciência – ou seja, a religião – (CARRATO, 1963), para a autora Marcela Soares Milagre (2011) o que existiu foi um ambiente de mudanças – rupturas e continuidades – da Igreja no território, pois "alguns bispos e autoridades eclesiásticas já davam sinais que um movimento de mudança da instituição eclesiástica estava em andamento" (MILAGRE, 2011:27). Partindo da criação do bispado da Bahia (1693), percebe-se que:

a Igreja do Brasil colonial atravessou os séculos XVI e XVII órfã de constituições próprias, o que a deixou à mercê da influência das constituições portuguesas. A falta de um corpo canônico ajustado às circunstâncias da colônia, e a presença de bispos e padres provenientes de diferentes dioceses portuguesas fizeram com que paróquias e comarcas fossem, na prática, **regidas por diferentes constituições e normas**²⁵, o que explica a falta de uniformidade no Brasil (MILAGRE, 2011: 27).

Em consonância com o trabalho de Soares, vislumbramos um conjunto de tentativas para a estruturação e organização eclesiástica da Igreja na América lusa, tal como "alguns bispos da colônia que se empenharam na difícil tarefa de organizar a Igreja do Brasil colônia com base nas diretrizes tridentinas (...)" (MILAGRE, 2011: 28). Acrescentamos, ainda, que "a criação do Bispado de Mariana em 1745 e a vinda do primeiro prelado D. Frei Manuel da Cruz em 1748, foram tentativas de moralizar a Igreja mineira" (PIRES, 2008: 22).

Partindo para a análise da aplicação das normas da Constituição do Arcebispo da Bahia, sabe-se que a primeira pastoral publicada em Minas Gerais (1727), mais especificamente em São João Del Rei por D. Frei Antônio de Guadalupe, determinava aos Capelães a pregação nos domingos e em festas solenes; o catecismo à gente simples; a Oração Mental e alguns outros ritos (MASSIMI, 2005). Anteriormente a essa

²⁵Grifo nosso.

tentativa de configuração mais nítida da política religiosa implementada nas Minas, percebeu-se que mesmo "privilegiando aspectos visíveis da fé, as diretrizes tridentinas se adaptaram a religiosidade peculiar da Colônia" (PIRES, 2008: 59) o que, possivelmente, justificaria a tolerância que Milagre identifica por parte da população nas Minas Novas de Pitangui no que diz respeito aos padres que se envolviam em negócios, mesmo sendo uma atividade ilegítima segundo as Constituições. Sobre isso, ela destaca que:

Os limites da tolerância pareciam estar mais relacionados com o **cumprimento das obrigações**²⁶ sacerdotais em termos de matéria religiosa, que com qualquer outra coisa. Quando o clérigo se mostrava relapso no atendimento das necessidades religiosas de suas ovelhas abria-se então o leque de acusações (MILAGRE, 2011: 89).

Percebemos dois aspectos a partir desse caso. O primeiro deles diz respeito à sobriedade – em matéria das funções do religioso – que se esperava no cumprimento de suas funções e, em alguma medida, a importância da atestação simbólica do religioso para com os indivíduos que assistencializava. Em segundo lugar, trata-se de um exemplo nítido da reconfiguração desses homens frente à prática costumeira dessa sociedade, ou seja, "embora estivesse em desacordo com as normas e preceitos da Igreja, estava em harmonia com aquela comunidade que aceitava esse comportamento dos seus sacerdotes, inclusive, colaborando e participando de seus negócios." (MILAGRE, 2011: 126).

A pregação, portanto, se consolida enquanto um elemento incontornável para compreendermos o peso das relações sociais estabelecidas pelo capelão mediante a sua *performance* para a manutenção da ordem e/ou lógica normativa de Antigo Regime, sobretudo no que diz respeito às suas ações e demandas dentro da esfera militar, o que identificamos segundo a prerrogativa de se estabelecer uma "consciência espiritual" nos sujeitos que compunham este corpo.

3. A CAPELANIA MILITAR NOS MOLDES DO ANTIGO REGIME

A necessidade das tropas nas Minas se deu mediante três conveniências: o controle social, a preservação da tranquilidade e do sossego públicos (COTTA, 2004);

²⁶Grifo nosso.

tal dinâmica teria corroborado para uma série de fatores, tendo em vista as características geopolíticas e econômicas nas Minas, a rigor, possuía um repertório de "práticas coletivas e individuais, teria funcionado por manter em níveis toleráveis a violência, permitindo a arrecadação dos impostos e o desenvolvimento econômico das Minas Gerais" (COTTA, 2004: 11).

Destarte, Cotta aponta que, dentro do Estado-maior²⁷, o capelão se encontrava representando o clero nesse corpo, junto ao sargento-mor e ao auditor, representante da alta oficialidade e das leis, respectivamente. Na prática, a desenvoltura da capelania dentro dos corpos militares partia de alguns aspectos elencados, sobretudo, na obra "Norte de Capelães e Guia de militares" (1727) de autoria do padre dominicano Marcos Salzedo:

Esta obra buscava orientar religiosos a proceder corretamente nos princípios da fé para com os militares, num discurso cristão que buscava modular a moralidade dos seus fiéis (civis e militares) a fim de garantir comportamentos adequados, baseados nos princípios cristãos. Tais mecanismos de controle de atitudes e de regulação das consciências eram, possivelmente, elementos eficazes na manutenção da ordem (...) (ALVES, DILLMANN, TORRES, 2016: 370).

Somado a isso, o capelão deveria ser responsável pelo pasto espiritual, a boa direção das consciências militares, a administração dos sacramentos sendo e, ainda, a língua do céu e o intérprete da mente Divina (ALVES, DILLMANN, TORRES, 2016). Não temos evidências suficientes de que os sujeitos nas Minas tenham tido acesso a essa obra, já que ela fazia parte da coleção do Brigadeiro José da Silva Paes, primeiro comandante militar do Rio Grande e primeiro governador de Santa Catarina. No entanto, Álvaro Antunes irá apontar que, no século XVIII, os maiores grupos proprietários de livros em Vila Rica foram os militares e clérigos (ANTUNES, 2009).

Mobilizamos tal obra apontando para os esforços de estruturação e especialização deste posto nos corpos militares. Sugerindo ser um posto militar, a capelania nestes corpos tinha como característica o pagamento em soldo, diferentemente

²⁷Centros especializados na logística militar necessários, segundo Cotta, para a direção e apoio das forças militares.

do usual para eclesiásticos, a saber, o pagamento em cômguas. Por exemplo, no Regimento de Dragões nas Minas (1775), o capelão tirava como soldo 20\$000 por mês (COTTA, 2004: 254). Segundo "Antônio de Moraes, o soldo seria a paga do soldado, portanto, um tipo de remuneração característico da classe militar" (MACHADO, 2019: 80), isto posto, entendemos a capelania enquanto um posto militar nos corpos desta natureza, no entanto, ocupado por um religioso. Tal reflexão não se abstém das características intrínsecas ao sujeito que dispunha o seu ofício na capelania militar, afinal, como já demonstrado, no capelão era mobilizado os esforços para moralização e conservação "espiritual" dos soldados, nesse sentido, destacamos o capelão enquanto um dos braços e, portanto, esforços da Igreja de se fazer presente nas diversas instâncias da sociedade colonial de Antigo Regime.

Como um ponto comparativo, é interessante salientar algumas diferenças das análises acima e suas preposições sobre o capelão, sobretudo no que concerne a sua escolha e função. Partindo de um recorte do século XVII e de um momento específico na história do Brasil – as invasões e o estabelecimento de holandeses no nordeste brasileiro e o conseqüente conflito político-militar entre os países –, Frans Leonard Schalkwijk discorre sobre a agência dos capelães (protestantes) destacando que o trabalho desses era iniciado em alto mar (durante a travessia) e, pelo seu envolvimento com o exército, mediante a necessidade de transporte, por exemplo, a relação entre essas esferas era estreita. No entanto, existe um fator que o autor aponta que traz maior clareza sobre esse diálogo entre as esferas religiosa e militar, e, em certa medida, até que ponto essas se mesclam. Esse fator consiste no pagamento dos soldos, pois, segundo o mesmo, o "salário" de um capelão militar "provinha de fundos diversos daqueles com que se pagavam os salários dos pastores locais." (SCHALKWIJK, 2004: 134).

Com as suas devidas diferenças, o estudo de Schalkwijk indica, em suma, o diálogo e a organização entre duas esferas que não necessariamente se apresentam, neste contexto específico, como distintas e sem movimentação; pelo contrário, a função do capelão nesse contexto dentro do protestantismo é analisada mais pelos vínculos do que pelas diferenças com outras esferas de organização social, tal como é a militar.

4. FONTES E INDÍCIOS: O CASO DOS CAPELÃES MILITARES PE. JOSÉ CORDEIRO PAES (1721) E PE. JOÃO RODRIGUES DO PAÇO (1780)

Inicialmente, precisamos atentar-nos para a natureza de nossas fontes enquanto aspecto que nos suscita determinadas prerrogativas. Para o presente artigo, iremos dispor, em especial, de requerimentos disponíveis no AHU (Arquivo Histórico Ultramarino); consideramos, assim, a premissa de se tratar de um documento oficial, emitido pelo indivíduo ao Conselho Ultramarino seguindo determinadas normas para que o mesmo lograsse êxito naquilo que estava sendo requerido. Isto posto, apontamos para o peso simbólico presente nesse tipo de apelo, afinal, o uso de tal convenção demonstra o sentido da honra e dignidade de indivíduos que mobilizavam mecanismos e estratégias de favorecimento no decorrer de seus requerimentos a alguma autoridade delegada ou ao próprio monarca em si.

O primeiro capelão militar por nós encontrado no AHU, Padre José Cordeiro Paes (capelão da Companhia dos Dragões do Ouro, provido em 10 de Março de 1721), traz a marca em seu requerimento – já no assento do posto, por Conde Dom Pedro de Almeida –, dá ideia do capelão enquanto aquele que atende a demanda do "**posto espiritual dos soldados**"²⁸ e atender a se eles satisfazem os preceitos da Igreja do que muitas vezes podem deixar de fazer quando pelas *quadragésimas* (?) andam em diligência do serviço de Sua Majestade"²⁹. Assentado no Livro do Registro das Patentes e Provisões, a nomeação do Pe. José na qualidade de capelão daquela Companhia segue desta forma:

Havendo respeito a tudo isso e a concorrerem na pessoa do padre Joseph Cordeiro Paes todos os requisitos necessários para este emprego. **O nomeio por capelão das duas companhias de dragões e terá cuidado de receber na sua mão os escritos das confissões dos oficiais e soldados para os entregar no tempo determinado aos párocos das freguesias onde forem assistentes e assim mais atenderá a tudo ademais que for necessário e conveniente as consciências dos sobreditos e vencerá de soldo**³⁰ o que lhe tocar pelo regimento militar na

²⁸ Grifo nosso.

²⁹ AHU-Minas Gerais, cx. 10, doc. 39. Grifo nosso.

³⁰ Grifo nosso.

forma do quádruplo com que se paga as ditas tropas e se lhe sentará praça e se registrará nos livros da vedoria.³¹

O processo arrolado no Requerimento indica a permanência do padre em pouco menos de cinco meses no posto. Este fora nomeado no dia 10 de Março de 1721 e teve baixa dada por Lourenço de Almeida (Governador das Minas de 1720 a 1732) no dia 2 de Outubro do mesmo ano, sob o pretexto de ser desnecessário um capelão para as ditas tropas. O padre, portanto, requereu o tempo em que, segundo o mesmo, "serviu sua fé de ofício". Identificamos ainda, o esforço do referido padre em se abster da responsabilidade da baixa; assim sendo, disse que esta última não foi dada por alguma falta que cometeu. É sabido dos esforços da Coroa na contenção de sublevações com participação dos religiosos nas Minas, a própria nomeação de Lourenço de Almeida para Governador é uma decorrência nesse sentido, assim sendo, não descartamos a possibilidade da baixa dada por Almeida ao padre José ser um exemplo da tentativa de minimização de possíveis sublevações, afinal, o capelão e o sentido carregado na capelania dentro do espaço bélico, poderia ser um problema gestado com efeito em larga escala. Acrescentamos que, o mesmo padre se apresenta para o requerimento de certidão do tempo em que serviu, como "capelão mor" das Companhias de Dragões do Ouro. Contudo, apenas "poucos anos após a independência, foi exarado o Decreto Imperial de 7 de Julho de 1825, que criou o cargo de Capelão-Mor" (ALMEIDA, 2006: 18). Não descartamos a hipótese de que tal atitude do padre indica a tentativa de se apresentar no documento como, de fato, o mais preparado para o ofício que havia sofrido baixa, o que, de certa forma, atenuaria o possível estigma causado pelo desligamento em meses de serviço.

Sobre o Padre João Rodrigues do Paço (capelão do Regimento de Dragões de Minas Gerais, provido em 1780), selecionamos o requerimento onde foi evidenciado por Dom Rodrigo José de Menezes as obrigações e condições do capelão dentro do Regimento. A nomeação seguiu instituindo a sua obrigação em "residir sempre no corpo do seu regimento, e observar inteiramente as condições que por ele lhe são impostas"³²; e, colabora também para a nossa compreensão no que diz respeito ao reconhecimento

³¹Idem.

³² AHU-Minas Gerais, cx. 123, doc. 107

desse indivíduo, ao menos no que foi ordenado oficialmente, dentro do corpo que serviria. À vista disso, o requerimento diz:

Pelo que o Tenente Coronel Comandante do mencionado regimento **lhe mandará fazer os assentos necessários na matrícula e mais partes precisas, e nas cartas desta para a todo tempo cometer, e o conheça por capelão do corpo dele, e como tal o trate e estime, e da mesma os oficiais e soldados em virtude desta provisão que lhe mandei passar por mim assinada**³³ (...).

Sua provisão de confirmação no emprego de capelão deste Regimento foi dada em 10 de Dezembro de 1785, sob o governo (nas Minas) já de Luís da Cunha Menezes. Em 1799, ou seja, 14 anos depois, encontramos outro requerimento para confirmação de carta de sesmaria do mesmo padre e, o que irá nos chamar a atenção é a localização de sua Fazenda:

Por cuja fazenda confronta do nascente com a fazenda do mestre de Campo Ignácio Correia Pamplona, do poente com sesmaria do Tenente Luiz Antônio da Silva do Sul com outra igual fazenda do Capitão Manuel Barbosa Soares e do Norte com o rio de São Francisco³⁴(...).

Ignácio Correia de Pamplona, um dos vizinhos do Padre João, também conhecido por ter sido um dos que delataram as pretensões de Tiradentes e os seus companheiros, dispunha de um posto de oficial superior e, no que segue do documento, identificamos outros vizinhos com patentes elevadas, um tenente e um capitão, respectivamente. Se partirmos da governamentalidade constituída, também, pela força ordenativa da pastoral (governo das almas e das condutas), não poderemos descartar a possibilidade de este indivíduo ter cooperado para a manutenção da ordem e/ou lógica normativa de Antigo Regime, justamente no que concerne à adesão das práticas de seu tempo. Ou seja, pelo longo tempo em que foi capelão do Regimento, teve como estratégia a sedimentação de relações com o oficialato, o que se converteu na conformidade (direta ou indiretamente, consciente ou inconscientemente) do mesmo aos procedimentos costumeiros de seu tempo; o que, em alguma medida, pode ter impulsionado e auxiliado na manutenção da ordem.

³³ Grifo nosso.

³⁴ AHU-Minas Gerais, cx. 148, doc. 17.

5. CONCLUSÃO

Partimos para as conclusões prévias apontando para maiores perguntas no que diz respeito à *performance* desses sujeitos no emprego de capelães militares. Acreditamos que na investigação e observação desses em seu conjunto de expressões, mobilizações e estratégias, existe um universo pouco explorado, porém fértil para os estudos que buscam compreender os agentes costumeiros que auxiliavam na manutenção da ordem e/ou lógica normativa de Antigo Regime. A aproximação com o oficialato por parte do padre João é um exemplo desse universo de possibilidades. Acrescentamos que tal estudo fará parte de uma discussão a ser desenvolvida na monografia (TCC), onde apresentaremos todos os capelães já encontrados no mesmo recorte, com o auxílio de outros arquivos para cruzamento de fontes.

6. BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Marcos Magalhães de. **Capelães e vida associativa na Capitania de Minas Gerais**. Varia Historia, Belo Horizonte, ed. 17, p. 80-105, 1997.

ALMEIDA, Marcelo Coelho. **A religião na caserna: o papel do capelão militar**. 2006. Dissertação de Mestrado (Mestre em História) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2006.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. **A conversão do sertão: capelas e a governamentalidade nas Minas Gerais**. Varia hist. , Belo Horizonte, v. 23, n. 37, pág. 151-166, junho de 2007.

_____. Fronteira e Instituição de Capelas nas Minas, América Portuguesa. **Am. Lat. Hist. Econ**, México , n. 35, p. 271-296, junho de 2011.

ANTUNES, Álvaro de Araújo. **Os ânimos e ânimos e a posse de livros em Minas Gerais (1750-1808)**. In: MEGIANI, Ana Paula. O Império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séc. XVI-XIX). São Paulo: Alameda, 2009.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

CARRATO, José Ferreira. **As Minas Gerais e os Primórdios do Caraça**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.

COSTA, Simona. **As vilas Mineiras setecentistas: o caso de Vila Rica**. Urbana: Rev. Eletrônica Cent. Interdiscip. Estud. Cid, Campinas, SP, v. 10, jan./mai. 2018.

COTTA, Francis Albert. **Para além da desclassificação e docilização dos corpos: organização militar nas Minas Gerais do século XVIII**. Mneme: revista de humanidades, [s. l.], v. 1, n. 1, ago./set. 2000.

DILLMANN, Mauro; ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. **Dos modos de ser soldado e capelão na militarizada povoação do Rio Grande do século XVIII**. Revista Territórios e Fronteiras, Cuiabá, v. 9, ed. 2, 2016.

FILHO, Henrique Espada R. Lima. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 27. ed. São Paulo: Graal, 2013.

MACHADO, David Prado. **A privatização da fé: capelas domésticas nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX**. 2019. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

MASSIMI, Marina. **A pregação no Brasil Colonial**. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 21, nº 34: p. 417-436, Julho 2005.

MILAGRE, Marcela Soares. **Entre a bolsa e o púlpito: Eclesiásticos e homens do século nas Minas de Pitangui (1745-1793)**. 2011. Dissertação de Mestrado (Mestre em História) - Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2011.

PIRES, Maria do Carmo. **Juízes e Infratores: o tribunal eclesiástico do bispado de Mariana (1748-1800)**. 1. Ed. São Paulo: Annablume, 2008.

REZENDE, Luiz Alberto Ornellas. **A Câmara Municipal de Vila Rica e a consolidação das elites locais, 1711-1736**. 2015. Dissertação de Mestrado (Mestre em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SCHALKWIJK, Frans Leonard. **Igreja e Estado no Brasil Holandês (1630 a 1654)**. 3ª ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

SCHIAVINATO, Iara . **Entre histórias e historiografias: algumas tramas do governo joanino**. In: SALLES, Ricardo e GRINBERG, Keila (org.). O Brasil Imperial, v. 1 (1808-1831). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

FONTES

AHU-Minas Gerais, cx. 10, doc. 39

AHU-Minas Gerais, cx. 123, doc. 107

AHU-Minas Gerais, cx. 148, doc. 17

**Simpósio Temático 02: Os artífices do poder: conexões políticas,
sociais, econômicas e familiares entre os diferentes atores da América
Portuguesa (séculos XVIII e XIX)**

**FAMÍLIA E ESCRAVIDÃO EM MACAÉ: UMA BREVE ANÁLISE
À LUZ DA DEMOGRAFIA HISTÓRICA. 1850-57.**

Ronaldo Pereira dos Santos³⁵

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo verificar, através da análise dos registros de batismos da paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé a dinâmica da população escrava desta freguesia na segunda metade do século XIX, e comparar com tendências anteriores. Na pesquisa em si, foi observada uma variação do fluxo da população escrava e livre, certo equilíbrio entre os sexos de cativos, assim como elevados números de batismos legítimos de escravos dos fins do século XVIII até meados do XIX. Dessa forma, foi possível perceber que as taxas verificadas apresentam grande diferença, em comparação à períodos anteriores, de modo a favorecer a criação de hipóteses sobre os impactos desse momento na continuidade da família escrava, transformada em razão da proibição do tráfico negreiro.

Palavras-chave: Batismo, Escravidão, Demografia Histórica.

Abstract

The present work aims to verify the dynamics of the slave population in the parish of Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé, in the second half of the 19th century, by analyzing the parish baptism records, in favor to compare with previous trends. About the research itself, there are movements of the slave and free population, a certain balance between the sexes of captives, as well as high numbers of legitimate slave baptisms in the late 18th to the 19th centuries. Therefore, we could perceive that these rates present a great difference, in comparison with previous periods, beneficial to

³⁵ Graduando do 8º período do curso de Licenciatura em História da Faculdade Santa Marcelina Muriaé. E-mail: ronaldo.ronaldo50@gmail.com.

hypotesis creation about the impacts of this moment in the slave family continuity, transformed due to the slave trade prohibition.

Keywords: Baptism, Slavery, Historical Demography.

Introdução

No alvorecer do século XIX, a economia brasileira estava há cerca de 300 anos operando no regime escravocrata. Até o momento, Katia de Queiróz Mattoso (2003, p.53), nos diz que a cifra de africanos escravizados que desembarcam no Brasil gira em torno de 3 500 000 indivíduos, retirados a força de sua terra natal para uma vida no desconhecido. Tal mudança implica numa completa reformulação das práticas cotidianas desses, visto que, ao penetrarem o universo do branco, foram designados para o papel de pura e simples mão-de-obra, cabendo ao cativo a ressignificação da sua vida em sociedade.

Ao longo do regime escravista, Stuart B. Schwartz (2001) coloca que as lutas ideológicas travadas, por gerações, entre os interesses da Igreja, dos senhores e dos escravos, por mais árduas que fossem, tornou viável o estabelecimento de uma série de concessões entre esses atores, de modo a permitir ao escravo criar família e estabelecer redes de parentesco capazes de aliviar o peso de sua condição, mesmo essas sendo constantemente ameaçadas pela instituição a qual estavam inseridos. Essas relações acabam sofrendo os impactos das flutuações econômicas pois, como afirma Manolo Florentino, “comprar e vender homens era tão comum quanto adquirir cavalos ou bois. Bons dentes, nenhum sinal de doenças e, sobretudo, boa capacidade de trabalho – tais eram as qualidades que tornavam atrativas as mercadorias vivas” (2001, p.1).

Sendo assim, como mercadorias que eram, o volume de importação de novos contingentes escravos aumentava ou diminuía de acordo com a demanda. Foi assim com a economia açucareira e aurífera, e por fim, a cafeeira. Tais foram os apogeu de uma política econômica exploratória, acompanhadas por suas respectivas crises. É claro, a complexidade dos fatores econômicos da Colônia e do Império são impossíveis de descrever em tão poucas palavras. Porém, o que importa é caracterizar como esses fluxos modificaram a estrutura da família escrava na segunda metade do século XIX, na

freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé, tanto no aspecto econômico, quanto político, a partir da implantação da lei Eusébio de Queiróz.

Projeção socioeconômica da freguesia de Nossa Senhora das Neves

A expansão econômica de Neves tem início entre séculos XVIII e XIX, de acordo com Sheila de Castro Faria. A autora (1998, p.33) explica que a região se destaca a partir de 1750 por conta da transição da pecuária para o cultivo de cana-de-açúcar. Em razão disso, a freguesia tornou-se interessante para a agro exportação, de modo que é observável o seu sucesso no início do século seguinte. É interessante atentar que as freguesias de Macaé, segundo Fabio Francisco dos Santos (2019, p.40), não se aproximavam nem de longe das existentes no Vale do Paraíba, ou de outras regiões de maior prosperidade econômica. Entretanto, isso não impediu que fosse criada uma elite da terra, cujos membros eram dotados de títulos de nobreza, com significativa influência na Corte.

Augusto Saint-Hilaire (1941, p.366) observou a economia macaense nos anos 20 dos oitocentos e confirma que um dos carros-chefe da vila era o açúcar, por constatar a presença de mais de 20 engenhos nos arredores de São João da Barra, vila cuja freguesia de Neves estava subordinada. Este nicho comercial competia com outro, também abundante e tradicional, o comércio de madeira. Sobre o café, o viajante explica que a introdução do gênero ocorre porque “vários colonos renunciaram então a seus engenhos e dedicam-se hoje à cultura do cafeeiro, que dá menos trabalho que a da cana, não exigindo tantas benfeitorias, nem tantos escravos e que produz muito bem nas vertentes vizinhas de Macaé” (*Op. Cit.*, p.366-367). Importante destaque tem a fala de Santos (2019, p.43), ao referenciar a pesquisa de Ana Lucia Nunes Ferreira (2001), pois esclarece que é apenas na segunda metade do século XIX, recorte temporal desta pesquisa, que esta vertente começa a dar vultuosos frutos.

Mesmo sendo verificado tamanha atividade econômica na freguesia, o autor (*Op. Cit.*, p.44) afirma que tal prosperidade não dura muito. A análise do estudioso, que parte de 1809 até 1850, conta com uma tabela construída a partir de outros trabalhos e recenseamentos oficiais, objetivada a evidenciar a dinâmica populacional de brancos e escravos entre 1799 e 1872. Nela, foi possível perceber uma diminuição da população

cativa em detrimento da livre. Tendo em vista que se trata de uma economia baseada na mão de obra escrava, o decréscimo dessa população indica o enfraquecimento econômico da freguesia. Porém, no recorte temporal relativo a este trabalho, a tabela sugere um aumento vertiginoso da população escrava, cuja hipótese explicativa seria, para o autor, o grande fluxo de embarcações negreiras, uma espécie de “golpe de misericórdia” dos traficantes de escravos na batalha contra a proibição do comércio de africanos.

Os registros de batismo: novos tempos, novas utilidades

Como o uso de fontes primárias é feito de forma majoritária neste artigo, se faz necessário abordar esses instrumentos analíticos de riqueza impar pois, a partir do uso de metodologia correta e da necessária medida de empiria que habita o olhar dos historiadores, torna-se possível reconstruir os universos sociais as quais pertencem. Entretanto, ao falar especificamente de registros de batismo, há de se contextualizar seu uso ao longo do tempo.

Vivian Zampa e Vitória Schettini colocam que “a prática de produzir e guardar documentos, como uma forma de registrar a atuação e o funcionamento da Igreja, fez-se presente desde os tempos em que o catolicismo foi reconhecido como religião oficial do Império Romano” (2020, p.3, no prelo). Entretanto, mesmo quando se instituiu a obrigatoriedade dos registros, nunca houve compromisso para que fossem organizados e devidamente arquivados. Para as autoras, que referenciam Rodrigo Bentes Monteiro (2007), isso se deu somente após a contrarreforma, momento em que se exigiu maior empenho para documentar a massa católica devido ao aparecimento de uma nova população, a protestante.

Conforme a necessidade surgira, Maria Luiza Marcílio (2004, p.15) explica que o tema foi posto em pauta no Concílio de Trento (1545-1563) e, a partir de inúmeros debates, ficou definido como uma das primeiras normativas, “que cada Cura passaria a ser responsável pelo registro de cada Batismo e de cada Matrimônio celebrado em sua Paróquia” (MARCÍLIO, 2004, p.16). Isto posto, a fórmula de registrar os assentos foi minuciosamente estabelecida. Em seguida, essa prática se estendeu a outros tipos de registros, que aparecem mediante novas urgências, como por exemplo, os de óbito.

No Brasil, o documento que consagrava as normas previstas no Concílio de Trento, adaptado à realidade dos trópicos, eram as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* de 1707, reeditado em 1853, que trouxe uma maior proximidade das práticas católicas à colônia, visto que, antes, os vigários seguiam as normas diretas de Portugal, provenientes das *Constituições de Coimbra* (1591) (MARCÍLIO, *Idem*). Sobre os registros de batismo, o documento especifica,

Para que em todo o tempo possa constar do parentesco espiritual, que se contrahe no Sacramento do Baptismo, e da idade dos baptizados, ordena o Sagrado Concilio Tridentino, que em um livro se escrevão seus nomes, e de seus pais, e mãis, e dos padrinhos. [...] E os assentos dos baptizados se escreverão na forma seguinte: Aos tantos de tal mez, e de tal anno baptizei, ou baptizou de minha licença o Padre N. nesta, ou em tal Igreja, a N. filho de N. e de sua mulher N. e lhe puz os Santos Oleos: forão padrinhos N. e N. casados, viúvos, ou solteiros, freguezes de tal Igreja, e moradores de tal parte. E ao pé de cada assento se assignará o Parocho, ou Sacerdote, que fizer o Baptismo, de seu signal costumado (CONSTITUIÇÕES, 1853, Título XX).

E também esclarece que

Quando o baptizado não for havido de legitimo matrimonio, tambem se declarará no mesmo assento do livro o nome de seus pais, se for cousa notoria e sabida, e não houver escandalo; porém, havendo escândalo em se declarar o nome do pai, só se declarará o nome da mãï, se também não houver escandalo, nem perigo de o haver (*Idem*).

Por conta da quantidade de informações necessárias aos assentos é que, hoje, os registros de batismo são recursos extremamente úteis, tanto para compreender as jurisprudências da época – visto que o padroado régio garantia à Igreja responsabilidades que hoje competem ao Estado – quanto para apreender costumes e hábitos da sociedade no momento de sua vigência.

Além da função social e política do documento, é válido frisar a importância religiosa deste sacramento, também discriminada nas *Constituições*. O manual explica que este sacramento é o mais importante a ser consagrado, de modo que “sem o qual

nem-um dos mais fará nelle o seu effeito” (1853, Título X). Além do mais, conforme explica Tarcísio Rodrigues Botelho (1997, p.109), o batismo é uma das principais origens do parentesco fictício no Brasil, utilizado pelos escravos para que pudessem estabelecer novas relações sociais, e assim reconstruir a vida em comunidade; tanto o africano, cuja vida social foi desmantelada no momento em que saiu de sua terra natal, quanto o crioulo que, nascido em condição escrava, buscava amenizar sua situação a partir das relações provenientes do batismo.

Dessa forma, a partir da delimitação dos itens a serem registrados, previstos nas *Constituições*, foi possível catalogar os assentos em planilha do Excel, cujo informam a paróquia a qual o registro pertence, nome do batizando, legitimidade, se é adulto ou inocente, a data do batismo, nomes do pai e da mãe, avôs e avós, tempo de nascido, nome do senhor (quando escravo), padrinhos e madrinhas, local do batismo, nome do pároco e, caso for escravo alforriado, há um campo para a confirmação da benesse. Existem alguns outros itens que dependem mais da subjetividade do historiador, para determinar certas condições, como por exemplo, as categorias sociais dos sujeitos presentes nas fontes; o escravo, na maioria das vezes, tem sua condição explícita, ao contrário do livre. Ainda foram colocados na planilha alguns campos de caráter informativo ao pesquisador, como as informações do livro de batismo – número do livro, folhas e delimitação temporal desse.

Especificamente sobre os registros de batismo de escravos, muitas das informações encontram-se omitidas, não se sabe se é por falta de maiores detalhes sobre o batizando, ou por omissão dolosa do pároco. É perceptível que, até a sua escrita é diferente quando desses, redigida aparentemente de forma mais apressada e sem muita preocupação com pormenores, principalmente nos registros de batismo coletivo, muito comuns para cativos. No local tratado nesta pesquisa, esse tipo de registro ocorre com certa frequência pois, a chegada de novos contingentes de escravos criava urgência em batizá-los o mais rápido possível. Jonis Freire e Jorge Prata, ao analisar a freguesia de Neves, explicam que “os registros paroquiais de batismo, além de seu caráter religioso e social, serviam como registro de posse. Eles comprovavam, no caso dos inocentes e dos adultos, que tal(is) indivíduo(s) era(m) seus proprietários” (2009, p.40). Como o recorte temporal aqui trabalhado está dentro do período que abarca a proibição do tráfico, essa

prática é muito visível nos documentos, porém, em menores proporções quando comparados aos do início do século XIX.

Portanto, a partir do esclarecimento sobre a razão de ser das fontes aqui apresentadas, sua função burocrática e religiosa, a importância no momento em que foi instituída, assim como os motivos de continuar valorizada, será possível verificar, no próximo item, as continuidades e rupturas dos costumes da população escrava, a partir de um comparativo da dinâmica dessa população entre o recorte temporal desta pesquisa e o período anterior a ela.

Análise comparada da população escrava

Segundo Sheila Faria (1997, p.369), os trabalhos que envolvem História Demográfica são de grande relevância para a construção histórica pois, trata-se de uma dimensão da disciplina que é basilar; em outros termos, tem o potencial de abrir caminhos para abordagens mais afinadas, como os estudos da sexualidade, no exemplo da autora. Sendo assim, ao utilizar de registros, sejam eles de batismos, casamentos, inventários *post-mortem*, óbitos, registros paroquiais de terra e inúmeros outros, escritos pela Igreja ou não, a partir da criação de series e utilização de metodologia correta, será viável criar um panorama social do recorte selecionado e, assim, possibilitar novos estudos a partir desse primário.

O método de estudo aqui utilizado, segundo a observação de Andrade (2006, p.126) sobre a fala de Maria Luiza Marcílio no XIV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), originou-se na década de 70 do século XX, a partir de um grupo de estudo em que participava a professora citada, cujas intenções eram adaptar a metodologia francesa para estudos demográficos, desenvolvida pelo historiador Michel Fleury e pelo demógrafo Louis Henry, à realidade brasileira.

Sendo assim, para esta pesquisa foram utilizados os livros III, IV e V da freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé, hoje somente Paróquia de Nossa Senhora das Neves, localizada no chamado Córrego do Ouro, distrito do município de Macaé. Os livros somam uma população total de 2 107 registros e abrangem o período de 1850 a 1857, de modo que o livro V (1856-1857) engloba o mês

de janeiro de 1858. Boa parte dos registros apresentam-se legíveis, porém, alguns são achados com manchas, rasgos ou grafia borrada. Sendo assim, não foi possível transcrever algumas informações de determinados assentos para a planilha.

A Tabela 1 foi construída para esclarecer o quadro geral da população, analisados em cada ano da pesquisa. É possível observar que, mesmo em um recorte temporal relativamente curto, é possível apreender as consequências das demandas econômicas, principalmente do café, e das políticas abolicionistas em curso.

Tabela 1

Registros de batismo por categoria social. 1850-57. ³⁶											
	Escravo	%	Livre	%	Forro / Liberto	%	Índio	%	Ilegível / Não consta	%	TOTAL
1850	267	65,60	137	33,66	3	0,74	0	0,00	0	0,00	407
1851	202	55,96	148	41,00	4	1,11	1	0,28	6	1,66	361
1852	127	42,62	161	54,03	4	1,34	0	0,00	6	2,01	298
1853	38	47,50	42	52,50	0	0,00	0	0,00	0	0,00	80
1854	29	45,31	32	50,00	1	1,56	1	1,56	1	1,56	64
1855	91	41,18	121	54,75	2	0,90	0	0,00	7	3,17	221
1856	148	45,82	170	52,63	4	1,24	0	0,00	1	0,31	323
1857	151	45,21	178	53,29	5	1,50	0	0,00	0	0,00	334
Ilegível	8	42,11	11	57,89	0	0,00	0	0,00	0	0,00	19
TOTAL	1061	50,36	1000	47,46	23	1,09	2	0,09	21	1,00	2107

Verifica-se que, nesse período de 8 anos, os números totais mostram que dos 2 107 batizados, 1 061 são escravos (50,36%), os livres já representam uma parcela

³⁶ Registros de batismo da Paróquia de Nossa Senhora das Neves – Livros III, IV e V (1850-1858).

significativa da população, 1 000 do total (47,46%), já os forros/libertos e índios contam com participação ínfima, são 23 (1,09%) e 2 (0,09%), respectivamente, do universo analisado. Dentre os que não foram possíveis verificar, somam-se 21 (1,00%). Ao apurar os resultados por período, verifica-se que houve decréscimo da população escrava em detrimento da livre. Como foi tratado acima, estes dados sinalizam a crise da economia escravista na região pois, o aumento da população livre pode indicar que a mão-de-obra assalariada começa a ser uma realidade. No ano de 1857, constata-se que a população cativa já é menor que a branca, contando com 151 registros de batismo de escravos (45,21%), contra 178 batismos de livres (53,29%).

O único momento em que as pesquisas verificam um maior número de brancos se dá no final do século XVIII, na investigação de Faria. A autora (1998, p.128) utiliza dos *Manuscritos de Manoel Martins do Couto Reys* para verificar a população da freguesia por cor/condição, e assinala que em 1785, ainda não se registram escravos. A população branca é contabilizada em 17 (43%), o restante são os nativos da terra, contabilizados em 23 (57%). Esse perfil caracteriza o povoado em seu estágio inicial, ainda não desenvolvido economicamente. Entretanto, em 1799, ao utilizar o mapa da população de fábricas e escravaturas da Vila de São Salvador dos Campos dos Goitacazes, a autora verifica um aumento vertiginoso, porém, com maioria branca. Esses formam uma população de 1 073 sujeitos (63%), enquanto que os escravos, que já aparecem nesse ano, somam 618 pessoas (37%).

Quanto à primeira metade do século XIX, a pesquisa de Santos (2019, p.53), informa que, do universo de 3 562 registros de batismo, entre os anos de 1809 a 1850, 2 799 são escravos (78,58%), 436 são brancos/livres (12,24%) e, assim como nesta pesquisa, houveram números muito baixos para forros/libertos e índios, sendo 265 (7,43%) e 62 (1,73%), respectivamente. Na análise, Santos verifica que as maiores taxas de alforrias se dão no mesmo período em que há o aumento da chegada de africanos, entre as décadas de 30 e 40. Nesses dados, foram verificados números ainda mais baixos para forros/libertos. O autor coloca que “o baixo número de forros sugere que Neves possuía perfil agrícola, com grandes plantações ou extração em larga escala” (2019, p.54). Sendo assim, é possível supor que, o grande fluxo de escravos chegando nos portos criava maiores possibilidades de alforria pois, como a oferta de mão-de-obra

é maior, a alforria não era um grande problema ao senhor. Como do contrário, no recorte deste trabalho, em que a lei Eusébio de Queiroz já estava em vigor, nota-se que continuam em queda, como verificado a partir da década de 40 do século.

Essas pesquisas, ao comparar com os resultados aqui evidenciados, permitem verificar que no final do século XVIII, a freguesia de Neves se encontrava no seu estágio elementar, no que tange aos processos econômicos alinhados aos ideais portugueses. Contudo, à chegada dos oitocentos, a população escrava começa a aparecer com vigor, muito provavelmente pela implementação da cultura da cana-de-açúcar, desenvolvida positivamente, como foi visto acima. Durante o início do século XIX, o tráfico de escravos se acentua, e a localidade tem um grande aumento do universo de cativos. É interessante salientar que, na dissertação de Santos (2019, p.61), o autor informa o número de escravos adultos sendo batizados. Contam-se nos registros o total de 1 388 adultos (49,58%), em contraste com 1411 inocentes (50,42%). Como foi falado, os registros de batismo de adulto são um indicativo da chegada de africanos. Essa afirmação prejudica a hipótese de um possível aumento vegetativo da população escrava no período de 1809 a 1850.

Ao analisar a tabela, no trabalho de Santos (2019, p.54), referente a contagem da população por categoria social e período, foi possível observar que, entre 1820 e 1840, ocorre um maior número de registros de batismo de escravos. Após, os índices se movimentam em queda até 1850, assim como continuam a cair na segunda metade do século, perceptível na Tabela 1 deste trabalho. Nessa perspectiva mais ampla, torna-se possível examinar o crescimento e declínio da vida econômica da localidade, pois, como a própria Sheila Faria afirma, “Neves foi uma freguesia de vida curta” (1998, p.327).

Nossa Senhora das Neves, desde seu início, apresentava altas taxas de legitimidade nos assentos de batismo de escravos. Tais números encontrados para o local são os maiores em comparação às taxas verificadas em outras freguesias rurais do Rio de Janeiro, entre os séculos XVII e XVIII. Representam 86,8% do total de 365 registros de batismo analisados por Faria (1998, p.325). Fábio Santos (2019, p.66) verifica uma diminuição ao comparar com a autora; um total de 65,95% dentro de uma população de 2 799 escravos. Entretanto, como a análise tem a divisão por período,

constatou-se que essas taxas elevadas só se mantêm até a década de 40 do oitocentos, quando o número de batismos naturais começa a aumentar, ao passo que os legítimos diminuem.

Tabela 2

Legitimidade de batizados por categoria social. 1850-57. ³⁷											
	Escravo	%	Livre	%	Forro / Liberto	%	Índio	%	Ilegível / Não consta	%	TOTAL
Legítimo	164	17,21	776	81,43	2	0,21	1	0,00	10	0,00	953
Natural	684	74,27	215	23,34	20	2,17	1	0,11	1	0,11	921
Ilegível / Não consta	213	91,42	9	3,86	1	0,43	0	0,00	10	0,00	233
TOTAL	1061	50,36	1000	47,46	23	1,09	2	0,09	21	1,00	2107

Por tratar-se, nesta pesquisa, de um recorte temporal não muito extenso, menos de uma década, não foi pertinente dividir essa tabela por período. Sendo assim, ratificamos que a legitimidade entre filhos de casais escravos cai drasticamente. Observou-se 164 registros (17,21%) para um total de 953 registros de legítimos, enquanto que os escravos nascidos naturais representam 684 do total (74,27%).

Faria (1998, p.326) esclarece que nas áreas onde ocorria grande fluxo de escravos, as taxas de legitimidade tendem a ser menores que em regiões como em Neves. A autora, ao abordar em sua obra os séculos XVII e XVIII, constata a partir dos dados obtidos, um cenário de proto-economia da freguesia, de modo que, ao avançar no tempo, constata-se que as legitimidades de filhos escravos diminuem, ao passo que a

³⁷ Registros de batismo da Paróquia de Nossa Senhora das Neves – Livros III, IV e V (1850-1858).

população escrava aumenta. Conseqüentemente, a economia se desenvolve e complexifica.

É de se supor que, como as taxas de legitimidade de escravos só vem a cair a partir da década de 40, é notável o modo como a família escrava teve grande participação na sociedade macaense do século XIX. Para que isso pudesse ocorrer, era necessário que houvesse uma perpetuação do equilíbrio entre os sexos durante todo o desenvolvimento da freguesia. Portanto, ao apurar as taxas de sexualidade entre cativos, foi possível confirmar a hipótese.

Tabela 3

Registros de batismo de escravos por sexo. 1850-57. ³⁸							
	Homens	%	Mulheres	%	Ilegível / Não consta	%	TOTAL
1850	171	64,04	96	35,96	0	0,00	267
1851	91	45,05	109	53,96	2	0,99	202
1852	63	49,61	63	49,61	1	0,79	127
1853	23	60,53	15	39,47	0	0,00	38
1854	15	51,72	14	48,28	0	0,00	29
1855	46	50,55	45	49,45	0	0,00	91
1856	88	59,46	60	40,54	0	0,00	148
1857	86	56,95	65	43,05	0	0,00	151
Ilegível	2	25,00	6	75,00	0	0,00	8
TOTAL	585	55,14	473	44,58	3	0,28	1061

³⁸ Registros de batismo da Paróquia de Nossa Senhora das Neves – Livros III, IV e V (1850-1858).

Observou-se em Faria (1998, p.330), a partir de pesquisa feita nos Manuscritos de Couto Reis, referente às unidades produtivas na capitania da Paraíba do Sul para o ano de 1785, taxas de 51,36% para mulheres e de 48,54% para homens, num total de 1620 cativos. Santos (2019, p.61) do mesmo modo evidencia, no recorte de 1809 a 1850, o percentual de 45,84% para mulheres e 54,16% para homens.

Na tabela acima, verificou-se que o equilíbrio entre os sexos permanece, mesmo que a legitimidade tenha caído. O importante a ressaltar é que, ainda sim, havia um traço favorável à expansão do matrimônio entre escravos, a partir dos dados da tabela acima. Entretanto, verifica-se que a alta legitimidade depende da desenvoltura econômica que, a partir da década de 50 do oitocentos, já constava queda na produção. Vale destacar também que, ao analisar a segunda metade do século XIX, Fábio Santos evidencia, entre adultos, diferenças entre as taxas: 60,88% para homens e 39,13% para mulheres. Esse seria mais um indicativo da grande entrada de africanos, preferencialmente homens, para o trabalho nas lavouras pois, como afirma Florentino (2009, p.102), o tráfico de africanos criava um desequilíbrio nas categorias etário-sexuais, de modo que, entre a população adulta escrava, havia predomínio masculino, numa proporção de até dois homens para cada mulher.

Considerações finais

Ao dedicar certa atenção a tais movimentos populacionais, é possível supor que os resultados percebidos nas tabelas deste trabalho são fortemente influenciados pela volatilidade da economia escravista de exploração, de modo que exerce impacto direto na vida íntima do cativo destas terras. Para embasar essa afirmação, a pesquisa de Florentino (2000, p.63) nos dá suporte pois, segundo o autor, ao analisar algumas unidades produtivas ao longo do século XIX, percebe que quanto mais afastados estiverem os plantéis do mercado de africanos, maior a taxa de escravos aparentados dentro das unidades produtivas. Ou seja, quanto maior a influência da economia escravista em determinada região, maior o grau de instabilidade das famílias escravas.

Sobre os matrimônios, foi verificado que Neves se manteve pequena por muito tempo antes do seu apogeu e, ainda quando nesse, não era grande o suficiente

comparada à outras áreas. Sendo assim, é de se supor que a prática do matrimônio entre escravos se estendeu de forma significativa, até o momento em que continuou viável para os senhores dos plantéis. O autor explica que “é razoável aceitar que as relações familiares escravas, os seus tipos de arranjos e, mesmo, os padrões socioculturais que realizavam a socialização parental também flutuassem ao sabor dos movimentos do tráfico negreiro” (2009, p.104).

Sobre a hipótese de perpetuação das famílias, o constante equilíbrio entre os sexos que se verifica desde finais do século XVIII, até o momento abordado nesta pesquisa, decerto pode ser um fator determinante para a continuidade de famílias escravas. Como trata-se aqui do período em que o tráfico de africanos foi proibido, Florentino explica que “em épocas de incerteza quanto à continuação ou não do tráfico, junto com a capacidade produtiva dos escravos valorizava-se a capacidade reprodutora da mulher cativa” (*Idem*). Como, em toda a pesquisa, dos 1061 registros de batismo de escravos, somente 191 são adultos – talvez, todos esses também escravos, pois o batismo de adultos era mais comum para a população cativa – é possível assegurar que a maior parte do número de escravizados é proveniente do aumento vegetativo, isto é, mesmo que sejam verificadas taxas baixíssimas de legitimidade entre escravos, isso não diminuiu o crescimento natural da população escravizada na freguesia. Desse modo, é possível supor que a união entre escravos ainda continua sendo valorizada, mesmo sem a oficialização do matrimônio por parte da Igreja. Porém, é necessário não descartar a hipótese de livres como possíveis pais de escravos, principalmente nos assentos em que não se verifica o nome do pai.

Acima de tudo, é possível verificar o desenvolvimento e o início do declínio econômico da freguesia, a partir da mostra de taxas equilibradas entre brancos e escravos/indígenas no final do século XVIII, para um aumento vertiginoso da população escrava em detrimento da branca no início do século XIX e, por fim, um reequilíbrio e queda com tendência à continuidade, da população escrava. Por verificar-se que a quantidade de mão-de-obra escrava determina o nível de riqueza numa economia escravista, essa propensão de queda corrobora às hipóteses, ou de queda da produção, ou de um alinhamento às futuras diretrizes da mão-de-obra assalariada. Porém, o distrito

do Córrego do Ouro, local da Paróquia de Nossa Senhora das Neves, não é mais que um pequeno povoado nos dias atuais.

Portanto, ao colocar a história regional à luz da demografia histórica, é possível reconstruir universos ainda não explorados, geralmente tratados de forma abrangente e generalista pela História Geral, de modo a integrar os recortes espaciais e temporais a estruturas macro, e assim garantir um melhor entendimento da parte e do todo.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. **Batismo e apadrinhamento de filhos de mães escravas**. São Paulo do Muriaé, 1852-1888. Dissertação de Mestrado. Vassouras: USS, 2006.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Batismo e compadrio de escravos: Montes Claros (MG), século XIX. **Locus: Revista de História**, v. 3, n. 1, 11. 1997. Disponível em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20443>. Acesso em 22 nov 2020.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. História da Família e Demografia Histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 350-375.

FREIRE, Jonis; SOUZA, Jorge Prata de. O TRÁFICO ILÍCITO NO LITORAL NORTE FLUMINENSE, C.1831 - C.1858. **Revista Eletrônica Documento/Monumento**, Cuiabá, v. 9, p. 29-42, 2009.

FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda. Famílias e mercado: tipologias parentais de acordo ao grau de afastamento do mercado de cativos (Séc XIX). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 24, p. 51-70, 2000.

_____. **TRÁFICO ATLÂNTICO, MERCADO COLONIAL E FAMÍLIAS ESCRAVAS NO RIO DE JANEIRO, BRASIL, c. 1790-c.1830. História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 51, p. 69-119, jul/dez. 2009.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a História do Brasil. **Varia historia**, n° 31. Janeiro 2004 Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572b593659827e91950d74df/1462458679393/01_Marcilio%2C+Maria+Luiza.pdf Acesso em 01 nov. 2020.

MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. **O Império do Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889)**. Tese de doutorado - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. p.74 Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2006_MUAZE_Mariana_de_Aguiar_Ferreira-S.pdf. Acesso em 17 nov 2020.

SAINT-HILAIRE, Augusto de. **Viagens pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1941. 210 p. 210 v. (5a).

SANTOS, Fábio Francisco dos. **Os laços de compadrio entre a população escrava de Macaé (1809-1850)**. 2019. 116 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Salgado de Oliveira - Universo, Niterói, 2019.

SCHETTINI, Vitória; ZAMPA, Vivian. **Fontes eclesiásticas e possibilidades na pesquisa em História: registros do Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX)**. No prelo. 2020.

VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia / feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide**. Brasília: Senado Federal, 2007, p. IV. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/574174> Acesso em: 20 de out de 2020.

VITÓRIA, Antonio José Vieira da Cruz. **População e escravidão na freguesia de Nossa Senhora das Neves (1809-1822)**. 2020. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Salgado de Oliveira - Universo, Niterói, 2020.

Fontes

Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora das Neves

- Livro de batismo nº III (1850-1851)
- Livro de batismo nº IV (1851-1856)
- Livro de Batismo nº V (1856-1857)

Mulheres no banco dos réus em Carangola – MG, nos fins do século

xix.

Carolina dos Anjos Ferreira

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade analisar o contexto dos crimes praticados por mulheres no fim do século XIX, na região de Carangola, Zona da Mata Mineira, no período de 1880 a 1892. O intuito da pesquisa é compreender de que maneira uma parcela da comunidade carangolense reproduzia os discursos estereotipados acerca do sexo feminino. Para tal, trabalharemos especificamente com dois processos criminais encontrados no Centro de Documentação Histórica, mais precisamente no atual museu da cidade de Carangola-MG, onde as réus cometeram crimes não considerados “femininos”, contrariando a visão de “sexo frágil”.

Palavras-chaves: mulher, criminalidade, Carangola;

RESUME

This work aims to analyze the context of crimes committed by woman in the 19th century, in the Carangola region, Zona da Mata Mineira, from 1880 to 1892. The purpose of the research is to understand how a portion of the community carangolense reproduced stereotyped speeches about the female sex. To this end, we will work specifically with two criminal cases found in the Historical Documentation Center, more precisely in the current museum in the city of Carangola-MG, where the defendants committed crimes not considered “female”, contradicting the view of ‘fragile sex’.

Keywords: woman, criminality, Carangola.

1- APRESENTAÇÃO

As mulheres enquanto autoras de atos de violência e delitos não ocuparam, e muitas vezes não ocupam a atenção de estudiosos e pesquisadores. Essa conjugação

feminino/violência é acirrada pela estatística existente entre os atos cometidos por homens e mulheres, onde aliado a isso, as práticas discursivas sobre a feminilidade são cercadas por naturalizações e estereótipos idealizados que não atribuem às mulheres a violência e agressividade. Entretanto, apesar de tais naturalizações, podemos encontrar em processos criminais, um número significativo de casos nos quais a mulher é o agente do crime. Dessa forma, se faz necessário observar a relação mulher/criminalidade de uma forma mais crítica, já que, os estereótipos atribuídos às mesmas, não a qualificam como transgressora, violenta e capaz de cometer grandes violações às leis.

Nossa pesquisa se justifica pelo fato de num contexto de mudanças políticas e econômicas na região de Santa Luzia do Carangola – MG no período recortado, há um aumento no número de crimes, onde é possível também identificar o envolvimento de mulheres nas ações criminais. Dentre os 307 processos encontrados entre os anos de 1880 a 1892, há 10 casos onde mulheres foram autoras dos crimes. Contrariando o ideal feminino estabelecido pelo pensamento patriarcal há que se considerar relevante conhecer alguns desses crimes cometidos por mulheres. Selecionamos para uma análise mais detalhada dois crimes, escolhidos por seu melhor estado de conservação e o fato de terem se tornado público.

2 – ABORDAGEM HISTORIOGRÁFICA: DESVENDANDO O FEMININO

Sujeitas à condição de invisibilidade no campo teórico, os primeiros estudos historiográficos desenvolvidos e aceitos pela comunidade acadêmica sobre o ser feminino, só ganham impulso após os anos 70. Anteriormente, esses estudos desconsideravam algumas minorias, como a história do cotidiano, história das mentalidades, e a própria história das mulheres. O surgimento da antropologia, da sociologia, e demais ciências sociais, atrelados mais tarde à micro história, prepararam o campo para o desenvolvimento de assuntos numa perspectiva mais ampla, incluindo muito além do que a “história dos vencedores” (SOIHET, 2011, p.264-265).

O marco efetivo dessa transformação de abordagem histórica se dá com o surgimento dos *Annales*, revista fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre, na França em 1929, que consolidou novos campos de estudo e abordagem:

[...] propunham uma história-problema, viabilizada pela abertura da disciplina às temáticas e métodos das demais ciências humanas, num

constante processo de alargamento de objetos e aperfeiçoamento metodológico. A interdisciplinaridade serviria, desde então, como base para a formulação de novos problemas, métodos e abordagens da pesquisa histórica (CASTRO, 1997, p.41).

Para explicar o surgimento do campo historiográfico voltado para a história das mulheres propriamente dita, Joan Scott salienta a impossibilidade de se desvincular tal história, das lutas políticas impulsionadas pelas feministas dos anos 60, permitindo que os primeiros estudos acadêmicos acerca da “história da mulher” se desenvolvessem. Somente mais tarde, após esse percurso, passou-se a questionar e instigar debates acerca do conceito de gênero (SCOTT, 1992, p.64-65).

Entretanto, conforme o campo se desenvolveu, ocorreu um receio entre as historiadoras dedicadas às produções “do ser feminino”, de que suas obras ficassem isoladas e que devido a isso, não alcançassem o devido reconhecimento na disciplina histórica. Tais indagações têm suas origens em fatos encarados como verdadeiras fragilidades da história das mulheres, como por exemplo, a predileção dessas escritas ligadas a assuntos próximos de uma “natureza” feminina, como maternidade e fisiologia da mulher, dos quais, somente as mesmas escreviam. Todo esse conflito só foi superado com a valorização da história cultural, já que este campo está intrinsecamente ligado à história das minorias, anteriormente marginalizadas pelo positivismo enquanto campo teórico (SOIHET *et al*, 2000, p. 8-9).

5 – ENTRE PRÁTICAS E INVERSÕES: A MULHER COMO SUJEITO DA CRIMINALIDADE

Para Ronald Raminelli (2015, p. 24-25), o pecado do qual Eva se submeteu, como retratado na Bíblia, fez com que o imaginário da sociedade europeia – e conseqüentemente, suas áreas de influência, como o Brasil – se rendessem a ideia de “traição” provindo do gênero feminino, resultando num verdadeiro “fardo” para todas as mulheres que a partir disto, passaram a ser encaradas como seres totalmente imprevisíveis que careciam de vigilância constante. Um desses mecanismos de coerção se efetivava através de discursos que supervalorizavam, por exemplo, a preservação da honra e da virtude, transformando-os em requisitos básicos para que a mulher fosse aceita na sociedade, sem serem taxadas de indignas.

O que poderia ser considerada uma antítese de Eva, seria a figura de Maria, mãe de Jesus. Se pelo pecado original Eva levou toda a humanidade à perdição, Maria teria

dado a possibilidade de salvação feminina. Essa dualidade pode ser resumida da seguinte forma: “Eva era aquilo que as mulheres eram por natureza; Maria era aquilo que as mulheres deveriam ser por opção” (LIMA, 2015).

Entretanto, as construções ideológicas que buscavam manipular as atitudes das mulheres, não as impediram de cometer delitos ao longo da história. Os primeiros registros de mulheres envolvidas em crimes surgem por volta do século XI, porém em meados dos anos de 1210 manifestam-se tipos específicos de delinquência feminina (RIDÃO, 2010, p. 5). Esse tipo de conduta estava relacionado principalmente à sexualidade e ao mundo privado, bem como aqueles ligados à bruxaria e prostituição. Esses comportamentos eram considerados “anormais” e eram tidos como algo patológico ou demoníaco. O *Malleus Maleficarum* traduzido para português como *Martelo das Feiticeiras* foi um livro escrito em 1484 por dois monges alemães – Heinrich Kramer e James Sprenger. Funcionando como um tipo de “manual contra a bruxaria”, o livro foi utilizado por inquisidores e servia para identificar bruxas e os malefícios causados por elas, contando também os procedimentos legais para acusá-las e condená-las. Os objetivos centrais do livro giram em torno da ideia de que o demônio, com permissão de Deus, procura fazer mal ao homem para assim apropriar-se de sua alma. Este mal é feito através do corpo, canal onde o demônio passa a predominar. A influência de tal ser se manifesta principalmente pelo controle da sexualidade, resultando assim na dominação da alma do homem. Além disso, de acordo com o manual, as mulheres são o principal canal de ação demoníaca.³⁹

Cabe ressaltar ainda, os “mistérios” que rondavam o corpo das mulheres em função de seus aspectos biológicos. O imaginário do corpo feminino, segundo Mary Del Priore (2015, p. 82-84) “tornava o corpo um extrato do céu ou do inferno”. A medicina traduzia as suas poucas descobertas sobre a natureza feminina, abrindo espaço para que a ciência médica construísse um saber masculino e um discurso de desconfiança em relação à mulher.

Graças a essas e outras atribuições, a conjugação entre feminino e violência não é algo comum em nossa sociedade e as práticas discursivas sobre feminilidade são

³⁹ KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. *O martelo das feiticeiras: Malleus Maleficarum*. 21ª. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2010.

cercadas de naturalizações e estereótipos já enraizados que não atribuem às mulheres a violência e a agressividade (PRIORE, 2013, p. 430).

Buscando compreender o que significou/significa esse rompimento com a “natureza bondosa” das mulheres através das práticas criminosas, Michelle Perrot faz interrogações atinentes:

O crime, o delito são assuntos de homens, atos viris cometidos na selva das cidades. Seu esvanecimento nesse teatro será o índice de uma submissão, de uma moralização ampliada da mulher? Ou uma certa forma de afastá-las para os bastidores? Essa indulgência, no fundo, não será suspeita? Recusar à mulher sua estatura criminal não será ainda uma maneira de negá-la? (PERROT,1990, p.256).

Para a autora, como podemos depreender de sua fala, o que é relevante analisar a partir das colocações sobre mulher e crime, é identificar as modificações e permanências que as atitudes criminosas resultaram para o ideário feminino. De acordo com suas ideias, podemos refletir sobre algumas atitudes da sociedade patriarcal diante as mulheres criminosas, principalmente no que diz respeito ao setor judiciário. As absolvições encontradas na análise dos processos deste artigo, refletem a negação do protagonismo da mulher no mundo da criminalidade. O crime em si chega a ser menosprezado diante os esteriótipos que rondavam as rés naquele momento: histéricas, loucas, místicas e completamente inferiores por não seguirem “seu papel de mulher”. Mais uma vez elas são tiradas de cena para dar lugar às vítimas masculinas, que neste momento ganham destaque, independente do que de fato motivou os crimes.

6 - O PALCO DO CONFLITO: SANTA LUZIA DO CARANGOLA – ZONA DA MATA MINEIRA

Segundo Vitória Fernanda Schettini de Andrade (2011, p. 2), após o esgotamento do ouro, Minas Gerais e conseqüentemente a Zona da Mata Mineira, passaram a ser compostas por regiões caracterizadas por uma enorme variedade de atividades agrícolas. Esta nova configuração geográfica, desenvolvida graças ao fato de agora estarem livres das “escavações das minas, mas com uma fronteira agrícola imensa a ser desbravada”, fez com que muitos grupos familiares passassem a migrar para esta região, não só em busca do cultivo do café.

Com relação a ocupação de Santa Luzia do Carangola propriamente dita, Maria Cristina Boechat (2006, p.32) nos diz que este processo se originou no vale do Muriaé, chegando a região de Tombos por volta de 1830, por meio do desenvolvimento de

lavouras. Somente no ano de 1878, por meio da lei nº 2.500 de 12 de novembro do mesmo ano que, Santa Luzia do Carangola se tornou definitivamente um município, caracterizado principalmente por uma área rural ligada ao cultivo do café, mas abrangendo também outras atividades agrícolas. Entretanto, a instalação de uma câmara municipal no município recém-efetivado, só ocorreu no dia 07 de janeiro de 1882, data que é comemorado o aniversário da atual cidade de Carangola (CORRÊA, 2012, p.34).

É importante salientar, qual a relação do período recortado com a escolha do lugar onde acontece o conflito. Como veremos nos tópicos abaixo, nos anos que antecedem e durante a proclamação da República no Brasil, o município de Santa Luzia do Carangola desenvolveu-se de uma maneira não vista até então. Temos esquematicamente, portanto:

- 1880: É criado o Termo de Santa Luzia do Carangola⁴⁰.
- 1882: Ano da emancipação do município⁴¹.
- 1885/1886: Tem início a obra para a construção da linha férrea na cidade.
- 1889: A linha férrea se estende para o distrito de Faria Lemos.
- 1890: Cria-se a Comarca de Santa Luzia do Carangola e a partir de 1891/1892 iniciam-se definitivamente os trabalhos municipais⁴².

Segundo Paulo Mercadante (1990, p. 62-68), admitia-se uma nova condição aos moradores, findando a obediência política, administrativa e judiciária a São Paulo do Muriaé. Dessa forma, Santa Luzia do Carangola passaria a receber novos personagens – o Juíz de Direito assumiria suas funções juntamente com o promotor público; os advogados e todos os profissionais que movimentavam o Judiciário, como escrivães, escreventes e meirinhos.

Além das mudanças ocorridas nos aspectos administrativos do município, segundo a pesquisa de Randolpho Radsack (2012) realizada na região, os índices de criminalidade aumentaram significativamente durante estas transformações, saltando de

⁴⁰ Termo: circunvizinhança; neste caso, reconheceu-se esta região como pertencente a uma área maior, no caso São Paulo do Muriaé.

⁴¹ Quando se tornou de fato um município independente, com câmara municipal.

⁴² Comarca: circunscrição judiciária, sob a jurisdição de um ou mais juízes de direito;

6 registros criminais no ano de 1881 para 21 no ano seguinte, que como os dados acima nos demonstram, foi o ano de emancipação do município.

Compreendendo, portanto, a possível relação das modificações detectadas na região e o aumento nos índices de criminalidade no mesmo período, buscando focar a mulher carangolense em todo este contexto, passaremos às análises dos processos criminais selecionados, tendo em vista que todos os levantamentos realizados ao longo do desenvolvimento da presente pesquisa nos permitiu ligar o contexto macro ao estudo desta pequena região da Zona da Mata, reconhecendo as influências mútuas existentes nesta relação.

7 – ANÁLISE DOS PROCESSOS CRIMINAIS

7.1 – THEREZA DE JESUS E OS “DEVERES DE ESPOSA”

Partiremos para a análise do processo criminal de Thereza de Jesus (PROCESSO CRIMINAL M102-38), onde se buscará compreender nas entrelinhas dos discursos apresentados, como a mulher estava sendo vista em meio às mudanças que estavam ocorrendo no período de análise, e como tais transformações ocorridas em Carangola naquele contexto podem de algum modo, ter influenciado no decorrer do julgamento em questão.

O caso criminal ocorrido no ano de 1891, trata da tentativa de homicídio de Polycarpo por sua esposa Thereza de Jesus. Segundo as acusações contra a ré, ela tentou asfixiá-lo com um pano quando o mesmo se encontrava deitado de bruços na cama do casal. Como Polycarpo conseguiu gritar por socorro, mesmo não estando com um estado de saúde pleno, algumas pessoas foram até sua casa para ajudá-lo e somente alguns dias após o ocorrido, ele veio a falecer.

É importante salientar algumas características da ré, descritas no “Auto de Qualificação”. Thereza de Jesus era uma mulher de 45 anos, filha de escravo, analfabeta, e a partir dos relatos das testemunhas e pelo próprio depoimento da acusada, proveniente de uma camada social menos abastada.

Em um dos primeiros fragmentos selecionados do processo – seu histórico – podemos observar aspectos interessantes da imagem da mulher na sociedade do século XIX:

No dia 4 de Agosto do corrente anno em Tombos do Carangola deste termo a denunciada Thereza de Jesus casada com Polycarpo de Tal aproveita-se do

estado morbido em que se achava este e, ao em vez de tratá-lo como o exigiam os deveres de esposa, salta sobre ele e com um pano procura asfixiá-lo, o que não consegue por ter Polycarpo gritado a acudido aos seus gritos diversas pessoas que figuram como testemunhas no inquerito. Do que fica exposto e do que consta do inquerito, já pelo depoimento das testemunhas, já pelas declarações que a ellas fez Polycarpo, vê que Thereza de Jesus tentou contra a existencia de seu marido (PROCESSO CRIMINAL M102-38).

Como se vê, embora este ainda não seja a conclusão do caso, o escrivão responsável por relatar o histórico do processo, possui posicionamentos claros a respeito do papel social da mulher. Depreende-se de sua fala, que Thereza de Jesus, além de ter realizado uma atitude criminosa, cometeu um erro gravíssimo ao desrespeitar ou descumprir os “deveres de esposa”, pois Polycarpo achava-se em “estado mórbido de saúde” e sua função moral, era cuidar do doente com zelo e carinho, características consideradas pela sociedade patriarcal do período, próprias de uma natureza feminina. Além disso, quando o juiz do caso dá sua sentença, inocentando a ré, também ressalta o cumprimento deste “dever” nas atitudes de Thereza:

[...] e, como tal, sem o cunho de uma realidade suficiente à criminalidade de Thereza de Jesus, que ao saber do estado de seu marido, dias antes de seu falecimento não tripudiou em deixar seus afazeres e correr pressurosa de dedicação e carinhos próprios de esposa, com o fim único de salvá-lo da dor que o afregia. (PROCESSO CRIMINAL M102-38).

Embora haja nesse fragmento a descrição do estado de saúde de Polycarpo como algo extremamente crítico, ao longo do processo, baseados principalmente nos depoimentos das testemunhas convocadas, podemos encontrar possíveis indícios de que sua doença poderia não ser suficientemente grave ao ponto de precisar pedir ajuda para se livrar do “ataque” de sua esposa.

A partir dessas informações e tentando compreender como um homem contaminado pela ideia de superioridade seria visto na sociedade se assumisse que sofreu retaliações por um ser inferior a ele – uma mulher – não é difícil imaginar que os discursos acerca de sua saúde, poderiam ser agravados no intuito de justificar sua fragilidade momentânea.

Durante o testemunho de Lucio Antônio Gonçalves, é possível notar que o mesmo também ignora a possibilidade de que Thereza de Jesus tenha causado algum mal efetivo ao marido:

Disse mais a testemunha sendo perguntada que Polycarpo veio a falecer quinze dias mais ou menos depois que se deu este facto, não proveniente de

ofensas que recebesse de sua mulher, mas sim de outros incommodos que estava sofrendo (PROCESSO CRIMINAL M102-38).

Assim, uma questão pode ser colocada: teria Lucio Antônio dado tal testemunho na intenção de inocentar a ré ou para “defender a honra masculina”?

Outro aspecto que podemos ressaltar durante a análise do processo, se dá baseado em outro depoimento, agora da testemunha Ursolina Nunes. Como já foi citado, podemos notar que os meios de sobrevivência do casal Thereza e Polycarpo, eram provenientes de trabalhos subalternos, cuja remuneração nem sempre deveria bastar. Dessa forma, como o relato da testemunha citada pode nos sugerir, em algum desses momentos onde a renda de Polycarpo não foi suficiente (ou talvez por ele estar doente), Thereza de Jesuz se dedicou ao trabalho nas lavouras de café da região:

Disse mais a testemunha que quando Polycarpo doeceu, a acusada presente não estava em casa, vindo dias depois para tratá-lo, mais que a testemunha não pode afirmar se tratava dele, bem ou mal pois que não frequentava sua casa (PROCESSO CRIMINAL M102-38).

Onde Thereza ganha a palavra e esclarece:

[...] quando adoeceu o marido achava-se em caça de Bento Marques empregada apanhando café, e accudiu imediatamente ao apelo do marido, vindo até a caça aonde elle se achava doente. Disse mais em resposta as perguntas da ré, que Polycarpo á tempos achava se doente e, segundo declarações de medicos com lezão orgânica (PROCESSO CRIMINAL M102-38).

Diante desses relatos, observamos ser impossível desvincular os aspectos sociais que envolvem o crime analisado. Thereza estava trabalhando nas lavouras de café, afastada do lar, e quando o marido doente precisou dos seus cuidados, esta precisou retornar. Pode-se supor que Polycarpo na condição de doente possa ter se tornado um fardo para Thereza, aumentando as possibilidades de o crime ter ocorrido, de fato conforme Polycarpo relatou no dia do acontecido aos presentes em sua casa: ela tentara matá-lo asfixiado com um pano.

Outro aspecto a ser destacado, se refere ao fato de todas as testemunhas ressaltarem que nunca haviam visto ou ouvido, nenhuma manifestação de conflito entre o casal, dando a entender que por essa razão, não acreditavam que de fato, Thereza tivesse praticado tal ato criminoso. Será que isso não pode ser um reflexo da descrença de que as mulheres podem praticar crimes que contrariam sua “natureza benevolente”, sem ter um motivo aparente – que neste caso seria o conflito com o parceiro conjugal?

7.2 – MANOEL GOMES: O ASSASSINATO DE UM “INOCENTE”

O presente processo trata do assassinato de Manoel Gomes Pereira, arquitetado e executado por sua neta Anna Rosa de Oliveira, suas filhas Maria Antônia da Silva e Ritta Maria de Jesus, e sua esposa Margarida Maria de Jesus.

No dia 7 de Maio de 1890, na localidade de Indaiá, distrito de Bom Jesus – a aproximadamente 108 km da atual cidade de Carangola MG⁴³ – o Senhor Manoel Gomes Pereira, foi atingido na cabeça por um malho⁴⁴ de madeira, por sua neta, Anna Rosa, e após 3 ou 4 dias, de acordo com o Histórico do Processo, este veio a falecer (PROCESSO CRIMINAL M87-11). O crime, porém, não foi efetuado somente por sua neta. De acordo com as testemunhas arroladas e o próprio depoimento desta, a ideia do assassinato partiu de sua avó e tias.

Assim como realizamos no processo anterior, demonstraremos a seguir, alguns dados acerca da ré, encontrados no “Auto de Qualificação” do processo: Anna Roza de Oliveira tinha 15 para 16 anos, era solteira e fazia trabalhos domésticos. Ao ser indagada se conhecia as pessoas que a acusaram – vizinhos que foram até sua casa e encontraram o corpo de Manoel Gomes – disse que as conhecia de vista, o que demonstra que esta não morava com seu avô. Todas essas informações podem nos ajudar a compreender as análises realizadas a seguir.

O que nos interessa analisar no momento é a postura do escrivão que elaborou o Histórico do Processo analisado:

Manoel Gomes Pereira homem de bons costumes e de moralidade incontestável, tinha em sua companhia sua neta Anna Rosa de Oliveira, sua mulher Margarida Maria de Jesus e suas filhas desta – Maria Antonia e Ritta Maria de Jesus, as quais viviam em constantes desavenças com o velho por não consentir este, como exemplar chefe de família e com a exigência que esta posição lhe obrigava manter, que dela se desviassem de qualquer modo, da conduta imposta por sua condição (PROCESSO CRIMINAL M87-11).

Como podemos observar, o escrivão é enfático ao afirmar que Manoel Gomes era um homem bom, e que não merecia ter um fim como esse. Conseguimos notar que ele deseja demonstrar que aquele senhor não possuía nenhuma culpa com relação ao que

⁴³ Google Maps, disponível em: <<https://www.google.com.br/maps>>. Último acesso em: 13/10/2016.

⁴⁴ Malho: grande martelo de cabeça pesada.

lhe aconteceu. Entretanto, cabe-nos uma reflexão: será que essas mulheres não haviam feito tal ato, para se livrar ou vingar algum abuso sofrido por elas?

Magali Engel (2015), em *Psiquiatria e Feminilidade*, discorrendo sobre alguns casos de mulheres que cometeram crimes, nos diz que as mesmas foram internadas em clínicas psiquiátricas. Em uma de suas colocações, podemos observar que no final do século XIX, reinava o pensamento de que as mulheres que fugiam daquilo que era considerado “correto” para o seu comportamento – dócil, boa mãe, esposa dedicada – estavam na verdade, passando por um momento de histeria e por isso deveriam receber tratamento médico (ENGEL, 2015, p. 322-335).

Podemos fazer a relação entre o que nos diz a autora supracitada e o presente caso, graças à ênfase do escrivão de que não teria motivos reais para Manoel Gomes ter sofrido este ato, já que era um homem “digno” que cumpria suas responsabilidades como “chefe de família”, dando a entender que talvez achasse que as mulheres envolvidas no crime agiram em momento de súbita loucura, corroborando com o que disserta Engel (2015) no que se refere a atitudes de mulheres que carregavam a imagem feminina frágil, submissa e doce.

Porém, como veremos no trecho a seguir, isso não o inibiu de caracterizar as acusadas como mulheres perversas:

Bastou um procedimento digno de elogios por parte do pobre velho Manoel Gomes Pereira, para saber si recahirem as iras de tão deshumanas quão indignas criaturas que, unidas n'uma só vontade, procuraram por todos os meios, dar cabo de sua pessoa o que effectuaram no dia 7 do corrente mês (PROCESSO CRIMINAL M87-11).

Observando o discurso acima, percebemos que a frase “bastou um procedimento digno de elogios” não esclarece o que de fato ocorreu. Será que este procedimento não foi na verdade, um ato violento contra as acusadas?

Em outro trecho do processo, fica evidenciado o caráter violento de Manoel Gomes, podendo ser essa uma das razões para que as acusadas cometessem tal crime: “em primeiro lugar começou a ministrar vidro moído em instrução de sua mãe e como fosse descoberto seu avô deu-lhe alguns tapas, já tendo feito o mesmo com sua avó” (PROCESSO CRIMINAL M87-11). Mesmo diante destes atos de violência, não há nenhuma manifestação por parte do escrivão que o relata, de que estes seriam atitudes

condenáveis, o que denota que a violência contra mulher neste período, era algo considerado "normal".

Ao que se refere ao posicionamento do escrivão quando caracteriza as réas como “desumanas e criaturas indignas”, presumimos que para ele, as mulheres deveriam ser gratas aos “cuidados do homem da casa” independente de como este agia com elas. Este argumento se apoia no que diz Rachel Soihet (2015, p.363), quando coloca que as características que eram atribuídas às mulheres – boas esposas, destinadas a serem boas mães e benevolentes – exigiam que as mesmas tivessem atitudes de submissão, e em casos de violência, estas deveriam se manter resignadas. Dessa maneira, o que o escrivão considerou como “digno de elogios”, pode ter sido um ato agressivo, e devido ao que se pregava na época, ainda assim, isso não dava o direito das envolvidas no crime, de agir dessa forma.

Em outro momento, Anna Roza relata: “sua madrinha a espancava, e punha lhe pimenta nas partes baixas” (PROCESSO CRIMINAL M87-11). Os relatos do processo demonstram que a relação de Anna Roza com sua avó e tias era conturbada e isso pode se dar devido ao fato de Anna Roza não ser neta legítima de Margarida.⁴⁵ Dessa forma, observa-se que as práticas abusivas não ocorriam apenas entre a vítima e as acusadas, mas também entre estas, demonstrando que a violência também ocorria entre as mulheres e que escapavam a justiça, desconstruindo mais uma vez o caráter dócil e benevolente que cercavam a figura do feminino no século XIX.

Além do exposto acima, de acordo com o depoimento da ré no termo de prisão em flagrante de delito, a mãe de Anna Roza, Maria Neves da Conceição era uma criminosa nata:

[...]e disse mais que sua mãe Maria Neves da Conceição, que reside em terras da fazenda do Cassiano em Faria Lemos que a mandou para a casa de seu avô para mata-lo... e disse mais a dita Anna Roza de Oliveira que sua mãe já era acostumada a estas perversidades já tendo assignado Antonio Alves, Manoel Alves e Joao Alves, todos irmãos e moradores na fazenda D' Cassiano perto de Faria Lemos (PROCESSO CRIMINAL M87-11).

Um fator que pode ser considerado uma tentativa de atenuante de pena, se encontra no seguinte trecho do processo: “respondeu que obrigada pelo diabo que apresentara em figura de um creolinho de trez palmos de altura e obrigou-lhe dizendo

⁴⁵O trecho do processo que comprova este fato se encontra no parecer do promotor público quando é dito: “a ré Anna Rosa de Oliveira havia cometido o assassinato de seu avô, ameaçada pela mulher e filhas do paciente Manoel Gomes Pereira.” Processo M87-11.

que ella havia de pegar num malho para com elle dar em seu avo”. Esse depoimento, acaba refletindo o que acreditava-se ser a mulher possuidora: o perigo eminente da influência mística.

Não podemos desconsiderar alguns pontos dos relatos de Anna Roza. De acordo com a ordem do processo – este não foi solucionando em uma única audiência – a neta da vítima não havia relatado nos seus primeiros depoimentos, a ameaça de sua avó e tias, usando a justificativa acima para explicar o motivo de ter praticado o crime. Somente durante outras sessões do julgamento do caso que a mesma diz que estava sendo ameaça por elas. Isso levanta a hipótese de que o primeiro depoimento da ré, havia sido planejado com intuito de inocentar suas parentes.

É importante salientar ainda, que embora ficasse claro por meio do relato das testemunhas – inclusive através do próprio depoimento da acusada – que o crime foi de fato realizado pela ré e arquitetado por sua avó e tias, esta foi absolvida. Será que este desfecho se deu somente em função de sua menoridade?

8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estereótipos acerca da mulher no século XIX, não admitiam seu envolvimento em crimes. Ao longo das exposições do trabalho, vimos que não se economizavam em argumentos que procuravam justificar as atitudes daquelas que insistiam em entrar no “mundo dos homens”. Tais estigmas não eram reproduzidos somente através das atitudes repreensivas de pais, irmãos e maridos no âmbito privado, mas também por meio dos mais variados setores da sociedade, inclusive o judiciário.

As fontes analisadas nos demonstram muitos desses fatores. Como podemos perceber, em ambos os casos, não houve imparcialidade do órgão público ao relatar os acontecimentos. A todo momento, encontramos repreensão moral das atitudes criminosas das mulheres, deixando evidente o lugar “certo” que estas deveriam ocupar e ressaltando o inconveniente desvio de conduta.

Entretanto, os processos-crime analisados, nos permite ainda encontrar outros elementos que devem ser ressaltados. Um deles se refere ao processo de Thereza, onde não foi encontrado – entre outros, como o autor da denúncia – o momento em que esta é indagada sobre o que aconteceu. O único momento em que lhe é dado o direito da fala, é durante os depoimentos das testemunhas, onde deveria dizer se estes estavam ou não

falando a verdade – diferente do que ocorreu com Anna Roza, onde até mesmo no Auto de Qualificação, é perguntando o que havia ocorrido.

Diante disto, cabe perguntar: por que no caso de Thereza de Jesus, não houve esse direito? Será que esta, por ser esposa e ter descumprido seus “deveres”, teve seus direitos diminuídos no momento do julgamento? Tal hipótese pode ter se efetivado, mas não podemos desconsiderar que o processo está em um estado de conservação parcialmente danificado, o que compromete a análise de todo seu conteúdo. Outro fator que se observa nos processos, dessa vez em ambos, tange as perguntas realizadas no seu Auto de Qualificação. Quando se pergunta “filho de quem?”, observamos que nos dois casos, não se menciona o nome da mãe. Percebemos assim, que o ideário patriarcalista não estava impregnado somente nos homens, mas em toda a sociedade.

Analisando especificamente o segundo caso criminal, nos cabe outra reflexão: a desconstrução do estigma benevolente, não se efetivava somente por meio dos crimes praticados por elas, mas principalmente quando analisamos casos como esse, onde articulam, manipulam, ameaçam e fazem todo tipo de crueldade por motivos diversos.

No que se refere aos desfechos dos crimes analisados, percebemos que mesmo se tratando de casos diferentes, onde no primeiro fica clara a falta de provas para acusar Thereza (já que nenhuma testemunha viu a suposta tentativa de assassinato ocorrer) e no segundo, a evidente culpabilidade das envolvidas (a acusada, inclusive, afirma que matou seu avô) ambas foram absolvidas. Isso nos remete novamente a pergunta de Michele Perrot: “essa indulgência, no fundo, não será suspeita? Recusar à mulher sua estatura criminal não será ainda uma maneira de negá-la?”.

Uma das propostas apontadas no início da pesquisa buscava identificar nos discursos das réis, se estas manifestavam uma maior independência, por terem contrariado a concepção de mulher naturalmente pacífica. Porém, não conseguimos detectar esses aspectos. O que podemos observar, é que há um duplo julgamento por seus delitos – moral e judicial – que provavelmente não influenciou muito na forma como as acusadas se colocavam na sociedade. Não há evidências de grandes rupturas, e sim, claras coerções que somente contribuíram para mais cobranças e estigmas acerca da mulher, que até nos dias atuais, são refletidas.

Estudos que buscam compreender o “outro lado” da relação violência/mulher, acabam nos demonstrando que em ambas as situações – tanto como autora, como em

posição de mártir – o gênero feminino acaba se tornando uma vítima. Diante de um cenário contaminado de ideias machistas, se faz necessário cada vez mais, estudos, discussões e reflexões.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. *Os Sertões de São Paulo do Muriahe: Terra, Riqueza e Família na Zona da Mata Mineira 1846-1888*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade).

ARAÚJO, Emanuel. *A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia*. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

BOECHAT, Maria Cristina Coutinho Robert. *A ocupação da região de Carangola: um estudo sobre a expansão das fronteiras agrícolas da zona da mata mineira na segunda metade do século XIX*. Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2006. Dissertação (Mestrado em História).

BRAGA, M. Â. F.; MARTINS, S. B.; SILVA, Geélison F.. Criminalidade feminina: perfil e motivações – O caso das detentas na cidade de Montes Claros/MG no ano de 2008. *Argumentos (Unimontes)*, v. 09, 2013.

CANCELLI, Elizabeth. *Os crimes de paixão e a profilaxia social*. In: CANCELLI, Elizabeth (Org). *História de Violência, crime e lei no Brasil*. Brasília, UnB, 2004.

CUNHA, Maria de Fátima. *Mulher e historiografia: da visibilidade à diferença*. *Revista do Laboratório de Ensino de História da UEL*. Londrina, v. 6, out. 2000.

DIAS, Maria Odila da Silva. *Quotidiano e poder em S. Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ENGEL, Magali. *Psiquiatria e feminilidade*. In: PRIORI, Mary Del. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

ESTEVES, M. de A. *Meninas perdidas: Os populares e o Cotidiano do amor no Rio de Janeiro de Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FRANÇA, Marlene Helena de Oliveira. *Criminalidade e Prisão Feminina: Uma questão de Gênero*. ISSN: 1807 - 8214 *Revista Ártemis*, Vol. XVIII nº 1; jul-dez, 2014.

LIMA, Raquel dos Santos Souza. *A Igreja Católica e o discurso sobre a mulher no século XIX: questões de gênero na santidade de Rita de Cássia*. Disponível em:

<<http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2015/04/com08.htm>> Último acesso em: 10/11/2016.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2001.

MELO e SOUZA, L. de. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

MERCADANTE, Paulo. Da Monarquia à República. In: MERCADANTE, Paulo. *Crônica de uma comunidade cafeeira - Carangola: o vale e o rio*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990.

PERROT, Michele. Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.

PRIORE, Claudia. *Violência Cometida pelas Mulheres: Práticas e Construções discursivas*. Anais do Colóquio de Estudos de Gênero e História – LHAG/UNICENTRO, 2013.

PRIORE, Mary Del. *Histórias Íntimas: Sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

PRIORE, Mary Del. Magia e medicina na Colônia: o corpo feminino. In: PRIORI, Mary del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

RADSACK, Randolpho. *Escravidão, criminalidade e cotidiano: Santa Luzia do Carangola – MG (1880-1888)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Salgado de Oliveira. Niterói, 2012.

RAGO, M. *Do Cabaré ao Lar. A Utopia da Cidade Disciplinar, 1890-1930*. Rio de Janeiro; Paz e Terra. 1985.

RAGO, Margareth. *As Mulheres na Historiografia Brasileira*. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.

RAMINELLI, Ronald. *Eva Tupinambá*. In: DEL PRIORE, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

RIDÃO, Adriana et al. *Mulheres no crime: análise psicossocial dos contextos de vulnerabilidade de adolescentes do sexo feminino de classes populares no cometimento*

de atos ilícitos. Anais do I simpósio sobre estudos de gênero e políticas públicas. Universidade Estadual de Londrina, 2010.

SCHPUN, Mônica Raisa. *Les années folles à São Paulo: hommes et femmes au temps de l'explosion urbaine (1920-1929)*. Paris: L'Harmattan, 1997.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. (Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila). Recife: SOS Corpo, 1991.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In. BURKE, Peter.(Org.) *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

SOIHET, Rachel. *História das Mulheres*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.) *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORI, Mary del. *In: História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

SOIHET, Rachel; SOARES, Rosana M. A; COSTA, Suely Gomes. *A história das mulheres, cultura e poder das mulheres*. Revista Gênero, Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUGET V. 2- N 1. Niterói: EdUFF, 2000.

SOIHET, Raquel. *Condição Feminina formas de violências. Mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOIHET, Raquel. PEDRO, Joana Maria. *A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero*. Revista Brasileira de História, São Paulo. V.27, n°54, 2007.

WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da floresta: uma história do Alto Juruá – Acre (1890-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

Percorrendo as malhas de poder das lavras diamantinas – A trajetória da família rocha medrado (bahia, séculos xviii e xix).

Luiz Alexandre Brandão Freire⁴⁶

RESUMO

No fim da primeira metade do século XIX, as atividades de mineração de diamantes nas Lavras Baianas tiveram importância nevrálgica para a economia da província da Bahia. Diante disso, infere-se a partir de fontes históricas coetâneas que a família Rocha Medrado exerceu de forma rigorosa suas prerrogativas de poder a respeito das atividades produtivas naquela região, perfazendo uma trajetória de alianças e disputa pelos espaços de poder na sociedade baiana. Isto posto, em pesquisas recentes, verificou-se que a ascendência dessa parentela já ocupava, desde meados do século XVIII, importantes posições administrativas na região da Comarca de Rio de Contas. Dessa forma, este trabalho procura discutir as dinâmicas do poder utilizadas pela família para salvaguardar seus privilégios socioeconômicos, durante os séculos XVIII e XIX.

Palavras-Chave: História da Bahia; Chapada Diamantina; Rocha Medrado; Poder Privado; Parentela.

ABSTRACT

In the end of the first half of the XIX century, the activities of mineration of Diamonds on Lavras Baianas gets nevrálgic importance for the Bahia's province economy. Against that, it is infered about contemporary historical sources that the Family Rocha Medrado exercised so strict your prerrogatives of power in respect of the productives activities in that region, making a trajetory of aliances and dispute for the spaces of power in the bahia's society. That said, in recently searches, it was found that the ancestry of this kin already occupied, since mid of XVIII century, important's administratives positions on the County of Rio de Contas region. In this way, this work demand to discussis the dinamics of power used for the Family to safeguard your privileges socioeconomic, during the XVIII and XIX centuries.

Keywords: Bahia's History; Chapada Diamantina; Rocha Medrado; Private Power; Kinsfolk.

INTRODUÇÃO:

⁴⁶ Graduando em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), bolsista de iniciação científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Contato: alexandrefreireuesb@gmail.com

Em obras corográficas como a de Gonçalo de Athayde Pereira (PEREIRA, 1906), publicadas como memórias sobre os municípios da Chapada Diamantina, lê-se importantes referências acerca da atuação da família Rocha Medrado na economia diamantífera e na influência que estes exerciam sobre a sociedade que ali se instalou.

Certamente, a atuação da família foi tratada de forma mais ampla no trabalho de Maria Cristina Dantas Pina (PINA, 2000), que vinculou o desenvolvimento da vila de Santa Isabel do Paraguassú ao poder exercido pelos Rocha Medrado, detentores de quase todas as terras que compreendiam o alto do rio Paraguaçu e seus rios adjacentes, onde garimpou-se grande volume de diamantes durante toda a segunda metade do século XIX.

Dessa forma, a autora atribui a Reginaldo Landulfo da Rocha Medrado e Francisco José da Rocha Medrado uma intensa atuação na Câmara Municipal e na Repartição dos Terrenos Diamantinos da Bahia, estes que também possuíam um grande séquito de aliados e protegidos, que também exerciam naquelas serras cargos administrativos importantes.

Não suficiente, pela majoritária posse de terras na região, a família atuou intensamente na direção de arrendamento de regos de garimpo e na venda de terras que também possuíam características diamantíferas. Decerto, a descoberta de diamantes nas terras do rio Mucugê em 1844 valorizou exponencialmente as posses da família, que se valeu de múltiplas dinâmicas para salvaguardar a manutenção de suas riquezas.

Em estudos mais recentes sobre o século XVIII, no entanto, foi possível localizar a ascendência da família, que já atuava de forma importante no território da Comarca de Rio de Contas, desde a instalação da vila na região, ainda em 1725. De fato, a família descendeu da parentela familiar de Bernardo Matos de Albuquerque, cujo aparentou-se com a filha de José da Rocha Medrado, capitão-mor da vila do Urubu de Cima.

Bernardo de Matos de Albuquerque, portanto, ocupou na vila de Rio de Contas cargos como Intendente do Ouro e de Juiz Ordinário da vila. Formado no curso de leis em Lisboa, o caráter de letramento dos indivíduos dessa parentela revela que desde meados do século XVIII já ocupavam posições de importância na sociedade baiana. A rigor, a

atuação desse indivíduo e de sua esposa, Lizarda da Rocha, são investigadas pela pesquisadora Kátia Lorena de Almeida (ALMEIDA, 2012).

Outrossim, a historiadora Elisangela Oliveira Ferreira (FERREIRA, 2008) também trata da extensão do poder dos Rocha Medrado, mas na região do rio São Francisco, em Xique-Xique e Gentio do Ouro. Bem verdade, a autora atribui a Angelo Custódio da Rocha Medrado e Ernesto Augusto da Rocha Medrado o protagonismo da propriedade de terras na região nas passagens do século XVIII para o XIX, contribuindo para os questionamentos de como a família Rocha Medrado, por fim, imbricava seu poder político e econômico na Bahia desde o século XVIII.

Este trabalho, portanto, tem como objetivo sanar alguns desses incômodos a respeito da família Rocha Medrado. *A priori*, a hipótese de que a família teria ampliado sua influência e riqueza apenas a partir do garimpo de diamantes, mostra-se equivocada, uma vez que os inventários de ascendentes já demonstram volumosas riquezas nos seios da família. Além disso, a quantidade de territórios dominados pela família, que ocupavam cargos administrativos por todo o sertão baiano, também corroboram para repensar as relações de poder atravessadas por essa parentela.

A SOCIEDADE RIO-CONTENSE: ASCENDÊNCIA E PODER DOS ROCHA MEDRADO NO SÉCULO XVIII:

Em seus estudos genealógicos, Jorge Ricardo Almeida Fonseca (FONSECA, 2011), revela que Reginaldo Landulfo da Rocha Medrado e Francisco José da Rocha Medrado nasceram em Bom Jesus do Rio das Contas (Piatã – BA) em meados dos anos 1810. Ambos, portanto, filhos do sargento-mor da Comarca de Rio de Contas, Francisco José da Rocha Medrado, portanto homônimo de um de seus filhos.

De fato, Fonseca ainda defende que o sargento-mor teria nascido em Rio de Contas, em meados de 1784, filho de Bernardo de Matos de Albuquerque e Lizarda Liberata Vieira da Rocha, ambos indivíduos de posses e que ocupavam lugares nevrálgicos naquela sociedade setecentista. Portanto, sobre Francisco José da Rocha Medrado:

O sargento-mor de ordenanças Francisco José da Rocha Medrado, nascido cerca 1784 (em Rio de Contas), e falecido na freguesia de Cruz das Almas, aos 25.06.1832, sendo sepultado na capela do Jenipapo, filho de Lizarda Liberata Vieira da Rocha. Grande pecuarista e proprietário, em suas terras, que dividiram-se na fazenda São João, Sumidouro e Ribeirão Mucugê, onde formou-se a cidade de Mucugê. Viveram (Francisco e sua esposa, Ana Francisca de Novaes) em Bom Jesus dos Meiras (Brumado – BA), e depois passaram para a Cruz Medrado, em Curralinho (Castro Alves – BA). (FONSECA, 2011, pg. 1430).

Dessa forma, na investigação de Jorge Fonseca, Francisco José já seria proprietário de várias fazendas na região que viria a se constituir como Lavras Baianas, com exceção da fazenda São João, que pertence ao termo de Bom Jesus do Rio das Contas (Piatã – BA), como indica a pesquisa de Helena Medrado (MEDRADO, 2001). Outrossim, ainda é indicado que o sargento-mor teria vivido em Brumado, e também em Castro Alves, onde era comumente criado gado.

A respeito da sociedade de Rio de Contas, Albertina Lima Vasconcelos (VASCONCELOS, 2015) defende que um maior trânsito de indivíduos passou a ser verificado a partir dos anos 1720, quando Pedro Barbosa Leal, importante sertanista baiano, foi incumbido de erigir as vilas de Rio de Contas e Jacobina, construindo também uma estrada que as ligava.

Dessa maneira, Vasconcelos vislumbra nas relações socioeconômicas ali estabelecidas uma sociedade heterogênea, com semelhanças com a Minas Gerais setecentistas. Certamente, o controle sobre os caminhos, o mercado de gado e de gêneros de subsistência, além da extração de ouro foram relações que permearam o cotidiano das autoridades e dos indivíduos que ali viviam, inclusive da família Matos de Albuquerque.

A despeito da insignificância da produção aurífera das minas baianas apontadas por autores da primeira metade do século XX, as documentações analisadas por Albertina Vasconcelos demonstram uma sociedade centrada na mineração, que em alguns períodos igualou-se a minas como Fanado, Itacambira, Araçuaí, dentre outras. Além disso, a grande demanda por mão de obra escrava para a região, sobretudo da nação Mina, é um demonstrativo das intensas relações econômicas ali estabelecidas.

Este dossiê é uma demonstração patente de que as minas baianas produziam, e em grande volume, mesmo num período considerado como de decadência de produção do ouro. Estes números contem uma face oculta, por trás de uma possível interpretação de abundância e riqueza – os níveis de exploração do trabalho escravo e a justificativa de

demanda de mão de obra escrava nas minas baianas. Servem, sobretudo, para discutir as condições sociais de exploração e expropriação de trabalho e trabalhadores. (VASCONCELOS, 2015, pg. 168).

Sendo assim, numa sociedade onde as riquezas concentravam-se em torno da produção aurífera e da mão de obra escrava, Katia Lorena de Almeida encontra na família Matos de Albuquerque indivíduos ocupando posições de poder, que detinham o controle sobre a produção e o seu escoamento. Bernardo de Matos de Albuquerque e seu filho, também homônimo, exerceram cargos administrativos que ultrapassaram o território da vila de Rio de Contas, e fiscalizaram até mesmo a produção de Salitre na Serra dos Montes Altos em meados de 1760.

Dessa maneira, Bernardo de Matos e Albuquerque (pai) foi possuidor de cargos como Guarda-Mor ainda em 1724, requerendo o título de Coronel do Regimento de Cavalaria dos Rios das Contas em 1739, e doravante também de Intendente do Ouro; dessa maneira, fica evidente que a trajetória da família na Comarca de Rio de Contas se iniciou desde os primeiros anos de extração aurífera.

Em uma carta ao Guarda-Mor da vila do Rio das Contas, escrita pelo vice-rei Vasco César de Menezes, lê-se:

Aos ofícios da Câmara da vila de Nossa Senhora do Livramento do rio das Contas, mandei remeter as ordens que naquelas minas se hão de observar, para melhor arrecadação da Fazenda Real; e como o Capitão Bernardo de Mattos de Albuquerque, guarda-mor das mesmas minas, se recolhe a elas, lhe ordeno que se aplique na sua execução de tal sorte que se evite todo o prejuízo, principalmente na cobrança do resto que se ficou devendo dos quintos do anno passado e na deste que se há de ser em junho.⁴⁷

Ao guarda-mor, portanto, cabia entregar o ouro recolhido dos quintos, além da cobrança desses aos indivíduos que ali mineravam com sua escravaria; certamente, função nevrálgica para a Metrópole Portuguesa. De fato, em cartas datadas de 1725 e 1726, Vasco Fernandes Cesar de Menezes cobrava do guarda-mor a responsabilidade em entregar o quinto para exportação nas datas de saída dos navios, bem como de notificar, periodicamente, as condições de cobrança dos quintos.⁴⁸

⁴⁷ BN, Série Documentos Históricos, Ed. 072, ano de 1946. Documento para o guarda-mor das minas do rio das Contas.

⁴⁸ BN, Série Documentos Históricos, Ed. 072, ano de 1946. Várias Cartas para o guarda-mor das minas do rio das Contas.

Doravante, Bernardo Albuquerque estaria atribuído da função de Intendente das minas do Rio das Contas, ainda no ano de 1736, ampliando sua jurisdição acerca da cobrança dos quintos e da fiscalização dos mesmos. Dessa maneira, o poder local exercido pela família Matos de Albuquerque pode ser inferido não somente pela sua relação de proximidade com a administração do vice-rei, mas também pelos requerimentos para a ocupação de novos cargos.

Em sua solicitação para o cargo de Coronel do Regimento de Cavalaria ao rei D. João V, D. Mello de Castro Andrade, vice-rei do Brasil naquele momento, anuncia que “porquanto pela promoção de João Paes de Vasconcelos ao posto de Coronel do regimento do Recôncavo desta cidade (Salvador), foi vago o que exercia de Coronel de Cavalaria do Continente das minas do ryo das Contas”. Dessa maneira, concordava com a indicação de Bernardo de Matos de Albuquerque ao cargo:

Convém prove-lo em pessoa de valor, capacidade e merecimento: pesquisando eu ao bem que estas circunstancias incorrem a Bernardo de Matos de Albuquerque, que tem servido a sua Majestade no posto de capitão de sua tropa de cavalos daquele continente que atualmente está exercendo [...] além do ofício de guarda-mor das sobreditas minas há alguns anos, com tal atividade que se fez merecedor que aprovasse o dito Intendente delas, que vem servindo com a mesma satisfação.⁴⁹

Como defende Katia Lorena de Almeida, Bernardo foi casado com Antônia de Almeida Barbosa, cujo em seu inventário contabilizou-se 71 escravos. Além disso, o próprio Bernardo também minerava ouro em uma de suas propriedades, intitulada Cocal (próximo a Barra da Estiva – BA), que também era utilizada como fazenda para criação de gado vacum. Além disso, também eram proprietários do sítio Engenho, onde plantava-se cana-de-açúcar, mandioca e milho.

Com a morte de Antônia de Almeida Barbosa em 1748, e a do Intendente Bernardo de Matos de Albuquerque em 1760, Almeida pôde verificar que as riquezas de ambos foram partilhadas entre dois filhos do casal. Um deles, portanto, tratava-se de Bernardo de Matos Albuquerque, Bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra em 1751, residindo em Lisboa até a data da morte do pai em 1760, quando mudou-se para a América Portuguesa para exercer o ofício de advogado e de juiz ordinário entre as décadas de 1760 e 1780.

⁴⁹ Arquivo Histórico Ultramarino, 30 de janeiro de 1739, Bahia. AHU_ACL_CU_005, Cx. 64/Doc. 5419.

Quando o pai morreu, em 1760, o capitão-mor Antônio de Almeida Albuquerque, irmão de Bernardo, informou que o irmão residia em Lisboa, acompanhado de um escravo Benedito, nação mina, que ali o servia desde o ano de 1748. O Dr. Bernardo exerceu o ofício de advogado e de juiz ordinário no termo de Rio de Contas, entre as décadas de 1760 e 1780, falecendo em 1783, era casado e tinha três filhas. (ALMEIDA, 2012, pg. 109).

Ademais, a respeito de alianças intrafamiliares, Almeida também relacionava a família Ribeiro de Novais aos Matos de Albuquerque. Certamente, Cristóvão e Felix Ribeiro de Novais, respectivamente pai e filho, foram importantes indivíduos para sociedade Rio-Contense, pois foram proprietários de terras na região da nascente do rio das Contas, onde produziam gêneros de subsistência e mineravam ouro. A escravaria dessa família, assim como a dos Albuquerque, também era de grande estirpe, sendo verificados mais de 100 escravos no inventário de Cristóvão datado de 1746. (ALMEIDA, 2012).

Acerca da esposa de Bernardo de Matos Albuquerque, trata-se da filha do capitão-mor José da Rocha Medrado, o qual pouco se sabe sobre, além de seu registro de carta patente feito em 1768, na Vila do Urubu de Baixo, na Comarca de Jacobina. Seu nome fora indicado pela Câmara Municipal, revelando um indivíduo de importante prestígio naquela região:

Porquanto por falecimento de Agostinho Sutil de Siqueira vagou o posto de Capitão-mor da Ordenança da Vila de Santo Antônio do Urubu, Comarca da Jacobina; e convém promover uma pessoa de valor, capacidade: respeitando os requisitos a que concorrem na pessoa de José da Rocha Medrado a quem os oficiais da Câmara daquela Vila com assistência do Ouvidor da Comarca propuseram em primeiro lugar na forma do novo Regime [...].⁵⁰

Mesmo que pouco se saiba acerca de José da Rocha Medrado, as investigações realizadas por Almeida no inventário de Lizarda da Rocha, sua filha e esposa de Bernardo, revela uma mulher de posses, principalmente relacionado a propriedade de gado vacum, o qual contabilizou-se mais de duas mil cabeças, além da propriedade de duas grandes fazendas.

Lizarda da Rocha também foi outra grande proprietária de escravos na região que se dedicou à pecuária nas fazendas do Ambuzeiro e Vargem onde criava mais de duas mil cabeças de gado vacum [...] Lizarda construiu uma pequena fortuna com a pecuária, no decorrer de pouco mais de uma década, entre a morte do marido e a sua, e para proteger os dois filhos nascidos após sua viuvez, reconhecidos em testamento como seus filhos naturais e legítimos herdeiros, declarou que seus bens foram obtidos após a morte do

⁵⁰ AHU_ACL_CU_005_Cx. 162. Doc. 12302 “Requerimento de José da Rocha Medrado ao rei D. José solicitando patente de confirmação do posto de capitão-mor da ordenança da vila de Santo Antônio do Urubu, comarca de Jacobina. 3 de novembro de 1768.

marido. Lizarda possuía uma grande escravaria para o padrão de posses da região – 43 escravos, dentre estes, seis vaqueiros –, que representava 33,6% de sua fortuna, avaliada em 12:539\$833. (ALMEIDA, 2012, p. 102).

Além desses indivíduos que ocuparam cargos que revelavam o caráter de fidalguia da família ainda no século XVIII, José da Rocha Medrado provavelmente também era pai de Angelo Custódio da Rocha Medrado, o qual era capitão-mor do Terço das Ordenanças do Julgado de Xique-Xique. Assim como o próprio José da Rocha Medrado, Angelo havia sido indicado pelo próprio Ouvidor da Comarca de Jacobina, na qual lê-se em sua carta patente uma descrição de suas qualidades:

sua fidelidade e Cristandade, fazendo destruir um corpo de quarente fascinoros [sic] que da cidade do Maranhão, se havia retirado para os sertões da beira do rio S. Francisco, prendendo vinte e dois homens do mesmo corpo, os quais de ordem do Governador daquela Capitania foram a ela remetidos, dispendendo nesta importante diligência da sua fazenda. [...].⁵¹

Como revela Elisangela Oliveira Ferreira, a família Rocha Medrado e a família Ribeiro de Novais estavam imbricadas também naquela região, pois Ângelo era casado com uma das filhas de Felix Ribeiro de Novais, Ifigênia Rita de Santana Novais. Além disso, ambos atuaram juntos em uma diligência no limiar do século XIX, a qual tinha por objetivo apontar a existência de ouro na serra do Assuruá, onde três décadas mais tarde minerar-se-ia considerável contingente de ouro (FERREIRA, 2008).

Por fim, a ascendência da família Rocha Medrado estendeu seus tentáculos de poder por considerável extensão de terras nos sertões da Bahia, e esteve envolvida nos negócios de mineração, como atuantes e administradores, desde o século XVIII. De fato, além das riquezas e das alianças familiares, o letramento na Universidade de Coimbra indica grande prestígio por parte desses indivíduos.

AS LAVRAS BAIANAS E A ATUAÇÃO DOS ROCHA MEDRADO:

Como suscita Marcia Maria Menendes Motta (MOTTA, 1996), a posse de terras sempre foi condição nevrálgica para o exercício do poder, tanto na América Portuguesa, tanto a partir da construção do Estado Nacional no oitocentos. Dessa forma, a autora propõe

⁵¹ APEB, SM, PR, II Catálogo de Eduardo de Castro e Almeida, Documentos Avulsos da Capitania da Bahia, Filme n° 132 (1805-1805), doc. 27.653 e 27.654. Apud FERREIRA, 2008, op.Cit, p. 74

que a ausência de elementos delimitadores da posse de terras resultou em um benefício para os grandes proprietários, que alargavam os limites de suas propriedades indefinidamente.

Decerto, como já demonstrado, a família Rocha Medrado já possuía consideráveis extensões de terras na Comarca de Rio de Contas, onde desenvolvia majoritariamente atividades de pecuária. Ainda em 1809, Erivaldo Fagundes das Neves registra que Francisco José da Rocha Medrado teria adquirido as terras da fazenda Araras, como declarado no registro de terras da freguesia de São João do Paraguaçu, em 1858 (NEVES, 2003).⁵²

A fazenda Araras, situada em Itaeté, era uma importante área para criação de gado na região, uma vez que possuía amplos campos denominados gerais, caracterizados por sua vegetação rasteira e solo planificado. Já em 1838, um registro de compra e venda protagonizado por Reginaldo Landulfo da Rocha Medrado indica que a família expandia suas posses naquela direção. No documento, infere-se a compra da fazenda do Rio de Uma, que também adentrava considerável parte do rio Paraguaçu.

No documento, a vendedora tratava-se de Faustina Pereira, filha de Joaquim Santana de Barreto, que falecera no mesmo ano de 1838. A sorte de terras, portanto, era declarada como divisa da “Fazenda Araras, com a que ora se vendem, do mesmo comprador”, englobando o Paraguaçu “seguindo por este acima do lado esquerdo até o lugar denominado Pesqueiro, na volta da serra, assim extrema com terras do gerais de Santo Antonio e desta volta segue pelo cume da serra grande de Santo Antonio”.

A transação, no entanto, só foi findada no ano de 1844, cujo procurador foi Felix Ribeiro da Rocha Medrado, irmão de Reginaldo Medrado. Dessa forma, o documento compreendia a sorte de terras com aproximadamente três léguas de extensão, cujo valor total da compra foi de 1:200\$000 contos de réis, valor considerável à época.⁵³

A rigor, ainda existem carências no que se refere a documentações de aquisições dos Rocha Medrado dos terrenos na Chapada Diamantina. Como se sabe, algumas fazendas nas confluências entres os atuais municípios de Piatã e Mucugê já estavam no

⁵² APEB, Colonial e Provincial, processo n° 4.792. *apud* Neves, 2003.

⁵³ Cartório Municipal de Andaraí – BA. Processo n° 680.

patrimônio de Francisco José da Rocha Medrado, além de outros terrenos às margens do Paraguaçu, como a fazenda Araras (Itaeté – BA), e provavelmente parte do município de Andaraí, que insere-se no objeto de compra de Reginaldo Medrado em 1838.⁵⁴ Como cita Gonçalo Pereira de Athayde em suas memórias sobre Mucugê:

Como se sabe, até então só havia por aqueles lugares uma família que se impunha e era quase senhora feudal de todas aquelas terras; a família Rocha Medrado. Membros dessa família, consta-me, foram os primeiros a melhorar suas casas, cobrindo-as com zinco e lata. (PEREIRA, 1906, pg. 37).

De fato, apesar de ser possível verificar a atuação da família Rocha Medrado antes de 1840, é incontestável que a parentela ganhou notoriedade em documentos de ordem administrativa no Império a partir dos achados de diamantes no rio Mucugê, em setembro de 1844. Como cita Maria Cristina Pina, os Rocha Medrado ocuparam cargos importantes da administração local, e atuaram com intensidade nos negócios de diamantes naquela região (PINA, 2000).

Segundo Atas de Assembleia Provincial, a Freguesia de São João do Paraguassú e a vila de Santa Isabel do Paraguassú (Mucugê – BA) foram criadas em março de 1847, requeridas por um relatório do Presidente da Província. Aquelas serras, antes praticamente inóspitas, ganharam rapidamente grande densidade populacional, como citam periódicos como O Guaycuru e O Musaico, ambos da província da Bahia.

O grande contingente de cerca de 40.000 indivíduos requeria medidas energéticas em relação ao controle político por parte das autoridades provinciais e do senado. Dessa forma, a vila foi instalada ainda no início de 1848, com a construção da Igreja Matriz, da sede da Câmara Municipal e de uma escola de primeiras letras.⁵⁵ Para assegurar o poder sobre aquela população intermitente ali instalada, foram nomeados Reginaldo Landulfo da Rocha Medrado e Francisco José da Rocha Medrado como Comandantes Superiores da Guarda Nacional da Comarca de Rio de Contas.

As nomeações ocorreram ainda em 1848, como consta nos registros da Câmara Municipal. Decerto, o comando da Guarda Nacional era nevrálgico para angariar

⁵⁴ A região de Andaraí é limítrofe com Itaeté, pois também fica à beira do rio Paraguaçu.

⁵⁵ APMM, Atas de Assembleia Municipal. Sessão de Março de 1848.

aliados políticos, pois concedia o poder de indicar indivíduos para outras funções da Guarda Nacional. Além disso, como fica evidente nas atas da Câmara, indivíduos como Antonio Carlos da Rocha Medrado ocuparam cargos na Repartição dos Terrenos Diamantinos, e também como Juiz de Paz do município, tendo também, conforme Gonçalo Athayde, Reginaldo Medrado e Francisco Medrado revezado o cargo de Juiz de Direito do Município. Certamente, isso garantia aos Medrado formidáveis ferramentas de controle sobre a população local.

Além disso, com a Lei de Terras de 1850, que garantia o direito à propriedade e o exercício da delimitação, pode-se questionar se, de fato, a família tinha posse efetiva sobre todas aquelas serras e rios antes da ampliação da população, que verdadeiramente ocupou e desenvolveu atividades produtivas ali. Como cita Motta, os fazendeiros apropriavam-se de terras devolutas limítrofes, e como parte da reprodução de seus poderes econômicos, impediam reiteradamente que outros sujeitos viessem as ocupar (MOTTA, 1994).

Certamente, como demonstrado em discussões na Assembleia Provincial, em documento da Repartição Diamantina e no próprio Senado, o escoamento da produção de diamantes por parte de indivíduos que mineravam ilegalmente era uma preocupação insólita para as autoridades, que pouco sabiam sobre aquelas localidades. Além disso, como resultado dessa apropriação, vultosos rendimentos eram cedidos a família por meio do sistema de arrendamento daqueles terrenos. Dessa maneira, assim dizia o jornal *O Musaico* em 1846:

A população disseminada no districto diamantino, segundo as novas informações, excede à 20.000 almas; mas no lugar denominado commercio (Comércio de Fora) é esta população somente de 8.000 a 10.000 habitantes, e muito pouco fixa; porque o movimento comercial a desfalca com a mesma rapidez que a pode aumentar; e tanto que nos dias de feiras concorre um numero bem crescido de vendedores e compradores de diamantes, talvez o de 2 a 3 mil. As lavras dos diamantes que são principalmente as do Chique-Chique, Coisa-bôa e Andrahi estão na distância de algumas legoas do Commercio, e colocadas todas na direção do Paraguassú. **Estão todas situadas em terrenos pertencentes a um particular, que os arrenda mediante uma contribuição bem productiva.**⁵⁶

Com a instalação da Repartição Diamantina da Bahia no fim de 1846, coube a esse organismo do Governo Central intermediar, através de seu engenheiro, a medição dos

⁵⁶ O Musaico, agosto de 1845. Hemeroteca da Biblioteca Nacional, Edição 00002, grifo meu.

terrenos em braças para arregimentar o arrendamento. De fato, mesmo que algumas tributações tivessem sido impostas, as riquezas provenientes da extração de diamantes continuaram a ser acumuladas majoritariamente pela família Rocha Medrado, absoluta senhora daqueles terrenos diamantinos à beira do Paraguaçu. Portanto, no primeiro relatório de Benedicto Marques de Acauã, inspetor geral da Repartição até o fim de 1847, o mesmo explica o processo de arrendamento:

A administração portanto tem a convicção de que raríssima vez se requerem a medição e arrendamento de um terreno diamantino sem que sua riqueza não seja sabida pelo requerente, contra quem aliás, não tem provas para proceder [...] Hoje já não está mais no poder do governo impedir esta marcha, mas está o legitima-la, favorece-la, e ordena-la [...] Contractando com uma companhia o arrendamento de uma parte do rio Cajueiro por espaço de cinco anos, e na razão de seis por cento, estabeleci as seguintes cautelas, com que ella conveio: primeira, que os seus membros organizando-se em sociedade collectiva terão livros selados e devidamente ordenados, onde farão os lançamentos dos diamantes extrahidos em cada anno, e do preço por que foram vendidos [...] a capitação de com trabalhadores na razão de 5\$000 rs por cada um, ou effectivamente os tenha ou não, capitação que será extensiva a qualquer outros com que vier acrescentar aquele número.⁵⁷

Em seus escritos, Acauã deixa implícito que não existiam regras estáticas para o arrendamento dos terrenos diamantinos, mas que o valor dependia das condições do terreno, da sua localização, do número de trabalhadores empregados, da condição jurídica desses trabalhadores (escravos ou livres), da produção anual de diamantes retiradas das terras arrendadas e do capital de que dispunha a Companhia.

Além disso, também se previa a possibilidade de o arrendamento ser feito individualmente a faísqueiros, indivíduos que garimpavam sem estar sob o jugo de uma Companhia ou qualquer sociedade. Diante disso, comumente essa relação envolvia a utilização de terras já previamente exploradas, e com pouco potencial de extração. Dessa maneira, somente no ano de 1847, Acauã revela ter concedido licença “a mil trezentos e quarenta e quatro faiscadores, não ficando menos de quatro mil dentro dos mesmos e dos outros marcados para serem licenciados”.⁵⁸

A respeito das posses dos Rocha Medrado, a análise do inventário de Maria Magdalena de Novais Rocha é nevrálgica para esse processo. Além de mais de cem escravos, e ter uma riqueza avaliada em mais de cem contos de réis, a primeira esposa do Cel. Reginaldo Landulfo da Rocha Medrado também possuía a propriedade de várias

⁵⁷ ACAUÃ, Marques Benedicto. Relatório das Lavras Diamantinas da Bahia, pg. 239.

⁵⁸ ACAUÃ, Marques Benedicto. Relatório das Lavras Diamantinas da Bahia, pg. 241.

fazendas e regos d'água onde mineravam-se diamantes. Segundo Maria Cristina Pina, a maioria dos inventários analisados possuía de 1 a 4 escravos, e raros eram os que tinham mais de 20. Dessa maneira, a riqueza da família é evidenciada também no montante de escravos possuídos (PINA, 2000).

As terras de Maria Magdalena, divididas entre as fazendas de Santo Antonio, Sumidouro, Licuri, Raízes, Una, Tapera, Andaraí e Chique-Chique certamente foram valorizadas pela presença do cascalho diamantífero, assim totalizando 27:300\$000 contos de réis. Além dessas posses, ainda foi possível verificar a presença de gado vacum e cavalos, evidenciando outras formas de renda da família.⁵⁹

Em termos políticos, Reginaldo e Francisco Rocha Medrado atuaram de forma intensa na direção de disputar a atenção da Assembleia Provincial naquela região. A partir da década de 1850, é comum nos registros de Assembleia a solicitação para a melhoria de estradas, construção de pontes, dentre outras estruturas que coadunavam com a atividade extrativa. Além disso, Joaquim Landulfo da Rocha Medrado chegou até mesmo a ser eleito como Deputado Estadual, exercendo sua candidatura entre 1857 e 1860, sendo o Dr. Pedro da Silva Rego, importante negociante de Santa Isabel, seu suplente.⁶⁰

Como indica Miriam Dolhnikoff acerca da política imperial, havia uma tendência a descentralização do poder em relação ao centro e as províncias. Apesar da relativa autonomia das províncias, entretanto, esta era bem diferente da total soberania. Decerto, o próprio Presidente da Província, indicado pelo Governo Central, era uma forma de controle político sobre as províncias, além dos delegados municipais, que também eram indicados pelo Presidente (DOLHNIKOFF, 2007).

Com isso, Dolhnikoff defende que a província tinha em sua Assembleia Legislativa o seu epicentro do poder, pois a extensão do poder das Câmaras Municipais era bastante limitada, fundamentalmente pelas reformas das atribuições das Câmaras nas décadas de 1820 e 1830. Com isso, o âmbito da disputa pelos orçamentos municipais, bem como da

⁵⁹ APMM, Inventários, estante 11, caixa 47, maço 56.

⁶⁰ Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA), 1823 a 1889; Organizações e Programas Ministeriais desde 1822 a 1889, pg. 290.

construção de obras públicas dependia da capacidade de articulação dos potentados locais com os deputados, que se aliavam a essas elites (DOLHNIKOFF, 2007).

Portanto, por esse motivo Richard Graham aponta que a medida de um homem estava proporcionalmente ligada à sua clientela, pois quanto maior e mais submissa esta fosse, maior seria o poder de barganha do particular em relação as políticas municipais e provinciais (GRAHAM, 1997). No caso da família Rocha Medrado, as próprias alianças com outras famílias importantes, como de Antonio Sousa Spínola e Marcolino de Moura e Albuquerque, que também já foram eleitos como deputados provinciais, traz à tona o poder de barganha dos Rocha Medrado.⁶¹

Dessa maneira, infere-se que a preocupação do poder público era a limitação dos poderes privados, localizados nas áreas rurais, longínquas dos centros urbanos. Raro era, portanto, que esses potentados tivessem tanta participação quanto os Rocha Medrado na esfera política. A rigor, somente as famílias de maior prestígio econômico, político e de maior capacidade de granjear clientela construía representação direta por meio da ocupação de cargos públicos, enquanto outras de menor extirpe buscavam subsumir seus interesses aos grandes fazendeiros (GRAHAM, 1997).

Em 1852, as obras públicas para a construção e melhoria de estradas existentes na freguesia de S. João do Paraguassú, por exemplo, envolveu diretamente os “primeiros proprietários do município”, para que estes pudessem, até mesmo para interesses próprios, indicar os mais convenientes lugares para o transporte da produção agrícola. O Presidente da Província revela então, que quem estava a frente dessas obras era o Delegado do município, Francisco José da Rocha Medrado.

Toda esta obra foi executada debaixo da direcção do Delegado o Coronel Francisco José da Rocha Medrado, e a cerca dela diz a Câmara Municipal que – foi concluída com 8 léguas de mata virgens, regularmente praticada pelos sítios mais convenientes e com mais de duas braças de largura.⁶²

⁶¹ Marcolino de Moura e Albuquerque requereu a participação na partilha do inventário do Cel. Reginaldo Landulfo da Rocha Medrado, pois era casado com uma de suas filhas, Amélia Landulfo Medrado, em 1892. Já Antonio de Souza Spínola era sócio de Francisco José da Rocha Medrado na Companhia das Capivaras, além de ter atuado com vigor na Câmara Municipal de Lençóis entre as décadas de 1860 e 1870. In: APMM, estante 11, caixa 47, maço 67; Organizações e Programas Ministeriais desde 1822 a 1889.

⁶² Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA), 1823 a 1889; Ano de 1852.

Ou seja, além de valorizar diretamente as terras dos Rocha Medrado, que possuíam a maior parte das propriedades na região, coadunava com o escoamento agrícola para a região, colaborando com as atividades de extração. Doravante, em 1863, o nome de Francisco José da Rocha Medrado ainda continua a frente de outras obras, dessa vez a respeito de uma ponte sobre o rio Combucas, importante direção de tráfego na região.

De fato, os Rocha Medrado estavam envolvidos diretamente com as atividades extrativas das companhias, bem como a captação de recursos dos arrendamentos. A rigor, a dimensão do poder da família pode ser compreendida pelas suas relações com as autoridades provinciais, como o próprio Presidente da Província.

CONCLUSÃO

Desde a segunda década do século XVIII, os ascendentes da família Rocha Medrado já estavam instalados nos núcleos mineradores de Rio de Contas, e pelo menos desde a segunda metade do século XVIII, também já detinham certa influência local na região do São Francisco e na Comarca de Jacobina. Outrossim, o próprio título de Bacharel na Universidade de Coimbra por parte de Bernardo de Matos Albuquerque revela o poder político da família.

O processo de apropriação de terras por parte dos Rocha Medrado, de fato, ainda merece maiores estudos. Entretanto, os registros atuais já são suficientes para demonstrar a presença da família nas áreas vicinais da vila do Rio de Contas, onde possivelmente detinham a atividade econômica centrada na pecuária, antes da exploração de diamantes.

REFERÊNCIAS:

AGUIAR, Durval Vieira de. *Província da Bahia*. Salvador – BA: Tipografia do Estado da Bahia, 1889.

ACAUÃ, Benedicto Marques de. *Relatório Dirigido ao Governo Imperial, em 15 de abril de 1847, pelo inspetor geral dos terrenos diamantinos da Bahia, o Sr. Benedicto Marques da Silva Acauã membro correspondente do Instituto*. Revista do IHGB, Tomo IX, 1º trimestre de 1847.

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Escravos e Libertos nas Minas do Rio das Contas, Bahia – Século XVIII*. Salvador – BA: UFBA, 2012.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do Federalismo no Brasil*. São Paulo – SP: Editora Globo, 2007.

FERREIRA, Elisângela Oliveira. *Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX*. Salvador – BA: UFBA, 2008.

FONSECA, José Ricardo Almeida. *Depois que Atravessaram o Mar: Família Castro e Grupos Afins (1568-1750-2011)*. Salvador – BA: Edição do autor, 2012.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro – RJ: UFRJ, 1997.

MARTINS, Rômulo de Oliveira. “*Vinha na Fé de Trabalhar em Diamantes*”. *Escravos e Libertos em Lençóis, Chapada Diamantina – BA (1840-1888)*. Salvador: UFBA, 2013.

MEDRADO, Helena. *Mucugê e sua História*. Salvador – BA: Ed. Da Autora, 2001.

MOTTA, Márcia Menendes. *Nas Fronteiras do Poder: Conflitos de Terra e Direito Agrário no Brasil de Meados do Século XIX*. Campinas – SP: Unicamp, 1996.

NEVES, Erivaldo Fagundes das. *Posseiros, Rendeiros e Proprietários: Estrutura Fundiária e Dinâmica Agro-Mercantil no Alto Sertão da Bahia*. Recife – PE: UFPE, 2003.

PEREIRA, Gonçalo Athayde. *Memória Histórica e Descritiva do Município de S. João do Paraguassú*. Salvador – BA: Tipografia e Encadernação Reis & Cia, 1907.

PINA, Maria Cristina Dantas. *Santa Isabel do Paraguassú: Cidade, Garimpo, e Escravidão nas Lavras Diamantinas, Século XIX*. Salvador: UFBA, 2000.

VASCONCELOS, Albertina Lima. *As Vilas do Ouro: Sociedade e Trabalho na Economia Escravista Mineradora (Bahia, século XVIII)*. Vitória da Conquista – BA: Edições UESB, 2015.

FONTES DE PERÍODICOS:

Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA), 1822 a 1889

O Musaico (BA)

Fontes Impressas:

Cartório Municipal de Andaraí – BA (CMA). Processo n° 680.

APMM, Inventários, estante 11, caixa 47, maço 56.

APMM, Atas de Assembleia Municipal. Sessão de Março de 1848.

APEB, Colonial e Provincial, processo n° 4.792. *apud* Neves, 2003.

APEB, SM, PR, II Catálogo de Eduardo de Castro e Almeida, Documentos Avulsos da Capitania da Bahia, Filme n° 132 (1805-1805), doc. 27.653 e 27.654. *Apud* FERREIRA, 2008, op.cit, p. 74

Fontes da Biblioteca Nacional (BN) e do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU):

BN, Série Documentos Históricos, Ed. 072, ano de 1946. Documento para o guarda-mor das minas do rio das Contas.

BN, Série Documentos Históricos, Ed. 072, ano de 1946. Várias Cartas para o guarda-mor das minas do rio das Contas.

Arquivo Histórico Ultramarino, 30 de janeiro de 1739, Bahia. AHU_ACL_CU_005, Cx. 64/Doc. 5419.

AHU_ACL_CU_005_Cx. 162. Doc. 12302 “Requerimento de José da Rocha Medrado ao rei D. José solicitando patente de confirmação do posto de capitão-mor da ordenança da vila de Santo Antônio do Urubu, comarca de Jacobina. 3 de novembro de 1768.

Simpósio Temático 04: Direitas, História e Memória

Ativismo digital como ação estratégica dos movimentos sociais: o estudo do Movimento Brasil Livre (MBL)

Milena Alessandra da Costa Silva⁶³

RESUMO: O presente trabalho tem a finalidade de examinar a página oficial do Movimento Brasil Livre (MBL), no Facebook; caracterizando-o sob a perspectiva de atores coletivos. A análise se constitui perante duas publicações, sendo feitas no dia 02 de dezembro de 2014 e primeiro de janeiro de 2015, respectivamente. Nota-se que praticam um ativismo digital através da propagação dos seus ideais e concepções em um espaço culturalmente hegemônico e, por intermédio dos comentários realizados nos posts em estudo objetiva-se compreender o reflexo dos discursos feitos por esse movimento na consciência política dos brasileiros, sobretudo, da juventude; em razão de direcionarem suas estratégias políticas a esse público.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Brasil Livre (MBL); atores coletivos; ativismo digital; redes sociais;

ABSTRACT: The purpose of this paper is to examine the official page of the Movimento Brasil Livre (MBL), on Facebook; characterizing it from the perspective of collective actors. The analysis consists of two publications, being made on December 2, 2014 and January 1, 2015, respectively. It is noted that they practice digital activism through the propagation of their ideals and concepts in a culturally hegemonic space and, through the comments made in the posts under study, the objective is to understand the reflection of the speeches made by this movement in the political consciousness of Brazilians, above all, youth; because of directing their political strategies to this audience.

KEYWORDS: Movimento Brasil Livre (MBL); digital activism; collective actors; social networks;

⁶³ Graduanda em História; Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Brasil. milena22costa@gmail.com

1. Introdução

O presente estudo atenta-se para a análise dos discursos propagados pelo Movimento Brasil Livre, em sua página oficial do *Facebook*. A investigação atenta-se para duas publicações sendo, nos anos finais de 2014 e início de 2015, respectivamente; sob o objetivo de examinar as discussões feitas pelos seus seguidores visando compreender a influência e a aceitação dos discursos realizados por esses ativistas em um espaço hegemônico.

Para elaborar esta análise foi necessário reunir e dialogar recursos teóricos-metodológicos que tratassem da conjuntura política brasileira, nos anos referidos, à partir de autores, como, Telles (2019), Ortellado (2015) e Gallego (2018). Ademais, as contribuições dos trabalhos de Santos (2019), Brugnago e Chaia (2015), Resende (2019) e Ortiz (2016) fez-se necessárias para diagnosticar as ações políticas desses novos atores coletivos, que exercem o ciberativismo como estratégia política para difundir suas ideologias através de discursos que mobilizem e eduquem seus seguidores.

2. Ativismo digital do Movimento Brasil Livre (MBL) no *Facebook*

A rede social *Facebook*⁶⁴ é um espaço de excelência para a análise do discurso desse movimento, devido à estrutura da plataforma. Essa que possibilita o exame dos conteúdos expostos por meio das imagens dos *posts*, e também revela as falas e debates por intermédio dos comentários feitos pelos seus seguidores. No mais é “dentre os principais SRS usados no Brasil (...) ocupa a primeira colocação - sendo, ainda, o site mais visitado pelos usuários brasileiros em todas as classes sociais e faixas de escolaridade, segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia 2014” (BARROS; CARREIRO, 2015: 175).

⁶⁴ É uma rede social virtual que começou a ser desenvolvida como um aplicativo em 2003, por estudantes da Universidade de Harvard, sendo eles Mark Zuckerberg, Dustin Moskovitz e Chris Hughes. Segundo o site Facebook (2020) foi fundado nos Estados Unidos, em 4 de fevereiro de 2004; considerada, atualmente, a maior rede social do mundo. A rede foi lançada no Brasil em 2007 e conforme o próprio site os “usuários podem criar um perfil ou uma fan page, interagindo entre si através de “likes”, mensagens e compartilhamentos de imagens e textos”. In: <https://canaltech.com.br/empresa/facebook/#:~:text=O%20in%C3%ADcio%20do%20Facebook%20se,o%20Facebook%20no%20ano%20seguinte>, acesso em 22/10/2020.

A repercussão da página do movimento no *Facebook*, nos acontecimentos de 2014 e 2015 - respectivamente, na eleição presidencial acirrada⁶⁵ e as manifestações iniciais pró-impeachment⁶⁶ teve seus pretextos alicerçados para além da repercussão e preferências dos usuários brasileiros por esta rede. Pois, aparentemente suas dinâmicas principais são: postagens de textos, imagens, links e vídeos; sob o formato de *feeds* de notícias, que simbolizam uma listagem de histórias compartilhadas.

Apesar de apresentar-se como uma rede social inofensiva e entendida por diversos sujeitos como um site aprazível. Sobretudo, pela liberdade de compartilharem seus pensamentos, consumirem informações, conectarem-se e trocarem mensagens com amigos, participarem de páginas diversas e entre outros. Enfatiza, que é na execução desta ferramenta que encontram-se os perigos das democracias das sociedades do tempo presente.

Os feeds não são um mero amontoado de todos as postagens mais recentes, mas uma seleção cuidadosa delas (...) o Facebook faz uma verdadeira curadoria de quais conteúdos aparecem para cada um de seus usuários (...) por meio de um mecanismo que no jargão técnico é chamado de algoritmo. Ele faz com que algumas postagens sejam apresentadas aos usuários segundo uma série de critérios (SORJ; CRUZ; SANTOS; RIBEIRO; ORTELLADO, 2018: 22).

A inclusão desse dispositivo no âmbito político acarretou vastas transformações nessa prática, tanto pela participação dos sujeitos como também pelos políticos e atores coletivos. Essas variações ocorreram devido às condições do meio digital, as quais além automatizarem e selecionarem os conteúdos a serem vistos pelos usuários também

⁶⁵ Uma parcela considerável dos brasileiros evidenciaram nessa eleição a insatisfação com a gestão de anos do governo petista, porém a ex-presidenta Dilma Rousseff (PT) conseguiu a reeleição no segundo turno com 51,64% dos votos sob o adversário Aécio Neves (PSDB) que obteve 48,36% de votos.

⁶⁶ Segundo Santos (2019) após o anúncio da reeleição da presidenta Dilma Rousseff, no ano de 2014, os movimentos sociais ativos nas mídias digitais e a grande mídia começaram a impulsionar crenças de indignação, fúria e insatisfação relacionadas ao governo petista. Sobretudo, pautados no discurso anticorrupção mediante as divulgações do esquema corrupto na Petrobras. Posteriormente, no ano de 2015, desencadeou os primeiros atos pró-impeachment; sucedendo nos dias 15 de março, 12 de abril, 16 de agosto e 13 de dezembro.

exercem uma negligência nas propagações das informações, frequentemente, sem princípios e embasamentos.

Sublinha-se duas questões ainda mais graves, as *fake news*, estas que se traduzem pela vulgarização de notícias e boatos falsos e, as chamadas “bolhas digitais”, marcadas pelo fomento de ambientes digitais organizados através das afinidades de argumentos entre os usuários. Esses mecanismos estão influenciando de forma incisiva a opinião pública e hostilizando o funcionamento das democracias.

Esse terreno tornou-se fértil para exercerem sua ação política mais eficaz e vital, a personificação da política. Desde o primórdio do Movimento Brasil Livre direcionam-se para a criação de um culpado responsável por todos os males da nação, o Partido dos Trabalhadores (PT). Telles (2019: 76) sinaliza que no sistema presidencial, como o brasileiro (...) os líderes se sustentam em bases clientelistas e personalistas”; - pilares estes que há muito tempo elegem “figurões” políticos no Brasil.

Dessarte, os líderes do movimento se compõem sob diversas estratégias arbitrárias e truculentas que influenciam nocivamente o funcionamento do debate democrático. “Articula uma mensagem motivadora de engajamento e visibilidade pública para defesa ou ataque de conteúdos que sejam condizentes às suas ideologias ou crenças políticas (...) levando muitas vezes ao desacordo político” (BOZZA, 2018: 134). Entretanto não são preteridos, pelo contrário, são aclamados; inclusive já nos anos iniciais do movimento, 2014 e 2015.

As razões para aceitação de discursos como esses decorrem “(...) após as manifestações de junho de 2013, redes políticas (...) passaram a construir suas ideologias pelas redes sociais (...) principalmente o *Facebook*, tornaram-se fortes dispositivos de formação ideológica” (CHAIA, 2015: 124). Esse episódio é um marco na política brasileira, pois desencadeou a disseminação de posicionamentos polarizados nas redes sociais, principalmente pelo *ativismo digital*⁶⁷ destes novos atores coletivos.

⁶⁷ Essa pesquisa fundamenta-se na conceituação de Resende (2019) sobre ciberativismo/ativismo digital. Esse fenômeno ocorre devido ao desenvolvimento de modernas plataformas nas redes digitais, como exemplo, o site de rede social *Facebook*, que possibilitou uma nova forma de interação entre as pessoas no ciberespaço. Portanto, “(...) é a utilização da Internet por movimentos politicamente motivados com o objetivo de alcançar suas tradicionais metas ou lutas” (Ibid., p. 212).

Um exemplo de um grupo que faz ativismo político e social no *Facebook* é o grupo Movimento Brasil Livre (...) cujo os organizadores são Kim Kataguiri, Fernando Holiday, Fábio Ostermann e Renan Santos, responsáveis pelas maiores manifestações Pró-Impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff, que levou, segundo o site de notícias da Globo G1 (2016), mais de 3 milhões de pessoas às ruas (ORTIZ, 2016: 20).

O autor defende que esses coordenadores do movimento expressam a imagem de ativistas, em razão de serem pessoas que atuam na prática para realizarem transformações da realidade e, dentro da política estabelecem ações sob uma doutrina ideológica, no caso, trilham as concepções do neoliberalismo - atuando por meio da militância.

2.1 Ações políticas do MBL através do espaço cultural hegemônico

A ascensão e o triunfo dos discursos propagados pelo Movimento Brasil Livre firmaram sob fatores conjunturais, como: a crise de representatividade política, ciclos de protestos no ano de 2013 e, logo após “a quarta vitória consecutiva do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições presidenciais de 2014 (...) se tornando uma das lideranças centrais dos protestos contra a corrupção, o PT e o governo Dilma Rousseff” (SANTOS, 2019: 39).

É possível identificar a inserção desse discurso moralista e demagógico apoiado na insígnia de inimigo incomum - direcionado ao PT, já nos anos iniciais do movimento. Conforme pode ser visto na imagem abaixo (Figura 01), esta que foi publicada na página oficial do movimento no *Facebook*, no dia 02 de dezembro de 2014, intitulada “Adolfo Sachsida⁶⁸, do MBL, hoje no Congresso”.

⁶⁸ Adolfo Sachsida é Doutor em Economia; esteve à frente do MBL de Brasília entre novembro de 2014 e março de 2015 e, atualmente, é Secretário de Política Econômica do Ministério da Economia. No dia 02 de novembro de 2014 fez um protesto silencioso - contra a autorização de uma lei orçamentária -, usando uma mordaza escrito PT (exposto na figura 01), na galeria do Congresso Nacional, em Brasília. Para ele, a aprovação de uma lei discutida no último mês do ano revela que o PT não queria discutir as leis com o povo. Segundo as suas palavras, em uma entrevista para o Podcast (148) Mises Brasil, “o PT quer calar o

Figura 1 – Adolfo Sachsida protestando na galeria do Congresso Nacional



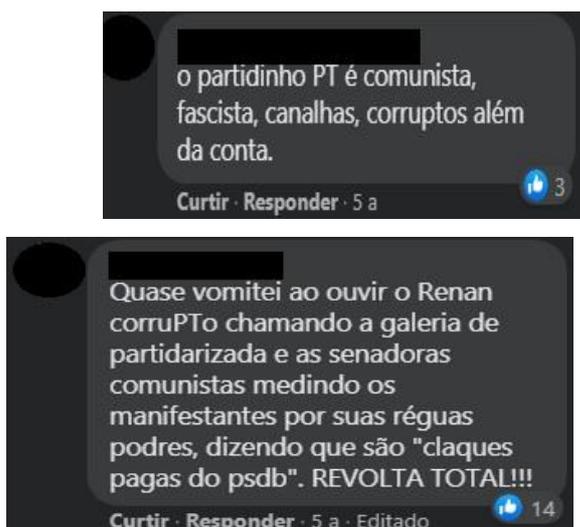
Fonte: *Facebook* / MBL

Este post torna-se representativo para exteriorizar o cenário político brasileiro após as eleições presidenciais de 2014, pois destaca a combustão de conflitos e a frustração perante os resultados do processo eleitoral. Inclusive, estampa as primeiras movimentações do discurso antipetista. Portanto, o Movimento Brasil Livre representou uma das principais forças catalisadoras nas redes sociais e, posteriormente nas ruas - em prol da disseminação discursiva de um suposto perigo iminente no país.

Aproveitaram-se dos medos, inquietudes e angústias da população brasileira promovendo uma personificação direcionada ao Partido dos Trabalhadores nutrindo um discurso de ódio e polarizado. Brugnago e Chaia (2015: 113) enfatizam que à partir das eleições “(...) o medo comum passou a girar em torno de novas figuras: o PT e a presidenta Dilma Rousseff (...) raiz de todos os problemas da sociedade além dos que apoiam o partido, cúmplices e usurpadores da nação brasileira”. Pode-se verificar essa alusão mediante dois comentários feitos no post em estudo.

Figuras 2 e 3 - Comentarista 01 e 02 na página do Movimento Brasil Livre, Facebook (exemplos de comentários de viés antipetista)

povo”; “Calar as vozes dissidentes” e ressalta “Sou cidadão de bem”. In: <https://www.mises.org.br/FileUp.aspx?id=360>, acesso em 16/12/2020.



Fonte: *Facebook* / MBL

Nota-se a presença de um sentimento de ódio e fúria entre os comentaristas, que englobam em torno dos discursos antipetistas outros elementos simbólicos, como: o fascismo e o comunismo. Isso exprime uma imaginação, ou melhor, um devaneio sobre o conhecimento sobre esses assuntos assegurando o pensamento de Ortellado (2015)⁶⁹, o qual esclarece que “há uma explicação antipolítica para o funcionamento do mundo: são pessoas juntando coisas de uma maneira excessivamente simples, tentando explicar fenômenos complexos”.

Outrora, se porventura, permeava um sentimento apático entre os brasileiros, então, alterna-se para um ímpeto de empoderamento. Sublinha Rezende (2019: 214), que isso resulta fundamentalmente pelo motivo de “um dos pontos principais do ciberativismo é lutar contra o desinteresse pela coisa pública, criando alternativas de participação popular por meio de sites (...) e redes sociais”.

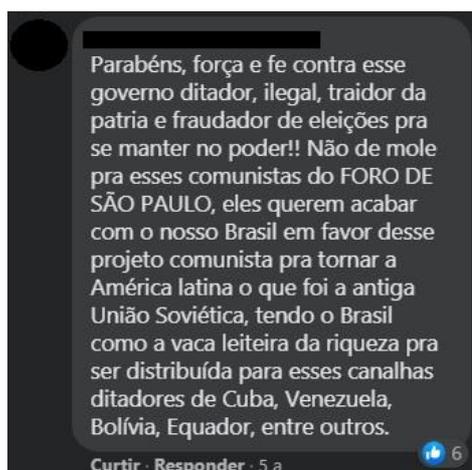
O movimento como ativista digital conseguiu estimular nos brasileiros um engajamento político viabilizado na página do *Facebook* - sobretudo, por ser um espaço cultural hegemônico (ORTIZ, 2016). Suscitaram uma consciência popular por meio do incômodo/insatisfação em face à realidade que estavam inseridos. Porém, destaca-se que esse “despertar” transcorre sob uma configuração conturbada em face de

⁶⁹ Ortellado (2015) expôs essa perspectiva em uma entrevista concedida à revista *A Pública*, em 2015. In: <https://apublica.org/2015/06/a-direita-abraca-a-rede/>. Acesso em: 04 jul. 2020.

argumentos rasos e fundamentos imprecisos.

Esse processo antipolítico que congrega uma intolerância unida à desinformação também pode ser observado, de forma mais substancial, feita pelo comentarista 3 extraído do post acima (Figura 01).

Figura 4 - Comentário 03 na página do Movimento Brasil Livre, Facebook



Fonte: *Facebook* / MBL

Por intermédio do conteúdo exposto neste comentário obtém-se uma dimensão do processo construtivo da personificação na política, esta que ampara-se e é estimulada por meio dos sentimentos, como o medo e a raiva. Destaca Gallego (2018: 6), “uma política demagógica que manipula medos, emoções e afetos”. Deste modo, evidencia-se o efeito e embate na formação da consciência política dos brasileiros perante este tipo de caráter educativo/provocativo estimulado pelo movimento social em estudo.

O exercício de poder e controle das sensações realizada pelo movimento revela-se na fala do comentarista 03, ao proferir: “(...) governo ditador, ilegal, traidor da pátria e fraudador de eleições pra se manter no poder!!! (...) querem acabar com o nosso Brasil em favor desse projeto comunista”. Para além do pavor presente neste trecho há também uma amálgama efetiva exposta pelo comentarista, o qual pressupõe que o PT, o comunismo e o citado Foro de São Paulo sejam todos sinônimos de autoritarismo,

opressão e violência.

Portanto, ratifica-se que essa tática faz-se nociva às práticas políticas por operar sob uma manipulação das subjetividades dos indivíduos em detrimento de uma formação objetiva da consciência política; perpetuando dessa forma o discurso de ódio.

O MBL investe em conteúdos digitais que exaltem o uso de frases de efeito na abordagem dos temas políticos do momento, pautas polêmicas (...) para gerar engajamento com os seus seguidores e um tom agressivo para “nocautear” os adversários publicamente (SANTOS, 2019: 37)

A propagação de materiais políticos dessa natureza foram mais notáveis a partir das campanhas eleitorais de 2014; decorrente das transformações ocorridas no modo dos sujeitos consumirem informações. Compreende-se que os eleitores estruturam as suas ideologias por meio de conteúdos compartilhados nas redes, sem precisarem da intermediação de comitês de partidos e/ou políticos.

No dia primeiro de janeiro de 2015, o MBL fez uma publicação (Figura 05) com a seguinte legenda: “#elasabia - ato do MBL no ar em todas as praias do Rio de Janeiro!!!”. Esta postagem feita já nos meses iniciais do movimento demonstra que o compromisso desses ativistas ambicionavam algo além da divulgação de mensagens políticas, pois o intuito concentrava-se, sobretudo, no estímulo de uma polarização e desmoralização da oposição.

Figura 5 – Ato do MBL contra corrupção (Petrolão⁷⁰) no Rio de Janeiro

⁷⁰ “Petrolão” é um termo que se refere a um esquema bilionário de corrupção dentro da Petrobrás, que ocorria por meio de acordos superfaturados com empreiteiras. O funcionamento desenrolava-se através de lavagem de dinheiro e cobrança de propinas das empreiteiras, no intuito de destiná-las à campanha de partidos, políticos e funcionários da própria empresa. O crime começou a ser revelado a partir das primeiras investigações denominada "Operação Lava Jato", em 2014, feito pela Polícia Federal, que estima-se um roubo de 42 bilhões de reais. In: <https://www.infomoney.com.br/columnistas/economia-e-politica-direto-ao-ponto/especial-resumao-completo-sobre-a-operacao-lava-jato-e-o-petrolao/>, acesso em 05/12/2020.



Fonte: *Facebook* / MBL

Observa-se por meio desta imagem que o MBL elaborou uma ação política para divulgar suas estratégias tanto de forma direta - no corpo social, como também no espaço virtual; evidenciando um dos seus principais projetos políticos. Sendo, “após as eleições presidenciais no país, ocorre a emergência propulsora para (...) enquadramentos discursivos anticorrupção e antipetismo” (MACHADO, 2017: 54).

Além disso, percebe-se que a propagação de discursos moralistas e demagógicos têm as finalidades de educar seus seguidores. Respalda-se em argumentos que instiguem emoções para abandonarem os debates sobre o liberalismo, - estas que raríssimas vezes são mencionadas e quando realizam-se são opiniões rasas e frívolas. Conforme Ortiz (2016: 28):

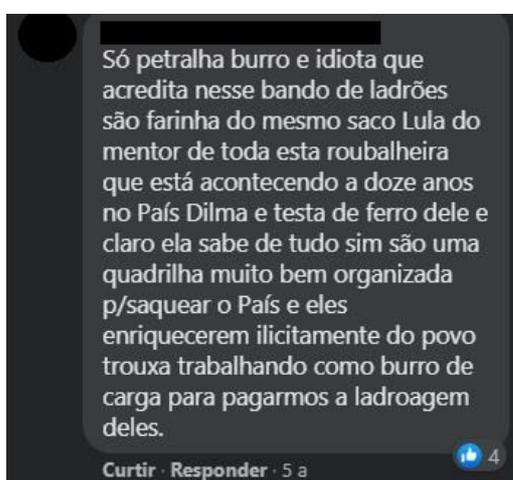
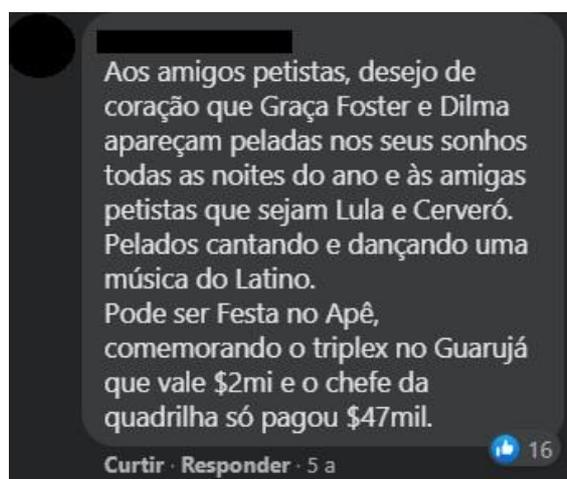
Busca-se educar os seguidores que para um Brasil melhor e mais justo, deve-se seguir a ideologia liberal, utilizando-se de um argumento emocional, baseando-se assim facilitar a aceitação de sua ideologia e seus representantes.

O autor seguindo as teorias gramscianas demonstra o funcionamento desse controle, que realiza-se a partir da caracterização dos líderes como intelectuais liberais. Pois, estariam operando e disseminando os seus ideais por intermédio de um espaço hegemônico cultural - o *Facebook*; “através de postagens, ‘memes’ (...) vídeos,

entrevistas (...) como objetivo doutrinar quanto a sua posição política e o que acreditam ser um ideal de mundo” (ORTIZ, 2016: 21).

Podemos examinar os reflexos desta configuração educativa pautada no moralismo, fundamentos imprecisos e esvaziamento das ideias liberais através de dois comentários retirados da postagem acima (Figura 05);

Figura 6 e 7 - Comentários que exemplificam caráter educativo do MBL



Fonte: *Facebook* / MBL

Analisando ambos comentários verificam-se fatores comuns entre eles. Para além da presença do discurso anticorrupção (sobretudo, com a exposição dos escândalos da Petrobrás) e repúdio ao PT, há um traço marcante de polarização ideológica. Podemos destacar as falas, “Aos meus amigos petistas” (comentarista 04) e “Só petralha burro e idiota” (comentarista 05) como representação da conjuntura pós reeleição da ex-

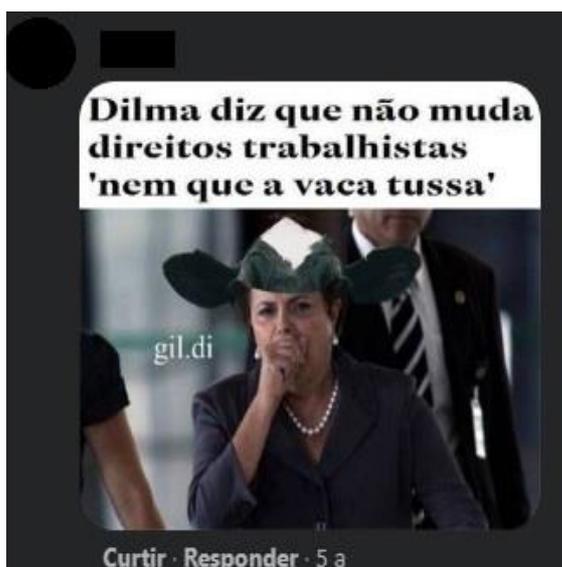
presidenta Dilma Rousseff - escorada em uma quebra dual de concepções. “A sociedade foi dividida aos olhos das discussões ideológicas em dois grandes blocos: ‘coxinhas’ e ‘petralhas’”(BRUGNAGO; CHAIA, 2015: 106).

Esse retrato influenciou gravemente o debate político, pois não havia diálogo entre os sujeitos, apenas conflitos. Todos proferiram, mas ninguém ouvia. Consequentemente, essa polarização com grande intensidade pelas direitas tornou-se hostil e, “apesar de todo discurso de ódio e intolerância (...) não se vê como violenta. A violência para essa parcela conservadora da população vem de fora, vem do outro” (BRUGNAGO; CHAIA, 2015: 111).

Por intermédio dos dois comentários podemos diagnosticar de forma notória o aspecto emotivo presente nos discursos. Esse mecanismo torna-se reflexo da ação política do Movimento Brasil Livre, pois “produz (...) uma linguagem informal, com tom humorístico e irônico, no intuito de seduzir ‘apelando para a emoção do leitor’” (TEODORO; PETER, 2019: 232). Dessa forma, não aborda questões sobre o liberalismo, o que se debate é o moralismo para instigar sentimentos de repúdio. Logo, não se discute política, mas sim piada. Esta alusão é apresentada através das imagens abaixo (Figura 08 e 09):

Figura 8 e 9: Comentários extraídos da segunda publicação (Figura 05)





Fonte: *Facebook* / MBL

Os quatro comentários representam efetivamente o caráter educativo do MBL, como movimento social, pois objetivam educar e formar seus seguidores sob um repertório memético e de laceração. De acordo com Santos (2019: 22), “a memética que produz sensações, ódio, riso, ridículo e a inferiorização de outro através da viralização de memes de Internet com suas imagens caricaturais, slogans, boatos e ‘certezas’”. Como resultado, estrutura-se uma consciência política pautada na ironia em detrimento da criticidade.

Salienta, apoiando-se nos pensamentos gramscianos, que ao qualificarmos como intelectuais liberais (objetivam “instruir” e influenciar a opinião dos seus seguidores), porém, estão falhando. Pois, erram ao terem “(...) geriza pela filosofia ‘de esquerda’, o socialismo, taxando seus seguidores e apoiadores de ‘ditadores em potenciais’. Gramsci acreditava que a paixão cega era um erro” (ORTIZ, 2016: 30). Portanto, agem pela paixão individual e, não a do povo.

Ademais, os atores do movimento apreenderam as artimanhas em torno das mídias digitais e as manusearam para conquistarem o domínio ideológico dos

brasileiros. Essa tática tornou-se exequível devido às ações dos algoritmos⁷¹, que são configuradas para nos apresentarmos apenas aquilo que seja compatível aos nossos ideais. Um sistema que determina o que cada um irá ver autorizando o esvaziamento do debate, pois “virtualmente o outro, o de ideologia diferente, passa a estar distante (...) o seu lado é o lado que sabe a verdade.” (BRUGNAGO; CHAIA, 2015: 123).

Inferese que Movimento Brasil Livre conseguiu alcançar rápido prestígio como formadores de opinião escorados em cenário de crise de representatividades, com o auxílio da ascensão das mídias digitais. Esta que ampliou a visibilidade de posicionamentos suscitando a sensação de empoderamento; no entanto, a finalidade concreta dessas redes é estabelecerem dinâmicas de controles dos usuários.

Revelado por Palihapitiya (2020), antigo vice-presidente de crescimento do *Facebook*, relata esse poder sobre os usuários: “Queremos descobrir como te manipular psicologicamente o mais rápido possível, para em seguida te dar uma injeção de dopamina. Fizemos isso de forma brilhante no Facebook”. Portanto, a proliferação dos discursos feitos pelos líderes do movimento ocorreu, principalmente, devido ao auxílio e a exploração desses por intermédio das ferramentas que compõem este dispositivo.

Para além do uso desses mecanismos de controles torna-se necessário elencá-los como formadores de opinião⁷² sob a ótica de *movimento regressivo*⁷³. Esta perspectiva observada por Martins (2018) elucida e aponta a natureza do espaço que está sucedendo a formação política dos brasileiros, sobretudo dos jovens que aderiram de forma substancial aos acontecimentos de 2014 e 2015.

⁷¹ A ideia desse termo pode ser entendido como um conjunto de ações programadas para atingir algum objetivo, portanto, estruturam-se sob uma determinada sequência - “igual uma receita de culinária” (SORJ; CRUZ; SANTOS; RIBEIRO; ORTELLADO, 2018: 22).

⁷² Esse conceito designa aos sujeitos que têm uma certa influência sobre outros na construção da opinião, isso deriva dos desenvolvimentos de novas redes sociais digitais, como exemplo, o *Facebook* em 2004, as quais proporcionam a divulgação de ideais/opiniões por meio de discursos.

⁷³ Este estudo direciona-se para o conceito de *movimento regressivo* escorado nos pensamentos de Martins (2018, p. 41-53), o qual declara ser um fenômeno internacional e caracterizado sob um aspecto de anti práxis, isto é, as suas ações não confrontam o sistema capitalista, longe disso, além de compactuar com essa ordem objetivam a sua reestruturação e atualização da dominação política econômica burguesa, no sentido de se opor às novas conquistas de direitos fundamentais aos cidadãos. Portanto, pregam valores reativos fundamentados na doutrina neoliberal e “(...) apelam ao mais rudimentar individualismo” (Ibid., p. 55).

De fato, atuação do MBL está voltada à construção de uma nova civilidade, a regressiva e, para isso, articula eventos de multidão, participa dos processos sociais e nas instâncias da sociedade política e da sociedade civil, e educa, sobretudo, a juventude, na perspectiva da cidadania regressiva (MARTINS, 2018: 61-62).

A percepção de exteriorizar o Movimento Brasil Livre como um *movimento regressivo* relaciona-se ao seu caráter militante, pois lutam por suas diretrizes e bandeiras, organizam-se em núcleos municipais, regem sob pautas liberais para soluções de problemas regionais e nacionais e, amparam-se na “atuação em redes, (...) providencial para dialogar, cooptar e educar a juventude, público alvo do MBL” (MARTINS, 2018: 59).

Dessarte, mobilizam os sujeitos objetivando uma adesão por suas ações que visam apenas a reestruturação da dominação capitalista, e não a ampliação dos direitos. Segundo Silva (2016, p. 81) “as ideias neoliberais e o conservadorismo se fortalecem buscando romper com o progressismo da última década, apoiadas em práticas e ações que visam os anti-direitos trabalhistas e sociais, anti-mulheres e anti-minorias”.

3 Considerações finais

Este estudo teve a pretensão de compreender a configuração da narrativa propagada pelo Movimento Brasil Livre, à partir dos meses iniciais da sua criação, constatando uma construção discursiva pautada no princípio da personificação da política; almejando administrar o debate político sob um viés emocional impulsionando, dessa forma, sensações que geram risos, ironia e, principalmente, o ódio. Entende-se que isso deriva do enquadramento dos discursos sob o aspecto antipetismo e anticorrupção.

Portanto, o Movimento Brasil Livre como movimento social perpetua a ideia de uma militância sob o aspecto regressivo, pois almejam disseminar e educar indivíduos

sob a ótica de “cidadania (...) regressiva. Visa reduzir direitos garantidos pelo Estado e defender a livre iniciativa do indivíduo, seu mérito e empreendedorismo pessoal, orientados (...) por um neoliberalismo radical” (MARTINS, 2018, p. 58).

Isso assinala a alusão de classificá-los como militantes. Entretanto, conquistam seus seguidores usando técnicas astutas, como, o controle das subjetividades permitidas pelas estruturas das redes sociais e, compactuam para a polarização política na tentativa de ocultar seus verdadeiros intuitos.

Visto que, as publicações do movimento não argumentam sobre suas pautas neoliberais, apenas buscam a sua legitimidade escorando na criação de uma persona causadora de todos os males, “que são sancionadas pelos comentaristas (...) deixam transparecer paixões (...) que marcam o sentimento de frustração e decepção perante o governo petista” (RESENDE, 2019, p. 224).

Ressalta que para educar seus seguidores sob a reestruturação do sistema capitalista, apresentam-se como gestores de uma hodierna política para tornar suas convicções hegemônicas. Porém, essa trata-se de mais uma narrativa nociva, já que exercem uma política cercada dos mesmos vícios e hábitos. Sendo assim, constata que de novo só há duas questões: uma militância contra direitos sociais e mobilizações que se movimentam para atualização do domínio burguês.

REFERÊNCIAS

BOZZA, Gabriel. *Discussão Política no Facebook: Análise dos Comentários no Post do MBL Sobre Fiscalização de Crivella das HQS na Bienal do Livro*. **Revista Cadernos da Escola de Comunicação**, Curitiba, v. 16, n. 1, p. 128-148, 2018.

BRUGNAGO, Fabrício; CHAIA, Vera. *A nova polarização nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook*. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, São Paulo, v. 7, n. 21, p. 99-129, 2015.

GALLEGO, E. S. ; MORETTO, M. ; ORTELLADO, P. . Guerras culturais e populismo antipetista. Em *Debate*, v. 8, p. 35-45, 2017.

GALLEGO, E. S. (2018). *Crise da Democracia e extremismos de direita* (Análise, No. 42). São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil.

GARSCHAGEN, Bruno. *148º Podcast Mises Brasil: Adolfo Sachsida*. 2014. Disponível em: <https://www.mises.org.br/FileUp.aspx?id=360>. Acesso em: 16 dez. 2020.

GHANI, Alan. *Especial: Resumão completo sobre a Operação “Lava Jato” e o “Petrolão”*. 2016. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/colunistas/economia-e-politica-direto-ao-ponto/especial-resumao-completo-sobre-a-operacao-lava-jato-e-o-petrolao/>. Acesso em: 5 dez. 2020.

MACHADO, Luana Barbosa. *Nacionalismo, Não-violência e os Novos Atores engajados na Política Contenciosa Brasileira: o caso do Movimento Brasil Livre (MBL)*. 2017. 98 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Pucrs, Porto Alegre, 2017.

MARTINS, M. F. *Educação, cidadania regressiva e movimentos sociais regressivos: o MBL em questão*. *Crítica Educativa*, Sorocaba-SP, v. 4, n. 2, p. 41-68, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/364>. Acesso em: 10 fev. 2020.

ORTIZ, Vinicius Simor. *Ativismo político no Facebook: Uma análise das postagens dos formadores de opinião sob uma ótica gramscista*. 2016. 32 f. Monografia (Especialização) - Curso de Faculdade de Artes e Comunicação, UPF, Passo Fundo, 2016.

RESENDE, Natália. *Semiótica, ciberativismo e paixões nos comentários da fanpage do Movimento Brasil Livre (MBL)*. *Texto Livre: Linguagem e Tecnologia*, v. 12, n. 3, p. 209-225, 8 dez. 2019.

SANTOS, Allan Carlos. Os “Memes do MBL” e a Vinculação de Públicos Afetivos em Rede durante o Impeachment de Dilma Rousseff. 2019. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2019.

TEODORO, Erick; PETER, Bianca. *O discurso "liberal" no Facebook: MBL e LIVRES*. **Revista EDICC**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 226-236, 2019.

VIANA, Natália. *A direita abraça a rede: A ascensão dos grupos conservadores nas redes sociais - da revolta 'pop' ao uso de perfis fake e robôs importados da campanha eleitoral*. 2015. Disponível em: <https://apublica.org/2015/06/a-direita-abraca-a-rede/>. Acesso em: 04 jul. 2020.

A articulação tecno-empresarial no Congresso Nacional: CPI do Ipês e do Ibad

Luana Carolina dos Santos⁷⁴

Resumo: Entre 1961 e 1964, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais atuaram no processo político brasileiro a fim de fazer valer seus interesses ideológicos e de articulação de classe. Para este artigo a presença da articulação tecno-empresarial protagonizada pelo Ipês/Ibad se dará por meio de sua participação nas eleições de 1962. A reflexão se fará por meio da CPI do Ipês e do Ibad (1963). Em um primeiro momento destacando seu contexto e como se deu este processo investigativo no Congresso Nacional. Para então, ser possível apresentar quem foram seus membros destacando suas trajetórias políticas entre 1962 e 1964. Com o objetivo de pontuar a participação dos membros da CPI politicamente, bem como suas relações com o Ipês/Ibad e com o golpe civil-militar de 1964.

Palavras-chaves: Ipês/Ibad; CPI do Ipês e do Ibad; tecno-empresários; eleições de 1962.

Abstract: Between 1961 of 1964, the Brazilian Institute for Democratic Action (IBAD) and the Institute of Research and Social Studies (IPES) acted in the Brazilian political process in order to assert their ideological and class articulation interests. About this present article, the presence of the techno-business articulation will be reflecting as of protagonism of Ipês/Ibad in the 1962 elections. This reflection will be through the Parliamentary Committee of Inquiry to Ipês and Ibad (1963). At the first moment, will highlight the context of PCI. In addition, will be focus how this investigative process took place in the National Congress. With this in mind, it will possible to present who were these members of the PCI, and their political trajectory between 1962 of 1964. In the same way, will be emphasized the relationship with the Ipês/Ibad with the 1964 Brazilian coup d'état.

Key-words: Ipês/Ibad; PCI to Ipês and Ibad; techno-business; 1962 elections.

⁷⁴ Graduada em História pela Universidade Estadual de Maringá (2016-2020) e mestranda no Programa de Pós-Graduação em História Política pela mesma universidade (PPH-UEM).

Introdução

Em 1961, no Brasil o presidente Jânio Quadros renunciava após apenas seis meses de governo. Dava-se início ao processo de posse do seu vice, João Goulart, que teria de assumir como chefe do Executivo. Porém, militares e políticos conservadores se organizaram para impedirem sua posse, o que resultou na implementação do parlamentarismo no país. Este episódio foi marcado por intensa polarização política e enfrentamento ao Congresso Nacional por meio da “Campanha da Legalidade”⁷⁵. Em 1963, porém, o presidencialismo voltou a ser o regime político brasileiro graças a um plebiscito nacional. Desta forma, Goulart pode desenvolver suas políticas de Reforma de Base⁷⁶, o que desagradava a elite empresarial e grupos anticomunistas. Estes, intensificaram suas articulações a fim de impedirem as medidas propostas pelo governo, apoiadas pelos movimentos sociais da época. É neste contexto que o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês) foram criados, em 1959 e 1961 respectivamente.

Com o objetivo de influenciar o processo político nacional, o Ipês e o Ibad em conjunto com a Ação Democrática Parlamentar (Adep)⁷⁷ e o Ação Democrática Popular (ADP) escolheram diversos candidatos às eleições de 1962 para investirem em suas campanhas. A partir de suas articulações tecno-empresariais estes grupos viram nas eleições ao Legislativo uma oportunidade de se infiltrarem no Congresso Nacional e fazerem frente as medidas trabalhistas do Governo. Porém, esta interferência no processo político foi denunciada por Eloy Dutra (PTB), sob acusação de que o Ipês e o Ibad estavam a financiar parlamentares de modo corruptivo. Em 1963, foi aberta, portanto, uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as ações destes institutos

⁷⁵ A Campanha da Legalidade (1961) iniciou-se no Rio Grande do Sul entre políticos, a classe trabalhadora e sindical e de militares. Mas, logo alcançou outros estados como o Espírito Santo e todo o território nacional, graças a Rede de Legalidade. Este movimento liderado pelo político Leonel Brizola por meio das rádios e forças dos exércitos do Rio Grande do Sul, fizeram frente a pretensão de impedimento da posse de João Goulart. (LAMEIRA, Rafael Fantinel; KONRAD, Diorge Alcenio. **Campanha da Legalidade, Luta de Classes e Golpe de Estado no Rio Grande do Sul (1961-1964)**. IN: Revista Anos 90, v. 18, n. 33, p. 67-98, jul. Porto Alegre: 2011).

⁷⁶ Projeto que reunia de modo amplo as reformas: bancárias, fiscal, urbana, universitária e agrária do governo de João Goulart (1961-1964).

⁷⁷ RIBEIRO, Guilherme Leite. **A estranha no ninho**: Ação Democrática Popular nas eleições de 1962 no Brasil. XIX Encontro de História da Anpuh-Rio. Rio de Janeiro: 2020.

nas eleições gerais precedentes. A CPI (1963) teve duração de sete meses e contou com duas formações, devido a divergências causadas por um decreto presidencial instituído em meio as investigações.

Este artigo então, partindo da leitura sistemática da fonte “CPI do Ipês e do Ibad”⁷⁸ (1963), pretende-se debruçar sobre quem eram os deputados que a integraram. A fim de compreender quais interesses políticos estes atores estavam a desempenhar neste processo dentro do Congresso Nacional. O que será feito por meio, de apontamentos sobre as trajetórias políticas destes membros - mesmo que resumidamente –, relacionando-as com suas participações na CPI em questão. Objetiva-se, portanto, perceber por meio de discursos e trajetórias políticas quais relações estes deputados possuíam com o Ipês/Ibad e com a figura de João Goulart. Por fim, tem-se também como foco enfatizar quais consequências estes parlamentares sofreram com o golpe civil-militar de 1964, de modo a mapear quais foram apontados pela bibliografia auxiliar como participantes ou não da articulação golpista de 1964.

Articulação tecno-empresarial (1962-1964)

Com o contexto mundial de Guerra Fria, intensificou-se a articulação anticomunista em países da América Latina. No caso do Brasil, este cenário de se viu ainda mais acentuado após a posse do presidente João Goulart. A fim de fazerem enfrentamento a uma suposta ameaça comunista e com projetos nacionais próprios, surge em 1959 o Instituto Brasileiro de Ação Democrática e em 1961 o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Ambos eram formados por empresários nacionais e multinacionais, políticos conservadores, militares – principalmente os participantes da Escola Superior de Guerra – membros da Igreja Católica e intelectuais – estudantes, sindicalistas, jornalistas e escritores. Estes agrupamentos de classe, desempenhavam dois movimentos políticos. O primeiro tinha como objetivo a conscientização do papel político dos empresários promovendo atividades que os incentivassem ao entendimento de que integravam uma classe comum de interesses mútuos. E o segundo movimento,

⁷⁸ Os autos deste processo foram acessados pela autora deste artigo, graças a digitalização promovida pela Comissão Estadual da Verdade Dom Helder Câmara de Pernambuco. A CEDV também produziu um relatório exclusivo sobre a intervenção do Ibad na campanha eleitoral para governador de Pernambuco de 1962, com destaque para a disputa entre Miguel Arraes e João Cleofas.

focava em angariar apoiadores na classe média e trabalhadora a fim de torna-los defensores de seus projetos como de interesse nacional e não de classe (DREIFUSS, 1981).

Estes grupos organizados foram pensados e liderados, principalmente por tecno-empresários que seriam segundo, Dreifuss (1981, p. 71), profissionais que ocupavam cargos de diretores em grandes companhias e empresas ligadas ao capital multinacional-associado. E que passaram a ocupar cargos administrativos dentro da estrutura do Estado. Desta forma, estavam a construir projetos de atuação política que se pretendiam neutros, mas, que estavam a serviço dos interesses de anéis de poder burocráticos-empresariais. Desta forma, estes atores econômicos passaram a construir um novo bloco histórico⁷⁹, fazendo frente ao precedente populista e de raízes agrárias.

O Complexo Ipês/Ibad então era constituído por estes tecno-empresários, que a partir de 1962 passaram a agir com maior intensidade no cenário social e político nacional. Estes institutos, atuavam como o partido⁸⁰ da elite orgânica ligada ao capital multinacional-associado. Para tal ação política, produziram materiais propagandísticos em documentários⁸¹. Também possuíam outros braços de atuação, como a Ação Democrática Popular⁸² que na campanha eleitoral de 1962 angariou diversos candidatos da linha anticomunista, a fim de investirem em suas campanhas. Estes institutos também disponibilizavam cursos e eventos profissionais e acadêmicos, centrado na formação de intelectuais orgânicos (DREIFUSS, 1981). Outra ação importante se dava

⁷⁹ Bloco histórico é um conceito Gramsciano, e pode ser entendido resumidamente como um arranjo político de classe em que um grupo articula questões relativas a estrutura e superestrutura de modo dialético (GOMES, Jarbas Mauricio. *Religião, educação e hegemonia nos Quaderni del Carcere* de Antonio Gramsci. Maringá: Eduem, 2014).

⁸⁰ Partido aqui se entende como um conceito gramsciano, designado como a fase mais política da luta por hegemonia. Ou seja, como momento de transformação das ideologias previamente construídas em unicidade de interesses de classe, autoconsciência e de organização atingida por grupos sociais em disputa pelo Estado. Em termos, seria o momento político da passagem da estrutura para a superestrutura (DICIONÁRIO GRAMSCIANO, p. 1192)

⁸¹ VILLELA, LUCAS. **Os quinze ramos do Ipês** – uma análise histórica dos audiovisuais do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 2014. 310p.

⁸² RIBEIRO, Guilherme Leite. **Unidade na diversidade**: a força das Frentes Parlamentares no Governo João Goulart (1961-1964). Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica (PUC). Rio de Janeiro, 2016. 155p. Acesso em: < http://www.cis.puc-rio.br/assets/pdf/PDF_CIS_1489598951_Guilherme_Leite_Ribeiro_2016.pdf>

por meio da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE)⁸³ uma das principais frentes de organização da “Campanha com Deus, pela Família e pela Liberdade”, importante episódio para a concretização do golpe de 1964.

Com o objetivo de efetivar suas diretrizes ideológicas e fazer frente aos projetos do governo federal, o Complexo Ipês-Ibad construíram uma rede de apoio consistente para as eleições de 1962. A tentativa de controlar o aparato legal por meio de eleições se dava pela escolha de políticos que atuassem como anticomunistas, anti-Goulart e favoráveis ao livre mercado. A escolha destes candidatos era feita de modo individual e não partidário com o objetivo de alçar a maior parte de espaços políticos possíveis. Esta estratégia possibilitava, portanto, que diferentes parlamentares tomassem decisões alinhadas aos interesses do Ipês/Ibad e não conforme pretendiam seus respectivos partidos. Os candidatos escolhidos, portanto, assinavam um contrato de lealdade para com os institutos em troca de financiamentos, que por sua vez, não foram feitos de modo transparente (SPHOR, 2010, p. 18).

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Ipês e do Ibad (1963): trajetórias políticas de seus membros

Eloy Dutra (PTB) ainda durante o pleito eleitoral de 1962 denunciou a interferência ibadiana no processo político nacional. Porém, apenas foi possível a abertura de uma investigação com o fim das eleições e a posse dos candidatos eleitos. Desta forma, em 30 de maio de 1963 Paulo de Tarso acompanhado de 144 assinaturas concretizaram a abertura da CPI. O objetivo estabelecido para tal foi a apuração das ações do Ipês e do Ibad. O processo foi desenvolvido até o dia 3 de dezembro e finalizado com o relatório de Pedro Aleixo (UDN). Durante sete meses de exercício os membros da Comissão receberam diversos documentos respectivos aos Institutos e de veículos de comunicação da época. Bem como, testemunhas de políticos em destaque na corrida eleitoral de 1962, como Miguel Arraes (PSD) e João Cleofas (UDN). E

⁸³ CORDEIRO, Janaina Martins. **Femininas e formidáveis**: o público e o provado na militância política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). Revista Gênero, Dossiê Gênero em Contextos Ditatoriais, v. 8, n. 2. Editora da UFF: 2012.

também, membros do Ipês, do Ibad e da Adep, em que se destacava um dos protagonistas da articulação tecno-empresarial da época: Ivan Hasslocher⁸⁴.

Desde o ímpeto de sua abertura até o parecer final, a Comissão esteve envolvida em conflitos e foi marcada por discussões acaloradas entre seus membros. Cumpre destacar, portanto, que se tratando de um processo no Legislativo, uma CPI é formada por políticos que configuram os cargos de: presidente, vice-presidente, relator e membros. Estes são responsáveis por fazerem as perguntas as testemunhas, solicitarem e receberem as documentações e investigarem os acusados. Porém, estas decisões não são neutras ainda mais em um processo que se dá dentro do Congresso Nacional. Por isso, a participação dos membros de uma CPI é tão cara para compreender como se dá este tipo de processo. Pois, trata-se de um espaço de disputa de interesses políticos e ideológicos. A fim de compreender melhor quem eram esses políticos, suas trajetórias, como se comportaram durante a CPI e o que se sabe sobre suas relações com o golpe civil-militar de 1964 que se concentrará esta sessão.

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Ipês e do Ibad (1963), foi iniciada com dificuldades, pois partidos como a União Democrática Nacional (UDN) estavam a atrasar o encaminhamento dos nomes de seus representantes. Quando de fato, todos os partidos escolheram seus políticos instalou-se outro problema. Pois,

Peracchi Barcelos indicou Laerte Vieira para o cargo de relator, contrariando a lei, uma vez que o partido que requereu a investigação (no caso o PTB) deveria ser automaticamente o legítimo responsável pela indicação do relator. Isso fez com que o PTB ameaçasse se retirar da Comissão, mas como isso geraria a extinção da CPI, preferiu refugar (OLIVEIRA, 2018, p. 83).

⁸⁴ Filho do ex-deputado do Rio Grande do Sul (1927-1930) Paulo Germano Hasslocher, estudou no exterior a maior parte de sua vida. No Brasil, foi fundador da empresa de publicidade S.A. Incrementadora Promotion (1951) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) (SILVA, João Carlos Ferreira. **Assaltos ao Parlamento**: estudo comparativo dos episódios do Ibad e do Mensalão. Monografia (Especialização) – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados) Brasília: 2007. 89p.). Também era diretor na Adep e sócio do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês). Porém, em seu depoimento à CPI do Ipês e do Ibad (1963), destacou com afinco que estes organismos não possuíam quaisquer relações, o que causava confusão nos denunciadores do caso já que não poderia ser mera consciência Hasslocher assumir cargos tão importantes em organismos tão independentes um do outro.

Aprofundando sobre a trajetória de Peracchi Barcellos (1907-1986) cumpre destacar que ele era deputado federal do Rio Grande do Sul pelo Partido Social Democrático (PSD). A escolha deste deputado para o cargo de presidente foi duramente criticada por jornais ligados às correntes nacionais-reformistas da época – como o “A Última Hora” –, pois ele foi acusado de possuir ligações com o Ibad (CPI do Ipês e do Ibad, vol. 1, 1963). Inclusive, em discurso perante a Comissão, ele assumiu que havia recebido apoio da Ação Democrática Parlamentar (ADP) durante sua campanha eleitoral, mas que isso não afetava sua autoridade como presidente da CPI. Declarou então: “[...] podem falar do Ibad, podem falar do Ipês, podem perguntar sobre a ADP, sobre a Adep. Perguntem sobre o que quiserem, porque nada disto me afetará” (CPI do Ipês e do Ibad, vol. 10, p. 34). Meses depois deste processo, com o golpe civil-militar ocorrido em 1º de abril de 1964, Barcellos demonstrou-se um forte apoiador da tomada de poder pelas Forças Armadas, atitude que manteve durante todo o período ditatorial (CPDOC, 2001).

O vice-presidente da CPI (1963) foi Rubens Paiva, político muito popular à época, sendo ainda muito presente nos estudos historiográficos e nas memórias sobre a ditadura militar brasileira. Durante a CPI (1963), foi colocado como parte do grupo que estava a investigar criticamente a atuação do Ibad, pois não possuía vínculos com o mesmo (OLIVEIRA, 2018). Nove dias após o golpe civil-militar teve seu mandato cassado, devido sua oposição ao regime. No dia 20 de janeiro de 1970, foi detido em sua própria residência por pessoas que se diziam ser da Aeronáutica. Foi então encaminhado para o DOI-CODI, onde foi torturado. Paiva foi tido durante muitos anos como foragido pelos dados oficiais, o que resultou em um caminho longo e tortuoso para encontrar seu corpo. O resultado das buscas e a entrega da certidão de óbito de Paiva à sua esposa, Eunice Paiva, ocorreu apenas em 1996, após a lei 9.140/1995 promovida por Fernando Henrique Cardoso⁸⁵.

O relator escolhido para a CPI (1963), foi Laerte Vieira (UDN), que também foi acusado de ter ligações com o Ibad (OLIVEIRA, 2018). Ele era deputado federal de Santa Catarina e apresentava discurso contrário as reformas de base propostas por João

⁸⁵ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Rubens Beyrodt Paiva. Relatório da Comissão Nacional da Verdade, vol. 3: Mortos e desaparecidos políticos, p. 519-528. 2014.

Goulart. Como vice-líder da UDN, apoiou o golpe-civil militar em 1964, porém, em 1978 propôs uma Lei de Anistia total e irrestrita, pois segundo ele, os “anos revolucionários já tinham reorganizado o país e as perseguições poderiam findar-se” (CPDOC, 2001, p. 6074-6075). Além destes cargos, a CPI (1963) era formada por mais oito membros indicados por seus respectivos partidos. Eram eles, Régis Pacheco (Partido Social Democrático – PSD), deputado federal da Bahia, integrante da ADP e apoiador do golpe civil-militar de 1964. Sua defesa ao golpe, porém, se desfez com o encaminhar da ditadura, tanto que em 1977 declarou que o golpe “[fora o] primeiro grito de contestação do governo de João Goulart. Entretanto, o compromisso era de, após ser desfeita a desordem do governo Goulart, restituir o regime de direito” (CPDOC, 2001, p. 4214)

Outro membro da Comissão, foi o deputado federal de Goiás Anísio Rocha (PSD) que se envolveu em um episódio emblemático durante a CPI. Em conjunto com o Deputado Fidélis Amaral Neto (UDN-GB), envolveu-se em uma briga com agressões físicas contra João Dória (PDC) (DUTRA, 1963). Rocha, apoiou o golpe e o transcorrer da ditadura, mas foi expulso de seu partido. Outro político muito importante na articulação do golpe foi Arnaldo Cerdeira (PSP). Ele foi eleito graças à “Aliança Eleitoral pela Família” que tinha como objetivo apoiar políticos católicos comprometidos com a Igreja. Considerado, por isso, participante na construção da “Marcha com Deus, pela Família e pela Liberdade”. Porém, devido ter demonstrado discursos mais moderados teve sua candidatura cassada em 1969, voltando as atividades políticas apenas em 1979 (CPDOC, 2001).

A CPI (1963) possuía, por outro lado, membros articulados na frente nacional-desenvolvimentista como, Eloy Dutra (PTB). Dutra, elegeu-se deputado federal em 1958 com o maior número de votos do PTB no Distrito Federal. Sua atuação política foi intensa e direcionada a denunciar e investigar casos relacionados à previdência e aos planos de metas de Juscelino Kubitscheck. Além de ter defendido a contenção das remessas de lucros, a reforma agrária corporativista e o aumento da estatização nas áreas de energia e transporte. Com a renúncia de Jânio, posicionou-se a favor da posse de Goulart como presidente, por isso anunciou que renunciaria caso a posse fosse impedida (CPDOC, 2001). Quanto à suas denúncias referentes ao Ibad, elas não foram

demonstradas apenas dentro da CPI (1963), mas também por meio de sua coluna no jornal “Última Hora”, e em seu livro “IBAD sigla da corrupção” (1963).

João Dória (PDC-BA) foi também membro da CPI (1963), substituto de Armando Rollemberg (PDC-SE). Declarou perante a Comissão diversas vezes que o Ibad havia agido de modo corrupto no pleito de 1962. Tanto que requereu que as contas bancárias da S.A. Incrementadora Promotion, do Ibad, da Adep e correlatas fossem bloqueadas (CPI do Ipês e do Ibad, 1963, vol. 3, p. 27). Além disso, demonstrou estranheza quanto aos depoimentos prestados por membros do Ibad e da Adep, chegando a declarar que “tenho observado que todos os depoentes do Ibad, da ADP e do Ipês afirmam uma tônica comum: não sabem, não se lembram, ignoram, isso não faz parte de suas atribuições” (CPI do Ipês e do Ibad, vol. 8, p. 190). No contexto ditatorial, fez parte da “primeira lista de punições do Ato Institucional nº1”, teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos. Por isso, foi obrigado a exiliar-se com sua família em Paris (CPDOC, 2001).

Também membro da CPI (1963), Benedito Cerqueira foi eleito em 1962 pelo PTB. Situado na área mais radicais do partido, recebeu apoio inclusive de comunistas. Apoiou as Reformas de Base propostas por João Goulart, mas era crítico ao afastamento do governo da base trabalhista (CPDOC, 2001). Durante a CPI (1963) esteve na ala dos denunciadores do Ibad, questionando por diversas vezes a veracidade dos depoimentos prestados à Comissão, e ressaltando a ligação entre o Ibad, a Promotion e a Adep. Em 1964 teve de se exilar na Tchecoslováquia, pois sua candidatura foi cassada, e seus direitos políticos suspensos. Por fim, a CPI teve como membro José Aparecido (UDN-MG). Durante a Comissão, Aparecido teve suas atitudes avaliadas como dúbias, pois, apesar de ter apresentado um posicionamento contrário as atividades do Ibad, dizendo que as considerava corruptas, foi acusado por Athos Vieira Andrade no jornal “Tribuna da Imprensa” de ter sido financiado pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (OLIVEIRA, 2018).

Além da participação dos deputados no presente processo, o presidente João Goulart também interferiu na CPI (1963). Por meio do Decreto Presidencial nº52.425/1963 direcionado à Comissão, causou intenso atrito entre os seus membros. O decreto foi publicado em 31 de agosto de 1963, e suspendia as atividades do Ibad e da

Adep, por considerar que essas organizações estavam a intervir no processo democrático brasileiro com investimentos eleitorais não registrados. Esta decisão foi vista como um ultraje por parte de alguns membros da CPI – principalmente por aqueles políticos anti-Goulart. Desta forma, a Comissão passou a discutir se o decreto do Executivo passava por cima da legitimidade do Legislativo ou não.

Para membros como João Dória (PDC), esta decisão do Executivo não feria as atividades do Legislativo pois, já era comprovado que o Ibad havia agido de modo corrupto, mas, ainda haviam diversas lacunas à cerca da origem dos fundos de investimento do mesmo. Por isso era favorável a continuidade da Comissão Parlamentar de Inquérito, que inclusive, não deveria ter esperado a ação do Executivo, já que ela mesma deveria ter publicado a decisão de finalizar as atividades ibadianas como resolução parcial do processo – atividade legal juridicamente (CPI do Ipês e do Ibad – vol. 10).

Não obstante, a votação para a continuação ou não da CPI (1963) acabou se transformando em um espetáculo de ofensa ao governo de João Goulart. Como demonstrou a declaração de Anísio Rocha (PSD-GO), que destacou que o decreto do governo passava por cima das decisões da Comissão, visto que essa não havia sido finalizada. Portanto, não seria legítimo estabelecer o Ibad como culpado e nem o penalizar por crimes não comprovados. Segundo ele, o processo ainda não detinha de provas concretas que incriminasse o Ibad ou a Adep, e que caso Goulart as detivesse, que fossem entregues à CPI para devidas investigações. Para além do mais, Rocha declarou que a decisão de Goulart comprovava que o “subversivo era na verdade, o presidente que financiava organizações como a UNE e o Partido Comunista. Assim como Leonel Brizola que estigmatizava o Congresso e Darcy Ribeiro que “bolchevizava” a Universidade de Brasília (CPI do Ipês e do Ibad – vol. 10, 1963, p. 18).

No dia 2 de setembro de 1963, a CPI (1963) foi suspensa com quatro votos favoráveis dos deputados Laerte Vieira, Anísio Rocha, Albuquerque de Miranda e Arnaldo Nogueira e dois negativos apresentados pelos deputados João Dória e Benedito Cerqueira. Esse episódio foi ainda mais emblemático, pois a CPI foi suspensa às vésperas do dia em que Ivan Hasslocher daria o seu depoimento (DUTRA, 1963, p. 44).

Porém, as investigações sobre o Ipês e o Ibad não haviam chegado de fato ao fim e no dia 9 de setembro de 1963 os novos membros da CPI foram apresentados. Estes receberam menos críticas que a primeira formação, sendo reconhecidos como “sabidamente descomprometidos, homens do maior gabarito moral” (DUTRA, 1963, p. 48).

A nova Comissão foi presidida pelo deputado federal de São Paulo Ulysses Guimarães (PSD). Importante para a história política brasileira. Guimarães iniciou sua militância como vice-presidente da União Nacional dos Estudantes em 1940, mas em 1945 já entrou para o PSD, tornando-se líder do partido em 1949. Tinha experiências com CPI's, presidindo a do Ipês e do Ibad de maneira coerente permitindo a atuação livre do relator (OLIVEIRA, 2018). No golpe civil-militar, num primeiro momento se mostrou favorável a tal medida, mas rapidamente começou a se opor à ditadura. Em sua trajetória política, Ulysses Guimarães ganhou cada vez mais espaço entre as forças oposicionistas moderadas (CPDOC, 2001). Nesse percurso, em 1973 foi o escolhido para apresentar uma “anticandidatura” ao regime, quando passou a divulgar os crimes que a ditadura estava a executar, discutindo no núcleo do partido questões como anistia e uma nova constituinte. (CORRÊA, 2011).

O novo relator escolhido, por sua vez, foi Pedro Aleixo (UDN-MG) responsável pelo parecer de conclusão da CPI (1963). Ele era líder do seu partido, e foi acusado de ter recebido financiamentos do Ibad. Seu relatório final se mostrou fraco e sem medidas altivas contra o Ibad, além de ter sido condescendente com o Ipês o declarando inocente (OLIVEIRA, 2018, p. 78). Aleixo, além disso, como comprovado a posteriori foi um dos articuladores do golpe civil-militar de 1964. Aleixo foi, inclusive, escolhido para ser o vice do General Costa e Silva⁸⁶. Porém, quando o militar apresentou sinais de fragilidade em sua saúde, Aleixo não foi tido como uma alternativa ao cargo de dirigente do país, já que o Brasil estava em uma ditadura militar. O escolhido então, para ocupar a direção do país foi o General Emílio Garrastazu Médici, enquanto que Aleixo afastou-se da política efetivamente (CPDOC, 2001).

⁸⁶ General Costa e Silva foi o segundo militar a comandar o Brasil após o golpe civil-militar de 1964, e responsável por instituir o Ato Institucional nº 5 considerado o mais duro do regime militar.

O vice-presidente da CPI do Ipês e do Ibad escolhido foi Bocayuva Cunha eleito com o maior número de votos pelo PTB-RJ, o que o consolidou como o líder do partido na Câmara. Defendia o desenvolvimento nacionalista ligado às Reformas de Base de Jango, apoiando principalmente uma reforma agrária radical, a nacionalização dos lucros bancários e o controle do petróleo pelo Estado. Com o golpe de 1964, sua candidatura foi cassada e seus direitos políticos suspensos por 10 anos, o que fez com que ele se afastasse da política, retornando à vida pública apenas em 1982 (CPDOC, 2001).

Outro membro que teve seus direitos políticos suspensos e seu mandato cassado pós 1964, foi o deputado federal Armando Temperani Pereira do PTB-RS. Ele fazia parte da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN)⁸⁷, grupo que atuava no Congresso a fim de implementar uma plataforma nacionalista. Em acréscimo, seu histórico político foi marcado por seu apoio a Revolução Cubana e a volta das relações diplomáticas entre Brasil e União Soviética (CPDOC, 2001). Durante a CPI, uma de suas atividades mais marcantes foi o seu voto negativo ao parecer de conclusão apresentado por Aleixo (CPI do Ipês e do Ibad – vol. 15, 1963).

Adaucto Cardoso, eleito deputado federal pela UDN do Distrito Federal em 1962, foi também escolhido para ser membro da CPI. Participou, por sua vez, ativamente das movimentações golpista de 1964. Além disso, foi membro do Bloco Parlamentar Revolucionário, organização suprapartidária de políticos que apoiavam o regime ditatorial. Foi eleito em 1965 para ser o presidente da Câmara e ministro do Superior Tribunal Federal (STF). No entanto, a partir do AI-5 o STF teve seus poderes bastante reduzidos, o que levou ao descontentamento de Cardoso que se aposentou neste momento (CPDOC, 2001).

Bento Gonçalves (PSP-MG) membro da CPI do Ipês e do Ibad fez também parte da Frente Parlamentar Nacionalista, mas não exerceu muito protagonismo durante a Comissão. Durante a Ditadura Militar aliou-se à Arena – Aliança Renovadora Nacional – que o elegeu em 1966 e 1970. Geremias Fontes (PDC), por sua vez, elegeu-se deputado federal do Rio de Janeiro em 1962, mas abandonou a carreira política

⁸⁷ RIBEIRO, Guilherme Leite. **Unidade na diversidade**: a força das Frentes Parlamentares no Governo João Goulart (1961-1964). Dissertação (Mestrado) – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2016. 155 p.

durante a ditadura militar. Outro membro da CPI (1963) que após o golpe civil-militar de 1964 demonstrou uma posição mais discreta foi José Maria Alkmin (PSD-MG), que durante o governo de JK havia sido Ministro da Fazenda do Brasil. Possuía um discurso contrário ao governo de João Goulart e suas Reformas de Base. Getúlio Moura (UDN), por outro lado, teve sua candidatura cassada com o golpe civil-militar devido apoiar os programas de base de Goulart (CPDOC, 2001). Durante a CPI não protagonizou grandes discussões, e sobre sua carreira política não há muitas informações aprofundadas.

Considerações finais

O golpe civil-militar de 1964, apesar de ser um dos temas mais investigados na historiografia nacional, ainda possui lacunas quanto a seus antecedentes. Desta forma, se faz necessário mais estudos sobre em qual contexto ele se instaurou. Principalmente, quando se parte do entendimento de que o golpe não foi aleatório e sim engendrado por articulações tecno-empresariais em conjunto com outros grupos sociais importantes, como os militares e a Igreja Católica. Para melhor refletir sobre o que estava a ocorrer politicamente em 1964 cumpre o resgate, por exemplo, do último processo eleitoral antes do golpe, ocorrido em 1962. Para apontar quais candidatos estavam a disputar, seus discursos, projetos e os resultados que configuraram o Congresso Nacional até o período da tomada de poder pelos militares.

A escolha do recorte na CPI do Ipês e do Ibad (1963) proposto neste artigo se deu com o intuito de identificar e refletir sobre quem eram seus membros. Com o fim de, tatear mesmo que de modo sumário quais interesses ideológicos estes parlamentares estavam a disputar naquele momento. Bem como, apontar quais consequências o golpe de 1964 resultou nas carreiras políticas destes parlamentares. O que possibilitou a compreensão do porque estes membros defenderam ou fizeram os seus devidos apontamentos durante o processo do Ipês e do Ibad (1963). Conclui-se, portanto, que o encaminhar e resultado desta CPI não foram neutros e nem deslocados das ligações ou críticas que os parlamentares detinham para com os institutos. O que não destituiu de credibilidade o poder de investigação coerente e legal por parte destes parlamentares. Apenas, localiza tal processo em um contexto mais amplo de jogos políticos, que

naquele momento eram rondados por articulações de classe e projetos contra o governo federal.

Como exemplo dos interesses políticos entre os membros da CPI, cumpre destacar o relatório final. Já que, o relator Pedro Aleixo (UDN) foi no mínimo condescendente com as ações do Ibad, e completamente conivente com a atuação do Ipês. O deputado por sua vez, destacou que apesar da culpabilidade do Ibad em investir de modo corruptivo em mais de 600 candidaturas não concretizou uma interferência política tão robusta como pressupunha seus denunciantes. Por isso, o parecer final não foi aceito por todos os membros, porém, devido ter recebido votos favoráveis da maioria foi publicado e a investigação finalizada. Mesmo sem sanar todos os seus objetivos, já que não havia ficado explícito quais as origens dos fundos dos investimentos engendrados pelo Ibad e pela Adep. O que deixava em aberto se havia ou não ocorrido a interferência de capital estadunidense no processo eleitoral.

Hoje em dia, após mais de cinquenta anos deste processo investigativo há alguns estudos que debatem sobre a infiltração do Complexo Ipês/Ibad no Congresso Nacional. Bem como, pesquisas sobre a origem dos investimentos em candidatos nas eleições de 1962 por parte do capital estadunidense. Seja, por meio da *Central Intelligence Agency* (CIA), seja por parte de empresários estadunidenses e de empresas multinacionais no Brasil. Obras como a de René Dreifuss (1981), demonstraram a rede de atuação política, social e educativa do Ipês e do Ibad como elite orgânica. Destacando também a relação intrínseca entre estes organismos – bem como diversos outros correlatos, de natureza empresarial e paramilitar. Quanto as eleições de 1962, porém, percebeu-se que ainda carece de estudos historiográficas mais apuradas.

Conciliando leituras mais recentes sobre o período pré-golpe de 1964 e a presente fonte, a articulação tecno-empresarial nas eleições e no golpe se destacaram e se mostraram articuladas. Para além disso, foi possível perceber a polarização política demonstrada nos discursos dos parlamentares da CPI (1963). O que pode nos levar a compreender sobre o clima instalado naquele momento dentro do Congresso Nacional. Por isso, o olhar para esta Casa Legislativa e para a infiltração na mesma promovida por organismos como o Ipês/Ibad auxilia na compreensão mais ampla sobre o contexto entre 1962 e 1964. Bem como, a leitura da CPI do Ipês e do Ibad (1963) permite lançar

olhares mais atentos à atuação destes institutos nas eleições, o que demonstra seu interesse em interferir no encaminhamento político nacional.

Bibliografia

Fonte: BRASIL. **Comissão Parlamentar de Inquérito do Ipês e do Ibad.** Comissão Estadual da Verdade Dom Helder Câmara. 4.697 p. Acesso em: <<https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/comissao-parlamentar-de-inquerito-cpi-ibad-e-ipes>>

Referências

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Lei nº 1.164, de 24 de julho de 1950.** Código Eleitoral. 42 p. Acesso em: <[https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1164-24-julho-1950-361738-norma-atualizada-pl.pdf](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1164-24-julho-1950-361738-norma-1950-361738-norma-atualizada-pl.pdf)>.

COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE. **IBAD:** interferência do capital estrangeiro nas eleições do Brasil. v. 5. Recife: Secretária da Casa Civil do Governo do Estado de Pernambuco, 2016. 316 p.

CORRÊA, Ingrid da Silva Mendonça. **Ulysses Guimarães:** Trajetória política de um liberal-democrata na luta contra a ditadura militar (1971-1984). Dissertação (Mestrado) Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2011. 184 p. Acesso em: <<https://www.historia.uff.br/stricto/td/1474.pdf>>

CPDOC, Centro de Pesquisas e Documentações de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.** Fundação Getúlio Vargas: 2001.

CPDOC, Centro de Pesquisas e Documentações de História Contemporânea do Brasil. **Acervo virtual: verbetes.** Acesso em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>

DREIFFUS, René Armand. **1964 A conquista do Estado:** ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981.

DUTRA, Eloy. **Ibad sigla da corrupção. Ibad sigla da corrupção.** Editora Civilização Brasileira S. A.: Rio de Janeiro: 1963. Acesso em: Brasil nunca mais <

<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BibliotBNM&PagFis=12469&Pesq=seu%20anticomunismo>>

OLIVEIRA, Raphael Alberti Nóbrega de. **O “caso José Nogueira”**: silenciamentos e autoritarismo no pré-1964 e na redemocratização. Dissertação (mestrado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro: 2018. 129 p.

SPOHR, Martina. **Páginas Golpistas**: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPES (1961-1964). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2010. 225 p. Acesso em: <
<https://www.historia.uff.br/stricto/td/1364.pdf>>.

Lembrar e como lembrar: o rapto de Jeanne d’Arc: uma reflexão sobre apropriação da história francesa pelo Front National

Makchwell Coimbra Narcizo⁸⁸

Resumo: O partido de extrema direita Front National / Rassemblement National em sua busca por poder na França passa por uma reconstrução que envolve uma gestão política da memória e do passado que é feita de forma profissional. Para isso uma personagem ganha destaque, Jeanne d’Arc. O presente trabalho analisa como a personagem é utilizada pelo partido em sua busca por gerir a memória e o passado na busca de se normalizar no cenário político da França, buscar aceitação do público visando especialmente o cargo máximo da República Francesa.

Palavras chave: França; política; memória; extrema direita; Jeanne d’Arc

Résumé: Le parti d'extrême droite Front National / Rassemblement National dans sa quête de pouvoir en France est en pleine reconstruction qui passe par une gestion politique de la mémoire et du passé qui se fait de manière professionnelle. Pour cela, un personnage se démarque, Jeanne d'Arc. Le présent travail analyse comment le personnage est utilisé par le parti dans sa quête de gestion de la mémoire et du passé dans la quête de se normaliser sur la scène politique en France, en recherchant l'acceptation publique visant surtout la position maximale de la République française.

Mots clés: France; politique; Mémoire; extrême droite; Jeanne d'Arc

Considerações iniciais

A reconstrução de um partido político envolve um trato cuidadoso da memória identitária, que passa necessariamente pela demanda interna e externa, ou seja, pela forma como se vê e como os outros enxergam o partido, ou como quer ser visto. Para isso, uma gestão profissional da memória é fundamental, o que envolve de maneira direta a História, sempre escalada na busca por gestão do passado e da memória.

⁸⁸ Doutor em História pela PPGHI UFU
makch01@hotmail.com

Gestões políticas da memória e do passado estão presentes nas interpolações dos historiadores ao passado. É o que podemos chamar de usos do passado. Uma reflexão que trate esses usos, como é o caso aqui, deve necessariamente abordar a relação entre História e memória, sendo tratado levando em consideração o viés político da gestão do passado.

Assim, o passado é estudado porque inquietações no presente compelem o historiador a ir em sua busca, são as indagações do presente que orientam as perguntas a respeito do passado. Para Márcia Pereira dos Santos (2007, p. 83-84), um passado que deixa emergir ressurgências de si, que impõe o repensar sobre memórias constituídas e vividas com uma intensidade política provocadora de ações e reações de grupos étnicos, religiosos, sexuais e acadêmicos nas suas defesas de direitos e deveres de memória.

O que nos interessa aqui ao trazermos essa discussão é que um grupo social se articula como mantenedor de uma determinada memória. E que, em meio a tudo isso, na intenção de reconstruir o passado os grupos envolvem-se em lutas políticas abalizadas por memórias que, resgatadas e reatualizadas, pautam as defesas de identidade do presente.

Os grupos têm na memória um ponto de apoio para justificar suas ações. Ainda nos pensamos a questão da memória que se articula fora dos quadros da história escrita. Sendo que a permanente expressividade da memória nos meios sociais tem uma feição política que mostra as formas como os sujeitos se posicionam no que diz respeito à realidade, na forma como esses a interpretam e agem sobre ela. É justamente aqui que a memória assume sua função política, no que diz respeito à defesa de si e de seu grupo. Deste modo, o passado emerge quando o presente permite, mas não qualquer passado, um passado reorganizado por demandas do presente.

Logo, há limites em tais utilizações, limites que são impostos pelo próprio passado. As utilizações do passado por parte do *Front National* não devem descartar a própria realidade do passado.

O Front National e a utilização de Jeanne d'Arc

O *Front National* de Marine Le Pen passa por uma reorientação do passado, buscando reorientar sua memória para atender suas demandas, o objetivo é a presidência. Para demonstrar a forma como o partido busca gerir sua memória a partir da gestão marinista, utilizaremos a forma como tratam a figura de Jeanne d’Arc.

A personagem em questão não aparece no escopo argumentativo do *Front National* apenas na gestão marinista, o partido herda Jeanne d’Arc como símbolo de resistência e nacionalismo de Charles Maurras.⁸⁹ (MAURRAS. 2011. p. 19) em sua obra *Camelots du Roi*, Charles Maurras busca demonstrar como a figura de Jeanne d’Arc serve como um símbolo de resistência, incorporando um ideal de França e dos valores franceses.

É imprescindível salientar que a figura de Jeanne d’Arc envolve controvérsias e a própria construção de sua história não é homogênea, envolve diversas rupturas. Para Flávia Amaral (2012), que faz um trabalho buscando historicizar as reinterpretações de Jeanne d’Arc no interior da história francesa, há um especial interesse pela personagem no século XIX.

A sociedade oitocentista que aproximou dos ideais e demandas do Terceiro Estado, modificando o elemento original associado a uma heroína até então monarquista, marcando uma diferença fundamental naquilo que a personagem significava para a história francesa até então.

Desta forma, a personagem é ressignificada à luz de um nascente nacionalismo, não exclusivo da França, caracteriza como um período em que há uma escolha pelos ancestrais, criação do patrimônio e o que ela chama de “coleta do material folclórico” fazendo surgir histórias nacionais com seus heróis e momentos fundadores em uma nacionalização retroativa dos eventos do passado. É neste período que existe um salto em produções bibliográficas que contemplem Jeanne d’Arc.

⁸⁹ Seria necessário aqui mais do que linhas, páginas para mostrar como Maurice Pujo imprimiu aos seus *Camelots* do rei, a seus Estudantes de Ação francesa, aos funcionários de elite de nossas Ligas, este magnífico espírito nacional, cívico, militar, que faz refletir na nova juventude uma alma de patriotismo combatida e pura (...) O velho sangue francês despertava, de todos os sangues puros de suas hereditariedades, mas lançando metais de um valor e generosidade desconhecidos. O nome de Joana d’Arc, seu estandarte, seu lema, as flores que foram trazidas a suas estátuas, e aos altares, permanecem como símbolo histórico desse período de fogo.

Importante destacar, que no processo de constantes ressignificações, no período napoleônico existe uma substituição da figura simbólica de Marianne⁹⁰ por Jeanne d’Arc, visto que a guerreira Jeanne ser tão libertária quanto, só que menos associada com o radicalismo da Revolução Francesa.

Após a canonização 1920 e sua elevação como “segunda padroeira da França”, em 1922, passa existir uma associação da extrema direita francesa ligando Jeanne d’Arc com seus ideais. Fazendo com que o governo Vichy a utilize como símbolo do regime. A extrema direita francesa reclama seus direitos sobre a heroína.

Desde então Jeanne d’Arc é utilizada por grupos de extrema direita na França. Jean-Marie Le Pen é herdeiro de Charles Maurras, herdando dele também as possibilidades de utilização de Jeanne d’Arc como símbolo do nacionalismo francês.

Jean-Marie Le Pen resgata Jeanne d’Arc em 1988, mais especificamente por ocasião das comemorações do feriado de primeiro de maio. Na prática, é mais amplo do que meramente as comemorações, visto que o feriado coincidiu com o espaço temporal entre primeiro e segundo turno nas eleições que Jean-Marie Le Pen conquistou 14% dos votos. A organização de uma festa, “Dia do trabalho e Jeanne d’Arc”⁹¹, concorrendo com a tradicional festa de primeiro de maio foi assim, uma demonstração de poder.

Jean-Marie Le Pen recupera o mito de Jeanne d’Arc buscando torná-la um símbolo da pátria, especialmente, a transformando como a encarnação da resistência contra os estrangeiros. A ação de Jean-Marie Le Pen encontrou resistências, Jean-Marie Le Pen distorce propositalmente a história da virgem de Orleans, visto que essa resistiu aos ingleses e não necessariamente aos estrangeiros. É o que Henri Tincq chama de “sequestro” e Pierre Besnard de “raptos” de Jeanne d’Arc” pelo *Front National*.

A partir de 1988 o FN promove festividades em homenagem a Jeanne d’Arc, seu já tradicional “Dia do trabalho e Jeanne d’Arc”. Sobre essa apropriação, dois momentos tornam-se emblemáticos, os dois envolvendo embates de Jean-Marie Le Pen

⁹⁰ Marianne ou “a senhora da liberdade” é um símbolo da República Francesa, ganhando notoriedade como tal em especial durante o processo da Revolução Francesa, sendo uma figura feminina que substituiu os calores do Antigo Regime por representar a razão, a nação, a pátria e, principalmente, as virtudes da República. Após a “Terceira República” (1870-1940) a figura de Marianne se popularizou consideravelmente.

⁹¹ Festejos em homenagem a Jeanne d’Arc são realizados todos os anos em Orleans em 8 de maio, já que é 8 de maio de 1429 que libertou a cidade dos ingleses.

com Jacques Chirac. O primeiro ocorre na campanha para o segundo turno de 2002, em que Jean-Marie Le Pen chega ao segundo turno das eleições presidenciais, logo, as festividades daquele ano ocorreram entre os dois turnos e em 2012 em seu último discurso.

Jean-Marie Le Pen faz um discurso exaltando a grandiosidade histórica da França, como um “mar das artes e berço das leis”, uma nação milenar à qual o mundo tanto deve. Entretanto, a partir do momento que insere Jeanne d’Arc em seu discurso, a apresenta (5' 33") defendendo ser uma personagem especial por não ter uma contemplação mística, mas por ser uma personagem de ação, ressaltando ser a heroína da libertação francesa. Constrói Jeanne d’Arc, ou apresenta a perspectiva na qual a interpreta como uma personagem única não apenas na história francesa, mas do mundo, pois cumpre o que chama de “mais extraordinário destino da história humana” (6' 25"). Na construção de sua perspectiva de Jeanne d’Arc, Jean-Marie Le Pen (11' 02") afirma que não existe no mundo um destino comparável, que mesmo Luiz XIV e Napoleão, homens extraordinários, não se aproximam de Jeanne d’Arc visto que ela é de “outra dimensão”: (LE PEN, J. 2012, 11' 16")

Jean-Marie Le Pen transforma Jeanne d’Arc em uma entidade mística, ou simplesmente dá novo direcionamento para o misticismo que a cerca, a tratando como portadora da força da história francesa, do ideal de França. Ao buscar transformar Jeanne d’Arc em uma espécie de guia mostra como trata a França, sua história e como busca gerir tal história. Jean-Marie Le Pen não cria um ícone novo, ele o direciona para seus interesses, ele a ressignifica segundo suas demandas.

Sobre essa ressignificação, é pertinente notar que faz um esforço para utilizar Jeanne d’Arc como um ícone anti estrangeiro, anti invasor, para ele, se o estrangeiro de outrora era o inglês, agora é representado pela UE e imigrantes. A utilização da história da França é fundamental em sua empreitada, o que fica evidenciado quando declara (7'-22") “oui, chers amis, ceci est l’histoire de la France, notre histoire qui n’est pas celle des autres”⁹². Jean-Marie Le Pen busca assumir a gestão da história francesa e Jeanne d’Arc é central em tal intenção.

⁹² *Sim, queridos amigos, esta é a história da França, a nossa história, que não é a dos outros.*

Outros discursos de Jean-Marie Le Pen poderiam ser abordados, visto que o “Dia do trabalho e Jeanne d’Arc” tem comemoração anual desde 1988, entretanto, o discurso em questão cria uma ponte para a forma como Marine Le Pen utilizará Jeanne d’Arc. O encerramento do discurso em análise aponta para um novo passo na utilização Jeanne d’Arc por parte do FN, (13'-56") !⁹³

O encerramento do discurso aponta para o processo de transição no FN. Olhando para tal transição na perspectiva de um projeto de poder por parte da família Le Pen, nos deparamos com a forma como a história da França é utilizada, em especial a apropriação de Jeanne d’Arc. Temos aqui uma mudança planejada, uma apropriação gradativa da personagem mítica e de sua memória, se em um momento há um resgate de Jeanne d’Arc como principal personagem da história francesa, sendo símbolo máximo do espírito nacional, Jean-Marie Le Pen eleva sua filha, Marine Le Pen, a um outro patamar, um “tipo” Jeanne d’Arc, ou seja, portadora do espírito nacional, o que será minunciosamente trabalhado por ela posteriormente. Funda-se assim, uma nova fase do *Front National*.

Em 2007 um episódio envolvendo o então presidente Nicolas Sarkozy torna-se emblemático em torna dessa disputa. O presidente chegou a perguntar em seu discurso como a direita republicana e o centro puderam permitir que a extrema direita a “confiscasse”. Nicolas Sarkozy não utiliza Jeanne d’Arc antes disso, o que ocorre é uma percepção de como o ícone da heroína é transformado em um símbolo para o FN e como esta passa a ser capitalizado pelo partido. Ele busca a resgatar para combater a significação e utilização feita pelo FN.

Marine Le Pen se apropria da já em curso utilização de Jeanne d’Arc por parte do FN, no entanto, como expresso anteriormente no discurso de seu pai, a eleva a um outro patamar, pois se coloca como uma nova Jeanne d’Arc, dentro dos limites possíveis em seu tempo, para não desacralizar a imagem da heroína.

⁹³ O exemplo sublime de Jeanne, irmãzinha do final dos séculos, deve nos guiar.

Reconhecidamente, Marine não é Joana d’Arc, mas, como Jeanne, ela faz parte da longa linha daqueles que fizeram a França e que a defenderam por quase dois milênios.

Viva Jeanne!

Viva Marine!

Viva a França!

Voltando a fala de Jean-Marie Le Pen no discurso do Dia do trabalho e Jeanne d’Arc de 2012, quando afirma que apesar de Marine Le Pen não ser Jeanne d’Arc, ela é herdeira e representante fidedigna de sua história. É possível notar como o FN monta de forma sutil Marine Le Pen como uma figura salvífica em relação a cultura francesa, para com a “França pura”. O que pode ser visto em diversas construções imagéticas, em especial cartazes de campanha e da já citada festividade.

Vejamos algumas imagens:



Cartaz do desfile do Dia do trabalho e Jeanne d’Arc de 2012, na ocasião de seu 600.º aniversário em 2012.

Fonte:

<http://www.frontnational.com/2012/04/le-1er-mai-a-paris-tous-avec-marine/>



Cartaz do desfile do Dia do trabalho e Jeanne d’Arc de 2012

Fonte:

<http://www.frontnational.com/2013/04/le-1er-mai-a-paris-tous-avec-marine/>



Cartaz do desfile do Dia do trabalho e Jeanne d'Arc de 2014.

Fonte:

<http://www.frontnational.com/2014/04/defile-du-1er-mai/>



Marine Le Pen no discurso do desfile do Dia do trabalho e Jeanne d'Arc de 2012. Na ocasião de seu 600.º.

Fonte:

<http://www.frontnational.com/2012/05/photos-du-defile-et-du-discours-de-marine-le-pen-lors-du-1er-mai-2012/>

Considerações finais

Anais da XXXVI Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Entre golpes e democracias: Narrativas históricas de um sonho em vertigem. Gabrielle Barra Tarocco; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2020. 1463 p.

ISSN:2317-0468

A utilização de Jeanne d’Arc pelo FN não é nova, mas ela se renova com Marine Le Pen, uma utilização que é sutil, as características a serem utilizadas da heroína são escolhidas para atender a demanda atual do partido. Uma guerreira com convicções nacionalistas, entretanto, com o coração puro.

Com isso, questões centrais do discurso de Marine Le Pen são incorporadas, tal como a recusa à UE e a aversão aos imigrantes, passando necessariamente por uma França forte e “pura”. Uma identidade que passa necessariamente pela tradição e a cultura cristã.

A personalidade de Marine Le Pen é exaltada à luz da personalidade de Jeanne d’Arc. Uma mulher – forte, com convicções nacionalistas, que abre mão de sua vida por seus compatriotas e com pureza no coração. A imagem de Marine Le Pen é construída a partir da imagem de Jeanne d’Arc, mas claro uma imagem trabalhada antes pelo partido. Quando a descrição de Marine Le Pen se confunde com a de Jeanne d’Arc não é acidente, é algo planejado.

Jeanne d’Arc como essência nacional é utilizada pela extrema direita desde Charles Maurras, o que muda é a forma como ela é tratada e os atributos que são selecionados, haja visto que existe uma ininterrupta construção da personagem histórica, não apenas pela extrema direita, sua memória é gerida para atender a demandas específicas e distintas. O FN apresenta uma versão da história de Jeanne d’Arc, com as características que utiliza para gerir sua própria memória e identidade. Na empreitada pela referida gestão, busca utilizar da história, mas de sua versão da história.

A figura messiânica largamente utilizada em escaladas populistas, eleitorais ou de cunho autoritário também é utilizada na França pela extrema direita, no entanto, a imagem de Jesus é substituído por Jeanne d’Arc. Uma personagem laica, mas cristã é selecionada como símbolo máximo de uma nação com uma tradição cristã, mas que dá para o mundo uma forma política laica. Jeanne d’Arc é transfigurada em Marine Le Pen, fazendo com que outros símbolos nacionais percam força frente à ela, portadora de seu ideal de França, especialmente após uma minuciosa gestão de sua memória.

Referências

ALBERTINI, Dominique; DOUCET, David. *Histoire du Front national*. Paris: Tallandier, 2014.

AMARAL, Flávia A. *História e ressignificação: Joana d'Arc e a historiografia francesa da primeira metade do século XIX*. 2012. 221f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ANDRADE, Guilherme Ignácio Franco de. *Uma nova Frente Nacional? O projeto político de Marine Le Pen*. Porto Alegre: EDPUCRS, 2017.

BESNARD, Pierre. « Le rapt de Jeanne d'Arc », *Le Monde*, 4 de Maio de 1988.

BRÉCHON, Pierre. La droite à l'épreuve du Front national. In: DELWIT Pascal, *Le Front national. Mutations de l'extrême droite Française*. Bruxelles: Editions de l'Université de Bruxelles, 2012, pp. 161-170.

CAMUS, Jean-Yves. Origine et formation du Front National (1972-1981) In: MAYER, Nonna et al. *Le Front National à découvert*. Paris: Presses de Sciences Po, 1996, p. 17-36.

_____ ; LEBOURG, Nicolas. *Les droites extrêmes en Europe*. Paris: Seuil, 2015.

_____ ; MONZAT, René. *Les droites nationales et radicales en France*. Lyon: Presses universitaires de Lyon, 1992.

CAPPEAU, Arnaud. *Pierre Poujade et les élections de janvier 1956*. Paris: 2016.

DELWIT, Pascal. *Le Front national. Mutations de l'extrême droite Française*. Bruxelles: Editions de l'Université de Bruxelles, 2012.

_____. Les étapes du Front National (1972-2011). In: DELWIT Pascal, *Le Front national. Mutations de l'extrême droite Française*. Bruxelles: Editions de l'Université de Bruxelles, 2012, pp. 95-112.

DÉZÉ, Alexandre. *De quelques idées reçues sur la « dédiabolisation » et le « populisme » du FN*, *Actuel Marx*, n°34, 2e semestre 2013-1er semestre 2014.

_____. La < dédiabolisation > Une nouvelle stratégie? In: CRÉPON, Silvain. et al (org). (2015) *Les faux-semblants du Front National: Sociologie d'un parti politique*. Paris: SciencePo Les Presses, pp. 27-50.

LE PEN, Marine. *À contre flots*. Paris: Grancher. 2012.

_____. *Au nom du peuple* – 144 engagements présidentiels. Nanterre: 2017.

_____. Discours de Marine Le Pen lors du Congrès de Tours des 15 et 16 janvier 2011. Disponível em <http://www.frontnational.com/videos/congres-du-FN-a-toursdiscours-d'investiture-de-marine-le-pen/>>. Acesso em 12 janeiro 2018.

_____. Discours de Fréjus, septembre 2016. Fréjus: 2016.

_____. Discours de Marine Le Pen dans l'Orne. 7 janvier 2018. Disponível em <
<http://www.frontnational.com/2018/01/discours-de-marine-le-pen-dans-lorne/>>. Acesso em
em
09 janeiro 2018.

_____. Discours de N'Djamena. Prononcé par Marine Le Pen le 22 mars 2017 Au Palais de la démocratie, Assemblée Nationale de la République du Tchad. Djamena : 2017.

_____. *L'Afrique: Notre première priorité internationale*. Paris: 2016.

_____. La révision constitutionnelle que je propose aux français par référendum. *Souveraineté / Démocratie / Proximité*. Paris: 2016.

_____. Lettre Édito n°1. 31 décembre 2016 LE PEN, Marine. Paris: 2017.

_____. Mon analyse du programme de M. Macron. In: *Mes carnets d'espérances*, 2017.

_____. *Mon projet pour la France et les français*. Nanterre: 2012.

_____. Pour que vive la France. Paris: Grancher, 2012.

_____. Terrorisme islamiste: protégeons Les français. Paris: 2017.

_____. 3ème Conférence Présidentielle: « le rôle de l'état dans l'économie ». *Paris le 2 mars 2017*. Discours de Marine Le Pen Marine 2017.

_____. 4ème Conférence Présidentielle Paris « *Par amour de la France* » *Paris: le 13 mars 2017*. Discours de Marine Le Pen Marine 2017.

MAURRAS, Charles. *L'Allemagne et nous*. Paris: Édition électronique réalisée par Maurras.net et l'Association des Amis de la Maison du Chemin de Paradis, 2011.

SANTOS, Márcia Pereira. História e Memória: desafios de uma relação teórica. In: *OPSIS*. V. 07, n. 9. 2007.

VÍDEOS

LE PEN, Jean-Marie. Congrès du Front National - Discours de Jean-Marie Le Pen - Événement (15/01/2011). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=sxaW_ZcIANc> Acesso em 12 janeiro 2019.

_____. 1 mai 2012 - Discours de Jean-Marie Le Pen place de l'Opéra à Paris + sous-titres. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=jQ2403EjyBQ>> Acesso em 12 fevereiro 2018.

_____. Discours de Jean-Marie Le Pen lors de la commémoration du 600ème anniversaire de la naissance de Jeanne d'Arc. Disponível em < <http://www.frontnational.com/2012/01/discours-de-jean-marie-le-pen-lors-de-la-celebrationdu-600eme-anniversaire-de-la-naissance-de-jeanne-darc/>>. Acesso em 12 fevereiro 2018.

_____. 25 fev 2017- Discours de Jean-Marie Le Pen à la convention présidentielle du Front National. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=7o_7imu6rjQ&t=254s> Acesso em 12 fevereiro 2018.

Neofascismo, Novas Direitas e Arqueofuturismo: um olhar a partir de Guillaume Faye

Gabriel Benedito Machado⁹⁴

Resumo: Este trabalho tem como objetivo realizar uma discussão inicial sobre o conceito de arqueofuturismo proposto por Guillaume Faye, intelectual francês vinculado à Nouvelle Droite, movimento filosófico, político e cultural com traços fascistas. O arqueofuturismo tem, como base, a conjugação de correntes do pensamento tradicionalista e do campo fascista. A discussão tem como prioridade uma exploração inicial dos componentes centrais do arqueofuturismo, compreendido como uma das expressões do campo da extrema direita transnacional recente, sobretudo aquela inspirada na experiência histórica do fascismo e nas expressões do neofascismo. Para isso, será apresentado uma visão preliminar sobre os pilares do arqueofuturismo, com base nas obras “Archeofuturism: European Visions of the Post-catastrophic Age” e “Why We Fight: Manifesto of the European Resistance.”

Palavras Chave: Arqueofuturismo, Guillaume Faye, Nouvelle Droite, Neofascismo.

Abstract: This paper aims to make an initial discussion about the concept of archeofuturism proposed by Guillaume Faye, French writer linked to Nouvelle Droite, a philosophical, political and cultural movement with fascist traits. The archeofuturism is based on the combination of currents of traditionalist thought and the fascist field. The discussion has as a priority an initial exploration of the central components of archeofuturism, understood as one of the expressions of the field of the recent transnational extreme right, especially that inspired by the historical experience of fascism and the expressions of neofascism. For this, a preliminary view on the pillars of archeofuturism will be presented, based on the works Archeofuturism: European Visions of the Post-catastrophic Age and Why We Fight: Manifesto of the European Resistance.

Keywords: Archeofuturism, Guillaume Faye, Nouvelle Droite, Neofascism.

⁹⁴ Licenciado em História pela UFJF, gabrielmachado333@gmail.com

Desde o fim do fascismo histórico em 1945, o campo da direita revolucionária sofreu diversas adaptações estruturais para que pudesse sobreviver ao contexto pós-guerra. Nessa nova conjuntura, esse campo pode acabar sendo, de certa forma, menosprezado tendo sua relevância medida através de sua capacidade de mobilização de massas e arregimentação de um grande corpo de militantes em torno de um partido político. Contudo, no pós-guerra, a cultura política sofreu diversas modificações, não havendo mais o apelo de massa em relação ao nacionalismo ou a criação de uma nova ordem baseada na superação da sensação de crise iminente do ocidente, esse contexto apresentava uma grande barreira de formação organizacional de grupos e movimentos baseados nos métodos do fascismo histórico (GRIFFIN, 2003).

A partir disso, a direita revolucionária passa a se organizar em grupos diminutos os quais são chamados por Roger Griffin (GRIFFIN, 2003,p.28) de “direita grupuscular”, a qual não é prioritariamente político partidária como o fascismo histórico foi, tendo sua força de atuação muito mais ligadas a capacidade de associação de um grupúsculo à outros. Ademais, possuem uma maior dinamicidade organizacional do que o fascismo histórico, isso por não possuírem um controle central que engesse sua dinamicidade organizacional ou que, em caso da ausência de um líder, inviabilize a existência do grupúsculo. Dois fatores foram fundamentais para a consolidação da direita grupuscular no campo político do século XX. Sendo esses fatores a crescente percepção pública de uma globalização cultural a partir da década de 1990 e o advento da internet, isso acabou proporcionando para essas organizações uma capacidade de alcance gigantesca, mesmo possuindo um número limitado de membros.

O identitarismo surge nesse contexto baseado na contribuição de diversos autores da extrema direita francesa como Dominique Venner, Pierre Vial, Alain de Benoist e Guillaume Faye. A preocupação do identitarismo, como o próprio nome já sugere, é com a identidade europeia, esta a qual está sendo corroída pela globalização, além de reduzir a identidade do ser humano a um modelo universalizante individualista e consumista. Além disso, esses grupos acusam as elites europeias de permitirem a imigração em massa em terras europeias, contribuindo para o corrompimento da identidade dos povos nativos do continente. Nessa visão, os imigrantes - principalmente os islâmicos - são conquistadores, visando a substituição dos povos da Europa. E isso

acontece sem grande resistência motivado pelo sentimento de culpa dos europeus por sua própria história e cultura e pela elite cosmopolita omissa (ZUQUETE, 2018).

Como dito, Guillaume Faye foi um pensador basilar do identitarismo, sua proposta de arqueofuturismo se enquadra dentro desse campo particular da extrema direita. De forma rápida e concisa, Faye define sua ideologia como uma conciliação entre o tradicionalista Julius Evola e o poeta futurista Filippo Marinetti, ambos os quais tiveram ligações com o fascismo histórico. O filósofo esotérico italiano Julius Evola foi importante para diversos grupos neofascistas até hoje, é uma das bases fundamentais para a Nouvelle Droite, por exemplo. Sua principal obra é “Revolta Contra o Mundo Moderno”, onde desenvolve sua ideia de “tradição integral”, a qual supostamente seria a origem de todas as religiões e cosmovisões relevantes teriam surgido e que não seria realizável no mundo material. O mundo moderno seria ancorado em bases materiais como a tecnologia, sendo incompatível com essa tradição integral (HAKL, 2019). Filippo Tomasso Marinetti foi o fundador do movimento artístico chamado de futurista, o qual enaltece a tecnologia, a industrialização, a guerra e o progresso técnico. Esse movimento esteve bem próximo ao fascismo italiano, Marinetti escreveu diversas obras favoráveis ao regime italiano antes de sua morte em 1944.

Contudo, a carreira de escritor político de Faye não se inicia nos anos 90, ela é apenas retomada. Faye fez parte de uma geração de jovens nacionalistas e europeístas engajados na criação (ou resgate) de uma cultura política moderna de extrema direita, muito influenciados pelo caldo cultural e político efervescentes das manifestações das juventudes europeias durante os anos 1960. Embora a intenção deste trabalho seja uma reflexão inicial sobre dois escritos produzidos durante os anos 1990 e início dos 2000, é fundamental a contextualização da chamada Nouvelle Droite “ND” para perceber sua influência, possibilitando entender com mais clareza suas proximidades e dissonâncias com o arqueofuturismo.

Ao longo dos anos 1960, algumas novidades em termos de organização, formas de atuação, ou mesmo em dimensões intelectuais, modificaram aspectos da esquerda europeia, em especial ao longo dos eventos de 1968, principalmente no maio de 1968 francês. Isso representou uma grande atualização para o ideário da esquerda europeia. Por outro lado, a tentativa de oposição pela juventude neofascista em 1968 é pouco significativa, no contexto francês isso se deveu muito à falta de uma organização

neofascista que unificasse a diversidade de movimentos existentes com a intenção de traçar estratégias em comum e se colocarem como oposição à altura. Esses grupos representantes da extrema direita não seguiram os protestos de 1968, e acabaram se aglomerando em torno do gaullismo em um esforço de manutenção da ordem pública e do *status quo*. (MAMMONE, 2008).

Esse contexto de radicalidade política foi fundamental para a formação da Nouvelle Droite (ND) por jovens intelectuais de extrema direita como G. Faye, entre outros. Dentre eles, Alain de Benoist foi o principal e mais prolífico membro da ND. Uma das principais contribuições modernizadoras da ND ao pensamento neofascista foi a apropriação do conceito de “hegemonia” do comunista italiano Antonio Gramsci. Esse conceito foi descontextualizado historicamente, excluindo as conotações revolucionárias marxistas, sendo a luta pela hegemonia - em seu sentido original - baseada na luta de classes. Enquanto isso, a luta pela hegemonia proposto pela ND é mais relacionado à uma estratégia para promover a difusão de suas ideias de direita na opinião pública nos círculos dominantes (MAMMONE, 2008). Com isso a forma tradicional de fazer política, a qual não era um terreno fértil para a extrema direita neste período de pós-guerra devido aos resultados gerados pelo fascismo histórico, foi deixada de lado em prol da migração da disputa do campo político tradicional para o campo cultural.

O fascismo do pós-guerra não podia atuar sob o campo de influência soviética e teve de se adaptar radicalmente ao clima diferente do pós-guerra no Ocidente, onde a democracia capitalista havia prevalecido. A sensação de colapso sociocultural eminente e as perspectivas de renovação em uma nova ordem não existiam mais. O fascismo do pós-guerra ainda possuía o desejo de renascimento civilizacional influenciado pela visão de decadência sobre os princípios da Revolução Francesa e do iluminismo. Contudo, não possuía mais uma base de massas e se diluiu entre partidos de direita iliberais, pequenos grupos de ativistas violentos com fantasias revolucionárias e intelectuais e artistas que rejeitam o ativismo e se restringem na produção cultural e intelectual. O filósofo de extrema direita Armin Moehler foi de grande influência para a ND, ele propunha que durante o pós-guerra, a revolução da direita não parecia tão iminente quanto no entre-guerras, sendo este um tempo para se preparar terreno através da metapolítica até a chegada de um novo momento revolucionário (GRIFFIN,2000a).

Segundo Roger Griffin (2000b) a ND conseguiu proporcionar a atualização do fascismo para o pós-guerra, isso não apenas se tratando da militância voltada ao campo de disputa cultural, mas também no próprio arcabouço ideológico o qual os traços fascistas não são superficialmente de fácil reconhecimento. Uma das influências mais importantes para a ND, sem dúvida, foi o que o escritor Armin Mohler chamou de "Revolução Conservadora" (RC), um apanhado, feito pelo próprio Mohler, de uma variada gama de artistas e escritores representantes de um pensamento antidemocrático e, principalmente, anti-moderno no entre guerras. A corrente da RC, bastante heterogênea, tinha como principal interesse a crítica e a destruição das fundações liberais da Alemanha na República de Weimar (GRIFFIN, 2000a). Em certo sentido, a RC, que foi uma expressão que antecedeu ao nacional-socialismo, passa a ser uma influência basilar da ND.

A ND tem como traço basilar do seu combate cultural uma militância contra a modernidade liberal. Nessa visão, o igualitarismo e o universalismo presentes inicialmente no monoteísmo judaico-cristão foram secularizados pela modernidade, tendo como principal resultado dessa secularização a ideologia liberal e sua filosofia individualista (ZUQUETE, 2018). Essa ideologia da modernidade impõem a todas as culturas e povos uma homogeneização em nome do progresso, sendo o único modelo de existência possível o modelo ocidental, a ND coloca sua oposição a isso propondo o direito de todos os povos a diferença, o que eles chamam de diferencialismo.

Outro aspecto modernizador bastante relevante da ND, que também foi herdado posteriormente pelos movimentos identitários, foi a questão do nacionalismo pan-europeu. Tamir Bar-On (2008) argumenta que o nacionalismo pan-europeu esteve presente em 3 movimentos da direita revolucionária no século XX, sendo o primeiro deles uma certa dimensão do próprio fascismo histórico, posteriormente por grupos fascistas logo no início do pós-guerra e em terceiro pela Nouvelle Droite.

O nacionalismo pan-europeu foi adotado pelo neofascismo logo no início do pós-guerra, liderados por Maurice Bardèche, autoproclamado fascista no pós-guerra, precursores do negacionismo do holocausto e crítico de arte. Em 1951 representou uma delegação francesa no Congresso de Malmö, dentre outras 16, com o intuito de criar uma corrente do fascismo pan-europeia. Bardèche dizia que para a direita revolucionária se revigorar no pós-guerra, ela deveria ser menos nacionalista e mais

européia, defendendo um nacionalismo plurinacional para combater a influência tanto dos EUA quanto da URSS. Em terceiro vem a própria ND de Alain de Benoist e sua ideia de salvar o continente europeu da ideologia do progresso, Benoist foi fortemente influenciado pelo manifesto produzido em Malmö, ajudando a moldar a ND como um movimento nacionalista europeu e não francês.

A partir desse contexto - e em reação à organização e diversificação das estratégias das esquerdas, em especial das esquerdas na França, em 1969 foi formado o GRECE, um think tank pelos jovens escritores ultranacionalistas da ND chamado *Groupement de recherche et d'études pour la civilisation européenne* (GRECE). Alguns de seus fundadores, como Pierre Vial e Alain de Benoist, foram antes militantes do Europe Action, instituição que professava um nacionalismo europeu etnocêntrico. Seu líder, Dominique Verner, pensava que a Segunda Guerra Mundial criou um sentimento de culpa nos europeus, fazendo com que estes reprimiram seu etnocentrismo enquanto incentivavam o etnocentrismo de outros povos (ZUQUETE, 2018).

Contudo, Alain de Benoist e o GRECE se distanciam desse etnocentrismo com o passar do tempo. Durante os anos 1980 Guillaume Faye começa a ser marginalizado dentro do GRECE devido sua defesa etnocêntrica da Europa até se desvincular em 1987 integralmente do think tank. Sua saída do GRECE se deveu a discordâncias ideológicas, como a defesa pelo think tank de uma aliança com o terceiro mundo, a visão dos imigrantes como vítimas da globalização e não como ameaça a identidade europeia, a ideia de que esses imigrantes podem ser absorvidos pela cultura europeia enquanto para Faye isso é impossível devido a questão biológica dessa identidade e a visão dos EUA como inimigos e não como adversários e competidores.

A nova fase de Faye é inaugurada no final dos anos 1990 é marcada pelo etnocentrismo, se tornando um importante teórico do nativismo com um discurso fortemente carregado por vieses anti-imigração e anti-islã em nome da defesa dos direitos étnicos dos europeus (FRANÇOIS, 2010). Se para a ND o maior dos males é a homogeneização do mundo pela ideologia dominante, para Faye isso não deixa de ser significativa. Contudo não é o todo do problema, mas parte dele. As principais obras desse período são: *L'Archéofuturisme* de 1998 e *Pourquoi nous combattons* em 2001.

Segundo o autor, a Europa está enfrentando uma colonização populacional protagonizada pelos povos do Sul Global, especialmente os povos islâmicos. Mas mais

do que isso, a americanização e islamização da Europa são problemas complementares que colaboram para a destruição do germen europeu, este o qual é fortemente ameaçado de extinção. Segundo Faye a saúde e longevidade de um povo está ligada a seu germen. O germen é a raiz biológica de um povo onde repousa sua cultura e civilização, a saúde desta raiz estaria ligada a identidade biocultural e a renovação demográfica. Essa identidade está sendo colocada em perigo pela ideologia dominante e pela taxa de natalidade do imigrante muito maior do que a do europeu, correndo o risco destes se tornarem estrangeiros em sua própria terra. Essa identidade é essencialmente biológica, mas o autor não faz afirmações científicas em relação à etnia como, por exemplo, o nazismo fazia. É muito mais sobre uma identidade idealizada e sua manutenção. Além disso, autor acusa os próprios europeus de serem coniventes com o problema que ameaça sua extinção, movidos pela falta de consciência étnica e praticarem a xenofilia. Este conceito aliado ao de etnomosquismo - uma tendência de culpar e desvalorizar sua etnia⁹⁵ - vão de encontro com o pensamento já mencionado de Dominique Verner, a preferência da cultura do outro em despeito de sua própria e o sentimento de culpa dos europeus pelo seu passado, gerando aversão ao seu próprio germen.

A ameaça à etnia europeia e a defesa do estatuto e da própria identidade é o cerne da visão de Faye. Segundo este, o motor da História consiste justamente na luta das civilizações e dos povos por sobrevivência. Sendo o mundo cada vez mais dividido entre blocos etnocêntricos, a Europa permanece ligada à ideologia dominante e ao cosmopolitismo, quando não aos próprios estados nacionais. O mundo europeu e o mundo árabe estariam prestes a colidir um com o outro, sendo vital que os europeus lutem por sua herança e por seu futuro, sendo isso colocado em alguns momentos como uma luta literal e armada. Os EUA são colocados como adversários para o povo europeu, visando o domínio da região e evitando que os europeus se coloquem com uma superpotência concorrente, muitas vezes apontados como apoiadores da islamização da Europa.

O arqueofuturismo se propõe ir além do anti-igualitarismo praticado pelo GRECE, isso porque se propõe imaginar o mundo além da modernidade⁹⁶. A ideia tem

⁹⁵Faye, G. *Why We Fight: Manifesto of the European Resistance*. Reino Unido: Artkos, 2011, p. 90

⁹⁶Faye, G. *Archeofuturism: European Visions of the Post-catastrophic Age*. Reino Unido: Artkos, 2010, p.25

como base três tópicos principais. O primeiro é chamado de convergência de catástrofes, é relacionado ao colapso da Civilização Ocidental, esta a qual é herdeira do igualitarismo estaria vivendo agora em plena decadência, estando próxima de seu término. Isso porque a própria modernidade está gestando seu fim através dos problemas produzidos por ela mesma, os quais desaguaram simultaneamente durante o século XXI, catástrofes ecológica, econômica, demográfica, humanitária, sanitária e outras levariam a Civilização Ocidental e modernidade ao seu caos derradeiro. Esse primeiro tópico pode ser examinado com mais clareza se usarmos o conceito de Roger Griffin (2000a) de mito palingenésico - o qual é pensado para o fascismo histórico, mas também cabe neste caso - ou seja: a proposta do fim da decadente Civilização Ocidental e o renascimento de uma gloriosa Civilização Europeia. Esse aspecto do arqueofuturismo pode muito bem ser comparado com o pensamento presente na ND. A visão de uma modernidade não cumpridora de suas promessas civilizacionais e nem capaz de resolver os problemas por ela mesma criada através da ideologia do progresso, sendo somente uma ideologia que não comunga com essa tradição - isso exclui tanto o liberalismo quanto o marxismo - teria o poder de promover o renascimento perante a decadência causada pela modernidade.

O segundo tópico é relacionado a criação de uma nova ideologia forte o suficiente para sobreviver ao pós-caos, pode-se entender com isso arqueofuturismo. A modernidade não conseguiria resolver os problemas que a está matando porque esses problemas só seriam resolvidos com uma mentalidade arcaica, como, por exemplo, a comparação entre a imigração atual na Europa com uma grande população de estrangeiros numa polis grega antiga. Contudo, a tecnologia não deve ser ignorada ou negada, mas sim explorada em sua potencialidade máxima de transformação do mundo. O futurismo é colocado como necessário, mas apenas viável se associada e purificada de suas características modernas por uma mentalidade arcaica, coexistindo em estado dialético. Além disso, vale ressaltar que muitas vezes Faye aciona esse pensamento arcaico fazendo o uso de um profundo anacronismo, como se Aristóteles ou qualquer outro filósofo grego clássico fossem plenamente aplicáveis à Europa do século XXI.⁹⁷ A tradição grega é bastante presente, mas não é toda a tradição grega, e sim determinadas

⁹⁷ Faye, G. Why We Fight: Manifesto of the European Resistance. Reino Unido: Artkos, 2011, p. 42, 46, 146, 159, 161

tradições. Glaydson José da Silva (2007) discute que o uso da história antiga de forma política no presente não é um ideal original de Faye, mas amplamente usados pelo GRECE, Front Nacional e o Terre et Pouple, podendo ser usada para defender a ideia de pan-europeísmo ou a legitimação de desigualdades por esses grupos.

O terceiro aspecto é sobre o imaginário do mundo pós-caos diferente da realidade moderna igualitária. Nesse terceiro tópico Faye descreve uma sociedade hierarquizada e elitista, esta elite sendo escolhida a dedo por seus méritos individuais e não hereditários. O autor imagina uma Europa autossuficiente e sustentável, divididas em várias divisões territoriais autônomas chamadas de autarquias de grandes espaços, onde apenas a elite teria acesso aos deveres e privilégios de uma sociedade hiper-tecnologizada enquanto a maior parte da população vive em torno da produção sustentável, essa é a principal proposta de solução produtiva e ecológica para Faye⁹⁸. Outro aspecto interessante desse imaginário é a Eurosíberia, um conglomerado de povos de origem indo-européia unidos no território que hoje abrange a Europa Ocidental, Europa Oriental e Rússia⁹⁹.

Um outro ponto interessante – e fundamental - de divergência entre a ND e o arqueofuturismo são suas diferentes táticas para uma possível mudança do mundo de acordo com suas formas de ver o mundo. Como dito anteriormente, a ND apostou na batalha através do campo da cultura, sendo a principal forma de atuação militante a produção intelectual escrita, sendo através de revistas ou livros engajados com sua filosofia. Essa estratégia metapolítica se caracteriza pela estratégia de difusão e normalização de ideias, sendo uma estratégia fundamental em seu contexto histórico de atuação e, mais do que isso, gerando condições profícuas para o nascimento e/ou manutenção de outros grupos alocados no campo da extrema direita. Segundo Mammone (2008) a ND e seu principal porta-voz, Alain de Benoist, foram influentes entre os círculos extremistas em toda a Europa, sendo uma das maiores propostas do campo neofascista desde 1945. Contudo, Faye começa a ver essa tática como equivocada, sendo a leitura feita pela ND do conceito de hegemonia em Gramsci

⁹⁸Faye, G. Archeofuturism: European Visions of the Post-catastrophic Age. Reino Unido: Artkos, 2010, p.62-64

⁹⁹ Faye, G. Archeofuturism: European Visions of the Post-catastrophic Age. Reino Unido: Artkos, 2010, p.71-72 e Faye, G. Why We Fight: Manifesto of the European Resistance. Reino Unido: Artkos, 2011, p.39, 94

errônea ou, até mesmo, inexistente. Isso porque a participação da ND na disputa política se dá apenas por uma vertente de ação, o que seria um erro tanto de interpretação de Gramsci quanto de estratégia política. O autor ressalta a importância da combinação da disputa metapolítica com os combates políticos e econômicos; na formação, propriamente, de uma militância popular organizada. A falta de bases políticas do GRECE fez com que sua clientela natural fosse se diminuindo e indo militar politicamente em outros lugares como no Frente Nacional, por exemplo.

Faye de maneira alguma descarta a relevância fundamental da disputa cultural, tanto que sua ideia primordial é a formação de uma ideologia que vai na contramão da chamada ideologia dominante do progresso. Contudo ele propõe uma transformação do mundo através da ação, sendo o campo ideológico apenas estruturador e mobilizador desta¹⁰⁰. Ele coloca suas fichas na aposta de arregimentar militantes na juventude, sendo essas cabeças novas que ainda não foram cooptadas pela ideologia dominante¹⁰¹. O público alvo do arqueofurismo é o jovem, mas especificamente – talvez – o jovem branco frustrado pela conquista de direitos de minorias e pelo convívio cada vez mais presente do imigrante. Faye mobiliza esses ressentimentos a todo momento.

O livro *Why We Fight* tem uma linguagem bastante acessível, repetindo conceitos em vários momentos diferentes e isso sem desenvolver pensamentos muito complexos e herméticos somente para iniciados. É bastante panfletário, a sensação de urgência está presente em toda a leitura. Em ambos os livros o autor se propõe a falar de uma gama de temas gigantesca: de homossexualidade às armas nucleares. Isso tudo para tentar descrever com o máximo de detalhes a experiência degradada e degradante das sociedades igualitárias modernas. Contudo, talvez a maior diferença entre os dois livros seja em relação a suas propostas.

O livro *Archeofuturism: European Visions of the Post-catastrophic Age* é um livro da retomada de Faye ao pensamento político depois de quase uma década. Embora o livro da década de 2000 tenha no nome “manifesto” este primeiro cumpre muito mais esse papel sendo o livro da retomada e propondo não só uma ideia, mas sim uma

¹⁰⁰ Faye, G. *Why We Fight: Manifesto of the European Resistance*. Reino Unido: Artkos, 2011, p. 175-177

¹⁰¹ Faye, G. *Archeofuturism: European Visions of the Post-catastrophic Age*. Reino Unido: Artkos, 2010, p.11,38

ideologia nova e, mais do que isso, fazendo o esforço de denunciar os problemas das sociedades modernas e suas possíveis resoluções a partir da ideologia que é delimitada na publicação.

Por outro lado, *Why We Fight* é muito mais uma cartilha de formação para novos militantes, possuindo bases rudimentares acessíveis a qualquer leitor não iniciado nesse tipo de assunto. Isso fica mais claro com a leitura do quarto capítulo que é basicamente um dicionário de termos presentes nos vocabulários da extrema direita europeia e os conceitos criados pelo próprio Faye, esse capítulo sozinho representa mais de 70% do livro inteiro.

Why We Fight é uma cartilha de formação básica, mas por outro lado também é um chamado à militância, um chamado para o resgate dos valores europeus. A luta é colocada como necessária e crucial para a sobrevivência dos europeus, e suas ideias são postas como armas da luta pelo renascimento da Europa etnocêntrica.

Guillaume Faye foi um dos pensadores de extrema direita mais significativos de sua geração. Foi um nome relevante nas fileiras do GRECE até sua saída e um pensador basilar na formação do identitarismo. Suas publicações produzidas no final dos anos 1990 e início dos 2000 dizem muito sobre o contexto de globalização neoliberal e da questão migracional que a Europa vivia no período. Como pensador basilar do campo identitário, o estudo de seu pensamento é fundamental para entender o pensamento da extrema-direita mais recente e uma variada gama de grupúsculos ao redor do mundo.

As influências do pensamento de Guillaume Faye entre pequenos grupos de extrema direita revolucionária não são difíceis de se localizar, sendo influente dentro e fora dos círculos identitários. Muitos grupelhos ao redor do mundo tem menor ou maior influência de Faye como: *Bloc Identitaire* na França; *Front Nouveau de Belgique* (Nova Frente Belga) e *Vlaams Belang* ("Interesse Flamengo") na Bélgica; a *Alt-Right* nos EUA; a *Aurora de Ferro* e *Legião Identitária* no Brasil; e a *Forza Nacional-Identitária* no Chile.

Esses grupos representam uma visão particular não só sobre a Europa, mas sobre o mundo globalizado que os sufoca. Suas fileiras são formadas por uma militância jovem e ativa e que procura ocupar os espaços públicos tanto nas ruas quanto na internet. Possuem um ativismo com capacidade de atração que consegue impactar a opinião pública e a mídia. Suas visões de mundo são anti-sistêmicas e muitas das vezes

violentas, fornecendo uma proposta alternativa para as sociedades onde estão inseridas. E, mais do que isso: esses grupos leram e se apropriaram dos pensamentos de Guillaume Faye. leram e se apropriaram do pensamento de Faye.

Referências:

BAR-ON, Tamir. Fascism to the Nouvelle Droite: The Dream of Pan-European Empire. **Journal of Contemporary European Studies**, 16(3):327-345 · December 2008.

FRANÇOIS, S. Guillaume Faye and Archeofuturism. Key **Thinkers of the Radical Right**. Oxford: Oxford University Press, 2019.

GRIFFIN, Roger. Between metapolitics and apoliteia : The Nouvelle Droite's strategy for conserving the fascist vision in the 'interregnum'. **Modern & Contemporary France**. v. 8(1), 2000a, p. 35-53.

GRIFFIN, Roger. Plus ça change! The Fascist Pedigree of the Nouvelle Droite. In: ARNOLD, Edward (ed.) **The Development of the Radical Right in France (1890-1995)**. London: Routledge, 2000b

GRIFFIN, Roger. From slime mould to rhizome: an introduction to the groupuscular right. **Patterns of Prejudice**, v. 37, n. 1, 2003, p. 27 – 50.

HAKL, H. T. Julius Evola and Tradition. In: Key **Thinkers of the Radical Right**. Oxford: Oxford University Press, 2019

MAMMONE, Andrea. The transnational reaction to 1968: Neo-fascist Fronts and Political Cultures in France and Italy. **Contemporary European History**, 17(02), 2008, p. 213-236.

ZUQUETE, José Pedro. **The Identitarians: The Movement Against Globalism and Islam in Europe**, Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2018.

Fontes:

Faye, G. Archeofuturism: European Visions of the Post-catastrophic Age. Reino Unido: Artkos, 2010.

Faye, G. Why We Fight: Manifesto of the European Resistance. Reino Unido: Artkos, 2011

Recordar para no olvidar: Como os clubes argentinos e brasileiros reagiram ao aniversário dos Golpes Militares em 2019 e 2020

Alexandre Vinicius Nicolino Maciel¹⁰²

Resumo

Apenas sete dias separam os aniversários dos golpes militares em Argentina e Brasil e em países tão apaixonados por futebol, as manifestações em torno das datas não deixam esse meio alheio. Assim, analisando os regimes militares e os processos de transição apontaremos como as dicotomias de ambos os países influenciam as relações atuais com o passado, com a memória e com a democracia. A partir disso, analisaremos como os clubes de futebol da primeira divisão nacional tem se portado em tal debate e como os mesmos se relacionam com os presidentes nacionais, indicando como os chefes do executivo se relacionam com o esporte mais popular do mundo.

Palavras-chave: Futebol; Ditaduras Militares; Transição política; Democracia; Manifestações Populares.

Abstract

Only seven days separate the birthdays of military coup in Argentina and Brazil and in countries so passionate about football, the manifestations around the dates don't leave that half oblivious. Thus, analyzing the military regimes and the transition processes we will point out how the dichotomies of both countries influence current relations with the past, with memory and with democracy. From that, we will look at how the football clubs of the first national division have been involved in such a debate and how they relate to the national presidents, indicating how the executives of the executive relate to the most popular sport in the world.

Keywords: Soccer; Military Regimes; Political Transition; Democracy; Popular Manifestations.

¹⁰² Graduando em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), alexandrevinicius1996@gmail.com

Preleção

Há no mundo quem ainda diga que futebol e política não se misturam ou que não deveriam se misturar. Todavia não faltam momentos históricos nos quais o futebol fora um elemento-chave para regimes políticos, seja ditaduras ou democracias. Benito Mussolini fizera a Itália bicampeã do Mundo em 1934 e 1938 atuar sob os estigmas do regime fascista, chegando até a vestir preto no embate contra a França na Copa de 1938. Adolf Hitler durante parte de seu regime se aproximou do Schalke 04, um dos principais times do país e ao anexar a Áustria meses antes do mundial da França, impediu a participação do país no Mundial e ordenou que a boa seleção, conhecida como Wunderteam, prestasse serviços ao regime nazista, cinco jogadores austríacos jogaram o torneio pela seleção alemã. Durante a Guerra Civil Espanhola, o clube basco Euskadi e o catalão Barcelona, das duas principais regiões separatistas da Espanha, excursionaram pelo mundo propagando seus ideais nacionalistas. Francisco Franco durante seus longos anos de governo fez do Real Madrid uma extensão de seu regime. Oliveira Salazar criou a Direcção-Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar (DGEFDSE) em 1942, mandou construir o Estádio Nacional português e se valeu do sucesso europeu do Benfica para expandir sua força. Getúlio Vargas criou o Conselho Nacional de Desportos (CND) em 1941 e utilizou estádios de futebol para seus inflamados discursos. Juan Domingo Perón realizou torneios de futebol para crianças de todo país durante seu primeiro governo, nesse período também inaugurou o estádio do Racing que leva seu nome. No Chile, Augusto Pinochet foi feito presidente de honra do Colo Colo, maior campeão nacional. No Brasil, Emílio Garrastazu Médici fez do tricampeonato mundial em 1970 propaganda do seu projeto de Brasil forte. Na Argentina, a Copa sediada em 1978 foi utilizada por Jorge Rafael Videla Redondo para mostra ao mundo que os argentinos eram “direitos e humanos”. Mais recentemente, Silvio Berlusconi foi eleito primeiro-ministro da Itália após seu êxito como mandatário do Milan. O já citado Colo Colo era um dos negócios de Sebastián Piñera, do qual foi sócio-presidente antes de assumir o posto mais alto no Chile. Já o paraguaio Horácio Cartes em sua gestão como presidente levou o Libertad a um patamar relevante no país e na América do Sul se credenciando ao cargo de presidente do país, chegando a conciliar os dois postos. Na Argentina, Mauricio Macri foi de presidente do Boca Juniors a presidente do país. Enquanto no Brasil, Jair Bolsonaro vestiu camisas dos mais variados clubes brasileiros

antes e depois de eleito. “Aqueles que dizem que futebol e política não se misturam, ou não sabem de nada ou sabem muito e não dizem”(CAETANO, 2012).

Fardas e Camisas

A década de 1970 marca o auge da repressão política em Brasil e Argentina, mas também é o momento de maior ação dos militares sobre o futebol. O Ato Institucional nº5 é baixado em 13 de dezembro de 1968, o mais duro golpe da ditadura brasileira, que entre outros pontos, extinguiu o *habeas corpus*, suspendeu direitos políticos, cassou mandatos e permitiu a intervenção federal fora dos limites constitucionais. Pouco meses depois, assumia a seleção Brasileira o jornalista João Alves Jobim Saldanha, com longo histórico no partido Comunista, Saldanha classificou a seleção para a Copa do Mundo de 1970 com uma campanha irretocável, seis vitórias em seis jogos e justamente durante o último jogo, contra o Paraguai em 31 de agosto de 1969, o presidente Artur da Costa e Silva, sofria um infarto que o afastaria do cargo (SOTER, 2015: 193). O general Emílio Garrastazu Médici é eleito sucessor do alto posto do executivo em 7 de outubro, tal fato altera drasticamente a relação do governo militar com o futebol.

Médici era um declarado fã do futebol e não gostava da ideia de um opositor no comando da seleção brasileira, dessa rixa o fato mais marcante foi a tentativa de interferência nas convocações da seleção por parte do presidente, que clamava pelo nome do atacante Dario na equipe, a qual foi respondida por Saldanha com: “O senhor escala o seu Ministério e eu escalo o meu time”(SALDANHA, 1987). João Saldanha foi demitido e para o seu lugar o bicampeão mundial, como jogador, Mário Jorge Lobo Zagallo foi contratado. O velho Lobo convocou Dario e trouxe a Jules Rimet em definitivo para o Brasil, o general-presidente se aproveitou da vitória ao inseri-la no contexto do “Brasil Grande Potência”, por meio de ações de propaganda da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) (MAGALHÃES, 2013: 150-152). Para o mundial de 1974, a lógica se manteve, com Zagallo no comando e militares na comissão técnica, o investimento fora bem menor, visto que o foco principal de João Havelange, presidente da Confederação Brasileira de Desportos(CBD), era a sua candidatura à presidência da FIFA. O Brasil terminou em 4º lugar e Havelange eleito o primeiro e único não-europeu presidente da entidade máxima do futebol (ROCHA, 2019: 294).

Na Copa do Mundo da Argentina em 1978, os militares comandavam todas as instâncias do futebol brasileiro, a CBD era presidida pelo Almirante Heleno de Barros Nunes, enquanto o comando técnico da seleção estava nas mãos do Capitão do Exército Cláudio Coutinho. Em campo a seleção apresentou um futebol pouco atrativo e os maus resultados nas duas primeiras partidas geraram a intervenção do presidente da CBD na equipe (ASSAF; RODRIGUES, 2010: 164). Título? Só o de campeão moral, criado por Coutinho para justificar a eliminação para a anfitriã na fase semifinal e o terceiro lugar na classificação final.

A Argentina tentava desde 1938 ser sede da Copa do Mundo, quando acreditava que o mais correto nas escolhas das sedes do torneio era um rodízio entre Europa e América. Com a escolha da França como anfitriã do certame, a albiceleste encampou um boicote que no continente só não foi aderido por Brasil e Cuba (ASSAF; RODRIGUES, 2010: 32). A Argentina foi confirmada como sede de uma Copa do Mundo somente no Congresso da FIFA em 1966 em Londres, o país vivia há poucos dias a ditadura da *Revolución Argentina* do General Juan Carlos Onganía, que se estendeu até 1973 (MAGALHÃES, 2013: 71), decidiu-se que o país seria o palco da décima primeira Copa do Mundo da Fifa em 1978. Já sob a ditadura, o selecionado argentino disputou a Copa do Mundo da Inglaterra e foi eliminado nas quartas-de-final para a anfitriã, numa partida envolta de polêmicas e favorecimentos aos europeus (RIBAS, 2014: 122), mesmo assim, a seleção foi a não-europeia mais bem classificada no mundial, ficando com o quinto lugar. Os argentinos, só voltariam a disputar um Mundial após oito anos, ficando com o oitavo lugar na Alemanha em 1974, sendo eliminada na fase semifinal, com derrotas para Holanda e Brasil. Um dia após ao embate contra a maior rival, o país chorou a morte de Juan Domingo Perón (RIBAS, 2014:160-161). Sua esposa e vice, Maria Estela Martínez, a Isabelita Perón, assume e governa o país até o golpe de 24 de março de 1976 que instaura o *Proceso de Reorganización Nacional*.

Até o momento em que o general Jorge Rafael Videla, o almirante Emilio Massera e o brigadeiro Orlando Agosti tomam o poder o país pouco havia feito para realizar o mundial e a pressão internacional pela mudança da sede era grande, mas João Havelange garantiu a Copa no país (MAGALHÃES, 2013: 80-81). Em campo, a

seleção oscilou e terminou a primeira fase com duas vitórias e uma derrota, com placares sempre apertados. Na fase semifinal após vencer a Polônia e empatar sem gols com o Brasil, a Argentina dependia precisava vencer o Peru e torcer contra o Brasil que enfrentaria a Polônia na rodada final para chegar à final. Diferentemente do que ocorreu na outra chave e do que é praxe nas Copas do Mundo, os jogos de Brasil e Argentina foram disputados em horários com os anfitriões entrando em campo já sabendo o resultado que seria necessário para se classificar (CABO, 2016: 157-158). Na partida contra o Peru, classificada por Pablo Llonto como a “partida mais longa da História” (LLONTO, 2005: 92), a goleada por 6x0 é marcada por inúmeras hipóteses, desde o suborno a alguns jogadores peruanos, passando pela contribuição do goleiro argentino naturalizado peruano Quiroga, que jogava em sua cidade natal, e chegando no suposto acordo entre os ditadores, e amigos, Jorge Rafael Videla e Francisco Moralez Bermudez, que envolveu uma quantia de 50.000 dólares, a maior parte paga em trigo. A única história comprovada é a presença de Videla no vestiário peruano antes da partida (CABO, 2016: 102). Com o resultado a Argentina avança para as finais e conquista o título que lhe escapara em 1930 e seu primeiro título é marcado pela sombra do regime militar e conquistado ao lado do principal centro de tortura do país, a *Escuela de Mecánica de la Armada* (ESMA).

A década de 1970 ainda expõe marcas importantes da influência do regime militar no futebol para além das seleções nacionais. No Brasil o primeiro campeonato nacional é disputado em 1971, por incentivo do governo federal, como parte de um projeto de integração do território, o mesmo campeonato chegou a ter noventa e seis equipes na disputa (ALMEIDA, 2017), em 1979 nasce a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) assumindo o lugar da Confederação Brasileira de Desportos (CBD). No mesmo ano, na Argentina, Julio Cesar Grondona assume a Asociación del Fútbol Argentino (AFA) e permanece no posto até sua morte em 2014 (PALOMINO, 2019).

Acréscimos

Os anos 1980 marcam o fim da Guerra Fria e por consequência, a diminuição das tensões causadas por ela, nessa década as ditaduras militares no Cone Sul iniciam sua derrocada. A Argentina retoma seu processo democrático em 1983, com a eleição de Raúl Alfonsín por voto direto, no Brasil, o primeiro civil eleito é Tancredo Neves em

1985, mas por voto indireto. O povo brasileiro só voltaria a eleger um presidente em 1989, com Fernando Collor de Mello. O modo pelo qual se dá a escolha dos presidentes em cada país já é categórico para distinguir os meios em que as redemocratizações foram conquistadas. Lidiane Elizabete Friderichs aponta que a ditadura argentina se finda a partir de um processo definido como “transição por colapso”, no qual os agentes da sociedade civil conduzem o processo impedindo os militares de impor condições para a retirada, tal ideia corrobora com a proposição de Guillermo O’Donnell, que aponta como causas desse colapso crises internas e derrotas externas (FRIDERICHS,2017: 442-443). No Brasil há um processo pautado nos arranjos conciliatórios, os quais são definidos por “transições por consenso ou pactuadas”, nesse processo, os militares ditam as regras e por alianças mantêm em vigor a estrutura autoritária, assim, o poder só é transferido dos militares para as elites (FRIDERICHS,2017: 442-443). Outro fator importante que diferencia os processos é o tempo de extensão da reabertura política, no Brasil a abertura “lenta, gradual e segura” tem início com a eleição do general Ernesto Geisel e só encontra seu fim no biênio 1988-1989, com a promulgação da Constituição e as eleições presidenciais diretas. Na Argentina, o primeiro projeto de abertura é a “multipartidaria” com o general Roberto Eduardo Viola em 1980, seguida da derrota na Guerra das Malvinas e a falta de articulação para a resolução da crise econômica. Assim, o processo brasileiro dura quinze anos, enquanto o argentino apenas três.

Essas distinções refletem no modo pelo qual cada sociedade encara seus passados, analisando as políticas de transição de cada país, percebe-se o quanto as peculiaridades das transições são determinantes. A *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* é adotada na Argentina logo no início do governo Alfonsín. Somente em 2011, quando a ex-guerrilheira Dilma Rousseff assume a presidência, que é instaurada no Brasil a Comissão Nacional da Verdade. Inicialmente o caso argentino não gerou punições aos envolvidos, mas foi uma marca para os países latino-americanos, por ter sido instituída imediatamente após o fim do regime autoritário. A morosidade na ação brasileira é refletida na aplicação de práticas da Justiça de Transição, no país ainda vigora a Lei de Anistia, assinada em 1979 pelo general João Baptista Figueiredo, que impede qualquer ação penal aos agentes que cometeram crimes por ação estatal, na Argentina, as leis de conciliação (Lei de Pacificação Nacional, Lei

do Ponto Final e Lei da Obediência Devida) encontram-se revogadas, o que permitiu a condenação de inúmeros militares e civis que violaram os Direitos Humanos (ESTEVEZ; BOARIN, 2018: 71-72). Essa sombra de impunidade permite que atividades públicas de exaltação aos regimes ditatoriais sejam mais comuns e abertas, como exemplo as inúmeras exaltações do presidente brasileiro Jair Bolsonaro ao golpe militar e até mesmo a torturadores do regime (CAMPOS, 2019). Na Argentina, quando Mauricio Macri se posicionou de forma controversa aos direitos humanos, a própria sociedade o repudiou, assim como manifestações públicas em prol do golpe não são comuns (GILBERT, 2018).

Essa dicotomia está presente também nas políticas de memória, na Argentina, o dia 24 de março é nomeado “*Día por la Verdad, Memoria y Justicia*”, sendo feriado nacional. No Brasil, a própria definição da data em que o golpe ocorreu é fruto de debates, afinal, nenhum governo gostaria de ser ligado ao dia da mentira, então, o 31 de março entrou na lógica militar, ao passo que foi absorvida pela literatura do tema. E se não há consenso sobre a data do golpe, muito menos existe nomenclatura oficial sobre ela.

Pós-jogo

No fim de 1984 o relatório da *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* é apresentado sob o título *Nunca Más*. Em 1985, por iniciativa do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns foi publicada como obra da Arquidiocese de São Paulo, da qual era arcebispo, o livro “Brasil: Nunca Mais” que denunciava inúmeros crimes cometidos pelo Estado brasileiro durante os governos militares, tais obras abrem caminho para a onda de informes pós-ditaduras no Cone Sul (MARCHESI, 2015: 265-266). Essa expressão forte que indica um sentimento de negação aos crimes perpetrados nas ditaduras, torna-se sinônimo da luta pela democracia, assim, anualmente, nos aniversários dos golpes militares em Argentina e Brasil, são repetidas das mais variadas formas em manifestações em defesa da democracia.

Em 24 de março de 2019, o golpe argentino completava quarenta e três anos, o país vivia uma crise político-econômica em ano eleitoral. O futebol argentino também passava por um momento de reestruturação, após os longos anos de Grondona, o

campeonato se encontrava inflado com trinta equipes na divisão principal fruto da política kirchnerista de fomento ao esporte. Essa política se desenvolveu a partir do Programa Fútbol para Todos que repassava verbas federais para os clubes da primeira divisão para adquirir os direitos de transmissão das partidas e transmiti-las em TV aberta. Além da democratização das transmissões, o programa era uma afronta ao grupo *TyC/Clarín* forte opositor do kirchnerismo (SERVETTI, 2013). No ano seguinte à morte do mandatário da AFA Mauricio Macri assume a presidência do país, após ter sido presidente do Boca Juniors, principal clube do país, entre 1995 e 2007 e prefeito de Buenos Aires nos anos seguintes. Logo no segundo ano de seu mandato o programa “*Fútbol para todos*”, iniciado em 2009 no governo de Cristina Kirchner e responsável pela grande quantidade de clubes na primeira divisão é encerrado e dá lugar a *Superliga Argentina de Fútbol* (SAF), articulada por Macri e gerida pelos próprios clubes (MARTINHO, 2020). Nesse ambiente de mudanças e disputas, dos vinte e seis clubes que disputavam a Superliga na temporada 2018-2019, somente três não se posicionaram em defesa da democracia e dos Direitos Humanos: Belgrano, Patronato e Aldosivi.

Sete dias depois, no Brasil se recordavam os cinquenta e cinco anos do dia que durou vinte e um, o presidente Jair Bolsonaro em seus primeiros meses como presidente, depois de longos anos como deputado federal e uma campanha marcada por intenso apoio do ambiente futebolístico, ordenou que se comemorasse o dia nos quartéis pelo país. O Twitter oficial do Planalto publicou um vídeo em comemoração ao golpe – ou revolução como tratam os militares (CAMPOS, 2019). O futebol brasileiro também vivia um momento de mudanças, após longos anos da administração de Ricardo Teixeira, encerrada pelos escândalos de corrupção que envolviam também João Havelange e seguiram com José Maria Marin e Marco Polo del Nero, todos ex-presidentes estão sob investigação do FBI estando Marin preso e Del Nero sem sair do país para não ter o mesmo destino de seu antecessor (SILVA, 2019). Em 2018 Rogério Caboclo, ex-aliado de Marco Polo, assume a presidência da CBF com a promessa de uma renovação do futebol brasileiro fora e dentro de campo. Das vinte equipes do campeonato Brasileiro em 2019, somente três se posicionaram em repúdio ao golpe de 1964: Corinthians, Bahia e Vasco da Gama.

Em 2020, em meio à pandemia global do Coronavírus Alberto Fernández, torcedor do Argentinos Juniors, há pouco tempo era presidente argentino e desde o princípio da pandemia tomou as medidas necessárias para diminuir o contágio através do isolamento social, inclusive editando um decreto suspendendo as atividades esportivas no país (INFORMACIÓN GENERAL, 2020). Já o presidente Bolsonaro, tratava a doença como uma “gripezinha”, incentivava o uso de medicamentos sem eficácia comprovada e promovia inúmeras aglomerações, sobre o cancelamento das partidas o presidente Jair Bolsonaro classificava como histeria que afetaria a economia nacional (PIRES, 2020). A Copa da Superliga Argentina fora suspensa dias depois do decreto presidencial e todos os vinte e quatro times da primeira divisão aderiram à campanha pelo isolamento social e se posicionaram em favor da democracia no dia 24 de março. Muitos evidenciavam que as tradicionais marchas pela “*Verdad, Memoria y justicia*” não ocorreriam, mas nem por isso a luta pela democracia deveria ser esquecida. No Brasil os campeonatos regionais foram suspensos poucas semanas antes do 31 de março pelas federações estaduais após um constrangimento gerado pelo ato que ocorria em escala global (PIRES, 2020). Na data somente dois times recordaram o aniversário de cinquenta e seis anos do golpe: o Corinthians, clube marcadamente envolvido com a democracia durante a ditadura e o Vasco da Gama, clube historicamente ligado às causas populares e democráticas, mas que se limitou a repostar a publicação do ano anterior em um *TBT* feito numa terça-feira.

Festejos e Lamentações

O posicionamento dos clubes brasileiros e argentinos, evidenciam como os processos de transição à democracia são refletidos na sociedade mesmo após longos anos de sua ocorrência e como as características distintivas dos regimes são valores que distinguem a visão sobre eles. Duas questões são primordiais para entender essa dicotomia: o número de vítimas e as formas de legitimação. A ditadura argentina vitimou um número infinitamente maior que a brasileira, que agia a partir de normas institucionalizadas o que não ocorre na Argentina. São essas diferenças que também definem a extensão dos regimes e a atuação popular nos processos de redemocratização, a maior politização da sociedade argentina reduz o poder dos militares e é bastião para um afastamento dos mesmos da política nacional (ESTEVEZ; BOARIN, 2018: 79-80).

O patriarcalismo tradicional em Clubes e Federações em ambos os países também deve ser destacado. Essas, em sua maioria estão longes de um real profissionalismo ou democratização de suas gestões e se amparam muitas vezes na máquina estatal para a realização de seus ímpetos. No Brasil, mesmo com um vertiginoso crescimento dos casos de Covid-19, inúmeros presidentes de clubes se reuniram com Jair Bolsonaro clamando pelo retorno das partidas, que aconteceram na metade de junho (PIRES, 2020). Na Argentina, o retorno às atividades foi realizado um dia após o início do Campeonato Brasileiro (MELTZER, 2020). No entanto, o retorno de Cristina Kirchner ao legislativo também marca o fim da Superliga (MARTINHO, 2020). O retorno do kirchnerismo não foi a única derrota de macrismo em 2019, na eleição presidencial do Boca Juniors, um aliado de Alberto Fernández, o ex-jogador Juan Román Riquelme seguiu os passos de Cristina sendo o vice famoso na chapa vitoriosa que tirou do poder uma linhagem que comandava o clube desde 1996. Para Macri, restou festejar a indicação para o cargo de Presidente da Fundação Fifa responsável pelos projetos sociais da entidade (FERNANDEZ; SIBILLA, 2020).

Assim, décadas após os golpes e as redemocratizações o modo pelo qual cada sociedade encara seu passado é refletido nos comportamentos dos clubes, é primaz destacar que mesmo se encontrando numa mesma onda de redemocratizações, a terceira como definiu Samuel Huntington (1994), as distinções de cada processo afastam consideravelmente o modo pelo qual cada nação lida com sua história e isso é reflexo das particularidades de cada regime. O colapso argentino criou na sociedade uma ojeriza a regimes autoritários, enquanto o pacto brasileiro deu confortabilidade às práticas de exceção e exaltação à ditaduras. Portanto, a atuação dos clubes é reflexo da própria sociedade, no Brasil o posicionamento reduzido vem de clubes ligados historicamente às causas populares ou que nos últimos anos revolucionaram suas gestões. Na Argentina, a origem dos clubes pouco interfere nas ações de repulsa à ditadura e defesa da democracia, pois a sociedade entende o seu valor. Recordar o passado de modo a evitar a repetição dos erros no futuro é uma ação já levantada nos informes *Nunca mais*, sobretudo a partir do lema “para que nunca se esqueça, para que nunca mais aconteça”, tal perspectiva é um fato já concretizado na Argentina, enquanto no Brasil precisa deixar de ser somente uma frase bonita.

Anexo I (fontes)

- Post de 2019

Superliga Argentina de Fútbol (SAF):

Argentinos Juniors:

<https://twitter.com/AAAJoficial/status/1109801776482578432?s=20>

Atlético Tucumán: <https://twitter.com/ATOficial/status/1109651122124455937?s=20>

Banfield: https://twitter.com/CAB_oficial/status/1109798878734401538?s=20

Boca Juniors: <https://twitter.com/BocaJrsOficial/status/1109790492819156992?s=20>

Colón: <https://twitter.com/ColonOficial/status/1109883574482812928?s=20>

Defensa y Justicia:

<https://twitter.com/ClubDefensayJus/status/1109930778253766657?s=20>

Estudiantes: <https://twitter.com/EdelpOficial/status/1109803788200747008?s=20>

Gimnasia y Esgrima:

<https://twitter.com/gimnasiaoficial/status/1109805496142364672?s=20>

Godoy Cruz: <https://twitter.com/ClubGodoyCruz/status/1109794500661202944?s=20>

Huracán: <https://twitter.com/CAHuracan/status/1109771843768975362?s=20>

Independiente: <https://twitter.com/Independiente/status/1109802044083318787?s=20>

Lanús: <https://twitter.com/clublanus/status/1109788670003949570?s=20>

Newell's Old Boys:

<https://twitter.com/CANOBoficial/status/1109868458492215297?s=20>

Racing: <https://twitter.com/RacingClub/status/1109774370002690048?s=20>

River Plate: <https://twitter.com/RiverPlate/status/1109787225401765888?s=20>

Rosario Central: <https://twitter.com/CARCOficial/status/1109786943892520963?s=20>

San Lorenzo: <https://twitter.com/SanLorenzo/status/1109796001131433984?s=20>

San Martín (Tucumán):

<https://twitter.com/CASMOficial/status/1109812982786260993?s=20>

San Martín (San Juan):

<https://twitter.com/CASanMartinSJ/status/1109823756577529856?s=20>

Talleres: <https://twitter.com/CATalleresdecba/status/1109806682287140864?s=20>

Tigre: <https://twitter.com/catigreoficial/status/1109829682621530112?s=20>

Unión Santa Fe: <https://twitter.com/clubaunion/status/1109801429294817282?s=20>

Vélez Sarsfield: <https://twitter.com/Velez/status/1109817973991268354?s=20>

Campeonato Brasileiro (Brasileirão):

Bahia: <https://twitter.com/ECBahia/status/1112469137991839744?s=20>

Corinthians: <https://twitter.com/Corinthians/status/1112386822380945408?s=20>

<https://twitter.com/Corinthians/status/1112428503914422273?s=20>

Vasco da Gama:

<https://twitter.com/VascodaGama/status/1112428166260420613?s=20>

- Post de 2020

Superliga Argentina de Fútbol (SAF):

Aldosivi: <https://twitter.com/clubaldosivi/status/1242568700663906306?s=20>

Argentinos Juniors:

<https://twitter.com/AAAJoficial/status/1242433339593818113?s=20>

Arsenal: <https://twitter.com/ArsenalOficial/status/1242435941299556356?s=20>

Atlético Tucumán: <https://twitter.com/ATOficial/status/1242435727939510275?s=20>

Banfield: https://twitter.com/CAB_oficial/status/1242285166552403969?s=20

Boca Juniors: <https://twitter.com/BocaJrsOficial/status/1242285107173560326?s=20>

Central de Córdoba: https://twitter.com/cacc_sde/status/1242510786037272577?s=20

Colón: <https://twitter.com/ColonOficial/status/1242286475909246979?s=20>

Defensa y Justicia:

<https://twitter.com/ClubDefensayJus/status/1242364343813095427?s=20>

Estudiantes: <https://twitter.com/EdelpOficial/status/1242438854122094592?s=20>

Gimnasia y Esgrima:

<https://twitter.com/gimnasiaoficial/status/1242439069822582784?s=20>

Godoy Cruz: <https://twitter.com/ClubGodoyCruz/status/1242468297687420928?s=20>

Huracán: <https://twitter.com/CAHuracan/status/1242451612985155584?s=20>

Independiente: <https://twitter.com/Independiente/status/1242442326263443460?s=20>

Lanús: <https://twitter.com/clublanus/status/1242287318247124993?s=20>

Newell's Old Boys:

<https://twitter.com/CANOBoficial/status/1242431547766161408?s=20>

Patronato: <https://twitter.com/ClubPatronatoOf/status/1242511617721536517?s=20>

Racing: <https://twitter.com/RacingClub/status/1242428039184646153?s=20>

River Plate: <https://twitter.com/RiverPlate/status/1242408195706040321?s=20>

Rosario Central: <https://twitter.com/CARCOficial/status/1242285213604032513?s=20>

San Lorenzo: <https://twitter.com/SanLorenzo/status/1242421654917087236?s=20>

Talleres: <https://twitter.com/CATalleresdecba/status/1242436687894061061?s=20>

Unión: <https://twitter.com/clubaunion/status/1242450174313709570?s=20>

Vélez Sarsfield: <https://twitter.com/Velez/status/1242527578369523714?s=20>

Campeonato Brasileiro (Brasileirão):

Corinthians: <https://twitter.com/Corinthians/status/1245010925658177546?s=20>

Vasco

da

Gama:

<https://twitter.com/VascodaGama/status/1245169584174518276?s=20>

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Rodrigo Accioli. *Canários e condores: as relações políticas durante a Ditadura Militar (1964-1985) e a configuração territorial do futebol no Brasil*. 2017. 93f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Departamento de Geografia, Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ASSAF, Roberto; RODRIGUES, Jefferson. *Todas as Copas: 1930 – 2006*. 3 ed. Rio de Janeiro: Areté Editorial, 2010.

CABO, Álvaro Vicente Graça Truppel Pereira do. *IMAGENS NACIONAIS: REPRESENTAÇÕES DO CAMPEONATO MUNDIAL DE 1978 EM VEÍCULOS*

Anais da XXXVI Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Entre golpes e democracias: Narrativas históricas de um sonho em vertigem. Gabrielle Barra Tarocco; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2020. 1463 p.

ISSN:2317-0468

- DA IMPRENSA DO BRASIL E ARGENTINA. 2016. 234 f. Tese (doutorado em História) - Instituto de História, Programa de Pós Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.
- CABO, Álvaro Vicente Graça Truppel Pereira do. Argentina 6 x 0 Peru – “A partida mais longa da História das Copas do Mundo” por dois jornalistas memorialistas argentinos. In: ROCCO JÚNIOR, Ary José (Org.). *Comunicação e esporte: copa do mundo 2014*. São Paulo : INTERCOM, 2014. p. 89-112.
- CAMPOS, João Pedroso. Doze vezes em que Bolsonaro e seus filhos exaltaram e acenaram à ditadura. *Veja*, 4 novembro 2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/doze-vezes-em-que-bolsonaro-e-seus-filhos-exaltaram-e-acenaram-a-ditadura/>>. Acesso em 04 agosto 2020.
- ESTEVEVES, Carlos Alberto; BOARIN, Paula. REDEMOCRATIZAÇÃO E DIREITO À REPARAÇÃO: ANÁLISE SOBRE AS COMISSÕES NACIONAIS DA VERDADE NO BRASIL E NA ARGENTINA, *COnline* – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n.º. 26, p. 64-84, 2018.
- FERNANDEZ, Martín; SIBILLA, Raphael. Fifa anuncia Mauricio Macri como presidente de Fundação e gera onda de críticas na Argentina. *GE*, São Paulo e Buenos Aires, 28 janeiro 2020. Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/blogs/bastidores-fc/post/2020/01/28/fifa-anuncia-mauricio-macri-como-presidente-de-fundacao-e-gera-onda-de-criticas-na-argentina.ghtml>>. Acesso em 04 agosto 2020.
- FRIDERICHES, Lidiane Elizabete. Transição democrática na Argentina e no Brasil: continuidades e rupturas. *AEDOS*, Porto Alegre, v. 9, n.º. 20, p. 439-455, agosto, 2017.
- GILBERT, Albel. La política revisionista de Macri con la dictadura alienta las protestas en Argentina. *El Periódico*, 24 março 2018. Disponível em: <<https://www.elperiodico.com/es/internacional/20180324/una-multitud-critica-a-macri-por-su-politica-de-derechos-humanos-6714047>>. Acesso em 11 agosto 2020.
- HUNTINGTON, Samuel. *La Tercera Ola: La democratización a finales del siglo XX*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica y Editorial Paidós, 1994.
- INFORMACIÓN GENERAL. Suspenden actividades deportivas. *Olé*, 11 março 2020. Disponível em: <https://www.ole.com.ar/informacion-general/deportes-futbol-argentina-marzo_0_ZTbIclTo.html>. Acesso em 05 agosto 2020
- LLONTO, Pablo. *La Vergüenza de todos: El dedo en la llaga del mundial 78*. Buenos Aires: Ediciones Madres del Plaza de Mayo, 2005.
- MAGALHÃES, Livia Gonçalves. *Com a taça nas mãos: sociedade, Copa do Mundo e ditadura no Brasil e na Argentina*. 2013. 221f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- MARCHESI, Aldo. MEMÓRIAS PARA CIDADÃOS: uma leitura política dos informes Nunca Mais do Cone Sul (1983-1991) In: QUADRAT, Samantha Viz;

- ROLLEMBERG, Denise (Orgs.). *História e Memória das Ditaduras do Século XX*, v.2. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. P.265-280.
- MARTINHO, Fernando. Da criação ao fim, como a Superliga Argentina implodiu. *Trivela*, 15 março 2020. Disponível em: < <https://trivela.com.br/da-criacao-ao-fim-como-a-superliga-argentina-implodiu/> >. Acesso em 04 agosto 2020.
- MELTZER, Demian. Vuelta de entrenamientos: ¡todos el lunes 10!. *Olé*, 04 agosto 2020. Disponível em: < https://www.ole.com.ar/futbol-primera/reunion-afa-gobierno-afa-vuelta-entrenamientos_0_16ZSWxEqS.html >. Acesso em 04 agosto 2020.
- MEMÓRIAS do chumbo – o futebol nos tempos do condor / Uruguai. Produção de Lúcio de Castro. Brasil: ESPN Brasil, 2012, 53:47. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=PBB6YQEbSwg&t=32s>>. Acesso em 04 fevereiro 2019.
- PALOMINO, Héctor. Fútbol, pasión de multitudes y de élites: el último capítulo. In: *XIII Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales*, 2019. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2019, p. 1-16.
- PIRES, Breiller. A controversa volta do futebol, sem público e sob a sombra do coronavírus. *El País Brasil*, São Paulo, 23 julho 2020. Disponível em: < <https://brasil.elpais.com/esportes/2020-07-23/a-controversa-volta-do-futebol-sem-publico-e-sob-a-sombra-do-coronavirus.html> >. Acesso em 04 agosto 2020.
- PIRES, Breiller. Após resistir, futebol brasileiro se blinda contra coronavírus e suspende campeonatos. *El País Brasil*, São Paulo, 16 março 2020. Disponível em: < <https://brasil.elpais.com/esportes/2020-03-16/apos-resistir-futebol-brasileiro-se-blinda-contra-coronavirus-e-suspende-campeonatos.html> >. Acesso em 04 agosto 2020.
- PROGRAMA RODA VIVA, entrevista com João Saldanha, 1987. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=fBjcJUskjRw&feature=share> >. Acesso em 21 janeiro 2020.
- RIBAS, Lycio Vellozo. *O mundo das Copas*. 1 ed. São Paulo: Academia do Livro, 2014.
- ROCHA, Luiz Guilherme Burlamaqui Soares Porto. *A DANÇA DAS CADEIRAS: A ELEIÇÃO DE JOÃO HAVELANGE À PRESIDÊNCIA DA FIFA (1950-1974)*. 2019. 375 f. Tese (doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.
- SERVETTI, Carla. Programa Fútbol para Todos e interés público, ¿hacia una democratización de las imágenes televisivas del fútbol. In: *VII Jornadas de Jóvenes Investigadores*. Instituto de Investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, p. 1-19, 2013.
- SILVA, Breno Carlos da. “O pior cego é aquele que só vê a bola”: os cartolas da CBF e a confusão público-privado no Brasil. In: *VII Seminário FESPSP - “Juventude,*

trabalho e profissão: desafios para o futuro no tempo presente, outubro-novembro, 2019.

SOTER, Ivan. *Enciclopédia da Seleção: 100 anos de seleção brasileira de futebol*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2015.

UM OLHAR SOBRE O MANIFESTO DOS MINEIROS DE 1943

Linus Pauling Ferreira Pereira

Resumo: A proposta desse trabalho é apresentar um estudo de uma fonte primária que é o Manifesto dos Mineiros. Aliás, uma das muitas leituras possíveis desse documento. O propósito é buscar na discussão das idéias uma superação dos autores que foram visitados. Pretende-se, aqui, debruçar o olhar sobre o Acervo “Odilon Braga” sob a tutela do Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora, a fim de ser um início de questionamentos sobre o Manifesto, que deixa em aberto um espaço para futuros estudos. Como não poderia deixar de ser, o objeto é o Manifesto dos Mineiros, utilizando o método de pesquisa bibliográfico e documental.

Palavras-chave: História do Brasil; Estado Novo; Acervo “Odilon Braga”; Manifesto dos Mineiros

ABSTRACT: The purpose of this work is presenting a study of a primary source about “The Mineiro’s Manifest” and, besides that, one of many possible readings of this document. Having pretensions to lean over a glance about “The Odilon Braga’s Stock” under custody of Federal University of Juiz de For a – Historical File, in order to be the beginning of discussing about the manifest, that let pending a space for future studies. No matter how difficult or easy it is, the purposes are “The Mineiro’s Manifest”, making use of a bibliographic and documental searching method.

Key-word: Brazilian history; new State; “The Odilon Braga’s Stock”, Mineiro’s Manifest

O Manifesto dos Mineiros é um documento dirigido ao povo mineiro, assinado de acordo com o original encontrado sob a tutela do Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora, por 76 coestaduanos de marcante participação política no cenário brasileiro e de posição social elevada com a finalidade de questionar o governo de Getúlio Vargas que, durante o Estado Novo, expressava uma política contrária a tal grupo.

Em 1946, com Virgílio A. de Mello Franco, na obra “**A Campanha da U.D.N**”, explicando a origem do partido da União Democrática Nacional, no capítulo sobre o Estado Novo surge, provavelmente, o primeiro trabalho a fazer comentários sobre o Manifesto dos Mineiros a favor, e, também, é o pioneiro em abordar esse tema em sua obra.

Nesse trabalho, sua proposta é demonstrar a importância do manifesto, respondendo às críticas, por meio das consequências promovidas pelo documento, por meio de um olhar político e de oposição à ditadura de Vargas. O presente trabalho torna-se evidente, principalmente, por se tratar de um signatário do manifesto, dessa forma, serve, inclusive, como fonte primária, apresentando uma visão pós-ditadura.

Não desmerecendo os demais signatários, devido à simples ação de colocar o seu nome no documento pode ser considerado de uma grande contribuição para a manifestação por encorajar outros mineiros, assim a elaboração do documento, resume-se em torno de cinco nomes, sendo estes: Odilon Braga, Virgílio de Mello Franco, seu irmão, Afonso Arinos, Dario de Almeida Magalhães e Luiz Camillo de Oliveira Netto, porém na fase final destacam mais três nomes: Pedro Aleixo, Milton Campos e Aquiles Maia.

O documento é datado no dia 24 de outubro de 1943, escolhido propositadamente, por marcar o dia do aniversário de posse de Getúlio Vargas no governo do Brasil, pela articulação da Aliança Liberal que colocou um fim na República Velha mas, por outro lado, marca o ano onde apresenta as primeiras vitórias dos países aliados, grupo esse do qual o Brasil fazia parte, para lutar contra as ditaduras nazi-fascistas e o desenvolvimento de algumas manifestações estudantis e operárias contra os inimigos da democracia contudo, não declaradas diretamente ao Estado Novo de Getúlio Vargas.

Maria Celina D’ Araújo publica, em 2000, um trabalho que aborda sobre a ditadura de Vargas e menciona o Manifesto dos Mineiros, na obra intitulada “**O Estado Novo**”.

Para a autora, o fim do Estado Novo está vinculado aos resultados da II Guerra Mundial porém, se faz necessário entender os acontecimentos dentro do país para ter uma visão melhor, pois os fatores externos não são suficientes para explicar a derrubada da ditadura varguista. É nesse sentido que D’Araujo situa o Manifesto como

primeira reação interna, entretanto, por razões desconhecidas altera a data do documento.

(...) “O marco mais importante foi o Manifesto dos Mineiros, de 1942, que pedia a liberalização do regime. As coisas, contudo, se tornam mais contundentes em 1945, com o movimento de estudantes e manifestações na imprensa a favor da redemocratização.” (D’ARAÚJO, 2000, p. 57)

O principal inimigo desses mineiros, como já descrito, era Getúlio, não por motivos pessoais, sendo alguns signatários até muito próximos, possuindo uma relação de amizade com o ditador, mas por visões antagônicas em relação à política apresentada com o Estado Novo, que proporcionou a personificação do poder e sua máxima concentração em torno de uma única pessoa, sendo Vargas capaz de reerguer o modo de produção capitalista abalado pela grande depressão entretanto, perigoso para a elite burguesa pois, reestruturado o modo de produção, teria dificuldade em assumir o seu posto dentro da sociedade e por ver o povo subordinado ao presidente por meio de uma política ditatorial e ao mesmo tempo paternalista.

Assim como se fazia no cenário mundial, a burguesia tentava “expulsar os demônios” criados pelo próprio sistema, sob o pretexto de recuperar a democracia. No Brasil, era uma oportunidade ímpar de redistribuir a posição da elite dominante na superestrutura do país proporcionando a esses uma posição de destaque na luta e não restando dúvidas de sua legalidade perante o povo, quando exigisse os direitos de conduzirem o poder político do Estado.

Mesmo existindo interesses ocultos, proporcionado pelo desmantelamento da burguesia por meio de contradições de interesses, utiliza o povo para impor sua vontade, contudo é obrigado a reconhecer e oferecer certas vantagens para a maioria da população.

Com a obra ”**A Escalada Política**”, em 1976, de Juscelino Kubstschek, o autor traça sua biografia política até chegar à presidência do Brasil. Foi surpreendente vê-lo citar, no segundo volume, o Manifesto dos Mineiros.

Prefeito de Belo Horizonte na época do documento, em um período que o cargo de representante do poder executivo municipal era posto de confiança, escolhido pelo

interventor no estado, seu posicionamento, em relação a ação do povo das Alterosas diverge teoricamente da posição que encontrava no momento.

Juscelino considerou o Manifesto como despertador da consciência jurídica do país, deixando Vargas revoltado com a ação desses mineiros, por interpretar a manifestação como um desacato à sua autoridade, obrigando-o a agir com punições severas, mesmo com a tentativa de Valadares de tentar ofuscar o resultado do documento, rotulando-o de “água de flor de Laranjeira”, para não perder o prestígio com o governo federal.

Com o governo federal, o proletariado, comparado há tempos anteriores da “Era Vargas”, foi privilegiado com a Consolidação das Leis Trabalhistas mas, por meio de um grupo da elite mineira oposicionista, recebeu um forte aliado para lutar a favor de uma maior participação política, em que o povo poderia exercer o direito de eleger seus representantes no poder, através do voto, um plebiscito para aprovarem ou não a constituição, a divisão funcional do poder político até então centralizada na pessoa de Vargas, a volta do Estado de Direito, onde o Estado se torna obrigado a respeitar o cidadão, e sua liberdade de pensamento e de expressão que até o presente momento era controlada pelo Departamento de Propaganda e Imprensa (DIP) e repreendida e perseguida brutalmente pela polícia.

È importante ressaltar que, mesmo sendo todos mineiros e manifestando coletivamente contra o Estado Novo, não implica em dizer que os signatários do documento teriam os mesmos motivos ou, até desenvolvido uma oposição na mesma época, como afirmou TÔRRES, em 1962: “serem um grupo heterogêneo”. A interpretação apresentada, nesse momento, foi de uma visão a respeito da posição em que o grupo encontrava-se na sociedade porém, para melhor entendimento da finalidade de cada signatário, seria necessário um trabalho em que o objeto de estudo enfocasse, individualmente, a relação de cada um desses mineiros com o que estava se passando no contexto político ou, mais diretamente, a relação destes signatários com o próprio Getúlio Vargas, enquanto presidente do Brasil. Assim, pode-se dizer, que este artigo é um início de questionamento que deixa em aberto um espaço para futuros estudos.

Todavia, o primeiro fator de aproximação coletiva entre os signatários, para a elaboração do documento, provavelmente, foi o primeiro Congresso Jurídico

Internacional, onde uma manifestação de idéias contra o Estado Novo teria sido interrompida pela censura do governo fazendo, com que alguns mineiros com idéias convergentes de oposição à ditadura de Vargas, unissem para demonstrarem, de uma outra forma, sua insatisfação.

Coube, então, à iniciativa dos mineiros residentes no Rio de Janeiro, optar por demonstrarem seu ponto de vista contra a ideologia totalitária de Getúlio Vargas, aparecendo um primeiro esboço de Odilon Braga, nas reuniões na casa de Virgílio, de uma manifestação em forma de texto contra a ditadura.

O primeiro esboço do Manifesto serviu de texto-base para as modificações posteriores dos mineiros residentes no Rio de Janeiro sendo, inclusive, observado um equívoco de Odilon Braga que passou despercebido pelos seus companheiros quando, em uma parte do documento, descreve um fato acontecido no Rio de Janeiro, ainda capital do país e permanecendo em oito esboços, existentes antes da versão final, os quais possuem uma parte datilografada colada em outros papéis manuscritos, sob a tutela do Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF) , demonstrando, dessa forma, a elaboração do documento quase todo na capital, como pode ser verificado.

“(…) Assim procedemos porque, a partir da memorável conferência dos chanceleres da América, reunida nesta capital, em Janeiro de 1942, segue a Nação rumos novos” (Rascunhos do Manifesto dos Mineiros – AHUFJF)

O texto apresentado por Odilon Braga, que seria posteriormente modificado, abolidos alguns trechos e sendo incorporados outros do texto de autoria de Dário Magalhães e de Virgílio, recebeu várias críticas dos demais companheiros que participavam das reuniões, por interpretarem nas palavras uma falta de agressividade. Contudo, era de interesse de Odilon e Virgílio a prevenção na moderação das palavras.

Em primeiro lugar, Odilon Braga expressa, segundo os documentos sob a custódia do AHUFJF, que o objetivo era, mesmo dirigido ao povo mineiro, conscientizar as Forças Armadas, principal sustentáculo de Getúlio Vargas como ditador, da situação política e da invalidade de um regime totalitário a fim de provocar uma ruptura entre Vargas e as Forças Armadas, podendo ser visto no próprio Manifesto dos Mineiros.

Limitar-no-emos a notar que, em outros países, assim como vinha sucedendo no nosso próprio, idênticos resultados foram conseguidos sem o sacrifício dos direitos cívicos o que demonstra não serem peculiares a formas autoritárias de governo”. (Manifesto dos Mineiros – AHUFJF).

E segundo, com a utilização do apelo às emoções, poderia ter provocado uma reação de solidariedade a Vargas, podendo este usar de suas prerrogativas de um Estado Autoritário para apaziguar a manifestação e usando de uma forma brusca como por exemplo, prisão, tortura e até morte, para acalmar os revoltosos e proporcionar aos mineiros uma ação frustrada.

Uma outra questão apresentada no documento foi à preocupação em concordar, até certo ponto, com o Estado em relação à prosperidade econômica do país, divulgado pela Hora do Brasil e marcada por uma visão da elite, que não reconhecia a situação precária da maioria da população demonstrada por greves no período, mas ofuscada pelo Departamento de Propaganda e Imprensa (DIP). Os signatários procuram utilizar desse tópico, para dizer que o homem não vive apenas de “pão”, tendo na participação política uma outra necessidade tão importante quanto a primeira, de necessidade econômica, convergindo com a afirmação de Juan E. Díaz Bordenave no livro “**O que é participação**”, em 1983: “a participação é inerente à natureza social do homem”.

A prosperidade nos negócios, o êxito nas atividades profissionais, a riqueza, o conforto, o gozo das tranqüilidades fácil de todos os dias, mesmo que existissem, não esgotariam as nossas aspirações, nem resumiriam a nossa concepção do destino humano.

Para que não se ponha em dúvida a sinceridade dos sentimentos que nos animam, reconhecemos que o Brasil esta em fase de progresso material e tem sabido mobilizar muitas de suas riquezas naturais, aproveitando inteligentemente as realizações do passado e as eventualidades favoráveis do presente. (Manifesto dos Mineiros – AHUFJF)

Mesmo demonstrando cuidado na manifestação contra o Estado Novo, primeiro nas palavras escritas, quando o próprio documento rotula de ser em ponderadas, e, em segundo, na distribuição sigilosa para várias lideranças da vida política nacional, não foi suficiente para evitar as punições do governo Federal, principal divulgador do

Manifesto, quando Vargas critica o documento no comício de maio de 1944, rotulando esses mineiros como “leguleios em férias”.

Mesmo não sendo tão bruscas como a dos estudantes e comunistas, como afirma Edgard Carone, em 1977, é considerada severa a punição, devido os signatários perderem o meio de ganharem o seu próprio meio de sustento, não podendo ser esquecido que os mineiros não sabiam como seria a forma de punição até que foi decretada a reação.

Em 1981, surge a obra “**A UDN e o Udenismo**” de Maria Victoria de Mesquita Benevides, que continua o pensamento de Carone sobre o Manifesto dos Mineiros, mesmo reconhecendo a importância do documento por ser a primeira manifestação da elite liberal, até o presente momento ausente em relação a contestação pública.

Para a autora, mesmo o Manifesto sendo imortalizado nos capítulos da História do Brasil como um dos movimentos decisivos para o fim da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas, ele não possui nenhuma ação concreta para derrubar o regime sendo, então, importante para os udenistas, como propaganda política para valorizar suas ações pós-regime, inclusive ação contraditória devido a casos como do liberal Magalhães Pinto, signatário em 1943 e, também, em 1968 no A.I.5, como afirma Benevides.

Sua análise demonstra ser a ação dos mineiros uma resposta a Getúlio Vargas que, traíndo a Aliança Liberal veio privar de direitos o poder político de Minas Gerais. Com isso, os mineiros buscaram uma motivação política de uma forma oportunista mas, em um estilo discreto, que é característica do povo de Minas, aproveitando as manifestações pela democracia intensificaram a partir de 1942 sob a liderança da UNE, com a entrada do Brasil a favor dos aliados, além das pretensões democratizantes de Vargas e as primeiras vitórias contra o fascismo.

Com isso, o Manifesto se torna um instrumento de reivindicação do poder pela elite que manifesta querer, para ela, uma maior participação política e econômica promovendo, assim, as liberdades individuais e a instauração de um estado de bem-estar sem defender, contudo uma democratização da economia e uma participação política maior do povo.

A autora , semelhante a outros casos, também apresenta uma quantidade de assinaturas divergente com o total encontrado no documento sob a guarda do Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora, como se pode verificar.

(...) Ao lado da crônica udenista há que perceber o significado regional do Manifesto, cuja subscrição foi limitada aos mineiros, contando-se 92 assinaturas de personalidades da vida pública, intelectual (professores e jornalistas) e econômica, sobretudo um grande número de advogados, em geral consultores jurídicos ou diretores de bancos (...) (BENEVIDES, 1981, p 35)

Contudo, utilizando as palavras em nome do povo, porém não encontrando essa parcela da sociedade como signatário do documento, sua ação conseguiu um relativo êxito, querendo ou não, tornando-se um fato histórico para a derrubada da ditadura de Vargas. Com isso, não podendo ser renegado ou até desprezado o acontecimento, da mesma forma que se torna exagero atribuir a ação dos mineiros como ato de heroísmo.

A censura da DIP conseguiu ser furada, o que encorajou a entrevista de José Américo e a manifestação do I Congresso Brasileiro de Escritores que reivindicavam a favor da democracia e o próprio fim do Estado Novo mas, por outro lado, o prestígio de Vargas, caracterizado pelo rótulo de “pai dos pobres”, marcou a diferença na eleição que aconteceu logo depois.

Segundo Schimitt, em 2000, a União Democrática Nacional (UDN), partido fundado, principalmente, pelos signatários, foi a segunda maior agremiação, perdendo somente para o Partido Social Democrático (PSD), o qual elegeu o general Eurico Gaspar Dutra, com 55,3 % dos votos válidos e com 52,8 % de representação partidária na Câmara dos Deputados e 61,9% na representação no Senado Federal, contra 29% na câmara dos deputados e 28,6% no Senado pela UDN.

No decorrer do trabalho foi-se percebendo focos de discussão relacionada ao período ditatorial do governo Vargas, não apenas durante o Estado Novo, como também no Governo Provisório, onde surgiu a dúvida sobre a intencionalidade dos mineiros em lutarem pela democracia. Um outro ponto de reflexão que poderá ser abordado é o que se refere ao termo democracia, idéia constante do Manifesto dos Mineiros.

Qualquer documento Histórico, com certeza, tem sua relevância para o contexto no qual ele surgiu, não preocupando com o grau de importância, mas com o fato de que um documento é marca do ser humano em sua trajetória, numa sociedade em que tudo o que o homem produz é importante em si mesmo por marcar, por exprimir, ainda que em parte, aquilo que ele é.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A UDN e o Udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O Que é Participação**. São Paulo: Brasiliense, 1983. (coleção primeiros passos)

CARONE, Edgard. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

COSTA, Cruz. **Pequena História da República**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. (Descobrimdo o Brasil)

FRANCO, Virgílio A. de Mello. **A Campanha da UDN**. Rio de Janeiro: Zelio Valverde S. A., 1946.

KUBTSCHEK, Juscelino. **A Escalada Política: Meu caminho para Brasília**. Rio de Janeiro: Bloch, 1976. (vol II)

SCHMITT, Rogério. **Partidos Políticos no Brasil (1945 – 2000)**. Rio de Janeiro: Jorge e Zahar Editor, 2000. (Descobrimdo o Brasil)

TÔRRES, João Camillo de Oliveira. **História de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Benardo Alvares, 1962. (vol V)

Simpósio Temático 05: Concepções históricas: culturas políticas e projetos de nação

A Cultura Política da Diplomacia Brasileira

Filipe Queiroz de

Campos¹⁰³

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar as possibilidades de investigação sobre a relação entre cultura política e política externa do Brasil. Demonstraremos que o Itamaraty, como instituição tradicional e geradora de sua própria versão da História, reforçou a seguinte diferença: existe uma política de Estado e uma política de governo. A política de Estado seria aquela não ideológica, imparcial, que busca apenas o desenvolvimento do Brasil, já a política de governo seria aquela que busca uma pauta política; esse tipo de política levaria o Brasil para rumos não necessariamente voltados para o desenvolvimento do país. Buscamos defender que esse comportamento, ao longo do tempo, não apenas vem sendo usado justamente de maneira política por cada governante, mas, também, acaba por influenciar a própria escrita da História da diplomacia do Brasil.

Palavras chave: cultura política, política externa, diplomacia, Itamaraty.

ABSTRACT

This article aims to analyze the possibilities of research on the relationship between political culture and foreign policy in Brazil. We will demonstrate that Itamaraty, as a traditional institution and generator of its own version of history, reinforced the following difference: there is a State policy and a government policy. State policy would be one that is not ideological, impartial, that seeks only the development of Brazil, whereas government policy would be that that seeks a political agenda; this type of policy would take Brazil in directions that are not necessarily aimed at the country's development. We seek to defend that this behavior, over time, not only has been used precisely in a political way by each government official, but also ends up influencing the very writing of the History of diplomacy in Brazil.

Keywords: political culture, foreign policy, diplomacy, Itamaraty.

¹⁰³ Doutorando pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: filipeqc@hotmail.com

Introdução

A história da política externa brasileira é, em grande medida, escrita pelo Instituto Rio Branco. A maior parte da produção brasileira a respeito da diplomacia é feita dentro dessa instituição, por meio de historiadores ou pesquisadores de várias outras áreas que tornaram-se diplomatas ou lecionam para diplomatas. Sendo assim, sempre houve o risco de que a escrita da história da política externa brasileira, por mais compartilhada entre Itamaraty e vários cursos de Relações Internacionais e de História, acabasse por se enviesar em uma escrita corporativa e institucional. O que ainda não se vem indagando, porém, é a respeito da criação, por parte do Itamaraty, de sua própria cultura política. Uma vez identificado que o Instituto Rio Branco engendra sua própria cultura política, podemos passar a refletir, também, sobre como essa cultura política vem afetando tanto a formulação da diplomacia, como afetando a própria escrita da História do Brasil.

O que demonstraremos, nesse artigo, é que a intensa vinculação da escrita da história da política externa brasileira ao Itamaraty trouxe algumas consequências. Analisaremos duas delas: 1) O mito de que o Brasil não pratica uma diplomacia de governo, mas, sim, uma política externa de Estado, técnica, neutra e imparcial em relação ao jogo da política. 2) A crença na imparcialidade da política externa em relação às políticas de governo leva a se interpretar a história da diplomacia brasileira, por meio da cultura política produzida pelo próprio Itamaraty, reduzindo ou simplificando a complexidade da realidade política.

Não temos a pretensão de explorar totalmente esses dois elementos, mas, sim, elencá-los como maneira de elucidar uma interpretação da diplomacia que seja mais vinculada às metodologias do historiador, e menos àquelas dos diplomatas. Para tanto, buscaremos fazer um exercício de identificação da cultura política do Itamaraty, partindo da premissa de que ela de fato exista. Uma vez discutida a cultura política dessa instituição, propomos o questionamento: qual seria a influência da cultura política do Itamaraty na escrita da História? Buscando uma possível resposta, passaremos a dois estudos de caso de maneira mais rasa. Um estudo razo, pois será apenas a título de

exemplo para que possamos pensar as possibilidades da aproximação entre os estudos da cultura política produzida pelo Itamaraty e da formulação da política externa.

O que é cultura política?

De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta (MOTTA, 2014), a expressão cultura política já vinha sendo utilizada no Brasil ao menos desde a conformação do Estado Novo. Naquele momento, a ideia da revista *Cultura Política* era desenvolver o comportamento político de um povo que ainda seria ignorante nesses assuntos, cultura e política, em estágio inicial de nacionalismo e civilidade. A ideia era inculcar uma série de preceitos que o Estado julgasse necessários para a constiuição de uma “consciência nacional”. Logo depois, o próprio Partido Comunista do Brasil passou a valer-se, entre 1947 e 1950, do termo em sua própria revista chamada *Problemas- Revista Mensal de Cultura Política*, a respeito da qual Rodrigo Patto explica que, provavelmente, a intenção era atuar na disseminação dos valores comunistas. Esses episódios de utilização do conceito no Brasil constituem-se, porém, nada acadêmicos, e cada caso valia-se do que compreendia ser cultura política de maneira bastante aleatória.

Fora do Brasil, contudo, a utilização do termo é muito mais antiga. Já em 1835, Alexis de Toqueville defendia, na obra, *A Democracia na América*, que a organização política dos norte-americanos não derivava apenas de suas instituições, mas, também, nos costumes políticos do próprio povo, o que ele chamava de “hábitos do coração”. A ideia era que a cultura norte-americana tinha papel muito mais profundo e determinante para o sucesso da democracia naquele lugar do que poderia se supor.

Mais tarde, o termo ganhou uma nova conceituação e tornou-se uma verdadeira categoria de análise para as Ciências Sociais, com os trabalhos dos estadunidenses Almond e Verba. Cultura Política passa a se referir ao cultivo e formação dos sistemas democráticos. Os autores analisaram a evolução da cultura política nacional, que, em cada lugar, conformaria-se em um sistema político mais próximo ou menos próximo do ideal da democracia. Os esforços de Almond e Verba constituíram-se em uma verdadeira sistematização do que seria uma cultura política capaz de sustentar sistemas democráticos. Propuseram também um sistema de subculturas políticas que

conviveriam com a cultura política nacional mais presente, e que também influenciariam na futura conformação do cenário político nacional. A contribuição desses autores alçou o termo cultura política a uma nova categoria de análise, ainda que não aquela, hoje, utilizada pelos historiadores.

No contexto da Guerra Fria, esses estudos sobre cultura política eram úteis a governos ocidentais capitalistas e a seus próprios preceitos, ou seja, identificar o que seria necessário em termos culturais, para a consolidação política de um sistema ideal de governo. Para isso, seria necessário que a sociedade internalizasse em sua própria cultura os ideias políticos do funcionamento da democracia; assim, o sistema ideal a ser atingido seria sempre a democracia. A cultura política ideal seria o que os autores Almond e Verba entendiam por democracia cívica. Seus esforços demonstraram a vitorde de organizar e provocar as discussões acadêmicas sobre a cultura política como uma categoria passível de análises científicas. Ainda assim, foram também bastante criticados por alinhar a ideia da formação da cultura política à ideia de evolução dos sistemas políticos de uma maneira teleológica. Partindo da premissa de que uma cultura política nacional poderia ser mais ou menos primitiva de acordo com a maior proximidade ou maior afastamento em relação à democracia, os autores acabaram por construir um sistema de análise bastante rejeitado, e por eles mesmos parcialmente revisto, nas décadas seguintes.

Já nos anos 80 e 90, a historiografia francesa passou por uma renovação identificada com a revalorização da política para as abordagens metodológicas. Entre 50, 60 e 70, vigorou um forte interesse pela economia e as questões sociais como principais forças explicativas para as mudanças e permanências ao longo da história. A busca pela esfera política feita pela historiografia francesa, porém, passou a inspirar semelhante renovação no trabalho de historiadores de vários outros países, como nos EUA e também no Brasil. Esse foi um movimento externo aos *Annales*, que ainda permanecia relativamente desconectado dessa busca por renovação das abordagens que estudavam a política. Alguns dos principais líderes dessa renovação foram René Remond (REMOND, 2003), Serge Berstein (BERSTEIN, 2009) e Jean François Sirinelli (SIRINELLI, 2014). Remond iniciou esse processo de renovação do interesse pelo

político, partindo de um forte contraponto à História Política que visava aos estudos de grandes atores e da elite como os condutores da política.

Serge Berstein seguiu essa busca por renovar o interesse pela História Política. Esse interesse passava, principalmente, pelo campo dos estudos da cultura. Bernstein afirmou que falar de cultura política é evocar a própria renovação da História Política incitada por René Remond no Instituto de Estudos Políticos de Paris, pois a ideia era perceber que a política está inserida em uma realidade cultural própria de seu tempo. Berstein sugeriu que o cultural prepara o político, permitindo ao universo político suas possibilidades e limitações (BERSTEIN, 2009, p. 357). Já Sirinelli (SIRINELLI, 2014, p. 103-124) argumentou que a cultura política é um conjunto de códigos ou de referentes; um conjunto de representações que se conformam no seio de um partido, de uma família ou de tradições políticas. A cultura política não seria, portanto, nem uma ideologia, nem uma tradição. A cultura política é um conjunto coerente de elementos que podem ser reclamados por um indivíduo, para que ele possa definir sua identidade política, a de uma família, de uma instituição ou de um partido. O autor defende que a cultura política fornece, ao mesmo tempo, uma leitura comum do passado e uma projeção sobre futuro. Assim, ela é um conjunto de referências e princípios que filtram a leitura dos indivíduos a respeito da realidade presente, passada e constroem um horizonte de determinadas expectativas sobre o que deve ser o futuro.

A cultura política, afirma Berstein e corrobora Sirinelli, é uma chave interpretativa da realidade, um filtro de leitura para os acontecimentos políticos que é tanto individual quanto coletivo. Essa chave interpretativa que age no coletivo e no individual

permite, em primeiro lugar, pelo discurso, o argumentário e o gestual, descobrir as raízes e as filiações dos indivíduos, restitui-las à coerência dos seus comportamentos graças à descoberta das suas motivações (..), mas em segundo lugar permite a dimensão coletiva que fornece uma chave para a compreensão de grupos organizados (...) em uma leitura compartilhada do passado e de uma perspectiva idêntica de futuro (...) é um patrimônio indiviso, fornecendo para exprimir tudo isso, um vocabulário, gestos e símbolos, um verdadeiro ritual. (BERSTEIN, 2009, p. 363).

O brasileiro Rodrigo Patto também buscou determinar o que seria a cultura política:

Uma definição adequada de cultura política poderia ser: um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas compartilhadas por um grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (MOTTA, 2014, p. 21).

Podemos observar que, de maneira geral, os historiadores que utilizam a cultura política para investigar a realidade valem-se da ideia de que ela é um conjunto de representações sobre o que foi o passado, o presente e o que pode ser o futuro, sendo assim, cabe-nos deixar Rodrigo Patto explicar o que ele entende por representações:

A categoria representações está sendo entendida no sentido de reapresentar uma presença (sensorial, perceptiva) ou fazer presente alguma coisa ausente, isto é, reapresentar como presente algo que não é diretamente dado aos sentidos. Representações configuram um conjunto que inclui ideologia, linguagem, memória, imaginário e iconografia, e mobilizam, portanto, mitos, símbolos, discursos, vocabulários e uma rica cultura visual (MOTTA, 2014, p. 21).

Nesse sentido, os rituais e as ações influenciam as representações, mas também as representações fornecem legitimidade às ações. As culturas políticas, que se formam no mínimo na média duração, considerando a ideia de longa duração de Fernand Braudel, dependem, portanto, de vetores sociais para sua reprodução e permanência. Esses vetores sociais podem ser instituições educacionais, corporações militares, partidos ou sindicatos, igrejas ou veículos de disseminação de ideias como livros e revistas.

Ainda buscando entender melhor o que seria a cultura política para os historiadores, podemos questionar a importância de se estudar a cultura política. Ela faria alguma diferença se adotada como categoria de análise? Oferece alguma contribuição? A resposta de Berstein é:

A motivação que leva aos estudos da importância da cultura política é a busca por compreender as motivações que levam homens a adotar este ou aquele comportamento

político. A hipótese de quem investiga as culturas políticas é que esta, uma vez adquirida pelo homem adulto constituiria o núcleo duro que informa sobre as suas escolhas devido à sua leitura de mundo. (BERSTEIN, 2009, p. 359).

Levando em conta as afirmativas de Bernstein, Patto e Sirinelli, até aqui, a cultura política é um instrumento de análise muito útil para entender os filtros que os atores podem usar para tomarem suas decisões. Os pesquisadores que estudam a tomada de decisões da política externa ainda não fizeram uma aproximação entre os estudos da cultura política e a da formulação da política externa. Ainda assim, acreditamos que o Itamaraty venha gerando sua própria cultura política. Essa cultura política tem seus próprios rituais, símbolos e pais fundadores; ela tem seus próprios princípios e ideias. Qual seria o impacto dessa cultura política na interpretação da história e na própria formulação da política externa? Defendemos que identificar esses impactos seja, também, uma relevante maneira de se discutir a própria relevância da cultura política como categoria de análise para a história da diplomacia, em uma abordagem mais próxima dos historiadores que dos diplomatas.

A cultura política do Itamaraty

O Itamaraty desenvolveu seu próprio método, para criar rótulos aos períodos históricos da execução da diplomacia brasileira. Esse método consiste em apresentar princípios gerais e paradigmas que fundamentam todas as ações de política externa como políticas de Estado, neutras e técnicas.

O principal trabalho que organizou a formulação de paradigmas para se entender essa política é o de Amado Luiz Cervo (CERVO, 2008). Cervo buscou, na ideia weberiana dos “tipos ideais”, para formular paradigmas que explicassem as decisões brasileiras na política externa. Os conceitos de Cervo são o que ele chama de “forças profundas”, “ideias-força” que explicam a linearidade da política exterior mesmo em momentos de transição. Isso seria possível, pois o Itamaraty funciona como o “guardião” de uma política de Estado que repassa diretrizes históricas, como o não-

confrontacionismo, o universalismo, ou o pacifismo aos mais diversos governos. A defesa dessas diretrizes cria o que Cervo entende como Política de Estado, imprimindo características comuns e constantes na execução da diplomacia brasileira. A defesa desses conceitos destoaria da política de governo, que seria influenciada pelo jogo político e metas “personalistas”, “pouco técnicas”. Assim, os intelectuais que buscaram escrever a história da política externa quase sempre se pautam pela ideia de que há uma força maior guiando as principais decisões de política externa, fazendo do Brasil um país de comportamento internacional constante e exemplar ao mundo.

O Itamaraty diferenciou-se logo no início de sua história, de acordo com Zairo Borges Cheibub, em *Diplomacia e Construção Institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica* (CHEIBUB, 1995), pelo fato de estabelecer regras burocráticas claras de funcionamento e por ter passado por uma série de reformas também burocráticas que legaram a ele autonomia decisória. Para Cheibub, essa densa máquina burocrática é o que permitiu, ao Itamaraty, coesão e autonomia.

Já a internacionalista Puala Vedoveli buscou entender que o Itamaraty constroi sua coesão, por meio da “força da tradição”. Seria a tentativa de criar legitimidade a todas as decisões do instituto. A coesão do Itamaraty estaria, então, associada à ideia de que tudo que ele pratique em termos de política, está, de alguma maneira, retomando suas próprias tradições, e por isso, ele pratica uma política externa coerente, mesmo sob políticas de governo, e não de Estado. Explica a autora:

Para muitos, a resposta ao problema da estabilidade e da coesão em relação ao Itamaraty é bastante clara: esta é função da tradição da instituição. É a tradição da “Casa de Rio Branco” que mantém a coesão e a unidade do Itamaraty. É a tradição que confere uniformidade ao pensamento e à formação de seus membros. E, muitas vezes, é também a tradição que explica os rumos e as decisões tomadas no âmbito da política externa brasileira. É a tradição, algo indefinido, mas vivamente presente no discurso diplomático, que organiza, explica e constrange o pensamento e a atuação dos diplomatas, especialmente os diplomatas de carreira, mas também os operadores que estão ligados de alguma forma ao Itamaraty. (FRANCISCO, 2010, p. 11)

Grandes produções a respeito da formulação da política externa brasileira baseiam-se nas ideias de Pierre Renouvin e Duroselle (RENOUVIN, 2000), por meio do conceito de “forças profundas” que agem nas relações internacionais determinando padrões de comportamento, em uma espécie de estruturalismo político. O Itamaraty prega, sobretudo, por meio de obras publicadas na biblioteca digital da Fundação Alexandre de Gusmão, que existe uma constante defesa de princípios comuns por meios dos principais representantes da diplomacia brasileira. Defende que há uma verdadeira tradição que conforma um “pensamento diplomático brasileiro. As “forças profundas”, para a maioria dos escritores do Itamaraty, fazem convergir as grandes decisões da política em um organizado arrazoado técnico, baseado no pacifismo, não intervenção ou não intromissão na política de vizinhos, a multilateralidade, na defesa dos direitos humanos, entre outros princípios. Seria, portanto, a força de uma tradição que impediria que a política externa brasileira se submetesse a diretrizes de governo, construindo, na verdade, uma política de Estado.

Essa tradição é repassada a diplomatas todos os anos, para que sigam as ideias dos patronos da diplomacia brasileira. Na recente obra, *Pensamento Diplomático Brasileiro* (PIMENTEL, 2013), organizada em três grandes volumes, costroi-se a ideia de que há uma coesa tradição de pensamento, por isso, pensamento no singular, da execução da política externa, passando por políticos e diplomatas que contam com o grande patrono no centro, José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco. A partir dele, os que mais se destacam na história passam a ganhar o título de continuadores da diplomacia de Rio Branco, como é o caso de Oswaldo Aranha, intitulado, na obra citada, de continuador do estadismo de Rio Branco. O autor da introdução à obra, Paulo Roberto de Almeida, e explica que a principal maneira de se estudar a história da diplomacia do Brasil seria por meio da História das Ideias, em busca de construir-se um pensamento nacional. Essa é uma narrativa que reúne os principais “grandes homens” da história que construíram uma espécie de cânone do que pode ser considerado pensamento nacional e o que não pode ser.

Para abordagem historiográfica do Itamaraty, o “pensamento nacional” é uma maneira de enxergar o passado, para construir o futuro. A história, *magistra vitae*, serve para ensinar os diplomatas do futuro a darem continuidade às conquistas do

passado. Essa perspectiva enxerga a história política como aquela construída pela elite dos grandes pensadores. A ideia da obra *Pensamento Diplomático Brasileiro* é que a diplomacia profissional tem seu próprio modo de entender o passado, aquele que permite lições importantes para o presente e o futuro. Avaliamos que o Itamaraty busca imprimir, portanto, sua própria interpretação sobre a realidade histórica.

Outras obras já conformavam a tentativa de delinear o que seria o pensamento nacional a respeito da diplomacia, como os dois grandes volumes de *Relações Internacionais, Política externa e Diplomacia Brasileira*, de Celso Lafer (LAFER, 2018). Neles, o autor evoca o poder da tradição do pensamento político de inúmeros contribuintes históricos, que, ao longo do tempo, criaram um pensamento coeso a ser seguido pelas próximas gerações, bem como sua própria interpretação sobre a História do Brasil. Na obra, Lafer defende “estou convencido de que o Itamaraty é uma das poucas instituições que, no sistema político brasileiro tem autoridade” (LAFER, 2018, p. 152).

Ele defende que essa autoridade foi criada durante o Império, e concedeu, ao Brasil, um conjunto de características que conformam hoje sua identidade. O Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, na época, criado pelo Império, era a representação máxima da soberania nacional, fundando, ele mesmo, o estado nacional do Brasil, pois ele era o ato de criação da comunidade política brasileira diante do mundo. Além disso, o fato do Itamaraty selecionar seus membros por concurso, treiná-los e ensiná-los, desde os tempos do DASP, em 1930, a seguir os preceitos de continuidade e tradição seria o grande diferencial do Itamaraty. O Itamaraty não cria uma comunidade apenas de diplomatas, mas de intelectuais que pensam e constroem a nacionalidade do país e sua própria visão de História (LAFER, 2018, p. 153).

Ainda nessa última obra, Lafer retoma a ideia de que o Itamaraty vala-se do passado, para construir o futuro: “Deve incorporar o passado, ao levar em conta a coerência da tradição em sua “obra aberta” de construir o futuro do país, posto que as linhas de continuidade, mescladas com a inovação, representam um ativo diplomático de credibilidade que cabe preservar” (LAFER, 2018, p. 158). O Itamaraty não apenas retira suas vantagens do passado, como tem autoridade para construir esse passado. Lafer deixa claro que, desde 1842, ao construir seu próprio arquivo e ao prezar pela

construção de sua identidade, o Itamaraty consolidou sua autoridade. Essa autoridade também vem

do fato de ser um ministério com memória (...) da qualidade dos seus quadros que foram e são treinados e socializados para ter a percepção de continuidade específica dos interesses nacionais (...) tendo, neste sentido, uma vantagem comparativa em relação a um Estado e a uma sociedade o mais das vezes desmemoriados (LAFER, 2018, p. 159)

Diante dessa leitura do passado que o Itamaraty se permite, ele passa a reconstruir a História do Brasil a partir de sua própria interpretação institucional. A visão de passado, presente e futuro da instituição confunde-se com a própria formação da História do Brasil. A construção da História do Brasil passa fazer parte da execução da diplomacia brasileira. Observe o que Lafer diz a respeito dos exemplos de como a política externa brasileira foi eficiente graças à ação da diplomacia brasileira:

Foi assim, por exemplo, que a diplomacia brasileira, durante a presidência Getúlio Vargas, explorou as ambiguidades do sistema internacional – antes e durante a Segunda Guerra Mundial – para favorecer a industrialização do Brasil; contribuiu para afirmar o tema do desenvolvimento na agenda internacional com a Operação Pan-Americana de Juscelino Kubitschek; ampliou o escopo da presença internacional do Brasil com a política externa independente de Afonso Arinos e San Tiago Dantas; detectou as oportunidades de autonomia dada pela estruturação do sistema internacional em torno da relação Leste-Oeste, com o objetivo de pôr em funcionamento uma diplomacia político-econômica para aprofundar o processo de substituição de importações; favoreceu, com o tema da democratização do sistema internacional (LAFER, 2018, p. 160).

A construção de praticamente todos esses exemplos históricos dependeu de projetos políticos de governo, negociações de interesses, jogos de poder que desaparecem como obra de políticos e passam a ser apropriadas como obras da diplomacia do Brasil, graças a toda a autoridade, tecnicidade e neutralidade do Itamaraty. Os políticos, a historicidade, a imprevisibilidade são elementos próprios da formulação da política externa, pois ela é, afinal, política. Na narrativa histórica do Itamaraty, no entanto, tudo isso desaparece. Toda essa retórica própria da instituição segue-se muito além dos

trabalhos de Paulo Almeida, Lafer ou Pimentel (como em: Bueno; Cervo, 1992, 1986; Pinheiro, 2004; Oliveira, 2005), mas não nos cabe, aqui, continuar a explorá-los, principalmente, pois a ideia central é a que já apresentamos, sofrendo poucas variações.

Outros autores, mais ligados às Relações Internacionais já estudaram esse mecanismo do Itamaraty, ou seja, sua capacidade de fazer uma releitura da história no sentido de construir a ideia de que se pratica uma política de Estado, independentemente dos governos. A investigação mais contundente e recente que pudemos encontrar a respeito dos efeitos e causas desse mecanismo foi a de Paula Vedoveli. Ela entende que, na verdade, é preciso iniciarmos uma revisão da história construída pelo Itamaraty, pois, a instituição evoca o poder da tradição para manipular políticas e perspectivas:

A ideia de tradição, enquanto parte da dinâmica de produção e atualização da memória institucional, contribui para que a história produzida a partir do Itamaraty seja percebida como a principal vertente de uma história da política externa brasileira. Sua importância se estende dos mitos fundacionais remetidos à Primeira República, na figura dos personagens Barão, Joaquim Nabuco e Manuel de Oliveira Lima, até o debate político contemporâneo em que a ideia de tradição é manipulada (...) Nesse sentido cabe, portanto, estar atento às implicações da ideia de tradição e da produção de uma determinada história que pode ser confundida com a elaboração da memória institucional da qual depende em parte a perpetuação da própria instituição. (FRANCISCO, 2010)

Vedoveli valeu-se das abordagens de Skinner e de Kosseleck, para entender que o Itamaraty vem construindo uma narrativa própria, por meio do conceito de tradição.

O que defendemos nesse artigo vai um pouco além. Acreditamos que, na verdade, toda essa tradição deva ser entendida como uma verdadeira e profunda cultura política. Afinal, o Itamaraty não apenas lança um olhar determinista e atemporal para a formulação da política externa brasileira ao longo da história, mas ajuda a formular a política externa de variados governos, na prática. A autoridade, a tradição do Itamaraty, conformam-se em uma cultura de acomodação de novos projetos e ideologias de cada governo. O Itamaraty se especializou em produzir um aparato de rituais, símbolos e uma

completa leitura do passado, presente e futuro, no sentido de fornecer a diversos governos, o aspecto de neutralidade e legitimidade. Não estamos dizendo que esse mecanismo seja ou não intencionalmente construído. O fato é que toda essa “tradição” é uma verdadeira cultura política, com seus próprios meios de lidar com a realidade. Ministros das Relações Exteriores continuam assumindo programas políticos como apartidários sob a “sombra e legado” do Barão do Rio Branco.

Quando José Serra assumiu o Ministério das Relações Exteriores, por exemplo, disse: *“A nossa política externa será regida pelos valores do Estado e da nação, não do governo e jamais de um partido. Essa nova política não romperá com as boas tradições do Itamaraty e da diplomacia brasileira, mas, ao contrário, as colocará em uso muito melhor”* (SERRA, 2016). A estratégia da neutralidade escamoteia os interesses naturalmente políticos na formulação da política externa, prejudicando a compreensão mais científica e menos institucional a respeito de sua natureza. Não apenas a ideia de tradição que permite a manipulação de conceitos generalistas em nome de pautas políticas específicas. Há uma verdadeira cultura política no Itamaraty que permite defender que as pautas dos governos podem ser distorcidas o bastante para que as linhas mestras de Rio Branco, no fim, sempre prevaleçam.

Uma das principais ou principal característica dessa cultura política é a “acomodação” de pautas divergentes, para se criar legitimidade política. Ou seja, não há cisões, nem radicalismos, pois quando um governo propõe uma pauta muito diferente ele estaria, na verdade, retomando as verdadeiras raízes das tradições diplomáticas brasileiras que foram sendo esquecidas por governos anteriores.

Interessa-nos, nesse trabalho, os usos do passado que o Itamaraty faz, por meio das crenças e princípios presentes em sua cultura política. Qual seria a diferença em se enxergar que o Itamaraty manipula a ideia de tradição, para criar legitimidade e a ideia de que, na verdade, o Itamaraty produz sua própria cultura política? Qual a diferença, portanto, entre o que propôs Paula Vedoveli e a nossa proposta? Propomos que valer-se dos já consolidados estudos sobre cultura política, para o caso do Itamaraty, leve-nos a investigações mais profundas sobre a construção da identidade diplomática brasileira e suas consequências na pesquisa dos historiadores. Propomos que enxergar a cultura

política do Itamaraty irá nos permitir criticar a influência da interpretação que essa instituição faz a respeito da História do Brasil em vários momentos.

René Remond, no movimento de renovação da História Política, sugeriu que percebamos a historicidade do pensamento político, indo além da política atemporal e feita pelos grandes nomes. O pensamento político não é atemporal, não existe desencarnado dos jogos de poder de seu próprio tempo. A história contada pelo Itamaraty, no entanto, permanece insitindo em um modelo de História das Ideias, dos grandes homens e dos grandes feitos, na qual a historicidade dos pensamentos, os jogos políticos e os interesses pessoais somem diante de uma história “técnica e neutra” e dos tipos ideias. Questionar esse modelo de escrita da História e caminhar no sentido da renovação da História Política já é um exercício em andamento, como demonstramos pelo trabalho de Vedoveli.

Por outro lado, Serge Bernstei e Rodrigo Patto, nesse ímpeto de renovação da História Política, sugeriram a existência de culturas políticas que seriam: “um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas compartilhadas por um grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro” (MOTTA, 2014, p. 21), como já traalhamos. Ora, o que o Itamaraty fez ao longo de sua existência é exatamente isso. Produziu um verdadeiro “panteão” de heróis do pensamento diplomático, contruiu uma hereança de princípios a serem seguidos, rituais de aceitação de novos membros, respeito à figura de Rio Branco entre tantas outras características aqui citadas que enquadram o Itamaraty como um verdadeiro produtor de sua própria cultura política. A instituição treina seus funcionários, começando pelo concurso público, um dos mais difíceis do Brasil, pelo qual é necessário se discutir em questões dissertativas as linhas mestras do pensamento diplomático brasileiro. Cria seus próprios mecanismos de propagação de ideias, como revistas próprias e sua biblioteca digital, pela FUNAG. Cria, sobretudo, sua própria maneira de interpretar a História, por meio de grandes paradimas de análise: a diplomacia pendular de Vargas, a Política Externa Independente, a Política Externa da Prosperidade, a diplomacia do Pragmatismo Ecumênico e Responsável, entre tantos outros paradigmas de análise.

Podemos dizer, dessa maneira, que investigar a cultura política do Itamaraty é uma seara de pesquisa com importantes possíveis resultados para a historiografia.

Analisaremos a seguir dois casos isolados de maneira muito breve, apenas a título de exercitar as vantagens metodológicas de se entender que o Itamaraty produz sua cultura política. Já percebemos o seguinte: essa cultura política vem sendo usada por políticos, para praticar exatamente o contrário do que se defende, que seria uma política neutra e técnica. Defende-se práticas políticas de governo, em vez de políticas de Estado, porém revestindo suas ideologias e crenças da neutralidade e legitimidade que a tradição diplomática do Brasil oferece. Perceber a cultura política do Itamaraty, contudo, fornece-nos mais uma posição de investigação privilegiada: notar como a instituição vem construindo sua própria interpretação sobre vários períodos da História do Brasil, e essa interpretação vem influenciando o trabalho dos historiadores. Vamos aos casos.

Considerações finais

Indo além das últimas pesquisas que buscam enxergar a influencia do Itamaraty na escrita da história, buscamos apresentar que é possível investigarmos uma verdadeira cultura política ao longo do tempo para essa instituição. Sendo assim, os impactos dessa cultura política são muitos, confundindo-se com a própria escrita da história de vários períodos. A cultura política do Itamaraty vai muito além de uma tradição ou um conjunto de princípios. A instituição apresenta sua própria leitura da realidade e faz seu próprio uso do passado; reconstrói eventos a partir da perspectiva de enxergar as contribuições da diplomacia mesmo quando foram eventos determinados, principalmente, por planos políticos.

O Itamaraty constroi uma cultura política de negociação entre as diferentes ideologias de governo, transformando-as em parte de suas próprias tradições, em uma releitura de diretrizes opostas. O objetivo dessa cultura política é, portanto, acomodar tudo aquilo que poderia se chamar de políticas de governo em um grande quadro de decisões técnicas que possam ser chamadas de políticas de Estado. Dessa maneira, a cultura política do Itamaraty é marcada pela busca por enxergar permanências e traduzir dissensos políticos em inovações técnicas, dando um sentido evolutivo. Essa

interpretação da história cria uma visão weberiana dos tipos ideias, paradigmática, reduzindo a complexidade da formação da realidade política. Constroi uma ideia, muitas vezes, de história teleológica e evolutiva. Nesse sentido, acaba por restringir as possibilidades interpretativas a ponto de causar desinteresse em certos personagens, desestimulando, algumas vezes, a descoberta de novas documentações, como foi com o caso de Arthur Bernardes.

Essa cultura política vai, no entanto, muito além disso: permite o uso político dessa própria cultura política mesmo que não intencionalmente. Ao longo da história, os próprios políticos passam a fazer uso da ideia de uma política externa não ideológica, neutra, isenta e, principalmente, técnica. Passa a ser normal, a cada novo governo com intenções totalmente diferentes um do outro, se autoproclamar isento em política externa, por seguir os passos de Rio Branco.

A partir desses estudos, esperamos instigar novos anseios de pesquisa para outros períodos ou os aqui estudados, no sentido de perceber que o Itamaraty produz sua própria cultura política e essa realidade engendra repercussões em diferentes escalas.

Bibliografia

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. An Approach to Political Culture. In: ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The Civic Culture: Political attitudes and democracy in five nations*. Newbury Park, London, New Delhi: Sage, 1989, p. 1-44.

BARACUHY, Braz. A Crise da Liga das Nações de 1926: Realismo Neoclássico, Multilateralismo e a Natureza da Política Externa Brasileira. *Contexto Internacional*: Rio de Janeiro, vol. 28, no 2, julho/dezembro 2006, pp. 355-397.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-364.

BUENO, Clodoaldo. Natureza da Política Externa Brasileira. *Contexto internacional*: Rio de Janeiro, vol. 28. São Paulo, Universidade Estadual Paulista, nº 5-6.

BUENO, Clodoaldo. *Política Externa da Primeira República: os anos de apogeu* (de 1902 a 1918). São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CERVO, A. *A Periodização da História da Política Externa Brasileira*. Textos de História, v.1, n.1, p.49-57, 1993.

CERVO, A. BUENO, C. *História da Política Exterior do Brasil*. 3ª. Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

CERVO, A. Conceitos em Relações Internacionais. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.51, n.2, p.8-25, 2008.

CERVO, A. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.46, n.2, p.5-25, 2003.

CHEIBUB, Z. Diplomacia e Construção Institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, v.28, n.1, p.113-131, 1985.

CHEIBUB, Z. *Diplomacia, diplomatas e política externa: aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty*. Rio de Janeiro, 1984. 140p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

A educação moral e cívica em tempos de Ditadura Civil-Militar no Colégio Estadual Central de Belo Horizonte: controle e repressão no ensino.

Bruno Geraldo Guimarães Gonçalves¹⁰⁴

RESUMO

O texto a seguir é um recorte de uma pesquisa em andamento junto ao programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Minas Gerais que trata a Educação Moral e Cívica como elemento vetor da cultura política da Ditadura Civil-Militar no contexto educacional do Colégio Estadual Central de Belo Horizonte. Este recorte propõe demonstrar o uso político da referente disciplina no contexto da instituição usada como campo para o desenvolvimento do estudo. O que será apresentado diz respeito à construção do ambiente educacional do período, a composição e os objetivos da Educação Moral e Cívica e a sua dinamização pedagógica no interior do colégio referência, possibilitando uma análise do cunho político e institucional que havia na estruturação pedagógica da disciplina.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar, Educação Moral e Cívica e Colégio Estadual Central de Belo Horizonte.

RÉSUMÉ

Le texte suivant est une coupure d'une recherche en cours au programme d'éducation de troisième cycle de l'Université de l'État du Minas Gerais qui traite de l'éducation morale et civique comme vecteur de la culture politique de la dictature civilo-militaire dans le contexte éducatif du Collège central de l'État de Belo Horizonte. Cette section propose de démontrer l'utilisation politique de cette discipline dans le contexte de l'institution utilisée comme domaine pour le développement de l'étude. Ce qui sera présenté concerne la construction de l'environnement éducatif de l'époque, la composition et les objectifs de l'Education Morale et Civique et son dynamisme pédagogique au sein de

¹⁰⁴ Mestrando em Educação pela Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG, pós-graduação *latu sensu* em Educação Empreendedora (UFSJ) e Ensino de História (PUC/Minas) e graduado em História pela Faculdade de Pará de Minas (FAPAM). Atualmente professor das redes pública e privada ministrando as disciplinas de História e Filosofia no ensino médio e cursos preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). E-mail: bruno.guimaraes@educacao.mg.gov.br.

l'école de référence, permettant d'analyser le caractère politique et institutionnel qui existait dans la structuration pédagogique de la discipline.

Mots-clés: Dictature civile-militaire, éducation morale et civique et Collège central de l'État de Belo Horizonte.

INTRODUÇÃO

A Ditadura Civil-Militar (1964-1979) foi um período político do nosso país com maior presença da força do Estado no que diz respeito à criação de ações para manutenção da ordem política vigente, criando assim, um aparelho de repressão política que se impôs de maneira concreta na sociedade em diversos campos, inclusive dentro do contexto educacional.

Uma das formas que o espaço do Regime Militar chegou ao meio educacional relaciona-se diretamente com o aborte pedagógico que se analisa a partir da reformulação da estrutura educacional, tanto no espaço físico, curricular e institucional, com interesses de estabelecer um processo de controle e vigilância perante a realidade educacional brasileira.

Dentro desse contexto a disciplina “Educação Moral e Cívica” criada pelo Decreto-lei nº 869, de 12 de Setembro de 1969, pode ser analisada como um desses abortes dentro do ambiente educacional, por estabelecer ações pedagógicas institucionais de caráter político atendendo as necessidades e demanda do governo.

Tendo então esse cenário pedagógico político o governo militar estabeleceu novos padrões de ensino no intuito de estabelecer uma neutralização das ações políticas de oposição idealizadas pelos estudantes dentro das instituições de ensino, criando um ambiente totalmente manipulado e vigiado pelo Regime Militar. Diante desta situação uma das instituições de ensino que sofreu com esta vigilância política foi o Colégio Estadual Central de Belo Horizonte. Considerado à época como local de formação política subversiva, a instituição passou a ser vista pelas forças políticas militares como uma ameaça à ordem, desta forma, o que se viu durante os Anos de Chumbo foi uma perseguição a estudantes e docentes da instituição, fato que culminou com ações de repressão e a imposição de um controle mais rígido das práticas educacionais.

Assim sendo, o presente texto tem como objetivo estabelecer uma análise de como a disciplina Educação Moral e Cívica foi idealizada perante a política educacional

do governo civil-militar para servir de instrumento de controle político institucional diante o contexto do Colégio Estadual Central de Belo Horizonte.

DESENVOLVIMENTO

O período em que os militares estiveram no poder foi marcado por um autoritarismo muito forte, supressão dos direitos constitucionais, perseguição política policial, prisão e tortura aos opositores do regime e censura prévia aos meios de comunicações e expressões artísticas e diante esse ambiente de opressão, o controle do Estado acabaria se estendendo para outros setores da sociedade, como o meio educacional.

O golpe de 1964 foi motivado politicamente por grupos políticos e sociais que viam no então governo do presidente João Goulart uma ameaça direcionada por tendências políticas socialistas, razão que, para esses grupos, torna-se mais evidente quando o governo coloca em pauta suas propostas para as chamadas Reformas de Base¹⁰⁵, que, se implantadas, iriam alterar definitivamente a estrutura social e econômica do país.

A respeito das Reformas de Base e o golpe de 1964, Delgado (2009) declara:

O projeto de reformas de base, inclusive os da reforma agrária e do controle da remessa de lucros, ensejou nos setores conservadores o temor de uma revolução social. Essa convicção e temor de que o Brasil poderia adotar um modelo distributivo ou até mesmo, de acordo com Florestan Fernandes, caminhar em direção ao socialismo levou-os a se organizarem para pôr fim ao governo Jango. (p.132).

Os grupos contrários às reformas passaram então a se organizar com o objetivo de estabelecer ações contra o avanço dos ideais progressistas do governo Jango, que levantaram a tese de que havia a possibilidade da implantação de uma estrutura governamental de cunho socialista no país. Isso levou a ações que se configuraram

¹⁰⁵ Conjunto de propostas que visavam promover alterações nas estruturas econômicas, sociais e políticas que garantissem a superação do subdesenvolvimento e permitissem uma diminuição das desigualdades sociais no Brasil. Tais propostas estavam reunidas em iniciativas como: as reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária. Sustentava-se ainda a necessidade de estender o direito de voto aos analfabetos e às patentes subalternas das forças armadas, como marinheiros e os sargentos, e defendia-se medidas nacionalistas prevendo uma intervenção mais ampla do Estado na vida econômica.

como anticomunistas, e um dos marcos de tais ações foi à realização da “Marcha da família com Deus pela liberdade”¹⁰⁶.

Com o apoio de grupos conservadores da sociedade e suporte político substancial dos governos de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, os militares da chamada ala legalista iniciaram o processo que culminou com a deposição de João Goulart, que se efetivou com o pronunciamento do senador Auro Moura Andrade que, no dia 02 de abril de 1964, decretou vago o cargo de presidente do Brasil, mesmo com Jango ainda em território brasileiro e sucessivamente o então presidente da câmara dos deputados Ranieri Mazzilli, empossado em caráter provisório, pois, de acordo com a legislação brasileira, o presidente em exercício teria um prazo de trinta dias para realizar outra eleição.

Nas palavras de Reis (2014):

A vitória do golpe e posteriormente a Ditadura significou o triunfo das forças mais conservadoras e retrógradas – o latifúndio e o imperialismo norte-americano -, bloqueadoras de qualquer perspectiva desenvolvimentista, apenas estagnação econômica e repressão política.

Com a chegada dos militares ao poder, um estado de exceção começou a ser implantado; para isso se consolidou um processo político de eliminação de direitos e cerceamento da cidadania através da promulgação de atos institucionais, construídos com o objetivo de manter a ordem e a segurança política no país, consolidando-se um projeto.

No que tange a política direcionada à repressão deve salientar sobre os atos institucionais e sobre estes há aquele que literalmente significou o fechamento político no país, o Ato Institucional Nº 5 (AI-5), promulgado em dezembro de 1968 pelo presidente Arthur da Costa e Silva em resposta aos movimentos de oposição que se fortaleciam devido às imposições do governo ditatorial e à economia, que se encontrava em plena recessão.

Esse ato é analisado por Ridenti (2014, p. 36) como:

(...) a quebra da legalidade imposta pelo próprio regime; dava poderes ilimitados ao presidente da República, por exemplo, para legislar por decreto, suspender direitos políticos dos cidadãos, cassar mandatos eletivos, suspender habeas corpus em crimes contra a segurança nacional, julgar

¹⁰⁶ Consistiu numa série de manifestações, ou "marchas", organizadas principalmente por setores do clero e por entidades femininas em resposta ao comício realizado no Rio de Janeiro em 13 de março de 1964, durante o qual o presidente [João Goulart](#) anunciou seu programa de reformas de base. Congregou segmentos da classe média, temerosos do "perigo comunista" e favoráveis à deposição do presidente da República.

crimes políticos em tribunais militares, demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos.

Ao chegar nesse estágio, o país alcança o nível máximo do seu estado de exceção, com os militares controlando a sociedade de forma extremamente autoritária e a cidadania violentamente colocada em xeque pelos então donos do poder. Configurava-se a partir de então todo um Estado que teria como base a repressão, a perseguição e o silenciamento como instrumentos de manutenção da ordem, com fechamento do Congresso Nacional, imposição de uma censura dura sobre os meios de comunicação e o meio cultural. Buscou-se, também, o aparelhamento das forças repressivas da denominada Polícia Política e seus órgãos, que tinham a incumbência de perseguir, prender e torturar.

Na linha de frente desse Estado Ditatorial, o governo dos militares buscou meios para mascarar todo o aparelho da repressão através de políticas públicas direcionadas à modernização do país, com reformas em diversos setores, e da institucionalização de políticas econômicas e sociais com o objetivo final de fazer crescer a economia. Segundo Ridenti (2014, p. 37), “a legitimação do regime passou a ancorar-se em seu êxito modernizador, que envolvia ainda medidas de assistência social”.

Dentro dessa perspectiva de modernização e reformas, a educação foi um dos setores escolhidos pelos militares. Assim, todo o sistema educacional brasileiro passaria por uma série de reformas visando estabelecer um novo padrão de ensino no país, desde a educação básica até o ensino superior – um ensino tecnicista patrocinado diretamente por órgãos norte-americanos como a USAID – Agência dos Estados Unidos para o desenvolvimento internacional, que firmou acordos de cooperação com o Ministério da Educação visando reorganizar o sistema educacional brasileiro.

Tais acordos, na concepção de Fazenda (1985, p. 63),

(...) constituíram em modelos para remodelação do ensino, entretanto esses modelos, por utilizarem a tecnologia pela tecnologia, acabaram por isolar a educação do contexto global da sociedade, empatando todo o sistema educacional, já que ele estava amarrado e financeiramente dilapidado pelos gastos advindos do cumprimento dos acordos.

Ao pensarem numa reformulação da educação, os governos militares davam continuidade às ideias do governo deposto, que buscava construir uma proposta de reestruturação do sistema educacional do país, iniciada com a criação das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no ano de 1961. Tal proposta trazia a ideia

central de construir uma educação baseada nos princípios da liberdade e nos ideias de solidariedade humana, assegurando o direito de educação a todos os cidadãos brasileiros.

No entanto, os princípios pregados na LDB de 1961 não atendiam às necessidades da construção de um novo sistema de educação, na concepção dos militares, pois, para estes, a educação deveria ter uma ligação direta com a concepção de crescimento econômico e modernização da sociedade, fato que fica claro nas propostas iniciais estabelecidas pelos chamados acordos MEC-USAID.

Esses acordos, segundo Saviani (2008, p. 297) criaram uma:

(...) orientação de concepção produtivista de educação. Essa concepção adquiriu força impositiva ao ser incorporada à legislação do ensino no período militar, na forma dos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, com os corolários do “máximo resultado com o mínimo dispêndio” e “não duplicação de meios para fins idênticos”.

A partir desse momento, percebe-se que a Ditadura não tinha objetivos apenas acadêmicos e pedagógicos relacionados a medidas modernizantes; além disso, o governo buscava, nas suas ações, criar condições de regulamentar um controle político sobre o sistema de ensino.

No entanto, as ações de modernização do sistema de ensino foram aplicadas no contexto da educação básica, sendo idealizados projetos de reestruturação das modalidades de ensino e principalmente do currículo, determinando, assim, quais conteúdos seriam ensinados, além dos objetivos a serem alcançados através do processo de ensino e aprendizagem.

O discurso dos militares que governavam o país tinha como base a necessidade de se criar condições viáveis para que o progresso econômico fosse alcançado. Assim, as reformas eram idealizadas visando à concretização desse objetivo. Por isso a importância de se estabelecer um novo padrão de ensino, que teria como base os ideais baseados na chamada Doutrina de Segurança Nacional.

E foi seguindo essas ideias que teve início a reforma da educação básica, com a aprovação da lei nº. 5692/71, que já no seu artigo 1º deixa claro qual seria a tônica da nova concepção de ensino básico no país:

O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como

elemento de auto realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. (BRASIL, 1971)¹⁰⁷

Percebe-se que a reestruturação do ensino de primeiro e segundo graus no país propunha um modelo de ensino que tinha como foco principal a formação profissional, ou seja, seu propósito seria qualificar o jovem para o mercado de trabalho e inseri-lo em um processo econômico voltado ao pleno desenvolvimento do país – essa seria a base fundamental para o exercício da cidadania. Tal ideia fica clara nas palavras de Abreu & Filho (2006) “(...) dentro do ideal de democracia imposto pelo Estado, ou seja, proporcionado pela livre competitividade. Assim deveria ser a cidadania aprendida e praticada pelos brasileiros: centralizada no Estado e por ele vigiada”. (p. 128).

Esse modelo de ensino, que estava sendo introduzido no país, com auxílio dos acordos MEC-USAID, tinha como principal elemento norteador a pedagogia tecnicista. Esse parâmetro trazia para a educação uma proposta na qual o debate e a construção do conhecimento estariam em segundo plano. Seu objetivo primordial seria a formação de profissionais capazes de se inserir numa dinâmica econômica desenvolvimentista. Os militares usavam o discurso do desenvolvimento como uma forma de manipular a sociedade e obscurecer a repressão política e exclusão dos princípios de liberdade.

Segundo Luckesi (2003):

O tecnicismo foi introduzido na educação brasileira na década de 1960, no decorrer do regime militar, através da implantação dos programas de desenvolvimento social e econômico “Aliança para o Progresso” e acordo “MEC-USAID”, frutos do convênio de cooperação firmado entre Brasil e Estados Unidos da América. A implantação do modelo tecnicista foi oficializada por meio da promulgação das leis 5.540/68 e 5.692/71, que, respectivamente, reformulou a educação superior e instituiu o ensino de 1º e 2º graus.

Diante desta realidade reformista do meio educacional estava inserida a questão da mudança do currículo escolar. O estado autoritário tinha como objetivo organizar um modelo de ensino que tivesse disciplinas direcionadas à dinâmica política e governamental, o que explica a introdução da disciplina “Educação Moral e Cívica”.

Essa disciplina foi idealizada com o objetivo de construir ou impor valores baseados nas concepções do ideal de Segurança Nacional que havia por trás de todo o

¹⁰⁷ BRASIL. Lei nº 5692 de 11 de Agosto de 1971 – Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaoriginal-1-pl.html>.

regime político. Com a Educação Moral e Cívica, o Regime Militar introduzia no sistema educacional os seus princípios ideológicos.

A disciplina ganhou legitimidade a partir do Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, seguindo a concepção política imposta anteriormente pelo Ato Institucional Nº5. Em seus primeiros artigos o decreto outorga:

Art. 1º É instituída, em caráter obrigatório, como disciplina e, também, como prática educativa, a Educação Moral e Cívica, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País.

Com a instituição da disciplina o governo militar concretiza um processo educacional não só baseado no tecnicismo, mas também numa educação que tivesse o civismo como instrumento de controle, impondo sobre aos estudantes às regras e preceitos da ordem política corrente.

A estrutura curricular com a inserção da Educação Moral e Cívica Abud (1999, p 151) detalha que:

Ao não reconhecer História e Geografia como campos epistemológicos independentes e colocá-los, na organização curricular, no mesmo nível e grau de educação moral e cívica e Organização Social do Trabalho, os órgãos públicos ligados à educação admitiam um sentido pragmático para as disciplinas, o de ajustar o indivíduo à sociedade e formar o cidadão pouco consciente (...) sua finalidade maior era preparar o indivíduo para o trabalho.

Percebe-se que, com a instituição da Educação Moral e Cívica nos currículos das escolas brasileiras, os militares criavam um ensino que se comprometia em formar cidadãos pátrios engajados na defesa do estado soberano nacional e na manutenção das instituições políticas vigentes. Só assim, segundo eles, seria possível eliminar a corrupção e, principalmente, a subversão, vistas pelos militares como elementos prejudiciais ao desenvolvimento do país.

Isso fica claro quando (FILGUEIRAS, 2006, p. 79) explica que “o objetivo geral da disciplina era a formação ou aperfeiçoamento do caráter do brasileiro e seu preparo para o perfeito exercício da cidadania democrática com o fortalecimento dos valores morais e espirituais da nacionalidade”.

Os militares viam a subversão como inimiga do Estado, e percebiam seu foco principal de fomentação nas instituições de ensino, fossem elas superiores ou secundárias; por isso a necessidade de estabelecer reformas e reestruturar o sistema, de forma a se criar mecanismos de neutralização da subversão.

Tendo como referência os pilares do desenvolvimento e da segurança, o regime militar passou a usar a disciplina “Educação Moral e Cívica” como instrumento de controle político dentro do ambiente institucional educacional.

É importante salientar que no meio educacional havia a consolidação de um movimento estudantil participativo e de viés ideológico consistente na época o que oferecia ao Regime Militar condições de se estabelecer um processo de vigilância e controle do meio, já que nesse período as organizações estudantis se fundamentaram efetivamente, criando desta forma um espaço de debate e contestação política, tornando-se um dos principais agrupamentos políticos de oposição ao governo ditatorial.

Nas palavras de Valle (2008, p.33) a posição política exercida pelos estudantes no Brasil se efetivou:

Em virtude da repressão militar, embora ainda desarticulada, a oposição dos estudantes ao caráter violento do regime. O governo, por sua vez, continuará visando extirpar a área potencial de subversão identificada no meio estudantil por meio de medidas duradouras que impeçam as atividades políticas principalmente no ambiente universitário.

O quadro educacional então mostrava que era necessário o Estado tendo como referência o seu apelo ideológico para a repressão, buscar idealizar uma proposta de ensino que transmitisse os valores governamentais mediante uma concepção doutrinária que determinaria uma forma de controle das práticas de ensino e ao mesmo tempo criaria um espaço no qual iria prevalecer o princípio do esvaziamento crítico, ou seja, havia-se a [primordialidade](#) de inibir a construção de ideias contrárias ao Regime Militar por parte dos estudantes numa forma de neutralizar o avanço do movimento estudantil no âmbito interno das instituições de ensino.

Esse cenário fica claro quando se observa alguns pontos colocados pelos objetivos da disciplina Educação Moral e Cívica no que diz respeito ao funcionamento pedagógico, a começar pela posição que o professor como salienta Fonseca (1993, p. 25) este deveria atuar da seguinte forma:

Para a realização de um projeto educacional, um dos elementos mais importantes do processo é o professor. Este supostamente domina o saber, e a educação realiza-se através do seu trabalho no nível do planejamento e execução do processo de ensino, sendo investido de autoridade institucional. Evidentemente, os princípios de segurança nacional e desenvolvimento econômico norteadores da nova política educacional chocam-se com o princípio de autonomia do professor e o Estado passa a investir deliberadamente no processo de desqualificação dos profissionais da educação.

A posição da vigilância e da doutrinação mediante a posição docente fica evidente quando se coloca a sua obrigação de seguir os princípios da Segurança Nacional que havia sido inserida sobre a política educacional em questão. Isso impôs de maneira deliberada a quebra da autonomia docente enquanto construtor do processo de ensino-aprendizagem, sendo que, para a efetivação da aprendizagem era preciso seguir a cartilha do Estado, pois a autonomia era vista como uma ameaça ao governo devido às ações contrária que poderiam ser construídas dentro da sala de aula tendo o professor como mediador de ações e debates.

Além desta postura de neutralização do papel do professor na construção da aprendizagem, a Educação de Moral e Cívica foi implementada e desenvolvida tendo a participação de toda comunidade escolar e isso ficava evidente com a com o DECRETO Nº 68.065/71;

“(...) realização de eventos cívicos, como desfiles e comemorações relacionadas a datas e “heróis” nacionais faziam parte das atividades não só de disciplinas escolares como a história, geografia e estudos sociais, mas também a matemática, gramática e ciências”. (BRASIL, 1971).

Perante o espaço escolar, no qual se pensava que haveria uma tendência política subversiva, instrumentos como a disciplina EMC passaria a servir de auxílio ao processo de controle almejado pelos militares que comandavam o regime de exceção, determinar um limite de ação política por parte dos estudantes e desse modo teria o controle do meio educacional inibindo qualquer tipo de ação política contrária aquilo que era desejado pelo auto comando que guiava politicamente o país desde chamada “revolução”.

Ante esse cenário de subversão e ensino algumas instituições escolares se destacavam pelas ações políticas idealizadas pelos seus estudantes que na sua maioria eram participantes ativos de movimentos políticos estudantis e uma dessas instituições de destaque nesse contexto foi o Colégio Estadual Central de Belo Horizonte, que não era apenas referência em sua capacidade de formação política estudantil, mas também era vista como escola modelo no que diz respeito à qualidade de ensino na capital mineira, trazendo consigo todo um respaldo de valor perante a sociedade belorizontina.

O Colégio Estadual Central de Belo Horizonte é uma instituição de ensino que foi inaugurada no final do século XIX para se tornar uma referência de ensino ginásial no estado de Minas Gerais, assim, no ano de 1890 era inaugurado na cidade de Ouro Preto, o denominado Ginásio Mineiro, primeiro nome da instituição que alguns anos

depois seria transferida para a recém-inaugurada capital do estado, a cidade de Belo Horizonte no ano de 1899, iniciando desta forma a sua trajetória educacional de relevância na sociedade belorizontina passando a ser vista desde então como local de excelência no desenvolvimento do conhecimento e na formação política e educacional na capital mineira.

De acordo com Teixeira (2011) a inauguração da referente instituição de ensino “colaborou com a institucionalização do ensino secundário em Minas Gerais e foi uma das grandes apostas dos governantes e elites mineiras que buscavam elevar o nome da província em relação aos estudos intermediários”

Desde sua inauguração ainda como Ginásio Mineiro na cidade de Ouro Preto, a instituição de ensino tinha como foco atender os interesses da elite mineira, que não via até então no Estado um local para o qual poderiam enviar seus filhos para obterem uma formação ginásial de qualidade, fato que levava muitos buscarem alternativas educacionais fora do Estado, principalmente ingressando no Colégio Imperial Pedro II na cidade do Rio de Janeiro.

Em relação ao público alvo da instituição (MINAS GERAIS, 1890) descreve que:

(...) era aquele que iria se preparar para as carreiras liberais, ou seja, os futuros bacharéis em Direito, Medicina e Engenharia. Atendia basicamente ao sexo masculino, apesar de franqueada a presença do sexo feminino. Assim como as mulheres, os alunos pobres eram uma exceção. Ainda que fosse “público”, cobrava-se imposto de matrícula de 50 mil réis, além de taxas para os exames.

Nos anos de 1950 o Colégio foi transferido de Ouro Preto para Belo Horizonte para que a instituição ganhasse uma nova configuração física levando em consideração toda modernização urbana que significava a cidade de Belo Horizonte, mas que principalmente pudesse atender a expressiva procura por vagas no ensino secundário, desta forma, um novo projeto edificou o que passaria a ser denominado na década de 1970 de Escola Estadual Governador Milton Campos.

Nas palavras (GOUVEA e LISBOA, 2016, p. 265)

O Colégio Estadual foi um dos ousados projetos do jovem arquiteto Oscar Niemeyer para a cidade de Belo Horizonte (...). O conjunto arquitetônico foi projetado para o jovem secundarista, sendo, portanto, um lugar da juventude e de suas atividades escolares e culturais. Comportava no seu traçado um universo cultural do qual parte dos jovens de Belo Horizonte participava, num movimento de trocas com outros espaços, instituições e pessoas da cidade.

Esse novo espaço foi inaugurado no ano de 1956 tornando-se a partir de então no principal e mais importante centro de referência de ensino público de qualidade no estado de Minas Gerais, trazendo consigo todo um novo aparato estrutural, mas principalmente uma nova configuração educacional para o Estado, no qual o objetivo não era apenas estabelecer a transmissão e a formação acadêmica do discente, mas também trazer ao aluno um capital de formação humana e política, fator que transformou o Estadual Central em local de grande relevância para construção e desenvolvimento de ações do movimento estudantil na cidade de Belo Horizonte.

O ambiente politizado que havia por detrás da instituição de ensino que durante a Ditadura Civil-Militar o local passou a ser visto pelos militares como área de subversão política levando ao estabelecimento de ações repressivas contra alunos e professores como parte de todo aparato governamental que se instituíra no Brasil naquele instante.

E parte dessas ações, que foram se configurando perante a educação no país foram inserindo mecanismos políticos e pedagógicos na intenção de estabelecer um controle de todo o desenvolvimento educacional e político nas escolas. É diante esta conjuntura que a disciplina “Educação Moral e Cívica” passou a ser instrumento de formação educacional, mas que trazia consigo também uma conotação política de impor diante o ensino os preceitos e os objetivos da estrutura governamental.

No contexto educacional do Colégio Estadual Central, a disciplina “Educação, Moral e Cívica” seguiria os preceitos estabelecidos desde sua criação que de acordo com Filho e Rodrigues (2012)

(...) era inserir suas finalidades em todas as atividades escolares, inclusive no que diz respeito ao desenvolvimento dos atos cívicos, valorizados na prática educativa. As relações entre os valores humanos considerados superiores e a educação permitiriam que os cidadãos fossem integrados na sociedade, dela participantes como produtos culturais, como ilustrações no culto à nação, na identificação com a família e na dignidade do trabalho.

No âmbito pedagógico, a disciplina “Educação Moral e Cívica” tinha como instrumento de auxílio pedagógico uma coleção de livros didáticos que traziam consigo todos os objetivos e as dinâmicas a serem desenvolvidas pela disciplina no contexto escolar. Era por meio das práticas e dos conteúdos propostos nestes livros que se desenvolvia todo projeto pedagógico da disciplina seguindo seus padrões curriculares e suas objetividades.

O prefácio do livro “ Educação Moral e Cívica” de João Camillo de Oliveira Torres usado nas escolas de Minas Gerais trazia em seu prefácio a ideia que havia por detrás do desenvolvimento da disciplina que remetia a seguinte proposta:

Acreditando na base ética da política, achando, como sempre achei, que não podemos fundar sociedades solidas sem princípios sólidos, sempre considerei necessário que houvesse educação moral nas escolas e que se cuidasse mais de formar bons cidadãos. Com muitos maus exemplos do jornalismo moderno, com o mau vêzo brasileiro de depreciar as coisas nacionais, o jovem brasileiro é, sempre um descrente e por isto se torna campo aberto de todas as formas de influencias negativas. Ora, a Educação Moral e Cívica poderá ser um começo de reação contra o verdadeiro nihilismo ético da formação brasileira. (TORRES, 1968).

A ideia que se constrói mediante a esta postura didática é que a disciplina via a juventude brasileira sem um ideal formado, era uma página em branco que estava disposta a seguir os maus caminhos, que na visão dos militares e dos tecnocratas que regiam o país vinha de uma postura mais progressista de defesa dos ideais democráticos e sociais, esta postura colocava o jovem em um espaço subversivo e isso deveria ser neutralizado mediante uma educação que mostrasse o caminho do patriotismo e da defesa dos princípios nacionais. É como cita o próprio autor da obra ainda em seu prefácio “despertar o sentido patriótico e a consciência humanística”. (TORRES, 1968).

As propostas didáticas da disciplina EMC ainda traziam como conteúdo a ser estudado a “vitória” dos militares na “Revolução de 1964” exaltando a postura das forças armadas contra a ameaça democrática que se construía diante das ações políticas idealizadas pelo presidente João Goulart, visto pelos militares como uma ameaça comunista, criando assim um imaginário de que o golpe civil-militar de 1964 foi uma contrarrevolução idealizada para impedir a ascensão de forças comunistas ao poder.

E esta exaltação aos militares e à “Revolução de 1964 fica explicita colocações (TORRES, 1968, p. 101)

Encaminhando-se o País para uma crise que tudo indicava o levaria para rumos destoantes com nossas tradições democráticas e cristãs, a disciplina nas forças armadas deteriorando-se rapidamente com o beneplácito do governo, alguns chefes militares responsáveis reagiram e, afinal, graças a um movimento partido de Minas e articulado no Rio, foi instaurado no País um novo sistema político.

Outra temática trabalhada pela Educação Moral e Cívica no é o civismo, um dos instrumentos mais utilizados na base discursiva dos militares. Na lógica dos governantes do Regime Militar, somente mediante a prática constante do civismo seria possível consolidar uma ordem social e política no país que levaria posteriormente ao

desenvolvimento e impediria a instalação de uma política baseada na subversão e neutralizaria a ameaça constante do comunismo.

A importância do civismo na construção da proposta pedagógica da Educação Moral e Cívica pode ser analisada diante da sua própria apresentação conceitual na obra “Curso de educação moral e cívica para ensino de 1º e 2º graus”.

Nessa obra o termo civismo é apresentada da seguinte maneira:

O civismo é, basicamente, a expressão da solidariedade que liga os homens entre si, apoiando-se na estrutura comunitária da pessoa humana. Implica, portanto, o respeito às origens e aos valores da comunidade, tanto quanto o conhecimento dos deveres e direitos do indivíduo, em face dos seus concidadãos e do Estado, apresentando-se este como organização de um bem comum. (CUNHA e SILVA, 1972).

O que se observa é que o civismo era imposto como instrumento de controle e construção de uma sociedade moldada nas ideias e princípios instituídos pelo regime político vigente. Era o elemento fundamental no ideal dos militares para se alcançar o bem comum e o exercício pleno da cidadania, criando assim um contexto no qual ensino seria moldado pelas convicções do patriotismo, nacionalismo e do civismo, conceitos que serviram de base para formatação de uma disciplina que no seu bojo tem a missão de impor e moldar um controle político e social junto os estudantes.

Pensando nesta construção coletiva do espaço escolar do Colégio Estadual Central de Belo Horizonte que os depoimentos referentes à dinâmica pedagógica e política da Educação Moral e Cívica se torna fundamental, desta maneira, com esses depoimentos foi possível perceber todo o aparato político e institucional que havia diante a estrutura pedagógica da disciplina.

Levando em consideração os elementos que serviam de suporte para o desenvolvimento das práticas da disciplina (patriotismo, nacionalismo e do civismo) ao longo dos depoimentos ficou claro que os conceitos em questão eram suporte de uma proposta de ensino de viés ideológico de controle e manipulação política.

O que se observa é a imposição do autoritarismo de viés militar tendo a Educação Moral e Cívica como mediador não é um fato isolado, impor a ideia de força e ordem era uma forma do governo do militares criarem um espaço totalmente avesso à subversão, sendo a colocação da dinâmica de hierarquia e disciplina como forma de neutralizar a consolidação de transgressão, ou seja, de romper com ordem que estava

imposta a toda sociedade e que a mesma deveria ser cumprida para se evitar punições, que no cenário político em questão era a repressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a educação em um momento no qual o autoritarismo é a base de sustentação política de um país é ver a educação como espaço de resistência, onde as ideias são forjadas em prol da quebra da ordem e na ideia de consolidação de direitos e liberdades que são garantia máximas de um Estado de Direito.

E foi pensando neste contexto que o estudo propôs analisar a educação em um período que o Brasil viveu um autoritarismo exacerbado, a busca pela compreensão de como que o Regime civil-militar brasileiro estabeleceu mecanismo de manutenção da ordem autoritária em toda sociedade, inclusive dentro do contexto educacional idealizando medidas pedagógicas, políticas e institucionais no intuito de impor um controle e impedir a consolidação de um espaço de oposição.

Ao estabelecer esse estudo foi necessário demonstrar elementos políticos de como que o Estado ditatorial brasileiro impôs seu ideal de segurança nacional na educação, assim sendo, para elucidar esta questão o objetivo do estudo verificou como que a disciplina Educação Moral e Cívica foi imposta pelos militares na estrutura curricular da educação brasileira como instrumento de controle institucional, sendo que, para examinar esta questão o espaço de análise escolhido foi o Colégio Estadual Central de Belo Horizonte, instituição que durante a Ditadura Civil-Militar foi local de fomentação de pensamento estudantil opositor ao regime.

Havia um propósito por parte dos militares de instituir um sistema de ensino que atenderia os seus anseios dentro do discurso do desenvolvimento e do tecnicismo que eram usados para mascarar a estrutura repressiva que o Estado mantinha sobre a sociedade, para o governo manter uma educação que possibilitaria a moldura de cidadãos críticos não era viável para o projeto autoritário que havia em curso, fato é que ações repressivas como aposentadorias de professores, perseguição de alunos e intervenções nas instituições se tornaram comum, principalmente no momento de maior repressão após o Ato Institucional Número 5 e foi neste contexto que as ditas reformas

educacionais moldaram um novo currículo e deram a este o estilo que os militares desejam, e o marco desta base curricular foi a disciplina Educação Moral e Cívica.

O que se percebe é que a partir da instituição da Educação Moral e Cívica e sua inserção no contexto curricular do ensino no Brasil a Ditadura Civil-Militar entrava de maneira consistente em todos os espaços da sociedade brasileira e fazia da educação um instrumento de fundamentação de uma proposta política autoritária e de cerceamento das liberdades, era a busca pela formação de um cidadão coerente aos anseios do regime político.

Foi assim que espaços escolares como Colégio Estadual Central de Belo Horizonte passaram a se ver diante de todo aparelho dogmático institucional que o regime político constituía e esta postura fica evidente quando se analisa todas as diretrizes e práticas que foram desenvolvidas pela disciplina EMC no bojo educacional, restringindo a possibilidade de fomento de uma educação crítica e libertadora.

Era o ensino a serviço de um Estado ditatorial que temia a ação estudantil enquanto elemento de oposição e fazia do espaço escolar, como o Estadual Central, local de disseminação das ideias norteadoras do Estado de exceção. Com este breve estudo fica claro que o autoritarismo institucional político não se restringe a discursos, esse se constitui em diversos meios no intuito de moldar, controlar, vigiar e estabelecer seus anseios de manutenção da ordem e do poder.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, V. K; FILHO, G. I. A educação moral e cívica – doutrina, disciplina e prática educativa. In: **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, 2006. Pág. 125-134. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/24/art11_24.pdf. Acesso em: 20 de abril de 2019.

BASTOS, M. H.C; STEPHANOU, M. História, memória e história da educação. BASTOS, M. H.C; STEPHANOU, M. (Orgs.). **História e memória da educação no Brasil, vol. III – século XX**. Petrópolis: Vozes, 2005.

BRASIL. **Decreto-lei nº 869 de setembro de 1969**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 de abril de 2019.

BRASIL. **Lei nº 5692 de 11 de Agosto de 1971 – Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 de abril de 2019.

CUNHA, T. C. A; SILVA, F. T. S. **Curso de educação moral e cívica para ensino de 1º e 2º graus**. Belo Horizonte: Editora Lemi, 1972.

- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n28/a06v1428.pdf>. Acesso em 21 de abril de 2019.
- FIGUEIRAS, Juliana Mirando. **O livro didático de educação moral e cívica na ditadura de 1964: A construção de uma disciplina.** Artigo disponível em: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/302JulianaMirandaFilgueiras.pdf>. Acesso em 21 de abril de 2019.
- FILHO, G. I; RODRIGUES, E. Educação Moral e cívica e ensino de história, aportes disciplinares de formação: um estudo comparado. **Revista HISTEDBR On-line.** Campinas, n.45, p. 139-152, mar, 2012
- FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História & ensino de História.** 2ª. Ed., 1ª. Reimpressão. – Belo Horizonte: Autêntica, 2006
- GOUVEA, M. C. S; LISBOA, A. H. Colégio Estadual Central: autogoverno e produção da excelência no ensino secundário (Belo Horizonte, 1956-1964). **Educação em Revista.** Belo Horizonte, v.32, p. 261-286, Janeiro-Março, 2016
- LUKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação.** São Paulo: Cortez, 2003
- MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete pedagogia tecnicista. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil.** São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/pedagogia-tecnicista/>> Acesso em 21 de abril 2019.
- MINAS GERAIS. **Decreto n. 260 de 1º de dezembro de 1890.**
- REIS, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacionalestatista. IN: MOTTA, R. P. S. et.al (org). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964.** Zahar. Rio de Janeiro, 2014. p. 11-29.
- REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. IN: MOTTA, R. P. S. et.al (org). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964.** Zahar. Rio de Janeiro, 2014. p.30-48.
- SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do Regime Militar. IN: **Cad. Cedes** Campinas, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a02v2876.pdf>. Acesso dia 22 de abril de 2019.
- TEIXEIRA, A. H. L. Uma escola sem muros: Colégio Estadual de Minas Gerais. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 225. 2011.
- TORRES, J. C. O. **Educação Moral e Cívica.** Belo Horizonte: Edições Júpiter, 1968.

Frente Negra Brasileira em Minas Gerais: um breve panorama introdutório

Taís Daiele Alves¹⁰⁸

Resumo

O presente artigo faz parte da pesquisa em andamento que tem como escopo investigar a Frente Negra Brasileira em Minas Gerais. O objetivo é dar luz as ações e práticas da FNB no estado de Minas Gerais, por meio da análise das concepções políticas sociais e ideológicas do comando central mineiro e suas filiais, frente as práticas da sede nacional situada em São Paulo. A temática mostra-se com escassas pesquisas, não há trabalhos historiográficos sobre as filiais fretenegrinas em Minas Gerais. Buscaremos inicialmente traçar as condições contextuais que deram origem ao movimento em São Paulo e posteriormente em Minas Gerais e também estabelecer um breve panorama sobre o movimento mineiro.

Palavras-chave: Frente Negra Brasileira, Minas Gerais, São Paulo, Movimento Negro.

Abstract

This article is part of the ongoing research that aims to investigate the Brazilian Black Front in Minas Gerais. The objective is to highlight the FNB's actions and practices in the state of Minas Gerais, through the analysis of the social and ideological political conceptions of the Minas Gerais central command and its branches, in view of the practices of the national headquarters located in São Paulo. The theme shows itself with little research, there are no historiographical works on the fretenegrine branches in Minas Gerais. We will initially seek to outline the contextual conditions that gave rise to the movement in São Paulo and later in Minas Gerais and also to establish a brief overview of the mining movement.

¹⁰⁸ Graduada em História pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora/CES-JF. Especialista em Educação no Ensino Fundamental, pelo Colégio de Aplicação João XXIII/ UFJF. Pós-graduada em Religiões e Religiosidades Afro-brasileiras: política de igualdade racial em ambiente escolar e Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestranda do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Para contato taisdaiele@hotmail.com.

Keywords: Brazilian Black Front, Minas Gerais, São Paulo, Black Movement.

Introdução:

A escolha da Frente Negra Brasileira enquanto objeto de análise evidencia-se por seu pioneirismo no que diz respeito aos questionamentos políticos e sociais que o movimento levantou. O associativismo negro anterior a década de 1930, estava invariavelmente ligado apenas a questões beneficentes, recreativas e de auxílio mútuo. A Frente Negra Brasileira tinha um caráter que se situava para além das metas anteriores, criada na cidade de São Paulo em setembro de 1931, a associação questionava as dificuldades de inserção e integração da raça nos meios sociais, no mundo do trabalho, nas escolas e nos diversos espaços. O movimento fretenegrino passa a criar estratégias de superação, diálogo e reflexão entre os irmãos de cor para gerar o levantamento dos negros na luta pela integração.

O quadro de análises sobre a Frente Negra Brasileira e suas filiais é parcial e insuficiente, as organizações negras de São Paulo e Rio de Janeiro têm sido as mais estudadas até o presente, todavia houve e há organizações negras relevantes nas cinco regiões do país (DOMINGUES, 2007). O nosso objetivo é ampliar o conhecimento sobre a Frente Negra Brasileira, dando maior visibilidade a esse importante movimento negro, que procurava mobilizar e integrar a população negra durante a década de 1930.

Partimos de uma nova abordagem, um olhar distinto ao dos trabalhos já publicados, selecionando o Comando Central de Minas Gerais e suas filiais enquanto objeto de estudo. A filial da Frente Negra fundada em terras mineiras por Pio Damião em 1933, estava sediada em Guaxupé e tinha por propósito, melhorar as condições de vida da população negra e lutar para alcançar igualdade de direitos efetivamente.

Buscamos neste artigo delinear as condições contextuais que deram origem, a partir dos aspectos causais, a essas organizações negras. Iniciamos a reflexão pela sede nacional, criada na cidade de São Paulo e posteriormente analisamos a conjuntura da criação da filial em Guaxupé, Minas Gerais.

A Frente Negra paulista caracterizou-se por defender um programa político e ideológico marcado pelo autoritarismo e pelo ultranacionalismo, com base em seus rígidos estatutos e tendo como presidente geral o intelectual Arlindo Veiga dos Santos. O viés e liderança autoritária que marcaram a direção da FNB fundada em São Paulo,

leva-nos a questionar se estas características também eram evidentes e marcantes em outras filiais da FNB pelo país.

O nosso objetivo é conhecer a realidade da Frente Negra em Minas, buscando o entendimento das suas particularidades em relação ao movimento nacional, com sede em São Paulo. Para viabilizar a pesquisa utilizaremos como fontes principais, documentos produzidos pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops) em Minas Gerais, depositados no Arquivo Público Mineiro, nas pastas é possível encontrar documentos sobre a Frente e outras associações negras investigadas no estado. E o jornal “A Voz da Raça” de São Paulo, publicação oficial do movimento e que funcionava como porta-voz da entidade, o mesmo está disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Por meio do jornal investigaremos o constante intercâmbio da sede central, com as suas filiais do interior de outros estados, especificamente as publicações relativas as filiais mineiras.

Este ensaio tem por propósito estabelecer um panorama introdutório em relação ao projeto proposto, intentamos aqui, trazer a luz algumas questões pertinentes em relação a Frente Negra Brasileira em Minas Gerais, o movimento mineiro da década de 1930 é um tema totalmente inexplorado e obscurecido no quadro geral da historiografia nacional, um movimento tão importante com abrangência e influencia nacional merece ser analisado e compreendido em sua totalidade, buscamos contribuir com algumas reflexões neste sentido

1. Condições Contextuais enquanto processos causais: o surgimento da Frente Negra Brasileira em São Paulo e em Minas Gerais.

1.1 Comando Central da cidade de São Paulo.

Após a abolição da escravidão no Brasil em 13 de maio de 1888 surgiram, principalmente na cidade de São Paulo, inúmeras associações organizadas por negros e mestiços, a grande maioria destas, possuía um caráter majoritariamente cultural, recreativo e beneficente. Foi, todavia, somente a partir dos anos 30, que o movimento negro se colocou como porta-voz e ator organizado, com ambições e propostas político-sociais mais evidentes, na luta em benefício dos seus próprios interesses, fundando assim o movimento Frente Negra Brasileira.

O contexto socioeconômico da cidade de São Paulo evidencia os reais motivos que fizeram desta cidade, o palco principal das primeiras organizações negras associativas do período. O que clarifica as iniciativas paulistas era o total estado de abandono, desamparo e descaso vivido pela população negra no período pós abolição, esta condição pode ser identificada como mais grave em São Paulo, o que teria impellido a população negra a criar organizações associativas.

O cativo e posteriormente a falta de assistência e interesse, por parte do estado e da elite brasileira, em relação as condições sociais dos negros, seriam as principais causas da péssima situação dos ex-escravos e seus descendentes. Dificuldades de conseguir empregos estáveis e bem remunerados, péssimas condições de alimentação, moradia e trabalho, as crianças ficavam sozinhas enquanto os pais trabalhavam, os subempregos dos pais, com salários muito baixos, acabavam exigindo que as crianças ingressassem precocemente no mercado de trabalho para conseguir sobreviver e assim, estas acabavam não frequentando as escolas (OLIVEIRA, 2008).

Um ciclo vicioso ia se formando, uma nova ordem social de liberdade sem políticas públicas de integração dos negros, se somava a chegada de um grande número de imigrantes, europeus em sua maioria, que passaram a ser preferidos em relação aos negros, em diversos postos de trabalho, tanto no meio urbano quanto no meio rural. Além disso temos o abalo econômico sofrido pelo estado de São Paulo, o maior produtor de café do país, em decorrência da crise econômica do final dos anos 1920. Ainda como aspecto político relevante para a contextualização, podemos identificar a revolução de 1930, como um momento de recomposição das elites políticas, o que gerava na população paulista, mesmo nos grupos marginalizados, um sentimento de esperança de possíveis mudanças.

A realidade de opressão e abandono engendrou uma tomada de posição da população negra. A Frente Negra Brasileira (FNB), foi fundada em 16 de setembro de 1931, na capital paulista¹⁰⁹, surgiu através das lideranças negras que lutavam em favor

¹⁰⁹A Frente Negra Brasileira foi reconhecida como partido político em 1936. A associação manteve-se em funcionamento até o Estado Novo em 1937. Após o golpe várias sedes da associação mudaram de nome com a finalidade de manter o seu funcionamento, um exemplo dessa adaptação ocorreu em Cássia, no sul de Minas, a Frente passou a denominar-se Sociedade Negra Princesa Isabel. Todavia, ela foi declarada ilegal, sendo fechada em março de 1938.

de uma ação integracionista da “raça”. A preocupação do movimento negro era amparar os seus iguais através da união. Seus líderes acreditavam que a partir da conscientização e confederação da população negra, seria possível lutar e alcançar igualdade de direitos de forma efetiva, já que com o fim do regime escravocrata, estes direitos passaram a ser previstos pelas leis (OLIVEIRA, 2002).

O Centro Cívico Palmares (1926) e o jornal *Clarim d'Alvorada* (1924) foram instituições precursoras da Frente Negra Brasileira. As lideranças do Centro Cívico e do jornal participaram posteriormente da idealização e concepção da FNB. Os mesmos já nutriam nestas associações dianteiras, o desejo de problematizar a situação dos negros no país, reivindicar igualdade social, lutando por melhorias na condição de vida dos negros. (OLIVEIRA, 2002).

Identificar na Frente Negra o primeiro momento do movimento negro brasileiro não passa, portanto, por ignorar e/ou desqualificar o que já vinha acontecendo anteriormente. Eram apenas, segundo esses que assim pensam, associações de naturezas distintas. Embora muitas, como bem indicou Andrews, tenham surgido como reação à discriminação e com consciência dos problemas vivenciados pelo grupo, não possuíam o objetivo consciente e sistemático de lutar contra essa situação. Mesmo que ao longo do tempo suas estratégias, mais voltadas para o lazer e a recreação, tenham efetivamente contribuído para reverter e/ou melhorar a situação, essa não era uma intenção explícita, o objetivo principal (OLIVEIRA, 2008, p. 21-22).

Dois dos principais idealizadores da Frente Negra Brasileira, participantes das primeiras discussões para a formação da organização, foram os líderes José Correia Leite¹¹⁰, um dos fundadores do jornal “*Clarim d'Alvorada*” e Arlindo Veiga dos Santos¹¹¹, militante do Centro Cívico Palmares. Todavia, havia divergências políticas

¹¹⁰ José Correia Leite (1900-1989) foi um dos fundadores do jornal *Clarim d'Alvorada* junto a Jayme de Aguiar. A primeira edição do jornal foi impressa em janeiro de 1924, e se chamava apenas *O Clarim*. Aos poucos o jornal adquiriu impulso e respeito. Correia Leite aceitava o ideal comunista e denunciava as desigualdades sociais entre ricos e pobres, contudo, acreditava que a situação do negro era ainda pior se comparado com a situação dos demais trabalhadores. O jornalista passou a dirigir o periódico sozinho a partir do dia 28 de setembro de 1929. Desde então o jornal tornou-se cada vez mais denunciador e reivindicatório.

¹¹¹ Arlindo Veiga dos Santos (1902-1978) era protegido do mecenato da Igreja Católica, frequentou o Colégio São Luís dos Jesuítas, cursou faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo (antiga Faculdade São Bento). Militante católico desde 1924, era defensor do “nacionalismo integral”, sua vida foi marcada pela

entre estes membros visionários. José Correia Leite era simpático às ideias socialistas de esquerda, já Arlindo Veiga dos Santos defendia o Patrianovismo, movimento monarquista que buscava, através dos meios legais, instaurar o Império Orgânico Brasileiro, sob a retomada do reinado da Dinastia Nacional da Casa de Bragança. (MALATIAN, 2001).

As divergências ideológicas foram marcantes no processo de fundação frentenegrina, pois apesar das propostas políticas mais voltadas à esquerda, através da liderança de Correia Leite, a visão corporativista, antiliberal, anticomunista, antidemocrática, antiparlamentar e antipartidária, idealizada por Veiga dos Santos foi predominante.

Arlindo Veiga dos Santos era um exímio orador, professor com formação em letras e filosofia, poeta, jornalista, foi um líder muito carismático que ao se posicionar ganhava rapidamente a simpatia das pessoas a sua volta, em razão da capacidade eloquente de sua oratória. Com uma sólida formação católica, Veiga dos Santos foi o primeiro Presidente Geral da Frente Negra Brasileira, principalmente com o afastamento de José Correia Leite, após evidentes divergências ideológicas. (MALATIAN, 2001).

Os principais objetivos da Frente Negra Brasileira, além da busca por direitos sociais e políticos, era a elevação moral, intelectual, profissional, promoção de assistência e proteção da raça, defesa social, jurídica, econômica e do trabalho em relação aos membros associados.

1.2 Comando Central de Minas Gerais, sediado em Guaxupé

No sentido de buscar esclarecer as condições contextuais que favoreceram o surgimento da Frente Negra no estado de Minas Gerais, iniciamos a explanação dando atenção a realidade do município de fundação da associação, a cidade de Guaxupé, localizada no sul de Minas. A região que antes era denominada como Freguesia de Nossa Senhora das Dores de Guaxupé, cultivava em fins do século XIX, quantidade considerável de café, além desde, plantava-se cana de açúcar, fumo, algodão, milho, devido ao caráter policultural das fazendas locais.

adesão ao catolicismo e inquietação política, iniciou sua militância política no Partido da Mocidade. Jornalista, congregado mariano, membro do Centro D. Vital de São Paulo, fundador e dirigente da Frente Negra Brasileira.

Nos anos de 1890 a região de Guaxupé, tornou-se área de fronteira agrícola muito valorizada, disparando assim o valor do alqueire de terra. O café tornou-se cultura amplamente dominante na região a partir da aproximação da Campanha Mogiana de Estradas de Ferro, a estação de Guaxupé foi inaugurada em 1904.

Incentivada pela Companhia Mogiana, a cafeicultura expandiu-se com muita velocidade na região, durante a virada do século XIX para o século XX, relacionando-se a essa expansão a localidade se transformou em município em agosto de 1911 (MARTINS, 2014).

A história do líder fundador da Frente Negra em Minas Gerais se entremeia com o período de expansão cafeeira e principalmente com a construção das estradas de ferro no sul do estado de Minas, em particular a estrada Guaxupé-Muzambinho. Pio Damião, a principal liderança na criação da Frente no estado, e sua esposa Jeronimo Damião, se transferiram de Franca, estado de São Paulo, para Guaxupé, para que o mesmo pudesse trabalhar na construção da rodovia Guaxupé-Muzambinho em março de 1913. Damião foi ajudante do engenheiro Oliveira Martins e com o fim da obra, passou a trabalhar como cozinheiro da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, no período de expansão da malha ferroviária pelo Brasil (VALLE; VALLE; FERREIRA; RIBEIRO, 2004).

A expansão da malha ferroviária que atingiu Guaxupé (1904), colaborando para o escoamento do café, contribuiu com o dinamismo da cidade, o intercâmbio de pessoas e produtos, trocas culturais, assim como para o progresso do município. A chegada de vários imigrantes a região gerou um impulso comercial e um maior dinamismo da mão-de-obra nas lavouras cafeeiras (VALLE; VALLE; FERREIRA; RIBEIRO, 2004). Nesse contexto pode-se supor a aceitação mais abrangente dos imigrantes europeus nas lavouras de café, em detrimento da mão de obra recém liberta e seus descendentes, esta predileção foi observado e percebida em várias regiões do país.

No contexto do aumento populacional e o dinamismo econômico, ocorreu um surto de febre tifoide na região, atingindo vários operários da rede ferroviária. A Santa Casa de Misericórdia de Guaxupé foi inaugurada em meio a esta conjuntura, em junho de 1910, visando prestar serviços de saúde, no atendimento aos doentes, em sua maioria colonos das fazendas da região e trabalhadores da rede ferroviária.

A instituição de saúde foi criada em meio a esta crise sanitária, com poucos médicos, escassos recursos e apenas uma enfermeira para o atendimento aos doentes. É neste enquadramento situacional que Pio Damião assumi o cargo de zelador do hospital, a partir da necessidade de assistência aos pacientes, Damião passa a colaborar com os trabalhos da cozinha, lavanderia e também com os serviços de enfermagem na casa de saúde. Sua esposa, Jerônima Damião, assumiu o ofício de parteira, e o casal assim, passou a dedicar-se ao trabalho hospitalar, praticando a enfermagem empírica e cuidando da instituição.

Pio Damião exerceu funções assistenciais e gerenciais na Santa Casa, recebendo remuneração mista, figurando pagamento sob “produtividade” (valor por cada paciente internado na instituição). Damião e Jeronima trabalharam por mais de 20 anos consecutivos na instituição de saúde, o casal é considerado pelos cidadãos de Guaxupé, modelos de filantropia e caridade, apadrinharam diversas crianças e casais e criaram vários filhos adotivos.

O enfermeiro empírico exercia diversas funções no hospital, o que lhe permitia acumular capital social e político. Damião utilizava parte dos recursos auferidos por ele em obras sociais, o que lhe garantiu grande visibilidades e liderança junto a população do município (SILVA; SANNA, 2015).

As condições contextuais para a criação da Frente Negra Mineira, relacionam-se a dois aspectos interligados, ao capital social e político adquirido por Pio Damião durante o cumprimento das suas funções profissionais na Santa Casa, tornando-o uma liderança prestigiada e confiável aos olhos da população negra da região, e a situação de abandono em que a classe pobre e trabalhadora, principalmente a população negra, se via exposta na região.

Damião tinha a percepção desde abandono e a falta de integração sofrida pelos seus, tanto que quando o enfermeiro deixou de prestar serviços ao hospital, o mesmo reservou um cômodo de sua casa, para abrigar pacientes considerados desenganados pelos médicos, abrigava também indigentes, deficientes físicos, dando-lhes pouso e alimentação até que pudessem seguir seus caminhos (SILVA; SANNA, 2015).

Damião foi reconhecido pelo atendimento integral prestado aos mais necessitados e também pela atitude de liderança que exercia na função de “enfermeiro”, atendendo os pacientes em sua própria residência. Assim, a função de “enfermeiro” lhe deu visibilidade e reconhecimento social e político (SILVA; SANNA, 2015, p. 63).

Ao longo dos anos e de sua trajetória como enfermeiro, Pio Damião observava de perto o estado lastimável, material e moral, em que se encontrava a população negra de sua região. Diante de tamanho abandono Pio Damião tomou a iniciativa de fundar a filial da Frente Negra Brasileira, União Política e Social da Raça, em Guaxupé, a finalidade da associação era:

(...) proporcionar aos seus associados benefícios de natureza variada, diversões sadias, instrução através do funcionamento de uma Escola Noturna, reuniões recreativas e literárias, organizadas por elementos da própria sociedade. Durante vários anos à Frente Negra, sob a devotada orientação de seu chefe, proporcionou reais benefícios aos pretos de Guaxupé (...) (VALLE; VALLE, 1984, p.419).

2.1. Frente Negra em Minas Gerais: o comando central de Guaxupé.

Ao longo de sua trajetória, a Frente Negra Brasileira cresceu consideravelmente, ganhou vulto nacional e passou a integrar filiais em diversas regiões do país. Havia filiais espalhadas por outros estados, como Espírito Santo, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

A capacidade de penetração frentenegrina nos outros estados brasileiros impressiona, podemos constatar que muitas filiais surgiram poucos meses depois da implantação da sede principal em São Paulo, o que nos leva a refletir sobre a importância que a entidade possuiu no sentido de gerar um espaço de luta por direitos igualitários, representatividade e cidadania para a população negra.

Em Minas Gerais diversas cidades possuíram associações filiadas à Frente Negra Brasileira. Cidades como Guaxupé, Carmo do Rio Claro, Muzambinho, Passos, São Sebastião do Paraíso, Vargem Grande, Cabo Verde, Monte Santo, Belo Horizonte, Lavras, Três Corações, Três Pontas, São João Del Rey, Juiz de Fora, Laura de Oliveira,

Vila Carnevali, Itajubá, Perdões, São Domingos do Prata, Bonsucesso, Varginha, Dianópolis (OLIVEIRA, 2002).

O comando central da Frente Negra Brasileira em Minas Gerais foi fundado na cidade de Guaxupé. A associação foi idealizada e criada pelo enfermeiro empírico Pio Damião em 1933¹¹², tornando-se a filial mais importante do estado, o objetivo desta estava ligado a integração da população negra na sociedade.

Diferente das lideranças fundadoras da associação em São Paulo, Pio Damião não pertencia ao círculo da intelectualidade. Filho de escravos, trabalhou na Santa Casa de Misericórdia do município, inicialmente exercia funções na cozinha e nos serviços gerais de limpeza da instituição, posteriormente tornou-se enfermeiro empírico, pois tinha grande aptidão para os cuidados com os pacientes, sempre desejou resgatar a dignidade da população negra que vivia na sua localidade.¹¹³ Diante desta intenção, implantou a filial da Frente Negra Brasileira do município, ocupando o cargo de delegado e fiscal geral da associação em Minas Gerais. (SILVA; SANNA, 2015)

A associação criou escola noturna e cursos profissionalizantes para a população negra. Baseada em uma rígida disciplina, buscava valorizar o negro, promover a união e propiciar proteção, ascensão social e profissional de seus associados (SILVA; SANNA, 2015).

Quanto a abertura de outras filiais no estado mineiro, é de grande relevância mencionarmos as informações presentes no jornal oficial da associação. O jornal “*A Voz da Raça*” noticiou em 28 de abril de 1934 o andamento e organização das seguintes delegações fretenegrinas em Belo Horizonte, Lavras, Três Corações, Três Pontas, São João Del Rey, Juiz de Fora, Oliveira, Vila Carnevali, Itajubá, Pedrões, São Domingos da Prata, Bonsucesso, Carmo do Rio Claro, Varginha e Dianópolis. O periódico elogiava as iniciativas mineiras, pedindo um bravo ao patrio das alterosas e desejando que em breve eles possam dar mais notícias nesse sentido.

¹¹² A cópia da ata de fundação da Delegação da Frente Negra Brasileira de Guaxupé – Minas Gerais, e tomada de posse dos Conselheiros, foi publicada no jornal “*A Voz da Raça*” em 29 de abril de 1933. Na publicação podemos analisar também, a lista de sócios inscritos na Delegação de Guaxupé até o dia 19 de abril de 1933.

¹¹³ Em 25 de dezembro de 1882, na cidade de Araxá, interior de Minas Gerais, nasceu Pio Damião. Filho dos escravos Tobias Damião e Eva Maria, tinha duas irmãs: Rosária Teodoro Damião e Suzana Damião, todos nascidos livres por efeito da Lei do Ventre Livre. Casou-se com Jerônima Damião, mas não tiveram filhos. Ainda jovens, fixaram residência em Guaxupé.

A presente pesquisa surgiu através do contato com uma documentação bastante pertinente, encontrada na pasta 4.643, referente ao Deops, no Arquivo Público Mineiro. Em meados de 1937, uma filial da Frente Negra Brasileira em Minas, situada no município de Oliveira, foi denunciada ao Deops (Departamento Estadual de Ordem Política e Social), sob acusações de comunismo feitas por um grupo de integralistas.¹¹⁴ O coordenador da Frente viu-se obrigado a tomar frente da situação e prestar esclarecimentos ao chefe de Polícia Ernesto Dornellas. Em declaração, Pio Damião procurou deixar claro que a associação não tinha orientação de esquerda, que trabalhava com a finalidade de promover a melhoria das condições de vida e existência da população negra. (MELLO, 2013).

Pio Damião, procurou garantir que o objetivo da Frente era o “levantamento e a unificação da raça negra, que, desde 1888, vem lutando com ingentes sacrifícios, quer natural, moral e intelectual, e por isso merece o apoio de todo cidadão honesto”¹¹⁵. O documento datado de 20 de julho de 1937, deixa claro que a intenção do coordenador do Comando Central da associação, Pio Damião, era intervir junto ao chefe de Polícia Ernesto Dornellas, em defesa da Frente Negra de Oliveira, que vinha sofrendo ataques de grupos integralistas.

O Delegado da Frente Negra Brasileira em Oliveira, João Batista Viróte, comunicou ao coordenador central de Minas que a associação estava passando por grandes dificuldades em suas ações, pois as insinuações feitas pelos integralistas, prejudicavam a marcha da Frente Negra em Oliveira, e que os trabalhos realizados para o soerguimento da moral do negro, jamais produziriam efeitos diante das infundadas acusações.

A partir dessa documentação é possível perceber que as interações entre as filiais mineiras eram frequentes, os delegados de outras filiais do estado, recorriam ao comando central de Guaxupé quando precisavam de auxílio jurídico, em defesa da associação e do direito de continuar a trabalhar e “existir”, num contexto de efervescência política.

¹¹⁴ Os documentos relacionados a investigação que o Deops empreendeu sobre a Frente Negra Brasileira, colhendo o depoimento do então delegado e coordenador da Associação, Pio Damião, encontram-se disponíveis no banco de dados digitalizado do Arquivo Público Mineiro. Os documentos encontram-se na pasta 4.643.

¹¹⁵ Parte da declaração de Pio Damião ao chefe de polícia Ernesto Dornellas, pasta 4.643 (imagem de número 1655).

O desejo dos delegados frentenegrinos era manter ao menos as atividades beneficentes e recreativas da associação. Contudo, quatro meses depois dos esclarecimentos dados ao Deops, a Frente Negra Brasileira caiu na ilegalidade em todo o país, com o golpe de novembro de 1937, Getúlio Vargas fechou todas as agremiações políticas. Assim a Frente não pode mais exercer suas atividades de auxílio, suas estratégias de superação e diálogo visando a ação e reflexão da população negra em prol da integração social.

Conclusão

O presente trabalho faz parte da pesquisa em andamento e tem como intenção, ampliar o conhecimento sobre a Frente Negra Brasileira, através das ações do comando central mineiro e suas filiais em Minas Gerais, visamos o entendimento das particularidades do movimento no estado. Os trabalhos que existem voltados a FNB, dedicam-se em sua maioria a sede nacional em São Paulo, por ser a fundadora da associação negra e, conseqüentemente, a mais rica em fontes de investigação.

Partimos de uma abordagem que busca conhecer o papel da Frente Negra Brasileira em Minas Gerais, investigando e analisando a documentação relacionada ao comando central da associação, situado em Guaxupé, todavia, para além desta possibilidade, estamos ampliando o número de pastas ligadas ao Deops, fazendo o levantamento de outras filiais mineiras que foram investigadas pelo órgão de repressão. O objetivo é alargar o nosso conhecimento sobre as demais filiais da Frente Negra em Minas.

Traçamos aqui as condições contextuais que deram origem a Frente Negra em São Paulo e posteriormente em Minas Gerais, a intenção é refletir sobre os processos causais, a realidade de opressão e abandono que engendrou uma tomada de posição da população negra, quanto a falta de integração que sofriam.

Como parte do objetivo projetado, ao expandir o conhecimento sobre a associação mineira, intentamos relacionar as ações da mesma perante o movimento nacional sediado em São Paulo. A Frente Negra Brasileira, fundada em São Paulo em 1931, possuía uma liderança estritamente ligada a ideias monarquistas e integralistas, enquanto a filial mineira em Guaxupé, fundada em 1933, foi acusada de possuir uma orientação comunista, uma postura de “esquerda”, segundo a denúncia feita ao Deops.

A perspectiva de análise que vislumbramos, tendo em vista que há o acesso viável as fontes pretendidas, abrirá um leque de possibilidades para o estudo de outras filiais da Frente no estado de Minas Gerais. O Arquivo Público Mineiro, com seu acervo digitalizado do Deops, disponibiliza um material muito rico, pois, cada município possui diversas pastas sobre as investigações e controle exercido pela polícia política, pretendemos investigar com rigor, método e cautela essa documentação.

O trabalho pretende avançar no sentido de compreender o movimento Frente Negra Brasileira, órgão associativo que pode ser entendido enquanto um instrumento de visibilidade da (e para a) população negra, um espaço de sociabilidade, resistência, inserção, e educação, voltado a esta camada da população. Uma organização que possuía um projeto de cidadania, para se pensar e lutar pela efetivação dos direitos previstos da constituição brasileira, materializando o avanço na luta pela união política e social da “gente negra nacional”.

Referências Bibliográficas:

Fontes:

Documentos do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops) em Minas Gerais - pasta principal 4.643 e pastas 4.641, 4.642. (Arquivo Público Mineiro).

O jornal “A Voz da Raça”, publicação oficial do movimento, disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Referências:

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo** [online], vol.12, n.23, 2007, p. 100 – 122.

MALATIAN, Teresa. **Império e missão: um novo monarquismo brasileiro**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2001.

MARTINS, Marcos Lobato. A Marcha do Café no Sul de Minas, décadas de 1880-1920: Alfenas, Guaxupé, Machado e Três Pontas. **Revista Territórios & Fronteiras**, v.7, n.1, jan-jun. 2014.

MELLO, Alessandra. Frente Negra Brasileira tem ideias sufocadas. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 1 set. 2013. Política. In:

https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/09/01/interna_politica,442856/frente-negra-brasileira-tem-ideais-sufocados.shtml

OLIVEIRA, Laiana Lannes. **A Frente Negra Brasileira**: Política e questão racial nos anos de 1930. (Dissertação de mestrado) Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

_____. **Entre a miscigenação e a multirracialização**: brasileiros negros ou negros brasileiros? (Tese de doutorado em história) Niterói: UFF, 2008.

SILVA, Maria Regina Guimarães; SANNA, Maria Cristina. **Pio Damião**: a enfermagem como forma de participação política. REFACS (online) 2016; 4(1):59-68.

VALLE, José Ribeiro do; VALLE, Geraldo Ribeiro do; FERREIRA, Moacyr Costa; RIBEIRO, Venerando Vieira. **Guaxupé: memória histórica** - a terra e a gente. 2. ed. Guaxupé: Gráfica Nossa Sra. de Fátima, 2004.

VALLE, José Ribeiro do; VALLE, Geraldo Ribeiro do. **Guaxupé: Memória Histórica**, A Terra e a Gente. São Paulo, 1ª ed., 1984.

Michel Temer: do "impeachment é impensável" ao rompimento com o governo

Bruno Erbe Constante¹¹⁶

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo analisar de que forma, o então vice-presidente do Brasil, Michel Temer posicionou-se na mídia social Twitter quanto aos processos políticos ocorridos entre junho de 2013 e dezembro de 2015. Estabeleceu-se este recorte temporal porque em 2013 ocorrem manifestações massivas que são um marco em nossa história recente; e porque 2015 é o ano em que Eduardo Cunha, na condição de presidente da Câmara dos Deputados, aceita abrir o pedido de *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff. Para tanto, será utilizada a metodologia da análise do discurso.

PALAVRAS-CHAVE: Michel Temer. Discurso Político. Twitter.

ABSTRACT: The present work aims to analyze how the then vice-president of Brazil, Michel Temer, positioned himself in the social media Twitter regarding the political processes that occurred between June 2013 and December 2015. This time clipping was established because in 2013 massive demonstrations take place that are a milestone in our recent history; and because 2015 is the year in which Eduardo Cunha, as president of the Chamber of Deputies, agrees to open the impeachment request against President Dilma Rousseff. For this, the methodology of discourse analysis will be used.

KEYWORDS: Michel Temer; Political Discourse. Twitter.

Introdução

No ano de 2016, eu ingressei no curso de Licenciatura em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Meses após o início da faculdade, a sociedade brasileira presenciou, via cobertura midiática, a votação que depôs a primeira presidenta de nossa história: Dilma Vana Rousseff. Depois de consumado este fato, nós, estudantes de universidades públicas, ocupamo-las como

¹¹⁶ Licenciado (2020) e Bacharelado, ambos em História, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail para contato: erbeconstante@gmail.com.

reação ao que compreendíamos ser um golpe de Estado¹¹⁷, ao recém empossado Michel Temer, bem como às medidas impopulares defendidas por este.

Ao final da graduação, tendo que escrever uma Monografia, optei por estudar o processo que culminou no golpe, porque este fora, como externado acima, impactante em minha trajetória acadêmica. Neste sentido, este trabalho é uma parte da pesquisa defendida no começo deste dois mil e vinte tão atípico (CONSTANTE, 2020a). A análise dos tuítes de Temer, deve-se ao fato de que, na época do golpe, começou a pulular em diversas mídias sociais, sobretudo Facebook e Twitter, *prints*¹¹⁸ ou retuítes, respectivamente, de comentários do vice-presidente em seu Twitter. Nestes, diversas vezes lia-se elogios a Dilma Rousseff e a seu governo. Ademais, quando perguntando sobre a possibilidade de ocorrer uma troca de governo, afirmou que o *impeachment* não seria algo viável. Percebi, pois, que seria interessante analisar de que forma os discursos políticos produzidos na mídia social Twitter por Temer foram se modificando.

Portanto, este trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: a primeira parte discorre sobre a mídia social em questão, explicitando suas principais características; a segunda parte explora a alternativa teórico-metodológica utilizada para lidar com os tuítes; a terceira parte abrange os discursos políticos de Michel Temer dentro do recorte estabelecido, isto é, junho de 2013 até dezembro de 2015; por fim, as conclusões buscam sintetizar os principais resultados obtidos.

Do desenvolvimento à popularização da mídia social Twitter

Antes de mais nada, é preciso responder um questionamento inicial a respeito da natureza do Twitter: este é uma rede social ou uma mídia social? Rede refere-se às relações entre pessoas a partir do compartilhamento de objetivos e/ou interesses comuns, ao passo que mídia designa também relações, todavia, entre pessoas e conteúdo. É por esta razão que Andreas Kaplan e Michael Haenlein argumentam que a mídia social “(...) é um grupo de aplicações para Internet construídas com base nos fundamentos ideológicos e tecnológicos da Web 2.0, e que *permitem a criação e troca*

¹¹⁷ Por tratar-se de resumo, este texto não tem o objetivo de definir por que *golpe*. Para isto, ver: CONSTANTE 2020a, 2020b.

¹¹⁸ Grosso modo, trata-se da técnica de tirar uma “foto” de algo da tela do computador, celular e/ou semelhante, e publicá-la em outro local.

de *Conteúdo Gerado pelo Utilizador*” (KAPLAN; HAENLEIN, 2010: 61, grifos meus, tradução livre). Além disto, Guilherme Ribenboim, diretor geral do Twitter no Brasil, em [entrevista](#)¹¹⁹ concedida à empresa jornalística Estadão, afirma que “Somos uma *rede* de interesses, e *não uma rede social*. O Twitter não é sobre estar relacionado com seus parentes, *mas sim com o conteúdo*”.

Após a devida definição, pode-se dizer que a mídia social Twitter é apresentada ao público em 2006, porém populariza-se apenas em 2009, pois é neste ano que algumas pessoas famosas ingressam na mídia na condição de usuárias. Inclusive, a partir daí, o número de usuárias(os) aumenta de forma significativa, passando de trinta milhões em 2010 para trezentos e trinta milhões em 2019 (CONSTANTE, 2020a). Acrescenta-se ao ingresso dessas famosas, a utilização do Twitter enquanto ferramenta jornalística para divulgação de notícias em tempo real, sendo este motivo o catalizador da popularização deste ambiente digital. O exemplo mais significativo deste uso feito pelos jornalistas refere-se as eleições ocorridas no Irã também em 2009. Para popularizar o que estava acontecendo, passou-se a utilizar a #IranElection, tornando-se essa a primeira *hashtag*¹²⁰ a ganhar notoriedade a nível internacional.

A mídia social Twitter é aberta a todas as pessoas que possuem, evidentemente, algum aparelho com acesso à Internet. Sua dinâmica baseia-se na pergunta “*o que está acontecendo*”, podendo esta ser respondida com o uso de até 280 caracteres¹²¹. Ademais, existe a dialética entre *followins* e *followers*, ou seja, pessoas a seguir – usuárias(os) cujo conteúdo você decide acompanhar – e seguidoras(es) – usuárias(os) que consomem o seu conteúdo. Também é necessário destacar a possibilidade de se *retuitar* – comumente simplificado por RT – que consiste, basicamente, em replicar o conteúdo de outrem para sua rede de seguidoras(es); de *mencionar*, ou seja, citar outra(os) usuária(o) em determinado conteúdo; mandar *mensagens diretas* que, nada mais são, que mensagens privadas.

¹¹⁹ As mudanças proporcionadas pelo desenvolvimento tecnológico também se refletem na escrita da história (LUCCHESI, 2014). Neste sentido, sempre que houver uma palavra ou frase sublinhada no texto impresso (e em azul na versão PDF), significa a existência de *hiperlink*, navegável quando este trabalho estiver sendo lido via computador, celular e/ou aparelho semelhante com acesso à Internet.

¹²⁰ *Hashtag*, identificada pelo símbolo #, são palavras ou frases precedidas por este que possibilitam a indexação de certo conteúdo comum entre as(os) usuárias(os).

¹²¹ No recorte temporal estabelecido, o limite ainda era de 140 caracteres.

Por possuir tais características, o Twitter é uma mídia social dinâmica e extremamente popular, figurando entre suas(eus) usuárias(os) figuras políticas que, dentre outras coisas, visam aproximar-se de seu séquito. Portanto, como discorreu o historiador Fábio Chang de Almeida sobre a Internet, “fica evidente que os historiadores do tempo presente *não podem negligenciar* o potencial da rede como fonte de pesquisa” (ALMEIDA, 2011: 16, grifos meus).

Tuíte: discurso político?

Comumente quando pensamos em como definir o que seria um discurso político tendemos a associa-lo àqueles discursos que são produzidos dentro dos espaços clássicos do ambiente político – legislativos municipais, estaduais e federais – por seus ocupantes, isto é, os políticos. Essa noção está correta, não obstante é limitadora e, evidentemente, não englobaria nada do que se produz fora desses espaços. Assim sendo, o arguto estudo de Silvia Gutiérrez, que identifica duas concepções de discurso político, é importante porque alarga a concepção sobre este. Em sua argumentação, existe a concepção *restritiva*, ou seja, a concepção inicialmente externada, e a concepção *extensiva*, baseada em um conceito ampliado de política “que incorpora aqueles discursos que, embora não sejam emitidos nos locais institucionais onde acontece o jogo do poder, *possuem uma intenção política*”, isto é, tem como objetivo “*incidir nas relações de poder existentes*” (GUTIÉRREZ, 1999: 6, grifos meus, tradução livre). É, pois, nesta perspectiva que compreendo os tuítes.

Dito isso, o discurso político é o discurso do sujeito por excelência, conforme argumenta Céli Pinto, haja vista que se materializa em posições ideológicas, sendo construído historicamente e posto em circulações por sujeitos históricos. Acrescenta-se a isto a existência constante de uma luta discursiva em que se permitem certas estratégias, como “proselitismo, ameaças, promessas” (MEYENBERG; LUGO, 2011: 6). Neste sentido, o discurso político necessita impor sua verdade e desconstruir outros discursos que estejam em confronto com a sua visão de mundo. Essa necessidade justifica-se por sua condição de provisoriedade, sendo dinâmico e frágil, estando, conseqüentemente, continuamente ameaçado. Em consequência disto, esses discursos precisam lutar pelo poder – no sentido de buscar legitimidade em um cenário permeado pelo conflito.

Os discursos políticos são, portanto, extremamente relevantes para uma melhor compreensão do mundo social e político, porque são meios que possibilitam “a manutenção da ordem ou sua ruptura” (COLIMA; CABEZAS, 2017: 26). Por fim, é necessário ressaltar que existe uma estratégia implícita nesses discursos, já que “O sujeito comunicante concebe, organiza e encena suas intenções de forma a *produzir determinados efeitos (...) sobre o sujeito interpretante*, para leva-lo a se identificar (...) com o sujeito destinatário ideal construído” (CHARAUDEAU, 2014: 56, grifos meus) pelo sujeito comunicante.

Michel Temer e o silêncio sobre as manifestações de junho de 2013

No ano de 2013, diversas manifestações, em distintas capitais do país, ocorreram visando a redução da tarifa do transporte público. Em Porto Alegre, estas irromperam no mês de fevereiro, sendo lideradas pelo Bloco de Lutas, grupo extremamente difuso, congregando desde coletivos anarquistas e libertários até militantes do Partido dos Trabalhadores (PT), do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), do Partido Socialista Trotskista Unificado (PSTU) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB) (SEGARRA, 2015).

Influenciadas(os) pelo sucesso das manifestações das(os) porto-alegrenses, as(os) manifestantes que vão às ruas em junho desse ano, sobretudo em São Paulo, possuem a mesma pauta, isto é, redução tarifária do transporte público. Na grande metrópole brasileira, os protestos são convocados pelo Movimento Passe Livre, autodefinido como

um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada. O MPL é um grupo de pessoas comuns que se juntam há quase uma década para discutir e lutar por outro projeto de transporte para a cidade. Estamos presentes em várias cidades do Brasil e lutamos pela democratização efetiva do acesso ao espaço urbano e seus serviços a partir da Tarifa Zero! (Movimento Passe Livre).

A articulação e a disseminação rápida das manifestações são influenciadas, sobretudo, pelas novas mídias sociais, tendo em vista o caráter híbrido destes atos (CASTELLS, 2012).

A despeito da relutância da mídia tradicional televisiva, que só veiculou informações quatro dias após o primeiro ato de protesto (SOUZA, 2016), na mídia social Twitter, justamente por sua dinamicidade, as(os) usuárias(os) tuitavam sobre as manifestações desde o primeiro dia. Ao final destas, o saldo foi negativo para Dilma Rousseff, que perdeu “27 pontos percentuais desde o início dos protestos”, sendo, pois “a maior queda de popularidade da presidenta desde o início do mandato” (SOUZA, 2016: 95)¹²².

Michel Temer manifestou-se sobre as manifestações, pela primeira vez, no dia 18 de junho, data em que o Jornal Nacional passou a combater, da noite para o dia, a repressão às(aos) manifestantes. Em seu Twitter, Temer comentou que “[o governo federal deve ‘dialogar com os manifestantes e procurar soluções para os problemas’](#)”. Neste mesmo dia, após [entrevista](#) concedida à BBC Brasil, continuou tuitando que “[a manifestação é um direito democrático, estipulado em nossa Constituição](#)”. Sobre a companheira de governo, a queda de aprovação e o aumento da rejeição ao governo, nada comentou. Ao final do ano, porém, comentou algo que apareceria outras vezes em seu Twitter, a saber, “[Quem dá o tom da política no país é o PMDB](#)”.

As eleições presidenciais de 2014: a crítica pontual e os elogios à Dilma Rousseff

Ao fim das manifestações de junho, as pessoas continuaram indo às ruas, todavia com menos adesão popular. Em julho, ocorreram manifestações convocadas por categorias específicas, como, por exemplo, os caminhoneiros, motoboys e metroviários (GOHN, 2014). Em agosto, houve uma forte desaceleração dos protestos, seguindo setembro e outubro adentro. Na capital de São Paulo, “o ano de 2013 se encerra com uma grande ocupação do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST)” (GOHN, 2014: 37), que mais tarde ficaria conhecida como Ocupação Palestina. À vista disso, uma nova onda de manifestações só irá ocorrer no contexto da Copa do Mundo, em 2014, criticando-a. Todavia, como a adesão não foi tão grande como em junho de 2013,

¹²² Para maiores detalhes sobre as manifestações de 2013, ver: SINGER, 2013 e KUNRATH, 2018.

é melhor focarmos, para os objetivos deste resumo, em como Michel Temer se pronunciou em sua mídia social a respeito das eleições que se avizinhavam.

O primeiro turno das eleições presidenciais de 2014 ocorreu em 05 de outubro. Alguns dias antes, porém, Temer criticou pontualmente a presidenta: “[@dilmabr tem dialogo, fez reunião de líderes e com presidentes dos partidos. O q deve melhorar é o contato pessoal](#)”. É interessante pensar que esta ideia seria utilizada, futuramente, pelos grandes veículos e por movimentos conservadores para criticar Dilma. Apesar deste comentário, o vice-presidente, na sequência, elogiou sua companheira de governo: “[Os adversários dizem que vão adaptar, vão continuar. Se até eles estão aprovando, é melhor continuar com @dilmabr](#)”. No mesmo dia, isto é, 02 de outubro, ocorreu o último debate, realizado pela empresa jornalística Globo. Temer elogiou a candidata à reeleição em diversas oportunidades, afirmando que esta apresentara “[as melhores propostas para garantir mais futuro para o Brasil](#)” e “[debateu em alto nível, mostrou tranquilidade e preparação](#)”. Como sabemos, ao findar o primeiro turno, a atual presidenta fora ao segundo turno com Aécio Neves (PSDB), o que rendeu o seguinte tuíte: “[Acredito que @dilmabr ganhará essa eleição e nós do @PMDB Nacional, vamos preparar uma candidatura para 2018](#)”.

A reeleição da chapa Dilma-Temer e os protestos pós-eleitorais

Como se sabe, a candidata à reeleição venceu o pleito, por margem apertada, é verdade, mas venceu. Comemorada a vitória, seis dias após o resultado, “ocorre o primeiro episódio de protesto eleitoral contra o governo” (SCHERER, 2018: 90), tendo como pautas, além da alegada fraude eleitoral, a corrupção da Petrobrás, com anuência de Dilma, motivo considerado mais que suficiente para pedir o *impeachment* desta. Sobre esta manifestação, Temer nada comentou. Em seu Twitter, comentava apenas que seu partido, PMDB, havia saído “[fortalecido das eleições](#)” – em números concretos representava “[7 governadores, 4 vices, 25 senadores, 66 deputados federais, 142 estaduais, 1135 prefeitos, 900 vices, 8 mil vereadores](#)” – e que se debatia a reforma política¹²³. Em consonância com seu tuíte referente ao fortalecimento de seu partido, no

¹²³ PT e PMDB estavam em atrito sobretudo em dois pontos da reforma política. Se por um lado o partido da presidenta pregava o fim do financiamento privado e a manutenção da eleição em dois turnos, por outro lado, o partido do vice-presidente defendia a continuidade do financiamento privado e o voto majoritário para Câmara – comumente chamado de Distritão.

dia 07 de novembro, Temer afirmou que [“Nós não somos aliados do governo. Nós somos o governo”](#), seguido por [“O #PMDB vai ocupar posições de destaque. Uma posição compatível com o seu tamanho”](#).

Pouco antes de acabar o ano, o vice-presidente fez vários elogios às políticas públicas desenvolvidas pelo governo, tais quais, [“Nos últimos anos, nosso país foi bem sucedido ao retirar 42 milhões de pessoas da extrema pobreza”](#), [“O ensino fundamental público e gratuito foi universalizado no #Brasil”](#), [“Foram criadas novas universidades públicas”](#), [“O governo não governou só para uma classe social”](#).

Ao iniciar 2015, novas manifestações voltaram a acontecer, sendo a do dia 15 de março a mais emblemática pelo número de pessoas nas ruas, sobretudo em São Paulo¹²⁴. Sobre estas, Temer comentou, no dia seguinte, que [“Não vamos nos impressionar negativamente com os acontecimentos, mas positivamente, pq significa uma força extraordinária da democracia”](#). Porém, dias mais tarde, afirmou, a despeito das posições favoráveis a destituição de Dilma, que [“O impeachment é impensável, geraria uma crise institucional. Não tem base jurídica e nem política”](#). É interessante notar que, depois disto, diversas vezes Temer deu razão à população que ia às ruas, dizendo que [“Só governa quem tem poder e quem tem poder é o povo”](#), e argumentando que [“Não basta ter governo, é preciso ter governabilidade”](#). Neste sentido, meses mais tarde tuitou que [“Uma crise é indesejável”](#), entretanto, [“Esteja eu designado pela presidenta ou não, continuarei na articulação”](#) política. Foi o que aconteceu.

Considerações finais

A argumentação aqui desenvolvida buscou explicitar as principais características da mídia social Twitter, bem como sua potencialidade para o desenvolvimento de estudos que utilizem os tuítes enquanto fontes primárias. Para tanto, optou-se, dentre diversas metodologias possíveis, por compreender os tuítes a partir da concepção extensiva do discurso político, isto é, um discurso que busca incidir sobre os processos, embora não esteja sendo enunciado nos espaços tradicionais da arena política.

A análise das manifestações de Michel Temer em seu perfil no Twitter explicitou que, sobre as manifestações de junho de 2013, importantes por seu desenrolar

¹²⁴ Os dados são controversos. Segundo [Datafolha](#), a estimativa é de 210 mil pessoas, porém, conforme a [Polícia Militar do Estado de São Paulo](#), o número é de 1 milhão

e por seu saldo político, Temer quase não se posicionou, porém, já naquele ano disse que seu partido era o responsável por fazer “o meio de campo” no chamado presidencialismo de coalizão (ABRANCHES, 1988). Já no contexto das eleições, obviamente por ser companheiro de chapa de Dilma, teceu elogios a esta e a seu governo, externando a importância de se dar continuidade às políticas públicas que vinham sendo desenvolvidas. Apesar disto, já preparava o jogo político e reafirmava o papel do PMDB, argumentando que se pretendia lançar candidatura própria nas próximas eleições. Após o resultado favorável à reeleição, não se posicionou contrário às manifestações que clamavam pelo *impeachment*, ao contrário, disse que estas eram positivas porque externavam a potencialidade democrática da sociedade brasileira. Por fim, embora tenha dito que a saída constitucional era improvável, porque geraria uma crise profunda, além de não haver respaldo político e/ou jurídico, optou por apoiá-la.

Muito ainda se tem a escrever sobre o processo que culminou no golpe de 2016, bem como sobre as figuras que tiveram papel destacado no cenário nacional. Este resumo buscou analisar de que forma Michel Temer, ávido articulador e vice-presidente do país, posicionou-se em três momentos recentes e importantes de nossa história política. Neste sentido, pretendeu-se, aqui, contribuir para o debate político contemporâneo sobre o papel das novas mídias sociais na compreensão dos fenômenos recentes, algo que, felizmente, pouco a pouco está sendo feito.

Tuítes mencionados

(AI) Michel Temer afirmou hoje que o governo federal deve "dialogar com os manifestantes e procurar soluções para os problemas". 1:01 pm, 18 jun. 2013, Twitter Web Client. @MichelTemer. Disponível em: <<https://twitter.com/MichelTemer/status/347021378316300289>>.

(AI) Em entrevista à BBC Brasil, Temer disse que "a manifestação é um direito democrático, estipulado em nossa Constituição". 1:03 pm, 18 jun. 2013, Twitter Web Client. @MichelTemer. Disponível em: <<https://twitter.com/MichelTemer/status/347021870220075009>>.

"Quem dá o tom da política no país é o PMDB" - entrevista ao jornal Brasil Econômico. 5:47 pm, 17 dez. 2013, Brasília, Brasil, Twitter for iPhone.

@MichelTemer. Disponível em:
<<https://twitter.com/MichelTemer/status/413032825492111360>>.

(AI) **#MichelTemerNoIG**: “**@dilmabr** tem dialogado, fez reunião de líderes e com presidentes dos partidos. O q deve melhorar é o contato pessoal”. 11:59 am, 2 out. 2014, TweetDeck. @MichelTemer. Disponível em:
<<https://twitter.com/MichelTemer/status/517690399423746048>>.

(AI) **#MichelTemerNoIG**: “Os adversários dizem que vão adaptar, vão continuar. Se até eles estão aprovando, é melhor continuar com **@dilmabr**”. 12:07, 2 out. 2014, TweetDeck. @MichelTemer. Disponível em:
<<https://twitter.com/MichelTemer/status/517692315658629120>>.

Foi o que a presidenta fez ontem, no **#DebateNaGlobo**, ao apresentar as melhores propostas para garantir mais futuro para o Brasil. 2:22 pm, 3 out. 2014, TweetDeck. @MichelTemer. Disponível em:
<<https://twitter.com/MichelTemer/status/518088590723915776>>.

#DebateNaGlobo: A presidenta **@dilmabr** debateu em alto nível, mostrou tranquilidade e preparação. Confira como foi: <http://goo.gl/1qw4FE>. 2:23 pm, 3 out. 2014, TweetDeck. @MichelTemer. Disponível em:
<<https://twitter.com/MichelTemer/status/518088971327643648>>.

(AI) "Acredito que **@dilmabr** ganhará essa eleição e nós, do **@PMDB_Nacional**, vamos preparar uma candidatura para 2018", **#MichelTemerNoUOL**. 11:45 am, 6 out. 2014, TweetDeck. @MichelTemer. Disponível em:
<<https://twitter.com/MichelTemer/status/519136338407587840>>.

"O **#PMDB** saiu fortalecido das eleições"... leia a entrevista de **#MichelTemer** ao jornal **@br_economico** <http://goo.gl/gg25at>. 10:15 am, 3 nov. 2014, Brasília, Brasil, Twitter Web Client. Disponível em:
<<https://twitter.com/MichelTemer/status/529245416286871554>>.

“O PMDB tem 7 governadores, 4 vices, 25 senadores, 66 deputados federais, 142 estaduais, 1135 prefeitos, 900 vices, 8 mil vereadores”. 10:09 pm, 4 nov. 2014,

Brasília, Brasil, Twitter Web Client. @MichelTemer. Disponível em: <<https://twitter.com/MichelTemer/status/529787658143137792>>.

"Nós não somos aliados do governo. Nós somos o governo", diz o vice-presidente [#MichelTemer](#) ao @DestakBRA <http://goo.gl/9vX8EZ>. 4:34 pm, 7 nov. 2014, Brasília, Brasil, Twitter Web Client. @MichelTemer. Disponível em: <<https://twitter.com/MichelTemer/status/530790478841937920>>.

"Nos últimos anos, nosso país foi bem sucedido ao retirar 42 milhões de pessoas da extrema pobreza" [#Cumbre2014](#). 12:00 am, 9 dez. 2014, Twitter Web Client. @MichelTemer. Disponível em: <<https://twitter.com/MichelTemer/status/542136574662565888>>.

"O ensino fundamental público e gratuito foi universalizado no [#Brasil](#) e temos o mesmo objetivo quanto ao ensino médio" [#Cumbre2014](#). 12:02 am, 9 dez. 2014, Twitter Web Client. @MichelTemer. Disponível em: <<https://twitter.com/MichelTemer/status/542137145679294464>>.

"Foram criadas novas universidades públicas; além disso, mais de 3 milhões de alunos receberam bolsas para acesso a universidades privadas". 12:03 am, 9 dez. 2014, Twitter Web Client. @MichelTemer. Disponível em: <<https://twitter.com/MichelTemer/status/542137408238542848>>.

(AI) "O governo não governou só pra uma classe social. Em 2002, eram 12 milhões de pessoas com padrão de vida melhor. Hj são 30 milhões". 1:53 pm, 10 dez. 2014, São Paulo, Brasil, Twitter for iPhone. Disponível em: <<https://twitter.com/MichelTemer/status/542708786965016576>>.

"Não vamos nos impressionar negativamente com os acontecimentos, mas positivamente, pq significa uma força extraordinária da democracia". 2:29, 16 mar. 2015, Twitter for iPhone. @MichelTemer. Disponível em: <<https://twitter.com/MichelTemer/status/577522177790095360>>.

"O impeachment é impensável, geraria uma crise institucional. Não tem base jurídica e nem política". 2:24 am, 30 mar. 2015, Twitter Web Client. @MichelTemer. Disponível em: <<https://twitter.com/MichelTemer/status/582413077754195968>>.

"**Só governa quem tem poder e quem tem poder é o povo. Ele seus representantes e têm fórmulas constitucionais de participação no governo**". 9:51 am, 9 jun. 2015, Conselho Federal da OAB, Twitter for iPhone. @MichelTemer. Disponível em: <<https://twitter.com/MichelTemer/status/608255055490359296>>.

"**Não basta ter governo, é preciso ter governabilidade**". 9:52 am, 9 jun. 2015, Brasília, Brasil, Twitter for iPhone. @MichelTemer. Disponível em: <<https://twitter.com/MichelTemer/status/608255256993132545>>.

"**Temos que ter tranquilidade institucional. Uma crise é indesejável neste momento. Isso é um consenso entre os partidos da base**". 12:36 pm, 6 jul. 2015, Twitter Web Client. @MichelTemer. Disponível em: <<https://twitter.com/MichelTemer/status/618081170643918848>>.

"**Se vou deixar a articulação política, acho que é fora de prumo. Esteja eu designado pela presidenta ou não, continuarei na articulação**". 12:38 pm, 6 jul. 2015, Twitter Web Client. @MichelTemer. Disponível em: <<https://twitter.com/MichelTemer/status/618081682109939712>>.

Referências

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados - Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol. 31, n. 1, 1988, p. 5-34. Disponível em: <<https://politica3unifesp.files.wordpress.com/2013/01/74783229-presidencialismo-de-coalizacao-sergio-abranches.pdf>>.

ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. **Aedos**, v. 3, n. 8, jan.-jun. 2011. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/16776>>.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CHARAUDEAU, Patrick. **O signo entre o sentido da língua e o sentido do discurso**. In: **Linguagem e discurso: modos de organização**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

COLIMA, Leslie; CABEZAS, Diego. Análisis del rap social como discurso político de resistência. **Bakhtiniana**, São Paulo, 12 (2), mai./ago., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/bak/v12n2/es_2176-4573-bak-12-02-0024.pdf>.

CONSTANTE, Bruno Erbe. **O Golpe Tuitado: uma análise dos discursos produzidos no Twitter pelas principais lideranças do Golpe de 2016 (junho 2013 – dezembro 2015)**. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2020a.

CONSTANTE, Bruno Erbe. O uso da mídia social Twitter como fornecedora de fontes primárias e sua utilização em um caso específico. **Aedos**, Porto Alegre, v. 12, n. 26, ago. 2020b. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/103155/57985>>.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. 2ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

GUTIÉRREZ, Silvia. Discurso político y argumentación. **Tercer Coloquio Latinoamericano de Estudios del Discurso**, 1999, Santiago. Disponível em: <http://web.uchile.cl/facultades/filosofia/Editorial/libros/discurso_cambio/72Gutie.pdf>

KAPLAN, Andreas, HAENLEIN, Michael. Users of the world, unite! The challenges and opportunities of Social Media. **Business Horizons**, 53, 2010. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0007681309001232>>.

Movimento Passe Livre. Disponível em: <<https://www.mpl.org.br/>>.

LUCCHESI, Anita. **Digital History e Storiografia Digitale: estudo comparado sobre a escrita da história no tempo presente (2001-2011)**. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2014.

MEYENBERG, Yolanda; LUGO, José Antonio. **Palabra y poder. Manual del discurso político**. México: Grijalbo, 2011.

resistencia. **Bakhtiniana**, São Paulo, 12 (2), mai./ago., 2017. Disponível em:

SCHERER, Caroline. **Golpe de Estado neoliberal: estruturas transnacionais de poder, contestação pós-eleitoral e derrubada do governo no Brasil (2013-2016)**.

Dissertação de Mestrado em Sociologia. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2018.

SEGARRA, Josep. **“Paz entre nós, guerra aos senhores!”: uma etnografia sobre o Bloco de Lutas pelo Transporte Público e a ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**. Dissertação em Antropologia Social. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

SILVA, Marcelo Kunrath. A apropriação conservadora do ciclo de protestos de 2013: rumo aos protestos anti-Dilma?. **Lusotopie**, 17, 2018, p. 88-111. Disponível em: <https://brill.com/view/journals/luso/17/1/article-p88_7.xml>.

SINGER, André. Brasil, Junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos**, 97, nov. 2013, p. 23-40. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/nec/n97/03.pdf>>.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe. Entenda como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

O estado de exceção a serviço da beligerância: a experiência brasileira na Primeira Guerra Mundial (1917-1918)

Fernanda Bana Arouca¹²⁵

Resumo: Em outubro de 1917, o Brasil entrou oficialmente na Primeira Guerra Mundial ao lado dos Aliados contra a Alemanha. O estado de beligerância teve um desdobramento imediato: a instauração do estado de sítio, poucas semanas depois, fato que se relaciona de forma mais ampla com a natureza do estado de exceção, intrinsecamente vinculado ao evento da Grande Guerra. Buscamos com o presente trabalho delinear como esse fenômeno se relaciona com o momento pelo qual passava a república brasileira, levando em conta, assim, a especificidade política e social do país. Logo, buscaremos responder como a experiência do Brasil, sendo considerado um país beligerante “periférico”, que efetivamente não participou dos campos de batalha, pôde se relacionar com o processo transnacional de totalização da guerra.

Palavras-chave: Primeira Guerra Mundial; Brasil; guerra total; estado de exceção.

Abstract: Brazil officially joined the Allied in the First World War on October 1917. The state of war immediately impacted the country: in a few weeks it was declared the state of siege, act that was related to a broader conception of the state of exception, deeply linked to the event of the Great War. We seek to outline how this phenomenon is related to what was happening in the Brazilian Republic at that period, regarding its political and social aspects. Thus, we aims to analyze how the “peripheric” Brazilian experience in the war could concern the transnational process of the totalization of the war.

Key-words: First World War; Brazil; total war; state of exception.

¹²⁵ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) da UFRJ, sob orientação da Profa. Dra. Sílvia Adriana Barbosa Correia, e bolsista CAPES. E-mail: banarouca@hotmail.com.

Introdução

Caracterizada como uma experiência sem precedentes, a Primeira Guerra Mundial fez com que os homens tivessem que se confrontar e lidar com a violência extrema em diversos níveis, fossem eles pessoais, políticos ou culturais. Partimos da definição proposta por John Horne para guerra total, a saber, um fenômeno que ultrapassou fronteiras nacionais e dissolveu os limites da frente de batalha, afetando todas as esferas do cotidiano (HORNE, 1997: 01). Ao ser domesticada, isto é, ao suspender a normalidade da vida doméstica, a experiência de guerra foi trazida para o centro da vida de homens e mulheres e esteve fortemente relacionada à maneira como eles a confrontaram e lhe deram sentido (AUDOIN-ROUZEAU; BECKER, 1998: 238). Nesses termos, a Grande Guerra afetou não só países beligerantes como também aqueles que não enviaram contingente.

Durante a guerra, a herança do sistema de representações da *Belle Époque* possibilitou que a França fosse o paradigma moral para grande parte da intelectualidade brasileira. A civilização francesa, encarnando o ideal latino — palco da Revolução de 1789, filha das Luzes e mãe dos Direitos do Homem e do Cidadão — estaria enfrentando a barbárie militarista e expansionista do *Reich* alemão. Dessa forma, um sentimento pró-Aliado, que se confunde com uma francofilia, pôde ser observado já em 1914¹²⁶. Essa referência intelectual e o culto à França se combinaram à dominação financeira e comercial da Grã-Bretanha. (COMPAGNON, 2014a: 82)

Na América Latina, a guerra teve imediatamente um escopo global; para determinados grupos, ela parecia representar um ponto de virada no desdobramento da história. O mundo que a região ocupava de forma fixa até então, para eles, se foi com o colapso da civilização europeia e da crença no progresso humano. Como sustenta Stefan Rinke, a

¹²⁶ Ainda que seja necessário um aprofundamento das pesquisas no Brasil acerca da Primeira Guerra Mundial, podemos sugerir que a escolha pelo lado francês não foi unanimidade e tampouco a relação binária França x Alemanha seja suficiente para situar a posição de setores da sociedade brasileira nesse período. Concomitantemente, por exemplo, havia círculos neutros — pouco mencionados pela historiografia e que tinham pouco acesso aos meios de imprensa — além de germanófilos, advindos, sobretudo, de mobilizações imediatas de comunidades de imigrantes alemães. Setores das elites militares, membros da hierarquia católica, juristas e homens de leis, assim como sociólogos e filósofos, mesmo que de forma não exclusiva, também deram preferência ao lado alemão no decorrer da guerra (COMPAGNON, 2014, p. 99-103).

região tinha uma forte mentalidade global não pela forma cosmopolita de pensamento, mas pela consciência das interdependências mundiais e de seus processos de integração. Não obstante a distância dos campos de batalha, o conflito foi mais sentido que qualquer outro evento, e sua repercussão impactou seus cidadãos, que foram afetados de formas distintas, dependendo do grau de interconexão no qual se encontravam. A guerra foi um elemento onipresente em diversas instâncias, seja na imprensa nacional e religiosa, seja na mobilização de intelectuais, ou na prontidão com que governos e chancelarias se colocaram. (COMPAGNON, 2014b: 534) No entanto, ainda que a Grande Guerra possa ter condenado a supremacia política europeia no território latino-americano, suas consequências imediatas não desafiaram profundamente o Ocidente como exportador de modelos políticos e culturais.¹²⁷ (RINKE, 2017: 3-4 e CONRAD; SACHSENMAIER, 2007: 7)

No Brasil, durante a guerra, a herança do sistema de representações da *Belle Époque* possibilitou que a França fosse o paradigma moral para grande parte da intelectualidade. A civilização francesa, encarnando o ideal latino — palco da Revolução de 1789, filha das Luzes e mãe dos Direitos do Homem e do Cidadão — estaria enfrentando a barbárie militarista e expansionista do *Reich* alemão. Dessa forma, um sentimento pró-Aliado, que se confunde com uma francofilia, pôde ser observado já em 1914¹²⁸. Essa referência intelectual e o culto à França se combinaram à dominação financeira e comercial da Grã-Bretanha (COMPAGNON, 2014a: p. 82).

Como ressaltado, ainda que não tenha participado militarmente da guerra, a América Latina foi espectadora do confronto liderado pela França e pela Alemanha e

¹²⁷ Tal afirmação se aproxima do que pude concluir em minha dissertação de mestrado (AROUCA, 2018: 8) e se afasta, em certa medida, da tese de Olivier Compagnon (2014a), a saber, que a Grande Guerra impulsionou o fim da idolatria em relação à Europa e representou um salto nas reflexões sobre a identidade nacional durante os anos de 1920 e 1930.

¹²⁸ Ainda que seja necessário um aprofundamento das pesquisas no Brasil acerca da Primeira Guerra Mundial, podemos sugerir que a escolha pelo lado francês não foi unanimidade e tampouco a relação binária França x Alemanha seja suficiente para situar a posição de setores da sociedade brasileira nesse período. Concomitantemente, por exemplo, havia círculos neutros — pouco mencionados pela historiografia e que tinham pouco acesso aos meios de imprensa — além de germanófilos, advindos, sobretudo, de mobilizações imediatas de comunidades de imigrantes alemães. Setores das elites militares, membros da hierarquia católica, juristas e homens de leis, assim como sociólogos e filósofos, mesmo que de forma não exclusiva, também deram preferência ao lado alemão no decorrer da guerra (COMPAGNON, Olivier. **Adeus à Europa**. A América Latina e a Grande Guerra. Rio de Janeiro: Rocco, 2014a: 99-103). De fato, um dos mais importantes colaboradores da revista ilustrada *O Malho* durante a Grande Guerra, Alfredo Storni, era integrante da Liga Brasileira Pró-Germania. (In: O PAIZ, 25 de novembro de 1915, p. 5)

profundamente impactado por ele. O Brasil se destacou como sendo o único país sul-americano a enviar homens para a Europa em 1918, quando, primeiramente, rompeu relações diplomáticas com a Alemanha e no mesmo ano entrou no conflito. Sua participação contou com o envio de uma missão médico-militar à França, nove oficiais aviadores do Exército e da Marinha para auxiliar nos combates aéreos, e uma Divisão Naval, que foi vítima da pandemia espanhola na África. Embora se tenha declarado neutro até 1917, tal fato não impediu que mobilizações a favor e contra a eclosão da guerra ou a favor dos Aliados e dos Impérios Centrais tenham ocorrido no país. Pelo contrário, a imprensa desde o início fez ampla cobertura do conflito, buscou o apoio da opinião pública e criticou a política brasileira.

Da neutralidade ao estado de sítio

Após o progressivo tensionamento da neutralidade brasileira e, em última instância, o afundamento da embarcação *Macau*, a imprensa passou a pressionar ainda mais a diplomacia brasileira para uma mudança de posicionamento, pressão essa que vinha se intensificando desde fevereiro de 1917, quando passou a existir a possibilidade de os Estados Unidos entrarem no conflito¹²⁹. Somada à indignação popular e ao crescente nacionalismo de políticos e empresários, não foi mais possível para Venceslau Brás resistir. (GARAMBONE, 2003: 82 e 91)

Assumindo um posicionamento “defensivo”, no dia 26 de outubro o Brasil entrou em guerra contra a Alemanha depois de, em regime de urgência, o Congresso Nacional ter votado em sessão única a resolução que reconheceu e proclamou o estado de guerra, autorizando o Presidente a tomar as providências que julgasse serem necessárias à defesa e à segurança pública. O único voto contrário à medida, dentre os 150 deputados, foi o do representante do Piauí, Joaquim Pires, que o justificou afirmando que o projeto era manifestadamente anticonstitucional. (COHEN, 2019; PIVATTO, 2006: 108 e VINHOSA, 2015: 120-121)

¹²⁹ De fato, por uma série de motivos, os Estados Unidos se tornaram beligerantes em abril de 1917 ao lado da Tríplice Entente. No mesmo mês o Brasil rompeu as relações diplomáticas com a Alemanha.

No dia seguinte, o jornal carioca *O Paiz* anunciava que haviam sido deliberadas no Catete as resoluções a serem seguidas a partir de então. Seriam elas: o fortalecimento do aparelho militar, concedendo à Marinha e ao Exército mais recursos para desempenharem suas funções; exercer vigilância contra a espionagem; internar as tripulações alemãs; providenciar a exportação de metais; proibir a publicação de boatos alarmantes e notícias de caráter militar; organizar um “comitê” que iria propor ao governo medidas relativas à produção nacional; a proibição de publicação de jornais em alemão, e a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa nas escolas estrangeiras.¹³⁰

A declaração do estado de guerra se confundia com a tentativa de controlar tensões internas que despontavam há tempos no país. O aumento do custo de vida e a inflação de gêneros de necessidade básica, diretamente relacionados ao contexto econômico internacional, explicam, parcialmente, a deflagração da greve geral em julho de 1917 por sindicatos de orientação anarquista em São Paulo¹³¹, onde 40 mil trabalhadores paralisaram suas atividades, causando pressão social e instabilidade política. O estado de sítio viria ajudar a esmagar o movimento operário, que levantava suspeitas, de acordo com as autoridades, de abrigar agitadores estrangeiros infiltrados em seu interior. As paralisações fabris na cidade foram ainda acompanhadas de intensas manifestações, revelando sua intensidade inédita. Prova da força prática dos sindicatos, em breve as greves iriam se alastrar por cidades do interior paulista e regiões como o Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (SANTOS, 2016: 125).

Outro fator para o descontentamento de parte da população foi o escoamento da produção de alimentos destinada à exportação para a causa aliada, que favoreceu a escassez de comida, atingindo duramente as classes mais baixas¹³². Tais disputas do

¹³⁰ O BRASIL em estado de guerra. *O Paiz*, 28 de outubro de 1917, p. 1.

¹³¹ Existe um debate historiográfico em torno das causas que levaram à eclosão do episódio. Christina Lopreato (1996), por exemplo, relativiza o seu caráter espontâneo, que Boris Fausto (1977) havia apontado anteriormente, e revela a agência dos militantes que participavam do movimento. Luigi Biondi (2009), por sua vez, afirma que a greve se deveu a múltiplos fatores, a saber, a combinação da pressão econômica do período bem como as ações articuladas dos indivíduos que participaram desse processo. Cf. SANTOS, Kauan William dos. **Paz entre nós, guerra aos senhores**. O internacionalismo anarquista e as articulações políticas e sindicais nos grupos e periódicos anarquistas *Guerra Sociale* e *A Plebe* na segunda década do século XX em São Paulo. 179f. Mestrado (Dissertação em História) — Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016, p. 142.

¹³² Comandado por Edgard Leuenroth, o jornal anarquista paulistano *A Plebe* foi criado em 1917 precisamente no contexto da Grande Guerra, que prejudicou fortemente a estabilização dos salários e vida dos trabalhadores. No texto publicado na primeira página do dia 9 de julho de 1917, “O porquê das Grèves”, assinado por Florentino de Carvalho, o escoamento de produção para os países aliados é

movimento operário foram, na realidade, um fenômeno observado em toda a América Latina, até 1919, em países como o Peru, Colômbia, Equador, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Cuba (RINKE, 2017: 183 e BISHHER, 2016: 79, 156-157, 200-201 e 259). Em 1918, as tensões viriam a escalonar com a crise gerada pelo surto mundial de gripe espanhola, colapsando a vida pública e o sistema de saúde do Rio de Janeiro e de outras cidades brasileiras (RINKE, 2017: 182-184; DARÓZ, 2016: 110-111). A gravidade da pandemia foi abafada pela censura autorizada a partir da beligerância brasileira. Nesse sentido, os jornais acusavam falsamente a sabotagem alemã para desviar a atenção do público (BISHHER, 2016: 239).

Soma-se ainda o já mencionado “perigo alemão” e a desconfiança do Governo brasileiro em relação aos colonos do sul do país, sobretudo pangermanistas¹³³, levando-o a imitar os métodos empregados pelos Estados Unidos no sentido de vigiar a minoria germânica local. Efetivamente, as medidas contra os alemães e alemães étnicos foram materializadas com a aprovação da lei que permitiria a implantação do estado de sítio e da lei de represálias¹³⁴. Assim, foi possível que fossem anulados contratos com cidadãos de estados inimigos, apreendessem propriedades e liquidassem companhias, além da aplicação de medidas de nacionalização das escolas. (RINKE, 2017: 136 e DARÓZ, 2016: 108-111)

Desse modo, de forma complementar ao estado de guerra, em novembro foi debatida a possível implementação do estado de sítio no Brasil pelas Comissões de Diplomacia e Tratados e de Constituição, Legislação e Justiça, juntamente com o Congresso

apontado como uma das motivações para deflagração da greve geral: “[...] o que motiva a falta de generos de primeira necessidade é o açambarcamento feito por uma chusma de exploradores que remetem para a Europa e para os Estados Unidos a maior partes dos productos, para alimentar a guerra...! privando a população do paiz daquillo que precisa para satisfazer as necessidades do consumo.”

¹³³ A manifestação de interesse que ocorreu pelo Império Alemão ainda no século XIX em relação aos alemães do Brasil se traduzia, essencialmente, na busca para se obter maior clientela com a expansão de novos mercados. Ainda assim, haviam aqueles que desejavam um domínio formal no país, o que nunca foi propriamente concretizado. No Rio Grande do Sul, existiu uma organização de matriz expansionista *Alldeutscher Verband* (Liga Pangermanista), que contribuiu para a ocorrência de desentendimentos interétnicos na comunidade. (In: BONOW, 2011: 72-73) De acordo com Marionilde Magalhães (1994: 170), a Liga sofreu decisivo impulso com a Primeira Guerra Mundial, quando “verifica-se um despertar da consciência patriótica e nacionalista por parte dos imigrantes e de seus descendentes, fomentado, em boa medida, por aquelas organizações, mas lambem (e não num segundo plano), pelas tensões ocorridas entre os membros daquela clnia contra a sociedade receptora.”

¹³⁴ Sobre as represálias contra súditos alemães, anunciadas no parecer apresentado na Câmara dos Deputados a 9 de novembro, que invoca a opinião dos comentadores e a doutrina firmada pela Suprema Corte dos Estados Unidos cf. BRASIL. Congresso Nacional. **Anais do Senado**, v. VII, 1917, p. 108-109.

Nacional. A votação na Câmara ocorreu de forma rápida, em três sessões sucessivas em 24 horas, de modo a ser enviada imediatamente ao Senado. No entanto, vozes contrárias à proposta ressoaram. Gonçalves Maia, deputado pernambucano, e Mauricio de Lacerda, da bancada fluminense, foram nomes enfaticamente dissidentes.¹³⁵ O primeiro a via como uma arma política de compressão e de violência¹³⁶, e o segundo acreditava que era uma providência que sacrificaria o regime representativo e comprometeria a obra dos homens de Estado. Implicitamente, Lacerda sustentava que o governo tinha a necessidade de se armar contra brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil ou em trânsito, e lembrou que, quando foi declarado o estado de guerra, a Comissão havia rejeitado a medida por se tratar de restrição da liberdade.¹³⁷

Pela distância dos campos de batalha, a questão fundamental, como também observou o historiador Antonio Gasparetto Júnior, foi a da viabilidade do estado de sítio em um contexto de ameaça estrangeira que não colocava em perigo de fato o território nacional, dividindo a opinião dos deputados (GASPARETTO JÚNIOR, 2018: 236.). Até as reuniões anteriores das Comissões, a bancada mineira havia sido contra o estado de sítio. Sua opinião se alterou na sessão do dia 6 de novembro, pois o Presidente da República, até aquele momento contrário ao projeto, fora obrigado a ceder devido às imposições da elite política paulista¹³⁸, cujo líder da maioria, Astolfo Dutra, participara de uma longa conferência no Catete. Corria ainda o comentário que Nilo Peçanha era favorável ao sítio¹³⁹. É importante ressaltar que a escolha de Venceslau Brás para disputar a presidência em 1913 fazia parte de um projeto conciliatório possível que, segundo Cláudia Viscardi, não pode ser reduzido a um simples acordo entre Minas Gerais e São Paulo contra o Rio Grande do Sul, que a partir de então se fragilizou no cenário político nacional. De todas as formas, com a sucessão de Hermes da Fonseca para o mandato de Brás, Minas passou a ter em São Paulo um novo aliado político,

¹³⁵ O ESTADO de sítio no Senado. **Gazeta de Notícias**, 10 de novembro de 1917, p. 4.

¹³⁶ O ESTADO de sítio. **Gazeta de Notícias**, 7 de novembro de 1917, p. 2.

¹³⁷ O ESTADO de sítio. **Gazeta de Notícias**, 7 de novembro de 1917, p. 5.

¹³⁸ É digno de nota que o sentimento anti-germânico se intensificou ainda mais, pois no dia 3 de novembro mais dois navios brasileiros foram afundados, o *Acary* e o *Guahyba*. O fato gerou uma onda de violência contra os alemães na cidade do Rio de Janeiro. Para uma análise sobre o anti-germanismo durante o período da Grande Guerra cf. GERTZ, René E. **O perigo alemão**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1991 e MAGALHÃES, Marionilde B. de. **Racismo no sul do Brasil: heranças de um mito**. **Revista de História** [online], n. 12-131, p. 165-178, 1994, p. 170-171.

¹³⁹ O ESTADO de sítio. **Gazeta de Notícias**, 7 de novembro de 1917, p. 2.

enquanto esse último, depois de um longo período em ostracismo ou na oposição, se reintegrou aos estados politicamente hegemônicos.¹⁴⁰ (VISCARDI, 2012: 220-224)

No dia 10 de novembro foi votada e aprovada a emenda de Rui Barbosa, que restringia o sítio para as partes do território nacional onde se exigisse a necessidade do país pela guerra até 31 de dezembro daquele ano. Também foram discutidas e rejeitadas diversas outras emendas no Senado, mas aprovada a medida de represálias. Em um primeiro momento, Rui Barbosa havia protestado contra a implementação do estado de sítio, pois, a seu ver, este diminuía a simpatia da população pela entrada do Brasil na guerra. (DARÓZ, 2016: 108-111) A atuação contundente do senador baiano se destaca dentre os políticos da época por alguns motivos. Renomado e erudito jurista, Rui Barbosa foi o redator do instituto na Constituição de 1891, além de ter se debruçado sobre o mesmo a ponto de seu conjunto de escritos consubstanciar uma doutrina brasileira do estado de exceção e, a partir dessas reflexões, desenvolver também uma doutrina brasileira do *habeas corpus*. Seus esforços durante esses anos foram direcionados a impedir que sua aplicação atentasse contra as liberdades constitucionais.¹⁴¹

O processo pelo qual passou o projeto no fim de 1917 foi confuso. Depois dessa etapa, ao voltar para a Câmara dos Deputados, haviam aqueles que se opunham categoricamente à sua execução e os que a defendiam, agora divididos entre os apoiadores do projeto original e os que o queriam seguindo as orientações de Barbosa, que saiu vencedor. (GASPARETTO JÚNIOR, 2018: 236) Finalmente, a lei 3.393, que

¹⁴⁰ Cabe dizer que a entrada do Brasil na guerra também esteve relacionada à pressão da elite política e econômica paulista por conta da crise cafeeira. Um dos grupos regionais de pressão foi a *Liga de Defesa Nacional de São Paulo*, criada em 1917. (In: COMPAGNON, 2014^a: 154.) Em discurso proferido na Câmara em julho de 1918, Mauricio de Lacerda declarou sobre o estado de sítio que “[...] todos nesta Câmara sabem ser de origem paulista, para fins paulistas, de origem paulista e fins paulistas, que apenas visavam a liberdade dos trabalhadores brasileiros.” E completa: “É sabido que o Sr. Presidente da República não queria o estado de sítio; com ele, o Sr. Ministro do Interior impugnava essa que então se chamava desmoralizada medida constitucional. Aqui o combati, nas vésperas de ser adoptado, quando se declarava guerra [...]”. (In: BRASIL. Congresso Nacional. **Anais da Câmara dos Deputados**, 30 de julho de 1918, p. 1832)

¹⁴¹ Rui Barbosa publicou em 1892 a obra *Estado sítio: sua natureza seus efeitos, seus limites*. In: GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. O estado de exceção na experiência constitucional brasileira. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito** (RECHTD), v.8, n. 3, p. 286-302, 2016, p. 291; LYNCH, Christian Edward Cyril. O Caminho para Washington Passa por Buenos Aires: a recepção do conceito argentino de estado de sítio e o seu papel na construção da República brasileira (1890-1898). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 78, p. 149-196, 2012, p. 164 e GASPARETTO JÚNIOR, 2018, p. 289.

implementava o estado de sítio, foi posta em vigor no dia 16 de novembro de 1917¹⁴², seguida do decreto nº 12.716¹⁴³, estabelecendo o sítio no Distrito Federal e nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Já a lei de represálias — medida que autorizava o Governo confiscar bens e mercadorias alemãs, a internar súditos inimigos em campos de concentração, e a fiscalização de empresas inimigas, dentre outras prerrogativas — só vigoraria a 7 de dezembro, a partir do decreto de nº 12.740¹⁴⁴.

Durante a Primeira República, o estado de sítio passou a ser um recurso usado de forma cada vez mais longa pelos governos, viabilizando perseguições, prisões e censuras. Sua implementação ocorreu em oito dos dez governos do período, sob a Constituição de 1891¹⁴⁵, tendo sido acionado com frequência pelo Presidente da República, embora o texto constitucional relegasse a este último tal função em casos especiais, quando houvesse a ausência do Congresso Nacional (PIVATTO, 2006: 109). Dessa forma, embora o texto constitucional delegasse atribuições diferentes aos três poderes, durante o período houve a preponderância do Executivo (GASPARETTO JÚNIOR, 2014: 4). Não obstante a recorrência de sua aplicação, não foi uma exclusividade brasileira. A incorporação do estado de sítio na Constituição republicana, na realidade, foi tardia e replicava uma prática recorrente em diversas outras legislações, como a do Chile e da Argentina¹⁴⁶. (GASPARETTO JÚNIOR, 2018: 288)

A declaração em 1917 foi inédita no sentido em que, pela primeira vez, a justificativa apresentada foi a de uma ameaça externa e não, como em casos anteriores, por uma tentativa de deposição do Presidente ou por comoções intestinas. Foi também singular

¹⁴² BRASIL. **Lei 3.393, 16 de novembro de 1917**. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3393-16-novembro-1917-572815-publicacaooriginal-96124-pl.html>>. Acesso em: 14 mai. 2020.

¹⁴³ BRASIL. **Decreto nº 12.716, 17 de novembro de 1917**. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-12716-17-novembro-1917-511430-republicacao-96146-pe.html>>. Acesso em: 14 mai. 2020.

¹⁴⁴ BRASIL. **Decreto nº 12.740, 7 de dezembro de 1917**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-12740-7-dezembro-1917-503250-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14 mai. 2020.

¹⁴⁵ Além do sítio durante o mandato de Venceslau Brás, são eles: Floriano Peixoto (1891-1894), Prudente de Moraes (1894-1898), Rodrigues Alves (1902-1906), Hermes da Fonseca (1910-1914), Epitácio Pessoa (1919-1922), Arthur Bernardes (1922-1926) e Washington Luís (1926-1930). O período de Marechal Deodoro não foi computado por se tratar de um governo provisório.

¹⁴⁶ A experiência republicana de sucesso da Argentina, ao adaptar o modelo constitucional dos Estados Unidos à realidade sul-americana, convenceu boa parte das elites brasileiras que o modelo federativo estadunidense poderia funcionar no Brasil. In: LYNCH, 2012: 153.

por estender a prática decretada ao governo seguinte. Tendo em vista que o estado de sítio foi prorrogado em março de 1918 para ser finalizado em 31 de dezembro do mesmo ano¹⁴⁷, sua aplicação envolveu o sucessor de Venceslau Brás, Delfim Moreira; uma modalidade que passou a ser verificada até o final da Primeira República. (GASPARETTO JÚNIOR, 2018: 237 e 291)

A Primeira Guerra Mundial marcou a flexibilização da forma de reação ao estado de exceção e uma guinada nas reflexões a respeito de sua natureza, como aquelas escritas por teóricos como Carl Schmitt, Herbert Tingsten e Clinton Rossiter¹⁴⁸. Tais debates teóricos reverberaram na formulação das Constituições brasileira de 1937 e portuguesa de 1933, por exemplo, que passaram a prever a suspensão constitucional em determinadas situações por elas previstas. (LIMA, 2014) De fato, o conflito viabilizou um permanente estado de exceção na maioria dos países beligerantes e, a partir de então, o instituto pôde se desenvolver independente de sua formalização constitucional ou legislativa (AGAMBEN, 2007: 23 e 25-26).

Sugerimos que dentro de um contexto de pouca vulnerabilidade externa, como foi o do Brasil entre 1914 e 1918, a retórica da ameaça do inimigo e, conseqüentemente, da segurança nacional foi acionada com o intuito de suprimir tensões internas que não se limitavam ao evento da guerra, e que se valeu da mesma para manter a ordem no já corroído republicanismo em voga. Não só isso, a Primeira Guerra Mundial se colocou como palco estratégico da fundamentação e legitimação do projeto nacional. Nesse sentido, em consonância com o historiador francês Olivier Compagnon (2014a: 251), acreditamos que não apenas o estado de beligerância, mas a decisão extraordinária de

¹⁴⁷ BRASIL. Decreto nº 12.902, 6 de março de 1918. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-12902-6-marco-1918-520278-norma-pe.html>>. Acesso em: 18 mai. 2020.

¹⁴⁸ Em linhas gerais, o alemão Carl Schmitt publicou em 1921 a obra *Die Diktatur*, onde delineia uma abordagem teórica sobre a ditadura, que poderia se desdobrar no tipo comissário ou soberano, diferenciando ainda o estado de sítio (ou de guerra) do regime ditatorial. Um ano mais tarde publicaria *Politische Theologie*, buscando também elaborar uma teoria mais rigorosa sobre o estado de exceção. O cientista político sueco Herbert Lars Gustaf Tingsten, por sua vez, analisou em *Les pleins pouvoirs: L'Expansion des Pouvoirs Gouvernementaux Pendant et Après la Grande Guerre*, publicado em 1934, as leis que estabeleceram os plenos poderes ao Executivo durante períodos de exceção, se debruçando sobretudo na perspectiva econômica de diversos países da Europa após a Grande Guerra. Por fim, o norte-americano Clinton L. Rossiter examinou a ditadura constitucional através de cinco experiências de crise governamental na obra *Constitutional Dictatorship: crisis government in the Modern Democracies* (1948). Também na década de 1940 o termo foi retomado por Frederick M. Watkins (*The Problem of Constitutional Dictatorship*, 1940) e por Carl J. Friedrich (*Constitutional Government and Democracy*, 1941).

estabelecer o estado de sítio foi ao encontro de interesses nacionais que foram paulatinamente se impondo sobre dispositivos argumentativos relativos à entrada do Brasil no conflito.

Conclusão

O fenômeno da guerra total levou ao reforço das bases da identidade nacional nos países beligerantes e permitiu que fosse criada a ideia de um inimigo, seja ele externo ou interno, que se integrava a um processo de brutalização e desumanização do inimigo estrangeiro, o qual acabava por identificar ameaças contra a estabilidade dentro das fronteiras nacionais (MOSSE, 1990: 174-175). John Horne aponta que a mobilização nacional foi essencial para o processo político e cultural da Primeira Guerra Mundial, através do qual eram envolvidos, na maioria dos casos, não só a integridade física e territorial das comunidades nacionais, como também seus valores, formas de vida e instituições políticas, com o fim último de legitimar os a autoridade política e gerar, por meio da persuasão, apoio popular em relação ao conflito (HORNE, 1997: 3).

A efetiva participação brasileira na Grande Guerra foi limitada do ponto de vista militar, no entanto, o escopo do esforço de guerra foi maior do que poderia se supor a princípio, pois houve a mobilização de diversos setores das sociedades afetadas pela guerra, seja direta, seja indiretamente. Sustentamos então que o processo de totalização da guerra, nomeadamente, uma inédita mobilização de recursos tanto da sociedade quanto do Estado¹⁴⁹, se relacionou com a consolidação do projeto de nação e de identidade nacional republicano.

¹⁴⁹ Não consideramos esse processo em sentido literal e, dessa forma, “total”, mas dentro de uma lógica de captação de recursos e integração de setores sem precedentes. O conceito de “guerra total” teve diversos usos ao longo das décadas, respondendo a agendas específicas. A ideia está originalmente vinculada à narrativa dominante da história militar moderna, informando histórias de combate como a Revolução Francesa e a Guerra Civil Americana, e se relaciona com premissas filosóficas de origem alemã. Dentre elas está a noção de “guerra absoluta” de Carl von Clausewitz, o tipo-ideal weberiano e a de “Der totale Krieg” de Erich Ludendorff. Estamos interessados aqui em seu uso como perspectiva teórica para a análise do fenômeno da Primeira Guerra Mundial no Brasil. Cf. CHICKERING, Roger. Total War. The Use and Abuse of a Concept. In: BOEMEKE, Manfred F.; CHICKERING, Roger; FÖRSTER, Stig (Ed.). **Anticipating total war: the German and American experiences, 1871-1914** Cambridge: Cambridge University Press, p. 13-28, 1999; STRACHAN, Hew. Essay and Reflection: On Total War and Modern War. **The International History Review**, v. 22, n. 2, p. 341-370, 2000 e SEGESSER, Daniel Marc. Controversy: Total War. In: **1914-1918-online**. International Encyclopedia of

Referências

1. Fontes

A Plebe

Gazeta de Notícias

O Malho

O Paiz

BRASIL. Congresso Nacional. **Anais do Senado.**

BRASIL. Congresso Nacional. **Anais da Câmara dos Deputados.**

BRASIL. **Lei 3.393, 16 de novembro de 1917.** Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3393-16-novembro-1917-572815-publicacaooriginal-96124-pl.html>>. Acesso em: 14 mai. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 12.716, 17 de novembro de 1917.** Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-12716-17-novembro-1917-511430-republicacao-96146-pe.html>>. Acesso em: 14 mai. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 12.740, 7 de dezembro de 1917.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-12740-7-dezembro-1917-503250-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14 mai. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 12.902, 6 de março de 1918.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-12902-6-marco-1918-520278-norma-pe.html>>. Acesso em: 18 mai. 2020.

2. Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção.** São Paulo: Boitempo, 2007.

the First World War. Berlin: Freie Universität Berlin, 2014. Disponível em: <https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/controversy_total_war>. Acesso em: 28 mar. 2020.

AROUCA, Fernanda Bana. **As representações da Primeira Guerra Mundial em O Malho (1914-1918)**. 166f. Mestrado (Dissertação em História Social) —Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

BIONDI, Luigi. A Greve Geral em São Paulo e a Imigração Italiana: Novas Perspectivas. **Cadernos AEL: Imigração**, v. 15, n. 27, p. 259-310, 2009.

BISHER, Jamie. **The Intelligence War in Latin America, 1914–1922**. Jefferson: McFarland & Company, 2016.

BONOW, Stefan Chamorro. **A desconfiança sobre os indivíduos de origem germânica em Porto Alegre durante a Primeira Guerra Mundial: cidadãos leais ou retovados?** 379f. Tese (Doutorado em História) — Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011, p. 50-51 e RINKE, 2017.

CHICKERING, Roger. Total War. The Use and Abuse of a Concept. In: BOEMEKE, Manfred F.; CHICKERING, Roger; FÖRSTER, Stig (Ed.). **Anticipating total war: the German and American experiences, 1871-1914** Cambridge: Cambridge University Press, p. 13-28, 1999.

COHEN, Leonardo. Um dândi nos campos de batalha: João do Rio e a Grande Guerra. In: DAROZ, Carlos; PRIORE, Mary del. **A história do Brasil nas duas guerras mundiais**. São Paulo: UNESP, 2019. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=Gi7LDwAAQBAJ&hl>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

COMPAGNON, Olivier. **Adeus à Europa**. Rio de Janeiro: Rocco, 2014a.

_____, COMPAGNON, Olivier. Latin America. In: WINTER, Jay (Org.). **The Cambridge History of the First World War**. Volume 1. Cambridge: Cambridge University Press, 2014b.

CONRAD, Sebastian; SACHSENMAIER, Dominic. Introduction: Competing Visions of World Order: Global Moments and Movements, 1880s–1930s. In: CONRAD, Sebastian; SACHSENMAIER, Dominic. **Competing Visions of World Order**. Global

Moments and Movements, 1880s–1930s. New York; Hampshire: Palgrave Macmillan, 2007.

DARÓZ, Carlos. **O Brasil na Primeira Guerra Mundial**. São Paulo: Contexto, 2016.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e Conflito social: 1890- 1920**. São Paulo: Difel, 1977.

GARAMBONE, Sidney. **A Primeira Guerra Mundial e a Imprensa Brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. Autoritarismo Constitucional. Um estudo sobre o estado de sítio no Brasil republicano. **Anais do XIX Encontro Regional de História**. Juiz de Fora, p. 1-9, 2014.

_____. **Recursos extremos da administração estatal: as declarações de estado de sítio na Primeira República Brasileira**. 371f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

GERTZ, René E. **O perigo alemão**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1991.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. O estado de exceção na experiência constitucional brasileira. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)**, v.8, n. 3, p. 286-302, 2016.

HORNE, John. Introduction: mobilizing for ‘total war’, 1914-1918. In: HORNE, John (Ed.). **State, society and mobilization: in Europe during the First World War**. New York: Cambridge University Press, p. 1-17, 1997.

LIMA, Geórgia Kerle dos Santos. Estado de exceção e constituição após a Primeira Guerra Mundial (des)construção. **Revista Portuguesa de História**, v. XLV, p. 227-248, 2014.

LOPREATO, Christina Roquette. **O Espírito da Revolta: a greve geral anarquista de 1917**. Tese (Doutorado em História) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

LYNCH, Christian Edward Cyril. O Caminho para Washington Passa por Buenos Aires: a recepção do conceito argentino de estado de sítio e o seu papel na construção da República brasileira (1890-1898). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 78, p. 149-196, 2012.

MAGALHÃES, Marionilde B. de. Racismo no sul do Brasil: heranças de um mito. **Revista de História** [online], n. 12-131, p. 165-178, 1994.

PIVATTO, Priscila Maddalozzo. **Discursos Sobre o Estado de Sítio na Primeira República Brasileira**: uma abordagem a partir das teorias de linguagem de Mikhail Bakhtin e Pierre Bourdieu. 172f. Mestrado (Dissertação em Teoria do Estado e Direito Constitucional) — Departamento de Direito do Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MOSSE, George L. **Fallen Soldiers**: Reshaping the Memory of the World Wars. New York: Oxford University Press, 1990.

RINKE, Stefan. **Latin America and the First World War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

SANTOS, Kauan William dos. **Paz entre nós, guerra aos senhores**. O internacionalismo anarquista e as articulações políticas e sindicais nos grupos e periódicos anarquistas *Guerra Sociale* e *A Plebe* na segunda década do século XX em São Paulo. 179f. Mestrado (Dissertação em História) — Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016.

SEGESSER, Daniel Marc. Controversy: Total War: In: **1914-1918-online**. International Encyclopedia of the First World War. Berlin: Freie Universität Berlin, 2014. Disponível em: <https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/controversy_total_war>. Acesso em: 28 mar. 2020.

STRACHAN, Hew. Essay and Reflection: On Total War and Modern War. **The International History Review**, v. 22, n. 2, p. 341-370, 2000.

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. **O Brasil e a Primeira Guerra Mundial**: a diplomacia brasileira e as grandes potências. Rio de Janeiro: IHGB, 2015 [1990].

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O Teatro das Oligarquias**. Uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

Relações interprovinciais durante o segundo governo de Juan Manuel de Rosas: coerção, discurso e poder.

Juliana da Silva Sabatinelli¹⁵⁰

Resumo: Entre 1835 e 1852, Juan Manuel de Rosas estruturou o segundo mandato como governador de Buenos Aires através de amplos poderes, forte propaganda e censura, coerção política e violência. O objetivo era criar uma esfera de unanimidade, entendendo que esse caminho levaria as Províncias Unidas do Rio da Prata à ordem republicana, tão desejada desde a década de 1820. O presente trabalho pretende, então, identificar determinadas ações do aparato governamental de Rosas a partir de 1835 para com as províncias presente nas cartas aos governadores, nos jornais oficiais e nos pactos políticos vigentes, de forma a entender os caminhos escolhidos pelo líder para a consolidação de um governo conhecido como autoritário que se utilizou do discurso federal.

Palavras-chave: Política rosista, Federalismo, Coerção.

Abstract: Between 1835 and 1852, Juan Manuel de Rosas' second term as governor of Buenos Aires was defined by his use of broad powers to control the press, as well as executing censorship, political coercion and violence. His objective was to create a sense of unity, with the promise that this path would take the United Provinces of the River Plate closer to a Republican ideal, a political system that had been sought for since the 1820s. The present work intends to identify certain actions of Rosas' governmental apparatus from 1835 in the provinces available in the letters to the governors, in the official newspapers and in the current political pacts, in order to understand the paths chosen by the leader for the consolidation of a government that, although it used the discourse of federalism, is widely held to be authoritarian.

Keywords: Politics of Rosas, Federalism, Coercion.

O século XIX para as Províncias Unidas do Rio da Prata se constituiu como um período decisivo para a formação territorial e a organização política da região. Após

¹⁵⁰ Mestre em História Social da Cultura pelo PPGHIS/PUC-Rio. E-mail: ju.sabatinelli@gmail.com

o processo de independência em 1816, o que se seguiu foi uma série de governos que de diferentes maneiras procuraram estabelecer um Estado e uma Constituição, delimitar as fronteiras e organizar a nação. Dentre as tentativas que se colocaram naquele contexto, o governo de Juan Manuel de Rosas pode ser considerado um modelo autoritário, respondendo às tentativas fracassadas de organização política anteriores e firmada nos princípios do Federalismo, que durante seu governo se difundiu de maneira bastante particular. Podemos afirmar que o que se configurou entre 1829 e 1852 no Rio da Prata foi um grande acordo político que afirmou o poder das províncias e um comando pautado na violência, de forma a estabelecer elementos que mantivessem um clima de poder, ordem e estabilidade a partir da cidade de Buenos Aires. (TERNAVASIO, 2013: 162-163)

A consagração de Rosas como governador da província de Buenos Aires em 1829 foi um episódio natural diante de um contexto marcado pelas disputas políticas entre unitários e federais, tanto no âmbito da cidade de Buenos Aires como nas províncias. Para seus partidários, foi sinônimo de paz e organização, desejos antigos de uma população marcada pela instabilidade política. Na prática, contou com as Faculdades Extraordinárias – medida política utilizada desde 1820 em cenários de crise que dava a capacidade do governador de tomar decisões rápidas sem consultar a Legislatura, ou seja, um poder executivo alargado – e com o apoio das camadas urbanas.

No primeiro governo, Rosas procurou estabelecer acordos políticos e econômicos internos, responder à algumas medidas do governo anterior e se aproximar dos líderes provinciais. Paralelamente, envolveu-se na Guerra Civil contra os unitários, importante conflito que determinou a organização do mapa político das Províncias Unidas, com a maioria de líderes ligados aos princípios federais. Em 1832, Rosas foi reeleito governador de Buenos Aires diante da vitória sobre os unitários, mas renegou o cargo tendo em vista que as Faculdades Extraordinárias não lhe foram atribuídas, já que o cenário se encontrava mais estável. Desse momento até 1835, Rosas ficou afastado do cenário político portenho urbano.

A cidade de Buenos Aires, portanto, seguiu com disputas pela consolidação do federalismo dentro da Assembleia e o cenário de instabilidade permaneceu,

principalmente nas ruas. Em finais de 1833, a *Revolución de los Restauradores* mobilizou setores populares e médios da cidade de Buenos Aires contra o governo da época, levando à renúncia do então governador Juan Balcarce. Na necessidade de novas eleições, Rosas foi convocado a assumir o governo, já que durante o primeiro governo, conseguiu pacificar, principalmente, a cidade de Buenos Aires. O assassinato do *caudillo* Facundo Quiroga, um de seus principais aliados, aumentou as tensões em Buenos Aires, de forma que, outra vez convocado a assumir o governo de Buenos Aires, Rosas aceitou governar sob a condição da *Suma de Poder Publico*, a soma do Executivo, Legislativo e Judiciário na condução política, a fim de garantir a paz e a ordem a partir de 1835.

Esse trabalho tem como finalidade perceber os usos do poder instituído a Rosas durante o segundo governo a fim de garantir a ordem republicana e o sistema federal de poder. Nesse momento histórico, considerado a consolidação efetiva do regime rosista e o período de mais autoridade política dos aparatos de governo, se torna interessante observar a relação de Rosas, enquanto governador da província de Buenos Aires, com as demais províncias, principalmente aquelas que, de certa forma, aderiram ao federalismo rosista. O tema se torna relevante ao perceber que durante todo contexto de Rosas no poder a institucionalidade foi mantida, porém não houve uma Constituição ou a definição de fronteiras para a organização de um Estado nacional, como comumente se nota na formação dos países na América do Sul durante o século XIX. Assim, o interesse é entender a maneira pela qual Rosas construiu a relação política com os governadores que o manteve no poder até 1852.

No segundo governo a postura rosista foi de buscar a ordem republicana e a unanimidade federal, conforme comenta Jorge Myers em “*Orden y virtud*”. (MYERS, 1995) Assim, fazer com que as províncias e a sociedade de Buenos Aires mantivessem apoio à causa federal eram os esforços do governo, que contou com censura, símbolos, festas e demonstrações públicas de adesão ao federalismo. A ideia de consenso em Buenos Aires foi desenvolvida por meio do seguimento ao líder nos âmbitos público e privado e com a ajuda dos seguidores, associados ou não, à *Sociedad Popular Restauradora*. Nos documentos oficiais e nos jornais que se mantiveram em circulação, as expressões “*Mueran los salvajes unitarios*”, “*Viva la Federación*”, “*Viva el*

Restaurador de las Leyes” reforçavam a opção federal, mexendo com o imaginário dos líderes e partidários do regime na cidade e nas províncias. Por meio das imagens, atividades políticas diárias, da linguagem e da mobilização popular, o aparato governamental trabalhou para reconstruir o cenário político e as relações sociais conforme a ideia que procurou seguir. Buscaram conscientemente romper com o passado marcado pela crise e estabelecer a base para uma nova comunidade política. Partindo deste pressuposto, a manipulação dos símbolos deu condições para a adesão ao novo regime, numa verdadeira politização dos objetos cotidianos. Os recursos utilizados não expressavam simplesmente posições políticas; eram os meios pelos quais as pessoas tornavam pública suas posições políticas, possibilitando a adesão, a oposição e a indiferença ao inimigo, que nesse caso foram os unitários, membros da facção contrária ao federalismo ou, ao longo do tempo de governo, qualquer pessoa que parecia se mostrar contrária ao governo.

Dessa maneira, a busca pelo consenso em Buenos Aires por meio da manipulação dos símbolos e politização de objetos constituíram um campo de luta política diante de uma sociedade pouco letrada em meados do século XIX. Somado a isso, a presença de grupos armados fortaleceu a busca pelo consenso no âmbito social. Registros apontam que, principalmente em 1840, a atuação de *La Mazorca* saiu da esfera governamental e partiu para o uso da força em nome da causa federal numa situação desmedida. O que começou com o fomento do próprio Rosas na eliminação dos inimigos e dos considerados inimigos, se tornou símbolo de terror e medo pelas ruas de Buenos Aires.

Para entender melhor a importância desse braço armado dentro do governo rosista, destaca-se a ideia de cidadania em armas, desenvolvida pela historiadora argentina Hilda Sabato (SABATO, 2008: 231). De acordo com a autora, “as milícias foram uma força militar concreta, que podiam atuar nas disputas políticas” (tradução livre), caracterizando-se como uma força personalizada que, por vezes, dispensava a institucionalidade necessária, já que a adesão e/ou fidelidade à causa armada se pautava no apadrinhamento, garantia de proteção e cidadania. A ideia de participação política por meio das armas fez com que grupos como *La Mazorca* no período rosista contribuíssem para o uso da violência como forma de manter um cenário unânime de

adesão à causa do governo.

Se principalmente na cidade de Buenos Aires os recursos apresentados procuraram desenvolver o consenso à causa federal na esfera pública e privada, em um contexto de valorização da soberania provincial dentro do projeto federal, é possível observar certa *fidelidade* política, no sentido de perceber que os governadores – principalmente de Santa Fé, Entre Ríos, Corrientes, Tucumán – mantinham aproximação política, econômica, social, ideológica com Rosas.

A organização federal de certa forma oficializada com o Pacto Federal de 1831 estabelecia, *em teoria*, a soberania e independência das províncias, exceto nas relações exteriores, atrelada a Buenos Aires e confiada a Rosas. Ainda que Rosas defendesse a autonomia das províncias e em partes essa liberdade fosse respeitada, algumas cartas escritas de próprio punho refletem o modo pelo qual ele criou um poder de fato através de uma complicada rede de relações, barganhas, fofocas, intrigas e acordos que lhe permitiu certo *controle* sobre os governos provinciais até 1852. Essa postura chama a atenção diante do sistema político utilizado nesse contexto, pautado no título de “Confederação”, mas com aspectos marcadamente federais de intervenção provincial por meio de correspondências e acordos. Em 1875, Julio Irazusta comenta:

“que governante gastou mais dialética que Rosas em persuadir, para evitar se impor, aos governadores provinciais?” (tradução livre). Em seguida, ele também comenta que a habilidade dos *federales porteños* fez com que os *federales de las provincias* aceitassem o Pacto em 1831 diante de “um centralismo que haviam lutado até então”. (tradução livre) (IRAZUSTA, 2011: 89)

Em algumas correspondências destaca-se a fala de Rosas, governador de Buenos Aires, como um presidente em casos de governo republicanos, com palavras e pedidos que permitem perceber essa complicada e desigual relação interprovincial. Como exemplo, em uma carta ao senhor Estanislao Lopez, governador da província de Santa Fé, em 7 de março de 1836, Rosas comenta que as eleições dos governadores de La Rioja e Catamarca pareciam “acertadas” e que não deveriam demorar muito no reconhecimento dessas nomeações para que fossem publicadas no diário *La Gaceta Mercantil* em Buenos Aires. Na mesma carta, Rosas reclama do extravio das

correspondências e aponta certa frequência dessa situação entre os governos do interior, dos quais ele mesmo comenta que precisa aumentar notavelmente o trabalho que “já é árduo”. Tendo em vista que algumas províncias do interior possuíam certa adesão às ideias unitárias, justifica-se o aumento de trabalho do líder nesse momento. Ainda nesse medo, Rosas comenta da necessidade de eleições em Córdoba a fim de manter a causa federal. Ele entende que para pavimentar essa decisão e impor o quanto antes aos eleitores o nome do qual defende, seria preciso um artigo editorial na *Gaceta* comunicando aos habitantes da província a importância dessas eleições e a opção de um cordobês “digno do posto que ocupa” já que agiu com amor e respeito aos compatriotas e com os demais governos da república. (TERNAVASIO, 2005: 56)

Ainda observando algumas cartas, em 28 de maio de 1837, Rosas escreve a Alejandro Heredia, de Tucumán, sobre o decreto do que ele chama de “guerra al Cholo”, o manifesto que o justifica e o interesse na circulação nesses documentos para fins de adesão popular. Rosas comenta ainda que “sem dúvidas” a vitória virá com dignidade, crédito e respeito e segue a carta advertindo que por trás das aspirações territoriais envolvidas no conflito, se encontram os principais dirigentes do unitarismo. O conflito no qual a carta se refere é contra o general Andrés “*Cholo*” Santa Cruz, autoridade governamental da Confederação Peru-Boliviana, que Rosas enfrenta entre 1837-1840 pela posse de terras ao norte. Como representante das relações exteriores das províncias, foi o próprio Rosas que declarou guerra à região e convocou os governadores em nome da causa federal. Por isso, Rosas escreve uma série de cartas para Heredia, entre maio e julho de 1837, para que o governador de Tucumán se cuide das ameaças unitárias e que seja mais entusiasmado com o espírito da Federação e da causa federal. Na carta de 16 de julho de 1837, Rosas comenta que “é de absoluta necessidade que em seus ofícios e proclamas e em todos os atos oficiais soe sempre a Federação com ânimo, procurando mencioná-la quantas vezes seja possível” (tradução livre) e mesmo que pareça algo violento, é preciso seguir porque é “diante da generalidade do Pueblo que a Federação se torna uma ideia que ocupe e mexa com o coração de quem fala” (tradução livre). Para isso, seguindo o texto, Rosas aponta para o uso de expressões como “*todo argentino federal, los buenos argentinos federales, todo patriota federal*”, porque a ausência do adjetivo federal torna a expressão “ambígua e suspeita” denotando unitarismo.

Nessa primeira análise do discurso em cartas, é possível perceber o poder das palavras empregadas por Rosas nos pedidos feitos aos governadores, num discurso firme e preocupado com a “vontade del Pueblo” pela federação. Esse discurso político caminha junto com uma persuasão implícita, fruto dos acordos políticos de Rosas com os governadores ao longo de seu governo. Nesse caso, mais do que em qualquer tipo de discurso político oficial, a relação política se constrói através do já acordado, num processo de manutenção de uma relação já ditada por pactos. Assim, ainda que a resposta dos governadores não esteja presente nessa carta ou não esteja disponível facilmente, é possível pensar que dentro da lógica do acordo político, Rosas conseguia promover discursos firmes e coercitivos em nome da Federação, certo de que a devolutiva se pautaria nos mesmos princípios. A causa federal, então, era justificativa das ordens de Rosas aos governadores.

A institucionalidade foi uma importante arma que permitiu o triunfo do governo rosista já que foi criando normas e lei que logo passariam a regular as relações interprovinciais, gerando mais resultados positivos do que com o uso da força. Dessa forma, Rosas estabelecia uma relação aproximada com os governadores, situação vista com o vocativo presente em praticamente todas as cartas: “*Mi querido amigo*”, “*Mi compatriota*”, “*Mi estimado amigo*”, mas também na defesa da independência dos governos e na lealdade ao Pacto federal sob a República.

O uso da institucionalidade também pode ser visto nos números do jornal *La Gaceta Mercantil*, principal periódico de circulação oficial no tempo de governo rosista. Publicado diariamente entre 1823 e 1852, procurou tornar público parte dos rendimentos do governo, divulgou acordos da Sala dos Representantes e contou com diversos editores, como Pedro de Angelis. Como parte da manutenção da propaganda da Federação, boa parte dos editores se preocupou em compor um editorial que tratasse dos inimigos como motivos reais de quase todos os problemas que rondava as províncias. Foi um órgão que difundiu os feitos de Rosas, um documento importante para perceber a organização do governo em termos públicos, já que foi “um dos jornais de maior circulação em Buenos Aires e nas províncias nesse tempo”. (ZINNY, 1875) Há poucos textos assinados realmente por Rosas, tendo em vista que boa parte dos documentos que estão publicados nos números correntes possuem a autoria dos

ministros do governo. O jornal funciona como manutenção da institucionalidade justamente por tornar clara parte das ações do governo, tendo em vista os informes das contas, entrada e saída do porto e outras leis destinadas à municipalidade ou às províncias, além da constante frase “*Mueran los salvajes unitarios*”, presente no cabeçalho de cada número.

Os textos do jornal denotam o uso de um discurso político bem construído e consistente que ajustava as relações políticas entre as províncias e Rosas, além de afirmar o federalismo em curso. É um discurso montado via exaltação da ordem política e apontamento do inimigo como culpado de boa parte dos problemas que passam os *Pueblos* naquele contexto; procuram construir legitimidade a partir de uma ideia e, com isso, gerar opinião. Tendo em vista que o aparato de imprensa durante o governo rosista foi fortemente censurado, *La Gaceta Mercantil* se tornou a principal fonte de informação para o senso comum naqueles tempos. Mesmo que outros periódicos tenham circulado – como *El Lucero* e *El Grito Argentino* – as notas oficiais vinham do jornal que contou com editores pertencentes à cúpula do governo rosista.

Tanto nas cartas quanto no discurso periódico considerado oficial é possível perceber que para além de qualquer outro tipo de discurso, o político se constrói através da soma com o já dito – a ideia que já está disseminada – com o que quer que seja reforçado. Por isso que esse tipo de discurso aparece marcado por características próprias de quem o monta, passando uma mensagem que aproxima a organização política daqueles que, no caso rosista, o leem. Há, dessa forma, um certo poder nas palavras que parecem cuidadosamente escolhidas para aprofundar a ideia do federalismo, trazendo, juntamente com os símbolos, uma esfera de consenso; deseja-se mexer com o psicológico do senso comum, mas também gerar adesão política dos governadores com palavras que expressem a manutenção do acordo feito entre eles e Rosas, num esfera de retorno conforme a *obediência* do governador. (FONTANA, 1992: 15-17; BOURDIEU, 1985: 67)

Com o discurso e a institucionalidade, Rosas conseguiu criar uma esfera de poder que trouxe originalidade para as Províncias Unidas do Prata. Todos os documentos escritos e assinados por Rosas formaram e formam um corpo de doutrina política muito superior a tudo que já se havia produzido até aquelas décadas. O método

utilizado pode ser observado através da construção de um núcleo de poder que estava na figura de Rosas a partir de Buenos Aires e da aproximação das províncias por meio de laços históricos – seja o passado comum, as experiências ruins dos governos anteriores e os acordos firmados -, mas também laços políticos que promoviam uma união das províncias via federalismo.

Dessa forma, a *Suma de Poder Publico*, que estendeu a atuação de Rosas até os limites provinciais, garantia a intervenção do líder em nome do pacifismo diante da existência de focos unitários no interior, porém só foi possível na prática diante da concessão dos governos provinciais em nome das relações exteriores, confiada a Rosas, e também da compensação dos benefícios que recebiam com as leis protecionistas e os lucros da aduana, ambos acordos firmados com a governabilidade de Buenos Aires. Essa relação, então, se construiu, através de uma espécie de *direto político escrito e não escrito*, equivalente a um sistema de leis constitucionais que valiam mais do que propriamente uma Constituição e que estava presente na rotina política das províncias.

Essa difícil relação das províncias com Buenos Aires fez com que após a caída de Rosas em 1852 a República Argentina encontrasse um caminho mais tortuoso diante da experiência de autonomia por meio de pactos. Tal vivência, durante anos, fez com que a questão da liberdade viesse à tona, aumentando consideravelmente os conflitos pela organização do país entre as províncias e Buenos Aires. Assim, entender o governo rosista de poder e os caminhos escolhidos para a consolidação do sistema federal de poder, é preciso ter em mente os usos do federalismo nesses tempos, numa experiência de Confederação totalmente nova para as províncias, para o Rio da Prata e para a América em si, tendo em vista os manejos do poder nesse contexto. O poder, normalmente atrelado a um Estado ou a um governo, no caso rosista repousa sobre um líder, relações políticas complicadas e acordos, fortes ou não, que mantinham uma certa ordem entre as partes. Se o poder, no século XIX, pode ser pensado a partir da figura de um líder sentado numa cadeira assinando despachos políticos importantes para o país, Rosas contribui fortemente para uma outra visão desse conceito no Rio da Prata.

Bibliografia:

BOURDIEU, Pierre. **Qué significa hablar**. Economía de los intercambios lingüísticos. España: Ediciones Akal, 1985, p. 67.

CAPASSO, Verónica. **El discurso visual durante el régimen rosista**: imbricaciones entre lo público político y lo privado. La Plata: VI Jornadas de Investigación en Disciplinas Artísticas y Projectuales. 2012.

CHIARAMONTE, José Carlos. **Raíces históricas del Federalismo Latinoamericano**. Buenos Aires: Sudamericana, 2016.

DI MEGLIO, Gabriel Marco. *¡Mueran los salvajes unitarios!*: a Mazorca en tiempos de Rosas. Buenos Aires: Sudamericana, 2007.

FRADKIN, Raúl Osvaldo; GELDMAN, Jorge Daniel. **Juan Manuel de Rosas**: La construcción de un liderazgo político. Buenos Aires: Edhasa, 2015.

FONTANA, Mónica Gacriela Zoppi; NEGRONI, María Marta García. **Análisis lingüístico y discurso político**. El poder de enunciar. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina S.A, 1992.

MANSILLA, Lucio V. Rozas. **Ensayo histórico-psicológico**. Buenos Aires: La Cultura Argentina, 1925, p. 124. IN: FRADKIN, Raúl Osvaldo; GELDMAN, Jorge Daniel. **Juan Manuel de Rosas**: La construcción de un liderazgo político. Buenos Aires: Edhasa, 2015, p. 25.

GONZÁLEZ, Pilar. **Civilidad y política en los orígenes de la Nación Argentina**: las sociabilidades en Buenos Aires, 1829-1862. 2a ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

GOLDMAM, Noemí. **Los orígenes del Federalismo rioplatense (1820-1831)**. IN: **Revolución, República y Federación (1806-1852)**. Buenos Aires: Sudamericana, tomo 3, p. 105-124.

LYNCH, John. **Caudillos en Hispanoamérica 1800-1850**. Madri: Editorial Mapfre, 1993.

MYERS, Jorge. **Orden y Virtud**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1995.

SALVATORE, Ricardo. **Fiestas Federales:** representaciones de la República en la Buenos Aires rosista. In: *Entrepasados: Revista de História*, ano VI, n. 15, 1994, p.45-68.

TERNAVÁSIO, Marcela. **Historia de la Argentina.** 1806-1852. Buenos Aires: Editores Siglo Veintiuno, 2013.

TITTO, Ricardo J. de (comp). **El pensamiento de los federales.** Buenos Aires: El Ateneo, 2009.

ZUBIZARRETA, Ignacio. **Unitarios.** Historia de la facción política que diseñó la Argentina Moderna. Buenos Aires: Editora Sudamericana, 2014.

Simpósio Temático 06: Manifestações culturais em tempos repressivos

Representando “Minorias” e/ou “maiorias minorizadas”: O caso dos jornais alternativos *Nós mulheres*, *Jornegro*, *Lampião da Esquina* e *ChanacomChana*

Geovane Batista da Costa¹⁵¹

RESUMO: O objetivo principal deste trabalho é o de apresentar quatro impressos: *Lampião da Esquina* (1978-1981), *ChanacomChana* (1982-87), *Jornegro* (1978-1981) e *Nós Mulheres* (1976-1978). Esses quatro periódicos pertenciam à imprensa alternativa, no subgrupo denominado “jornais de movimentos sociais”, que geralmente eram produzidos por pessoas diretamente vinculadas aos movimentos sociais que buscavam representar. Este artigo também tem como objetivo refletir um pouco sobre o conceito tão em voga atualmente de “maiorias minorizadas” de Richard Santos (2017) e o conceito mais antigo de “minorias” de Edward Macrae (1990) usados para fazer referências a tais grupos – mulheres, negros e pessoas homossexuais.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa alternativa; Minorias; Lampião da Esquina; Nós Mulheres; Jornegro; ChanacomChana.

ABSTRACT: The main objective of this study is to introduce four newspapers: *Lampião da Esquina* (1978-1981), *ChanacomChana* (1982-87), *Jornegro* (1978-1981) and *Nós Mulheres* (1976-1978). These four journals were part of the alternative press, in the subgroup called “newspapers of social movements”, which were generally produced by people directly linked to the social movements they sought to represent. This article also aims to reflect a little on the concept currently in vogue of “minority majorities” by Richard Santos (2017) and the older concept of “minorities” by Edward Macrae (1990), used to make references to such groups - women, black people and homosexuals.

¹⁵¹ Licenciado, Bacharel e Mestre pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista CAPES. E-mail: geovannecosta2009@hotmail.com

KEYWORDS: Alternative press; Minorities; Lampião da Esquina; Nós Mulheres; Jornegro; ChanacomChana.

INTRODUÇÃO

Entre 1964 e 1980 nasceram e morreram no Brasil cerca de 150 periódicos, e a metade deles nem chegou a completar 1 ano de existência, tendo vários desses jornais ficado apenas com duas ou três edições. Aproximadamente só 25 jornais duraram um pouco mais, de 3 a 5 anos, e mesmo assim, não com a forma original de quando haviam surgido (ABRAMO, 1997: 12).

Tais jornais pertenciam àquilo que vários autores (KUCINSKI, 1991; ARAUJO, 2000; BARROS, 2003; ROSA, 2005; LIMA; CERQUEIRA, 2007; AGUIAR, 2008; PÉRET, 2011) chamam de imprensa alternativa¹⁵², que (re)surgiu nesse período histórico através da articulação de duas questões mais urgentes: 1) “do desejo dos movimentos de esquerda de protagonizar as transformações que propunham”, e 2) da “insatisfação dos jornalistas e intelectuais com a grande imprensa”, por ela estar sob forte censura, o que os levam à busca de espaços alternativos para poderem divulgar suas ideias (BARROS, 2003: 63).

Conforme Kucinski (2003), a imprensa alternativa apresenta algumas subcategorias de jornais, que podem ser classificados como de: a) “esquerda”, que eram publicações influenciadas direta ou indiretamente pelos partidos e organizações políticas de esquerda, que na época se encontravam na clandestinidade, como, por exemplo, os jornais *O Pasquim* (1969), *Opinião* (1972), *Movimento* (1975), *Versus* (1975), *Em Tempo* (1978), *Coojornal* (1976), etc.; b) “contracultura”, que eram jornais mais voltados para a crítica dos costumes, que apresentavam o descontentamento com relação aos valores morais, contestando as maneiras de pensar, sentir e agir de grande parte da sociedade brasileira, além de criticar também o regime civil-militar, como, por exemplo, *Bondinho* (1970), *Flor do Mal* (1970), *Verbo Encantado* (1971) etc.; e c) “publicações de movimentos sociais”, que, geralmente, não eram elaborados por

¹⁵² A imprensa alternativa também pode ser chamada de “nanica”, “de leitor”, “tropicalista”, “marginal”, “emergente”, “independente” ou ainda “underground”. Para saber mais sobre os nomes que a imprensa alternativa recebeu recomendo ver: BRASIL, Bruno. Por um mundo livre e menos “careta”: a imprensa alternativa durante o regime militar. In: Biblioteca Nacional (Brasil). **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, 2007. Vol. 124. p.1-192.

jornalistas, mas por pessoas diretamente vinculadas aos movimentos sociais que buscavam representar.

Faziam parte do tipo de “publicações de movimentos sociais”, de acordo com Kucinski (2003), a “imprensa feminista”, tendo como exemplos *Brasil Mulher* (1975), *Nós Mulheres* (1976), *Mulherio* (1981); a “imprensa negra”, com os jornais *Tiçã* (1978), *Simba* (1977), *Koisa de Crioulo* (1981), *Nego* (1981); a “imprensa gay”, com jornais como *Snob* (1963), *O Centauro* (1968), *Opinião* (1968), *Lampião da Esquina* (1978); os jornais do movimento estudantil (como o *Terra Roxa* (1972) do DCE da Universidade de Londrina), jornais ligado à publicações ecológicas (como a *Folha Alternativa e Ecojornal*, ambos publicados em 1979), os jornais de bairro/ regionais, como *Carrinho* (1975), *Novo Jornal* (1971) etc.

É importante destacar que apesar dessas categorizações com finalidades didáticas, uma concepção não eliminava a outra, já que poderíamos ter, por exemplo, jornais políticos que tratassem de assuntos culturais, ou vice-versa. Apesar de se assemelharem por terem tiragem irregular, o que significa que não visavam o lucro, por terem duração efêmera e serem sempre de oposição ao governo e ao discurso oficial também vale ressaltar que até mesmo jornais alternativos da mesma categoria poderiam ser diferentes entre si, pois poderiam se diferenciar por terem um o formato tabloide (tamanho pequeno) e o outro o formato estandarte (com folhas grandes); uns com textos densos e longos, outros de linguagem popular e curtos, alguns eram vendidos em bancas, outros com circulação restrita e distribuídos nas ruas (MENDES, 2011: 27).

Enfim, realizado estas considerações iniciais, o objetivo deste artigo é o de destacar sucintamente quatro publicações de movimentos sociais: o jornal *Nós Mulheres*, da imprensa feminista; o *Jornegro*, da imprensa negra; *Lampião da Esquina*, da imprensa gay e o boletim *ChanacomChana*, da imprensa lésbica-feminista.

PUBLICAÇÕES DE MOVIMENTOS SOCIAIS

Conforme Goss e Prudêncio (2004) o conceito de movimentos sociais até o início do século XX, contemplava apenas a organização e a ação dos trabalhadores em

sindicatos, mas a partir dos anos 60, com a progressiva delimitação desse campo de estudo pelas Ciências Sociais, o conceito passou a ser utilizado para fazer referência também aos movimentos que tematizavam questões que antes ficavam restritas à esfera privada, como as questões de gênero, de orientação sexual, étnicas. Assim, esses movimentos sociais - o feminista, negro e LGBT – são ampliadores da noção de política, apontando o privado como um lugar político e de transformação.

Souza (1991), por sua vez, compreende a década de 1970 como o auge do aparecimento dos movimentos sociais brasileiros, tanto no que se refere às formulações teóricas como no fato do surgimento dos movimentos sociais. Para o referido autor, os movimentos sociais são “formas de enfrentamento das contradições sociais que se expressam em reações coletivas a algo que se apresenta como bloqueio ou afronta aos interesses e às necessidades coletivas de determinado grupo social” (SANTOS, 1991: 99).

É válido destacar que esses movimentos sociais representavam grupos nomeados como “minorias”, que é uma conceituação usada para identificar aqueles grupos com uma determinada característica, partilhada por seus membros, que é tomada como negativa pelo grupo que se lhes opõe, causando, portanto, de forma institucional e/ou social aos grupos minoritários preconceito, discriminação, e, exclusões, total ou parcialmente, da participação na vida social, por não deterem maior poder e/ou controle dos discursos (MACRAE, 1990). Em outras palavras, os grupos considerados minorias - homossexuais, mulheres, quilombolas, negros, afrodescendentes, ciganos, indígenas entre outros -, revelam não somente uma questão quantitativa no uso do termo minoria, mas o reconhecimento de grupos cujas lutas se voltam preferencialmente para a melhoria das condições de sua existência.

Alguns autores, como Santos (2017), por exemplo, que se prende à questão quantitativa, preferem não enquadrar os negros e as mulheres dentro da conceituação de minorias, e, por isso faz uso do conceito de “maiorias minorizadas”¹⁵³ para fazer

¹⁵³ A expressão “maiorias minorizadas” já se encontrava em uso pelo menos desde 1997, quando Abdias Nascimento a usou para se referir aos africanos e afrodescendentes. Ver: NASCIMENTO, Abdias. Dia Internacional contra a Discriminação racial (Discurso). In: NASCIMENTO, Abdias. **Thoth, escriba dos deuses: pensamento dos povos africanos e afrodescendentes**, n. 1. Brasília: Senado Federal, 1997, p. 35-61.

referência às estes grupos que estatisticamente no Brasil compõem a maioria da população, mas que por serem historicamente discriminados e invisibilizados tiveram sua importância em termos sociais e políticos reduzidas, o que resultou, portanto, em pouca representação na nossa sociedade, seja em postos políticos, posições de poder, cargos de destaque etc.

Realizados tais ponderações sobre os movimentos sociais, destaco então os jornais produzidos pelas/para as minorias homossexuais, mulheres e negros.

Nós Mulheres (1976-78)

NÓS MULHERES queremos, junto com os homens, lutar por uma sociedade mais justa, onde todos possam comer, estudar, trabalhar em trabalhos dignos, se divertir, ter onde morar, ter o que vestir e o que calçar. E por isto não separamos a luta da mulher da luta de todos, homens e mulheres, pela sua emancipação.

NÓS MULHERES decidimos fazer este jornal feminista para que possamos ter um espaço nosso, para discutir nossa situação e nossos problemas. E, também, para pensarmos juntas nas soluções. (...) (NÓS MULHERES, nº 1, 1976: 2)

Como podemos observar pela citação acima que faz parte do editorial¹⁵⁴ da edição nº 1 de junho de 1976, o jornal *Nós Mulheres* era declaradamente feminista, cujo objetivo era lutar pelo mínimo de dignidade e ter uma vida mais justa. O jornal *Nós Mulheres* era organizado e publicado pela Associação das Mulheres, em São Paulo, que era formada por mulheres universitárias e antigas militantes do movimento estudantil

Mas, parece que o conceito foi teorizado com Richard Santos (2017), que em decorrência de seus estudos sobre comunicação audiovisual na América Latina, mais especificamente os estudos comparados sobre televisão entre o Brasil e Argentina, usou o conceito e o expandiu para enquadrar não só os africanos e afrodescendentes, mas também os afroindígenas como “maiorias minorizadas”. Deste modo, a expressão “maiorias minorizadas” passou a ser usada para fazer referência àqueles grupos que estatisticamente no Brasil compõem a maioria da população, como por exemplo os negros e as mulheres, mas que por serem historicamente discriminados, invisibilizados, tiveram sua importância em termos sociais e políticos reduzida. Ver: SANTOS, Hamilton Richard A. F. **A revolução não será televisionada (!?)**. O caso comparado da TV pública no Brasil e na Argentina. Tese. Departamento de Estudos Latino-Americanos. Universidade de Brasília, UnB, 2017.

¹⁵⁴ Editorial é o espaço de expressão da opinião de quem produz o jornal e o espaço de defesa das políticas editoriais do periódico. Para saber mais ver: MELO, José Marques de. **A Opinião no Jornalismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985.

Anais da XXXVI Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Entre golpes e democracias: Narrativas históricas de um sonho em vertigem. Gabrielle Barra Tarocco; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2020. 1463 p.

(KUCINSKI, 2003), e tinha um enfoque voltado mais para as mulheres trabalhadoras e das camadas populares.

A primeira edição do jornal *Nós Mulheres* foi financiada pela então atriz, produtora teatral e depois deputada estadual de São Paulo pelo PMDB Maria Ruth dos Santos Escobar (Ruth Escobar). Posteriormente, suas outras sete edições foram financiadas pelas vendas em bancas de jornais - em São Paulo pela França Pinto e a partir do nº 3 também no RJ pela Fioravante Carelli - e assinaturas, que davam direito a 6 edições e custaram Cr\$ 30 até o nº 3 e depois Cr\$ 50, 00.

Nós mulheres teve 8 edições sendo a última a edição junho-julho de 1978. Era editado em formato de tabloide, produzido de forma artesanal, com periodicidade irregular, pois as publicações eram editadas de acordo com as condições financeiras e editoriais, e, por isso era lançado às vezes bimestral, trimestral e até quinquenalmente. Sem tiragem divulgada, custou Cr\$ 5,00 (cruzeiros) até o nº 6 e depois passou para Cr\$ 7,00 na edição 7, e Cr\$ 8,00 na edição 8.

Como editora do jornal até a edição 3, o jornal teve como nome Mariza Côrrea, antropóloga e jornalista. E as edições 4 até a de número 8, a editora do jornal *Nós Mulheres* passou a ser a jornalista Anamarcia Vainsencher. Seu conselho editorial era formado só por mulheres e dele participaram por exemplo Cyntia Sarti, Maria Ines Castilho, Rita de Lucca entre outras. Também havia colaboradores e colaboradoras (que chegou quase há 30 mulheres).

Com uma presença acadêmica forte, pois tinha “influência francesa das Ediciones des Femmes”, o jornal *Nós mulheres* se preocupava em dar um panorama nacional dos temas relacionados à mulher, discutindo abertamente questões como sexualidade e aborto, abordando principalmente sobre assuntos de “política e condições de vida”, já que as “reflexões sobre as relações afetivas e sexualidade não eram habituais” (MORAES, 1997: 144). Assim, dentre suas principais matérias do jornal estavam o aborto, as mulheres na política, o trabalho feminino, a dupla jornada de trabalho, a sexualidade (métodos contraceptivos) e a necessidade de creches.

Jornegro (1978-81)

Anais da XXXVI Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Entre golpes e democracias: Narrativas históricas de um sonho em vertigem. Gabrielle Barra Tarocco; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2020. 1463 p.

ISSN:2317-0468

Este é um jornal da comunidade; é nosso portanto. Suas páginas estão abertas a todos os leitores para críticas, sugestões, participação nos debates propostos, enfim, para qualquer tipo de colaboração. Este jornal nasceu da necessidade de termos um órgão que divulgue nossos assuntos e onde possamos debater nossos problemas a partir do nosso ponto de vista e do interesse da comunidade afro-brasileira. Não mais podemos ficar à mercê da indústria da cultura, que nos transformou em objeto, folclorizou nossa cultura, fazendo-a um simples produto de consumo. (JORNEGRO, nº 1, 1978: 2)

O jornal *Jornegro*, como podemos observar pela citação acima, era um jornal da imprensa negra voltado para a comunidade afro-brasileira e surgiu da necessidade que esse grupo tinha em ter um espaço que pudesse discutir os problemas por eles enfrentado.

A ideia do jornal surgiu em 1977, mas sua primeira edição só foi lançada em março de 1978, na cidade de São Paulo, devido a problemas financeiros, divergências e dissidências (SILVA, 2012). Teve ao todo 12 edições e terminou em fevereiro de 1981. Sem periodicidade regular, foi organizado e produzido pela Federação das Entidades Afro-brasileiras do Estado de São Paulo (FEABESP)¹⁵⁵ até a edição 8, pois com a extinção desta, suas quatro outras edições passaram a ser publicadas pelo Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN)¹⁵⁶.

Jornegro era composto e impresso nos Diários Associados e tinha como editores o jornalista Odacir Mattos, que era também o diretor geral do jornal, e universitários, como por exemplo Luiz Silva (pseudônimo Cuti), Jamu Minka, Jacques Félix, Maria

¹⁵⁵ A FEABESP foi formada em 1977 e teve seu fim em Assembleia Geral no dia 20.03.80. Ela foi criada para editar o jornal *Jornegro* e dar respaldo legal ao jornal, uma vez que as entidades negras não desejavam assumir esse papel. Definida como órgão representativo das entidades afro-brasileiras no Estado de São Paulo, seu estatuto definia como sendo seus objetivos a defesa da cultura negra da comercialização, folclorização e, fundamentalmente, da destruição da cultura negra; manter órgão de divulgação das atividades das entidades filiadas, bem como das manifestações socioculturais da comunidade; promover atividades educacionais junto à comunidade afro-brasileira; manter intercâmbio sociocultural com outros povos etc. Para mais informações Ver: **Jornegro**, edição 9, ano 3, julho de 1980; SILVA, Joana Maria Ferreira da. **Centro de cultura e arte negra – CECAN**. São Paulo: Editora Selo Negro Edições, 2012.

¹⁵⁶ O CECAN foi uma associação de ativismo negro que surgiu no dia 21 de junho de 1971 e foi oficializado em setembro do mesmo ano, a partir de um grupo que pretendia divulgar aspectos da arte e cultura, através do teatro. Encerrou suas atividades em 1981. Ver: **Jornegro**, edição 9, ano 3, julho de 1980; SILVA, Joana Maria Ferreira da. **Centro de cultura e arte negra – CECAN**. São Paulo: Editora Selo Negro Edições, 2012.

Inês da Silva, Ubirajara Motta, Luis Paulo Lima, Mensah Gamba, Henrique Cunha Júnior, Isidora Tellesque Souza, Cristina e Lúcia.

O jornal *Jornegro* tinha tiragem de 1000 exemplares e era financiado por suas vendas, que custaram Cr\$ 5,00 até a edição 8, e Cr\$ 10,00 as quatro edições restantes, e, pelas assinaturas, sendo que o valor delas anualmente era de Cr\$ 50,00, depois na edição 3 passou a ser de Cr\$ 60,00, e, a partir do nº 6 passou a ter o valor de Cr\$ 100,00.

Jornegro colocava em suas páginas, temas sobre história, variedades, participação sociopolítica e econômica, folclore, conscientização, preconceito racial, poesia, revisão crítica da posição do negro, literatura, cartas, saúde, alimentação, educação, propaganda, mulheres, esportes (MOTTA, 1986).

Lampião da Esquina (1978-81)

O que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência sexual como uma espécie de maldição, que é dado aos ademanes e que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator capital: seu sexo não é aquele que ele desejaria ter.

(...) Para acabar com essa imagem padrão, Lampião não pretende solucionar a opressão nossa de cada dia, nem pressionar válvulas de escape. Apenas lembrará que uma parte estatisticamente definível da população brasileira, por carregar nas costas o estigma da não-reprodutividade numa sociedade petrificada na mitologia hebraico-cristã, deve ser caracterizada como uma minoria oprimida. E uma minoria, é elementar nos dias de hoje, precisa de voz. (LAMPIÃO, n. 0, abril 1978, p. 2)

Lampião da esquina foi um jornal da imprensa gay que surgiu também da necessidade de ser um espaço voltado para as questões desse público em específico. A ideia de lançar o jornal surgiu em 1977, mas a primeira edição impressa só ocorreu em abril de 1978 como edição experimental e com o nome de *Lampião*, ficando restrita ao Rio de Janeiro e sendo enviada a 5 mil pessoas aleatórias escolhidas pelos membros do Conselho (COSTA, 2020). A partir da edição nº 1, foi acrescentado o termo “da

Esquina” e o jornal circulou com mais 37 edições com o nome de *Lampião da Esquina*, tendo seu fim em junho de 1981.

O jornal *Lampião da Esquina* era editado por 11 homens que ocuparam o conselho editorial e eram pertencentes à classe média assumidamente gays, dentre eles o jornalista Aguinaldo Silva, que era o coordenador das edições, o cineasta e escritor João Silvério Trevisan e o antropólogo Peter Fry. Contou com vários colaboradores e colaboradoras de várias partes do país, que produziam artigos, ensaios, resenhas, ou, que traduziam matérias, faziam entrevistas e reportagens.

Produzido de forma industrial, em formato tabloide (pequeno) e com uma tiragem média de 15 mil exemplares, era publicado pela editora Esquina, que também foi criada por estes homens, e, era impresso na Gráfica e Editora Jornal do Comércio S.A., localizada no Rio de Janeiro. *Lampião da esquina* tinha periodicidade regular e mensalmente era comercializado em bancas de revistas em 15 capitais brasileiras¹⁵⁷ mais o Distrito Federal, começando pelo valor de Cr\$, 15,00 até a edição 8 e terminando com o valor de Cr\$ 60,00. *Lampião* também contava com assinaturas anuais que custaram de Cr\$ 180,00 à Cr\$ 600,00.

Lampião da Esquina tinha como objetivo principal se contrapor aos discursos dominantes na sociedade que diziam que a homossexualidade era um pecado, doença ou um crime, por isto tratava a homossexualidade como uma sexualidade tão normal e sadia quanto a heterossexualidade. Apesar de ser um jornal feito por homossexuais, e voltado para os homossexuais, falava também sobre mulheres, negros e índios, e publicou assuntos diversos, como ecologia, aborto, violência policial, contraceptivos, religião, espaços de sociabilidade, etc.

ChanacomChana (1981-87)

O boletim chanacomchana é um espaço criado por mulheres lésbicas para mulheres lésbicas e todas as pessoas que queiram debater, conversar e se divertir conosco. Queremos que ele seja um veículo de informação, discussão, humor, namoro, poesia e sonho para todas que o fizerem e para quem for lê-lo também. Ele é um dos frutos os três

¹⁵⁷ Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Salvador, Florianópolis, Belo Horizonte, Porto Alegre, Teresina, Curitiba, Manaus, Vitória, Goiânia, Fortaleza, Maceió e João Pessoa.

anos e meio de atividades do GALF (Grupo de Ação Lésbico-Feminista) e representa a continuação do jornal de mesmo nome que lançamos o ano passado. Ele é produto de nosso trabalho que, embora, às vezes, difícil e árduo, tem sempre muito amor e paixão, a mesma paixão que esperamos ver transbordar de todos os nossos textos (CHANACOMCHANA, nº 1,1982: 1)

ChanacomChana foi lançado em São Paulo em janeiro de 1981 como um jornal lésbico-feminista - termo escolhido como resultado da conscientização política das lésbicas sobre sua dupla opressão que envolvia o gênero e a orientação sexual - em formato tabloide. Em dezembro de 1982 foi relançado como um boletim devido ao alto custo de produção. O boletim *ChanacomChana* teve 12 edições, sendo a última edição publicada em maio de 1987.

ChanacomChana era produzido de forma artesanal (era mimeografado e depois xerocado), sendo editado e organizado pelo Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF)¹⁵⁸. Esse boletim tinha tiragem média de 200 exemplares, publicados de forma irregular (tinha edições bimestrais, trimestrais, semestrais e até anual), e era vendido pelas próprias colaboradoras em congressos, festas, bares e boates. Antes da quinta edição não sei informar o valor que era comercializado, mas a partir da sexta edição consta nas capas os referidos valores de Cr\$ 1000,00 para a edição nº6; Cr\$ 2000,00 para o nº 7; Cr\$ 3500,00 para o nº 8; Cr\$ 5000,00, para a edição nº 9; CZ\$10,00 para a edição 10; CZ\$ 15,00 para o nº 11, e, CZ\$ 25,00 para a edição de nº 12.

ChanacomChana também contava com assinatura anual de 5 números que variaram entre Cr\$ 6.000,00 e Cr\$ 20.000, e, assinatura para o exterior que variou entre US\$ 9 e US\$ 28. Apesar de sua circulação ser predominantemente em São Paulo, também podemos ver que circulava por outros estados através das cartas recebidas que tinham endereços de Porto Alegre, Rio de Janeiro, Minas Gerais etc.

Miriam Martinho, era a editora geral de *ChanacomChana* e geralmente junto de Rosely Roth foram as que mais assinaram artigos. Ademais, o boletim também contou

¹⁵⁸ O GALF foi o primeiro coletivo auto-organizado de lésbicas brasileiras que se tem registro, e, surgiu em 1981, a partir de uma dissidência do grupo homossexual SOMOS, de São Paulo. Ver: LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades (1979-2006)**. Tese (Doutorado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

com outras colaboradoras que escreviam matérias, dentre elas Célia, Maria Luiza e Vanda.

As principais temáticas tratadas nas páginas do boletim foram sobre mulheres e futebol; maternidade lésbica; relação das lésbicas com suas famílias; lésbicas e trabalho; sexualidade lésbica, aborto etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Homossexuais, mulheres, negros e tantas outras minorias, geralmente, foram silenciadas ao longo da nossa história. Muitos desses grupos ainda tinham suas falas mediadas por outros atores sociais, muitas vezes servindo de intérpretes e tradutores. Por isso, quando estes próprios grupos marginalizados e invisibilizados resolvem criar um espaço que visava ser a plataforma na qual pretendiam falar de seus problemas e ser ouvidos, nem que fosse pelos seus pares, é de suma importância não ser apagada, esquecida.

Assim, este artigo teve como objetivo central não deixar que caíam no esquecimento, e apresentou de modo sucinto quatro periódicos da imprensa escrita alternativa, produzidos no período da ditadura militar brasileira por grupos historicamente silenciados - o jornal *Lampião da Esquina*, produzido por 11 homens assumidamente gays, de abril de 1978 a junho de 1981; o boletim *ChanacomChana*, voltado para as mulheres lésbicas e feministas, publicado entre 1982 e 1987 pelo Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF); o jornal *Nós Mulheres*, que surgiu em 1976 e teve seu fim em 1978, em São Paulo, publicado pela Associação das Mulheres e voltado para mulheres heterossexuais; e, o *Jornegro*, jornal voltado para a população negra, criado em 1978 com fim em 1981, na cidade de São Paulo.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. **Um trabalhador da notícia**: textos de Perseu Abramo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

COSTA, Geovane Batista da. **As (homos)sexualidades num jornal “guei”** – Saindo do gueto com Lampião da Esquina (1978-1981). Curitiba: Editora Collaborativa, 2020.

GOSS, Karine Pereira; PRUDENCIO, Kelly. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Em Tese** - Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2, nº 1 (2), janeiro-julho 2004, p. 75-91.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: EdUSP, 2003.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade**: identidade sexual e política no Brasil da abertura. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MENDES, Sérgio Luiz da Silva. A imprensa alternativa durante a ditadura militar no Brasil (1964-1984): um olhar historiográfico. **CONTRAPONTO – Revista Eletrônica de História**, Teresina, n. 1, v. 1, jun. 2011. p. 24-41.

MOTTA, Ubirajara Damaceno. **Jornegro, um projeto de comunicação afro-brasileira**. Dissertação. (Mestrado em Comunicação Social) - Instituto Metodista de Ensino Superior, São Bernardo do Campo, 1986, p.65, 132. Foram localizados 5 números deste jornal, que não tinha uma periodicidade regular.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. O feminismo e a vitória do neoliberalismo. In: SCHPUN, Mônica Raísa (Org.). **Gênero sem fronteiras**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997.

SANTOS, Hamilton Richard A. F. **A revolução não será televisionada (!?)**. O caso comparado da TV pública no Brasil e na Argentina. Tese. Departamento de Estudos Latino-Americanos. Universidade de Brasília, UnB, 2017.

SILVA, Joana Maria Ferreira da. **Centro de cultura e arte negra – CECAN**. São Paulo: Editora Selo Negro Edições, 2012.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. São Paulo: Cortez, 1991.

**Simpósio Temático 07: Entre a Antiguidade e a Idade Média:
perspectivas acadêmicas e educacionais**

**A MISSÃO DOS APÓSTOLOS E A PRESENÇA DOS SERES
HÍBRIDOS NA ARTE ROMÂNICA MEDIEVAL**

Igor de Mattia Buogo¹⁵⁹

Resumo: Este estudo tem por objetivo traçar a historicidade da mentalidade medieval referente aos “seres híbridos”, que viveriam nas regiões do Oriente, da África e Ásia, a partir do diálogo entre autores da Antiguidade e do medievo, como Heródoto, Plínio, Agostinho de Hipona e Isidoro de Sevilha. Busca-se, num segundo momento, interpretar e compreender a presença destes seres no tímpano central da basílica românica de Santa Maria Madalena, em Vézelay, França. No tímpano da basílica, tais temas pré-cristãos foram colocados junto a Cristo numa iconografia bíblica que alude à Missão dos Apóstolos.

Palavras-chave: Arte românica; Antiguidade; iconografia medieval; seres híbridos

Abstract: This study aims to trace the historicity of the medieval mentality concerning the “hybrid beings” from the distant regions of the East, Africa and Asia, through a dialogue between authors from Antiquity to the Middle Ages, such as Herodotus, Pliny, Augustine of Hippo and Isidore of Seville. In a second moment, we seek to interpret and understand the presence of these beings in the central tympanum of the Romanesque basilica of Saint Mary Magdalen, in Vézelay, France. In the tympanum of the Romanesque basilica, such pre-Christian themes had been put along with Christ in a biblical iconography that alludes to the Mission of the Apostles.

Keywords: Romanesque art; Antiquity; medieval iconography; hybrid beings

¹⁵⁹ Acadêmico de História. Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). E-mail: igor_buogo@outlook.com

Introdução

No tímpano central da basílica românica de Santa Maria Madalena, localizada na vila de Vézelay, França, testemunha-se uma iconografia bíblica que configura passagens do Novo Testamento junto a temáticas da Antiguidade e de outras tradições. Patrimônio Mundial da UNESCO desde 1979, a basílica assenta-se na vila de Vézelay, local que foi administrado, na Idade Média, por um monastério beneditino. A localidade tornou-se social e religiosamente importante durante os séculos XI e XII, devido à tradição que ascendeu a partir dos anos 1050, segundo à qual os restos de Maria Madalena estariam sepultados no local.

Reconhecida como um baluarte da arte românica francesa, a basílica possui um tímpano central – o portal esculpido acima da entrada da nave – que comporta uma variedade de iconografias cristãs emolduradas durante o processo de construção, entre 1120 e 1140. A imagem central do tímpano representa, segundo Émile Mâle (1972) e John Friedman (2000), a Missão dos Apóstolos. Este ideal é sintetizado em várias passagens do Novo Testamento, como em Marcos, 16:15: “Ide por todo o mundo, pregai o Evangelho a cada criatura”. É, pois, o momento motriz em que a diretriz da Igreja Católica teria sido definida por Jesus a seus apóstolos, influenciando o ideal do universalismo da Salvação, presente na doutrina católica posterior. Klaas Woortman (2005) bem colocou que a condição de uma humanidade “única” foi fundamental no pensamento cristão, pois, antes que venha o Fim dos Tempos, todos os povos e nações da Terra precisariam estar unidos à Providência Divina, através do conhecimento dos Evangelhos. Desse modo, a dispersão dos Evangelhos para todos os cantos do mundo é um ponto basilar para a realização da Salvação da humanidade, definido mesmo como um episódio necessário para que se cumpra a Parúsia, a Segunda Vinda de Cristo.

A audiência das iconografias românicas da basílica, durante os séculos XII e XIII, de fato, incluiu não somente “o público laico, monges e clérigos, mas também viajantes, como peregrinos, que vinham de todos os cantos do mundo” (SULLIVAN, 2016: 31). Vézelay, além de ter sido um ponto de peregrinação próprio por manter as relíquias de Maria Madalena, também é uma vila citada no *Guia do peregrino de Santiago*, elaborado entre 1140 e 1160, como um dos locais em que partiam as peregrinações rumo à tumba de São Tiago, na Galícia.

As esculturas e ornamentações românicas, geralmente em igrejas de áreas rurais, conceituam-se como um amálgama de conhecimentos clericais, baseados nas liturgias e na Bíblia, com reminiscências de imaginários distintos provindos de diferentes fontes, sejam dos folclores camponeses, de tradições bizantinas ou da Antiguidade. Como notou Henri Focillon (1963), a arte românica dos séculos XI e XII mesclou imagens de Deus e dos homens, baseadas na Bíblia, entremeadas com as mais diversas fantasias da mente humana concebidas no imaginário medieval. No tímpano central da basílica, deste modo, é possível testemunhar temáticas que são permanências do Mundo Antigo, ressignificadas e realocadas para servir a projeções e visões de mundo inerentes ao projeto de Salvação do Cristianismo.

De modo mais específico, no semicírculo do tímpano central, estão emoldurados diversos seres dentro de compartimentos exclusivos. Exibindo diferentes características físicas – como cabeças de cães – e gestuais, muitos destes seres são exemplos das permanências que remontam a temas pré-cristãos, mas que foram devidamente alocados e ressignificados numa iconografia que exprime episódios do Novo Testamento.

Diante do exposto, o presente estudo empreende uma análise histórica, descritiva e interpretativa da permanência deste imaginário da Antiguidade no medievo, envolvendo tais seres híbridos, que se acreditava viverem nas regiões fronteiriças do “mundo”, como a Índia. Compreendendo a presença destes temas na mentalidade cristã como um aspecto de longa duração, a discussão proposta visa traçar a historicidade desta mentalidade a partir de fontes gregas, romanas e medievais. De Heródoto ao romano Plínio, perpassando o pensamento de Santo Agostinho e Isidoro de Sevilha, este estudo demonstra como estes autores reproduziram estas tradições e visões referentes aos seres híbridos e monstruosos, habitantes de regiões do Oriente e da África, segundo o imaginário vigente. Num segundo momento, serão analisadas as figurações destes seres em detalhes do tímpano românico de Vézelay, construído junto com a basílica entre os anos de 1120 e 1140 d.C. Na imagem românica em perspectiva, a tradição dos seres híbridos foi incorporada numa cena estritamente cristã, perpetuando a crença na existência dos mesmos, mas com significados novos intrínsecos ao projeto universalista do Cristianismo e às conturbações sociais e políticas locais.

A tradição greco-romana: Heródoto, Ctésias, Megástenes e Plínio

Desde os tempos de Heródoto, no século V a.C., os gregos tenderam a materializar suas concepções do “Outro” monstruoso não somente em seus mitos, onde criaturas híbridas como o Minotauro estão presentes, mas também “em formas não-religiosas pela invenção de raças e animais monstruosos à qual imaginavam viver à uma grande distância no Oriente, sobretudo na Índia” (WITTKOER, 1942: 159). Neste sentido, a obra *História*, de Heródoto, se caracteriza como uma fonte importante para apreender o pensamento cultural dos gregos a respeito de uma miríade de assuntos envolvendo guerras, política, o mundo natural e, também, os locais distantes, considerados perigosos, habitados por seres fantásticos. A Índia que Heródoto delineou em sua *História*, por exemplo, é citada como a “mais remota das terras habitadas”, um país em que “os animais, tanto quanto as aves, são muito maiores do que nos demais países, com a única exceção dos cavalos” (HERÓDOTO, 1979a: 202).

Ela é descrita como uma terra hostil, com um clima desértico, contendo, todavia, “uma incalculável abundância de ouro, ouro que se extrai do subsolo, que é arrastado por alguns rios, ou que [...] se obtêm por saques” (HERÓDOTO, 1979a: 203). A Líbia, por sua vez, é exposta como um país repleto de feras. Viveriam ali cobras gigantes, leões, elefantes, ursos, além de seres fantásticos, “seres com cabeça de cães e seres sem cabeça, que (ao menos segundo afirmações dos líbios) têm os olhos no peito” (HERÓDOTO, 1979b: 463).

Outro autor da Antiguidade, cujos fragmentos de suas obras perduraram, foi Ctésias de Cnido, médico que viveu em fins do século V a.C. Ctésias foi um residente na corte persa; tal como Heródoto, não visitou as regiões da Índia e outras localidades consideradas distantes, mas, como residente real do Império Persa, pôde compor sua coletânea de maravilhas, ervas medicinais, e descrições de regiões longínquas, a partir de relatos de viajantes e comerciantes que por tais espaços transitavam (NICHOLS, 2011).

No dizer do historiador da arte Rudolf Wittkoer (1942), Ctésias, em sua obra fragmentada *Indika*, não só se respaldou em estórias fabulosas concernentes ao Oriente

que já eram vigentes nos tempos precedentes ao próprio Heródoto, como também adicionou novas maravilhas, relacionadas a povos, climas, paisagens e minerais preciosos. Seus relatos são sínteses de reminiscências e narrativas que abrangiam as regiões fronteiriças do Império Persa, mescladas ao próprio imaginário do autor e sua influência helênica. Ctésias povoou a Índia com pigmeus, ciápodas (pessoas com um único e enorme pé), e cinocéfalos, homens com rostos de cães que latem como cachorros, além de povos cujos olhos ficavam nos ombros e outros cujas orelhas eram tão largas que lhes cobriam todo o corpo (WITTKOER, 1942).

As fontes de Ctésias surgiram, principalmente, de tradições e relatos orais veiculados nas cidades persas por mercadores de Bácia e comerciantes. As matérias orais vigentes no Império Persa e nas regiões da Índia que influenciaram o grego também deram forma a elementos dos mitos hindu. Assim como ocorreu com Heródoto, seus fragmentos e citações referentes aos povos míticos do Oriente reverberaram por séculos em autores que se dispuseram a escrever sobre a natureza e os seres fantásticos.

Perpetuando ecos destes autores, Megástenes, que teria sido embaixador de Seleuco, um dos generais de Alexandre, no século IV a.C., também compôs uma obra denominada *Indika*. O pouco que se sabe sobre sua vida deriva de citações em Estrabão, Arriano e Clemente de Alexandria (BROWN, 1957). A *Indika* deste autor foi escrita no contexto pós-Conquista Macedônica, quando redes comerciais e contatos com a Ásia foram desenvolvidos de forma substancial, por conta da campanha expansionista de Alexandre. Apesar deste contato com o Oriente ter-se acirrado, a obra de Megástenes não transcende a herança de povoar as margens do mundo com seres fantásticos, frutos de tradições orais e reinterpretações de obras prévias.

Dentre os seres descritos por ele e assentados nesta tradição, por exemplo, estariam os homens do monte Nulo, que nasciam com os pés virados para trás. Existiriam, além disso, povos com faces de cães que se vestiam com a pele de animais selvagens, e outros que, ao invés de narinas, possuiriam apenas orifícios circulares, chamados de *Scyritae*. Os *Astomi*, por sua vez, seriam um povo que nasce sem boca, alimentando-se de perfumes inalados pelo nariz (McCRINDLE, 1877). Por fim, é importante destacar a mais influente das obras que repercutiu até meados do século XVI: a compilação de 36

livros, escritos no século I, pelo romano Plínio, o Velho, denominada *Naturalis Historia*, a História Natural.

No sétimo livro de sua compilação, Plínio escreveu que, para além das terras da Etiópia, existiriam humanos que viveriam em cavernas, capazes de correr mais rápido do que os cavalos, bem como outros etíopes com mais de doze pés de altura, chamados de *Syrbotae*, depois mantidos nos bestiários da Idade Média (PLINY, 1961). Próximo à costa da Cítia, em regiões insulares, o autor fala sobre uma raça mítica chamada *Oeoniae*, que se alimentam de ovos de pássaros, e outras que nascem com patas de cavalo no lugar de pés. No quarto livro, ele menciona povos que teriam orelhas tão largas que lhes cobrem todo o corpo. Para Plínio, estes seres fantásticos, ou no mínimo curiosos, eram criações da própria Natureza, em sua ingenuidade. A influência das compilações do autor romano pode ser testemunhada em diversos escritos que remontam à Antiguidade Tardia e à Idade Média, como a *Collectanea rerum memorabilium*, escrita no século II por Solino; *De rebus in oriente mirabilis*, possivelmente do século VII; e em *De rerum naturis*, de Rabano Mauro, do século IX, além de várias outras obras de caráter “enciclopédico” compostas no medievo (ECO, 2000).

De modo geral, o conhecimento legado à Idade Média a respeito dos habitantes fantásticos e fronteiriços do mundo, de regiões como a África e a Ásia, foram em sua maior parte baseados nos fragmentos de Heródoto, Ctésias, Megástenes e, principalmente, de Plínio, o Velho. Como colocou Jacques Le Goff, durante o medievo, o Oceano Índico foi fechado aos cristãos; árabes, persas, indianos e chineses “faziam dele um domínio reservado” (LE GOFF, 1979: 266), fator estruturante para explicar a reprodução dos relatos míticos e fantásticos sobre as terras distantes da Europa. Outros fatores apontados para interpretar a perpetuação e o eco destas visões, pontuados tanto por Jacques Le Goff como pelo medievalista americano John Friedman, é o fato de que a mera crença na possibilidade da existência de seres fantásticos servia de forma conveniente à uma audiência medieval estagnada pelo peso do cotidiano, preenchendo condições subjetivas e coletivas relacionadas ao escapismo da vida rotineira e o prazer no “medo do desconhecido” (FRIEDMAN, 2000: 24).

A tradição cristã-medieval: Santo Agostinho de Hipona e Santo Isidoro de Sevilha

Os tratados sobre as *Maravilhas do Oriente* (nome à qual é comumente chamada as sessões dos manuscritos medievais contendo a descrição e locais dos seres fantásticos), cujos materiais primários remontam às fontes da Antiguidade grega, foram enfeitados e embelezados durante a Idade Média (ECO, 2000). Os copistas medievais retrataram, em vivas cores, seres como os cinocéfalos – híbridos entre humanos e cães –, os *panotti*, as mulheres selvagens, os grifos e os gigantes. Este imaginário fantástico foi fértil entre o público medieval, possivelmente compartilhado tanto por clérigos como por leigos. É possível testemunhá-lo, por exemplo, em obras como *As Viagens de Sir John Mandeville*, do século XIV, e nos escritos de Marco Polo. Frente ao mundo cristão estabelecido na Idade Média, o conhecimento legado dos gregos e romanos sobre estas criaturas – humanos ou bestas? – foi ressignificado. Soares (2011), ao analisar tais permanências, pontua que, no Cristianismo, as categorias do pensamento antigo foram incorporadas e reutilizadas pelos pais da Igreja.

Santo Agostinho (354-430 d.C.), bispo de Hipona, além de fundamental para o pensamento cristão, foi um dos autores que interpretou a ocorrência de tais seres míticos nas bordas do mundo. Frente a ideia da universalização da palavra de Cristo a todas as nações de homens, foi preciso a Agostinho, deste modo, relevar o assunto destes seres, perguntando-se se seriam humanos e, portanto, dignos da Palavra e da Salvação, ou meros relatos fantasiosos. Dentre os vários grupos de seres fantásticos descritos por ele no livro XVI de *A Cidade de Deus*, é possível perceber as permanências advindas dos textos da Antiguidade:

[...] [há] alguns que têm um só olho no meio da frente; outros têm as plantas dos pés voltadas para trás [...] outros não têm boca e vivem respirando apenas pelo nariz [...] outros têm a estatura de um côvado (*cubitum*), pelo que os Gregos lhes chamam pigmeus. (AGOSTINHO, 2000: 1473)

O bispo de Hipona relembra que nascimentos ditos “monstruosos” também ocorrem cotidianamente entre os homens. Deus, neste sentido, jamais poderia ter-se enganado na Criação, pois “mesmo quando surgir um caso mais anormal, sabe bem o que faz aquele cujas obras ninguém pode justificadamente criticar” (AGOSTINHO, 2000: 1474). O empreendimento de Santo Agostinho foi procurar realocar os seres na concepção unitária da Humanidade, para que a Salvação futura pudesse ocorrer. Não surpreende,

deste modo, ser um dos fundamentos dos primeiros pais da Igreja o de “conciliar as verdades das Sagradas Escrituras, sobretudo às dos evangelhos, com a filosofia e a visão de mundo ainda marcadamente helenística, então reinante no mundo mediterrânico” (AMARAL, 2014: 70-71), situação que se verifica ao analisar as concepções de Agostinho e outros personagens históricos da Patrística relacionadas aos seres híbridos.

Para Agostinho, tais seres, inconfundivelmente, seriam frutos da Criação, caso opta-se por acreditar em sua existência. O autor antigo declara que há a possibilidade de serem espécies de animais tomadas por seres humanos; sendo estes seres, no entanto, humanos, não é possível negar que descendam de Adão, e complementam seu devido lugar na Criação. “Deus”, coloca o bispo, “que é o criador de todos os entes, sabe em que lugar e quando é ou foi conveniente criar um ser, como sabe de que partes semelhantes ou dissemelhantes há-de formar a beleza do Universo” (AGOSTINHO, 2000: 1474).

Quase similar à concepção de Agostinho, Isidoro de Sevilha (560-636 d.C.) também preocupou-se em harmonizar as visões cristãs com as tradições existentes e, julga-se, populares, referente aos habitantes fantásticos das regiões longínquas, como a Líbia e a Índia. No décimo primeiro livro de sua obra *Etimologias*, compilada no início do século VII, ele se dedicou a estes seres, em trechos que se assemelham às descrições de autores prévios:

Está escrito que nas terras do Oriente há raças cujos rostos são monstruosos: umas não tem nariz, apresentando a superfície da cara totalmente plana e sem traços; outras ostentam o lábio inferior tão proeminente que, quando dormem, cobrem com ele todo o rosto para se preservar dos ardores do sol (SEVILHA, 2004: 883).

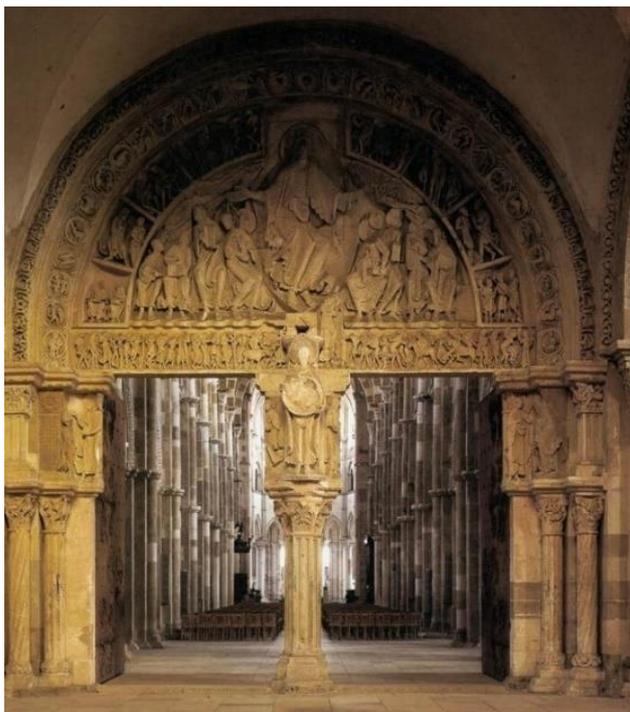
Além destes, Isidoro também cita sobre os *Panotti*, povo com orelhas imensas que lhes cobrem o corpo. Os *blemmyes*, criaturas recorrentes em versões ilustradas dos romances medievais de Alexandre, o Grande, apresentam o tronco sem cabeça, possuindo a boca e os olhos no peito. “Há outros que, privados de pescoço, têm os olhos nos ombros” (SEVILHA, 2004: 883). Ronaldo Amaral (2014) comenta que Isidoro de Sevilha se esquivou de dar maiores detalhes teológicos aos seres fantásticos, na contramão de Agostinho, limitando-se à descrição de suas características, a origem de alguns de seus nomes, e suas moradas.

Em manuscritos e mapas medievais, ou nos romances ilustrados da Baixa Idade Média, os seres fantásticos estão presentes. A Europa medieval havia se distanciado da prática das viagens marítimas à longa distância. Os autores antigos, como Plínio, continuaram a prover uma fonte de informação bem consolidada sobre as diferentes humanidades e bestialidades que povoariam as regiões do Oriente e da África. Para o público laico da Idade Média, esta tradição perseverou no imaginário, pois este Oriente misterioso foi visto, conforme apontou Le Goff, como o local onde se encontrava a “inesgotável imaginação criadora da natureza e de Deus” (LE GOFF, 1979: 275). Ainda, para o público clerical, a existência destes seres também seria um exemplo do trabalho de Deus, de modo que tal tradição de longa duração encaixou-se bem no ímpeto universalista do Cristianismo.

Os seres híbridos no portal românico de Vézelay

O tímpano da entrada frontal da basílica de Santa Maria Madalena (imagem 1), em Vézelay, França, foi esculpido entre os anos de 1120 e 1140, juntamente com a própria construção da basílica. Sua imagem dá vida e *presentifica* determinadas passagens bíblicas do Novo Testamento, como a Missão dos Apóstolos. No interior do espaço semicircular, um Cristo em Majestade abre os braços a seus 12 apóstolos esculpidos, seus dedos emitindo feixes que rememoram as línguas de fogo na ocasião do Pentecostes, em Atos, 2:1-4. Sob os pés dos apóstolos, no lintel, há uma multidão caminhante, conduzindo animais e demais oferendas em direção ao centro. No espaço semicircular que circunda Cristo e os apóstolos, oito compartimentos retangulares exibem em seu interior diferentes esculturas de pessoas, com as mais variadas características. Por fim, na arquivolta que emoldura a cena, estão representados os símbolos do zodíaco e trabalhos agrícolas relacionados aos meses do ano.

Imagem 1 – O portal românico na basílica de Santa Maria Madalena, c. 1120-1140.



Fonte: GEESE, 1997: 276

Interessa-nos, pois, como parte fundamental deste estudo, detalhes específicos que foram representados na iconografia cristã: a presença de pelo menos quatro seres fantásticos – os cinocéfalos, os *Panotti*, os *sciritae* e os pigmeus –, continuidades das tradições antigas, que se mantiveram no imaginário. De acordo com historiadores da arte sacra medieval, como Peter Low, a despeito das divergências em relação à interpretação teológica e litúrgica da imagem – uns a atribuem à Missão dos Apóstolos, outros ao Pentecostes, e Low (2003) a analisa com base na Epístola de Paulo aos Efésios –, a grande maioria converge num ponto central: a iconografia em análise exprime a aceção universalista do Cristianismo, a noção de que os apóstolos – e a Igreja após eles – difundirão o Evangelho a todos os povos da Terra, nos locais mais distantes.

Os apóstolos de Cristo no portal, assim, se posicionam com as mãos em forma de bênçãos, muitos deles carregando livros, numa alusão ao trabalho de evangelização. Recebendo o Espírito Santo através dos feixes que emanam do próprio Cristo, os gestos dos apóstolos, de fato, sugerem um ímpeto de pregação. Para nossa análise, é

importante lembrar que dentre os evangelhos apócrifos escritos durante os primeiros séculos do Cristianismo, muitos trataram sobre viagens longínquas que teriam sido realizadas pelos apóstolos após a Crucificação, no intuito de pregar a Palavra, cumprindo assim sua Missão. Nestes textos, de tradições copta, etíope e siríaca, narrativas envolvendo figuras como São Mateus, São Bartolomeu, Santo André e São Tomé colocam estes personagens em regiões distantes, como Armênia e Pártia, habitadas por povos ditos monstruosos, que possuiriam inclusive “rostos de cães” (KOUYMJIAN, 2014). No pensamento cristão, o próprio São Cristóvão, já descrito na lenda convencional como um gigante, também teria sido um membro destes povos híbridos que possuem rostos de cães, em determinadas tradições do Cristianismo oriental (JARITZ, 2009).

Na imagem entalhada, no compartimento à direita acima de Cristo (imagem 2), faz-se notar a presença destes seres híbridos, que a tradição antiga nomeou cinocéfalos, possuindo o corpo de homem e a cabeça de um cão. Isidoro de Sevilha havia escrito, nas *Etimologias*, que pelo fato de latirem como cães, os cinocéfalos mais poderiam ser tratados como bestas do que como homens. Para Isidoro – e baseado em tradições com séculos de duração, conforme visto –, eles seriam um povo que habitariam a Índia (SEVILHA, 2004).

Imagem 2 – Os cinocéfalos esculpido no tímpano da basílica (detalhe)



Fonte: FRIEDMAN, 2000: 81

Com as mãos dispostas sobre a própria orelha e a garganta, Adolf Katzenellenbogen (1944) interpretou os cinocéfalos no tímpano como uma alegoria visual da mudez. A tradição dispersa no imaginário tornou os cinocéfalos incapazes de se comunicarem pela linguagem; sua oralidade seria limitada ao latido de um cão. Na arte da Idade Média, foi convencional a representação de determinados atributos físicos e imateriais (como o pecado) através da gestualidade, permitindo que a audiência de tais imagens pudessem dotá-las de sentidos inerentes à mentalidade cristã.

Desse modo, reconhecendo que a cultura visual da Idade Média foi fundamentada por simbolismos, como destacou Umberto Eco (2000), os cinocéfalos esculpidos no portal seriam, assim, “mudos e surdos” à palavra de Cristo. Junto a outros detalhes à margem da cena principal do tímpano, os cinocéfalos presentes na iconografia são indícios de uma cultura mítica repercutida desde os tempos de Heródoto. Estes indícios antigos se mantiveram na mentalidade medieval, através de obras enciclopédicas, em relatos de viagens fantásticas, romances e iconografias, encontrados em esculturas e manuscritos. Hilário Franco Júnior (2010), ao analisar capitéis românicos espanhóis, já afirmou que as fontes das iconografias medievais, muitas vezes, provinham de subsídios folclóricos

e orais, clericalizados pela Igreja, processo que fundamentou, segundo o autor, uma cultura intermediária.

As evidências destas permanências antigas no imaginário medieval, presentes no tímpano da basílica de Vézelay, não se limitaram aos cinocéfalos. No compartimento superior do semicírculo, desta vez localizado à esquerda e acima de Cristo (imagem 3), Friedman (2000) identifica dois indivíduos dos povos chamados *sciritae*, que também são encontrados na literatura desde o compêndio de Megástenes, do século IV a.C. Este mesmo autor antigo escreveu que seriam seres com corpos humanos e de face lisa, possuindo orifícios no lugar de narinas, assemelhando-se a répteis. Viveriam próximos ao Rio Ganges, na Índia.

Imagem 3 – Os *Sciritae*, ao lado direito do tímpano (detalhe)



Fonte: Images of Medieval Art and Architecture. Disponível em: <https://www.medart.pitt.edu/menufrance/vezelay/portals/vezmportalpeoples.html>.

Acesso em 27 de ago. 2020.

O escultor anônimo responsável, cujo patrocínio adveio da riqueza e poderio que o monastério da vila conquistou desde fins do século XI, entalhou outras figuras de povos imaginários que também são ocorrências de longa duração no mundo ocidental. Elas

estão, desta vez, colocadas no lintel da iconografia – o corredor que forma a base que sustenta Cristo e seus apóstolos (imagem 4). Em sua extremidade direita, foram esculpidos três membros dos povos denominados *Panotti* (*Pân* significa “todo” e *óta*, “orelhas”, conforme esclareceu Isidoro de Sevilha).

Imagem 4 – Os *panotti*, povo de orelhas gigantes (detalhe)



Fonte: Images of Medieval Art and Architecture. Disponível em: <https://www.medart.pitt.edu/menufrance/vezelay/portals/vezportalpeoples.html>.

Acesso em 27 de ago. 2020.

Desde Heródoto a Plínio, o pensamento grego e romano colocou estes seres como habitantes de regiões como Índia, Líbia, territórios da Ásia e Oriente Médio. Isidoro de Sevilha escreveu que os *panotti* viveriam na Cítia, assim como Plínio escrevera antes dele. Se caracterizam como seres cujas orelhas enormes lhes servem de proteção, podendo lhes cobrir o corpo por inteiro. A representação visual destes e outros híbridos, em manuscritos e na arte de Vézelay, deve-se a subsídios folclóricos e às descrições escassas feitas por autores como Plínio (JARITZ, 2009). São elementos que demonstram, além da já citada permanência de temas no imaginário, a força do fundamento que os autores, escultores e copistas medievais possuíam nos escritores

antigos, compreendidos como *auctoritas* – autoridades importantes e reconhecidas nas diversas áreas do saber que o Mundo Antigo proveu ao medievo.

Por fim, movendo-se um pouco mais adiante dos *panotti*, ainda no lintel da iconografia, o escultor ali modelou uma pequena e curiosa figura, que utiliza de uma escada para poder se assentar no dorso de um cavalo (imagem 5). São alusões aos pigmeus, seres pequenos cuja habitação diverge nos relatos antigos. São mencionados em fontes gregas desde a *Ilíada*, no início do Canto III; Heródoto fala sobre um povo negro e pequeno que viveria na África, ao que Ctésias e Megástenes os colocam – também lá – na Índia.

Imagem 5 – Os pigmeus no lintel do tímpano (detalhe)



Fonte: Images of Medieval Art and Architecture. Disponível em: <https://www.medart.pitt.edu/menufrance/vezelay/portals/vezportalpeoples.html>.

Acesso em 27 de ago. 2020

Importante no estudo envolvendo a arte, o imaginário medieval e as permanências do Mundo Antigo, as relações que a iconografia analisada estabelece com a realidade sociocultural local promovem uma melhor compreensão das influências e recepções da imagem românica. Desde antes da construção da basílica, a tradição de que os restos

mortais de Maria Madalena estariam sepultados em Vézelay consagrou a localidade da vila a um importante patamar religioso na região francesa da Borgonha. Em 1058, o próprio papa Estêvão IX reconheceu e oficializou esta tradição regional (BERLOW, 1972).

Posteriormente, o contexto da Primeira Cruzada, iniciada em 1095, movimentou peregrinos de diversas regiões da Europa rumo à Terra Santa. Vézelay, neste cenário, foi um local muito veiculado; o poderio adquirido pelo monastério beneditino que administrava a vila, somado à tradição das relíquias de Madalena, incrementou a riqueza da região, permitindo a construção da basílica. Como boa parte das imagens românicas feitas em igrejas do Ocidente entre os séculos XI e XII, seu tímpano central foi realizado a partir de influências heterogêneas que, de fato, contribuíram para a unidade e variedade da arte românica como um todo (FOCILLON, 1963).

Tradições arranjadas de autores antigos e reproduzidas em manuscritos, junto a matérias orais advindas de viajantes embebidos de diversas culturas – peregrinando à Vézelay, à Terra Santa ou à Santiago de Compostela –, foram temas que influenciaram a riqueza dos detalhes marginais da escultura entalhada em questão, ali acomodando a presença dos seres híbridos. As peregrinações medievais, que se sedimentaram durante os séculos XI e XII, por sua vez, atraíam peregrinos em busca de cidades como Roma, Jerusalém e Santiago de Compostela; tal movimentação de viajantes ajudou à propagar tradições de diferentes localidades e estilos artísticos, fomentando a já citada variedade nos estilos visuais da iconografia românica.

No tímpano da basílica borgonhesa, os seres híbridos compartilham as margens da cena cristã. A imagem assimilou e convergiu estas diferentes tradições antigas, literárias e populares, para transmitir sua mensagem: a universalidade da Palavra e da Igreja, a conversão dos gentios e dos pagãos, a difusão do Cristianismo num contexto europeu cada vez mais conturbado pelo início das Cruzadas e pelas guerras simbólicas e políticas entre poderes clericais e laicos. Para presentificar esta doutrina na imagem, o escultor tratou elementos e temas presentes na mentalidade europeia desde os tempos de Homero e Heródoto, e nas transmissões culturais e orais referentes aos povos distantes e monstruosos – promovidas pelo fato de Vézelay ser um ponto de peregrinos e viajantes

–, conciliando esta tradição à cena de Cristo e seus apóstolos, como povos a serem cristianizados pelo ímpeto da Igreja medieval.

Considerações finais

O tímpano central da basílica de Santa Maria Madalena sintetizou a Missão dos Apóstolos – tema definitivamente cristão – com elementos do imaginário popular e da tradição greco-romana associada às *Maravilhas do Oriente*. A iconografia, por si só, é rica em demais detalhes e representações de povos, nos compartimentos que rodeiam a figura de Cristo e de seus seguidores. Objeto de análise neste estudo, o recorte realizado na imagem românica especificou alguns destes detalhes presentes: os seres híbridos, habitantes de regiões distantes dos limites da Cristandade. Neste último aspecto, o tímpano de Vézelay devidamente absorveu em sua cena bíblica a presença destes povos exóticos.

Ao invés de serem colocados num compêndio de curiosidades e *maravilhas*, num mapa que demonstrasse a concepção geográfica da Idade Média, ou num romance de aventura ilustrado – presentes na cultura visual dos manuscritos –, os seres híbridos foram aqui representados na entrada de uma nave românica, no mesmo espaço de Cristo-Deus e seus apóstolos. Estes elementos evidenciam matérias de cultural oral e tradições variadas, veiculadas pelas rotas de peregrinação, influenciando não só o escultor da cena, como também os habitantes, os monges e os viajantes, principais receptores da imagem sacra. A iconografia representa o sincretismo de um evento bíblico com tradições da Antiguidade, convergindo para sua mensagem simbólica: antes do Juízo Final, as nações e povos da Terra – imaginários ou não – serão abrangidos pela Palavra de Deus, evangelizados, incrementando a influência do Cristianismo no mundo conhecido, e a autoridade da Igreja Católica nos tempos das Cruzadas.

Fontes

AGOSTINHO, Santo. **A Cidade de Deus**. Volume III (Livros XVI-XXII). 2. ed. Tradução de J. Dias Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000

HERÓDOTO. **Historia**: Libro III. Tradução ao espanhol de Carlos Schrader. Madrid: Editorial Gredos, S.A., 1979

_____. **Historia**: Libro IV. Tradução ao espanhol de Carlos Schrader. Madrid: Editorial Gredos, S.A., 1979

MCCRINDLE, J.W. **Ancient India as described by Megasthenês and Arrian**. Calcutta: Thacker, Spunk & Co.; London: Trübner & Co.; Bombag: Thacker & Co., 1877

NICHOLS, Andrew. **Ctesias**: On India and fragments of his minor works. London: Bristol Classical, 2011

PLINY. **Natural History with an English translation in ten volumes**: vol. II (Libri III-VII). 3. ed. Tradução ao inglês de Harris Rackham. Cambridge: Harvard University Press; London: William Heinemann LTD, 1961

SEVILHA, San Isidoro de. **Etimologías – edicion bilingüe**. Tradução ao espanhol de Jose Oroz Reta e Manuel A. Marcos Casquero. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2004

Referências

AMARAL, Ronaldo. Os seres monstruosos no imaginário do cristianismo antigo. **Religare**, v. 11, n. 1, mar. 2014, p. 67-86

BERLOW, Rosalind Kent. **Social and economic aspects of the early history of Vézelay** (ninth to twelfth centuries). 1972. 422 f. Tese (Doctor of Philosophy) - The City University of New York, NY, USA.

BROWN, Truesdell S. The Merits and Weaknesses of Megasthenes. **Phoenix**, v. 11, n. 1. 1957, p. 12-24

ECO, Umberto. **Arte e beleza na estética medieval**. Tradução de António Guerreiro. 2. Ed. Lisboa: Editorial Presença, 2000

FRANCO JR, Hilário. **A Eva barbada**: Ensaios de Mitologia Medieval. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2010

FOCILLON, Henri. **The Art of the West in the Middle Ages**. Volume one: Romanesque Art. London: Phaidon Press, 1963

FRIEDMAN, John Block. **The Monstrous Race in Medieval Art and Thought**. New York: Syracuse University Press, 2000

GEESE, Uwe. Romanesque sculpture. *In*: TOMAN, Rolf (Org.). **Romanesque: Architecture. Sculpture. Painting**. Cologne: Könemann, 1997. p. 256-323

JARITZ, Gerhard. From the Peripheries to the Centres and Back: Visual Culture and the Edges of this World. *In*: JARITZ, Gerhard; KREEM, Juhan (Org.). **The Edges of the Medieval World**. Budapest: CEU Medievalia, 2009. p. 21-38

KOUYMJIAN, Dickran. Vézelay, the Arabs, and the Armenians. *In*: MUTAFIAN, Claude (Org.). **La Méditerranée des Arméniens, XII-XV siècle**. Paris: Geunthner, 2014, p. 375-388

LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito de Idade Média**. Tradução de Maria Helena da Costa Dias. Lisboa: Editorial Estampa, 1979

LOW, Peter. "You Who Once Were Far Off": Enlivening Scripture in the Main Portal at Vézelay. **The Art Bulletin**, v. 85, n. 3, set. 2003, p. 469-489

MÂLE, Emile. **The Gothic Image: Religious Art in France of the Thirteenth Century**. New York: Harper and Row, 1972

SOARES, Paulo Roberto de Núñez. Os monstros na cultura medieval. **Revista Signum**, v. 12, n. 2, 2011, p. 188-210

SULLIVAN, Alice Isabella. Strategies of Signification in Romanesque Sculpture: The Coiled Man in the Archivolte at Vézelay. **Rutgers Art Review**, n. 31, 2016, p. 20-36

WITTKOER, Rudolf. Marvels of the East. A Study in the History of Monsters. **Journal of the Warburg and Courtauld Institutes**, v. 5, 1942, p. 159-197

WOORTMAN, Klaas. O selvagem na "Gesta Dei": história e alteridade no pensamento medieval. **Revista Brasileira de História**, v. 25, n. 50, dez. 2005, p. 259-314

KATZENELLENBOGEN, Adolf. The Central Tympanum at Vézelay. Its encyclopedic meaning and its relation to the First Crusade. **The Art Bulletin**, v. 26, n. 3, set. 1944, p. 141-151

A personagem Euricleia e a perspectiva de classe no canto XIX da Odisseia¹⁶⁰

Raphaella Nasser Rodrigues¹⁶¹

RESUMO: O presente trabalho reflete acerca da representação literária de classes dentro da história épica *Odisseia*, a partir da relação da personagem Euricleia com a família de Laertes. As reflexões e proposições estarão baseadas nas interpretações sobre o poema de Homero e como a obra representa, de uma certa maneira, a sociedade homérica. Para finalizar, será sintetizado o tema deste trabalho através de um momento específico cujas personagens estão presentes e em contato: a cena do reconhecimento do herói, localizada no canto XIX da *Odisseia*.

Palavras-chave: Euricleia; classes; literatura clássica; *Odisseia*; Homero.

Eurykléia et les “relations entre classes” dans le chant XIX de l’*Odyssée*

RESUMÉE : Ce présent travail reflète la représentation littéraire des classes dans l’histoire épique *Odyssée*, désormais de la relation de la caractère Eurykléia avec la famille du Laerte. Les réflexions et les propositions seront basées dans les interprétations sur le poème d’Homère et comme l’œuvre représente, d’une certaine manière, la société homérique. Pour finir, sera synthétisé le sujet de ce travail par un moment spécifique dont les caractères sont présents et ont contacté la scène de la reconnaissance du héros, localisée dans le chant XIX de l’*Odyssée*.

Mots-clés : Eurykléia ; classes ; littérature classique ; l’*Odyssée* ; Homère.

¹⁶⁰ Este trabalho é resultado de um Projeto de Iniciação Científica Voluntária (PIBIC/VIC/UFJF, Vigência 2019/2020), “Ralé Homérica: Euricleia”, fomentada pelo CNPq. O projeto foi orientado pelo Prof. Dr. Gustavo Henrique Montes Frade, na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora (FALE/UFJF).

¹⁶¹ Graduanda em Português/Latim na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora. Lattes disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/3046011297397516>>. E-mail: raphaella.nasser@letras.ufjf.br

1. Introdução

Neste texto, nós trabalhamos a perspectiva de “classe” de forma apropriada à representação da sociedade homérica. Desse modo, não utilizamos de conceitos modernos sobre as divisões de classe, mas sim por meio da perspectiva dos “discursos de classe”¹⁶², apresentada no poema épico *Odisseia*. Para William Thalmann (1998), as relações entre os chefes de casa e seus dependentes (os escravizados) são representadas no poema a partir do paradigma de todas as relações sociais hierárquicas.

A nossa proposta de reflexão sobre a posição da mulher escravizada, dentro de uma perspectiva de “classes”, tem como base o livro “*The swineherd and the bow*” (“O porqueiro e o arco”, em uma tradução livre) de Thalmann. A representação literária das classes decorre de uma relação de diferença entre dois grupos: “dominadores” e “subordinados”¹⁶³. Dessa forma, o uso desse termo está justificado por essa distinção entre ambos grupos. Assim, partimos do pressuposto de que a “‘classe’ não existe por si só, ao contrário, define-se em relação ou em contrariedade com uma ou mais classes”¹⁶⁴.

Nesse trabalho, nós propomos dialogar com o conceito “paradigma de classe”¹⁶⁵, a fim de refletir acerca do encaminhamento da personagem Euricleia até o momento no qual ela e Odisseu constroem uma aproximação similar e um distanciamento brusco, demonstrando, assim, uma “relação opositora entre duas classes”. Esse ápice é protagonizado pela mulher escravizada, que reconhece o senhor, disfarçado de mendigo, a partir de sua cicatriz. O reconhecimento do herói pela mulher escravizada é crucial para o desenrolar do poema, uma vez que a pressão fundamentada dos pretendentes é modificada com o retorno do filho de Laertes depois de muitos anos (o *nóstos*)¹⁶⁶.

¹⁶² THALMANN, William G. **The Swineherd and the bow**: Representations of Class in the Odyssey. Cornell University, 1998, p. 17.

¹⁶³ Cf. THALMANN, 1998: p. 21.

¹⁶⁴ Cf. THALMANN, 1998: p. 21.

¹⁶⁵ Cf. THALMANN, 1998: p. 5.

¹⁶⁶ Cf. SILVA, 2018: p. 10.

Entretanto, antes de nós analisarmos a cena específica, é necessária uma contextualização a respeito da personagem. Euricleia, filha de Ops, cujo pai era Pisenor, é tão logo apresentada como uma mulher escravizada fiel à família do aristocrata Laertes, quem a havia comprado quando ela ainda era jovem:

Acompanhou-o de tochas ardentes na mão a fiel Euricleia,
 filha de Ops, que é filho de Pisenor;
 a ela, jovem ainda, comprara em tempos Laertes,
 pagando com seus bens o preço de vinte bois;
 e honrou-a em sua casa, tal como a fiel esposa honrou,
 e nunca com Euricleia se deitou, temendo a ira da mulher.
 Foi ela que para Telêmaco as tochas ardentes segurou;
 de todas as servas era ela quem mais o amava,
 pois o amamentara quando era ainda menino (HOMERO,
Od., I, 428-35)¹⁶⁷.

A tradução do nome do avô dela, Pisenor, cujo significado é “persuasor de homens” (KAMPTZ apud THALMANN, 1998: p. 75), indica uma raiz aristocrática da família, mas que não é explicitada na obra. A escolha de não explicitar a ascendência aristocrática da personagem escravizada não é mera coincidência, uma vez que o poema alude aos antepassados “bons”¹⁶⁸ para argumentar a lealdade de uma “boa serva”, contrapondo outros perfis de “maus servos”¹⁶⁹, como, por exemplo, o da desleal Melântia¹⁷⁰.

Portanto, a herança aristocrática, que Euricleia carregava pelo nome do avô, tinha como objetivo não só marcar a origem nobre de personagens escravizados importantes na história, como ela e Eumeu, conforme a ideologia aristocrática e a sua superioridade moral em relação aos outros subordinados — cuja moralidade está baseada no interesse do senhor —, como também justificar a posição dela enquanto uma escravizada leal à família de Laertes, principalmente aos senhores posteriores, isto é, Odisseu e Telêmaco.

¹⁶⁷ Os versos estão citados estruturalmente, de acordo com a tradução da obra *Odisseia* feita por Frederico Lourenço.

¹⁶⁸ Cf. THALMANN, 1998: p. 21.

¹⁶⁹ Cf. THALMANN, 1998: p. 73.

¹⁷⁰ Cf. THALMANN, 1998: p. 71.

E, como apresentado ao final do trecho citado acima, a personagem, já de mais idade, tinha uma aproximação com o filho do herói, Telêmaco, pois “foi ela quem havia amamentado Telêmaco quando era ainda menino”, uma vez que ela tinha sido a personagem a qual havia cuidado dele também na infância (SCOTT, 2009: p. 76).

2. A divisão de trabalho no palácio relacionada à personagem Euricleia

A aproximação de Euricleia com as personagens aristocratas masculinas e sua subserviência às ordens delas, distingue-se dentre as categorias nas quais os servos, representados nos poemas homéricos, enquadravam-se¹⁷¹. Segundo Thalmann (1998: p. 64), o trabalho dos escravizados diferenciava-se por gênero e autoridade. Esse primeiro enfoque sobre o trabalho¹⁷² apresenta-se por meio de uma estrutura social e doméstica ao gênero feminino: (i) *amphipolos* (“serva”) e (ii) *tamiē* (“governanta”), cujos significados, respectivamente, são de:

(i) indicar a conexão da escravizada com as atividades delas ou o espaço dela na casa com a ama ou a filha, e aquelas que eram chamadas pelo termo eram, usualmente, apresentadas fazendo trabalhos a luz do dia os quais as *dmōiai* fazem às vezes: servem comida e tecem¹⁷³.

(ii) mediar entre a massa de mulheres servas e as amantes do *oikos*, apesar de ser uma escravizada. Ela é uma *amphipolos* [, (...), porém tem autoridade especial e supervisiona os andamentos da casa. (...) A *tamiē*, portanto, vai, o mais próximo possível, em direção ao estreitamento do vão entre escravizado e dono, sem nunca, passar esse¹⁷⁴.

A supracitada personagem apresenta-se como uma *tamiē*, visto que sua posição dentro da casa de Laertes é de “mediadora” entre o restante das servas mais jovens,

¹⁷¹ Cf. THALMANN, 1998: p. 52.

¹⁷² Cf. FINLEY apud DUARTE, 2009: p. 4.

¹⁷³ Cf. THALMANN, 1998: p. 62.

¹⁷⁴ Cf. THALMANN, 1998: p. 64.

porém sempre preconizando a lealdade aos seus senhores. Além disso, pela sua vivência para com a família de Odisseu, desde antes do próprio nascimento do herói, Euricleia constrói um relacionamento mais próximo com eles, se comparada às outras mulheres escravizadas, e respeita, na maior parte do poema, os limites impostos entre as classes por ser de uma “classe dominada”. Apenas quando ultrapassa essa linha tênue, na cena da cicatriz, ela sofre a consequência dessa atitude “subversiva”: uma ação violenta do senhor.

Como uma *tamiē* é também uma *amphipolos*, Euricleia, a princípio, deveria ter o trabalho e as atividades unicamente pensados para a senhora do palácio: Penélope, visto que as mulheres escravizadas, de acordo com as divisões do trabalho feitas por Thalmann, deveriam trabalhar para as mulheres aristocratas. No entanto, é perceptível que, ao decorrer da obra, a anciã, ainda que respeite as ordens Penélope, tem uma relação distante para com mãe de Telêmaco, estando mais próxima do filho de Odisseu e do próprio herói¹⁷⁵.

Assim, as ordens dadas à Euricleia partiam daqueles descendentes de Laertes, o qual tinha comprado e devotado confiança a ela. Penélope, por outro lado, não se absteve de uma serva leal, tendo Eurínome como companhia, uma vez que também tinha uma posição hierárquica superior dentro do palácio. Ambas mulheres escravizadas, ainda que diretamente subordinadas a personagens diferentes, apresentavam um posicionamento de lealdade aos seus senhores:

Eurínome só recebe ordens de Penélope, enquanto Telêmaco dá ordens apenas para Euricleia dentre todas as servas. Não há confusão na mente do poeta; Eurínome e Euricleia são agentes distintos e necessários no poema. Euricleia pertencia à casa de Laertes há toda uma geração antes da chegada de Penélope. Eurínome, por outro lado, se conecta à Odisseia somente via Penélope. (...) (SCOTT, 1998: p. 78)¹⁷⁶.

¹⁷⁵ Cf. SCOTT, 1998: p. 76.

¹⁷⁶ Cf. SCOTT, 1998: p. 78.

Entretanto, Euricleia continua subserviente à família, mesmo não tendo seu senhor no palácio. Por duas vezes, Penélope ordena a mulher de mais idade: em um primeiro momento, ela pede à anciã para que ela limpe os pés de Odisseu, o qual estava disfarçado de mendigo; em um segundo momento, ela ordena a anciã que prepare a cama do marido. Nessas duas cenas, as ordens requisitadas têm como intuito servir ao seu antigo senhor: o filho de Laertes (SCOTT, 1998: p. 76):

Anda lá, ó sensata Euricleia, levanta-te agora:
lava os pés de quem tem a idade de teu amo.
Serão assim os pés e as mãos de Ulisses; pois
rapidamente
os homens envelhecem em circunstâncias adversas
(HOMERO, *Od.*, XIX, 357-60).

Vai lá, ó Euricleia, e faz-lhe a cama robusta
fora do quarto bem construído, que ele próprio fez.
Depois de teres tirado para fora a robusta cabeceira,
põe cobertores, velos e mantas resplandecentes”
(HOMERO, *Od.*, XXIII, 177-80).

Essa coincidente escolha a respeito da ordem de Penélope para que Euricleia sirva a Odisseu, ainda que ambas não soubessem, reforça, implicitamente, a lealdade da mulher escravizada ao seu senhor. Ainda que ele esteja disfarçado, a narrativa direciona sua ação para o benefício do herói. Segundo Thalmann, no poema, a representação dos “escravizados bons” e “escravizados maus” era diferenciada a partir da lealdade ou da deslealdade que esses demonstram à família de Laertes¹⁷⁷. Os “bons” permaneceram leais a Odisseu, mesmo sem seu *nóstos*, enquanto os “maus” apenas se submeteram às ordens de outros aristocratas: os pretendentes¹⁷⁸.

¹⁷⁷ Cf. THALMANN, 1998: p. 281.

¹⁷⁸ Thalmann indica que, para a mensagem de subserviência aristocrática, seria fatal à ideia de escravidão natural caso o poema indicasse que os escravizados agiram de modo autônomo. Por isso, na narrativa, eles [os escravizados] são apresentados apenas como “corrompidos” por outros aristocratas [os pretendentes] a serem servos desses, evitando assim uma subjetividade do comportamento dos escravizados: “Just where the ‘bad slaves’ might seem to be acting autonomously in a way that would be fatal to the idea of the natural slave, they are shown by the narrative to be merely corrupted by the suitors, and the denial of subjectivity takes the form of a wishful mode of representation that avoids a potentially discordant implication of their behavior” (THALMANN, 1998: p. 51).

3. Análise da relação de Euricleia com as personagens aristocratas

Euricleia ter sido ordenada a servir Ulisses só demonstra o objetivo do poema de reforçar a lealdade dela para com a família de Laertes. A anciã não deixa de demonstrar ao mendigo, a quem ela expressa sua surpresa por tamanha semelhança física a Odisseu, sua imensa tristeza por não ter ele consigo em Ítaca. Mesmo sem seu senhor lá, a mulher escravizada indica que fará o que lhe foi mandado¹⁷⁹, pois não só Penélope ordenou, como também auxiliaria o mendigo pelo próprio ânimo, uma vez que ela tinha “boa vontade e um coração dentro do peito remexido de tristeza”:

(...); e a anciã cobriu a cara com as mãos.
 Deixou cair lágrimas quentes, e assim se lamentou:
 ‘Ai de mim, meu rico filho! Não te posso ajudar! Apesar
 de seres
 temente aos deuses, Zeus te detestou mais que aos outros
 homens!
 Nunca nenhum mortal queimou para Zeus que lança o
 trovão
 tantas gordas coxas ou tantas perfeitas hecatombes
 como tu lhe ofereceste, rezando para que chegasses
 com saúde à velhice e visses crescer o teu filho glorioso.
 Mas agora só a ti ele tirou o dia do regresso.
 Se calhar também dele fazem pouco outras mulheres
 em terras estrangeiras, quando chega a um palácio
 famoso,
 tal como estas cadelas todas fizeram pouco de ti.
 É para evitares os insultos e as desconsiderações delas
 que não as deixas lavar-te os pés. Mandou-me então a
 mim,
 que tenho boa vontade, a filha de Icário, a sensata
 Penélope.
 Por isso te lavarei os pés, tanto pela própria Penélope
 como por ti, pois tenho o coração dentro do peito
 remexido de tristeza. Mas ouve agora isto que eu digo.
 Já cá vieram ter muitos estrangeiros cansados, mas digo-
 te
 que como tu nunca vi nenhum que se parecesse
 tanto, pelo corpo e pela voz, com Ulisses. (HOMERO,
Od., XIX, 361-81)

¹⁷⁹ Cf. KARYDAS, 1998: p. 9.

Para Karydas, a noção de ato de fala, “*speech-act*”¹⁸⁰, seguindo as teorias de J. L. Austin, J. R. Searle e Richard Martin, pode ser aplicada ao discurso de Euricleia. Segundo a autora:

O longo e autoritário discurso de Euricleia em XIX 363-381, o seu “*speech-act*” para o estrangeiro, mostra a sua importância dela no poema. Outras servas apenas lavavam, silenciosamente, os pés dos visitantes (como nós podemos ver em outros casos como de Telêmaco em Esparta e de Odisseu entre os Feácios). Ela deixa claro que irá lavar o pé dele não somente porque Penélope mandou, mas também porque ela se sente inclinada a fazer (...). E além disso, usando o imperativo (378), ela roga ao estrangeiro para que escute as suas palavras, quando ela diz a ele sobre a semelhança dele com o seu senhor (KARYDAS, 1998: p. 24).

Também entendendo o modo como Martin define “*speech-act*”¹⁸¹, o discurso de Euricleia demonstra uma posição autoritária diante do mendigo. Esse primeiro momento pode representar o distanciamento que a própria personagem faz da “classe [dominada]” na qual está inserida em detrimento da lealdade com a família de Laertes (“classe dominante”).

Assim, a autora continua:

“Odysseus praises her perceptiveness and agrees with her comments (xix 383-385): ‘Old woman, so say those who have seen us both with their eyes, that we look alike.’ And he continues, recognizing the authoritative quality of her speech, ‘as you yourself in wisdom profess’”¹⁸² (KARYDAS, 1998: p. 25).

Dessa forma, é perceptível que, ao utilizar do discurso para se distanciar das de sua “classe” as quais são desleais, Euricleia se aproxima de um perfil de lealdade, expresso ao seu senhor. Odisseu, por outro lado, disfarçado de mendigo — cuja classe é “inferior” —, aceita e louva o “*speech-act*” da serva por, principalmente, expressar uma

¹⁸⁰ Cf. AUSTIN; SEARLE apud KARYDAS, 1998: p. 10.

¹⁸¹ Cf. MARTIN apud KARYDAS, 1998: p. 10.

¹⁸² Foi-se utilizado a tradução da obra em inglês, pois na tradução em português não há o uso da frase “como você, com a própria sabedoria, professa” (“*as you yourself in wisdom profess*”), perdendo, assim, a característica, elogiada por Odisseu, “autoritária” apresentada pela autora.

ação sábia da anciã¹⁸³. Portanto, há uma aproximação, principalmente por meio do discurso¹⁸⁴, entre essas duas personagens. Após o elogio apresentado acima, a narrativa decorre para a cena do reconhecimento.

4. Análise do reconhecimento da cicatriz

Odisseu demonstra-se receoso pela possível revelação de sua verdadeira identidade pela anciã, mesmo que tenha sido ele mesmo quem havia requisitado o auxílio específico da mulher escravizada¹⁸⁵.

Assim falou; e a anciã pegou na bacia resplandecente em que ia lavar os pés; nela verteu abundante água fria e, em seguida, juntou a água quente. Mas Ulisses foi sentar-se perto da lareira e logo se virou para a escuridão.

É que sentia um agouro no coração: receava que ela reparasse na cicatriz — e assim tudo seria revelado.

Ela aproximou-se e começou a lavar o amo. De imediato reconheceu a cicatriz, que outrora deixara um javali de brancas presas,

quando Ulisses fora ao Parnaso visitar Autólico e os filhos
deste (HOMERO, *Od.*, XIX, 386-94, grifo nosso).

Segundo De Jong, o herói pede para que uma velha serva, cujas características são propositalmente semelhantes com as da personagem Euricleia, lave seus pés, por culpa da atitude da má serva Melântia¹⁸⁶, e não por desejar uma reunião com a mulher escravizada, visto sua reação de choque ao ser reconhecido:

¹⁸³ Cf. KARYDAS, 1998: p. 25.

¹⁸⁴ Em conformidade com a análise de Karydas, o nosso entendimento de aproximação discursiva da personagem Euricleia com Odisseu, disfarçado de mendigo, refere-se ao uso da fala feita pela anciã para se igualar, a partir do diálogo, com o mendigo. Ela, desta maneira, utiliza do poder de seu discurso, i.e., de sua fala, para se aproximar de outra personagem.

¹⁸⁵ Cf. HOMERO, *Od.*, XIX, 343-8.

¹⁸⁶ Cf. HOMERO, *Od.*, XIX, 65-9.

Odysseus' refusal to be washed by any of the maids except an old one is the result of the insulting behaviour of Melanthe (...). Odysseus' attempt not to be recognized (...) and his shocked reaction when he is nevertheless recognized (479–90) make it clear that his request for an old servant is in no way intended to result in a reunion with Euryclea (DE JONG, 2001: p. 475).

Em contraponto, Silva apresenta que o receio era advindo do temor de que “suas ações fossem reveladas para as demais pessoas no salão. (...) ele não hesita perante a perspectiva de ser reconhecido por sua serva, embora tema a possibilidade de que ela fizesse o seu reconhecimento de forma pública”¹⁸⁷.

Essas duas interpretações para uma única cena dão a entender que a fala de Odisseu, “assim tudo seria revelado”, poderia ter identificações distintas, como: um medo pela (i) revelação de suas ações, inclusive para Euricleia e (ii) a revelação de suas ações — ignorando Euricleia, não afeta a situação sucedida por essa revelação.

Entretanto, por compreender que a relação do herói e da mulher escravizada era construída pela lealdade de uma “subordinada” com um “dominador”, e não ao contrário, seguirá, a fim de analisar a cena da cicatriz, a primeira interpretação na qual demonstra o temor de Odisseu em ser descoberto por todos, tendo inclusa também a anciã, pois entendia que evidenciação da verdadeira identidade do herói afetaria o seu retorno e a sua vingança.

Assim, o reconhecimento de Odisseu por Euricleia “não só é um momento fundamental do *nóstos* do herói”¹⁸⁸, como também é importante para a relação da mulher escravizada com o filho de Laertes, uma vez que, ao retomar a identidade aristocrata, Odisseu reocupa, explicitamente, o papel de senhor dela.

No entanto, antes de se chegar ao *plot* do reconhecimento, a narração é “interrompida” por uma digressão, na qual retoma-se ao momento em que o avô de Odisseu, Autólico, escolhe o nome de seu neto e encaminha-se até a cena na qual o herói “conquista” a cicatriz.¹⁸⁹ Acerca dessa digressão, Köhnken diz:

¹⁸⁷ Cf. SILVA, 2018: p. 15.

¹⁸⁸ Cf. SILVA, 2018: p. 23.

¹⁸⁹ Cf. HOMERO, *Od.*, XIX, 395-466.

There are four themes or motifs emphasized here which characterize the development of the following narrative: (1) the scar, (2) the boar, (3) Odysseus' visit to Autolycus and his sons at Parnassus, and (4) Autolycus, his grandfather. After the story has been retraced back to Autolycus, it starts again in chronological order: (1) *Autolycus* comes to Ithaca immediately after the birth of his grandson, and gives to him the name Odysseus *at the request of the nurse Eurycleia* (...)

(1) Autolycus comes to Ithaca immediately after the birth of his grandson, and gives to him the name Odysseus at the request of the nurse Eurycleia. Odysseus to be called 'angry one' because Autolycus invites the parents to send his grandson to Parnassus when he has grown up, where Autolycus will give him rich gifts (...). (2) The now-grown Odysseus takes up the invitation and goes up to Parnassus to Autolycus and his sons, who receive him kindly, and on the first day feast him richly (...). (3) On the morning of the second day Odysseus goes hunting with Autolycus' sons. They arrive at an almost inaccessible thicket in the woods where a powerful boar resides (...). (4) The boar, roused from its hiding place by the noise of the hunters and hunting hounds, begins to fight. Odysseus attacks, but the boar anticipates him, inflicting a deep flesh wound above his knee; nevertheless, Odysseus is able to kill him. The wound on his knee is bandaged by Autolycus' sons, who then take him back to Autolycus' house (...). Thus far the scar narrative itself. The digression closes with Odysseus' return to Ithaca laden with gifts. In answer to his parents' questions, he recounts his experiences in order (...): here again at the end of the digression, just as at the beginning, all four main motifs of the scar narrative are summarized: (1) the scar, (2) the boar, (3) the hunt on Parnassus, and (4) Autolycus' sons. Thus the events surrounding the origin of the scar are recounted three times, in the summaries at the beginning and end, and in detail in the middle" (KÖHNKEN, 2009: p. 50, grifo nosso).

Para o autor, esses quatro temas, os quais aparecem repetidamente na digressão, constroem a "narrativa da cicatriz", a qual é vital para o entendimento do *plot* que se segue após a identidade de Odisseu ser revelada por Euricleia¹⁹⁰. Ainda segundo o autor:

(...) o narrador interrompe a narrativa no momento mais crítico: *depois* do reconhecimento, porém *antes* do efeito dele. A interrupção, nesse exato momento de tensão (...), garante que a audiência mantenha o momento inicial claro em mente. Além disso, a cicatriz também relembra o foco de interesse ao longo da digressão, não apenas pelo próprio bem dela, mas por conectá-la ao episódio inesquecível da vida de Odisseu, que, por sua vez, é significativo tanto ele mesmo quanto sua carreira (KÖHNKEN, 2009: p. 53).

¹⁹⁰ Cf. KÖHNKEN, p. 53, 2009.

Assim, a digressão oferta à audiência um retorno à história antiga de Odisseu antes das consequências do reconhecimento. Essa forma de narrativa retoma também a aproximação afetiva da anciã Euricleia com o filho de Laertes. A mulher escravizada ter papel fundamental no destino de Odisseu — ao propor que o avô Autólico formulasse o nome para o recém-nascido¹⁹¹ — indica, para o momento posterior à digressão, que o sentimento afetivo dela pelo herói seria reacendido ao descobrir que o amo, a quem tanto ela cuidou, estava vivo:

Esta cicatriz, reconheceu-a a anciã ao tocá-la com as
palmas das mãos, ao tomar-lhe a perna. Na bacia deixou
cair a perna e o bronze ressoou. Desequilibrou-se e no
chão se entornou a água.
Ao espírito da anciã vieram ao mesmo tempo alegria e
tristeza.
Os olhos encheram-se de lágrimas, a voz ficou presa na
garganta.
Tocou no queixo de Ulisses e logo lhe dirigiu estas
palavras:
‘És Ulisses, meu querido filho. E eu que não te
reconheci,
antes de tocar com as minhas mãos no corpo do amo!’”
(HOMERO, *Od.*, XIX, 467-75, grifo nosso).

E, dessa forma, a atitude afetiva da anciã diante dessa descoberta é perceptível como uma relação de aproximação para com o herói. Não era apenas uma mulher escravizada vendo o seu senhor, mas alguém que, dentro das limitações hierárquicas, tem um papel de adoração “familiar” a Odisseu. O seu papel de escravizada se destaca quando a personagem diz “não reconhecer antes de tocar com as minhas mãos no corpo do amo”, porém entra em conflito ao uso do aposto “meu querido filho”¹⁹², caracterizando afetivamente Odisseu. Pode-se propor uma leitura na qual esse “intermediário” seja a perspectiva de uma *tamiē*, cuja intermediação seja uma servidão tanto física (dos meios de trabalho) quanto afetiva (do sentimento ao amo).

Dentro, ainda, da parte em que Euricleia se aproxima de uma associação para além dos anseios de Odisseu, compreende-se que esse vínculo é ligado por uma

¹⁹¹ Cf. HOMERO, *Od.*, XIX, 395-409.

¹⁹² Cf. HOMERO, *Od.* XIX, 474-5.

tenuidade entre as duas personagens no que se entende acerca de “paradigma de classe”. Ou seja, a anciã ultrapassa a linha invisível que a separa de uma relação “familiar” (aristocrata) e “dependente” (escravizada):

Assim falou; os seus olhos apontaram para Penélope, querendo indicar-lhe que regressara a casa o marido amado. Mas Penélope nem olhou para ela nem se apercebeu, pois Atena lhe desviara a mente (...) (HOMERO, *Od.*, XIX, 476-79).

A escolha de buscar Penélope para “indicar-lhe que regressara a casa o marido amado”, parece apresentar uma ação baseada não na servidão para com a esposa de Odisseu, mas sim permeada pelos sentimentos afetivos os quais sentia pela volta do “filho querido”. Como dito ainda no início do texto, Euricleia não recebia ordens de Penélope, nem tinha uma conexão tão afetiva com ela; por estar na família de Laertes muito antes que a filha de Autólico, a ligação da mulher escravizada aos herdeiros de seu primeiro senhor era mais vívida. Desse modo, a anciã — compreendendo a digressão que se retoma essa importância de Euricleia (nas lembranças dela) logo no início da vida de Odisseu — ultrapassou o limite moral e social entre o “dominador” e a “subordinada” que existe nas relações de servidão, e que, portanto, foi a causa da atitude agressiva do aristocrata, o qual lhe silencia por meio de uma opressão física:

‘(...) pois Atena lhe desviara a mente. Porém Ulisses agarrou com a mão direita na garganta da velha; com a outra mão puxou-a para junto dele e disse:

‘Ama, queres matar-me? Foste tu que me amamentaste, com teu próprio peito. Agora, depois de padecer muitas desgraças, chego à terra pátria no vigésimo ano Mas já que percebeste o que um deus te pôs no espírito, cala-te, para que mais ninguém no palácio se aperceba (HOMERO, *Od.*, XIX, 481-6, grifo nosso).

No início de sua fala, Odisseu retoma o passado dele com Euricleia, a fim de explicitar que a anciã o colocava em perigo mortal ao querer revelar a identidade do herói à Penélope. Ele diz que “foste tu que me amamentaste, com teu próprio peito”, apelando a essa recordação afetiva da escravizada. Depois, o herói reconta suas misérias, recordando-a também que foi por meio da ajuda de um deus que ele apareceu a ela. Tudo em troca do silêncio dela (KARYDAS, 1998: p. 30). Ao fim do discurso, Odisseu

explicita a consequência que a mulher escravizada sofreria, caso tivesse sido desleal ao seu senhor: a morte, assim como as demais servas.

Desse modo, a aproximação “familiar”, utilizada por Euricleia ao reconhecer Odisseu, não é recíproca. O herói utiliza tanto do físico quanto do discurso para delimitar um distanciamento dessa relação que, pode-se inferir, há uma separação entre ele e a *tamiē* que delimita, explicitamente, a posição de classe inferior à escravizada e à audiência quando diz que “não poupará a serva, mesmo que tenha sido ama dele, e matará ela assim como as outras caso essas tenham sido desleais a ele”:

(...) E isto te direi agora, coisa que se cumprirá: se em meu benefício um deus subjugar os orgulhosos pretendentes, não te pouparei, embora tenhas sido minha ama; e com as demais servas te matarei aqui no palácio’ (HOMERO, *Od.*, XIX, 487-90, grifo nosso).

Euricleia, no entanto, não se intimida.¹⁹³ Ela o responde, afirmando que “se em teu benefício um deus subjugar os orgulhosos pretendentes, enumerar-te-ei os nomes das servas aqui no palácio, das que te desonraram e das que estão isentas de culpa” (HOMERO, *Od.*, XIX, 496-98). Percebe-se, dessa forma, que a serva, dentro dos limites no qual permite a relação entre ambos, retoma a subserviência ao amo, oferecendo-lhe a lealdade ao expor as escravizadas que tinham sido desleais ao filho de Laertes, o qual “rejeita”¹⁹⁴ a proposta logo depois, finalizando o diálogo entre dois:

Respondendo-lhe assim falou o astucioso Ulisses:
 ‘Ama, por que serás tu a nomeá-las? Não há necessidade.
 Eu próprio quero observá-las, para conhecer cada uma.
 Não, retém as palavras pelo silêncio e deixa tudo aos deuses.’

¹⁹³ Cf. KARYDAS, 1998: p. 30.

¹⁹⁴ No canto XXII, Odisseu pergunta à Euricleia quais foram as que “desonraram” e quais eram “inocentes”, contrariando o próprio pedido para que ela não falasse. A anciã, de prontidão, expõe que das cinquenta servas do palácio, “doze enveredaram pela pouca vergonha”, não respeitando nem a ela, *tamiē*, nem a Penélope, a esposa aristocrata (HOMERO, *Od.*, XXII, 417-427).

Assim falou; e a anciã atravessou a sala de banquetes para buscar água para o lava-pés, pois a outra se entornara.

Depois que o lavou e ungiu com azeite abundante, de novo Ulisses aproximou a cadeira do fogo para se aquecer, escondendo a cicatriz com os farrapos (HOMERO, *Od.*, XIX, 499-507).

Assim, o distanciamento brusco das personagens constrói um caminho no qual a escravizada Euricleia deverá, bem como todas as servas do palácio, honrar Odisseu e, por conseguinte, os aristocratas por meio de sua lealdade nos cantos subsequentes.

5. Conclusão

Nosso trabalho propôs uma reflexão a partir da construção da imagem da personagem Euricleia, enquanto representação de uma serva na sociedade homérica, para evocar a aproximação similar e o distanciamento brusco dela em relação ao seu senhor.

A narrativa do poema é construída desde seu primeiro canto, quando apresenta os descendentes da anciã, até o momento do reconhecimento da cicatriz, o qual indica o enfrentamento dela com o amo, a fim de não só construir a história da personagem, como também reforçar suas características, as quais podem explicar o motivo de sua lealdade à família de Laertes.

Entende-se que, ao fim da cena da cicatriz, a anciã é compelida a apresentar sua lealdade ao herói, para que não seja morta como as outras escravizadas, voltando ao, novamente, espaço limitado que divide a servidão e a aristocracia, a fim de servir o filho de Laertes em sua vingança contra os pretendentes.

FONTES

HOMERO, **Odisseia**. Trad. Frederico Lourenço, Companhia das Letras, 7ª edição, São Paulo, 2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DE JONG, Irene. **A narratological commentary on the Odyssey**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

DOHERTY, Lilian E. Oxford Readings in Classical Studies: Homer's Odyssey. In: KÖHNKEN, Adolf. **Odysseus' Scar: An Essay on Homeric Epic Narrative Technique**, Oxford, 2009.

DUARTE, A. S. **Laertes e o mundo do trabalho na Odisseia**, Nuntius Antiquus, Belo Horizonte, v.3, p. 3-13, agosto de 2009.

KARYDAS, Helen Pournara, **Eurykleia and Her Successors: Female Figures of Authority in Greek Poetics**, Rowman & Littlefield Publishers, 1998.

SILVA, R. G. T. **Diferença e repetição no nóstos de Odisseu: O discurso de Euricleia para o mendigo estrangeiro (Od. XIX, 363-381)**. CLASSICA (SAO PAULO), v. 31, p. 9-24, 2018.

SCOTT, John A. **Eurynome and Eurycleia in the Odyssey**, The Classical Quarterly, 12, p. 75- 79, 2009.

THALMANN, William G. **The Swineherd and the bow: Representations of Class in the Odyssey**. Cornell University, 1998.

A RALÉ HOMÉRICA: EXPECTATIVAS SOBRE ESCRAVIZADAS DO SEXO FEMININO NA ODISSEIA.

Anna Clara Figueiredo Lima¹⁹⁵

RESUMO: Estudo das relações de classe e gênero na *Odisseia* a partir da representação das 12 servas infiéis e de sua cena de morte. Ambiciona-se o reconhecimento da ideologia dominante contida nas representações de indivíduos do sexo feminino escravizados na narrativa, por meio das quais possamos identificar expectativas associadas a escravizados, mulheres e, particularmente, a escravizadas do sexo feminino. Desse exame depreende-se o julgamento que recai sobre as escravas e a definição do erro cometido por elas. Em última análise, busca-se entender como as representações ficcionais repercutem culturalmente sob a forma de produto ideológico. Para tal, beneficia-se, em especial, das considerações de Thalmann, dos conceitos narratológicos aplicados aos clássicos por De Jong e da compreensão da função do imaginário em Iser.

PALAVRAS-CHAVE: escravizadas do sexo feminino, Odisseia, gênero, classe, relações de poder, imaginário, ficcional.

ABSTRACT: Class and gender relations study based on the 12 unfaithful maids representation and their death scene in the *Odyssey*. We wish to recognize the dominant ideology in the representations of enslaved women in the story, by which we can identify expectations associated with enslaved people, women and especially enslaved women. By these means we understand the judgment of the unfaithful maids and their mistake. Last but foremost, we are longing to understand how fictional representations have cultural repercussions in the form of ideology. For this we benefit mostly from Thalmann's considerations, the narratological concepts applied to classics by De Jong and the understanding of the function of Iser's imaginary.

KEYWORDS: enslaved women, *Odyssey*, gender, class, relationships of power, imaginary, fictional.

¹⁹⁵ Graduanda em Letras pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: annaclara.lima@estudante.ufjf.br.

INTRODUÇÃO

Ao remontarmos a longa tradição dos estudos homéricos, pode se dizer recente o interesse em personagens marginais, isto é, personagens humanas desviantes em algum sentido da figura central do herói aristocrata e de seus opositores, também pertencentes à ordem aristocrática (os pretendentes de Penélope na *Odisseia*). Nesse sentido, este trabalho é debitário de pesquisas que se desenrolaram ao longo da segunda metade do século passado, em especial, das investigações de Willian G. Thalmann. Em sua obra *The swineherd and the bow* (1998), Thalmann explora as relações de poder que a narrativa da *Odisseia* estrutura por intermédio de um discurso que dicotomiza a estratificação social em dominantes e dominados, nos revelando um projeto de arranjo da ordem política. Partindo da discussão inaugurada por Thalmann, o presente trabalho se propõe a entender o lugar que ocupam as escravizadas do sexo feminino na *Odisseia*.

Para entender o lugar que ocupam as escravizadas do sexo feminino na *Odisseia*, faz-se necessário considerar ambos os conceitos de gênero e classe como paradigmáticos na definição de características ideais e, simultaneamente, desprezíveis de um dado grupo. Sob esse viés, é emblemática a punição conferida às doze servas infiéis, no Canto XXII (465-72), já que nos fornece um julgamento da transgressão cometida e uma punição à altura, a qual pretende o restabelecimento da autoridade de Odisseu.

GÊNERO E CLASSE: CATEGORIAS DE ANÁLISE

Entendemos gênero e classe como categorias de análise. Gênero é pensado aqui nos termos de Scott, “gender is a constitutive element of social relationships based on perceived differences between the sexes, and gender is a primary way of signifying relationships of power” (SCOTT, 1986: 1067). As duas definições são complementares na medida em que, como categoria, gênero é determinado de modo relacional e determina, conseqüentemente, relações de poder a partir de normatizações e construção de significados entre as partes hierarquizadas dessa relação.

Gênero é relacional porque seus elementos constitutivos só podem ser definidos em oposição uns aos outros, isto é, devem ser excludentes para que se diferenciem e se determinem. Só existe o feminino em oposição ao que se concebe como masculino, e o primeiro movimento no sentido de opor esses elementos é marcar as diferenças sexuais. Contudo, a sexualização dos corpos não é o que define essa categoria, esta é apenas dado biológico apropriado como justificativa para a sistematização que se constrói.

Scott caracteriza a categoria gênero como forma primária de dar sentido às relações de poder já que, no Ocidente, esta é um fator recorrente na estruturação e distribuição de poder. Ainda, por partir de um dado natural – a sexualização dos corpos –, é mais evidentemente deduzível. Nas palavras de Scott, “these interpretations are based on the idea that conceptual language employ differentiation to establish meaning and that sexual difference is a primary way of signifying differentiation” (SCOTT, 1986: 1070).

A persistência da generificação como instrumento de estabelecimento das relações de poder atravessa também a antiguidade e chega até nós emblematicamente pelo primeiro livro da *Política* de Aristóteles (*Πολιτικά*). A discussão permeia o entendimento das unidades mínimas que constituem a *polis* (*πόλις*) – definida pelo perímetro das antigas cidades gregas. Neste texto, Aristóteles reconhece diferentes formas de *arete* (*ἀρετή*) – virtude ou excelência que “num ser humano será a disposição que o torna um bom ser humano e também o que o fará desempenhar sua função bem”¹⁹⁶ (ARISTÓTELES apud MANIERI, 2017: 17) –, refutando, em alguma medida, a noção platônica de uma única virtude de liderança, que possa ser aplicada ao mestre (*δεσποτικός*), ao chefe de família (*οἰκονομικός*), ao político (*πολιτικός*) ou ao rei (*βασιλικός*)¹⁹⁷ (PLATÃO apud PARKER, 2012).

De acordo com Aristóteles, há diferentes virtudes de liderança em vista dos diferentes objetos sobre os quais os homens lideram. Dentre esses objetos de dominação, os quais, em conjunto com seu dominador, constituem as unidades mínimas da *polis*, está a mulher, subordinada ao seu marido. A relação de subordinação entre homem e mulher é aquela da qual parte o filósofo para entender as demais – “Further,

¹⁹⁶ Cf. Aristóteles *Ét. Nic.* 1106a

¹⁹⁷ Cf. Platão *Pol.* 258e

the relation of male to female is by nature that of superior to inferior and ruler to ruled. The same relation necessarily holds true between all human beings”¹⁹⁸ (ARISTÓTELES apud PARKER, 2012: 89).

Em face disso, a inferioridade da mulher serve como base para a existência do escravo natural (PARKER, 2012). Conforme Parker, “Aristotle’s primary move here is to blur the two categories as much as possible. He will establish a vocabulary and use analogies that are valid for one case and then subtly apply them to the other.” (PARKER, 2012: 77). Assim como a mulher, o escravizado é uma ferramenta – aquela serve ao propósito da reprodução e este, à produção. Logo, se homens pudessem ter filhos de outras formas, não haveria a necessidade da existência de mulheres; assim como não seria necessária a existência de escravizados se as ferramentas funcionassem por si só (PARKER, 2012).

Para Aristóteles, em toda unidade deve haver uma hierarquia (PARKER, 2012). Dessa forma, assim como a alma (*ψυχή*) deve dominar o corpo, o mestre deve estar acima do escravizado. Nesse sentido, as partes que constituem as unidades mínimas da *pólis* assumem uma função de acordo com sua natureza. Ainda, para o filósofo, do mesmo modo que toda arte necessita dos devidos instrumentos para alcançar sua função, o mesmo decorre da gestão doméstica, sendo seu instrumento a propriedade. Nessa lógica, o escravo, como elemento constitutivo da propriedade de um mestre, é uma “propriedade animada” (THALMANN, 1998a).

De acordo com Thalmann, Aristóteles foi o único a nos fornecer uma teoria explícita sobre a escravidão que sobreviveu à antiguidade (THALMANN, 1998a), daí sua importância para se refletir sobre a formalização de uma prática que atravessou séculos do mundo grego. Em Homero, a relação entre mestre e escravizados já se explicita, em especial na *Odisseia*, na qual a dinâmica do *oikos* – propriedade, constituída pelos bens materiais e por mulher, filhos e escravizados – se faz presente. A fim de nos referirmos às partes constitutivas da unidade mínima composta por escravizado e mestre, nos apropriamos da categoria classe.

¹⁹⁸ Cf. Aristóteles *Política* 1254b

Como observa Thalmann, não é provável que tenha havido uma “consciência de classe” entre escravizados desse período que implicasse a organização desse grupo. Mas, ainda sim, em sociedades nas quais a economia se entranha em estruturas políticas e religiosas, existem grupos análogos a classes (THALMANN, 1998a). Além disso, Garlan¹⁹⁹ (apud THALMANN, 1998a), a partir do uso de “classe” feito por Marx, se posiciona favoravelmente ao uso dessa categoria para se referir a escravizados na antiguidade quando há de se evidenciar relações de exploração e dominação. Por fim, recorreremos à definição de classe por Ste. Croix em *The Class Struggle in the Ancient Greek World*:

Class (essentially a relationship) is the collective social expression of the fact of exploitation [...] A class (a particular class) is a group of persons in a community identified by their position in the whole system of social production, defined above all according to their relationship (primarily in terms of degree of ownership or control); to the conditions of production (that is to say, the means and labour of production) and to other classes.

(STE. CROIX, 1981: 43)

Finalmente, há de se referir ao objeto delimitado por esse estudo – as escravizadas do sexo feminino. É importante notar que, na antiguidade, escravizadas do sexo feminino não seriam consideradas mulheres, mas seriam categorizadas como escravizados (OSIEK, 2003). Estes, como parte de uma propriedade, não se envolvem com a vida pública e, portanto, não possuem identidade social (THALMANN, 1998a) – por isso não são categorizados nem como homens nem como mulheres. No primeiro livro da *Política*, Aristóteles associa aos bárbaros (não-gregos) o nivelamento entre mulheres (aristocratas) e escravizados (1252b). Contudo, é importante pensar o entrecruzamento das categorias de gênero e classe e discutir como o gênero define as expectativas que recaem sobre escravizados, e classe, as diferenças entre as expectativas sobre mulheres aristocratas e escravizadas. “Class and gender operate inextricably to determine the social experience of individuals and groups” (THALMANN, 1998b: 24).

AS SERVAS INFIÉIS E SUA CENA DE ENFORCAMENTO (XXII. 465-72)

Para que compreendamos o olhar dominante sobre as escravizadas, o poema nos apresenta, nos versos iniciais do Canto XX (6-13), Odisseu como testemunha do ato

¹⁹⁹ Cf. Garlan. *Slavery in Ancient Greece* (1988)

ofensivo. As servas estão de saída do palácio, durante a noite, para se relacionar com os pretendentes, e sua saída é notada e acompanhada por Odisseu, que pondera se deveria matá-las naquele momento. Além dessa passagem, no Canto XVIII (321-325), nos é revelado que Melanto se relacionava com Eurímaco, um dos pretendentes mais recorrentes na trama.

Melanto é também, marcadamente, um símbolo de transgressão do poder de Odisseu. Esta personagem não é nomeada entre as doze infiéis, ainda que nos seja reportado que se relaciona com um dos pretendentes mais referidos no poema. Contudo, é relevante na medida em que não só funciona em complementariedade à figura de Melântio, seu irmão, mas como projeção individualizada das servas infiéis, dada a natureza de sua violação à autoridade de Odisseu. Nesse sentido, Melanto é caracterizada como excessivamente insolente e arrogante nas duas ocorrências em que se comunica com Odisseu disfarçado. Na primeira delas, em que é apresentada, inclusive como amante de Eurímaco (XVIII), outro traço negativo fica evidente: sua ingratidão. A descrição de sua criação por Penélope “como se fosse uma filha” (XVIII. 322-23) realça a petulância da serva em sua transgressão e em seus modos de se referir ao mendigo Odisseu.

As cenas dos Cantos XVIII e XX são significativas para pensarmos a forma como a narrativa representa as personagens e qualifica suas ações. Um julgamento que, para as doze escravizadas, culmina em uma sentença de morte por enforcamento. Primeiro, Odisseu manda chamar Euricleia e pede que lhe sejam indicadas as servas que o “desonraram” (XXII. 417-18), ao que a serva anciã responde serem estas doze (XXII. 417-18). Em seguida, as doze são ordenadas a comparecer e auxiliar na limpeza do salão onde os pretendentes foram chacinados.

Em semelhança ao narrador iliádico, que está sempre a refletir a ambiguidade da bela morte (*kalòs thánatos*) (VERNANT, 1988 [1977]) como causadora de sofrimentos, este narrador evidencia o aspecto brutal das disputas de poder e combate entre os homens, por meio da imagem do amontoar dos corpos e da limpeza dos salões. Além disso, a descrição contida entre os versos 448 e 456 do Canto XXII contribui para a construção da tensão gerada pela antecipação da punição que aguarda as servas, a que se somam as lamentações destas (XXII. 446-7). Esta cena de limpeza representa a

restituição da ordem na propriedade de Odisseu, por intermédio da imposição às servas de deveres alinhados ao interesse de seu mestre, resgatando, assim, a autoridade deste.

Posteriormente, as servas são conduzidas para fora do salão, e Telêmaco engendra um esquema de enforcamento coletivo para dar fim à vida das escravizadas. O fato dessa resolução partir de Telêmaco provoca uma discussão à parte sobre seu amadurecimento e sua moralidade (FULKERSON, 2002). Contudo, o que nos interessa, nos limites a que esse trabalho se propõe, são as implicações da sentença e o papel do espaço e dos objetos que compõem a cena, na elaboração da representação simbólica das escravizadas.

Para melhor analisar a composição espacial da cena, nos amparamos nas considerações teóricas feitas por De Jong em seu *Narratology and Classics: a practical guide* (2014). Neste livro, o que nos é mais caro sobre espaço na narrativa é o entendimento de que o espaço nunca pode ser apresentado em sua completude, isto é, o narrador nos oferece sempre uma seleção particular de elementos que o constituem. É relevante ainda recobrar que, como nos informa a mesma autora, o narrador homérico oferece ao seu narratário descrições pontuais *in media res*, compondo um cenário maior em que alguns objetos podem chamar mais atenção do que outros na figuração de um “arranjo impressionista” (DE JONG, 2012: 21). Dada esta imprecisão espacial, típica de um autor que compartilha com sua audiência um conhecimento prévio do mundo em que a narrativa se realiza, as escolhas de representação cênica tornam-se significativas.

Ao recobramos a cena da morte das servas, devemos nos atentar à mecânica do enforcamento, a qual depende de três elementos centrais: *πεῖσμα*, o cabo de uma nau; *κίων*, um pilar; e *θόλος*, um edifício abobadado (FULKERSON, 2002). O cabo é atado, em uma ponta, ao pilar e, em outra, ao edifício. Todos esses elementos se organizam de forma a indicar o significado daquela ação: a morte das servas pela restituição do poder de Odisseu e, com ele, da ordem do *oikos*. Mesmo que as servas sejam enforcadas do lado de fora, elas ainda se submetem à estrutura da casa pelo pilar externo, estrutura esta que ameaçaram. É importante pensar também na fala de Telêmaco (XXII. 462): a morte por enforcamento é contrária a uma “morte limpa” (*καθαρός θάνατος*). Conforme definição do *Middle Liddell* (PERSEUS VOC. TOOL, 2020), *καθαρός* pode remeter, nesta passagem da *Odisseia*, à noção de pureza, “livre de poluição ou vergonha”, em um

sentido moral. O ato das escravizadas chega a ser, portanto, tão grave que não lhes é concedida uma “morte limpa”.

Quanto a *πεῖσμα*, o cabo da nau, empregado em geral para ancorá-la, conforme indica Fulkerson em *Epic Ways of Killing a Woman: Gender and Transgression in “Odyssey” 22.465-72* (2002), pode ser identificado com a imagem de Odisseu, o que não nos é estranho, dado que grande parte do poema dedica-se à sua jornada pelos mares mediterrâneos. Já o pilar, *κίων*, aparece em algumas ocasiões: Demódoco recosta-se contra um (VIII); assim como Odisseu (XXIII. 90). Mas, a referência a um pilar pelo uso de *κίων* remete especialmente à fidelidade de Penélope quando nos é revelado que a cama construída por Odisseu é fixada por um pilar obtido a partir do trabalho em um tronco de oliveira - em XXIII. 191, o tronco é referido como semelhante a uma coluna (*κίων*).

Não se pode negligenciar o caráter alusivo presente nos momentos em que o leito matrimonial é referido. Ao voltar da expedição, Telêmaco inquire Eumeu sobre a cama de sua mãe, se “estará repleta de teias de aranha” (XVI. 35), devido ao possível casamento com um dos pretendentes. O abandono do tálamo representa, portanto, o fim do enlace matrimonial, é a permanência de Penélope no tálamo que determina sua fidelidade ao marido. A cama é um símbolo de tanta importância que não só significa a fidelidade de Penélope, mas também é signo da identidade de Odisseu, que, por meio do conhecimento de sua forma, se faz reconhecido. Dessa maneira, a cama e, conseqüentemente, a fidelidade da mulher são sustentáculos da identidade de Odisseu.

Do mesmo modo, a fidelidade das servas diz respeito à identidade de Odisseu como *basileus* e mestre do *oikos*, já que a posse sobre elas define os limites de sua propriedade. Sendo assim, a ação dos pretendentes de se deitar com as servas representa uma afronta à propriedade de Odisseu, assim como os banquetes que consomem seus animais e seu vinho. Há, portanto, uma proximidade entre as expectativas em relação a Penélope e às escravizadas, dado o teor sexual do ato cometido. Ainda assim, essa semelhança torna-se frágil ao analisarmos as razões por trás dos julgamentos feitos. Se, para Penélope, não se relacionar com os pretendentes é um traço valorizado em virtude de sua castidade e fidelidade ao marido; para as servas, se unir aos pretendentes significa desafiar os interesses do mestre, dado que cedem o poder de propriedade de

Odisseu ao cederem seus corpos. Reconhece-se, então, as escravizadas como um grupo único e distintivo, dado que o papel da classe se mostra definitivo bem como a categoria de gênero.

A cena ainda nos fornece um símile, contida nos versos 468-72, que demarca bem a natureza do crime cometido. Aqui, as servas são comparadas a tordos (*κίχλη*) e pombas (*πέλεια*) que se embatem contra uma rede. Segundo nos informa Fulkerson (2002), Aristóteles comenta que tordos revestem seus ninhos com murta, planta sagrada para Afrodite. Por sua vez, Henderson diz ser o fruto da murta (*μύρτον*) um termo associado ao órgão feminino, em especial na prosa técnica, referindo-se à *labia maiora* (HENDERSON, 1991 [1975]). Já as pombas também se relacionam à Afrodite: Higino (apud FULKERSON, 2002) diz que a deusa teria nascido de um ovo de pomba próximo ao Eufrates; ainda, Thompson diz serem os pombos sagrados para Vênus (apud FULKERSON, 2002).

Enfim, o fato dessas aves se embaterem contra uma rede (*ἔρκος*) é também significativo para a correspondência com a deusa na medida em que dialoga com a cena cantada por Demódoco em que Afrodite e Ares são presos pelas redes de Hefesto. Em grego, o termo *ἔρκος* (PERSEUS VOC. TOOL, 2020) pode significar, de modo geral, barreira – é o mesmo termo usado na expressão “barreira dos dentes” (*ἔρκος ὀδόντων*), recorrente em Homero.

Além disso, a semelhança possível entre Afrodite e as servas se manifesta nas duas outras passagens em que as escravizadas são apresentadas. Tanto no canto XX (8) quanto no canto XVIII (320) elas são caracterizadas rindo. Esse riso, além de sempre ser acompanhado do desrespeito à autoridade de Odisseu, é frequentemente vinculado à Afrodite em Homero (*Ilíada* III. 424; XIV. 211; XX. 40. *Odisseia* VIII. 362).

Há de se ressaltar: ainda que por motivações diferentes, a suspeita que ronda o feminino se faz presente. Mesmo as escravas fiéis são alvo dessa desconfiança, a exemplo da cena emblemática de lavagem dos pés de Odisseu pela ama Euricleia, ameaçada ao reconhecê-lo. Embora confie em Eumeu e Filício para revelar-lhes sua identidade, Odisseu vê na fiel Euricleia uma ameaça. É significativo também que a ama se vincule de tal modo aos interesses do mestre (ainda que alvo de suspeita). A serva

representa o oposto das doze infieis e de Melanto, sua velhice a torna menos ameaçadora frente à sugestão erótica destas.

ENTRE O IMAGINÁRIO E O FICTÍCIO

Uma das muitas justificativas possíveis para a tentativa de esboçar um entendimento acerca das expectativas que recaem sobre as servas infieis é a percepção de uma ideologia aristocrática que subjaz à *Odisseia*. Para o teórico alemão Iser, todo texto ficcional imbrica-se, em alguma medida, em noções do mundo real em que foi produzido. Desse modo, o texto ficcional tematiza o mundo em que circula, sendo por ele movido e o movendo. Logo, esses textos possibilitam a investigação das realidades social, sentimental e emocional de uma época e um espaço (ISER, 2002 [1979]). Esse é um aspecto ainda muito subestimado do texto ficcional, relegado apenas ao campo da ficção, ou do não-real.

Diante disso, é essencial questionar a relação opositiva entre real e fictício, que se impôs como “saber tácito” (ISER, 2002 [1979]: 957). Para superá-la, irrompe um terceiro campo, o imaginário, por meio do qual a realidade repetida na ficção “se transforma em signo” (ISER, 2002 [1979]: 958). Define-se, portanto, uma relação triádica – manifesta no texto ficcional – entre real, fictício e imaginário. Assim sendo, o texto ficcional não se esgota no fictício nem no real, mas apropria-se do real por meio da ficção deixando transparecer um imaginário.

A *Odisseia* é envolta de muitas dúvidas e especulações a respeito de sua composição e circulação. Grande parte das discussões sobre as condições de produção do poema já se esgotam nas considerações sobre sua autoria, que foi tradicionalmente atribuída ao nome do poeta mítico Homero. Ainda assim, descobertas arqueológicas, investigações linguísticas e historiográficas possibilitaram a localização de eventos descritos pela narrativa em um determinado período, bem como a sugestão de datações ao poema. No geral, indica-se como período da composição dos poemas épicos atribuídos à figura de Homero – *Iliada* e *Odisseia* – o século VIII a.C.. Contudo, essa é uma colocação incerta, dado que ambas narrativas se apropriam de mitos e de uma tradição que remontam a um período relativamente longo (OLIVEIRA, 2012).

É evidente que a questão acima levantada merece uma discussão à parte. Todavia, o que nos importa aqui é que, como “representantes *mor* da tradição da qual fazem parte” (OLIVEIRA, 2012: 141), os poemas homéricos possuem uma relevância histórica que perpassa por todo o período no qual se atesta a existência de uma tradição oral épica (OLIVEIRA, 2012). Além disso, é inegável que essa relevância atravessa também momentos mais tardios da Grécia Clássica. Os poemas homéricos assumem lugar de prestígio no cânone grego – Aristóteles dá ao poeta posição de destaque em sua *Ars Poética*²⁰⁰. Demais, a influência dos épicos homéricos está enraizada no modelo de educação clássico – “Homer dominated Greek education much more absolutely than Shakespeare did the English or Dante the Italians.” (MARROU, 1964 [1948]: 29).

Todas essas considerações evidenciam o poder simbólico de uma narrativa fictícia como a Odisseia. Seu imaginário nos revela as relações de poder que perduraram até muito depois do período de composição do poema. Dessa maneira, essa narrativa se apresenta não só como fonte para que se especule sobre a mentalidade do período em que circulou e foi composta, mas também para que remontemos o surgimento de uma ideologia responsável por estruturar as relações de poder e dominação que perduraram muitos séculos depois.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTOTLE. **Politics**. Trad. Harris Rackham. Cambridge: Harvard University Press, 1944. Disponível em:

<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=urn:cts:greekLit:tlg0086.tlg035.perseus-eng1:1.1252a> (PERSEUS DIGITAL LIBRARY). Acesso em: 8 de dezembro de 2020.

ARISTÓTELES. **Sobre a Arte Poética**. Trad. Antônio Mattoso e Antônio Queirós Campos. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

DE JONG, I. Homer. In: DE JONG, I. (org.). **Space in Ancient Greek Literature**. Boston: Brill, 2012.

²⁰⁰ Cf. 1448b 34-36; 1460a 5-7.

_____. **Narratology and Classics: A Practical Guide**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

FULKERSON, L. Epic Ways of Killing a Woman: Gender and Transgression in “Odyssey” 22.465-72. **The Classical Journal**. Northfield, v. 97, n. 4, p. 335-350, 2002.

HENDERSON, J. **The Maculate Muse**. Oxford: Oxford University Press, 1991 [1975].

HOMERO. **Ilíada**. Trad. Frederico Lourenço. São Paulo: Penguin Classics e Cia das Letras, 2013.

_____. **Odisseia**. Trad. Frederico Lourenço. São Paulo: Penguin Classics e Cia das Letras, 2011.

ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In: LIMA, Luiz C. (Org.). **Teoria da literatura em suas fontes**. Vol.2. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002. p. 955-988

MANIERI, D. O Conceito de Arete em Aristóteles. **Synesis**. Petrópolis, v. 9, n. 2, p. 15-29, ago/dez 2017.

MARROU, H. I. **A History of Education in Antiquity**. Trad. George Lamb. Nova York: Mentor, 1964.

OLIVEIRA, G. Histórias de Homero: um balanço das propostas de datação dos poemas homéricos. **Revista História e Cultura**, Franca, v.1, n.2, p.126-147, 2012.

OSIEK, C. Female Slaves, Porneia and the Limits of Obedience. In: BALCH, D. OSIEK, C. (org.). **Early Christian Families in Context: an interdisciplinary dialogue**. Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans, 2003.

PARKER, H. N. Aristotle’s Unanswered Questions: Women and Slaves in *Politics* 1252a – 1260b. **EuGeStA**. S.l., n.2, p. 71 – 122, 2012.

SCOTT, J. W. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. **The American Historical Review**. Oxford, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, dez 1986.

STE. CROIX, G. E. M. Class, Exploitation, and Class Struggle. In: _____. **The Class Struggle in the Ancient World**. Nova York: Cornell University Press, 1981.

THALMANN, W. **The swineherd and the bow**: representations of class in the Odyssey. Nova York: Cornell University Press, 1998a.

THALMANN, W. **Female Slaves in the Odyssey**. In: MURNAGHAN S. JOSHEL, S. **Women & Slaves in Greco- Roman Culture**. London: Routledge, 1998b.

VERNANT, J. VIDAL-NAQUET, P. **Myth and Tragedy in Ancient Greece**. Trad. Janet Lloyd. Nova York: Zone Books, 1988

ἔρκος. In: MIDDLE LIDDELL, Ancient Greek – English Lexicon. PERSEUS VOCABULARY TOOL. Disponível em:
[http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.04.0058%3Aentry%3De\(%2Frkos](http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.04.0058%3Aentry%3De(%2Frkos). Acesso em: 6 de novembro de 2020.

καθαρός. In: MIDDLE LIDDELL, Ancient Greek – English Lexicon. PERSEUS VOCABULARY TOOL. Disponível em:
<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.04.0058:entry=kaqaro/s>. Acesso em: 6 de novembro de 2020.

FONTE(S) PRIMÁRIA(S)

HOMERO. **Odisseia**. David Binning (ed.). Oxford: Clarendon Press, 1886. Disponível em: <https://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.01.0135>. Acesso em: 6 de novembro de 2020.

As múltiplas faces de Domiciano na historiografia de fins do século XIX ao alvorecer do século XXI

Irlan de Sousa Cotrim²⁰¹

RESUMO: Nosso objetivo com este trabalho é o de tecer considerações sobre os modos pelos quais o imperador Tito Flávio Domiciano (81-96) foi tratado por historiadores entre fins do século XIX ao alvorecer do século XXI e classificar essas histórias em, pelo menos, três categorias: a perspectiva tradicionalista (1894-1961), a perspectiva revisionista (1963-1997) e as novas tendências de análise (2011 – atualmente). Em nosso entendimento, assim como já salientou Leite (2018) e Szoke (2020), é mais proveitosa para o conhecimento histórico acerca de Domiciano e de seu governo uma discussão sobre a fabricação dos discursos em determinadas plataformas e não a reabilitação ou degeneração daquele imperador por meio das documentações que nos foram deixadas ao longo dos séculos.

PALAVRAS-CHAVE: Domiciano. Historiografia. Representação.

ABSTRACT: This paper aims to consider the ways in which emperor Titus Flavius Domitianus (81-96) was treated by historians between the end of the 19th century and the dawn of the 21st century and to classify these perspectives in three categories: the traditionalist perspective (1894-1961), the revisionist perspective (1963-1997) and the new approaches (2011 – current). In our understanding, as Leite (2018) and Szoke (2020) have already pointed out, it is more useful for historical knowledge about Domitian and his government to discuss the fabrication of speeches on certain platforms and not the rehabilitation or degeneration of that emperor, by means of the documentation that has been left to us throughout the centuries.

KEY-WORDS: Domitian. Historiography. Representation.

²⁰¹ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS/UFES), sob orientação da Profa. Dra. Leni Ribeiro Leite (PPGHIS/PPGL/UFES) e coorientação da Profa. Dra. Camilla Ferreira Paulino da Silva (Sedu/ES). Membro do grupo de pesquisa Limes: Fronteiras Interdisciplinares em estudos da Antiguidade e suas representações. Bolsista Capes. E-mail: irlancotrim@gmail.com.

Domiciano na perspectiva tradicional (1894-1961)

Os quinze anos nos quais o imperador romano Tito Flávio Domiciano governou foi o fim de uma era iniciada na segunda metade do século I da Era Comum²⁰². Por séculos a historiografia ocidental ecoou uma narrativa na qual Domiciano foi descrito como tirano, sanguinário, perseguidor de cristãos e esbanjador das finanças do Império²⁰³. Seu assassinato teria sido necessário para o fim de um denominado período de terror, expressão cunhada por Stéphane Gsell em 1894. Este, apesar daquela expressão, representou uma ruptura de uma perspectiva legada por Suetônio, Dião Cássio, Tácito e Plínio, o jovem, de um imperador tirano. O autor apresenta uma narrativa que oscila entre momentos tidos como bons e outros maus no governo de Domiciano. O imperador teria levado as finanças imperiais a um *déficit* por conta do extenso programa de construções que levou a cabo durante seus quinze anos de governo²⁰⁴. Na mesma medida, porém, o autor assegura que os templos construídos, reformados e reconstruídos pelo monarca representaram a consolidação das crenças romanas tradicionais, uma demonstração do viés pio e conservador da *domus* imperial (GSELL, 1894)²⁰⁵. O último flaviano, porém, tomou a drástica iniciativa de confiscar bens da aristocracia por causa da escassez de recursos nos cofres imperiais (GSELL, 1894). O autor influenciou bastante a historiografia sobre Domiciano ao longo do século XX por

²⁰² Todas as datas estão expressas em Antes da Era Comum (AEC) e Era Comum (EC).

²⁰³ Partimos das reflexões de Franklin Ankersmit (2012) sobre conceito de representação. Numa representação histórica a representação e a referência estão interligadas. A representação, portanto, se caracteriza como um conceito dotado de três lugares. Há um passado a ser representado, a representação deste e, por fim a apresentação de aspectos daquele passado evocado na representação. A escrita histórica, portanto, teria correspondência ou paralelo com a metáfora, porque esta busca nos convidar a enxergar um sujeito ou alguma coisa do real em termos de determinadas características. Toda representação é uma representação como: A como B (ANKERSMIT, 2012).

²⁰⁴ Tratava-se de um grande número de construções, reconstruções e reparos em diversos monumentos públicos destinados a inscrever o nome de Domiciano na posteridade e expressar a magnitude de seu poder (JONES, 1992).

²⁰⁵ A faceta de perseguidor também foi apanágio de Gsell. Segundo o autor, a escassez de recursos derivada dos altos custos no programa de construções teria motivado o confisco, por ordem de Domiciano, dos recursos dos membros da aristocracia romana. O retrato de Domiciano tal como foi descrito por Gsell (1894) representou a natureza do governo daquele monarca, majoritariamente, como benéfico ao Império. Domiciano se aproximou do exército e da população por meio do aumento do soldo e das distribuições (*congiaria*). Tais distribuições eram eventos nos quais havia a distribuição de presentes ou de bens à plebe romana. Domiciano teria oferecido ao menos três *congiaria* ao longo de seus quinze anos como *princeps*: o primeiro em 83, o segundo em 89 e o terceiro em 93 (SYME, 1930). Domiciano subsidiou grandes obras arquitetônicas que mudaram a geografia de Roma, zelou pelas províncias, além de ter concedido honras públicas e direitos cívicos (GSELL, 1894).

conta de sua erudição em termos de documentação: documentação escrita, numismática, epigráfica e arqueológica o que tornou a obra bastante compulsada por historiadores interessados pela natureza do governo de Domiciano²⁰⁶.

Ronald Syme (1930) descreve Domiciano como um imperador cuja política externa foi bastante exitosa. Ele rechaça a ideia propagada em fontes como o *Panegírico a Trajano*, de Plínio, o Jovem, de que Trajano teria sanado um rombo nas contas públicas que foi produto dos gastos excessivos e exagerados de Domiciano, com seu programa de construções e com os aumentos para o exército. Na contramão de Syme, Carol Sutherland (1935) defende que assim como seu sucessor Nerva, Domiciano usou recursos públicos para garantir seu prestígio junto às legiões romanas. Ainda nessa esteira, segundo a autora – ancorada nos relatos de Suetônio, Plínio, o Jovem e Dião Cássio – Domiciano efetuou confiscos com a necessidade primária de acumular recursos, numa arbitrária política de embargo e venda de faixas territoriais outrora pertencentes a aristocracia, visão muito próxima da de Gsell (1894). Para Syme (1930), no entanto, Domiciano precisou efetuar tais confiscos para minar a influência política de seus adversários²⁰⁷.

Robathan (1942), por sua vez, conclui que dificilmente houve alguma parte de Roma que não tivesse algum monumento com a marca de Domiciano na condição de patrono. Além disso, os gastos de grandes somas destinadas às construções permaneceram até o final do governo daquele monarca sem alterações. Diferentemente da leniência de Syme (1930) que defende um tesouro completo no ano do assassinato de Domiciano, a visão

²⁰⁶ No entanto, tal influência também abriu precedentes para a conservação de alguns anacronismos presentes nesta historiografia oitocentista, com ecos em textos publicados nos primeiros anos do século XXI, como o uso indiscriminado da categoria de autocrata, em substituição ao de tirano, numa tentativa de suavizar ou de relativizar aquela representação mais pejorativa acerca de Domiciano. Em linhas gerais autocrata é um chefe de governo que não possui limites quanto a extensão de seus poderes. Um autocrata seria um governante absolutista que exerce seus poderes sem o freio de outrem (ENCYCLOPÉDIE LAROUSSE, 1971).

²⁰⁷ Dorothy Robathan (1942), por sua vez, compreende que Syme (1930) buscou estender a falha atribuída a Domiciano pelas condições deploráveis da economia sob seu Principado a seu sucessor Nerva. Para a autora, qualquer discussão acerca das finanças imperiais nos tempos de Domiciano deveria envolver os custos provenientes do programa de construções, algo que não teria sido contemplado nem por Syme (1930) tampouco por Sutherland (1935). Novamente, até o ano de 1942, o estudo mais amplo sobre o governo de Domiciano ainda era a obra de Gsell (1894). Robathan (1942) utiliza como fontes para sua análise as referências topográficas presentes nos epigramas de Marcial e nos poemas de Estácio além dos relatos de Suetônio, Tácito, Plutarco, Eutrópio e de Dião Cássio e a arqueologia. Seu objetivo é o de compreender as bases nas quais se assentaram as atividades financeiras de Domiciano durante seu governo.

de Robathan (1942) considera o retorno à perspectiva dentro da qual o último flaviano é tomado como sendo um imperador com política financeira extravagante, conforme Gsell (1894) e Sutherland²⁰⁸ (1935).

A administração do Império Romano por Domiciano ainda foi mote para os estudos de Henri Pleket (1961), que buscou analisar as relações do *princeps* com o senado e as províncias. Na perspectiva deste autor, por conta das representações produzidas após o fim da dinastia flaviana em 96, os historiadores são convidados a enxergar Domiciano como um tirano²⁰⁹. Os relatos plinianos e taciteanos denominados pelo autor como pertencentes a uma tradição senatorial foram unânimes em enfatizar os ataques perpetrados pelo imperador ao senado, causados pela *saevitia* e pela rapacidade, expressões da tirania de Domiciano²¹⁰. O governo de Domiciano assentou-se em um momento de instabilidades sociais, como problemas nas províncias orientais e uma forte oposição entre ricos e pobres. Além disso, na visão do autor, faltou a Domiciano certo trato político, ou seja, uma dose de hipocrisia no tratamento com os sujeitos que circundavam a *domus* imperial. Esse aspecto seria inerente ao Principado nas relações entre imperador e membros senatoriais (PLEKET, 1961).

As conclusões de Pleket (1961) são as de que dada essas prerrogativas os historiadores deveriam iniciar um movimento revisionista para analisar o governo de Domiciano, diferente daquela imagem fabricada pela tradição senatorial. Além disso, os historiadores até aquele momento dispenderam muito esforço para compreender os problemas da administração provincial por conta dos atritos que essa questão

²⁰⁸ Versões deste embate, bem como da situação econômica do Principado de Domiciano, foram posteriormente debatidas por Rogers (1984, p. 60), Garzetti (1974, p. 281) e por Launaro (2016). Garzetti (1974, p. 281), por exemplo, defende que Domiciano seguiu com as políticas dos antecessores da dinastia Flaviana e que a denúncia de extravagância foi apanágio de uma tradição pejorativa produzida após Domiciano. Rogers (1984, p. 62), no entanto, entende que Domiciano utilizou dos confiscos tanto para acumular recursos para os cofres públicos quanto para proteger-se da influência política exercida por membros da aristocracia. Além disso, as políticas financeiras imperiais de Vespasiano (69-79) mantidas por Tito (79-81), e o recolhimento de impostos, como o *fiscus iudaicus* foram continuados por Domiciano, apesar dos cofres públicos não terem gozado de excedente. Para Rogers (1984, p. 78) o fato de Domiciano ter celebrado três *congiaria*, aumentado o soldo dos legionários, ter forjado uma trégua com o rei dos Dácios por meio de uma doação monetária expressiva representam pelo menos um Império sob finanças sólidas. Mais informações acerca deste debate cf. Launaro (2016).

²⁰⁹ Pleket (1961) elenca os testemunhos das *Epístolas* de Plínio, o Jovem (1.5; 2.3; 1.8; 7.19. 4-6; 9.13.2; 3.2.3; 8.14.7-8) e do *Agrícola* de Tácito (2.1; 44.5; 45.1; 42) como exemplos dessa perspectiva pejorativa, além de mencionar a fortuna crítica existente na época de publicação do artigo como Syme (1930) e Sutherland (1935). O autor busca testar o valor histórico dessa imagem fabricada.

²¹⁰ *Saevitia* possui como sentidos raiva, ferocidade, crueldade, barbárie ou violência (OXFORD LATIN DICTIONARY, 1968).

proporcionou entre Domiciano e os senadores, conforme Suetônio (*Dom.* 8) e Plínio, o Jovem (*Ep.* 2.11-12; 3.9; 4.9; 5.20; 6.5, 13; 7.6, 10). O autor considera que a administração imperial de Domiciano foi sinônimo de eficiência em termos de arrecadação de impostos para a manutenção da máquina pública. Para além disso, Domiciano ainda teria tido um sentimento de justiça social – de acordo com documentações sírias e antioquenas – e supervisionado fortemente a atuação dos governadores provinciais²¹¹. No entanto, o autor defende que Domiciano agiu de forma incisiva contra o senado para se manter no poder e que os senadores que resistiram foram alvos da fúria do monarca (PLEKET, 1961).

Movimento revisionista (1963-1997)

O estudo de Pleket (1961) abriu caminho para um movimento revisionista na historiografia sobre Domiciano que foi continuado pelos historiadores ao longo das décadas de 1960 a 1990. Waters (1964) analisa a inserção de Domiciano no grupo dos maus imperadores, além de questionar se isso foi produto de um fracassado trato político com os senadores – que considerou o órgão produtor das narrativas pejorativas acerca do último flaviano. Waters (1964) buscou refutar pelo menos três hipóteses que são ecoadas, sobretudo, nas fontes de tradição senatorial (PLEKET, 1961): 1) Domiciano foi um imperador com apetite incontrolável por poder e cuja fome foi reprimida pela ascensão de Vespasiano e de Tito; 2) Domiciano, tirano sanguinário, foi um governante com ações baseadas nos vícios; e, 3) Domiciano foi um militar incompetente. A conclusão do autor é a de que o caráter de Domiciano tal como expresso nos escritos de Plínio, o Jovem, Tácito e Suetônio e reproduzido através dos séculos, foi forjada pelas mãos de uma aristocracia descontente com o imperador e que detinha em suas mãos total controle da opinião pública da época. Além disso,

²¹¹ As documentações seriam *SEG; XVII, 755* e *zSyria 34*. Tratam-se de cartas redigidas por Domiciano ao procurador da Síria cujo conteúdo apresenta os motivos pelos quais a província teria razões para ser grata aos atos do imperador. Domiciano aparece aborrecido com a conduta abusiva de alguns oficiais no tocante à produção agrária e pecuária. Domiciano teria assumido uma postura autocrática motivada, sobretudo, pela corrupção dos administradores provinciais. O autor, no entanto, admite que essas documentações não podem representar uma espécie de filantropia por parte de Domiciano porque a prosperidade das províncias era sinônimo de regularidade nas taxações. Ainda assim, “é justo admitir que a medida de Domiciano visava ao mesmo tempo o bem-estar do próprio provinciano médio”. “[...] *it is only fair to admit that Domitian's measure at the same time aimed at the welfare of the average provincial himself*” (PLEKET, 1961: 304).

Domiciano teria agido contra os senadores em um movimento de oposição aos mandos e desmandos daquela agremiação, o que teria aberto precedente para que narrativas tirânicas fossem produzidas (WATERS, 1964)²¹².

O caráter do governo de Domiciano e os problemas da historiografia sobre esse tema foram o mote dos estudos de Pieter Botha (1989) que tomou como objeto a imagem daquele imperador produzida pelos historiadores por meio do uso de fontes que considerou enviesadas. Na sua perspectiva, essas representações provenientes da tradição senatorial distorceram a figura de Domiciano. Plínio, o Jovem, por exemplo, teria proferido seu *Panegírico* no ano 100 como uma espécie de manual para o novo imperador (Trajano) das ações que os senadores esperavam e julgavam como adequadas. Dessa forma, as representações de tirania tais como relatadas no *Panegírico* pliniano utilizariam o *exemplum* de Domiciano – tal como fabricado por Plínio, o Jovem, ou seja, um membro senatorial – para demonstrar aquilo que havia de mais execrável nas relações entre *princeps* e senadores (BOTHÁ, 1989).

Quase um século após a defesa da tese e da publicação do *Essai* de Gsell (1894) temos um novo marco na historiografia sobre Domiciano com *The Emperor Domitian*, de Brian Jones (1992). Nesta obra, o autor entende que toda análise sobre o governo de Domiciano precisa ultrapassar as barreiras impostas por um conjunto de fontes escritas em prosa e pelos padrões de julgamento político da aristocracia romana. Influenciado pelos estudos de Syme (1930), Pleket (1961) e de Waters (1964), o autor inova ao atribuir importância central à corte imperial para a compreensão das atitudes de Domiciano frente ao Império. Suas impressões acerca do caráter de Domiciano são as

²¹² O movimento revisionista continuou, sobretudo, por conta das contribuições de Brian Jones (1979; 1992). Ao longo da década de 1970 e de 1980, diversos artigos sobre o governo de Domiciano vieram à baila e em 1984 um livro sobre Tito – irmão e antecessor de Domiciano – foi publicado. Tais obras abriram precedente para que ao longo da década de 1980 estudos sobre as relações entre Domiciano, o senado e as províncias, e o caráter do governo do último flaviano fossem matizados. Em 1979, Jones publica um estudo de envergadura no qual tece considerações sobre as redes de relações estabelecidas entre Domiciano e o senado por meio de uma perspectiva prosopográfica. O autor refuta o valor de totalidade presente na biografia de Domiciano escrita por Suetônio porque não considera esta documentação representativa da complexidade que permeou os quinze anos do governo de Domiciano. O autor utiliza fontes diversas sobre o imperador, para além dos testemunhos escritos, como a numismática – que em sua visão desmorona a ideia de que o segundo filho de Vespasiano não seria capaz de governar, dada a extensão dos títulos acumulados por ele durante os anos de 81 a 96 –, poemas como os de Marcial e de Estácio e documentação arqueológica (JONES, 1979). Não abordaremos os demais estudos neste trabalho por conta do exíguo espaço bem como pelo fato deles serem demasiado específicos. Uma discussão pode ser encontrada em Dias (2019).

de que ele teria uma personalidade reclusa, pouca ou nenhuma capacidade de envolvimento com a aristocracia que utilizou deste expediente para representá-lo como moroso e sombrio, além de supersticioso e desconfiado. Com isso, Domiciano teria passado a maior parte de seu tempo junto a seus cortesãos e não teria se esforçado para angariar cada vez mais forças junto ao senado. Na visão de Jones (1992), Domiciano teria sido vítima de uma conspiração palaciana promovida por seus cortesãos²¹³.

O isolamento político de Domiciano também foi mote de outro estudo sobre o imperador escrita por Patricia Southern (1997). A autora utiliza documentação escrita essencialmente vituperiosa sobre Domiciano. Southern (1997) parte da premissa na qual o historiador deve compreender o histórico de Domiciano desde sua infância. A autora defende que a infância conturbada, a orfandade materna e a inveja pela ascensão de Tito, por exemplo, foram preponderantes para que na vida adulta, Domiciano reproduzisse comportamentos execráveis tais como relatados pela biografia de Suetônio. Assim, Domiciano passou a perseguir a oposição por causa do medo que tinha da perda, que teria sido uma constante em toda a vida do monarca e causado sua paranoia (SOUTHERN, 1997). Com uma narrativa bastante teleológica, compreendemos que o livro de Southern (1997) incorre no erro de desconsiderar o fato

²¹³ Em outro momento, Jones (1994) defende que sob Domiciano, o poder monárquico movia-se com o imperador e a sua comitiva e a corte imperial teria desempenhado um papel crucial no regime. Domiciano teria uma predileção por um governo autocrático no qual o poder estivesse onde quer que o monarca residisse e que este movimento demonstrou a irrelevância do senado e mesmo de Roma que deixava de ser o centro do poder imperial. Assim, as atitudes de Domiciano para com a sua corte teriam sido primordiais para o destino final daquele monarca. O autor utilizou como documentações os relatos de Dião Cássio, de Juvenal, de Marcial, de Estácio e de Suetônio para analisar as relações da corte com Domiciano dentro e fora de Roma. Em nosso entendimento, porém, o autor faz uso dessas fontes de maneira bastante literal e incorre no erro de repetir um lugar-comum o qual descreve Domiciano como um homem recluso e sem capacidade de diálogo. Além disso, o autor parte sua análise de trás para frente, ou seja, de modo que o assassinato de Domiciano em setembro de 96 teria sido uma somatória de inúmeras gafes cometidas pelo imperador. Na visão do autor, portanto, Domiciano foi vítima de uma trama assinada pelos cortesãos que arquitetaram sua morte por causa da falta de interação e dos desmandos do imperador para com eles (JONES, 1994). Hipótese matizada por Murison (2003), Collins (2009) e por Dias (2019). Para Collins (2009), por exemplo, Domiciano sofreu uma conspiração planejada por um pequeno grupo formado por membros da corte imperial com a participação da Guarda Pretoriana, mas sem a participação dos senadores. Desde Gsell (1894) os senadores são apontados como os arquitetos do assassinato do último flaviano. Dias (2019), por sua vez, refuta Jones (1992) e acusa o historiador de defender uma hipótese sem o respaldo da documentação. De fato, Jones (1992) nos oferece uma explicação baseada em deduções, a partir da rapidez com que Domiciano foi morto e Nerva empossado. Além disso, Jones (1992) teria legado a Domiciano a culpa por sua morte, ou seja, o imperador foi assassinado por causa de sua pouca habilidade em nutrir relações políticas. Domiciano teria sido assassinado em seu *cubiculum* ainda pela manhã do dia 18 de setembro de 96 e apenas no dia seguinte que o senado expediu um *senatus consultum* para cancelar o *imperium* de Nerva (MURISON, 2003).

de que os textos daquela tradição senatorial foram escritos conforme objetivos específicos de sua época de criação e dentro de um novo regime, o dos antoninos.

Dessa forma, Southern (1997) assume de forma ingênua uma veracidade inexistente nessas fontes. Além disso, sua insistente preocupação em captar o verdadeiro caráter de Domiciano por meio da documentação escrita a levou a produzir uma narrativa psicológica sobre o imperador, sem que levasse em conta o fato de que são representações retoricamente produzidas²¹⁴. Southern (1997) não considerou os textos poéticos como fontes para o estudo do governo de Domiciano o que, nos primeiros anos do século XXI, serviram de base para a publicação de *companions* que reuniram diversos pesquisadores no mundo sobre os Flávios²¹⁵. Numismática, poesia e documentação arqueológica ganharam cada vez mais espaço bem como estudos sobre retórica e seu uso na produção dos discursos no Mundo Antigo.

Domiciano, retórica e poder: novas abordagens (2011- atualmente)

Em solo brasileiro a produção historiográfica sobre Domiciano cresceu vertiginosamente a partir da década de 2010. Temos o estudo de Fábio Cairolli (2011) no qual tece considerações sobre as correspondências entre a imagem imperial de Domiciano contida em moedas e em epigramas de Marcial. Este breve estudo apresentou a construção da imagem de Domiciano por meio da aproximação do imperador com deuses e semideuses naquele *corpus*. O autor conclui que essas representações estão em íntima conexão com os preceitos da retórica epidítica na tentativa de associação de Domiciano a qualidades presentes nas histórias dos mitos²¹⁶ (CAIROLLI, 2011).

²¹⁴ Um debate sobre essa perspectiva psicológica dentro das análises históricas sobre imperadores romanos posteriormente rechaçados por autores da Antiguidade pode ser encontrado em Winterling (2012).

²¹⁵ Ao longo da década de 2000 foram publicados o *Flavian Rome: culture, image, text* (2003), o *The high Empire AD 70 – 192* (2007) e o *A companion to the Flavian Age* (2016) com estudos que variam em termos de áreas do conhecimento, de abordagens com documentações diversas e pesquisadores residentes em diversos países, o que impulsionou ainda mais a internacionalização do tema.

²¹⁶ Extrapola o escopo deste trabalho dissertarmos acerca da retórica epidítica. No entanto, no intuito de situar o leitor, o discurso epidítico é considerado o terceiro gênero discursivo a que o orador poderia dedicar-se. Seu objetivo é o elogio ou o vitupério e possui como principais características: ser um discurso com finalidade elogiosa ou vituperiosa; tempo verbal no presente, embora possa abordar o

Leni Ribeiro Leite (2018) compreende a necessidade de se contrastar as representações tradicionais sobre Domiciano em fontes prosaicas com aquelas contidas nas poesias de Marcial e de Estácio com base nos estudos retóricos²¹⁷. A fortuna crítica sobre a poesia de Marcial e de Estácio trata os escritos destes poetas como frutos da sobrevivência a um Principado caracterizado pela tirania. A única saída para autores da época de Domiciano era, portanto, o elogio desenfreado a *persona* imperial. A autora chama atenção para o fato de que o imperador pouco aparece na produção daqueles poetas bem como os escritos apresentam uma imagem um pouco mais positiva do monarca, em contraste com versões provenientes dos discursos em prosa mais compulsados pela crítica historiográfica do que aqueles em versos. Dada a extensão do governo de Domiciano (quinze anos) é bastante duvidosa a ideia de que um imperador tão impopular pudesse governar por tanto tempo. O fato do gênero textual teria pesado para que esses poetas fossem preteridos pelos historiadores modernos na formação da imagem imperial de Domiciano na historiografia²¹⁸ (LEITE, 2018). Nas palavras da autora:

passado e conjecturar o futuro; e, assinala o que é o belo e o feio. Esse binarismo é conceituado por Aristóteles como virtudes e vícios, respectivamente. Uma discussão resumida sobre o epidítico aristotélico pode ser encontrada em Cotrim e Castro (2020) e um aprofundamento pode ser encontrado em Giesen (2016).

²¹⁷ A imagem tirânica de Domiciano propagada pelas documentações prosaicas foram matizadas por Faversoni e Joly (2013), que se debruçaram sobre o *Agrícola* de Tácito. O Principado, conforme Tácito, é dinâmico e composto por uma aristocracia que estava longe de ser uníssona. Os autores estabeleceram pelo menos três grupos de aristocratas existentes no Principado de Domiciano, a partir das obras de Tácito. O primeiro grupo era composto por aqueles que se opuseram às políticas de Domiciano e o que mais sofreu com baixas. O segundo grupo figurava como o daqueles que serviram ao poder de Domiciano e se beneficiavam do regime. Segundo os autores, Tácito seria contrário a estes dois grupos. O primeiro seria considerado pelo escritor como homens que buscavam glórias por meio da contestação do poder imperial, algo considerado danoso para a *res publica*. O segundo seria considerado como indigno de méritos, pois seus membros alcançavam reconhecimento público por meio da bajulação à *persona* imperial e pela entrega de colegas por meio de delações. Tácito estaria situado no terceiro grupo caracterizado como sendo daqueles que não se opunham abertamente ao governo de Domiciano e que buscavam simplesmente servir à República. Membros deste grupo atuavam nas brechas deixadas pelo imperador e pelos colegas pertencentes aos dois primeiros grupos. Tácito, portanto, se localiza neste terceiro grupo junto com seu sogro *Agrícola* porque ele “se inclui em uma parcela da aristocracia que servia à república com toda a moderação que a situação exigia” (FAVERSANI; JOLY, 2013: 77). Desse modo, os autores concluem que os historiadores devem ler as obras de Tácito como uma ação política inerente a um campo de disputas violentas de aristocratas com interesses os mais variados. Tácito, por sua vez, empregou sua ação política de forma dissimulada durante o Principado de Domiciano para que não sucumbisse à investida de aristocratas conspiradores ou delatores. Essa dissimulação também está presente em suas obras, o que deve ser percebido pelo historiador no trato com as fontes taciteanas de modo a tomar os testemunhos literários como fabricados retoricamente e inseridos em um contexto sócio-político delimitado (FAVERSANI; JOLY, 2013).

²¹⁸ A poesia como fonte para o estudo da História é tradicionalmente preterida, em benefício do texto em prosa, porque considerada demasiada metafórica. No entanto, esse movimento de desprestígio dos

O texto historiográfico romano é um documento tão digno de representar as realidades sociais como o texto literário, dado que ambos se realizam no mesmo interdiscurso; de fato, apenas de forma anacrônica podemos fazer esta divisão quando se trata de textos da Antiguidade, visto que não havia, para os romanos, uma diferenciação dada nesses termos. Cada autor constrói, a partir da base comum retórica e do que é mais adequado a seus fins, os elementos necessários para sua narrativa e seu gênero textual. Isso significa, a rigor, entender que há vários Domicianos, tantos quantos forem as fontes consultadas. Sem pretensão alguma quanto a uma incapturável “intenção do autor”, entendemos que esses Domicianos dependem do gênero a que o texto se filia e dos procedimentos retóricos constituintes do gênero em questão. Logo, o verdadeiro Domiciano jamais será qualquer um deles, e cada Domiciano existe pelas razões de decoro do texto em que se encontra (LEITE, 2018: 88-89).

Um ponto interessante defendido pela autora é a existência de diversos Domicianos a partir da fonte que o historiador dispõe. A presença de representações de Domiciano em múltiplas plataformas nos revelam aspectos amiúde contrastantes acerca daquela figura. Quando nos referimos exclusivamente às fontes escritas devemos ter em mente que a depender dos procedimentos retóricos – que foram a tônica do regime discursivo romano e o gênero no qual o texto se situa – algum aspecto representativo de Domiciano é evocado. Assim, o Domiciano de Suetônio, por exemplo, é descrito como um homem de infância pobre. Suetônio (*Dom.* 1-3) pinta Domiciano como um homem nascido de família pobre, com falta de piedade filial e de lealdade para com seus familiares. Tácito nas *Histórias* (3.74; 3.82) por seu turno ressalta a crueldade de Domiciano. No *Agrícola* (45), por sua vez, Tácito utiliza do *topos* da crueldade tal como Suetônio. Segundo Leite (2018), o Domiciano de Tácito é equiparado a uma besta selvagem, tirano sanguinário, nos moldes pelos quais Cícero e Tito Lívio empregaram em suas obras para se referirem a pessoas enquadradas como tiranas. Plínio, o Jovem também utiliza o *topos* tirânico no seu *Panegírico a Trajano* (2.2). Fonte muito compulsada pela historiografia, escrita sob o Principado de Trajano, Plínio buscou equiparar o *exemplum* de Domiciano como contraponto ao elogio que fez ao imperador

testemunhos poéticos revela um desconhecimento por parte da historiografia das regras retóricas inerentes às práticas letradas da Antiguidade. Desde o século I AEC a retórica figurava como disciplina na educação das elites romanas e seu mote era o ensino do bem escrever e do bem falar que era condição *sine qua non* para o sucesso do *vir* na cena pública. A retórica, portanto, desde a sua penetração no solo romano (séc. II AEC) exercia papel fundamental na construção e no desenvolvimento dos gêneros textuais latinos em prosa e em verso (LEITE, 2018).

antonino (LEITE, 2018). Os retratos de Domiciano pintados por Suetônio, Tácito e Plínio ressaltam os *topoi* da selvageria (*saevitia*), da crueldade (*crudelitas*), da avareza (*avaritia*) e da ganância (*cupiditas*)²¹⁹.

Dessa forma, concordamos com a autora quando esta afirma que para além da defesa de alguma dessas representações, todas são retoricamente construídas e modeladas de acordo com seus gêneros²²⁰. Também concordamos quando a autora defende que é mais proveitosa para a análise histórica uma investigação sobre as razões pelas quais os escritores antigos lançaram mão de determinados recursos retóricos para a construção da imagem imperial de Domiciano (LEITE, 2018). Os motivos pelos quais Suetônio, Tácito e Plínio, o Jovem vituperaram Domiciano e aqueles que levaram Marcial e Estácio a traçarem o caminho oposto estão conectados com o regime discursivo da retórica epidítica bem como respondem a determinadas questões historicamente localizadas²²¹.

²¹⁹ Sobre *saevitia* cf. nota 9. *Crudelitas* é um adjetivo que denota crueldade, barbárie, aspereza, severidade, desumanidade ou crueldade. *Avaritia* pode significar ganância, avareza, rapacidade ou mesquinhez. *Cupiditas* pode significar ânsia, paixão, desejo carnal, luxúria, ganância, usura, fraude ou ambição (OXFORD LATIN DICTIONARY, 1968). Os usos desses *topoi* seriam indícios da construção retórica das representações de Domiciano presentes nos autores supracitados (LEITE, 2018). Há uma profícua produção brasileira sobre poéticas da Antiguidade, historiografia e retórica. Giesen (2016) apresenta um amplo estudo acerca do discurso epidítico nas *Epístolas* de Plínio, o Jovem. Leite (2014) – cuja pesquisa foca na relação entre a retórica, a produção discursiva na Antiguidade e poder – buscou analisar a função da éfrase nos poemas de Marcial e Estácio que descrevem objetos cotidianos como expressões das mudanças sociais e culturais no regime flaviano. Além disso, Ogawa (2020) compreende os escritos historiográficos sobre o regime de Domiciano, especialmente os relatos de Tácito, como frutos das escolhas dos seus produtores. Cotrim e Castro (2020) buscaram refletir sobre a imagem imperial de Domiciano, a partir da retórica aristotélica, no elogio ao imperador nos versos de Estácio contidos na *Silva* I.1 e no próêmio da épica *Aquileida* (*Achil.* I. 1-19). A conclusão dos autores foi a de que Estácio não somente equipara Domiciano a figuras como Aquiles, Júlio César e Alexandre, o Grande, mas o monarca os ultrapassa em termos de virtudes (COTRIM; CASTRO, 2020: 14).

²²⁰ Leite (2018) assim como Cairolli (2011), analisa alguns poemas de Marcial e de Estácio a partir da chave de leitura do epidítico, terceiro gênero discursivo conforme descrito em manuais retóricos. Assim, ela pondera que devemos ler os elogios nos poemas conforme as normas genéricas a que o texto se situa. Leite (2018) e Cairolli (2011) enxergam as menções a Domiciano em poemas de Marcial e de Estácio como elogios a *persona* imperial. Marcial, por exemplo, versificava as virtudes de Domiciano como a clemência. Nas *Silvas* de Estácio, conjunto formado por trinta e cinco poemas, dos quais apenas oito foram dedicados a Domiciano, Estácio buscou exaltar sua liberalidade que, em contraste com o mesmo tema presente em Suetônio como vício, aparece como virtude. Baptista e Leite (2019) analisaram os próêmios épicos de Estácio e relacionaram a *recusatio* do poeta com seu *éthos* discursivo de poeta-cliente.

²²¹ Uma conclusão parecida foi feita por Ogawa (2017). As imagens que foram fabricadas pelos autores prosaicos devem ser tomadas com cautela. Mesmo aqueles imperadores tidos pela historiografia como bons perseguiram, assassinaram e reformaram jurisdições desde Augusto. No entanto, apesar do reconhecimento de que fontes como as *Vidas* de Suetônio estão circunscritas em um regime discursivo definido bem como revelam a posição política de seu autor, percebemos uma permanência de um *topos* tirânico como explicação para o Principado de Domiciano. Como expoente desta vertente cf. Fernández

Considerações finais

A partir do panorama exposto ao longo deste trabalho percebemos que desde os últimos anos do século XIX a imagem tradicional de Domiciano vem sendo debatida. Consideramos que todas as fontes disponíveis a partir de variadas plataformas e proveniências nos revelam as múltiplas faces de Domiciano. No entanto, o historiador deve atentar-se para os meandros dos documentos de modo a não reproduzir estereótipos ou proceder ingenuamente suas hipóteses. Cada documento carrega em si discursos forjados de acordo com o regime discursivo no qual situa-se. Cabe ao historiador, portanto, não fazer o papel de ingênuo e proceder a operação historiográfica necessária para destrinchar cada discurso que o documento reproduz.

Propomos uma análise discursiva que considere os escritos em prosa e/ou em verso como retoricamente estabelecidos. Quando falamos de retórica não militamos em favor da ideia romântica de mentira ou floreio, mas de regime discursivo ou mesmo em termos de sistema de organização do pensamento. Como não existe nenhum texto ou artefato fora de seu tempo – nem à frente – entendemos que as múltiplas categorias nas quais o governo de Domiciano e ele próprio foi encaixado correspondem de forma diretamente proporcional ao contexto sócio-político no qual os textos estavam inseridos. Isso nos garante apenas uma coisa: nunca alcançaremos o verdadeiro Domiciano porque o que nos restou daquele homem foram apenas representações forjadas por terceiros. Defendemos, portanto, uma perspectiva que privilegie a análise retórica das documentações de modo a destrinchar suas especificidades, seu *modus operandi* e consequentemente, nos revelem as múltiplas faces de Domiciano.

Referências

Fontes:

PLINIO EL JOVEN. Cartas. Trad. de Julián González Fernández. Madrid: Gredos, 2005.

Uriel (2016) e Garraffoni e Sanfelice (2019). Para Marques (2007) a imagem tirânica de Domiciano foi fabricada por seus algozes e confirmada pelo processo da *damnatio memoriae* (Suet. *Dom.* 23).

Anais da XXXVI Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Entre golpes e democracias: Narrativas históricas de um sonho em vertigem. Gabrielle Barra Tarocco; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2020. 1463 p.

ISSN:2317-0468

PLÍNIO. Panegírico a Trajano. In: GIRON, Lucas Lopes. **Panegírico a Trajano:** tradução e estudo introdutório. 2017. 161f. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) – Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

SUETONIUS. **The lives of the twelve Caesars**. Philadelphia: Gebbie & Co, 1889.

TACITO. **Agrícola, Germania y Diálogo sobre los oradores**. Madrid: Gredos, 1981.

TÁCITO. Historiarum Libri. In: SILVA, Frederico de Sousa. **Historiarum Libri:** estudo e tradução. 2015. 631f. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

Referências bibliográficas:

ANKERSMIT, Franklin Rudolf. **A escrita da história:** a natureza da representação histórica. Londrina: Eduel, 2012.

BAPTISTA, Natan Henrique Taveira; LEITE, Leni Ribeiro. Recusatio e encômio a Domiciano nos proêmios épicos de Estácio. **Ágora: Estudos Clássicos em Debate**, Aveiro, n.21, p.117-135, 2019.

BOTHA, Peter. The historical Domitian: Illustrating some problems of historiography. *Neotestamentica*, Pretoria, v. 23, n. 1, 1989, p. 45-59.

BOYLE, John Andrew; DOMINIK, William. (eds) **Flavian Rome: Culture, Image, Text**. Boston: Brill, 2003.

CAIROLI, Fábio Paifer. A imagem de Domiciano em Marcial e em moedas de seu tempo. In: MARTINS, Paulo; CAIRUS, Henrique; OLIVA NETO, João Ângelo (org) **Algumas visões da Antiguidade**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.

COLLINS, Andrew. The Palace Revolution: the assassination of Domitian and the accession of Nerva. *Phoenix*, Ottawa, v. 63, n. 1, 2009, p. 73-106.

COTRIM, Irlan de Sousa; CASTRO, Marihá Barbosa e. O elogio a Domiciano nos versos de Estácio (Achil. I. 1-19; Silv. I. 1.66-107). In: XIII ENCONTRO ESTADUAL

DE HISTÓRIA ANPUH/PE "HISTÓRIA E MÍDIAS: NARRATIVAS EM DISPUTA". 2020. Recife. **Anais** [...] Recife: Universidade Federal de Pernambuco. 2020, p. 1-17.

DIAS, Mamede Queiroz. **Imperador ou tirano: Comunicação e formas sociopolíticas sob(re) o Principado de Domiciano (81-96)**. 2019. 274f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto, 2019.

ENCYCLOPÉDIE LAROUSSE. Paris: Éditions Larousse, 1971.

FAVERSANI, Fábio; JOLY, Fábio Duarte. Sobrevivendo ao Principado: um estudo sobre a ‘Vida de Agrícola’, de Tácito. In: SILVA, Gilvan Ventura da; LEITE, Leni Ribeiro (org) **As múltiplas faces do discurso em Roma: textos, inscrições, imagens**. Vitória: Edufes, 2013, p. 69-82.

FERNÁNDEZ URIEL, Pilar. **Titus Flavius Domitianus De Princeps a Dominus: un hito en la transformación del Principado**. Signifer: Madrid, 2016.

GARZETTI, Albino. **From Tiberius to the Antonines: A History of the Roman Empire, 14–192**. London: Methuen, 1974.

GIESEN, Kátia Regina. **O epidítico como recurso para a representação dos contemporâneos na epistolografia de Plínio, o Jovem**. 2016. 214f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2016.

GSELL, Stéphane. **Essai sur le règne de l’empereur Domitien**. Paris: Thorin, 1894.

JONES, Brian. Domitian And the court. **Pallas**, Paris, n. 40, 1994, p. 329-335.

JONES, Brian. **Domitian and the Senatorial Order: A Prosopographical Study of Domitian’s Relationship with the Senate, AD 81–96**. Philadelphia: American Philosophical Society, 1979.

JONES, Brian. **The emperor Domitian**. London: Routledge, 1992.

LAUNARO, Alessandro. The economic impact of Flavian rule. In: ZISSOS, Andrew (ed.) **A companion to the Flavian Age**. London: Blackwell, 2016, p. 189-206.

LEITE, Leni Ribeiro. [Imperadores flavianos, poética e retórica](#). **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, Uberlândia, v. 31, 2018, p. 85-101.

LEITE, Leni Ribeiro. [O livro e o templo: poesia flaviana e arte cotidiana](#). **Letras Clássicas**, São Paulo, v. 18, n. 1, 2014, p.85-93.

MARQUES, Juliana Bastos. **Tradição e renovações da identidade romana em Tito Lívio e Tácito**. 2007. 257f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

MURISON, Charles Leslie. M. Cocceius Nerva and the Flavians. **Transactions of the American Philological Association**, Baltimore, v. 133, n. 1, 2003, p. 147-157.

OGAWA, Milena Rosa Araújo. Considerações acerca das representações do regime de Domiciano nas obras de Tácito. In: XIII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH/PE "HISTÓRIA E MÍDIAS: NARRATIVAS EM DISPUTA". 2020. Recife. **Anais [...]** Recife: Universidade Federal de Pernambuco. 2020, p. 1-13.

OGAWA, Milena Rosa Araújo. **Tácito e a retórica da decadência**: um estudo sobre memória, identidade e educação à época de Domiciano. 2017. 201f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2017.

OXFORD LATIN DICTIONARY. Oxford: Clarendon, 1968.

PLEKET, Henry. Domitian, the Senate and the Provinces. **Mnemosyne**, London n. 14, 1961, p. 296-31.

RATHBONE, Dominic; GARNSEY, Peter; BOWMAN, Alan (eds). **The High Empire, A.D. 70–192**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

ROBATHAN, Dorothy. Domitian's Midas touch. **Transactions of the American Philological Association**, Baltimore, v. 73, 1942, p. 130–44.

ROGERS, Peter. 'Domitian and the finances of state', **Historia**, Berlin, v.33, 1984, p. 60-78.

SANFELICE, Pérola de Paula; GARRAFFONI, Renata Senna. Domiciano. In: SILVA, Maria Aparecida de Oliveira; PORTO, Vagner Carneiro (org). **Imperadores Romanos, de Augusto a Marco Aurélio**. Teresina/São Paulo: LABHAN/UFPI; LARP/MAE/USP, 2019, p. 193-208.

SOUTHERN, Patricia. **Domitian: Tragic Tyrant**. New York: Routledge, 1997.

SUTHERLAND, Carol Humphrey Vivian. The State of the Imperial Treasury at the Death of Domitian. **JRS**, London, v. 25, 1935, p. 150-162.

SYME, Ronald. The Imperial Finances under Domitian, Nerva and Trajan. **JRS**, London, v. 20, 1930, p. 55–70.

SZOKE, Martin. Condemning Domitian or un-damning themselves? Tacitus and Pliny on the Domitianic “Reign of terror”. In: AUGOUSTAKIS, Antony; BUCKLEY, Emma; STOCKS, Claire. **Undamning Domitian? Reassessing the Last Flavian princeps**, University of Illinois Press: Illinois, 2020, p. 430-452.

WATERS, Kenneth. The Character of Domitian. **Phoenix**, Ottawa, n. 18, v.1, 1964, p. 49-77.

WINTERLING, Aloys. Loucura imperial na Roma Antiga. **História**, São Paulo, v. 31, n. 1, 2012, p. 4-26.

ZISSOS, Andrew. (ed) **A companion to the Flavian Age of Imperial Rome**. Oxford: Wiley Blackwell, 2016.

Proposta de Análise do Mito Arturiano na Segunda Metade do Século

XX

Ramiro Paim Trindade Junior²²²

Resumo: o texto abaixo apresenta a pesquisa intitulada “Uma história que nunca permanece igual: Análise de transformações no mito Arturiano ao longo da segunda metade do século XX no Cinema estadunidense”, cujo propósito é identificar as modificações que ocorreram nos discursos e representações que o Cinema produziu a respeito de um romance arturiano medieval na segunda metade do século XX, e como elas se relacionam com as transformações políticas, sociais e, sobretudo, religiosas desse mesmo período. Nesse sentido, destacamos os principais elementos que nortearão nosso estudo, e algumas ideias já obtidas e que também serão levadas em conta.

Palavras-chave: Representação, lenda arturiana, Cinema.

Abstract: the text below presents the research entitled “A history that never remains the same: Analysis of transformations in the Arthurian myth throughout the second half of the 20th century in American Cinema”, whose purpose is to identify the changes that occurred in the discourses and representations that Cinema produced about a medieval Arthurian novel in the second half of the 20th century, and how they relate to the political, social and, above all, religious transformations of the same period. In this sense, we highlight the main elements that will guide our study, and some ideas already obtained and that will also be taken into account.

Keywords: Representation, arthurian legend, Cinema.

Introdução:

Nota-se nos últimos anos um interesse crescente pelo Medievo na cultura popular, o que fica evidente no sucesso de séries recentes como *Vikings* (2013 -) e *Game of Thrones* (2011 - 2019). Nesse sentido, compreendemos que as produções audiovisuais têm um apelo muito forte na audiência, que muitas vezes toma como

²²² Estudante de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria e membro do Virtù (grupo de história medieval e renascentista), orientado pelo professor doutor Francisco Mendonça Júnior. Graduação em História Licenciatura pela mesma instituição/ramiropaim@hotmail.com

verdade aquilo que vê na tela. Esse é o caso, por exemplo, dos filmes que propagam determinados estereótipos e, com isso, ajudam na manutenção de preconceitos e ideias equivocadas. Afinal, “[...] O público tende a interpretar como verdadeiras as descrições de lugares, atitudes e modos de vida de que não tem um conhecimento prévio” (VALIM, 2012: p. 288).

Quer dizer, pelo fato de não possuírem um saber aprofundado sobre determinada realidade histórica, as pessoas, normalmente, aceitam sem contestação a representação da mesma, presente em alguma obra audiovisual. Nesse sentido, inclusive há indicações de que o público afirma sentir uma conexão mais forte com o passado quando assiste filmes e televisão do que quando aprende sobre o mesmo na escola (HUGHES-WARRINGTON, 2007). Por conta disso, entendemos que dentro da perspectiva da Nova História Cultura a Sétima Arte é um importante material de compreensão da realidade histórica, uma vez que é carregada de representações e discursos os quais auxiliam o (a) historiador (a) a entender como um determinado período enxergou o passado, qual a imagem construiu sobre ele e, principalmente, como essa última dialoga em alguma medida com a sociedade que a criou.

Diante disso, essa comunicação tem o objetivo de apresentar a pesquisa em fase inicial intitulada “Uma história que nunca permanece igual: Análise de transformações no mito Arturiano ao longo da segunda metade do século XX no Cinema estadunidense”, cujo propósito será identificar as modificações que ocorreram nos discursos e representações que o Cinema produziu a respeito de um romance arturiano medieval na segunda metade do século XX, e como elas se relacionam com as transformações políticas, sociais e, sobretudo, religiosas desse mesmo período, conforme explicamos em detalhes na sequência.

Referencial Teórico:

Em primeiro lugar, faremos uso dos conceitos de apropriações, discursos e representações, do historiador Roger Chartier, com ênfase nesse último, o qual apresenta grande relevância para a História Cultural, pois, conforme ele aponta:

Na verdade, o que se deve pensar é como todas as relações, inclusive aquelas que designamos como relações econômicas ou sociais, organizam-se segundo lógicas que colocam em jogo, em ação, os esquemas de percepção e de apreciação dos diferentes sujeitos sociais,

portanto as representações constitutivas do que se pode chamar de uma ‘cultura’, quer seja comum a toda uma sociedade, quer seja própria a um grupo determinado (CHARTIER, 2002: p. 59).

Ademais, como bem pontua o sociólogo Stuart Hall, ao definir o conceito de representação:

Representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. Representar envolve o uso de linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos (HALL, 2016: p. 31).

Tal argumento é bastante relevante para nós, uma vez que empregaremos fontes as quais utilizam um tipo de linguagem, a cinematográfica.

Somado a isso, estamos cientes de que a relação entre filmes e seu contexto atualmente é vista pelos estudiosos como complexa, uma vez que as produções audiovisuais não refletem simplesmente o seu momento histórico, mas sim fazem uma mediação com a sociedade. Elas revelam em grande medida o que a audiência gostaria de ver e não literalmente o pensamento dominante no momento onde foram feitos (CHAPMAN; GLANCY; HARPER, 2007). Nessa lógica, entendemos que uma obra cinematográfica esboça em grande medida a visão que seus criadores possuíam a respeito da audiência que buscavam atingir.

Quem também concorda com esse viés é a historiadora Michèle Lagny, que defende que o Cinema não pode mais ser visto como uma cultura de massa, isto é, que espelha literalmente um determinado grupo popular, pois, atualmente, é dominado por multinacionais, o que faz com que suas obras sigam padrões impostos pela indústria de Hollywood (LAGNY, 2009). Nesse sentido, o público em si também não pode ser visto como algo uniforme, pois, como bem afirma a historiadora Marnie Hughes-Warrington: “[...] Nós não podemos assumir que os espectadores de um filme formam uma comunidade interpretativa coesa e que eles usarão um texto para os mesmos fins²²³” (HUGHES-WARRINGTON, 2007: p. 82, tradução nossa).

Isso exposto, empregaremos a ideia uma fronteira cultural entre as duas versões do mito arturiano que aparecem nos longas-metragens os quais utilizaremos, descritos

²²³ Versão original: [...] We cannot assume that viewers of a film form a cohesive interpretative community and that they will use a text for the same ends.

mais adiante. Vamos ao encontro da historiadora Sandra Pesavento quando a mesma destaca que o conceito de fronteira, ainda que em geral ligado a uma ideia política de territorialidade, também se relaciona a certos marcos de referência imaginários os quais se definem através de elementos simbólicos da identidade (PESAVENTO, 2006).

Por esse motivo, e pelo fato de que a religião é um elemento bastante presente em nossas fontes fílmicas, empregaremos a ideia de uma identidade cristã estadunidense que se encontra presente nelas e as modificações da mesma ao longo do tempo. Nessa lógica, concordamos com Hall quando defende que:

[...] Devemos pensar as identidades sociais como construídas no interior da representação, através da cultura, não fora delas. Elas são o resultado de um processo de identificação que permite que nos posicionemos no interior das definições que os discursos culturais (exteriores) fornecem ou que nos subjetivemos (dentro deles). Nossas chamadas subjetividades são, então, produzidas parcialmente de modo discursivo e dialógico (HALL, 1997: p. 26-27).

A espacialidade dessa pesquisa, por sua vez, é os Estados Unidos da América, local principal de elaboração dos dois filmes, e onde ocorreram as transformações históricas que buscaremos elucidar, enquanto que o recorte temporal será de 1950 a 1995, intervalo que contempla as duas obras cinematográficas as quais analisaremos, pois abarca desde o início aproximado da produção de “Os Cavaleiros da Távola Redonda” (Knights of the Round Table, 1953, Richard Torpe), até a estreia de “Lancelot, o Primeiro Cavaleiro” (First Knight, 1995, Jerry Zucker). Assim, essa escolha se baseou no fato de que compreende o tempo necessário para a criação dessas duas obras e, ao mesmo tempo, o intervalo histórico que desejamos elucidar, a segunda metade do século XX.

Vale ressaltar que o mesmo foi marcado por importantes mudanças na religiosidade estadunidense, pois nele ocorreu, entre outras coisas, o processo de consolidação do Catolicismo Romano e do Evangelicalismo Protestante (BALMER, 2001). Dessa maneira, desejamos entender se esses e outros desdobramentos ocorridos na identidade cristã de uma parcela significativa da população dos Estados Unidos de alguma maneira dialogaram com as representações do mito arturiano presentes em nossas fontes principais. Nessa investigação utilizaremos também os conceitos de Reminiscências Medievais e de Medievalidades. O primeiro se refere aos elementos

desse período que se manifestaram nos dois filmes, no que vamos ao encontro da definição proposta pelo historiador José Rivair Macedo:

Por reminiscências medievais devem-se entender as formas de apropriação dos vestígios do que um dia pertenceu ao Medievo, alterados e/ou transformados com o passar do tempo. Nessa categoria encontram-se, por exemplo, as festas, os costumes populares, as tradições orais de cunho folclórico que remontam aos séculos anteriores ao XV e que preservam algo ainda do momento em que foram criados, mesmo tendo sofrido acréscimos, adaptações ou alterações no decurso do tempo. (MACEDO, 2009: p. 15).

Ou seja, nossa interpretação dos longas-metragens dará destaque para elementos oriundos da Idade Média que aparecem neles. Junto a isso, empregaremos também a ideia de medievalidades, aqui entendida como adaptações e recriações desse período histórico por culturas pós-medievais, no nosso caso específico a estadunidense, ao encontro da definição oferecida pela especialista em medievalismo Louise D' Arcens (D' ARCENS, 2016). É importante dizer que o uso desse par de conceitos não terá um caráter valorativo, isto é, de crítica aos filmes pelo simples fato de se desviarem daquilo que a historiografia aponta sobre a Idade Média.

Isso porque dialogamos com a especialista em medievalismo Bettina Bildhauer quando a mesma afirma que: “Filmes nunca podem fornecer uma janela transparente para o passado ou representar a ‘história como ela realmente era’, e não devem ser criticados por não fazer isso, porque mesmo o presente não é transparente para aqueles que participam dele²²⁴” (BILDHAUER, 2016: p. 51, tradução nossa). Dessa forma, nosso interesse aqui é entender como essas representações e discursos ligados ao Medievo se relacionaram com a percepção que a segunda metade do século XX tinha desse período e, assim, ajudam a entender esse momento contemporâneo.

Objetivos:

Nosso propósito básico é identificar modificações e permanências nos discursos e representações que o Cinema produziu a respeito de um romance arturiano medieval na segunda metade do século XX e como elas se relacionam com as transformações

²²⁴ Versão original: Films can never provide a transparent window into the past or represent ‘history as it actually was’, and they should not be dismissed for not doing so, because even the present is not transparent to those participating in it.

políticas, sociais e, sobretudo, religiosas desse mesmo período. Nessa lógica, teremos como foco específico as alterações ocorridas na identidade cristã estadunidense entre os anos 1950 e 1990. Ou seja, pensamos em uma questão diacrônica, quer dizer, o fato de que essas ideias sacras se desdobraram ao longo de diferentes gerações e décadas. Ademais, compreendemos que, por mais que essa identidade tenha convivido com outras crenças religiosas, ela se manteve em algum nível coesa ao longo da segunda metade do século XX, uma vez que as diferenças culturais podem se manter presentes ainda que haja intercâmbio cultural em espaços de convivência (BARTH, 2000).

Além disso, nosso estudo também buscará esclarecer as mudanças políticas e sociais ocorridas nos EUA durante o recorte temporal estabelecido, por entender que as mesmas certamente influenciaram nas representações do romance arturiano e na identidade que pretendemos estudar. Um exemplo disso pode ser visto no início da Guerra Fria, na década de 50, onde, conforme explica o historiador Roger Chapman, a oposição a União Soviética foi construída, entre outros fatores, pela questão de que ela seria um governo ateu, ao contrário dos Estados Unidos, onde haveria uma suposta tradição judaico-cristã (CHAPMAN, 2015).

Metodologia:

Diante disso, analisaremos de forma comparativa as obras cinematográficas “Os Cavaleiros da Távola Redonda” e “Lancelot, o Primeiro Cavaleiro”, escolhidas como fontes principais e acessadas em suas versões em DVD e Blu-ray respectivamente. Além disso, também utilizaremos como fonte auxiliar a obra literária “A Morte de Artur”, escrita pelo romancista inglês Thomas Malory (1405-1471), e publicada em 1485. Destacamos, todavia, que o livro não será utilizado integralmente, mas sim apenas determinados capítulos os quais se relacionam diretamente com as suas adaptações audiovisuais. Ademais, frisamos também que a obra de Malory não servirá para compreender seu momento histórico específico, visto que esse não é o objetivo de nosso trabalho.

Quanto à questão metodológica, o roteiro básico que utilizaremos na análise de nossas fontes fílmicas é composto de duas partes. Em primeiro lugar, nos debruçaremos sobre o conteúdo dos filmes com enfoque na forma pela qual as ideias e temas dos mesmos foram transmitidas através da *mise-en-scène*, atuação, edição, fotografia, entre

outros (RICHARDS, 2009). Por conta disso, tentaremos entender o estilo de cada um dos filmes, isto é, como eles utilizam um determinado padrão de técnicas que se articulam entre si a fim de produzirem a experiência fílmica (BORDWELL; THOMPSON, 2013). Nesse sentido, compreendemos que os diferentes elementos e aspectos do Cinema são componentes essenciais da linguagem cinematográfica, pois, como bem coloca Hall: “Enfim, qualquer som, palavra, imagem ou objeto que funcionem como signos, que sejam capazes de carregar e expressar sentido e que estejam organizados com outros em um sistema, são, sob esta ótica, ‘uma linguagem’” (HALL, 2016: p. 37).

Por sua vez, a segunda parte de nossa análise envolverá entender como e porque os filmes foram feitos, a influência da sua época sobre eles e, sobretudo, a relação que possuem com seu contexto cultural, estético, tecnológico e institucional (RICHARDS, 2009 e CHAPMAN; GLANCY; HARPER, 2007). Isso porque, como afirma Hall: “Imagens e signos visuais, mesmo quando carregam uma semelhança próxima às coisas a que fazem referência, continuam sendo signos: eles carregam sentido e, então, têm que ser interpretados” (HALL, 2016: p. 39). Nesse sentido, para essa última etapa faremos uso da História Cruzada, linha teórico-metodológica ligada a História Comparada, e que será imprescindível na análise e interpretação das fontes principais.

A razão para isso é que, conforme dissemos anteriormente, nosso trabalho buscará compreender as transformações na imagem da lenda arturiana exibido no Cinema ao longo da segunda metade do século XX e a relação que possuem com as mudanças do seu contexto histórico. Para tanto, é essencial fazer uma comparação entre as narrativas das duas obras desse período a fim de evidenciar as semelhanças e diferenças entre elas, as alterações nas representações das mesmas e, sobretudo, as suas singularidades. Ainda sobre a História Cruzada, vale dizer que a mesma possibilita entender determinados objetos históricos com uma visão que vai além da simples comparação entre eles, pois reflete sobre, entre outras coisas, as categorias de análise empregadas, a relação entre diacronia e sincronia e os regimes de historicidade (WERNER; ZIMMERMANN, 2003). Esses elementos farão parte de nosso estudo, que cruzará os dois filmes aqui utilizados e o livro “A Morte de Artur” com as categorias “Cristianismo” e “Personagens”.

A primeira delas se deve ao fato de que, como já apontamos anteriormente, iremos trabalhar com uma identidade cristã estadunidense na segunda metade do século XX, cujos elementos tem presença marcante em nossos objetos de estudo; por sua vez, a segunda foi escolhida pela sua grande relevância, afinal de contas, são os indivíduos que movem uma narrativa. Assim, como bem afirma a historiadora Isabela Albuquerque: “No cruzamento dos objetos, em temporalidades sincrônicas ou diacrônicas, tomamos ciência das trajetórias, das formas e dos conteúdos e de suas respectivas permanências e rupturas” (ALBUQUERQUE, 2018: p. 13).

Por fim, também iremos nos preocupar com o papel dos diretores na criação das representações presentes em nossas duas fontes fílmicas, pois o especialista em Cinema David Bordwell defende que identificar o autor presente no processo narrativo, seja em um único filme ou em vários, é a abordagem mais pertinente para a história do estilo fílmico, no que buscaremos caracterizar o uso recorrente que esses profissionais fazem de dispositivos técnicos específicos (BORDWELL, 2005). Dessa maneira, iremos fazer um exame pontual de alguns filmes deles, como, no caso de Richard Thorpe, as obras: “A Mão Negra” (Black Hand, 1950), “Ivanhoé, o Vingador do Rei” (Ivanhoe, 1952), “O Prisioneiro de Zenda” (The Prisoner of Zenda, 1952), “Todos os Irmãos eram Valentes” (All the Brothers Were Valiant, 1953), entre outros, além do filme “O Manto Sagrado” (The Robe, 1953, Henry Koster), por se tratar do primeiro executado em CinemaScope. Da mesma forma, também iremos explorar os trabalhos de Jerry Zucker intitulados: “Por favor, Matem Minha Mulher” (Ruthless People, 1986) e “Ghost – Do Outro Lado da Vida” (Ghost, 1990).

Desenvolvimento:

Essa pesquisa se encontra ainda em sua etapa inicial, concentrada em leituras bibliográficas prévias a análise das fontes e fichamentos, mas, ainda assim, já pudemos apurar algumas observações relevantes. Em primeiro lugar, identificamos que nossas duas fontes fílmicas possuem influências da visão sobre a Idade Média possuída pelo movimento romântico do século XIX, pois o mesmo, segundo a especialista em romantismo britânico Clare Simmons, via esse período histórico como um cenário de grandes aventuras, elementos sobrenaturais e fortes emoções. (SIMMONS, 2016)

Além disso, ambas podem ser enquadradas no que a especialista em medievalismos ligados ao mito arturiano Susan Aronstein chama de Hollywood Arturiana. Esse gênero apresenta várias características que vão ao encontro de nossas fontes fílmicas, quais sejam: Camelot como uma sociedade protoestadunidense democrática e que carrega ordem e oportunidade; construção de papéis de gênero específicos e a valorização do dever público acima do privado, nos casos de triângulos amorosos; ansiedade com relação a um inimigo interno potencialmente desagregador, Mordred ou outros similares a ele; e o triunfo do bem (valores dos EUA) sobre o mal (Comunistas, Nazistas, Ditadores) (ARONSTEIN, 2008).

Aronstein inclusive faz um apontamento sobre “Lancelot, o Primeiro Cavaleiro” que consideramos bastante válido, ao afirmar que o mesmo defende que o sistema político dos EUA é o melhor existente, o que justificaria a intervenção militar desse país, pois o longa retrata a guerra como algo que depõe um tirano, liberta pessoas oprimidas e produz um bom governo. Esse discurso, conforme ela, fica claro na cena final, onde a regência do reino passa para Lancelot, de maneira que se: “[...] Garante a continuação da agenda democrática e global de Camelot e, por extensão, a missão privilegiada da América [EUA] em uma ordem pós-guerra fria²²⁵” (ARONSTEIN, 2008: p. 9, tradução nossa).

Por outro lado, no que tange a temática do Cinema, já obtivemos acesso a várias considerações importantes. Primeiramente, a análise de nossos filmes obrigatoriamente terá que dar atenção aos aspectos ligados a produção dos mesmos, pois tal elemento influencia diretamente no estilo fílmico, como sustentam os especialistas em cinema David Bordwell, Kristin Thompson e Janet Staiger: “Um modo de prática cinematográfica, então, consiste em um conjunto de normas estilísticas amplamente aceitas sustentadas por e que sustentam um modo integral de produção cinematográfica²²⁶” (BORDWELL; STAIGER; THOMPSON, 2005: p. xvii, tradução nossa).

Nessa lógica, já possuímos uma visão básica sobre como era a produção fílmica do contexto no qual está inserida uma de nossas fontes, a obra “Os Cavaleiros da Távola

²²⁵ Versão original: [...] Ensuring both the continuation of Camelot’s democratic and global agenda and, by extension, America’s privileged mission in a post–cold war order.

²²⁶ Versão original: A mode of film practice, then, consists of a set of widely held stylistic norms sustained by and sustaining an integral mode of film production.

Redonda”. Esse último foi criado no período de consolidação do que ficou conhecido como sistema de produção de “Unidade-Encomenda” (package-unit, no original), baseado em acordos de curto prazo para filmes individuais. Ou seja, os profissionais eram contratados para trabalhar em um determinado filme, e não em uma firma, como nas décadas anteriores (STAIGER, 2005).

Tal transformação foi impulsionada não apenas pela diminuição constante nos lucros de bilheterias, mas também por outros fatores ocorridos na década de 1950, como mudanças populacionais e nos hábitos de lazer, desemprego local e a competição do Cinema com a televisão. Nesse sentido, à medida que as perdas em Hollywood se mantinham, as vantagens do sistema de unidade-encomenda ficaram cada vez mais claras, principalmente porque o mesmo ajudava a reduzir custos fixos e dava mais flexibilidade aos estúdios (STAIGER, 2005).

Outra mudança importante ocorrida na época de produção de “Os Cavaleiros da Távola Redonda” foi o desenvolvimento do CinemaScope, sistema de tela panorâmica bastante utilizado nos anos 1950, principalmente porque exigia pequenas mudanças na exibição, como novas lentes e telas, e ajustes no maquinário, de maneira que em 1957 quatro em cada cinco cinemas nos EUA exibiam filmes neste novo formato. Nessa lógica, seu uso ficou associado principalmente a filmes de espetáculo, pois esse formato enfatizava a estilização e o caráter grandioso dos longas-metragens (BORDWELL, 2005).

Somado a isso, possuímos uma visão básica das convenções estilísticas presentes no Cinema de Hollywood, quais sejam: contar uma história é a preocupação básica de todo cineasta; unidade é visto como um dos atributos essenciais da forma fílmica; Hollywood tenta contar histórias de uma forma “realista”, quer dizer, que pareçam verossímeis, de maneira que utilizam técnicas de continuidade e narrativas discretas e não chamativas; os filmes devem ser compreensíveis e não ambíguos; e, por fim, a necessidade de haver um apelo emocional que transcende questões de classe e de nação (BORDWELL, 2005). Assim, como bem afirma Bordwell:

A questão é simplesmente que os filmes de Hollywood constituem uma tradição estética bastante coerente que sustenta a criação individual. [...] Antes de existirem autores, existem restrições; antes que haja desvios, existem normas. [...] O Cinema Clássico constitui um sistema estético que pode caracterizar aspectos salientes da obra

individual. O sistema não pode determinar cada mínimo detalhe do trabalho, mas isola as práticas preferidas e estabelece limites para a invenção²²⁷ (BORDWELL, 2005, p. 3, tradução nossa).

Além do mais, todo longa-metragem estimula sua plateia a fazer perguntas que irá responder mais tarde, conhecidas como lacunas temporárias, ou, em alguns casos, nunca preenche esses vazios, no que temos lacunas permanentes. Esse preenchimento de lacunas é um dos recursos que ajuda a criar a ilusão de continuidade das obras da Hollywood clássica (BORDWELL, 2005). Assim, nas palavras de Bordwell: “A famosa ‘linearidade’ do cinema clássico de Hollywood consiste, portanto, em uma ligação que se assemelha a um jogo de dominó, onde cada causa pendente é correspondida por seu efeito na cena seguinte²²⁸” (BORDWELL, 2005: p. 65, tradução nossa).

Quanto a questão do tempo nas narrativas, um ponto relevante que teremos em vista é que os filmes clássicos quase sempre definem de maneira clara quanto tempo a ação da história irá durar. Isso é feito, na maioria dos casos através da criação de prazos, sendo que um dos tipos mais comuns de prazo são os compromissos. Esses últimos têm como vantagem o fato de que trabalham com as expectativas do público, já que fomentam uma antecipação de eventos futuros. Além disso, prazos são extremamente eficientes na tarefa de conectar a duração da história com a causalidade da narrativa, pois auxiliam a delimitar um certo intervalo de tempo no qual ocorrerá a cadeia de causa e efeito do enredo (BORDWELL, 2005).

Na parte técnica temos consciência de que um dos elementos os quais é preciso estar atento são os enquadramentos, pois a escala dos mesmos possui um caráter expressivo que não pode ser negligenciado. Nessa lógica, planos americanos (plan américain), onde os personagens são enquadrados do joelho para cima, e planos médios, que exibem os protagonistas da cintura para cima, são os mais utilizados justamente porque abarcam de maneira satisfatória expressões faciais e gestos, algo que fica mais discreto em planos gerais, onde a câmera registra o corpo inteiro de quem está em cena (BORDWELL, 2005).

²²⁷ Versão original: The point is simply that Hollywood films constitute a fairly coherent aesthetic tradition which sustains individual creation. [...] Before there are auteurs, there are constraints; before there are deviations, there are norms. [...] Classical filmmaking constitutes an aesthetic system that can characterize salient features of the individual work. The system cannot determine every minute detail of the work, but it isolates preferred practices and sets limits upon invention.

²²⁸ Versão original: The famous ‘linearity’ of classical Hollywood cinema thus consists of a linkage which resembles a game of dominoes, each dangling cause matched by its effect in the following scene.

Por fim, no que tange a parte sonora, estamos cientes de que é preciso estar atento ao fato de sua importância na construção de perspectiva nos filmes, pois as características dos diálogos e dos ruídos majoritariamente são proporcionais à escala da imagem. Dessa maneira, se pode afirmar que o espaço construído pela trilha sonora em Hollywood é tão artificial quanto aquele que é criado através das imagens, pois as técnicas de som clássicas articulam o primeiro plano (a voz principal em cena) e plano de fundo (silêncio, ruídos de fundo, trilha sonora) com o mesmo rigor que as câmeras e a encenação têm na criação de planos (BORDWELL, 2005).

Conclusões:

Desse modo, esse é um breve apanhado geral do que iremos executar em nossa pesquisa e do que já obtivemos de conhecimentos com a mesma. Esperamos agora prosseguir nas leituras bibliográficas e mergulhar em um estudo aprofundado de nossas fontes. Assim, através desses aspectos cinematográficos destacados acima e do diálogo com a historiografia, buscaremos elucidar algumas similaridades e diferenças entre “A Morte de Artur”, romance arturiano medieval historicamente situado no final do século XV, e as histórias retratadas nos longas-metragens, e identificar as Reminiscências Medievais e as Medievalidades que apresentam. Com isso evidenciar as escolhas e as omissões feitas pelos diretores, as possíveis motivações para as mesmas e, principalmente, sua relação com as transformações da segunda metade do século XX ligadas ao seu contexto histórico.

Referências Bibliográficas:

Livros:

ARONSTEIN, Susan. Introduction. In: ARONSTEIN, Susan. **Hollywood Knights: Arthurian Cinema and the Politics of Nostalgia**. Nova Iorque e Londres: Palgrave Macmillan, 2008.

BALMER, Randall. **Religion in Twentieth Century America**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2001. 145 p.

BARTH, Frederik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: BARTH, Frederik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Tradução: John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. 244 p.

BILDHAUER, Bettina. Medievalism and Cinema. In: D' ARCENS, Louise. **The Cambridge Companion to Medievalism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

BORDWELL, David. The Classical Hollywood Style, 1917-1960. In: BORDWELL, David.; STAIGER, Janet.; THOMPSON, Kristin. **The Classical Hollywood Cinema: Film Style and Mode of Production to 1960**. Londres: Routledge, 2005.

CHAPMAN, James.; GLANCY, Mark.; HARPER, Sue. Introduction. In: **The New Film History: Sources, Methods, Approaches**. Hampshire e Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2007. 269 p.

CHAPMAN, Roger. Introduction to the First Edition: Culture Wars in America - Rhetoric and Reality. In: BORDWELL, David.; CIMENT, James. **Culture Wars in America: an encyclopedia of issues, viewpoints, and voices**. Oxon e Nova Iorque: Routledge, 2015. 1135 p.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia: A História entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: Universidade, 2002. 277 p.

D' ARCENS, Louise. Introduction: Medievalism: scope and complexity. In: D' ARCENS, Louise. **The Cambridge Companion to Medievalism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

HUGHES-WARRINGTON, Marnie. **History goes to the movies**. Abingdon: Routledge, 2007. 238 p.

LAGNY, Michèle. O cinema como fonte de história. In: NÓVOA, Jorge.; FRESSATO, Soleni B.; FEIGELSON, Kristian. (orgs.). **Cinematógrafo: um olhar sobre a história**. Salvador: EDUFBA, 2009.

HALL, Stuart. O papel da representação. In: HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: PUCRio/Apicuri, 2016, p. 31-56.

MACEDO, José Rivair. Cinema e Idade Média: Perspectivas de abordagem. In: MACEDO, José Rivair.; MONGELLI, Lênia Márcia. **A Idade Média no cinema**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

RICHARDS, Jeffrey. Film and Television: the moving image. In: BARBER, Sarah.; PENINSTON-BIRD, Corina M. **History Beyond the Text: A students's guide to approaching alternative sources**. Abingdon: Routledge; Nova York: Routledge, 2009. 360 p.

SIMMONS, Clare A. Romantic Medievalism. In: D' ARCENS, Louise. **The Cambridge Companion to Medievalism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

STAIGER, Janet. The Hollywood mode of production, 1930–60. In: BORDWELL, David.; STAIGER, Janet.; THOMPSON, Kristin. **The Classical Hollywood Cinema: Film Style and Mode of Production to 1960**. Londres: Routledge, 2005.

VALIM, Alexandre Busko. História e Cinema. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 335 p.

Periódicos:

ALBUQUERQUE, Isabela. A História Cruzada e Os Limites do Comparativismo Histórico. **Fronteiras & Debates**, Macapá, v. 5, n. 2, p. 5-15, jul/dez. 2018. Semestral. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/fronteiras/article/view/5097>. Acesso em: 02 jul. 2020.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, nº2, p. 15-46, jul./dez.,1997.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras Culturais em um mundo planetário: paradoxos da(s) identidade(s) sul-latino-americana(s). **Revista del CESLA**, n.08, 2006. p.9-19. Disponível em: <https://www.revistadelcesla.com/index.php/revistadelcesla/article/view/228>. Acesso em: 02 ago. 2020.

WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte. Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexividade. **Textos de História**, vol. 11, no. 1/2, 2003. Semestral. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277096068_Pensar_a_historia_cruzada_entre_empiria_e_reflexividade. Acesso em: 02 jul. 2020.

**Simpósio Temático 08: Ensino de História: teoria, práticas e desafios
em tempos de tensionamentos à democracia**

**A CIDADANIA DO NEGRO NO BRASIL: UM DEBATE SOBRE A
POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA NO COLÉGIO ESTADUAL
NILO PEÇANHA- SÃO GONÇALO (RJ)**

Amanda Maia Vannucci²²⁹

Pedro Henrique Nascimento de Oliveira²³⁰

RESUMO: Este artigo trata de uma reflexão sobre uma prática pedagógica antirracista desenvolvida no Colégio Estadual Nilo Peçanha, em São Gonçalo, Rio de Janeiro. Tal proposta foi organizada a partir de um percurso histórico sobre a cidadania da população negra no Brasil enfatizando com os estudantes questões relacionadas às trajetórias individuais e coletivas do povo negro, bem como os enfrentamentos assumidos diante da constante tentativa de marginalização pelos representantes do poder na construção da cidadania e da democracia no nosso país. A atividade teve como referencial teórico o campo da Modernidade/Colonialidade com objetivo de visibilizar a luta de negros e negras em prol da cidadania e na formulação da política de ação afirmativa. Ao final são apresentados os resultados a fim de ilustrar as potencialidades de uma prática pedagógica antirracista.

PALAVRAS-CHAVE: Cidadania, Ação Afirmativa, Prática Pedagógica.

ABSTRACT: This article is a discussion about an anti-racist pedagogical practice developed at Colégio Estadual Nilo Peçanha, in São Gonçalo, Rio de Janeiro. This proposal was organized based on a historical path about the citizenship of the black population in Brazil, emphasizing with students some points related to the individual

²²⁹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF). Email: amandavannucci@id.uff.br

²³⁰ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE/UFRJ). Email: ph_olliveira@yahoo.com.br

and collective trajectories of black people, as well as the confrontations assumed in face of the constant attempt of marginalization by the representatives of power in the construction of citizenship and democracy in our country. The activity had as theoretical reference the area of Modernity / Coloniality in order to turn visible the struggle of black men and women in favor of citizenship and in the formulation of affirmative action's policy. At the end, the results are presented in order to illustrate the potential of an anti-racist pedagogical practice.

KEYWORDS: Citizenship, Affirmative Action, Pedagogical Practice

INTRODUÇÃO

Pensar o negro no Brasil é necessariamente pensar sua história de luta à margem da sociedade. Os lugares ocupados pelos negros e descendentes de africanos no Brasil no que tange ao acesso aos bens sociais como educação, saúde e habitação, perpassam por uma reflexão sobre a História do Brasil, pela forma como a Abolição se desenvolveu, e pelas inúmeras tentativas de apagamento da presença da população afrodescendente na cidadania brasileira. Além disso, apesar dos avanços das políticas públicas, os negros ainda continuam a ser vítimas do racismo.

Diante disso, o debate em sala de aula é uma estratégia fundamental na pedagogia antirracista, pois ao propor essas discussões aos estudantes, viabiliza a longo prazo a superação dos preconceitos e da discriminação racial. A partir disso, se cumpre ainda o papel da escola de garantir as condições necessárias aos educandos para o exercício de sua cidadania e o seu pleno desenvolvimento.

Partindo desses princípios, o presente artigo tem por objetivo apresentar nossa reflexão a partir da prática pedagógica realizada no Colégio Estadual Nilo Peçanha (São Gonçalo-Rio de Janeiro), como parte do evento 21 dias de ativismo contra o racismo. Esse evento ocorreu em diversos lugares do estado do Rio de Janeiro em março de 2020 e contou com uma série de palestras, debates e apresentações culturais.

Nossa proposta foi discutir com os alunos do Ensino Médio do turno da noite sobre a cidadania do negro no Brasil a partir de uma perspectiva histórico crítica. Ressaltando as longas lutas travadas desde o pós-abolição, perpassando a atuação do

movimento negro, culminando nas conquistas significativas da Constituição de 1988 e nas políticas de ação afirmativa do início do século XXI. Para tanto, desenvolvemos um percurso histórico com os estudantes enfatizando questões relacionadas às trajetórias individuais e coletivas da população negra, bem como as lutas e os enfrentamentos assumidos diante da constante tentativa de marginalização pelos representantes do poder político brasileiro na construção da cidadania e da democracia no nosso país.

Sendo assim, diante das questões supracitadas e também tendo em vista o contexto político que vivemos, onde os direitos sociais estão sendo fortemente ameaçados, é necessário reconhecer que é tempo de discutir, muito mais do que resultados, mas o quanto a política de ação afirmativa é significativa na construção de uma sociedade mais igualitária, visto que negros e negras tiveram seus direitos suprimidos por sujeitos ancorados na lógica racista estruturante da sociedade brasileira desde o período colonial.

Este artigo está dividido em três momentos. No primeiro trataremos da contextualização a fim de situar nossa prática pedagógica. Em seguida, pretendemos articular a questão da cidadania do negro no Brasil e o debate sobre a política de ação afirmativa que estimulou a atividade desenvolvida. Por fim, apresentaremos uma avaliação da nossa proposta com o fito de ressaltar a importância dessa discussão na educação básica com a participação dos estudantes.

UMA PRÁTICA ANTIRRACISTA: PERCURSO HISTÓRICO DA LUTA NEGRA PELA CIDADANIA

Recebemos o convite da professora Eliane Almeida de Souza e Cruz para desenvolver uma atividade com os estudantes das suas turmas do Ensino Médio. Essa atividade integra o evento 21 dias de ativismo sobre o racismo, que conta com uma série de eventos organizados de forma coletiva pela passagem do dia 21 de março – Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU), em memória ao massacre na cidade de Joanesburgo no bairro de Sharperville, na África do Sul em 1960.

A professora Eliane leciona a disciplina História desde 2008 no colégio e fortalece suas práticas antirracistas por meio do projeto “Africanidades”, atividade que compõe o projeto político pedagógico do colégio com a culminância no mês de novembro que se destina a refletir sobre a história e a cultura afro-brasileira. A professora Eliane Cruz também desenvolve pesquisas na área da Educação e Relações Étnicas Raciais, temas da sua tese de doutorado em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares-UFRRJ.

O Colégio Estadual Nilo Peçanha está localizado na área central de São Gonçalo, portanto atende estudantes de diversas regiões e realidades díspares, sendo a maioria deles pobres, negros e moradores de periferia. São Gonçalo é um município da região metropolitana do Rio de Janeiro bastante populoso com cerca de 1 milhão de habitantes. Caracterizado pela ausência de políticas públicas no enfrentamento de problemas de saneamento básico, violência, pavimentação de ruas, iluminação pública e falta de escolas.

Diante de tais fatores que afetam a vida da população gonçalense, nos vimos convocados em articulação com a professora Eliane Cruz a elaborar propostas de atividades antirracistas que visem estimular os estudantes a perpassar suas realidades de vida a partir do conhecimento de seus direitos, dos atravessamentos que suas condições sociais e de raça enfrentam, bem como das obrigações do Estado, a fim de que possam reivindicar e desfrutar de garantias em lei como a política de ação afirmativa.

Atividades como essas encontram respaldo nas temáticas que norteiam os conteúdos da Lei Federal nº 10.639/03, e são centrais nas discussões em sala de aula. Por instituir a obrigatoriedade do ensino da História da África e da cultura africana e afro-brasileira em todos os níveis da educação nacional, a Lei nº 10.639/03 amplia a realização de uma educação transformadora, transdisciplinar e antirracista. (CRUZ;PEREIRA, 2018: 137).

A justificativa da professora Eliane Cruz para a sua escolha está pautada nos entraves encontrados ao longo de sua experiência profissional:

(...)por ser professora da Rede Pública Estadual há mais de duas décadas e entrar em confronto por anos com o eurocentrismo do saber que me foi/é imposta pelo currículo de História, e que em vários momentos tivemos que fazer um trabalho paralelo, diga-se de passagem, hercúleo, para dar conta de outros interesses, que não eram contemplados e que não são explicitados pelo currículo escolar, além disso, confrontando ainda com uma escassez de tempo disponível na grade curricular. (CRUZ,2015:16)

No relato de experiência acima podemos perceber que a opção da professora Eliane por reservar um espaço no cronograma escolar para trabalhar questões sensíveis do cotidiano e da realidade social dos alunos, sobretudo temáticas atravessadas pelas questões de raça e de desigualdade social, pauta-se no que afirma bell hooks:

Os professores progressistas que trabalham para transformar o currículo de tal modo que ele não reforce os sistemas de dominação nem reflita mais nenhuma parcialidade são, em geral, os indivíduos mais dispostos a correr os riscos acarretados pela pedagogia engajada e a fazer de sua prática de ensino um foco de resistência. (hooks, 2017: 36)

Partindo dessa premissa, a professora Eliane Cruz ao nos contactar para desenvolver práticas antirracistas ao longo de cerca de cinco anos neste colégio, sempre enfatiza a necessidade de que o debate articule temas relacionados aos direitos básicos que são negados à população negra e temas voltados à ampliação da perspectiva de vida dos jovens estudantes no que tange ao ensino, ao trabalho e a melhoria nas suas condições de vida. A fim de estimulá-los à resistência, desenvolvemos uma prática educativa que contou com uma discussão embasada histórica, social e culturalmente sobre a inserção dos discentes no mercado de trabalho e no Ensino Superior.

Dito isso, a proposta elaborada nos 21 dias de ativismo contra o racismo em março deste ano estruturou-se com o fim de provocar uma reflexão sobre a cidadania no Brasil com ênfase na população negra. Buscamos conduzir os estudantes a pensar criticamente sobre o papel do Estado na promoção da cidadania e dos direitos básicos; e

sobre o nosso papel na luta pela construção de uma sociedade democrática e igualitária. Juntamente a isso, enfatizamos o nosso dever de cobrar políticas públicas de inclusão, bem como a efetivação de direitos previstos na Constituição, como é o caso do acesso ao Ensino Superior.

Buscamos como fundamentação teórica da nossa prática pedagógica o campo de estudos da Modernidade/Colonialidade que parte do princípio de que a modernidade foi uma construção histórica, a fim de legitimar um novo padrão mundial do poder capitalista. A colonialidade se constitui a partir dos eixos do Poder, Saber e Ser que corroboraram para a subjugação de determinadas culturas em detrimento de outras (QUIJANO, 2007). Essa interpretação em muito contribuiu na percepção e na análise realizada conjuntamente aos estudantes sobre a construção da cidadania no Brasil que contou com a exclusão da população negra.

Tendo em vista que a colonialidade se manifesta de forma subjetiva, isto é, mesmo com os processos de independência não houve rompimento dessa lógica. Notamos a predominância de uma perspectiva eurocêntrica na organização do ensino, levando assim, a escola a ser um espaço onde há a reprodução do sistema ideológico Modernidade/Colonialidade (MALDONADO-TORRES, 2007).

Ao visibilizar em nossa prática, a luta dos negros e negras pelos seus direitos, trazemos à tona saberes, histórias, experiências e reflexões silenciadas a partir de uma lógica de poder pautada no padrão branco, europeu, enquanto modelo único de leitura de mundo. Tornando possível assim a ampliação da perspectiva de vida dos estudantes, em sua maioria negros, objetivada em nossa atividade.

Iniciamos nossa atividade, apresentando nossas trajetórias de vida enquanto estudantes e professores de periferia com intuito de promover uma aproximação com a realidade dos jovens estudantes. Utilizamos como base para essa discussão a *Cartilha Negro Cidadão: levante e lute pelos seus direitos*. Buscamos ao longo da nossa proposta, desenvolver uma exposição dialogada, nesse sentido, perguntamos inicialmente aos estudantes o significado da palavra cidadania para eles.

Alguns estudantes responderam sobre poder votar, ter direitos e deveres, sobre conhecer mais os direitos do que os deveres. *Grosso modo* tais associações remetem ao

conceito de cidadania, ligadas às Revoluções Burguesas do século XVIII. No entanto, o exercício da cidadania não se restringe aos processos eleitorais, ser cidadão é exigir o direito de igualdade (OLIVEIRA, 2012).

Em seguida perguntamos se eles acreditariam ser possível existir uma sociedade onde as pessoas teriam igualdade de direitos e deveres definidos por lei? Como é possível imaginar foram múltiplas as falas dos educandos que oscilaram entre sim e não, e comentaram sobre o fato de termos direitos e deveres previstos em lei que precisam ser obedecidos, mas que não se consolidam na prática. A partir dessa reflexão inicial encaminhamos nosso percurso histórico sobre a cidadania do povo negro no Brasil.

Nosso ponto de partida foi a demora da consolidação da ideia de cidadania no caso dos brasileiros afrodescendentes. Dito isso, iniciamos um percurso com objetivo de situar os estudantes sobre as lutas históricas dos negros e negras na garantia de seus direitos. Na Constituição de 1824, por exemplo, garantia-se a liberdade e a igualdade de todos perante às leis, mas a maioria da população era escravizada; havia o direito da propriedade mas a maioria da população escravizada vivia em terras alheias.

Em outras palavras, “todos” não incluía a população negra que neste momento estava majoritariamente sob a condição de escravos. Além disso, ressaltamos o fato de que mesmo os negros libertos estavam fora da cidadania no início do século XIX no Brasil, porque eram excluídos do direito ao voto os que não tinham nascido no Brasil e não possuíam renda.

Em seguida, percorremos o século XIX apontando uma série de lutas e mobilizações protagonizadas pelos negros e negras por melhorias nas suas condições de vida, exigindo direitos, alforrias, liberdade e cidadania. Entretanto, apenas em 1888 foi abolido os 300 anos de escravidão no Brasil num cenário marcado por contradições, visto que o Estado brasileiro não implementou nenhum tipo de política pública para a população escravizada ser inserida na sociedade, vale lembrar que a Constituição vigente era de 1824.

Não houve política de habitação, saúde e educação refletindo em exclusão e aprofundamento das desigualdades sociais e por conseguinte, da discriminação racial,

visto que, a cor da pele também era um fator preponderante para se ter oportunidade. Juntamente a isso, problematizamos a questão da política de embranquecimento desenvolvida pelo Estado brasileiro que optou por formar a sua classe trabalhadora com imigrantes europeus. A partir dessa exposição, trabalhamos com os estudantes a dimensão estruturante do racismo à brasileira, que contou com uma política de Estado mesmo após a abolição que reafirmou o lugar de exclusão dos sujeitos negros na sociedade e na economia brasileira.

Após essas discussões sobre a condição dos negros no pós-abolição chegamos às conquistas na República, com ênfase ao papel do movimento negro na Constituição de 1988 e na formulação da política de ação afirmativa de 2003. Também realizamos um breve quiz com os estudantes. Ao interagirem conosco demonstraram conhecimento sobre a lei Maria da Penha, o que é feminicídio, a lei nº 10.639/03 e nº 11.645/08, que a Constituição brasileira garante educação pública, gratuita e de qualidade, além do racismo ser crime inafiançável e imprescritível.

O que nos chamou atenção foram as respostas que tivemos quando perguntamos se eles sabiam que objetos pessoais não podem ser apreendidos em uma abordagem policial. Muitos estudantes disseram que isso é o que mais acontece, que já foram vítimas da violência policial, de revista vexatória, sendo agredidos e se sentindo impotentes em ter seus direitos respeitados. Essa breve ilustração do quiz que realizamos com os estudantes, visa apresentar neste artigo o nosso interesse em provocar nos estudantes a consciência da necessidade de conhecer e estar vigilantes com relação aos nossos direitos garantidos e lutar para que sejam respeitados.

Voltando ao percurso histórico sobre a cidadania do povo negro que nos propomos a realizar, ao chegarmos no cenário atual brasileiro e nos depararmos com uma alarmante contradição entre as previsões em lei relacionadas a população negra e a efetivação desses direitos, chegamos juntamente com os alunos a urgência da reversão desse quadro que provocou a pressão do movimento negro no início do século XXI durante o governo Lula pelas políticas de ação afirmativa.

Interessante apontar ainda, que, para além do desconhecimento da trajetória das lutas do movimento negro que levou a construção dessas leis, muitos estudantes

também não sabiam que tinham direito à essas políticas. Esse fato agrega enorme potencial a essa prática desenvolvida, visto que muitos desses estudantes em uma pergunta mais geral mostraram interesse em acessar o nível superior de ensino.

Em virtude do espaço deste artigo, procuramos elencar somente alguns pontos da nossa prática pedagógica que durou em torno de duas horas a fim de demonstrar brevemente o caminho percorrido em nossa atividade. Ao final do percurso histórico que nos propomos a realizar, procuramos de forma didática sistematizar o que são as políticas de ação afirmativa, quem dispõe do direito previsto nessa lei, de modo a ampliar o conhecimento dos estudantes sobre um importante instrumento a ser utilizado por eles em seu acesso à Universidade.

“PARA QUE NÓS, OS REBAIXADOS NA SOCIEDADE, NÃO DESISTAMOS DE CRESCER”

A atividade desenvolvida contou com a participação de um total de cerca de sessenta (60) estudantes, da 1ª série e da 2ª série do Ensino Médio. Segundo a professora regente, Eliane Cruz, o perfil dos estudantes do turno da noite, se configura por jovens trabalhadores e moradores de bairros distantes da escola. Ao longo da nossa atividade, contamos com a participação dos estudantes por meio de relatos de suas trajetórias dialogando com o debate proposto.

Diante da entrega da ficha de avaliação da atividade ao final da nossa exposição, obtivemos vinte e sete (27) respostas do nosso questionário, o que representa em torno de 50% dos estudantes presentes. Vale ressaltar que a atividade foi desenvolvida dentro do horário regular da escola, entretanto a finalização coincidiu com o jantar, o que acreditamos ter levado parte dos alunos a não preencher a avaliação.

Dentre as respostas recebidas, selecionamos oito (8), as quais julgamos pertinentes para ilustrar alguns alcances da prática desenvolvida. Escolhemos como critério de seleção das fichas preenchidas optar pelas respostas em que foram expostos pontos de vistas, e que não se restringiram somente a “sim” ou “não”, bem como a elogios. Essa seleção foi realizada tendo por objetivo trazer para este artigo um recorte de análise do que foi proposto na escola sob a ótica dos estudantes atendendo aos limites impostos a essa produção escrita.

A seguir abordaremos as respostas em conjunto a partir das questões propostas a fim de apresentar e realizar breves considerações, isto é, a cada pergunta apresentada abaixo vamos ilustrar as oito respostas, seguida pela nossa leitura e análise das respectivas opiniões dos estudantes. Seguem as questões e as (oito) 8 respostas selecionadas:

Na questão 1. *Você já tinha alguma noção sobre o que é cidadania, e que todos nós temos direitos e deveres, e devemos conhecê-los, exigí-los e exercê-los? Se sim, você se vê exercendo plenamente a sua cidadania no Brasil? Comente.* Obtivemos como resposta: (1) Não, a cidadania só continua nos livros, poucos sabem e hoje o governo quer isso; (2) Sim, não plenamente, porque posso saber mais. Muitas vezes quando é preciso não boto em prática; (3) Sim, exerço minha cidadania não deixando passarem por cima dos meus direitos; (4) Não; (5) Sim, já tinha. Algumas coisas são relevadas mas o melhor é impor nossos direitos; (6) Sim, porém a palestra de hoje fez eu ter uma visão diferente; (7) Mais ou menos, não muito, acredito que exerceria melhor se eu pudesse subir e ajudar a outros como eu a subir na vida; (8) Sim, eu tenho conhecimento, mas não expresse de forma direta.

A partir das respostas pudemos perceber que os estudantes já demonstravam um saber prévio sobre cidadania, no entanto, apresentam uma perspectiva de que esse exercício está distante de suas respectivas realidades. Também vale comentar que há um certo consenso sobre o fato de que apesar de conhecer a cidadania, mesmo que seja por ter ouvido falar, muitos apontam que não exercem ou não colocam em prática como deveriam, ou gostariam.

Uma resposta que merece destaque é a (7) “Mais ou menos, não muito, acredito que exerceria melhor se eu pudesse subir e ajudar a outros como eu a subir na vida”, visto que nela podemos perceber a consciência e o desejo do estudante de acessar novos espaços na sociedade a fim de levar consigo outras pessoas. Nisso notamos o quanto esse discente, mesmo tendo dito não saber muito sobre cidadania, revela uma clara noção da dimensão de coletividade que constitui um dever e uma responsabilidade social de todo cidadão.

Essa interpretação nos remete a Paulo Freire, pois a construção do *eu* está condicionada às forças sócio-históricas e culturais. Sendo assim, homens e mulheres se humanizam na coletividade, no qual a educação tem papel preponderante na construção de uma consciência crítica (FREIRE,1996). Nota-se, portanto, que ao apresentarmos trajetórias individuais e coletivas de sujeitos negros a fim de pensar a construção da cidadania dessa população em nosso país, o estudante da resposta (7) se viu de alguma forma ocupando esse lugar de um ser social capaz de carregar consigo outros indivíduos por meio de sua luta.

Na questão (2) *Por que ainda hoje a cidadania é uma luta árdua da população negra?*, recebemos as seguintes respostas: (1) Porque ainda existe muito preconceito; (2) Porque ainda tem muitos preconceitos, “tabu” para ser igual ao “branco”; (3) Porque as pessoas ou melhor a sociedade é ignorante; (4) Sem resposta; (5) Porque existe um racismo histórico e um padrão de comportamento na sociedade; (6) Pelo preconceito que tinha antigamente e tristemente ainda tem hoje; (7) Porque muitos não sabem de seus direitos e quem não sabe é oprimido pela sociedade a continuar sem saber; (8) Por conta do preconceito e do conformismo das duas partes.

Nestas respostas podemos destacar que a maioria atribuiu ao preconceito, abordado sob perspectivas diferentes, o fato da população negra ainda hoje lutar arduamente por sua cidadania. Diante disso, é interessante notar que o percurso realizado conjuntamente aos estudantes sobre a trajetória da população negra em nosso país no enfrentamento da discriminação racial e na luta por cidadania e direitos pode ter contribuído na percepção dos estudantes do quanto a manutenção do racismo representa um forte entrave ao exercício da cidadania pelo povo negro.

Já nas perguntas (3) *Você já conhecia a política de ação afirmativa? Se sim, era contra ou a favor? e (4) Depois da nossa conversa, você mudou sua visão sobre a política de ação afirmativa? Pra você, por que ainda hoje são necessárias políticas como essa?*, as respostas foram: (1) Não conhecia, mas gostei de conhecer. Mudei um pouco, só que não foi uma conversa pois poucas vezes podíamos nos expressar, tente ouvir mais pois não conseguimos nos expressar, vocês falaram muito, estão de parabéns; (2) Não. Sim, deu mais voz a nossa opinião; (3) Não conhecia. Aceitei a ideia; (4) Não; (5) Não, agora sou a favor. Sim, são necessárias pois nem sempre a lei é

cumprida; (6) Não. Sim, para mudar a opinião ou ensinar; (7) Não, sou a favor. Sim, porque mesmo assim a política se apropria da nossa falta de informação para nos oprimir ferozmente a pessoas pobres; (8) Conhecia sim, eu sou a favor. A aula de hoje serviu para afirmar mais ainda meu conhecimento sobre a ação afirmativa. São necessárias para nos trazer a justiça e chances iguais.

A primeira resposta nos chamou bastante atenção porque apresenta uma crítica ao desenvolvimento da atividade e ao mesmo tempo expressa um ímpeto em participar. Diante dessa resposta notamos a necessidade de que nossas práticas evoquem mais o protagonismo discente, de modo a ampliar o espaço de argumentação dos estudantes que acaba sendo suprimido diante da nossa exposição, por exemplo.

Outro dado importante de ser observado nessas respostas é que muitos relataram que não conheciam sobre a política de ação afirmativa, o que é bastante sintomático, tendo em vista que por volta de um ou dois anos, muitos desses estudantes poderão vir a concorrer a uma vaga na Universidade, sem ter conhecimento de um direito adquirido por meio de uma luta árdua, que muitos deles podem desfrutar por serem jovens negros e estudantes de escola pública.

Isso mostra que não basta existir a lei, é urgente a ampliação do conhecimento de direitos como esse que são fundamentais no combate ao racismo enraizado em nossa sociedade. Vale destacar ainda a resposta (7) “Não, sou a favor. Sim, porque mesmo assim a política se apropria da nossa falta de informação para nos oprimir ferozmente a pessoas pobres” em que é possível perceber que existe uma consciência prévia do estudante sobre a sua condição de oprimido, portanto cabe a nós educadores potencializarmos a subjetividade destes indivíduos deslocando-os, por meio de debates como esse, do lugar subalternizado para um lugar de protagonismo, como propõe Paulo Freire (1996).

Na pergunta (5) *Comente com suas palavras como atividades como essa desenvolvida hoje contribuem na luta e na conscientização da população negra sobre sua luta e seus direitos*, as seguintes respostas foram: (1) Ajuda muito e incentiva as pessoas a não desistir dos seus direitos; (2) Porque vai ter mais pessoas a apoiar esse movimento; (3) Porque nos dá um toque pra realidade; (4) Amei vocês como na

última palestra, vocês são excelentes, continuem assim, para que nós, os rebaixados na sociedade, não desistamos de crescer; (5) Sem resposta; (6) Achei ótima, muito informativa, você deveriam fazer isso em várias escolas, pois tem muitas pessoas que não sabem 1% da luta dos negros; (7) Ajudaram na “concretização” de nossos pensamentos e nos ajudaram a lutar por nossos direitos. Muito obrigado; (8) Contribuem para a consciência e para a iluminação do ser humano menos privilegiado.

Ao partirmos de Paulo Freire para realizarmos uma leitura analítica dessas respostas, observamos a urgência da superação daquilo que ele denomina como Educação Bancária (FREIRE, 1987: 58), em que o conhecimento é “depositado” sem crítica, sem diálogo e sem interação, a fim de assumirmos uma pedagogia em que o conhecimento é constituído e instituído por um ato dialógico, pois é um ato educativo (FREIRE, 1996).

Dito isso, vale retomar uma resposta que ilustra a dimensão do que o debate com uma participação efetiva dos estudantes — tendo em vista que a atividade esteve pautada no percurso histórico realizado conjuntamente aos discentes — suscita em nós educadores no sentido de nos darmos conta da necessidade de práticas que permitam ao estudante expressar a interpretação que possui do seu lugar social. Trata-se da resposta (4) que traz a expressão “rebaixados da sociedade”. Nessa fala do estudante notamos uma clara crítica a condição em que ele se reconhece, sobretudo porque a forma como o verbo da expressão está conjugado demonstra um apontamento de que a posição em que o discente se vê foi imposta a ele por outrem.

Para além de uma análise sintática, a interpretação que trazemos tem por objetivo enfatizar o sentimento exposto pelo estudante diante das discussões que participou com a atividade desenvolvida. Sem dúvida, afirmações como esta nos levam ao reconhecimento de que os estudantes não são alienados quanto às suas condições sociais e de raça, mas nos sinalizam a importância do estímulo para que vejam na transformação social protagonizada por eles uma alternativa possível, como vemos no texto dessa mesma resposta (4).

Nas respostas selecionadas e apresentadas acima, pode-se perceber o reconhecimento dos estudantes quanto à importância da discussão proposta pela

atividade. Além disso, nota-se como a difusão do conhecimento sobre a política de ação afirmativa produz efeitos significativos na leitura do mundo dos discentes que um pequeno recorte das respostas é capaz de ilustrar.

Sendo assim, reafirma-se a necessidade dos professores pensarem e refletirem sobre as suas práticas pedagógicas para que assim seja possível educar para a cidadania e para que os estudantes se assumam enquanto sujeitos históricos conscientes de seus papéis na construção da democracia no nosso país. Ressaltando-se que aos educadores cabe a provocação, o estímulo e a potencialização da subjetividade e do protagonismo dos discentes, pois como pudemos ver nas respostas, muitos estudantes trazem consigo um saber, uma interpretação do mundo e do seu lugar social que é fruto de sua experiência familiar e comunitária, e isso precisa ser respeitado pelo professor em sua prática pedagógica. (FREIRE, 1996:15).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Frente às ameaças dos direitos conquistados por meio de muitos anos de luta da população negra insurge a urgente necessidade de uma educação antirracista em vista de superar a marginalização social do sujeito negro que se perpetua há quase 500 anos na história do nosso país. A proposta, a atividade propriamente dita e os resultados nos levam a reflexão de que nós educadores por uma postura ética somada a uma decisão política precisamos assumir o quanto antes uma educação antirracista como uma responsabilidade nossa sobre o enfrentamento do passado colonial brasileiro, que nos assombra a partir da manutenção da exclusão, da invisibilização de sujeitos negros e de práticas como o racismo.

Sendo assim, diante das questões supracitadas e também tendo em vista o contexto político que vivemos, é necessário reconhecer que é tempo de discutir dentro do espaço escolar os impactos de uma estrutura socio-econômica e política que continuamente reafirma que o indivíduo negro/negra deve “ficar no seu lugar, não ultrapassar os limites” (FANON, 1968). Essa dimensão da Colonialidade ainda fortemente presente no tecido social, provocando a divisão da sociedade por meio de hierarquizações e condicionamentos precisa ser problematizada entre nós educadores,

sobretudo, porque a transformação do currículo é um instrumento potente para positivarmos o corpo negro e seus feitos culturais na História da humanidade (CRUZ; PEREIRA, 2017).

Levando-se em conta que o movimento negro em seus anos de luta nos brindou com a conquista de espaço para essas temáticas no currículo escolar por meio da Lei nº 10.639/03, é urgente que busquemos em nossas práticas pedagógicas ressignificar e politizar a raça negra, como construção social, a fim de que possamos reeducar e emancipar a sociedade e a nós mesmos, produzindo novos conhecimentos e entendimentos sobre as relações étnico-raciais e o racismo no Brasil (GOMES,2012:741).

Reconhecer as práticas pedagógicas antirracistas como uma forma de resistência, construída e exercida tanto pelos educadores quanto pelos educandos engajados nessa luta (hooks, 2013) é fundamental para que possamos desconstruir em nossas escolas e em outros espaços os conteúdos hegemônicos, hierarquizantes, eurocêntricos, descolados da realidade e pré-moldados que se impõe ao currículo escolar. Para isso, os educadores de um modo geral devem ampliar suas perspectivas de atuação pedagógica para além dos limites impostos ao cotidiano escolar. Responsabilizar-se pelo ensino da cultura e da história da África e da cultura africana e afro-brasileira é também assumir uma posição política em combate à subordinação, à alienação, à violência e ao genocídio do corpo negro, a partir de uma desconstrução e de uma desnaturalização da desigualdade social e racial.

Com a prática que buscamos apresentar neste artigo evidenciamos nossa defesa a uma prática pedagógica que preza pelo diálogo e pelo reconhecimento da história do movimento negro na luta pela cidadania e pela política de ações afirmativas. E juntamente a isso, a partir dos resultados apresentados visamos contribuir com a divulgação de uma prática pedagógica capaz de mobilizar o papel protagonista do educando bem como sua responsabilidade na construção de um mundo mais justo, humano e igualitário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anais da XXXVI Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Entre golpes e democracias: Narrativas históricas de um sonho em vertigem. Gabrielle Barra Tarocco; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2020. 1463 p.

ISSN:2317-0468

CRUZ, Eliane A. S. *Currículo Mínimo de História da Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro: Quais são os espaços da África e do Negro? (LEI Nº 10.639/03)*. Rio de Janeiro, 2014, 117p. Dissertação de Mestrado em Relações Etnorraciais. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca- CEFET/RJ. Disponível em : http://dippg.cefetrij.br/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=1610&Itemid=263 Acesso em: 18/09/2020.

_____; PEREIRA, Alda Iza dos Santos. *A luta antirracista é uma ação educativa*. In: XAVIER, Leila da S.; LACERDA, Luciene da S.; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de (org.). 1a Ed. Rio de Janeiro: Editora Selo Novo, 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma. *Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça*. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

MALDONADO-TORRES, N. *Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto*. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Org.). *El Giro Decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Universidad Javeriana- Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.

OLIVEIRA, Dennis de. *Negro cidadão: levante e lute pelos seus direitos*. São Paulo: ECA/USP, 2012.

QUIJANO, A. *Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina*. In: LANDER, E. (Org.). *A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais*.

Trad. Júlio César Casarin Barroso Silva. 3. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227-278.

AS POTENCIALIDADES E OS DESAFIOS DO CONCEITO DE HISTÓRIA EM MICHEL FOUCAULT PARA PROBLEMATIZAR A HISTÓRIA, O ENSINO DE HISTÓRIA E A EDUCAÇÃO

Anderson Ferrari²³¹

Júlia de Castro Martins Ferreira Nogueira²³²

RESUMO: A pesquisa é centrada na construção e nos usos do conceito de História na trajetória de investigação de Michel Foucault. Acredita-se que a partir de um conceito de História em Foucault tem-se a possibilidade de ampliação dos entendimentos de Verdade, Conhecimento e Sujeito, possibilitando um Ensino de História que tenha incorporado nele temáticas e sujeitos antes ausentes na sala de aula como, por exemplo, a história das mulheres e das relações de gênero. A metodologia é a pesquisa bibliográfica, averiguando inicialmente os trabalhos que já se realizaram na História e na Educação a partir da perspectiva foucaultiana e do uso do conceito de História, analisando fontes secundárias, tendo assim a oportunidade de apontar para a inserção do autor nessas áreas, assim como as lacunas que podemos explorar para ampliar os debates.

PALAVRAS-CHAVE: Foucault, História, Ensino de História, Educação

ABSTRACT: The research is centered on the investigation of the construction and use of the concept of History in the trajectory of Michel Foucault. It is believed that, based on a concept of History in Foucault, there is the possibility of expanding the understandings of Truth, Knowledge and Subject, allowing for a Teaching of History that has incorporated themes and subjects previously absent in the classroom, such as the history of women. The methodology is bibliographic research, initially investigating the works that have already been carried out in History and Education from the Foucauldian perspective and the use of the concept of History, analyzing secondary

²³¹ Professor do Departamento de Educação e do Programa de Pós-graduação da UFJF. Orientador da pesquisa. E-mail: aferrari13@globo.com

²³² Licencianda em História pela UFJF. Bolsista da pesquisa. E-mail: juliacmfnoqueira@hotmail.com

sources, thus having the opportunity to point to the insertion of the author in these areas, as well as the gaps that we can explore to broaden the debates.

KEYWORDS: Foucault, History, History Teaching, Education

INTRODUÇÃO

Este texto é o resultado preliminar de uma pesquisa mais abrangente em que buscamos investigar a construção do entendimento de História nas obras de Michel Foucault para pensar as possibilidades que este oferece a área de Ensino de História. Podemos afirmar que o trabalho realizado por Foucault é de perspectiva histórica, o que significa dizer que há um entendimento de História que norteia sua investigação e seus propósitos com tais pesquisas. Isso fica demonstrado em alguns dos seus livros como, por exemplo, nos quatro volumes da História da Sexualidade. Trazendo a “História” para o título da obra, Foucault vai dando pistas sobre o que significa trabalhar com a perspectiva histórica e como essa forma de fazer pesquisa tem efeitos no pensamento e nos sujeitos. Ao se referir ao projeto que estava realizando em torno da problematização da sexualidade como resultado de uma história²³³, ele afirma que os “estudos que se seguem, assim como outros que anteriormente empreendi, são estudos de “história” pelos campos que tratam e pelas referências que assumem, mas não são trabalhos de “historiador”.” (FOUCAULT, 1984: 13).

Uma frase que aproxima o seu trabalho do campo da História, mas, paradoxalmente, o afasta da classificação como historiador. Talvez ela seja mais esclarecedora quando o autor tece relações dessa área do conhecimento com a Filosofia, definindo o seu interesse como um “exercício filosófico”, de maneira que Foucault afirma a sua trajetória de investigação como aquela dedicada em “saber em que medida o trabalho de pensar sua própria história pode liberar o pensamento daquilo que ele pensa silenciosamente, e permitir-lhe pensar diferentemente”. (FOUCAULT, 1984: 13-

²³³ Ao longo do artigo vamos utilizar a palavra “história” com letra minúscula para nos referirmos a história vivida, ligada aos acontecimentos, ao passado que nos constitui e do qual fazemos parte. De forma diferente, vamos utilizar a mesma palavra com letra maiúscula para nos referir a disciplina acadêmica/escolar, que diz da produção e reprodução de um saber ligado a historiografia, a pesquisa e ao conhecimento.

14). Acionar o trabalho com a História para pensar diferente do que se pensa nos parece uma importante contribuição para o Ensino de História que aposta no ensino como mudança social dos sujeitos. Embora Foucault tenha explorado e construído um sentido de história, tanto na sua perspectiva de pesquisa quanto na sua aposta nos sujeitos a partir de um investimento na desconstrução do pensamento, ele nunca se dedicou ao Ensino de História.

Somos nós que buscamos aproximar o pensamento foucaultiano de áreas do conhecimento que ele não se dedicou em analisar, provocados por Alfredo Veiga-Neto (2003) que nos convida a investigar a contribuição para a Educação a partir do que Foucault “escreveu sobre o sujeito, os saberes, os poderes e as instituições modernas”, mas que também “o que se pode e o que não se pode fazer com ele e a partir dele e o quanto produtivo tudo isso é para a Educação” (VEIGA-NETO, 2003: 8). Num artigo em que se propõem a explorar “quais os efeitos do pensamento foucaultiano em um campo de conhecimento como a Educação”, Anderson Ferrari e Danilo Oliveira (2020: 815), afirmam que “o tipo de inquietações e de pesquisas implementadas por Foucault foi capaz de desenvolver um pensamento transversal que impactou em diferentes áreas, dentre elas, a Educação” (2020: 815-816). Pois são essas influências dos usos do conceito de História na obra de Foucault que estamos nos propondo a explorar para pensar que este conceito, a partir deste autor, é de grande potência para problematizar e refletir sobre o Ensino de História, porque o seu trabalho com a História nos propõe outro tipo de fazer a História, sobretudo a partir do presente. É uma história que foca a formação dos sujeitos, que busca entender, como nos tornamos quem somos?

Trazendo para o contexto educacional brasileiro essa proposta parece romper com um certo conteudismo que vigora no Ensino de História, para nos conduzir a um sentido de ensinar baseado no presente, levando professores e professoras a se perguntarem sobre os motivos de determinados saberes estarem presentes nos currículos e qual a relação deles com o presente dos alunos e alunas. Neste sentido, ele parece alargar os sentidos da pesquisa histórica, abrindo novas possibilidades e metodologias de investigação, que podem contribuir para o Ensino de História e a ampliação de temáticas e sujeitos nas salas de aula.

A metodologia utilizada é a da pesquisa bibliográfica, começando pelo levantamento dos trabalhos que já foram realizados na História e na Educação a partir da perspectiva foucaultiana e do uso do conceito de História, para além do que o autor propunha. Com isso teremos oportunidade de apontar para a dimensão da inserção do autor nessas áreas, assim como as lacunas que podemos explorar para ampliar os debates. Além disso nos interessa também um modo singular de fazer pesquisa próprio das investigações foucaultianas, que é a problematização. Problematizar é transformar em problema algo que antes não nos chamava a atenção, questionando as condições de existência daquilo que pensamos, como agimos e nos colocando sob suspeita. (FOUCAULT, 2006).

Primeiramente foi feito um levantamento dos trabalhos apresentados na Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação - ANPED, nos Grupos de Trabalho (GT) de Filosofia da Educação e História da Educação. Também foi feito um levantamento nos Simpósios Nacionais da Associação Nacional de História - ANPUH, averiguando os simpósios temáticos que eram da área de ensino de história ou que tomavam Foucault como referência central. Por fim, investigamos também a Revista Brasileira de História e a Revista História. O procedimento metodológico consistiu em ler os resumos de todos os trabalhos publicados no período de 2010 a 2020 nos GTs, nos simpósios temáticos e nas revistas citadas, procurando aqueles que usassem o referencial foucaultiano.

Foram encontrados um total de 42 trabalhos que tinham Foucault como referência, 16 na ANPED, 17 na ANPUH, 6 na Revista Brasileira de História e 3 na Revista História. Desse total, três discutiam o conceito de Acontecimento, que na obra de Foucault guarda fortes relações com o conceito de história e, portanto, de relevância para o nosso trabalho de aprofundamento em torno do conceito de História sua contribuição para o Ensino de História. Desses três que tratavam do conceito de Acontecimento, apenas um explorava a relação com o conceito de História em Foucault. Nesse artigo vamos privilegiar a análise do conceito de História, presente neste texto em especial para explorá-lo em diálogo com outras obras de Michel Foucault.

HISTÓRIA E ACONTECIMENTO

Como previamente mencionado, foram encontrados um total de quarenta e dois trabalhos que tinham Foucault como referência, com três deles abordando o conceito de Acontecimento, sendo um publicado no GT de Filosofia da Educação da ANPED, o segundo na Revista Brasileira de História e o último no Simpósio Temático “História da Loucura e da Psiquiatria: representação, experiências e patrimônio”, do Simpósio Nacional da ANPUH de 2013. Acontecimento é um conceito importante no entendimento que Foucault constrói sobre História, de maneira que consideramos que esses trabalhos que o abordavam também traziam em si o conceito de História, que em uma averiguação inicial não parecia constar em nenhum dos quarenta e dois trabalhos encontrados. Isso parece apontar para uma baixa inserção do autor nos campos pesquisados, deixando em aberto uma área de possibilidades para sua utilização no Ensino de História, que ainda deve ser explorada de forma mais extensa.

Foi no artigo “Acervo, escrita e pesquisa: modos de narrar e escrever uma vida” de autoria de Leonardo Martins Costa Garavelo, publicado na ANPUH e um dos únicos três que traziam o conceito de Acontecimento, que encontramos o conceito de História em Foucault sendo trabalhado. O trabalho, que parte de um processo de catalogação de um acervo do Hospital Psiquiátrico São Pedro em Porto Alegre (RS), referente a uma oficina de criatividade, se foca em um dos internos desse hospital, chamado Frontino Vieira dos Santos (GARAVELO, 2013).

Para falar da vida de Frontino, o autor usa o conceito de História explorado por Foucault, trabalhando assim a história do que seriam os “homens infames”, pessoas cujas vidas teriam, segundo Leonardo Garavelo, passado sem registro, mas que através de um encontro ou cruzamento com o poder, acabaram por deixar registros, rastros de suas vidas. Trata-se de uma pesquisa que busca contar e biografar essa vida esquecida, marginalizada e não consagrada por um discurso vencedor (GARAVELO, 2013). No trecho a seguir, o autor define o conceito de História que apreende e utiliza a partir de Foucault:

Nossa visão de história, intrínseca à Foucault e à Nietzsche, busca os acontecimentos sub-reptícios, os sussurros, trabalha com vidas marginalizadas, míseras, existências miseráveis que passariam sem deixar vestígios, mas que, ao cruzarem com o poder, produziram algum registro, deixaram algum rastro, um vulto. (GARAVELO, 2013: 9).

Portanto, percebe-se que é dentro desse conceito, dessa visão do que é História, adquirida a partir da leitura de Foucault, que Garavelo encontra a possibilidade de discutir e estudar essa história de vida de um interno do hospício, alguém que, como o autor mesmo escreve, se não tivesse passado pelo hospital psiquiátrico, praticamente não teria deixado registros de sua existência. A partir dessa pesquisa ele procura, em suas palavras, “profanar a história instituída pra abrir-lhe pequenas lacunas de ar pelas quais o nosso sopro agita a poeira de um tempo congelado e um tanto morto” (GARAVELO, 2013: 3). Um sentido de História nos moldes foucaultianos.

Na “vida dos homens infames” Michel Foucault (2003) se propõe a narrar uma coletânea de existências presentes em documentos dos séculos XVII e XVIII. São as “histórias desconhecidas das pessoas sem fama, sem glória e, por isso mesmo, ausentes de visibilidade histórica” (RAGO, 2011: 10) que estão presentes nesse texto de Foucault que vai contribuir para desmitificar o discurso do vencedor que a História privilegiava. Um tipo de investigação e interesse que o aproxima dos historiadores sociais quando esses defendem a “história vista de baixo”, uma história que buscava trazer para o debate historiográfico os sujeitos excluídos e suas histórias não contadas. Um tipo de olhar para a história que pode ter impactos nas salas de aula e no Ensino de História uma vez que convida os professores e as professoras a buscarem nas histórias presentes nos documentos oficiais e curriculares outras histórias e sujeitos que são silenciados pelos discursos da História.

A utilização do conceito de História foucaultiano é, portanto, uma abertura, uma possibilidade de estudar e inserir na narrativa histórica aqueles sujeitos que Leonardo Garavelo (2013) considera excluídos e esquecidos. É a possibilidade de renovar, questionar e dar novos ares aquilo que ele chama de “história instituída”. Cumpre assim o papel de renovação, mudança no objeto dessa história, passando a incluir sujeitos que

até então não estariam presentes, e que deveriam estar. Mais do que isso, que essa inclusão desperte naquele que escreve, que lê e que conhece possa se ver como participante e sujeito da História, entendendo o conhecimento e o saber como potente para a construção de outras formas de ser e estar no mundo. Revisando os motivos que o levaram a pesquisar e escrever, Foucault (1984) nos conta que foi a curiosidade, “a única espécie de curiosidade que vale a pena ser praticada com um pouco de obstinação: não aquela que procura assimilar o que convém conhecer, mas a que permite separar-se de si mesmo” (1984: 13). É essa relação com o saber que estamos apostando quando aproximamos o trabalho de Foucault com a História do Ensino de História, ou seja, que o saber presente na sala de aula seja capaz de instaurar esse tipo de curiosidade, que o saber seja acionado e que permita separar os alunos e alunas de si mesmos.

O convite é para que estejamos atentos para os silenciamentos presentes na História e no Ensino de História, o que nos provoca a olhar para as brechas ou para as “lacunas de ar” dentro dessa história instituída que também é algo que se relaciona com outro conceito que Leonardo Garavelo (2013) aciona em Foucault, e que se relaciona com a História: “acontecimentalizar”. Acontecimentalizar pode ser entendido como um método de trabalho histórico no sentido de trazer as rupturas no estudo da história, não buscando uma continuidade histórica, mas sim suas várias discontinuidades e, portanto, singularidades. A partir dessa ideia se vê o Hospício, não como algo que sempre existiu e permaneceu, que representaria uma continuidade, e sim como uma instituição que se altera no tempo, com seus objetivos de existência, justificativas e utilizações que se modificam, denotando essas rupturas. “Podemos pensar que tudo aquilo que está sendo pesquisado no arquivo e que aparece ou é tomado como acabado, evidente ou dado, deve ser posto sob suspensão e traçar uma ruptura inicial para pensá-lo em suas singularidades.” (GARAVELO, 2013:10) Essa acontecimentalização contribui para questionar saberes já instituídos que determinariam uma verdade dentro de uma continuidade, ou seja, o hospício como um local onde necessariamente tem-se que internar os “doentes mentais”, por exemplo, funcionando na história efetiva que atua fazendo surgir acontecimentos no que ele tem de único e agudo, não dissolvendo-o numa continuidade ideal. (FOUCAULT, 1971).

Leonardo Garavelo (2013) investiga, assim, a vida desse homem que foi um interno deste hospício, mas ele não se propõe em nenhum momento a construir a “verdade” dessa vida, deste ser humano que viveu no passado. “Partíamos com gestos de busca que não intencionavam construir uma verdade única e totalizante” (GARAVELO, 2013: 3). Ele escreve sobre um encontro, de sua vida como pesquisador, com os registros incompletos da vida de Frontino, produzidos por múltiplas vozes aos longos dos anos de sua internação, feitos de discursos médicos, que não seriam capazes de registrar, completamente, quem foi Frontino. Há descontinuidade nessa narrativa de vida, mas o autor não foge dela: ele a afirma, inserindo, portanto, a partir de sua pesquisa, uma nova linha descontínua, acontecimentalizada, dentro da História, de uma vida marginalizada, “obscura” que lhe dá mais complexidade, acrescenta ao emaranhado de descontinuidades e acontecimentos múltiplos que forma a História (FOUCAULT, 1972).

Definindo a História com um discurso, Keith Jenkins (2011) corrobora com o nosso propósito neste artigo que é tomar o entendimento de História em Foucault para problematizar o que é possível saber e como é possível saber em História, o que diz de relações de poder e tem efeitos no Ensino de História. A História como um discurso significa que “lemos o mundo como um texto, e tais leituras são, pela lógica, infinitas”. (JENKINS, 2011: 28). Como isso Jenkins quer afirmar que o “mundo ou o passado sempre nos chegam como narrativas” (JENKINS, 2011: 28), o que nos ajuda a pensar em outras possibilidades de conhecer: “mude o olhar, desloque a perspectiva, e surgirão novas interpretações” (JENKINS, 2011: 35). Neste sentido, Foucault, em “Nietzsche, a genealogia, a história” (1971), nos fornece mais pista sobre o que entende como o trabalho com a História ao defender que a história efetiva, não deve temer ser um “saber perspectivo”, não devendo apagar o lugar de onde olha, olhando, portanto, de um certo ângulo para apreciar e encontrar o “melhor antídoto”. Leonardo Garavelo (2013) se vale desse olhar ao tratar de sua escrita, não fingindo uma neutralidade inexistente.

Desde nossa posição frente à história da loucura, pensamos que de modo algum se trata de criar um personagem-Frontino e um personagem-pesquisador-biógrafo. Pelo contrário: escolhemos

um caminho difícil: o da imprecisão entre quem fala e quem é falado, entre quem escreve e quem lê. (GRAVELO, 2013: 7)

Assim a relação do autor com a pesquisa histórica é permeada pela visão histórica foucaultiana, na medida em que ele se propõe a escrever a partir não de uma pretensa “neutralidade”, mas a partir de sua experiência encontrando Frontino, encontrando os rastros dessa pessoa que ele estuda, misturando autor e objeto.

O conceito de História de Foucault que aparece no artigo de Garavelo (2013) é uma forma de focar numa narrativa que tenha como objeto não os vitoriosos, vencedores, as figuras “importantes”, mas os marginalizados e esquecidos. Trata-se de uma defesa da História como aquela que é capaz de trazer sujeitos diversos em cena, mas que o faça não através de uma “neutralidade científica” do autor, muito menos visando uma “verdade absoluta” que se torne parte de um grande contínuo da história, e sim com o autor e sua posição de observação bem determinados, questionando os conhecimentos históricos e inserindo rupturas e descontinuidades na narrativa, assim como múltiplas durações temporais.

O sentido de História em Foucault contribui para a construção da proposta de pesquisa que busca investigar “os registros deixados por uma vida, suspeitar seus possíveis e compor uma escrita que afete o leitor ao ponto de fazê-lo pensar sobre a condição que o louco vive” (GARAVELO, 2013: 11). É através dessa concepção de história Foucaultiana que ele é capaz de fazê-lo.

HISTÓRIA EM FOUCAULT

Edgardo Castro em “Vocabulário de Foucault” argumenta que “a relação entre o sujeito e a história constitui, sem lugar de dúvidas, o eixo em torno do qual se pode compreender toda a sua produção intelectual, desde as primeiras até as últimas obras.” (CASTRO, 2004: 203). O sujeito aparece para Foucault como sua principal investigação, com o questionamento de “Como nos tornamos o que somos”. Nesse sentido, a história muitas vezes aparece, reforçando identidades, consolidando nosso presente.

Acreditamos que nosso presente se apoia em intenções profundas, em necessidades estáveis; pedimos aos historiadores para nos convencer disso. Mas o verdadeiro sentido histórico reconhece que vivemos, sem referências nem coordenadas originárias, em miríades de acontecimentos perdidos. (FOUCAULT, 1971: 273)

Como aparece no trecho, Foucault propõe uma história que não seja essa história contínua, reforçadora da narrativa das identidades nacionais, baseada numa metáfora biológica que coloca as transformações e mudanças como processos lentos, graduais e naturais (FOUCAULT, 1972).

Essa história que Foucault critica e da qual pretende se afastar, segundo ele, surge nos séculos XVII e XVIII, prevalecendo até o século XX, com o objetivo de demonstrar características históricas que teriam se mantido no tempo, permitindo assim a afirmação das identidades nacionais, justificando a existência da sociedade industrial capitalista como um resultado lógico evolutivo (FOUCAULT, 1972). Ao mesmo tempo que justificava o “reinado” da burguesia, a história servia como explicação do porquê uma revolução não ser passível de alterar essa sociedade, na medida em que, através dessa história, se cria uma imagem de transformações que ocorrem devagar, no ritmo da “vida”. Assim, servindo duplamente como autorizadora do sistema capitalista e amenizadora da possibilidade de mudanças revolucionárias, a história surge com um papel e vocação a favor de um sistema ideológico (FOUCAULT, 1972).

Criticando essa história que possui um sentido suprahistórico, a partir do qual poderíamos nos identificar e reconhecer em todo lugar, com um ponto de apoio fora do tempo Foucault coloca que, para a história efetiva ocorrer, o sentido histórico não deve se apoiar em nenhum absoluto (FOUCAULT, 1971). Essa história deve introduzir a descontinuidade, a multiplicidade de durações do tempo, compreendendo e estudando as transformações que ocorrem, trazendo relevância aos acontecimentos, vistos como momentos de ruptura que vão além dos acontecimentos vistos dentro da história tradicional (FOUCAULT, 1972). Ela deve introduzir o descontínuo do “nosso próprio

ser”, demonstrando que o próprio humano não é o mesmo no tempo, nem seu corpo. (FOUCAULT, 1971).

Ela deve ser preferencialmente compreendida como a análise das transformações das quais as sociedades são efetivamente capazes. As duas noções fundamentais da história, tal como ela é praticada atualmente, não são tempo e o passado, mas a mudança e o acontecimento. (FOUCAULT, 1972: 287)

O acontecimento no que ele tem de mais singular passa a ser essencial a história, pois é ele com suas rupturas e alterações que permite deixar de lado uma história que englobe todos os fenômenos dentro de um mesmo tempo: pensar nele como um momento de alteração aguda e não parte de um movimento teleológico como o da história tradicional. (FOUCAULT, 1971).

Acontecimento: é preciso entendê-lo não como uma decisão, um tratado, um reino ou uma batalha, mas como uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se amplia e se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada. As forças que estão em jogo na história não obedecem nem a uma destinação nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta (FOUCAULT, 1971: 272)

A história efetiva lança olhar sobre o mais próximo, num movimento oposto ao do historiador que olha o mais longínquo, se aproximando. Deve-se olhar o mais próximo, se afastando para apreender à distância. Além disso, a história efetiva não deve temer ser um “saber perspectivo”, não devendo, portanto, apagar o lugar de onde olha, seu momento etc. Deve ser um olhar que sabe de onde olha e o que olha (FOUCAULT, 1971).

Para exemplificar a questão do acontecimento como central Foucault problematiza a “história serial”, em que ao invés de analisar objetos já dados (como o

feudalismo) se analisa fontes e documentos exaustivamente, não buscando interpretar sentidos além dos que estão nele, mas tentando relacioná-los externamente e internamente, sendo capaz cada vez mais de perceber acontecimentos e rupturas ocorridas como, por exemplo, inversões de tendências econômicas que só são percebidas a partir de uma análise exaustiva da movimentação no porto de uma cidade em específico (FOUCAULT, 1972). Assim, Foucault propõe uma história que não “intérprete” suas fontes, no sentido de que não procure dentro delas significados escondidos, olhando no lugar para suas relações internas e externas em busca dos acontecimentos não evidentes ao olhar que não da análise histórica (FOUCAULT, 1972).

A partir dessa nova história, focada em acontecimentos, em rupturas e descontinuidades, se tem o tempo único, englobador de todos os fenômenos, substituído por uma duração múltipla, um emaranhado descontínuo de tempos diversos com múltiplos acontecimentos.

Foucault propõe, portanto, um uso da história que a liberte de seu nascimento, voltando-a contra ele. Dando o que seria um uso genealógico à história, retirando dela sua pretensão de continuidade, de formação de identidades e o fingimento da neutralidade do historiador que a faz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como discurso do homem branco católico heterossexual e vencedor, fechado em si mesmo, a História vem sendo desmitificada, graças aos tensionamentos que pessoas silenciadas vêm fazendo, também sob influência de Michel Foucault que se propôs a estudar a vida dos homens infames, isto é, as histórias desconhecidas das pessoas sem fama, sem glória e, por isso mesmo, ausentes de visibilidade histórica. Propondo uma história que se liberte do seu nascimento enquanto instrumento de justificação das nações que sustentam o sistema capitalista, Foucault propõe também uma história que seja capaz de ter em si sujeitos diversos, imersos em diferentes tempos, mostrando suas proveniências diversas e complexas, questionando identidades constituídas, destruindo verdades consideradas supra históricas.

O Ensino de História que pode se constituir a partir desse conceito é um que traga na sala de aula sujeitos diversos, em um Brasil com população tão diversa é potência para discutir e estudar mais sujeitos que não os “vencedores” possibilitando aos alunos se verem como sujeitos da História. É um ensino de história problematizador e questionador das verdades que temos socialmente como constituídas, que possibilite aos estudantes perceber a história como local de transformações, acontecimentos, sem um sentido único e, portanto, transformável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault -um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Tradução: Ingrid Muller Xavier. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

FERRARI, Anderson, OLIVEIRA, Danilo Araujo de. Subversão e Resistência no GT 23 da ANPED a partir de Michel Foucault. Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V. 6 N. 03 – pag. 815-835.

FOUCAULT, Michel. 1971 Nietzsche, a genealogia, a História. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Michel Foucault - Ditos e Escritos II: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. Tradução: Elisa Monteiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 260-281.

_____. 1972 Retornar a História. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Michel Foucault - Ditos e Escritos II: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. Tradução: Elisa Monteiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 282-295.

_____. História da Sexualidade II: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal,, 1984.

_____. A vida dos homens infames. In: _____. **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, (Ditos & escritos IV). p. 203-222.

_____. Ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

GARAVELO, Leonardo Martins Costa. Acervo, Escrita e Pesquisa: modos de narrar e escrever uma vida. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**, [s. l.], 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364860454_ARQUIVO_Leonardo_Garavelo.pdf. Acesso em: 1 dez. 2020.

JENKINS, Keith. *A História repensada*. São Paulo: Contexto, 2011.

RAGO, Margareth. *A História repensada como ousadia*. In: JENKINS, Keith. *A História repensada*. São Paulo: Contexto, 2011.

VEIGA NETO, Alfredo. *Foucault & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA NOS ANOS INICIAIS: PRINCIPAIS DIFICULDADES PARA A PRÁTICA EM SALA DE AULA

Wallace Souza Da Silva²³⁴

RESUMO: O presente trabalho tem por finalidade trazer contribuições acerca da implantação do ensino de História da África nos Anos Iniciais do ensino fundamental, estimulando a reflexão dos docentes que lecionam nesta etapa escolar, sobre respeito a importância da abordagem metodológica na forma positiva como o negro é apresentado nessas primeiras aulas de História, pode ser o diferencial na construção identitária da criança na escola. Nesse sentido, é extremamente importante compreendermos melhor as principais dificuldades que os docentes que atuam com este público específico, encontram em sua prática diária em sala de aula para aplicabilidade do ensino de História da África, como determina a lei 10.639/03 que versa a respeito da obrigatoriedade do Ensino de História da África e cultura afro-brasileira nas escolas brasileiras.

PALAVRAS-CHAVES: ENSINO DE HISTÓRIA, ÁFRICA E ANOS INICIAIS

ABSTRACT: This work aims to bring contributions about the implementation of the History of Africa teaching in the Early Years of elementary school, stimulating the reflection of the teachers who teach in this school stage, about respecting the importance of the methodological approach in the positive way in which the Negro is presented in these first history classes, it can be the differential in the child's identity construction at school. In this sense, it is extremely important to better understand the main difficulties that teachers who work with this specific audience, find in their daily practice in the classroom for the applicability of African History teaching, as determined by law 10.639 / 03 which deals with this. the mandatory teaching of African History and Afro-Brazilian culture in Brazilian schools.

KEYWORDS: TEACHING HISTORY, AFRICA AND EARLY YEARS

²³⁴ Mestrando em Ensino de História pela UFRJ, Graduado em Bacharelado e Licenciatura Plena em História e Especialista em Ensino de História. E-mail: wallacesouzarj1@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto de que nos Anos Iniciais do ensino fundamental é a fase escolar em que o aluno tem o seu primeiro contato com o ensino da disciplina História, o professor que atua com este público específico, deve conscientizar-se da importância que lhe é cabível o papel de apresentar-lhe o contato inicial com os estudos históricos, haja vista que é neste momento que ocorre a autoconstrução identitária étnica da criança.

Portanto, pensado no alunado em geral, mais especificamente o aluno negro que é maioria nas escolas públicas brasileiras, temos que reconsiderar a forma como o negro tem sido apresentado nas aulas de História por esse docente, pois o tipo de abordagem pode fazer a diferença, ao influenciar na construção positiva da visão desse aluno em relação ao negro como sujeito histórico, contribuindo para uma política de valorização e auto reconhecimento da própria identidade, pois encontrará representatividade negra na História que se identifique.

Nesse sentido, é extremamente importante compreendermos melhor as principais dificuldades que os docentes que atuam com este público específico, encontram em sua prática diária em sala de aula para aplicabilidade do ensino de História da África, como determina a lei 10.639/03 que versa a respeito da obrigatoriedade do Ensino de História da África e cultura afro-brasileira nas escolas brasileiras.

Esses professores na verdade acabam sendo a ponte, o elo, entre o aluno e o primeiro contato com o ensino de História, portanto, de grande importância para implantação prática do ensino de História da África e cultura afro-brasileira na sala de aula. Mas pensar nesses docentes especificamente, nos remete algumas indagações importantes: Quem são esses professores? Sua formação? Quais são as maiores dificuldades que encontram para ensinar História da África?

É a partir da busca pelas respostas a esses pressupostos indagatórios acima que está pautado o presente trabalho, haja vista ser necessário um melhor conhecimento a respeito desse docente especificamente, para entender os possíveis entraves e até mesmo formulações de possíveis soluções.

Portanto, torna-se necessário conhecer esses dilemas melhor a fundo para que a partir seja possível propor reflexões a esses docentes que os auxiliem nas dificuldades apresentadas, para se trabalhar História da África com os alunos deste segmento educacional e adentrando até mesmo na questão da importância do trabalho de

representação negra na História para o público infantil nesse contato inicial com a História; apresentando um novo olhar para o negro na História ensinada para a criança nos Anos Iniciais.

Uma grande dificuldade encontrada para o ensino de História nesta etapa escolar, é o fato de que durante apresentação dos conceitos históricos referentes a História brasileira, o aluno acaba se deparando com conteúdos relacionados a escravidão do negro no Brasil, tendo como primeiro contato apenas a ideia do negro como um ser escravizado e inferiorizado, não atribuindo valor a sua imagem enquanto sujeito histórico de importância em nossa formação brasileira. Por isso, torna-se importante a desconstrução dessa primeira imagem do negro ao se ensinar História do Brasil, mostrando a real importância e contribuição do negro em nossa História.

1. PRINCIPAIS DIFICULDADES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA NOS ANOS INICIAIS

Pensando no início dos estudos históricos com a criança nos Anos Iniciais, nos deparamos com uma pessoa muito importante nesse processo, que é o professor. Porém, é preciso destacar que esse docente apresenta algumas dificuldades específicas na implantação do ensino de História da África nas suas aulas, devido algumas considerações importantes que é preciso destacar nesse sentido.

Não podemos desconsiderar que esses professores são a ponte, o elo, entre o aluno e o primeiro contato com o ensino de História, portanto, de grande importância para implantação prática do ensino de História da África e cultura afro-brasileira na sala de aula. Mas pensar nesses docentes especificamente, nos remete algumas indagações importantes: Quem são esses professores? Sua formação? Quais são as maiores dificuldades que encontram para ensinar História da África?

Pensando nessas indagações e nas possíveis repostas as mesmas, será necessária uma discussão teórica sobre esse levantamento. Primeiramente, precisamos considerar a formação inicial desses docentes, que atualmente em sua maioria possuem nível superior em cursos de Pedagogia e Licenciaturas, porém não podemos desconsiderar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) define no artigo 62 que: "[...] A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior... admitida como formação mínima para o exercício do Magistério na educação infantil e nos cinco

primeiros do Ensino Fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal [...]". (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, não podemos desconsiderar que ainda há professores que lecionam nesta fase escolar com formação nível médio; e mesmo aqueles que já possuem nível superior, encontram as mesmas dificuldades, no que diz respeito a defasagem na formação inicial referente ao ensino de História da África na sala de aula. Nesse sentido, não podemos desconsiderar que a formação dos professores é uma das dificuldades encontradas para a aplicabilidade da lei 10.639/03 nas salas de aula nessas turmas do 1º Segmento escolar.

Acerca da formação dos professores, alguns teóricos trazem alguns apontamentos importantes a serem destacados, como mostra o 7º capítulo da obra "A escrita da História nas escolas", de autoria da professora e pesquisadora Mônica Lima intitulado: "Aprendendo e ensinando história da África no Brasil: desafios e possibilidades", abordando as principais contribuições para a prática do Ensino de História da África e sua aplicabilidade na escola.

Lima traz a discussão alguns aspectos importantes sobre a formação de professores, primeiramente nos mostrando a ideia do professor e o saber do ofício, pois nas últimas décadas vem fortalecendo discussões no campo do ensino de História que desmistificam aquele conceito que distinguia o professor e o pesquisador; tal conceito para ela está ultrapassado. O professor não pode ser visto apenas como aquele que repassa e reproduz conhecimentos, mas ele também é criador e produtor do saber próprio do seu ofício; é a ideia do saber escolar "[...] produzido na relação ensino-aprendizagem, tendo o professor o papel intermediador entre os conhecimentos acadêmicos e o universo de compreensão dos estudantes[...]" (LIMA, 2009: 152).

Lima defende como ponto fundamental para aplicabilidade da lei 10.639/03 (Obrigatoriedade do Ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira) a Formação dos professores; para ela é fundamental essa Formação inicial e continuada dos professores, ou seja, no preparo dos docentes, para que se consiga realizar esse tipo de trabalho na escola, sendo "[...] item fundamental nesse processo de resgate da história africana para os estudantes brasileiros." (LIMA, 2009: 152).

Nesse sentido ainda, há um trabalho sensacional de autoria de Anderson Ribeiro Oliva intitulado "A História da África nos bancos escolares", que aponta para o fato de

como a Formação dos professores comprometida pode acabar afetando negativamente esse tipo de ensino, inicia com os seguintes questionamentos "[...] Quantos de nós estudamos a África quando transitávamos pelos bancos das escolas? Quantos tiveram a disciplina História da África nos cursos de Graduação? Quantos livros ou textos, lemos sobre a questão?". O autor defende que a resposta negativa dessas indagações pode provocar um ensino comprometido, que acaba trazendo muitas vezes uma visão deturpada e estereotipada para o aluno sobre o que é África. (OLIVA, 2003: 423)

Ele vai além, mostrando que a pouca experiência ou contato que os professores tem sobre a África, acaba construindo imagens negativas sobre o tema "[...] pelas imagens chocantes de um mundo africano em agonia, da AIDS que se alastra, da fome que esmaga, das etnias que se enfrentavam com grande violência ou dos safáris e animais exóticos[...]". A preocupação é exatamente com esse tipo de visão sobre o continente que o professor acaba concebendo, já que acaba reforçando estereótipos de inferioridade sobre o lugar e na maioria das vezes repassando tal forma errônea de visão e análise da África para os seus alunos. (OLIVA, 2003: 423)

Entendemos, que quando o autor se refere aos professores, está se referindo especificamente aos professores de História; porém, fazendo um paralelo para com os professores que lecionem nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, tal afirmativa também é visível.

Precisamos deixar claro que não é que o professor das Séries Iniciais tenha má vontade em lecionar o tema para os seus alunos, mas a questão é exatamente a formação dos mesmos, que como Oliva mesmo chamou atenção para esses professores, não têm em sua maioria esse tipo de disciplina em sua formação acadêmica sobre tal temática; portanto, é uma questão referente a formação inicial que se torna comprometida, com isso torna-se difícil para que o professor consiga colocar em prática algo pelo o qual não foi preparado; a única solução para esses docentes acaba sendo, buscar por si mesmo, uma formação continuada em cursos de Aperfeiçoamento ou Pós-Graduação que deem conta de auxiliá-los diante dessa demanda.

Outra questão que o autor destaca, que também podemos considerar como uma das principais dificuldades para o ensino de História da África nos Anos Iniciais, é o fato de que os livros de História utilizado nesta etapa escolar não reserva para a África espaço adequado que lhe é devido, atentando pouco para produções sobre o continente. Portanto, o

ensino de História da África com este público realizado de forma errônea, acaba fazendo com que os alunos passem "[...] a construir apenas estereótipos sobre a África e suas populações" (OLIVA, 2003: 423). Esse aí é o verdadeiro perigo.

Segundo ele, essas representações negativas impregnadas em nosso imaginário, acaba fazendo com que não consigamos imaginar a África de outra forma, por exemplo "[...] com ruas limpas, um povo extraordinário e bela arquitetura." (OLIVA, 2003: 423). A África não pode continuar sendo vista pelo Brasil, apenas como um lugar de miséria e que recebe ajuda humanitária; a parte extraordinária da história, cultura e sociedades africanas devem sobressair a essas visões negativas estereotipadas, principalmente nas escolas.

Sobre os livros didáticos, o autor traz questionamentos relevantes, ao indagar por que a maioria dos livros insistem em alguns pontos que deveriam ser descartados ao tratar sobre o tema, tais como "[...] Ao escrever um texto sobre a formação dos Estados nacionais europeus e ignorar a multiplicidade étnica da África pré-colonial, ou utilizar imagens de africanos escravizados e brutalizados e não aquelas em que aparecem resistindo ou interagindo ao tráfico [...]" (OLIVA, 2003: 423).

Pensando nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e na construção que a criança faz sobre a imagem da África e a relação para com a construção da própria identidade étnica, Oliva mostra o quanto é difícil trabalhar com este tipo de público, pois na maioria das vezes a criança brasileira foi acostumada a estudar e valorizar principalmente, e muitas vezes apenas, valores ou imagens da tradição histórica europeia, fazendo interpretações ou representações influenciadas por tal visão. Isso é o problema, pois a criança acaba criando uma estereótipos do conceito de negritude, refletindo de forma negativa, até mesmo em sua aceitação como afro-brasileira, se assim o for.

Ainda sobre esta questão da formação dos professores e o ensino de História nos Anos Iniciais, Patrícia Karla Santos Dorotéio em seu trabalho intitulado: "ensinar História nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental"; nos traz uma importante crítica que a mesma chama de "herança da formação nacionalista e patriótica", que também podemos considerar como uma das principais dificuldades para esse tipo de ensino nesta etapa escolar.

No qual segundo ela deve-se o papel errôneo que se prestou a História durante muitos anos na escola como disciplina, tendo como foco o ensino em datas comemorativas

e impregnação do patriotismo, no qual a maioria dos professores que tiveram esse tipo de formação escolar, acaba refletindo tal modelo em suas aulas de História nos dias atuais.

Ela mostra que uma pesquisa realizada por Azevedo em 2010, indicou que "[...] na memória espontânea de futuras professoras/pedagogas há persistência da História como matéria decorativa, centrada em um nacionalismo marcado pela exaltação dos grandes nomes e das datas cívicas [...]" (DOROTEIO, 2016: 211).

Portanto, a experiência negativa desses professores dos Anos Iniciais com relação ao Ensino de História, faz com que acabem reproduzindo e repassando para os seus alunos da mesma forma errônea com que aprenderam; e isso é um grande problema para aprendizagem da disciplina. Dorotéio, aponta que o fato de que esses professores tenham formação superior ou não, não pode ser vista como solução para o problema, pois há "[...] indícios de que a formação superior não foi efetiva quanto à ruptura de uma visão historicamente tradicional da disciplina História [...]" (DOROTEIO, 2016: 215).

Crítica ainda, a ideia do ensino de História atrelado a formação para a cidadania, no qual os docentes acham que a disciplina é importante por: "[...] construir a cidadania, criando condições para que se tornem conscientes e críticos, valorizando a si próprios como sujeitos históricos, ou ainda, é importante para o exercício pleno da cidadania." (DOROTEIO, 2016: 216).

Outra questão importante que Dorotéio aponta, que também podemos considerar como uma grande dificuldade, é com relação ao pouco tempo que se é destinado nos Anos Iniciais no cotidiano escolar às aulas semanais para ensino de História, o que dirá ao ensino de História da África, devido à pouca relevância que é dada a disciplina nesta fase escolar. Ela chega a esta conclusão, diante de um questionário realizado com professores que atuam com esse público escolar, que indica que a maioria desses professores "[...] ministra de uma a duas aulas por semana apenas, com média de uma hora/aula [...]" (DOROTEIO, 2016: 216).

Outra questão fundamental, no que diz respeito às dificuldades sobre a implantação do ensino de História da África no 1º Segmento do Ensino Fundamental, é o que aponta Dorotéio sobre a desvalorização do saber histórico no processo de alfabetização, como determina o currículo escolar nos três primeiros anos desta fase escolar. Isso ocorre, porque vigora a ideia de que o foco neste ciclo escolar deve ser ligado a alfabetização e letramento do aluno, o saber histórico pode ser introduzido nos anos de escolaridades

posteriores em que esses saberes estiverem consolidados. Nesse sentido, "[...] concepções e práticas de ensino não inserem o conhecimento histórico no processo de alfabetização e letramento, de maneira que a História apenas é introduzida após a consolidação da leitura e da escrita [...]" (DOROTEIO, 2016: 217).

Além disso, Dorotéio aponta ainda para a concepção errônea com que a maioria desses professores fazem, ao darem a mesma importância e significado das datas cívicas a lei 11.645/08 que torna obrigatório o Ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira e Indígena, como ela mesmo afirma "[...] atribuem o mesmo grau de importância entre o trabalho com as 'datas cívicas' e a 'história e indígena', apesar de ser esta última temática de inserção obrigatória [...]" (DOROTEIO, 2016: 219).

Dorotéio mostra ainda, que é de que no 4º e 5º de escolaridade em que os conteúdos referentes a disciplina História começam a consolidar de fato, como chama atenção conteúdos esses referentes assuntos da História do Brasil; no qual segundo ela a presença desses conteúdos se justifica pelo fato de que "[...] nesses anos de escolarização, em parte, se justifica pelo domínio da leitura e da escrita mais consolidados nessa fase, momento em que permite ao docente explorar com mais afinco os textos históricos escritos [...]" (DOROTEIO, 2016: 220).

Todos esses apontamentos mostram a importância do papel do professor nos Anos Iniciais para a implantação do saber histórico na sala de aula; e de como a forma errônea ou estereotipada da forma como o negro é apresentado a esse aluno, pode representar positivamente ou negativamente a construção do papel do mesmo como sujeito histórico.

2. ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA COM OS CONTOS AFRICANOS

Primeiramente, é preciso destacar que precisamos superar esse modelo de História positivista que ainda predomina nas escolas primárias, que segundo Maria Aparecida Borges e Jezulino Lúcio Braga apontam no trabalho: "O ensino de História nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental", como o modelo de História baseado em reis, heróis e batalhas, que acabam reduzindo ao homem a uma característica homogênea dos fatos grandiosos, na qual do passado só se lembrava dos fatos heróicos, versão esta que engrandece; este modo de ver a História predominou nos currículos escolares até pouco tempo.

Ainda temos marcas deixadas desse viés positivista de concepção histórica. Ela destaca, por exemplo, que "[...] da escravidão lembra-se apenas da lei áurea, os seus quase 400 anos devem ser esquecidos. O desaparecimento da população indígena fica sem explicação, mas comemora-se o dia do índio [...]" (BORGES; BRAGA, 2012).

Nesse sentido, Monica Lima defende que esse conhecimento de História da África no Brasil precisa sobressair no espaço escolar, pois acaba sendo uma ferramenta fundamental no processo de aprendizagem para ultrapassar as barreiras impostas do preconceito e negação; ou seja, muitas vezes o alunado negro sofre com a negação de que o racismo é visível e existente no espaço escolar pela política de conformismo e negação.

Portanto, uma das principais funções do ensino de História da África é a de "[...] agregar valores e contribuir para negar preconceitos e visões deturpadas. Esse é um importante objetivo a atingir." (LIMA, 2009: 155).

Outra questão importante que Lima aborda, é uma crítica a ideia da História da África atrelada ao contexto da escravidão na relação comercial entre Brasil e reinos africanos, como se resumisse a isso. Defende que na verdade a História da África é muito maior e mais profunda que a história do tráfico atlântico de escravos, "[...] a história de nossos ancestrais não se inicia nem encerra na escravidão[...]"; vai muito além disso, segundo ela temos que considerar as migrações, descobertas, que conhecimentos técnicos estiveram presentes nas histórias mais remotas dos grupos humanos que viveram no continente africano. (LIMA, 2009: 158)

Lima traz uma crítica muito importante nesta discussão, ao defender que "[...] a história do Brasil deveria ser mais negra em sua alma, ou seja, mais próxima do que há de presença africana em todos nós [...]". Nesse sentido, nos traz a reflexão do quanto o ensino de História oferecidos nos bancos escolares ainda é predominantemente embranquecido por uma concepção predominante europeia; sendo que boa parte de nossas raízes é africana, por isso a História da África deveria ser mais valorizada, faz parte de cada um de nós, nossa história. (LIMA, 2009: 163).

Nesse sentido, entendemos a preocupação de Lima com a implantação do Ensino de História da África na escola, no qual podemos resumir a fala e todos os apontamentos feitos por ela com uma única palavra: "resistência". Mostrar formas de resistências da cultura negra na africana no contexto histórico do tráfico negreiro, talvez venha ser uma

excelente abordagem didática, do professor apresentar o negro por um novo viés ao introduzir os estudos históricos nos Anos Iniciais.

Pensando nisso, trazemos as contribuições pedagógicas de Verena Alberti trata teoricamente muito bem essa relação entre teoria e prática docente no ensino de História no seu artigo intitulado: "Proposta de material didático para a história das relações étnico-raciais"; em que ela destaca que toda aula ou pesquisa deve haver uma questão problematizadora, pois a partir dessa questão que o aluno irá aprender a pensar historicamente, como ela mesmo afirma: "[...] a pergunta problema deve levar a possíveis respostas, aprendendo a sistematizar o seu conhecimento" (ALBERTI, 2003: 64).

Para ela são conceitos chaves na pesquisa a questão problematizadora da Pesquisa, o uso de fontes (ou evidências) adequadas ao público e a produção de resultados que permitam comunicar sobre o passado; pois desta forma será possível compreender como se ocorre o aprendizado em História.

Nesse caso, a questão problematizadora é fazer com que esse professor dos Anos Iniciais, possa refletir e questiona-se a respeito da própria prática e mais do que isso, que possa compreender a importância de se trabalhar relações étnico-raciais com seus alunos em sala de aula, e mais do que o cumprimento de uma lei (10.639/2003) é uma questão de conscientização.

Esse professor além de estimular nesse primeiro contato com o ensino de História um novo olhar na História para o negro, também pode tornar esse momento de aprendizagem para esse aluno de forma mais lúdica.

Verena Alberti destaca bem o cuidado que o professor deve ter minuciosamente com o uso de fontes, ainda que sejam recursos lúdicos o cuidado é o mesmo, sempre se indagando nas três perguntas principais "[...] Quem as produziu? Por que, quando e para quem?". Isso principalmente deve ser um cuidado expressivo ao se trabalhar História nos Anos Iniciais, haja vista os alunos estarem num processo de construção de suas ideias e conceitos fundamentais, principalmente identitários, a preocupação deve está sempre na seleção das fontes mais adequadas a esse público infantil. (ALBERTI, 2003: 63)

Um bom exemplo de fonte específica e adequada para se trabalhar com o público infantil são os Contos Africanos; atualmente há um grupo de autores que tem investido grandemente na publicação desses contos, antes desconhecidos de muitos.

Por meio do recurso desses Contos é possível que o professor trabalhe a questão da Resistência negra no Contexto histórico do tráfico de escravos e da escravidão no Brasil, também sobre a cultura de diferentes povos africanos exaltando sua importância em nossa formação, além da exaltação dos guerreiros Quilombolas lutando contra o Sistema escravista e ainda é possível mostrar para esse aluno negro que muitos dos seus antepassados foram príncipes e princesas, reis e rainhas de reinos africanos; apresentando de forma lúdica e prazerosa para esse aluno ainda criança, o real papel do negro em nossa História, que muitas vezes a própria História ensinada não dar conta.

A obra de Sinara Rúbia é um grande exemplo disso, autora do livro de um Conto Africano lançado recentemente: "Alafíá, a princesa guerreira"; que relata uma linda história de resistência de uma princesa guerreira que veio para o Brasil capturada e foi escravizada, separada cruelmente de seus pais; mas que cresceu sem nunca abrir mão de suas raízes, permanecendo viva em sua memória sua cultura, seu povo; nunca deixou que o sistema escravocrata escraviza-se sua mente; sempre firme e resistente (RÚBIA, 2019).

Quando teve oportunidade tornou-se livre fugindo para um Quilombo, onde conheceu um lindo príncipe africano que lá vivia, tornando-se uma grande guerreira a proteger o Quilombo a que vivia. São histórias vivas e reais como a do conto de Sinara, que devem ser contadas e recontadas para os nossos alunos, dando a essa aula de História, a ideia de pertencimento e reconhecimento do valor do negro em nossa História. (RÚBIA, 2019).

Exatamente essa é a questão, reformular a imagem que a criança faz sobre a África pensando nessa relação de construção da própria identidade étnica; Anderson Oliva nos mostra apesar do quanto é difícil trabalhar com este tipo de público, pois na maioria das vezes a criança brasileira foi acostumada a estudar e valorizar principalmente, e muitas vezes apenas, valores ou imagens da tradição histórica europeia, fazendo interpretações ou representações influenciadas por tal visão; não podemos desistir. Essa é a questão, pois a criança precisa deixar de criar visões estereotipadas do que entende por negritude, refletindo de forma negativa, até mesmo em sua aceitação como negro, se assim o for.

Oliva argumenta que se as imagens reproduzidas nos livros didáticos sempre mostrarem o africano e a História da África em condição negativa, existe uma tendência da criança branca em desvalorizar os africanos e suas cultura, e por sua vez "[...] as crianças negras sentirem-se humilhadas ou rejeitarem suas identidades." (OLIVA, 2003: 443).

Portanto, a forma como a África é apresentada a essa criança contribui muito para a desconstrução desse imaginário estereotipado sobre a África e ao mesmo tempo auxilia para a construção e aceitação da própria identidade étnica da criança, pois assim a mesma sente-se orgulhosa da História de sua origem e se reconhece como afro-brasileiro.

Os contos africanos são portanto, uma excelente proposta didática para se trabalhar com a criança dos Anos Iniciais do ensino fundamental a autoconstrução identitária negra, através desta representatividade histórica no ensino de História. O pensamento de Stuart Hall em sua obra "Identidade e Diferença" vai de encontro a esta premissa; o qual nos chama atenção o capítulo intitulado com a seguinte indagação: "Quem precisa da identidade?".

Segundo ele, identidade nada mais é do que uma simples construção social, como ele mesmo afirma: "[...] porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas, por iniciativas e estratégias específicas.". Em outras palavras, a identidade não é algo já pré-definida ou formada desde o nascimento, é algo que vai se construindo no decorrer da vida no convívio familiar e social, e que portanto, é de extrema importância o trabalho do professor nesse processo de construção identitária da criança ao se reconhecer como negra, se assim o for; pois além de valorização do negro como ser histórico, também estará lutando no combate ao racismo implícito e explícito na sala de aula. (HALL, 2003: 109).

Infelizmente, ainda é uma prática comum nas escolas, onde muitos docentes ainda insistem em segregar um aluno por problemas de aprendizagem e sociabilidade pela sua condição social, mas que na verdade está cometendo uma forma de racismo, só que de forma implícita, passando despercebido. Por isso da importância dessa pesquisa não ser voltada especificamente apenas para formas de se trabalhar com a criança dos Anos Iniciais relações étnico-raciais, mas principalmente uma reflexão profunda desse docente sobre a sua própria prática em sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, espera-se que o docente não use as dificuldades aqui apresentadas como artifício para justificar o fato de que a lei 10.639/03 não está sendo cumprida em sua sala de aula. Mas sim, pelo contrário, que esse docente que atua nos Anos Iniciais possa

refletir acerca da seguinte questões: "Como apresento o negro no ensino de História para os meus alunos? O que posso fazer para aplicar de fato a lei em minha sala de aula contribuindo para uma educação antirracista.

Pois exatamente pensado nas indagações acima, o professor passa a refletir sobre a própria prática docente e de como tem contribuído se positivamente ou negativamente, para o ensino de História sobre respeito a valorização e a diversidade étnica com este segmento escolar. Passando a compreender a importância do seu papel na introdução dos estudos históricos com o seu aluno nesta fase tão importante e de como esse momento irá impactá-lo em toda sua trajetória escolar.

Além disso, trabalhar didaticamente com contos africanos com 1º Segmento do Ensino Fundamental é importante, pois é possível para que o aluno venha conhecer diversas formas de resistência negra por meio desses contos históricos voltados para o Público Infantil, compreendendo que mesmo durante o processo de escravidão havia resistência da cultura negra, aprendendo a valorizar através dos mesmos a história de resistência e contribuições do negro em nossa formação histórica, mostrando o negro com representatividade positiva para a criança, diferentemente do utilizado que remete-se a submissão; auxiliando desta forma no processo de construção identitária do aluno negro.

Também é possível enfatizar para os alunos a importância da diversidade étnico-racial para formação da sociedade brasileira. Assim, estabelecendo entre educandos e educadores relações mútuas de respeito; dialógicas, que sirvam como instrumentos balizadores de interações entre os sujeitos.

E até mesmo de combate ao racismo de todas as formas, que ainda presente na sociedade, acaba refletindo na escola principalmente com o menosprezo e desqualificação da história e cultura negra; tal prática é possível ser combatida por um modelo como este de uma educação antirracista.

Não podemos esquecer, que por meio da metodologia didática do uso dos Contos africanos, também é possível pautar diálogos permanentes entre o ensino de relações étnico-raciais e os demais conteúdos trabalhados na escola, principalmente por se tratar do professor dos Anos Iniciais que lida diretamente com a questão da interdisciplinaridade em sala de aula, estabelecendo vinculações entre o cotidiano dos educandos e os estudos históricos como forma de combate as desigualdades historicamente construídas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERT, Verena. *Proposta de material didático para a história das Relações étnico-raciais*. Revista Historia Hoje, v. 1, 2012.

BRAGA, Jezulino e BORGES, Maria Aparecida. Artigo: **O ensino de História nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**. Minas Gerais, Revista História Oral online, 2012.

BRASIL. *LDB – Leis de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394*. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: MEC, 2004.

DOROTÉIO, Patrícia Karla. In Artigo: *Ensinar História nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: desafios conceituais e metodológicos*. Londrina, 2016.

HALL, Stuart. *Quem precisa de identidade?* In: SILVA, Tomaz Tadeu (org). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LIMA, Mônica. *Aprendendo e ensinando História da África no Brasil: Desafios e possibilidades*. In: A escrita da História das Escolas: Memória e Historiografia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. *Ensino de História: Sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro, FAPERJ, 2007.

OLIVA, Anderson Ribeiro. *A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática*. Estudos Afro-Asiáticos, 2003.

RÚBIA, Sinara. *Alafíá, a princesa guerreira*. Rio de Janeiro, Nia Produções, 2019.

NEGACIONISMO E A DISPUTA DE NARRATIVAS HISTÓRICAS: POSSÍVEIS TENSÕES NAS AULAS DE HISTÓRIA

Ana Luíza Bittencourt Junqueira²³⁵

Hiago Gonçalves Dias do Nascimento²³⁶

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo destacar e analisar alguns dos elementos que são articulados e fixados nos discursos revisionistas, que pretendem estabelecer como verdade certas narrativas históricas baseadas em negacionismos. Assumindo uma postura epistêmica inscrita nas teorizações discursivas pós-fundacionais e, portanto, entendendo a produção de significados como um ato político, procurou-se analisar quais os sentidos empregados sobre a temática da escravidão no livro “Guia Politicamente Incorreto da história do Brasil” de Leandro Narloch. A partir disso, almeja-se problematizar os impactos que essas articulações podem gerar no ensino de História, e na disputa pela definição de conceitos mobilizados nas aulas de História, dessa forma, gerando novos desafios ao professor no processo de construção de narrativas históricas que estejam no domínio do verdadeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História, Negacionismo, Narrativas Históricas.

ABSTRACT: The present work has for objective detach and analyze some of the outlines that are articulated and appended in the revisionist speech, which intends to establish as true certain historical narratives based on denialisms. Assuming an epistemic posture inscribed in the discursive theorizations post- foundational and, therefore, understanding the production of meanings as a political act, we tried to analyze which are the meanings upon the slavery thematic in the book “ The Politically

²³⁵ Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: anabitt2011@gmail.com

²³⁶ Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: hiago2222@outlook.com

Incorrect Guide to the History of Brazil” of Leandro Narloch. From that, we aim to problematize the impacts that these articulations can generate in the History teaching, and on the dispute for the definition of concepts mobilized in History classes, in that way, generating new challenges to the teacher in the process of construction of historical narratives that are in the veritable domain.

KEYWORDS: History Teaching, Denialism, Historical Narratives.

INTRODUÇÃO

Posso não aceitar a concepção pedagógica deste ou daquele autor e devo inclusive expor aos alunos as razões por que me oponho a ela mas, o que não posso, na minha crítica, é mentir. É dizer inverdades em torno deles. O preparo científico do professor ou da professora deve coincidir com sua retidão ética.

- Paulo Freire, *Pedagogia da autonomia*, 2002, p.10.

Há pouco mais de uma década, o jornalista Leandro Narloch lançava uma obra que viria a se tornar best-seller nacional: (O) Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil, publicado pela editora Leya, em 2009. O livro tem o objetivo de contestar a histórica acadêmica, a qual Narloch denomina de “historiografia politicamente correta” (NARLOCH, 2009: p.3). Prometendo oferecer “Uma pequena coletânea de pesquisas históricas sérias, irritantes e desagradáveis, escolhidas com o objetivo de enfurecer um bom número de cidadãos” (NARLOCH, 2009: p.3), o autor cumpre veementemente a tarefa de embravecer alguns indivíduos. No entanto, a sucessão de tal ocorrido se dá exatamente por Narloch não cumprir com o aspecto de sua declaração concernente a “pesquisas históricas sérias” (NARLOCH, 2009: p.3) e, sobretudo, por inserir algumas interpretações de caráter um tanto quanto questionável para os profissionais da área de História. Tendo em vista essas discussões, almeja-se neste trabalho analisar os elementos articulados pelo autor em sua obra, com intuito de identificar quais sentidos

Narloch objetiva anexar ao fenômeno da escravidão no contexto de narrativas históricas chamadas revisionistas.

Se baseado em Hayden White e entendendo a história como construções discursivas possíveis do passado, procuramos analisar a obra de Narloch não como uma narrativa histórica legítima para se pensar o passado, pois esta não utiliza dos mesmos métodos da pesquisa histórica, mas sim de estratégias de escrita para alterar o sentido e falsificar conscientemente o passado. Baseamo-nos nos textos de Luís Edmundo Moraes, para defender a ideia de que as afirmações negacionistas não podem ser consideradas como interpretações aceitáveis dos fatos históricos. Além disso, diferenciando as produções negacionistas das pesquisas sérias dos historiadores, não colocando-os ao mesmo nível, Moraes denuncia os negacionistas de uma “pretensa falsidade da historiografia” (MORAES, 2018: p.1). Assim, para o autor, “o negacionismo é o limite do que pode ser dito” (MORAES, 2018: p.04). A própria autodenominação dos negacionistas em revisionistas demonstra a tentativa de legitimação de seus discursos, através de um processo institucional para validar suas ideias principalmente na esfera pública.

Baseamo-nos em Paul Ricoeur para considerar que a história é constantemente reescrita. Dessa forma, a historiografia se constitui dos revisionismos, os historiadores olham para o objeto histórico a partir do presente, fazendo novas perguntas, indagações e construindo novos problemas. Revisar o passado faz parte do ofício do historiador, assim como criar novas visões e diferentes interpretações. Mas é necessário afirmar que os estudos negacionistas não possuem uma rigorosidade metodológica, e nem os mesmos critérios de validação da historiografia. A prática do historiador é limitada pela ética, e esta constitui o seu ofício. Entende-se que a história é aberta à diversas interpretações do passado, porém não deixa de possuir um compromisso com a verdade, os fatos apresentados e a narrativa produzida precisam seguir um rigor do método que rege a função do historiador. Dito isso, o termo revisionismo conservador, normalmente utilizado para se referir à essas produções negacionistas, será, politicamente, deixado de lado e operaremos neste artigo somente com o termo negacionismo.

O negacionismo histórico enquanto movimento político-intelectual da extrema-direita, teve início após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de negar “que o

extermínio planejado e executado durante o Terceiro Reich tenha existido” (MORAES, 2011: p.3). Porém é necessário diferenciá-lo do que, segundo Avila (2019), seria o conceito de Negacionismo Contemporâneo utilizado neste artigo para se referir à um negacionismo científico, o qual não atinge somente a historiografia, mas diversas áreas científicas como um todo, não cabendo neste artigo uma análise e um estudo específico que o tema necessita.

Segundo Moraes (2011), os negacionistas, a partir da disputa pela memória através de temas sensíveis como ditadura, escravidão, nazismo entre outros, têm o objetivo de usar o passado como um projeto político no presente. Ademais, assim como Narloch, os negacionistas contemporâneos contestando a historiografia e buscando revelar a verdade histórica, no sentido de única e incontestável, se igualam à ambição da historiografia do século XIX, objetivista e realista.

A sala de aula de história possuindo uma variedade de saberes históricos circulantes na sociedade também pode ser afetada por ideias e narrativas negacionistas. Os alunos possuem uma bagagem de saberes históricos produzidos a partir de diversos espaços como a mídia, a família, a religião, o próprio livro didático e atualmente da *internet* e redes sociais. Por isso, o ensino de História também pode ser considerado um lugar de disputa de narrativas (LAVILLE, 1999), onde saberes históricos são colocados em relação. Os professores possuem o desafio da construção de conhecimentos que estejam no domínio do verdadeiro, garantindo um fluxo de cientificidade e de demandas axiológicas (MARTINS, 2019), mas se diferenciando das concepções negacionistas.

É bastante comum, que autores como Narloch, considerem o conhecimento ensinado na escola como um conhecimento errado, ultrapassado e ideologicamente vinculados a partidos de esquerda. O professor torna-se o inimigo a ser batido, como defende o movimento Escola Sem Partido e, por isso, faz-se necessário revelar a história verdadeira. É possível ver essa contestação da história ensinada através de matérias e vídeos da internet como os “10 fatos sobre o Brasil que você aprendeu errado na

escola”²³⁷. O livro de análise deste artigo, procura justamente contar outra versão da história distinguindo-a da história ensinada nas escolas.

No tocante a teoria discursiva pós-fundacional, convém-nos destacar a potência perscrutadora desta perspectiva nas investigações que objetivam identificar e problematizar mobilizações e formações discursivas. Não é pretendido, por outro lado, esgotar aqui as possibilidades analíticas referentes às construções discursivas do autor, visto que tal operação é considerada inconcebível partindo do referencial teórico que nos respalda, mas explorar os elementos articulados em uma formação discursiva que, negando seus vínculos políticos, pretende assumir a condição de verdade histórica neutra e, por isso, supostamente mais verdadeira.

Neste momento, um breve esclarecimento quanto ao referencial teórico através do qual este trabalho é elaborado merece ser feito. É a partir das teorizações discursivas pós-fundacionais de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe que se constrói esta produção. A visão que permeia esta abordagem entende a produção de significados como um ato expressamente político e inviabiliza quaisquer perspectivas essencialistas e totalizantes que supostamente situem-se fora de um sistema discursivo. É importante assinalar, deste modo, que para Laclau e Mouffe o discurso não se resume a prática oratória ou ao exercício da escrita, os autores entendem o discurso como

uma prática (ações e enunciados) que resulta de processos articulatórios voltados para a produção de uma determinada unidade de significação da realidade que, como tal, busca se sedimentar enquanto uma verdade última na organização das relações sociais (Laclau e Mouffe, 2015; Laclau, 2000 *apud* MARQUES, 2020: p.17).

Ao adentrarmos no objeto apresentado no início deste texto, procuraremos explicitar aquilo que Laclau definiu como “luta de poder” (Laclau *apud* MARTINS,

²³⁷ Manchete de uma matéria da revista Super Interessante. link: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/10-fatos-sobre-o-brasil-que-voce-aprendeu-errado-na-escola/>

2019: p.48) em torno da hegemonização de um sentido particular que se pretende universal. Nesse caso específico, procuraremos analisar os sentidos que Narloch – em lutas de poder travadas contra parte dos profissionais da área de História - pretende hegemonizar em torno das discussões sobre escravidão no campo da História e do ensino desta disciplina.

TEORIA DO DISCURSO E O OLHAR PARA AS NARRATIVAS NEGACIONISTAS

É importante mencionar, que a utilização da teoria discursiva na pauta pós-fundacional como referencial teórico - ou se quisermos ser mais abrangentes, como elemento de referência para a constituição de nossa postura epistêmica - não nos priva de olhar para narrativas negacionistas como interpretações incorretas e, portanto, fora do domínio do verdadeiro dentro dos regimes historiográfico acadêmico e historiográfico escolar.

Os motivos dessas interpretações serem consideradas inconsistentes para a disciplina histórica serão discutidos mais adiante, porém, desde já, cabe declarar que a concepção do discurso como “o terreno primário no qual a realidade se constitui” (FERREIRA, 2011: p.13) e a negação, desta forma, de qualquer perspectiva essencialista e possuidora de uma verdade transcendental, não concerne na viabilização de narrativas que pretendem ignorar a materialidade/ocorrência de objetos/eventos. Ou seja, realizar pesquisas na pauta pós-fundacional, consiste em empregar apostas para a hegemonização de novos significados, mas, por outro lado, consiste também em reconhecer “que há contornos que em cada tempo-espaço histórico são definidos como limites e, ao mesmo tempo possibilidades, do que pode ou não ser considerado verdadeiro” (MARTINS, 2019: p.40). Sendo assim, adotar uma postura discursiva pós-fundacional não representa abrir mão da objetividade e, tampouco, da verdade. De forma alguma pretende-se inserir numa lógica de equivalência pesquisas sérias que promovem o conhecimento e interpretações criadas sem o seguimento de nenhum protocolo que as legitime como enunciados científicos.

Vale ainda ressaltar que a própria noção de formação discursiva remete a uma lógica de diferença, ou seja, um discurso assume sua identidade a partir daquilo que ele não se diz ser. Desta forma, a articulação de elementos para a formação de um discurso baseia-se na exclusão de outros. Ou melhor, na assunção de um *exterior constitutivo*²³⁸. Isso ocorre porque a inclusão desses elementos “rejeitados” poderia resultar na perda da natureza do discurso em si (FERREIRA, 2011: p.17).

Dito isso, compete-nos agora destacar os sentidos que Narloch atribui à escravidão e assinalar por quais motivos as interpretações destacadas por esse autor não se mostram apropriadas para que se realize apostas políticas fundamentadas numa matriz de conhecimento legítima. Concomitantemente, destacaremos alguns riscos que tais noções trazem para o ensino de história e, em função disso, os desafios colocados sobre os professores que têm por objetivo construir narrativas históricas que estejam no domínio do verdadeiro.

O GUIA POLITICAMENTE INCORRETO DA HISTÓRIA DO BRASIL

Conforme apresentado no início do artigo, Narloch contesta a historiografia e considera-a como ideologicamente de esquerda, e então procura apresentar em seu livro a “história verdadeira” dos fatos. Inicialmente, apresentando o seu objetivo, ele diz que o “livro não quer ser um falso estudo acadêmico, como daqueles estudiosos, e sim uma provocação” (NARLOCH, 2009: p.3). Dessa forma, tratando de temas como escravidão, colonização, ditadura militar, entre outros, busca-se construir narrativas nas ideias de objetividade e imparcialidade. Porém, entendendo que todo discurso é político e possui uma ideologia, é preciso analisar quais são as razões de Narloch em seu livro. Para este

²³⁸ Assim como Martins pontua em um de seus trabalhos, o exterior constitutivo deve ser entendido como o que é politicamente expelido da cadeia de equivalências, é o inimigo comum de todos os elementos que, naquela formação discursiva, apagam artificialmente suas diferenças podendo manter-se equivalentes em relação a outra unidade diferencial que permita essas equivalências. Na teoria laclauiana, esse inimigo comum é chamado de exterior constitutivo, e é ele que, ao ser colocado para fora da cadeia equivalencial, confere identidade aos que estão do lado de dentro” (MARTINS, 2019, p.46).

artigo, buscaremos analisar a temática escravidão e como esta é discursivamente construída no livro.

Para analisar o livro “Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil” faz-se necessário primeiramente contextualizar o ano em que o mesmo foi publicado, e dessa forma compreender o seu objetivo enquanto um projeto político. A data de sua publicação se dá em 2009, durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Esse período marcou o fortalecimento do diálogo com movimentos sociais que defendiam a implementação de políticas públicas compensatórias, como as cotas e demarcações de terras indígenas, se baseando na ideia de “dívida histórica” com certos grupos como os negros e os povos indígenas. Márcia Teté analisando os guias diz que estes “pensam o passado com base em uma preocupação referente ao presente” (RAMOS, 2016: p.119), pois procuram justificar as políticas afirmativas e sociais como políticas de vitimização. Assim, sua narrativa tem como objetivo defender a extinção de tais “privilégios” e invalidar a luta desses grupos atualmente.

Para Narloch, foi a historiografia “tradicional”, chamada por ele de historiografia politicamente correta, que criou a ideia de dívida histórica à alguns grupos considerados subjugados e dominados no passado. O processo histórico da escravidão africana, é entendido por esses novos estudos historiográficos como a causa do atual racismo existente no Brasil. Por isso, compreendendo as continuidades na história e considerando a crueldade da escravidão, muitos pesquisadores problematizam a desigualdade racial e apontam a necessidade de haver políticas para reduzi-la.

É contra essa ideia que Narloch constrói sua narrativa. Para ele, a escravidão não deixou marcas na nossa sociedade, então, reforçando a ideia de igualdade entre os brasileiros, não haveria motivos para a existência de políticas compensatórias. A escravidão é considerada por ele apenas como uma parte ruim do nosso passado, e que deve ser deixado lá. Os negros, atualmente, estariam utilizando da escravidão para se vitimizarem e obterem privilégios, pois com a abolição da escravidão, todos passaram a ser considerados iguais perante a lei.

Segundo Márcia Teté, Narloch utiliza de algumas estratégias textuais para construir e validar seus argumentos, como o efeito de proximidade, através do pronome

“você”, o efeito de atualidade, efeito de verdade e o efeito de legitimidade, no qual utiliza dos revisionismos da historiografia a partir da década de 80 para fundamentar sua narrativa. No entanto, como dito na introdução, não entendemos a obra de Narloch como uma revisão historiográfica, ou uma interpretação de passado possível. Segundo Luís Edmundo há certos procedimentos historiográficos que o historiador precisa seguir, e que não estão presentes em textos negacionistas, pois para ele:

O texto historiográfico possui padrões de formas específicas, determinadas por procedimentos metodológicos estabelecidos no campo disciplinar e que, em última instância, validam as proposições apresentadas ao ponto de serem incorporadas socialmente como passado. (MORAES, 2018, p.03)

O texto de Narloch, mesmo utilizando os estudos revisionistas que foram escritos seguindo os métodos da historiografia, possui distorções, alterações, omissões de fatos e falsificação do passado. E são essas distorções que estamos criticando e chamando de negacionismo. Para Edmundo, o “texto negacionista não é historiografia, não é uma leitura possível do passado, nem tampouco um texto que propõe de forma legítima um passado alternativo.” E ao concordar com Edmundo não negamos o caráter relativo da história e nem tampouco defendemos a volta de uma história imóvel do século XIX. Colocamos o negacionismo como o limite da historiografia e do ofício do historiador, dessa forma enfatizando “o que não é possível ser dito por um texto historiográfico” (MORAES, 2018: p.04). Destacando-se a propriedade ética que constitui o trabalho do historiador e a sua intenção de verdade, mesmo possuindo a noção que a verdade não é absoluta.

A partir da década de 80 do século XX, diversos temas vêm sendo revisados pela historiografia. Os pesquisadores estão buscando complexificar processos históricos e analisar a história através de outros agentes. Os índios e os afrodescendentes deixam de ser vítimas indefesas, que agiam passivamente, para serem reconhecidos como seres possíveis de ação. É uma tentativa de olhar, através da perspectiva do escravizado, o processo de escravização, por exemplo. Não se nega nesses novos estudos, o caráter violento existente no escravismo brasileiro, e tampouco as consequências históricas que

resulta-se desse sistema. O racismo em nenhum momento é questionado. Porém procura-se observar o lado humanizado do escravizado e suas formas de resistências, compreendendo outras possibilidades de ação para além da revolta violenta.

Dito isso, é importante observar que Narloch utiliza-se desse revisionismo, presente na historiografia, ao mesmo tempo que ele realiza omissões e distorções para atingir seu objetivo. Em seu livro encontram-se referências de historiadores como Ronaldo Vainfas, Manolo Florentino e Flávio dos Santos Gomes, ele diz que “quando os historiadores passaram a dar mais peso à influência da cultura africana na escravidão brasileira” os “negros deixaram de ser vistos como vítimas constantemente passivas, que nunca agiam por escolha própria” (NARLOCH, 2009: p.43), dessa forma buscando mostrar o negro como sujeito ativo e protagonista da história.

Mas Narloch utilizando de generalizações, alterações e desonestidade busca criar argumentos que diminui o caráter violento do processo de escravidão. Dessa forma, relativizando a escravidão ao mesmo tempo afastando a “possibilidade de se responsabilizar os colonizadores pela construção do sistema escravista e pelo tráfico de seres humanos, bem como a de se reconhecer os privilégios daí advindos” (AVILA, 2019).

A história politicamente incorreta de Narloch, se baseia em ideias como: Zumbi possuía escravos; já houve um tempo em que escravos possuíam olhos azuis; os sonhos dos escravos era ter escravos; foram os africanos que ensinaram os portugueses a comprar escravos, entre outras, que dissemina na arena pública a visão de que a escravidão não teria sido tão cruel e perversa. Assim, concordamos com Márcia Teté, quando ela diz que:

O fato de que escravizados tenham, quando libertos, comprado escravos, não deve, na minha perspectiva, servir para atualmente se relativizar a escravidão, mas para pensar que naquele contexto histórico a escravidão era internalizada pelos sujeitos como natural e normal. (RAMOS, 2016, p. 118)

Não queremos neste artigo, criticar os novos estudos revisionistas da história, pois como apresentamos anteriormente, distinguimos o trabalho de revisão histórica de práticas negacionistas. Para legitimar suas ideias, Narloch modifica e manipula o revisionismo. E conseqüentemente, o texto de Narloch se difere dos revisionistas quando “rompe com as regras fundantes do campo historiográfico” ao realizar “manipulação de documentos verdadeiros através de citações falseadas ou parciais, mudando o sentido original para que se encaixe na cadeia argumentativa” (MARTINS, 2018: p.05).

Ao mesmo tempo que Narloch procura se legitimar através dos revisionismos, como uma garantia de cientificidade e legitimidade de sua narrativa, sua concepção de história ainda é do século XIX. A história tradicional, assim como o ensino tradicional, estariam errados por serem ideologicamente de esquerda, enquanto esses novos estudos trazem a verdade absoluta dos fatos, como uma tentativa de reescrita do passado e da história.

ENSINO DE HISTÓRIA E A DISPUTA DE NARRATIVAS

Narloch considera o ensino de história e o conteúdo estudado na escola atrasado. E, por isso, entende como necessário, por meio de seu livro, apresentar a verdade sobre os fatos. Colocando-se na posição de neutralidade e de objetividade, enquanto o professor de história é visto como ideologicamente influenciado pela esquerda, Narloch deslegitima o papel do professor em sua relação específica com o conhecimento e na atribuição de sentido ao passado. Para ele:

O problema é que essa nova história demora a chegar às pessoas em geral. Os livros didáticos continuam dizendo que o verdadeiro nome de Zumbi era Francisco e que ele teve educação católica [...]. Ainda se aprende na escola que o Brasil praticou um genocídio no Paraguai durante uma guerra que teria sido criada pela Inglaterra. E tem muito descendente de europeu achando que é culpado pelo tráfico de escravos, apesar de a maioria de seus ancestrais ter imigrado quando a escravidão dse extinguiu. (NARLOCH, 2009: p.5)

Ao colocar o ensino de história como atrasado em relação às novas narrativas produzidas pelo revisionismo, o autor considera que a historiografia, o saber de referência, é superior ao saber histórico escolar. Essa visão concebe o ensino de História somente como uma transmissão e vulgarização do conhecimento produzido pelos historiadores e pesquisadores, reforçando o que Gabriel (2015) denomina de *tese do descompasso*. Essa tese aponta a hierarquização entre os campos de saberes, no qual o ensino de história estaria sempre atrás da historiografia.

É importante pontuar que entendemos que o saber histórico escolar se relaciona com o saber de referência, mas não se reduz a ele. Os processos de construção e de validação de conhecimento se diferem. O professor ao ensinar, articula e mobiliza vários saberes que circulam na sociedade, além do conteúdo historiográfico. Ao construir uma narrativa que esteja no domínio do verdadeiro, o professor coloca saberes históricos em relação e atribui sentido ao passado realizando escolhas, ênfases e omissões (MONTEIRO, 2007).

Dessa forma, entendemos a originalidade da cultura escolar, como uma cultura específica produzida pela escola, e nos baseamos nos estudos de André Chervel para romper com a ideia da escola sendo somente um “simples agente de transmissão de saberes elaborados fora dela” (FARIA FILHO, 2004, p. 144), inferiorizando os saberes produzidos nas construções das disciplinas escolares. Ao mesmo tempo, reconhecemos a derivação da disciplina escolar do conhecimento acadêmico. Carmen Gabriel e Ana Maria Monteiro dizem que o conhecimento escolar possui uma “construção epistemológica própria e específica”, sendo uma “criação da cultura escolar (Forquin, 1992) que mantém diálogos necessários e contínuos com o conhecimento acadêmico/científico de referência, no caso a Teoria da História e a Historiografia” (GABRIEL, MONTEIRO, 2013, p. 33). Ou seja, em nosso entendimento, a especificidade/originalidade do Ensino de História reside na ideia desse procedimento articular elementos da já citada cultura escolar e, ao mesmo, da chamada cultura histórica - entendida como um conjunto de características próprias do conhecimento histórico-científico, ornamentadas em torno de uma racionalidade particular do

pensamento histórico, no qual a questão das temporalidades assumem condição incontornável.

Assim como no espaço público, em que existe uma disputa de narrativas históricas e de memória sobre o passado, a escola também é constituída de disputas. Os alunos produzem aprendizados em diferentes situações e experiências da vida, a escola não é a única responsável por isso. Portanto, o Guia também pode influenciar o conhecimento que estes alunos produzem sobre o passado. Por isso, torna-se importante que o professor saiba lidar com essas narrativas negacionistas. Pois segundo Márcia Teté, ao realizar uma pesquisa sobre o que os alunos pensavam sobre os Guia, ela conclui que este:

possui muita aceitação dos alunos e que assim, os conhecimentos históricos que a professora procura construir podem não ter o mesmo peso de convencimento que aqueles apresentados pelo Guia com a formatação mais adequada ao universo cultural do jovem. (RAMOS, 2015, p.361)

O trabalho do professor é regido pelo princípio ético, mesmo reconhecendo as subjetividades e as escolhas teóricas e políticas que orientam a prática docente, nesta há um compromisso com a verdade. Não admitindo, portanto, que teorias negacionistas tenham lugar nas aulas de história. Pois, ter a possibilidade, na história, de haver várias leituras não significa que todas sejam válidas. E por isso, o professor precisa utilizar de sua autoridade pedagógica para saber relacionar os saberes que os alunos trazem com o conhecimento científico e o conteúdo. A responsabilidade do docente se torna romper com a história pronta e criar um conhecimento que esteja no domínio do verdadeiro.

O ensino de história possui um rigor através do fluxo de cientificidade que é garantido pelo conhecimento e este precisa ser validado pelo professor. Na construção do conhecimento, é através da narrativa que se cria uma estrutura e uma coerência entre os fatos históricos, tornando-os compreensíveis aos alunos. A atuação do professor se dá, portanto, pela escolhas e construções de narrativas, mobilizando argumentos para que essas narrativas se tornem inteligíveis.

Narloch ao colocar como errôneo e atrasado o conhecimento produzido pelo professor em sala de aula, dissemina ideias negacionistas tanto sobre a temática da escravidão quanto de outras temáticas abordadas em seu livro. Fazendo com que alunos criem desconfiança com os saberes ensinados pelos professores e dificultando o processo de formação crítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se, portanto, que escolhemos usar o termo negacionismo para tratar da obra de Narloch. Entendemos essa escolha como uma aposta política, o que é fruto do referencial teórico ao qual nos apoiamos - a teoria discursiva pós-fundacional. Essa postura epistêmica nega quaisquer tipos de essencialismos ou verdades transcendentais e deposita no campo da discursividade toda a possibilidade de construção da realidade. Mesmo tendo em vista o caráter aberto do social e negando os essencialismos, essa postura permite-nos enquadrar a obra de Narloch fora daquilo que entendemos como conhecimento histórico legítimo dentro dos discursos históricos acadêmico e escolar. Os motivos pelos quais consideramos a abordagem de narloch incorreta vão desde uma pretensa objetividade característica de um pensamento histórico há muito superado, até a manipulação de documentos verdadeiros para a construção de citações completa ou parcialmente falsas. Essas concepções resultam também em ataques ao conhecimento histórico escolar. Como pudemos ver, Narloch profere falácias que deslegitimam o papel do professor em sua relação específica com o conhecimento e na atribuição de sentido ao passado. Ou seja, o discurso negacionista de Narloch reforça a tese do descompasso e pretende fragilizar o poder de atuação dos professores nas aulas de História. Entretanto, na contramão dessa narrativa, enxergamos o Ensino de História como um lugar de fronteira, onde se faz necessária a articulação tanto da chamada cultura escolar, quanto da cultura histórica. Assim sendo, compreendemos a pertinência de se romper com o discurso hierarquizante - intrínseco à tese do descompasso - e reconhecer o papel dos professores de História como intelectuais que realizam a produção de conhecimentos situados em zona fronteira articulando, assim como já foi dito, a cultura histórica e a cultura escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVILA, Arthur de Lima. Qual passado usar? A historiografia diante dos negacionismos (artigo). In: **Café História – história feita com cliques**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/negacionismo-historico-historiografia/>. Publicado em: 29 abr. 2019. Acesso: [18 out 2020].

FARIA FILHO et al. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

FERREIRA, F. A.. Para entender a teoria do discurso de Ernesto Laclau. *Revista Espaço Acadêmico (UEM)*, v. 11, p. 12-18, 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GABRIEL, Carmen, MONTEIRO, Ana Maria. Currículo de História e Narrativa: desafios epistemológicos e apostas políticas. In: *Pesquisa em Ensino de História*. 1ª edição. Mauad, 2013.

LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 19, nº 38, p. 125-138. 1999

Luís Edmundo de Souza Moraes. O Negacionismo e as Disputas de Memória: Reflexões sobre intelectuais de extrema-direita e a negação do holocausto. *Anais do XVIII Encontro de História - ANPUH*. Rio de Janeiro. 2018.

LUÍS EDMUNDO DE SOUZA MORAES. O Negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o Passado. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.

MARQUES, Marcelo de Souza. Status Ontológico da Teoria do Discurso (TD) em Laclau e Mouffe: diálogos, perspectivas teóricas e conceitos básicos. *Dados*, [S.L.], v. 63, n. 2, p. 1-33, 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/001152582020211>

MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim. **A (im)possibilidade da avaliação no ensino de história: uma análise a partir de exercícios de livros didáticos**. Rio de Janeiro: UFRJ, tese de doutorado, 2019.

NARLOCH, Leandro. *Guia politicamente incorreto da História do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Leya, 2011.

PÓS-FUNDACIONALISMO EM CONTRIBUIÇÃO PARA AS ANÁLISES DE CURRÍCULO: DEBATES SOBRE ENSINO, APRENDIZAGEM E NARRATIVA.

Marcelo Luiz Guimarães Pereira²³⁹

RESUMO: O presente escrito objetiva demonstrar os resultados do encontro da postura epistêmica pós-fundacional com as teorias de currículo, e também discorrer sobre as maneiras em que essa episteme contribui para as reflexões acerca do próprio currículo, do ensino de História, e das narrativas que são construídas dentro da sala de aula. Além de nos proporcionar ferramentas para debater as concepções tradicionais de ensino e entender como os pensamentos intitulados “pós”, surgidos em um momento posterior às concepções críticas do currículo, contribuem para que outras articulações e perspectivas sobre o ensino de história sejam arquitetadas e, desta maneira, abrem-se caminhos para a incorporação de novas interpretações para o currículo de História.

PALVRAS-CHAVE: Pós-fundacional; Currículo; Ensino de História

ABSTRACT: The article aims to demonstrate the results of the encounter between the postfoundational epistemic posture and curriculum theories, and also to discuss the ways in which that episteme contributes to reflections about the curriculum itself, the history teaching, and the narratives that are built inside the classroom. In addition to providing tools to debate traditional conceptions of teaching and how the thoughts entitled “post”, which arose after the “critics” conceptions of the curriculum, contribute to another articulations and perspectives on the history teaching to be architected and paths are opened for the incorporation of new interpretations to the History curriculum.

KEYWORDS: Postfoundationism; Curriculum; History teaching

Este breve ensaio visa, a partir de uma postura epistêmica pós-fundacional, tecer críticas aos essencialismos que caracterizam as tradições do Ensino de História - por exemplo o ensino tratado como apenas uma memorização dos saberes, narrativas predominantemente eurocêntricas, entre outros -, no que diz respeito a ensino,

²³⁹ Graduando do curso de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: marcelo-luiz26@outlook.com

aprendizagem e narrativas históricas que são abordadas e/ou formuladas em salas de aula.

Ademais, ressalta-se a forma em que os pensamentos denominados “pós” contribuem para que outras articulações e perspectivas sejam arquitetadas e, desta maneira, abrem-se caminhos para a incorporação de novas interpretações para o currículo de História.

As teorias de currículo também assumem um papel relevante nesta análise, para se pensar em outras formas de aprendizagem e em outras formas de ensinar. Assim “O campo do Currículo abre espaços para outras narrativas” (GABRIEL; MONTEIRO, 2014, p 25), desta forma, conseguimos trabalhar com novos questionamentos para produzir outros sentidos de ensino e de aprendizagem da História escolar.

Isso se torna bem claro quando é observado a construção que vem sendo feita sobre o currículo desde as concepções tradicionais, onde o objetivo do currículo era preparar o indivíduo, que estava inserido no contexto escolar para a vida adulta, criando-se assim, uma perspectiva tecnicista onde os professores são impedidos da possibilidade de pensar nos conteúdos que estão sendo aplicados, nesse contexto, esses professores serão transformados em “técnicos de ensino”, e sabem trabalhar apenas os conteúdos da sala de aula para que sejam transmitidos e memorizados pelos alunos.

Nesse mesmo contexto, alguns autores começam a tecer críticas a essa escola, argumentando que esse modelo de currículo prometia a ascensão social, mas apenas promovia desigualdade social. Esse grupo de autores contribuíram para o pensamento de uma pedagogia crítica que tivesse a capacidade de revelar toda aquela ideologia que estava inserida naqueles conhecimentos.

Na última década do século XX até os dias de hoje, aparecem outras teorias que irão oferecer diferentes formas de análise da sociedade, como por exemplo: pós-estruturalismo, pós-modernismo, entre outros. Essas teorias questionam as promessas da modernidade, não apostam nas fixações das identidades, problematizam as verdades dos discursos científicos, além de entender que é preciso construir uma sociedade que valoriza as diferenças, a partir daí, trabalham com alguns conceitos como: cultura, identidade, gênero, raça, etnia, etc. Se agrupam em torno de um conceito de cultura que é a luta pela validação de significados, entendem a escola e o currículo como um campo

de disputas, onde os valores estão sempre em construção, e não há uma essência propriamente dita. A partir daí, essa nova proposta será chamada de teoria pós-crítica.

A partir dessa exposição, observa-se que, de acordo com Tomaz Tadeu da Silva (2011), ao perceber o currículo através de uma perspectiva pós-estruturalista, entendemos que o mesmo se trata de uma questão de poder, ou seja, selecionar, destacar, privilegiar são operações de poder. Assim sendo, para o autor, são essas questões que irão diferenciar as teorias tradicionais da crítica e da pós-crítica. Isso porque, as tradicionais, como já foi dito anteriormente, buscam apenas ser teorias neutras, científicas, que objetivam apenas a preparação do indivíduo pra vida adulta e, conseqüentemente transformar o professor em um técnico de ensino. Já as críticas e pós-críticas, demonstram que não há neutralidade nas teorias, além disso, estão inseridas diretamente nas relações de poder e identidade.

Assim sendo, da mesma maneira em que as teorias críticas deslocaram nossos olhares para os conceitos de ideologia e poder, as teorias pós críticas, ao problematizarem as verdades dos discursos científicos e os questionamentos acerca da especialização dos conceitos, abre-se caminhos para que novas maneiras de conceber o currículo possam surgir.

Destarte, no que se refere a inserção dos pensamentos denominados “pós” nas discussões acerca do pensamento curricular no Brasil, as pensadoras Carmen Gabriel e Ana Maria Monteiro nos guiam no primeiro capítulo do livro “Pesquisa em Ensino de História: Entre desafios epistemológicos e apostas políticas”. Capítulo este que é intitulado “Currículo de História e Narrativa: Desafios Epistemológicos e apostas políticas”. Gabriel e Monteiro comentam as formas em que esses “pós” “abre novos caminhos e perspectivas de análise, reorganizando as relações de poder e as representações em disputa pela hegemonia interna do campo.” (GABRIEL; MONTEIRO, 2014). Com isso, entendemos que ao fazer a associação destes termos que estão inseridos dentro de uma perspectiva pós-estruturalista às definições de currículo que são trabalhadas hoje, torna-se visível a abertura de sentido para a construção de novas narrativas nas quais irão contribuir para reflexão acerca das atuais configurações do currículo.

A diferenciação, por sua vez, entre as teorias curriculares críticas e “pós críticas” mobiliza critérios de classificação que dizem respeito à

escolha dos sentidos atribuídos a conceitos ou categorias - “conhecimento”, “poder”, “ideologia”, “identidade”, “sujeitos”, “cultura”, “diferença”, “linguagem” - considerados chaves de leitura nas análises curriculares – e às articulações estabelecidas entre os mesmos, no âmbito das múltiplas formulações teóricas que atravessam esse campo. “História do currículo”, “história das disciplinas”, “processos de distribuição do conhecimento escolar”, “políticas de currículo”, “produção de identidades” ou de “subjetividades”, “questão da diferença no currículo” podem ser vistos como recortes temáticos ou vertentes da pesquisa dentro do campo do currículo, mais ou menos permeáveis a essas diferentes escolhas e interlocuções. (GABRIEL, 2019, p.74)

Deste modo, abrimos espaço para entender o pós-fundacional como a postura epistêmica que guiará essa discussão. Quando trabalharmos com esse termo, a discussão acerca da filosofia da ciência se torna presente, assim, quando utilizamos como base esses “pós”, acreditamos que a ciência tem seu valor de verdade, no entanto, deve-se reconhecer que ela não é a única forma de se produzir conhecimento. Este movimento é feito pensando na percepção da verdade em seu caráter histórico e provisório, além de enxergá-la de modo parcial e político. Entende-se, a partir daí, que essa argumentação não está sendo feita com o objetivo de abrir mão da ciência, e sim, pensá-la a partir de novas bases, mas sem assumir as promessas da modernidade, até porque, o pós-fundacional proporciona a reflexão de que é possível produzir conhecimento inscrito no domínio do verdadeiro sem se ater a ideia de verdade absoluta ou de reprodutibilidade.

Vale ressaltar que questionar o conhecimento científico e o estatuto da razão significa que o objetivo é reconhecer brechas para ressignificações e não abrir mão dos mesmos. Assim sendo, entende-se que o pós-fundacional reconhece a estrutura, mas nos proporciona falar em uma linguagem de possibilidades. Desse modo, a crítica que é feita se dá por conta dos fechamentos de sentidos, ou seja, tanto as definições de ciência histórica quanto do Ensino de História não são reduzidas apenas a fatos ou verificabilidades.

Quanto ao diálogo com a Epistemologia, trata-se de tentar evitar cair nas armadilhas do movimento pendular entre posições extremadas. Ir além das epistemologias realistas, que insistem em operar com verdades definitivas baseadas em lógicas esvaziadas das relações de poder, dos jogos de interesses. Mas também não deslizar em um relativismo epistemológico radical, que desconsidera a preocupação de mantermo-nos no domínio ou terreno da verdade, posição essa de difícil sustentação quando se trata de ensinar e aprender algo que

acreditamos “que valha a pena ser ensinado e aprendido” (Foquin, 1992). (GABRIEL; MONTEIRO, 2014, p. 26)

Nessa mesma linha de pensamento, Carmen Gabriel prossegue nos auxiliando no combate aos essencialismos provenientes das concepções tracionais de currículo. Com o surgimento das perspectivas pós-estruturalistas, como já comentamos anteriormente, se torna possível

encontrar novos entendimentos de *currículo de história* que o significam como espaço-tempo de fronteira produtor de identidades ou como espaço de enunciação da diferença, entre outros. Nesses estudos destacam-se o lugar atribuído à disciplina história nos processos de identificação sociocultural bem como seus efeitos performativos na produção da diferença a partir da mobilização das coordenadas espaço e tempo. De uma maneira geral, esse tipo de reflexão opera com a ideia de currículo-percurso-substantivo e currículo-percurso-verbo de forma articulada. A potencialidade heurística da categoria “narrativa histórica” tende a ser valorizada nessas reflexões permitindo simultaneamente se distanciar de perspectivas essencialistas na definição de conhecimento histórico escolar e trabalhar, de forma articulada, com dois eixos de problematização - o das identidades e temporalidades – estruturantes do pensamento histórico. (GABRIEL, 2019, p. 77)

Por conseguinte, o referencial teórico adotado nesta discussão permite o surgimento de reflexões acerca das abordagens da historiografia dentro de sala de aula. Nesse sentido, já foram feitas inúmeras críticas às formas de ensinar e aprender no âmbito da História, nesses debates um importante conceito que deve ser repensado emerge: a noção de narrativa.

Este conceito passou a ser visto a partir de outros referenciais por conta do advento da modernidade e da “racionalização do saber”, juntamente ao surgimento dos Annales. Desta forma, na historiografia a noção de narrativa tem sido revista e essa discussão é intensificada a partir das articulações com as teorias pós-críticas de currículo. Assim sendo, tendo como auxílio Carmen Gabriel e Ana Maria Monteiro (2014) para realizar essa análise, entendemos que com essa transição historiográfica

o objeto da ciência não é mais o indivíduo, mas os grupos sociais, tampouco a sequência de acontecimentos, mas os fatos sociais globais, a narrativa – percebida basicamente como dois acontecimentos ou situações ordenadas de forma linear no tempo, sucedendo-se um após

o outro, e protagonizados por indivíduos promovidos a heróis – torna-se uma linguagem obsoleta e inadequada para dar visibilidade à ciência histórica. Nessa perspectiva, uma linguagem que privilegie, na organização e apresentação dos dados, a modalidade analítica e estrutural, com ênfase preferencial nos dados qualitativos, tende a ser cada vez mais privilegiada em detrimento da narração. (GABRIEL; MONTEIRO, 2014, p. 29)

Apesar dos fatores que proporcionaram essas mudanças, a história narrativa que privilegia a História factual - tendo como característica a sequência linear de acontecimentos - ainda parece como hegemônica em algumas correntes historiográficas recentes.

Contudo, embora essa hegemonia ainda seja perceptível, o objetivo aqui é apostar na “fertilidade teórico-metodológica” da narrativa histórica, se distanciando um pouco da história narrativa. Assim sendo, pode-se evidenciar as contribuições advindas do surgimento das teorias pós-críticas, onde é ressaltado que a cronologia não é a única forma de dar sentido ao conhecimento histórico, como também, é proporcionado a reflexão de que a narrativa histórica é o rompimento com algumas das concepções que a história narrativa trouxe. Neste sentido, observa-se o distanciamento da linearidade e da história dos sujeitos, nos concedendo a chance de problematizar as formas tradicionais em que o ensino de história é tratado dentro da sala de aula.

À vista disso, vale ressaltar que nosso referencial teórico nos proporciona ferramentas para debater a concepção tradicional de currículo, a partir daí, questiona-se a ideia de ensino como apenas uma transmissão de conhecimento, a ideia de aprendizagem apenas como aquisição de um conhecimento alheio, determinadas narrativas vigentes em sala de aula notadamente eurocêntricas, com sentidos tradicionais de sujeito e abordagem temporal marcadamente cronológica e linear, postergando as abordagens da história vista de baixo, de outras temporalidades e racionalidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GABRIEL, Carmen Teresa; MONTEIRO, Ana Maria . Currículo de História e Narrativa: desafios epistemológicos e apostas políticas. In: Ana Maria Monteiro; Carmen Teresa Gabriel, Cinthia Monteiro de Araújo; Warley da Costa. (Org.). Pesquisa

em Ensino de História: entre desafios epistemológicos e apostas políticas. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014, v. 1, p. 23-40.

GABRIEL, Carmen Teresa. Currículo de História. In: Marieta de Moraes Ferreira; Margarida Maria Dias de Oliveira. (Org.). Dicionário de Ensino de História. 1ed. Rio de Janeiro: FGV, 2019, v. 1, p. 72-78.

SILVA, T. T.. Documentos de identidade. Uma introdução às teorias do currículo. 3 ed. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 2011.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. Teorias De Currículo. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim. A (im)possibilidade da avaliação no ensino de história: uma análise a partir de exercícios de livros didáticos. Rio de Janeiro: UFRJ, tese de doutorado, 2019.

Teorias de Currículo Revisão. (18:11 min). Publicado pelo canal Autor Univesp. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=N8XFq3Fz9z4>>. Acesso em: 12 nov 2020.

RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA E ENSINO DE HISTÓRIA: POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE, UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Letícia Silva Azevedo²⁴⁰

RESUMO: O artigo tem como objetivo construir uma análise do Programa Residência Pedagógica a partir do relato de experiência na condição de residente do curso de História. Apresenta-se o programa em seus objetivos, como também em suas limitações, identificando em seus objetivos a natureza de um ensino regulatório e tecnicista de que pretende o Governo. Contudo, o detalhamento do trabalho efetivamente empreendido mostra que o Programa Residência Pedagógica se apresenta como espaço potencializador de resistência e de formação docente, ainda que tenha pontos importantes a serem considerados para a continuidade do projeto. O funcionamento prático do projeto difere do texto legislativo que o institui, na medida em que os resultados promissores refletem um trabalho coletivo de professores universitários, da escola básica e licenciandos na construção de um projeto de educação dinâmico, crítico e participativo.

PALAVRAS - CHAVES: Residência Pedagógica, Formação Docente, Genocídio Negro, Racismo

ABSTRACT: The article aims to build an analysis of the Pedagogical Residency Program from the experience report as a resident of the History course. The program is presented in terms of its objectives, as well as in its limitations, identifying in its objectives the nature of a regulatory and technical education that the Government intends. However, the details of the work actually undertaken show that the Pedagogical Residency Program presents itself as a space to enhance resistance and teacher training, even though it has important points to be considered for the continuity of the project.

²⁴⁰ Graduanda em História pela PUC Minas - leticiadogs2011@hotmail.com

The practical functioning of the project differs from the legislative text that institutes it, inasmuch as the promising results reflect the collective work of university professor, elementary school and graduates in the construction of a dynamic, critical and participatory education project.

KEYWORDS: Pedagogical Residence, Teacher Education, Black Genocide, Racism

O Programa Residência Pedagógica, lançado pelo Governo Federal no primeiro semestre de 2018, trata-se de um programa de formação docente por meio da inserção dos licenciandos na Escola Básica. A proposta promove o trabalho integrado entre sociedade, escola e Instituição de Ensino Superior, para implementação de um estágio docente em que se pretende a formação prática dos licenciandos. O texto referenciador do projeto requer leitura e coleta de dados a respeito do espaço escolar, para desenvolvimento de práticas pedagógicas por parte dos licenciandos, como requerimento para efetiva formação prática docente. Nesse sentido, o programa se apresenta por uma lógica de formação utilitarista, tendo como referência a lógica de produção e experimentação do sistema capitalista de relações produtivas.

Contudo, esse texto apresenta uma análise do Programa por um relato de experiência na condição de Residente Pedagógica de História. O texto se faz pela apresentação do Programa e sua natureza tecnicista, seguida da apresentação da experiência realizada na Escola Municipal Professora Eleonora Pieuruccetti - EMPEP. O desenvolvimento do trabalho realizado partiu da premissa do ensino de História como disciplina que se dedica à formação de “indivíduos autônomos e críticos e levá-los a desenvolver as capacidades intelectuais e afetivas adequadas, fazendo com que trabalhem com conteúdos históricos abertos e variados, e não com conteúdos fechados e determinados (...)” (LAVILLE, p. 137, 1999)

O trabalho de formação docente na escola aconteceu por planejamentos e possibilidades de implementação de metodologias de desenvolvimento das capacidades por meio de uma pedagogia da descoberta e não da recepção. Desta maneira, o trabalho com os alunos partiu do reconhecimento de uma realidade problema, o Genocídio Negro, para a historicização dessa realidade, o que foi realizado com o cuidado de se

experenciar materiais, aulas e atividades diversas, visando aproveitar o espaço da escola com o que ele oferece em termos das capacidades, disposições e demandas dos alunos, bem como espaço aberto à implementação de novos materiais, metodologias e dinâmicas pedagógicas.

O texto apresenta o programa em suas áreas de atuação e formação, os núcleos pelos quais se desdobram sua lógica de funcionalidade; seguido dos resultados dos trabalhos junto aos alunos e o movimento do projeto desenvolvido com a turma, evidenciando as possibilidades de experimentação da docência nos limites da escola e do programa. Contudo, o texto tem a funcionalidade de apresentar o Residência Pedagógica como potente espaço de formação docente, bem como de resistência frente às investidas de um projeto de Estado centralizador e focado em controlar a atuação docente pela perspectiva de um ensino tecnicista. Aposta-se no Programa como espaço de formação, bem como elaboração autônoma e coletiva de uma educação libertadora e vinculada às especificidades da sociedade a qual as várias instituições de ensino respondem. O programa apresenta oportunidades e espaços de formação potentes, contudo,

Para além do que pode ser e significar a residência pedagógica, é preciso questionar o comprometimento do Estado Brasileiro com melhores condições de trabalho, carreira e remuneração para profissionais que já estão atuando em nossas escolas, com o fortalecimento das instituições de educação pública e gratuita, com a justiça social e com os princípios democráticos e humanitários de nossa ação. (FARIA; DINIZ-PEREIRA, 2019, p. 352)

O PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: ENTRE TENTATIVAS DE HOMOGENEIZAÇÃO E OS MÚLTIPLOS ESPAÇOS DE FORMAÇÃO

O Programa Residência Pedagógica foi instituído pelo Governo Federal em portaria GAB N° 38, de fevereiro de 2018 considerando a importância da formação de professores para atuação na Escola Básica como elemento de importância no desenvolvimento humano e sustentável do país. Nesse sentido, o programa se institui

sob a finalidade de apoiar as Instituições de Ensino Superior (IES) em parceria com as redes públicas de Educação Básica na implementação de propostas inovadoras na formação de graduandas e graduandos dos cursos de licenciatura, apostando na articulação entre teoria e prática docente.

Os objetivos listados na portaria de Instituição do Programa atribuem ênfase ao fortalecimento da prática docente, na medida em que considera que esse estágio supervisionado deve-se “exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente, utilizando coleta de dados e diagnóstico sobre o ensino e a aprendizagem escolar (...)” (PORTARIA GAB, 2018). Contudo, vale dizer, o Governo Federal instituiu esse programa por uma perspectiva utilitarista na medida em que, tendo como fonte referenciadora a perspectiva de atuação na produção capitalista assenta a formação docente em um treinamento prático centralizador, como se apenas nesse momento as habilidades e disposições pedagógicas dos licenciandos efetivamente se despontassem. (SILVA; CRUZ, 2018)

Ainda faz parte dos objetivos a reformulação dos estágios supervisionados dos cursos de licenciatura; a ampliação e consolidação da relação entre a IES e as escolas, além de reconhecer o protagonismo das redes de ensino na formação de professores; bem como a adequação dos currículos e propostas pedagógicas da formação inicial dos professores de Educação Básica às orientações da Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Esses objetivos evidenciam as possibilidades de controle da formação de professores instituídas pelo Governo Federal, que além de centrar o fazer pedagógico à uma prática de fundamentação técnica, que se limita a dimensão da profissionalização do saber docente, ainda pretende reformular os estágios supervisionados, esbarrando na autonomia das universidades, bem como instituindo a efetivação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, que foi duramente criticada quando do período de sua formulação. O Programa que se apresenta como mais uma oportunidade de formação docente, traz um texto legislativo que sinaliza o papel centralizador do Estado e de suas agências regulatórias. (SILVA; CRUZ, 2018)

A centralização do Estado nesse processo foi sentida pelo grupo de professores e residentes da PUC Minas envolvidos no programa, no momento de sua avaliação e desenvolvimento do projeto. A apresentação do programa não se configurou como

transporte de informações a respeito da finalidade, objetivos e a lógica de funcionamento, os espaços de formação foram demarcados pelas propostas de ações que convergiam metodologias de ensino e momentos reflexivos sobre as práticas pedagógicas alçadas nesse inédita configuração de formação docente. Os projetos seriam implementados ao lado de reuniões, avaliações e relatórios em produção sistemática para acompanhamento da atuação da IES e Escola Básica frente às determinações do Programa, bem como os limites, possibilidades e ganhos para a formação dos licenciandos, alinhada à autonomia universitária em diálogo com as escolas.

Nesse sentido, é importante que se inicie o relato pelo detalhamento dos agentes e espaços de formação que o construiu, que deu forma às propostas do Programa. Em relação aos agentes o programa se dividiu em, o que aqui chamo, de três núcleos de atuação, sendo o primeiro definido por uma coordenação geral, representada pela professora Andréia Santos, responsável por responder a PUC Minas perante à CAPES, bem como de fornecer as demandas e exigências dessa instituição à universidade. O segundo núcleo compreende os professores orientadores, para os quais cabia a coordenação de cada curso de licenciatura, esses, por sua vez, dirigiam seus esforços ao terceiro núcleo, o que era formado pelos professores das escolas básicas, denominados de professores preceptores e, ainda nesse terceiro núcleo, têm-se os residentes, licenciandos aos quais o projeto se volta. Dessa escala de profissionais estabeleceu-se uma certa fragmentação estratégica que resultou em três diferentes áreas de atuação, ainda que seus resultados sejam sistematicamente socializados em reuniões gerais.

A primeira diz respeito a uma dimensão mais geral, atividades oferecidas pela IES, a PUC Minas; onde os diversos cursos de licenciatura, professores orientadores, preceptores e residentes, se juntaram em encontros de formação para discussão de um projeto de educação tendo em vista o Programa e a realidade da escola. Nos encontros promovidos pela IES foram discutidas temáticas da área da Educação partilhada pelas diferentes licenciaturas, debates em torno da BNCC, Currículos Escolas, Uso de Tecnologias, são alguns exemplos. A segunda frente de atuação se fragmenta ao curso de licenciatura, um grupo formado pela professora orientadora Júlia Calvo, no caso da História, e professores da rede pública de educação, professora Carolina Alcântara, à

frente da Escola Estadual Maestro Villa Lobos; professora Renata, representando a Escola Estadual Professor Moraes; e, por fim, o professor Mariano Abreu, preceptor da Escola Municipal Professora Eleonora Pieruccetti - EMPEP. Os residentes da História se distribuíram por essas três instituições e seus respectivos preceptores. No caso deste relato, fui orientada pelo professor Mariano Abreu. Finalmente, a terceira área, de responsabilidade dos professores preceptores e as respectivas escolas, acontecia por uma frequência de duas vezes por semana, para que se formulasse e empreendesse os projetos coletivamente elaborados, considerando as demandas do programa, mas, em larga medida, as demandas dos alunos da escola básica e a disponibilidade dos residentes e professores preceptores, como se lerá neste relato.

Os encontros de formação foram momentos privilegiados para entendimento do novíssimo programa, bem como a avaliação do mesmo, contando com as contribuições de pesquisadores e pensadores da Educação, nos encontros promovidos pela IES; as valiosas experiências e produções dos professores preceptores; bem como as avaliações e planejamentos dos orientadores. E, de maneira especial, foram nesses espaços que a formação da docência se despertou gradativamente, por ser um lugar de planejamento, implementação e, sobretudo, sistemáticas avaliações dos professores preceptores, cuja experiência com a escola básica e a turma foram cruciais para o andamento dos projetos e a formação docente.

Os encontros semanais com o professor preceptor e os colegas residentes na EMPEP se revelaram como espaço potencializador de formação, traduzido pelo acompanhamento das aulas do professor, a nossa própria incursão em sala de aula e as avaliações semanais do nosso desempenho no trabalho realizado. Para que se consiga esclarecer o trabalho realizado é necessário que se apresente a lógica de divisão do mesmo dentro das possibilidades que a escola oferecia.

FORMAÇÃO DOCENTE EM HISTÓRIA: MANEJAMENTO DOS SABERES E POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS

Éramos cinco residentes na EMPEP para seis turmas que o professor lecionava. Contudo, estavam disponíveis apenas três turmas para a realização do projeto, em razão

do andamento do professor com o conteúdo e a disponibilidade de aulas que puderam ser cedidas. Aqui têm-se uma ressalva, o programa foi implementado sem consulta ou possibilidades de flexibilização e estratégias a respeito das capacidades das escolas e, de forma especial, dos professores, em receber esse contingente humano e conteúdo à mais, sendo assim, caberia aos professores cederem parte de suas aulas para realização do projeto, considerando os curtos prazos e o grande volume de conteúdo, atribuindo aos professores preceptores uma excessiva demanda. O professor preceptor Mariano conseguiu disponibilizar três turmas para o projeto no segundo semestre de 2019 com uma dupla de residentes para duas turmas e, na outra turma, eu assumi junto com o professor. Sendo assim, trabalhamos com dois encontros semanais, uma vez na semana tínhamos uma aula com a turma designada, enquanto que no outro dia da semana nos reunimos para discussão do projeto, seus desafios, possíveis mudanças e os pontos de acertos.

O início dos projetos foi marcado por um acompanhamento sistemático das atividades do professor preceptor. Começamos a acompanhar essas aulas e cabia aos residentes identificar a turma, observar sua forma de participação, os questionamentos feitos tanto pelo professor quanto pelos alunos, a forma usada para condução da aula e etc.. A finalidade do acompanhamento das aulas residia na primeira compreensão do conhecimento histórico quando do seu encontro com a escola, se desdobrando em um processo ativo e social de construção em que se faz “(...) necessário trabalhar dialeticamente, construindo o conhecimento numa relação entre professor, aluno, objeto e realidade.” (LITZ, 2009, p. 9). O objetivo foi perceber a turma e identificar seus desafios e potencialidades, para que se fizesse um projeto com maior grau de aplicabilidade.

O acompanhamento das aulas e as reuniões de planejamento esclareceram o lugar da professora ou professor como agente responsável pela mobilização e integração de saberes com autonomia relativa, dadas as contribuições do público, bem como do espaço e tempo de atuação. (MONTEIRO, 2015) Acompanhar as aulas do professor justifica-se como momento de aprendizado em torno do lugar do professor de História cuja atuação se inscreve nas demandas do tempo presente e que o condiciona à elaboração de narrativas “que articulam conhecimento historiográficos com saberes

docentes, dos alunos, das referências culturais do tempo presente, configurando mediações didático-culturais nas explicações produzidas.” (MONTEIRO, 2015, p. 168)

A partir desse primeiro contato com a turma, feito de maneira indireta, definimos uma temática para elaboração dos projetos. Considerando ser o segundo semestre do ano letivo, tomamos como ponto de encontro para apresentação dos resultados dos trabalhos desenvolvidos entre residentes e alunos o dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. A temática de trabalho escolhida, portanto, foi “Negritudes no Brasil”, contudo, cada turma trabalharia um subtema à escolha dos residentes. O subtema que desenvolvi junto aos alunos da turma 8º ano A foi “Negritudes no Brasil: juventude negra e violência.”

A escolha deste subtema partiu do entendimento da História como disciplina de formação para a cidadania participativa, pelo desenvolvimento de capacidades intelectuais e efetivas para a construção política democrática, para tanto, se constrói um planejamento que abarque a mobilização de uma multiplicidade de eventos e sujeitos construtores de seu tempo. (BITTENCOURT, 2018) Sendo assim, elencando pontos como o Dia da Consciência Negra como encontro de resultados dos trabalhos desenvolvidos no Programa Residência Pedagógica e as questões que pulverizam o tempo presente, o caso do assassinato da menina Ágatha Vitória Sales Félix, no Complexo do Alemão, na Zona Norte do Rio de Janeiro, em setembro de 2019, se apresentou como um importante gatilho para se discutir o problema da violência que de maneira sistemática e cuja frequência e razões acionam as problematizações empreendidas pela História. A questão da Juventude negra e violência estava nos jornais, estava ao alcance dos alunos, um elemento material de conhecimento em comum, o jornal.

A proposta do trabalho foi apresentar, refletir e produzir a respeito do contexto de violência no Brasil, cujos dados estatísticos apresentam alto índice de letalidade em relação à intersecção entre juventude negra e violência. Coube a mim, ao professor preceptor, bem como as contribuições dos espaços de formação do Residência Pedagógica, a elaboração do projeto, das aulas, as atividades e, junto à turma, o produto final a ser exposto na escola no Dia 20 de novembro. Neste dia, a turma 8º A atuou

como mais uma frente de denúncia e resistência à esses dados da violência que escancaram uma seletividade racista e classista ao direito à vida

Para dar início aos trabalhos, o formato aula expositiva foi a primeira opção sugerida pelo professor preceptor, uma maneira de me reconhecer no lugar de professora, levando em consideração a configuração pedagógica tradicional que compõe o imaginário escolar e legítimas práticas de ensino e aprendizagem. Posicionando-me na frente da turma e utilizando o quadro branco, investi-me do lugar de professora e, assim, com o reconhecimento da turma, deu-se início aos trabalhos. No quadro, apresentei a temática a ser desenvolvida: “Negritudes, Juventudes e Violência”.

A temática foi pensada para ser trabalhada em três momentos diferentes, definidos pela metodologia e materiais selecionados, os quais são: mídia jornalística; material audiovisual; análise iconográfica. No primeiro momento, em que nos debruçamos sobre o material de natureza jornalística, elencamos o jornal como material a ser apresentado e discutido pela turma como objeto de análise da realidade social que se tem a investigar. Dados, fatos e situações veiculados pelos jornais a respeito da violência em seu recorte racial, foram submetidos à uma primeira análise junto à turma, em atividades de ordem expositiva, bem como em trios. Entendendo o jornal enquanto “escrivão da realidade”, agente do campo político e ideológico determinante das representações de ordens culturais e políticas, (ZICMAN, 1985) buscou-se trabalhar com esse material objetivando compreender a realidade da temática proposta.

Neste primeiro momento de reconhecimento da realidade-problema pelos dados e informações do material jornalístico, a turma teve contato com os dados do Mapa da Violência, produzido pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO, em 2014. O relatório concluiu que a alta porcentagem de 77% das mortes por violência apresenta-se por um perfil cujas características são: homem, jovem, negro e morador de periferia. O recorte racial das análises empreendidas neste relatório do contexto de violência brasileira, apresenta uma queda de 24,8% do número de homicídios referentes à população branca, contra 38,7% de aumento das vítimas de homicídio da população negra. A discrepância entre esses dados apontam para uma “(...) crescente seletividade social dos que vão ser assassinados.” (WAISELFISZ, 2014, p. 131).

Ainda sobre os dados de violência da população negra foram apresentados ainda sob a perspectiva de gênero. O Atlas da Violência desenvolvido pelo IPEA em 2018, avaliando os dados de Homicídio entre Mulheres segundo raça/cor, constatou que as mulheres negras possuem uma taxa de homicídio superior a das mulheres não negras, sendo a diferença calculada em 71%. Em uma proporção, “(...) a taxa de homicídios para cada 100 mil mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto entre as não negras houve queda de 8%.” (DA VIOLÊNCIA, 2018, p. 52). Esses dados foram apresentados e discutidos com os alunos nas primeiras aulas, em um ritmo que lhes dessem a oportunidade de compreender a dimensão dessas porcentagens de uma realidade que até então era desconhecida.

A análise dos dados desvela uma realidade denunciada pelos movimentos da juventude negra e o movimento negro brasileiros: a morte letal de jovens negros não é causada apenas devido ao fato de serem na sua maioria pobres e viverem em situação de maior vulnerabilidade. Ela é atravessada fortemente pela raça. Ou seja, ser negro é um determinante para que a violência encida com mais força sobre essa parcela da população. (GOMES; LABORNE, 2018, p. 6)

A primeira conclusão de maior relevância para o projeto que a turma conseguiu desenvolver de maneira satisfatória, foi a de que “a situação é mais do que extermínio. O número de homicídios e assassinatos apontam para uma situação de genocídio.” (GOMES; LABORNE, 2018, p. 4) O termo Genocídio, construído e politizado na militância negra, foi, com sucesso, incorporado pela turma, que reconheceu nossa temática de estudo pelo termo que melhor a descreve.

A discussão sobre essa realidade reconhecida, não por acaso, em dados e estatística, foi realizada no molde de aula expositiva, contudo, houve uma preocupação com a produção desses alunos, assim, de maneira periódica, o projeto reservou momentos de produção. A primeira atividade pedia que eles lessem um compilado de manchetes jornalísticas sobre o tema e as relaciona-se com os dados discutidos, para que se respondesse os seguintes questionamentos: “O que você sabe sobre isso?” e “O que você pensa sobre isso?” A razão dessa atividade, realizada de maneira individual,

diz respeito ao próprio funcionamento produtivo da aula, em que se atentou para a necessária dinamização do conteúdo, fala, discussão e produção; mas, sobretudo, um estratégico primeiro contato com a realidade social desse aluno que em muito influencia naquilo que sabe/pensa. Algumas das respostas obtidas, foram:

Que muitas pessoas são mortas só pelo fato de serem negras e tem muitas pessoas negras que não tem seus direitos respeitados.²⁴¹

Eu sei que muitas pessoas sofrem racismo por causa da sua cor negra, muitas pessoas são espancadas ou até mortas porque são negras e também a maioria das pessoas não conseguem trabalho por causa da cor.²⁴²

Eu penso que isso é errado e tem que acabar, há 130 anos atrás houve a abolição da escravidão, mas até hoje ninguém respeita essa lei.²⁴³

Que é errado. Muito errado. Achar que um negro por entrar no supermercado vai roubar. Um policial matar algum negro que está correndo porque confundiu com um ladrão “bandido”. E quando um negro vai procurar trabalho, dificilmente, vai ter um cargo alto, e quando tem, é porque lutou muito pra estar aqui.²⁴⁴

As respostas dos alunos apresentam um alto grau de criticidade, uma vez que avaliam a questão da discriminação racial enquanto um problema estrutural, diretamente vinculado à experiência escravocrata de mais de trezentos anos. Além disso, avaliam a situação pela perspectiva das instituições de emprego e de segurança enquanto

²⁴¹ Resposta de aluno em atividade desenvolvida em sala de aula.

²⁴² Resposta de aluno em atividade desenvolvida em sala de aula.

²⁴³ Resposta de aluno em atividade desenvolvida em sala de aula.

²⁴⁴ Resposta de aluno em atividade desenvolvida em sala de aula.

mantenedoras da situação de desigualdade racial em termos de oferta de trabalho, bem como a definição de tipos físicos de propensão a delitos. Em suma, O “o que se sabe” e “o que se pensa” foram aprofundados ao longo do semestre, marcado por outros materiais de análise e, sobretudo, atividades desenvolvidas.

As porcentagens apresentadas foram melhor discutidas em uma aula planejada para desenvolvimento de reflexão e discussão em grupo. Nessa aula, a sala foi dividida em seis grupos, a escolha dos alunos, e cada grupo recebeu uma folha contendo excertos de reportagens a respeito do Genocídio Negro. Importante destacar que a opção por excertos das reportagens e não o texto completo considerou um diagnóstico realizado antes da implementação desse projeto, a partir de questionários aplicados no início da Residência na escola e a experiência do próprio professor preceptor, que apresenta uma realidade problemática em termos de leitura e escrita dos alunos da EMPEP. Não são alunos que estão apresentando bons resultados em relação à produção discursiva, ainda que sejam notáveis na participação das discussões nas aulas. O planejamento dessa atividade considerou a realidade tal como ela se apresenta, visando um melhor aproveitamento do conteúdo.

Os alunos, em grupo, realizaram a leitura dos excertos e, coube a cada grupo, fazerem dois tipos de marcação: marcar no texto os dados estatísticos da violência à população negra e a outra marcação diz respeito a alguma parte que, de alguma maneira, mais lhes despertaram a atenção. O segundo momento da aula se dedicou à socialização das informações. Os grupos contaram com alguns minutos de explanação das informações do seu texto, assim, nessa aula, foram apresentados as perspectivas da violência policial, violência negra e a perspectiva de gênero, violência negra e vinculações com o período escravocrata. Os textos conversam a respeito da desigualdade racial sob o prisma da violência, contudo, cada grupo apresentou uma perspectiva singular que contribuiu para o alargamento e compreensão da temática.

Aulas expositivas, escrita, leitura e discussão de textos e pontos de vistas emergidos pelas tantas participações dos alunos, foi a primeira aposta didático-pedagógica para o reconhecimento e aprofundamento da temática de trabalho. O segundo momento atribuiu narrativa aos dados até então discutidos, a partir de material audiovisual que trouxe ao projeto a particularidade de estudos de caso. Foram

apresentados dois vídeos a respeito do caso da menina Ágatha e outro em relação ao assassinato de cinco jovens negros, membros de um grupo de Rap em Maricá. A apresentação dos vídeos, na configuração vídeo-reportagens que procurou manter o material de ordem jornalística, mantendo a temática como pauta importante na sociedade atual, foi realizada em aula específica. Ao longa da apresentação das vídeo reportagens fiz algumas intervenções de resgate dos dados discutidos, mas a aula foi tomada por uma série de considerações e questionamentos da turma, que assistia aos casos e estipularam relações com os dados, de maneira muito reflexiva e suas expressões e entonações demonstravam uma esperada reação de indignação.

Esta aula foi dividida em três ações: assistir aos vídeos; debate mediado em que cada aluno, de maneira espontânea, teve liberdade de fazer colocações e questionamentos a respeito do conteúdo e as relações dele com seus conhecimentos; e, no último momento, a aula foi finalizada com um registro individual escrito sobre cada um dos casos. Abaixo seguem alguns desses registros realizados pelos alunos:

Ela morreu porque ela era negra e porque a maioria tá morrendo porque é negro.²⁴⁵

É que nosso estado é muito racista, então provavelmente a menina Ágatha foi morta porque ela era negra, porque no local nem estava havendo confronto da polícia com os bandidos.²⁴⁶

Porque eles são negros e cantam Rap, e o Rap é uma crítica à Política²⁴⁷

Os meninos artistas morreram, porque os milicianos acham que todos negros são marginais.²⁴⁸

²⁴⁵ Resposta de aluno em atividade desenvolvida em sala de aula.

²⁴⁶ Resposta de aluno em atividade desenvolvida em sala de aula.

²⁴⁷ Resposta de aluno em atividade desenvolvida em sala de aula.

Relacionando os dados quantitativos, os textos jornalísticos e as discussões desenvolvidas em sala, os alunos apontaram a ligação entre os meninos do grupo de Rap e Ágatha ao alto índice de 77% dos homicídios serem de pessoas negras. Apesar das diferenças que compõem cada caso, eles conversam pela seletividade racial que tem caracterizado as mortes violentas na sociedade brasileira.

As causas históricas dessa situação de violência e letalidade que acomete a população negra foram trabalhadas no terceiro momento do projeto e a escolha metodológica foi a análise de imagens. Esse momento se dedicou, portanto, à historicização da temática. O professor preceptor sugeriu que se fizesse o movimento inverso ao tradicional, entendendo esse como um acontecimento pretérito apresentado de maneira conteudista, assim, se permitindo inovar ao iniciar o estudo de história partindo de uma realidade problema que emerge no presente e busca elementos elucidativos em outras temporalidades. Dessa forma, o objetivo foi apresentar a História como ciência, como ferramenta de compreensão e transformação da realidade social, da qual ela parte, emergindo a dinâmica da análise em história que relaciona o “(...) presente com o passado, posicionando-se diante dessa realidade, situando-se diante dela e questionando-a, quando necessário”. (LITZ, 2009, p. 10).

A seleção da imagem como fonte de estudo deste momento do projeto justifica-se pela capacidade de conexão com outras temporalidades de forma dinâmica, sendo a imagem, portanto, material atrativo ao ensino de História. (LITZ, 2009) Essa atividade foi realizada em três aulas, nas quais o recurso utilizado foi o Powerpoint e imagens sobre a atuação dos negros no Brasil que de alguma forma fazem parte do imaginário coletivo, imagens consagradas no material didático.

As vinte e oito imagens apresentadas seguiram uma linearidade estratégica: o tráfico negreiro, as frentes de trabalho: lavouras, mineração, comércio, serviços domésticos; os castigos aplicados; revoluções que eclodiram ao longo de todo o processo da escravidão e em diferentes partes do território; a lei Áurea. Aqui têm-se o chamado primeiro grupo de imagens, em que são apresentadas essas imagens do

²⁴⁸ Resposta de aluno em atividade desenvolvida em sala de aula.

período escravocrata em todos esses desdobramentos. O segundo grupo, o pós-abolição, é precedido pelo questionamento: “Livres, e aí?” A partir desse questionamento as imagens apresentam os cortiços, o surgimento dos morros e se inicia gráficos da desigualdade social considerando as intersecções entre raça, classe e gênero; finalmente, as imagens finalizam com situações de violência direta, bem como protestos e manifestações do movimento negro denunciando a realidade de genocídio negro em franco desenvolvimento no Brasil. A razão para se apresentar a Lei Áurea como ponto de saturação de um grupo de imagens e início de outro se justifica no fato da História de violência imposta aos negros acontecer durante e após o processo de escravidão. (GOMES; LABORNE, 2018)

As imagens apresentadas exigiram dos alunos algumas reflexões, a dinâmica da aula seguiu um movimento de apresentação das imagens e questionamento sobre as mesmas. “Você conhece essa imagem?”, “O que sabe sobre esse momento?”, “Qual a posição dos negros nesse contexto?” A partir disso os primeiros apontamentos foram aparecendo, muitos questionamentos sobre a escravidão e os métodos de castigo. A mediação das falas se atentaram para a valorização das colocações dos alunos e, de maneira especial, sobre os pontos que se evidencia a semelhança entre essas temporalidades e a atualidade. A semelhança identificada e comentada pelos alunos foi o longo processo de exploração e descaso para com a população negra, “o racismo como uma das principais causas históricas da situação de violência e letalidade a que a população negra está submetida.” (GOMES; LABORNE, 2018, p. 10) A violência que se noticia nos jornais trabalhados nas primeiras aulas é também encontrada nas imagens referentes aos mais de três séculos de vigência do trabalho cativo e na situação de descaso no pós-abolição. A imagem, um dos veículos que materializa uma época, estabelece relações de desigualdade e violência entre 2019 e quatro séculos antecedentes.

Com olhar de incredulidade, muitos momentos de silêncio atentos, questionamentos de resistência, curiosidades sobre castigos, e, de maneira mais contundente para a proposta do projeto - a violência e seu recorte de raça, a turma respondeu, acima das expectativas, as relações que conseguiram estipular em relação

às situações de opressão e violência entre a sociedade atual e as temporalidades projetadas.

A atividade de finalização consistiu em uma sistematização dissertativa acerca da temática trabalhada ao longo do semestre. Sendo o título “Negritudes, Juventudes e Violência”, os alunos registraram as discussões desenvolvidas, avaliando o aspecto estrutural que permeia aquilo que identificaram nas primeiras atividades: “Mortos pela cor da pele”. Abaixo, seguem dois dos textos recolhidos para exposição no mural de memoração da Consciência Negra:

A violência contra não só jovens, mas a população negra em si do país se deu origem desde os tempos da escravidão e vem refletindo nos tempos de hoje. Grandes exemplos dessa influência da época escravista é homicídio em massa de pessoas negras, o chamado genocídio. Além de assassinatos da população negra, o racismo é outro reflexo da época da escravidão, já que até hoje grande massa da população brasileira enxerga os negros como inferiores, por conta do racismo muitos negros recebem salários menores, empregos menores ou até mesmo julgados na escola por conta da sua cor.²⁴⁹

Os negros representam 77% dentre as mortes por homicídio. As mulheres negras tem 2x mais chances de morrer do que a população em geral, sofrem com a morte de seus filhos, maridos por causa de sua cor. Muitos jovens negros têm suas vidas tiradas pela polícia, que tem como tarefa vigiar e punir situações extremas, mas no Brasil são responsáveis pela maioria das mortes dos negros. O movimento de resistência dos negros vem de muito tempo, desde a época dos escravos. Alguns dos movimentos de resistência dos escravos eram fugas, lutas diretas e negociações. Os negros estão sujeitos às piores condições de vida, moradia, alimentação. São os que mais sofrem violência. E isso tem que acabar, temos que resistir!²⁵⁰

²⁴⁹ Texto redigido por aluna em sala de aula e apresentado no evento, promovido pela escola, para discussão e apresentação de atividades em relação ao dia 20 de novembro: Dia da Consciência Negra.

²⁵⁰ Texto redigido por aluna em sala de aula e apresentado no evento, promovido pela escola, para discussão e apresentação de atividades em relação ao dia 20 de novembro: Dia da Consciência Negra.

Os textos das alunas se aproximam pelo tom de denúncia que empregam. Denunciam a situação de violência direcionada em maioria considerável à população negra, mas, de maneira mais contundente, demarcam com a expressão “época da escravidão”, a dimensão histórica do problema. No primeiro texto, a aluna destaca a situação de exploração, desigualdade e violência que caracteriza a maior parte da população negra atual enquanto reflexos da condição escrava, faz uma ponte entre o problema diagnosticado nas primeiras aulas e a historicidade contida nele. O segundo texto, por sua vez, aborda a mesma perspectiva, contudo, levanta outros dados, como a parcela de responsabilidade das forças armadas do estado e a dimensão de gênero. Além disso, ela faz uma ligação importante com relação à resistência, apontando os variados desdobramentos de resistência do período escravocrata e finaliza seu texto ressaltando a emergência dessa mesma posição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste texto foi apresentar um relato de experiência do programa Residência Pedagógica, de maneira a enfatizá-lo como espaço potente de formação docente, mas sem deixar de mencionar o tom de centralização e controle por parte do texto do Governo Federal em relação aos espaços de formação de professores, em uma tentativa de homogeneização. Esse relato pretende evidenciar que apesar das tentativas do governo em estabelecer uma política de Estado de controle da formação de professores, o funcionamento deste, sob a responsabilidade dos professores das Instituições de Ensino Superior e das Escolas Básicas da rede pública, se deu por um trabalho multifacetado. Residentes, preceptores e professores orientadores estiveram vinculados em encontros de formação para discussão e avanço de projetos e novas propostas didático-pedagógicas, questionando as delimitações da BNCC, de um ensino pragmático de serventia à lógica do mercado, para a criação de espaços de experimentação de novas abordagens e metodologias em direção à um ensino de formação crítica, de cidadania participativa.

O texto legislativo do Programa Residência Pedagógica explicita o interesse do governo em conduzir as atividades de estágio supervisionado, bem como os conteúdos,

sob uma concepção do trabalho pedagógico reduzido às determinações de natureza curricular. O trabalho efetivamente desenvolvido, protagonizado por professores universitários e do ensino básico, bem como pelos docente em formação, não deixou de se voltar para a questão curricular, contudo, antes de se fazer implementar as determinações deste, o currículo foi debatido, apresentado e analisado de maneira crítica em palestras de formação, bem como em encontros de planejamento.

A política de formação de professores desenvolvida no Programa Residência Pedagógica foi avaliada entre os professores e residentes como potente oportunidade de formação, ainda que esse mesmo programa não se abre à discussão e efetiva formação docente integral, compreendida como uma política que também enfoque a valorização desses profissionais, em uma formação continuada e com possibilidades concretas de formação de carreira. A gestão democrática, articulação entre formação inicial e continuada, o compromisso social e ético, avaliações periódicas, transformação na prática do ensino e da prática social mais abrangentes e a relação orgânica entre professores das redes públicas de ensino com a Universidade, são alguns dos pontos levantados por Juliana Faria e Júlio Diniz-Pereira (2019) do qual depende o sucesso e continuidade do programa como Política de Estado de formação docente e não arrojamento desta.

Por fim, destaca-se que se o projeto apresentou bons resultados em termos da participação e desenvolvimento crítico dos alunos, o desempenho dos residentes frente às práticas pedagógicas e a ampliação dos espaços de formação docente na universidade; é produto de um trabalho que, ainda que orientado por um curto texto legislativo de tons limitadores, se desenvolveu na auto-organização dos professores na construção e um projeto coletivo de educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, Circe Fernandes. Reflexões sobre o ensino de História. **Estudos avançados**, v. 32, n. 93, p. 127-149, 2018.

FARIA, Juliana Batista; DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. Residência pedagógica: afinal, o que é isso?. **Revista de Educação Pública**, v. 28, n. 68, p. 333-356, 2019.

Anais da XXXVI Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Entre golpes e democracias: Narrativas históricas de um sonho em vertigem. Gabrielle Barra Tarocco; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2020. 1463 p.

GOMES, Nilma Lino; LABORNE, Ana Amélia de Paula. Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. **Educação em Revista**, v. 34, 2018.

LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. **Revista Brasileira de História**, v. 19, n. 38, p. 125-138, 1999.

LITZ, Valesca Giordano. O uso da imagem no ensino de história. **Caderno Pedagógico-Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, 2009.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. Aulas de História: questões do/no tempo presente. **Educar em revista**, n. 58, p. 165-182, 2015.

SILVA, Katia Augusta Curado Pinheiro da; CRUZ, Shirleide Pereira. A Residência Pedagógica na formação de professores: história, hegemonia e resistências. **Momento-Diálogos em Educação**, v. 27, n. 2, p. 227-247, 2018.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Os jovens do Brasil: mapa da violência 2014. **Brasília: Ministério da Saúde**, 2014.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 4, 1985.

Simpósio Temático 09: Juiz de Fora: História e Pesquisa

ACERVOS DE MEMÓRIA SOCIAL DO ARQUIVO PERMANENTE DA UFJF

Arlene Xavier Santos Costa²⁵¹.

Luiz Henrique Souza de Giacomo²⁵².

RESUMO: O objetivo do trabalho é apresentar os acervos de memória social do Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora e sua relevância enquanto fonte para pesquisa e produção historiográfica local. O setor tem por missão a gestão dos documentos produzidos pela administração e guarda de documentos de valor social relevante. A Coordenação de Arquivos Permanentes possui sob custódia fundos e coleções não institucionais de pessoas e organizações que fazem parte da história da cidade de Juiz de Fora e região da Zona da Mata, aos quais denominamos acervos de memória social. No artigo comentamos a trajetória da instituição desde a sua criação enquanto arquivo histórico a sua configuração atual, o tratamento técnico dos acervos, meios de acesso para pesquisadores, ações de difusão cultural promovidas pela equipe e pelo laboratório de pesquisa do CNPq, Lapharq.

PALAVRAS-CHAVE: arquivo, memória social, história local, Juiz de Fora.

ABSTRACT: The objective of the work is to present the social memory services of the Central Archive of the Federal University of Juiz de Fora and its relevance as a source for local historiographic research and production. The sector's mission is the records management produced by the administration and custody of significant social value documents. The Permanent Archives Coordination has in custody funds and non-

²⁵¹ Arquivista da Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestra em Políticas Públicas da Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Email: arlenescosta@gmail.com

²⁵² Arquivista da Universidade Federal de Campina Grande. Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo. Email: luizgiacomo@yahoo.com.br

institutional collections of people and organizations that are part of the history of the city of Juiz de Fora and the Zona da Mata region, which we call social memory collections. In the article we comment the trajectory of the institution since its creation as a historical archive, its current configuration, the technical treatment of the collections, means of access for researchers, actions of cultural diffusion promoted by the team and the research laboratory of CNPq, Lapharq.

KEYWORDS: archive, social memory, local history, Juiz de Fora.

A Coordenação de Arquivos Permanentes do Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora vêm contribuindo, ao longo de décadas, com a formação de pesquisadores e a produção de pesquisas, por meio de suas fontes documentais de grande relevância. Essa coordenação possui, sob custódia, fundos e coleções não institucionais de pessoas e organizações que fazem parte da história da cidade de Juiz de Fora e da região da Zona da Mata mineira, os quais denominamos acervos de memória social. Entre estes, podemos citar alguns dos mais consultados, como, por exemplo, os fundos Cível do Fórum Benjamim Colucci, da construtora PantaleoneArcuri, e o acervo de Odilon Braga.

No presente artigo pretendemos apresentar um pouco dos acervos de memória social do Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora e a sua relevância enquanto fonte para pesquisa e produção historiográfica local. Para tanto, visamos apontar a trajetória da instituição desde a sua criação, enquanto arquivo histórico, até a sua configuração atual; expor sobre o tratamento técnico desenvolvido com os acervos e os meios de acesso para pesquisadores e cidadãos; pontuar, a partir do destaque de alguns conjuntos documentais, a relevância de nosso acervo para a memória da Zona da Mata mineira; e mostrar algumas das ações de difusão cultural promovidas pela equipe e pelo Laboratório de Pesquisa em História e Arquivologia (LAPHARQ - CNPq).

1. ARQUIVO CENTRAL DA UFJF E A COORDENAÇÃO DE ARQUIVOS PERMANENTES

O Arquivo Central da UFJF assumiu sua configuração atual a partir da Resolução nº 15, de 31 de maio de 2011, do Conselho Superior. Com essa normativa, o Arquivo Central atendeu à recomendação do Arquivo Nacional para se institucionalizar enquanto gestor dos documentos produzidos pela administração da Universidade e guarda de documentos de valor social relevante. Se faz pertinente pontuar o fato, pois antes desse marco, o setor respondia pela denominação de Arquivo Histórico desde de sua criação, em 25 de março de 1985. Sendo, inclusive, instituído em 1993, como Órgão Suplementar, atuando como centro de memória social ligado à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação. (DI MAMBRO, 2012: 142-143).

Durante suas primeiras três décadas, o Arquivo recebeu documentação de acervos de personalidades, instituições, empresas e indústrias extintas de Juiz de Fora, como, por exemplo: Fundo Odilon Braga, Fundo Construtora Pantaleone Arcuri, Fundo Companhia Fiação e Tecelagem Bernardo Mascarenhas, Fundo Cível do Fórum Benjamim Colucci, dentre outros. Atualmente, estes fundos compõem o setor denominado de Memória Social do Arquivo Central, visto que, a partir de 2015, com a referida Resolução nº 15, o conjunto documental produzido pela própria Universidade, que compõe o setor de Memória Institucional, passou a ser de incumbência do Arquivo da instituição, agora com o nome de Arquivo Central.

Essa mudança de denominação de arquivo histórico para arquivo central demarca a função do setor de arquivo dentro da Instituição. Se antes o foco do serviço de arquivo era a custódia de documentos para fins de pesquisa histórica, agora o setor passa a atuar um setor de Arquivo dentro da UFJF responsável pela Gestão de Documentos, com orientações para a produção documental nos arquivos correntes de cada setor da UFJF e com o tratamento técnico da documentação no arquivo intermediário, sob sua tutela. Os documentos digitais também entram nessa esfera de incumbência do setor de Arquivos. Dessa maneira, o leque das atividades arquivísticas junto à UFJF foi ampliado. Além disso, como apontado acima, há o trabalho com os conjuntos documentais do arquivo permanente, que compõem duas frentes distintas, a documentação institucional e a social, de outros fundos e coleções. Nesta configuração, a Coordenação de Arquivos Permanentes do AC-UFJF atua tanto sobre os documentos

institucionais quanto nos fundos e coleções de instituições e personalidades cujos documentos foram doados à custódia do setor.

Compete ao Arquivo Permanente: revisar e aprovar ou não as guias de recolhimento de documentos dos arquivos intermediários para suas dependências; custodiar os documentos permanentes da UFJF; elaborar instrumentos de descrição do acervo; zelar pela memória institucional²⁵³.

Em outra frente, o Arquivo Permanente da UFJF herdou do antigo Arquivo Histórico o serviço de atendimento aos consulentes da sociedade em geral para o acervo de memória social. Este inclui, além de documentos em papel, arquivos em formatos especiais, como fotos, vinis, microfimes. Temos ainda uma Biblioteca composta por obras que, em sua maioria, fazem parte dos fundos doados ao extinto Arquivo Histórico. A maior procura de pesquisadores e cidadãos comuns é por documentos do fundo Cível do Fórum Benjamim Colucci. Este, atualmente, está em processo de digitalização como uma ação de preservação dos papéis muito antigos e delicados, datando da segunda metade do século XIX.

A equipe do Arquivo Permanente da UFJF conta com 03 arquivistas, 01 conservadora/restauradora, 01 técnica em arquivos, 01 assistente em administração, 1 analista de sistemas e alunos bolsistas e estagiários, em sua maioria, alunos do curso de História da UFJF. Essa equipe multidisciplinar trabalha na perspectiva de garantir o acesso, a preservação e o adequado tratamento técnico arquivístico aos documentos sob custódia da instituição. Trabalhamos em várias fases do tratamento arquivístico documental, como a elaboração de quadros de arranjo, a descrição arquivística, as ações de conservação dos documentos e a digitalização dos fundos.

Uma das prioridades da nossa equipe é oferecer um atendimento de qualidade aos nossos consulentes. Temos uma política de difusão e acesso ao acervo que objetiva sua máxima divulgação²⁵⁴. O Arquivo Permanente está em constante movimento em prol da difusão cultural de seu acervo. No site da UFJF disponibilizamos instrumentos

²⁵³UFJF, Conselho Superior, Resolução nº 15, artigo 13, de 31 de maio 2011.

²⁵⁴ Para contato com o AC-UFJF, basta acessar: <https://www2.ufjf.br/arquivocentral/contato-2-2/>.

de pesquisa do acervo. Recebemos visitas técnicas e a equipe participa de eventos de interesse. Em parceria com outros setores de memória da UFJF, realizamos exposições e eventos. Com o distanciamento social imposto pela atual pandemia, essas ações foram intensificadas na modalidade à distância. Minicursos, palestras, participações em eventos. A página do Instagram tem sido um espaço de diálogo e difusão²⁵⁵.

O Laboratório de pesquisa em História e Arquivologia - LAPHARQ, criado e registrado no “Diretório de Grupos de pesquisa no Brasil” do CNPq, em 2020, é composto por funcionários do Arquivo Central, alunos da UFJF, pesquisadores, professores e colaboradores de outras instituições, se firmando como espaço colaborativo e transdisciplinar, de investigação, ensino e difusão de conhecimentos em História e Arquivologia e áreas afins. Atualmente, fomenta a divulgação de acervos arquivísticos públicos, na perspectiva de sua função social, promovemos o uso dos acervos, acesso à informação e aperfeiçoamento de instrumentos de pesquisa, tematizando aspectos que caracterizam Juiz de Fora e região²⁵⁶.

2. ARQUIVOS PERMANENTES: ALGUNS ASPECTOS

Como apontado, o trabalho desenvolvido nessa coordenação é uma das muitas partes que compete ao Arquivo Central da UFJF. Contudo, para compreendermos melhor o que é um arquivo permanente, vamos abordar, de maneira sucinta, alguns aspectos da Arquivologia, da natureza dos documentos de arquivo e do tratamento documental desenvolvido com os documentos nessa idade.

Começamos com a polissêmica definição de arquivo. Aqui nos interessa, inicialmente, dentre das possíveis definições²⁵⁷, aquela que se refere ao conjunto de

²⁵⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/arqcentralufjf/>.

²⁵⁶ Para assistir nossos vídeos: https://www.youtube.com/channel/UCyffoXLe_Xrn-1v8ljT4G9g.

²⁵⁷ 1. Conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas; 2. Entidade administrativa responsável pela custódia, pelo tratamento documental e pela utilização dos arquivos (1) sob sua jurisdição; 3. Edifício em que são guardados os arquivos (1); 4. Móvel destinado à guarda de documentos; e 5. Em processamento de dados, conjunto de dados relacionados, tratados como uma totalidade (BELLOTTO; CAMARGO, 2012: 21-22).

documentos. Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DIBRATE), arquivo é o conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas (ARQUIVO NACIONAL, 2005: 27). No entanto, a definição mais amplamente utilizada pelos arquivistas é a da Lei nº 8.159 de 1991, conhecida como a lei de Arquivos, que, em seu artigo 2º, discorre que:

Consideram-se arquivos, para os fins desta Lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos. (BRASIL, 1991).

Assim, é necessário compreender que um único documento não compõe um arquivo e que, logo, o tratamento documental deve ser realizado ao conjunto documental, um todo orgânico, que se relaciona entre si e que se desmembrado inadequadamente perde muito do seu valor probatório e informacional. Além disso, o suporte não é o elemento central do trabalho arquivístico, não cabendo apenas aos documentos em suporte papel os cuidados do arquivista.

No que diz respeito aos documentos de arquivo, estes são produzidos, recebidos e/ou acumulados em razão de atividade de pessoa ou órgão e por esta característica mantém relação orgânica com os demais documentos produzidos no mesmo conjunto, ou seja, o documento de arquivo é a prova da realização de determinada atividade e elemento essencial para a tomada de decisões. Desse modo, um documento de arquivo é mais do que apenas uma informação registrada em suporte. Somado a isso, os documentos de arquivo também possuem características próprias que marcam a sua especificidade com relação a outros documentos como o bibliográfico e o museográfico, por exemplo. Segundo Luciana Duranti, autenticidade, imparcialidade, naturalidade, unicidade e inter-relacionamento são as características observadas em todos os documentos de arquivo (DURANTI, 1994: 50-51).

Como visto acima, arquivo também é sinônimo por definição de instituição arquivística. Esta enquanto entidade custodiadora de conjuntos documentais pode ser responsável pela guarda de documentos de diferentes produtores, sejam instituições, sejam pessoas. Dentro desse cenário que devemos abordar outro princípio basilar para a arquivística: o princípio da proveniência – o qual abarca outros dois princípios, o de respeito aos fundos e o de respeito à ordem original. Em resumo, o produtor deve ser identificado e os seus documentos resguardados e tratados enquanto um conjunto indivisível, o qual não pode ser misturado com documentos de outros produtores. A ordem dessa documentação não precisa ser, necessariamente, a mesma dada pelo produtor, isso num plano físico, mas, de preferência, que seja no plano intelectual mantida essa ordenação anteriormente existente. É isso que acontece no Arquivo Central da UFJF, em que diferentes fundos²⁵⁸ e coleções²⁵⁹ estão sob custódia da instituição, além daquele conjunto documental que a própria UFJF produz em seu cotidiano administrativo. Parte do tratamento documental realizado busca, justamente, tratar os conjuntos documentais de forma separada.

Outro aspecto teórico da arquivística para chegarmos à compreensão do que é um arquivo permanente é o da valoração arquivística. Theodore Schellenberg (2006) expõe que todo documento ao ser criado tem um valor primário que está acima da informação ou do conteúdo, que é o de provar a realização de determinada atividade que lhe deu origem, ou seja, um valor probatório. Uma vez cumprida essa tarefa, o documento de arquivo é avaliado e a ele pode ser atribuído, ou não, um valor secundário que se dá por uma construção social, uma vez que os documentos não nascem com esse valor. Os documentos que se encontram sob custódia dos arquivos permanentes são esses documentos de arquivo que tiveram um valor secundário atribuído, ou seja, que foram considerados detentores de informações com valor para além daquele probatório para os quais foram produzidos e/ou acumulados com o passar dos anos.

²⁵⁸“Unidade constituída pelo conjunto de documentos acumulados por uma entidade que, no arquivo permanente passa a conviver com arquivos (1) de outras”. (BELLOTTO; CAMARGO, 2012: 21-22).

²⁵⁹“Reunião artificial de documentos que, não mantendo relação orgânica entre si, apresentam alguma característica entre si”.(BELLOTTO; CAMARGO, 2012: 31).

Essa contribuição teórica para a Arquivologia se insere no contexto de transformação do tratamento documental que, a partir da década de 1950, nos Estados Unidos, visava atuar sobre os documentos administrativos, dentro do que denominamos como Gestão de Documentos. Assim sendo, os documentos de arquivo passaram a ser cuidados desde a produção, não somente quando já recebiam uma valoração secundária.

Alinhado a isso, podemos, agora, compreender a teoria do ciclo vital dos documentos, essencial para entendermos a verdadeira natureza do arquivo permanente. De acordo com Heloísa Bellotto e Ana Maria Camargo, a teoria do ciclo vital dos documentos propiciou uma maneira inovadora de pensar a gestão de documentos ao estabelecer uma “Sucessão de fases por que passam os documentos, desde o momento em que são criados até a sua destinação final”. (BELLOTTO; CAMARGO, 2012: 30). Ou seja, o documento de arquivo existe enquanto tal desde a produção e/ou acumulação, não somente quando já estão em instituições de custódia.

A partir da teoria do ciclo vital dos documentos surgiram algumas formas de se observar esse período vital. A que adotamos no Brasil é a teoria das três idades, dentro da qual que o ciclo de vida dos documentos de arquivos é composto por três estágios de acordo com os usos dos documentos: Idades corrente, intermediária e permanente. Quando tratamos de arquivos permanentes estamos falando de uma das fases desse ciclo. Vejamos: na idade corrente os documentos possuem o já comentado valor primário, tramitando e cumprindo função designada pela atividade que o gerou, um valor administrativo; na idade intermediária os documentos não tramitam mais e possuem função administrativa menor - ao término dessa fase os documentos são avaliados se deverão ser descartados ou recolhidos ao arquivo permanente; na idade permanente os documentos possuem valor secundário atribuído e por isto devem ser preservados definitivamente, o que significa dizer que não devem nunca ser eliminados. Segundo a Lei nº 8.159 de 1991, artigo 8º, §3º, “Consideram-se permanentes os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados” (BRASIL, 1991). É o arquivo de terceira de idade em que a entrada dos documentos se dá por recolhimento.

Os documentos de valor histórico (um valor secundário) são abrigados nessa fase permanente. Por este motivo os acervos de memória social do antigo arquivo histórico da UFJF hoje estão no Arquivo Permanente.

Há ações técnicas inerentes ao Arquivo Permanente, são elas o arranjo, descrição e difusão cultural. Todas elas devem ser compreendidas como fazendo parte de um mesmo processo, em que se complementam, ou seja, todas devem conversar para um melhor atendimento da função social e instrumental dos arquivos. Thiago Barros (2020) delimita como funções típicas fundamentais para arquivos permanentes a descrição, o acesso e a difusão, sendo que precedente a estas e matricial, na visão do autor, está a classificação.

Arranjo é uma atividade intelectual e física de ordenação dos documentos respeitando a organicidade do conjunto. Essa ação coaduna com a classificação documental: “Sequência de operações que, de acordo com as diferentes estruturas, funções e atividades da entidade produtora visam a distribuir os documentos de arquivo”. (BELLOTTO; CAMARGO, 2012: 25 e 30).

É a partir dela que são estabelecidos os quadros de arranjo, essenciais para a estruturação do acervo. Três princípios classificadores podem ser observados: o funcional, o estrutural e o temático. A escolha de um determina a natureza do tratamento a ser dado ao conjunto documental, se mais arquivístico – classificação funcional – ou se mais biblioteconômico ou historiográfico – classificação temática.

Descrição arquivística é a atividade de apresentar elementos formais para a identificação dos documentos. A partir da descrição podem ser elaborados instrumentos de pesquisa nos arquivos, os quais permitem que consulentes e pesquisadores tomem ciência do que irão encontrar naquele conjunto. São exemplos: guia, sumário, inventário, catálogo.

Acreditamos que os arquivos possuem função social que vai além das suas competências administrativas, sobretudo no caso dos arquivos permanentes. As ações de difusão são capazes de atender a essa demanda ao visar uma aproximação entre os arquivos e o público em geral através da garantia do acesso à informação (CABRAL, 2012). Nas palavras de Heloísa Bellotto,

E é com este sentido, o do **acesso pleno do cidadão** ao universo da informação, seja a de caráter jurídico, trabalhista, militar, previdenciário, econômico, cívico, etc., tanto quanto a de caráter cultural, social, educativo e de entretenimento, que os arquivos devem se posicionar na sociedade. (BELLOTTO. 2014: 134, *negrito nosso*).

Essa é a perspectiva do trabalho desenvolvido no Arquivo Permanente do AC UFJF. As ações são voltadas para garantir o acesso à informação, seja pela administração, seja pelos pesquisadores e sociedade em geral.

3. O ARQUIVO PERMANENTE DA UFJF, MEMÓRIA SOCIAL E HISTÓRIA LOCAL

Situar o acervo de memória social do Arquivo Permanente da UFJF no contexto de produção de pesquisas e atendimento a sociedade de Juiz de Fora e região é compreender este acervo em sua riqueza de fontes e possibilidades de usos da informação.

Cumprir estabelecer relação direta entre o acervo do Arquivo Permanente do AC-UFJF e a produção historiográfica local, isto porque esse acervo é usado como fonte para pesquisas de temas que abordam Juiz de Fora e Região. Por meio do conteúdo desses acervos é possível situar historiograficamente a cidade de Juiz de Fora e o cenário nacional ao longo de sua formação. Por história local compreendemos como a produção de historiografia que tem por objeto de estudo, fonte e pesquisa análises, acontecimentos, fatos de uma determinada localidade. Considerando que:

O registro da história e da memória humana se dá, atualmente e em grande parte, por meio dos documentos gerados pelas atividades desenvolvidas por determinada organização, pessoa ou família. Esses registros, postos de maneira orgânica, passam a ser rica fonte de informação. Porém, para que constituam uma pesquisa histórica, é preciso que estejam acessíveis, a qualquer

tempo, aos interessados, sejam pesquisadores ou a sociedade em geral. (MERLO, KONRAD 2015: 26)

Posto isso, é salutar afirmar que arquivos possuem função social que vão além das suas competências administrativas, sobretudo no caso dos arquivos permanentes. As ações de difusão são capazes de atender a essa demanda ao visar uma aproximação entre os arquivos e o público em geral através da garantia do acesso à informação (CABRAL, 2012).

Heloísa Bellotto discorre ainda sobre os usos multifacetados que a sociedade atual faz dos arquivos públicos, o que o faz ir além de suas funções básicas e se aproximar da sociedade em termos de identidade cultural e patrimônio, o arquivo passa a exercer nesse contexto também um papel de mediação cultural. Segundo a autora, são três possíveis formas de uso: 1) o uso prático, realizado pelo administrador, jurista, profissional do arquivo, de modo operativo (ações e informações para ações); 2) o uso popular, realizado pelo cidadão, de modo informativo (sentido cultural ou caráter pessoal e direitos); e, 3) o uso acadêmico, realizado pelo pesquisador ou historiador, de modo especulativo (científico ou sócio-cultural). Ela ainda conclui que “é a sociedade, são suas entidades, os seus cidadãos que determinam o uso dos arquivos: como, por que e para que eles serão instrumentos” (BELLOTTO, 2014: 180).

Essa é a perspectiva do trabalho desenvolvido no Arquivo Permanente do AC UFJF. As ações são voltadas para garantir o acesso à informação, seja pela administração, pelos pesquisadores e sociedade em geral.

Ademais, arquivos servem para que? É a pergunta que nos trouxe Bruno Delmas (2010), transmitindo a indagação de uma alta funcionária do governo francês ao diretor do Arquivo da França. “Os arquivos servem para prova, lembrar-se, compreender e identificar-se” (DELMAS, 2010: 21). A informação custodiada em um arquivo, sobretudo público, é de interesse coletivo. Como desdobramento, usamos o termo memória social para esse acervo composto por documentos que não fazem parte do acervo institucional da UFJF.

No tocante ao acervo de memória social, seriam os profissionais de arquivo capazes de determinar os documentos que serão objetos de memória social? Certamente não é essa a pretensão. É fato que o setor tem sob sua custódia acervos de relevância e interesse para a sociedade juizforana. O tratamento técnico aplicado a estes acervos, como já foi comentado, objetiva sua máxima difusão cultural. Por outro lado, há a preocupação em tratar os acervos arquivisticamente e não meramente sob a perspectiva histórica. Isto porque garantir o acesso à informação é uma prioridade na organização desse acervo. Uma vez que:

Sucintamente compreende-se que a memória é representada por meio de registros de informação, qualquer que seja o suporte em que está contida e que seja passível de recuperação (acesso); aos fatos ou às ações registradas se atribui um significado o qual constitui a memória desses acontecimentos. [...] Diante disso, em se tratando de memória registrada, é importante considerar sua preservação para possibilitar o acesso, tendo em vista que o armazenamento dos documentos nos arquivos tem, dentre outros, o intuito de preservá-los em razão de seu valor histórico que representa para a sociedade. (MERLO, KONRAD 2015: 34-35).

A memória não é a primeira função de um arquivo, mas se agrega e ele a partir da necessidade de preservação de registros documentais potenciais fontes para história e estudos relacionados a uma comunidade e/ou sociedade. No entanto, é reducionista impor ao arquivo uma condição de armazenador ou guardião de memória para mero auxílio da produção histórica. Isto porque um arquivo simplesmente não é um depósito e nem poderia ser, haja vista, a própria memória não ser alto estático e imutável e sim construído socialmente a cada tempo. Podemos inferir que:

Segundo Barros e Amélia (2009, p. 57) o arquivo e a memória possuem uma relação indissociável que extrapola o sentido material de mero "depósito" da memória registrada. O arquivo compreende "um espaço de referência da produção do conhecimento, que incita a efervescência da informação de maneira dinâmica e atualizada". Deste modo, no entendimento das autoras, a memória emerge em um corpus de visibilidade

por consequência da sua preservação, e o arquivo, firma-se como gerador do conhecimento e espinha dorsal das informações memoráveis, permitindo a externalização e a mediação entre tempo e os acontecimentos passados. (SILVA; PINHEIRO; FRAGOSO, 2020: 104).

O arquivo, por sua vez, é um organismo vivo no qual há escolhas, e por isso mesmo, também, exclusões. E, sobretudo, diversidades. O profissional da informação da atualidade trabalha na perspectiva de atender essa demanda latente, seu foco não é unicamente o documento e sua guarda ou custódia e sim ampliar a capacidade informacional deste documento, no sentido de possibilitar que a sociedade produza conhecimentos a partir das informações contidas nas fontes preservadas.

Jonathan Gomes (2019) comenta a ascensão da história local e/ou regional a partir da Escola dos *Annales* no século XX e o advento das novas relações com as fontes e abordagens. Não obstante a crítica à escrita da história tradicional a partir de documentos oficiais, para o autor, os arquivos, sobretudo locais, emergem com importância nessa renovação por manter fontes para pesquisas regionais.

Mas de outro lado, reafirmou-se antigos lugares consagrados na busca de documentos, ainda que não detenham mais exclusividade (ou mesmo privilégio). Este é o caso dos arquivos que, juntamente aos museus, mantem na atualidade seu caráter de centros de referência em documentação, reforçando seu papel de preservação dos mesmos, além de mostrarem-se lugar de descoberta de materiais antes negligenciados como documento histórico, como é o caso de muitos relacionados à crescente História Regional. (GOMES, 2019: 15).

Acrescido a isso, pensamos como Margaret Hedstrom, que nos traz uma concepção do arquivo que o afasta de um ‘lugar de memória’, famosa chave de leitura de Pierre Nora. De acordo com a autora,

[...] os documentos de arquivo não são representações de uma memória coletiva, e as instituições arquivísticas não são depósitos de memória coletiva. Ao contrário, os arquivos são fontes para a potencial descoberta ou recuperação de memórias que haviam sido perdidas. Uma vantagem particular que os arquivos possuem enquanto veículos de memória coletiva (além de sua persistência) é que eles podem permanecer insuspeitados e imperturbáveis enquanto as memórias individuais se esvaem, enquanto a memória coletiva é reconfigurada, ou até mesmo enquanto existem esforços conscientes de se apagar memórias (HEDSTROM, 2016: 255).

Portanto, compreendemos a manutenção e preservação do acervo do nosso arquivo permanente nessa perspectiva, em que nossa preocupação é tratá-lo em conformidade com a teoria arquivística. No entanto buscamos ampliar, considerando que o pesquisador não é um perfil único de usuário do serviço de arquivo, o entendimento do que seja um potencial usuário de serviços de arquivo. A divulgação do acervo e comunicação de temas relacionados a arquivos é uma constância atual no cotidiano do trabalho no arquivo permanente. Com isso pretendemos também criar relações de empatia com a comunidade local ao apresentar não somente o acervo, mas também desdobramentos informacionais a partir do conteúdo dos documentos por meio de recortes temáticos.

4. ALGUNS ACERVOS DE MEMÓRIA SOCIAL DO ARQUIVO PERMANENTE

Abaixo trazemos uma relação dos fundos que estão custodiados no setor de Memória Social do AC/UFJF na qual podem ser observados alguns dos tipos documentais encontrados neles.

Quadro 1 – Acervos mais consultados do Setor de Memória Social do AC-UFJF

Fundo	Tipos e espécies documentais encontrados
Fórum Benjamin Colucci	Cerca de 30 mil processos cíveis do Fórum da Comarca de Juiz de Fora com datas limite que datam a partir da segunda metade do século XIX.
Albino Esteves	Álbum sobre Albino Esteves, organizado postumamente, contendo recortes de jornais, cartas e telegramas de pêsames a família.
Associação Beneficente Irmãos Artistas	Documentos administrativos e contábeis da Associação. Correspondências expedidas e recebidas, estatutos, Fichas de associados, livros, processos movidos por sócios, relatórios, escritura, hipotecas, livros contábeis, contratos.
Bernardo Mascarenhas, Companhia Têxtil	Documentos contábeis, livros-caixa, faturas, correspondências, livros de produção, registros de compras, recortes de jornais.
Casa Alumínio Ferragens Ltda.	Livros de registros de carteiras profissionais, recolhimentos de aluguéis, documentos cartoriais, movimentação bancária, obrigações trabalhistas, relações de empregados, taxas e impostos, venda de imóveis da firma.
Centro de Estudos Cinematográficos de Juiz de Fora	Boletins informativos, cartazes e recortes de jornais com propagandas de filmes, convites e ingressos, correspondências, guias de programação cultural, recortes de jornais.
Escola de Medicina Veterinária de Juiz de Fora	Documentos cartoriais, livros ata, livro de contas, livro de registros de diplomas, livros de matrículas.
Mercearia Valentin Cazarin	Notas fiscais, guias de recolhimento de impostos.

Odilon Braga	Anotações de estudos feitos por Odilon Braga, discursos, entrevistas, palestras, fotografias, recortes de jornais.
Pantaleone Arcuri	Agendas, balanços financeiros, correspondências, atas, certificados, mapas, plantas, panfletos, recortes de jornais. Documentos manuscritos referentes a créditos, fornecedores, imposto de renda.

Fonte: Elaboração dos autores a partir de informações da página: Documentos da sociedade - Arquivo Central (ufjf.br). Acesso em 08/12/2020.

Os conjuntos documentais que compõem esses fundos e, logo, o setor de memória social do AC/UFJF, como pode ser observado, são de diferentes proveniências e possuem espécies e tipos documentais bastante diferenciados. Isso possibilita o fomento de diferentes pesquisas no âmbito historiográfico, tanto de História Regional, mas, também, de História do Brasil, e em diferentes temáticas.

Contudo, apesar de revisões sempre necessárias em alguns aspectos, os arranjos e as descrições privilegiam a natureza arquivística em detrimento da estruturação dos acervos em chaves temáticas de pesquisa. Com isso, não atendemos somente aos interesses de pesquisa acadêmica, um dos usos possíveis dos documentos. Abrimos a possibilidade de diferentes usuários acessarem nossos documentos.

Infelizmente, em razão da escassez de recursos humanos e financeiros, algo crônico na maioria dos arquivos, o acervo ainda não se encontra digitalizado ou disponível em ambiente digital. As medidas de acesso nesse aspecto são pontuais e sob demanda dos usuários. Dessa forma, o acesso ainda permanece, *grosso modo*, físico na sala de consulta do arquivo permanente.

CONCLUSÕES

O acervo de Memória Social do Arquivo Permanente do AC-UFJF vem a décadas contribuindo para pesquisa em história local de Juiz de Fora e região, bem como para pesquisas de cunho particular, principalmente no tocante a genealogia de

cidadãos descendentes de estrangeiros. O serviço da equipe, desde o tratamento documental à política de difusão, é direcionado para obtenção de um atendimento de excelência ao usuário interno (Administração) e externo (sociedade de forma geral), como pressupõe o tratamento técnico com base nos princípios arquivísticos, expostos acima.

Neste momento, destacamos que nossos colegas servidores, colaboradores, estagiários, bolsistas também produzem pesquisas a partir do acervo ou desenvolvem temas relacionados a arquivos, a exemplo do presente artigo. O Laboratório de Pesquisa em História e Arquivologia (Lapharq/AC-UFJF) foi um espaço criado com o intuito de agregar produções, eventos, cursos, debates acerca da temática da pesquisa em arquivos e desdobramentos informacionais.

Com isto reafirmamos a cada dia nosso compromisso com a difusão cultural dos arquivos e o entendimento do arquivo na perspectiva de patrimônio para a sociedade, aspecto que pretendemos discutir em publicações futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BARROS, Thiago Henrique Bragato. **Arquivos permanentes**: aspectos iniciais de sua organização. In: **Arquivologia**: temas centrais em uma abordagem introdutória. MARIZ, Anna Carla Almeida. RANGEL, Thayron Rodrigues. (Org.) Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

BELLOTTO, Heloísa. O papel instrumental dos arquivos. In: **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p.179-185.

_____. Arquivo e sociedade: políticas e ações voltadas para a educação. In: **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p.132-143.

BELLOTTO, Heloísa; CAMARGO, Ana Maria. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. 3.ed.. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2012.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 08dez 2020.

CABRAL, Rosimere Mendes. **Arquivo como Fonte de Difusão Cultural e Educativa**. Acervo, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 35-44, jan./jun. 2012.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** Tradução de Danielle Ardaillon. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), 2010.

DI MAMBRO, Galba Ribeiro. **Criação e implantação do sistema de arquivos da UFJF**. In: VENÂNCIO, Renato; NASCIMENTO, Adalson. (Org.). **Universidades & Arquivos: gestão, ensino e pesquisa**. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. Fino Traço, 2014.

DURANTI, Luciana. Registros Documentais Contemporâneos como Provas de Ação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.7, n.13, p. 49-64, 1994.

GOMES, Jonathan Mendes. **Fontes e metodologias para a construção de uma história regional a partir do Arquivo Municipal de Carangola**. Revista de divulgação científica SAPIENS. v. 1 n. 02. Out. 2019.

HEDSTROM, Margaret. **Arquivos e memória coletiva**. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (Orgs.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: UFMG, 2016. (237-259)

MERLO, Franciele. KONRAD, Gláucia Vieira Ramos. **Documento, história e memória**: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação. Inf. Inf., Londrina, v. 20, n. 1, p. 26 - 42, jan./abr. 2015.

SHELLENBERG, Theodore. **Arquivos Modernos**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SCHMIDT, Clarissa. **A construção do objeto científico na trajetória histórico epistemológica da Arquivologia**. São Paulo: Arq-SP, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, Conselho Superior, **Resolução nº 15**, de 31 de maio 2011. Cria o Arquivo Central e dispõe sobre o Sistema de Arquivos da UFJF. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/consu/wp-content/uploads/sites/33/2015/11/Resolu%C3%A7%C3%A3o-15.2011.pdf>>. Acesso em 08 dez 2020.

NACHLEBEN: DOS ARQUIVOS DE JUIZ DE FORA AOS ARQUIVOS DO GOVERNO ESTADUNIDENSE

Ramsés Albertoni Barbosa ²⁶⁰

RESUMO: Resgata-se, por meio de informações recolhidas em periódicos, processos jurídico-militares, relatórios das Comissões da Verdade no Brasil, depoimentos cedidos à Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora, arquivos do DOPS-MG e do DEOPS-SP, além dos arquivos do governo dos EUA, parte da história de resistência à ditadura civil-militar de 1964 no Brasil, por parte de militantes políticos na cidade de Juiz de Fora, durante as décadas de 1960 e 1970. Esses indivíduos construíram pequenas redes colaborativas de informação, constituídas por manuscritos, cartas, bilhetes, panfletos e jornais clandestinos na tentativa de romper o cerco da censura e do arbítrio, enfrentando, inclusive, o silenciamento da imprensa.

PALAVRAS-CHAVE: História. Ditadura. Arquivos.

ABSTRACT: It is recovered, through information collected in periodicals, military-legal processes, reports from the Comissões da Verdade no Brasil, depositions given to the Comissão da Verdade de Juiz de Fora, files from DOPS-MG and DEOPS-SP, in addition to the US government archives, part of the history of resistance to the 1964 civil-military dictatorship in Brazil, by political activists in the city of Juiz de Fora, during the 1960s and 1970s. These individuals built small collaborative information networks, consisting of manuscripts, letters, notes, pamphlets and clandestine newspapers in an attempt to break the siege of censorship and arbitration, even facing the silencing of the press. **KEYWORDS:** History. Dictatorship. Files.

NOS MEANDROS ARQUIVÍSTICOS

²⁶⁰ Professor. Mestre em Poética (Ciência da Literatura – UFRJ) e Comunicação (PPGCOM – UFJF). Doutorando em Artes (PPGACL – UFJF). Bolsista Fapemig. Endereço eletrônico: ramses.albertoni@ich.ufjf.br

Durante as décadas de 1960 e 1970, em Juiz de Fora, na vigência da ditadura civil-militar de 1964, alguns militantes políticos denunciaram os crimes cometidos pelos militares e resistiram ao regime ditatorial, todavia, suas ações raramente apareceram na imprensa juiz-forana. Esses indivíduos construíram pequenas redes colaborativas de informação, constituídas por manuscritos, cartas, bilhetes, panfletos e jornais clandestinos na tentativa de romper o cerco da censura e do arbítrio, enfrentando, inclusive, o silenciamento da imprensa.

A maioria das organizações e partidos de esquerda elaborou sua própria imprensa, assumindo os riscos impostos pelo sistema repressivo da ditadura civil-militar no Brasil. A imprensa clandestina, no Brasil, fazia a comunicação entre os militantes e os operário-estudantes, sendo produzida por estudantes e ativistas políticos para ser lida por uma classe operária desarticulada pela repressão. Os atores da imprensa alternativa dos anos de 1970 compunham uma subcultura que se distinguia de grande parte dos jornalistas e dos intelectuais, pois suas atitudes eram de contestação e de ativismo político.

Dentro desse contexto de embates ideológicos, alguns jovens militantes que residiam na cidade de Juiz de Fora, ligados à União Juiz-Forana de Estudantes Secundaristas (UJES), articularam, em 1968, um grupo que se contrapunha ao regime ditatorial; para tanto, alugaram uma casa no bairro Santa Luzia, Zona Sul, e um quarto no bairro Borboleta, Zona Oeste, locais onde editavam e guardavam os jornais clandestinos *O Porrete* e *Luta*, dentre outros, cujo conteúdo recebia a influência do jornal *Piquete*, editado pelo grupo Comando de Libertação Nacional (Colina). No dia 18 de agosto de 1968 a Polícia Federal efetuou uma diligência no local, apreendeu todo o material e deu voz de prisão aos responsáveis pelos jornais clandestinos, o que gerou o Processo 5/69 (BARBOSA, 2020).

Quase dois anos depois, no início do ano de 1970, o manuscrito *Até Sempre 3* fora apreendido pelas forças de repressão na Penitenciária de Linhares, originando o Processo 32/70. O manuscrito relata o interrogatório coletivo de 12 presos políticos, ligados ao grupo Colina, detidos na Penitenciária de Linhares, que durou 27 horas, entre os dias 19 e 20 de março de 1970, na sede da Auditoria da IV Circunscrição Judiciária Militar (IV CJM), em razão do Processo 73/69. Não obstante as graves acusações

proferidas pelos presos políticos, registradas nos autos do processo 73/69, a imprensa local se calou diante das denúncias de sevícias, assassinatos e desrespeito às leis (BARBOSA, 2020).

Posto isto, é preciso colocar que a cidade de Juiz de Fora é um município brasileiro no interior do estado de Minas Gerais, pertencente à mesorregião da Zona da Mata e microrregião de mesmo nome, localizando-se a sudeste da capital do estado, Belo Horizonte, distando desta cerca de 283 km. Segundo o IBGE, sua população, em 2010, era de 516.247 habitantes. Sua origem remonta à época do Ciclo do Ouro, confundindo-se com a história de Minas Gerais. Devido à dificuldade de acesso à região do atual município, o lugar permaneceu praticamente intocado até o século XIX. A Zona da Mata, então habitada apenas pelos índios Puris e Coroados, foi desbravada com a abertura do Caminho Novo, estrada construída em 1707 para o transporte do ouro da região da antiga Vila Rica, atual Ouro Preto, até o porto do Rio de Janeiro. Diversos povoados surgiram às margens do Caminho Novo estimulados pelo movimento das tropas que ali transitavam, entre eles, a Vila de Santo Antônio do Paraibuna, povoado por volta de 1713. Em 31 de maio de 1850, esse município desmembrou-se da cidade de Barbacena, elevando-se a Cidade do Paraibuna, em 1856, e, em 1865, passou a se chamar Juiz de Fora. No final do século XIX, o setor industrial começou a se desenvolver na cidade e a partir de 1890 instalaram-se indústrias e a população operária aumentou significativamente, contudo, esse ciclo foi curto, se estendendo até a década de 1930.

Segundo Duarte (2014), ao analisar uma série de pesquisas a respeito da formação econômica da Zona da Mata mineira e da história econômica da cidade de Juiz de Fora publicadas entre 1958 e 2012,

O referido desenvolvimento industrial ocorrido em Juiz de Fora é um tema recorrentemente visitado, especialmente por se tratar de parte de um elemento utilizado na invenção de uma tradição que, em muitos casos, age a favor da cidade. [...] Partindo da coerência dos argumentos apresentados nos diversos trabalhos

produzidos por esta nova historiografia, cujo enfoque econômico demonstrou a relação entre a produção cafeeira e a diversificação da economia local promovida, em grande medida, pela transferência de recursos do setor agrário-tradicional para o setor urbano industrial através do sistema financeiro, o desenvolvimento urbano de Juiz de Fora criou oportunidades de investimentos em imóveis, ações, debêntures, títulos públicos, etc. (DUARTE, 2014, p. 89-91)

Dessa forma, a historiografia sobre a cidade possui uma larga investigação a respeito das circunstâncias que possibilitaram o seu desenvolvimento urbano-industrial no início do século XX, cujas características podem ser identificadas com a formalização das relações capitalistas.

Os indivíduos envolvidos nos processos jurídico-militares, por nós analisado, cumpriram parte de suas penas na Penitenciária Regional José Edson Cavaliere, localizada no bairro Linhares, Zona Leste da cidade de Juiz de Fora. Essa penitenciária foi criada por um ofício da Câmara Municipal de Juiz de Fora que apontava a necessidade de um presídio moderno que atendesse toda a região. Sendo assim, em 1º de julho de 1965, por meio da Lei 3.393, uma nova unidade prisional foi instituída, com o nome de Penitenciária Regional de Juiz de Fora. Inaugurada em 1966, logo ficou conhecida como Penitenciária de Linhares, nome da área onde foi construída, nos arredores da cidade. A penitenciária fora inaugurada no dia 22 de janeiro de 1966 (*Diário Mercantil*, 04/01/1966, p. 4) e funcionaria, a princípio, como “órgão técnico de recuperação de delinquentes”, conforme declarou seu primeiro diretor, Silvio de Andrade Abreu (*Diário Mercantil*, 25/01/1966, p. 5). Todavia, em 1967, a penitenciária passou a receber também os presos políticos, porquanto, a partir de 1964, sob a repressão do golpe civil-militar de 1964, os variados tipos de instituição penal passaram a atender às pretensões da polícia política.

Ao ser ocupada pelo Exército em 1967, a Penitenciária de Linhares passaria por alterações para se adequar ao tipo de funcionamento de uma instituição penal política,

pois, além de receber os presos já condenados, também passou a abrigar os que aguardavam julgamento e respondiam a processos na Auditoria da 4ª CJM, se tornando, assim, um presídio.

Os primeiros presos políticos a chegarem à penitenciária foram 16 militantes do Movimento Nacional Revolucionário (MNR) que atuavam na guerrilha da Serra do Caparaó. Enviados à sede do 11º BI da PMMG, em Manhuaçu, os guerrilheiros foram interrogados e depois transferidos para Juiz de Fora, ficando em posse da 4ª Região Militar do Exército (BARBOSA, 2020).

Devido ao grande número de indiciados na Auditoria da IV CJM, esta penitenciária fora de enorme praticidade para comportar todos eles, gerando uma grande movimentação de presos políticos no local, mormente a partir de 1969, após a promulgação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, e ao trabalho incessante do promotor-militar substituto Joaquim Simeão de Faria Filho, cujas ações foram sempre enfáticas na perseguição aos elementos considerados subversivos, fazendo com que o STM interferisse várias vezes nos trabalhos da auditoria, por considerar equivocadas algumas acusações. Dessa forma, sobreveio uma inversão estrutural na distribuição de detentos na instituição, cujas alas passaram a ser ocupadas, majoritariamente, por guerrilheiros urbanos, em sua maioria jovens brancos, estudantes universitários, de classe média, de diversos movimentos políticos (BARBOSA, 2020).

A partir de 1970, com graves falhas na repressão, as ações relativas a coibir os presos políticos na troca de informações com o exterior seriam monitoradas pela Polícia Militar, responsável pelo controle da área externa do presídio, porquanto os presos políticos criaram pequenas redes colaborativas de informação. Foi possível apurar, por conseguinte, que a Penitenciária de Linhares, apesar de toda a repressão e a censura, era um local em que as informações circulavam em profusão, inclusive, em dezembro de 1969, as *Cartas de Linhares* dos grupos Colina e Corrente foram as primeiras informações a se tornarem públicas a respeito dos atos de violência perpetrados pela ditadura civil-militar de 1964. A penitenciária manteve sua condição de presídio político até 1978 (BARBOSA, 2020).

Dentro desse contexto de embates ideológicos, alguns jovens estudantes que residiam na cidade de Juiz de Fora, alguns deles ligados à UJES, articularam, em 1968, um grupo que se contrapunha ao regime ditatorial; para tanto, alugaram uma casa no bairro Santa Luzia, Zona Sul, e um quarto no bairro Borboleta, Zona Oeste, locais onde editavam e guardavam os jornais clandestinos *O Porrete* e *Luta*, dentre outros.

José Salvati alugará uma casa na Rua Chácara 140, Casa 3, distante 150 metros do Ginásio Professor Oswaldo Velloso. Nessa residência passaram a residir também Rodolfo Troiano, Wilimar da Rocha, Antônio Messias da Rocha e o colchoeiro Oswaldo Marques Ladeira, que possuía um estabelecimento comercial ao lado dessa casa, local onde ocultava os jornais clandestinos produzidos pelo grupo, e fora escalado para a sua distribuição junto às fábricas porque sua aparência de trabalhador não despertaria suspeita (BARBOSA, 2020).

No dia 1º de maio de 1968, Dia do Trabalhador, alguns desses jovens distribuíram, durante a madrugada, vários exemplares dos jornais *O Porrete* e *Luta* no Bairro São Pedro, antiga Colônia de São Pedro, e nas imediações da fábrica Industrial Mineira, localizada na Avenida dos Andradas, bairro Mariano Procópio. Para tanto se utilizaram da Kombi do pai de Luiz Fenelon, residente em Belo Horizonte, e que fora presidente da UJES, mas que vinha a Juiz de Fora para ajudar nas ações do grupo (BARBOSA, 2020).

Dois meses depois, no dia 24 de julho de 1968, alguns desses estudantes participaram de uma contestação à Tradição, Família e Propriedade (TFP) que, em frente ao Theatro Central, Rua Halfeld, Centro da cidade, colhia assinaturas contra o “socialismo na igreja católica”, concluindo com um discurso de protesto contra a ditadura civil-militar. Conseqüentemente, seguindo a linha de conduta das investigações, o general Itiberê Gouveia, comandante da 4ª RM, localizada em Juiz de Fora, fora informado, no dia 24 de julho de 1968, pelo major Grunewald, que novas perturbações da ordem estavam sendo preparadas na cidade. Assim, no dia 25 de julho de 1968, o general Itiberê delegara ao tenente-coronel Henri Pestre as atribuições policiais que lhe competiam para apurar os fatos relacionados aos movimentos estudantis nas cidades de Juiz de Fora, Belo Horizonte e Brasília, envolvendo

estudantes, agitadores, militares e civis cassados, a partir de informações de que novas perturbações da ordem estavam sendo preparadas (BARBOSA, 2020).

No endereço da Rua Chácara foram encontrados, no dia 18 de agosto de 1968, durante uma diligência efetuada pelos agentes da Polícia Federal, os jornais *Grêmio Recreativo Osvaldo Veloso* e *O Porrete*, dentre outros de menor importância. Este último jornal fora escrito por Antônio Rezende Guedes e editado/impresso, com tiragem de 1500 exemplares, por Colatino Lopes Soares, Wilimar da Rocha, ambos pertencentes à UJES, e Leila Quinhões Pereira, na garagem da casa de Colatino, Rua da Laguna, 372, bairro Morro da Glória, região Central da cidade, que residia há oito anos com o cunhado, o médico José Mariano Borges de Moraes, em um mimeógrafo pertencente à UJES, entidade colocada na ilegalidade, mas que funcionava ao lado da antiga sede do Departamento de Polícia Federal, na Galeria Constança Valadares, Centro de Juiz de Fora. Durante a diligência no local, a PF apreendeu todo o material e deu voz de prisão aos responsáveis pelos jornais clandestinos, o que gerou o Processo 5/69 (BARBOSA, 2020).

No dia 12 de setembro de 1969, na sede da IV Auditoria Militar, em audiência pública, ocorreu o julgamento dos acusados no Processo 5/69. Compareceram ao julgamento os acusados Wilimar da Rocha, Antônio Guedes, Rogério Teixeira, Colatino Lopes, Leila Quinhões e Rômulo Quinhões; deixaram de comparecer José Salvati, Oswaldo Marques, Luiz Fenelon, Walmer Soares e Rodolfo Troiano. José Salvati não comparecera ao julgamento, pois havia fugido para São Paulo (BARBOSA, 2020). Ao fim do julgamento, o Ministério Público pediu a absolvição de Leila Quinhões e a condenação dos demais acusados, com agravantes para Antônio Guedes e José Salvati, pois eram os líderes do grupo de estudantes. O advogado Nilo Batista, defensor de Rogério Teixeira e Antônio Guedes, argumentou sobre a falta de provas nos autos e da ineficácia dos meios empregados pelos acusados para atentar contra a segurança nacional, linha argumentativa seguida pelos demais advogados de defesa dos outros acusados. Após reunião secreta, o Conselho decidiu, por unanimidade de votos, absolver todos os acusados do crime previsto no artigo 36 do DL 314/67; absolver os acusados Rogério Teixeira, Leila Quinhões, Oswaldo Marques e Walmer Soares do crime previsto no artigo 38, inciso II, do mesmo DL; condenar os acusados Rodolfo

Troiano, Colatino Lopes, Rômulo Quinhões e Wilimar da Rocha à pena de 6 meses de detenção, como infratores do artigo 38, inciso II, do mesmo DL; condenar o acusado Luiz Felon à pena de 8 meses de detenção, como infrator do artigo 38, inciso II, do mesmo DL; e condenar os acusados José Salvati e Antônio Guedes à pena de 1 ano de detenção, como infratores do artigo 38, inciso II, do mesmo DL.

No ano seguinte, durante 27 horas, entre os dias 19 e 20 de março de 1970, na sede da Auditoria da IV CJM, em Juiz de Fora, em razão do Processo 73/69, ocorreu o interrogatório coletivo de 12 presos políticos, ligados ao grupo Colina, detidos na Penitenciária de Linhares, que denunciaram as sevícias, torturas e assassinatos cometidos pelo regime ditatorial. No dia 2 de abril fora apreendido, na mesma penitenciária, o manuscrito *Até Sempre 3* que relata, em detalhes, o que ocorrera naqueles dias, dando origem ao Processo 32/70 (BARBOSA, 2020).

O Colina foi uma organização de guerrilha urbana, no Brasil, que surgiu da divisão da organização Política Operária (Polop) e era composta basicamente por universitários mineiros. Por meio da luta armada, esse grupo combateu a ditadura civil-militar de 1964 no intuito de realizar uma revolução social no Brasil, abraçando as ideias defendidas pela Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS). Para tanto, executou, desde 1968, ações armadas urbanas cujo objetivo era levantar recursos financeiros para fazer a guerrilha no campo (BARBOSA, 2020).

Após a detenção dos integrantes do grupo Colina, em outubro de 1969, os presos foram transferidos para a Penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora, numa grande operação do Exército. Os presos foram colocados em três ônibus, dentro dos quais havia forte escolta, com policiais armados e até mesmo cachorros bem adestrados. Pelo caminho, havia vários ninhos de metralhadoras estrategicamente posicionados, além de helicópteros que sobrevoavam o cortejo (BARBOSA, 2020).

No dia 21 de março de 1970, ocorreu o interrogatório coletivo dos integrantes do grupo Colina que denunciaram as sevícias, torturas e assassinatos cometidos pelo regime ditatorial, num ambiente de grande tensão. Duas semanas depois desse interrogatório, em 2 de abril de 1970, fora apreendido, na Penitenciária de Linhares, o manuscrito *Até Sempre 3* que relata, em detalhes, o que ocorrera durante o

interrogatório coletivo na sede da Auditoria da IV CJM. A partir da junção das várias informações espalhadas ao longo das 683 páginas do Processo 32/70, instituído a partir da apreensão do manuscrito, foi-nos possível reconstituir o que acontecera (BARBOSA, 2020).

O julgamento dos envolvidos, Theofredo Pinto da Silva, Ângela Pezzuti e Erwin Rezende fora presidido pelo juiz-auditor Mauro Seixas Telles, e ocorreu no dia 10 de agosto de 1971, das 13 horas e 30 minutos às 20 horas, na sede da Auditoria da IV CJM, na Sala de Sessões, situada na Praça Antônio Carlos, em audiência pública. O Conselho argumentara, de maneira artificiosa, que o Processo 32/70 versava a respeito de alguns presos políticos, acusados de terrorismo e liderados por Ângelo Pezzuti, de darem continuidade a atividades comuno-subversivas dentro da Penitenciária de Linhares através da “já demais conhecida guerra psicológica adversa”, visando levar ao conhecimento público, de maneira deturpada e deturpante da propaganda subversiva, “uma ideia truncada do que fora um ato processual”. O Conselho afirmou, em sua decisão, que houvera a “mais ampla liberdade de declaração durante os seus interrogatórios”, cujos militantes políticos estavam “anestesiados ideologicamente” e faziam “profissão de fé marxista-leninista”. Após esse discurso capcioso, o Conselho emitira a sentença sobre cada um dos acusados, concluindo que como o jornal *Até Sempre 3* não conseguira amealhar a publicidade desejada, o que consumaria o delito, resolveu-se entender que o fato não chegou a ferir a norma penal. Dessa forma, por unanimidade, o Conselho resolveu julgar improcedente a denúncia, reconhecendo que os fatos narrados não chegaram a tipificar delito (BARBOSA, 2020).

Dessa forma, ao analisarmos os poderes discursivos da imprensa, dos inquéritos militares, dos documentos oficiais e dos jornais clandestinos foi-nos possível perceber como se conduz a vontade de verdade em nossa sociedade, pois a forma como o saber legal e legítimo é produzido, aplicado, valorizado e atribuído, permite que se exerça poder de coerção sobre outros discursos, considerada ilegal e ilegítima, interditando-lhes a palavra e conjurando-lhes a eficácia e a ameaça, cujo desígnio é ocultar as forças que materializam a constituição social, haja vista que o discurso não reflete apenas o controle do poder, mas é igualmente, o próprio poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, R. A. *As rugas que irrompem na superfície lisa da história: as formas clandestinas de informação nas décadas de 60/70 em Juiz de Fora*. Dissertação de Mestrado em Comunicação. 308 f. Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora: UFJF, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/11629>. Acesso em: 10 dez. 2020.

DIÁRIO MERCANTIL. Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes. Juiz de Fora, Minas Gerais.

DUARTE, F. M. Uma composição historiográfica para Juiz de Fora: leituras escolhidas (1958-2012). In: Revista de *História Econômica & Economia Regional Aplicada*, v. 10, nº 16, jan-jun, 2014, p. 72-98.

Simpósio Temático 10: História da saúde e das doenças: agentes, instituições e as múltiplas experiências sobre as intervenções no corpo doente

A LEGISLAÇÃO ANTIDROGAS E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS NO BRASIL

Maciel Antonio Silveira Fonseca²⁶¹

Pantiara Milena Neres²⁶²

RESUMO: O presente trabalho tem por escopo uma análise da "Teoria do Direito Penal do Inimigo" e as possibilidades de sua aplicação na sociedade brasileira, sobretudo, nos casos em que os indivíduos pratiquem crimes previstos na Lei 11.343/06, chamada "Lei Antidrogas". Muito embora a Constituição Federal de 1988 trabalhe sob a égide do princípio da isonomia, dados estatísticos revelam que o Brasil é o paraíso da exclusão e da desigualdade, o que, em grande medida, legitima discursos pautados no ódio e na gradativa supressão de garantias constitucionais. Nesse cenário, a legislação antidrogas do Brasil, sancionada no ano de 2006, se mostrou um forte aliado no cenário da exclusão, agindo como respaldo para a superlotação do sistema prisional e da aplicação de medidas excessivas aos grupos socialmente vulneráveis da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Antidrogas, Urbanização, Estigmatização.

ABSTRACT: The present work aims to analyze the "Theory of Criminal Law of the Enemy" and the possibilities of its application in Brazilian society, especially in cases where individuals commit crimes provided for in Law 11.343 / 06, called "Antidrug Law". Although the Federal Constitution of 1988 works under the principle of isonomy, statistical data reveal that Brazil is the paradise of exclusion and inequality, which, to a large extent, legitimizes speeches based on hatred and the gradual suppression of

²⁶¹ Doutorando em História - PPGH UFJF. E-mail: maciel.s.fonseca@gmail.com

²⁶² Bacharela em Direito - FIVJ. E-mail: pantiara.neres@hotmail.com

constitutional guarantees. . In this scenario, Brazil's anti-drug legislation, sanctioned in 2006, proved to be a strong ally in the exclusion scenario, acting as a support for the overcrowding of the prison system and the application of excessive measures to socially vulnerable groups in society.

KEYWORDS: Anti-drugs, Urbanization, Stigmatization.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa pretende analisar a conjuntura política e social brasileira no século XXI, na tentativa de entender se o conceito do Direito Penal do Inimigo se aplica à tal sociedade, tomando como base a implantação da Lei 11.343/06 - Lei Antidrogas.

No ano de 2017, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, o Brasil contava com uma população superior a 205.5 milhões de habitantes, dos quais 112.7 milhões se autodeclararam pretos e pardos, e 54.8 milhões viviam na linha de extrema pobreza (IBGE, 2017, on-line). Em uma conjuntura marcada pela acentuada desigualdade social, é notado que dentre esse crescente número de habitantes predominem aqueles em cuja alçada de proteção do Estado encontre omissões e negligências.

Nesse contexto de grande expansão populacional com um parco percentual de valores do desenvolvimento humano, ficou marcado um quadro de grande pobreza e carência de necessidades básicas, como saúde, alimentação e educação.

No ano de 2006, o Brasil sancionou a Lei 11.343, que foi recebida como a "Lei Antidrogas". O principal objetivo foi atender à pressão dos setores conservadores da sociedade, que manifestavam o seu incômodo ante a presença de jovens usuários de drogas que passaram a ocupar espaços comuns onde os grupos das classes médias também ocupavam: praças, mercados e demais espaços onde indivíduos passaram a fazer abordagens na busca de trocados, ou até mesmo utilizar tais pontos como locais para a prática de pequenos delitos.

A nova Lei teve sua recepção satisfatória para aqueles que cultivam a ideia de um espaço de segregação, pois legitimou a abordagem policial de determinados grupos de indivíduos por meros fatores estereotipados, como a cor de pele, tipos de roupas, localização da cidade e, até mesmo, trejeitos. O sistema carcerário não demorou a enfrentar um processo de superlotação, intensificando a violência e agravando os delitos praticados por indivíduos que, até então, muitas vezes sequer tiveram contato direto com o mundo do crime.

Criado, então, a figura do inimigo, a população passou a tipificar pessoas a partir de seu status social e fatores fenotípicos e genotípicos, retomando os preceitos da propaganda eugênica difundida no Brasil no início do século XX pelo médico Renato Kehl, reduzindo a condição humana à uma mera categoria entre "modelos" e "degenerados", sempre de forma antagônica entre as partes (SOUZA, 2016, p.94). A partir de então os veículos de comunicação passaram a apresentar o icônico jargão: "bandido bom, é bandido morto", gerando o sentimento de que a justiça poderia ser feita com as próprias mãos e que a pessoa suspeita de praticar algum delito, automaticamente seria culpada pelo ato, o que desconsidera totalmente a presunção de inocência prevista no artigo 5º, inciso LVII da Constituição Federal, na qual preceitua que "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória" (SARAIVA, 2016).

Com base nessa realidade, entendemos que o conceito de Direito Penal do Inimigo, desenvolvido por Günther Jakobs na década de 1980 (JAKOBS; MELIÁ, 2007) se enquadra perfeitamente neste contexto analisado e, portanto, é uma forma controvertida de exercer um poder desigual e prejudicial à uma população já carregada por uma mácula negativa e cruel. Neste conceito, Jakobs defende a necessidade de haver dois tipos de direito: um que seria dirigido ao cidadão, que seria um agente social atuante e que responderia por suas violações através de uma pena, responsável por sua reestruturação; o outro seria o Direito Penal do Inimigo, destinado àqueles indivíduos que manifestam comportamentos incompatíveis com a sociedade onde estão inseridos, não tendo a possibilidade de se regenerar e, portanto, devem ser tratados como inimigos da sociedade (CARVALHO JÚNIOR, 2017).

Assim, para efetivar o estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica em doutrinas brasileiras, jornais, jurisprudências, súmulas, Código Penal, Lei de Execução Penal,

sítios da internet, bem como documentários brasileiros. Também foi feito o uso de dados estatísticos fornecidos pelo Estado e pela União, referentes à fatores socioeconômicos da população, e também de elementos relativos ao sistema prisional brasileiro.

A TEORIA DO DIREITO PENAL DO INIMIGO E A LEGISLAÇÃO ANTIDROGAS BRASILEIRA

O Direito Penal é o ramo do Direito responsável por conferir a tutela dos bens jurídicos-penais dos indivíduos, a fim de estabelecer a ordem do Estado através do sistema sancionário-punitivo. Em se tratando de um sistema jurídico voltado para o interesse social, é possível observarmos que ao longo das décadas o Direito Penal vem enfrentando uma série de modificações, marcadas por implementos na legislação que atendem às demandas da população.

Com isso, a sociedade brasileira do século XXI vem enfrentando um desafio pungente na esfera do Direito Penal, que é a crescente voz da população se adentrando nas decisões de magistrados e afetando a atuação de advogado. O apelo da grande massa muitas vezes provoca reações indesejadas na atuação dos operadores do Direito, gerando um clima que beira a instabilidade. Parte do apelo da população está associado aos veículos midiáticos propagadores de informações, muitas vezes sensacionalistas e infundadas, mas que atinge diretamente a população (SANTINI, 2014, p. 17). Assim, ideais altamente repressivos e violentos vão se tornando cada vez mais parte do cotidiano das pessoas, o que contribui para a banalização dos efeitos anexos a tais práticas repressivas.

Neste cenário, o ordenamento jurídico sutilmente se articula a fim de atender as demandas sociais, quando assim for conveniente, como parte de um projeto pautado na imposição do medo e na premissa de um direito punitivo e severo. Tal ação, por exemplo, dificulta em grande medida a ação de defensores criminais, que chegam a ser tratados de forma marginalizada e incompreendida. Conforme assinala Márcio Bastos:

Ocorre que, em 2012, a tendência repressiva passou dos limites. Ameaças ao exercício da advocacia levaram ao extremo a "incompreensão" sobre o seu papel social numa sociedade democrática. Alguns episódios dos últimos meses desafiaram os mais caros postulados da defesa criminal. Refletir sobre as águas turbulentas que passaram é fundamental para orientar a ação jurídica e política que tomará corpo no caudal do ano que vem - em prol da moderação dos excessos de regulação jurídica da vida social. (BASTOS, 2019, on-line)

Exemplificamos acima os reflexos das ideias concebidas pela sociedade contemporânea mostrando o caso da atuação dos advogados defensores das garantias fundamentais constitucionais. Entretanto, a excessiva cobrança de medidas repressivas mais violentas por parte da grande população tem feito com que indivíduos que buscam a efetivação das garantias constitucionais, seja pelo conhecimento jurídico, seja pelo simples sentimento de "humanidade", também sejam vistos como inimigos ou coniventes à atuação do "inimigo".

A construção do ideal de um Estado Democrático de Direito, abrangente e igualitário, foi uma conquista da sociedade contemporânea após vivenciar séculos de um sistema restritivo-punitivo altamente violento, de caráter inquisitorial e aplicado de forma completamente tendenciosa e violenta, relegando o apenado, ora vítima, à categoria de "coisa". Isso porque, nas sociedades passadas vigorava o sistema da autodefesa, uma vez que não havia um Estado regulador de uma justiça comum (MATTOS, 2019, on-line). Como consequência, a sociedade se pautou no forte sobrepujando o fraco, o que abria o campo para a acentuada desigualdade e violência opressora.

Nas palavras de Jacinto Coutinho, a inquisição:

Trata-se sem dúvida, do maior egenho jurídico que o mundo conheceu; e conhece. Sem embargo de sua fonte, a Igreja, é diabólico na sua estrutura (o que demonstra estar ela, por vezes e ironicamente, povoada por agentes do inferno!), persistindo por mais de 700 anos. Não continuará servindo, se não acordamos -, mantém-se hígido". (COUTINHO, 2001, p. 18)

Deste modo, o sistema inquisitório perpassou os séculos, até que no final do século XVIII, com a Revolução Francesa, o constitucionalismo ganhou forma e o Estado, gradativamente, passou a assumir a atribuição de garantir a autotutela e mediação dos conflitos. Foi o momento em que os chamados "contratualistas"²⁶³ passaram a dissertar sobre a função punitiva e disciplinatória do Estado, e de que forma tais mecanismos deveriam ser aplicados aos cidadãos tutelados pelo poder soberano desse mesmo Estado (CALDAS, 2019, on-line).

As revoluções liberais do final do século XVIII acarretaram no que hoje chamamos de Estado Democrático de Direito. Tal concepção não é completamente inédita, tendo a sua origem na civilização da Grécia Antiga, com a ressalva de que o conceito de cidadão, para aquele grupo, estava restrito a fatores territoriais e econômicos (PLANALTO, 2019, on-line). Entretanto, a ideia de uma participação democrática direta permeou tal sociedade nesse sentido, o de que todo o indivíduo considerado cidadão teria pleno gozo do poder de participar da vida democrática. Atualmente, podemos entender o Estado Democrático de Direito:

Com a premissa de que todo o poder emana do povo prevista na Constituição Federal de 1988, a nação brasileira enquadra-se na categoria de Estado Democrático de Direito. Suas principais características são soberania popular; da democracia representativa e participativa; um Estado Constitucional, ou seja, que possui uma constituição que emanou da vontade do povo; e um sistema de garantia dos direitos humanos. (PLANALTO, 2019, on-line)

Ou seja, a Carta Magna brasileira caracterizou o ideal de Estado Democrático de Direito e absorveu para si, como uma forma de diretriz a ser seguida por todo o país. Tais ideais

²⁶³ Os Contratualistas foram filósofos e demais pensadores que se dedicaram ao estudo de assuntos e diretrizes sobre a relação do Estado e Sociedade. Podemos citar alguns dos principais contratualistas, como é o caso de Thomas Hobbes (1588-1679), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e Immanuel Kant (1724-1804), que exerceram influência significativa na elaboração da Teoria do Direito Penal do Inimigo, no século XX.

são colocados em prática periodicamente, através das eleições, onde os representantes da população são eleitos para que façam valer a suas demandas e necessidades ante o poder do Estado.

Porém, ao longo do século XX, sobretudo em suas décadas iniciais, o cenário mundial passou por alguns momentos que por diversas vezes colocaram em xeque as conquistas democráticas conquistadas nas revoluções liberais. Um clássico e notório exemplo foi a atuação hitleriana na Alemanha nazista, entre as décadas de 1930 e 1940. Com a legitimação do poder democrático, o 3º Reich de Adolf Hitler implantou uma série de ações com caráter discriminatório e segregacional, que culminou na morte de milhões de pessoas unicamente por fatores arbitrários associados à questões étnicas, psíquicas, físicas, religiosas, sexuais e que demais indivíduos que não se enquadravam no deturpado ideal de uma "raça superior" (ALBUQUERQUE, 2011, 12).

A atuação dos soldados nazistas nos campos de concentração e represália praticada pelo mesmo exército ante a população taxada como inimigo da "raça pura", gerou uma sensação de náusea quando veio à tona nos julgamentos de crimes de guerra, após a Segunda Guerra Mundial. Nos tribunais dos Julgamentos de Nuremberg, entre 1945 e 1946, o mundo passou a conhecer os efeitos da radicalização de ideais desvirtuados sobrepostos a um inimigo comum criado pelo Estado. O resultado gerou incômodos, quando mostradas as inúmeras pilhas de corpos putrefatos ou carbonizados, resultantes da barbárie de uma sociedade que outrora abraçou a ideia de Democracia, mas que ao mesmo tempo fez vista grossa às atrocidades cometidas em nome de um bem maior.

No ano de 2001, o inimigo retornou na figura étnica de árabes e muçulmanos. O atentado ao complexo comercial do World Trade Center (Torres Gêmeas) em setembro do mesmo ano, evidenciou ao mundo a necessidade de unir forças a fim de combater o inimigo mundial que surgiu das cinzas. O Estado norte-americano, líder hegemônico da economia e política mundial, cunhou a imagem do terrorismo, sobretudo utilizando a figura de Osama Bin Laden e o seu grupo terrorista *Al Qaeda*.

Entretanto, a Guerra ao Terror que se seguiu em função deste marco, estigmatizou todo um grupo étnico, que passou ser alvo de preconceitos, comentários jocosos e limitações

no exercício do direito de ir e vir, uma vez que o mundo passou a vê-los como inimigos terroristas (CHOMSKY, 2019, on-line). O evento ora descrito, foi o chamariz para a publicação de Jakobs, no ano de 2003, e contou com uma ampla receptividade, pois suas teorias naquele momento fazia sentido para a conjuntura mundial.

A ideia de Jakobs, professor de Alemão da Universidade de Bonn, se baseava em políticas públicas voltadas ao controle e combate à criminalidade tanto no território alemão, quanto fora do território. Suas ideias iniciais foram desenvolvidas ao longo da década de 1980, porém, conforme mencionado anteriormente, foi impulsionada somente no alvorecer do século XXI, com o atentado às "Torres Gêmeas".

Em contraponto ao modelo de Direito Penal que fora idealizado pelos iluministas ao longo do século XVIII, que tinham a pretensão de oferecer uma tutela aos cidadãos contra a tirania do Estado, temos hoje um Direito Penal cujas bases são fundamentadas na conjuntura de um regime totalitário que esteve presente no Brasil nas décadas de 1930 e 1940. Trata-se de um regime afeto às premissas do fascismo italiano, cuja duração foi de décadas até que se findou juntamente com a Segunda Guerra Mundial, em 1945 (SILVEIRA, 2015, p.270).

Como característica principal do direito Penal do Inimigo, Jakobs preceitua a necessidade de haver uma antecipação do Estado em face de indivíduos inclinados a se tornarem perigosos para a sociedade. Assim sendo, na visão de Jakobs, a punição deve ser extensiva aos meros atos preparatórios podendo, inclusive, antecipar a tutela penal se assim for conveniente para a instrução do procedimento (MORAES, 2008, 170-171).

Neste sentido Jakobs aduz que:

O grande descuido com que é tratada essa matéria se faz visível no instrumento conceitual da dogmática do direito penal: significativamente o conceito de consumação é um conceito formal, isto é, a consumação se orienta pela formação do tipo, não a critérios materiais, e em relação a isso resulta materialmente inseguro determinar já em termos gerais o que é o estado prévio. Em outros termos, o Direito Penal de um Estado de liberdades não trata do controle dos aspectos acerca do interno somente é permitida

para a interpretação daqueles fenômenos externos que já são, de qualquer modo, perturbadores, Se tais formas de conduta são tomadas como motivo para investigar o contexto subjetivo, com a mesma justificativa

– ou, para dizer em termos mais precisos, com a mesma falta de justificativa -, poderia ser tomado qualquer outro motivo arbitrário: suspeita-se da existência de maus pensamentos, mas posto que não seria legítimo isso ser valorado, por si só, como uma perturbação, toma-se algo socialmente adequado como pretexto. (JAKOBS, 2003, p.53)

Nesse sentido, o Estado torna uma força que se volta contra a população, a mesma que deveria ser protegida pelo mesmo. Cumpre então ressaltar que, conforme assinala Nelson Hungria, um Estado de Direito

deve proteger o indivíduo não somente por meio do Direito Penal, mas também do Direito Penal. Quer-se dizer que o ordenamento jurídico não deve dispor somente de métodos e meios adequados para a prevenção do delito, mas também precisa impor limites ao emprego do poder punitivo, para que o cidadão não fique desprotegido e a mercê de uma intervenção arbitrária ou excessiva do "Estado" Leviatã. (HUNGRIA, 1958, p.13)

Deste modo, podemos observar que as principais características da teoria do Direito Penal do Inimigo estão em desarmonia com as concepções de Direito Penal que foram preconizadas ao longo do processo de formação do Estado atual. Trata-se da violação de uma série de conquistas que foram alcançadas ao longo de severas lutas da sociedade contra o forte braço do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, percebemos que a Teoria do Direito Penal do Inimigo é algo que, em tese, deveria ser uma realidade completamente adversa ao ordenamento jurídico brasileiro. Entretanto, a realidade nos mostra que, gradativamente, a sociedade como um todo vem desempenhando um papel de facilitadora na incorporação de ações que minam os garantias fundamentais previstas na Constituição Federal.

Entendemos que a Dignidade da Pessoa Humana é um princípio basilar na Constituição de 1988, bem como a ideia de um Estado Democrático de Direito. Se aplicado e quando aplicado, o Direito Penal do Inimigo relega o indivíduo à condição de Inimigo, o que implica na perda de sua condição de humano, e também na perda de sua condição de cidadão. Assim sendo, não resta dúvida que juntamente com a criação de uma figura hostil e inimiga, a sociedade, explicitamente, fere com preceitos constitucionais sem os quais uma sociedade digna não consegue se manter.

Nos resta, então, entender o que motiva a população legitimar um discurso de tamanha opressão. Como vimos ao longo do texto, o processo de criação da figura do inimigo se adentrou aos lares dos brasileiros por meio da ampla divulgação midiática, que muitas vezes fazia uso indiscriminado do sensacionalismo e de da manipulação da informação para que fosse incurtido nos lares das famílias, em grande parte afetada pela omissão do Estado na garantia de serviços essenciais à manutenção de uma vida digna, como a saúde, segurança, alimentação, escola, moradia etc. O resultado foi a propagação do medo e a difusão de uma ideia quase messiânica de novos políticos insurgentes que recebem o apoio da população desacretitada na política e ansiosa por resultados imediatos na segurança.

Conforme traçamos ao longo do texto, a teoria de Jakobs ganhou grande projeção e um espaço de debate quando todo o planeta assistiu ao vivo e a cores a queda das Torres Gêmeas, em 11 de Setembro de 2001. A situação foi completamente conveniente para a criação da figura de um inimigo, que, por ventura, era um inimigo que ocupava território de interesse das grandes potências mundiais, em função da produção petrolífera. Eis que diante dos escombros dos edifícios e dos cadáveres empilhados, surgem os mártires salvadores, que, com o seu desejo patriótico, não demorou muito a invadir territórios para livrar o mundo do inimigo iminente.

O modelo deu certo, e, como tudo o que dá certo em um mundo globalizado, tal modelo fora importado. O Brasil, na busca incessante por seu espaço dentre as potências mundiais, incorporou ao seu aparato punitivo a Lei 11.343/2006. Tal dispositivo passou a legitimar uma série de ações repressivas contra determinados grupos da população que não se enquadrava ao projeto social do Estado.

Deste modo, o inimigo passou a ser o adolescente negro de periferia constantemente abordado pelos policiais; passou a ser o músico negro, tendo o seu carro e o seu corpo alvejado por dezenas de balas que lhe dizimou a vida; o inimigo se tornou o homem que recebeu tiros da polícia, por estar segurando uma furadeira, o que teria causado a confusão dos policiais que para legitimar a sua defesa, achou por correto matar o rapaz. E assim, percebemos que se instaurou a cultura do medo na sociedade, uma vez que o inimigo assumiu um estereótipo caricato e de fácil reconhecimento.

A legislação antidrogas somente contribuiu para fomentar o discurso segregador, uma vez que tornou as punições mais severas e mais subjetivas para os indivíduos, criando dois pesos e duas medidas. Afinal, para um grupo minoritário, uma porção X de maconha é destinada a uso recreativo e pessoal, enquanto a mesma porção nas mãos de um outro indivíduo, é motivo para duras repressões e encarceramento, pelo suposto crime de tráfico de drogas. Criou-se no país uma relativização da pena, o que torna cada vez mais real e possível, a aplicação da ideia de Jakobs sobre o Direito Penal do Inimigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Camila Menezes de. **O Direito Penal do Inimigo**. 61 fls. Monografia. Universidade Federal de Roraima. Centro de Ciências Administrativas e Jurídicas. Departamentos de Direito Público e Privado. Boa Vista, 2011.

BASTOS, Márcio Thomaz. **Márcio Thomaz Bastos e o papel do advogado criminalista**. Conjur, 2014. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2014-nov-20/marcio-thomaz-bastos-direito-penal-brasileira-encruzilhada>>. Acesso em 10 set. 2019.

CALDAS, Adriano Ribeiro. **Processo Civil e Estado Constitucional: O Direito Fundamental à tutela jurisdicional efetiva e as fases metodológicas do processo.** Revista da Faculdade de Direito UFMG. Belo Horizonte, n. 66, p. 23 -51, jan./jun. 2015. Disponível em: <<https://web.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/viewFile/1680/1596>>. Acesso em 18 set. 2019.

CARVALHO JÚNIOR, A. V. de. **O Direito Penal do Inimigo.** Artigo virtual, do sítio virtual Âmbito Jurídico. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11101&revista_caderno=3>. Acesso em 02 set.2017.

CHOMSKY, Noam. **A nova guerra contra o terror.** Estud. av., São Paulo , v. 16, n. 44, p. 5-33, Abr. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000100002>. Acesso em 05 out. 2019.

COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. **O papel do juiz no processo penal.** In:COUTINHO, Jacinto Nelso de Miranda (Coord.). Crítica à teoria geral do direito penal. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

HUNGRIA, Nelson. **Comentários ao Código Penal**, v. 1, t. 1. Rio de Janeiro: Forense, 4º Ed, 1958.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sítio online de estatísticas.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em 07 set. 2017.

JAKOBS, Günther. **Incriminação do estado prévio à lesão de um bem jurídico.** Trad. André Luís Callegari. In: JAKOBS, Günther. Fundamentos de direito penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

JAKOBS, Günther; MELIÁ, Manuel Câncio. **Direito Penal do inimigo: noções e críticas.** André Luís Callegari, Nereu José Giacomolli (org. e trad.). 2. ed. - Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2007.

MATTOS, Paulo Todescan Lessa. **A formação do estado regulador**. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 76, p. 139-156, Nov. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000300007>. Acesso em 12 set. 2019.

MORAES, Alexandre Rocha Almeida de. **Direito Penal do Inimigo: a terceira velocidade do direito penal**. 22. ed. Curitiba: Juruá, 2008.

PLANALTO. **Entenda o que é o Estado Democrático de Direito**. 2018. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/mandatomicheltemer/acompanhe-planalto/noticias/2018/10/entenda-o-que-e-o-estado-democratico-de-direito>>. Acesso em 15 set. 2019.

SANTINI, Thiago Campos. **A expansão do direito penal do inimigo e a afronta constitucional da sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro**. 2014. 56 fls. Monografia - Universidade Federal de Santa Maria - Centro de Ciências Sociais e Humanas. Curso de Direito. Santa Maria, RS, Brasil, 2014.

SARAIVA et al. **Vade Mecum Saraiva**. 19 edição. São Paulo: Saraiva, 2016.

SILVEIRA, Marco Aurélio Nunes. **A cultura inquisitória vigente e a origem autoritária do código de processo penal brasileiro**. Revista EMERJ, Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 264-275, jan./fev. 2015. Disponível em: <http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista67/revista67_264.pdf>. Acesso em 01 out. 2019.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920-1930**. Revista História, Ciências, Saúde - Manguinhos. 2016. Rio de Janeiro. p. 93-110.

A PRISÃO DOMICILIAR NO BRASIL EM TEMPOS DE COVID-19

Bárbara Alexandra da Silva²⁶⁴

Giulia Barra²⁶⁵

RESUMO: O presente artigo visa discorrer sobre as prisões cautelares e a suas funções durante a pandemia do coronavírus. Assim, pretende-se mostrar a busca pela dignidade da pessoa humana durante um período de calamidade pública e legalidade extraordinária. Diante disso, o objetivo geral desse estudo é debater sobre o direito à saúde no sistema prisional brasileiro e seus reflexos durante a pandemia declarada pela OMS em março de 2020. E, para tal, foi realizada uma pesquisa bibliográfica a partir de doutrinas brasileiras, quanto uma pesquisa documental e jurisprudencial sobre o tema, tendo como base Código de Processo Penal, a Constituição Federal, a Lei de Execução Penal e a Recomendação número 62 do CNJ, além de artigos e revistas científicas que abordam sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Fundamental À Saúde. Prisão Domiciliar. Estado De Calamidade Pública. Sistema Prisional Brasileiro. Recomendação Número 62 Do Cnj

ABSTRACT: This article aims to discuss precautionary prisons and their functions during the coronavirus pandemic. It is therefore intended to show the quest for the dignity of the human person during a period of public calamity and extraordinary legality. The overall objective of this study is to discuss the right to health in the Brazilian prison system and its reflections during the pandemic declared by the WHO in March 2020. To this end, a bibliographic survey was conducted from Brazilian doctrines, such as a documentary and jurisprudential research on the topic, based on the Criminal Procedure Code, the Federal Constitution, the Criminal Enforcement Law and Recommendation number 62 of the CNJ, in addition to scientific articles and journals that address the topic.

KEYWORDS: Fundamental Right To Health. Home Prison. State Of Public Calamity. Brazilian Prison System. Recommendation No 62 Of The Cnj

²⁶⁴ Pós graduanda em Direito Constitucional pela Facuminas;

²⁶⁵ Pós-graduanda em Direito Previdenciário. Técnica em Administração pelo Sebrae;

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo visa discorrer sobre a prisão domiciliar em tempos de calamidade pública como um meio alternativo de efetivar uma das principais garantias fundamentais, a saúde. Assim, pretende-se mostrar as políticas públicas incrementadas pelo governo federal, e a atual realidade do sistema prisional brasileiro frente a efetivação do direito à saúde e a dignidade da pessoa humana.

Sabe-se que a prisão domiciliar no Brasil é prevista no Código de Processo Penal nos artigos 317 e 318, sendo uma medida cautelar cerceadora de liberdade. A mesma medida é aplicada quando não for recomendada a execução da prisão preventiva em sistemas prisionais por razões de condições especiais, como a idade ou saúde, por exemplo.

Com o início da pandemia, em março de 2020, foi necessário que o Poder Judiciário adotasse medidas a garantir a saúde coletiva das pessoas que estivessem privadas de liberdade. Foi neste cenário que o CNJ editou a recomendação número 62. Nesta recomendação, visa-se o controle da transmissibilidade do vírus em estabelecimentos prisionais e socioeducativos. Dentre um de seus considerandos, há o seguinte:

CONSIDERANDO que o adequado enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus é de fundamental importância para a garantia da ordem interna e da segurança nos estabelecimentos prisionais e socioeducativos, de modo a evitar conflitos, motins e rebeliões e preservar a integridade das pessoas custodiadas e dos agentes públicos que atuam nessa instituição.(CNJ,2020)

Um dos principais intuitos da recomendação é incentivar os magistrados reverem prisões de pessoas que se encontram no grupo de risco e em final de cumprimento de pena para a “conversão temporária” das prisões definitivas para a prisão domiciliar. Contudo, não são todos os casos que estarão sujeito a essa medida. Será necessário que os crimes não tenham sido cometidos com violência ou grave ameaça e que a pessoa não faça parte de organização criminosa. Ressalta-se que essa conversão da prisão definitiva em prisão domiciliar é devida unicamente por causa do

estado de calamidade pública. O estado de legalidade extraordinária permite que os poderes, em conjunto, atuem em prol das garantias fundamentais e a defesa do estado democrático de direito. Com isso, por mais que não houvesse previsão legal da prisão domiciliar nesses casos, trata-se de medida que se faz necessária para a preservação da vida.

Diante disso, o objetivo geral deste estudo é alinhar o direito à saúde com as prisões cautelares em meio a uma pandemia, discorrendo sobre as medidas de saúde determinadas pela OMS (organização mundial da saúde) e a recomendação número 62 do CNJ que foi editada em 2020 para evitar a contaminação em massa do coronavírus no sistema prisional.

2 A PRISÃO DOMICILIAR NO BRASIL

De acordo com o Decreto-Lei nº 3.689 (Código de Processo Penal), vigente no Brasil, a prisão domiciliar é regulamentada segundo a legislação abaixo:

Art. 317. A prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização judicial. (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for: (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011) (...)

Art. 318-A. A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que: (Incluído pela Lei nº 13.769, de 2018).

I - não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa; (Incluído pela Lei nº 13.769, de 2018).II - não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente. (Incluído pela Lei nº 13.769, de 2018).

Art. 318-B. A substituição de que tratam os arts. 318 e 318-A poderá ser efetuada sem prejuízo da aplicação concomitante das

medidas alternativas previstas no art. 319 deste Código. (Incluído pela Lei nº 13.769, de 2018).

Doutrinalmente, Alencar e Távora aduzem que a prisão domiciliar é uma medida cautelar limitadora da liberdade. A mesma é aplicada toda vez que não seja viável a execução da prisão preventiva em cadeia pública (em relação aos presos) ou “prisão especial (para os acusados que detêm essa prerrogativa por força de lei), em razão de condições especiais, mormente as relacionadas à idade e à saúde do agente”.

Em relação ao tema, o Superior Tribunal de Justiça tem proferido a seguinte ementa:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA.

REITERAÇÃO DELITIVA. PRISÃO DOMICILIAR. POSSIBILIDADE. CONTEXTO DE PANDEMIA. DELITO SEM VIOLÊNCIA OU GRAVE AMEAÇA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A apreensão de apenas 11g (onze gramas) de maconha, ainda que a agente seja reincidente específica, recomenda a substituição da prisão preventiva por domiciliar, mormente considerado o contexto de pandemia e o teor da Recomendação n. 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça.

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 577.768/DF, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 13/10/2020, DJe 16/10/2020)

Salienta-se assim, que atualmente a Jurisprudência tem ostentado outra possibilidade da aplicação da prisão domiciliar, com fulcro na Recomendação n.62/2020. Essa nova regulamentação da prisão domiciliar será abordada em breve.

Alencar e Távora também explicam que a ordem judicial será a ferramenta processual necessária para decretar a prisão domiciliar em substituição da preventiva: Os autores explicam que essa medida processual “consiste no recolhimento do indiciado ou do acusado em sua residência, só podendo dela se ausentar por ordem do juiz”, sendo

exigida para seu deferimento a “prova idônea evidenciando a situação específica que a autorize”.

Ademais, com fulcro no artigo 318, do Código de Processo Penal, com alterações introduzidas pela Lei nº 13.257/2016, os autores acima relatam que o juiz poderá substituir a prisão preventiva pela prisão domiciliar quando o agente apresente prova idônea de sua situação de fato: 1) Contar com mais de oitenta anos; 2) Estiver extremamente debilitado por motivo de doença grave; 3) For imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de seis anos de idade ou com deficiência; 4) For gestante, independentemente do tempo de gestação ou do grau de risco de sua gravidez; 5) Mulher com filho de até doze anos de idade incompletos; 6) Homem, caso seja o único responsável pelos cuidados dos filhos de até 12 (doze) anos de idade incompletos.

Dessa maneira, recentemente o Superior Tribunal de Justiça manifestou entendimento que se a circunstância não se demonstra suficiente, ou seja, se os fatos não estão proporcionais com a medida processual, não é cabível a manutenção da prisão preventiva, sendo viável a prisão domiciliar:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. MEDIDA DESPROPORCIONAL. ADEQUAÇÃO E SUFICIÊNCIA DE CAUTELARES MENOS GRAVOSAS. ORDEM CONCEDIDA.

1. A prisão preventiva é compatível com a presunção de não culpabilidade do acusado desde que não assuma natureza de antecipação da pena e não decorra, automaticamente, da natureza abstrata do crime ou do ato processual praticado (art. 313, § 2º, CPP). Além disso, a decisão judicial deve apoiar-se em motivos e fundamentos concretos, relativos a fatos novos ou contemporâneos, dos quais se se possa extrair o perigo que a liberdade plena do investigado ou réu representa para os meios ou os fins do processo penal (arts. 312 e 315 do CPP) (...).

3. Habeas corpus concedido, confirmada a liminar, para substituir a prisão preventiva do réu pelas medidas cautelares previstas no art.319, IV e V, do CPP: a) proibição de se ausentar da comarca sem prévia autorização judicial; e b) recolhimento domiciliar no período noturno, cujos horários serão estabelecidos pelo Juiz, sem prejuízo de outras medidas que o prudente arbítrio do Juízo natural da causa indicar cabíveis e adequadas, bem como de nova decretação da constrição

preventiva se efetivamente demonstrada sua concreta necessidade. (HC 607.048/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 13/10/2020, DJe 19/10/2020).

Assim, sem provas cabíveis para decretar ou manter a prisão preventiva, não é obrigatório limitar por completo a liberdade se existem outras medidas que poderão ser aplicadas.

Além do entendimento visto na Doutrina sobre a prisão domiciliar exposta, Alencar e Távora também destacaram que esta medida teve mais duas hipóteses para ser admitida legalmente, como forma de substituição da prisão preventiva devido a Lei nº 13.257/2016, “bem como a ampliação de uma das hipóteses que já estava prevista no art.318, do CPP”:

Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for: (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011). (...) IV - gestante; (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)V - mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos; (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)VI - homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016) (...)

Art. 318-A. A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que: (Incluído pela Lei nº 13.769, de 2018). (...)I - não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa; (Incluído pela Lei nº 13.769, de 2018).II - não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente. (Incluído pela Lei nº 13.769, de 2018).

Art. 318-B. A substituição de que tratam os arts. 318 e 318-A poderá ser efetuada sem prejuízo da aplicação concomitante das medidas alternativas previstas no art. 319 deste Código. (Incluído pela Lei nº 13.769, de 2018).

3 DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE E A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

Antes de entrarmos no assunto sobre o Estado de Calamidade que nosso País se encontra em razão da pandemia, far-se-á necessário uma pequena análise sobre o direito à saúde, previsto no artigo 196 da Constituição Federal, bem como na Lei de Execução Penal.

Como é sabido, o direito à saúde é um corolário do direito à vida e do princípio fundamental da Dignidade da Pessoa Humana. Nesse diapasão, o STF reconheceu que (TAVARES, 2020, p.538):

O direito à saúde (...) representa consequência constitucional indissociável do direito à vida. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir, ainda que por censurável omissão, em grave comportamento inconstitucional.

Segundo Marcus Orione Correia e Érica Paula Correia (2013, apud TAVARES, 2020, p.928), a definição do que seja saúde “implica sua conceituação a partir da ótica de uma política destinada à prevenção e ao tratamento dos males que afligem o corpo e a mente humana, como a criação inclusive de um sistema organizado que atenda aos doentes”.

Indo além, o autor Julio César de Sá Rocha (1999, apud, TAVARES, 2020. P.928), estabelece que:

A conceituação da saúde deve ser entendida como algo presente: a concretização da sadia qualidade de vida. Uma vida com dignidade. Algo a ser continuamente afirmado diante da profunda miséria por que atravessa a maioria da nossa população. Consequentemente a discussão e a compreensão da saúde passa pela afirmação da cidadania plena e pela aplicabilidade dos dispositivos garantidores dos direitos sociais da Constituição Federal.

Depreende-se, portanto, que o direito à saúde depende da implementação de políticas públicas (sociais e econômicas) voltadas ao acesso universal de forma igualitária, bem como a “promoção, proteção e recuperação da saúde”. O Estado afigura-se como um garantidor, ficando incumbido de assegurar o mínimo de dignidade e condições para o indivíduo.

A atuação do Estado vai muito além do que fora exposto aqui, mas o objetivo do presente artigo não é esgotar todas as bases principiologicas e legais do nosso ordenamento jurídico sobre o direito à saúde, o objetivo é debater sobre a saúde frente

ao sistema carcerário brasileiro, e, para isso, foi necessário conceituar o que viria a ser direito à saúde e de quem é a responsabilidade sobre a sua efetivação no plano fático.

Conforme demonstraremos a seguir, o problema da saúde não está relacionado à falta de regulamentações (leis, decretos...), tendo em vista que nossa Magna Carta consagrou de forma expressa o direito de todos à saúde, vejamos:

Art.196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.(BRASIL, 1988)

Dessa forma, conclui-se que a atual crise do sistema de saúde, bem como da institucionalização dos direitos humanos, conforme preleciona o Ministro Lewandowski, encontra-se no plano de sua realização concreta e não abstrata. O Ministro explana que:

(...) os problemas relativos à institucionalização dos direitos humanos não se encontram no plano de sua expressão formal, posto que, nesse campo, grandes avanços foram feitos desde o surgimento das primeiras declarações a partir do final do século XVIII. As dificuldades localizam-se precisamente no plano de sua realização concreta e no plano de sua exigibilidade. (STF)

Indo além, a autora Thainara Dias (2020), ressalta que a promoção da saúde e o respaldo de garantias e da dignidade da pessoa humana é de responsabilidade do Estado, não basta que o mesmo atue somente para remediação e reparação de danos já causados, é importante que o mesmo atue de forma preventiva, colocando em prática os direitos fundamentais que são assegurados aos presos.

Nesse diapasão, além da Constituição Federal expor de forma expressa e clara o direito à saúde, a Lei de Execução Penal de 1984 dispõe que é um direito do preso o direito à saúde (artigo 41), sendo definido no seu artigo 14 o que viria a ser assistência à saúde, vejamos:

Art.14. A assistência à saúde do preso e do internado do caráter preventivo e curativo compreenderá atendimento médico, farmacêutico e odontológico. (BRASIL, 1984)

Além desses dois normativos de extrema relevância para o nosso ordenamento jurídico, é importante destacarmos outros marcos legislativos que foram criados para assegurar os direitos sociais da população prisional, como o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP), de 2003 e a Política Nacional de Atenção Integral à saúde das pessoas privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISO), de 2014. (LERMAN, 2015, apud, DIAS, 2020).

Percebe-se, portanto, conforme assevera Thainara Dias, que apesar da Constituição Federal assegurar um acesso amplo e universal do direito à saúde, foi necessário a normatização desse direito de forma individualizada para atender aqueles que estavam sendo omitidos. A autora ainda ressalta que o Estado possui um dever ainda maior com aqueles que tiveram o seu direito de ir e vir restringidos/suspensos até o cumprimento integral da pena, já que os mesmos não possuem condições de conseguirem um atendimento e promoção necessária da dignidade humana de forma autônoma (DIAS, 2020).

Desta feita, é evidente que o sistema de saúde brasileiro está defasado, bem como a qualidade de vida dos presos dentro do sistema carcerário. Esse cenário piorou ainda mais com a decretação do Estado de Calamidade em março do corrente ano. O decreto legislativo nº 6/20 reconheceu a ocorrência do estado de calamidade pública até o dia 31 de dezembro de 2020.

Conforme esboçado pela revista *Conjur*, o reconhecimento de calamidade pública “permite que o Executivo gaste mais do que o previsto e desobedeça às metas fiscais para custear ações de combate à pandemia” (CONJUR, 2020).

Diante desse cenário, o PSOL, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo e o IBCCRIM, protocolaram no Supremo Tribunal Federal uma medida cautelar na ADPF 347 na qual houve o reconhecimento de Estado de coisa inconstitucional do sistema carcerário brasileiro. (IBCCRIM, 2020)

A medida cautelar visa com que a Justiça “conceda prisão domiciliar a pessoas presas que estejam no grupo de risco, como idosas, pessoas com deficiência, soropositivas para HIV, portadoras de tuberculose, câncer, doenças respiratórias crônicas, cardíacas e imunodepressoras, além de pessoas diabéticas”(STF, 2020).

Contudo, o voto do Ministro Alexandre de Moraes venceu a decisão monocrática conferida pelo Ministro Marco Aurélio, em que concedia parâmetros de atuação dos juízes diante da pandemia. Nos dizeres do Ministro Barroso, trata-se de uma matéria que deverá haver a mínima judicialização possível, não deve o supremo tribunal interferir nas decisões dos demais juízes de primeira instância e muito menos tratar de assuntos que são de competência administrativa. (STF, 2020)

A matéria foi muito bem tratada pela portaria ministerial nº 07, bem como pela Recomendação número 62 do CNJ, sendo este o argumento para rejeição da medida cautelar.

4 A RECOMENDAÇÃO Nº 62 DE 17/03/2020 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça, a seguinte ementa que será abordada recomenda aos Tribunais e magistrados adoções de medidas preventivas em relação à propagação da infecção pelo novo coronavírus - Covid 19 nos espaços dos sistemas de justiça penal e socioeducativo, conhecida como Recomendação Nº 62 de 17/03/2020.

Regulamentada pelo presidente do Conselho Nacional de Justiça, no uso de suas atribuições legais e regimentais, o Ministro Dias Toffoli considerou a Recomendação Nº 62 de 17/03/2020 da seguinte forma:

CONSIDERANDO que cabe ao Conselho Nacional de Justiça a fiscalização e a normatização do Poder Judiciário e dos atos praticados por seus órgãos (artigo 103-B, § 4º, I, II e III, da CF);

CONSIDERANDO a competência do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF para acompanhar e propor ações relacionadas aos sistemas prisional e socioeducativo;

CONSIDERANDO a declaração pública de situação de pandemia em relação ao novo coronavírus pela Organização Mundial da Saúde – OMS em 11 de março de 2020, assim como a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional da Organização Mundial da Saúde, em 30 de janeiro de 2020, da mesma OMS, a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN veiculada pela Portaria nº 188/GM/MS, em 4 de

fevereiro de 2020, e o previsto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus;

CONSIDERANDO que o grupo de risco para infecção pelo novo coronavírus – Covid-19 compreende pessoas idosas, gestantes e pessoas com doenças crônicas, imunossupressoras, respiratórias e outras comorbidades preexistentes que possam conduzir a um agravamento do estado geral de saúde a partir do contágio, com especial atenção para diabetes, tuberculose, doenças renais, HIV e coinfeções;

CONSIDERANDO que a manutenção da saúde das pessoas privadas de liberdade é essencial à garantia da saúde coletiva e que um cenário de contaminação em grande escala nos sistemas prisional e socioeducativo produz impactos significativos para a segurança e a saúde pública de toda a população, extrapolando os limites internos dos estabelecimentos (...);

Assim, é visível o esclarecimento sobre a competência do Conselho Nacional de Justiça que possui a atribuição de fiscalizar e a normatizar o Poder Judiciário e os atos praticados por seus órgãos, bem como a incumbência do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF, “para acompanhar e propor ações relacionadas aos sistemas prisional e socioeducativo”.

A recomendação feita pelo Conselho Nacional de Justiça teve como objetivo primordial a padronização de medidas a serem tomadas pelos os entes do Poder Judiciário para combater a propagação do vírus. (CONJUR,2020).

A primeira medida aconselhada pelo órgão foi na diminuição de ingresso de pessoas nos sistemas prisionais e socioeducativo. Para que fosse possível aplicar essa diretriz na prática, foram aconselhadas as seguintes hipóteses:

- a) Transferência de pessoas presas por dívida alimentícia para prisão domiciliar;
- b) Nos atos infracionais cometidos por adolescentes, a aplicação preferencial das medidas socioeducativas em meio aberto, bem como a revisão das decisões que determinam internação provisória;

Além dessa medida, o CNJ também possibilitou a suspensão das audiências de custódia, tendo como embasamento o artigo 310, parágrafos 3º e 4º do código de processo penal.

Artigo 310. Após receber o auto de prisão em flagrante, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, o juiz deverá promover audiência de custódia com a presença do acusado, seu advogado constituído ou membro da Defensoria Pública e o membro do Ministério Público, e, nessa audiência o juiz deverá, fundamentadamente:

§ 3º A autoridade que deu causa, sem motivação idônea, à não realização da audiência de custódia no prazo estabelecido no caput deste artigo responderá administrativa, civil e penalmente pela omissão. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

§ 4º Transcorridas 24 (vinte e quatro) horas após o decurso do prazo estabelecido no caput deste artigo, a não realização de audiência de custódia sem motivação idônea ensejará também a ilegalidade da prisão, a ser relaxada pela autoridade competente, sem prejuízo da possibilidade de imediata decretação de prisão preventiva.

Aos magistrados, a recomendação aconselha que seja feita uma reavaliação das prisões provisórias, nos termos do artigo 316 do CPP, “priorizando mulheres gestantes, pessoas presas em estabelecimento com superlotação e prisões preventivas que tenham excedido o prazo de 90 dias ou que estejam relacionadas a crimes praticados sem violência”; (CONJUR, 2020).

Vejamos o artigo 8º, §1º da recomendação nº 62:

Art. 8º Recomendar aos Tribunais e aos magistrados, em caráter

excepcional e exclusivamente durante o período de restrição sanitária, como forma de reduzir os riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus, considerar a pandemia de Covid-19 como motivação idônea, na forma prevista pelo art. 310, parágrafos 3º e 4º, do Código de Processo Penal, para a não realização de audiências de custódia.

§ 1º Nos casos previstos no caput, recomenda-se que:

I – o controle da prisão seja realizado por meio da análise do auto de

prisão em flagrante, proferindo-se decisão para:

- a) relaxar a prisão ilegal;
- b) conceder liberdade provisória, com ou sem fiança, considerando como fundamento extrínseco, inclusive, a necessidade de controle dos fatores de propagação da pandemia e proteção à saúde de pessoas que integrem o grupo de risco; ou

c) excepcionalmente, converter a prisão em flagrante em preventiva, em se tratando de crime cometido com o emprego de violência ou grave ameaça contra a pessoa, desde que presentes, no caso concreto, os requisitos constantes do art. 312 do Código de Processo Penal e que as circunstâncias do fato indiquem a inadequação ou insuficiência das medidas cautelares diversas da prisão, observado o protocolo das autoridades sanitárias.

Além das situações aqui expostas, foi recomendado que aos presos que já estavam no cumprimento de pena, visando à redução dos riscos de propagação, os juízes com competência sobre a execução penal observassem as seguintes medidas:

a) Concessão de saída antecipada dos regimes fechados e semiabertos de mulheres lactantes, mães ou responsáveis por criança de até 12 anos ou pessoa com deficiência, idosos, indígenas, pessoas com deficiência e demais presos incluídos no grupo de risco;

b) Concessão de prisão domiciliar em relação a todas as pessoas presas em cumprimento de pena em regime aberto e semiaberto, mediante condições a serem definidas pelo juiz da execução;

c) Colocação em prisão domiciliar de pessoa presa com diagnóstico suspeito ou confirmado de Covid-19.

Percebe-se, portanto, que o intuito da recomendação foi assegurar, mesmo que de forma mínima, a não propagação do vírus, bem como a contenção da manifestação do vírus nos sistemas prisionais. Conforme abordado anteriormente, o atual modelo de sistema prisional vigente no Brasil foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Nesse sentido, o Ministro Marco Aurélio concluiu que:

no sistema prisional brasileiro, ocorre violação generalizada de direitos fundamentais dos presos no tocante à dignidade, higidez física e integridade psíquica. A superlotação carcerária e a precariedade das instalações das delegacias e presídios, mais do que inobservância, pelo Estado, da ordem jurídica correspondente, configuram tratamento degradante, ultrajante e indigno a pessoas que se encontram sob custódia. As penas privativas de liberdade aplicadas em nossos presídios convertem-se em penas cruéis e desumanas. Os presos tornam-se ‘lixo digno do pior tratamento possível’, sendo-lhes negado todo e qualquer direito à existência minimamente segura e

salubre. Daí o acerto do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, na comparação com as ‘masmorras medievais’.

Apesar de todas essas constatações e a alegação do óbvio, a recomendação aqui exposta não surtiu todos os efeitos que se esperava. Segundo as jurisprudências, a recomendação nº 62 não é uma norma cogente, ou seja, não possui observância obrigatória. Vejamos:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. LIVRAMENTO CONDICIONAL. EXAME CRIMINOLÓGICO DESFAVORÁVEL. INDEFERIMENTO. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. RECOMENDAÇÃO N. 62/2020. NÃO APLICAÇÃO PELO JUIZ EM OBSERVÂNCIA AO CONTEXTO LOCAL DE DISSEMINAÇÃO DO VÍRUS. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. (...)2. Realizado o exame criminológico, com resultado desfavorável ao agravante, nada obsta sua consideração no discricionário e motivado indeferimento do pedido de livramento condicional. A conclusão do Juiz das Execuções, abalizada por perícia, não é ilegal. 3. A Recomendação n. 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça não é norma cogente, de observância obrigatória. Se o Magistrado indeferiu a prisão domiciliar ao recluso do regime fechado de forma justificada, por não considerar preocupante o contexto local de disseminação da Covid-19, após mencionar que sua saúde não está comprometida e não existe situação atual de descontrole epidemiológico na penitenciária, além de explicar que a soltura antecipada está sendo direcionada, primeiramente, a presos de menor periculosidade, não há falar em ilegal constrição ao direito de ir e vir do postulante. 4. É indevida a inovação recursal em agravo regimental e em pedido de reconsideração posterior, com o propósito de impugnar novas decisões do Juiz das Execuções, não submetidas ao controle do Tribunal de Justiça a quo. 5. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no HC 572.409/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 02/06/2020, DJe 10/06/2020)

Corroborando com o que já fora exposto, eis uma notícia veiculada pelo STF:

Notícias do STF - 08/06/2020 - 17h40 -
Segunda Turma nega pedido de prisão domiciliar a ex-deputado Nelson Meurer

(...)Ao reafirmar sua decisão, o ministro Fachin salientou que, **apesar de Meurer ter 78 anos e ser portador de doenças crônicas, os fatos não demonstram a necessidade de tratamento de saúde em residência particular.** De acordo com informações prestadas pelas autoridades responsáveis pela administração do Presídio de Francisco Beltrão (PR), foram adotadas medidas para evitar a disseminação do vírus causador da Covid-19. Fachin lembrou que, conforme registrou em decisões anteriores, o ex-deputado foi examinado em duas oportunidades, por médico generalista e por especialista em cardiologia, e seu estado de saúde se mostrou estável, apesar da convivência com doenças crônicas. Para o ministro, isso demonstra a eficácia do tratamento dispensado na unidade prisional. Ainda de acordo com o relator, embora o estado de saúde de Meurer seja complexo, nenhum dos laudos juntados aos autos apontaram como imprescindível o tratamento externo, pois os riscos de evento súbito apontados pela defesa para embasar o pedido independem do local de tratamento. O ministro salientou ainda que o presídio dispõe de serviço ambulatorial de atendimento à saúde dos detentos.

Divergência

Os ministros Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski divergiram do relator e votaram, vencidos, pelo provimento do agravo, com a consequente concessão da prisão domiciliar. Gilmar Mendes destacou que, além da idade avançada, Meurer sofre de diversas doenças e comorbidades graves, que elevam o risco de infarto, derrame cerebral e arritmia cardíaca. Por isso, embora não haja necessidade de internação hospitalar, entende que a manutenção de Meurer no ambiente prisional aumenta significativamente os riscos à sua vida e à sua saúde.

Concluindo o pensamento aqui esboçado, a autora Jaqueline Sérgio da Costa define de forma esplêndida o que a pandemia causou no sistema prisional, bem como evidenciar déficit já existentes:

A pandemia de Covid-19 veio escancarar a histórica existência da desigualdade social. Afirmar a vida “exige determinadas condições para se tornar uma vida vivível e, sobretudo, para tornar-se uma vida passível de luto” (Butler, 2018, p. 45). Como anteriormente afirmado: o coronavírus, em si, não discrimina, não escolhe entre a melhor vida apta ao salvamento ou aquela não passível de luto. Somos nós que estabelecemos linhas de corte e distinguimos quais frentes de atuação servem a determinadas populações e territórios. Para uns (umas), políticas de vida. Para outros(as), políticas de morte. Quem são os uns e quem são os outros? Quem são as umas e quem são as outras?

A psicóloga Céu Cavalcanti (2020), ao apresentar a noção de epidemiologia política (Mizoguchi & Passos, 2020) aponta a possibilidade de análise da conjuntura brasileira atual por meio de linhas de força que compõem não somente uma crise sanitária (e, assim, biológica), mas sobretudo uma crise institucional e política. Uma crise associada à condição de um Estado suicidário (Safatle, 2020), que afirma a morte como política de governo das vidas. Vidas para as quais a liberdade, a dignidade, e o luto, nunca se fazem possível.

CONCLUSÃO

Portanto, dentre as conclusões obtidas por meio de um estudo detido do tema foi que os entes federativos precisam dispor de políticas públicas voltadas para a efetiva assistência às pessoas dentro do sistema prisional brasileiro. Apesar da existência de leis que preveem inúmeras medidas a serem tomadas, como o que é prevista na Lei de Execução Penal, tais disposições não aplicadas no cotidiano. A pandemia não gerou o caos dentro do sistema e muito menos deu origem ao desrespeito dos presos ao acesso à saúde, ela só evidenciou o que já estava carente dentro do sistema penitenciário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, R.R; TÁVORA, Nestor. **Curso de Direito Processual Penal**, 13º edição. Revista e atualizada: editora jusPODIVM, 2018, Salvador.

BRASIL. Código de Processo Penal. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm>.

BRASIL. Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

BRASIL. Recomendação n. 62, 17/03/2020. Disponível: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3246>>>.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Disponível: <<https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp>>.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Prisão Domiciliar-Pandemia (COVID-19)- idade avançada e doença crônica não autorizam, por si só, a concessão de benefício- Preso que recebe atendimento adequado no local onde segregado. APP 996. Edição Imprensa Nacional, 2020. Disponível em: <
<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=445050&tip=UN>>. Acesso em: 04 nov de 2020.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Ação direta de descumprimento de preceito fundamental nº 347. Relator. Pesquisa de Jurisprudência, Acórdãos, 2015. Disponível em: Acesso em:

COSTA, Jaqueline Sérgio da et al . COVID-19 NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: DA INDIFERENÇA COMO POLÍTICA À POLÍTICA DE MORTE. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte , v. 32, e020013, 2020 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822020000100412&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 04 nov. 2020. Epub 04-Set-2020. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240218>.

DIAS, Thainara. O direito à saúde da população prisional e a responsabilidade do Estado. **Instituto de Direito Real**. Disponível em: <<https://direitoreal.com.br/artigos/o-direito-a-saude-da-populacao-prisional-e-a-responsabilidade-do-estado>>. Acesso em: 30 set de 2020.

IBCCRIM. **Pandemia de COVID-19**: entidades e juristas cobram STF por medidas em favor de pessoas presas. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.ibccrim.org.br/noticias/exibir/108>.

MILANEZ, Bruno. **Estado de coisa inconstitucional e o sistema penitenciário brasileiro**. Canal Ciência Criminais, 2015. Disponível em: <
<https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/247862191/estado-de-coisas-inconstitucional-e-o-sistema-penitenciario-brasileiro>>. Acesso em: 29 out.2020.

Revista **Consultor Jurídico**, 17 de março de 2020. Disponível em: <
<https://www.conjur.com.br/2020-mar-17/cnj-recomenda-diminuicao-fluxo-ingresso-sistema-prisional>>. Acesso em: 05 out 2020.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2020.

O PLANTIO DO EUCALIPTO PARA O COMBATE DAS FEBRES INTERMITENTES NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Igor Bandeira da Silva²⁶⁶

Mário Roberto Ferraro²⁶⁷

RESUMO: O objetivo deste artigo é averiguar a introdução do eucalipto no Brasil e o porquê desta árvore de origem australiana ter chegado ao país brasileiro, por volta da segunda metade do século XIX. As fontes usadas neste artigo foram os jornais do Rio de Janeiro, que podem ser encontrados na Hemeroteca Digital, e trabalhos dos autores Marchiori (2014); Martini (2004); Urteaga (1980); Ferreira (1999) e Ferraro (2005). Ladsláo Netto (1838-1894), um botânico brasileiro, visitou plantações de eucaliptos na Argélia e distribuiu sementes desta planta no Brasil com o intuito de combater as febres intermitentes, que já se mostravam ser um problema recorrente e algo que os municípios buscavam remediar a tempos. O plantio do eucalipto para deter essas doenças de mau caráter, tanto para uso sanitário quanto medicinal, se mostrou uma resposta prática e rápida no combate as febres palustres. A árvore se popularizou e plantios foram feitos em várias províncias.

PALAVRAS-CHAVE: Eucalipto; Introdução; Sanitária; Medicinal;

ABSTRACT: The aim of this article is to investigate the introduction of eucalyptus in Brazil and why this tree of Australian origin arrived in the Brazilian country, around the second half of the 19th century. The sources used in this article were the Rio de Janeiro newspapers, which can be found at the Hemeroteca Digital, and works by the authors Marchiori (2014); Martini (2004); Urteaga (1980); Ferreira (1999) and Ferraro (2005). Ladsláo Netto (1838-1894), a Brazilian botanist, visited eucalyptus plantations in Algeria and distributed seeds of that plant in Brazil in order to combat intermittent

²⁶⁶ Graduando em história pela UEG-CSEH Email: igorband058silva@gmail.com. E-mail: reitor@ueg.br

²⁶⁷ Docente no curso de história da UEG-CSEH. E-mail: mariofr6@gmail.com

fevers, which were already shown to be a recurring problem and something that municipalities sought to remedy in time. The planting of eucalyptus to detain these diseases of bad character, both in sanitary and medicinal use, proved to be a practical and quick response in the fight against palustrian fevers. The tree became popular and plantations were made in several provinces.

KEYWORDS: Eucalyptus; Introduction; Sanitary; Medicinal;

INTRODUÇÃO

O objetivo dessa pesquisa é estudar a introdução do gênero eucalyptus, estabelecer onde foram os primeiros cultivos e averiguar os motivos, os porquês foram feitos esses cultivos. O eucalipto, uma árvore australiana que chegou ao Brasil na segunda metade do século XIX. A hipótese é que os plantios foram feitos para fins sanitários e medicinais. Como fonte foram usados os jornais do Rio de Janeiro que podem ser encontrados na Hemeroteca Digital e bibliografias de autores como: José Marchiori; Jeronimo Martini; Luis Urteaga; Luiz Otávio Ferreira e Mário Ferraro. Foram verificadas as formas de combate às febres intermitentes pelo país e o que os municípios vinham fazendo como medidas de combate.

Os primeiros relatos aparecem nos jornais do Rio de Janeiro e estão disponíveis na Hemeroteca Nacional, datam do período entre 1860 e 1870.

A introdução do eucalipto é um tema abordado por José Marchiori (2014), Mário Ferraro (2005) e Jeronimo Martini (2004); que cada um desses trabalhos irá nos mostrar um período diferente para a chegada desse vegetal no Brasil. Segundo Marchiori (2014) introdução do eucalipto no estado do Rio Grande do Sul foi feita por Frederico de Albuquerque em 1868.

Ferraro (2005), que trata sobre a modernização da agricultura e o surgimento da silvicultura em São Paulo no século XX, tendo por referência a obra de ²⁶⁸Edmundo

²⁶⁸ Quando nos referimos ao eucalipto é imprescindível citar o nome de **Edmundo Navarro de Andrade** (1881 – 1941), que também demonstrou certo apressamento pela espécie e que posteriormente começou a estudar sobre no horto Florestal de Rio Claro, SP.

Navarro, demonstrou que a introdução dessa árvore foi primeiramente no Rio Grande do Sul em 1868; no estado de São Paulo, foi introduzido pelos jesuítas em Itatiba, e o Dr. Pereira Barreto deve ser proclamado o introdutor desta essência no estado²⁶⁹

Martini (2004) fez um trabalho muito completo sobre Edmundo Navarro, porém o que mais chama a atenção são as possíveis datas de introdução do gênero eucalipto no Brasil apontadas por ele. Por exemplo, no Rio Grande do Sul em 1868, por ²⁷⁰Frederico de Albuquerque; em 1870, com o Médico Lazzarini, em Vassouras (RJ) e cita também o trabalho de Barbosa Rodrigues, o **Hortus Fluminensis**, que alega ser Frei Leandro do Sacramento, entre 1824 e 1829, o pioneiro no plantio da árvore australiana, pois ele era diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e a informação de Barbosa Rodrigues, e embasada no catálogo de plantas cultivadas do Jardim Botânico, que mostra a existência dois exemplares de eucaliptos plantados nessa época. E isso só demonstra o quão difícil é saber ao certo sobre a introdução do eucalipto.

Ferraro e Martini abordaram a introdução do eucalipto do ponto de vista econômico, sobretudo para produção de lenha para as locomotivas, nesse texto a introdução do eucalipto será estudada em função de sua utilidade sanitária no combate aos miasmas e sobre seu uso como medicamento.

COMBATE AOS MIASMAS

Segundo a concepção de Lancisi, apontadas por Urteaga (1980), que foi um médico e cientista nascido na Itália em 1654, devido às altas temperaturas do verão, são produzidas destilações químicas nas águas pantanosas; os vapores convertidos em eflúvios voláteis são transportados pela ajuda do vento, causando assim vários tipos de morbidade. E esses produtos inorgânicos vão se juntar a materiais em decomposição que podem ser tanto de origem animal quanto de origem vegetal, formando assim os

Navarro também via o eucalipto com uma função higienista, por conta de observações que foram feitas sobre a característica de absorção da umidade do solo e assim, com o plantio a árvore trazia novamente a salubridade de terrenos alagados.

²⁶⁹ Hoje sabemos que em 1873 já havia eucaliptos plantados na chácara do Dr. Rodrigo Silva, em São Paulo.

²⁷⁰ **Frederico de Albuquerque**, nascido em 18 de dezembro 1839, e faleceu em 03 de novembro de 1897. Frederico era um botânico e naturalista gaúcho e contribuiu bastante para a ciência agrícola do país, em processos como aclimações de espécies e divulgações científicas, que estavam associadas à sua faceta de empresário

enigmáticos miasmas, que causavam malefícios a saúde humana tais como, febres intermitentes, febre amarela e cólera.

Luis Urteaga (1980): depois de elencar uma série de explicações de cientistas dos séculos XVIII e XIX conclui que os miasmas estariam presentes em regiões pantanosas e abafadas, que às vezes são imperceptíveis. A água e outras exalações se separam da superfície da terra durante o dia pela ação dos raios solares e assim formam nuvens mais ou menos densas, que se o ar estiver calmo, permanecem suspensas sobre as casas das quais se separaram, os miasmas contagiosos também podem flutuar. Miasmas contagiosos são causados por substâncias pútridas estagnadas que, se não diluído pelo ar agitado, forma uma névoa, que ocupa a circunferência dos aflitos que são o seu centro; de onde emanam vapores ou miasmas como tantas outras fontes.

Segundo Ferreira (1999), já a partir de 1798 a Câmara do Rio de Janeiro demonstrava preocupações com o estado sanitário do mais importante núcleo urbano do País (Rio de Janeiro); o foco era procurar saber mais sobre essas doenças endêmicas e a respeito de suas manifestações, para isso foram encaminhados alguns questionários aos médicos para que com isso chegassem a um resultado final com a opinião da maioria, mas cabe ressaltar que esses resultados saíram muito posteriormente (1813) e foram publicados nos primeiros números do periódico científico-cultural *O Patriota*.

Os resultados dos questionários exemplificaram de maneira muito clara os pensamentos higienistas da época:

Era unânime a suposição de que o inclemente clima quente e úmido do Rio de Janeiro fosse a causa imediata de todas as doenças endêmicas e epidêmicas. O calor e a umidade constantes eram consequência das características topográficas da cidade tropical situada numa planície ao nível do mar, cercada de elevadas montanhas de onde desciam inúmeros e sinuosos rios e cursos d'água, que inundavam a parte baixa do relevo, formando uma grande área pantanosa. Transformadas em depósito de matérias orgânicas em decomposição, as águas estagnadas, ao evaporar, contaminariam o ar com emanações miasmáticas (FERREIRA, 1827-43).

Com os resultados dos questionários e as afirmações sobre as manifestações de doenças, se tornavam mais fáceis as medidas de combates as essas doenças, tais como a preservação de coberturas vegetais, buscar uma limpeza periódica de praças e ruas, e também remover morros que conseqüentemente atrapalhavam a circulação do ar e deixando o ambiente abafado.

Cerca de cem anos depois, na década de 1870, de acordo com o Dr. José Pereira (ANNAES BRASILENSES..., 1874, p.190, 191) o eucalipto se mostrava bastante eficaz contra os miasmas caso fossem plantados em proximidades palustres: “Foi a princípio do ano passado que determinei empregar o eucalipto, á vista da propriedade, que eu sabia possuir a árvore, de fazer desaparecer as febres paludosas nos lugares em que se efetuava o plantio” (PEREIRA, 1874: p. 190) e que seria necessário chamar a atenção do governo e câmaras municipais sobre a adoção imediata do eucalipto no Brasil, e acima de tudo no Rio de Janeiro, que além de um rápido crescimento, as arvores irão embelezar as ruas e ao mesmo tempo absorverão os miasmas que são produtores das febres paludosas.

As pessoas que habitavam lugares pantanosos eram de fácil identificação, pois continham detalhes corporais diferentes e bastantes notáveis se comparadas aos demais que moram em locais arejados e com um ar puro; segundo os Srs. Mofaleon e Molier, citados no *Jornal do Agricultor*, (1880) que dedicaram um bom tempo estudando essas características, notaram uma série de peculiaridades:

Em todo o seu ser os traços de constituição doentia e arruinada de seus pais. – Magros, inchados e hidrópicos durante a infância, o ventre se engorgita pouco a pouco, e incurável tristeza se revela através da palidez mórbida de suas faces de envolta com insensibilidade estúpida. Se conseguem viver, todos esses sinais argumentam de intensidade. O sangue empobrece, os tecidos enchem-se de líquidos, a pele se torna árida e escamosa, os sentidos não tem precisão alguma, e o próprio cérebro, do mesmo modo que o moral, participa logo do abatimento geral. (JORNAL DO AGRICULTOR, 1880: p. 364).

Por conta de doenças como miasmas paludosos e febres do pântano, algumas medidas acabaram sendo tomadas para controlar a vasta incidência de casos que estavam havendo. O Dr. Raspail, também citado no *Jornal do Agricultor* (1880) acabou propondo um processo de saneamento de brejos baseado em sete tópicos explicando o que deveria ser feito detalhadamente; e, nesses sete passos como propostas de saneamento é mostrado a utilização do eucalipto como um dos processos; Na construção de diques e paliçadas (estacas) para o escoamento de águas estagnadas eram recomendadas o plantio de árvores como o eucalipto cujas suas raízes suportariam os terrenos úmidos e moles e assim deixariam essas estruturas firmes. Por ser um vegetal que não se deteriora fácil mesmo em contato direto com a água. “É evidente que essa rede de lagos e valas transformam os brejos pestilenciais em superfícies produtivas e salubres.” (RASPAIL, 1880: p. 365). A plantação de eucaliptos para secar terrenos era considerada um predicado, pois acabava trazendo benefícios tanto para a saúde humana quanto para a vida animal.

O eucalipto por ser bastante eficaz com seu poder em absorção de umidade do solo, também mostrava ser uma solução para doenças como miasmas paludosos e febres intermitentes.

A primeira apresentação do Eucalipto aos brasileiros ocorreu em 1865, no *Correio Mercantil*. Segundo o *Correio Mercantil* ²⁷¹ (1865, p. 1) essa árvore australiana era caracterizada por suas qualificações notáveis, tais como, seu porte elegante e avantajado e beleza; por se tratar de um gênero que produz uma madeira de excelente qualidade para a construção de travessas de estrada de ferro e de navios baleeiros por conta de sua solidez e duração; e também por seu rápido crescimento; na Austrália de suas floradas as abelhas produzem delicioso mel. “Enfim asseguram ser certo que na Austrália desaparecem as febres intermitentes nos lugares onde vegetam muitos *eucaliptos*” (CORREIO MERCANTIL, 1865: p. 2). Como pode-se notar já em 1865 o

²⁷¹ Embora não assinado o artigo foi escrito por Ladsláo Netto que dois anos depois assumiu autoria em carta destinada a Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional (MELLO NETTO, 1867, 258)

Ladsláo Netto, nascido em 27 de junho de 1838 na cidade de Maceió e faleceu em 1894. Suas ocupações eram na área da botânica e zoologia, Ladsláo foi nomeado diretor-substituto do Museu Nacional, em 1870, sendo efetivado no cargo em 1876, pelo Imperador do Brasil, Dom Pedro II, que pretendia fazer daquele museu um grande centro de exposição e aprendizado científicos

plantio do eucalipto era indicado por conta de ser eficiente para reaver a salubridade de terrenos também mostrava ser uma árvore benéfica para com as febres.

As primeiras sementes foram distribuídas por carta enviada pelo Dr. Ladisláo Netto aos membros da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (O AUXILIADOR...: 1867, p. 258) que dizia que as mesmas atribuíam propriedades preservativas contra miasmas paludosos; o cientista recomendava o plantio em áreas onde esses miasmas tinham maior incidência (pântanos e lugares abafados). Por conta de uma propriedade característica desse vegetal, que é a da absorção de humidade, que se plantado em locais pantanosos, a árvore irá enxugar o solo e posteriormente reaver a salubridade daquele terreno afugentando os miasmas e também aromatizando o ambiente por conta das folhas que contém um cheiro balsâmico que conseqüentemente acabaria purificando ar. Ladisláo Netto encarrega para a Sociedade Auxiliadora da Indústria nacional um lote dessas sementes para distribuição pelo país com a indicação de que fossem plantadas também em terrenos altos, lugares descampados e tabuleiros e, a partir daí o eucalipto será disseminado com essa finalidade.

Segundo jornal **A República** (1873b) a partir de 1873 são construídos os primeiros viveiros de mudas no Rio Janeiro, que ficavam localizados em regiões distintas: no Pico da Tijuca região que estava sendo reflorestada; no Bico do Papagaio e também no Jardim Botânico com a finalidade de produzir mudas de eucaliptos para que posteriormente fossem distribuídas pelo país e cabe ressaltar que quem arcava com as despesas de produção e transporte na época era o Estado.

No Jornal **Diário do Rio de Janeiro** (1874) demonstra que não se pode negar a eficácia dos eucaliptos no tratamento de febres periódicas, chegando mesmo a ser comparado com o sulfato de quinina. E também é mostrada sua propriedade de decompor e absorver miasmas atmosféricos. O eucalipto está gozando foros que já desfrutara o gira sol a muito tempo pois era de quem se esperava os mais salutareos efeitos do plantio no saneamento; e não só, mas o eucalipto em lugares pantanosos e úmidos em virtude de suas raízes com grande força de absorção acabe **modificando a constituição médica** das localidades, dessecando e com suas folhas absorvendo os miasmas e que de seu todo acabe decompondo-as por inteiro.

Como mostrado em um artigo do jornal **Monitor Campista** (1877, p. 1) os miasmas palustres que são fatais e implacáveis a todos os seres vivos incluindo animais ou plantas; com exceções de algumas espécies como: girassóis e eucaliptos. Alegando também sobre a situação de pessoas que moram em proximidades pantanosas afirmando que são menos fortes, menos enérgicos, menos alegres, menos expansivos e até menos formosos do que outros moradores que habitam em lugares que se respiram um ar mais puro e oxigenado.

Mostrando a situação de Campos foi sempre mesmo um lugar baixo e alagadiço, porém jamais pantanoso, era apenas um lugar inundado pelas águas do Rio Paraíba e também com o ramo pastoril; e mesmo com tais inundações não eram formados os pântanos por conta das águas não ficarem estagnadas pelo fato dos esgotos naturais que não foram obliterados e dessa maneira tinham uma caída direta para o mar. E com isso, ao invés de se tornar algo perigoso aos vegetais e animais o Paraíba apenas fertilizava o solo.

Porém, ainda segundo o **Monitor Campista** (data) com a passagem dessas águas; era visto que ali estava um ambiente propício para a plantação de cana-de-açúcar que levou a obstrução dos declives de escoamentos naturais do Rio Paraíba e da chuva que acabou represando as águas e deixando a mercê do Sol e vento para o escoamento desses pântanos artificiais.

E, segundo o **Monitor Campista** (1877) para resolver problemas como este bastava apenas uma boa vontade e energia por parte de poderes competentes; uma sugestão era seguir os métodos adotados pelos Jesuítas, que consistiam em: focar nos esgotamentos de pântanos e enxugamento de terrenos tomando por guia e engenho as mesmas águas, que baseiam no seguimento de declives naturais, reestabelecimento dos esgotos que foram cavados por conta da exploração humana e assim a região de Campus deixará de ser uma área pantanosa e irá reaver sua salubridade de como era antes. E plantar eucaliptos para promover a secagem do terreno²⁷².

EUCALIPTO COMO MEDIDA SANITÁRIA

²⁷² Como se pode ver a plantação de eucaliptos para secar terrenos era considerada uma virtude pois trazia benefícios a saúde humana, mas era desastrosa ao meio ambiente pois uma diversidade muito grande de plantas e animais viviam nesse meio ambiente, que eram destruídos.

O distinto fazendeiro e médico Dr. Antônio Lazzarini (*A REPUBLICA*: 1873, p. 2) que buscava alguns métodos para higienização da província do Rio de Janeiro, distrito de Vassouras, descobriu que o eucalipto continha o que era preciso para combater os miasmas paludosos; alegando que maravilhosa árvore muito enriqueceu a moderna ciência de aclimação, reunindo em si características higiênicas medicinais que não se via em nenhum outro vegetal da época. E com isso, com a gerência municipal do Sr. Barão de Cananéa, o mesmo acabou ordenando a arborização de algumas ruas da cidade de Vassouras com esta planta, e que posteriormente poderiam ser encontrados numerosos pés de eucaliptos espalhados por vários jardins e chácaras da cidade e também nas circunvizinhanças.

Devido a essas características do vegetal, Lazzarini viu que uma maneira de combater os miasmas paludosos era o florestamento de áreas pantanosas e úmidas com eucaliptos, onde a árvore iria corrigir o ar que estava infeccioso e pestilento, e que também iria produzir uma madeira resistente ao contato direto com a água e insetos; “Repito: é fato averiguado por todos os observadores que as febres intermitentes e perniciosas não existem em parte alguma onde cresce em abundancia os eucaliptos.” (LAZZARINI, 1873: p. 2).

Lazzarini notou que o clima salubre em regiões palustres da Austrália é devido a variedade de eucaliptos espalhados nesses locais e também por conta de certas características peculiares desse vegetal:

A Salubridade bem reconhecido do clima da Austrália nas regiões paludosas é devida as emanações dessa arvore cujas folhas perenes encerram numerosas células cheias de um óleo volátil aromático, que neutralizando, impede a germinação de miasmas palustres contidos na atmosfera e nas águas (LAZZARINI, 1873, p: 2).

Segundo o jornal **O Globo** (1874), devido às características chamativas desse vegetal, o eucalipto estava chamando a atenção de vários agricultores e também governamental sobre a ideia de vulgarizar o plantio desta espécie por conta das

qualidades florestais e terapêuticas que a mesma possui; o Ministro da agricultura, acabara ordenando o plantio do eucalipto em diversas partes da Tijuca, e também remetendo sementes para outras províncias próximas, pois muitos já demonstravam interesse. Devido a eficiência no combate aos miasmas e na secagem do terreno, o eucalipto passou a ser procurado e repassado para donos de chácaras deixando assim a árvore popular entre as províncias e municípios.

Como visto no jornal **O Globo** (1874) no município de Vassouras onde haviam plantios em larga escala de eucaliptos, como o exemplo do Dr. Christovão de Castro, visto como um senhor laborioso e inteligente e plantou cerca de quinze mil pés de eucaliptos não sendo apenas da espécie *globulus* vale ressaltar, e com tanto sucesso sua fazenda poderia ser vista como uma “Fazenda modelo”; um exemplo a ser seguido pelos colegas agricultores que tinham o interesse em plantar o vegetal.

O município de Vassouras que já estava desfrutando das virtudes e excelências do plantio de eucaliptos, cujo vegetal já era um assunto de longos e variados estudos e experiências definitivas e de certa forma acabara por ocupar um lugar de honra da silvicultura. O Sr. Antônio Pereira da Fonseca, muito laborioso e inteligente jardineiro paisagista, e também um hábil horticultor, estava trabalhando em prol das propagações²⁷³ do eucalipto no município de Cachoeira por volta de 1873, distribuindo de um número considerável de sementes e também se locomovendo pessoalmente para as localidades e fazendas para o manuseio; muitos distintos fazendeiros estavam procurando ou até mesmo plantando tais sementes em suas terras incultas e devolutas visando tanto a questão florestal, isto é a produção de madeira e lenha, quanto a questão higiênica que era mais importante no momento.

O Sementes de eucalipto foram enviadas ao Pará. O Ministro da Marinha (A NAÇÃO, 1874, p. 1) expediu um aviso ao Sr. Presidente da província do Pará recomendando que o informasse sobre determinados exames que deveriam ser feitos antecedendo o plantio do eucalipto na ilha do Marajó, pois variados documentos de sérias origens demonstram as qualidades florestais e propriedades anticépticas do vegetal.

²⁷³ Embora o jornal *A Republica* indique o Sr. Antônio Pereira da Fonseca como propagador do gênero eucalipto, podemos ver em outro jornal como a *Revista Agricola [...]* que o nomeado propagador é o fazendeiro Dr. A. Lazzarini.

O USO DO EUCALIPTO COMO MEDICAMENTO

O eucalipto, além de ser plantado em áreas pantanosas para secar o terreno, era empregado como medicamento ou em outras terapêuticas. Era usado no tratamento de enfermidades como febres de mau caráter e outras doenças infecciosas que eram provenientes de regiões pantanosas e abafadas. De acordo com exemplos encontrados em jornais da época (JORNAL DO AGRICULTOR, 1882, p. 259), como os do Dr. Rego Cezar que comprovou a eficiência do eucalipto se usado como sudorífero, pois essa essência acabava prevenindo doenças como: febre terçã, (que se repetia a cada três dias) quartã, sezão, maleita, paludismo; e também o mesmo constava outros usos diversos que faziam tais como: sucos das folhas para o tratamento da coqueluche e tosses frequentes, chás ou infusões para constipações, fumigações para saneamento do ambientes entre outras funcionalidades.

A planta não servia apenas como um preservativo de febres, mas também era usada como medicamento. Além de um remédio muito bom no combate a *Phytisica* (palavra usada na época para designar pessoas com tuberculose) no primeiro e segundo grau, e na Espanha era visto como um remédio promissor, poderoso e seguro contra as febres, fazendo assim a infusão de suas folhas, após ingerir, o corpo tem uma ação energética que demonstra ser bastante poderoso contra as ‘intoxicações palustres’.

Não só as folhas, mas também a casca do eucalipto mostrava-se ser febrífuga, ou seja, ajudava a diminuir a temperatura corporal abaixando a febre.

Ele é composto por um óleo essencial, que vai acumulando na sua folhagem em embalsama o ar ambiente, sendo assim pode se atribuir que o eucalipto afugenta as febres intermitentes e as moléstias endêmicas (doença localizada em um espaço limitado denominado faixa endêmica), e terrenos paludosos. Não é de surpreender achar um remédio caseiro a base de eucalipto para desinfetar o quarto por conta do medo dessas doenças.

O ilustrado clínico, Sr. Dr. Rego Cezar aconselhava o uso infusão de eucalipto como um sudorífero, que como já visto, ajudava a prevenir o aparecimento de febres de

mau caráter, e com o mesmo extraia um alcaloide, que deu o nome de *Eucalyptina*, e com isso obteve grandes resultados em uma epidemia de Febre Amarela que vivenciou, onde não teve perdas de nenhum paciente infectado por esta moléstia.

São variadas as aplicações do eucalipto na medicina doméstica, tais como: O chá ou uma infusão para constipações (uma doença infecciosa viral do trato respiratório superior); infusão em álcool para queimaduras e contusões; o uso de folhas verdes aplicadas nas fontes caso haja fortes dores de cabeça e por fim, também usada como saneamento dos aposentos, fumigações (é um tipo de controle de pragas através do tratamento químico realizado com compostos químicos ou formulações pesticidas) das folhas secas com açúcar.

Os **Annaes Brasilienses de Medicina** (1874) demonstram que o Sr. Dr. José Pereira Guimaraes também estava empregando o uso do eucalipto em sua propriedade por conta de vantagens que o vegetal mostrava ter conta as moléstias das vias “urinarias”, no curativo de feridas e também no tratamento das febres intermitentes. “Meu fim é chamar atenção dos práticos brasileiros para o emprego de um remédio tão importante e de tão vastas aplicações, tanto em medicina quanto em cirurgia” (PEREIRA, 1874, p, 190).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido as recomendações de plantio do eucalipto contidas na carta do Sr. Ladsláo Netto enviada ao Auxiliador da Indústria Nacional, de plantarem eucaliptos em áreas paludosas e abafadas, pois o mesmo se mostrava mais eficiente nesse território, podemos ver alguns casos de sucesso como o do Dr. Lazzarini em Vassouras no RJ, outro exemplo do seu uso pode ser encontrado no “Diário do Rio de Janeiro” onde afirmam que o eucalipto plantado em lugares pantanosos e úmidos acaba sendo eficiente no combate aos miasmas devida a sua propriedade de absorção de umidade não só das raízes mas também das folhas, que além de reaver a salubridade do terreno acaba por aromatizar devido ao cheiro balsâmico que é exalado das mesmas, que purificam o ambiente e afugentam os miasmas.

Embora já existissem iniciativas no combate as febres intermitentes como visto na obra do Ferreira (1999), que consistiam em preservações de áreas verdes, limpezas regulares das ruas e praças, despejo dos esgotos fora da baía, o dessecamento dos lugares alagadiços e remoções de morros que atrapalhavam a circulação do ar. A chegada do eucalipto revolucionou tanto na questão sanitária, pois com seu plantio era notável a absorção de umidade e encerramento de terrenos miasmáticos que proporcionavam as febres palustres; quanto na questão medicinal, que vários doutores recomendavam o uso do eucalipto de várias maneiras, tais como: infusões em álcool, dedetização de aposentos através de fumigações e por conta da substância chamada *Eucalyptol*, que era usada como um sudorífero.

FONTES

ANNAES BRASILENSES. Algumas palavras sobre o uso do eucalyptus-globulos, principalmente em relação á sua acção nas febres palustres pelo Dr. José Pereira Guimaraes, **Annaes Brasileenses**, 05. ed. p. 190, 1874. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/062014/7571>>. Acesso em: 09 dez. 2020.

A NAÇÃO. Eucalyptus Globulus, **A NAÇÃO**. 03. ed. p. 1, 1874. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/586404/1719>>. Acesso em: 09 dez. 2020.

A NAÇÃO. Sylvicultura, **A Nação**. 275. ed. p.3, 1873. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/586404/1705>>. Acesso em: 09 dez. 2020

A PATRIA. Noticiário, **A Patria**, 177. ed. p. 2, 1872. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/830330/9182>>. Acesso em: 07 dez. 2020.

A REPUBLICA. Eucalyptus Globulos. **A República**, 662. ed. p. 3, 1873a. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/138916/2650>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

LAZZARINI, A. Eucalyptus Globulus. **A Republica**, v. 816, n. 816, p. 1–2, 1873. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/138916/3264>>. Acesso em: 8 dez. 2020

CORREIO MERCANTIL. Miscellanea. **Correio Mercantil**, 250. ed. p. 1-2, 1865. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/217280/25248>>. Acesso em: 07 dez. 2020.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Academia imperial de medicina, **Diario do Rio de Janeiro**, 154. ed. p. 1-2, 1874. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/094170_02/31714>. Acesso em: 26 nov. 2020.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Expositores brasileiros premiados na exposição de Philadelphia, **DIARIO DO RIO DE JANEIRO**, 326. ed. p.3 1876. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/094170_02/35300>. Acesso em: 10 dez. 2020.

GAZETA DE CAMPINAS, Transcrição. Gazeta de Campinas, 420. ed. p. 1, 1873. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/091995/1681>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

JORNAL DO AGRICULTOR. Eucalyptus Globulos: descoberta e aplicações. **Jornal do Agricultor**, 4. ed. p. 258-259, 1882. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/709778/2366>>. Acesso em: 07 dez. 2020.

JORNAL DO AGRICULTOR. Dessecação dos Brejos: **Jornal do Agricultor**, 2.ed. p.364-365, 1880. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/709778/787>> Acesso em: 07 dez. 2020.

JORNAL DO AGRICULTOR. Eucalyptus. **Jornal do Agricultor**, 2. ed. p. 297-298, 1880. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/709778/1136>>. Acesso em: 07 dez. 2020.

MELLO NETTO, Ladislao da Silva. Carta do Dr. Ladislao Netto. **O Auxiliador da Industria Nacional**, n. 1, p. 258-259, 1867. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/302295/16433>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, Expediente. **O Auxiliador da Indústria Nacional**, 1. ed. p. 258, 1867. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/302295/16433>>. Acesso em: 07 dez. 2020

O GLOBO. Eucalyptus. **O Globo**. 119, ed. p. 3, 1874. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/369381/470>>. Acesso em: 09 dez. 2020.

O MONITOR CAMPISTA. Uma obra indispensável. **O Monitor Campista**, 14. ed. p. 1-2, 1877. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/030740/21902>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

REVISTA AGRICOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Resultados obtidos no país. **Revista Agricola Do Imperial Instituto Fluminense De Agricultura**. 1. ed. p. 14, 1874. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/188409x/1109>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

REVISTA AGRICOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Eucalyptus Globulos. **Revista Agricola Do Imperial Instituto Fluminense De Agricultura III**. 4. ed. p. 153, 1876. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/188409x/1680>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERRARO, M. R. **A Gênese da Agricultura e da Silvicultura Moderna no Estado de São Paulo**. Dissertação em Mestrado Recursos Florestais—Piracicaba - SP: Universidade de São Paulo, 2005.

FERREIRA, L. O. Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-43). **Hist. Cienc. Saude-Manguinhos**, v. 6, n. 2, p. 331–351, out. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701999000300006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 nov. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59701999000300006>

MARCHIORI, J. N. C. Primórdios da silvicultura no Rio Grande do Sul. 1—Nota sobre a introdução do gênero Eucalyptus L’Her. **Balduinia**, n. 44, p. 21–31, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/balduinia/article/view/14002/8736>> Acesso em: 02 nov. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5902/2358198014002>.

MARTINI, A. J. **O Plantador de Eucaliptos: a questão da Preservação Florestal e o Resgate Documental do Legado de Edmundo Navarro de Andrade**. Dissertação de Mestrado em História—São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

URTEAGA, L. Miseria, Miasmas y Microbios. Las Topografías Médicas y el Estudio del Medio Ambiente en el Siglo XIX. **Geo Crítica Cuadernos Críticos de Geografía Humana**, v. V, n. 29, p. N/C, nov. 1980. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/geo29.htm#Volver> Acesso em: 02 nov. 2020.

Simpósio Temático 11: Narrativas históricas: história pública, história intelectual, teoria da história e história da historiografia.

ENTRE MEMÓRIAS E PROJETOS EM DISPUTA: A DECISÃO DE SUSPENSÃO DE LIMINAR 1.326 PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A POSSIBILIDADE DE COMEMORAÇÃO DO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964

Júlia Guimarães²⁷⁴

RESUMO: Este artigo pretende discutir a decisão de Suspensão de Liminar 1.326 proferida pelo Supremo Tribunal Federal que possibilitou a manutenção de nota comemorativa ao dia 31 de março de 1964 em site do Ministério da Defesa. Ocorre que a argumentação desenvolvida na decisão lança a constituição contra seus próprios fundamentos, perfazendo um processo de fraude constitucional e desconstitucionalização. A partir da análise dos argumentos centrais desenvolvidos na decisão, é possível constatar que o projeto constitucional estabelecido com o advento da Constituição de 1988 é afrontado pelo entendimento da possibilidade de comemoração de um golpe de Estado, bem como abre precedentes para futuras manifestações favoráveis a um período autoritário e violento da história brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Golpe Civil-Militar; Fraude Constitucional; Constituição de 1988.

ABSTRACT: This article intends to discuss the decision to lift injunction 1.326 issued by the Supreme Federal Court that allowed the maintenance of a commemorative note of March 31, 1964 on the website of the Ministry of Defense. The argument developed in the decision launches the constitution against its own foundations, making up a process of constitutional fraud and deconstitutionalization. From an analysis of the central arguments developed in the decision, it is possible to see that the constitutional project established with the advent of the 1988 Constitution is confronted by the understanding of the possibility of celebrating a coup d'état, as well as opening

²⁷⁴ Mestranda da Linha História, Poder e Liberdade (PPGD-UFMG) e Pesquisadora Bolsista (CAPES). E-mail para contato: juliaguimaraes.acad@gmail.com.

precedents for future manifestations favorable to an authoritarian and violent period of Brazilian history.

KEYWORDS: Civil-Military Coup; Constitutional Fraud; 1988 Constitution.

1 INTRODUÇÃO

Em recente decisão de Suspensão de Liminar 1.326 o Ministro Dias Toffoli do Supremo Tribunal Federal concedeu ao Ministério da Defesa a possibilidade de comemoração do Golpe Civil-Militar de 31 de março de 1964 em seu site eletrônico. Ocorre que a decisão se fundamenta em critérios frágeis e, sobretudo, lança a Constituição contra seus próprios fundamentos, já que o texto constitucional marca importante ruptura com o golpe que deu origem a um período autoritário e violento da história do Brasil.

Desse modo, o presente artigo visa analisar essa decisão a partir de seus argumentos centrais e, fundamentalmente, a partir da caracterização desse período enquanto uma mera “efeméride”. Tal denominação se encontra em consonância com a polêmica fala do mesmo Ministro durante um evento no qual denominou o período como “Movimento de 1964”, buscando um tom “pacificador” entre as possíveis duas correntes de interpretação histórica então em disputa.

Ocorre que este artigo parte do pressuposto de que não é possível defender uma terceira via entre a ode ao período daqueles que o classificam como “revolução” e entre aqueles que compreendem 31 de março de 1964 como um golpe de Estado. A ruptura institucional representada pela deposição de um presidente democraticamente eleito e as seguidas suspensões de garantias constitucionais conjuntamente com a criação de artifícios legais marcadamente autoritários configuram um claro e evidente golpe de Estado.

Sendo assim, ao possibilitar a comemoração de um momento de ruptura institucional, a Constituição brasileira é jogada contra seus próprios fundamentos que, calcados na ruptura com o período da Ditadura Militar, representam uma árdua conquista do povo brasileiro.

2 ANÁLISE DA DECISÃO DE SUSPENSÃO DE LIMINAR 1.326

A decisão do Ministro Dias Toffoli que possibilitou a manutenção de nota em comemoração do dia 31 de março de 1964 no site do Ministério da Defesa pode ser

visualizada enquanto um aceno à narrativa sobre o período que domina o Palácio do Planalto e ganha as ruas através de manifestações antidemocráticas. A defesa da Ditadura Civil-Militar em passeatas que pedem a volta do Ato Institucional número 5 e a simpatia nutrida pelo atual Chefe do Poder Executivo em relação ao período demonstram uma espécie de “retorno do reprimido” em nossa esfera pública, o que seria diagnosticado por Theodor Adorno como um claro sinal de um passado não elaborado e não enfrentado criticamente, conforme propõe em seu texto “O que significa elaborar o passado?” (ADORNO, 2020).

Não tendo sido criticamente enfrentado, ou seja, não tendo sido esse passado elaborado pelos brasileiros enquanto coletividade de modo que os sujeitos se vissem implicados e constituídos por essa história, as narrativas sobre esse período retornam frequentemente e já alcançam os tribunais em disputas de sentidos que tensionam o próprio texto constitucional.

Sendo assim, a decisão de Suspensão de Liminar 1.326 é representativa dessa questão. Todavia, a argumentação nela desenvolvida caminha no sentido de uma interpretação do texto constitucional que se lança contra a própria Constituição, uma vez que, ao permitir a comemoração de uma ruptura institucional que deu origem a um regime de exceção, abandonam-se os alicerces do próprio pacto constitucional firmado pela negação da perpetuação da Ditadura, que não é algo a ser comemorado.

2.1 A decisão

Em decisão monocrática concedida em sede de medida liminar, o então Ministro presidente do Supremo Tribunal Federal deferiu o pedido para suspensão dos efeitos de liminar que ordenava que o Ministério da Defesa retirasse do ar uma nota em comemoração ao dia 31 de março de 1964. Desse modo, a decisão possibilitou a manutenção da nota comemorativa no referido site.

A decisão do Ministro Dias Toffoli apresentou, em linhas gerais, três argumentos centrais: que a retirada da nota representaria um ato censório, que o Poder Judiciário não poderia qualificar fatos históricos como essa “efeméride” e que o Ministério da Defesa teria competência para emitir a referida nota. Esses argumentos foram desenvolvidos em conexão, conforme será disposto detidamente nos parágrafos que seguem.

Em um primeiro momento consta na decisão que a nota teria sido emitida em um ambiente militar e para um ambiente militar, sendo que o Ministério da Defesa teria competência para tanto de modo que interferir nessa seara seria “exercer um juízo censório” (BRASIL, 2020: 3). Pontua ainda que essa questão seria um reflexo de excesso de judicialização de demandas no país, sendo que o Poder Judiciário não poderia resolver todas as “querelas” sociais (BRASIL, 2020: 4).

Posteriormente a essas pontuações, a decisão aborda o argumento de que não poderia o Poder Judiciário qualificar fatos históricos, já que isso caberia aos historiadores.

Além disso, reiterando o argumento do exercício censório, alega que a questão diria respeito a uma “simples ordem do dia” e que possibilitar sua retirada do site representaria um ato de censura (BRASIL, 2020: 4), conforme se observa a partir do trecho que segue:

As decisões judiciais ora atacadas, destarte, representam grave risco de violação à ordem público-administrativa do Estado brasileiro, por implicar em verdadeiro ato de censura à livre expressão do Ministro de Estado da Defesa e dos Chefes das Forças Militares, no exercício de ato discricionário e de rotina, inerente às elevadas funções que exercem no Poder Executivo e sobre o qual não parece adequada a valoração efetuada por membros do Poder Judiciário (BRASIL, 2020: 4).

Desse modo, foi a partir do desenvolvimento dessa breve argumentação que a decisão foi tomada de modo a permitir a manutenção da nota no site do Ministério da Defesa.

2.2 A Constituição lançada contra a própria Constituição

Parte-se agora para a análise da decisão acima mencionada de modo a compreender como ela pode ser entendida como um lançamento do texto constitucional contra a própria Constituição.

As disputas pelos sentidos de e da constituição são um fator possibilitador do não engessamento do texto constitucional, que deve responder aos anseios dos sujeitos que a partir de suas vivências e atuações na esfera pública buscam a tutela de novos direitos. Todavia, a possibilidade de abertura dessa Constituição a projetos futuros deve estar calcada na ancoragem desse texto a determinados pressupostos que, sem os quais, a

constituição se encontraria submetida a riscos de fraudes e desconstitucionalização permanente. Nesse sentido, o constitucionalista Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira traz importante contribuição:

Uma normatividade constitucional cuja concretização é atravessada internamente por uma disputa interpretativa e, portanto, política sobre a autocompreensão da sociedade, que não apenas mantém viva a constituição por meio dessa própria disputa sobre seu sentido normativo, mas que também traz consigo, permanentemente, o risco de fraude à constituição e mesmo de ruptura institucional. Riscos com os quais é possível lidar por meio do debate constitucional permanente, no exercício da cidadania capaz de resgatar as exigências normativas à base da constituição, assim como por meio da própria procedimentalização que acompanha a positivação institucional do direito moderno; sobretudo, resgatando a história (do constitucionalismo) como processo de aprendizado social de longo prazo (CATTONI DE OLIVEIRA, 2017: 7).

A partir do trecho acima disposto é possível perceber que um dos elementos que permitem que se evite um processo de fraude à constituição, ou seja, o lançamento da constituição contra a própria constituição, é o resgate da história constitucional como uma fonte de aprendizado social (CATTONI DE OLIVEIRA, 2017).

Nesse sentido, a história constitucional que merece ser resgatada neste artigo é a que se desenvolve a partir 31 de março de 1964, já que ela se liga não somente à “querela comemorativa” objeto da decisão ora analisada, mas, sobretudo, se liga à Constituição de 1988 que é lançada contra si mesma a partir dessa decisão.

Em 31 de março de 1964 o presidente democraticamente eleito e então em exercício, João Goulart, é deposto de seu cargo por meio de um Golpe Civil-Militar²⁷⁵. A data não marca um movimento, uma quartelada ou sequer uma revolução, mas um Golpe de Estado que não somente infringia a Constituição de 1946 e criava todo um arcabouço normativo autoritário, mas transformou o Estado em uma máquina de torturar, matar e desaparecer aqueles que se opunham ao regime.

²⁷⁵ “A compreensão de que o golpe de 1964 tinha natureza política militar e civil só foi possível graças ao caráter amplo e heterogêneo da frente social e política que se reuniu para depor o presidente João Goulart começou a ser sublinhada pela historiografia a partir de 1981, quando a Editora Vozes publicou 1964: a conquista do Estado, de René Dreifuss” *In*: STARLING, Heloisa Maria Murgel. Silêncios da ditadura. **Revista Maracanan**: Rio de Janeiro, n.12, p. 37-46, 2018. p. 38.

As garantias constitucionais foram suspensas através dos inúmeros atos institucionais que se seguiram. O autoritarismo e a arbitrariedade do período ficariam marcados, sobretudo, pelo exercício da violência de maneira indiscriminada contra a população. A Ditadura Civil-Militar vivida pelo Brasil entre os anos de 1964 e 1985 foi responsável pela prática de atos que, de acordo com a Comissão Nacional da Verdade, são compreendidos em termos de graves violações dos direitos humanos, uma vez que houve a prática de prisão ilegal ou arbitrária; tortura; execução sumária, arbitrária ou extrajudicial, e outras mortes imputadas ao Estado; bem como a prática de desaparecimento forçado e ocultação de cadáver (BRASIL, 2014). Prevê o relatório final da CNV a contabilização de 434 mortos (BRASIL, 2014) e desaparecidos políticos no Brasil entre os anos de 1946 e 1988, sendo que para a Comissão da Verdade esse número ainda não é definitivo, já que as investigações sobre o período devem continuar.

Nesse sentido, a promulgação da Constituição de 1988 marca importante ruptura com o período em questão, visto que, como o resultado dos esforços de milhares de cidadãos que lutaram pela redemocratização durante a ditadura, o texto Constitucional buscou, através de sua Assembleia Nacional Constituinte e de todos os trabalhos empreendidos por ela, a garantia do Estado Democrático de Direito a partir de vários direitos e garantias dos cidadãos que foram esboçados em seu texto.

Os pilares dos trabalhos empreendidos pela Assembleia Nacional Constituinte e pela sociedade em torno do projeto constitucional tiveram como escopo, sobretudo, a criação de um instrumento normativo que estabelecesse uma retomada do país rumo à democracia e um abandono do período autoritário e violento vivido pelo Brasil entre os anos de 1964 e 1985. Todavia, é necessário um adendo à questão: este artigo não compreende que a Ditadura teve seu fim definitivo pela simples promulgação da Constituição de 1988, visto que alguns resquícios autoritários derivados do não enfrentamento desse passado podem ser claramente visualizados nos dias de hoje e, além disso, o projeto constitucional é uma tarefa de longo prazo que não se encerra com a promulgação de seu texto²⁷⁶. Todavia, é inegável que a Constituição de 1988

²⁷⁶ Para uma interessante análise sobre a Constituição de 1988 como um projeto de longo prazo: CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. A DEMOCRACIA SEM ESPERA: constitucionalização e transição política no Brasil. In: **Justiça de transição em perspectiva transnacional** / Emilio Peluso Neder Meyer (organização). – Belo Horizonte : Centro de Estudos sobre Justiça de Transição da UFMG, Secretaria da Rede Latino Americana de Justiça de Transição e Initia Via, 2017.

representou um importante rompimento com o período anterior e um marco de direitos e garantias.

A partir desse breve resgate histórico é possível partir para a análise da decisão de Suspensão de Liminar 1326 pelo Supremo Tribunal Federal, que será realizada tendo como pressuposto a existência de uma Constituição e um projeto constituinte firmado visando a ampliação de garantias e direitos, bem como o estabelecimento de um Estado Democrático de Direito após um período marcadamente autoritário e violento. Desse modo, tem-se a história constitucional como uma fonte de aprendizado social para que as arbitrariedades ocorridas durante a ditadura não se perpetuem. Contudo, é sobretudo em relação a não ancoragem da decisão nesse elemento, qual seja, a história constitucional como fonte de aprendizado social, que faz com que a decisão lance a constituição contra ela mesma em um processo de desconstitucionalização e fraude constitucional, conforme se verá a partir da análise de seus argumentos centrais.

Relativamente ao argumento de que o Ministério da Defesa e o ambiente militar teriam competência para emitir uma nota comemorativa ao dia 31 de março de 1964, é necessário salientar que, como todo cidadão e instituição, as Forças Armadas e os órgãos do Poder Executivo devem obediência à Constituição da República, que possui como um de seus pilares a afirmação do Estado Democrático de Direito. Sendo assim, a comemoração de um Golpe que deu origem a um período extremamente violento da História do Brasil vai contra os pressupostos dessa ordem democrática calcada na defesa de direitos e garantias individuais e coletivas de seus cidadãos.

No que diz respeito a caracterização da proibição da comemoração como um ato censório, é necessário dimensionar que não se trata de um ato censório, uma vez que a ordem para retirar do site uma nota comemorativa de um período autoritário é uma garantia mesma do direito à liberdade de expressão. É importante mencionar que um dos direitos mais vilipendiados no período da ditadura civil-militar brasileira, esse período que a decisão compreendeu como passível de comemoração, foi justamente a liberdade de expressão. Músicas, teatros, jornais, revistas e pessoas foram silenciadas. A governamentalidade²⁷⁷ do regime se baseava na imposição pela violência de seus

²⁷⁷ Este conceito é aqui utilizado no sentido foucaultiano de tecnologias de poder utilizadas pelo Estado na relação Estado e cidadão como forma de controle social, incluindo tecnologias de subjetivação. Sobre essa questão ver em: FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**: Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

valores calcados não só na defesa do regime em si, mas na defesa de valores heteronormativos e moralistas que colocavam milhões de pessoas fora de seu conceito de “cidadão de bem” e, mais grave, violentava grande parte daqueles que se desviavam de seus padrões.

Reitera-se que ordenar a retirada de uma fala ou nota em defesa de um regime autoritário ou responsabilizar aqueles que emitem discursos opressores e de ódio não é abrir mão do direito à liberdade de expressão, mas é defendê-la. Sobre essa questão:

Comprova-se, assim, a hipótese de que o estabelecimento de fronteiras ao exercício da liberdade de expressão não se contrapõe aos compromissos existentes em um Estado Democrático de Direito de base pluralista, já que a responsabilização oriunda destes mesmos limites é, ela própria, construída discursivamente, em contraditório, não imposta por tutores de inimputáveis ou guardiões de alguma visão moral de mundo. Isto é, responsabilizar, como condição de possibilidade do próprio operar deste mesmo Estado Democrático de Direito, surge não como uma censura prévia do que pode ser dito e exposto, mas resulta da decisão de não ignorar os impactos e danos, na autoestima constitucional dos cidadãos atingidos, de discursos radicais e profundamente excludentes.

[...]

Deste modo, responsabilizar, em um Estado Democrático de Direito, e não obstante todos os riscos sempre presentes em qualquer escolha, inclusive no ato de “não escolher”, não é sinônimo de censura, pois não se vincula a qualquer opção previamente dada do que pode ser dito, mas converge com os compromissos constitucionais, historicamente conquistados, de igualdade e liberdade, nos quais o ato de intervir no âmbito normativo do exercício da liberdade de expressão, é, simultaneamente, fator que potencializa esta mesma liberdade (PRATES, 2015: 300-301).

Desse modo, ao decidir pela possibilidade de comemoração de um Golpe de Estado, a decisão fere justamente o direito à liberdade de expressão que buscava resguardar e fere também, conforme constantemente ressaltado neste artigo, o Estado Democrático de Direito.

Partindo para a análise do último argumento central desenvolvido na decisão, o Ministro Presidente do STF dispõe que não caberia aos juízes realizarem qualificações históricas sobre determinado evento, sendo essa uma tarefa que caberia aos historiadores. Contudo, ao chamar o período de “efeméride” a decisão já demonstra claramente uma qualificação e uma valoração acerca do período.

Cabe lembrar aqui o episódio envolvendo o Ministro prolator dessa decisão, que, em um evento na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, disse que “Depois de aprender com o atual ministro da Justiça, Torquato Jardim, eu não me refiro nem mais a golpe, nem a revolução de 1964. Eu me refiro a movimento de 1964” (AGÊNCIA BRASIL, 2018).

A fala do então ministro no evento citado acima, bem como a denominação do período de 1964 a 1985 como “efeméride”, caracterizam uma tentativa de conciliar dois lados das disputas de narrativas sobre o período: o lado da “revolução”, que compreende o período como um momento necessário da história do Brasil para a salvaguarda da democracia e, em grande medida, defende que o período foi bom e próspero e, de outro lado, aqueles que compreendem o período enquanto um golpe de estado, o que o é.

Ocorre que, ao tentar fazer uma mediana entre os termos em disputa a partir da utilização da palavra “efeméride”, a decisão se coloca claramente de um lado dessa disputa interpretativa, o que pode ser observado a partir da análise do conjunto argumentativo utilizado. Ao possibilitar a comemoração de 31 de março de 1964 em nota do site, ao colocar que essa seria uma questão que não necessitaria de uma judicialização como outras “querelas” sociais, ao argumentar que se trataria de uma “simples ordem do dia” e, finalmente, ao não dizer a palavra “Golpe” em toda a decisão, a argumentação caminha no sentido de compreender a Ditadura Civil-Militar brasileira como algo comemorável e, portanto, comemora-se a tortura, a violência e arbitrariedade.

A partir da análise das três argumentações centrais desenvolvidas ao longo da decisão, é possível verificar que a constituição é lançada contra seus próprios fundamentos, o que pode ser entendido como uma fraude à Constituição (CATTONI DE OLIVEIRA, 2017) ou como um mecanismo desconstituente em que se adotam medidas contrárias ao estabelecido constitucionalmente (PAIXÃO, 2020).

Para além da afronta representada ao texto constitucional de 1988 e ao Estado Democrático de Direito que ele busca resguardar, a decisão também afronta a memória e a vida de todos aqueles que lutaram pelo reestabelecimento da democracia durante a Ditadura, bem como afronta gravemente projetos futuros ao abrir precedente para a possibilidade de comemoração de um Golpe de Estado. O lançamento da constituição contra a própria constituição é um lançamento contra seus fundamentos, contra o seu passado e o futuro do Estado de Direito.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo procurou analisar a decisão de Suspensão de Liminar 1.326 concedida pelo Supremo Tribunal Federal na tentativa de demonstrar como ela seria representativa de um processo de fraude constitucional ou desconstitucionalização, visto que a Constituição é lançada contra seus próprios fundamentos.

A decisão, ao possibilitar a manutenção de nota comemorativa ao Golpe de Estado de 31 de março de 1964, representou uma grave afronta ao projeto constitucional estabelecido a partir da Constituição de 1988, que se colocou enquanto uma importante conquista face ao período autoritário e violento vivido pelo Brasil anteriormente. Assim, foi possível verificar que, a partir de argumentos frágeis e tendentes a negação do próprio teor autoritário da Ditadura Militar, a decisão compromete não somente o Estado Democrático de Direito como também abre precedentes para manifestações futuras de ode ao período autoritário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor. O que significa elaborar o passado?. In: **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2020.

AGÊNCIA BRASIL. Toffoli diz que militares fizeram “movimento”, e não golpe em 1964. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/toffoli-diz-que-militares-fizeram-movimento-e-nao-golpe-em-1964>. Acesso em: 17 de dez. de 2020.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório Final**. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Decisão Monocrática na Suspensão de Liminar 1326. Relator: Ministro presidente Dias Toffoli. Brasília: 2020. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaPresidenciaStf/anexo/SL1326.pdf>>. Acesso em: 17 de dez. de 2020.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. **Contribuições para uma teoria crítica da constituição**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2017.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. A DEMOCRACIA SEM ESPERA: constitucionalização e transição política no Brasil. *In: Justiça de transição em perspectiva transnacional* / Emilio Peluso Neder Meyer (organização). – Belo Horizonte : Centro de Estudos sobre Justiça de Transição da UFMG, Secretaria da Rede Latino Americana de Justiça de Transição e Initia Via, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**: Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

PAIXÃO, Cristiano. Covid-19 e o oportunismo desconstituente. Disponível em: <<https://jornalgn.com.br/a-grande-crise/covid-19-e-o-oportunismo-desconstituente-por-cristiano-paixao/>>. Acesso em: 17 de dez. de 2020.

PRATES, Francisco de Castilho. **As fronteiras da liberdade de expressão no Estado Democrático de Direito**: o desafio de falar que oprimem, de discursos que silenciam. 2015. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2015.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. Silêncios da ditadura. **Revista Maracanan**: Rio de Janeiro, n.12, p. 37-46, 2018.

SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA ENTRE A TEMPORALIDADE E OS PARADIGMAS HISTORIOGRÁFICOS

André Augusto Abreu Villela²⁷⁸

RESUMO: O foco do trabalho é fragmentar e desconstruir as narrativas construídas em torno do intelectual Sérgio Buarque de Holanda, através de um olhar crítico e contemporâneo sobre o tema. A ideia é concatenar, e estabelecer um diálogo entre o pensamento weberiano, a historiografia francesa e o historicismo alemão, tendo Sérgio Buarque de Holanda como centro da operação historiográfica. Mostrando sua evolução de crítico literário a um historiador profissional. Dentro dessa perspectiva, é estar reavendo através de um olhar crítico, e estabelecer um diálogo através de cartas, jornais, livros, revistas, que construa uma rede de escuta e de internacionalização em torno do trabalho de Sérgio Buarque de Holanda, colocando-o e situando-o dentro do cenário cultural internacional.

PALAVRAS-CHAVE: Sérgio Buarque de Holanda, Historicismo Alemão, Annales, Max Weber e História da Historiografia.

ABSTRACT: The focus of the work is to fragment and deconstruct the narratives built around the intellectual Sérgio Buarque de Holanda, through a critical and contemporary look at the theme. The idea is to concatenate, and establish a dialogue between Weberian thought, French historiography and German historicism, with Sérgio Buarque de Holanda as the center of the historiographic operation. Showing his evolution from literary critic to a professional historian. Within this perspective, it is to be reviving through a critical eye, and to establish a dialogue through letters, newspapers, books, magazines, which builds a network of listening and internationalization around the work of Sérgio Buarque de Holanda, placing it and placing it within the international cultural scene.

KEYWORDS: Sérgio Buarque de Holanda, German Historicism, Annales, Max Weber and History of Historiography.

²⁷⁸ Graduado e Especialista em História e Ciências Sociais. E-mail: andrevillela2000@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Certeau em seu livro *A Escrita da História*, mais precisamente no capítulo *Operação Historiográfica*, o autor assim começa a introdução, “o que fábrica o historiador quando “faz história”? Para quem trabalha? O que produz?”. (CERTEAU, 2017, p. 45). Trata-se de uma obra seminal para todo historiador. Para Certeau, o fazer história seria a síntese de uma prática, de um lugar social e de uma escrita particular. Obra essa que pode ser entendida como revolucionária dentro do campo historiográfico, desde seu lançamento na França no ano de 1975. Michel de Certeau foi um pensador multidisciplinar, um iconoclasta, influenciado principalmente pelo pós-estruturalismo francês, na figura de Michel Foucault, a psicanálise freudiana e lacaniana, o apreço a desconstrução e à linguagem de Roland Barthes, a etnologia de Lévi Strauss, e ainda leitor atento de Hegel, Wittgenstein, Nietzsche e de Karl Marx. Sendo assim, o jesuíta francês não fala simplesmente da história, mas principalmente sobre a escrita da história. Ou seja, as fontes selecionadas pelo historiador, são efeitos de algo que ele não vivenciou. Estudar história, dirá Certeau, é promover um diálogo com o discurso dos mortos. E o trabalho do historiador é criar ausentes. As identidades de tempo, lugar, sujeito e objeto, presumidas pela historiografia clássica, não passariam, para Certeau de um efeito, de uma construção, de um mito. Como Aron, Foucault, Veyne e outros antes dele, Certeau questiona a capacidade interpretativa contemporânea de produzir representações adequadas a realidade passada. Segundo Júlio Bentivoglio, “de certo modo, a obra de Certeau acabou sendo inserida no contexto da história das mentalidades por um lado e por outro na nova história cultural”. (BENTIVOGLIO, 2016, p. 118)

SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA ENTRE AS ESCOLAS HISTÓRICAS DE PENSAMENTO

O Historicismo era heterogêneo, a temporalidade historicista não se manifesta em uma trajetória retilínea. Tendo essa escola, surgida como uma pedra de toque no século XIX, através de Ranke, Humboldt, Droysen e Gervinus, todos eles vinculados ao historicismo e ao surgimento da chamada Escola Histórica Prussiana, enquanto o objeto de estudo e reflexão, vê-se valorizada a partir de 1810, com a criação da Universidade de Berlim. (BENTIVOGLIO, 2010). A expressão “*história da historiografia*”, ao que tudo indica, foi utilizada pela primeira vez pelo filósofo alemão Hegel. Essa expressão

aparece nas suas *Lições sobre a filosofia da história*, no capítulo relativo à escrita da história. (GUIMARÃES, 2011). Ranke até recentemente constava na história da historiografia como autor positivista, resultado, em grande parte, da estratégia desenvolvida pelos *Annales*, para firmarem sua identidade como inéditos. O próprio François Dosse já duvidava da revolução historiográfica dos *Annales* desde os anos de 1980. Como cita, “todo projeto científico é inseparável de um projeto de poder”.

Segundo Barros (2012), quando da fundação dos *Annales* como escola, existiam três paradigmas historiográficos, o Marxismo, o Positivismo e o mais forte o Historicismo, e por isso o inimigo mais perigoso e respeitoso a ser contraposto pelos *Annales*. Ainda segundo ele, a França sempre teve dois grandes adversários nacionais, os ingleses e os alemães. Porém os ingleses naquele momento não apresentavam nada de novo e de destaque no campo historiográfico, já os alemães vinham de um grande século com inúmeros historiadores renomados. Os alemães tinham dando o “start” no paradigma historiográfico, que até agora era o mais bem sucedido em termos de realizações, e entre os anos de 1870 a 1930 haviam consolidado uma hegemonia historiográfica no continente europeu, como cita: “Iniciado pela Escola Histórica Alemã de Ranke, e apresentado alguns precursores, esse paradigma veio a estabelecer uma unidade, a partir de uma oposição mais geral contra o Positivismo”. (BARROS, 2012, p. 64). Nesse complexo “jogo de poder”, os pioneiros dos *Annales*, Bloch e Febvre, não foram medir forças contra a filosofia historicista mais avançada, que segundo Barros (2012), já desenvolvia interessantes reflexões sobre a Hermenêutica e os problemas relacionados a interpretação histórica, nem dirigiram críticas aos chamados neokantianos, que também iria influenciar outro setor historicista, como o que mais tarde seria representado por Weber e Heinrich Rickert, mas foram medir forças contra os adeptos da chamada “História Historizante”, expressão que tomaram emprestada do sociólogo francês François Simiand.

No conflito bélico de 1870, durante a guerra franco-prussiana, a Alemanha saía da batalha com status de vencedora, ao mesmo tempo assegurando sua unificação sob Bismarck, e impondo uma derrota aos franceses também no campo historiográfico. Porém nas duas guerras subsequentes, e com sua eminente derrota nos dois conflitos, passaria a predominar uma certa hostilidade contra a cultura alemã nos demais países europeus. A partir desse momento, estava no ar uma demanda por outra cultura

historiográfica que fosse capaz de se apresentar como vanguarda europeia e que angariasse maior simpatia política na Europa Mediterrânea, na Inglaterra e no Leste Europeu. (BARROS, 2012).

O desfecho da guerra franco-prussiana abalara o prestígio da cultura francesa, e os intelectuais brasileiros se abriram as influências inglesa e alemã: Spencer, Darwin, Buckle, Ranke, Ratzel. Os franceses ainda influenciavam: Comte, Taine, Tarde, Renan, G. Le Bon. (REIS, 2007, p.89).

O primeiro Sérgio Buarque que geralmente aparece nas narrativas, é o “weberiano”, escritor de *Raízes do Brasil*, muito influenciado pelos anos que viveu em Berlim. Mas como já mencionado, não podemos defini-la como uma obra uníssona, e que costuma fugir das definições rígidas. Também não se pode perder de vista o que está em jogo é a percepção do processo de adaptação do europeu e sua conversão em algo novo. Esse novo são a nacionalidade, a cultura e a sociedade brasileira. (EUGÊNIO, 2011). O segundo, o que se aproxima dos *Annales*, quando se muda em definitivo para São Paulo e se torna um “uspiano”. O terceiro, o historicista alemão, principalmente na obra *Do Império a República*, de 1972, sobre a política do Brasil no século XIX, e seu artigo sobre Leopold Von Ranke, de 1974.

Sérgio Buarque, já no final dos anos de 1940, troca correspondências com Lucien Febvre e Fernand Braudel, sendo convidado a ministrar palestras na Sorbonne, no que mais tarde se tornaria um artigo na revista dos *Annales*, intitulado “*Au Brésil colonial: les civilisations Du miel*”, se tornando mais tarde o livro *Caminhos e Fronteiras* de 1957, que trata sobre cultura material, e um ano depois, escrevendo sobre história das mentalidades, o aclamado e controverso *Visão do Paraíso*, sendo sua entrada como docente. Importante ressaltar que durante a sua “fase francesa”, Sérgio embarca para Europa, onde permanece de 1952 a 1954 como professor da Universidade de Roma, a partir de um projeto Vargasista, de criação de 15 cátedras de estudo de Ensino Brasileiro, em várias universidades pelo mundo, com a chamada crise das potências europeias no pós-guerra. Essa fase de Sérgio é conhecida como “fase italiana”. Antonio Candido crê que sua estadia em Roma foi decisiva para o projeto, de qualquer modo os seus frutos são patentes nos manuscritos, como se vê tanto pela bibliografia usada, quanto pela familiaridade com os autores italianos do Renascimento,

Barroco e Arcadismo. Ainda segundo Candido, Sérgio fez pesquisas no acervo da Arcádia Romana, e a impregnação foi tão marcada que seria possível falar, na sua história mental, de uma “fase italiana”, assim como já havia vivido sua “fase alemã”. (CANDIDO, 1992). Muito de sua perspectiva sobre a literatura brasileira foi desenvolvida a partir da leitura atenta de autores como Mario Praz, seu colega na Universidade de Roma, e de Benedetto Croce, intelectual mais influente de sua época. Ainda durante sua “fase italiana”, Sérgio Buarque é convidado a participar da organização de um número especial sobre literatura e arte brasileira contemporânea da revista *Ausonia, Rivista di Lettere e Arti*, da cidade toscana de Siena. A contribuição de Sérgio para a revista foi a de articulador, principalmente no papel de angariar fundos para a publicação, no qual conseguiu junto a embaixada brasileira, uma contribuição na compra de 300 exemplares da revista, publicada em outubro de 1954. Outro papel importante, foi de articular junto a outros intelectuais brasileiros, artigos a serem publicados no periódico.

A revista inicia-se com uma introdução de Luigi Fiorentino, seguindo-se o artigo de Sérgio Buarque de Holanda, “Apporto Italiano nella Formazione del Brasile”, que ocupa cerca de doze páginas da revista. O artigo seguinte é de autoria de José Lins do Rego e trata da história do romance no Brasil, “Tendeze del Romanzo Brasiliano”, uma tradução do conto de Machado de Assis, por Barreto Filho; um ensaio de Sérgio Milliet, sobre a poesia contemporânea brasileira, “La Moderna Poesia Brasiliana”; uma antologia, “Antologia Mínima”, de poemas de escritores brasileiros contemporâneos – Manuel Bandeira, Ribeiro Couto, Cassiano Ricardo, Sérgio Milliet, Cecília Meirelles, Carlos Drummond de Andrade, Abgar Renault, Murilo Mendes, Vinicius de Moraes e Ledo Ivo – vertidos ao italiano. A revista traz ainda artigo de Luiz Heitor sobre música brasileira, “Musica d’Ogni Tempo nel Brasile d’Oggi”; de Mario Verdone sobre cinema, “Il Giovane Cinema Brasiliano”; um parêntese com um único texto em português endereçado ao público brasileiro, sobre Palio de Siena, manifestação cultural típica da cidade sede da revista *Ausonia*, de autoria de Iside Bonini; e, por fim, uma seção de resenhas, com uma análise da recém publicada tradução de *Raízes do Brasil* ao italiano, de

uma antologia de poesia brasileira publicada e traduzida por Mercedes La Valle, da obra *Musica Popolare Brasiliana* de Oneyda Alvarenga e de uma antologia de Poesia Brasileira publicada pelo Clube de Poesia de São Paulo. (NICODEMO, 2014, p. 154-155).

A problematização principal do presente artigo, visa discutir como as duas escolas historiográficas, (ou mais), dialogaram com as obras de Sérgio Buarque de Holanda. Se *Raízes do Brasil*, como próprio citou Antonio Candido, é um livro “meio alemão”, o que dizer de obras posteriores influenciadas pela historiografia francesa? O que o artigo propõe, é mostrar que mesmo um intelectual já maduro, Sérgio Buarque nunca superou a sociologia Weberiana em sua escrita, inclusive dialogando com a escola alemã, como se mostra em *Visão do Paraíso*. Na segunda edição, Sérgio Buarque admitiu ter se inspirado na obra de Ernst Curtius, historiador e arqueólogo alemão, utilizando-a como ferramenta em sua investigação. Os motivos edênicos do descobrimento e expansão do Brasil são análogos à tópica utilizada na investigação dos traços latinos das culturas regionais e nacionais europeias. “Para isso foi de grande serventia o recurso à tópica, no sentido que adquiriu esse conceito, tomado à velha retórica, desde as modernas e fecundas pesquisas filológicas de E. R. Curtius”. (HOLANDA, 2010, p. 24)

Quando docente da USP, naquele momento dominada por “braudelianos”, metódicos e marxistas, principalmente na figura de Florestan Fernandes e Caio Prado Júnior, Guimarães (2008), cita que Sérgio Buarque representava uma terceira via na Universidade de São Paulo.

Sua chegada a cátedra representou uma renovação e uma terceira via para a produção historiográfica uspiana, até então marcada por duas vertentes: de um lado, os tradicionalistas paulistas, herdeiros da historiografia do Instituto Histórico; do outro os “braudelianos”, próximos aos postulados dos Annales, marcados pela presença de Braudel na USP e sua subsequente ascensão na revista francesa. A abertura de Sérgio Buarque de Holanda ao diálogo teórico metodológico, que tanto o marcou, permitiu que mantivesse o respeito e influxo sobre membros das duas correntes, assim como também ocorreu com relação aos marxistas, que muito cresceram nos anos 60. (GUIMARÃES, 2008, p. 53).

Mesmo estando próximo da historiografia francesa, Sérgio jamais superou a historiografia alemã e Weber, pelo contrário, ele dialogou com eles o tempo todo. Assim como Marx, principalmente em *O Capital*, em seu auge intelectual (1867), Weber, outro pensador alemão, também está interessado na gênese do capitalismo moderno. Marx irá propor uma análise puramente economicista, através do Materialismo Histórico, enquanto Weber propõe uma abordagem cultural, e das ideias para a problematização, tal qual Sérgio Buarque de Holanda em *Visão do Paraíso*. Muitos ainda consideram a obra de Weber, como uma resposta a Marx. Inclusive a *Escola de Frankfurt*, principalmente na figura de Herbert Marcuse, irá chamar Weber de forma pejorativa de “O Marx da Burguesia”, principalmente no Congresso de Sociologia de 1964, ocorrido em Heidelberg, em homenagem ao centenário de Max Weber. (SELL, 2013).

Outro ponto em comum entre Sérgio Buarque e Weber, aparece em *Raízes do Brasil*, quando o autor irá citar a diferença entre “*Trabalho e Aventura*”, talvez bastante inspirado pelo termo alemão *Beruf* (vocaçãõ), usado no capítulo *Conceito de Vocaçãõ de Lutero*. (WEBER, 2011). Afinal muito da historiografia francesa, passa principalmente pelo historicismo alemão. “O historicismo francês alimenta-se em grande parte, na escola historiográfica alemã, nas teses de Leopold Von Ranke da metade do século 19. Elas influenciaram bastante os historiadores franceses, que delas extraíram as bases teóricas”. (DOSSE, 2003, p. 66). Destacando a interlocução, mediação e admiração de Bloch e Febvre, por intelectuais alemães, criando um intercâmbio entre as duas nações, com nomes como Max Weber, George Von Below, Karl Lamprecht, Friedrich Meinecke, Kantorowicz e Werner Sombart. Para Peter Schottler, Bloch e Febvre dialogaram diretamente com as ciências históricas alemãs. Febvre chega ao ponto de afirmar que era preciso “desaprender dos alemães”, aludindo a existência recalcada de uma clara inspiração alemã em seus escritos. Herdeiro da tradição crítica metódica, Bloch se impõe como um mediador principal entre a ciência histórica alemã e a história francesa. (BENTIVOGLIO, 2013).

Ou porque não citar Braudel, quando este próprio, líder da segunda geração cita a importância da historiografia alemã para os *Annales*, quando estes formados em Estrasburgo, ficaram expostos a um processo de germanização no campo da história.

Sendo assim, pode-se afirmar que a Alemanha, tentava rivalizar com a França, principalmente através da Universidade de Estrasburgo, até então pertencente à Alemanha, durante o governo de Bismarck, tornando-a o símbolo da superioridade alemã sobre a cultura francesa. “Seria então fortuito o fato de Henri Berr, Lucien Febvre, Marc Bloch e eu mesmo sermos os quatro do leste da França? Que o empreendimento dos *Annales* comece em Estrasburgo, face a Alemanha e ao pensamento histórico alemão?”. (DAIX, 1995, p. 173). Como cita Maria Odila Silva Dias. "A rivalizar com a presença da “nova história social francesa” no pensamento de Sérgio Buarque, quando não superando-a, estaria a filosofia, a sociologia e a historiografia alemã". (DIAS, 1986).

O projeto francês, propunha uma guerra simbólica pela dominação da historiografia em nível mundial. Rivalizando com outras potências ocidentais, como o projeto inglês, o norte americano, o italiano e principalmente o alemão, como cita Reis, “Na verdade, a escola francesa dos *Annales* não pode ser entendida sem se considerar a herança da escola histórica alemã. Os "grandes homens" dos *Annales* liam alemão e Bloch até mesmo estudou na Alemanha”. (REIS, 2004, p. 101). Como cita Guy Bourdê, “Antes da I Guerra Mundial, Marc Bloch permanece nas Universidades de Leipzig e Berlim na Alemanha”. (BOURDÉ, 2018, p. 207)

OS ANOS DE SÉRGIO BUARQUE NA ALEMANHA (1929-1930)

Durante o período em que esteve na Alemanha, Sérgio foi testemunha ocular de movimentos totalitários que cercavam a Europa. Viu o fascismo na Itália e mais de perto a ascensão do nazismo na Alemanha na década de 30, o que o fazia receptivo a esquerda política democrática, que pode ser percebido na publicação de 1936 de *Raízes do Brasil*, a partir de uma análise crítica de um passado oligárquico passível de denúncia. O próprio Nietzsche, antes de Weber, já havia demonstrando um grande desencantamento com a cultura ocidental. Sérgio, antes mesmo de ir a Berlim, já havia entrado em contato com as obras do filósofo alemão, através de traduções francesas, também conhecidas nos círculos dos jovens modernistas.

A década de 30, em Berlim, vivia um clima profundamente nietzschiano, através do partido nazista, como cita Guiomar de Grammont, no livro *História da Consciência Histórica Ocidental Contemporânea* (2011). Para Grammont, todo o pensamento de

Nietzsche seria político: a vontade de potência seria a imagem de um poder disseminado nas relações entre os homens. O pensador proporia “um novo mundo, que a nova cultura alemã faria vir a luz”. Pode-se dizer que Nietzsche é “um pensador da Europa germanizada”. (DE GRAMMONT, 2011, p.12). Em palestra proferida na USP, no ano de 1969, Sérgio Buarque comenta a respeito da escrita do livro em terra estrangeira: “Escrevi aquele livro em parte na Alemanha, terra clássica do historicismo e do antipositivismo: o positivismo tal como era compreendido no século passado. E sem pensar retomava o fio dessas considerações naquela aula”. (HOLANDA, 196 – Anexo, p. 1)

Esses anos em que Sérgio passa em Berlim, o sentimento que rondava a Europa era um sentimento de mudança, do pensamento radical, de ruptura profunda com o passado. Dois volumes das obras de Nietzsche foram encontrados em sua biblioteca, o primeiro era um livro de Alfred Baumler sobre Bachofen e Nietzsche e o outro era uma tradução francesa do livro de Karl Jaspers sobre a questão do cristianismo em Nietzsche. Ernani Chaves (2008), em seu artigo, cita algumas traduções das obras do filósofo encontrada na biblioteca particular de Sérgio Buarque de Holanda.

Em 1954, ou seja, mais de duas décadas depois, Schelechta publicou a sua edição das obras de Nietzsche, que continha um volume com os póstumos, depois igualmente questionado pela edição Colli-Montinari. É a edição Schelechta que se encontra ainda hoje na biblioteca de Sérgio, no arquivo da Unicamp. Isso mostra, sem dúvida, o seu permanente interesse por Nietzsche. (CHAVES, 2008, p. 403).

No ano de 1973, Sérgio Buarque empreende uma viagem à Alemanha, onde irá entrar em contato com a obra *O dicionário de conceitos Históricos*, de Reinhart Koselleck, Otto Brunner e Werner Conze. Muitos consideram Koselleck, como o mais influente historiador de língua alemã do século XX. Doutor pela Universidade de Heidelberg, em 1959, com a tese intitulada *Crítica e Crise*, escrita sobre forte influência de autores como Martin Heidegger, Johannes Kühn e Carl Schmitt. Entre as décadas de 1960 e 1970, houve uma ampla discussão a respeito de uma crise de identidade na disciplina histórica alemã, principalmente após o declínio do historicismo. *Geschichtliche Grundbegriffe* (Conceitos básicos de história), um léxico composto por nove volumes editados entre os anos de 1973 e 1997 por autores que compunham uma

boa parte do cenário intelectual alemão durante as três décadas do projeto. Em seus últimos anos de vida, Koselleck manteria vivo o projeto que alimentara ao longo de toda sua carreira, qual seja, o desconstruir a história no singular e tematizar as infindáveis possibilidades da experiência humana no tempo. O ponto crucial para o autor, está no fato de que a história deve ser plural, devendo ser escrita a partir de pontos de vista que também fossem plurais. Segundo ainda Koselleck, irá afirmar que as melhores obras de história foram escritas por desterrados, exilados ou derrotados. (BENTIVOGLIO; CUNHA, 2016).

Foge à finalidade da presente introdução, mas foge sobretudo à competência de quem a redige, uma resenha das tendências dessa historiografia [alemã]. Baste, a título de exemplo, lembrar a singular importância do monumental *Léxico dos conceitos fundamentais da história*, já em curso de publicação, sob a direção de Otto Brunner, Werner Conze e Reinhart Koselleck, que, além de revelar a notável vitalidade daquelas tendências, é uma demonstração de como se pode renovar, sem traí-lo, o espírito da “escola” histórica alemã [...]. A originalidade da concepção do léxico prende-se estreitamente a querer mostrar a transformação das noções, de maneira que a experiência nelas condensada permita esclarecer os aspectos teóricos. Não se pretende, contudo, oferecer definições abstratas e exteriores à história, que pudessem prescindir das mudanças de significação ao longo do tempo. [...] Nada destoava vivamente, nessa concepção, da tradição espiritual que Leopold von Ranke representou em grau eminente, renovada, embora, e enriquecida, para atender às mais recentes exigências do trabalho histórico. (HOLANDA, 2006, p. 480)

Segundo Fernando Novais, há dois trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda considerado como historiográficos, inclusive seus últimos. O primeiro de 1972, *Do Império a República*, e o segundo um extenso artigo publicado na revista da USP no ano de 1974, intitulado, *O atual e o inatual de Leopold Von Ranke*. O que ele define como historicismo, a diferença que ele faz entre historicismo e historismo naquele texto, parece ser crucial para entender o procedimento metodológico de Sérgio Buarque. Ainda segundo Novais, Sérgio é fundamentalmente um historicista alemão, e é curioso acompanhar seu percurso e o percurso de Weber e volta para Ranke, para as fontes, para as raízes, já com toda a ideia na cabeça. (NOVAIS, 1992). Francisco Iglésias faz um salutar elogio ao artigo de Sérgio Buarque sobre Ranke, publicado na coleção de

Grandes Cientistas Sociais, publicado originalmente em 1979. A seleção perfaz cento e quarenta e duas páginas, em nove partes, precedida do estudo “O atual e o inatual na obra de Leopold Von Ranke”, de quase sessenta páginas. Esse estudo é talvez o melhor de todos os da coleção segundo Iglésias, e um dos momentos máximos da crítica historiográfica do país. Como de outros livros aqui examinados, dele se poderia dizer que somente Sérgio poderia escrevê-lo, pelo que dá de sólida erudição e agudeza crítica sobre Ranke. (IGLÉSIAS, 1992).

Essa mistura de sociologia e ensaio teológico, em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, talvez tenha sido junto ao Historicismo alemão, seus maiores referenciais, sem se esquecer de Capistrano de Abreu, (o homem entre o positivismo e o historicismo) talvez um dos pioneiros no uso da historiografia alemã em terras brasileiras, juntamente com José Honório Rodrigues, Manoel Luiz Salgado Guimarães. Desde o começo da História no IHGB até a urbanização juntamente com a Universidade. Capistrano e Sérgio Buarque não abandonaram uma concepção realista de história, ou sua pretensão a verdade. Mas ambos perceberam dimensões da complexidade dessa tarefa, na presença constante da reescrita, ou na perspectiva de que novos documentos e interpretações obriguem a uma revisão dos conhecimentos estabelecidos. Tanto a obra de um quanto do outro historiador são de difícil enquadramento em tradições historiográficas nacionais, e também nos *ismos* historiográficos.

A “DISPUTA PELA ESCRITA”

Apesar de bastante ligado a um projeto nacional, percebe-se no jogo das identidades, várias narrativas diferentes acerca de Sérgio Buarque construída ao longo dos anos por vários projetos políticos, que disputavam em âmbito nacional um projeto ligado a “disputa da escrita da história” no Brasil, principalmente entre a capital federal naquele momento Rio de Janeiro, e São Paulo, principalmente quando esse, através dos cafeicultores paulistas e do intelectual Mário de Andrade, criam a Semana de Arte Moderna Paulista de 22, estabelecendo assim um “marco canônico” para o movimento, e outro momento a criação da USP em 1934, principalmente nas figuras de Braudel, Lévi-Strauss e do francófilo brasileiro Júlio de Mesquita.

São Paulo graças a USP, passou a disputar vantajosamente com a então capital federal a escrita e a interpretação do Brasil(...). A década de 1950 foi a da ascensão da USP a posição de destaque no cenário intelectual do país, fazendo sombra a Universidade do Brasil. Evidencia essa relevância a autossuficiência da universidade. (CARVALHO, 2013, p. 288-289).

Se em nível mundial havia essa guerra simbólica pela disputa da escrita da história entre franceses e alemães, no Brasil, Rio de Janeiro e São Paulo disputavam palmo a palmo esse espaço. Ronaldo Vainfas mostra como foi “fria” a recepção de *Visão do Paraíso* em terra fluminense naquele momento. “No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, a quase nenhuma atenção dispensada a *Visão do Paraíso*, contrastava com o prestígio de uma *Formação Histórica do Brasil*, obra do carioca Nelson Werneck Sodré. (VAINFAS, 1998). Quando desembarca no Brasil, a chamada “*Missão Francesa*”, capitaneada pelo Historiador Fernand Braudel e pelo Antropólogo Lévi-Strauss, que tinham como ideia construir um projeto político para rivalizar com o Rio de Janeiro, e com outras escolas, como cita Fernando Novais.

A palavra missão, evidentemente, mostra que éramos vistos como uma terra de índios que deviam ser catequizados. Não há outra explica o”. A missão foi composta de pessoas de alta qualidade: Roger Bastide, Paul Arbousse-Bastide, Braudel, Lévi-Strauss, Pierre Monbeig, entre outros. (NOVAIS, 1994, vol. 8, n. 22)

Nesse ínterim, durante o ano de 1935, período que morava no Rio de Janeiro, Sérgio Buarque de Holanda foi assistente da Universidade do Distrito Federal, como analisou Antonio Candido: “foi o mais belo plano de Universidade já criado no Brasil, porém o projeto foi massacrado pela direita católica e pela direita política, no qual eram bastante conservadores” (CANDIDO, 2011). Como bem citou Marieta de Moraes Ferreira em seu artigo, acerca da influência francesa no Brasil, principalmente no começo dos anos de 1930, onde o projeto francês no campo universitário entra em conflito com outros projetos, como o italiano, alemão e norte-americano, toda essa disputa se intensifica principalmente na cria o das primeiras universidades no Brasil.

Com a funda o da Universidade de São Paulo (USP) em 1934, da Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1935 e da

Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da Universidade do Brasil em 1939, organizaram-se afinal as missões universitárias francesas compostas não mais de conferencistas eventuais, mas de professores que iriam se transferir para o Brasil e tornar-se responsáveis por cursos completos. As articulações para a vinda dessas missões constam da documentação diplomática francesa a partir de 1934. (FERREIRA, 1999, p. 230).

CONCLUSÃO

O objetivo principal do trabalho é reorganizar uma forma de pensar as identidades historiográficas, tendo Sérgio Buarque como objeto de estudo, procurando fazer isso através de um trabalho interdisciplinar, dialogando com outras áreas das Ciências Humanas, trazendo questionamentos, perguntas e problematizações acerca do tema proposto. Como citado no resumo do trabalho, é trazer novas discussões que sejam pertinentes para o saber do campo historiográfico. A ideia é situar Sérgio Buarque de Holanda nos paradigmas historiográficos, fazendo-o dialogar através de sua obra com as diversas Escolas Históricas, que diretamente ou indiretamente, influenciaram na escrita do intelectual.

Seria possível pensar os *Annales* sem a ciência histórica alemã oitocentista, sem os anos de “germanização” de Marc Bloch e Febvre em Estrasburgo, através dos conflitos e do nacionalismo europeu, legitimando uma suposta “revolução” dos *Annales*? Ou será que que Sérgio já em sua maturidade como intelectual, superou Weber em sua escrita? Ou apenas, o adaptou-o ao seu novo método historiográfico? O projeto francês em terras brasileiras, a chamada “*Missão Francesa*” principalmente na USP e na UDF, visavam uma disputa simbólica contra a historiografia alemã nos trópicos? (ROJAS, 1995). Se a unificação alemã, que coincide com a constituição da ciência histórica alemã no século XIX, e a vitória na guerra Franco-Prussiana em 1871, trouxeram uma vitória no campo historiográfico, já a “catástrofe” alemã nas guerras mundiais, teriam abalado o prestígio germânico em relação a historiografia francesa, americana e inglesa? O projeto historiográfico francês silenciou a historiografia alemã no Brasil? Como bem analisaram Estevão Martins e Pedro Caldas, sobre a construção de um “mito” historiográfico dos *Annales*, acerca da escola alemã do século XIX.

De que adianta um Sérgio Buarque de Holanda ter enfatizado que Ranke buscava “grandes unidades de sentido” se ainda

prevalece o ataque francês dos *Annales* à historiografia do século XIX? Até mesmo, um autor marxista – portanto, insuspeito – como Ciro Cardoso tentou desfazer o equívoco. Em primeiro lugar, é fundamental descolar o nome de Ranke o rótulo de “positivista”. Em comum com Auguste Comte, apenas a busca pela verdade. (MARTINS E CALDAS, 2013, p. 13).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História: A Escola dos Annales e a Nova História*. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 2012.

BENTIVOGLIO, Júlio. *Marc Bloch (1886-1944)*. In: A Constituição da História como Ciência. Org.: BENTIVOGLIO, Júlio; LOPES, Marcos Antônio. Ed: Vozes, Rio de Janeiro, 2013.

_____. *História e narrativa na historiografia alemã do século XIX*. 2010.

_____. *Afirmção da História como Ciência no século XX (de Arlette Farge a Robert Mandrou)*. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 2016.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018

CANDIDO, Antonio. *Um Homem, duas Cidades*. Seminário "Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda". Debate promovido pelo IEB/USP. São Paulo, 2011.

_____. *Inéditos sobre a literatura colonial*. 3º Colóquio UERJ, Rio de Janeiro, 1992.

CARVALHO, José Murilo. *Pensadores que Inventaram o Brasil*. In: CARDOSO, Fernando Henrique. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. São Paulo: Forense Universitária, 1982.

CHAVES, Ernani. *O Historicismo de Nietzsche, segundo Sérgio Buarque de Holanda. Sérgio Buarque de Holanda, Perspectivas*. MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). São Paulo: Editora Unicamp, 2008.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Negação das negações*. In: *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*[S.l: s.n.], 2011.

DOSSE, François. *A História em Migalhas*. São Paulo: Edusc, 2003.

DOSSE, François. DELACROIX, Christian. GARCIA, Patrick. *As Correntes Históricas na França, Século XIX e XX*. São Paulo, Unesp, 2012.

EUGÊNIO, João Kennedy. *Ritmo Espontâneo: Organicismo em Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. Teresina: Editora da UFPI, 2011.

FALCON, Francisco José Calazans. *Capistrano de Abreu e a historiografia cientificista: entre o positivismo e o historicismo*. Rio de Janeiro, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Os professores franceses e a redescoberta do Brasil*. Rio de Janeiro, 1999.

GRAMMONT, Guiomar de. *Filósofos em marcha*. In: REIS, José Carlos. *História da Consciência Histórica, Ocidental Contemporânea: Hegel, Nietzsche e Ricouer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões*. Rio de Janeiro, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Palestra proferida por SBH, discorrendo sobre o tema "História"*. A convite dos alunos do "Centro de Estudos Históricos Afonso de Taunay".

_____. *O atual e o inatual na obra de Leopold Van Ranke*. Revista de História, Universidade de São Paulo, 1974.

_____. *Visão do Paraíso*. Editora Companhia das Letras, São Paulo, 2010.

HOLANDA, Maria Amélia Buarque de. *Apontamentos para a cronologia de Sérgio Buarque de Holanda [1979]*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Edição comemorativa: 70 anos. Org. Ricardo Benzaquen de Araújo e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, 480 p., pp. 421-446.

IGLÉSIAS, Francisco. *Sérgio Buarque de Holanda, Historiador*. 3º Colóquio UERJ, Rio de Janeiro, 1992.

LIMA, Luiz da Costa. *Sérgio Buarque de Holanda: Visão do Paraíso*, Revista USP, São Paulo, n. 53, p. 46. março-maio, 2002.

MALERBA, Jurandir. *Aula Magna: Atualidade de Sérgio Buarque*. Berlim, 13/04/2012.

MARTINS, Estevão de Rezende. *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2015.

MATA, Sérgio da Mata. *Ranke Reloaded: Entre a história da historiografia e história multiversal*. Revista História da Historiografia, 2011.

_____. *Leopold Von Ranke (1795-1886)*. In: MARTINS, Estevão de Rezende. *A História Pensada*. São Paulo, Editora Contexto, 2015

NICODEMO, Thiago Lima. *Sérgio Buarque de Holanda e a dinâmica das instituições culturais no Brasil 1930-1960*. Seminário "Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda". Debate promovido pelo IEB/USP. São Paulo, 2012.

_____. *Alegoria Moderna: Crítica Literária e História da Literatura na Obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Editora: FAP-UNIFESP, São Paulo, 2014.

NOVAIS, Fernando. *Braudel e a Missão Francesa*. São Paulo: Estud. av. vol.8 no.22 São Paulo Sept./Dec. 1994.

_____. *Comentário a comunicação de Antonio Candido*. 3º Colóquio UERJ, Rio de Janeiro, 1992.

REIS, José Carlos. *História da Consciência Histórica, Ocidental Contemporânea: Hegel, Nietzsche e Ricouer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

_____. *A História entre a Filosofia e a Ciência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. *As Identidades do Brasil 1: De Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. *Os Annales e a historiografia francesa*. Maringá: Ed. Eduem, 1995

RÜSEN, Jörn. *Retórica e estética da história: Leopold Von Ranke*. In: História e Narrativa: A Ciência e a Arte da escrita Histórica. Org.: MALERBA, Jurandir. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 2016

SELL, Carlos Eduardo. *Max Weber e a racionalização da vida*. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Modos de Produção no Brasil*. In: Lapa, J. R. A. *Modos de Produção e realidade brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1980.

VAINFAS, Ronaldo. *Sérgio Buarque de Holanda, historiador das representações mentais*. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1998.

VELLOSO, Monica Pimenta. *História e Modernismo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WHITE, Hayden. *Meta-História: A imaginação histórica do século XIX*. Edusp, São Paulo, 1973.

**Simpósio Temático 13: História da Ciência e suas perspectivas:
Construindo diálogos interdisciplinares**

**TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE NICÉA MAGESSI TRINDADE
(1928-2019): UMA PIONEIRA DA PALEONTOLOGIA
BRASILEIRA NO RIO DE JANEIRO**

Diogo Jorge de Melo²⁷⁹

RESUMO: O trabalho apresenta a trajetória profissional de Nicéa Magessi Trindade (1928-2019), uma das pioneiras na Paleontologia brasileira. Esta profissional foi uma paleontóloga mineira, se formou e atuou como professora na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil no curso de História Natural. Também atuou no Departamento Nacional da Produção Mineral e posteriormente na recém-criada Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais (1969), também nominada de Serviço Geológico do Brasil. No início de sua carreira realizou pesquisas sobre invertebrados fósseis da Bacia Geológica de São José de Itaboraí, mas se especializou em Paleopalinologia, estudando Megásporos fósseis. Realizou sua tese de doutorado em 1980 na Universidade do Arizona nos Estados Unidos da América, sendo esta a última produção acadêmica que conhecemos desta paleontóloga.

PALAVRAS-CHAVE: História da Ciência, Paleontologia, História das Mulheres

ABSTRACT: The work presents the professional trajectory of Nicéa Magessi Trindade (1928-2019), one of the pioneers in Brazilian Paleontology. This professional was a paleontologist from Minas Gerais (Brazil), graduated and worked as a teacher at the *Faculdade Nacional de Filosofia* of the *Universidade do Brasil* in the Natural History course. She also worked at the *Departamento Nacional da Produção Mineral* and later at the newly created *Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais* (1969), also called the Geological Survey of Brazil. At the beginning of her career she carried out research on fossil invertebrates from the *São José de Itaboraí* Geological Basin, but she specialized in Paleopalinology, studying fossil Megaspores. She completed his doctoral

²⁷⁹ Professor da Universidade Federal do Pará, Doutor em Museologia e Patrimônio pela UNIRIO e MAST e em Ensino e História de Ciências da Terra na UNICAMP, diogojmelo@gmail.com.

thesis in 1980 at the University of Arizona in the United States of America, this being the last academic production we know of this paleontologist.

KEYWORDS: History of Science, Paleontology, History of Women

INTRODUÇÃO

A Paleontologia é uma Ciência que se estruturou no século XVIII e XIX, principalmente se considerarmos os estudos do naturalista Georges Cuvier (1769-1832), no entanto, sabemos que a busca por uma compreensão dos fósseis é muito mais longínqua, remontando a antiguidade ou até mesmo a pré-história (FERNANDES, 2005; MELO, 2009; FARIA, 2012). Diferentemente destes fatos, a história dessa Ciência no Brasil aponta para um período mais recente, nas últimas décadas do Império, quando foi criada a Comissão Geológica do Império (1875-1878), primeira instituição que atuou com pesquisas geológicas e paleontológicas no território nacional. Antes disso, apenas foram realizadas atividades científicas mais pontuais, desenvolvidas por pesquisadores estrangeiros (CASSAB, 2010).

A Comissão Geológica do Império pode ser considerada a primeira semente que germinou no desenvolvimento e na consolidação de outras instituições científicas na área das Geociências, principalmente com os estudos da Paleontologia. Inclusive o Museu Nacional (1818)²⁸⁰ que herdou as coleções prospectadas por essa Comissão (FIGUEIROA, 1997). Assim como, o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (1907), se consolidou como fruto de uma política de estado, na República, que se configurou principalmente para o desbravamento/conhecimento do subsolo nacional e seus recursos. Instituição que deu lugar ao Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) (1934) e posteriormente a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) (1969), onde observamos a inserção de uma primeira geração de mulheres paleontólogas, da qual Nicéa Magessi Trindade (1928-2019) foi uma das pioneiras (MELO, 2020).

A partir dessa breve configuração histórica da Paleontologia no Brasil, devemos compreender que a inserção feminina foi bem posterior às primeiras atuações de paleontólogos no país e que Nicéa Magessi Trindade foi uma das pioneiras desta

²⁸⁰ Antes conhecido como Museu Real e depois Museu Imperial (LOPES, 1999).

Ciência. Antes dela, conhecemos apenas o relato da atuação da norte americana Carlotta Joaquina Maury (1874-1938), que pesquisou principalmente fósseis de invertebrados do território nacional. Espécimes que lhe eram enviadas pelo Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, no entanto, apesar do interesse em suas pesquisas, nunca pisou no Brasil (MELO & CASSAB, 2014).

Devemos destacar que a atuação de Nicéa M. Trindade se deu justamente no contexto pós criação do Departamento Nacional da Produção Mineral, consolidado como instituição em um período em que as a mulheres conseguiram se inserir efetivamente no ensino superior. Um processo que podemos considerar ter muita influência com a Reforma Francisco Campos (1931) e a criação da Faculdade Nacional de Filosofia (1939) na Universidade do Brasil²⁸¹ no Rio de Janeiro, que se preocupava efetivamente com a formação de professores (FÁVERO et al., 1991; SCHWARTZMAN, 2001) e acabou assim por abrigar inúmeras mulheres nesse processo, as quais conseguiram adentrar com mais facilidade no ensino superior.

Como no caso de Nicéa M. Trindade, a qual iniciou sua carreira na Faculdade Nacional de Filosofia, onde se tornou professora. Lembramos que, segundo Carvalho (2007), a Faculdade Nacional de Filosofia foi uma tentativa de criar dentro da instituição um órgão integrador, para que todos os estudantes ingressantes passassem por lá, onde eram selecionadas as vocações para a carreira científica ou do magistério. Compreendido por Melo (2020) como a formação de uma nova geração de mulheres na Ciência brasileira, já que a antecessora era formada por mulheres de uma elite social e que normalmente possuíam apoio de cônjuges ou parentes ligados ao universo científico.

Devemos destacar outras instituições, também consolidadas nesse período e que, sem dúvidas, contribuíram para a inserção feminina na Ciência. São elas, o Conselho Nacional de Pesquisa (1951), que fornecia bolsas e facilitava a criação de vínculos com instituições de base científica, a Academia Brasileira de Ciências (1916), que se potencializou juntamente com a instituição anterior e a Sociedade Brasileira de Paleontologia (1958), que congregava outros profissionais da paleontologia independentemente do seu gênero. Instituições representantes do amadurecimento das Ciências no Brasil e da Paleontologia especificamente.

²⁸¹ Atual Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Sabemos que Nicéa M. Trindade, além da Faculdade Nacional de Filosofia, atuou no Departamento Nacional da Produção Mineral e posteriormente passou para o quadro funcional da Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais. Instituições onde desenvolveu sua profissão até ir para os Estados Unidos da América, onde se casou e aparentemente deixou de atuar como pesquisadora.

Justamente neste contexto histórico, de inserção feminina em um universo profissional mais qualificado, exigindo nível superior e até pós-graduação, que objetivamos o desenvolvimento deste trabalho, o qual buscamos apresentar a trajetória profissional desta paleontóloga, que acreditamos ser uma das primeiras brasileiras²⁸² a trabalhar com Paleontologia no país.

Figura 1 Retrato de Nicéa Magessi Trindade jovem em seu Registro Geral.



Fonte: https://tucson.com/lifestyles/announcements/obituaries/nic-a-wilder/article_dbb01bce-c7db-11e9-b059-ffa43e369331.html.

TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE NICÉA MAGESSI TRINDADE

Não temos muitos relatos e documentações sobre a trajetória de vida de Nicéa M. Trindade, pois encontramos dificuldades de realizar entrevistas com ela durante sua vida, principalmente por viver nos Estados Unidos da América e devido à idade avançada e perda da audição não conseguiríamos fazer esse contato à distância. Sabemos que ela nasceu em Alfenas (Minas Gerais), no dia 25 de agosto de 1928, se criou em Belo Horizonte (Minas Gerais), estudou História Natural e atuou como

²⁸² Acreditamos que ela foi a primeira paleontóloga brasileira do país, temos notícias da atuação de Maria Marta Barbosa, que atuou no Museu Nacional, mas não temos muitas informações sobre ela. Melo (2020) apresenta Nicéa M. Trindade como sendo a pioneira da geração de mulheres que atuaram no Departamento Nacional da Produção Mineral, tendo atuado junto como Lélia Duarte, Diana Mussa, Maria Eugênia de Carvalho Marchesini Santos, Norma Maria da Costa Cruz.

paleontóloga no Rio de Janeiro, onde desenvolveu a maior parte de sua vida profissional. Posteriormente morou nos Estados Unidos, em Tucson, onde formou família e faleceu no dia 28 de julho de 2019²⁸³.

No entanto, obtivemos alguns relatos e considerações que foram tecidas sobre ela por suas colegas, principalmente por Maria Eugênia de Carvalho Marchesini Santos²⁸⁴, em sua entrevista para o trabalho de Melo (2020). Também foram levantados e serão apresentados alguns trabalhos produzidos por ela, inclusive sua tese de doutorado, defendida nos Estados Unidos da América.

Na fala de Maria Eugênia de C. M. Santos, Nicéa é mencionada quando a paleontóloga discorre sobre a sua relação com o Departamento Nacional da Produção Mineral, sendo mencionada como sua professora e estando na instituição anteriormente a sua entrada. Contexto que também acabou por descrever um pouco dos trabalhos exercidos na instituição, assim como as suas funções.

[...] eu frequentei o Museu [Nacional] [...], mas a minha paixão foi o DNPM. Foi paixão à primeira vista e essa paixão foi bem mais consciente. Porque o Dr. Paulo era professor nosso. Era o Júlio e a Nicéa, e o Paulo, davam aula. Ele era muito tímido, usava aparelho de surdez. Eles levaram a gente para conhecer aquela parte da frente. Pé direito de seis metros [...] não era museu, era um mostruário. Esse negócio de museu foi um negócio que apareceu muito tempo depois. Era uma coleção, não era um Museu. Era uma coleção. E era uma coleção operacional, também, porque eles descreviam o material, publicavam e sempre foi um trabalho extremamente orientado para a estratigrafia, para a operação. Isso é uma característica do Serviço Geológico. (Entrevista Maria Eugênia 24/01/2013).

Posto que Nicéa M. Trindade foi provavelmente a primeira mulher a adentrar na instituição como paleontóloga, seu ingresso foi um marco representando uma quebra de realidades geracionais para mulheres nesse mercado profissional, é neste sentido que destacamos uma segunda fala de Maria Eugênia de C. M. Santos, a qual citou esta

²⁸³ Informações encontradas em seu obituário na internet:

https://tucson.com/lifestyles/announcements/obituaries/nic-a-wilder/article_dbb01bce-c7db-11e9-b059-ffa43e369331.html.

²⁸⁴ Um pouco da biografia e trajetória profissional desta paleontóloga foi apresentada no trabalho de Melo (2015).

paleontóloga, contextualizando-a em sua geração e demonstrando o pioneirismo ao qual passaram nesse contexto histórico.

Olha, era um conceito abstrato, porque nunca foi aplicado em ninguém. Olha Diogo, você tem que pensar bastante as coisas [...] O salto que é da geração da minha mãe para a minha geração, é um salto. Mas não é dos homens é entre as mulheres. As mulheres da minha família se juntavam à noite e ficavam passando roupa e contando história de fantasmas. Então, eu ficava escondida embaixo da mesa ouvindo as conversas. Eu me lembro muito bem, que os meus tios classe média e baixa a maioria, e o meu pai que tinha dado saltinho maior, ele já tinha curso profissional, mas o convívio era com esse tipo de cabeça [...] A minha mãe ela politicamente era o que o “Joaquim” achava. As minhas tias, que eram casadas com meus tios e que não eram minhas parentas, elas não tinham nenhuma opinião sobre o assunto. Elas eram nulas no assunto. A única coisa que as preocupavam era passar roupa e dar comida para as crianças. Eram umas santas, né! Mas eram amorfas. Minha mãe pensava o que o “Joaquim” pensava, ela ia de braço com ele para onde ele ia, mas era o que ele pensava. Aí você imagina, esses caras, o Dr. Paulo tinha a idade da minha mãe, esses senhores estavam habituados com essa geração de mulheres, que as mulheres deles eram dessa geração e aquilo que eu falei no início que era, o papel do Anísio Teixeira, o papel do pessoal da Escola de Engenharia, o papel da Academia de Ciências que fez uma Faculdade de Ciências, Faculdade de Letras. Todas essas escolas novas em que as mulheres saltaram e foram para lá. Eu fui aluna de pessoas que eram da idade da minha mãe, as minhas professoras da Faculdade de Filosofia. Mas para a Paleontologia, eu sou do primeiro grupo. Lélia, Nicéa, Diana, eu e depois a Norma, um pouco mais tarde e a Maria Marta Barbosa no Museu Nacional, aqui no Rio de Janeiro. Era um salto grande, aquilo que eles podiam achar não comprometia, não correspondia com o que eles faziam [...] você já entrava zero km. Você tinha tido, no ambiente universitário essa ventilação cerebral. Você entrava com mais tranquilidade [...] Nós, as mulheres que tiraram seus cursos superiores, elas entraram com bastante segurança, daquilo que sabiam fazer e a gente fez. Então, eu nunca senti nenhuma rejeição ao meu pensamento e eu tive uma sorte terrível. [...] Eu acho que o fato de a gente vir com uma formação, com o

substrato de Biologia e com alguma pinceladinha de Geologia era uma coisa que dava segurança para gente. Todas eram seguras. Era uma profissão nova para todo mundo [...] (Entrevista de Maria Eugênia de C. M. Santos - 24/01/2013).

Devemos frisar que outras paleontólogas que também atuaram com ela a mencionaram em sua entrevista, como no caso de Norma Maria da Costa Cruz, que a citou no contexto de sua aproximação com o Departamento Nacional da Produção Mineral, quando era estudante, sendo ela designada, na citação, como sua professora e figura que a aproximou do Departamento Nacional da Produção Mineral.

Ainda estudante, no 3º ano, uma das minhas professoras, a professora Nicéa Magessi Trindade, me apresentou ao Dr. Sommer, no DNPM, e no 3º ano da faculdade eu fiz estágio na Seção de Paleontologia do DNPM. Então, quando eu me formei também recebia do Conselho Nacional de Pesquisa, [bolsa] de Iniciação Científica. Quando eu terminei o curso eu passei para outra categoria de bolsa, não me lembro, eu acho que era pesquisadora assistente, no DNPM, na antiga Seção de Paleontologia do DNPM. (Entrevista de Norma Maria da C. Cruz - 17/03/2012).

Nessa entrevista também citou a paleontóloga ao se referir ao quadro de pesquisadores em Paleontologia voltado para pesquisa com Micropaleontologia na instituição. Mencionando a atuação do paleontólogo Friedrich Wilhelm Sommer, Nicéa M. Trindade e ela.

[...] No prédio antigo nós ocupávamos uma salinha que hoje é ocupada pelo Museu de Rochas e nesse prédio novo foi feita toda a divisão e eu continuei sendo orientada pelo Dr. Sommer e junto com a Nicéa. Éramos os três únicos [micro]paleontólogos do DNPM. A Nicéa estudava megásporos, o Dr. Sommer fazia Palinologia de uma maneira geral e eu me dediquei ao estudo da Micropaleontologia e Palinologia do Paleozoico, com mais ênfase no Paleozoico inferior e Dr. Sommer me orientou a estudar os graptozoários e quitinozoários. Como esses grupos ocorrem paralelamente no sedimento era um apanhado geral que ele estudava desses três grupos [...] (Entrevista de Norma Maria da C. Cruz - 17/03/2012).

Sobre a trajetória profissional de Nicéa M. Trindade, sabemos que ela se formou em História Natural na antiga Faculdade Nacional de Filosofia, apesar de termos poucas fontes sobre sua atuação nesse período, por meio das entrevistas, sabemos que ela se tornou professora na instituição, sendo ela auxiliar do professor Júlio Magalhães. E como apontado anteriormente, onde iniciou seu importante papel de desbravamento da área e assim auxiliou diversos estudantes que vieram depois dela, principalmente mulheres, como no relato de Norma Maria da C. Cruz.

Apesar de ter lecionado na Faculdade Nacional de Filosofia, a sua notoriedade com Paleontologia teve maior destaque por meio de sua atuação no Departamento Nacional da Produção Mineral. Acreditamos que desenvolveu sua carreira científica, principalmente com apoio do paleontólogo Friedrich Wilhem Sommer, quem provavelmente a orientou e a auxiliou no início de sua carreira, como também deve ter iniciado e direcionado suas pesquisas para Micropaleontologia.

Devemos lembrar que esta paleontóloga no início de sua carreira realizou estudos sobre invertebrados fósseis da Bacia de São José de Itaboraí e somente depois passou a se dedicar plenamente a Paleopalinologia de megásporos. Fato que evidencia a possibilidade em ter contato mais direto com outros profissionais do Departamento Nacional da Produção Mineral além de Friedrich Wilhem Sommer (Figura 2, 3 e 4).

Figura 2 Foto de diversas mulheres que atuaram na Paleontologia no DNPM no Rio de Janeiro. Da direita para esquerda: Maria Eugênia de C. M. Santos, Nicéa M. Trindade, Lélia Duarte, Adélia Maria Japiassu, Friedrich W. Sommer (único homem presente na foto), Terezinha Guzzo, a Secretária da Seção de Paleontologia (nome não identificado), Norma Maria da C. Cruz, Judite Castro e Carmen Dora.



Fonte: Imagem cedida por Rita de Cássia Tardin Cassab.

Figura 3 Maria Eugênia de C. M. Santos, Diana Mussa e Nicéa M. Trindade em trabalho de campo.



Fonte: Retirado de Porto Alegre (2009).

Figura 4 Nicéa M. Trindade, Amnéris Cauduro, Maria Eugênia de C. M. Santos e Ayrton Zíngaro em trabalho de campo em Macau, durante o 2º Congresso Brasileiro de Paleontologia (Mossoró, RN, 1961).



Fonte: Retirado de Porto Alegre (2009).

PRODUÇÃO ACADÊMICA E ESPECIALIZAÇÃO EM PALEONTOLOGIA

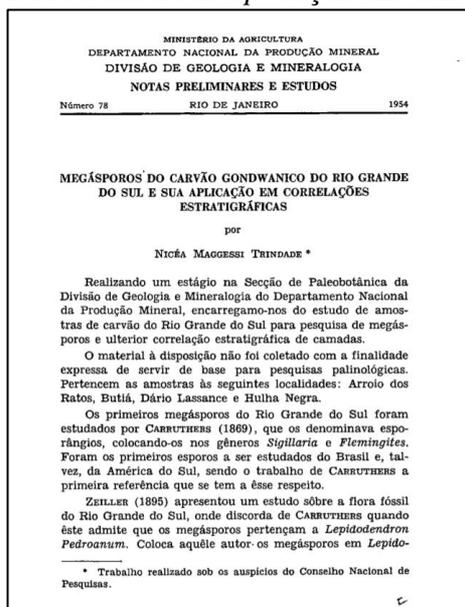
Adentrando nas produções acadêmicas de Nicéa M. Trindade, levantamos 22 publicações, incluindo sua tese (Quadro 1). Das quais destacamos a sua mais antiga, intitulada de “*Contribuição à paleontologia de São José de Itaboraí, Estado do Rio de Janeiro*”, datada de 1953 na Revista Científica - Universidade do Brasil, Faculdade Nacional de Filosofia. Publicação que desvela sua primeira atuação com paleontologia de invertebrados fósseis na Bacia de São José de Itaboraí, onde descreveu a espécie *Clausilia magalhaesi*.

Publicou outros trabalhos dentro dessa temática em 1956, intitulados de “*Contribuição ao estudo da malacologia de São José de Itaboraí, Estado do Rio de Janeiro: Brasil*” e “*Invertebrados fósseis da bacia calcária de São José de Itaboraí, Estado do Rio de Janeiro*”. Nesse último trabalho, por exemplo, realizou um panorama das descobertas paleontológicas desta bacia geológica, descrevendo os pontos de coletas (estações) e os fósseis de gastrópodes nela encontrada.

Além dessas publicações, suas outras produções encontram-se majoritariamente voltadas para microfósseis de megásporos. Sendo estes trabalhos publicados massivamente no periódico do Departamento Nacional da Produção Mineral, nominados de *Notas Preliminares e Estudos da Divisão de Geologia e Mineralogia do Departamento Nacional da Produção Mineral*. Nesse periódico esta paleontóloga

publicou vários trabalhos entre 1954 até 1962. Nele encontramos sua primeira publicação sobre megásporos, intitulada “*Megásporos do carvão gondwanico do Rio Grande do Sul e sua aplicação em correlações estratigráficas*”, com a qual iniciou sua carreira como micropaleontóloga (Figura 5).

Figura 5 Capa da publicação de Nicéa M. Trindade de 1954 – “*Megásporos do carvão gondwanico do Rio Grande do Sul e sua aplicação em correlações estratigráficas*”.

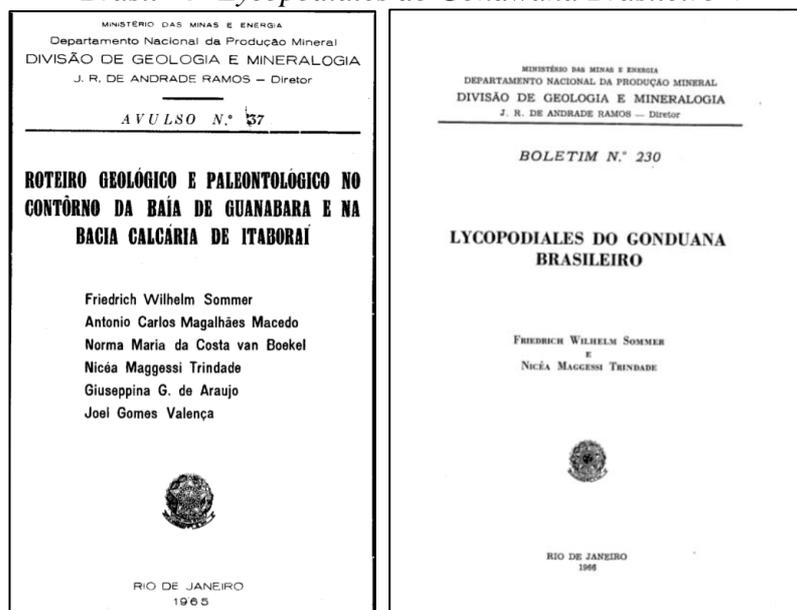


Fonte: Base de dados da biblioteca virtual da CPRM.

Por fim, cabe destacar outras publicações levantadas, como a de 1961 sobre “*Pesquisas bibliográficas sobre as minas de carvão do Gondwana Inferior do sul do Brasil: Brasil*”, publicado no *Boletim da Divisão de Geologia e Mineralogia*, o qual apontam para uma aplicabilidade econômica em sua pesquisa. O “*Roteiro geológico e paleontológico no contorno da Baía de Guanabara e na bacia calcária de Itaboraí: Brasil*”, publicação assinada por diversos autores²⁸⁵, produzida para o XIX Congresso Brasileiro de Geologia (Sociedade Brasileira de Geologia), realizado no Rio de Janeiro em 1965 (Figura 6). Depois temos um único trabalho em coautoria com Friedrich Wilhelm Sommer, intitulado de “*Lycopodiales do Gondwana Brasileiro*” publicado em 1966 no *Boletim da Divisão de Geologia e Mineralogia* (Figura 6).

²⁸⁵ Friedrich Wilhelm Sommer, Antonio Carlos Magalhães Macedo, Norma Maria da Costa van Boekel (Norma Maria da Costa Cruz), Nicéa Magessi Trindade, Giuseppina G. de Araujo e Joel Gomes Valença.

Figura 6 Publicações de Nicéa M. Trindade de 1965 e 1966 – “*Roteiro geológico e paleontológico no contorno da Baía de Guanabara e na bacia calcária de Itaboraí: Brasil*” e “*Lycopodiales do Gondwana Brasileiro*”.



Fonte: Base de dados da biblioteca virtual da CPRM.

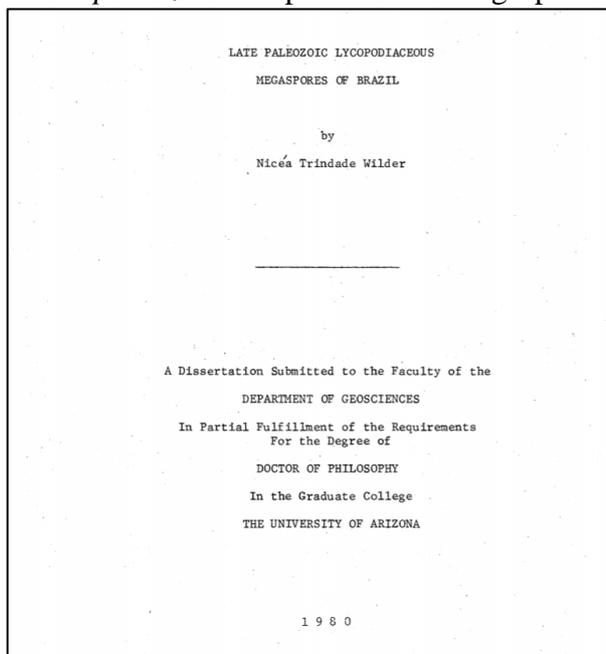
Sabemos por meio do relato de Maria Eugênia M. Santos, que Nicéa M. Trindade foi desenvolver atividades de pesquisa nos Estados Unidos, como apontado em sua entrevista e assim esclarece um pouco como se deu esse processo.

Quando a gente estava no DNPM e tinha um negócio que se chamava Ponto 4, da Embaixada Americana, em que eles davam uma bolsa de inglês para a gente e depois você era obrigado a fazer uma viagem para os Estados Unidos. Mas, todas as bolsistas eram mãe de família então a única que não era, a Nicéa e ela foi para os Estados Unidos trabalhar com o Dr. Kremp, que era um dos grandes de Palinologia do mundo. Ele era alemão, mas estava radicado no Arizona. (Entrevista de Maria Eugênia de C. M. Santos - 24/01/2013).

Justamente nos Estados Unidos que fez seu curso de doutorado na Universidade do Arizona, defendendo sua tese em 1980, com o título de “*Late paleozoic Lycopodiaceous megaspores of Brasil*”, sendo orientada pelo paleontólogo Dr. Gherard O. W. Kremp (Figura 7), assim como mencionado por Maria Eugênia de C. M. Santos. Foi nos Estados Unidos que conheceu o seu marido, John Wilder, com que se casou em 1972 passando a se chamar Nicéa Trindade Wilder. Após o seu doutoramento não mais

encontramos produções acadêmicas desta paleontóloga, que aparentemente deixou sua carreira científica.

Figura 7 Capa da tese de doutorado de Nicéa M. Trindade, no caso, assinada com seu nome de casada Nicéa Trindade Wilder, defendida em 1980 na Universidade do Arizona – “*Late paleozoic Lycopodiaceous megaspores of Brasil*”.



Fonte: Retirado de <http://hdl.handle.net/10150/565469>.

Quadro 1 Produções científicas de Nicéa Magessi Trindade.

Data	Trabalho	Publicação
1953	Contribuição à paleontologia de São José de Itaboraí, Estado do Rio de Janeiro	<i>Revista Científica – Universidade do Brasil, Faculdade Nacional de Filosofia</i>
1954	Megásporos do carvão gondwanico do Rio Grande do Sul e sua aplicação em correlações estratigráficas: Brasil	<i>Notas Preliminares e Estudos da D.G.M. D.N.P.M.</i>
1956	Contribuição ao estudo da malacologia de São José de Itaboraí, Estado do Rio de Janeiro	<i>Notas Preliminares e Estudos da D.G.M. D.N.P.M.</i>
1956	Invertebrados fósseis da bacia calcária de São José de Itaboraí, Estado do Rio de Janeiro	<i>Revista Engenharia, Mineralogia e Metalurgia</i>
1956	O gênero <i>Lagenoiporites</i> no Gondwana Brasileiro	<i>Notas Preliminares e Estudos da D.G.M. D.N.P.M.</i>
1959	O Gênero <i>Lagenoispurites</i> no Gondwana brasileiro: Brasil	<i>Notas Preliminares e Estudos da D.G.M. D.N.P.M.</i>

1957	Relations ao Duetor	<i>DGM-DNPM</i>
1959	Megásporos gondwanicos de Charqueada, Rio Grande do Sul: Brasil	<i>Boletim da Divisão de Geologia e Mineralogia</i>
1959	O gênero Lagenosporites no Gondwana brasileiro	<i>Notas Preliminares e Estudos da D.G.M. D.N.P.M.</i>
1960	O gênero trileites no Gondwana brasileiro: Brasil	<i>Notas Preliminares e Estudos da D.G.M. D.N.P.M.</i>
1961	Pesquisas bibliográficas sobre as minas de carvão do Gondwana Inferior do sul do Brasil: Brasil	<i>Boletim da Divisão de Geologia e Mineralogia</i>
1962	Megásporos gondwânicos da Mina do Leão, Rio Grande do Sul: Brasil	<i>Notas Preliminares e Estudos da D.G.M. D.N.P.M.</i>
1964	Megásporos gondwanicos de Charqueadas, Rio Grande do Sul – II: Brasil	<i>Boletim da Divisão de Geologia e Mineralogia</i>
1965	Roteiro geológico e paleontológico no contorno da Baía de Guanabara e na bacia calcária de Itaboraá: Brasil	<i>Avulso da Divisão de Geologia e Mineralogia</i>
<i>et al.</i>		
1966	Sinopse da Sistemática dos Megásporos (N.M. Trindade e F.W. Sommer)	<i>Anais da Academia Brasileira de Ciências (Separata)</i>
1966	Megásporos carboníferos da bacia Tocantins-Araguaia	<i>1º Simpósio Sobre Biotas Amazônicas</i>
1966	Megásporos gondwanicos da mina de Arroio dos Ratos, Rio Grande do Sul	<i>Notas Preliminares e Estudos da D.G.M. D.N.P.M.</i>
1966	Os megásporos do Furo SN5, de Jose de Freitas Carbonifero do Piauí	<i>XX Congresso Brasileiro de Geologia</i>
1966	Lycopodiales do Gondwana Brasileiro	<i>Boletim da Divisão de Geologia e Mineralogia</i>
<i>& SOMMER</i>		
1969	Megásporos permianos da Formação Corumbataí Estado de São Paulo	<i>Anais da Academia Brasileira de Ciências</i>
1970	Megásporos carboníferos de Monte Mor, Estado de Sao Paulo	<i>Anais da Academia Brasileira de Ciências</i>
1980	Late paleozoic Lycopodiaceous megasporides of Brazil	<i>Tese de doutorado Universidade do Arizona</i>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Anais da XXXVI Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Entre golpes e democracias: Narrativas históricas de um sonho em vertigem. Gabrielle Barra Tarocco; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2020. 1463 p.

Realizar pesquisas sobre trajetórias profissionais de mulheres em áreas de atuação específicas, nos ajuda a evidenciar que elas não foram inexistentes na história, pelo contrário, foram demasiadamente ativas, principalmente na Ciência. Estando sempre prontas para romper as diversas barreiras, as quais lhes foram impostas historicamente por meio das primazias masculinas institucionalizadas em nossa sociedade e na Ciência. Lembramos que para que as mulheres conseguissem chegar em atividades profissionais específicas, como no caso a Paleontologia, elas tiveram que alcançar diversas conquistas sociais que vão do domínio de seus corpos, a conquista do sufrágio, a possibilidade de formação escolar qualificada e a sua inserção no mercado profissional.

Nesse processo histórico que Nicéa M. Trindade se configurou como um exemplo do resultado dessas conquistas, tendo ela conseguido avançar com a sua formação superior, se graduado em História Natural e posteriormente ter conquistado o título de Doutora na área das Geociências. Além disso, se tornou professora e conseguiu adentrar em uma instituição de cunho federal, o Departamento Nacional da Produção Mineral. Instituição onde exerceu a função de pesquisadora em Paleontologia e se tornou a primeira mulher a exercer essa função na instituição e provavelmente no Brasil. Lembramos que ela rompeu com uma tradição de profissionais masculinos que vinha se perpetuando desde a Comissão Geológica do Império.

Realizou assim uma carreira promissora, aparentemente deixou de lado a constituição de um núcleo familiar no início de sua carreira, como apontado na fala de Maria Eugênia de C. M. Santos, a qual mencionou que Nicéa “*era a única que não era mãe de família*”. Ainda sabemos muito pouco sobre a sua vida pessoal e o que aconteceu depois da defesa do seu doutorado. Por exemplo, ela pode ter realizado outras atividades profissionais as quais não conseguimos mapear, o que sabemos é que não encontramos vestígios de publicações depois de 1980. No entanto, pesquisas mais aprofundadas podem esclarecer melhor essas questões.

Finalizamos este trabalho ressaltando o pioneirismo dessa paleontóloga que abriu frente de trabalho para o que Melo (2020) reconhece como: a primeira geração de paleontólogas genuinamente brasileiras que atuaram no país. Representando assim uma mudança de paradigma estrutural no campo dessa Ciência, o qual vimos se abrir potencialmente a partir da metade do século XX para os diversos grupos sociais e de

gênero. Realidade que observamos na atualidade muito mais diversa, pois já encontramos paleontólogos(as) negros(as), indígenas e LGBTQI+, inclusive pessoas trans. Uma realidade que potencializa o universo das pesquisas que se enriquece com a soma de distintos olhares sobre essa Ciência, como nos foi apontado por diversos estudos feministas (FOX KELLER, 1992 e 2006; GONÇALVES, 2006; LÖWI, 2009).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Ismar de Souza. Paleontologia: 50 anos de ensino e pesquisa no Departamento de Geologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. *Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ*, v.30, n.1, 2007, p.30-37.

CASSAB, Rita de Cassia. Histórico das pesquisas em Paleontologia no Brasil. In: CARVALHO, Ismar de Souza. *Papelontologia*. Rio de Janeiro: Ed. Interciência, 2010, p.13-18.

FARIAS, Felipe. *Georges Cuvier: do estudo dos fósseis à paleontologia*. São Paulo: Associação Filosófica Scientia Studia: Editora 34, 2012.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda; SILVA, Ana Elisa Gerbasi. Professores estrangeiros na Faculdade Nacional de Filosofia, RJ (1939-1951). *Caderno de Pesquisa*, v.78, 1991, p.59-71.

FERNANDES, Antônio Carlos Sequeira. Fósseis: Mitos e Folclore. *Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ*, v.28, n.1, 2005, p.101-115.

FIGUEIROA, Silvia. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FOX KELLER, Evelyn. Gender and Science: An Update. In: FOX KELLER, Evelyn. *Secrets of Life, Secrets of Death: Essays on Language, Gender and Science*. Nova York/Londres: Routledge, 1992, p.15-36.

FOX KELLER, Evelyn. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? In: *Cadernos Pagu*, v.27, 2006, p.13-34.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História e Gênero*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2006, 160p.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as Ciências Naturais no século*. São Paulo: Hucitec, 1999.

LÖWI, Ilana. Ciência e gênero. In: HIRATA, H. et al. *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009, p.40-44.

MELO, Diogo Jorge de. *O Homem, os fósseis e os museus*. Anais do Congresso Scientiarum História, 2009, p.111-115.

MELO, Diogo Jorge de. A profissionalização de Maria Eugenia de Carvalho Marchesini Santos: da Faculdade Nacional de Filosofia à Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais. *Revista História da Ciência e Ensino: construindo interfaces*, PUCSP, v.12 (Especial), 2015, p.70-85.

MELO, Diogo Jorge de. *História das mulheres na ciência: narrativas de paleontólogas (1950-2010) do Departamento Nacional da Produção Mineral no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado do Instituto de Geociências da UNICAPMP, 2020, 237p.

MELO, Diogo Jorge de; CASSAB, Rita de Cássia Tardin. Carlotta Joaquina Maury (1874-1938) e suas contribuições para a paleontologia brasileira. *Paleontologia em Destaque*, Edição Especial, II Simpósio Brasileiro de Paleoinvertebrados, 2014, p.70-77.

PORTO ALEGRE. Sociedade brasileira de Paleontologia 50 anos: uma homenagem aos seus fundadores. *Paleontologia em Destaque*, v.1, n.1, 2009, 112p..

SCHWARTZMAN, Simon. *Um espaço para ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. Bailai: Ministério de Ciência e Tecnologia, 2001.

**Simpósio Temático 14: Intelectuais, História e Literatura: as
narrativas na escrita da História.**

**A CIRCULAÇÃO TRANSATLÂNTICA DAS *MÉMOIRES DE
GARIBALDI* (1860) DE ALEXANDRE DUMAS: UM ESTUDO
HISTORIOGRÁFICO**

Isabella Nogueira²⁸⁶

RESUMO: O artigo tem por objetivo apresentar discussões de estudos produzidos sobre a circulação transatlântica das *Mémoires de Garibaldi* (1860) publicadas por Alexandre Dumas e sucessivamente sugerir uma possível análise de trabalho. Para tanto tivemos que ir além da História e uma análise interdisciplinar foi o resultado. As sugestões da crítica literária de Márcia Abreu e o seu grupo de estudos transnacional, a História Cultural de Roger Chartier e o método da Micro História de Carlo Ginzburg e Giovanni Levi se demonstraram caminhos possíveis. Portanto, queremos aqui, sendo este um trabalho ainda em desenvolvimento, apresentar considerações iniciais sobre os caminhos historiográficos possíveis, sobre as condições de possibilidade do conhecimento histórico partindo das *Mémoires de Garibaldi*, sugerida por Dumas e Garibaldi como uma obra Histórica ou que serviria para a História, respectivamente. Inserida em uma análise de *espaço biográfico contemporâneo* sugerido pela autora Leonor Arfuch queremos pensar essa narrativa nas configurações plurais das narrativas históricas dos debates hodiernos.

PALAVRAS- CHAVE: História, Circulação de obras, Giuseppe Garibaldi.

ABSTRACT: The article aims to present discussions of studies produced on the transatlantic circulation of the *Mémoires de Garibaldi* (1860) published by Alexandre Dumas and successively to suggest a possible work analysis. For that, we had to go beyond history and an interdisciplinary analysis was the result. The suggestions of the literary critic of Márcia Abreu and her transnational study group, the Cultural History of Roger Chartier and the Micro History method of Carlo Ginzburg and Giovanni Levi

²⁸⁶ Doutoranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História Política da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Bolsista CAPES. E-mail: granataisabellan@gmail.com

proved to be possible paths. Therefore, we want here, this work still in development, to present initial considerations about the possible historiographic paths, about the conditions of possibility of historical knowledge starting from Garibaldi's *Mémoires*, suggested by Dumas and Garibaldi as a Historical work or that would serve for the History, respectively. Inserted in an analysis of contemporary biographical space suggested by the author Leonor Arfuch, we want to think of this narrative in the plural configurations of the historical narratives of today's debates.

KEYWORDS: History, Circulation of works, Giuseppe Garibaldi.

Rosemary Fritsch Brum argumenta em seu artigo *Dumas e Garibaldi: a Dupla Autoriza (Ação)* que Giuseppe Garibaldi através da obra *Mémoires de Garibaldi: traduits sur le manuscrit original par Alexandre Dumas* tenha se tornado um personagem celebre. No Brasil ainda hoje é conhecido e estudado por essa obra na versão de bolso da L&PM Pocket. Milza em 2013, na França, em sua obra sobre Garibaldi utiliza-se várias vezes das memórias publicadas por Dumas. Scirocco, na Itália, em 2011 também fará das memórias uma fonte preciosa para sua biografia sobre o personagem. Lindolfo Collor com a obra *Garibaldi: A guerra dos Farrapo* utilizará tanto das memórias publicadas com o nome de Garibaldi, edição diplomática, como daquela de Dumas traduzida e publicada no *Diário de notícias* de Porto Alegre como folhetim. Em 2016 o Senado Federal lançou a reedição da obra de Collor, na Nota Previa que é composta por um texto de 1989 da Fundação de Couto e Silva, se lê:

Na brilhante geração de políticos que construiu o movimento revolucionário de 1930 no Rio Grande do Sul, Lindolfo Collor é figura singular. Como jornalista, fez-se admirado e temido por seus editoriais em A Federação, jornal porta-voz do Partido Republicano Rio- -grandense, de que era oráculo o Dr. Borges de Medeiros, no decênio de Vinte. Suas colaborações na Imprensa do país e do exterior identificam em Lindolfo Collor uma surpreendente universalidade de espírito, capaz de abordar com erudição e de forma vertical os temas mais heterogêneos. (...)Não parece ser obra do acaso que Lindolfo Collor tenha escolhido Garibaldi como tema de seu estudo histórico. São visíveis as afinidades entre biógrafo e biografado. Ambos viveram norteados pelo estímulo dos grandes ideais políticos. A fidelidade a estes, levou-os a extremos de culminância e adversidade, de aclamação e de exílio, de prisão e de glória. Por

essas desafiadoras situações passaram incorruptíveis e mesmo exemplares. (...)Garibaldi pôde conhecer em vida dias de glória e de unânime reconhecimento. Lindolfo Collor ainda aguarda, mais de quarenta anos após sua morte, a justiça da História à sua presença decisiva em momentos cruciais da vida nacional, como jornalista, como escritor, como político e estadista. A autoria da legislação social, que lhe cabe, não está devidamente assinalada. Garibaldi e a Guerra dos Farrapos vai ao encontro dos leitores brasileiros em instantes difíceis da vida nacional. Em épocas de desencanto e de apatia é importante buscar o convívio dos heróis. Garibaldi simboliza o ideal que justifica viver. Do seu exemplo, da sua energia, da sua autoridade, do seu espírito público emerge o sentimento de que a esperança ainda é possível. (COLLOR, 2016: 20)

O Senador Fernando Collor escreve um pequeno prefácio em que expõe a importância da obra e menciona como as memórias de Garibaldi publicadas por Dumas foram de suma importância para o personagem aliadas a sua experiência no Rio Grande do Sul entre 1836 e 1841 na Revolução Farroupilha, Collor argumenta:

As memórias de Garibaldi ganharam projeção quando sua vida foi retratada por Alexandre Dumas, o “herói de dois mundos”, mas foi nos estertores de uma das mais sangrentas revoluções, quando se aliou aos farroupilhas em 1836, que sua mensagem de liberdade dos povos e valores republicanos foi cunhada. (COLLOR, 2016: 30)

A obra *Mémoires de Garibaldi* foi um trabalho singular empreendido por Alexandre Dumas e Giuseppe Garibaldi no ano de 1860 entre a França e a Itália, tendo sido publicado em Paris. Sua singularidade reside na impossibilidade de um exato posicionamento da obra em um gênero de escrita. De imediato, pode-se pensar que é um livro de memórias, ou uma autobiografia ou uma biografia, no entanto, não se encontra em sua textualidade e em seu mecanismo de produção apenas um gênero. O título leva ao engano.

Apesar da pouca clareza do processo de produção das *Mémoires de Garibaldi*, de acordo com autores como Budillon (2010) e Campanella (1971), é ela que possui uma circulação acentuada. Brum provoca – assim como diz direcionar sua escrita, em seu artigo – questionando as proporções do impacto dessa obra. Muito se falou sobre os personagens Garibaldi e Dumas desde a segunda metade do século XIX, porém pouco

se questionou sobre esse conúbio e nada se disse sobre a circulação dessa obra. Essa, portanto, é a proposta de nossa tese de doutorado. O objetivo é não só pensar a circulação, mas a circulação transatlântica dessa obra. Produzida por um italiano em italiano, publicada por um francês em francês que ganha sua celebridade com feitos de Garibaldi na América do Sul. É importante lembrar que antes de qualquer livro, as memórias editadas por Dumas foram publicadas no jornal *Le Siècle* a partir do dia 30 de maio de 1860 até o dia 5 de setembro do mesmo ano.

Aqui se encontra um ponto a destacar sobre a publicação das memórias de Garibaldi no jornal *Le Siècle*, trata-se da sua posição nas folhas do jornal. Budillon, como outros autores, afirmou que as memórias de Garibaldi foram publicadas em folhetim, no entanto, pode-se observar que não foi exatamente isso que ocorreu. Quando Dumas pensou em publicar a história de Garibaldi no *Le Siècle* o fez como *faits divers*. Podemos afirmar isso, sem muitas delongas, só observando a colocação das memórias nas folhas do jornal; elas estão na seção *Variétés* e não na de *Feuilleton*. Nesse sentido Dumas estaria fazendo um relato romanceado do cotidiano e não propriamente um romance histórico como era de costume. Com isso não queremos dizer que os *faits divers* não seguissem uma linha de raciocínio parecida com a do romance-folhetim. No entanto, a proposta era fazer dos *faits divers* um substituto da narrativa folhetinesca, que estava no ano de 1848 em crise. Aquela porção de verdade que era necessária estar no folhetim agora se voltava para o presente através do *faits divers*.

Entre o folhetim e o *faits divers* que tinham por base a ideia de retratar o real, outro mecanismo utilizado por Dumas nas memórias de Garibaldi foi aquele de trazer cenas do teatro, que no jornal foram divididas em pequenos capítulos e diálogos contínuos entre os personagens. Esses diálogos tinham por objetivo retratar o real e autenticá-lo com vozes diferentes daquela de Dumas. Os pequenos capítulos são divididos de acordo com temas que dão uma continuidade cronológica.

É aqui que Brum nos orienta sobre uma possível pesquisa sobre as memórias publicadas por Dumas. Foi através do método comparativo que Brum interessou-se pelo estudo do elemento biográfico presente nas *Memórias de Garibaldi*, considerando os campos de interpretação a partir dos estudos de Orlandi, além daqueles sobre polifonia, de Bakhtin.

A autora inicia o texto nos dizendo:

A provocação é uma forma prazerosa de “fazer andar” os textos. E inicia-se com uma “confissão”: como muitos de nós, conheci Giuseppe Garibaldi pela literatura. Mais precisamente pela “pluma” de Alexandre Dumas, na sua obra *Memórias de Garibaldi* (DUMAS, Tradução de Antonio Caruccio-Caporale, 1998). (...) Dentre as biografias existentes, optou-se por prestar muita atenção à mais divulgada para o público brasileiro, a *Memórias de Garibaldi*, do escritor francês Alexandre Dumas. A recepção da cultura italiana a sua circulação devem muito a essa tradução. E o imaginário construído em torno de Dumas terá certamente deslocado da literatura alguns atributos sobre o Garibaldi, sujeito da história. Nenhuma leitura é inocente. (BRUM, 2011:299)

A autora ainda nos diz que “a estratégia estabelecida, pois, foi retratar esse Garibaldi não pelas vertentes historiográficas, mas embaralhar com jogos de interpretação uma biografia consagrada e que deixou para trás sua oralidade original.” A história se preocuparia apenas com as “faces possíveis de Garibaldi, a projetiva e a construída” que ressaltam os “rastros”, no sentido sugerido por Paul Ricoeur, “para o entendimento da materialidade possível em História, dessa personagem investida de distintos papéis simbólicos de alta apreciação social no século XXI”, sugere ainda que esses “rastros” poderiam ser estudados em “biografia e mais biografia de autores intervindo nos distintos momentos de sua longa vida, no século XIX, ou os demais, que, como nós, conformam-se com as fontes secundárias”. Brum, portanto é apresentar uma proposta que se aproxima da literatura.

Aqui tomamos como base os estudos desenvolvidos no projeto de Márcia Abreu. Primeiro, é necessário dizer que a globalização da cultura não é algo recente. Esse processo “remonta ao início do século XVI, quando os europeus – e, em especial, as monarquias ibéricas – começaram, a conectar as “quatro partes do mundo” (GRUZINSKY, 2004:63)”. A partir desse momento os livros iniciaram sua viagem através dos oceanos criando assim “uma especial forma de conexão entre as pessoas”. (ABREU, 2013: 01)

A partir do final do século XVIII e ao longo do século XIX a circulação dos impressos se intensificou assim como as relações de trocas, devido às modificações tecnológicas – como, por exemplo, a introdução da prensa a vapor, a eletricidade ou mesmo as melhorias nos sistemas de transportes – e da expansão do sistema

educacional. Essas mudanças ampliaram o número de leitores (CRUBELLIER, 1985:45) que por sua vez alimentou o mercado editorial (MOLLIER, 2001:56). Durante o século XIX a demanda era, principalmente, para livros didáticos, práticos e de entretenimento.

A obra *Mémoires de Garibaldi* enquadra-se na categoria de entretenimento e assim, como tudo que se produz, criou consensos e reprovações como podemos observar na citação abaixo:

Em consolação, não me atreveria a aconselhar à Senhora Coste a leitura do *Siècle*. – As memórias de Garibaldi (por Alexandre Dumas) não são o que prometem. – Elas são ou muito reais ou muito prováveis. Sem gastos aparentes de invenção. Nenhum traço da imaginação que criou os Mosqueteiros. Realmente parece que ouvimos Garibaldi falando; reconhecemos em suas memórias o estilo de sua proclamação. Alexandre Dumas está com ar de ter realmente se contentado com o papel de tradutor. Ele não se mostra. Ele permanece no fundo, nos bastidores, – com uma modéstia que prova que ele é capaz de todas as proezas. (...) Eu não sei, portanto, – do ponto de vista do sucesso, – até que ponto as *Mémoires de Garibaldi* têm razão em não serem as *Mémoires d'Alexandre Dumas*. Vejamos, Senhora Coste, qual autor prefere: Alexandre Dumas ou Garibaldi? Se for franca, a senhora admitirá que Garibaldi interessa-lhe um pouco – de tempos em tempos, – em fatos diversos, – mas que Alexandre Dumas é bem mais divertido. – Não será nunca Garibaldi quem poderá dissipar vossa melancolia. (ROUSSEAU, 1860:2)

Esse tipo de colocação, cruzada com tantas outras, nos fazem entender práticas e ideias existentes à época e então, traçar informações que partem do dia-a-dia até os grandes e longos projetos de trocas de informações. Nesse sentido a circulação de uma obra nos abre caminho para analisar as produções que caracterizam a cultura, a economia e a política de um país, acrescentando que “a história do livro não pode se fechar sobre uma única nação, sob pena de desconsiderar parte essencial do processo de produção, difusão e apropriação dos impressos.” Cooper-Richet (2009: 539) nos diz que alguns países da Europa como, por exemplo, a França e Portugal estavam conectados com o Brasil sob o ponto de vista cultural e econômico, confirmando assim que “havia uma difusão de produções brasileiras na Europa desde o início do século XIX”.

Meyer (1996: 325) acrescenta que a Itália também tinha essa ligação com o Brasil e argumenta: “Há outro país ainda, que se poderia associar ao Brasil em matéria de literatura popular, conservando ao termo aquela ambiguidade em matéria de público e repertório. Esse país é a Itália”.

Citando Gramsci, Meyer nos diz que em geral “o povo italiano se apaixonou pelas tradições francesas, por um passado que não é o seu”, ou seja, “a literatura popular italiana se confunde com “a assim chamada literatura mercantil”, que é uma seção da literatura popular-nacional de origem francesa”. (MEYER, 1996:325-326) Esse gosto do “povo italiano”, ao aproximar-se do Brasil, com a imigração, fez surgir um duplo público nas revistas e jornais brasileiros, principais veículos de trocas. Assim, se fazia edições brasileiras de folhetins e livros franceses em italiano. Meyer, ainda, argumenta que apesar disso “a relação Itália-Brasil-literatura popular é mais antiga ainda. E, no caso, sem a direta mediação francesa, embora relacionada com ela”, ocorreu por volta do século XVIII por meio da música que ao aproximar-se do romance-melodrama criou a ópera muito apreciada em terras brasileiras. Ela chegou ao Brasil, através de Metastásio, nas Minas Gerais.

Portanto, é impossível, segundo a autora pensar a circulação de impressos no Brasil sem falar também das produções italianas. (MEYER, 1996:327-328)

Percebemos que a obra *Mémoires de Garibaldi* publicada em Paris, traduzida para o italiano e para o português, inicialmente em forma de folhetim, não foge ao cenário de trocas século XIX. Esta circulação é pensada como um movimento “entre Europa e Brasil e não o fluxo de ideias e mercadorias da Europa para o Brasil”, ou seja, queremos pensar mais na conexão e apropriação do que na dependência e dominação assim como proposto por Eliana Dutra (2011) e Roger Chartier (2001:117).

A obra publicada por Alexandre Dumas e Giuseppe Garibaldi, além de participar de todo esse processo, pode ter sido de grande importância para a história política e cultural do Brasil e da Itália. O nosso objetivo é investigar até que ponto e como tudo isso ocorreu.

As memórias de Garibaldi chegaram ao Brasil como folhetim, publicadas principalmente no sul do país. Questionamos se elas influenciaram ou não, tanto na sua difusão ou na recepção, lembrando-nos de que Giuseppe Garibaldi participou ativamente na História do Brasil entre os anos de 1836 a 1841. Brum (BRUM,

2011:299) nos diz que as narrativas sobre o personagem em terras brasileiras são na maioria positivas, falam de Garibaldi como um homem acima dos outros, cujo conceito permanece até hoje, principalmente através da obra publicada por Dumas. Durante o mestrado vimos que Dumas, célebre romancista, colocou na obra de 1860 suas expectativas e sua imaginação, isto é, suas técnicas atrativas de escrita, podendo ter distorcido informações quanto a atuação de Giuseppe Garibaldi. Nesse sentido os próprios fatos da História do Brasil que circulavam àquela época podem ter sido distorcidos ou ocultados. Um questionamento que surge relaciona-se à produção e à comercialização dos impressos sobre o personagem Garibaldi em terras brasileiras: por que não existem pesquisas e textos do século XIX aos dias de hoje que problematizem sua participação na História do Brasil? Na época, o público interessava-se apenas pela edição de Dumas? Não encontramos no Brasil, por exemplo, nenhuma edição das memórias de Garibaldi, sem a participação do literato, as quais começaram a circular na Itália a partir de 1872.

Observamos através dos estudos desenvolvidos até hoje, que na Itália, Garibaldi influenciou de forma decisiva a política e no Brasil essa narrativa de Dumas chegou principalmente e não só, como dissemos até agora, por influência dos imigrantes. Mediante isso questionamos até que ponto essa obra influenciou a opinião pública.

“O século XIX foi um período de ampliação sem precedentes na produção de livros e revistas e de intensa circulação de impressos entre a Europa e o Brasil.” Fazendo jus as palavras de Abreu (2014:08) queremos aqui pensar esse cenário. O nosso objetivo de estudar a difusão e a recepção das *Mémoires de Garibaldi* entre a França, a Itália e o Brasil e a hipótese de sua influência nos acontecimentos desses países, serão analisados sob o ponto de vista que não houve entre ele suma relação de dominação (do Velho Mundo sobre o Novo Mundo), mas de interdependência, conforme as palavras de Mollier (2015), ou de reciprocidade de influências, segundo as palavras de Florestan Fernandes (2009). Paixão e Almeida (2015:04) que fizeram um breve texto da conferência de Mollier proferida na UNICAMP em 2015 sobre a globalização da cultura impressa no século XIX, argumentam:

Trata-se de aquilatar a compreensão sobre a questão da globalização da cultura impressa evocando a discussão sobre as transferências culturais. Apesar de o termo ter recebido

consagração na França no início da década de 1980, o debate das transferências culturais estava em andamento no Brasil, sob outras bases, na pena de Florestan Fernandes, já na década de 1940, amparado pelo termo “reciprocidade de influências”. Passados trinta anos, ele retomou a discussão refletindo sobre a transplantação do padrão de civilização ocidental para os povos do Novo Mundo: “tem-se discutido a transplantação como se ela fosse um processo automático. Um dar e um tomar, no qual apenas estariam em jogo imitação, cópia e reprodução”. Ele adverte, contudo: “Essa focalização do processo é falaciosa, pelo menos no que tange aos povos do Novo Mundo. O aspecto essencial, no caso, não é a transferência de conteúdos e práticas culturais, em si mesmas, mas o modo pelo qual a própria transferência se desenrola historicamente e socialmente”. Seja a reciprocidade de influências, sejam as transferências culturais, ambas apontam uma direção contrária às perspectivas centradas em formas homogêneas de contatos, pois os processos nacionais são diferentes e as trocas entre os espaços se dão sempre de maneira heterogênea.

Nesse sentido, não podemos afirmar que foram meras imitações as traduções feitas ou as reedições que chegaram até o Brasil.

Pensando em sua materialidade, dirigimo-nos aos trabalhos empreendidos pelas editoras, estrangeiras e não, que aqui no Brasil, tinham um papel ativo tanto no mercado livreiro como naquele de revistas, periódicos ou jornais. A editora mais frequentada era a francesa *Garnier e Irmão*, porém Abreu (2014: 9) nos afirma que em se tratando da relação Brasil – Portugal, não para por aqui e, acrescenta:

Livreiros alemães (como os irmãos Laemmert), suíços (como Leuzinger) e, principalmente, franceses (como Bossange, Plancher, Villeneuve, Aillaud e Garnier) marcaram a história editorial brasileira tanto pelas inovações técnicas que eles trouxeram (nos ramos da tipografia, da edição, da distribuição e comércio de livros) quanto pela expressividade da produção e venda de títulos em suas casas. [...] Os livreiros editores instalados no Brasil não apenas importavam e vendiam livros produzidos no Velho Continente, mas também promoviam a publicação de livros e revistas brasileiros, dados à luz tanto no Brasil quanto em tipografias e gráficas instaladas na França e em Portugal. Além disso, eles visaram, desde o início do século XIX, o público leitor português, invertendo a direção do fluxo secular dos livros, a ponto de a concorrência feita pelas obras lusas impressas no Brasil – muitas vezes em contrafação – tornar-se motivo de inquietação em Portugal.

Obter números de como ocorreu essa circulação é também um dos nossos objetivos, pois eles nos ajudam a entender a intensidade das trocas culturais através de um texto, na época em que “a expansão do capitalismo oitocentista era um motor para o desenvolvimento do mercado editorial transnacional, partindo da França para outras regiões do globo. Essa situação pôs em contato diferentes culturas literárias”. Acrescentamos aqui, as palavras de Florestan Fernandes com as quais afirma que “o capitalismo não é apenas uma realidade econômica, mas uma complexa realidade sociocultural”.

Portanto, quando escrevemos mercado transnacional em nosso esquema não queremos nos resumir à apresentação de números, para além de sua textualidade e considerando sua difusão e recepção, queremos pensar também as representações e práticas produzidas pela obra ou aquelas em que a obra se inseriu, traçando assim sua historicidade. Representação aqui é pensada como o conceito de Roger Chartier (1987:27-28) quando nos diz que “ela não seria nem uma coisa ausente do objeto ou sujeito, nem a exibição de uma presença. Ela não é imaginação é a variabilidade e a pluralidade de compreensões (ou incompreensões) do mundo social e natural propostas nas imagens e nos textos antigos”. Por outro lado, pratica “são os processos com os quais se constroem um sentido (...) que pluralmente, contraditoriamente, dão significado ao mundo” e se apropriam e produzem formas de ver o mundo.

Torna-se um trabalho interdisciplinar, uma vez que no Brasil quem se torna uma referência para esse estudo é o grupo de estudos gerenciado por Márcia Abreu. Os quais muito se utilizam dos historiadores da História cultural como Roger Chartier e do método da microhistoria de Carlo Ginsburg e Giovanni Levi, principalmente do primeiro.

Ou seja, não queremos discutir se Garibaldi foi um mito ou uma realidade, mas apresentar como ele foi retratado e apropriado, sendo assim se obra for ou não comemorativa não é o cerne.

Por exemplo, nas nossas pesquisas feitas até hoje, observamos várias apropriações. Dentre elas temos: a utilização de referência para comportamentos – em São Luís do Maranhão foram utilizadas para explicar como a “sociedade de bem” tinha que tratar as etnias indígenas consideradas “selvagens” –, a tradução dos feitos de

Garibaldi para partituras de música – há grupos musicais com o nome de Memórias de Garibaldi –, na publicidade para a venda de produtos. Assim, cada edição simboliza uma ação. Considerando que há diferenças entre elas.

Na obra *Garibaldi, História e literatura: perspectivas internacionais* (2011) alguns autores que compõem o livro fazem referência a ela, além do texto da autora de que falamos até agora, Brum. Esse livro é dividido em três eixos: “Ação, construção e difusão do pensamento libertário”, “Imagens, representações e o mito Garibaldino” e “Personagem literário”. Aqui, não sendo o objeto principal as memórias de Garibaldi se argumentou muito sobre a utilização dessa obra para os conflitos existentes na América do Sul, principalmente, na construção de uma identidade de “italianità” entre os emigrados e exilados da época e posterior. Não, encontramos até o momento algo que nos sinalize essa apropriação pela obra publicada por Dumas. Mas, sabemos que vamos lidar com:

Sujeito(s) não essencial(is), constitutivamente incompleto(s) e, portanto, aberto a identificações múltiplas, em tensão com o outro, o diferente, através de posicionamentos contingentes que é chamado a ser. Nesse “ser chamado”, operam o desejo e as determinações do social; esse sujeito é, no entanto, suscetível de autocriação. Nessa ótica, a dimensão simbólico-narrativa aparece como constituinte: mais do que um simples devir dos relatos, uma *necessidade* de subjetivação e identificação, uma busca consequente daquilo-outro que permita articular, ainda que temporariamente, uma imagem de autorreconhecimento. (ARFUCH, 2010: 80)

E sendo assim, o hibridismo guiará os estudos do que procura-se sinalizar como circulação que muito se aproxima de uma análise sobre subjetividade contemporânea elaborada por Leonor Arfuch (2010:60) que pretende a análise de diversos *momentos biográficos* contemporâneos, ou seja:

Uma espécie de macrogênero, que albergaria simplesmente uma coleção de formas mais ou menos reguladas e estabelecidas, mas antes um cenário móvel de manifestação – e de irrupção – de motivos, talvez inesperados. Dito de outro modo, não só a autobiografia, a história de vida ou a entrevista biográfica, performadas temática e compositivamente enquanto tais entrariam em nossa órbita de interesse, mas também aos

diversos *momentos biográficos* que surgem, mesmo inopinadamente, nas diversas narrativas, particularmente nas mídias.

Entre a polifonia, o plurilinguismo e a subjetividade valorizada nos estudos históricos a partir do advento da História Cultural, principalmente, da chamada “Nova”, pensou-se na circulação da cultura.

Tomamos, como exemplo, o trabalho empreendido por Roger Chartier em seu livro *Cardenio entre Cervantes e Shakespear: História de uma peça* (2012). Com o objetivo de entender a autoria de uma peça perdida, Chartier desenvolve um trabalho em que, utilizando-se de suas categorias de prática e representação, traça os caminhos da circulação desta peça. O autor constata que cada lugar a adaptava de acordo com suas convenções e a atribuía a um autor célebre, ao mesmo tempo, o próprio texto apresentava ao público novas formas de fazer, de sentir e de pensar. Assim, ele nos apresenta um pouco de tudo que envolve a obra estudada.

Essa análise nos ajuda a perceber a importância de não desconsiderar as mutações provocadas pela revolução industrial, das comunicações e do lazer no século XIX. (MOLLIER:2015)

Isso nos faz relevar as convenções no interior das quais as *Mémoires de Garibaldi* podem ter sido ou não compartilhadas, apropriadas e reproduzidas, fazendo-nos chegar ao emaranhado mundo das ideias que um livro cria a sua volta, das ações que o envolvem e das relações existentes, ou seja, da circulação da cultura.

Na obra de Ginzburg, observamos outro exemplo de trabalho que aqui destacamos; considerando a ideia de circulação da cultura. Em seu livro *O queijo e os vermes*, Ginzburg nos fala do caso de Menocchio, moleiro do século XVII, onde por meio de práticas de circulação, diferentes das do século XIX, nos mostra que, existia uma circulação relacionada à história de Menocchio, uma articulação entre a subjetividade e a sociedade, a qual, por sua vez, com suas ideias e práticas influenciava os caminhos das teorias do moleiro.

A discussão sobre os autores já apresentada no mestrado, mostra, principalmente, suas ligações com a França e a Itália, restando-nos colocá-los em terras brasileiras e entendermos as relações de Dumas e Garibaldi para com a mesma

Através de Mollier (2015) sabemos que os jornais franceses eram os mais distribuídos no Brasil, o que nos faz pensar que existia um público para isso. Remontamos, assim, a ambiguidade da palavra popular apontada por Meyer, já que segundo Mattieu Letourneux (2003), Dumas foi uma figura central da história cultural popular. Referimo-nos a Duma porque todos os livros eram atribuídos a ele. As outras edições das memórias de Garibaldi, sem o nome Dumas, até o momento não foram encontradas no Brasil, e em terras brasileiras, ele é apenas como Garibaldi, revelado por Dumas.

Conhecemos Garibaldi pelas palavras de Dumas e pela literatura. Resta-nos, agora, questionar de que leitor estamos falando. Começamos a investigação pelas palavras de Mollier (2015) quando nos diz que na América Latina existiam dois tipos de público: aqueles que liam em francês, ou seja, as elites que apesar disso liam um autor popular e outros que liam as traduções que, segundo Mollier (2015:07), faziam parte de “um público menos afortunado, menos educado, mas desejoso de conhecer a Velha Europa” – moda Paris. Ele ainda nos fala de uma terceira leitura, identificada em Cuba, entre os operários das indústrias de tabaco, os quais pagavam uma pessoa que sabia ler e assim ouviam as histórias de Dumas durante o período de lazer. Muito ainda se há de constatar como, por exemplo, se há mais mulheres ou homens, se existe algum caso particular no modo de apropriação ou de publicação, se há censura (através de documentos disponíveis digitalizados na biblioteca nacional onde vemos ver que algumas peças de Dumas foram censuradas pela sua “indecência”), se havia uma rede de comunicação entre os imigrantes italianos e a Itália; levando-nos a questionar até que ponto os imigrantes possam ter interferido na difusão ou não da obra. E assim são múltiplas as relações, ligações que podem ser feitas para verificar a circulação de uma obra e, como nos diz Albuquerque Jr. (2007), o historiador não tem o privilégio de descartar nenhuma delas. Somos os escritores das possibilidades, e assim sendo, temos que nos manter abertos para os novos caminhos que surgem.

Em suma, pensando em nosso objeto podemos fazer das palavras de Dutra (2006:10) as nossas quando ela nos diz que:

[temos o interesse de analisar] os impressos nas suas relações com a memória; na maneira como se constituem historicamente os fenômenos no mundo dos impressos considerando a

especificidade e a pluralidade dos mesmos; os alvos por eles visados, bem como os seus desvios; as estratégias editoriais; os dispositivos técnicos estéticos que conformam sua materialidade, os autores; o público; a circulação; a leitura; a posição face à censura; a organização em coleções e bibliotecas; enfim sobre a historicidade inerente aos impressos enquanto documentos.

Nesse sentido, não podemos afirmar que foram meras imitações as traduções feitas ou as reedições que chegaram até o Brasil. Por exemplo, nas edições em português de Portugal foram retiradas as passagens em que os autores criticavam o clero, levando-nos a analisar tantos outros aspectos que esse ato nos possibilita. Não sabemos ainda o que ocorreu com as edições feitas no Brasil, contudo a pesquisa se volta a esse aspecto tentando não deixar escapar mudanças textuais que podem nos ajudar a compreender sua materialidade. As edições francesas e italianas, analisadas detalhadamente durante o mestrado, nos mostram como cada edição carrega em si diferença específicas.

De acordo com a pesquisa iniciada em 2016 no mestrado temos conhecimento até os dias de hoje apenas desses autores que questionaram sobre a inexistência de uma análise da circulação que perpassa da produção, difusão e apropriação dessa obra muito “naturalizada” entre os estudiosos. Esperamos contribuir para esse debate que encontra hoje nova importância entre a memória e história da sociedade que como nos diz Enzo Traverso (2018) em tempos de crise, com o fim das utopias, um presente diluído e expandido e com um futuro vazio de expectativas a obsessão pelo passado molda nosso tempo. Então, debates sobre mitos e acontecimentos políticos retornam sobre o banco para serem reexaminados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Márcia. Problemas de história literária e interpretação de romances. **Dossiê todas as letras X**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 39-52, 2014.

_____. **Circulação transatlântica dos impressos: a globalização da cultura no século XIX (1789 – 1914).** Disponível in: <http://www.circulacaodosimpressos.iel.unicamp.br/>

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BRUM, Rosemary Fritsch. Dumas e Garibaldi: a dupla autoriza(ção). In: CONSTANTINO, Núncio Santoro; FAY, Claudia Musa (Org.). **Garibaldi, História e Literatura**: perspectivas internacionais. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. p. 299-313.

BUDILLON, Pascale Puma. Giuseppe Garibaldi, quelles vies, quelles Mèmoires? In: GUILLAUME, Marche; VINCENT, Broqua (Org.). **L'épuisement du biographique?** Newcastle Upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2010. p. 55-66

CAMPANELLA, Anthony P. **Giuseppe Garibaldi e la tradizione garibaldina**: uma bibliografia dal 1807 al 1970. Ginevra: Grand Saconnex, 1971.

CHARTIER, Roger. **O que é um autor?** Revisão de uma genealogia. São Carlos: EdUFSCar, 2012.

_____. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

_____. **Cardenio entre Cervantes e Shakespear**: História de uma peça. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011

_____. CAVALLO, Guiglielmo. **Histoire de la lecture dans le monde occidental**. Paris: [Éditions du Seuil](http://www.editions-du-seuil.com/), 2001

COLLOR, Lindolfo. **Garibaldi e a guerra dos Farrapos**. Brasília: Senado Federal, 2016. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/530470> Acessado 10/08/2019.

COOPER-RICHET, Diana. “Paris, carrefour des langues et des cultures : édition, presse et librairie étrangères à Paris au XIX^o siècle”, In: **Histoire et civilisation du livre, revue internationale**, n^o V, 2009, pp. 121-143.

CRUBELLIER, Maurice. “L’élargissement du public”. In: CHARTIER, Roger, MARTIN, Henri-Jean (dir.). **Histoire de l’édition française – Le temps des éditeurs – du Romantisme à la Belle Époque**. 2ed. Tome 3. Paris: Promodis, 1985, p. 25-45.

DUMAS, Alexandre. **Mémoires de Garibaldi**. Paris: Michel Lévy Frères, Libraires – Éditeurs, 1860a. v. 1-2, p. 1 Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/008644020> Acesso em: 20 fev. 2016 (Fonte)

_____. Mémoires de Joseph Garibaldi: Mon iniciacion. **Le Siècle**, ano 25, n.9186, 02 de junho de 1860. (Fonte)

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

GRUZINSKY, Serge. **Les quatre parties du monde** – histoire d'une mondialisation. Paris: Éditions de La Martinière, 2004.

LEVI, Giovanni. **Usos da biografia**. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de M. (Orgs.). Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 167-182.

MEYER, Marlyse. **Folhetim: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MILZA, Pierre. **Garibaldi**. Milano: Longanesi, 2013. p.560

MOLLIER, Jean-Yves. **La fabrique editoriale**. Paris: Cahiers Jaurés. n. 163-164,p.11-31,2002/1.

_____; DUTRA, Eliana de Freitas. **Política, Nação e Edição: O lugar dos impressos na construção da vida política**. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX. São Paulo: Annablume Editora, 2006.

_____. **Tradução e globalização da ficção: o exemplo de Alexandre Dumas na América do Sul**. Florianópolis: Revista da Anpoll, n.38,p.296-306, 2015.

NOGUEIRA, Isabella. **Um conúbio intrigante na construção de um herói romântico: os caminhos da produção das *Mémoires de Garibaldi***. Goiânia: Programa de Pós-graduação em História (Dissertação - Mestrado), 2018. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8478#preview-link0>.

PAIXÃO, *Alexandro Henrique*; ALMEIDA, *Leandro Thomaz*. **A globalização da cultura impressa no século XIX: apresentação da conferência de Jean-Yves Mollier**. Revista da Anpoll. V.1, n.38. 2015. P. 04

ROUSSEAU, Jean. Échos de Paris. **Les Coulisses**. n.436, 14 de junho de 1860. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6346858v.r=M%C3%A9moires%20de%20Garibaldi%20par%20Alexandre%20Dumas?rk=21459;2> Acessado em: 15 fev. 2017 (Fonte)

SCIROCCO, Alfonso. **Garibaldi: battaglie, amori, ideali di un cittadino del mondo**. Bari: Economica Editori Laterza e Figli, 2011.

TRAVERSO, Enzo. **Melancolia de esquerda: marxismo, história e memória**. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018.

AS METAFICÇÕES HISTORIOGRÁFICAS E O GIRO LINGUÍSTICO

Gueise de Novaes Bergamaschine²⁸⁷

RESUMO: Esse artigo procura inserir a metaficção historiográfica no cenário da história da historiografia, além de discutir as limitações e possibilidades da metaficção historiográfica diante das questões levantadas pelo *linguistic turn*.

PALAVRAS-CHAVE: Metaficção historiográfica. Giro linguístico. Hayden White.

ABSTRACT: The purpose of this article is to insert the historiographic metafiction in the history of historiography scenario, in addition to discussing the limitations and the possibilities of the historiographic metafiction in the face of the issues raised by the linguistic turn.

KEYWORDS: Historiographic metafiction. Linguistic Turn. Hayden White.

Em nossa pesquisa, analisamos a metaficção historiográfica²⁸⁸ como uma forma de representação de eventos próprios da modernidade e como forma de contribuição para os debates sociais que lhe são contemporâneos e/ou correlatos. Nossa hipótese é de que os elementos discursivos que permitem à metaficção histórica um grande alcance junto ao público, não comprometeriam a possibilidade de que elas comunicassem ao leitor alguma dimensão factual e que fossem incorporadas positivamente pela sociedade a esses debates.

²⁸⁷ Gueise de Novaes Bergamaschine é doutoranda do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto. gueise@uol.com.br

²⁸⁸ Trataremos como metaficção historiográfica a forma escrita do gênero de representação pós-modernista que se destaca principalmente a partir da segunda metade do século XX, tanto em produções escritas como visuais, e que trata de fenômenos históricos misturando, de forma indistinta, elementos factuais e ficcionais. Nas palavras de Hayden White em *O evento Modernista*, as metaficções historiográficas “aparentemente ‘ficcionalizam’ em maior ou menor grau os eventos históricos e os personagens que servem como seus referentes na história”.

Nesse momento, nos interessa simplesmente apontar os fundamentos dessas possíveis contribuições, ou as condições de possibilidades para que essas contribuições ocorram. Partimos da reflexão mais urgente que se impõe quando se estuda a metaficção historiográfica: sua relação com o conhecimento histórico e as questões que ela coloca, talvez de forma incisiva, à própria escrita da história.

Ao buscar, de forma muito cuidadosa, a definição do que seria uma poética pós-modernista, Linda Hutcheon destaca sua relação com o passado. Para ela, as contradições da poética pós-modernista seriam as contradições da própria sociedade capitalista, mas agora acrescidas de um fator: a “presença do passado”:

(...) aquilo que quero chamar de pós-modernismo é fundamentalmente contraditório, deliberadamente histórico e inevitavelmente político. Suas contradições podem muito bem ser as mesmas da sociedade governada pelo capitalismo recente, mas, seja qual for o motivo, sem dúvida essas contradições se manifestam no importante conceito pós-moderno da ‘presença do passado’ (1991: 20).

E esse passado estaria presente na poética pós-modernista de uma forma sempre crítica e nunca nostálgica. Ao contrário do que dizem os detratores do pós-moderno, ele não seria anistórico ou desistorizado. Sem ser saudosista em sua reavaliação crítica da história, ele agiria como uma força problematizadora sobre aquilo que constitui o conhecimento histórico, desafiando o senso comum e o que está naturalizado por ele.

Vale observar o diagnóstico feito por Frank Lentricchia e com o qual Huntcheon diz concordar:

Foi aí que meus interesses pessoais coincidiram com aquilo que Frank Lentricchia considerou como uma crise nos estudos literários atuais, que estão presos entre a urgente necessidade de essencializar a literatura e a linguagem em um repositório textual exclusivo, vasto e fechado, e a contrastante necessidade de proporcionar ‘relevância’ à literatura, localizando-a em contextos discursivos mais amplos. Tanto a arte como a teoria

pós-modernas são a encarnação dessa própria crise, não ao tomarem um dos partidos, mas ao sobreviverem à contradição de ceder a essas duas necessidades (1991: 12).

Ou seja, intrinsecamente ligada ao passado, a metaficção (como integrante da poética pós-modernista), juntamente com a arte e a teoria pós-moderna, seriam a própria encarnação de um dilema bastante semelhante ao que é apontado por Hayden White para os estudos historiográficos, notadamente em seu emblemático “O fardo da história”. De fato, nas metaficções historiográficas é possível identificar vários aspectos ligados às necessidades e às possibilidades colocadas à escrita da história pelos estudos de White e pelo *linguistic turn*.

Em *The Practical Past*, White destaca as questões levantadas pela obra *Austerlitz*, de W. G. Sebald's, sobre o fazer historiográfico:

As thus envisaged, Sebald's 'novel' can be viewed as a contribution in a peculiarly postmodernist mode to that discussion over the relation between history and literature, or factual and fictional writing, or realistic and imaginative, or rational and mythical writing opened up by the so-called 'crisis of historicism' in the early twentieth century (2014: 6).

Austerlitz desperta questões ligadas à crise do historicismo no início do século XX ou ligadas ao próprio *linguistic turn*, se considerado segundo a forma mais ampla proposta por Araújo e Rangel em “Teoria e História da Historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político”. Segundo esses autores, após as questões colocadas pelo giro linguístico, o seguinte horizonte se configuraria no interior da teoria da história e da historiografia contemporâneas: “(1) o sujeito do conhecimento não pode produzir enunciados privilegiados em relação à realidade a despeito das teorias e métodos em questão e (2) a historiografia possui uma determinação específica, a de pensar e/ou intervir no mundo que é o seu” (ARAÚJO; RANGEL, 2015: 328). Ou seja, o cenário traçado por eles como uma resposta às reflexões feitas sobre o giro-linguístico aponta para a constatação de uma *impossibilidade* e a reafirmação de uma *necessidade*.

Fica colocada a falta de transparência da linguagem, a não correspondência entre a linguagem e seu referente e, portanto, a *impossibilidade* dos enunciados privilegiados ou objetivos, no sentido de corresponderem exatamente ao passado que descrevem. No entanto, resta reafirmada a *necessidade* de lidar com esse mesmo passado. Procuraremos inserir a metaficção historiográfica no cenário descrito acima e situá-la no horizonte da escrita da história.

A METAFICÇÃO HISTORIOGRÁFICA E A QUESTÃO DA *NECESSIDADE* OU “ACERTANDO CONTAS COM O PASSADO”

A *necessidade* de lidar com passados sensíveis também é apontada por Rogério Forastieri da Silva, quando trata do giro linguístico. Para ele, questões complexas dentro de determinados contextos políticos, como o massacre dos armênios ou os crimes japoneses contra chineses e coreanos em um passado recente, constituiriam “fantasmas” que se configuram todas as vezes em que não “acertamos contas com o passado”. E a história, com todas as limitações apontadas pelo giro linguístico, seria uma “opção para o enfrentamento dessas questões”. Nas palavras dele:

‘Acertar contas com o passado’ significa, entre outros aspectos, aprender a lidar e conviver com estes fantasmas que nos rodeiam. Certamente não será pela negação de sua existência – colocando-os sob o tapete ou punindo a quem ousar transgredir o silêncio – que os fantasmas desaparecerão. Para nós, a história é uma opção para o enfrentamento destas questões (SILVA, 2015: 387).

Pois são justamente essas questões complexas que Hayden White parece apontar como determinantes para o ressurgimento do romance histórico no contexto da pós-modernidade, ou seja, para o surgimento da metaficção historiográfica. Para ele, a nova forma de narrativa deve ser vista dentro do contexto do pós-guerra, e considerando a necessidade de discussão de temas áspers, como os crimes nazistas contra a

humanidade, o massacre dos judeus e homossexuais, enfim, considerando todo o contexto de significação do holocausto (WHITE, 2018: 13).

Para White, esse esforço para se “chegar a um acordo com o passado” envolve uma revisão do passado que implica em revisitar e questionar o que possa ter sido suprimido ou escondido sobre o passado de povos, gêneros e raças. No limite, tal revisão é um questionamento sobre o próprio conhecimento histórico tal como era produzido no final do século XIX. É uma revisão do trabalho daqueles que “havia sido autorizados a determinar os tipos de perguntas que poderiam ser feitas pelo presente ao passado”, que tipos de evidências poderiam ser apresentadas como resposta, e principalmente (para os interesses desse artigo) uma revisão dos trabalhos dos responsáveis pela:

distinção entre um uso adequado e um uso indevido do ‘conhecimento’ histórico nas tentativas de se esclarecer ou iluminar os esforços contemporâneos em responder à questão central de interesse social e moral: o que Kant chamou de questão prática (...): o que eu (nós) devo (devemos) fazer? (WHITE, 2018: 14)

Ou seja, o romance histórico do século XIX, após perder prestígio e autoridade e passar por uma “desconcertante transformação nas mãos dos grandes modernistas literários”, ressurge, pelas mãos de “cada escritor que poderíamos desejar louvar ou condenar com o rótulo de ‘pós-moderno’”, em um contexto em que se questiona a própria validade e utilidade do conhecimento histórico (WHITE, 2018: 13).

Em *The Practical Past*, Hayden White só chega ao tema central de seu artigo após abordar, longamente, a obra *Austerlitz*. Ele afirma ter sido necessário “toda a discussão do romance histórico, da escrita literária pós-moderna” e da obra de Sebald, para embasar o que ele pretendia dizer sobre a frase de Michel de Certeau: “a ficção é o outro reprimido da história”. Sutilmente, fica estabelecida a conexão entre a metaficção historiográfica e o passado prático, tema que ele, então, passará a tratar (WHITE, 2018: 14).

White então apresentará a distinção e os conceitos de Michael Oakeshott para o “passado histórico” e o “passado prático”. Para ele a distinção é válida para tratar das

diferentes formas de abordar o passado que teriam, de um lado, os historiadores profissionais modernos, e de outro, os leigos e praticantes de outras disciplinas.

Toda a funcionalidade ou toda aplicabilidade que se atribui ao passado prático fica bem clara através do grande número de verbos usados para defini-lo. O passado prático estaria ligado a tudo aquilo que utilizamos quando precisamos “justificar, dignificar, escusar, fazer um alibi ou defender ações a serem tomadas na busca de um certo projeto de vida”. Ou ainda, ele seria uma versão do pretérito que a maioria de nós utiliza na realização de tarefas diárias como: “julgar situações, resolver problemas, tomar decisões e (...) responder às consequências das decisões feitas tanto por nós e para nós por essas instituições das quais somos, mais ou menos, membros conscientes” (WHITE, 2018: 16).

Por outro lado, resta também clara a pouca ou nenhuma aplicabilidade do passado histórico, definido, logo de início, através da negativa: “o passado histórico não ensinava quaisquer lições de interesse para o presente; era um objeto de interesse estritamente pessoal, neutro ou, no melhor dos casos, objetivo”. Ele era “construído por historiadores” e “existia somente em livros e ensaios acadêmicos” (WHITE, 2018: 17).

A história havia eliminado qualquer interesse no passado prático, contido em “memórias, ilusões, porções de informações errantes, atitudes e valores” (WHITE, 2018: 16), enquanto postulava seu estatuto de “ciência para o estudo do pretérito” (WHITE, 2018: 15). Presos aos estudos de pouca ou nenhuma aplicabilidade, e a um passado que só existia em livros e ensaios acadêmicos, os historiadores não teriam identificado o que White parece apontar como uma movimentação importante. Para White, quando Lyotard publica *The Postmodern condition: a report on knowledge*, em 1979, “poucas pessoas pensaram ser importante notar que o gênero e o modo dominante da escrita pós-moderna é o (neo) romance histórico”. Mas alguns lamentaram a “infeliz” ou “desastrosa” mistura “da distinção entre fato e ficção ou entre realidade e fantasia” nele contida (WHITE, 2018: 18).

A metaficção historiográfica seria, para White, uma forma de aproximação entre “passado prático” e “passado histórico”? Ela teria a função ou mesmo a condição de conferir ao estudo do passado alguma aplicabilidade? As respostas para essas questões,

ao que parece, ficam apenas implícitas em seu texto. Mais claro é seu posicionamento quando se opõe à disjunção radical entre arte e ciência ou quando se opõe à “hipótese do historiador convencional de que arte e ciência são meios essencialmente distintos de compreender o mundo” (WHITE, 1994: 41).

As metaficções historiográficas talvez se encaixem no conceito de Michael Oakeshott de “passado prático”. Embora não nos pareça simples, nesse momento, afirmar que elas teriam toda a aplicabilidade sugerida por ele, elas parecem vir ao encontro da *necessidade* de “acertar contas com o passado” que sempre impera, mesmo após todas as impossibilidades apontadas pelo giro linguístico. Surgidas no contexto do pós-guerra, diante da necessidade de enfrentamento de passados sensíveis, e atuando em uma esfera em que arte e a ciência não se dissociam, elas surgem como possibilidade de representação para passados que teriam como alternativa serem silenciados, ou colocados “sob o tapete”.

Dave Eggers encerra de forma bastante significativa a apresentação escrita por ele para a edição de 2012 da metaficção *The Executioner’s song*, vencedora do Prêmio Pulitzer na categoria de não ficção em 1980. Referindo-se à obra de Norman Mailer, ele afirma:

Maybe it’s not what we learn that’s crucial, but the questions we’re left with. Will we always be a manic-depressive nation of the greatest and most vile achievements? Will we always be a nation of both astronauts and mass-murders? The Executioner’s song doesn’t answer these questions, but it come as close to solve the enigma of America as any other work of art we have (1980: XIII).

A contribuição dada pela obra de Mailer para solucionar o “enigma da América” é comparada por Eggers como a contribuição que poderia ser dada por qualquer trabalho artístico, mas conforme vimos, tal contribuição é afirmada.

A QUESTÃO DA IMPOSSIBILIDADE DOS RELATOS PRIVILEGIADOS E AS POSSIBILIDADES DA METAFICÇÃO HISTORIOGRÁFICA

Todos os questionamentos sobre a relação entre pensamento, realidade e linguagem, todas as considerações feitas pelo *linguistic turn* a respeito da falta de transparência da linguagem, apontam para a impossibilidade dos enunciados privilegiados, que correspondam exatamente ao passado que descrevem, ou mesmo objetivos, “no sentido de a realidade estar disponível exatamente à frente de quem os produz” (ARAÚJO; RANGEL, 2015: 323).

Mas, no nosso entendimento, essa impossibilidade não representaria, nos trabalhos de White, a impossibilidade da escrita da história. Orientado pela escolha de metáforas que representassem, com alguma propriedade, uma sequência de articulações de fatos, o historiador poderia buscar “explorar certa perspectiva sobre o mundo que não pretende exaurir a descrição ou a análise de todos os dados contidos na totalidade do campo dos fenômenos, mas se oferece como *um meio entre muitos* de revelar certos aspectos desse campo” (WHITE, 1994: 21). Ao mesmo tempo em que se afirma a impossibilidade de correspondência exata entre o passado e o seu relato, ou a descrição desse mesmo passado em sua “totalidade”, afirma-se a validade de visões que privilegiem “certos aspectos” desse passado. Nas palavras de White, “o cosmopolitismo metodológico e estilístico” promovido por um novo conceito de representação, obrigaria o historiador a “reconhecer que não há essa coisa de visão *única* correta de algum objeto em exame, mas sim *muitas* visões corretas, cada uma requerendo o seu próprio estilo de representação” (WHITE, 1994: 21).

Ao que nos parece, a metaficção historiográfica seria uma forma de representação possível para uma disciplina que, segundo White, vem experimentando uma ambiguidade metodológica que poderia ser encarada pelos historiadores como uma oportunidade “de que nenhuma outra disciplina desfruta” para “a observação crítica do passado e do presente” (WHITE, 1994: 22). A “frustrante ausência de resolução” (HUTCHEON, 1991: 12) observada por Hutcheon para as metaficções e sua característica de não buscar fornecer respostas que, quando existem, são sempre de caráter provisório e contextualmente determinado, parecem vir ao encontro do que o autor consideraria como representações possíveis do passado.

Mas sigamos um pouco mais na trilha da *impossibilidade* do relato histórico ou de sua falta de correspondência com o passado. Ao que tudo indica, ela ainda seria agravada na modernidade pelo surgimento de um novo tipo de evento que White trata como o “evento modernista”. Tais eventos teriam uma “natureza anômala”, uma “resistência a se enquadrar em categorias e convenções herdadas” e minariam “não apenas o status dos fatos em relação aos eventos, mas também o status do ‘evento’ em geral” (WHITE, 1999: 197). Essa dissolução do evento teria consequências importantes para a forma com que relacionamos literatura e ficção, já que dissolveriam o que White chama de “pressuposto básico do realismo ocidental”: a oposição entre fato e ficção (1999: 192).

White trata de especificar e exemplificar os eventos aos quais se refere. Eles seriam “acontecimentos que não só não poderiam ter ocorrido antes do século XX, mas que, por sua natureza, alcance e implicações, nenhuma idade prévia poderia sequer tê-los imaginado”. Seriam eventos como as duas Guerras Mundiais, pobreza e fome em escalas jamais vistas, programas de genocídio levados a efeito por sociedades, ou seja, eventos que agiriam no interior de certos grupos sociais da mesma forma como agem os “traumas infantis”: “não podem ser simplesmente esquecidos ou tirados da cabeça nem, por outro lado, adequadamente lembrados” (WHITE, 1999: 196). São eventos sobre os quais paira uma dificuldade de se chegar a um acordo sobre o seu significado e, portanto, dificuldades óbvias de representação.

Para White o Holocausto seria o “evento paradigmático ‘modernista’ da história da Europa Ocidental”. Ele chegaria “a escapar à compreensão por parte de qualquer língua até para descrevê-lo e de qualquer meio – verbal, visual, oral ou gestual – para representá-lo”. Nos interessa especialmente a forma semelhante como George Steiner e Emile Fackenheim se manifestaram sobre ele. Para Steiner: “O mundo de Auschwitz fica para além das palavras como fica para além da razão”. Para Fackenheim: “O Holocausto resiste à explicação – do tipo histórico que procura causas, e do tipo teológico que procura significado e propósito” (WHITE, 1999: 210).

O que parece estar colocado nas citações acima, é que esse tipo de evento desafia nossa lógica humanista:

Acima de tudo, esses eventos não se oferecem a qualquer explicação em termos das categorias aprovadas pela historiografia humanista, que conceitua a atividade do agente humano como plenamente consciente e moralmente responsável por suas ações e capaz de discriminar, claramente, entre as causas dos eventos históricos e seus efeitos a longo e a curto prazo de maneira razoavelmente sensata – em outras palavras, agente que, presumivelmente, compreende a história de maneira semelhante à dos historiadores profissionais (WHITE, 1999: 198).

Justamente essa falta de relação entre causas e consequências, essa impossibilidade de organizar ou enredar acontecimentos e ações, justamente isso marca o que se chamou de “o fim da narrativa” que ocorre com a escrita modernista. Para White, o fim da narrativa ocorre no sentido daquilo que Walter Benjamin chamou de “relato através do qual o conhecimento tradicional, a sabedoria e os lugares-comuns de uma cultura são transmitidas de uma geração para a outra, sob a forma de uma história sequencial” (1999: 203).

O historiador Christopher R. Browning parece corroborar o pensamento de White segundo o qual o Holocausto configuraria uma nova classe de evento. Uma história experimental do Holocausto seria algo “virtualmente impossível de conceber”. Segundo ele, a “falha experiencial” do historiador que não viveu o Holocausto “é bem diferente do não terem tido a experiência da Convenção Constitucional da Filadélfia ou da conquista da Gália, por César” (WHITE, 1999: 212). Para Browning esta falha está ligada à natureza do evento e não às questões metodológicas. Dando um passo adiante, White conclui que o problema não é mesmo de método, mas de representação. Os novos tipos de evento, os “eventos modernistas” requereriam uma “completa exploração das técnicas artísticas modernistas e pré-modernistas para sua resolução” (WHITE, 1999: 213). Como White irá colocar claramente, o evento modernista não informaria sua impossibilidade de representação, mas a necessidade de novas técnicas de representação.

Os novos gêneros de representação pós-modernista, entre eles a metaficção, informam justamente o que Jameson chamou de “des-realização do evento” (WHITE, 1999: 203), e fazem isso através da “colocação em suspenso da distinção entre o real e o imaginário” (WHITE, 1999: 193) ou da dissolução entre fato e ficção. Para seus detratores, as metaficções fariam isso “em detrimento tanto da verdade quanto da responsabilidade moral” (WHITE, 1999: 193). Para White, elas seriam uma possibilidade de representação de eventos traumáticos sem o risco da fetichização dos mesmos. White chega a dizer que elas seriam a “única perspectiva de representações adequadas para esses eventos ‘desnaturais’” (WHITE, 1999: 213).

Observamos que inúmeras associações podem ser feitas entre a metaficção historiográfica como forma de representação do passado, o pensamento de Hayden White e as questões colocadas pelo *linguistic turn*. Surgidas em um contexto de necessidade de se lidar com passados sensíveis, elas parecem se adequar a uma concepção de história mais consciente do papel da linguagem, da impossibilidade dos relatos privilegiados e, portanto, da validade das representações individuais. Elas também são colocadas como uma forma de representação mais adequada ao novo tipo de evento que marca alguns passados sensíveis na modernidade. Em fase inicial de nossa pesquisa não é possível apontar colaborações efetivas da metaficção para os debates que lhes são contemporâneos e/ou correlatos. Mas é possível perceber sua forte vinculação com o passado e com a escrita da história, além de situá-las no horizonte da historiografia. Trazendo o conhecimento histórico para o centro dos debates o colocando-o sempre sob questionamento, é possível que as metaficções tragam não apenas contribuições aos debates sociais que lhes são correlatos, mas também, de forma igualmente significativa, tragam novas questões e possibilidades de contribuição para a própria escrita da história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Valdei Lopes de; RANGEL, Marcelo de Mello. Teoria e História da Historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n.17, p. 318-332, abr. 2015.

EGGERS, Dave. Foreword. In: MAILER, Norman. **The executioner's song**. New York: Grand Central Publishing.

HUTCHEON, Linda. **Poética do Pós-Modernismo**: história, teoria, ficção. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

SILVA, Rogério Forastieri da. A história da historiografia e o desafio do giro linguístico. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n.17, p. 377-395, abr. 2015.

WHITE, Hayden. O evento modernista. **Lugar Comum**. 1999. Disponível em: <http://uninomade.net/wp-content/files_mf/112811120216O%20evento%20modernisata%20%E2%80%93%20Hayden%20White.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2019.

WHITE, Hayden. O passado prático. Tradução: ÁVILA, Arthur Lima de; NETO, Mário Marcello; KRUGER, Felipe R. **Art Cultura**, Uberlândia, n. 37, p. 9-19, jul.-dez. 2018.

WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014.

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

POESIA, POLÍTICA E HISTÓRIA: UM ESTUDO INDICIÁRIO E ETNOGRÁFICO DAS POESIAS DE CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE ENTRE 1940 E 1945

Lucas Eduardo de Souza Ferreira²⁸⁹

RESUMO: O presente trabalho busca analisar 3 obras poéticas de Carlos Drummond de Andrade, que são *Sentimento do Mundo*, *José* e *A rosa do povo* sob a luz dos conceitos de “paradigma indiciário” e “história etnográfica”, trabalhados respectivamente por Carlo Ginzburg e Robert Darnton. Tais conceitos são ferramentas teóricas que possibilitam resgatar a riqueza da poética de Carlos Drummond de Andrade, ao olhar para os detalhes ínfimos de seus poemas, e tentar recompor sua experiência de vida e entendimento de mundo. Os três livros são publicados dentro do regime ditatorial brasileiro conhecido por Estado Novo (1937-1945), respectivamente em 1940, 1942 e 1945.

PALAVRAS-CHAVE: Carlos Drummond de Andrade; Culpa; Ditadura; História etnográfica; Paradigma indiciário.

RÉSUMÉ: Le présent travail cherche à analyser 3 œuvres poétiques de Carlos Drummond de Andrade, qui sont *Sentimento do Mundo*, *José* et *A rosa do povo* à la lumière des concepts de «paradigme indiciario» et d '«histoire ethnographique», travaillés respectivement par Carlo Ginzburg et Robert Darnton. De tels concepts sont des outils théoriques qui permettent de sauver la richesse de la poétique de Carlos Drummond de Andrade, en regardant les moindres détails de ses poèmes, et en essayant de recomposer son expérience de vie et sa compréhension du monde. Les trois livres sont publiés au sein du régime dictatorial brésilien connu sous le nom d'Estado Novo (1937-1945), respectivement en 1940, 1942 et 1945.

²⁸⁹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
Email: lucaseduardoferreira1998@gmail.com

MOTS CLES: Carlos Drummond de Andrade; Faute ; Dictature ; Histoire ethnographique; Paradigme indiciare.

INTRODUÇÃO

Carlos Drummond de Andrade, importe poeta e intelectual, definido por muitos escritores e críticos literários, a exemplo de Manuel Bandeira, como o maior poeta brasileiro do século XX, possui uma longa obra em verso e prosa, que perpassa mais da metade do século XX. De 1930 a 1986 Drummond publica cerca de 23 livros de poesia mais 19 de prosa (pode variar de acordo com as edições). Somado a essa longa faina literária, Drummond também trabalhou praticamente a vida inteira no serviço público e no jornalismo. Foram 35 anos na carreira de funcionário público, nas esferas estadual e federal, e 64 anos de trabalho no jornalismo.

Durante a estada no governo federal, seu cargo principal foi de chefe de gabinete de Gustavo Capanema, ministro da educação. Drummond inicia seu trabalho ao final de 1934 e permanece até o início de 1945. Nesse momento de sua vida, o poeta produz três livros de poesia que são fundamentais dentro do conjunto de sua obra. São eles: *Sentimento do Mundo*, publicado em 1940; *José*, em 1942 e *A rosa do Povo* de 1945. Nesses livros Drummond dá um rumo novo as suas reflexões. Se antes, o poeta itabirano escrevia sobre coisas do cotidiano, situações fortuitas, burlescas e triviais da vida em Itabira, agora o poeta quer expressar cada vez mais o mundo. Se outrora fora individualista, cosmopolita, doravante o poeta quer lutar com palavras - “Preso à minha classe e algumas roupas, / vou de branco pela rua cinzenta. / Melancolias, mercadorias espreitam-me./ Devo seguir até o enjoo? / **Posso, sem armas, revoltar-me?**”²⁹⁰ (ANDRADE, 2002: 118-119).

O ferramental teórico que buscamos jaz sobre os trabalhos de Carlo Ginzburg e Robert Darnton. Ambos, cada um à sua maneira, cada um provindo de uma matriz teórica distinta – embora com muitos pontos em comum – nos fornecem grandes possibilidades de análise e interpretação da vida e obra de um poeta tão grandioso e pujante como Carlos Drummond de Andrade. Em Ginzburg precisamos reter a ideia de que cada texto ou fonte, possui uma dimensão mais visível, por conseguinte captável de imediato, e outras mais recônditas: “Escavando os meandros dos textos, contra as

²⁹⁰ Poema: “A flor e a náusea” de *A rosa do Povo*. Grifo nosso.

intenções de quem os produziu, podemos fazer emergir vozes incontroladas” (GINZBURG, 2007: 11). Embora ele formalize conceitualmente apenas em um texto específico a ideia de paradigma indiciário²⁹¹, todo seu trabalho está alicerçado nessa proposta. A metáfora sobre os rastros que os registros históricos deixam atrás de si é brilhante, e muito nos serve na presente proposta: “Essas zonas opacas são alguns dos rastros que um texto (qualquer texto) deixa atrás de si.” (GINZBURG, 2007: 12).

Robert Darnton com sua história etnográfica é relevante por exortar-nos a não pensar o passado e as mentes humanas do passado como iguais as nossas. Nos permite perguntar: como Carlos Drummond de Andrade entendia seu mundo? Quais são suas influências culturais, intelectuais? Como entendia isso? Como entendia a guerra, o comunismo? Assim, por meio das fontes nós podemos desbravar um universo mental diferente, estranho e ver com outros olhos as relações entre os intelectuais e as esferas de poder, ou com o modernismo, entre outros temas. Para o presente trabalho, cabe apenas o mergulho na poética, com essas perguntas mobilizadas. Ainda, não cabe aqui uma análise total das poesias, mas sim a busca etnográfica de alguns “rastros” que Drummond deixou ao escreve-las. Passemos o olhar, portanto, para a obra de Carlos Drummond de Andrade.

SENTIMENTO DO MUNDO: A DITADURA

Dentre a amplitude temático-formal que caracteriza tais obras, com destaque maior para *A rosa do Povo*, selecionamos para o presente estudo fitar melhor dois aspectos que despontam de modo indiciário nas três obras: o tema da ditadura e um possível sentimento de culpa que o poeta sentia por, justamente, ser um funcionário público, que contribuía para o funcionamento da máquina estatal ditatorial do Estado Novo (1937-1945)²⁹². Destacamos imediatamente que tais análises são experimentais. Selecionamos poemas onde o tema principal não necessariamente é a censura, a ditadura ou o sentimento de pesar do poeta. Consideramos esse caráter como uma

²⁹¹ Texto de nome: “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”, pertencente ao livro *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*.

²⁹² É importante ressaltar que em todas as ocasiões em que Drummond foi questionado – em entrevistas dadas, e mesmo em correspondência trocada com amigos escritores – sobre seu papel no regime Vargas ele sempre dizia que estava no ministério a serviço de Capanema, seu amigo. Era, segundo ele, apenas isso que fez. Entretanto sabemos perfeitamente, também por meio das correspondências, que Drummond mantinha uma inclinação intelectual pela esquerda, e execrava o autoritarismo, ou o fascismo. Nesse sentido que nosso argumento toma corpo. A partir do resgate de minúcias, de palavras que se repetem em contextos adversos, é possível resgatar “vozes incontroladas” no texto drummondiano.

própria estratégia de Drummond para não ser identificado como um crítico da ordem vigente, o que poderia lhe render problemas.

Sentimento do Mundo é um livro onde o tema da guerra – Guerra civil espanhola, e a Segunda Guerra Mundial –, da morte, do medo são a tônica fundamental. Temos um poeta que ora pensa poder superar seus conflitos internos e representar o outro, e ora um poeta que prevê o fim do mundo: “[...] é preciso ter mãos pálidas/ e anunciar o FIM DO MUNDO.”²⁹³ (ANDRADE, 2002: 69). Destarte essa questão central, o poeta se aproveita dessas mesmas imagens para criticar o regime brasileiro. As fugas ao império: “[...]Os olhos magnetizados, escutam/ e no círculo ardente nossa vida para sempre está presa, está presa.../ Os tambores abafam a morte do Imperador”²⁹⁴, são maneiras de falar de política brasileira contemporânea, mas jogando-a ao passado (2002: 76).

O tema do medo é central. Medo dos ditadores, medo dos soldados, medo, medo, medo... “[...] o medo dos soldados, o medo das mães, o medo das igrejas, / cantaremos o medo dos ditadores, o medo dos democratas,[...]”²⁹⁵ (2002: 73). Essa é uma das poucas vezes que Drummond usa a palavra ditador, ao longo da obra. Prefere evitar. Aqui, ele contrasta com “democrata” de modo a amenizar, o que não quer que seja amenizado. Criticar ambos é igualá-los. Logo, demonstra não tomar partido por nenhum. Seu inconformismo aparece em “Poema da Necessidade”: “[...] é preciso substituir nós todos. / É preciso salvar o país.” (2002: 68).

A questão da polícia, da repressão também desponta, se perscrutarmos poemas onde o tema central é assaz diferente. “[...] Tua violenta ternura, / tua infinita polícia[...]

²⁹³ “Poema da Necessidade” – *Sentimento do mundo*.
²⁹⁴ Bolero de Ravel – *Sentimento do mundo*.
²⁹⁵ Congresso Internacional do Medo – *Sentimento do Mundo*
²⁹⁶ Ode no cinquentenário do poeta brasileiro – *Sentimento do Mundo*.

[...]”²⁹⁷ (2002: 84). Antes “[...] As crianças olhavam para o céu: não era proibido. [...]”²⁹⁸ (2002: 86). Agora, por outro lado, vários domínios da vida pública são cerceados. Não há mais liberdades civis, políticas.

Os problemas envolvendo a ditadura se intensificarão na medida em que o poeta se sentir mais confiante em tecer suas críticas. A exacerbação da Guerra, a entrada do Brasil nela, o próprio recrudescimento da ditadura internamente são outros componentes somados ao arsenal lírico de Drummond, que terá uma expressão mais pujante com *A rosa do povo*.

JOSÉ: A CULPA

Em *José*, mais do que em qualquer dos outros dois livros, a temática do indivíduo, o individualismo, o subjetivismo e o memorialismo são muito fortes. Nesse sentido, Drummond faz uma revisão profunda de seu passado. Busca compreender seu momento de vida atual, o que está fazendo com sua vida e sua poética. Assim sendo, temos uma brecha para a reflexão sobre as atividades no ministério. O poema “A mão suja” é muito sintomático nesse aspecto:

Minha mão está suja. / Preciso cortá-la. / Não adianta lavar. / A água está podre. / Nem ensaboar. / O sabão é ruim. / A mão está suja, [...] A princípio oculta / no bolso da calça, / quem o saberia? [...] E vi que era igual / usá-la ou guardá-la. / O nojo era um só. [...] E era um sujo vil, / não sujo de terra, / sujo de carvão, / casca de ferida, / suor na camisa / de quem trabalhou. / Era um triste sujo / feito de doença / e de mortal desgosto / na pele enfarada. [...] Depressa, cortá-la, [...]. (ANDRADE, 2002: 108-109).

Enquanto isso, nas ruas, a luta prossegue: “[...] Cerradas as portas, / a luta prossegue / nas ruas do sono.”²⁹⁹ (2002: 101). As possíveis cenas de tortura, conjeturadas a partir de “Noturno Oprimido”³⁰⁰ são:

[...] Os móveis continuam prisioneiros / de sua matéria pobre, / mas a água parte-se, / a água protesta. Ela molha toda a noite /

²⁹⁷ A noite dissolve os homens – *Sentimento do Mundo*.

²⁹⁸ Lembrança do mundo antigo – *Sentimento do Mundo*.

²⁹⁹ O Lutador - *José*

³⁰⁰ Poema da coletânea *José*.

com sua queixa feroz, seu alarido. [...] Mas não é o medo da morte do afogado, / o horror da água batendo nos espelhos, / indo até os cofres, os livros, as gargantas. / É o sentimento de uma coisa selvagem, / sinistra, irreparável, lamentosa. [...] (2002: 107-108).

Em certo sentido, podemos afirmar que todos os temas levantados em *Sentimento do Mundo* e em *José* aparecem também em *A rosa do povo*. Agora com uma linguagem mais complexa, ampliando os temas sociais, tecendo um canto mais forte, abrangente. Para os dois temas que estamos escavando por aqui, a ditadura – juntamente com seu aspecto de censura e tortura – bem como o seu suposto sentimento de culpa – o segredo que Drummond carrega, suas mãos rudes e sujas, que tecem seu lancinante trabalho, também se aplicam.

A ROSA DO POVO: A DITADURA E A CULPA

Em diálogo com “A mão suja” do livro *José*, “Carrego Comigo” é o poema de *A rosa do povo* que melhor nos permite investigar o peso, a culpa que Drummond sente e carrega com ele:

[...] Ele arde nas mãos, / é doce ao meu tato. / Pronto me fascina / e me deixa triste. / Guardar um segredo / em si e consigo, / não querer sabe-lo / ou querer demais. / Guardar um segredo / de seus próprios olhos, / por baixo do sono, / atrás da lembrança. [...] Vem do mar o apelo, / vêm das coisas gritos. / O mundo te chama: / Carlos! Não respondes? / Quero responder. [...] / Mas o embrulho pesa. [...] / Ai, fado sutil / que antes me carregas / do que és carregado, / para onde me levas? [...] Se agora te abrisses / e te revelasses / mesmo em forma de erro, / que alívio seria! [...] Perder-te seria / perder-me a mim próprio. / Sou um homem livre / mas levo uma coisa. / Não sei o que seja. / Eu não a escolhi. [...] Não estou vazio, / não estou sozinho, / pois anda comigo / algo indescritível. (ANDRADE, 2012: 15-18).

O que carrega é algo dentro. Algo que o constitui. Que precisa se livrar. Perde-lo, é perder-se. Somente ele sabe. Essa ideia de segredo vai aparecer em muitos contextos distintos dentro da presente obra. Em poemas com temáticas mais sociais e de classe, poemas de guerra, memorialistas e metapoéticos. O único jeito de se livrar – como ele pensa – deste fardo, destas mãos sujas é cortá-la: “Estamos quites, irmão vingador. / Desceu a espada / e cortou o braço. / Cá está ele, molhado em rubro. / Dói o ombro, mas sobre o ombro / tua justiça resplandece. [...] minha dívida está paga. [...]”³⁰¹ (ANDRADE, 2012: 55).

A culpa, a mão suja, o segredo. Todos só são inteligíveis se buscarmos compreender como Drummond via seu trabalho. Como entendia a censura, a ditadura, a tortura. Robert Darnton mostrou em seu trabalho “Censores em Ação: como os Estados influenciaram a literatura” que a censura e os censores nos três contextos estudados – França Bourbon do século XVIII, a Índia Britânica no século XIX e a Alemanha oriental no século XX – variam, são mais complexos do que imaginamos *a priori*, e ainda, que eles possuíam um entendimento da censura e de seu ofício de modo muito idiossincrático (DARNTON, 2016). Essas perguntas, antropológicas, etnográficas são fundamentais. Voltemos então para a análise da censura, da ditadura, ao modo como aparece em *A rosa do povo*.

No longo poema “Nosso tempo” onde Drummond faz uma espécie de mapa de lugares e situações de seu cotidiano no Rio de Janeiro, as questões políticas e sociais também o acompanham. Um poema com muitas cifras, códigos a se decifrar.

[...] É tempo de meio silêncio, / de boca gelada e murmúrio, / palavra indireta, / aviso / na esquina. Tempo de cinco sentidos / num só. O espião janta conosco. / É tempo de cortinas pardas, / de céu neutro, política [...] No beco, / apenas um muro, / sobre ele a polícia. / No céu da propaganda [...] (ANDRADE 2012: 25-26).

Algumas questões precisam ficar claras sobre *A rosa do povo*. Este livro foi publicado ao final de 1945. Drummond já tinha se demitido do ministério, estava engajado na militância junto a ABDE – Associação Brasileira de Escritores – ficou por alguns meses como redator do jornal “Tribuna Popular” do Partido Comunista.

³⁰¹ Movimento da espada – *A rosa do povo*.

Entretanto, as poesias do livro são escritas desde 1942, 1943. Assim é possível perceber a mudança dentro da própria obra. “Que fazer, exausto, / em país bloqueado [...]”³⁰² (2012: 45). Há poemas onde o autor se sente mais confortável para usar palavras do vocabulário marxista, para criticar a ordem vigente – poemas que provavelmente foram escritos quando o Estado Novo já estava enfraquecido e sua queda era iminente. E há outros onde ele constrói sintaxes mais rebuscadas e embusteia sua crítica. “Manhã cedo passa / à minha porta um boi. [...] Para à minha porta / sua lenta máquina. / **Alheio à polícia** [...]”³⁰³ (2012: 51).

A preocupação com o sigilo, a agudeza e presteza do olhar aparece em “O elefante”:

[...] no campo de batalha, / à procura de sítios, / segredos, episódios / não contados em livro, / de que apenas o vento, / as folhas, a formiga / reconhecem o talhe, / mas que os homens ignoram, / pois só ousam mostrar-se / **sob a paz das cortinas / à pálpebra cerrada.** [...]”³⁰⁴ (2012: 83).

Os homens que vivem nesse regime, portanto, “[...] estão menos livres[...]”³⁰⁵ (2012: 13). Em uma cidade onde “[...] há vozes no rádio e no interior das árvores, / cabogramas, vitrolas e tiros. / Que barulho na noite, / que solidão! [...]”³⁰⁶ (2012: 124). Por último, outro grande e importante poema de Drummond. Em “Com o russo em Berlim” vemos o poeta que precisou esperar. Que segurou seu canto quando não podia declama-lo. Entretanto, sua hora chegou. Antes fora proibido de dizer. Agora não mais:

Esperei (tanta espera), mas agora, / nem cansaço nem dor. Estou tranquilo. [...] O tempo que esperei não foi em vão. [...] Minha boca fechada se crispava. / Ai tempo de ódio e mãos descompassadas. [...] **Pois também a palavra era proibida. / As bocas não diziam.** [...] Eu esperei com esperança fria, / calei meu sentimento e ele ressurgiu [...]”³⁰⁷ (ANDRADE, 2012: 139).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

³⁰² Áporo – *A rosa do povo*

³⁰³ Episódio – *A rosa do povo*. Grifo nosso.

³⁰⁴ Grifo nosso.

³⁰⁵ A flor e a náusea – *A rosa do povo*.

³⁰⁶ América – *A rosa do povo*.

³⁰⁷ Grifo nosso.

Este estudo não é uma análise completa de três livros escritos por Carlos Drummond de Andrade. Tampouco um estudo do regime ditatorial varguista. Menos ainda uma “história da vida” do poeta. O que se tentou fazer aqui é descortinar conceitos, ideias, temas que aparecem na obra de Drummond, mas que de maneira alguma são os principais, ou aqueles que saltam aos olhos nas leituras e análises incipientes. O foco foi dirigido aos detalhes ínfimos, que quiçá os leitores mais apressados não demorariam a atenção sobre. Fomos atrás dos fios, e não dos rastros.³⁰⁸ Assim, buscamos erigir um raciocínio que demonstrasse como o poeta sentia a ditadura, como a representava de maneira disfarçada, e como estar no bojo desses processos teria lhe tolhido a consciência, e o levado a essa inflexão lírica.

Acima de tudo, destaca-se o caráter experimental do estudo. Trouxemos dois grandes historiadores, que cada um à sua maneira, contribuem gigantescamente para o debate historiográfico na atualidade. Embora provenham de tradições historiográficas distintas, possuem muito em comum. A obra de Carlo Ginzburg, bem como de Robert Darnton tem muito a oferecer em termos teóricos, analíticos, investigativos, a todos aqueles que busquem estudar o passado de modo qualitativo, fora dos dogmas do racionalismo, do estruturalismo. Que queiram entender os indivíduos na sua experiência de vida e em suas visões de mundo, e não os suplantarem com conceitos duros, fechados. Esta foi nossa tentativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. **A rosa do povo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Poesia Completa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Guilar S.A, 2002.

DARNTON, Robert. **Censores em ação**: como os estados influenciaram a literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

³⁰⁸ Metáfora que Ginzburg usa para defender a importância do olhar atento do historiador ao detalhe e a complexidade que cada fonte guarda em si.

**Simpósio Temático 15: Tramas Sociais, Conflitos, Poder e Economia
no Brasil: séculos XVIII e XIX**

**CONFLITOS, JUSTIÇA E SOCIEDADE: UM ESTUDO SOBRE A
CRIMINALIDADE EM SANTA LUZIA DO CARANGOLA (1880-
1892)**

Randolpho Radsack Corrêa³⁰⁹

RESUMO: O presente trabalho se encontra em fase de desenvolvimento e tem por finalidade realizar uma breve análise dos 307 crimes que foram oficializados e julgados pelo Termo de Santa Luzia do Carangola, na região da Zona da Mata Mineira, entre os anos de 1873 e 1892. Com base neste recorte, será possível compreender uma parcela das relações sociais em seus diversos aspectos, principalmente em meio ao contexto de amplas mudanças em nível nacional e regional, o que evidenciará um quadro de constantes conflitos. Partindo dessa premissa, o recorte em questão nos proporciona a verificação do contexto do fim da Monarquia, aliado ao desenvolvimento da região de Santa Luzia do Carangola. A disputa que se constrói a partir da visão de mundo que cada grupo social procurava impor, interferia diretamente nos padrões de comportamento sobre as oportunidades no exercício do poder. O exercício da análise de uma determinada coletividade a partir de seus conflitos permite uma compreensão mais profunda sobre sua dinâmica, seu desenvolvimento, expansão e suas complexidades.

PALAVRAS-CHAVE: Criminalidade, Sociedade, Justiça, Transformações.

ABSTRACT: The present work is in the development phase and aims to carry out a brief analysis of the 307 crimes that were made official and judged by the Santa Luzia do Carangola Term, in the Zona da Mata Mineira region, between the years 1873 and 1892. Based on in this cut, it will be possible to understand social relations in their various aspects, mainly in the context of wide changes at national and regional level, which will reveal a context of constant conflicts. Based on this premise, the cut in question allows us to verify the context of the end of the Monarchy, combined with the

³⁰⁹ Doutorando em História – Universo/Niterói-RJ. E-mail: randolpho36@gmail.com.

development of the Santa Luzia do Carangola region. The dispute that builds on the worldview that each social group sought to impose, directly interfered in the patterns of behavior on opportunities in the exercise of power. The exercise of the analysis of a certain community based on its conflicts allows for a deeper understanding of its dynamics, its development, expansion and its complexities.

KEY WORDS: Crime, Society, Justice, Transformations.

INTRODUÇÃO

A atual cidade de Carangola se situa na parte leste da Zona da Mata Mineira, a 370 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro, possuindo segundo o IBGE³¹⁰, 33.011 habitantes. No que se refere ao século XIX, a Paróquia de Santa Luzia do Carangola, criada em 1866 e recenseada em 1872, registrava 4.954 habitantes, sendo 4.135 homens livres e 819 escravos. Neste caso, os cativos constituíam 16,54 % da população.³¹¹

Para se ter um comparativo sobre a criminalidade, entre 1881 e 1890, o município mineiro de Juiz de Fora registrou ao todo 542 processos criminais para 74.136 habitantes no final do período. Entre os anos de 1880 e 1892, encontramos 307 processos criminais tramitados no Termo de Santa Luzia do Carangola, para 21.698 habitantes de acordo com o recenseamento realizado em 1890³¹². O que mostra um elevado índice de crimes oficializados em Carangola, se comparados com o primeiro município.

Compreendemos que parte do fenômeno da criminalização, é produto do enfrentamento e resistência dos cidadãos aos novos parâmetros de regulação, fiscalização e punição comandadas pela presença do Estado ao longo do século XIX. (BOURDIEU, 2014) Os impactos diretos e indiretos que interferiram nas relações sociais após a independência trouxeram, sobretudo, grandes peculiaridades se analisados nos contextos “macro” e “micro”. Em um primeiro momento, podemos avaliar a atuação do Estado e seu aparelhamento na Corte e nas grandes cidades.

³¹⁰Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/carangola.html>>. Acesso em: 01 dez. 2020.

³¹¹RECENSEAMENTO DO BRAZIL EM 1872. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>>. Acesso em: 15 out. 2020.

³¹² RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1890. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=5913>>. Acesso em: 15 de out. de 2020.

Contudo, podemos questionar a efetiva atuação da Justiça e seus impactos nas regiões do interior, nas propriedades rurais, onde a regulação do Estado poderia ser considerada mais excêntrica nos primeiros anos do Império.

Ressaltamos que o eventual desconhecimento e distanciamento dos parâmetros legais e administrativos do sistema colonial foram uma realidade para as áreas dos sertões e seus respectivos interiores. Se analisados os movimentos de origem, construção e consolidação do Estado brasileiro oriundos dos grandes centros, essa ação de atuação do Estado não se interiorizaria tão rapidamente. Nossa reflexão se dá na problematização da construção do sistema normativo do Estado. Entre outros objetivos, buscamos com esse trabalho, evidenciar que as ações normativas do Estado e da Justiça tiveram grandes dificuldades de interiorização nas regiões mais remotas do Brasil independente. O fenômeno da interiorização da ação do Estado traz à tona o que Giovanni Levi determina como transformação do espaço local através da “ação política de um novo tipo de indivíduos de relevo, especializado em fornecer notícias vindas do mundo externo, em simplificá-las e em adaptá-las às situações internas da comunidade.” (LEVI, 2000: 175) Para que a manutenção da ordem fosse praticada, a estrutura do campo de poder e do campo jurídico foi alinhada com a criação de instâncias, sobretudo com a hierarquia institucional da Justiça brasileira oitocentista.

Na perspectiva de nomear o que até então era inominável, a legislação do Império brasileiro buscou através de sua Constituição e demais códigos jurídicos, tipificar o conjunto de regras e normas no que diz respeito à conduta de seus submetidos. Sobre os aspectos jurídicos consolidados no Brasil independente, cabe observar que o Título 6º da Constituição tratava dos pontos referentes ao Poder Judiciário, apresentando seus fundamentos e atribuições, ressaltando que os âmbitos civis e criminais seriam consolidados em códigos posteriores. O trecho da Constituição enfatizava o papel dos jurados nos trâmites processuais, como parte do ritual jurídico. Os juízes de direito eram considerados perpétuos em suas atribuições, podendo responder por uso indevido do cargo, sendo prevista a intervenção do Imperador. Sobre esta intervenção, podemos relacionar que o perfil da Constituição permitindo o Poder Moderador já enfatizava esse tipo de ação limitadora. Tanto que, o mesmo Imperador poderia suspender todas as queixas realizadas contra ele.

Sobre as atribuições da Justiça, este trecho da Constituição delimitava alguns trâmites relacionados às instâncias e suas respectivas denúncias, inquirição de testemunhas e a publicidade dos atos nas causas crime. Além das primeiras instâncias, a Constituição previa um tribunal de Relação para que fossem destinados os recursos considerados como segunda instância. Além desta possibilidade, “havia também um Tribunal com a denominação de - Supremo Tribunal de Justiça - composto de Juízes Letrados, tirados das Relações por suas antiguidades (...)”.³¹³ Nesse sentido, cada província teria um tribunal com essas configurações, no intuito de conceder ou renegar revisão às causas, tomar conhecimento dos erros administrativos dos funcionários da Justiça, ministros, empregados do corpo diplomático do Império e dos presidentes de província. Cabia também, intermediar conflitos nas relações entre as respectivas províncias.

Mesmo com todas as atribuições delimitadas na Constituição, é importante ressaltar novamente, que independente das prerrogativas descritas até então, o mesmo documento indicava a necessidade da elaboração de códigos específicos, tanto no âmbito civil quanto criminal. O primeiro Código Criminal brasileiro foi criado em 16 de dezembro de 1830, tendo em vista que não cabia a Constituição a delimitação pormenorizada das atribuições da Justiça e de suas respectivas áreas. Mesmo com atualizações posteriores, o Código Criminal de 1830 fundamentou parte do ritual jurídico, por meio da oficialização dos conflitos no Brasil Imperial, criando leis específicas para os mesmos eventos.

SOBRE A FUNÇÃO DA JUSTIÇA: SOCIEDADE E VIOLÊNCIA

Elaborada na tentativa de cumprir uma função normativa, penal e reguladora por meio da lei, tentaremos compreender como a presença da Justiça se consolidou como entidade reguladora do âmbito individual e coletivo, realizando o fenômeno da interferência do Estado no cotidiano e na realidade das sociedades. (SANTOS; COSTA, 2004) Em outras palavras, perceber como o Estado impunha sua legitimidade em

³¹³ BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824. Elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I. Presidência da República – Casa Civil, Rio de Janeiro, 25 mar. 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em 30 abr. 2019.

relação à sociedade, estabelecendo uma rede de relações e interdependências. (BOURDIEU, 2014)

Evidentemente, não podemos compreender que as sociedades do século XIX eram conduzidas e balizadas, exclusivamente, por contendas. Contudo, a realidade da violência não pode ser desconsiderada, uma vez que o fenômeno do conflito é inerente à natureza das relações políticas, econômicas e sociais. Logo, é preciso compreender a violência como um fenômeno que ultrapassa as relações de fissuras, transições ou rupturas. Essas relações podem, sim, interferir nas dinâmicas sociais. Mas, não são exclusivas da origem dos conflitos. As ações de violência não devem ser interpretadas de maneira frívola ou simplista, não devem ser interpretadas como produto do uso indevido das regras simplesmente.

Sobre a possível diferenciação entre os conceitos de violência e criminalidade como fenômenos coletivos sociais, Alysson Freitas ressalta que:

Obviamente, entendemos criminalidade e violência como conceitos distintos, tendo em vista que a discussão sobre violência perpassa a condição da agressão ao outro, em uma lógica de relações cotidianas próprias, o que acaba por criar características particulares a cada tipo de violência que aparece em uma determinada sociedade e realidade. Por outro lado, a criminalidade é uma construção jurídica, com base na qual é possível perceber como uma sociedade pode considerar a criminalidade como legítima ou não. (FREITAS, 2014: 315)

Ainda sobre as interpretações acerca do estudo da criminalidade, o autor enfatiza que:

Estudar a criminalidade, dessa forma, não significa apenas estudar uma “história do desvio, daquilo que a sociedade repele intensamente”, afinal, “a criminalidade expressa, a um tempo, uma relação individual e uma relação social indicativa de padrões de comportamento, de representações e valores sociais”. (FREITAS, 2014: 315-316)

Dessa forma, podemos interpretar o crime a partir de seu registro oficial e seus respectivos desdobramentos no âmbito judicial. É a oficialização do ato interpretado como irregular que resulta na ruptura de um sistema normativo previamente determinado e que passa a ser ritualizado no tribunal, da denúncia até a sentença proferida pelo juiz.

Segundo o autor, o número impactante de registros de atos considerados criminosos, não evidenciam reais aumentos de criminalidade. Cabe ressaltar que, a partir do surgimento da Justiça enquanto órgão oficial, o que se verificou foi a oficialização dos eventos que já ocorriam anteriormente sem que os mesmos dados fossem registrados em um ritual jurídico institucionalizado. Com as diretrizes iniciais para o seu surgimento, a Justiça nasce no Brasil com a tentativa de cumprir um papel de regulação dos meios sociais e, sobretudo, como um importante instrumento de controle social, com mecanismos próprios e dinâmicos, embasados em leis e códigos que foram construídos e atualizados ao longo do século XIX. Como forma de regulação oficial da sociedade, entre o Império e a República foi instituído o Código Criminal de 1830, o Código do Processo Criminal de 1832, o Código Penal de 1890 e as regulamentações adjacentes.

O PROCESSO CRIMINAL E AS EVIDÊNCIAS DO COTIDIANO

É importante destacar que, embora os autos processuais contribuam com a investigação de uma parcela significativa do cotidiano das sociedades, evidenciando parte das dinâmicas relacionadas ao desenvolvimento e suas respectivas transformações, utilizar o processo criminal para tal fim não é tarefa fácil. É preciso levar em consideração a necessidade de se verificar as entrelinhas do processo para localizar informações das partes envolvidas com seus respectivos cotidianos e costumes. Em suma, nem toda fonte criminal apresenta explicitamente as informações acerca de seus envolvidos.

Segundo Marcos Bretas:

Os historiadores que tentaram abordar a vida cotidiana a partir dos arquivos criminais tiveram problemas também ao selecionarem seus dados. Os arquivos judiciais são organizados a partir de comportamentos classificados como criminais, e inúmeros obstáculos são verificados quando se tenta encontrar outros tipos de comportamento. A busca de informações sobre cultura, gênero ou religião ao longo de seus dossiês tem se provado uma árdua tarefa. (BRETAS, 1991: 50)

O processo criminal enquanto fonte traz uma narrativa padronizada, que na maioria das vezes facilita a análise. Contudo, há uma variação na característica dos autos. Neste caso, nos referimos ao estilo da redação dos agentes da Justiça, ao tipo de

letra, ao tamanho do processo, tendo em vista à possibilidade de continuidade dos trâmites processuais por meio de recurso dos resultados nos tribunais de apelação e até mesmo a incompletude dos autos.

Sendo assim, concordamos com o Marcos Bretas quando o mesmo afirma que a pesquisa em processos criminais é uma tarefa árdua. Porém, os obstáculos que serão futuramente mencionados por nós, não são impossíveis de serem superados. Os empecilhos relacionados à incompletude dos processos criminais não comprometem totalmente a análise das trajetórias, dos movimentos sociais e de suas respectivas transformações, sobretudo no que diz respeito aos processos referentes a essa pesquisa.

É de suma importância estabelecer uma problematização das fontes criminais. Embora consigamos extrair elementos significativos das sociedades em questão, a partir da análise dos trâmites processuais, é preciso certo cuidado com a interpretação dos discursos transcritos pelos agentes da Justiça. Por meio da mediação dos depoimentos registrados, a reprodução das declarações existentes nos autos passava pela caneta do escrivão, não havendo garantia das veracidades reproduzidas nos processos.

De acordo com Marcos Bretas:

A “descoberta da voz” dos grupos dominados a partir dos arquivos da Justiça criminal levanta uma série de questões novas para o historiador. De que maneira trabalhavam os escritores desses discursos, isto é, os escrivães de polícia? Quão confiáveis são os documentos por eles produzidos? Mesmo aceitando a hipótese de que o são, será que as pessoas falavam a verdade perante a Justiça? Ou ainda, se esses depoimentos podem ser levados a sério, quão representativos da cultura popular seriam eles? Podem, enfim, os arquivos criminais fornecer dados quantitativos utilizáveis? (BRETAS, 1991: 49)

Tais considerações sobre as dificuldades e possíveis ciladas que o discurso da fonte pode ocasionar são muito relevantes, principalmente pela rotina da leitura em uma fonte padronizada e ritualizada em sua tramitação. O cuidado essencial que devemos tomar, diz respeito aos respectivos conteúdos dos autos. Não se devem tomar os teores e seus depoimentos como descrições literais e imparciais dos casos. Cabe ressaltar que, os envolvidos nos trâmites processuais buscavam construir as suas verdades, apresentando suas respectivas versões para obterem vitória nas barras dos tribunais. (MAUCH, 2013)

Os autos disponibilizam dados que vão muito além das expectativas, sobretudo quando rompemos o vício de consulta apenas às partes específicas. Sem dúvida, a análise dos processos criminais é algo que traz certa complexidade. Contudo, são documentos ricos em detalhes, tanto para a análise da violência, quanto para a verificação das relações cotidianas. O processo criminal enquanto fonte se caracteriza como uma ação judicial pelo qual um ato criminoso é registrado e submetido à Justiça. O documento que vai ganhando forma e anexos ao longo dos seus trâmites, contendo informações acerca do evento criminoso e das partes envolvidas.

Embora o documento possa apresentar alguma variação no que diz respeito às peculiaridades do caso, o que se verifica é a predominância de um ritual padronizado. De acordo com Ivan Vellasco e Cristiana Andrade, o padrão processual no universo do crime, pode apresentar três grupos de informação. (VELLASCO; ANDRADE, 2018)

Dados sobre o processo: Estão disponíveis os dados sobre o tipo do processo, início e fim da tramitação, tipo de julgamento, sentença proferida, apelação como recurso (se for o caso), custas do processo e sentença final;

Dados sobre o crime: Nesse grupo, verificam-se os dados referentes ao tipo de crime de acordo com os códigos criminais, recorte temporal de sua tramitação, local do crime, motivação para a concretização do evento criminoso e meios utilizados para o ato.

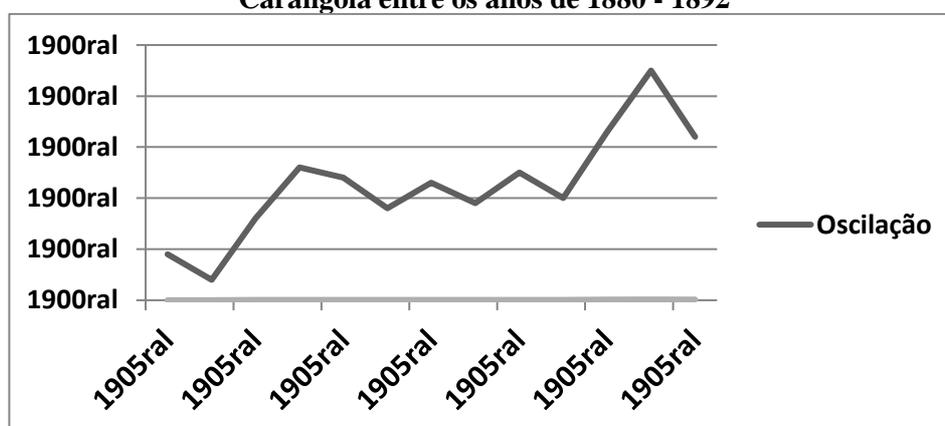
Dados sobre as partes (Vítima e Réu): Estão disponíveis os dados referentes aos nomes, sexo, origem, naturalidade, nacionalidade (se estrangeiro), estado civil, ocupação, se sabe ler ou escrever, idade, cor e sua respectiva condição (escravo ou livre). Caso a parte seja escravo, se verifica as informações sobre o nome do proprietário.

Evidentemente não há a garantia da existência de todos os dados conforme ressaltam os autores. Tais ausências se dão pelos motivos que já mencionamos. Pode ocorrer a ausência de informações pela incompletude dos processos, mas também pela lógica ou dinâmica de cada Termo ou Comarca, apresentando uma variação de acordo com o estilo de escrita e a disponibilidade dos escrivães.

MUDANÇAS, TRANSFORMAÇÕES E OS IMPACTOS SOCIAIS

A presença da Justiça passou a permitir os registros dos conflitos, efetivando o crime e a ritualização do processo criminal. Possíveis oscilações dos índices criminais em um determinado recorte podem estar intimamente relacionadas por variáveis institucionais, econômicas, culturais e demográficas. (VELLASCO; ANDRADE, 2018) No gráfico a seguir, podemos compreender as oscilações ocorridas no mesmo recorte, tendo em vista o aumento significativo de registros dos crimes referentes ao Termo e a Comarca.

Gráfico 1 – Oscilação do Registro de Processos Criminais na Região de Santa Luzia do Carangola entre os anos de 1880 - 1892



Fonte: Processos Criminais – Centro de Documentação Histórica – Carangola – MG

A partir dos dados constantes acima, é importante relacionar alguns acontecimentos em destaque no município durante esse período:

- 1880: É criado o Termo de Santa Luzia do Carangola.
- 1882: Ano da emancipação do município.
- 1885/1886: Tem início a obra para a construção da linha férrea na cidade.
- 1889: A linha de férrea se estende para o distrito de Faria Lemos.
- 1890: Cria-se a Comarca de Santa Luzia do Carangola e a partir de 1891/1892 iniciam-se definitivamente os trabalhos.

Como podemos identificar, a partir da implantação do Termo de Santa Luzia do Carangola, verificamos o aumento dos registros dos processos. Entre os anos de 1882 e 1889, se manteve a média anual entre 20 e 25 registros criminais. A partir da elevação à

categoria de Comarca, observamos um salto significativo que demonstra os impactos da Justiça desde a sua presença efetiva até a sua ampliação na jurisdição.

Na análise do gráfico, torna-se visível o aumento do registro dos conflitos na Justiça. Ressaltamos que, o aumento dos registros anuais não traduz necessariamente, o aumento da violência. Como ressaltamos, a presença da Justiça e suas possíveis intervenções, contribuíram para a produção de processos criminais e seus respectivos rituais jurídicos. Contudo, as transformações referentes ao município e suas respectivas instâncias, podem sim, possibilitar o conflito entre grupos antagônicos, as disputas de interesse e os embates em meio às aspirações pessoais.

No ano da extensão da linha férrea para Faria Lemos, José Lourenço do Carmo transitava pela linha férrea que estava em construção. Como o acesso aos trilhos estava proibido em função das obras e das manutenções, o português Sebastião Cardoso que trabalhava na referida construção advertiu José Lourenço para que não transitasse sobre os trilhos. Não cumprindo a advertência, Sebastião Cardoso agrediu José Lourenço com golpes de broca de ferro. Após a agressão realizada com o instrumento de trabalho do réu, o conflito foi levado aos trâmites processuais.

Para que a denúncia oferecida pela promotoria fosse avaliada, na sequência dos autos foi realizado o auto de perguntas ao ofendido. Neste ato, José Lourenço alegou que foi advertido por Sebastião, para que não caminhasse pelos trilhos do trem. A vítima voltava com suas ferramentas após o trabalho na lavoura. José Lourenço argumentou ao réu que, quando o trem se aproximasse ele se retiraria da estrada. Contudo, no próprio depoimento, José Lourenço relatou que foi advertido normalmente por Sebastião, dizendo que “ali não era estrada”. Após esta advertência, recebeu três “bordoadas”.

No auto de Corpo de Delito, a narrativa dos peritos relatam graves ofensas físicas. Os peritos, José Marcos da Rocha e Martinho José Rodrigues foram os responsáveis para o procedimento executado na vítima. De acordo com os peritos:

(...) encontrarão no offendido hum ferimento na cabeça do lado direito com huma brecha com 7 centímetros d'estenção e hum de profundidade que se observa o osso do crânio quebrado, e huma contusão no hombro direito, que lhe proibe mover com o braço, e uma

leve contusão sobre o braço esquerdo; tendo a camisa e a calça toda manchada de sangue (...).³¹⁴

No mesmo documento, os peritos informaram que o ferimento foi decorrente de ofensas físicas, que era considerado mortal, efetivado por um instrumento de ferro. Pontuaram ainda que houve comprometimento de membros e possível inabilitação dos mesmos. Alegaram que a ofensa poderia resultar em deformidades, pela forte pancada, resultando na perda de força da vítima. Argumentaram que a pancada dada na cabeça poderia influenciar em perturbação de José Lourenço, criando grave incômodo de saúde e a inabilitação de seu serviço por mais de trinta dias. Os peritos avaliaram o valor do dano causado em cento e oitenta mil réis.³¹⁵

Ainda nos procedimentos realizados na subdelegacia, algumas testemunhas foram arroladas para a verificação do crime. A primeira testemunha se chama João da Silva Callado, tinha 40 anos, era negociante, natural de São Paulo e residente no distrito de Faria Lemos. De acordo com a sua qualificação, podemos verificar a presença de indivíduos de províncias externas residindo na região. Do mesmo modo, observamos uma qualificação profissional que denota outras atividades além das relacionadas à lavoura. A qualificação das testemunhas referentes a esse caso apresentam situações semelhantes.

A testemunha relatou ter visto o réu conduzindo a vítima ensanguentada. Perguntou ao ofendido o que havia ocorrido. A vítima esclareceu que Sebastião havia lhe agredido na linha do trem. Questionando Sebastião sobre o motivo da agressão, o réu perguntou o que João Callado tinha com isso. A testemunha perguntou aos presentes o motivo da agressão. Soube também que havia sanções e multa de cinco mil réis para quem estivesse obstruindo a linha do trem. Foi informado pelos presentes que Sebastião espancou a vítima após ter solicitado que a mesma saísse da linha do trem. A testemunha informou que o ofendido foi entregue ao Mestre de Linha, sendo o réu Sebastião designado para a continuidade do trabalho na linha férrea. Ao ser questionado sobre o perfil das partes, a testemunha alegou que a vítima era um homem de bons costumes e bem conceituado. Já em relação ao réu, ouviu dizer que o referido era “muito bom no cassete”.³¹⁶ A testemunha foi questionada se aprovava o ato do réu.

³¹⁴ CDH, 1889, Caixa 20, Feito M-18-04; p. 7v-8.

³¹⁵ CDH, 1889, Caixa 20, Feito M-18-04; p. 8.

³¹⁶ CDH, 1889, Caixa 20, Feito M-18-04; p.12.

Contudo, respondeu que se existia uma multa prevista, nada justificava uma agressão física.

As próximas testemunhas que colaboraram com o procedimento na subdelegacia, foram Domingos da Silva Cunha e Antônio Prudência. Domingos tinha trinta e nove anos, era negociante, natural do Porto de Santo Antônio em Minas Gerais e residente em Faria Lemos. Antônio Prudência tinha vinte e cinco anos, era lavrador, natural de Rio Novo em Minas Gerais e residente em Faria Lemos. Ambas as testemunhas alegaram que a vítima era bem conceituada e que o réu era provocador.

Nos procedimentos encaminhados à Justiça, a defesa questionou a intensidade dos exames discriminados no auto do corpo de delito. Neste ato do processo, a mesma defesa solicitou novos exames em relação à vítima. Da forma como foram discriminados os ferimentos no corpo de delito inicial, as referidas ofensas categorizavam o ato como delito cometido por Sebastião. Conforme verificamos, a forma como foram relacionados os ferimentos no corpo de delito, os movimentos da vítima estariam comprometidos, inabilitando a mesma para o trabalho. No entanto, com a solicitação de um exame de sanidade física, a defesa buscou provar que a intensidade dos ferimentos não foram tão impactantes conforme atestaram os peritos iniciais. O objetivo da defesa era provar que os ferimentos eram mais brandos, com o intuito de convencer a Justiça pela não criminalização do ato. De acordo com a defesa, foram oficiados *dois peritos completamente ignorantes da ciencia medica, pois são dois rústicos*³¹⁷. Após o pedido de um exame de sanidade física, foi solicitada vista ao promotor público para se pronunciar sobre a nova perícia. Em um processo de interiorização da Justiça em uma região que passava por constantes transformações, era previsto que as limitações em relação aos serviços prestados fossem uma realidade em vários aspectos. As perícias realizadas nos exames de corpo de delito, por vezes, eram conduzidas por indivíduos que não tinham a formação médica. Isso denota que, por vezes, para o andamento do ritual processual, a improvisação fosse uma realidade para os trabalhos da Justiça.

O resultado do exame de sanidade requerido pela defesa apresentou de fato, o abrandamento das feridas realizadas em José Lourenço do Carmo. De acordo com os novos peritos:

³¹⁷ CDH, 1889, Caixa 20, Feito M-18-04; p. 23.

(...) procederão o exame na pessoa de José Lourenço do Carmo de constituição forte, trinta e cinco annos presumíveis de idade, e de estatura mais que regular, encontrando na parte media do parietal direito uma solução de continuidade, já em via de cicatrização, de sete centímetros de extensão e um de largura, tendo a direção de cima para baixo e de traz para diante; este ferimento interessou apenas o couro cabeludo; encontrando mais uma escoriação de cor roza e forma quadrangular e de oito centímetros de lado, tendo a sua sede na (INDEFINIDO) direta, indicando ser produzida por um emplastro revulsivo; observando na mesma região uma echymose acompanhado de edemacia, echymose e edemacia determinadas por corpo contundente (...).³¹⁸

Após o exame realizado, os peritos alegaram que os ferimentos foram produzidos por ofensa física. No entanto, diferente dos pareceres dos peritos anteriores, alegaram que os ferimentos não são mortais, não resultaram em mutilação ou destruição de algum membro ou órgão, não houve inabilitação ou deformidade, não ocorreu grave incômodo de saúde e não houve inabilitação de serviço por mais de trinta dias. O promotor público acatou o resultado do exame de sanidade, alegando que os peritos do primeiro exame de corpo de delito não eram profissionais para o ato, não possuindo capacidade para a realização do exame. Cabe a ressalva de que, com a solicitação da defesa em prol de um novo exame na vítima, se formalizou o uso de predicados legais para a desclassificação do delito praticado por Sebastião Cardoso. A tese da defesa buscou provar que os ferimentos descritos no corpo de delito eram amplamente excessivos se comparados às reais ofensas físicas.

Após este embate entre as partes, o processo foi conduzido para os procedimentos comuns ao ritual. Na qualificação do réu, Sebastião Cardoso alegou ser solteiro, ter vinte e oito anos e desempenhar a profissão de feitor de turma da conservação da Estrada de Ferro da Leopoldina. Alegou saber ler e escrever, sendo natural de Portugal.

Como já enfatizamos, a década de 1880 para esta região se destacou em vários segmentos. A elevação de instâncias jurídicas ocorreu em 1880, a emancipação do município em 1882, a chegada da linha férrea e suas respectivas extensões a partir de 1885 e a elevação à categoria de Comarca em 1890. É provável que parte desses indivíduos que são qualificados como negociantes estivessem residindo na região pela

³¹⁸ CDH, 1889, Caixa 20, Feito M-18-04; p. 26v.

conjuntura econômica favorável para o recorte. Em relação às partes envolvidas, podemos observar um trabalhador de lavoura em confronto com um trabalhador da linha de trem. Em outras palavras, o trabalho da terra se defrontando com o trabalho da expansão e desenvolvimento econômico.

No interrogatório do réu, Sebastião alegou que residia em Faria Lemos, especificamente no quilômetro 135 da linha do trem. O réu afirmou que, em virtude do trabalho desenvolvido na manutenção da linha, residia neste local há onze meses ou mais. Em seu depoimento, Sebastião argumentou que estava rondando a linha férrea para afastar dos trilhos qualquer empecilho que pudesse obstruir a passagem do trem. Este procedimento ocorria sempre que se aproximava a hora da passagem da locomotiva. Ao perceber a presença de José Lourenço, Sebastião advertiu a vítima sobre a proibição de permanecer próximo aos trilhos tendo em vista que muitos desastres já haviam ocorrido por causa de imprudências. De acordo com o réu, José Lourenço resistiu à advertência, permanecendo na estrada do trem. Na necessidade de retirar a vítima do trajeto, Sebastião quis afastá-lo da linha. Segundo o réu, José Lourenço deu um arranco que o fez cair dentro de um buraco feito de pedra e cimento. Sebastião disse que retirou José Lourenço do local da queda ao perceber que o mesmo havia se ferido.

Após o interrogatório destinado ao réu, o juiz se posicionou na contramão da denúncia inicial. De acordo com a autoridade, a própria vítima confessou desobedecer ao regulamento da linha férrea ao ser advertido pelo réu. Cabia a Sebastião a função de desobstruir a estrada para a passagem do trem. O juiz ressaltou que a própria vítima confessou que, ao ser admoestado, argumentou que assim que chegasse o trem sairia do caminho. Ressaltou ainda que, quando as testemunhas visualizaram a vítima, esta já se encontrava ferida, não oferecendo provas que Sebastião tivesse ocasionado os respectivos ferimentos. O juiz interpretou como aceitável a retirada de José Lourenço da linha do trem, uma vez que esse resistiu às advertências preliminares. Alegou ainda que, se o réu tivesse intenções criminosas com a vítima, Sebastião deixaria José Lourenço ferido para ser morto pelo impacto com o trem. Sendo o réu um vigia da empresa, este não poderia permitir a presença de indivíduos imprudentes sobre a linha. Era lícito ao vigia utilizar a força para coagir e afastar alguém que estivesse resistindo e obstruindo a estrada do trem. Seria natural que o queixoso, ao cair por ser retirado da estrada acabasse se ferindo. Por não poder admitir o crime por ilação, o juiz considera

improcedente a queixa. Sendo assim, a autoridade solicitou o arquivamento do processo, encerrando o caso sem qualquer condenação. A necessidade do cumprimento das regras em relação à chegada e ao funcionamento da linha férrea, fez com o que o juiz interpretasse a ofensa física realizada em José Lourenço como justificável, tendo em vista que a desobstrução do trajeto do trem era responsabilidade de Sebastião Cardoso.

As mudanças em meio ao cotidiano de uma vida que, até então, se conduzia em um ambiente exclusivamente rural, acabou por se constituir um obstáculo para os hábitos comuns. A lida e o trato com os empecilhos também destacam o embate entre o indivíduo do campo e o indivíduo atrelado aos movimentos de transformação. Nesse sentido, podemos identificar como as novas regras podiam causar resistência dentro de um novo contexto. Com a chegada do trem, novas normas impunham certa limitação em relação ao trânsito e ao próprio cotidiano dos habitantes que já viviam na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fonte criminal nos possibilita entrar em parte do cotidiano desses indivíduos. Guardados os devidos cuidados com a intencionalidade dos discursos presentes nos autos, é possível detectar alguns aspectos relacionados à forma de vida, aos parâmetros econômicos, as funções sociais, à quebra de costumes e as formas de exteriorização dos conflitos. Ainda assim, as fontes nos permitem observar como as transformações regionais atuavam categoricamente na condução do cotidiano dessas sociedades. Partindo da perspectiva de que “crime é criminalizar”, a presença da Justiça da legislação no Brasil pôde evidenciar que o aumento dos crimes pode estar relacionado intimamente ao seu funcionamento na região. Como se observou, a oficialização do Termo de Santa Luzia do Carangola aumentou e estabilizou o registro dos crimes ao longo de seu funcionamento. Quando esta instituição foi elevada à categoria de Comarca, verificamos um novo aumento e a estabilização dos registros.

O expressivo aumento dos crimes, a partir das estatísticas anuais verificadas, pode estar intrinsecamente vinculado às transformações locais, que por sua vez, são consequências das mudanças políticas (Império x República) do país nos últimos decênios do século XIX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRETAS, Marcos Luiz. O crime na historiografia brasileira: uma revisão da pesquisa recente. *BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 32, pp. 50, 2º. sem. 1991.

BOURDIEU, Pierre, *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 632.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997, p. 235.

FREITAS, Alysso Luiz. A violência praticada por escravos e homens livres: Crimes em Comum? *História e Perspectivas*, Uberlândia n. 51, pp. 315, jul./dez. 2014.

LEVI, Giovanni. *Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 175.

MAUCH, Cláudia. O processo crime para além dos crimes. In: *XI Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul: produzindo história a partir de fontes primárias*. Porto Alegre: CORAG, 2013. v. 11. pp. 22, 2013.

SANTOS, Viviane Amaral dos; COSTA, Liana Fortunato. O papel desempenhado pela justiça na história de uma família com denúncia de violência sexual. *Interações*, São Paulo, v. 9, n. 17, pp. 133-154, jun. 2004.

SLEMIAN, Andréa. A administração da justiça nas primeiras décadas do Império do Brasil: instituições, conflitos de jurisdições e ordem pública (C.1823-1850). *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, n. 452, pp. 225-272, jul./set. 2011.

VELLASCO, Ivan; ANDRADE, Cristiana Viegas. Criminalidade e violência em perspectiva histórica: mapeamento de dados, reconstrução de estatísticas e dados censitários: 1830-1929 *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, n. 477, pp. 146, mai./ago. 2018.

ESTRUTURAS DE RIQUEZA EM SÃO PAULO DO MURIAÉ: POSSE DE TERRAS E ESCRAVOS 1854-1888

Beatriz Simão Gontijo Silva³¹⁹

RESUMO: O presente trabalho propõe verificar a composição de terras e aquisição de escravos de São Paulo do Muriaé na segunda metade do século XIX. Para tanto, pretendemos entender o percurso da obtenção das terras, e da compra de escravos, dois elementos que contribuíam para a geração de riquezas entre os proprietários de realce da localidade no período analisado. Compreender como as riquezas formadas poderiam ser fatores de consolidação social pode nos encaminhar para um painel mais completo acerca da posição e importância dessas pessoas frente à história e desenvolvimento da cidade. Serão utilizados como fontes principais os livros de batismos da Matriz São Paulo, inventários *post-mortem*, registro paroquiais de terras e o recenseamento imperial de 1872.

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão; terras; Zona da Mata mineira.

ABSTRACT: This paper proposes to verify the composition of lands and the acquisition of slaves in São Paulo do Muriaé in the second half of the 19th century. This research intends to understand the course of obtaining land, and the purchase of slaves, two elements that contributed to the generation of wealth among the owners of the locality in the analyzed period. Understanding how the wealth was formed could be a factor of social consolidation and can lead us to a detailed picture about the position and importance of these people in relation to the history and development of the city. The main sources will be the São Paulo Matriz baptism books, post-mortem inventories, parish land registration and the 1872 imperial census.

KEY-WORDS: Slavery, lands, Zona da Mata mineira.

³¹⁹ Mestre em História Social pela Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO. E-mail: beatrizsgontijo@gmail.com

ESTRUTURAS DE POSSE DE TERRAS

Marcado pelas transformações do sistema capitalista mundial, o início do século XIX deixou de se basear numa economia puramente mercatária e avançou para uma economia industrial. As modificações provenientes desse processo transformaram as relações socioeconômicas, principalmente aquelas relacionadas às práticas de obtenção de lucros. Nesse sentido, entraram na pauta mundial discussões elaboradas pelas transformações econômicas e comerciais, entre elas, a terra. No século XIX, a terra passou a ser incorporada à economia mercante, mudando a relação do proprietário com este bem.

Nessa nova perspectiva, a terra transformou-se em um bem valioso; procurava-se atribuir a ela um caráter mais comercial e não apenas um status social, como da economia colonial. À terra, caberia gerar lucros e sua reavaliação gerou discussões e até a criação de leis, como a chamada Lei de Terras de 1850.

O regulamento da Lei de 1850 determinou a obrigatoriedade da escrituração e da delimitação da terra por meio dos chamados *registros paroquiais de terras*, obrigatórios para todos os possuidores de propriedades. Eram os vigários de cada freguesia os encarregados de receber as declarações para o registro de terras. As declarações deveriam ter duas cópias iguais, contendo: “o nome do possuidor, designação da Freguesia em que estão situadas; o nome particular da situação, se o tiver; sua extensão se for conhecida e seus limites”. Dessa forma, a lei e seu regulamento estabeleciam que cabia ao declarante informar sobre os limites de sua terra, não sendo necessária a apresentação de documento que confirmasse a propriedade, nem mesmo era requisitada a presença de testemunhas que pudessem garantir a ocupação e demarcação da terra, bem como seu cultivo (MOTTA, 2008:59).

Entende-se assim que o objetivo dos registros paroquiais de terras era realizar uma espécie de cadastro das terras ocupadas, de modo a criar um levantamento geral para que o Estado conhecesse a situação da ocupação fundiária.

Os registros paroquiais de terras referentes à São Paulo do Muriaé totalizam 485 documentos, que correspondem à 88% de toda a área apurada para a localidade entre os

anos de 1854 a 1857. A partir desses assentamentos, é possível esboçar um panorama relativo à composição fundiária, como observado na tabela a seguir.

Tabela 1- Composição Fundiária em São Paulo do Muriaé - 1854-57

Extensão	Nº de registros	%	Área (alqueires)	%
Até 200	406	84	22.327,62	26
Mais de 200	79	16	61.629,50	74
Total	485	100	83.957,12	100

Fonte: adaptado de ANDRADE, Rômulo Garcia. 1995. P. 415.

Podemos observar um modelo concentrador de terras, em que a maior área de terras encontrava-se nas mãos de menos proprietários, enquanto um maior número de pessoas possuía extensões menores de terras. Segundo Rômulo Andrade, em São Paulo do Muriaé, verificou-se um perfil de composição fundiária, caracterizado em primeiro lugar pela concentração de terras, como demonstrado acima, por um mercado imobiliário representado por uma prerrogativa masculina e marcado por uma representação de propriedades pouco definidas (ANDRADE, 1995: 26).

A respeito do delineamento apontado, observamos que os registros paroquiais de terras realmente revelam um mercado imobiliário, uma vez que de 553 registros, em 340 deles (74%) a forma de aquisição das terras se deu por meio da compra, seguida em maior número pela herança (47 casos -10% e pela troca 36 vezes - 8%). Esses números demonstram a modificação da condição da terra para o domínio público e como esta passou a representar o poder econômico.

Tabela 2 - Forma de aquisição de propriedades em São Paulo do Muriaé 1854-57

Modalidade	Número de registro	%
Compra	340	74
Herança	47	10
Troca	36	8
Posse	13	3
Doação/dote	15	3
Mista	7	1,6
Hasta pública	2	0,4
Total	460	100

Fonte: adaptado de ANDRADE, Rômulo Garcia. 1995. P. 415.

A respeito das pessoas que lideravam esse “mercado de terras” observado em São Paulo do Muriaé, o percurso de possuir e transacionar as terras demonstrou ser uma distinção masculina. A presença das mulheres nos registros, além de minoria, não configurava a elas a condição de proprietárias. Elas geralmente eram as viúvas ou órfãs dos finados possuidores. Outro elemento conferido à posição secundária das mulheres nos registros era a classificação de suas terras, na grande maioria dos casos como pequenas e médias propriedades, descritas com até 200 alqueires. Do total de 553 registros analisados³²⁰, em 517 (94 %) as assinaturas eram de homens, enquanto 36 (6%) eram de mulheres. Para Rômulo Andrade, a baixa frequência feminina nos registros paroquiais de terras era um reflexo do papel coadjuvante nos negócios de modo geral (ANDRADE, 1995: 35).

A quarta característica da estrutura de posses das terras em São Paulo do Muriaé delimitou-se por indefinições dos formatos adotados pelos proprietários para designar o tipo de terra que possuíam. A falta de exatidão em relação aos tipos de propriedades declaradas pode ser observada em 485 registros que apresentavam a descrição das terras

³²⁰ O número total de registros os quais estamos analisando, corresponde a 553 registros paroquiais de terras. Entretanto, na Tabela 22, trabalhamos com um total de 460, pois desconsideramos aqueles dados sem informação ou ilegíveis referentes à modalidade de obtenção da terra, por julgarmos não contribuir para as informações descritas. Contudo, para outras análises, como a caracterização dos proprietários mencionada, os 93 registros dispensados previamente, apresentavam a informação de nosso interesse, portanto, foram novamente incluídos na contagem.

adquiridas. Desses, a indicação mais informada foi *sorte de terras* (155) para as propriedades consideradas pequenas e médias, com até 200 alqueires, enquanto que para as grandes, a indicação foi de *fazenda* (59). A variação das definições em relação às terras pode ser observada na tabela 3.

Tabela 3 - Tipos de propriedades declaradas em São Paulo do Muriaé - 1854

Tipo de propriedade	Até 200 alqueires	Mais de 200 alqueires
Fazenda	69	59
Sítio	97	*
Chácara	2	*
Terreno	2	*
Situação	16	*
Posse	*	*
Sorte de terras	155	13
Porção de terras	17	*
Parte de terras	13	4
Não definido	35	3
Total	406	79

Fonte: adaptado de ANDRADE, Rômulo Garcia. 1995. P. 415.

Os tipos de propriedades declarados nos documentos apresentavam certa flexibilidade, pois variavam da forma como comumente eram classificados em outros locais. Exemplo dessa eventual indefinição em São Paulo do Muriaé é a caracterização de *fazenda* como unidades produtivas situadas em terras próprias com áreas variadas. Embora na maior parte das vezes fossem declaradas como propriedades com mais de 100 alqueires, como em Juiz de Fora, em São Paulo do Muriaé 39 donos de terras com menos de 50 alqueires afirmaram ao pároco local que suas propriedades configuravam fazendas, ou seja, mais da metade desses possuidores não consistiam em grandes senhores de terras, e sim pequenos e médios, o que valida os dados demonstrados anteriormente a respeito do perfil concentrador de terras em São Paulo do Muriaé, em que a maior parte dos proprietários possuíam pequenas e médias extensões de terras, enquanto os maiores domínios estavam nas mãos de poucos senhores.

ESTRUTURAS DE POSSE DE ESCRAVOS

Em relação à estrutura de posse de escravos, o recenseamento de 1872 demonstrou que em São Paulo do Muriaé a posse de grandes escravarias não configurou o padrão, e sim o contrário. Na localidade, poucos senhores possuíam muitos escravos, ao passo que a maioria dos proprietários dispunham de poucos escravos. A grande concentração de escravos esteve presente em apenas 3 propriedades declaradas, as quais possuíam entre 50 e 105 escravos, que correspondiam a 22% da população cativa do município. O maior índice de concentração de cativos esteve representado por 10 propriedades que portavam números entre 20 e 49 escravos, que compreendiam 26% dos escravos registrados no censo.

Tabela 4 - Relação de escravos segundo composição de escravaria em São Paulo do Muriaé - 1872

Nº escravos	Nº escravarias	Total	%
01 - 04	41	102	9,5
05 - 09	24	156	14,5
10 - 14	11	128	11,9
15 - 19	10	163	15,2
20 - 49	10	278	26,0
50 - 105	3	243	22,7
Total	99	1070	100

Fonte: Recenseamento 1872. Biblioteca Geral IBGE

A partir da análise da tabela 4, verificamos que, apesar de representarem a maioria das escravarias em São Paulo do Muriaé, aquelas que continham entre 1 e 4 escravos configuravam apenas 9,5% dos escravos da localidade. Contudo, se incluirmos na contagem o segundo maior número de escravarias, referente à posse entre 5 e 9 escravos, obtemos um percentual de 24% do total de escravos registrados no censo, o que aproxima o montante de cativos àqueles registrados nos índices que caracterizam concentração de posse de escravos.

LEVANTAMENTO DA COMPOSIÇÃO DE RIQUEZAS FAMILIARES EM SÃO PAULO DO MURIAÉ

O conhecimento dos bens dos proprietários da sociedade oitocentista de São Paulo do Muriaé mostra-se imprescindível para o melhor entendimento da dinâmica entre senhores e escravos e também para o entendimento da influência destes senhores em relação aos outros nomes da elite local. Compreender como as riquezas formadas poderiam ser fatores de consolidação social nos encaminha para um painel mais completo acerca da posição e importância dessas pessoas frente à história e desenvolvimento da cidade.

O caminho apontado pelos registros paroquiais de batismos e casamentos, em direção a proprietários recorrentes, principalmente em relação aos batismos de escravos³²¹, revelou-nos um quadro de pessoas que nos chamaram a atenção não só pela quantidade de vezes em que aparecem na documentação, como também pela quantidade de escravos levados à pia batismal.

Com o intuito de analisar a influência econômica dos proprietários registrados, optamos por investigar com maior ênfase aqueles que apresentavam maiores recorrências nos batismos de seus cativos. Para tanto, selecionamos os que apareceram a partir de dez vezes, como apresentado na tabela 5. Apesar do número considerável de proprietários demonstrado, não foi possível investigar o perfil fazendário relativo a cada um deles, por não conseguirmos localizar todos os inventários *post-mortem* correspondentes. Sendo assim, apoiamo-nos nos registros encontrados a fim de vislumbrar a composição financeira dos senhores de escravos.

Tabela 5 - Proprietários de escravos recorrentes nos batismos em São Paulo do Muriaé – 1852- 1888

³²¹ Optamos por buscar os proprietários de escravos e suas fortunas nos baseando nos registros paroquiais de batismo, pois nestes, a ocorrência de senhores foi maior do que a encontrada nos registros de casamentos.

Nome dos Proprietários	Recorrência nos registros de batismos
Albino José	10
Anacleto Correa de Faria	10
Antônio José da Silva	15
Antônio Augusto da Silva Canedo	35
Antônio Tibúrcio Rodrigues	10
Florianio Thomas Rodrigues	14
Francisco Alves da Silva Pereira	15
João Carlos de Souza	18
João Chrysóstomo Leopoldino Magalhães	15
Joaquim Ferreira da Cunha	13
José Bento da Silva	10
Lino Teixeira de Cerqueira	17
Manoel Garcia de Matos	22
Manoel Rodrigues Pinto	12
Marciano Rodrigues Silva	10
Theresa Maria de Jesus	11

Livros 1 e 2 de Batismos. Matriz São Paulo. 1852-1888

A partilha de bens de Dona Maria José de Jesus, finada esposa de Anacleto Correa de Faria, um dos proprietários listados, apresenta alguns aspectos já analisados na realidade de São Paulo do Muriaé no tocante aos oitocentos, principalmente em relação à posse de terras. Assim como declarado no inventário, *sorte de terras* era o tipo de propriedade mais frequentemente declarada pelos inventariantes, fosse em poucos ou muitos alqueires. No caso de Dona Maria José de Jesus, seus bens de raiz declarados foram apenas “uma sorte de terras e um cafezal”, o que não exclui a possibilidade de o marido possuir à época outras terras e plantações. Entretanto, o montante mais valioso herdado pelo viúvo era o equivalente aos escravos. No total, os 10 cativos pertencentes à senhora correspondiam a 85% de tudo que foi declarado.

Tabela 6 – Composição de bens de Maria José de Jesus – 1861

Bens	Valor	%
Móveis	118\$000	0,81

Semoventes	100\$000	0,7
Escravos	12:300\$000	85,05
Raiz	1:945\$850	13,44
Total	14:463\$000	100

Fonte: Inventário Dona Maria José de Jesus - Arquivo cível- Fórum
Tabelião Pacheco de Medeiros

Na divisão de bens, a meação correspondente ao viúvo foi de 6:516\$925, sendo que o pagamento foi feito por meio de quatro escravos, objetos de valor e animais. Apesar de não constituir uma grande fortuna, os bens da falecida senhora podem ser considerados uma amostra daqueles possuídos por seu marido, bem como ter contribuído para que ele tivesse um considerável número de escravos batizados, como encontrado nos registros de batismos.

Os escravos vinculados à senhora, apesar de não caracterizarem grandes números, muito provavelmente eram a força de trabalho e a base da produção e sustentação de seu patrimônio e pecúlios. Segundo Jonis Freire (FREIRE, 2009), em uma sociedade escravista, ser possuidor de escravos e terras configura riqueza para um indivíduo. No caso apresentado, ainda que modesta, a escravaria de Dona Maria José de Jesus colaborou para que seu esposo se destacasse entre os proprietários arrolados nos batismos de seus escravos. Comparando o inventário com os registros de batismo, foi possível constatar que nem todos os escravos recebidos por Anacleto Correa de Faria foram batizados. Dos dez indivíduos declarados no inventário, apenas quatro foram levados à pia batismal. As escravas Rita, Maria, Joaquina e Ana constam nos livros de batismo como pertencentes ao proprietário, juntamente com outros seis nomes que não constam nos autos do inventário. Conclui-se assim, que o proprietário era possuidor de outros escravos, não apenas os deixados a ele pela finada esposa.

O inventário de Floriano Thomas Rodrigues exibiu um panorama um pouco diferenciado do primeiro analisado. A declaração de suas posses reflete um perfil econômico de um proprietário de terras e imóveis, mais do que de escravos, apesar destes, serem seu segundo montante mais valioso.

Tabela 7 – Composição de bens de Floriano Thomas Rodrigues, 1885

Bens	Valor	%
Móveis	375\$000	1
Semoventes	1:007\$500	4
Escravos	8:300\$000	32
Raiz	15:820\$000	63
Total	25:010\$620	100

Fonte: Inventário Floriano Thomas Rodrigues - Arquivo cível- Fórum Tabelaio Pacheco de Medeiros

Floriano Thomas Rodrigues deixou para Dona Emerenciana Maria de Jesus, sua esposa e filhos, propriedades rurais como uma fazenda e um sítio, casas na cidade e nas propriedades rurais. Nestas, aparentemente, a produção era majoritariamente de café, compreendidos em 17 mil pés e também um canavial de pequeno porte. Os escravos compunham, em segundo lugar, os seus bens mais valiosos e constavam em um total de 14 escravos. Destes, três eram crianças, nove destinados à “safra” como descrito no inventário, e duas cozinheiras. Todos os escravos foram declarados de nacionalidade brasileira.

Ao consultarmos os registros de batismos, verificamos que os seus escravos declarados no inventário não correspondem àqueles levados à pia batismal. Apenas um escravo, de nome Maximiniano, consta nos dois registros. No entanto, outros escravos foram arrolados como pertencentes a Floriano Thomas Rodrigues, e em mesmo número daqueles deixados por ele aos familiares, possibilitando dois quadros. O proprietário batizou seus escravos entre os anos de 1869 e 1880. Seu falecimento ocorreu em 1885 e, nos proclames de seus bens, os escravos não constavam como os mesmos registrados nos livros de batismo da matriz. Propõe-se que o senhor em questão possa ter realizado compras e vendas de escravos nesse intervalo, fato que justificaria a não compatibilidade dos nomes nos documentos comparados. E a outra hipótese seria a alteração da fonte no momento da digitalização, devido ao não entendimento da grafia. Apesar da singularidade encontrada, o proprietário analisado demonstrou preocupação na realização do sacramento de seus cativos, sendo o único verificado nesse estudo a ter batizado todos os escravos que possuía.

Floriano Thomas Rodrigues dispunha de uma divisão de seu patrimônio mais aproximada do padrão encontrado por Andrade na Zona da Mata mineira. Seus bens se constituíam em maiores índices em terras, escravos e café (ANDRADE, 1995:97).

Diferente dos dois primeiros casos apresentados, os próximos proprietários estudados demonstraram possuir padrões financeiros superiores aos analisados até então. Talvez por esse motivo Manoel Garcia de Matos seja um nome mais conhecido, tanto pelas suas posses, quanto pelo seu histórico familiar e social em São Paulo do Muriaé. Além de atuar como representante e presidente da Câmara Municipal de Muriaé, também exerceu o cargo de vereador suplente entre 1872 e 1874.

Tabela 8 - Composição de bens de Manoel Garcia de Matos - 1879

Bens	Valor	%
Móveis	782\$000	0,4
Semoventes	29:505\$000	15,4
Gado	1:274\$000	1
Escravos	40:800\$000	21
Raiz	119:134\$000	62,2
Total	191:495\$000	100

Fonte: Inventário Manoel Garcia de Matos - Arquivo cível- Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros

A importância social de Manoel Garcia de Matos poderia ser um reflexo de sua bem-sucedida trajetória financeira. Possuidor de três casas na freguesia e outra situada na fazenda Boa União, sua propriedade continha ainda cinquenta mil pés de café, além de cento e noventa alqueires de terras ocupadas com plantações de milho e também vinte e nove alqueires de terra na fazenda Boa Vista. Os 21% de seu patrimônio correspondiam aos escravos, trinta e três em números, sendo que vinte e três foram declarados como roceiros, dado que endossa o tipo de força de trabalho utilizado pelo proprietário. Contudo, existia um escravo declarado como *tropeiro*. A presença dessa informação nos leva a relacioná-la à existência de um número elevado de burros, bestas e bois em seu inventário, o que demonstra a diversificação de investimentos e atividades econômicas desenvolvidas pelo proprietário.

Dos trinta e três escravos existentes em bens declarados, vinte e três foram batizados entre 1852 e 1879. Apesar de não representar a totalidade, 70% de seus escravos receberam o batismo, afirmando um compromisso do proprietário com os ritos religiosos.

Acompanhando o mesmo padrão de haveres do cenário descrito anteriormente, encontramos entre os proprietários de destaque os registros de inventário de Antônio Augusto da Silva Canedo, personalidade de realce na localidade. Conhecido por atuar como promotor e juiz, foi também figura pública ao se tornar deputado e posteriormente presidente da Assembleia Provincial de Minas Gerais.

Tabela 9 - Composição de bens de Antônio Augusto da Silva Canedo - 1883

Bens	Valor	%
Móveis	9:127\$000	1,8
Semoventes	6:340\$000	1,1
Escravos	99:600\$000	19,6
Raiz	79:153\$000	15,6
Jóias	884\$480	0,1
Dívidas ativas	313:540\$000	61,8
Total	506:644\$000	100

Fonte: Inventário Antonio Augusto da Silva Canedo - Arquivo cível- Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros

A distinção social desempenhada pelo desembargador foi acompanhada pela notoriedade de seu patrimônio. A relação de bens levantada pode ser considerada uma fortuna composta principalmente por escravos, créditos, terras, casas na cidade e a cafeicultura. Os aproximados 20% de sua fortuna, referentes aos escravos representam a maior escravaria documentada para o período em São Paulo do Muriaé, com um total em números de 103 cativos. A grande concentração de terras, que alcançavam os 517 alqueires de terras, elevam Antônio Augusto da Silva Canedo a uma personalidade de prestígio social, em níveis locais e regionais, o que o fazia juntamente com sua esposa uma opção estratégica para apadrinhamentos, como visto nos registros de batismos.

Em relação aos batismos em que esses senhores aparecem, são destaques não só pela posse, mas também pelo apadrinhamento de escravos. Apesar de serem elencados diversas vezes como padrinhos de livres, nosso enfoque está exatamente aqueles que foram escolhidos como as referências espirituais de escravos.

Dos quatro nomes realçados nesse trabalho, três participaram de cerimônias de batismos de escravos em uma postura distinta à de senhor, mas como padrinhos. Anacleto Correa de Faria por três vezes batizou escravos de pessoas próximas da família, entre os anos de 1867 e 1879. Já Antônio Augusto da Silva Canedo, possuidor de um enorme patrimônio como demonstrado acima, inclusive, o maior proprietário de escravos identificado, por uma única vez batizou uma escrava de nome Elisa, sendo ele também o proprietário desta, em 1876. Por fim, e também com uma pequena participação no apadrinhamento de cativos, Manoel Garcia de Matos batizou o escravo Antônio, de seu irmão Marcelino Garcia de Matos, em 1859. Do montante de escravos que possuía, trinta e três foram batizados e possuíam como padrinhos escravos da própria escravaria.

Na Zona da Mata mineira a relação do senhor com o escravo como padrinho só ganhou realce, ainda que superficial, a partir de 1871, devido a Lei do Ventre Livre. Após a implementação da lei, as ligações e padrões da escravidão foram reavaliados e então os senhores e suas esposas começaram a apadrinhar seus escravos. No caso de São Paulo do Muriaé, dos 934 registros de batismos de escravos, apenas 46 (5%) apadrinhamentos de cativos foram feitos por parentes e 11 (1%) pelos proprietários. Nas ocorrências em que os proprietários apadrinharam seus cativos, todos os registros são posteriores a 1872, o que reforça a influência da Lei do Ventre Livre em uma sociedade escravista (ANDRADE, 1995).

Ainda que o número de escravos e posses arrolados nos inventários possa ser considerado ínfimo se associados às grandes posses de senhores contemporâneos de áreas próximas, como Juiz de Fora, é importante levarmos em conta as realidades regionais, bem como compreender que assim como Rita Almico (ALMICO, 2001) Zélia Cardoso de Mello (CARDOSO DE MELO, 1985) e Renato Leite Marcondes (MARCONDES, 1998) consideramos nesse estudo a ideia de riqueza como tudo o que foi acumulado ao longo da vida do inventariado.

O cenário apresentado procurou demonstrar a influência dos proprietários em âmbito econômico e social e como a sincronia entre essas esferas contribuiu para destacar as personalidades analisadas nesse trabalho. Associar a riqueza dos senhores e seus familiares à participação social demonstra como as práticas de compadrio eram heterogêneas e estavam ligadas tanto a estratégias sociais quanto a laços espirituais.

De fato, o apadrinhamento serviu para selar laços profundos entre senhores e escravos podendo determinar seu cotidiano, assim como permitiu a possibilidade de definir seu futuro enquanto grupo submisso. Com essa amostra podemos notar que o poder econômico do senhor e de seus familiares foi um fator decisivo para que o escravo escolhesse o padrinho e a madrinha, podendo criar uma rede de dependência e estratégias para sua sobrevivência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

1. Matriz São Paulo/Muriaé- Minas Gerais

1.1 Livros de Batismos 1852/88

1.2 Livros de Casamentos 1855/88

2. Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros/ Arquivo cível

2.1 Inventários *post mortem* 1860/1888

3. Biblioteca Central do IBGE

3.1 Recenseamento Imperial 1872

3.2 Recenseamento 1890

4. Arquivo Público Mineiro – APM

4.1 Mapas de população 1844-1853

5. Laboratório de Acervo e Documentação Histórica – LADOCH – UNIVERSO

5.1 Lista nominativa de São João Batista do Presídio 1819

ALMICO, Rita de Cássia. *Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora, 1870/1914*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2001. (Dissertação de Mestrado em História Econômica).

ANDRADE, Rômulo. Escravidão e cafeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v.11, no 22, mar./ago., 1991.

ANDRADE, Rômulo. Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX. 2v. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995. (Tese de Doutorado em História).

CARDOSO DE MELLO, Zélia M. *Metamorfoses da Riqueza*. São Paulo 1845/1895. São Paulo:HUCITEC, 1985

CAVALCANTE, José Luiz. A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. *Revista Histórica*. Ed. N° 02, julho 2005.

FREIRE, Jonis. Famílias senhoriais, estratégias de manutenção e/ou ampliação de posses em escravos: Zona da Mata mineira, século XIX. 2009. Tese Doutorado – Instituto Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp, Campinas.

MARCONDES, Renato L. *A arte de acumular na economia cafeeira – Vale do Paraíba século XIX*. Lorena, São Paulo: Ed. Stiliano, 1998.

MOTTA, Marcia Maria Menendes. Fronteiras internas no Brasil do século XIX: um breve comentário. *Revista Vivência – CCHLA UFRN*, N. 33, 2008. P. 59.

HINOS PARA A PRINCESA D. JANUÁRIA: UMA EXPRESSÃO DE SEUS SÚDITOS EM 1836.

Janaina Rita Silva de Souza³²²

RESUMO: Este trabalho pretende analisar os diversos hinos patrióticos publicados no jornal A Gazeta Universal em Recife no dia 23/04/1836, esses objetos de análise trazem mais que gracejos dos súditos para a princesa no dia do aniversário, mas um retrato da vida política na década de 1830 do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Gazeta Universal, Versos, D. Januária.

ABSTRACT: This paper aims to analyze the various patriotic hymns published in the newspaper A Gazeta Universal in Recife on 23/04/1836. These objects of analysis bring more than jokes from the subjects to the princess on her birthday, but a portrait of political life. in the 1830s of the 19th century.

KEYWORDS: Universal Gazette, Verses, D. Januária.

INTRODUÇÃO

Até a Revolução Francesa, a mulher não participava efetivamente da vida política, havia casos isolados onde mulheres assumiram regências e governavam reinos; o século XVIII é de fato um tempo de transformação nas relações de poder; é nele que temos mulheres governando reinos desde a Rússia a Portugal; mesmo estando em um papel subalterno, elas ganhavam corpo na vida política, não podemos esquecer da declaração dos direitos da mulher e da cidadã escrita por Olympe de Gouges.

³²² Graduada em História pela UNICAP, e-mail para contato rahnut@gmail.com

Até o momento temos apenas ideias e elas influenciaram com muita intensidade o processo de independência Brasileiro, as mulheres também estavam lá, embora tenham sido apagadas pela Historiografia que mitificou apenas heróis masculinos; porém ainda se fala desse contexto sem mencionar sobre o papel articulador de Maria Leopoldina ou sobre as proezas militares de Maria Quitéria e Maria Felipa, ou sobre a delegação de senhoras Baianas que visitou a futura primeira imperatriz do Brasil trazendo consigo um manifesto apoiando a permanência do príncipe regente no Brasil, ou seja apoiando as ideias favoráveis ao processo de Independência.

Em meio a todo esse contexto nasce no dia 11 de março de 1822 às 5:30 da manhã uma menina de nome Januária, última filha de D. Pedro e D. Leopoldina a ser apresentada como infanta de Portugal; porém dentro da família Bragança não havia clima ruim pelo descumprimento às ordens das cortes feitos pelos pais da criança, pois Dom Pedro escreve ao pai contando sobre o nascimento da filha, sabendo da notícia, a princesa portuguesa Isabel Maria, irmã de D. Pedro e futura regente de Portugal escreve ao pai da pequena princesa, felicitando-o pelo nascimento da filha:

Queluz 4 de junho de 1822

Meu querido mano desejo que tenha passado bem eu estou boa graças a deos e aqui chegou a mão que foi quando nós sabemos que o mani tinha tido mais huma filha da qual lhe dou muitos parabens e a mana tão bem quem o mano dará muitos recados de minha parte e a menina veja de facer alguma encomenda da que para estar pronta para o servir em tudo que puder como

Mana

PS

Muito amiga

A minha dama

Isabel

Beijalhe a mão

Pelo bom soceço

Da mana

Temos um ponto interessante a notar lendo esta carta, é a irmã que está do outro lado do atlântico procura ser útil ao irmão e o seria anos depois, como mencionado acima, sendo regente de Portugal para D Maria II que estava fora do reino Luso nesse momento, outro ponto é que as relações familiares do Dom Pedro não estavam rompidas ou deterioradas nesse momento.

A infância de D. Januária feita princesa do Brasil após o 7 de setembro de 1822, transcorria tranquilamente no paço de São Cristóvão, até que em 11 de dezembro de 1826, sua mãe morreu deixando a menina de 4 anos órfã de mãe, em 16 de outubro de 1829 chega ao Rio de Janeiro D. Amélia que seria a nova “maman” da princesa de 7 anos e uma figura presente na infância dela.

O clima de instabilidade política pairava no ar, depois de se rebelar contra constituição outorgada em 1824, Pernambuco amargava a perda da comarca do São Francisco para a Bahia, mas não era só no Norte que havia ventos desfavoráveis ao imperador, na própria corte existiam vozes contestadoras ao governo e o segundo casamento de D. Pedro I nada ajudou em apaziguar os opositores, todos os fatores de queda de popularidade, anti-lusitanismo e etc, presentes nesse contexto, influenciaram na abdicação de D. Pedro I ocorrida em 07 de abril de 1831; ele deixou para trás um país em clima de revolta e 4 filhos pequenos que ficariam aos cuidados de tutores.

“MINHA QUERIDA JANUÁRIA”

Na manhã do dia 7 de abril de 1831, o paço de São Cristóvão amanheceu com uma atmosfera triste, segundo (Rezzutti, 2019; 59:) " As crianças não souberam de imediato da partida do pai, da irmã e da madrasta", os adultos tentaram seguir o protocolo de uma sociedade de corte e dissimular, mas eles sabiam que havia algo errado ali.

Em sua primeira carta ao pai após o ocorrido, D. Januária conta que "Não me quizerão chamar q[uan]do V.M.I. partio e nem tive a conçoção de ter recebido a benção paterna", esse documento datado de 9 de abril de 1831, externa uma criança

terna que sentia saudades do pai e como uma menina ela expressa em uma caligrafia muito polida e uma linguagem infantil, a obediência ao pai que partiria do Brasil.

Antes da partida de D. Pedro, agora Duque de Bragança em 11 de abril de 1831, recebia mais uma cartinha de sua filha, onde ela mais uma vez expressava as saudades que sentia e pedia a bênção paternal, um detalhe salta aos olhos é que a pequena princesa pede uma lembrança bem típica do século XIX: "pesso a V. M. I. hum bocadinho de cabelo", pois era o costume da época guardar mechas de cabelo das pessoas queridas como recordação das pessoas queridas.

No outro dia a bordo da corveta Volage, Dom Pedro responde a D. Januária em uma carta breve, porém que faz refletir a mudanças no contexto das relações familiares entre pais e filhos que passaram por transformações no século XIX; onde a figura do pai outrora autoritária, agora se transformava em alguém que se preocupava com os filhos, muito diferente do antigo regime; no fim da carta ele dá a bênção paternal a filha e pode constatar que ela está bem de saúde.

No mesmo maço de documentação que é preservado no arquivo histórico do museu imperial de Petrópolis, existe mais uma carta de D. Januária para o pai datada de 9 de novembro de 1831; a carta se inicia com a filha externalizando as saudades sentidas e dizendo que estava fazendo progressos em seus estudos, também é enviando ao pai um presente feito por ela, um paninho para barba bordado a mão, o que nos faz lembrar de trechos já mencionados antes por Lilia Schwarcz em *As barbas do imperador* que nos fala sobre as aulas de bordado que as princesas tinham em seu programa educacional.

SE TORNANDO PRINCESA IMPERIAL

Os anos que seguiram à abdicação não foram os mais tranquilos para D. Januária, seu tutor inicial era José Bonifácio de Andrada e Silva, nomeado por seu pai, porém destituído em 1833 e substituído pelo Marquês de Itanhaém, mas fora do paço de São Cristóvão, os ventos eram de contestação, enquanto as crianças sofriam a perda da

irmã falecida no início de 1833 e do pai em 1834, o Ato adicional era aprovado pela câmara trazendo a luz disputas de poder entre elites locais.

Em 1835, é instituída a regência una e convocada a primeira eleição para regente entre Diogo Feijó e Antônio Francisco de Paula de Holanda Cavalcante de Albuquerque, era a disputa das elites do sul contra as elites do norte.

Feijó vence a essas eleições e se torna regente do Império, porém em Pernambuco surge um movimento de oposição a ele que ganha corpo com a lei de 29 de outubro de 1835 que destitui Dona Maria II de Portugal do título de Princesa Imperial do Brasil e nomeia Dona Januária como herdeira do trono brasileiro, lei que só seria noticiada nos jornais pernambucanos em de 03 de fevereiro de 1836.

Em Pernambuco as elites conservadoras inconformadas com a perda das eleições para o oponente se articulavam e construía um veículo para difundirem as suas ideias: o jornal chamado A Gazeta Universal, como aparece na primeira página do mesmo os lugares onde podia-se adquirir exemplares:

Subscreve para esta folha a 640 reis. Por mez, pagos adiantados, na Praça da Independencia loja do Enquadrador de Livros D. 26; na rua do Cabuga loja do Senhor Bandeira Junior: em Olinda rua do Bomfim, caza do Destribuidor do Diário de Pernambuco e nesta Tipografia; Nestes lugares se recebem Annuncios Correspondencias, e outros quaesquer Artigos vindo assignados e as Correspondencias reconhecidas.

Deve-se notar como essas ideias circulavam no espaço urbano de Recife e Olinda as duas principais cidades da província e como a imprensa era usada para divulgar ideias; uma pessoa que tinha o dinheiro para comprar o jornal poderia adquiri-lo e publicar nele seus anúncios e correspondências, porém esse periódico não sobreviveu ao regresso conservador, aparecendo anos depois no Rio de Janeiro, mas sem o caráter Januarista.

No dia 11 de março de 1836 aniversário de D. Januária acontece uma grande festa cívica preparada por Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, A Gazeta

Universal publicava dois dias antes uma nota do presidente da província chamando as pessoas para o cortejo em homenagem ao dia do aniversário da princesa, porém como já mencionado no texto o principal jornal da província se colocava a favor do governo.

O diário de Pernambuco chamava os cidadãos do Império a se unirem em torno da figura do Imperador, em texto publicado no dia do aniversário, no entanto dias antes no dia 07/03 ele publica as notícias sobre as solenidades que ocorreriam, todavia um fato inusitado ocorreria nesse momento: o nordeste brasileiro patriarcal projetava uma figura feminina como protagonista de um movimento que era uma reação à perda das eleições para regente como demonstrado acima.

Nos diversos tipos de celebração ocorridos durante esse período; cortejo e teatro, salta-nos ao olhar um exemplar do jornal publicado em 23 de abril de 1836, quase dois meses depois da festa que traz consigo um texto celebrando a data e os hinos com teor patriótico direcionados a exaltar a figura da princesa e a causa dos conservadores que foram afastados do poder por uma regência liberal, como podemos observar no texto abaixo:

Outro

Eia, Patricias!

com alegria

DE JANUÁRIA

saudai o dia!

cantemos todas :

Viva a Princesa!

penhor seguro

Da Realeza!

onze de março

dia sem par

Nossa Orfandade

Has-de de findar

Hoje um triunfo

ganha o Brasil

sobre o de harpias

Bando servil

Brando que outr'oro

Caluniara

quem nossa patria

livre tornara

No peito ergamos

puros altares

Mandamos Hymnos

Aos livres ares

No início do texto o autor chama principalmente as mulheres para festejarem o 11 de março, o que demonstra mais uma vez o papel de mulher que essa elite projetava, mais adiante se observa os seguintes versos: “Nossa orfandade Has-de de findar”, ou seja a ideia de união nacional em torno do trono presente no primeiro reinado e que voltaria à tona no golpe da maioria e também a ideia de uma monarquia paternalista que se fazia presente na ideia de regência nas mãos de uma adolescente de 14 anos é interessante o tratamento dado aos opositores do movimento aqui que são chamados de “harpas”, essas disputas de poder na província terão desdobramentos inflamados na década seguinte.

De Brangantina estirpe

Renovo Brasileiro,

De Nitheroy ás margens

O Dia vio primeiro

Prosperere o fado

Tão aureo Dia

paz, alegria

Traga o Brasil

Procella assnatora

Que os póllos ameçam,

De JANUARIA ao nome,

Qual nevoa, se desfaça.

Prosperere o fado e & c

Aos rais d´este dia,

estremece o abismo,

Tremeo feroz licença,

Tremeo o despotismo!

Prosperere o fado e & c

Augusta Irmã do Joven

MONARCA BRASILEIRO,

Torna ditosa a patria

O Rio de Janeiro.

Prosperere o fado e & c

Do tórvo pão de assucar

Ao Sul, Ao Norte, voe

A glória d'este Dia

Por toda a parte sóe!

Prosperere o fado e & c

Em um segundo hino publicado no mesmo dia, há na primeira quadra uma evocação as origens da princesa, mas um detalhe nítido é que apenas a filiação paterna é mencionada; também se nota o sentimento de pátria regional tão comum ao período colonial sendo colocado no texto pelo seu autor quando se é mencionado as cidades do Rio de Janeiro e de Niterói, o tratamento dado aos opositores aqui é particular, pois em uma parte são chamados de “Pollos” e em outra parte de “Tiranos” o que demonstra articulação com outro texto publicado no dia 11 de março onde se pode ler opiniões desfavoráveis ao governo de Feijó, um ponto em destaque do texto é o pedido de paz em um momento que estouraram revoltas em diversas províncias geradas pelo Ato Adicional de 1834, menciona-se o parentesco com o jovem D. Pedro II, vendo que eles

apenas queriam uma regência e não uma usurpação de trono, anos mais tarde isso trará inúmeros aborrecimento a jovem Januária e Seu esposo o Conde de Aquila.

Eu te saúdo,
Mimoso dia,
Dos Brasileiros
A Sympatia.

Da tua Auroa,
Grato rubor
Ao Brasil trouxe
Mimosa flor.

De Heróe Sublime
Recordação
Hoje nos traes
Ao coração.

Tu nos augaras
Melhor porvir:
Por ti a *Inercia*
Deve cair.

Nesse último texto temos um soneto romântico, típico do movimento que estava surgindo no Brasil e que ganharia forma nas décadas seguintes com auxílio da Casa Imperial, o autor saúda o dia de nascimento de D. Januária e faz um elo entre isso e a questão dos apoios a regência da princesa, há mais uma vez como mencionado acima a evocação de suas origens paternas e a mitificação de D. Pedro I como herói da

independência, durante o Império essa imagem se mantém, porém com o golpe republicano é feita uma outra construção ; é mister notar em todos os textos como é colocado a questão do dever e da união entorno do trono a uma pessoa de 14 anos e com a condição de princesa seu dever era casar e gerar herdeiros, mas como Princesa Imperial; ela deveria estar sempre ciente da responsabilidade de governar caso irmão não tivesse descendentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Regresso Conservador de 1837 pôs fim a maior parte das revoltas, restando a Sabinada na Bahia e a Farroupilha no Sul, as contestações em torno da regência da princesa silenciaram, mas não chegaram a adormecer, anos mais tarde em 1839 tentou-se a primeira tentativa de negociação de seu matrimônio com o príncipe da Sardenha, mas o projeto é abandonado porque como herdeira do trono, muitos príncipes visavam a sua posição na linha sucessória.

1840 é marcado na historiografia brasileira como o ano do golpe da maioria nele a princesa atingia a sua maioria e de novo surgiam rumores sobre uma possível regência, sabemos por novos trabalhos publicados que as crianças eram blindadas de notícias sobre a vida política fora do ambiente do Paço de Cristóvão, até mesmo o jovem imperador, ou seja, ela não ficou sabendo sobre o movimento, mas tinha consciência que era uma princesa popular.

Esses súditos que faziam versos a Sua Alteza Imperial, estavam inseridos nas relações de poder do Brasil durante a regência, eles eram uma característica de seu tempo; tempo esse que foi esquecido nos arquivos, nós enquanto historiadores vivenciando esse momento de bicentenário da independência, devemos produzir uma historiografia que esteja ligada a esse período de novos olhares e porque não olharmos para D. Januária como uma mulher que vivenciou as transformações do século XIX, seja nas suas relações familiares, ou nas diversas ações políticas que impactaram diretamente sua trajetória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARMAN, Roderick: *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*, São Paulo, Editora Unesp, 2002.

CARVALHO, José Murilo de: *A Construção Nacional: 1830-1889*. São Paulo, Objetiva, 2012.

_____, José Murilo de: *Dom Pedro II*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

HUNT, Lynn: *Política Cultura e Classe na Revolução Francesa*, São Paulo, Companhia das Letras, 20017.

JUNIOR, Manuel Nunes Cavalcanti: “O EGOÍSMO, A DEGRADANTE VINGANÇA E O ESPÍRITO DE PARTIDO”: A HISTÓRIA DO PREDOMÍNIO LIBERAL AO MOVIMENTO REGRESSISTA (PERNAMBUCO, 1834-1837), UFPE, Recife, 2015.

NASCIMENTO, Luiz do: *História da Imprensa de Pernambuco (1821/1954) Vol I Diário de Pernambuco*, 2ª ED, Recife, Imprensa Universitária Universidade Federal de Pernambuco, 1968.

OLIVEIRA, Gabriel Alípio de Lima: *Cronistas e Atlantes: Justiniano José da Rocha, Firmino Rodrigues Silva e o Regresso Conservador (1836-1839)*, UFSJ, São João del-Rei, 2013.

PRIORE, Mary Del: *Pais de ontem: Transformações da paternidade no século XIX*, Universo, Niterói, 2017.

_____, Mary Del: *Corpo a corpo com a mulher: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil*. São Paulo: Editora Senac. 2000.

PERROT, Michele: *Minha História da mulher*, São Paulo, Contexto, 2016.

REZZUTTI, Paulo: *D. Pedro: A História Não Contada*, São Paulo, Leya, 2015.

_____, Paulo: *D. Leopoldina: A História Não Contada*, São Paulo, Leya, 2017.

_____, Paulo: *Mulheres do Brasil: A História não Contada*, São Paulo, Leya, 2018.

_____, Paulo: *Dom Pedro II: A História não contada*, São Paulo, Leya, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz: *As Barbas do Imperador*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA

Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis:

I-POB-31.03.1822-IM.P. c 1-4, Arquivo da Casa Imperial do Brasil, Museu Imperial/Ibram/Minc.

I-POB-09.04.1831-J.B.c 1-3, Arquivo da Casa Imperial do Brasil, Museu Imperial/Ibram/ Minc.

DOCUMENTAÇÃO IMPRESSA

BN Digital:

Diário de Pernambuco:

Diário de Pernambuco: Ano 11 ED N° 26, 03/02 de 1836.

Diário de Pernambuco: Ano 11 ED N° 53, 07/03 de 1836.

Diário de Pernambuco: Ano 11 ED N° 57, 11/03 de 1836.

A Gazeta Universal:

A Gazeta Universal: Ano 1 EDN° 30, 09/03 de 1836.

A Gazeta Universal: Ano 1 EDN° 31, 10/03 de 1836.

A Gazeta Universal: Ano 1 EDN° 32, 11/03 de 1836.

A Gazeta Universal: Ano 1 EDN° 64, 23/04 de 1836.

OS CHANÉ-GUANÁ/KINIKINAU NO SÉCULO XVIII: TERRITORIALIDADES E RESISTÊNCIAS

João Brasil³²³

RESUMO: O presente artigo se destina a compreender as territorialidades e resistências da etnia indígena Kinikinau. Tal etnia, que após ter sido declarada extinta habita atualmente o estado do Mato Grosso do Sul, tem uma etno-história que remonta à ocupação de diversos territórios nas regiões denominadas hoje como Chaco e Pantanal. Sua origem identitária é diretamente associada aos Chané (Guaná), povo indígena que migrou em tempos pré-coloniais para as regiões supracitadas e esteve intrincada nas lógicas coloniais inerentes a elas, como nas disputas fronteiriças entre Portugal e Espanha, por exemplo.

PALAVRAS-CHAVE: História da América; História Indígena; Kinikinau.

INTRODUÇÃO

A história do povo indígena Kinikinau remete à resistência. Associados ao grande grupo Chané-Guaná no Chaco espanhol no século XVIII, eles migraram para o Pantanal juntamente com outras etnias, como os Terena, instalando-se em região próxima ao que hoje é a cidade de Corumbá/MS no século XIX. Os Kinikinau territorializaram-se inicialmente em Albuquerque e os documentos históricos disponíveis indicam que lutaram junto com o exército brasileiro no maior conflito armado da história do país, a Guerra do Paraguai (1864 - 1870).

Após o término da guerra, os Kinikinau sofreram processos de desterritorialização e se dispersaram pelo oeste do que hoje é o estado do Mato Grosso do Sul. Assim como outras etnias indígenas em todo território nacional, principalmente no então Mato Grosso do período histórico em questão, eles sofreram inúmeras violências e tentativas de invisibilização e apagamento histórico e cultural, visando a liberação de terras para a diplomacia cartorial destinada a não-índios que quisessem habitar os territórios com baixa demografia, recém conquistados do Paraguai.

³²³ Graduado em História pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Doutorando em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), Niterói, RJ. Professor da rede privada do estado do Rio de Janeiro. E-mail: dominguesbrasil@gmail.com.

A violência pela qual passaram os Kinikinau foi tamanha que na obra “Do Índio Ao Bugre”, publicada em 1976, o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira escreveu que

Dentre as inúmeras tribos ou subtribos a desaparecerem ainda no presente século [XX], podemos apontar os Kinikináu (Guaná) e os Ofaié-Xavante. Os primeiros mantinham ainda uma aldeia, junto ao rio Agaxi, de onde se dispersaram, expulsos de suas terras por um civilizado que as teria comprado do Estado do Mato Grosso; seus remanescentes são encontrados hoje em algumas aldeias Terena (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p. 27).

Destinados ao sumiço ainda no século XX, os Kinikinau adotaram diversas estratégias de resistência e sobrevivência, entre elas “guardar” o nome da etnia. Assim, desde o início do referido século, a etnia esteve diretamente associada aos Terena. Já no início do século XXI, os Kinikinau ressurgem enquanto grupo, reivindicando seus direitos indígenas constitucionalmente garantidos. Como um dos marcos desse ressurgimento, podemos indicar o artigo de Giovani José da Silva e José Luiz de Souza (2005) poeticamente nomeado de “O Despertar da Fênix”, título em alusão aos próprios Kinikinau. A partir desse momento, multiplicaram-se pesquisas acadêmicas acerca dos Kinikinau e o grupo passou a autodeclarar-se e buscar a garantia dos seus direitos, inclusive à terra.

Apesar de terem sido declarados em vias de desaparecimento, o próprio sentido ontológico de ser Kinikinau confronta com as tentativas de seu apagamento cultural. Ainda que associados aos Terena, por meio de suas múltiplas agências de resistência eles sobreviveram, se dispersaram e ocupam hoje diversos territórios no Mato Grosso do Sul. Além da região do Agachi em Miranda, onde realizam uma retomada denominada Mãe Terra, os Kinikinau habitam a Aldeia São João no território indígena Kadiwéu em Porto Murtinho-MS e a Terra Indígena Nioaque, no município homônimo.

No presente estudo, buscaremos demonstrar como os Kinikinau, associados ao grande grupo Chané-Guaná, estavam territorializados no Chaco do século XVIII e como a resistência do grupo remonta à sua etno-história. Para tanto, utilizaremos da história indígena, campo historiográfico ainda em expansão no país e que visa romper com uma historiografia oficial de base europeia. Tal campo é interdisciplinar em sua essência,

estabelecendo conexões principalmente com a antropologia e contribuindo para novas perspectivas de leitura sobre os povos indígenas no Brasil e nas Américas.

Ao lançarmos o olhar para a história dos Kinikinau, podemos compreender melhor a etnia no presente e contribuir para a construção da história indígena do Mato Grosso do Sul e do Brasil, ou seja, para a compreensão de nossa própria história enquanto povo e sociedade.

CHANÉ-GUANÁ NO SÉCULO XVIII

Quem eram os Chané-Guaná, grupo indígena que vivia no Chaco no século XVIII e é tido como sendo a origem dos Kinikinau e também dos Terena? Devemos considerar primeiramente que os “Chané” não eram uma etnia em si, mas vários grupos étnicos que foram nomeados genericamente da mesma forma. O apelativo Chané “significa ‘hombre, gente, persona’ em las lenguas arawak de la rama mojo-baure” (COMBÈS, 2010, p. 122). Esse etnônimo foi assim construído pois “los españoles quinientistas solían identificar a los grupos que encontraban a partir de sua lengua” (COMBÈS, 2010, p. 122-123). As línguas dos Chané foram associadas ao tronco linguístico Arawak, sendo as etnias vinculadas a esse tronco reconhecidas como neolíticas migradas da Amazônia.

Segundo os estudos de Branislava Susnik (1972, 1978) os Chané migraram da região amazônica para o Chaco há milhares de anos, possuindo o que a autora chama de cultura neolítica, com *ethos* agricultor, ou seja, os Chané já haviam desenvolvido a prática cultural de domesticar o ambiente, trabalhar a terra e produzir utensílios de cerâmica há milhares de anos, em contraste com os povos de cultura paleolítica, como os Mbayá (Guaikuru, Payagua), que eram seminômades e sobreviviam da coleta, caça e pesca. Devemos admitir que os Chané modificaram o terreno chaquenho desenvolvendo suas pautas culturais, dentre elas a agricultura, e estabelecendo relações interétnicas com dezenas de outros povos por milhares de anos antes da chegada dos europeus nas Américas.

Assim, quando as expedições europeias alcançaram o Chaco no século XVI, os Chané já tinham seu sistema de sobrevivência plenamente estabelecido no território. Esse estabelecimento foi amplo e as expedições europeias encontraram uma “casi omnipresencia de los chanes” (COMBÈS, 2010, p. 122) no Chaco. Por esse motivo “os

Chané foram bem conhecidos pelos Espanhóis coloniais, que os encontraram em praticamente todo o Chaco boreal. A oeste, na atual Bolívia, os Chané eram “escravos” dos Chiriguano” (RICHARD & COMBÉS, 2015, p. 234). Já a leste, os Chanés “eram vassallos ou súditos dos já mencionados Mbayaes, do mesmo modo que nesses países os lavradores estão sujeitos a seus senhores” (SCHMIDEL, 1903[1567]). E eles “o seguiam sendo no século XVIII, quando os missionários jesuítas aproximaram-se deles” (RICHARD & COMBÉS, 2015, p. 234).

Durante o século XVIII, os povos identificados pelo etnônimo Chané que estavam localizados próximos à margem ocidental do rio Paraguai foram sendo nomeados Guaná por alguns cronistas. Isso deveu-se à interlocução dos viajantes que escreveram sobre o essa região do Chaco nesse período, que foram os jesuítas José Sanchez Labrador e José Jolís (1972[1789]), além dos militares Juan Francisco de Aguirre (1947[1793]) e Félix de Azara (1943[1847]; 1988[1809]). Os jesuítas Sanchez Labrador e Jolís registram os etnônimos em Mbayá por estarem mais próximos das etnias ligadas ao tronco linguístico Guaikuru que já estavam contatados pelos missionários desde o século XVI, tratando assim dos Chané. Já Aguirre faz seu registro do Fuerte Borbón ou Forte Olimpo na região do pantanal, tratando assim dos Guaná. Por fim, Azara faz uso de ambos os etnônimos, ora usando Chané, ora Guaná. Tentando uma sistematização dos usos desses etnônimos, propomos compreender o grupo étnico chaquenho do século XVIII territorializado próximo à margem ocidental do rio Paraguai como Chané-Guaná.

Entendemos que essa escolha é necessária para enfrentarmos as questões impostas na pesquisa de história indígena, tendo em vista a dimensão política da utilização dos etnônimos conforme preconizou John Manuel Monteiro em sua tese de livre docência. Devemos observar que a construção dos etnônimos teve “aspecto fundamental na formação de alianças e na determinação das políticas coloniais” (MONTEIRO, 2001, p. 58) e que essa “tendência de definir grupos étnicos em categorias fixas serviu não apenas como instrumento de dominação, como também de parâmetro para a sobrevivência étnica de grupos indígenas” (MONTEIRO, 2001, p. 58). Assim, apesar do caráter colonialista dos etnônimos, eles foram muitas vezes manuseados pelos próprios povos indígenas em agências estratégicas múltiplas de sobrevivência étnica.

Sob o grande grupo Chané-Guaná estavam associadas outras quatro etnias que possuíam singularidades, mas receberam o mesmo etnônimo por terem *ethos* similares. Da mesma forma que Chané ou Guaná podia ser utilizado de maneiras diferentes a depender do interlocutor de quem escrevia, o etnônimo das demais etnias a eles vinculadas também mudava. Desse modo, podemos encontrar nos escritos de nossas quatro fontes os etnônimos Layana ou Niyolola, Terenoa ou Etelena, Choaraana ou Echoaladi, Quainoconao ou Equiniquinao. Os primeiros são nomes em Mbayá e os segundos em Guaná. Em razão das estratégias de etnificação ou etnogênese dos grupos e da literatura etno-histórica sobre eles, as quatro etnias que emergiram dos Chané-Guaná territorializados na margem oriental do rio Paraguai no século XVIII são denominadas de Layana, Echoloadi, Terena e Kinikinau.

As duas primeiras etnias são dadas como extintas desde o século XIX. Terena e Kinikinau realizaram trânsitos entre as margens do rio Paraguai e hoje habitam o Mato Grosso do Sul. Pelo entendimento construído até aqui, utilizo para o século XVIII o etnônimo Chané-Guana que une as duas denominações e abrange as outras quatro etnias.

TERRITORIALIDADES CHANÉ-GUANÁ/KINIKINAU

Para compreendermos as territorialidades Chané-Guaná/Kinikinau, precisamos entender o que significa Chaco. Essa é uma palavra derivada do idioma indígena Quêchua e desde o século XVI passou a designar um extenso terreno que hoje abrange parte dos territórios a oeste do Brasil, sudeste da Bolívia, norte da Argentina e grande parte do Paraguai. Assim como todos os territórios, o Chaco tem uma construção histórica e os povos indígenas têm protagonismos nesse processo. A literatura disponível sobre o tema é ampla e para entender a região buscamos utilizar aqui aquela que se dedica aos povos indígenas chaquenhos. A esse respeito, em língua portuguesa uma obra basilar é o artigo de Silvia M. Schmuziger Carvalho (1992) que trata desde a formação geológica da região e coloca ênfase nos povos indígenas nela inseridos, com o uso da arqueologia.

Já para a língua espanhola a bibliografia a respeito dos povos indígenas do Chaco se multiplica no espaço-tempo. Desde o século XVI com cronistas europeus como Alvar Nuñez Cabeza de Vaca (1555), passando pelo interregno do século XVII

quando o Chaco foi pouco explorado, chegando à intensa atuação dos jesuítas no século XVIII, na construção da ideia de Pantanal já no século XIX e, culminando nos estudos modernos dos séculos XX e XXI, são vastas as referências em língua espanhola para abordarmos o assunto. Um desses principais autores, Alfred Métraux (1996 [1946], pp. 32-33) considera que

Tanto cultural como ecológicamente o Chaco es una zona de transición entre las llanuras tropicales de la cuenca del Amazonas, y las pampas aridas de la Argentina. A lo largo de su confin occidental, se encontraba amplamente abierto a las influencias del mundo andino, y al Este bordea con una zona subtropical habitada por tribos Guaraní, nutridas e guerrera. En el Chaco convergieran corrientes culturales de todas estas regiones, y se mezclaran para producir un nuevo tipo de civilización.

Habitado por centenas de etnias indígenas há milhares de anos conforme apontam as pesquisas arqueológicas, no século XVI o Chaco foi, acima de tudo, um espaço de passagem das primeiras expedições de conquista europeia que chegavam à América do Sul. O português Aleixo Garcia foi o primeiro europeu a alcançar a região, saindo do litoral da América Portuguesa e navegando pelo privilegiado sistema fluvial chaquenho que pertencia à América Espanhola em busca de uma serra de prata governada por um rei branco do qual davam conta as notícias. Garcia foi morto no trajeto de volta por indígenas e os sobreviventes da expedição retornaram com metal ao então rio de Solís, que se tornou então o rio da Prata.

Outras expedições relatadas principalmente por Alvar Nuñez Cabeza de Vaca e Ulrico Schmidel estiveram intrincadas nas dinâmicas coloniais que definiram o tratamento recebido pelo Chaco e consequente pelos povos indígenas nele inseridos. O amplo terreno flutuava entre dois polos de atração: a Real Audiência de Charcas ao norte e Buenos Aires ao sul. Fincada no coração chaquenho estava a cidade de Assunção. Essa rede administrativa pensada pela coroa espanhola tinha o objetivo de explorar os recursos naturais, minerais e humanos do terreno. Contudo, o Chaco apresenta características singulares que dificultaram os planos espanhóis e somado à chamada hostilidade dos povos indígenas, o século XVII representou um afastamento dos europeus da região.

Apesar da não-presença europeia no Chaco ao longo dos seiscentos, os recursos nele disponíveis não deixaram de ser pensados e desejados pelos espanhóis e também pelos portugueses, estes interessados em uma parte anexa e muito específica que os paulistas que navegaram pela região denominaram de pantanais. O século XVIII representou, na etno-história chaquenha, o avanço da ação missionária, principalmente dos jesuítas, sobre os povos indígenas da região. “A partir da segunda década do século 18, um sem-número de reduções foi fundado na região chaquenha” (GALHEGOS, 2013, p. 14) e junto com elas o Chaco passou a ser ocupado e atividades econômicas, principalmente ligadas à agricultura e pecuária, começaram a ser desenvolvidas. Um dos principais jesuítas que atuaram no Chaco, nesse período, foi José Sanchez Labrador, sendo seus escritos algumas das fontes utilizadas para compreendermos a construção acerca dos Chané-Guaná, grupo indígena estabelecido no Chaco desde o século XVI e contatados pelos jesuítas no século XVIII.

Passando para a compreensão acerca do conceito em questão, entendemos territorialidade como “um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema” (RAFFESTIN, 1993, p. 160). Para esse estudo, importam principalmente os sistemas, ou seja, as territorialidades, formadas pelos Kinikinau enquanto ainda eram Chané-Guaná no Chaco espanhol e depois de atravessarem a margem do rio Paraguai e se estabelecerem no Pantanal português.

Entender tais processos passa ainda pelo trabalho com os conceitos de desterritorialização e reterritorialização, contidos principalmente nos trabalhos do geógrafo Rogério Haesbaert (2004), que considera que os três processos - territorialidade, desterritorialização e reterritorialização - são interdependentes e que o pesquisador precisa levar em conta o viés social neles embutidos. Esse entendimento leva ao conceito de multiterritorialidade, importante por admitir o uso das redes de relações para o entendimento do problema pesquisado.

Acerca da (multi)territorialidade Kinikinau, observamos que a partir das

Articulações espaciais em rede surgem territórios-rede flexíveis onde o que importa é ter acesso, ou aos meios que possibilitem a maior mobilidade física dentro da(s) rede(s), ou aos pontos de conexão que permitam "jogar" com as múltiplas modalidades de

territorialidade existentes, criando a partir daí uma nova (multi)territorialidade (HAESBAERT, 2004, p. 39).

Podemos admitir que o território chaquenho dos Chané-Guaná/Kinikinau tinha por base os usos sociais de um local já conhecido e intencionalmente escolhido como ideal por apresentar os símbolos representativos da cultura do grupo em questão. Quando transpomos para o tempo presente, Albuquerque, Agachi ou Mãe Terra, Aldeia São João, Terra Indígena Nioaque são todos territórios Kinikinau pois a etnia lá está ou esteve mas também porque esses territórios estão na memória social e afetiva do grupo. Qual desses territórios reivindicar, pelos quais lutar ou não é, historicamente, uma decisão memorial, social e política, negociada pela cultura e conduzida pelas estratégias de sobrevivência física, cultural e ontológica.

É importante considerarmos que esse entendimento sobre território tem origem no passado comum que permite aos Kinikinau se reconhecerem enquanto grupo. É nesse passado comum em que os Kinikinau possuíram um mesmo território físico no qual puderam realizar suas práticas culturais e afirmar sua cultura que está situada a coesão étnica habitada na memória coletiva e social. Em nosso estudo, esse território físico aparece como sendo primeiramente o Chaco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos construir no presente trabalho o entendimento acerca das territorialidades Chané-Guaná/Kinikinau no Chaco, compreendendo que os Chané ocuparam o terreno chaquenho há milhares de anos, domesticaram o ambiente e desenvolveram suas pautas étnicas, estando plenamente territorializados quando os primeiros europeus alcançaram a região no século XVI.

Apesar do século XVII ter representado um interregno, um distanciamento dos europeus do Chaco, no século XVIII multiplicaram-se as reduções religiosas, principalmente jesuíticas, entre os indígenas da região. Os Chané-Guaná, grupo diverso e que é tido como a origem dos Layana, Echoaladi, Terena e Kinikinau, foram contatados pelo jesuíta José Sanchez Labrador e missionados em San Juan Nepomuceno, fundada em 1764 e logo abandonada pelo fato dos jesuítas terem sido expulsos da América espanhola em 1767.

Após a expulsão dos jesuítas, tanto os Terena quanto os Kinikinau realizaram migrações entre as margens do rio Paraguai, no sentido oeste-leste. O entender de tais migrações é tido como uma necessidade na elucidação do conhecimento etno-histórico acerca da etnia Kinikinau. Buscando encarar o problema, está em desenvolvimento uma pesquisa de tese de doutorado em história da qual o presente estudo faz parte.

Nomeada “Territorialidades, Redes de Relações e Práticas Culturais Chané-Guaná/Kinikinau em Fronteiras (1767 – 1864)”, temos por hipótese que a expulsão dos jesuítas em 1767 foi um dos fatores que levaram os Chané-Guaná a migrarem do Chaco para o Pantanal. Outra investigação que temos desenvolvido é como essa migração pautou os processos de etnificação e etnogênese Kinikinau, ou seja, como eles se tornaram um grupo étnico coeso. Para tanto buscaremos compreender a reterritorialização Kikininau em Albuquerque.

Portanto, procuramos aqui demonstrar como a resistência do povo Kinikinau hoje está associada ao seu passado, em que, ainda pertencentes ao grande grupo Chané-Guaná no Chaco, utilizaram de múltiplas estratégias para o desenvolvimento de suas práticas culturais nos territórios por eles ocupados. Intrincados nas dinâmicas fronteiriças do período, os Kinikinau foram protagonistas dos processos de redefinição dos limites das coroas espanhola e portuguesa. A etno-história Kinikinau é, portanto, de resistência e de (re)existências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIRRE, Juan Francisco de. *Etnografía del Chaco*, Manuscrito, 1793. Boletín del Instituto Geográfico Argentino, XIX, n. 7-12, 1947.

AZARA, Félix de. *Descripción e historia del Paraguay y del Río de la Plata*. Buenos Aires: Ed. Bajel, 1943 [1847];

AZARA, Félix de. *Viajes por la América Meridional*. Buenos Aires: El Elefante Blanco, 1988 [1809].

CABEZA DE VACA, Alvar Nuñez. *Naufragios y Comentarios*. 1555. Disponível em: <<http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-10028.html>>. Acesso em 18 ago. 2015.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: FAPESP/SMC/Companhia das Letras, 1992.

CARVALHO, S. M. S. Chaco: encruzilhada dos povos e “melting pot” cultural. In CUNHA, M. C. da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Fapesp/SMC/Cia das Letras, 1992.

COMBÈS, Isabelle. *Diccionario étnico: Santa Cruz de la Vieja y su entorno em el siglo XVI*. Instituto de Misionología: Editorial Itinerarios, 2010.

GALHEGOS, Felipe Guilherme. *A cosmologia construída de fora: a relação com o outro como forma de produção social entre os grupos chaquenhos no século 18*. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio do Sinos, São Leopoldo, 2013.

HAESBAERT, Rogério. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>.

JOLÍS, José. *Ensayo sobre la historia natural del Gran Chaco*. Resistencia: Universidad nacional del Nordeste, facultad de humanidades, instituto de historia, 1972 [1789].

MÉTRAUX, Alfred. 1996 [1946]. *Etnografía Del Chaco*. Asunción: Editorial El Lector.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. 2001. Tese (Livre Docência em Etnologia – História Indígena e do Indigenismo) – Departamento de Antropologia da UNICAMP, Campinas, 2001.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RICHARD, Nicolás & COMBÈS, Isabelle. O complexo alto-paraguaiense: Do Chaco a Mato Grosso do Sul. In: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (Orgs.). *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

SCHMIDEL, Ulrico. *Viaje al río de La Plata, 1534-1544*. Buenos Aires: Cabaut y Cia, 1903 [1567]. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/viaje-al-rio-de-la-plata-1534-1554/html/ff3a9778-82b1-11df-acc7-002185ce6064_82.html>. Acesso em 17 ago. 2015.

SILVA, Giovani José da; SOUZA, José Luiz de. O despertar da fênix: a educação escolar como espaço de afirmação da identidade étnica Kinikinau em Mato Grosso do Sul. In. *Sociedade e Cultura*, V. 6, nº. 2, Jul./Dez. 2003. Goiânia: UFG, 2005, 149-156p.

SUSNIK, Branislava. *Dimensiones migratórias y pautas culturales de los pueblos del Gran Chaco y su periferia*. Resistência: Universidad Nacional del Nordeste. 1972

SUSNIK, Branislava. *Etnologia del Chaco Boreal y su periferia (siglos XVI y XVIII)*. Asunción, Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1978.

**OS IMPOSTOS SOBRE OS REGISTROS DE INDÚSTRIAS E
PROFISSÕES COMO FONTE PARA A PESQUISA HISTÓRICA:
UMA ANÁLISE DE SUA UTILIZAÇÃO EM UMA PESQUISA
VOLTADA PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO DURANTE
O PERÍODO DE 1889 A 1910**

Arthur da Costa Orlando³²⁴

RESUMO: Os impostos sobre os registros de indústrias e profissões, que, a partir de 1889, começaram a ser cobrados aos moradores das cidades brasileiras, são fontes ainda pouco utilizadas pela historiografia. Nesse sentido, com o intuito de contribuir para o aumento do quantitativo de fontes que podem ser utilizadas pelos historiadores no desenvolvimento de pesquisas, o presente trabalho - a partir da análise de 7.470 registros disponíveis ao acesso no Paço da Câmara Municipal de Muriaé-MG referentes aos anos de 1889 a 1910 - tem por objetivo externar as características da referida documentação, desde os trâmites de sua criação às possibilidades oferecidas por ela ao historiador, assim como demonstrar a metodologia aplicada em sua análise num trabalho voltado para o desenvolvimento urbano.

PALAVRAS-CHAVE: pesquisa histórica; impostos sobre registros de indústrias e profissões; desenvolvimento urbano.

ABSTRACT: Taxes on the registers of industries and professions, which, from 1889, began to be charged to residents of Brazilian cities, are sources still little used by historiography. In this sense, in order to contribute to the increase in the number of sources that can be used by historians in the development of research, the present work - from the analysis of 7,470 records available to access at the City Hall of Muriaé-MG regarding from 1889 to 1910 - it aims to externalize the characteristics of the referred documentation, from the procedures of its creation to the possibilities offered by it to

³²⁴ Doutorando em História pela Universidade Salgado de Oliveira – Niterói. E-mail: arthurorlando3010@gmail.com

the historian, as well as to demonstrate the methodology applied in its analysis in a work aimed at urban development.

KEYWORDS: historical research; taxes on industry and profession records; urban Development.

1 INTRODUÇÃO

As fontes constituem à matéria-prima para que o historiador possa buscar reconstruir a história. Desse modo, quanto maior o universo de documentos para serem consultados, maior à possibilidade de interpretações fidedignas. Nesse sentido, a finalidade do presente trabalho é a de mostrar às várias possibilidades de análises contidas nos impostos sobre os registros de indústrias e profissões e como esses documentos podem contribuir na elaboração de uma pesquisa voltada para o desenvolvimento urbano.

Para esse trabalho, foram analisados sete livros com um total de 7.470 registros, correspondentes aos anos de 1889 a 1910, da cidade de São Paulo do Muriaé (atual Muriaé), os quais se encontram armazenados, em bom estado de conservação, e, disponíveis para consultas, no Paço da Câmara Municipal de Muriaé-MG. A pesquisa se justifica pela intenção de difundir o emprego dessas fontes nas pesquisas históricas, visto à sua pouca utilização pela historiografia. Destarte, o trabalho se encontra estruturado da seguinte forma, a princípio, foram expostas as premissas que levaram à criação do referido tributo. Em seguida, realizou-se a apresentação das fontes consultadas e como elas podem auxiliar em uma pesquisa sobre o desenvolvimento urbano. Posteriormente, elencou-se algumas considerações que se fazem pertinentes acerca da temática para a finalização do trabalho.

Cabe ressaltar que esses registros compõem o grupo dos documentos oficiais, por terem sido elaborados, conforme será visto adiante, por funcionários que eram contratados pela Câmara Municipal para arrecadação das rendas para a administração local. No entanto, o historiador, para a não realização de um estudo de caráter positivista, ao se deparar com tais fontes, deve-se sempre estar realizando o cruzamento das informações contidas nesses registros com outras fontes. Ademais, torna-se também

indispensável uma averiguação do conteúdo que nele se encontra implícito e não somente do explícito.

Por um longo período – século XIX e início do XX – os documentos oficiais foram vistos como os detentores da verdade acerca dos acontecimentos ocorridos. Ou seja, a história por muitos anos foi elaborada sem a realização de críticas e contestações sobre os fatos e o originalmente formulado pelas instituições das épocas.

No entanto, essa perspectiva de construção não foi adiante, pois surgira, no decorrer do século XX, um grupo de historiadores que buscavam não dar continuidade a essa tendência tradicional. Esses novos historiadores procuraram construir a história a partir de interpretações e reflexões sobre os fatos, não aceitando simplesmente o que era imposto como verdade. Esforçaram-se para conseguir formular um novo método que levasse em conta às várias facetas que constituem o ser-humano, aceitando a existência de diferentes formas de pensar, agir e sentir, não os encarando como seres automatizados e/ou padronizados.

Dentre os novos historiadores e o movimento de grande importância fundado, pode-se mencionar os franceses Marc Léopold Benjamim Bloch (Marc Bloch) e Lucien Paul Victor Febvre (Lucien Febvre) e a criação, por eles, da Escola dos Annales (1929). Além desses dois, pode-se acrescentar também os nomes de Jacques Le Goff, Fernand Braudel, Georges Duby, entre outros, que, mesmo em períodos diferentes, tiveram o mesmo propósito, o de elaborar uma história por meio de questionamentos, não privilegiando apenas determinados fatos e/ou valorizando a figura de grandes homens. Essa nova tendência visou atender às novas demandas que surgem no tempo, buscando observar os homens em seu fazer cotidiano, problematizando às ações que ocorrem e verificando nelas possíveis rupturas, permanências e/ou tensões.

A nova maneira de conceber a história, gerou à criação de novos métodos de análises, como também à ampliação dos documentos a serem consultados, pois diferentemente da visão tradicional, abordava também a complexidade das questões econômicas e sociais, possibilitando uma multi interpretação dos fatos. Outrora, com o objetivo de abranger as diferentes competências da atividade humana, buscaram ampliar o campo de atuação da história, realizando aproximações com as outras áreas do conhecimento, como a Sociologia, a Geografia, a Economia, a Psicologia, a Filosofia, a Antropologia e etc.

Ao realizar considerações acerca do movimento dos Annales, Laisa dos Santos Nogueira, apontou que,

A História passou, assim, a ser a construção do historiador perante as fontes, a partir das perguntas que este faz a ela, obviamente que sem desprezar a crítica ao documento e a preocupação em conhecer sua origem e o contexto em que foi produzido. As fontes históricas foram entendidas em suas mais variadas manifestações discursivas, abarcando o uso de recursos iconográficos e audiovisuais, a literatura, a cultura material, a História Oral e etc (NOGUEIRA, 2010: 9).

Diante dessas concepções, em que foram demonstrados os cuidados necessários para o trabalho com fontes oficiais, e como a pesquisa histórica evoluiu no decorrer dos anos com o surgimento de novas metodologias e possibilidades de interpretações frente à fonte. Adiante, será exposto, de forma breve, os desdobramentos que levaram a criação dos impostos sobre os registros de indústrias e profissões.

2 A CRIAÇÃO DO TRIBUTO SOBRE OS REGISTROS DE INDÚSTRIAS E PROFISSÕES

Em uma breve explanação relacionando as primeiras discussões e alterações em torno da criação das referidas taxas em âmbito nacional, percebeu-se que, inicialmente, o imposto foi criado pela Lei nº 1507 de 26 de Setembro de 1867 para substituir os referentes a lojas, casas de modas e móveis, despachantes, corretores, agentes de leilões e outros gêneros fabricados no estrangeiro, sendo composto por taxas fixas e proporcionais. Entretanto, para entrar em funcionamento o § 3º do art. 11 da referida lei determinava que fosse aguardado e aprovado a expedição do regulamento que definiria a arrecadação. No entanto, enquanto esse não fosse realizado o governo poderia sujeitar aos impostos das lojas que foram estabelecidos pelo Alvará de 20 de Outubro de 1842 (BRASIL, 1867: lei n. 1507).

Em 15 de julho de 1874, o então Conselheiro de Estado, Senador do Império, Presidente do Conselho Ministros, Ministro, Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Tribunal Nacional, Visconde do Rio Branco, usando da

autorização conferida pela legislação competente deu regulamento para arrecadação do imposto de indústrias e profissões pelo decreto n° 5.690 (BRASIL, 1874: Decreto n° 5.690). Contudo, o mesmo ainda passaria por algumas alterações até sua redação final e assinatura pela princesa Imperial Regente que substituiu o pai, Isabel Bragança do decreto n° 9.870 de 22 de fevereiro de 1888 para começar a vigorar a partir de 1° de janeiro de 1889 (BRASIL, 1888: Decreto n° 9.870).

Com proclamação da República em novembro de 1889, o tributo continuou a existir até ser incorporado pela Carta Magna de 1891 e atribuído através do art. 9°, §4° para responsabilidade dos Estados (BRASIL, 1891: art. 9°, §4°), que não podiam alterar ou variar as tarifas em detrimento a outros Estados ou de município para município, sendo estes os responsáveis por fixar as taxas, regular as cobranças, etc. Mas nunca alterar a conceituação visada pelo texto constitucional.³²⁵ Com autonomia garantida pelo título III, art. 68 da nova Constituição Federal (BRASIL, 1891: art.68), os municípios adquiriam respaldo para contratação de funcionários para se locomoverem nos espaços das localidades sedes e nos distritos no intuito de realizarem a cobrança do referido imposto.

Os impostos sobre os registros de indústrias e profissões tinham por finalidade gerar uma modalidade para que as municipalidades tivessem um meio de auferir renda. Essa renda, viria a partir da cobrança do referido tributo que recairia sobre aqueles moradores que exerciam ou exploravam determinada indústria ou profissão, pessoa física ou jurídica, excluindo os seus empregados ou assalariados.³²⁶ O tributo abrangia as benfeitorias, os estabelecimentos agrícolas, os negócios, os aforamentos e os imóveis alugados ou disponíveis para alugar, entre outros. Ou seja, tudo que poderia gerar lucro para o proprietário, só não sendo cobrado em casos em que próprio proprietário requeria à retirada de um respectivo bem das listas, por não utilização.

Para que a última situação ocorresse, era preciso que o dono do bem fosse até à Câmara Municipal da cidade e fizesse um registro avisando que não utilizaria determinado elemento para auferir renda e o período em que ele não seria utilizado. Após a realização dessa etapa, o elemento continuava a existir, porém os responsáveis

³²⁵ Imposto de indústrias e profissões – Histórico e Evolução – Cálculo sobre o Movimento Econômico dos Estabelecimentos Comerciais e Industriais- Autorização Orçamentária. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/download/12435/11335>. Acesso em 14 de dezembro de 2018. p. 419.

³²⁶ Ibidem.

pela cobrança do tributo não realizavam a sua cobrança. Outrora, caso o proprietário também vendesse o bem, era preciso notificar à edilidade municipal da cidade para que às cobranças encerrassem.

Acredita-se que o Estado Imperial buscou desenvolver tal medida visando atender às demandas políticas do período, as quais se intensificavam, sobretudo no Segundo Reinado. Há também a percepção que o fortalecimento das municipalidades geraria um enfraquecimento das Assembleias Provinciais. Visto que, à política centralizadora do Império acabava por beneficiá-las, pois elas, por serem as responsáveis pela liberação das políticas produzidas pelos municípios, conseguiam ficar cientes de todas as demandas municipais, tornando estes mais dependentes delas. Ademais, com essa relação de dependência, alguns políticos poderiam aumentar à sua influência em diversas instâncias dos poderes locais, dando mais poder aos líderes Provinciais.

Após serem levantados alguns pontos referentes à criação do tributo, acrescenta-se a necessidade de pesquisas mais aprofundadas sobre os trâmites percorridos por ele, principalmente adiante a criação das constituições estaduais em 1891. Tem-se o intuito de realizar tal ação no decorrer do meu processo de doutoramento na Universidade Salgado de Oliveira, mas, de qualquer maneira, novas reflexões seriam interessantes para a construção do conhecimento. Posto essas considerações, a seguir, serão elencadas as informações presentes na referida documentação e como elas podem ser utilizadas como fontes, além da cobrança dele em São Paulo do Muriaé durante os anos de 1889 a 1910.

3 O IMPOSTO SOBRE OS REGISTROS DE INDÚSTRIAS E PROFISSÕES COMO FONTES HISTÓRICAS

Nessa parte do trabalho, a intenção é de demonstrar como os referidos impostos podem ser utilizados como fontes para a pesquisa histórica. Nesse sentido, acredita-se que, a princípio, seja necessário elucidar como era realizado à cobrança deles sobre a população.

Segundo o Decreto nº9.870, de 22 de fevereiro de 1888, o qual dava o regulamento para a arrecadação do imposto de indústria e profissões. Estes deveriam iniciar em 1º de janeiro de 1889 (BRASIL, 1888: Decreto nº9.870). No artigo 1º do

referido decreto constava que o imposto era devido por todos aqueles que, individualmente ou em companhia ou sociedade anônima ou comercial, exerciam, no Império, Indústria ou profissão, arte ou ofício (BRASIL,1888: art. 1º Decreto nº9870). A cobrança, segundo o artigo 2º, seria composta por taxas fixas e proporcionais, as quais tinham por base o valor locativo do prédio, ou o local onde se exercia a indústria ou profissão (BRASIL,1888: art. 2º Decreto nº9870). Sendo que, os que exerciam indústria ou profissão, sem estabelecimento, em cidade ou vila, teria sua taxa formulada de acordo com o a tabela A, que era correspondente a esses lugares (BRASIL,1888: art. 3º Decreto nº9870).

Essa tabela mencionada, encontrava-se após os oito capítulos do referido regulamento, sendo que a Tabela A, correspondia aos níveis de incidências gerais, a tabela B, as indústrias e profissões taxadas por tarifa especial. A tabela C, aos estabelecimentos industriais taxados com relação aos meios de produção. A tabela D, as indústrias e profissões taxadas na proporção do valor de locação dos prédios nos quais fossem exercidas e, a tabela E, a par de estabelecimentos em que se fabricavam ou vendiam bebidas alcoólicas no município neutro, na época, a cidade do Rio de Janeiro.

Mesmo estando destinado as indústrias e profissões, havia também isenções da cobrança do imposto, conforme previsto no artigo 5º, o qual mencionava que estavam isentos do imposto,

1º Os concessionários de minas de qualquer natureza; **2º** Os lavradores e possuidores de fábricas e engenhos, quanto à renda e beneficiamento dos produtos das mesmas fábricas, quer pertençam à sua própria lavoura, quer a dos seus rendeiros; compreendidos o fabrico do açúcar, da aguardente e dos vinhos naturais, e outros quaisquer trabalhos que, sendo simples dependência dos estabelecimentos rurais, não constituírem indústria especial; **3º** O pessoal das tripulações, os artistas sem estabelecimento, os jornaleiros e operários; **4º** Os que trabalharem em loja ou oficina própria, sem oficiais nem aprendizes, ainda que empreguem materiais seus; não se considerando oficiais nem aprendizes a mulher que trabalhar com o marido, os filhos solteiros que trabalharem com o pai ou a mãe, e os auxiliares ou serventes indispensáveis; **5º** As caixas Econômicas e Montes-Pios, as Sociedades de socorros mútuos, ou quaisquer outros estabelecimentos para fins humanitários, e as sociedades de colonização; **6º** Os pescadores, e as empresas e estabelecimentos de pesca; **7º** As casas de quitanda; **8º** Os que

exercerem o magistério; não compreendidos os diretores de colégio, com estabelecimentos que assim devam ser classificados; 9º As fábricas de tecer e fiar algodão; 10º As fábricas de ferro e de máquinas; 11º Os estaleiros; 12º Os estabelecimentos telegráficos e telefônicos; **Artigo 6º** são também isentos, os membros do Corpo Diplomático e Agentes Consulares estrangeiros, e os empregados públicos gerais, provinciais e municipais, não se compreendendo neste número os serventuários de ofícios de justiça (BRASIL,1888: art. 5º, Decreto nº9870) (Grifo realizado pelo autor).

O historiador que utilizar o referido imposto como fonte, deve-se atentar para essas isenções para que não crie uma interpretação errada dos fatos. Pois, como pode-se perceber, vários elementos possuíam isenção de cobrança e, conseqüentemente, podiam não constar nos livros de consulta, o que pode levar ao entendimento da inexistência deles na cidade.

Com relação a maneira de como eles eram cobrados, o decreto previa, em seu artigo 29, que à cobrança do imposto de indústrias e profissões deveria ser realizada à boca do cofre pela estação competente, sendo precedido de anúncios por editais nos lugares de costume e nas folhas públicas (BRASIL,1888: art. 29º Decreto nº9870). Em outras palavras, o imposto deveria ser liquidado junto à administração local, pela autoridade competente (credor), sendo que, a notificação ocorria a partir de editais que eram afixados em locais de costume ou nas folhas públicas. Para colocação desses editais, a Câmara Municipal da cidade podia contratar funcionários para realizar tal serviço.

O pagamento poderia ocorrer em uma só prestação, no mês de fevereiro, se o imposto não excedesse de 50\$ nas Províncias e de 100\$ no Município neutro, como também em duas prestações iguais, nos meses de fevereiro e agosto, se excedesse àquelas quantias (BRASIL,1888: 1º do art. 29º Decreto nº9870). Os credores também podiam, se preferissem, realizar pagamentos antes dos prazos estabelecidos (BRASIL,1888: art. 29º Decreto nº9870). Caso não fossem realizados os pagamentos, pelos credores, dentro dos prazos previstos, eles teriam que pagar uma multa de 10% sobre os valores cobrados, a qual seria elevada a 15%, se o pagamento não se concretizasse até 20 de junho do semestre adicional do respectivo exercício (BRASIL,1888: art. 30º Decreto nº9870).

Após a realização desses processos, a instituição que os arrecadassem deveriam realizar o lançamento do imposto entre os dias de 01 de Maio a 31 de julho de cada ano ((BRASIL,1888: art. 11º Decreto nº9870).). Esse lançamento deveria ser realizado a partir da escrituração em um livro (BRASIL,1888: art. 37º Decreto nº9870), o qual era fornecido pela instituição competente da cidade, nesse caso, a Câmara Municipal. Nesse livro, eram lançados, o nome do credor em ordem alfabética, a qualidade da indústria e/ou profissão, o valor do imposto cobrado, o dia em que foi realizado o pagamento, às multas, caso o pagamento não tivesse sido realizado dentro do prazo, o número do talão e possíveis observações que deveriam ser realizadas. Ademais, a Câmara Municipal de São Paulo do Muriaé, também acrescentava, um valor adicional e uma taxa sobre a remoção de lixo que era realizada na cidade. Algo que pode ser tratado em pesquisas posteriores.

O decreto em observação ainda contém a presença de outras informações. Contudo, pelo objetivo do trabalho ser o de evidenciar como esses impostos podem ser utilizados como fontes para as pesquisas históricas, acredita-se que os artigos citados fornecem os subsídios necessários para tal ação.

Conforme foi visto, era previsto que os elementos que fossem taxados deveriam ter a sua escrituração em livros com o nome do proprietário, em ordem alfabética. Geralmente, esses livros continuam presentes nos locais onde eram realizadas tais ações, variando claro, do interesse, ao longo dos anos, das autoridades públicas em conservarem os documentos históricos. Em nossa pesquisa, obtivemos êxito ao encontrar esses livros disponíveis no Paço da Câmara Municipal de Muriaé-MG.

Esses documentos possuem diversas possibilidades de análise sobre a dinâmica interna de uma cidade. Dentre essas, podem ser citados a identificação dos diversos estabelecimentos referentes aos setores primário, secundário e terciário da economia que estavam presentes na cidade durante o ano analisado. Como exemplo, citam-se os estabelecimentos rurais, as fábricas, os armazéns, às oficinas com profissionais liberais e seus funcionários. Além desses, pode-se constatar também a presença de médicos, advogados, agrimensores e outros. Ademais, há a possibilidade de uma análise do mercado mobiliário, visto a presença dos imóveis locados e os que se encontravam disponíveis para a locação. Todos os elementos com a identificação completa, tendo o nome do proprietário especificado.

O nome do proprietário possuidor dos bens, faz com que se possa identificar os principais possuidores de bens da cidade e os investimentos realizados por eles, assim como, perceber o tamanho da desigualdade social existente. Outrora, pode-se também observar os elementos que os indivíduos de uma determinada localidade costumavam a ter posse. Até a mobilidade rural e o urbano pode ser constatada.

Quando são realizadas comparações entre um ano e outro, abre-se a possibilidade de averiguar os elementos que mais tiveram crescimento e queda, simultaneamente. Dentro dessa perspectiva, consegue-se ter noção sobre a dinâmica econômica da localidade. Visto que, caso tenha ocorrido, entre um ano e outro, o aumento no número de imóveis alugados, somados ao crescimento no número de estabelecimentos comerciais, oficinas, médicos, advogados, e outros, entende-se ser sinal de um crescimento econômico. Caso, o ocorrido tenha sido ao contrário, será entendido como possível queda econômica, quando os residentes decidem migrar para outro local. Outrossim, também pode ser observado a chegada de novas instituições oficiais na cidade.

Ao voltar a análise para a parte financeira, destaca-se a possibilidade de averiguação da média de contribuintes que efetivavam os pagamentos e dos que eram inadimplentes - que não realizavam o pagamento. Podendo também, quando comparados os anos, perceber o momento ou a diminuição desses.

Realizando o cruzamento dessa fonte com as atas da Câmara Municipal, soma-se a possibilidade de constatar o valor total da arrecadação desses impostos para a municipalidade, visto que eles entravam como parte das receitas orçamentárias durante às discussões orçamentárias. Como também, qual a destinação dada pela edilidade municipal a essas receitas auferidas. Ao comparar os anos, consegue-se constatar se estava ocorrendo um aumento ou uma diminuição delas e quais as políticas que estavam sendo desenvolvidas para o seu aumento.

Acredita-se terem sido, até o momento, esclarecidos alguns pontos referentes aos trâmites que levaram à criação do referido imposto. Assim como, as características previstas em seus artigos que serviam de referência para a sua efetivação e algumas possibilidades de análises. No entanto, espera-se que sejam desenvolvidas inúmeras outras formas, principalmente, após a difusão dessas características. Ademais, conforme

estabelecido, a seguir, será exposto, de maneira breve, como a referida documentação pode ser utilizada em uma pesquisa sobre o desenvolvimento urbano.

4 A UTILIZAÇÃO DOS IMPOSTOS SOBRE OS REGISTROS DE INDÚSTRIA E PROFISSÃO EM UMA PESQUISA SOBRE O DESENVOLVIMENTO URBANO.

Em minha pesquisa de mestrado no PPGH da Universidade Salgado de Oliveira, intitulada “Infraestrutura e desenvolvimento urbano de São Paulo do Muriaé: finais do século XIX e início do XX (1870-1910), utilizei-me dessas fontes como informações complementares. Contudo, elas tiveram uma importância substancial. Nesse sentido, antes de realizar a demonstração da utilização deles em uma pesquisa sobre o desenvolvimento urbano, serão ressaltadas as características da formação de São Paulo do Muriaé. Antes é importante ressaltar que, por desenvolvimento urbano, entende-se a expansão da área física do espaço urbano de uma cidade, a partir da presença de habitantes que apropriam de uma área e nela procuram estabelecer o que acreditam ser o melhor para a sua sobrevivência.

Localizado na área central da atual Zona da Mata mineira, um pouco distante das áreas mais dinâmicas da região, durante o período de extração aurífera, às próximas ao Caminho Novo³²⁷. A localidade teve sua ocupação a partir de um aldeamento indígena realizado por Constantino Pinto, em 1817, sob às ordens do então diretor geral dos índios, Guido Thomas Marlière. À medida que se passavam os anos, a localidade acompanhava à lógica que acontecera na região, tendo suas fronteiras agrícolas se expandindo (SCHETTINI, 2014: 9), com cultivos, a princípio, de gêneros diversificados em maior escala e um posterior predomínio do café (CAMARA, 2014: 52-68) permitindo à fixação de aventureiros próximos à capela erguida ou às margens do curso do rio Muriaé e com ampla intensificação da introdução dos tropeiros pelos sítios.

Com relação a estruturação político-administrativa, o distrito de São Paulo do Muriaé foi instituído pela Lei Provincial nº 211 de 07/04/1841 e teve à paróquia de Senhora da Glória anexada em 12/03/1846, estando subordinado ao município do

³²⁷ Caminho que representava o trajeto responsável pelo deslocamento de pessoas entre a área central mineradora da Província de Minas, aos portos do Rio de Janeiro. Ao longo do seu percurso desenvolveram locais de paragens, onde era realizado o abastecimento dos tropeiros, e comercializados diversos produtos, motivo pelo dinamismo das suas áreas.

Presídio (atual Visconde do Rio Branco). Em 1852, tornou-se paróquia independente de Visconde do Rio Branco, mas subordinada aos poderes episcopais de Mariana (SCHETTINI, p. 58, 2011). Em 1855, pela Lei Provincial nº 724 de 16/05/1855 (PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS, 1855: Lei nº 724), foi elevado à condição de vila e pela Lei Provincial nº 12.57, de 25/10/1865 (PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS, 1865: Lei nº 12.57), à condição de cidade, composto pela sua própria sede e pelos distritos de Nossa Senhora da Glória, Patrocínio do Muriaé, Conceição dos Tombos, Santa Luiza do Carangola e São Francisco do Glória (SCHETTINI, p. 58, 2011).

Diante do vai e vem de anexações e desmembramentos territoriais, o município totalizava, em 1891, com a sede, um total de nove distritos – São Francisco do Boa Família, Bom Jesus da Cachoeira Alegre, Nossa Senhora da Glória, Dores da Victória, Patrocínio do Muriaé, Rosário da Limeira, Santa Rita do Glória e Santo Antônio do Glória - o que perdurou por trinta e dois anos (PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS: Leis nº 2.689, 2.085, 2.223, 2.905, 3.442 e 2 de 1891).

São Paulo do Muriaé representava à sede do município, onde estavam localizadas as principais instituições – Câmara Municipal, Igreja Católica principal, Fórum - sendo, por isso, considerada como área urbana da cidade e, os distritos que a compunham, áreas rurais. Cada unidade administrativa da cidade possuía um livro para as anotações do recebimento dos impostos sobre os registros de indústria e profissão. Entretanto, analisou-se só o da sede da cidade, visto que, o objetivo é o de mostrar como essas fontes podem auxiliar em uma pesquisa sobre o desenvolvimento urbano.

Para a realização de tal ato, é preciso que sejam analisados livros referentes às cobranças dos impostos de diferentes anos. Nesse caso, optou-se pela análise dos livros referentes aos anos de 1889, 1892, 1896, 1898, 1899 e 1905 a 1910. Neles, há todas àquelas informações discriminadas na parte anterior. Acredita-se que, por meio dessas informações consegue-se perceber o desenvolvimento dos elementos que constituíram a cidade no decorrer dos anos. Contudo, dentre os documentos analisados foram encontradas algumas lacunas, conforme se observa no quadro a seguir.

Quadro 1: Relação entre moradores e quantidade de itens registrados nos livros de indústria e profissão de São Paulo do Muriaé entre anos do período de 1889 a 1910

Anos	Ordem alfabética de nomes dos moradores presente nos livros	Nº de habitantes que realizaram os registros.	Total de itens registrados
1889	Nomes com as letras iniciais de “A” a “Z”.	35	72
1892	Nomes com as letras iniciais de “A” a “Z”.	350	644
1896	Nomes com as letras iniciais de “A” a “Z”.	512	680
1898	Nomes com as letras iniciais de “A” a “Z”.	683	950
1899	Nomes com as letras iniciais de “A” a “Z”.	739	961
1905	Nomes com as letras iniciais de “A” a “Z”.	971	1180
1906	Nomes com as letras iniciais de “A” a “Z”.	971	1126
1907	Nomes com as letras iniciais de “A” a “Z”.	971	1248
1908	Nomes com as letras iniciais de “A” a “M”.	746	823
1909	Nomes com as letras iniciais de “A” a “M”.	746	1021
1910	Nomes com as letras iniciais de “A” a “M”.	746	909

Fonte: Paço da Câmara Municipal de Muriaé. Livros de indústrias e profissões, 1889 a 1910

Conforme se observa no quadro acima, não foram encontradas todas as informações referentes aos anos de 1908 a 1910, devido ao fato dos livros só conterem os nomes dos moradores até os que começam com a inicial “M”. Porém, como nesse trabalho buscou-se apenas elucidar como eles podem ser utilizados em uma pesquisa sobre o desenvolvimento urbano, acredita-se que essas ausências não possam trazer significativas perdas de informações a ponto de comprometer a análise.

Entre os outros dados presentes no quadro, percebe-se que, o número de habitantes que realizavam os registros mantém um significativo aumento até o ano de 1905, estabilizando-se até 1907 e depois em 1908 até 1910. Cabe destacar que, as informações existentes entre os recortes temporais de 1905-1907 e 1908-1910 se encontram em dois livros, sendo que cada um deles engloba um dos respectivos períodos. Juntamente com as informações mencionadas, percebe-se também que o total de itens registrados mantém sucessivos aumentos no decorrer dos anos, à exceção dos

anos de 1906 e 1910, que apresentam, respectivamente, quedas de 4,57% e 10,96% com relação aos respectivos anos anteriores.

Para conseguir efetivar a proposta de como esses documentos contribuem em uma pesquisa sobre o desenvolvimento urbano, os itens encontrados nesses livros, foram somados ano a ano, e separados em categorias. Essa separação foi realizada em planilhas Excel, sendo estruturado da seguinte maneira, a princípio, foi realizado a transferência dos dados presentes nos livros, para as planilhas Excel. Em seguida, foram criadas colunas com diferentes títulos, representando os diferentes elementos presentes nos livros, como, estabelecimentos comerciais, imóveis para alugar ou alugadas, benfeitorias, profissionais e outros. Posteriormente, os dados foram quantificados e comparados entre um ano e outro. Nesse sentido, devido à delimitação de páginas solicitadas pela organização do evento, não serão elucidadas todas as planilhas que foram construídas³²⁸, mas, sim, a que possui os dados gerais, pois entende-se que ela atende aos requisitos necessários previstos para a consolidação do trabalho.

Sobre o conceito dado a cada categoria de elementos que constituíam a cidade, far-se-á uma definição breve acerca deles. Entendeu-se por estabelecimentos comerciais, todo estabelecimento voltado para o comércio de mercadorias, ou àqueles voltados a prestação de serviços. Por profissionais, todos àqueles identificados pelas suas profissões liberais.

Com relação as benfeitorias, essas foram compreendidas como toda ferramenta utilizada pelos moradores para a aferição de renda. As fábricas, todo o estabelecimento em que fossem produzidos bens, a partir da transformação de matérias-primas. A categoria imóveis, compreendem todos àqueles que estavam disponíveis para a locação ou locados, visto que, os cidadãos que possuíam apenas o seu imóvel de morada não tinham que pagar tributo sobre ele. A categoria, outros, englobou elementos ou atividades que também se faziam presentes no espaço urbano da cidade no período, mas que não se engradavam dentro das características das categorias citadas, como: aforamentos de terrenos, aferições, cartórios, licenças para edificações e lotes e tropas de animais.

³²⁸ Para visualização delas, procure pela dissertação no site da Universidade Salgado de Oliveira – Niterói – RJ. Autor: Arthur da Costa Orlando – Título da dissertação: Infraestrutura e desenvolvimento urbano de São Paulo do Muriaé: finais do século XIX e início do XX (1870-1910).

Quadro 2: Elementos presentes nos registros de indústria e profissão na sede de São Paulo do Muriaé que refletem as dinâmicas socioespaciais urbanas existentes entre os anos de 1889 a 1910.

Anos	Estabelecimentos comerciais	Profissionais	Benfeitorias	Fábricas	Imóveis	Outros
1889	31	12	3	0	14	12
1892	204	76	157	23	100	84
1896	166	74	72	33	323	12
1898	142	64	247	15	476	6
1899	143	65	257	16	469	11
1905	135	99	256	42	580	68
1906	135	101	256	39	583	12
1907	144	98	288	43	604	71
1908	93	64	206	16	405	39
1909	92	67	376	21	419	46
1910	97	71	245	24	427	45

Fonte: Paço da Câmara Municipal de Muriaé. Livros de indústrias e profissões, 1889 a 1910.

Conforme se observou, à medida que se passava os anos, a cidade presenciava o surgimento de novas conotações em seu espaço urbano. Aos poucos, novos estabelecimentos comerciais surgiam, fábricas eram instaladas e mais imóveis urbanos eram construídos. Conjuntamente a esses fatores, os moradores investiam-se em benfeitorias e variados profissionais vinham atuar na cidade, além da contínua sequência de aforamentos, licenças para edificação e demais elementos.

Acredita-se que se todos os anos estivessem com as informações completas, a tendência de crescimento que veio ocorrendo até o ano de 1907, continuaria. Ademais, deve-se levar em consideração que, esses elementos não constituíam a totalidade dos elementos presentes no espaço urbano de São Paulo do Muriaé, pois, como foi visto, vários elementos possuíam isenções de cobrança. Assim como, poderiam também

ocorrer erros por parte dos responsáveis pelas anotações, por isso, a necessidade do cruzamento das informações com outras fontes. Contudo, pôde-se perceber que a utilização dos impostos sobre os registros de indústrias e profissões contribui para uma análise sobre o desenvolvimento urbano de uma cidade. Pois as informações presentes nesses documentos permitem ter uma visão ampla das transformações ocorridas ao longo dos anos.

Considera-se que esse dinamismo ocorrido na cidade durante o período em tela, representava um reflexo da grande produção cafeeira existente no município no mesmo período. Levando a entender como o crescimento da exportação de uma commodity, pôde gerar significativas mudanças no espaço urbano da cidade de Muriaé.

Após a elucidação de como as referidas fontes podem auxiliar em uma pesquisa sobre o desenvolvimento urbano, a seguir serão proferidas algumas considerações finais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho procurou demonstrar como os impostos sobre os registros de indústrias e profissões podem contribuir para a reconstrução da história. Para uma melhor elucidação, ao longo do trabalho, foram enfatizadas às novas concepções sobre fontes históricas, o processo de criação do tributo no período do Império e a sua incorporação na Constituição de 1891. Ademais, também foram expostas as suas possibilidades de análises e a maneira de como o utilizou em uma pesquisa sobre o desenvolvimento urbano.

Dentre as prerrogativas mencionadas, não se pode esquecer da necessidade de realização de críticas na análise das informações presentes nesses documentos, e da importância do cruzamento de suas informações com outras fontes. Nesse sentido, espera-se que com divulgação do trabalho, novas pesquisas possam ser desenvolvidas com a utilização desses impostos e que as discussões sejam fomentadas no âmbito acadêmico.

FONTES

Paço da Câmara Municipal de Muriaé. Livro número 1. Livro número 1, correspondente aos registros de indústria e profissão de 1889.

_____. Livro número 2, correspondente aos registros de indústria e profissão de 1892.

_____. Livro número 3, correspondente aos registros de indústria e profissão de 1896.

_____. Livro número 4, correspondente aos registros de indústria e profissão de 1898.

_____. Livro número 5, correspondente aos registros de indústria e profissão de 1899.

_____. Livro número 6, correspondente aos registros de indústria e profissão de 1905 a 1907.

_____. Livro número 7, correspondente aos registros de indústria e profissão de 1908 a 1910.

BRASIL. Lei n.1507, de 26 de setembro de 1867. *Diário Oficial das leis federais*. Disponível em: <<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/192555-da-regulamento-para-a-arrecadacao-do-imposto-sobre-industrias-e-profissoes.html>>. Acesso em 22 de jun.2019.

BRASIL. Decreto n° 5.690 de 15 de julho de 1874. *Diário Oficial das leis federais*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5690-15-julho-1874-550413-publicacaooriginal-66366-pe.html>>. Acesso em 21 de jun.2019.

BRASIL, Decreto n° 9.870 de 22 de fevereiro de 1888. *Diário Oficial das leis federais*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9870-22-fevereiro-1888-542266-publicacaooriginal-50317-pe.html>>. Acesso em 21 de jun. 2019.

BRASIL, Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891. *Diário Oficial das leis federais*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>>.

Imposto de indústrias e profissões – Histórico e Evolução – Cálculo sobre o Movimento Econômico dos Estabelecimentos Comerciais e Industriais- Autorização Orçamentária. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/download/12435/11335>. Acesso em 14 de dezembro de 2018.

PROVINCIA DE MINAS GERAIS. Lei n° 724, de 16 de maio de 1855. IBGE. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_26.pdf>. Acesso em 10 jan 2020.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anais da XXXVI Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Entre golpes e democracias: Narrativas históricas de um sonho em vertigem. Gabrielle Barra Tarocco; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2020. 1463 p.

CÂMARA, Jamila A. Silva. *Nas sombras dos cafezais: produção de subsistência em uma região cafeeira na segunda metade do século XIX (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) -Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

NOGUEIRA, Laisa dos Santos. Entre a pesquisa e a escola: as fontes, o professor e a construção do conhecimento histórico. In: *Anais do X encontro estadual de história: O Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 2010.

SCHETTINI, Vitória Fernanda. Espaço e território: A divisão administrativa da Mata Mineira. In: *XIX Encontro Regional de História: Formação e Mercado de Trabalho*. 2014, Juiz de Fora. Anais do 19º Anpuh, Juiz de Fora – MG

OS REGISTROS PAROQUIAIS E A OCUPAÇÃO DO VALE DO RIO GLÓRIA, ZONA DA MATA MINEIRA, SÉCULO XIX

Luís Fernando Ribas Freitas³²⁹

RESUMO: O presente trabalho busca demonstrar, munido de citações de curatos, paróquias e vilas nos registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos, locais onde já havia povoamento no vale do Rio Glória e entorno, situado na Zona da Mata Mineira central, já no século XIX. Esse trabalho é capaz de contribuir com o conhecimento da história, da geografia da população e da formação dos municípios dessa região e seu entorno. Assim, munido dos registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos da matriz São Francisco de Assis, do município de São Francisco do Glória, que foram extraídos em uma árdua pesquisa combinada entre aplicada e de gabinete, sob metodologias combinadas da Geografia Histórica e História Demográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Ocupação; Vale do Rio Glória; Registros paroquiais

ABSTRACT: The present work seeks to demonstrate, with citations of curates, parishes and villages in the parish records of baptisms, weddings and deaths, places where there was already settlement in the Gloria River valley and surroundings, located in the central Zone Mining Woods, already in the 19th century. This work is able to contribute with the knowledge of the history, the geography of the population and the formation of the municipalities of this region and its surroundings. Thus, equipped with parish records of baptisms, weddings and deaths of the San Francisco Assisi headquarters, in the municipality of San Francisco, which were extracted in a combined arduous research between applied and office, under combined methodologies of Historical Geography and Demographic History.

KEYWORDS: Occupation; Gloria River Valley; Parish Records

³²⁹ Graduado em História (FASM), Especialista em História Social e Contemporânea (UCAM), Especialista em Educação Religiosa (Faculdade Alfa) e Mestre em História (UNIVERSO).

O século XIX no Brasil foi marcado pela expansão da produção cafeeira, que muito implicou no povoamento da região da Zona da Mata mineira. Pois tal período esteve ligado às necessidades de manutenção da economia da região mineradora. Necessidade esta que fomentou a formação das primeiras vilas, cujo crescimento lhes permitiu receber, mais tarde, entre o final do século XVIII e a primeira metade do XIX, grande fluxo migratório atraído pela economia cafeeira (ALMICO; LAMAS; SARAIVA, 2003).

A expansão cafeeira que aqui se faz referência provocou na Zona da Mata mineira feições socioeconômicas muito próximas das existentes no Vale do Paraíba no século XIX. Em outras palavras, ele indica ter havido uma cópia deste último sistema na Zona da Mata mineira (VALVERDE, 1958).

Na região do vale do rio Carangola, rio este que tal como o rio Glória, deságua no rio Muriaé, ele houve em de seu entorno um ciclo inicial de incursões caracterizado pelo interesse predatório e pela escravização do indígena. “Rápidas em suas passagens, brutais e despovoadoras” (MERCADANTE, 1973, p. 19), essas incursões não deixaram no espaço geográfico quaisquer vestígios de sua povoação, já que estavam apenas de passagem.

Um segundo ciclo de incursões voltado para a pesquisa bandeirista na Zona da Mata mineira, comandada por Fernão Dias Pais, imprimiria no espaço geográfico suas marcas de povoamento, principalmente junto do Caminho de Cataguá e do rio das Velhas, segundo Paulo Mercadante. Embora sendo capazes de inserir certo povoamento nessa região, tais incursões não legaram a ela nenhuma ligação com a rota que esse autor denominou Caminho Velho (MERCADANTE, 1973).

Uma mentalidade da época de que o conceito de sertão sugeria lugar inóspito e, portanto, repleto de perigos (CAMBRAIA, 1988) muito contribuiu para que a região da Zona da Mata mineira demorasse a ser ocupada, em comparação com outras regiões do Brasil. Tal mentalidade não poupava os indígenas de estereótipos imputados pela sociedade de então, e pelo governo, que os enxergava como brutais guerreiros. Ela também era utilizada como uma característica marcante da Zona da Mata mineira.

Entretanto, essa visão da região como local inóspito foi perdendo força à medida que os mineradores resolveram substituir sua economia pela atividade agropastoril. A necessidade destes em encontrar novas formas de sobrevivência se fazia tamanha, que o suposto medo do gentio era superado frente ao avanço da colonização pelas suas terras.

Desse modo, o povoamento da região da Zona da Mata mineira se dá mediante a necessidade de novas terras para comportar a expansão cafeeira. Assim, se em um primeiro momento tal região servia como barreira para o descaminho do ouro e contra o tráfico de pedras preciosas, num segundo momento, representado pela necessidade de redirecionamento do polo econômico nacional, essa região volta a servir à Coroa e, mais tarde, ao Império, agora como lócus de apropriação de terras para a agricultura, tanto de *plantation*, como de subsistência.

É por isso que desde 1780 as políticas da Coroa portuguesa em relação a essa região já passavam a ganhar novas direções, principalmente a partir da doação de Sesmarias (MERCADANTE, 1973). Agora a região passava de local inóspito para um território a ser apropriado; de um local vedado ao povoamento para um espaço cuja ocupação passava a ser incentivada pelo governo, frente à crise da economia mineradora.

Nesse novo ciclo de incursões na região da Zona da Mata mineira, passa a ocorrer a sedentarização de nativos. Isso, porque tinha-se a intenção de convertê-lo à civilização para sua posterior transformação em súdito da Coroa, o que lhe permitiria a inserção gradativa na sociedade. Esta se dava primeiramente a partir dos contatos mais superficiais e dos escambos, já que eram estes capazes de atrair o indígena, de favorecer sua catequização e a conseqüente formação de povoados.

A sedentarização do nativo foi favorecendo o adensamento de povoados, bem como a apropriação das terras antes a ele destinadas. Isso demandou com o tempo a abertura de uma estrada que cortava a Zona da Mata Mineira, ligando a região mineradora ao Espírito Santo, visto que era propícia à travessia de bois.

Além dessa estrada, foram surgindo as primeiras cidades, como Ubá e Cataguases, na Zona Central da Mata mineira, e Mar de Espanha e Além Paraíba, no Sul. Nas regiões mais ao norte, mais precisamente no vale do Rio Pomba, nasciam as

idades de Leopoldina, Muriaé e Carangola, fundadas por famílias egressas da mineração. Muitos desses municípios nasceram em virtude de doações de sesmarias, atos recorrentemente realizados pela Coroa no intuito de incentivar a consolidação do povoamento e a expansão de uma economia alternativa à decadente mineração. Essa era uma prática muito alicerçada em costumes portugueses, que se fixou em territórios brasileiros e sua consequência foi a concentração fundiária, visto que privilegiava apenas o grande proprietário (MERCADANTE, 1973).

Em virtude dessa política, a Zona da Mata mineira, bem como os seus ditos primeiros municípios, foram contemplados com a existência de muitos posseiros ao longo de todo o seu território, pois, não tendo meios de possuir legitimamente algum lote de terras, muitas pessoas se instalavam em terras cujo proprietário não as utilizava, e em regiões de fronteira, como era o caso da Zona da Mata mineira.

Tais povoadores é que marcariam a diferença socioeconômica discrepante entre a economia cafeeira de *plantation* e os locais onde eles se concentravam. Os locais onde estavam em maioria os posseiros iriam apresentar economias mais voltadas para a subsistência com a comercialização de excedentes.

Em 1850, porém, essa situação se intensificaria com a Lei nº 601, denominada Lei de Terras. Tal lei se fazia favorável aos posseiros de terras devolutas (sem proprietário legal), pois lhes permitia legitimar sua propriedade sobre terras em que possuíssem culturas e benfeitorias.

Assim, com a Lei de Terras, muitos posseiros o deixavam de ser para se tornarem proprietários legais das terras que ocupavam. Por outro lado, no entanto, a partir de então, a terra passaria a ser uma mercadoria adquirida não mais por doação do Império, mas através da compra.

Se por um lado, portanto, tal lei beneficiaria posseiros, por outro, segregaria boa parcela da população, que seria obrigada a suprir as carências de mão-de-obra suscitadas com a crise do trabalho escravo, este último iminente a partir de então. Em outras palavras, isso perpetuava o poder de uma classe historicamente favorecida: um fazendeiro, um chefe político local e, muitas vezes, um futuro barão (MERCADANTE, 1973).

O povoamento da Zona da Mata Mineira assim se consolidava. Em primeiro lugar, com a instalação de posseiros em direção ao sertão. Depois, com a lei de Terras, a posse das terras era legitimada pelos primeiros posseiros, que passavam a integrar certa elite da terra. Todavia, isso não ocorreu de igual forma em todas as regiões da Zona da Mata mineira: em alguns locais se instalou a economia de *plantation*. Em outros, houve majoritariamente o modo de produção camponês (CARRARA, 1999).

Daí surge uma divisão da Zona da Mata mineira em Sul, Central e Norte (CARRARA, 1999). A primeira recebera as maiores levas de população, inclusive cativa, por ser mais próxima do Caminho Novo e se concentrou efetivamente na produção do café para a exportação; a segunda também foi muito importante na produção cafeeira, com as dificuldades oriundas das maiores distâncias do Caminho Novo, o que dificultava o escoamento da produção (ANDRADE, 2006). Como consequência, seu povoamento se deu de forma mais rarefeita; a terceira e última permaneceu com a fronteira agrícola aberta até o início do século XX, dada a sua maior distância do Caminho Novo.

As diferentes incursões, portanto, provocaram reflexos diversos no espaço geográfico da Zona da Mata mineira (LAMAS, 2006). Tais incursões, por sua variação no tempo e no espaço, podem ser divididas entre uma primeira, ocorrida nos locais mais próximos ao Caminho Novo, importante rota de escoamento do ouro para o porto mais próximo, e uma segunda, em que ocorreu o povoamento da parte da Zona da Mata mineira mais próxima aos limites com a província do Rio de Janeiro (LAMAS, 2006).

Esse segundo momento, portanto, aconteceu de forma tardia. Isso se explica pelas grandes distâncias entre a sub-região da Zona da Mata mineira e o Caminho Novo, de onde afluía o povoamento. É nesse último momento que se observou a ocorrência da já mencionada integração do nativo à economia carente de mão de obra (LAMAS, 2006).

Esse segundo ciclo do povoamento da região da Zona da Mata mineira, portanto, foi marcado pela sedentarização do nativo, aliada à apropriação de suas terras. Esse projeto de colonização, assim, não fez caso da cultura nativa, pois os gentios que se

revoltassem contra a colonização eram dizimados pelas “guerras justas” e os que aceitavam, pela aculturação.

Vale destacar que esse povoamento da Zona da Mata mineira só foi possível mediante a crise da atividade mineradora na região de Ouro Preto. Esta, a atividade mais rentável da Coroa entre os séculos XVII e XVIII, já dava mostras em meados do dezessete que não iria durar para sempre. Isso levou as populações concentradas na região central da Província de Minas Gerais a migrarem para a Zona da Mata mineira, região até então quase despovoada em virtude de ter sido uma barreira natural contra o descaminho do ouro.

Tal movimento de declínio gerou diversificação econômica com a consequente busca de novas terras para o cultivo no interior (LINHARES, apud ANDRADE, 2007). E isso desencadeou um processo de inserção do nativo na sociedade através do suprimento de mão de obra com sua captura.

Isso foi provocando muita heterogeneidade socioeconômica na Zona da Mata Mineira, pois algumas regiões se valeram muito da mão de obra escrava e outras, nem tanto. Desse modo, algumas regiões concentraram suas produções para a exportação, outras para o mercado interno. Por outro lado, as populações nativas também eram ricas em costumes e práticas, o que reforça a diversificação cultural, sobretudo nas regiões onde a economia de *plantation* era dificultada.

Essa ideia de uma Zona da Mata mineira repleta de diversidades é reforçada pelo estudo de Patrício Aureliano da Silva Carneiro. Segundo ele, “a região não seguiu um processo social e histórico uniforme” (CARNEIRO, 2008) e isso gerou diversos processos socioeconômicos no espaço da Zona da Mata mineira. Entre estes, pode-se citar a instalação das rodovias e ferrovias, visto que não contemplavam alguns pequenos municípios, cuja formação, em grande parte, era de pequenos lavradores.

Tratavam-se de obras que se orientavam apenas a atender aos interesses dos grandes cafeicultores escravistas, gerando e perpetuando diferenças regionais. E isso, sobretudo, porque tais grandes cafeicultores estavam concentrados principalmente nos municípios de Cataguases e Juiz de Fora, locais caracterizados pela concentração fundiária. A o povoamento da Zona da Mata mineira, portanto, foi marcado pela

predominância da agropecuária extensiva e pelo apossamento de terras pelas elites nas bordas do Caminho Novo, bem como pela expansão do café e das concessões de sesmarias às famílias de prestígio (CARNEIRO, 2008).

Desse modo, o avanço do café pelas bordas do Caminho Novo estimulou a produção agroexportadora e a acumulação de terras e de escravos. Já nas regiões de Viçosa, Manhuaçu e Muriaé o quadro foi adverso e mais voltado para o mercado interno (CARNEIRO, 2008) na primeira metade do XIX, pois as distâncias do Caminho Novo dificultavam a concentração de escravos, embora a concentração de terras também existisse.

Na Zona da Mata mineira, portanto, pode-se afirmar que houve a inserção do nativo à sociedade (FREITAS, 2018), pois onde era difícil a difusão de grandes escravarias, surgia o indígena como alternativa às carências com a mão-de-obra. Tal característica foi mais comum aos pequenos estabelecimentos agrícolas, mais numerosos nas partes central e norte dessa região. Já na região sul, o quadro era de maior concentração da economia cafeeira de *plantation*.

À vitória contra as revoluções liberais de 1842 sucedeu a fundação de muitas vilas e paróquias pelo interior (SARAIVA, 2008), entre as quais as que interessam ao presente trabalho. Isso era uma política dos saquaremas, conservadores, que se interessavam, tanto na maior autonomia para os coronéis locais, como mais povoados de onde buscar cobranças de impostos.

Todavia, vale lembrar que o surgimento de vilas e paróquias significava a apropriação de mais territórios indígenas aos colonizadores, como a região do atual município de Muriaé. Esta se tornou uma vila em meados do século XIX, depois de ter se constituído em um aldeamento indígena, ou seja, em um território demarcado para os índios *puris*.

É nesse contexto de apropriação de terras antes ocupadas por indígenas que a região do vale do rio Glória é também povoada. Isso ocorria de forma que as primeiras pessoas se instalavam no território, formavam povoados com a chegada de mais pessoas e com o crescimento da família. Esse povoado logo ganhava uma capela, que passava a ser visitada regularmente por um padre, e o local passava a se chamar um curato.

Depois disso, o local ganhava um juiz de paz e passava a se chamar um Distrito de Paz. Por fim, o povoado podia crescer ao ponto de ser elevado pelo poder provincial a uma paróquia – local onde o padre residia – ou até mesmo a Vila, com sua administração e autonomia próprias.

Diante disso, cabe considerar que a formação de vilas procedia-se mediante alguns critérios, como a já consolidação demográfica do local. No vale do Rio Glória, havia algumas regiões com essa característica já no século XIX, a saber São Francisco do Glória, que se tornou paróquia em 1858. Além dela, Nossa Senhora da Glória, atual distrito de Itamuri, município de Muriaé, que se tornou paróquia na década de 1840, também já era um núcleo populacional considerável.

Junto de tais paróquias, inúmeros outros povoados já continham população, capela e, inclusive, cemitérios no século XIX. Entre tais povoados, alguns vieram a se tornar municípios posteriormente, como Miradouro e Pedra Bonita.

Tratam-se, portanto, de municípios da dita região central da Zona da Mata mineira que, em virtude de suas feições não de economia de *plantation*, como já demonstrado, tendem ao esquecimento pelos pesquisadores. Entretanto, a apropriação de seus territórios já no século XIX, como será demonstrado adiante, já indica sua importância para a economia da época.

Não há aqui a pretensão pela escrita da história econômica desses municípios, mas apenas por um pontapé inicial acerca de sua geografia histórica, no intuito de levar às suas populações o conhecimento de suas importâncias como locais cujo povoamento já acontecia no século XIX.

O ENTORNO DO RIO GLÓRIA NO SÉCULO XIX

Antes de se tornar um município, no século XIX, o povoado recebia um juiz de paz e ganharia o nome de Distrito de Paz. Além disso, ele poderia se tornar um curato com a construção de uma capela que receberia regularmente a visita de um padre. Após atingir esses estágios, o governo imperial poderia elevar esse mesmo povoado à categoria de Paróquia, a qual teria constantemente a presença de um padre, que ali

viveria. Posteriormente, depois de Paróquia, o povoado poderia ser escolhido pelo governo da província para se tornar uma vila e, enfim, a sede de um município.

O vale do rio Glória, situado na região central da Zona da Mata mineira, compunha até 1865 o município de São João Batista do Presídio, atual Município de Visconde do Rio Branco (na década de 1840, tal município passou a ter sede em São Januário de Ubá, atual município de Ubá). Após essa data, veio a compor o recém-criado município de São Paulo Muriahe, que mais tarde se tornaria o município de Muriaé. Trata-se, portanto, do recorte geográfico aqui adotado, que o foi em virtude das localidades citadas como já tendo povoação nos 185 registros de óbitos, 536 registros de casamentos e 4015 registros de batismos da paróquia São Francisco de Assis, município de São Francisco do Glória. A esse arquivos, denomina-se aqui APFS.

Apenas em 1881 é que esse território seria dividido em duas partes: uma comporia o município de São Paulo do Muriaé, dos curatos de Santa Rita de Cássia e a paróquia de Nossa Senhora da Glória, rumo ao sul; e outra comporia o recém-criado município de Santa Luzia do Carangola, da Paróquia São Francisco de Assis até os curatos do Divino Espírito Santo e Caiana.

Os registros dos quais se valem o presente trabalho foram produzidos na paróquia São Francisco de Assis (atual município de São Francisco do Glória), a terceira mais antiga da região, atrás apenas da Paróquia de Nossa Senhora da Glória (atual distrito de Itamuri, pertencente a Muriaé) e de São Paulo do Muriahe (atual sede do município de Muriaé). Essas fontes indicam a existência já no século XIX de núcleos populacionais no entorno do vale do Rio Glória. A tabela abaixo apresenta o número de registros que tocam nos nomes dos referidos locais:

Tabela 1: Número de registros paroquiais referentes a fregueses de fora de São Francisco do Glória no arquivo da Paróquia São Francisco de Assis, século XIX

Local	Batismos	Casamentos	Óbitos	Total	%
São Pedro	-	-	18	18	21,43

Pedra Bonita	-	-	1	1	1,19
Carangola	16	6	18	40	47,62
Divino	-	-	8	8	9,52
Tombos	2	-	-	2	2,38
Faria Lemos	-	-	3	3	3,57
Itamuri	4	-	-	4	4,76
Miradouro	-	-	8	8	9,52
Total	22	6	56	84	100

Fonte: Freitas, 2020.

Uns são atuais municípios, como Faria Lemos, Tombos, Carangola, São Francisco do Glória, Miradouro e Pedra Bonita, outros não deixaram a condição de Distritos de Paz. Entre estes, há Itamuri, que constitui um Distrito pertencente ao Município de Muriaé, e São Pedro do Glória, atual Distrito que compõe o território de Fervedouro.

Um fato curioso sobre o atual Distrito de São Pedro do Glória é que seu povoamento é anterior à própria sede do município a qual ele faz parte: Fervedouro. Esta última cidade teve alavancado seu povoamento apenas no século XX, quando da criação da Rodovia BR-116

Da tabela I, observa-se que Carangola é o território campeão no número de registros paroquiais realizados em São Francisco do Glória. Atual município situado na borda do estado, Carangola era caminho de entrada do povoamento que se originava do Noroeste Fluminense para o Leste de Minas Gerais. Assim, a razão do maior número de registros paroquiais desse local em relação a outros na freguesia franciscana é o fato de que esta também recebia fluxos demográficos do Noroeste Fluminense.

Isso também pode ser a mesma razão pela qual há alguns registros paroquiais de fregueses da freguesia de Nossa Senhora dos Tombos do Carangola (atual cidade de Tombos). Porém, o incipiente número pode ocorrer em razão da longa distância de São Francisco do Glória. Por outro lado, o vasto território também pode ter feito com que duas poucas famílias encontrassem na Freguesia de São Francisco do Glória um local mais próximo para batizar suas crianças.

Isso também pode ser a causa de quatro famílias da freguesia de Nossa Senhora da Glória (atual Itamuri) terem optado por batizar seus filhos na freguesia de São Francisco do Glória. Já em relação às demais localidades, constituíam todas em curatos sob a jurisdição eclesial da matriz São Francisco de Assis. Por curatos entende-se local que possui igreja, porém, que o padre visita regularmente.

Em relação a tais curatos, os registros paroquiais de óbitos são os únicos que os mencionam. Isso, porque os padres locais não registravam se o casamento ou o batismo ocorreu em algum curato pertencente à Paróquia São Francisco de Assis. Quando este fosse o caso, nenhuma informação acerca do local de residência ou da cerimônia era inserido, pois ficava subentendido que todos eram fregueses da mesma paróquia onde atuavam os referidos padres e que as cerimônias ocorriam sempre na igreja matriz. Apenas os velórios podiam ser feitos nos curatos.

Desse modo, segundo os registros paroquiais, houve no cemitério de São Pedro do Glória, atual distrito pertencente ao município de Fervedouro (município este criado em 1993), 18 cerimônias fúnebres registradas no arquivo da Paróquia São Francisco de Assis. A existência de um cemitério nessa localidade também sugere uma capela local, um curato, que recebia regularmente a visita do padre. Logo, o referido Distrito de Paz é de existência mais antiga do que o próprio distrito que hoje é sede do município o qual ele integra, como podemos vislumbrar no registro de óbito de Francisco, adulto, casado e pardo. Ele faleceu no dia 2 de fevereiro de 1877 após ser “ofendido de cobra” (APFS, MG, Livro de óbitos n. 1. p. 11.).

O ferimento de cobra, causa que levou à morte o referido Francisco, residente em São Pedro do Glória, é um indício do estilo de vida rural que se levava em tal distrito. Este, ao longo do tempo, não sofreu um largo processo de urbanização, nem

sequer tal como o da sede do município ao qual compõe. Entretanto, sua ocupação já era concreta no século XIX, como se infere a partir do registro paroquial de óbito acima.

Da mesma forma, a cor parda do referido Francisco também pode indicar algumas características socioeconômicas desse local situado muito próximo à fronteira agrícola em pleno século XIX. Isso, porque nesse período, essa nomenclatura era utilizada por alguém que não era escravo, mas que também não era de grandes posses (FREITAS, 2018).

Como já mencionado, os registros de óbito são os únicos que apresentam a existência desses povoados no século XIX. Na matriz São Francisco de Assis, eles existem apenas a partir de 1871. Os motivos pelos quais não existem livros com atas de anos anteriores não são claros. Todavia, era possível que os padres locais não tivessem o costume de registrar as cerimônias fúnebres antes desse período. Por outro lado, a confecção tardia das atas de óbito legou-lhe uma pequena proporção numérica em relação aos registros de batismos (4015) e casamentos (536). Mesmo assim, há o considerável número de 18 enterros no distrito de São Pedro, que pertencia à Paróquia São Francisco de Assis, entre os 185 totais do nosso recorte temporal entre 1860 e 1888.

Outro distrito também atendido pela paróquia São Francisco de Assis e que, ao contrário de São Pedro, hoje é um município também mencionado entre as atas de óbito da paróquia São Francisco de Assis é o de São José da Pedra Bonita, atual município de Pedra Bonita, situado ao Norte do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.

Esse território foi elevado a município apenas em 1995 e a única senhora cujos ritos fúnebres foram nesse distrito entre os registros paroquiais de São Francisco do Glória foi Ana Rosa, viúva de 90 anos, que falecera em 16 de Agosto de 1875.

A Paróquia São José da Pedra Bonita passou a existir em 1870, cinco anos antes desse registro em São Francisco do Glória. Isso indica certo fluxo de pessoas entre as duas paróquias.

Isso também é possível de se perceber no município de Carangola. Há registros de fregueses da paróquia Santa Luzia buscando os sacramentos do batismo e do casamento em São Francisco do Glória, como já demonstrado. Trata-se de algo que

ocorreu não obstante a Carangola já ter ganho sua própria paróquia a partir de 1860. Foram 16 registros de batismos de carangolenses em São Francisco do Glória, 6 casamentos e 18 registros de óbitos, segundo a tabela I.

Quase metade dos registros que mencionam outra localidade fora de São Francisco do Glória são de fregueses da Paróquia de Santa Luzia (que em 1878 se tornaria o município de Santa Luzia do Carangola, atual Carangola). Isso mostra que havia grande afluxo de pessoas entre essas São Francisco do Glória e esse município, principalmente de escravos, agentes que mais aparecem nos registros de carangolenses em São Francisco do Glória, como o de casamento entre os pretos João e Jacinta, cerimônia esta realizada no dia 2 de junho de 1877 (APFS, MG, Livro de óbitos n. 1. p. 64).

Além do dito grande número de pessoas naturais de Carangola terem seus registros feitos em São Francisco do Glória, os ritos fúnebres de pessoas naturais de dois distritos carangolenses eram feitos por párocos franciscanos. Tratam-se dos distritos de Divino do Espírito Santo (atual município de Divino, fundado em 1923) e Vargem Grande (atual município de Faria Lemos, criado em 1953).

Deste último distrito foi feita em São Francisco pelo pároco local a cerimônia fúnebre do escravo de Maria Joaquina da Assunção, Manoel, de 40 anos, casado, que morreu em 18 de novembro de 1877 de hidropisia, uma doença causada pela retenção de líquido nos tecidos cutâneos (APFS, MG, Livro de óbitos n. 1. p. 13).

Percebe-se que a estação de trem Faria Lemos foi construída 10 anos depois do primeiro registro paroquial mencionando a existência de povoamento nessa localidade. Tratam-se de informações que corroboram para situar no tempo e no espaço o povoamento dessa região central da Zona da Mata mineira. Este se fazia também nas bordas do estado voltadas para o Noroeste Fluminense.

Tal como os locais analisados até aqui, também Faria Lemos obteve uma igreja construída no centro da cidade indicando a centralidade da cultura cristã na época da criação do povoado. Segundo a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, um grupo de moradores fixado no local desde o início do século XIX sob a chefia de Francisco José da Silva, de José Moreira Carneiro e do Major Américo de Lacerda. Em 1890 o

povoado de São Mateus já era distrito (IBGE, 1959, tomo 27, p. 125). O registro paroquial franciscano que remonta ao povoamento de Faria Lemos já em 1877 é muito importante para a história dessa localidade, visto que ela apenas se tornou um distrito em 1890.

Do Distrito de Divino Espírito Santo, por sua vez, foi registrado em São Francisco do Glória a cerimônia fúnebre de Januário, branco e solteiro de 22 anos, filho de Antônio Lucas da Cunha e de Florentina Rosa de Jesus. Ele morreu “lançando sangue” em 9 de junho de 1876 (APFS, MG, Livro de óbitos n. 1. p. 11).

Esse registro indica, tal como em atas paroquiais de outros curatos, a existência, não apenas do cemitério no local, mas da capela. A Igreja do Divino Espírito Santo, bem como todas as que foram matrizes paroquiais já no século XIX foi erguida sobre um monte. Tratava-se de um costume católico da época que, aliado ao fato da Igreja estar sempre no centro da freguesia, demonstrava a importância do catolicismo para as sociedades da época. Isso também é demonstrado através da tradição oral dessa localidade, segundo a qual os habitantes se decidiram a fundar um povoado. O local exato seria escolhido através de uma excursão em caminhada: “ficou combinado que seus autores fariam uma excursão, ao amanhecer, partindo da residência do Sr. Pedro Gomes da Silva” (IBGE, 1959, Tomo 25. p. 40) e caminhariam pelas margens do rio Carangola até sentirem fome. No local exato da parada para a alimentação, seria fundado o novo povoado, que receberia o nome de Divino Espírito Santo.

A seguir outra paróquia que, através dos registros paroquiais de São Francisco do Glória, claramente tinha conexões com a matriz de São Francisco de Assis. Tratava-se da Paróquia de Nossa Senhora dos Tombos do Carangola (atual município de Tombos, fundado em 1923). Duas indígenas puris dessa localidade batizaram seus filhos cujos pais os padres de São Francisco do Glória não conheceram. Foi o caso de Fortunata e Germana, cujos respectivos filhos Isabel e Joaquim receberam o sacramento do batismo das mãos do padre Jerônimo Pinto Velloso no dia 6 de outubro de 1864. Os respectivos padrinhos foram João José Vieira, junto de Maximiana Francisca Laura e José Joaquim Toledo, junto de Porcina Maria do Espírito Santo.

Desde 1849 Tombos já era povoada (IBGE, 1959). Rompendo com o padrão de igrejas construídas sobre montes, a paróquia Nossa Senhora da Conceição foi construída em lugar plano. Não obstante a isso, ela foi construída no centro da cidade.

Por fim, dentro do Vale do Rio Glória, propriamente dito, além do distrito de São Pedro, município de Fervedouro, encontramos nos registros paroquiais da Paróquia São Francisco de Assis o então curato de Santa Rita do Glória, filial da Paróquia de Nossa Senhora da Glória, atual distrito de Itamuri (município de Muriaé). No cemitério correspondente a esse curato houve 8 sepultamentos entre 1858 e 1888, como a de Ramiro, adulto, solteiro, pardo. Ele falecera aos 36 anos “matado de duas facadas” (APFS, MG, Livro de óbitos n. 1. p. 16).

A cor de pele indicada pelos padres do então falecido Ramiro sugere, tal como já mencionado anteriormente, sua condição socioeconômica situada entre a escravidão e a liberdade. Da mesma forma, sua *causa mortis* também indica a violência, forma comum de resolução de conflitos em uma sociedade de fronteira.

Em relação à história, Miradouro já era Distrito pertencente ao município de São Paulo do Muriahe desde 1891. Sua povoação anterior a isso não é datada, fato pelo qual o registro aqui apresentado indicando que já em 1875 já havia um curato nessa região é de suma importância para sua historiografia.

A última localidade do vale do rio Glória cujo povoamento pode-se saber a partir dos registros paroquiais franciscanos que foi povoada já no século XIX é o distrito de Itamuri, município de Muriaé que, na época, carregava o nome de Glória. Em São Francisco do Glória, fez-se 4 registros de óbito com enterros no cemitério desse distrito.

O registro mais antigo data de 1877. Entretanto, a Paróquia de Nossa Senhora da Glória, situada no atual Distrito de Itamuri, já existia nesse local desde a década de 1840. Portanto, antes do surgimento da paróquia São Francisco de Assis. O quadro abaixo demonstra o grau de autonomia de cada local aqui estudado na época dos primeiros registros sobre eles encontrados, bem como o ano de suas respectivas emancipações político-administrativas:

Quadro 1: Data dos registros mais antigos por localidade por data das emancipações políticas

Local	Registro mais antigo	Grau de autonomia	Ano de Emancipação Política
São Pedro	1873	Curato	Atual Distrito pertencente a Fervedouro
Pedra Bonita	1875	Paróquia	1995
Carangola	1871	Paróquia	1881
Divino	1876	Curato	1938
Tombos	1864	Paróquia	1923
Faria Lemos	1877	Curato	1953
Itamuri	1877	Paróquia	Atual Distrito pertencente a Muriaé
Miradouro	1875	Curato	1938
São Francisco do Glória	1860	Paróquia	1953

Fonte: Freitas, 2020.

Assim, sete dos nove locais aqui estudados já constituem atuais municípios com administrações independentes. Esse foi o legado da ocupação acometida sobre a região do vale do Rio Glória entre os séculos XVIII e XIX e evidente no quadro abaixo:

Depreende-se desse quadro que São Francisco do Glória é o terceiro território mais antigo dos analisados, tendo sido fundado enquanto Paróquia em 1858. No quadro, seu registro mais antigo é em 1860, visto que a Igreja estava em processo de construção entre 1858 e 1860.

O local de povoamento mais antigo é Itamuri, que data de 1842, quando era transformado em Paróquia Nossa Senhora da Glória. Logo após, houve a fundação da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição dos Tombos do Carangola, na atual cidade de Tombos. Depois de São Francisco do Glória, o local de povoação mais antiga é Carangola, cuja paróquia foi fundada em 1860, seguida da Paróquia de São José da Pedra Bonita, fundada em 1870. Na mesma década há os registros mais antigos do curato de São Pedro do Glória, em 1873, Miradouro, em 1875, Divino Espírito Santo, em 1876, e Faria Lemos, em 1877.

FONTES DOCUMENTAIS

Arquivo da Paróquia São Francisco de Assis (APFS), MG, Livros de Batismos, n. 1, n. 2, n. 3, Livros de Casamentos, n. 1 e n. 2 e Livro de óbitos n. 1.
IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Tomo 24, 25, 26 e 27. Rio de Janeiro, 1959.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMICO, Rita de Cássia da Silva, LAMAS, Fernando Gauderetto e SARAIVA, Luiz Fernando. A Zona da Mata Mineira: Subsídios para uma historiografia. In: *V Congresso Brasileiro de História Econômica e VI Conferência Internacional de História de Empresas*. Caxambu: ABPHE, 2003.

ANDRADE, Rômulo Garcia de. Formação de estruturas agrárias e seu dinamismo na Mata mineira (Juiz de Fora e Muriaé, século XIX). PAULA, João Antonio de. et al. *Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira*. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

CAMBRAIA, R. de B.; MENDES, F.F. A colonização dos sertões do leste mineiro: políticas de ocupação territorial num regime escravista (1780-1836). *Escravidão – Revista do Departamento de História – FAFICH/UFMG*, Belo Horizonte, v.6, p. 137-149, jul., 1988.

CARRARA, Ângelo Alves. *Estruturas agrárias e Capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira*

(séculos XVIII e XIX). Mariana: Núcleo de História Econômica e Demográfica da Universidade Federal de Ouro Preto, 1999.

CARNEIRO, Patrício Aureliano da Silva. Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835). *Dissertação* (Mestrado em Geografia). PPGDG. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

FREITAS, Luis Fernando Ribas. Os registros paroquiais, família e sociedade em São Francisco do Glória (1960-1888). *Dissertação* (Mestrado em História). Universidade Salgado de Oliveira, Niterói-RJ, 2018

LAMAS, Fernando Gaudereto. Povoamento e Colonização da Zona da Mata no século XVIII. *Histórica*, São Paulo, n.8, p.1-9, mar. 2006.

LINHARES, Maria Yedda Leite. Metodologia da história quantitativa: balanço e perspectivas. In: ANDRADE, Vitória Schettini de. Ocupação e formação econômica dos sertões do Muriaé. In: *XXVII Simpósio Nacional de História*. ANPUH, São Leopoldo-RS, 2007.

MERCADANTE, Paulo. *Os Sertões do Leste*. Estudo de uma região: a Mata mineira. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1973.

SARAIVA, Luiz Fernando. O império das Minas Gerais: café e poder na Zona da Mata mineira 1853-1893. *Tese*. 350f. (Doutorado em História Social). UFF, Niteroi-RJ, 2008.

VALVERDE, Orlando. Estudo regional da Zona da Mata, Minas Gerais. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, Ano XX. N. 1. Jan-mai, 1958.

Simpósio Temático 16: História, Justiça e Direito(s) no Brasil

DIREITO DE GREVE E A JUSTIÇA DO TRABALHO: UM ESTUDO SOBRE AS DIVERGÊNCIAS ENTRE OS JULGAMENTOS DA GREVE DOS MARCENEIROS DE 1954.

Vitória de Oliveira Barroso Abunahman³³⁰

RESUMO: O trabalho tem a proposta de apresentar as divergências interpretativas sobre o direito de greve e suas regulamentações entre as Juntas de Conciliação e Julgamento (JCJ) e o Tribunal Regional do Trabalho (TRT), durante o julgamento de processos envolvendo a greve dos marceneiros que ocorreu no Rio de Janeiro no ano de 1954, utilizando como fonte acórdãos da Justiça do Trabalho. Após a análise da documentação, é perceptível que havia uma tendência de algumas Juntas em interpretar a legislação grevista de maneira mais branda, com uma fronteira legal mais larga para a possibilidade de considerar uma greve legal, enquanto o TRT julgou a questão grevista com uma interpretação mais restritiva.

PALAVRAS-CHAVE: greve; Justiça do Trabalho; marceneiros.

ABSTRACT: The proposal of this work is to present the interpretative divergences on the right to strike and its regulations between the Conciliation and Judgment Boards (JCJ) and the Regional Labor Court (TRT), during the trial of processes involving the joiners' strike that occurred in Rio de Janeiro in 1954, using Labor Court judgments as sources. After analyzing the documentation, it is noticeable that there was a tendency for some Boards to interpret the strike legislation in a more lenient way, with a broader legal boundary for the possibility of considering a legal strike, while the TRT judged the strike issue with an interpretation more restrictive.

KEYWORDS: strike; Labor Court; woodworkers.

³³⁰ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas. Email:oliveira.barroso@hotmail.com

Nos últimos anos, diversos estudos no campo da História Social passaram a utilizar processos da Justiça do Trabalho como fonte de pesquisa para analisar a atuação da classe trabalhadora em busca de melhores condições de labor. Com isso, inaugurou-se um campo de estudo voltado para investigar como os trabalhadores brasileiros utilizaram a estrutura legal trabalhista corporativista, organizada a partir do governo de Getúlio Vargas, de modo a subverter a lógica do controle e instrumentalizá-la em busca da efetivação dos seus direitos. Essas análises foram fortemente influenciadas pela utilização da documentação do judiciário trabalhista que foi possibilitada através de iniciativas de pesquisadores e juristas que iniciaram uma batalha contra a destruição sumária dos autos processuais da Justiça do Trabalho (SILVA, 2019). Essa nova abordagem empírica contribuiu para evidenciar o papel ativo dos trabalhadores na luta por direitos, desmistificando o ideal de passividade perante as estruturas de controle corporativa.

Buscando dialogar com esse campo de pesquisa histórica, o trabalho busca apresentar a possibilidade dos autos processuais trabalhistas de serem utilizados como fonte de pesquisa para o estudo de como os juízes do trabalho e a justiça trabalhista lidaram com os movimentos grevistas dos trabalhadores. Os estudos operados sobre greves, através dos autos trabalhistas, buscaram enfatizar como os trabalhadores manipularam os meios legais a seu favor na organização das paralisações grevistas. Larissa Correia investigou como os sindicatos mobilizaram a estrutura corporativista sindical e as leis que regulamentavam o trabalho ao seu proveito no período de 1953 até o golpe de 1964. A autora concluiu que as greves foram utilizadas como instrumentos para pressionar o TRT para a aprovação dos Dissídios Coletivos com uma maior celeridade. Além disso, afirmou que o decreto-lei 9070 de 1946, que visava criar limitações para o movimento grevista, “passou a ser uma ferramenta de cobrança de maior igualdade na interpretação da lei” (CORREIA, 2011: 129), considerando que os trabalhadores deram novos significados a lei. Seguindo essa linha de raciocínio, Alisson Droppa defende que a partir do final da década de 1950 os trabalhadores aprenderam a lidar com as restrições do decreto sobre a greve, e, com o seguimento do rito legal, os grevistas conseguiam até mesmo maior aderência de outros trabalhadores pela proteção

que a lei ofereceria as greves legais (DROPPA, 2015: 93). Tais análises são importantes, porém secundarizaram a maneira na qual a Justiça do Trabalho e os seus juízes interagiram com as demandas trabalhistas ligadas ao direito de greve.

Com isso, este trabalho adota a perspectiva de inverter o foco da investigação, privilegiando o estudo de como o movimento grevista repercutiu nas decisões da Justiça do Trabalho. O recorte escolhido para essa pequena análise foi as divergências interpretativas sobre o direito de greve entre algumas Juntas de Conciliação e Julgamento do Rio de Janeiro (JCJ) e o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) durante o julgamento dos processos originados na paralisação da categoria dos marceneiros no ano de 1954. Procuraremos demonstrar que existiam divergências fundamentais entre a interpretação sobre o direito de greve entre as duas instâncias da Justiça do Trabalho, fato que impactava diretamente o exercício grevista dos trabalhadores. Dessa forma, entender essas divergências entre os juízes e as instâncias e a construção de interpretações consensuais sobre o direito de greve é importante para compreender a atuação da instituição.

As fontes utilizadas para a pesquisa foram acórdãos de recursos ordinários da Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro que foram catalogados pela Coordenadoria de Organização do Conhecimento por meio de sua Divisão de Pesquisa e Publicação³³¹. Esses documentos são provenientes do julgamento do colegiado de juízes do TRT de um recurso originado pela JCJ, que mesmo sendo relativamente pequenos guardam em seus conteúdos importantes informações. No período analisado, a estrutura do acórdão poderia variar dependendo do juiz responsável pela sua redação, chamado no campo do Direito de “juiz relator”. Entretanto, podemos encontrar na maioria dos documentos uma estrutura em comum, conforme descrita a seguir. Ela seria uma pequena “ementa” com um resumo do resultado do recurso. A redação do documento era iniciada com um resumo sobre a sentença na primeira instância, indicando a Junta de Conciliação e Julgamento de origem, o nome do trabalhador e da empresa (diferentemente do processo, o acórdão omite as informações pessoais do trabalhador como estado civil e endereço, por exemplo), e o resultado da sentença expedida pela JCJ. No “voto”, era

³³¹ Para saber mais sobre o arquivo: <https://trt1.jus.br/documents/22365/24286103/Capitulos-Jurisprudencia.pdf/9f80cd48-0819-80ca-07aa-284b79cb5974>. Acesso em: 30 de julho de 2020

possível encontrar a fundamentação sobre o resultado do recurso. Além disso, também estava presente no acórdão um espaço reservado para um resumo do parecer da Procuradoria do Trabalho que especificava se o órgão havia decidido pela procedência ou não do recurso. Por fim, o documento possuía o veredito do colegiado de juízes do TRT, indicando se o recurso foi julgado procedente, procedente em parte ou improcedente. Esse veredito é chamado de “acórdão”, também levando em seu conteúdo se o resultado do recurso foi decidido de maneira unânime ou pela maioria, fato que indicaria discordâncias internas sobre o caso dentro do colegiado do TRT. Caso o juiz divergente sentisse a necessidade de deixar demarcado o seu ponto de vista sobre o recurso, ele poderia redigir um “voto vencido” que se encontra anexado ao acórdão. Após essa breve apresentação do conteúdo presente no documento, é possível perceber o grande valor do seu conteúdo, que vai além de um simples resumo do recurso de uma sentença da primeira instância.

A maneira em que o direito de greve foi construído pelos trabalhadores é diferente da forma na qual os juízes do trabalho o compreendiam em seus julgamentos. Enquanto a greve era vista pelos trabalhadores como um dos instrumentos utilizados para alcançar melhores condições do trabalho, os magistrados enxergavam nesse direito uma prerrogativa perigosa para a estabilidade da ordem, que deveria ser moderada em prol do bem público. Essa perspectiva é importante para investigar a função da Justiça do Trabalho. Negro e Souza defendem que a judicialização da disciplina fabril abriu um campo de possibilidades para o cerceamento do arbítrio dos empregadores, colocando claros limites à exploração dos seus empregados, funcionando a Justiça do Trabalho como um espaço importante para os empregados reclamarem excessos cometidos por seus empregadores. Entretanto, em via de mão dupla, também foram criados limites dentro da disciplina fabril, os quais os trabalhadores deveriam respeitar, e dentro dessas fronteiras não haveria espaço para reivindicações dos trabalhadores que ultrapassassem as balizas da legalidade instituída. Com isso, a Justiça do Trabalho, “ao ser apelada por queixas patronais, mostrou-se valiosa na desmobilização do movimento operário, concorrendo para o afastamento de ativistas ou dirigentes sindicais” (NEGRO e SOUZA, 2015: 164). Concluímos que a Justiça do Trabalho é uma instituição permeada por uma ambiguidade, servindo em determinados momentos para a obtenção de melhorias na condição do trabalho e cerceamento do mando patronal e em outros como

instrumento de limitação da atividade reivindicatória dos trabalhadores. Dessa forma, o trabalhador que participou de uma greve fora dos limites da legislação poderia sofrer diversas punições, legitimadas pela Justiça do Trabalho.

A GREVE DOS MARCENEIROS

A Greve dos 300 mil ocorrida em São Paulo no ano de 1953 marcou o início de um período de extensa atividade grevista no Brasil. A paralisação de diversas categorias de trabalhadores paulistas entre março e abril de 1953 demonstrou a força das organizações sindicais paralelas e a importância da liderança do Partido Comunista na organização do movimento. O clima de ascenso sindical pode ser sentido nos processos trabalhistas do Rio de Janeiro no ano de 1954, com uma explosão de processos que envolviam demissão de trabalhadores grevistas. Em termos quantitativos, no ano de 1953 existem somente dois acórdãos catalogados com o termo greve, já no ano de 1954 são quarenta e cinco ocorrências do termo nas planilhas de Excel organizadas pela Divisão de Pesquisa e Publicação do TRT do Rio de Janeiro. A maior parte desses acórdãos de 1954 tiveram origem na greve dos marceneiros, ocorrida entre abril e julho, durando a greve cento e dezesseis dias. Uma longa paralisação que terminou com o julgamento do Dissídio Coletivo pelo TRT e ocasionou a demissão de dezenas de trabalhadores de diversas fábricas. Antes de partir para a análise propriamente dita das divergências entre as instâncias da Justiça do Trabalho sobre a temática, é necessário apresentar brevemente como se deu o andamento da greve.

Em abril de 1954, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Serralheria e Móveis expediu uma comunicação ao Departamento Nacional do Trabalho (DNT) indicando a existência de uma eminência de greve na categoria. Podemos inferir que o sindicato estaria seguindo a regulamentação do Decreto-lei 9070 de 1946, que previa em seu artigo 4º a necessidade de o sindicato comunicar ao DNT iminência de greve. Após o comunicado, como previa o decreto 9070, o DNT organizou uma roda de conciliação entre o sindicato dos trabalhadores e os sindicatos patronais. A proposta conciliatória apresentada pelo órgão administrativo foi aceita pelo Sindicato das Indústrias de Serralherias Carpintarias e Tanoarias do Rio de Janeiro, sendo o acordo

homologado posteriormente pelo TRT. Já o Sindicato da Indústria da Marcenaria do Rio de Janeiro não aceitou a proposta conciliatória, recusando o prosseguimento das negociações. Com esse negativa, o sindicato da categoria reuniu seus associados em uma assembleia geral, que decidiu iniciar as paralisações no dia 27 de abril. Após o início da paralisação, a Procuradoria do Trabalho decidiu usar-se das prerrogativas legais do artigo 856 da CLT, instaurando um dissídio coletivo no TRT para discutir o aumento salarial pleiteado pela categoria. Com a sentença normativa expedida, foi firmado um aumento salarial de 32% para a categoria³³², reduzido posteriormente em recurso do sindicato patronal ao Tribunal Superior do Trabalho.

Já em outubro de 1954, começaram a surgir diversos recursos ordinários no TRT de empregados que haviam sido demitidos durante a greve e de patrões que ensejavam a demissão de empregados estáveis que participaram da paralisação. Através das análises de todos os acórdãos encontrados³³³ é possível afirmar que o TRT manteve a constância em todos os julgamentos, julgando os magistrados invariavelmente pela ilegalidade da referida greve, decidindo pela culpabilização de todos os trabalhadores que participaram da paralisação, independente da sua participação ativa ou não. A greve dos marceneiros foi julgada como ilegal pelos magistrados da segunda instância com a argumentação de que o sindicato não havia respeitado as disposições legais do decreto-lei 9070 ao iniciar a greve sem a abertura de um dissídio coletivo que seguisse as disposições do referido diploma legal.

Para a melhor compreensão sobre as divergências entre a primeira e a segunda instância da Justiça do Trabalho, é necessário realizar uma pequena digressão sobre as leis que regulavam o direito grevista que foram objeto de disputas interpretativas entre os membros do judiciário trabalhista. A greve foi introduzida como um direito constitucional a partir da promulgação da Constituição brasileira de 1946, mas o artigo 158 da magna carta apenas reconheceu o direito de greve, reservando a necessidade de

³³²BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho 1ª região. Revisão de Dissídio Coletivo 8/54. Suscitante: Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores nas Indústrias de Serraria e Móveis de Madeira do Rio de Janeiro. Suscitado: Sindicato da Indústria da Marcenaria do Rio de JANEIRO. Relator: Homéro Prates

³³³ No arquivo foi possível encontrar vinte e quatro acórdãos de marceneiros que participaram da paralisação. Entretanto, não é possível dimensionar o número total de empregados que recorreram ao TRT, já que nos acórdãos de recorrentes plúrimos é omitido o nome de todos os empregados que participaram do recurso.

existir uma lei que passaria a regular o exercício da greve. Em março de 1946, cinco meses antes do fim dos trabalhos da assembleia constituinte, o presidente Eurico Gaspar Dutra promulgou o decreto-lei nº 9070, que visava a criação de um rito legal para regular a atividade grevista, em um meio de achar um “justo equilíbrio” entre as pretensões dos trabalhadores e do “interesse coletivo”. O preâmbulo do decreto-lei demarca essa intencionalidade ao considerar que “a solução dos dissídios do trabalho deve subordinar-se à disciplina do interesse coletivo, porque nenhum direito se deve exercer em contrário ou com ofensa a êsse interesse”. Dessa forma, estabelecia-se dentro do campo jurídico e político uma discussão sobre a legalidade da manutenção do decreto-lei 9070 em conjunto com a nova Constituição. Como será analisado a seguir, no ano de 1954 já era majoritário entre os juízes do TRT a interpretação que possibilitou a coexistência dos dois diplomas legais em conjunto, justificada pela necessidade de existir uma lei que regulasse o direito de greve, que não poderia ser absoluto pelo risco que colocaria à coletividade.

Dessa forma, quando nos deparamos com acórdãos sobre greve no período de 1946 até 1964, era comum que os juízes utilizassem as disposições do decreto-lei 9070 em suas fundamentações e discutissem a legalidade da greve e a licitude dos atos dos trabalhadores grevistas durante a duração da paralisação do trabalho. A legalidade de uma greve se daria a partir do seguimento de um rito legal que se iniciava com a comunicação dos trabalhadores ao Departamento Nacional do Trabalho ao as Delegacias Regionais sobre a eminência de uma paralisação coletiva do trabalho. Após essa comunicação, o órgão notificado organizaria uma tentativa de conciliação entre as partes interessadas que, se fosse aceito, seria homologada pelo Tribunal do Trabalho. Esse acordo homologado pelo TRT teria força de sentença normativa, assim como um dissídio coletivo. Caso não ocorresse a conciliação, seria facultado aos trabalhadores o início da greve após a abertura de um dissídio coletivo. Dessa forma, a lei condicionaria a atividade grevista legal a uma conciliação prévia em órgão administrativo e a um dissídio coletivo, caso não houvesse resolução do conflito no meio administrativo.

Com isso, a greve era vista pelos juízes como uma prerrogativa que deveria seguir determinadas limitações, e a função dos magistrados seria julgar se esses limites foram respeitados durante o movimento. Isso não significa dizer que os juízes do

trabalho, ao julgar a conduta do grevista e a legalidade do movimento, estariam sentenciando a favor dos empregados ou dos patrões. Essas sentenças “parecem muito mais uma tentativa de estabelecer uma interpretação consensual e autorizada por um nascente campo jurídico em relação aos limites aceitáveis dos protestos” (SPERANZA, 2012: 192). Dessa forma, defendemos que os magistrados, ao julgarem como ilegal a greve dos marceneiros, estariam defendendo a primazia da Justiça do Trabalho em solucionar as divergências entre capital e trabalho. Entretanto, o entendimento sobre a legalidade da greve não era unânime, julgando algumas Juntas de Conciliação e Julgamento pela legalidade da paralisação dos marceneiros.

AS DIVERGÊNCIAS ENTRE AS JCJS E O TRT

O juiz da 8º JCJ julgou como procedente o pedido dos empregados para o recebimento das indenizações legais pela demissão injusta. Em sua fundamentação, considerou que a “competência para declarar legal ou ilegal a greve é da Justiça do Trabalho e o Tribunal Regional, dando pela procedência do dissídio coletivo, considera, conseqüentemente, legal a greve”³³⁴. Dessa forma, a sentença da JCJ supôs que, sendo julgado o dissídio coletivo procedente em parte para o aumento salarial pretendido pela categoria, o TRT havia simultaneamente declarada como legal a paralisação. O magistrado da Junta condicionou a legalidade da greve ao julgamento do dissídio coletivo. Não é possível acessar detalhadamente a fundamentação da primeira instância, já que os autos processuais da primeira instância foram descartados, restando apenas os acórdãos, mas é possível inferir que a sentença foi baseada no artigo primeiro do Decreto-lei 9070 que previa a legalidade das paralisações do trabalho quando condicionadas “à conciliação prévia, ou à decisão da Justiça do Trabalho”. Dessa forma, o juiz considerou que, havendo um dissídio coletivo para resolver a questão salarial, a greve poderia ser considerada como legal.

Durante a fundamentação do acórdão em recurso do empregador à sentença da 8º JCJ, o magistrado do TRT Álvaro Ferreira da Costa argumentou que, durante o

³³⁴ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho 1ª região. Recurso ordinário 1411/54. Recorrente: Alexandre de Oliveira, Filho & Cia Ltda. Recorridos: Paulo José de Oliveira e outro. Relator: Alvaro Ferreira da Costa

juízo do Dissídio Coletivo, não foi analisada pelo tribunal a legalidade do movimento em questão, sendo a sentença coletiva decidida sem levar em consideração “as circunstâncias em que foi ajuizado” o processo³³⁵. Dessa forma, era defendido que não haveria sido discutida a questão da legalidade de fato da greve, matéria que seria reservada ao julgamento dos dissídios individuais que porventura viriam a surgir com o fim da paralisação. O TRT decidiu que em matéria processual a legalidade da greve deveria ser julgada em ações individuais, já que o Dissídio Coletivo seria um tipo processual dedicado ao julgamento de demandas reivindicatórias coletivas. Dessa forma, para o magistrado da segunda instância, a simples existência de um dissídio coletivo não seria capaz de indicar a legalidade ou não de uma paralisação grevista, sendo necessário avaliar isoladamente as condições que originaram a greve. A partir da fundamentação do magistrado Ferreira da Costa, pode-se apontar uma questão metodológica para os pesquisadores que buscam compreender o direito de greve através dos documentos da Justiça do Trabalho. O juiz demarcou que os dissídios individuais seriam o tipo processual que possibilitaria aos magistrados do trabalho julgarem a legalidade de uma greve, destacando que durante um dissídio coletivo não seria possível esse tipo de deliberação pelo Tribunal. Com isso, para analisar como se dava a legalidade de uma greve, é necessário que os pesquisadores se voltem para a investigação dos dissídios individuais.

Nesse caso, a divergência entre as instâncias da Justiça do Trabalho foi pautada na interpretação da lei que regula a greve para identificar a legalidade do movimento ou não. A JCI adotou uma perspectiva mais branda da lei, considerando como legal a greve através da existência do dissídio coletivo, independente do momento de sua abertura (antes ou depois do início da paralisação do trabalho). Já o colegiado do TRT considerou que a greve não seguiu as determinações do decreto-lei 9070, pela paralisação ter iniciado anteriormente à instauração do dissídio coletivo. São, portanto, duas interpretações sobre a mesma lei, uma que abria um espaço maior para tornar legal uma greve e outra mais restritiva.

³³⁵ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho 1ª região. Recurso ordinário 1411/54. Recorrente: Alexandre de Oliveira, Filho & Cia Ltda. Recorridos: Paulo José de Oliveira e outro. Relator: Alvaro Ferreira da Costa

Enquanto no caso anterior a divergência pairou sobre uma diferença interpretativa sobre o decreto-lei 9070, esse segundo cenário é pautado sobre a validade constitucional do referido diploma legal. Durante a sentença da 5º JCI, que julgou como procedente o pedido dos empregados para o recebimento das indenizações legais para a demissão injusta, o juiz utilizou como argumentação da sua fundamentação o fato de que “está caduco o decreto-lei 9070, que a Constituição assegura o direito de greve amplo e irrestrito”³³⁶. Dessa forma, a Junta considerou que o decreto-lei 9070 seria inválido na nova ordem constitucional inaugurada em 1946. No ponto de vista defendido pelo magistrado da 5º JCI, uma lei não poderia criar limitação ao exercício do direito de greve através da conceituação jurídica proveniente do julgamento da legalidade ou não de uma paralisação do trabalho. Dessa forma, toda greve seria legal. De pronto o colegiado do TRT recusou a fundamentação da 5º JCI, afirmando o relator Alvaro Ferreira da Costa que “o Egrégio Supremo Tribunal Federal, reiteradamente, tem declarado fora da lei as greves e grevistas que deixem de observar, rigorosamente, o referido decreto-lei”³³⁷ para justificar a vigência do decreto-lei que regula a greve. Sendo válido o diploma legal, não haveria motivos para não punir trabalhadores que participassem de paralisação consideradas pelo Tribunal como ilegais.

O decreto-lei 9070 de 1946 gerou diversas discussões sobre a sua validade entre juristas e parlamentares desde a sua promulgação pelo presidente Dutra. Durante as discussões da constituinte sobre o direito de greve, os parlamentares do Partido Comunista combateram veementemente a validade do diploma legal, alegando que a lei infringiria a liberdade dos trabalhadores de organizarem greves. O partido também foi defensor de uma redação sem qualificações do artigo que futuramente garantiria o direito de greve, defendendo mais uma vez que o direito não poderia sofrer restrições (ALMINO, 1980: 117). Entretanto, essa visão de um direito de greve irrestrito não foi aquela que triunfou na redação final da constituição de 1946, tendo o texto final do artigo 158 redigido como: “é reconhecido o direito de greve. A lei regulará o exercício desse direito”. A referida lei de greve somente foi expedida em 1964, após o golpe

³³⁶ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho 1ª região. Recurso ordinário 1584/54. Recorrentes e recorridos: Augusto Moreira; Antonio Marques Garcia. Recorridos: Paulo José de Oliveira e outro. Relator: Alvaro Ferreira da Costa. Esse acórdão foi selecionado para citação por ser um caso exemplar da argumentação da 5º JCI e como o TRT reformou a sentença da Junta. A pesquisa encontrou outros cinco acórdãos com o mesmo conteúdo no arquivo.

³³⁷ Idem

militar. Apesar das longas divergências entre juristas sobre a validade do decreto-lei 9070 em conjunto com a nova constituição, manteve-se vigente no ornamento legal brasileiro em todo período de 1946 até 1964. A concepção jurisprudencial dos tribunais superiores firmou “que a regulamentação era compatível com a Constituição de 1946 pelo fato de referendar a necessidade de legislação ordinária para regulamentar a greve e pelo fato de o decreto-lei nº. 9070 não bloquear por completo o direito, e sim regulamentá-lo.” (DROPPA, 2015, p. 84).

A tese adotada pela 5^o JCI divergia do posicionamento adotado pelo TRT sobre a validade do decreto-lei 9070 que em anos anteriores já havia considerado como legal a existência desse diploma legal em conjunto com a Constituição de 1946. Em 1947 o juiz Oscar Fontenelle defendeu a legalidade do decreto-lei 9070 partindo do pressuposto de que “o artigo constitucional necessita de uma lei que regulasse o exercício grevista”³³⁸. O magistrado Homero Prates, ao defender a validade do decreto-lei 9070 em 1949, destacou que o Superior Tribunal Federal havia decidido pela validade da lei de greve enquanto não fosse elaborada outro dispositivo legal que viesse a regular o artigo 158 da Constituição³³⁹.

Dessa forma, é interessante notar que o juiz da 5^o JCI detinha uma interpretação do direito de greve progressista, sentenciando que essa prerrogativa não poderia sofrer restrições, contrariando a interpretação dos tribunais superiores. Mas essa não era a visão aceita majoritariamente pelo campo. Como foi citado anteriormente, os relatores do TRT de acórdãos de recursos da 5^o JCI procuravam construir seus argumentos sobre a constitucionalidade do decreto-lei 9070 baseando-se em decisões de tribunais superiores, principalmente citando o Recurso Extraordinário 25.082 de 26 de abril de 1954, relatado pelo ministro do STF Mario Guimarães que trazia em sua ementa uma interpretação que reiterava a necessidade de restringir o direito grevista quando trabalhadores buscassem resolver situações com as “próprias mãos”.

Mesmo não sendo do escopo desta comunicação analisar a percepção do STF sobre o direito grevista, faz-se necessário transcrever a citada ementa escrita pelo

³³⁸ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho 1^a região. Recurso ordinário 203/47. Recorrente: Elizio Gomes Filho e outros. Recorrido: Aérovias Brasil S.A. Relator: Oscar Fontenelle

³³⁹ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho 1^a região. Recurso ordinário 1213/49. Recorrente: Antenor Peruck Batista. Recorrido: Companhia Vale do Rio Doce S/A. Relator: Homéro Prates

ministro Mario Guimarães, já que ela representa uma síntese do pensamento do colegiado de juízes do TRT sobre o direito de greve e ilustra a grande divergência gerada pela 5º JCI sobre a interpretação do direito de greve e até mesmo a discrepância interpretava diante da interpretação da 8º JCI sobre a legalidade da greve. Além do mais, reafirmo a importância desse Recurso Extraordinário por ter sido utilizado na fundamentação de muitos acórdãos da greve dos marceneiros como justificativa para legitimar a punição dos empregados por terem participado de uma greve ilegal. Guimarães escreveu que “não podem os operários, no exercício do direito de greve, pretenderem-se antecipar-se às deliberações da justiça trabalhista. Aquele direito não é absoluto; está subordinado aos termos da lei ordinária, que é, na espécie o decreto-lei nº 9070”³⁴⁰. Há dois pontos a serem analisados nessa significativa ementa do ministro do STF. O primeiro deles diz respeito a validade do decreto-lei 9070 de 1946 e a sua caracterização como a lei responsável por regular o direito de greve, reafirmando a constitucionalidade do diploma legal, contrariando a percepção da 5º JCI de que o direito de greve não poderia sofrer qualificações. O segundo ponto é a importância destacada ao papel normativo da Justiça do Trabalho, ou seja, a prerrogativa de através de um dissídio coletivo a justiça expedir normas gerais para determinada categoria. Esse Recurso Extraordinário do ministro Mario Guimarães do STF desfrutou de uma grande recepção entre os juízes do TRT, sendo utilizado por diversos juízes em suas fundamentações dos acórdãos, indicando que o seu ponto de vista sobre greves ilegais possuía impacto nas decisões do TRT do Rio de Janeiro durante os julgamentos sobre a greve dos marceneiros.

CONCLUSÃO

A partir desses apontamentos podemos inferir que o TRT do Rio de Janeiro possuía uma interpretação mais restritiva sobre o direito grevista, em contrário a algumas Juntas de Conciliação e Julgamento que possibilitaram a vitória de alguns empregados na primeira instância. No caso da greve dos marceneiros, os juízes do TRT consideraram a greve como ilegal por ter a paralisação iniciado anteriormente à abertura

³⁴⁰ BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Recurso extraordinário 25082/54. Recorrente: Companhia Manufatora Fluminense de Tecidos. Recorrido: Nilton Calixto de Jesus e outros. Relator: Mario Guimarães

do dissídio coletivo, mesmo tendo a categoria respeitado os prazos conciliatórios na instância administrativa. Dessa forma, o direito de greve poderia ser interpretado de modo diverso entre as instâncias da Justiça do Trabalho, transitando de uma visão mais “progressista” até uma mais restritiva, demonstrando que não existia uma interpretação estanque sobre esse direito. Mas é evidente que, dentro de um campo possível de interpretações, uma é majoritária. Predominou no TRT uma visão que condicionava a greve dos marceneiros à abertura de um dissídio coletivo. Ou seja, com a greve subordinada a uma ação judicial da Justiça do Trabalho, o conflito entre capital e trabalho passaria a transcorrer dentro de um espaço limitado em que existiria a possibilidade de intervenção do judiciário. Ao condicionar a greve a um processo judicial, os juízes estariam reafirmando a soberania da Justiça do Trabalho na resolução dos conflitos emergentes no chão da fábrica.

Por fim, destaca-se que o ano de 1954 foi marcado por diversas instabilidades políticas e pela intensa atividade sindical que havia emergido em conjunto com a Greve dos 300 mil ocorrida em São Paulo. Segundo José Álvaro Moises, a Greve dos 300 mil representou uma grande vitória política para os trabalhadores pela força que a imposição grevista representou. Para o autor, a greve que mobilizou diversas categorias em São Paulo representou uma superação das limitações impostas pelo decreto-lei 9070 (MOISES, 1978: 136). Superação ou não das limitações, é inquestionável que o movimento demonstrou uma grande força da classe trabalhadora e esse fato repercutiu com espanto dentro dos setores conservadores da sociedade brasileira.

A conjuntura política instável, combinada com um crescente fortalecimento da classe operária, deve ser levada em consideração nas análises das greves do período suscitado. No momento em que os trabalhadores elegeram a arena grevista como instrumento na luta dos seus direitos, há uma ameaça direta à soberania da Justiça do Trabalho, ou seja, o poder instaurado pelo Estado para que os juízes do trabalho resolvessem os embates entre capital e trabalho. A força de um movimento grevista ameaçava esse poder, já que a greve pressupõe uma pressão sobre o capital com a redução dos lucros durante o período de paralisação do trabalho. Como foi explorado por Larissa Correa (2011), essa pressão grevista também poderia ser transmitida para o próprio judiciário trabalhista, ente responsável pela decisão do aumento salarial de uma

categoria através do julgamento de um Dissídio Coletivo. Ao julgar as demandas provenientes da greve dos marceneiros em 1954, os magistrados do TRT consideraram em todas as suas fundamentações o fato de as greves terem iniciado a paralisação do trabalho em um momento anterior a abertura do Dissídio Coletivo, deixando claro que não seriam levianos com ações de trabalhadores que transcorressem por fora dos marcos legais, ou seja, distante da sua capacidade de interferir e controlar as demandas trabalhistas. Já as sentenças das Juntas estudadas ao longo do trabalho não levaram em consideração essa insubordinação dos marceneiros perante a Justiça do Trabalho, talvez porque não seja de sua competência o julgamento de Dissídios Coletivos e a pressão das greves estivesse direcionada para a instância responsável por resolver essa demanda, o Tribunal Regional. São hipóteses de trabalho que ainda necessitam de desenvolvimento, mas que precisam ser indicadas para apontar que a disputa dos marceneiros no judiciário trabalhista carioca vai além de uma análise restrita à essa categoria profissional, ela diz respeito a uma conjuntura política e social que se desenvolvia no Brasil no período que antecedeu a morte de Getúlio Vargas.

FONTES

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho 1ª região. Revisão de Dissídio Coletivo 8/54. Suscitante: Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores nas Indústrias de Serraria e Móveis de Madeira do Rio de Janeiro. Suscitado: Sindicato da Indústria da Marcenaria do Rio de JANEIRO. Relator: Homéro Prates

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho 1ª região. Recurso ordinário 1411/54. Recorrente: Alexandre de Oliveira, Filho & Cia Ltda. Recorridos: Paulo José de Oliveira e outro. Relator: Alvaro Ferreira da Costa

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho 1ª região. Recurso ordinário 1411/54. Recorrente: Alexandre de Oliveira, Filho & Cia Ltda. Recorridos: Paulo José de Oliveira e outro. Relator: Alvaro Ferreira da Costa

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho 1ª região. Recurso ordinário 1584/54. Recorrentes e recorridos: Augusto Moreira; Antonio Marques Garcia. Recorridos: Paulo José de Oliveira e outro. Relator: Alvaro Ferreira da Costa

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho 1ª região. Recurso ordinário 203/47. Recorrente: Elizio Gomes Filho e outros. Recorrido: Aérovias Brasil S.A. Relator: Oscar Fontenelle

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho 1ª região. Recurso ordinário 1213/49. Recorrente: Antenor Peruck Batista. Recorrido: Companhia Vale do Rio Doce S/A. Relator: Homéro Prates

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Recurso extraordinário 25082/54. Recorrente: Companhia Manufatora Fluminense de Tecidos. Recorrido: Nilton Calixto de Jesus e outros. Relator: Mario Guimarães

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMINO, João. **Os democratas autoritários**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.

CORRÊA, Larissa Rosa. **A tessitura dos direitos: patrões e empregados na Justiça do Trabalho, 1953-1964**. São Paulo: LTr, 2011.

DROPPA, Alisson. **Direitos trabalhistas: legislação, Justiça do Trabalho e trabalhadores no Rio Grande do Sul (1958-1964)**. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2015.

MOISÉS, José Álvaro. **Greve de massa e crise política: estudo da greve dos 300 mil em São Paulo, 1953/54**. São Paulo: Editora Polis, 1978.

NEGRO, Antônio Luigi; SOUZA, Edinaldo Antônio Oliveira. Que “fosse procurar os seus direitos”–Justiça do Trabalho e poder disciplinar na Bahia: insubordinação operária, autoridade patronal e mediação judicial (1943-1948). **A Justiça do Trabalho e sua história**. Campinas: Editora da Unicamp, p. 123-156, 2013.

SILVA, Fernando Teixeira da. **Trabalhadores no tribunal: conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no contexto do Golpe de 1964**. São Paulo: Alameda, 2019.

SPERANZA, Clarice Gontarski. **Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores e patrões nas minas do Rio Grande do Sul nos anos 40 e 50**. Porto Alegre, RS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Tese (Doutorado em História), 2012.

JOÃO MANGABEIRA NA SUBCOMISSÃO DO ITAMARATY (1932-1933): ALGUMAS IDEIAS SOBRE LIBERDADE E SOCIALISMO

Herbert Gler Mendes dos Anjos³⁴¹

RESUMO: Essa comunicação tem como objetivo evidenciar e analisar algumas ideias e proposições políticas defendidas por João Mangabeira (1880-1964) durante o período do Governo Provisório de Vargas (1930-1934), em especial durante a sua participação na Subcomissão do Itamaraty - responsável pela formulação do anteprojeto constitucional de 1933 - e compreender elementos do pensamento de João Mangabeira na agitada conjuntura marcada pelos impactos e mudanças políticas causadas pela Revolução de 1930. Com base no conceito de ideologia³⁴², analisaremos algumas formulações de Mangabeira relativas às suas ideias de “liberdade”, prioritariamente no que concerne à defesa da liberdade de reunião e de organização partidária e de “socialismo”, referente aos debates sobre o conceito de propriedade, de imposto progressivo e de imposto sobre herança nos debates constitucionais.

PALAVRAS – CHAVE: Direitos; Socialismo; Liberdade; Subcomissão do Itamaraty; Trajetória Política

ABSTRACT: This communication aims to highlight and analyze some political ideas and propositions defended by João Mangabeira (1880-1964) during the period of

³⁴¹ Professor da SEDF, Doutorando em História no PPGHIS/UFMG. E-mail: herbertanjos@hotmail.com

³⁴² Entendemos o significado de ideologia como “conjunto de idéias que dá forma a determinados projetos políticos e impele à luta pela conquista do poder.” (MOTTA, 2009, p.27) Acreditamos que esse conceito é adequado e funcional para auxiliar na análise de algumas ideias defendidas pelo político socialista João Mangabeira (1880-1964) durante a subcomissão do Itamaraty (1932-1933). Importante ressaltar que consideramos que o conceito de ideologia proposto por EAGLETON, (1997, p.20) como “(...) idéias e crenças (verdadeiras ou falsas) que simbolizam as condições e experiências de vida de um grupo ou classe específico, socialmente significativo” também nos ajudou a pensar a atuação de Mangabeira na subcomissão como representante específico de uma vertente de esquerda democrática. Porém, como o conceito de Eagleton se refere especificamente a atores coletivos como grupos e classes e não se relaciona diretamente com a disputa política e a luta pelo poder, optamos pelo primeiro conceito de ideologia.

Vargas' Provisional Government (1930-1934), especially during his participation in the Itamaraty Subcommittee - responsible for the formulation of the 1933 constitutional draft - and to understand elements of João Mangabeira's thought in the agitated situation marked by the impacts and political changes caused by the 1930 Revolution. Based on the concept of ideology, we will analyze some of Mangabeira's formulations related to his ideas of “freedom” primarily as regards the defense of freedom of assembly and party organization and "socialism", referring to the debates on the concept of property, progressive tax and inheritance tax in constitutional debates.

KEYWORDS: Rights; Socialism; Freedom; Itamaraty Subcommittee; Political trajectory.

O período pós-revolucionário, marcado pelo início do Governo Provisório de Vargas, caracterizou-se como um período de enfrentamentos e disputas entre o tenentismo e as oligarquias dissidentes que envolveu desde simples disputas por cargos na administração civil e militar até o confronto aberto que se desenvolveu na Revolução Constitucionalista de 1932. (GOMES, 1980) Esse processo de luta estava configurado tanto pelas ações dos grupos políticos quanto pelos debates ideológicos realizados nos meios intelectuais da época, referentes à duração do governo provisório e ao modelo de Estado a ser implantado pelos revolucionários (PANDOLFI, 2010).

As repentinas mudanças políticas originadas pela Revolução de 1930 e as disputas políticas internas ao processo revolucionário não passaram despercebidas do parlamentar baiano João Mangabeira. Nascido em Salvador no ano de 1880, formou-se em Direito em 1897 e nesse mesmo ano transferiu-se para Ilhéus onde começou a exercer a advocacia. Foi prefeito de Ilhéus e estreou no parlamento representando o sul do estado da Bahia. Elegeu-se deputado federal pela Bahia em 1909 e 1911 e entre 1914 e 1929. Em 1930, quando ocorreu a Revolução, Mangabeira exercia o mandato de Senador e, como consequência da revogação da Constituição de 1891, da deposição dos governadores de estado, do imediato fechamento do Congresso Nacional e das assembleias estaduais e municipais, perdeu seu mandato e passou a se dedicar exclusivamente à advocacia.

A Revolução de 1930 não encontrou muitos apoiadores dentro da Bahia, devido ao apoio massivo das oligarquias baianas à candidatura de Júlio Prestes, em especial pelo fato do vice-candidato à presidência, Vital Soares, ser membro da elite política baiana e também pelas acentuadas restrições que os baianos tinham em relação aos militares tenentistas que haviam sido combatidos quando da passagem da Coluna Miguel Costa - Luís Carlos Prestes pelo estado. (BATISTA, 2010)

Apesar de não ter se posicionado publicamente em relação à Revolução de 1930, João Mangabeira, em cartas trocadas com o seu irmão Octávio Mangabeira³⁴³, afirmou que o golpe que depôs Washington Luís foi um mal necessário para salvar o Brasil das imoralidades políticas da República que findava. Porém, em sua visão, era equivocada a aposta em um processo de mudanças dirigido politicamente pelos tenentes:

[...] porque eu era e sou por uma revolução muito mais larga e profunda, e que os homens, do governo daqui não teve a capacidade para tentá-la, uma revolução que, sem chegar ao comunismo, abalasse a sociedade, reformando-lhes os quadros, alterando-lhe o conceito da propriedade e de outros instintos civis, e transformando o regime capitalista que tem feito a desgraça humana. É pena que os homens da Revolução de 3 de outubro não tenham sabido aproveitar a oportunidade. Mas, ainda sim, partindo uma máquina, a revolução abriu-lhe horizonte para dias melhores, tem tardado, mas hão de vir com a Constituição (SAMPAIO, 1992, p. 220).

É importante ressaltar que, nos primeiros meses após a Revolução de 1930, há uma disputa entre os vários grupos políticos que haviam participado da Aliança Liberal a respeito da duração do governo provisório. Enquanto alguns setores ambicionavam a instalação imediata da democracia, outros, em especial os tenentes e seus aliados civis,

³⁴³ Octávio Mangabeira (1886-1960), irmão de João Mangabeira, foi um engenheiro e político baiano. Começou sua carreira como vereador e, em 1911, foi eleito para a Câmara Federal. Durante o governo Washington Luís, foi ministro das relações exteriores. Com a revolução de 1930, foi preso e depois se exilou na Europa. Em 1934, foi anistiado e retomou uma cadeira na Câmara Federal. Com o golpe do Estado Novo, exilou-se novamente. Na redemocratização de 1945, filiou-se à UDN e foi o primeiro presidente da agremiação. Foi eleito deputado federal e governador da Bahia. Faleceu em 1960. Fonte: CPDOC: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/otavio_mangabeira - Acesso 20 jun. 2019

afirmavam que o processo revolucionário não havia conseguido desmontar as bases do poder das oligarquias. Assim, no curto prazo, qualquer eleição seria permeada pelos mesmos vícios que marcavam a política da República Velha. Alguns defendiam, inclusive, que o retorno à ordem democrática só deveria ocorrer após a promoção de algumas reformas sociais (PANDOLFI, 2010).

Em 1932, João Mangabeira foi entrevistado pelo jornal Correio da Manhã e quando perguntando se era favorável à volta do regime legal, deixou patente a sua insatisfação com o demorado processo de reconstitucionalização do país:

Sim, e este é o desejo do povo brasileiro, em sua quase unanimidade. Porque pela perpetuação da ditadura não existe ninguém. O que uma opinião sustenta é que este não é o momento oportuno da constitucionalização, visto como a revolução não realizou ainda todos os seus objetivos. Mas a revolução já tem mais de dezesseis meses de governo. (...) Caberá, então, aos seus dirigentes encaminhar o país no rumo da Constituição, buscando, dentro dela, conseguir por uma revolução branca o que não lograram obter pela vermelha. O que se não pode admitir é uma revolução parada, imobilizada, mumificada, até que um choque violento lhe faça em pó o arcabouço caduco. (MANGABEIRA; BARBOSA, 1987, p. 22)

Como pode-se observar, Mangabeira acreditava que a reconstitucionalização do país seria a melhor forma de conduzir o processo revolucionário em curso desde 1930. Na verdade, ele desejava que a revolução tivesse um caráter de transformações sociais de maior profundidade, assumindo o “espírito da época”, fortemente marcado pela questão social e pelas demandas oriundas da organização do proletariado:

(...) Todo surto revolucionário deve ser, por definição, um movimento para a esquerda, procurando atender, por soluções políticas, traduzidas afinal em fórmulas jurídicas, os interesses, as necessidades, os sofrimentos das massas, espoliadas pelas minorias venturosas. (...) Como o trabalho escravo e servil desapareceram com os regimes de produção antigo e feudal, o trabalho assalariado, derradeira forma de servidão, agoniza. Mas

até a sua morte, e até chegarmos ao ideal da socialização total dos meios de produção, muito teremos que marchar. Até lá o papel dos governos, sobretudo os revolucionários, e dos capitalistas inteligentes, é procurar novas fórmulas jurídicas que harmonizem os interesses em conflito, reduzindo diferenças de nível na vida das classes, estabelecendo de estádio em estádio um equilíbrio embora transitório, (...) em toda parte, a voracidade capitalista só encontra obstáculos, na organização operária que a refreia ou na intervenção do Estado que a limita. (MANGABEIRA; BARBOSA, 1987, p.22)

Em maio de 1932, após ter decretado o Código Eleitoral, foi expedido o decreto nº 21.402 que estabelecia a realização das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte e determinava a criação de uma comissão para preparar um anteprojeto constitucional. Preocupado em relação ao fim e às consequências da Revolução Constitucionalista em São Paulo³⁴⁴, Vargas nomeou a comissão que seria responsável pela elaboração do anteprojeto constitucional, atendendo ao artigo 2º do Decreto de nº 21.402., em um momento que se caracterizou por uma breve “abertura política” com a organização de partidos e candidaturas para as eleições constitucionais de maio de 1933 (ABREU et al, 2001).

A comissão foi presidida pelo político mineiro Afrânio de Mello Franco e contava com a participação de expressivas figuras da vida política e jurídica da década de 1930 que representavam as mais variadas correntes de pensamento político, a exemplo de João Mangabeira, Agenor de Roure, Carlos Maximiliano, Góis Monteiro, José Américo de Almeida, Oliveira Vianna, Oswaldo Aranha, Prudente de Moraes Filho, Joaquim Francisco de Assis Brasil, Francisco Campos, Alceu Amoroso Lima, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada entre outros. Os trabalhos da subcomissão do Itamaraty ocorreram entre novembro de 1932 e maio de 1933 e se desenvolveram em meio a numerosos debates e divergências em relação a temas como a declaração de direitos, a definição de propriedade, a representação classista, a organização do poder judiciário, a responsabilidade do presidente da República e de seus ministros, a

³⁴⁴ Sobre a Revolução Constitucionalista, ver Fausto (1997) e Capelato (1982)

legislação social e principalmente no debate em torno da centralização política das atribuições da União perante os estados (ABREU et al, 2001).

Quando perguntado por um repórter do Diário Carioca em relação às linhas mestras do anteprojeto constitucional produzido pela comissão do Itamaraty, Mangabeira fez questão de asseverar o seu caráter democrático, em oposição aos arbítrios do governo provisório então vigente que, apesar dos pesares, estaria solapando as bases da antiga república oligárquica para construção de um novo estado nacional:

O regime democrático, porque detesto as “ditaduras de todo o gênero”. Só concebo a ditadura como um governo transitório da força ao serviço da inteligência, do entusiasmo, da dedicação e do espírito de sacrifício, enquanto se varrem do campo os destroços do edifício arrazado e se levanta a nova construção política do Estado. O que é essencial no projeto é também o seu espírito liberal, mais amplo do que a que o da Constituição de 91, porque nele são asseguradas, em tempos normais e em estado de sítio, aos indivíduos e aos funcionários, todas as garantias que aquela lhes outorgava e muitas outras de que naquela época não se havia cogitado. (MANGABEIRA; BARBOSA, 1987, p.39)

Mangabeira destacou um conjunto de liberdades conquistadas na Constituição de 1891 e ampliadas no anteprojeto de 1933. Algumas dessas medidas geraram acaloradas discussões dentro da Subcomissão que nos permitem analisar as ideias de João Mangabeira através de sua intervenção na hora da redação dos respectivos artigos. Em especial, podemos citar a intervenção de Mangabeira na redação dos artigos do anteprojeto que tratam do direito à reunião e do direito à organização partidária.

Em relação ao direito de reunião, o presidente da Comissão Afrânio de Mello Franco submeteu um artigo que logo foi emendado por Agenor de Roure³⁴⁵ nos seguintes termos:

³⁴⁵ Agenor Lafayette de Roure (1870-1935) foi um odontólogo, jornalista e político brasileiro. Foi redator dos debates no Senado Federal e chegou a ser secretário da presidência da República no governo de Epitácio Pessoa (1919-1922). Foi presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) entre 1931 e 1933 e foi indicado para participar dos debates da subcomissão do Itamaraty que preparava o anteprojeto

A todos é lícito reunirem-se livremente e sem armas. A reunião ao ar livre, para fins políticos e sociais, só é permitida aos brasileiros, em local previamente designado pela polícia e nunca nas ruas e praças públicas mais frequentadas, podendo ser proibida sempre que constitua ameaça à ordem pública. (AZEVEDO, 2004, p. 472)

O membro da subcomissão justificou sua restritiva concepção de direito de reunião afirmando que era partidário de todas as liberdades, mas acreditava que liberdade individual deveria ser limitada pelo interesse público e pela necessidade de defender a saúde do povo, a ordem pública e a liberdade alheia. Segundo sua interpretação, a constituição de 1891 seria muito flexível em relação à liberdade de reunião e seria necessário corrigi-la nesse aspecto.

João Mangabeira combateu de forma veemente as restrições ao direito de reunião sugeridas pela redação da emenda ao artigo. Argumentou que a necessidade de conferir à polícia a decisão sobre a designação do local abriria um grave precedente para o “estrangulamento” de dos direitos sociais e políticos dos brasileiros, além de comprimir, em absoluto, a possibilidade de propaganda política por parte de setores organizados da sociedade brasileira. Para compatibilizar a liberdade com os interesses da ordem pública, Mangabeira defendeu que a política deve tomar as precauções necessárias, mas garantir efetivamente que a livre manifestação. Termina afirmando que “não há paiz nenhum no mundo, onde a autoridade policial impeça o povo de comparecer a um meeting ou o proíba, somente porque julga que a ordem vai ser perturbada” (AZEVEDO, 2004, p. 472). Também defende que a necessidade de prévia autorização policial poderia, por exemplo, frustrar uma campanha eleitoral na medida em que os candidatos de oposição ficaram impossibilitados de divulgar sua campanha em reuniões ao ar livre. Assim, Mangabeira agiu para alterar a emenda ao artigo que limitava o exercício desse direito. Infelizmente, devido à correlação de forças

constitucional que seria apreciado pela constituinte de 1933-1934. Faleceu em março de 1935. Fonte: CPDOC: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/agenor-lafayette-de-roure> - Acesso 29 jun. 2019

desfavorável dentro da comissão, a emenda ao artigo foi aprovada apesar de sua ressalva.

Outro ponto que resultou em entusiasmada discussão dentro da subcomissão diz respeito ao direito de organização dos partidos políticos. A discussão se deu entre Góis Monteiro e João Mangabeira. Góis Monteiro³⁴⁶ votou contra o artigo que dizia que: “A todos os brasileiros é lícito organizarem-se em partidos políticos, sustentando, livremente, e sem restrição nenhuma, os princípios e idéas que entenderem”. (AZEVEDO, 2004, p. 475)

Evidentemente, o voto contrário de Góis Monteiro se relacionava à questão da repressão às ideias e organizações comunistas no Brasil. O argumento principal era que as ideias bolchevistas, diretamente ligadas à experiência soviética, eram avessas ao sentimento de pátria brasileira e contrárias aos valores nacionais. Desta forma, aqueles que adotavam a ideologia comunista estavam voluntariamente se colocando a serviço dos interesses de uma pátria estrangeira. Portanto, em sua interpretação, era imprescindível impedir a organização de partidos políticos amparados no marxismo-leninismo devido ao seu caráter antinacional.

Em função disso, João Mangabeira defendeu que não se poderia impedir um cidadão brasileiro de se organizar no partido político de sua escolha, nem mesmo no partido comunista, e que o comunismo deveria ser combatido não pela força, mas sim por um programa político que evidenciasse os seus erros. Mangabeira expressou o receio de que as “ideias vagas” sobre a ordem pública poderiam ser utilizadas pelos governos para reprimir e perpetrar abusos em relação aos seus opositores, independentemente das “cores” políticas e ideológicas. Em vista dessa reflexão, não queria armar o governo de plantão com um artigo na constituição capaz de estrangular as oposições políticas ao seu bel prazer:

³⁴⁶ Pedro Aurélio de Góis Monteiro (1899-1956) foi um militar e político brasileiro. Coursou a escola de guerra de Porto Alegre e a Escola do Estado Maior do Exército. Nos anos 20, assessorou os governos estaduais que combatiam as revoltas tenentistas. Durante a Revolução de 1930, se tornou o comandante militar do movimento revolucionário e homem influente nos primeiros anos do governo Vargas. Foi ministro da Guerra e participou da subcomissão do itamaraty como representante das Forças Armadas.. Foi um dos responsáveis pelo processo político de aproximação entre Brasil e os EUA que iria resultar na aliança durante a 2ª Guerra Mundial. Foi Senador pelo Partido Social Democrático (PSD) em Alagoas e Ministro do Superior Tribunal Militar (STM). Faleceu em 1956. Fonte: CPDOC - https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/goes_monteiro - Acesso 25 jun. 2019.

Uma idéia combate-se com outra idéia e não com a violência. A violência é condenada em toda a parte do mundo. Os paizes mais ameaçados pelo comunismo consentem na organização de partido comunista. A proibição só poderá dar lugar á formação de partidos clandestinos, muito mais fortes que os locais (...).Pensa que a todos os brasileiros é lícito congregarem-se em partidos, seja socialista, se já positivista, seja comunista, seja qual fôr a fórmula ideológica, porque uma idéia se combate com outra idéia e não com polícia, cadeia, masmorra ou exílio, e para que amanhã não chegue um governo e os considere inimigo da pátria. (AZEVEDO, 2004, p. 478)

João Mangabeira também lembrou que a repressão que naquele momento se dirigia à ideologia comunista poderia ser utilizada para proscrever qualquer outra organização política e ideologia, em especial a ideologia socialista que, apesar de ser diferente do comunismo soviético, tinham vários pontos de contato com este:

Mas hoje se proíbe o comunismo; amanhã póde-se proibir o radical socialismo; e depois será votada uma lei proibindo os partidos do divórcio, por ser este um elemento de dissolução social! E iriam até a proibição do partido que pregasse a liberdade de testar! (...) Amanhã, uma maioria de assembléa, determinadamente catholica, quererá proibir o partido que defende a laicidade do ensino. (...) São esses abusos que quer impedir. É sob esse ponto de vista que julga conveniente dizer-se alguma cousa na Constituição. Não convém supprimir-se o artigo, deixando-se que as maiorias occacionaes decidam a respeito. Uma constituição não se faz para 10 ou 20 annos. (AZEVEDO, 2004, p. 478)

É significativo recordar que a posição de João Mangabeira no que tange à livre organização partidária está de acordo com a visão liberal democrática que podemos identificar em sua entrevista ao Correio da Manhã, em março de 1932, quando defendeu a necessidade de uma nova constituição que garantisse a liberdade de opinião para aqueles que defendem o combate às desigualdades sociais e a melhoria das condições de vida do proletariado, mesmo que associados à ideologia comunista:

“Não há muitos anos um ministro pediu a um diplomata estrangeiro um exemplar da última lei de perseguição ao comunismo em seu país, um dos mais cultos do mundo. E o representante da Nação amiga a responder-lhe: “Mas ex^a, em meu país não se persegue o comunismo, que é um partido legal; é o terceiro em número de deputados na Câmara”. (...) Mudou-se o regime. Mas a boçalidade não mudou. tão grande é o poder da ignorância. Tão grande, que não vê, através da história, que a perseguição à idéia é o seu elemento máximo de proselitismo e propaganda. Demais se alguma coisa constitui a essência da democracia, é a liberdade de opinião. (MANGABEIRA; BARBOSA, 1987, p.23)

Outra perspectiva interessante da intervenção de João Mangabeira na subcomissão do Itamaraty relaciona-se com a defesa de ideias socializantes e de combate às desigualdades sociais. A propósito, Mangabeira acreditava que o eixo fundamental do anteprojeto de constituição estava em sua tendência social:

“ O que é essencial, é a tendência humana, social, ou , se quiserem, socialista do projeto, que atende, nas proporções do nosso meio, às reivindicações e aspirações das classes pobres; que arma o Estado com o poder de colocar no mesmo pé de igualdade o capital e o trabalho, intervindo, por isto mesmo nas relações; que reconhece e acata a propriedade, mas proclama antes de tudo a sua função social e lhe prescreve deveres; que abandona o velho e degradante conceito romano, e coloca o trabalho produtivo acima da propriedade inerte e parasitária.” (MANGABEIRA; BARBOSA, 1987, p.39)

Para Mangabeira, todas as constituições modernas tinham como orientação acabar com as desigualdades sociais e, se a constituição brasileira não marchasse na mesma direção, deixaria de ser revolucionária para se tornar reacionária. (AZEVEDO, 2004, p.20). Efetivamente, o anteprojeto constitucional de 1933 tinha relevante preocupação social. Inspirado pela constituição de Weimar de 1919, pela constituição mexicana de 1917 e pela constituição espanhola de 1931, ficam claras as influências de ideias sociais em seu texto, especialmente no que se relaciona à legislação social, à

função social da propriedade privada e à possibilidade do Estado intervir para regular as relações entre o capital e o trabalho. João Mangabeira teve relevante participação nas discussões de artigos centrais para estabelecer certa concepção de justiça social no anteprojeto: a função social da propriedade, o imposto sobre heranças e o imposto progressivo.

Em relação à função social da propriedade, a subcomissão do Itamaraty aprovou um artigo garantindo o direito à propriedade privada, com o conteúdo e os limites que a lei determinar e afirmando que a propriedade teria, antes de tudo, uma função social e seu uso não poderia ser exercido contra o interesse coletivo. (AZEVEDO, 2004). Na prática, a subcomissão considerou ultrapassado, liberal e individualista o artigo que estabelecia o direito à propriedade da Constituição de 1891. Surgiu um debate sobre a forma de indenização para a proprietário em caso de expropriação, no qual Mangabeira defendeu a necessidade de uma prévia e justa indenização aos proprietários para conciliar os interesses da propriedade privada e os deveres sociais da Constituição e para evitar que os pequenos proprietários ficassem a mercê do arbítrio de qualquer governo estadual ou municipal (AZEVEDO, 2004).

Quando a constituinte de 1934 se realizou, ela alterou o artigo relativo ao direito de propriedade no projeto substitutivo, amainou o entendimento da função social da propriedade e, de certa forma, tornou o seu entendimento mais tênue. Essas mudanças foram criticadas por Mangabeira em um conjunto de artigos publicados na grande imprensa da época e posteriormente reunidos em seu livro “em torno da Constituição”.

Segundo Mangabeira, havia uma questão de divergência de entendimento em relação ao que seria a propriedade no mundo moderno, pois para o autor o tempo de aquisição da propriedade por ocupação individual já teria passado e agora a propriedade teria assumido um caráter eminente social devido às novas formas de produção coletiva:

Hoje, seja qual fôr o criterio que se adopte, funde-se ella no trabalho, no capital, ou no complexo de ambos, o caracteristico destes, e por consequencia daquella, é a sua origem, a sua funcção, o seu destino social. Dahi os deveres sociaes a que toda a propriedade se obriga na civilização vigente (MANGABEIRA, 1934, p. 217)

Apesar de se declarar publicamente socialista, Mangabeira não defendeu a abolição da propriedade privada durante as sessões da subcomissão do Itamaraty. Consciente de que essa posição não estaria de acordo com a maioria das opiniões do resto dos membros da Comissão e de que a criação de uma constituição sempre resultava do equilíbrio e da composição de forças e interesses antagônicos, o político e jurista optou pela defesa do conceito de propriedade presente na Constituição de Weimar, bastante avançado, em relação à função social da propriedade, para um país capitalista à época. (MANGABEIRA, 1934)

Quando constatou que nem a concepção de propriedade presente na constituição alemã foi seguida pelo projeto substitutivo, Mangabeira protestou. Em especial, em relação à mudança do artigo sobre a propriedade que se encontrava na seção da “Ordem Econômica e Social” e foi deslocado para o título “Declaração de Direitos” do projeto substitutivo, o que representava um grave erro técnico legislativo. Além disso, a mudança da redação do artigo sobre a propriedade para algo menos claro e preciso atestou, no entendimento de Mangabeira, a dificuldade real de se compreender e aplicar a função social da propriedade (Mangabeira, 1934, p.223):

E porque o substitutivo tenha assim hesitado, no capítulo improprio onde incluiu o texto examinado, na Ordem Social se tresmalha e se perde, como veremos, abandonando pelo estatico o conceito dinamico da propriedade, e sobrepondo ao valor activo, honesto e productivo do trabalho, o dominio inerte, ilicito e parasitario.

Por fim, as mudanças efetuadas no artigo referente ao imposto sobre as heranças e ao imposto progressivo também foram alvo da crítica de Mangabeira. O artigo 122 do anteprojeto que estabelecia que “será reconhecida a herança exclusivamente na linha direta ou entre cônjuges” foi suprimido do projeto substitutivo devido ao “carinho e desvelo dos constituintes pelos privilégios da riqueza” (MANGABEIRA, 1934, p. 191). Segundo sua interpretação, a herança era um privilégio da riqueza porque o dono do

dinheiro e dos bens, além de usufruir de suas vantagens, os transmite aos seus herdeiros e estabelece uma desigualdade entre os que têm o que herdar e os que não têm. Como socialista, Mangabeira acreditava que a herança deveria ser abolida. É interessante notar que, para justificar a abolição da herança, Mangabeira chegou a citar autores do liberalismo norte-americanos críticos à transmissão da herança como Jeremy Bentham e John Stuart Mill. (MANGABEIRA, 1934). Contudo, nas discussões do anteprojeto, defendeu a concepção de que as heranças que não tivessem testamento deveriam ser apropriadas pelo Estado para serem utilizadas exclusivamente no financiamento da educação primária e da assistência social. Também argumentou que o direito à herança deveria ser limitado pela constituição ao mínimo - apenas à unidade familiar mais básica - para evitar o curioso fenômeno dos parentes distantes do falecido que apareciam para reivindicar uma parte da herança sem, às vezes, conhecê-lo. Em especial, no caso de estrangeiros que fizeram fortuna no Brasil:

São homens que para aqui vieram pobres, aqui enriqueceram no trabalho' sem o mínimo contacto com os parentes desconhecidos do ultra-mar. Aqui se fizeram brasileiros e, quando um dia fecham os olhos, surgem sorridentes os parentes, da outra banda do mundo, disputando as sucessões *ab intestato* do morto, a quem nunca haviam conhecido. E ao fim de poucos dias, transportam para terras estranhas riquezas aqui acumuladas. (MANGABEIRA, 1934, p. 194)

O projeto substitutivo também eliminou o imposto progressivo sobre heranças superiores a 10 contos que o anteprojeto havia estabelecido. Na prática, o substitutivo estava negando um entendimento tributário já vigente nos países desenvolvidos, em que o imposto progressivo era visto simultaneamente como instrumento fiscal e de justiça social. Na visão do político socialista, o imposto progressivo seria um meio dos ricos que receberam grandes somas, sem trabalhar, contribuírem com a assistência social aos pobres. Além disso, seria um meio de reverter a regressividade da tributação brasileira:

Mais ainda se justificará num paiz como o nosso, onde pesado imposto de consumo, sobre os gêneros de primeira necessidade, constitue um verdadeiro imposto progressivo às avessas, recaindo de preferência sobre as famílias pobres, geralmente mais numerosas (MANGABEIRA, 1934, p. 196).

Em nossa avaliação, Mangabeira foi um dos mais combativos membros da Subcomissão do Itamaraty. Em comparação com os outros membros, era aquele com a maior tendência de pensamento associado ao ideário da esquerda socialista e democrática. Vinculado ao legado político e ideológico de Rui Barbosa, Mangabeira combinou a tradição do liberalismo político com as tendências socializantes que trazia de sua trajetória de advogado e político na Bahia. Sua visão de mundo considerava que a transformação social e econômica conduziria à supressão das desigualdades pela via democrática, premissa que revela a mistura entre o ideário socialista e a herança programática de Rui Barbosa. (GODOY, 2017).

Como evidenciado no texto, a atuação de Mangabeira e o conjunto de suas contribuições ao debate da época foram essenciais para defender a ampliação de alguns direitos políticos e civis e para garantir que o anteprojeto constitucional de 1933 tivesse um evidente caráter social. Infelizmente, muitas dessas propostas foram modificadas ou mesmo retiradas do texto final da Constituição de 1934. Contudo, essa situação não apaga a importância dos debates travados e das questões levantadas por João Mangabeira no que diz respeito, por exemplo, à organização partidária ou ao imposto progressivo, uma vez que sua atuação estimulou o debate sobre esses temas – alguns deles de incontestável atualidade - na subcomissão e na grande imprensa da época e que, na prática, suas ideias representaram os interesses e aspirações de um conjunto de sujeitos políticos e sociais cujas reivindicações frequentemente eram ignoradas ou silenciadas nesses espaços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de; et al. Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Ed. FGV: CPDOC, 2001. 5 v.

AZEVEDO, José Afonso Mendonça de. *Elaborando a Constituição Nacional: atas da subcomissão elaboradora do Anteprojeto 1932/1933*. Brasília, DF: Senado Federal, 2004. 1078p

BATISTA, Eliana Evangelista. A “Revolução de 30” no interior da Bahia: da queda da última barreira legalista à formação dos primeiros partidos políticos (Alagoinhas, 1930-1934) In: *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História - Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios*. 2015. v. 1.

BATISTA, Eliana Evangelista. Atuação política-partidária e os pontos defendidos por João Mangabeira na elaboração do anteprojeto da Constituição de 1934. In: *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - Contra os preconceitos: história e democracia*. 2016. v.1.

CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932 : a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981. 89p.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Boitempo: Ed. Unesp, 1997. 204p.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. 16. ed. revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 159p.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. A Constituição de 1934 no contexto da História do Constitucionalismo Brasileiro. *Revista Jurídica Cesumar*, Maringá, v.17, n.1, p.181-211, jan./abr.2017.

GOMES, Angela Maria de Castro. *Regionalismo e centralização política : partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 501p.

MANGABEIRA, JOÃO; BARBOSA, FRANCISCO DE ASSIS; BRASIL. *Ideias políticas de João Mangabeira: cronologia e textos selecionados*. 2a ed. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987. 3v.

MANGABEIRA, João. *Em torno da Constituição*. São Paulo: 1934. 333p.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Org.). *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvum, 2009. p. 13-38

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª Edição, Vol. 2, 2010, p. 15-37

SAMPAIO, Consuelo Novais. Poder e representação: O Legislativo da Bahia na Segunda República 1930-1937. Salvador: Assembleia Legislativa. Assessoria de Comunicação Social, 1992

Simpósio Temático 17: Entre Memória e História: Usos fontes e análises sobre a memória no fazer histórico

ANÁLISE DOS DIFERENTES DISCURSOS EM TORNO DA MEMÓRIA COLETIVA, SOBRE PADRE INÁCIO DE SOUSA ROLIM NO SERTÃO PARAIBANO

Antunes Anderfran de Sousa Silva³⁴⁷

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo estudar a história da cidade de Cajazeiras no sertão paraibano, no século XIX, realizando uma análise dos discursos produzidos pela igreja católica, academia, imprensa e cinema, sobre padre e professor Inácio de Sousa Rolim, considerado fundador da cidade, e como essas narrativas influenciaram a construção da memória afetiva e coletiva ao longo do tempo.

PALAVRA CHAVES: História, Memória, Cajazeiras, Padre Rolim.

ABSTRACT: This article aims to study the history of the city of Cajazeiras in the backwoods of Paraíba, in the 19th century, performing an analysis of the speeches produced by the Catholic Church, academia, press and cinema, about the priest and teacher Inácio de Sousa Rolim, considered the city's founder, and how these narratives influenced the construction of affective and collective memory over time.

KEY WORDS: History, Memory, Cajazeiras, Padre Rolim.

INTRODUÇÃO

O sujeito a qual usaremos como ponto de partida para compreender o sertão paraibano no século XIX, viveu nos períodos colonial, imperial e República, pois o

³⁴⁷ Aluno de graduação em história da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB. Email: antunesanderfran@gmail.com

mesmo nasceu em 1800 e faleceu em 1899, reconhecido por Dom Pedro II, como o Anchieta do sertão, graças ao seu trabalho educacional que atraía jovens de estados vizinhos como Pernambuco e Rio Grande do Norte. Porém, não foi considerado uma liderança política de sua época, segundo o padre Raymundo Honório, ele não foi nem mesmo vigário do seu município. Mas seu nome e sua memória estão eternizados em praças, seus parentes possuem nomes de ruas, seus feitos são cantados no hino da cidade. A vila de Cajazeiras ganha o reconhecimento de cidade em 23 de novembro de 1863, porém, a câmara municipal na década de 1940, presta uma homenagem àquele que é considerado como o fundador da cidade, dessa forma a data de aniversário do município passa a ser 22 de agosto, data de aniversário. Todas essas táticas são usadas com objetivo de eternizar um homem, de produzir uma memória afetiva, de um herói, desbravador, missionário, mas quais Quais seriam os objetivos na formulação e propagação de tais discursos? Ou será que o indivíduo descrito realmente pode ser considerado merecedor de todos os adjetivos já citados?

Essa pesquisa não tem como objetivo realizar a construção de uma biografia, mas analisar os discursos produzidos e quais suas intenções, a partir da vida e obra de padre Inácio de Sousa Rolim, na cidade de Cajazeiras no estado da Paraíba. Fizeram parte da pesquisa análise dos discursos da imprensa Cajazeirense, com o jornal online diário do sertão, entrevista dos padres Raimundo Honório Rolim, padre José de Andrade, o discurso cinematográfico através do longa o sonho de Inacim, na parte científica existe um número escasso, sendo a principal autora a doutora das religiões Eunice Gomes. Foram utilizados os pensadores Pierre Nora e Jacques Le Goff, para discutir e compreender a relação entre história e memória e os efeitos no tecido social ao longo do tempo.

A MEMÓRIA E OS SEUS DILEMAS

A memória será um dos fios condutores deste artigo, mas o que é esse fenômeno? um processo histórico, psicológico, social? “Fala se tanto da memória, porque ,ela já não existe mais” (NORA, 1993), cada indivíduo eternizar lembranças, momentos especiais, sentimentos que ultrapassam o tempo, o que pode ser chamado de

memória afetiva. porém existem grupos que conhecem o poder da narrativa histórica, “Dominar a memória é controlar a história da sociedade, sendo senhor do que deve lembrado ou esquecido” (LE GOFF) dessa forma grupos utilizam estratégias para produzir a memória coletiva de um determinado lugar, dando destaque para seus feitos.

Para Le goff existem cinco tipos de memórias, a ética, sem escrita, considerada “selvagem”, da oralidade, com escrita, a memória medieval, em equilíbrio oral e escrita, os progressos da memória escrita, até a memória do tempo presente, dessa forma o objeto de estudo em questão, é visto de maneira histórica, sofrendo influência do contexto do período.

A história e a memória podem ser tratadas da mesma forma? a memória é a história de maneira não escrita? “Memória e história: Longe de serem sinônimos, a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos, dessa forma estando em evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento”(NORA, 1993), a memória é um objeto de estudo da história,mas deve ser compreendida pelo historiador, que sua versão sofre, interferência do tempo, do meio físico e social, que o lugar de fala de cada sujeito se caracteriza em sua versão.

“Já a história é a busca da reconstrução de um passado que já não existe mais” (NORA, 1993) a história trabalha buscando respostas em um passado subjetivo, construído de forma imagética, um tempo que não se pode se materializar de forma total, mas que através de documentos, relatos de forma escrita ou oral, fotos e vídeos, ganham vida e sentido.

Para construção de uma memória individual ou coletiva, os discursos são elementos, para esse exercício, “de forma controlada, selecionada, organizado e redistribuído, por procedimentos, que têm por função de conjurar seus poderes e perigos, dominando os acontecimentos que a sociedade chama de aleatório” (FOUCAULT,1996), dessa forma o discurso produz e altera lembranças, “a memória se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais, flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a influência do ambiente“(NORA, 1993)

Portanto, o historiador ao trabalhar com a memória deve compreender que a mesma foi lapidada na psique de cada sujeito, cabe o profissional contextualizar tempo

e espaço e dessa forma explora da melhor maneira os alicerces das lembranças de forma individual ou coletiva.

HISTÓRIA OFICIAL

A Cidade de Cajazeiras está localizada no sertão paraibano, com distância de 485 km, da capital João Pessoa, segundo dados do Instituto Brasileiro Geográfico de Estatística (IBGE) no ano 2019, a cidade conta com população estimada de 61.993 habitantes, com clima semiárido predominante nessa região e com bioma típico da caatinga brasileira. Possuindo uma rede educacional, composta por 36(trinta e seis) escolas municipais, 20 (vinte) Estaduais, 9 (nove) privadas e 2 (duas) federais, 8(oito) instituições que ofertam cursos superiores. A catedral Nossa Senhora da Piedade, símbolo da administração diocesana, está fixada em Cajazeiras, desde de seu nascimento em 1914, distribuída em 54 municípios, possuindo em seu território 63 paróquias.

A cidade de Cajazeiras iniciou seu povoamento em 1754, quando Francisco Gomes de Brito, adquiriu as sesmarias localizadas nos sertões do rio do peixe (ALBUQUERQUE, 2010) dessa forma iniciava, os primeiros núcleos de povoamento nesta região. Logo em seguida, Vital de Sousa Rolim recebeu de Luis Gomes de Albuquerque, após casamento com Ana de Albuquerque, uma área de terra localizada no sertão paraibano (ALBUQUERQUE, 2010). A existência de um número expressivo de plantas chamadas de cajazeiras, resultou na escolha do nome da Fazenda(ALBUQUERQUE, 2010 apud PIRES, 1991) essas árvores existiam em abundância nesta região.

O casal Vidal de Sousa Rolim e Ana de Albuquerque, foram morar no sítio serrote, localizado na fazenda Cajazeiras (ALBUQUERQUE, 2010) da União nasceram dez filhos, entre os quais no dia 22 de agosto de 1800, o menino Inácio (ALBUQUERQUE, 2010) no mesmo ano também nasceu o seminário de Olinda, no Estado de Pernambuco (GOMES, 2012), uma coincidência pois os dois influenciaram em seu tempo e espaço a história da educação.

O garoto crescia, ao lado de seus irmãos mais velhos e desde de sua infância já demonstrava interesse pelas letras (GOMES, 2012) compreende-se que o sentimento pelo saber e a erudição fizeram parte de sua vida sempre. Aos 16 anos já era fluente no francês e estudava o grego e latim (GOMES, 2012) Inácio era de uma família que gozava de um certo poder aquisitivo na época. Porém, morava em um lugar onde a educação não era vista como necessária.

A convite de Dona Bárbara Alencar, foi estudar na cidade do Crato, no estado do Ceará, com objetivo de preparar-se para ingressar no seminário da cidade de Olinda, estado de Pernambuco (GOMES, 2012) seus estudos tiveram duração entre 4 (quatro) a 5 (cinco). No dia 3 (três) de setembro de 1822, foi aprovado para estudar no seminário de Olinda (GOMES, 2012). No dia 3 (três) de setembro de 1822, foi aprovado para estudar no seminário de Olinda (GOMES, 2012). segundo padre José de Andrade³⁴⁸ Em uma entrevista concedida, os filhos de dona Bárbara Alencar participaram da Revolução Pernambucana, o próprio seminário de Olinda era um centro do espírito iluminista, onde teve participação na revolução de 1817. Porém, não existe nenhuma informação que indique que em sua vida o Inácio Sousa Rolim tenha participado de algum levante.

Após sua ordenação em 1825, no seminário de Olinda, o agora Padre Inácio de Sousa Rolim, retornou a Fazenda Cajazeiras, onde encontrou uma igreja construída por sua mãe (GOMES, 2014). Porém, seu verdadeiro propósito não era apenas religioso, mas educacional, dessa forma iniciou um trabalho considerado pioneiro no sertão paraibano.

Segundo Gomes (2012), padre Rolim montava em seu cavalo à procura de alunos e, vestindo a sua batina preta, enfrentava o sol forte do sertão paraibano. Porém, sua missão teve muitos obstáculos, e essa discussão foi debatida no longa O sonho de Inacim, com o diálogo de seu Manoel Arcoverde e mestre Rolim, o simples agricultor mostra-se muito resistente a proposta do padre, de educar o seu primogênito, para ele “ o cabo da enxada era o melhor livro”, o educador do sertão argumentava que o “ o

³⁴⁸ Padre José de Andrade ex -membro da igreja católica, atualmente faz parte da igreja católica brasileira.

<https://www.youtube.com/watch?v=RWQWIZNW9eQ>

homem é o que ele pensa e apenas a educação poderia transformar seus pensamentos”, como forma de aprovação o professor oferecia terras na vila, onde ele poderia construir uma casa.

A professora Eunice Gomes destaca a lei imperial de 15 de outubro de 1827³⁴⁹, que permite a abertura de escolas em cidades e vilarejos com objetivo que realizassem o ensino das primeiras letras no então império. Todavia, não existe a informação de que o padre tenha recebido alguma ajuda financeira para custear o projeto por parte do governo.

Esta lei, em certa medida, favoreceu a abertura da escola de padre Rolim na fazenda Cajazeiras, em 1829, período em que retornara do seminário de Olinda, PE. Já como sacerdote, assumiu a igreja construída por sua mãe na fazenda e deu início à sua escola, a casa/fazenda, com apenas seis alunos. Em sua trajetória de vida, embora não tenha assumido nenhum cargo político, padre Rolim manteve relações com o Império, a ponto de ser chamado por D. Pedro II de Anchieta do Nordeste”. (GOMES, 2012)

A vila torna-se cidade, reconhecida como referência na educação, essa trajetória histórica foi explorada por pensadores e políticos, que afirmavam que a terra do padre Rolim, era a cidade da cultura e do saber. Porém, este reconhecimento seria fruto de fontes históricas ou de pessoas com interesse de alcançar vantagens em cima da memória do educador?

Em matéria para o jornal online diário do sertão³⁵⁰, Edivan Rodrigues³⁵¹, faz uma defesa segundo o mesmo histórica sobre a frase de Alcides Carneiro, afirmando que “Cajazeiras é a cidade que ensinou a paraíba a ler”, mesmo sendo uma afirmação de um político na campanha de 1947, reconhecendo o exagero, ele cita alguns estudiosos sobre a história da cidade como Deusdedit Leitão, realizando com comparativo entre as cidades de Sousa e o então vilarejo de Cajazeiras, onde os sousenses precisavam recorrer em busca de educação, para eles a escola fundada por

³⁴⁹https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html

³⁵⁰ <https://www.diariodosertao.com.br/coluna/cajazeiras-ensinou-a-paraiba-a-ler>

³⁵¹ Juiz de direito, licenciado em filosofia, professor de direito processual na Facisa.

padre Rolim foi responsável pelo reconhecimento da promoção de vila para cidade em 1863. O espaço foi se emancipando e tornando-se a cidade de Cajazeiras, no sertão nordestino, local de referência, de busca pelo saber: “a fazenda/escola de padre Rolim”. (GOMES, 2012)

No longa é revelado que seu pai, Vidal de Sousa Rolim, se envolveu em um crime no estado de Alagoas, essa informação desagradou os líderes religiosos e precisava ficar em extremo sigilo. Para o povo Padre Rolim é considerado um santo, alguém que representa pureza e amor ao sertão. Dessa forma, seu pai ser um criminoso mancharia a biografia do educador. Mesmo que seu objetivo não fosse missionário como Frei Damião e Padre Cícero que fazem parte da corrente messiânica do Nordeste, ele produziu em seus conterrâneos um sentimento de respeito pela imagem do sagrado.

Em entrevista, tanto padre Raymundo Honório, quanto padre José de Andrada, realizam um discurso religioso, afirmando que padre Rolim é um santo para o sertão Paraibano, mesmo com a igreja não reconhecendo oficialmente a sua santidade. Padre José de Andrada, afirma que o ex bispo de Cajazeiras, Dom Zacarias Rolim de Moura, disse que não realizava abertura, do processo de beatificação do padre Rolim, por ter parentesco com o mesmo, padre Raymundo Honório, aponta a existência de relatos que mesmos após algumas horas do falecimento do padre, seu corpo não entrou em decomposição, dessa forma não exalando odor, esse acontecimento é visto como um fenômeno paranormal, pois a crença da igreja o corpo dos santos não entram em estado de putrefação. Entender o lugar de é fala importante para compreensão de seus discursos, ambos no momento da entrevista representavam a igreja católica, dessa forma, suas memórias desempenham um papel afetivo pelo objeto de estudo deste artigo.

Porém, a história também ver o colégio do padre Rolim, como um local de propagação do saber, mas de forma elitista, afirmando que seus alunos eram indivíduos que pertenciam a um nicho econômico diferenciador, a exemplo do conhecido padre Cícero “o colégio recebia os filhos da elite, dessa forma cicero demonstrava condição financeira para se manter em uma instituição privada” (PINHO, 2019).

Padre José de Andrade, em sua entrevista, traz números sobre a mensalidade dos alunos, ele explica que existiam diferentes modalidades, a exemplo o indivíduo poderia pagar por aula, um valor 4000 réis, as de francês e inglês custavam 2000 mil réis. Porém, havia três classes de alunos matriculados os externos, que dormia e se alimentavam no colégio, valor pago 20.000 réis mensais, a segunda classe os semi externos, se alimentavam em outro local, porém dormia na instituição, custavam 10.000 réis, a última classe apenas estudava na escola do padre Rolim, pagava 1000 réis. O padre exigia o pagamento de três meses antecipado, na possibilidade dos pais do aluno residirem a distância de 50 léguas, pagamento de 6 meses antecipado.

Entretanto, compreendemos a cobrança para custear e manter a própria escola, pois padre Raymundo Honório ressalta que o centro da sapiência no sertão paraibano, contratava professores de outros estados, profissionais capacitados para ministrar suas aulas, não havia informação de auxílio governamental ou incentivo financeiro por parte do governo.

A professora Eunice Gomes, pós doutora em ciências da religião, docente da Universidade Federal da Paraíba, se dedica a pesquisar a vida e obras de Inácio de Sousa Rolim, no sertão paraibano, a mesma reconhece que ele não foi o único a trabalhar com educação no nordeste, mas afirma que sua trajetória não foi mencionada na historiografia da educação brasileira, deixando assim uma lacuna para ser solucionada por futuros pesquisadores. A mesma trabalha com a ideia da imagem e do imaginário, a respeito do padre, sua estratégia é realizar uma reflexão do ponto de vista, heróica, mística e dramática, com objetivo de compreender, quais as estruturas da sensibilidade que formaram a história do educador e sacerdote no século XIX.

Eunice Gomes usa como metodologia, a pesquisa descritiva e histórica, seu trabalho possui uma visão para o Inácio de Sousa Rolim, professor, educador, cientista, “ Um estudioso do solo rachado do sertão” (GOMES,2013), em sua trajetória desenvolveu um grande interesse a respeito do ambiente natural da terra onde nasceu, escrevendo assim um tratado sobre história natural, o mesmo também demonstrava forte interesse pela língua Grega, deixando assim outro livro publicado a gramática de língua grega.

“O padre realizava um combate contra o analfabetismo presente no momento” (GOMES, 2013), ela faz uma comparação entre os guerreiros medievais, que também como Rolim, tem como um de seus elementos, a religiosidade, dessa forma produzido no imaginário a figura de um herói.

Padre Rolim, usava como método de ensino lancaster, essa prática foi desenvolvida na Europa, se caracteriza pelo uso de banco de areia para o ensino e auxílio de monitores, que eram os próprios alunos, dessa forma auxiliavam na atividade escolar dos demais. “ Os castigos físicos foram proibidos pelo decreto imperial de 1927, substituído por disciplinas morais” (GOMES, 2013), porém a professora Eunice, afirma que tal decreto não foi obedecido, devido a existências de evidências de castigos físicos como palmatória, instrumento usado para machucar a mão dos alunos como punição do não aprendizado.

A escola cajazeirense, não tinha como objetivo de forma padres, porém muitos religiosos se preparam nela, antes de entrar no seminário, com destaque para padre Cícero Romão e Joaquim Arcoverde, primeiro cardeal da América Latina, mas devemos ressaltar que o ambiente escolar, era pautado na disciplina e na fé católica, a professora Eunice afirma que antes das aulas, o dia iniciava com a celebração de uma missa.

CONCLUSÃO

Portanto, a figura do padre Rolim, ainda deve ser pesquisada com maior profundidade, sua escola e todo seu trabalho no século XIX, tanto na área da educação como do âmbito religioso. Ao analisar os materiais produzidos pela imprensa, cinema, academia e memória dos sacerdotes, os discursos são semelhantes, a construção do mito, do herói, sempre construído a representação de alguém de que precisa ser lembrado, que seus feitos não podem ser esquecidos, dessa forma construindo uma identidade regional.

Todavia, a escrita da história tece críticas, a escola que pertencia a elite vigente, mostrando um espírito revolucionário iluminista que pregava que a educação era o

caminho para o progresso, mas para quem tinha condição de pagar, nesse sentido o saber torna-se artigo de luxo para uma sociedade pobre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Simone Formiga. **Práticas de leitura em Cajazeiras PB** (1930 a 1960): memórias do ex-professor. 2010. 96 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

ARAÚJO, Alberto Filipe Ribeiro de Abreu. **Quando o imaginário se diz educacional**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 91, n. 229, p. 679-705, set./dez. 2010.

CAJAZEIRAS, Livraria Universitária. **Padre Inácio de Sousa Rolim** - o educador, o evangelizador, o santo. Part.1. Disponível <<https://www.youtube.com/watch?v=RWQWlzNW9eQ&t=336s>> Data do acesso: 11 de dezembro 2020.

CAJAZEIRAS, Livraria Universitária. **Padre Inácio de Sousa Rolim** - o educador, o evangelizador, o santo. Part.2. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=RWQWlzNW9eQ&t=336s>> Data do acesso: 11 de dezembro de 2020.

CATÁLOGO. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**,2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca>>. Acesso em: 21 de julho de 2020.

FOUCAULT, Michel (ed.). **A Ordem do Discurso**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

RODRIGUES, Edivan. Cajazeiras ensinou a Paraíba a ler. **O beabá do sertão 2012**. Disponível em:<<https://www.diariodosertao.com.br/coluna/cajazeiras-ensinou-a-paraiba-a-ler>>. Acesso em: 7 de outubro 2020.

História da Diocese. **Diocese de Cajazeiras**. Disponível em: <<https://www.diocajazeiras.com.br/historia-da-diocese/>>. Acesso em: 26 de julho 2020.

Escolas públicas e particulares de Cajazeiras/pb. Escola.inf.br, 2016. Disponível em:<
http://www.escolas.inf.br/pb/cajazeiras>. Acesso em: 20 de julho de 2020.

Faculdades e universidades de Cajazeiras-pb. Faculdades.inf.br. 2019. Disponível em:<
https://www.faculdades.inf.br/pb/cajazeiras>.html. Acesso em: 20 de julho de 2020.

GOMES, Eunice Simões Lins. A metodologia Visual de Padre Rolim. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 52-65, jan.-jun. 2013.

GOMES, Eunice Simões Lins. Educação e Religião: A Práxis do Padre Rolim no Nordeste Brasileiro. **Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST**. São Leopoldo, 2014.

GOMES, Eunice Simões Lins. Padre Rolim: o “Anchieta” do Nordeste. **Estudos de Religião**, v. 26, n. 42, p. 151-168, jan./jun, 2012.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

Legislação Informatizada - **LEI DE 15 DE OUTUBRO DE 1827** - Publicação Original. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1827, Página 71 Vol. 1 pt. I (Publicação Original). Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html>. Acesso em : 10 de dezembro 2020.

LE GOFF, Jacques, **História e Memória**. 5. ed. Campinas Editora Unicamp, 2003.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**: revista do programa de estudos Pós-graduação em História, São Paulo, n, 10, p.7-28, 1993.

O sonho de Inacim” é exibido em Cajazeiras”. Jornal da Paraíba,2012. Disponível em:<
https://www.jornaldaparaiba.com.br/cultura/o-sonho-de-inacim-e-exibido-em-cajazeiras.html>. Acesso em: 21 de julho de 2020.

MARTINS, Francisco Adalberto Abreu. **A contribuição do colégio estadual de Cajazeiras para o cenário educacional do sertão paraibano (1961-1980)**. 2015. 90f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) - Centro de

Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2015.

NASCIMENTO, André Pereira do. "**Cajazeiras, a cidade que ensinou a Paraíba a ler**": as contribuições da história de vida de professoras católicas. 2018. 59f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2018.

PINHO, Maria de Fátima Morais. **Padre Cícero, anjo ou demônio?** Teias de notícias e ressignificações dos acontecimentos do padre Cícero (1870-1915). tese de doutorado. universidade federal fluminense, Niterói, 2019. <http://www.saopauloinfoco.com.br/o-primeiro-cardeal-latino-americano-historia-de-joaquim-arcoverde-de-albuquerque/>. Acesso em: 25 de julho de 2020.

ROLIM, Prof. Antonio Carlos .Raimundo Honório (entrevista) Origem da Família Rolim/ Pe. Raimundo Honório Rolim (entrevista). Disponível em : <<https://www.youtube.com/watch?v=nLkhD9rTYbM&t=153s>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2020.

O SONHO DE INACIM: O aprendiz do Padre Rolim. Produção e Roteiro de Eliezer Rolim. Cajazeiras. Produzido por Ágata Tecnologia Digital Ltda. Assessoria e Produção Cultural, 2009. 1 DVD Player. 120m. Som. Post.Nacional. Trilha Sonora Chico César. Imagem: [TAVARES, Egivanildo. Arte. João Pessoa: 2012.

ZICHIA, Andrea de Carvalho. O direito à educação no período imperial: **Um estudo de suas origens no Brasil**. 2008. F.128. Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2008.

BLACK LIVES MATTER: A MARGINALIZAÇÃO E A DESUMANIZAÇÃO DOS NEGROS EM HOLLYWOOD

Carolina R. de Oliveira³⁵²

Anna Clara Granado³⁵³

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar a construção da desumanização, e consequentemente a marginalização da população negra estadunidense em Hollywood. Essa construção no cinema tem como principal fundamento a escravidão negra, que assolou os EUA por dois séculos. Embora a escravidão tenha sido abolida após a Guerra de Secessão (1861-1865), com a 13ª Emenda a sociedade estadunidense, sobretudo os negros, sofrem com suas consequências até os dias de hoje. Essa herança escravocrata, encontrou meios de perpetuar seus preconceitos e discriminações a partir do cinema, e mesmo atualmente, há muitos problemas em relação a representação e a representatividade em Hollywood.

PALAVRAS-CHAVE: EUA; Cinema; Memória; Racismo; Escravidão

ABSTRACT: This article aims to analyze the construction of dehumanization and the consequently marginalization of the black american people in Hollywood. This construction in the movies has as its main foundation the black slavery, that devastated the USA for two centuries. Although slavery was abolished after the Civil War (1861-1865) with the 13th Amendment, american society, especially black people has suffered from its consequences to this day. This slavery heritage found ways to perpetuate its prejudices and discrimination based on cinema, and even today, there are many problems in relation to representation and representativeness in Hollywood.

KEYWORDS: USA; Cinema; Memory; Racism. Slavery.

³⁵² Licenciada em História (UERJ/FFP) e Graduanda de Serviço Social (Unirio), carol_rubano@hotmail.com. Bolsista IC/UNIRIO.

³⁵³ Pedagoga e Mestranda em Educação (UFF), annaclara@id.uff.br. Conta com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

INTRODUÇÃO

Um filme, além de entretenimento, é um importante meio para preservação da memória, como também para a difusão de memórias. Embora, em seus primórdios, o cinema tenha surgido como um avanço tecnológico e que viria a ser chamada de sétima arte, se tornou um meio de resistência, crítica e também de propaganda. O cinema não pode ser considerado apenas como uma expressão artística. Os filmes contam, para além, do que está sendo encenado, pois eles ajudam não só a contar, mas também a entender a História, e assim o filme passa a ser um grande agente histórico (BARROS, 2012).

Quando se faz uma análise de um filme, necessariamente precisa levar em consideração, a época de produção, e as pessoas por trás das câmeras. A partir desses elementos, pode-se chegar a diversas leituras através dos filmes, e estes podem ajudar a difundir ideologias, como os filmes de propaganda nazista de Leni Riefenstahl, ou filmes de diretores críticos a regimes em que viviam, como o Neorealismo italiano, que nasceu como uma oposição ao regime fascista. Com isso, o filme atinge um papel importante socialmente, pois pode agir, tanto para reforçar poderes, quanto para ir contra setores dominantes (MORRETIN, 2003)

Embora o cinema não seja uma invenção estadunidense, e sim francesa, patenteada pelos irmãos Lumiere no final do século XIX, foi nos EUA que essa arte ganhou grande notoriedade pelo mundo. Rapidamente, os EUA assumiram um protagonismo na produção de filmes, sendo hoje o país com maior conteúdo de filmes de massas consumido a nível mundial. Lá os grandes sucessos de público são conhecidos como *Blockbusters*, e o primeiro deles foi *O Nascimento de Uma Nação* de 1915.

Uma grande fonte trabalhada diversas vezes pelo cinema estadunidense, foi a Guerra de Secessão (1861-1865), e muito da formação da memória, em relação a essa guerra, teve no cinema um importante difusor. Mesmo aos dias de hoje, a Guerra de Secessão é um assunto delicado, principalmente sobre a apropriação da bandeira dos Estados Confederados por grupos Supremacistas, considerando que embora não fosse

um dos principais motivos da guerra, a escravidão se encontrava como uma das bases do conflito.

Quando se pensa na sociedade estadunidense atual e nos seus conflitos raciais, tem que buscar a causa de tantos problemas no passado escravista. Os EUA, ainda quando eram as Treze Colônias, se utilizaram da força de trabalho escravizada, como era de praxe nas colônias americanas (KARNAL, 2007). A escravidão nas Treze Colônias, começou logo nos primeiros anos coloniais, e continuou mesmo após a sua independência da Inglaterra. O regime escravista ali praticado, se concentrava no Sul do país, em um modelo de *plantations*. Enquanto o Sul dos EUA tinha um modelo agrário, baseado na força de trabalho escravizada, o Norte do país era industrializado e utilizava força de trabalho negra livre³⁵⁴. Essa discrepância em modelos sociais e econômicos, que existiam desde a fundação do país, vieram a resultar no maior conflito da sua história: A Guerra de Secessão.

Em 1861, as diferenças entre os Estados do Norte e do Sul, eclodem em um conflito armado a partir da eleição do presidente Abraham Lincoln, quando a maioria dos estados sulistas resolve se separar do restante do país. A abolição foi promovida em 1863, embora só tenha ocorrido de fato, em 1865 com a promulgação da 13ª Emenda. Por ocorrer durante a guerra para os estados sulistas, e depois para todo o resto do país após a guerra, o lado perdedor criou grandes cicatrizes em relação a forma como foi feita a abolição. Além disso, a sociedade sulista tinha a escravidão como um dos seus pilares, não só na forma econômica, mas também na sociedade em si. Um escravo era tido como um bem muito valioso, logo possuir um era também uma afirmação de poder social.

A partir da abolição, no período da Reconstrução³⁵⁵, começaram a surgir no Sul do país, leis que restringiam os direitos a população negra. Esses conjuntos de leis segregatórias ficaram conhecidas como as Leis Jim Crow. Essas leis proibiam não só o direito ao voto, mas restringiam o acesso de pessoas negras a espaços públicos, como ônibus, restaurantes e estabelecimentos públicos. Houve a abolição, mas a classe dominante sulista, conseguiu por meios institucionais, não só restringir os direitos dos

³⁵⁴ Os Estados do Norte, foram abolindo a escravidão no século XVIII (BRITO,2014).

³⁵⁵ A Reconstrução foi o período logo após o fim da Guerra Civil, em que os Estados do Sul, passaram por uma intervenção dos Estados da União.

negros, mas fazer da 13ª Emenda, um meio de encarceramento dos corpos negros para trabalhos forçados. Muitas vezes, os negros eram presos por motivos banais, e eram forçados a trabalhar como parte da pena. Esse modelo de força de trabalho compulsória, serviu para muitos fazendeiros ter outra vez a força de trabalho negra, só que em condição análoga à escravidão (DAVIS,2016).

Esse modelo de dominação racial institucionalizada, só foi encerrado com as Leis dos Direitos Civis em 1963. O século XX não se mostrou muito diferente na realidade dos afro-americanos, considerando as suas limitações civis. As estruturas de dominação e segregação institucionais, serviram para perpetuar o racismo e os meios de dominação sobre as pessoas negras, além de alimentar uma gama de preconceitos sociais, culminando com a marginalização da população negra. Essa gama de opressão, preconceito e violência, encontra-se no eco nas produções cinematográficas.

Os filmes representam também os valores da sociedade em que foram produzidos, e também por quem domina estes meios de produção. Quando se analisa um filme, também precisa-se atentar para a sociedade em que foram esses filmes foram feitos, pois é bem provável que eles reproduzam preceitos e preconceitos da própria sociedade. Nesse contexto, o cinema estadunidense do início do século XX, no qual os negros tinham sua liberdade cerceada de maneira institucional, acaba por reproduzir a marginalização dos afro-americanos. Esse processo de marginalização, desumanização e criação de estereótipos, está presente em obras fundamentais para o cinema estadunidense, como *O Nascimento de Uma Nação* (1915) e *E o Vento Levou* (1939).

OS MARCOS CINEMATOGRAFICOS PARA A QUESTÃO RACIAL

A Guerra de Secessão foi o maior conflito armado que teve no século XIX, considerando as estimativas de aproximadamente 600 mil mortos. Esse grande trauma dos EUA já foi retratado diversas vezes pela indústria cinematográfica, a princípio no cinema mudo na primeira década do século, entre os anos 1903 e 1908 (CAPARRÓSLERA, 2009). Foi somente um pouco mais tarde que os maiores clássicos sobre esse tema seriam lançados, e ambos são vistos até hoje como marcos cinematográficos de Hollywood: *O Nascimento de Uma Nação* de 1915 e *E O Vento Levou* de 1939.

Não é possível falar da questão racial em Hollywood sem citar o primeiro fenômeno do cinema estadunidense: *O Nascimento de Uma Nação*. Esse filme foi revolucionário nos aspectos técnicos (CAPARRÓS-LERA, 2009), que em sua estrutura narrativa criou o tipo de filme que é consumido até hoje pelas massas, fazendo algo inédito em relação aos outros filmes do mesmo período. O épico dirigido por D. W. Griffith, se passa no *Old South*³⁵⁶, bem no momento de ruptura dessa sociedade. A película narra o conflito de duas famílias rivais na época da Guerra de Secessão e da Reconstrução. Entretanto, as histórias de amor e rivalidade que permeiam o filme, perdem o protagonismo nos olhos de hoje para a terrível representação dos negros que o filme faz.

O filme é extremamente maniqueísta em mostrar quase todos os personagens negros com graves problemas de caráter ou comportamentais, enquanto os brancos sulistas são o mais puro retrato da honra e coragem. Os personagens negros, interpretados por negros, eram dóceis e submissos aos brancos, enquanto os personagens negros antagonistas, eram interpretados por atores brancos fazendo uso de *Blackface* (SILVA, 2017). Isso foi criado propositalmente por D. W. Griffith, que reconta a Guerra Civil e a Reconstrução sob um ponto de vista inverídico e racista, mas extremamente bem sucedido ao criar uma memória de exaltação e saudosismo ao *Old South* derrotado.

Além de representar os negros com instintos primitivos, estupradores, preguiçosos e corruptos, há também uma clara crítica a mestiçagem. Um dos vilões do filme é um mestiço filho bastardo do patriarca da família Stoneman. Ao insinuar que o vilão, Silas Lynch, fosse filho de Austin Stoneman, que era contrária à escravidão e aos valores do Sul, o diretor faz uma clara crítica a mestiçagem, e induz a crer que aquela personagem teve seus valores degenerados pelos negros (MOÇO, 2010).

O filme se baseia na peça de mesmo nome, também escrita por Griffith, no qual evoca o Mito da Causa Perdida³⁵⁷. Ao comentar qualquer aspecto desse filme, é

³⁵⁶ Significa “Velho Sul”, e também é uma forma bastante encontrada de se referir a sociedade sulista pré Guerra Civil

³⁵⁷ A Causa Perdida é a ideia de que o Sul havia perdido a Guerra Civil, antes mesmo dela começar, tendo em vista a superioridade numérica nortista (JUNQUEIRA, 2001). Além disso, nesse conceito, há uma romantização do *Old South* e de suas estruturas sociais e econômicas, e a escravidão está inclusa nisso.

importante ressaltar que, essa visão é bastante enviesada a respeito do tema, não só dos acontecimentos sobre a Guerra Civil e da Reconstrução, mas também sobre os negros e encontra fundamento na história pessoal de seu realizador. D. W. Griffith é filho de um veterano da Guerra Civil, além de também ser sulista (MOÇO, 2010). Esses fatores, somados ao pensamento social dominante na época da produção do filme, no qual se passam em meados da segunda década do século XX, sendo que ainda havia um predomínio de teorias de inferioridade dos negros que se chamavam de teorias do darwinismo social³⁵⁸.

O filme, embora tecnicamente primoroso, retrata os negros de forma, não só racista, mas também completamente inverossímil, como criaturas bestiais incapazes de viver em sociedade. Griffith, representa os negros nesse filme, como um perigo à sociedade branca, justificando a escravidão e a violência que os negros viriam a sofrer com a KKK, por causa desse comportamento animalesco. Também é importante ressaltar a forma que os negros são retratados, como predadores sexuais, que tinham como principais alvos, as jovens sulistas. Uma das cenas mais famosas do filme, é a da jovem Flora Cameron, que ceifa sua própria vida ao se ver ameaçada de ser violada por um homem negro.

Ademais, um outro grande desserviço do filme, foi a forma heroica no qual a *Ku Klux Klan* foi representada. A KKK, é recriada no filme como uma invenção do protagonista Ben Silver, que cria a seita supremacista para lutar contra as injustiças perpetradas pelos negros. É importante ressaltar, no que diz respeito a KKK, que a cruz pegando fogo foi uma ideia do diretor Griffith³⁵⁹, e não uma prática utilizada pela *Klan* à época para intimidar seus inimigos. Também é importante ressaltar que, há indícios de que ressurgimento da *Ku Klux Klan* no século XX, foi graças ao filme, levando em consideração que nos anos anteriores ao seu lançamento, não se tinha nenhuma evidência de atividades recorrentes da seita. Contudo, após o lançamento do filme, houveram novas manifestações que passaram a ocorrer com mais afinco ao longo do século XX.

³⁵⁸ Darwinismo Social se configura na crença de que existiam raças superiores a outras, e essa superioridade se ecoava nos campos políticos e econômicos (KARNAL,2007).

³⁵⁹ Griffith considerou a estética da cruz em chamas bonita e decidiu colocar no filme, o que posteriormente foi adotado pelo grupo, sendo hoje um dos principais símbolos da Ku Klux Klan.

Assim como *O Nascimento de Uma Nação*, o segundo fenômeno de crítica e público sobre a Guerra Civil, foi *E O Vento Levou* (1939), de Victor Fleming. Esse filme também é uma adaptação do *best seller* de mesmo nome, da autora Margaret Mitchell. O filme conta a trajetória da voluntariosa Scarlett O'Hara e tem como plano de fundo a Guerra Civil e a Reconstrução. Tal qual o filme de Griffith, *E O Vento Levou* também evoca, dessa vez, verbalmente, através da fala da personagem do ator Clark Gable, a causa perdida dos Confederados.

A romantização da sociedade sulista, da escravidão e da derrota na Guerra Civil no *E O Vento Levou*, começa já no início do filme, onde aparece os seguintes dizeres:

"Houve uma terra de cavaleiros e campos de algodão denominada 'O Velho Sul'. Neste mundo, o galanteio fez sua última medida. Aqui foram vistos pela última vez: cavaleiros e suas damas... Senhores e escravos. Procure-os apenas nos livros, pois não passam de um sonho a ser lembrado. Uma civilização que o vento levou..."

Esse filme também retrata de um jeito equivocado, embora, um pouco menos pior os personagens negros do que em *O Nascimento de Uma Nação*. Ao contrário do que ocorreu em 1915, em *E O Vento Levou* não houve a prática do *Blackface*. Entretanto, há a representação de novos estereótipos de negros, como o da *Mammy*, a escravizada da família O'Hara que preenche um papel maternal, fiel e leal a família branca a qual pertence. Aliás, há nesse filme, uma espécie de lealdade dos escravos, colocada de tal forma, que eles parecem estar felizes ao serem escravizados. Mas também a estereotipação da personagem escravizada Prissy, onde a atriz interpreta de um jeito infantil e por vezes malicioso. Existe no filme um padrão, onde mostra todos os escravizados falando de um jeito diferente dos brancos, reforçando uma visão preconceituosa, que mostra diferença entre negros e brancos até mesmo na forma de falar.

Importante salientar que esse filme também teve um marco positivo, pois foi a primeira vez que uma atriz negra venceu um Oscar. A premiação de 1940, na categoria

Atriz Coadjuvante foi vencido pela atriz Hattie McDaniels. Apesar do grande feito, McDaniels não pode ocupar o mesmo espaço que seus colegas brancos de elenco na premiação, em virtude das leis segregacionistas vigentes. Vale ressaltar que, somente em 1990, 50 anos depois da vitória de Hattie McDaniels, outra atriz negra, Whoopi Goldberg por *Ghost*, venceria a estatueta e outra vez na categoria de Melhor Atriz Coadjuvante.

ESTEREOTIPAÇÃO E POUCA REPRESENTATIVIDADE

O cinema estadunidense reflete o pensamento da sociedade no qual ele faz parte. Pensamento este das classes dominantes, que controlam os meios da produção (BARROS, 2012). As minorias dissidentes sentem um vácuo de representatividade ou de uma contínua representação equivocada. O problema da falta de representatividade ou da má representação, atinge não só a população negra, entretanto, eles são os que têm um grande histórico de violências e injustiças desde a fundação do país, levando em consideração que os EUA nascem enquanto nação com a escravidão presente na Constituição. Uma herança escravista não termina do dia para noite, e nesse caso, essa dívida nunca buscou ser quitada pela branquitude, muito pelo contrário. A situação dos afro-americanos, se manteve ruim, mesmo após a abolição, mostrando um sistema institucionalizado de dominação e segregação racial³⁶⁰.

O lema “separados mas iguais”³⁶¹ se reflete no cinema, mesmo após o Lei dos Direitos Civis de 1963. Esse reflexo mostra que da mesma forma que o cinema inspira a sociedade, a sociedade também se inspira no cinema. *O Nascimento de Uma Nação*, e a desumanização dos personagens negros dos filmes, ajudou a aumentar o já enorme preconceito racial existente na sociedade estadunidense. Ao mostrar os negros de forma, bestial e associando eles à figuras nocivas e violentas da sociedade, o filme foi também uma das válvulas da engrenagem racista desta sociedade. Este fato, somado a

³⁶⁰ No período da Reconstrução, começaram a surgir, nos estados sulistas, leis segregacionistas que ficaram conhecidas como *Jim Crow*. Essas leis proibiam os negros de ocuparem os mesmos espaços que os brancos, como em restaurantes, transporte público, repartições e também em bairros (KARNAL, 2007).

³⁶¹ Esse era o lema das leis segregacionistas, que buscava manter uma certa igualdade, embora continuasse excluindo os negros da sociedade.

apropriação da 13ª Emenda para suprir a força de trabalho escravizada negra³⁶². Segundo Angela Davis em *Estariam as Prisões Obsoletas* (2018), as prisões foram mais uma expressão do racismo nos EUA, considerando esse recorte de raça, que contribuiu para o encarceramento em massa dos negros estadunidenses.

No documentário de 2016, chamado a 13ª Emenda, a diretora Ava Duvernay, retrata as consequências da escravidão, com o foco na questão carcerária estadunidense, mostrando a relação entre o sistema escravocrata e o encarceramento em massa da população negra. O documentário, também expõe a influência que *O Nascimento de Uma Nação* teve sobre a sociedade, também o associando a perpetuação de preconceitos e do encarceramento em massa dos negros.

No início das produções cinematográficas em Hollywood, era muito comum o uso de *Blackface*, que é quando atores brancos se pintavam para interpretar pessoas negras. Essa prática mostra o estereótipo criado pelos brancos sobre os negros, projetando uma maneira caricata e inverídica a interpretação dos negros por esses atores. Essa prática é anterior ao cinema, oriunda do teatro e bastante popular. O *Blackface* era algo tão difundido que as leis segregacionistas passaram a chamar Jim Crow, que era um personagem negro caricaturado.

Considerando essas questões, há inúmeras representações, estereótipos e a consequente desumanização no cinema hollywoodiano. Ao fazer o recorte só do Oscar, nas categorias de Atriz Principal e Atriz Coadjuvante, percebe-se a falta de diversidade racial e profunda estereotipação. A única atriz negra a ganhar o Oscar na categoria principal, Halle Berry em 2001 pelo filme *A Última Ceia*, mostra a atriz em um papel de uma mulher em vulnerabilidade social. As mulheres negras nos filmes, quando são reconhecidas pela Academia de Cinema Norte Americano, são quase em uma posição coadjuvante. Na categoria de Atriz Coadjuvante, ao analisar só as vencedoras do século XXI, percebe-se não só que há um domínio de papéis de escravizadas (Lupita Nyong'o por *Doze Anos de Escravidão*), empregadas domésticas (Octavia Spencer por *Vidas Cruzadas*) e mulheres negras e pobres em vulnerabilidade social (Jennifer Hudson por

³⁶² Ao mesmo tempo em que abolia a escravidão, a 13ª serviu, junto com os recém criados, *Black Codes*, para punir pessoas com o trabalho compulsório como parte da pena, acarretando em um inchamento da população carcerária de pessoas negras (KARNAL, 2007).

Dreamgirls, M'onique por Preciosa, Viola Davis por Fences e Regina King em *Se a Rua Beale Falasse*).

Dentro dessa seara de falta de representatividade em papéis empoderantes, é importante a estereotipação dos homens negros em papéis ligados à crimes. Assim como as mulheres negras que, em sua maioria, ficam relegadas a papéis secundários, no qual quase sempre de pobres, domésticas ou escravas, os homens negros, sobretudo os jovens, são vinculados ao do campo da marginalização (SILVA, 2017). As mídias audiovisuais, ajudam a fortalecer a visão de que crimes são cometidos, em sua maioria por jovens negros, em situação de vulnerabilidade, e esse excesso de representação negativa, além de fortalecer estereótipos, também perpetua preconceitos na sociedade.

CONCLUSÃO

A representação dos negros no cinema hollywoodiano está interligada diretamente na história dos negros nos EUA. Não há como discutir os problemas estruturais dos negros em Hollywood, sem entrar na questão da herança escravagista e na segregação racial, pois um está continuamente ligado ao outro. A visão do negro visto como uma propriedade e ser inferior, só foi atualizada a partir de um meio de comunicação de massa, sendo este, utilizado em demasia para perpetuar preconceitos. O fato do sucesso arrebatador de *O Nascimento de Uma Nação* e *E O Vento levou*, demonstra que a visão em todo território, tanto sobre o negro, como também sobre a romantização do *Old South*, tinha o consentimento de todo o país norte americano.

Esses exemplos citados de aprisionamento de papéis estereotipantes, expõe que a questão racial em Hollywood é trabalhada, majoritariamente em duas vias: a do sofrimento ou a da desumanização pela violência. Esse modelo binário de sofrimento e marginalização, perdurou por muitos anos, tendo em geral, como um ponto de desvio, comédias dos anos 80, protagonizadas por atores negros de muito sucesso como Eddie Murphy no cinema e Will Smith e Bill Cosby com séries de sucesso na televisão.

Essa lógica tem sido questionada nos últimos anos, e cada vez mais é perceptível que há um progresso em relação ao tema, mas que ainda é muito moroso.

Recentemente, houveram filmes de muito sucesso e de grandes estúdios, como *Pantera Negra* (2018) e *Star Wars VII* (2015). Outrossim, no campo televisivo, houve o marco obtido por Viola Davis, que se tornou a primeira atriz negra a vencer o Emmy na categoria de Atriz Principal por *How To Get Away With Murder*. Também é importante ressaltar filmes e séries bem sucedidos que tinham a temática racial como central na história, como *Corra* (2017), *Cara Gente Branca* (2017-presente), *Infiltrado na Klan* (2018), *Nós* (2019), *Olhos que Condenam* (2019) e *Hollywood* (2020).

O sucesso dessas produções, não só em premiações, mas também de público, mostra que existe uma grande parcela do público que quer se ver representado, e não só pela lente do sofrimento, mas também de forma empoderada, como um Rei de Wakanda, ou um herói de Star Wars.

Ainda há um longo caminho a percorrer para acabar com o fim do racismo na sociedade estadunidense e as mídias podem ser grandes aliadas a esse movimento. A lógica da marginalização e desumanização, na vida real, contribui para episódios como o de Charlottesville em 2017, e mortes como a de George Floyd, Breonna Taylor e Michael Brown. Mas a sociedade, e dessa vez, não só os negros, cansados há séculos de violência, foram às ruas protestar e dizer não só um basta, mas também que vidas negras importam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS J. D. Cinema e História: entre expressões e representações. In NÓVOA, J. e BARROS J. D. (org). **Cinema - História: Teoria e representações sociais no cinema**. Rio de Janeiro: 3ª ed. Apicuri Editora, 2012.

BRITO, L, C. **Impressões Norte-Americanas sobre a escravidão, abolição e relações raciais no Brasil escravista**. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2014.

CAPARRÓS-LERA, J. M. **La Guerra Civil estadounidense vista por el cine.** Palabra Clave. Volumen 12, Número 2, 2009.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **Estarão as prisões obsoletas?** 5ª ed. Editora: Bertrand Brasil, 2018.

KARNAL, L. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI.** Volume 1. 1. ed. Brasil: Editora Contexto, 2007.

Moço, A. P. **Em defesa do americanismo: O Nascimento de Uma Nação de Griffith.** Mestrado em História) Pontífice Universidade Católica de São Paulo. 2013. São Paulo

MORETTIN, E. V. **O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro.** História, Questões & Debates, Curitiba, nº 38, p 11-42. Editora UFPR. 2003.

SILVA, A. A. C. **O sensível não partilhado: A violência poética e política da (ir)representação do negro em Hollywood.** São Paulo. 2017.

Sites Utilizados

BBC ("Sou nazista sim": o protesto da extrema direita dos EUA contra negros, imigrantes, gays e judeus) <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-40910927>. Acesso em: 03/09/2020.

BBC (Caso George Floyd: 11 mortes que provocaram protestos contra a brutalidade policial nos EUA) <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52832621>. Acesso em 07/09/2020.

Geledés (Blackface no cinema - Uma história de racismo) <https://www.geledes.org.br/blackface-no-cinema-uma-historia-de-racismo/>. Acesso em 07/09/20.

MEMÓRIA LAMPIÔNICA X MEMÓRIA VOLANTE: TENSÕES DISCURSIVAS ENTRE PRODUTORES CULTURAIS NO MÉDIO PAJEÚ PERNAMBUCANO

José Ferreira Júnior³⁶³

Janaina Santos³⁶⁴

RESUMO: Pretende-se estabelecer discussão acerca dos discursos relacionados à memória lampiônica e à das volantes nazarenas, empreendidos por produtores culturais da região do Médio Pajeú pernambucano, em Serra Talhada e Nazaré do Pico, bem como a análise dos seus conteúdos. Nos espaços citados verificam-se tradições inventadas e, para seu fortalecimento, a atuação de produtores culturais, cujo discurso oficial é, em Serra Talhada, a preservação da cultura e, em Nazaré do Pico, a valorização de seus filhos, que aturam nas volantes perseguindo Lampião. Além da prática de uma dizibilidade específica, os produtores culturais buscam promover visibilidade aos espaços onde habitam e, com ela, atratividade turística. Tensões são verificadas no campo da cultura, quando da prática de tais discursos. Para a construção deste texto se usou bibliografia relacionada ao tema e discursos de produtores culturais locais.

PALAVRAS-CHAVE: memória, Serra Talhada, Nazaré do Pico, produtores culturais, discursos

ABSTRACT: It is intended to establish a discussion about the speeches related to the lampian memory and that of the Nazarene flyers, undertaken by cultural producers from the Middle Pajeú region of Pernambuco, in Serra Talhada and Nazaré do Pico, as well as the analysis of their contents. In the spaces mentioned there are invented traditions and, for their strengthening, the performance of cultural producers, whose official discourse is, in Serra Talhada, the preservation of culture and, in Nazaré do Pico, the appreciation of their children, who work on the steering wheels chasing Lampião. In addition to the practice of a specific sayability, cultural producers seek to promote

³⁶³ Doutor em Ciências Sociais (UFCG) – professorferreirajunior@hotmail.com;

³⁶⁴ Doutora em Ciências Sociais (UFCG) – janainasantos1983@hotmail.com;

visibility to the spaces where they live and, with it, tourist attractiveness. Tensions are verified in the field of culture, when practicing such speeches. For the construction of this text, bibliography related to the theme and speeches by local cultural producers were used.

KEYWORDS: memory, Serra Talhada, Nazaré do Pico, cultural producers, speeches;

INTRODUÇÃO

O cangaço comandado por Lampião, o mais celebrizado dos cangaceiros, tem sua origem na Região do Médio Pajeú pernambucano. Nessa região, dois espaços existem e, em relação à memória lampiônica, são possuidores de discursos diferenciados, produzidos por produtores culturais locais, que embora contrapostos em sua dizibilidade, visam uma finalidade comum: promover visibilidade e, com ela, atratividade turística.

Neste texto, pretende-se estabelecer discussão acerca dos discursos relacionados à memória lampiônica e à das volantes nazarenas, empreendidos por produtores culturais da região do Médio Pajeú pernambucano, em Serra Talhada e Nazaré do Pico, bem como a análise dos seus conteúdos.

LAMPIÃO E AS VOLANTES NAZARENAS: MESMO CENÁRIO, PAPEIS DIFERENTES

Um dos doze municípios banhados pelo rio Pajeú é Serra Talhada, cidade situada em seu médio curso, que dista da capital pernambucana, Recife, pouco mais de quatrocentos quilômetros e situa-se às margens da BR – 232.³⁶⁵

Serra Talhada é conhecida nacional e internacionalmente como o lugar de nascimento de Virgulino Ferreira da Silva, vaqueiro, artesão e almocreve, que se tornou cangaceiro e, com o apelido de Lampião, celebrou-se mundialmente, permanecendo na prática do cangaço por quase vinte anos, promovendo terror e benesses aos sertanejos, tanto de Pernambuco quanto de outros estados nordestinos.

³⁶⁵ Intermitente, o rio Pajeú nasce na serra da Balança, no município pernambucano de Brejinho, próximo à divisa dos estados de Pernambuco e da Paraíba. Além do município onde nasce, o rio em discussão banha mais outros onze municípios do Sertão pernambucano;

Mesmo que na opinião de Chiavenato (1990) a prática do “bem”, por parte de Lampião, decorresse de um pragmatismo do chamado “Rei do Cangaço”, uma vez que carecia de gente aliada que, dentre outras coisas, mantivessem-no informado acerca das movimentações das volantes, que lhe comprasse alimentos e funcionasse como “correio”, ainda assim, não poucos são os testemunhos acerca do “lado bom” do cangaceiro, seja proveniente de quem com ele viveu a prática do cangaço – a cangaceira Sila, companheira do cangaceiro Zé Sereno, que afirma ser Lampião um “homem de bom coração” (SOUZA, 1984) – ou de quem ouviu de outrem tal discurso e o reproduz, perfazendo a vivência do acontecimento por tabela (POLLAK, 1992).

Assim, distribuindo dinheiro aos pobres (geralmente moedas), presenteando e prestando favores a amigos, funcionando como juiz e arbitrando questões e, principalmente “promovendo justiça” em casos de agravo à família sertaneja, parecia entender o cangaceiro que dominação não se implanta somente mediante a força, mas também com consenso. Fato é que, somente com o uso da força, provavelmente Lampião não teria a longevidade que teve nas fileiras cangaceiras.

Distando aproximadamente cinquenta quilômetros de Serra Talhada, situada às margens da rodovia PE – 190, encontra-se a vila de Nazaré do Pico ³⁶⁶, também possuidora de significativa visibilidade, porquanto é berço de nomes que se celebrizaram na perseguição empreendida a Lampião, participando de grupamentos militares nômades, mantidos pelo governo do estado, chamados volantes.

Os nazarenos, como eram conhecidos, eram destemidos e empreendiam perseguição ferrenha a Lampião, sendo Manoel Neto e Davi Jurubeba, dentre outros, nomes que se tornaram famosos e, por muitos, heroicizados³⁶⁷. Outro elemento comportamental nazareno era o da implacabilidade com os coiteiros (pessoas que soubessem ser ajudadoras do cangaceiro). Na ânsia de prender ou matar Lampião, aplicavam surras e ou torturavam habitantes da caatinga, exigindo-lhes que lhes dessem informações do cangaceiro (NETO, 2004).³⁶⁸

³⁶⁶ A nomenclatura Pico, que adjetiva a vila de Nazaré, é decorrente da nomeação Serra do Pico, elevação que dista 13 quilômetros do povoado;

³⁶⁷ Exemplo dessa heroicização é o livro de José Malta de Sá Neto: “Davi Jurubeba, um herói nazareno”, publicado em 2004;

³⁶⁸ Desse modo, o desprotegido catingueiro era alvo da violência tanto simbólica quanto física, uma vez que se negar a servir a Lampião ou dar notícias suas aos policiais, era assinar sentença de morte; por outro lado, ser sabido das autoridades policiais que se era coiteiro, ou, pelo menos ser suspeito de tal, era

O cangaço lampiônico e as volantes nazarenas empreenderam embates por anos, deixando um rastro de sangue e de morte, sendo as perdas nazarenas em maior número. Com a morte de Lampião, em julho de 1938, em Sergipe, e a de Corisco, em agosto de 1940, na Bahia, o cangaço chegava ao seu final, satisfazendo, assim, demandas do Estado Novo, que preconizava pacificação dos sertões nordestinos.

Findo o cangaço, vieram a reboque as recompensas para os da lei (promoções, cargos de autoridade policial em cidades sertanejas, por exemplo) e, obviamente o capital simbólico (BOURDIEU, 2010) de ter sido perseguidor de Lampião³⁶⁹. Para os fora da lei sobreviventes e recolhidos à prisão, recaiu-lhes o estigma (GOFFMAN, 2004) de terem sido cangaceiros, sendo que, na década de 1970, ex-cangaceiros e ex-cangaceiras passaram também a usufruir de capital simbólico e, no caso de Sila (cangaceira sobrevivente da chacina de Angico), este capital lhe passou a render espaços de fala, (universidades, por exemplo) e, claro, auferir lucros com o usufruto do discurso de ter sido testemunha ocular dos fatos.

MÉDIO PAJEÚ PERNAMBUCANO: ESPAÇO DE “HEROÍSMO” E “VILANIA”

Quando se leva em conta os dois sujeitos históricos aqui abordados, Lampião e Volante de Nazaré do Pico, percebe-se que ambos são alvos de diferentes discursos, por parte sujeitos que transitam no campo da cultura, nos espaços serratalhadense e nazareno. Adiante, será trazido à luz o que se produz discursivamente, no Médio Pajeú pernambucano, sobre Lampião e sobre a Volante nazarena.

Serra Talhada: a invenção da tradição lampiônica

Em Serra Talhada, em meados da década de 1980 passou a existir movimentação buscando glorificar e explorar a memória lampiônica. De autoria de um produtor cultural local, Anildomá Willans de Souza (Domá), em 1984, foi apresentada a peça teatral “*A chegada de Lampião no inferno*”. Segundo o autor da peça citada, “foi o

sinônimo de perseguição, tortura e, muitas vezes, morte, por parte das volantes. (RODRIGUES DE CARVALHO, 1974).

³⁶⁹ Manoel Neto chegou ao posto de Coronel e Davi Jurubeba ao de Tenente da Polícia Militar de Pernambuco

primeiro trabalho sobre Lampião [...] vamos resgatar a imagem de Lampião, em Serra Talhada” (FERREIRA JÚNIOR, 2010, p. 74).

Deve-se registrar que o movimento direcionado à memória lampiônica em Serra Talhada, citado anteriormente, não foi decorrente do espontaneísmo de produtores culturais, mas em resistência à ação de produtores culturais da cidade de Triunfo, afastada 37 quilômetros, que empreenderam vanguardismo de louvação à pessoa de Lampião³⁷⁰.

A justificativa para a contraposição feita à ação dos produtores culturais triunfenses relacionados à memória lampiônica residia no fato de ser o cangaceiro serratalhadense e, por conseguinte, “produto” que deveria ser explorado por Serra Talhada, não por Triunfo. Isso é dito baseado na declaração de Tarcísio Rodrigues, hoje ex-presidente da Casa da Cultura de Serra Talhada: “O mundo inteiro, o Brasil, sabe que a terra de Lampião é Serra Talhada” (FERREIRA JÚNIOR, 2014, p. 72).

Percebe-se o lançar mão de uma identificação com Lampião, ou seja, um apropriar-se de um discurso que afirmava ser exclusividade serratalhadense o usufruto do uso da memória lampiônica. Verifica-se o lançar mão de uma identidade legitimadora (CASTELLS, 1996) de ações relacionadas a Lampião.

A partir da peça teatral citada acima, passa a existir, mediante a ação de grupos específicos, o início da construção de uma nova concepção sobre os valores do cangaço e sobre a personalidade de Lampião na cidade. Passa-se a dar à figura de Lampião valorização, fato que coloca sua memória em contraposição ao discurso que, até então, prevalecera acerca dela, em Serra Talhada: a de bandido sanguinário (FERREIRA JÚNIOR, 2010). Cronologicamente considerando, a peça citada pelo produtor cultural se revela como sendo o que Reis (2006) chama de ponto axial, ou seja, o pontapé inicial da invenção de uma tradição (HOBSBAWM; RANGEL, 2004), à qual chamo “tradição lampiônica” (FERREIRA JÚNIOR, 2014).

Esse agir de produtores culturais serratalhadenses pode ser considerado o que Hall (2010) chama deslocamento de imagem, visto que, ao discurso desqualificador da memória lampiônica, que o mostrava como bandido sanguinário, contrapõe-se o que passa a afirmar ser Lampião “história” e, por conseguinte, à semelhança de outros fora

³⁷⁰ Sobre a disputa que empreendem produtores culturais serratalhadenses e triunfenses, referentes à memória lampiônica, vide tese de doutoramento, de minha autoria, “Serra Talhada X Triunfo: a disputa da memória lampiônica no médio Pajeú pernambucano” (2014);

da lei notórios da história (Billy The Kid, por exemplo), poderia ter sua memória explorada e promover visibilidade à cidade.³⁷¹ Tal ação pode ser considerada uma transgressão da lei do lugar, decorrente das transformações espaciais mediatizadas pela memória (CERTEAU, 2011).

Diversas ações foram protagonizadas por produtores culturais serratalhadenses no intuito de a Lampião promover uma nova imagem e, através da qual, a cidade pudesse vivenciar visibilidade e gozar atratividade turística (FERREIRA JÚNIOR, 2014). Nessa construção imagética inexistia qualquer preocupação com a veracidade que se afirmava a respeito do cangaceiro, “importava a Lampião atribuir predicativos e levar as pessoas a acreditar neles” (FERREIRA JÚNIOR, 2014, p. 82). Era, como se verifica no trabalho de um artífice, o construir gradativo de uma imagem, como explica Schwartzberg (1978, p. 14): “a realidade pouco importa em si mesma. O importante é que acreditem nela e a aceitem. Ainda que seja uma imagem inteiramente inventada, embelezada ou retocada.”

Nazaré do Pico: a invenção da tradição da volante nazarena

Em relação a Serra Talhada, no referente à discussão da história do cangaço lampiônico, Nazaré experimenta atraso na corrida. Ou seja, somente a partir de 2019, passou a existir na vila um movimento organizado buscando dar visibilidade aos combatentes de Lampião, os membros da volante nazarena.

A visibilidade aos vultos históricos nazarenos tem experimentado ocorrência a partir de eventos específicos realizados, como, por exemplo, a “Missa de Mané Neto”, cuja primeira edição ocorreu no dia 16 de novembro de 2019, quando se comemorou quarenta anos de morte de Manoel de Souza Neto, coronel da Polícia Militar de Pernambuco e comandante de volante nazarena perseguidora de Lampião. Acerca de Manoel Neto e de seu capital simbólico (BOURDIEU, 2010), a valentia, é dito:

No último sábado, 16 de novembro de 2019 a família Nazarena se reuniu mais uma vez para celebrar um de seus mais ilustres filhos: Coronel Manoel de Sousa Neto, o “Valente Mané Neto”; que nasceu no dia 01 de novembro de 1901, na fazenda Ema no mesmo município de Floresta. Desde cedo Manoel Neto

³⁷¹ A defesa dessa idéia se encontra em uma carta aberta à população serratalhadense, escrita em 1991, assinada pelo Movimento de Teatro Popular (MPT). Veja-se em Ferreira Júnior (2014, p. 79);

demonstrou ser destemido, valente e de uma coragem que beirava a loucura, foi um dos nazarenos que mais destacou no combate ao banditismo, notadamente ao cangaço, tendo sua entrada nas forças volantes em janeiro de 1925, a partir dali o nordeste conheceu um dos mais ferrenhos combatentes ao bando de Lampião, sendo alcunhado pelo chefe dos cangaceiros de "Cachorro Azedo".³⁷².

A valentia, enquanto capital do nazareno Manoel Neto, é tema presente em narrativas de diversos autores da historiografia do cangaço, dentre esses, João Gomes de Lira, ex-soldado de volante, que em sua obra *Lampião: Memórias de um Soldado de Volante* (2007) registra ter Manoel Neto arregimentado adolescentes e, com eles, formado uma volante para perseguir Lampião. Em decorrência da pouca idade dos membros dessa volante, segundo o autor citado, ela era pejorativamente chamada, por Lampião, de os cachorrinhos de *Mané Fumaça*, apelido de Manoel Neto, dado por Lampião.

Há a probabilidade de que esse evento religioso venha a se tornar uma tradição inventada, nos moldes definidos por Hobsbawm e Ranger (2004), que afirmam que a repetição, o ritual e a simbologia lhes são elementos intrínsecos, visto que, através da primeira, as duas últimas intencionam introjetar nas pessoas “certos valores e normas de comportamento, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado” (HOBSBAWM; RANGER, 2004, p. 9).

Na ocasião da celebração da missa em homenagem ao famoso volante nazareno, Manoel Neto, outro acontecimento ocorreu, possuidor de significativa importância no referente à exaltação da memória das volantes nazarenas: lançou-se oficialmente a pedra fundamental e da Ordem de Serviço do *Museu dos Combatentes do Banditismo Lampiônico em Nazaré do Pico*. Nesse evento esteve presente, além de familiares dos membros das volantes nazarenas, autoridades municipais (vereadores) e o Secretário de Turismo de Pernambuco, Rodrigo Novaes, cuja ascendência é também nazarena. Acerca da justaposição dos eventos ocorridos, a vereadora Bia Numeriano, presente na ocasião, ponderou:

Nazaré do Pico é lugar onde a história pulsa. **História de coragem, valentia e resistência.** Foi deste lugar que saiu a

³⁷² <http://cariricangaco.blogspot.com/2019/11/nazare-e-festa-de-40-anos-de-partida-de.html>;

força volante que Lampião mais temia. Uma figura importante foi responsável por esse temor: Manoel de Souza Neto. Coronel da Polícia Militar de Pernambuco, combatente feroz, fez parte das forças volantes nazarenas e é considerado um dos maiores perseguidores de Lampião. Hoje, celebrou-se missa pelos 40 anos de sua partida. Além disso, foi dada ordem de serviço para a construção do **Museu das Forças Volantes de Nazaré, um marco para esta história que tanto nos orgulha.**³⁷³ (Grifos nossos).

A parte destacada da declaração da vereadora Bia Numeriano revela exaltação da história dos combatentes nazarenos, quando de seu enfrentamento do cangaço lampiônico. A história a que se refere a vereadora é possuidora de um capital simbólico que a diferencia das demais narrativas. Encima-se em um tripé que a faz destacada: coragem, valentia e resistência. Em outras palavras, é uma história glorificadora dos personagens que a fazem existir.

Quando fala do museu, a vereadora deixa transparecer, mesmo sem que o pronuncie, uma satisfação relacionada à contraposição que a instituição fará às que são dedicadas ao cangaço, localizadas em Serra Talhada e em Triunfo, cidades pernambucanas e próximas de Nazaré do Pico.

No museu em discussão serão mostrados objetos pertencentes aos membros das volantes nazarenas, como fardamentos, armas, utensílios e coisas de uso particular, que serão doados pelos seus descendentes. A instituição se constituirá um lugar de memória, que nasce e vive do sentimento que não há memória espontânea (NORA, 1993). Constituindo-se dispositivo memorialístico, o museu será a representação que os nazarenos fazem de si mesmos, a materialização identitária de um grupo.

PRODUTORES CULTURAIS: SEUS DISCURSOS E PRÁTICAS, EM SERRA TALHADA E NAZARÉ DO PICO

Do até aqui exposto, percebe-se que há nos dois espaços citados, Serra Talhada e Nazaré do Pico, no campo da cultura, a movimentação de sujeitos, os produtores culturais (profissionais ou não), buscando através de representações, que se materializam em discursos e ações, criar figuras que dotam o presente de sentido (CHARTIER, 1990).

³⁷³ *Idem*;

Essas representações, por sua vez, apontam para a construção de uma identidade, cujo empreendimento, segundo Castells (2008, p. 23), “vale-se de matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso”. Nos dois espaços citados, o serratalhadense e o nazareno, lançam-se mão da história, da geografia e da memória coletiva, a fim de dar delineamento às identidades que pretendem construir: a lampiônica e a volante, respectivamente.

Em ambos os espaços há, por parte dos produtores culturais, a pretensão de se promover visibilidade e, somado a isso, atribuição para os de fora. Percebe-se, dessa maneira, o empenho em se construir uma identidade de projeto, que ocorre quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade (CASTELLS, 2008).

Porém, toda e qualquer identidade se constrói no estabelecimento da diferença, visto que não há identidade em si, nem mesmo unicamente para si, uma vez que, segundo Cuché (2004, p. 183), “identidade e alteridade são ligadas e estão numa relação dialética; a identificação acompanha a diferenciação”. Assim, a identidade é uma construção que se elabora em uma relação que opõe um grupo aos outros com os quais se relaciona, por isso, de acordo com Barth (1995), deve-se tentar entender o fenômeno da identidade através da ordem das relações entre os grupos sociais.

Os discursos de produtores culturais serratalhadenses e nazarenos corroboram com a teorização feita relacionada à construção de identidade. Ou seja, o elemento da diferenciação é reiteradamente invocado. Assim, a alteridade não é respeitada, visto que a busca pela diferenciação passa inevitavelmente pela prática do discurso desqualificador do outro.

Antes de trazer à baila fragmentos discursivos de produtores culturais serratalhadenses e nazarenos, relacionados à construção de uma identidade de projeto (CASTELLS, 2008), vejamos que, ainda na discussão sobre identidade no âmbito cultural, é verificável a possibilidade do experimento de flexibilidade, como se observa na declaração de Paulo Gastão, fundador da Sociedade Brasileira de Estudos do Cangaço (SBEC), quando da primeira cavalgada feita de Nazaré do Pico até a serra do Pico, em 02 de maio de 2015:

Acreditando que o papel desenvolvido durante 22 anos pela Sociedade Brasileira de Estudos do Cangaço [...] Eleito o dia 02 de maio como Dia das Volantes [...] Acreditando que eles são merecedores do nosso carinho e da nossa apreciação é que **passaríamos a ter uma nova fase e, a fase já não é mais tão cangaceira como outrora, ela agora tem uma característica da farda, da disciplina, da defesa de todos nós.**³⁷⁴

A atitude da SBEC, até então, como se observa nas entrelinhas da declaração de seu fundador, enfática às questões cangaceiras, demonstra existir reformulação no referente à sua identidade. Ou seja, pode-se falar numa estratégia de identidade, que ocorre quando a identidade é utilizada como um meio para atingir a um objetivo, uma ação social racional visando a um fim previamente determinado (WEBER, 2010). A finalidade, nesse caso, é a valoração dos sujeitos volantes. Dessa forma, verifica-se não ser a identidade absoluta, mas relativa.

Retornando aos discursos provenientes dos produtores culturais serratalhadenses e nazarenos...

Tem-se, em Serra Talhada, uma tradição lampiônica em processo de experimento de robustez. De meados da década de 1990 aos dias atuais são verificadas ações promovidas pela Fundação Cultural Cabras de Lampião (FCCL)³⁷⁵ que visam à glorificação da memória lampiônica, pois se percebe a existência de um arquivo significativo de imagens e enunciados relacionados ao cangaceirismo lampiônico, sendo isso revelado na constatação de que há o que Albuquerque Jr. (1999, 22) chama de “um estoque de verdades”.

Pretende-se uma visibilidade e uma dizibilidade do espaço serra-talhadense, enquanto berço do cangaceirismo lampeônico, que “nor-teia um agir voltado para a satisfação econômica e, ao mesmo tempo, estabelece uma identidade específica, Capital do Xaxado, e delimita uma territorialidade singular em relação ao fenômeno em apreço, berço de Lampião” (FERREIRA JÚNIOR, 2007, p. 6).

As ações da FCCL relacionadas à memória lampiônica são diversas: Tributo a Virgulino; Celebração do Cangaço; Seminário Sertão, Beatos e Cangaceiros; Encontro

³⁷⁴ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=-xYYI4ul_Mo>> ,

³⁷⁵ Fundada em 1995, por Anildomá Willans de Souza. Constitui-se como personalidade jurídica, com finalidades socioculturais sem fins lucrativos. Sua sede se situa na cidade de Serra Talhada – PE;

Nordestino de Xaxado e, principalmente, a peça teatral ao ar livre, O Massacre de Angico – A Morte de Lampião, que se constitui a segunda maior do Estado, ficando atrás somente da Paixão de Cristo, encenada em Nova Jerusalém.

Não obstante essa diversidade de eventos, percebe-se presente neles o discurso glorificador relacionado à pessoa de Lampião, sendo recorrente o que o mostra como praticante de insurreição motivada pela injustiça promovida pelos coronéis aos habitantes da caatinga, ou seja, o que mostra Lampião como “revolucionário”, como o que pegou em armas contra a desigualdade, que pleiteou a causa do desfavorecido. Percebe-se tal discurso alinhado com o exposto em *Cangaceiros e Fanáticos* (2010), obra de Rui Facó, onde o cangaço é tido como um movimento proto revolucionário.³⁷⁶

Em Nazaré do Pico se verifica, a partir de maio de 2019, uma movimentação, por parte de lideranças locais, que aponta para a intencionalidade de, aos membros das volantes nazarenas, promover glorificação, por conseguinte à vila de Nazaré do Pico trazer visibilidade e, com ela, atratividade turística. Os discursos, mesmo provenientes de autorias diferentes (levando-se em conta os critérios de gênero e faixa etária), confluem para o objetivo anteriormente citado.

Rubelvan Lira, nazareno e filho de João Gomes de Lira, ex - membro de volante nazarena e autor do livro *Lampião: Memórias de um Soldado de Volante* (1990), depois da ocorrência da *primeira cavalgada* feita de Nazaré até a Serra do Pico, em 02 de maio de 2015, pondera: “Lampião já fez o nome dele e nós precisamos fazer o nome de quem merece, que é a Volante que vivia defendendo o poder público”³⁷⁷.

O discurso do nazareno citado revela claramente desqualificação feita a Lampião e valorização atribuída à Volante. Para o depoente, há necessidade de promover honra a quem merece ser honrado, ou seja, o que se fez ou se faz relacionado a Lampião é, ao seu ver, equivocados, uma vez que, ao afirmar que a Volante defendia o poder público, diz, mesmo sem palavras, que Lampião atacava o poder público. Aqui, verifica-se que se lança mão de um discurso onde a intenção glorificadora de um (volante) se constrói mediante a desqualificação do outro (Lampião).

³⁷⁶ Vide discussão que empreendo sobre a temática cangaço como protorrevolucionário em <http://www.esquerdadiario.com.br/Cangaco-ProtorrevoLucionario>;

³⁷⁷ https://www.youtube.com/watch?v=-xYYI4ul_Mo

Há, também, por parte de lideranças nazarenas um estabelecimento de crítica a narrativas históricas relacionadas às volantes nazarenas, como se observa na declaração de Hildebrando de Souza Nogueira Neto (Netinho):

Muitos historiadores que escreveram livros e que nunca pisaram em Nazaré. Aquele padre Frederico Bezerra Maciel escreveu um livro falando horrores de Nazaré e nunca pisou em Nazaré. Como é que se vai fazer uma história sobre Lampião e os nazarenos sem nunca ter visitado o lugar onde nasceram os maiores inimigos Lampião? ³⁷⁸

No discurso do nazareno não se faz presente somente a indignação relacionada à construção de narrativas históricas desqualificadoras da história nazarena, mas a reivindicação de serem das memórias nazarena – diretas ou por tabela (POLLAK, 1992) – a exclusividade de fala sobre a relação das volantes nazarenas com o cangaço lampiônico. Assim, quando se refere ao padre Frederico Bezerra Maciel, autor de três volumes denominados “Lampião”, critica-o por ter escrito sobre os nazarenos sem ouvi-los.

Somado à crítica que emite a quem, segundo sua opinião, não tem autoridade para expor considerações sobre os nazarenos, visto que nunca pisou em Nazaré, Hildebrando de Souza Nogueira Neto (Netinho), estabelece contraposição ao discurso que acusa as volantes nazarenas da prática da violência, quando de sua atuação.

Por que Nazaré entrou nessa luta contra Lampião? Porque muitos ainda veem Nazaré como soldados que praticavam tortura, que matavam, que roubavam, que decepavam [...] Um palestrante disse que soldados pernambucanos cometiam muito mais atrocidades que os cangaceiros. Alguns cometiam realmente... Aqui, em Nazaré houve alguns desatinos? Houve. **O que era normal.** A revolta de Nazaré era muito grande com Lampião. Lampião matou 16 pessoas da família. Mas, querer desmerecer os homens de Nazaré em detrimento a Lampião, isso a gente não aceita de jeito nenhum.

Nesse empreendimento, o descendente dos combatentes de Lampião se apóia no fato de que a criticada violência das volantes nazarenas era reflexo da violência

³⁷⁸ *Idem*

cangaceira lampiônica, ou seja, para o informante, não poderia existir comportamento outro, por parte das volantes nazarenas, senão o de revidar com violência a violência recebida. Tratava-se de manifestação direcionada ao inimigo, a fim de lhe fazer ver que não havia temor das suas ações. Tratava-se de uma representação da macheza, a honra, uma vez que "as manifestações (legítimas ou ilegítimas) da virilidade se situam na lógica da proeza, da exploração, do que traz honra." (BOURDIEU, 1999 p.29).

Assim, na fala de Hildebrando de Souza Nogueira Neto (Netinho) verifica-se a naturalização do agir violento das volantes nazarenas, visto que reagir de outra maneira que não fosse "pagando com a mesma moeda" era o ofendido tomara para si a condição de homem mole, o que na sociedade nordestina sertaneja daqueles dias (teria hoje mudado?) era experimentar a morte social (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999), pois a virilidade e violência são reproduções necessárias à afirmação do ser homem, do ser macho, pois ele não pode agir de outro modo, sob pena de renegar-se, visto que "o privilégio masculino é também uma cilada e encontra sua contrapartida na tensão e contensão permanentes, levadas as vezes ao absurdo, que impõe a todo homem o dever de afirmar, em toda e qualquer circunstância, sua virilidade" (BOURDIEU, 1999, p. 64).

Outra característica das volantes nazarenas ressaltada por Hildebrando de Souza Nogueira Neto (Netinho) é a que se refere à seriedade do exercício de sua função: perseguir, prender ou matar Lampião. Acerca disso, afirma o nazareno:

Depois dos primeiros combates com os nazarenos, ele [Lampião] viu que a coisa aqui era pra valer mesmo, ele mandou várias propostas de acordo com os nazarenos. Os nazarenos não pegassem em armas contra Lampião e ele se prontificava em não atacar Nazaré. A resposta foi a seguinte: ele poderia vir para matar e morrer, que os nazarenos estavam prontos para matar e morrer. Nunca quiseram acordo. Os nazarenos nunca quiseram acordo com Lampião, nenhum tipo de acordo.

A fala do nazareno diretamente estabelece elogio à incorruptibilidade dos membros de volantes nazarenas, parecendo dizer que estava polarizada a questão: polícia é polícia, bandido e bandido. Se levado for em conta o tipo ideal (WEBER, 2010), é exatamente assim que deve ser, ou seja, lado e motivo de luta definidos. Todavia, também é concepção weberiana o fato de que o tipo ideal somente encontra

espaço na abstração, não existindo correspondência na realidade. Ou seja, uma coisa é o que se idealiza (o que deve ser), outra coisa, é o que se verifica (o que de fato é).

Assim, pode-se ler nas entrelinhas do discurso do nazareno, aquilo que não foi dito (BARDIN, 2006), ou seja, quando afirma que nenhum acordo proposto por Lampião foi aceito pelos nazarenos, mesmo o que punha em segurança suas vidas e a vila na qual habitava, pode-se deduzir que, mesmo sem falar abertamente, o nazareno afirmava que houve policiais corruptos, mantenedores de acordos com Lampião. Acerca disso, veja-se um trecho de uma entrevista concedida por Antônio Silvino, célebre cangaceiro, anterior a Lampião, ao folclorista cearense Leonardo Mota, em 1930, quando o “Rifle de Ouro”, como era conhecido Antônio Silvino, estava preso, em Recife. O registro é de Queiroz (1977, p. 93):

-----Silvino, que é que você me diz de Lampião?
 -----Ah, seu doutor, **Lampião é um Prinspe!**
 -----Príncipe por quê?
 -----Veio depois de mim. Os tempos são outros. As armas estão mais aperfeiçoadas. Não falta quem venda tudo. Caixeiro viajante não é besta para se esquecer de levar presente de bala para ele. **A polícia quer é só se encher de dinheiro no Sertão** [...] Não tenha dúvida, Lampião é um **Prinspe!** (Grifos são nossos)

Duas, talvez, possam vir a serem as óticas por que se possa enxergar essa declaração de Antônio Silvino: talvez quisesse dizer que ele fosse o rei e Lampião, por sua vez, alguém menos importante e, portanto, um príncipe; a segunda, talvez a mais acertada, levando-se em conta a denúncia feita pelo cangaceiro na continuidade da entrevista, quisesse dizer que o tratamento recebido por Lampião era semelhante àquele recebido por um príncipe. Chiavenato (1990) corrobora com Antônio Silvino, quando esmiúça as benesses recebidas por Lampião, mediante acordos firmados com oficiais da Polícia.

Na continuidade de seu discurso, Hildebrando de Souza Nogueira Neto (Netinho) continua em defesa dos seus antepassados nazarenos, dessa feita demonstrando sua ojeriza à glorificação que se dá a Lampião: “Eu, realmente, fico revoltado, porque de herói ele não teve nada, só se foi herói pra família dele, pros

coiteiros e pros protetores. Pra grande população sertaneja não houve heroísmo nenhum para o que ele fazia ou fez”.³⁷⁹ Sem citar a quem endereça sua crítica, o nazareno entra em rota de colisão como que se discursa em Serra Talhada, onde se defende ter havido em Lampião um engajamento político, um pleitear a causa do injustiçado, enfim, a prática de uma insurreição contra o latifundiário opressor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto neste texto, percebe-se ser Lampião a força motriz dos discursos de produtores culturais no Médio Pajeú pernambucano. Seja alvo de exaltação, como ocorre em Serra Talhada, seja alvo de desqualificação, como ocorre na vila de Nazaré do Pico. A memória do chamado “Rei do Cangaço” se revela temática imprescindível às pretensões dos produtores culturais locais.

As intencionalidades desses produtores culturais confluem em um aspecto: promover visibilidade aos espaços onde atuam, com ela, afluxo turístico e o que este traz consigo de benesses. Nos espaços em discussão pretende-se, através de invenção de tradição – em Serra Talhada, a lampiônica; em Nazaré do Pico, a das volantes -, uma dizibilidade acerca dos elementos alvos dessa tradição.

Assim, os discursos provenientes dos produtores culturais no Médio Pajeú pernambucano promovem tensões no campo da cultura e se constituem celeiro farto para o estabelecimento de pesquisas diversas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE Jr. Durval M. de. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Quem é Frouxo Não se Mete: Violência e Masculinidade como Elementos Constitutivos da Imagem do Nordeste**. Projeto de História. São Paulo. 1999.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

³⁷⁹ https://www.youtube.com/watch?v=-xYYI4ul_Mo;

_____. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo. Editora Perspectiva.

2010.

BARDIN, Laurence. (2006). **Análise de Conteúdo**. Lisboa. Edições 70. 2006.

CASTELLS, M. A construção da identidade. In: **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CHARTIER, Roger. **História Cultural. Entre Práticas e Representações**. Lisboa/ Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

CHIAVENATO, Júlio J. **Cangaço, a Força do Coronel**. São Paulo. Brasiliense. 1990.

CUCHÉ, Denys. **A Noção de Identidade nas Ciências Sociais**. São Carlos. Edusc. 2004.

CERTEAU. Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis. Vozes 2011.

FERREIRA JÚNIOR, J. **Memória Monumentalizada do Cangaço: A Quem Interessa Tal Saber?** In: Reunião Equatorial de Antropologia: X Reunião de Antropólogos Norte-Nordeste. Aracaju – SE. 2007.

_____. **A Apropriação da Memória Lampiônica Como Elemento de Construção da Identidade de Serra Talhada – PE**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Campina Grande. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Capina Grande – PB. 2010.

_____. **Serra Talhada X Triunfo: A Disputa da Memória de Lampião no Médio Pajeú Pernambucano**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Campina Grande. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Capina Grande – PB. 2014.

GOFFMAN, Irving. **Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. São

Paulo. Zahar. 2004.

- HALL. Stuart. **A identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A. 2006.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. São Paulo. Nova Fronteira. 2004.
- LIRA. João G de. **Lampião: memórias de um soldado de volante**. Floresta: TODA Gráfica, 2007.
- NETO. José M. de. **S. David Jurubeba, um herói nazareno**. Recife: Ed. do Autor, 2004.
- NORA. Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. São Paulo: Educ. 1993.
- POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, volume 2. nº 3, p. 3-15. 1992.
- QUEIROZ. Maria I. P. de. **Os Cangaceiros**. São Paulo. Duas Cidades. 1977.
- RODRIGUES DE CARVALHO. Cícero. **Serrote Preto: Lampião e seus sequazes**. Rio de Janeiro. Sedegra S/A, 1974.
- SCHWARTZENBERG. Roger G. **O Estado Espetáculo**. Rio de Janeiro. Difel. 1978.
- SOUZA, Ilda R. de. **Sila, uma cangaceira de Lampião**. São Paulo. Traço. 1984.
- WEBER. Max. **Economia e Sociedade**. São Paulo. Imprensa Oficial. 2010.

MEMÓRIAS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL SOBRE A CAMPANHA DA LEGALIDADE EM PELOTAS (1961)

Allan Pereira³⁸⁰

RESUMO: O presente trabalho tem como tema a mobilização estudantil em Pelotas durante a Campanha da Legalidade, no ano de 1961. Para analisar a atuação do movimento estudantil na cidade, fez-se necessário abordar os motivos que desencadearam o movimento e como ele se desenvolveu pela posse de João Goulart como Presidente da República e a defesa pela legalidade constitucional. Utilizando do método de História Oral, o trabalho analisa as memórias de dois estudantes que participaram ativamente nos movimentos e situa a importância de suas memórias individuais para o conhecimento da experiência estudantil durante os dias que a mobilização popular foi atuante.

PALAVRAS-CHAVE: História; Memória; Movimento Estudantil; Pelotas; Legalidade.

ABSTRACT: The present work has as its theme the student mobilization in Pelotas during the Legality Campaign, in 1961. In order to analyze the performance of the student movement in the city, it was necessary to address the reasons that triggered the movement and how it developed for the possession João Goulart as President of the Republic and the defense for constitutional legality. Using the Oral History method, the work analyzes the memories of two students who actively participated in the movements and situates the importance of their individual memories for the knowledge of the student experience during the days that the popular mobilization was active.

KEYWORDS: Story; Memory; Student Movement; Pellets; Legality.

1. INTRODUÇÃO

³⁸⁰ Mestrando em História no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (PPGH-UFPel); Pelotas, Rio Grande do Sul – RS, Brasil; allangsp92@gmail.com .

O presente artigo tem como tema a mobilização estudantil durante a Campanha da Legalidade em Pelotas, tem origem no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), publicado no ano de 2019 para defesa do título de bacharel em História pela Universidade Federal de Pelotas, sob orientação da Profa. Dra. Alessandra Gasparotto.³⁸¹

Aqui, pretende-se analisar a experiência de estudantes acadêmicos e secundaristas na mobilização que ocorreu em Pelotas para garantir a posse de João Goulart como presidente do Brasil. Estes foram impulsionados pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola que, apoiado pelo III Exército comandado pelo General Machado Lopes, comunicava através da Rádio Guaíba a insatisfação pela medida do Ministério da Guerra em impedir a posse do vice-presidente Jango.

Neste contexto, o trabalho se deu, principalmente, por meio de entrevistas realizadas com estudantes que atuaram nos movimentos estudantis durante a campanha pela legalidade no ano de 1961. Considera-se que as memórias destes são essenciais para compreender como alguns dos estudantes entendiam aquele momento de crise política nacional; quais foram as suas principais ações frente a crise política; quais foram os impactos em suas vidas pessoais; e, assim, quais são suas memórias referentes a este período. Neste sentido, é fundamental apontar a memória como fator importante para a pesquisa histórica, considerando que “[...] as lembranças e reminiscências da memória coletiva auxiliam o historiador que, com rigor do seu trabalho, as transforma em valiosas fontes para a produção do conhecimento científico” (PADRÓS; BARBOSA; LOPEZ; FERNANDES, 2009, p. 24-25).

O presente trabalho utiliza como método a História Oral, considerando algumas reflexões, como aponta Delgado (2006, p.15), trata-se de “[...] um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações”. Portanto, a pesquisa utiliza como método a História Oral Temática, que segundo o *Manual de História Oral*, de Verena Alberti (2005), deve ser constituído a partir de estudo qualitativo.

Seguindo tais orientações, o pesquisador deve construir um roteiro básico para realizar a entrevista com questões objetivas relacionadas ao tema, diferentemente da

³⁸¹. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

História Oral de Vida, que visa questionar sobre a trajetória do entrevistado. A fonte oral neste trabalho é de suma importância, por considerar o depoimento dos entrevistados, a sra. Vera Lopez³⁸² e o sr. Gilberto Gastal², como necessários para a compreensão das questões sobre a Campanha pela Legalidade e o movimento estudantil em Pelotas que outras fontes escritas não narram. Conforme Porteli (1997, p.31): “Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez”. Sobretudo, a subjetividade da fonte oral é um elemento que o historiador precisa considerar no processo de pesquisa.

O objetivo geral do trabalho é analisar os movimentos estudantis pelotenses e sua organização para apoiar a luta pela posse de João Goulart como Presidente da República e a resistência contra as ameaças de guerra civil anunciadas pelo Ministério da Guerra. Justifica-se quando o autor do presente artigo, durante pesquisa por sites de armazenamentos de teses, dissertações e periódicos, percebeu que ainda não existiam pesquisas com temas referentes a Campanha pela Legalidade na cidade de Pelotas – cidade na qual parte da população local as mobilizações. Justifica-se, também, pela atuação estudantil, tema desta pesquisa que evidencia a importância dos estudantes secundaristas e acadêmicos para que o movimento se fortalecesse no município. Em conclusão, define a importância da cultura de mobilização política entre os estudantes pelotenses que atuaram na Campanha pela Legalidade, além de tornar público as fortes memórias dos entrevistados, que contribuem para a História do movimento estudantil em Pelotas a partir de suas experiências e trajetórias durante a mobilização na defesa pela Legalidade.

2. METODOLOGIA

Através do método de História Oral, no presente artigo analisam-se os depoimentos da Sra. Vera Lopez e do sr. Gilberto Gastal, considerando que estas são duas

³⁸² Vera Maria de Oliveira Lopez, 75 anos, natural da cidade de Pelotas. Foi estudante secundarista do Colégio Municipal Pelotense, ao qual participou do Grêmio Estudantil do Pelotense. A sra. Vera Lopez participava anualmente das passeatas do Gato Pelado e atuou na Campanha pela Legalidade, realizando inscrições de voluntários na Casa do Trabalhador. Atualmente a sra. Vera Lopez é funcionária pública aposentada e reside no bairro do Laranjal na cidade de Pelotas. ² José Gilberto da Cunha Gastal, 76 anos, natural da cidade de Pelotas foi estudante secundarista do Colégio Municipal Pelotense e acadêmico da Faculdade de Direito de Pelotas. Chegou ao cargo de presidente da FAP nos anos de 1963 e 1964. Graduado em direito em 1965, foi professor de Direito Civil na UFPel. Atualmente, sr. Gilberto Gastal atende como advogado em escritório na cidade de Pelotas.

memórias individuais sobre a mobilização estudantil durante a campanha da legalidade em Pelotas no ano de 1961.

Pollack (1989) considera que a História Oral, ao investigar as memórias individuais, silenciadas através da construção de uma memória coletiva, fornece conhecimento sobre o passado que permaneceu no silêncio ao longo do tempo e que, em momentos de crise e de disputas sobre qual memória deve ser considerada a memória oficial, elas afloram e entram em disputa com as memórias coletivas.

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "memória oficial", no caso a memória nacional (POLLACK, 1989, p.4).

Para o autor as memórias individuais resistem no tempo ainda que passem por longo silêncio sobre o passado, o que não conduz ao esquecimento. Sua maneira de resistência é a transmissão dessas memórias subterrâneas por meio das redes familiares, amigos e grupos aos quais as memórias se identificam. Pollak (1989) destaca ainda que isso não conduz ao esquecimento, pelo contrário, é a oposição de uma sociedade civil impotente aos discursos oficiais. Mesmo em silêncio, o compartilhamento da memória é possível, através das redes familiares e de amizades, esperando o momento oportuno de crise para entrar em disputa. Existe também os trabalhos de enquadramento de memória, que através da História analisam as fontes de memórias e combinam com diversas referências associadas, com o objetivo de manter e guiar as fronteiras sociais.

Para Paul Thompson (2002) a História Oral deve ser entendida como interpretação da História e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências e destaca forças e potencialidades especiais do trabalho de pesquisa com história oral: vozes ocultas, esferas ocultas, tradições orais e conexões através das vidas. (THOMPSON, 2002, p.16)

Neste trabalho, utiliza-se com potencialidade temática as vozes ocultas, que o referido autor considera como aquelas que estão para além de homens e mulheres exaltados pela História como personagens importantes. Ele define a importância de que a História Oral tem além destes, e alcança aqueles que são marginalizados pela

historiografia, no sentido de que suas experiências são menos prováveis de serem documentadas.

3. RESULTADOS

Primeiramente, a Campanha da Legalidade foi um movimento social de luta pelo cumprimento das ordens democráticas e constitucionais. O objetivo era garantir a posse de João Goulart como presidente da República, após renúncia de Jânio Quadros. Ao renunciar, Jânio alegou que “forças” o impediam de governar o País e que a renúncia era necessária. Os ministros militares creditaram a renúncia a fortes pressões comunistas e João Goulart estava ligado a estas forças por apresentar planos de governo mais sociais e também estar negociando acordos comerciais com a China, na época comunista.

No Rio Grande do Sul, durante solenidades do dia do Soldado, em que Porto Alegre recebia o III Exército, chegou à informação ao governador do Estado, Leonel de Moura Brizola, de que Jânio renunciava ao cargo de Presidente. Surpreso, o governador desconfiou ter sido um golpe militar. Brizola teria telefonado a vários militares para confirmar um possível golpe, entre eles, conversou com o Marechal Henrique Teixeira Lott que indicou nomes de generais e coronéis no Rio Grande do Sul que poderiam ajudá-lo a resistir ao golpe militar (FERREIRA e GOMES, 2014).

A ideia de golpe militar no ano de 1961 é levantada após a decisão do ministro militar Odílio Denys de impedir a posse de João Goulart e sua prisão caso chegasse ao Brasil. Lott e Brizola articularam movimento em resistência a postura do Ministério da Guerra. Lott publicou um comunicado que circulou pela imprensa e chegou ao Diário Popular de Pelotas, dizendo:

Aos meus camaradas das forças armadas e ao povo brasileiro: Tomei conhecimento nesta data da rescisão do Sr. Ministro da Guerra Marechal Odilo Denys ao representante do governo do Rio Grande do Sul, deputado Ruy Ramos, no palácio do Planalto, Brasília, de não permitir que o atual presidente da república, Dr. João Goulart, entre em exercício de suas funções e ainda de detê-lo no momento em que pise em território nacional. Mediante

ligação telefônica, tentei demover aquele eminente colega da prática de semelhante violência sem obter resultado. Embora afastado das atividades militares, compromissos de honra com a minha classe, com a minha pátria e suas instituições democráticas e constitucionais. E por isso, sinto-me no indeclinável dever de manifestar repúdio a solução anormal que se pretende impor a nação. Dentro desta orientação, conclamo a todas as forças vivas do país, as forças da produção e do pensamento, aos estudantes e aos intelectuais, aos operários e ao povo em geral para tomar posição decisiva e enérgica a respeito à constituição e preservação integral do regime democrático Brasileiro, certo ainda de que os meus nobres camaradas das forças armadas saberão portar se a altura das tradições legalistas que marcam a sua história nos destinos da PÁTRIA. Assinado HENRIQUE TEIXEIRA LOTT" (Diário Popular, 29 de agosto de 1961, p.7).

Lott estava na reserva, porém exercia influência militar por sua carreira. Seu manifesto surtiu efeito e foi providencial para a construção de um movimento de resistência no Brasil, assim como para sua prisão. Porto Alegre estava parcialmente mobilizada pela luta na Campanha pela Legalidade, exposta na proclamação de Lott e discursada por Brizola. Milhares de pessoas se organizaram em frente ao Palácio do Piratini, sede do governo gaúcho. A situação era difícil, Brizola necessitava de apoio político e militar sabendo que, brevemente, o III Exército daria conta de prendê-lo.

A estratégia tomada era a de antecipar os movimentos do III Exército. O governador acionou, então, os técnicos do Piratini para interceptar as transmissões radiofônicas dos militares. Segundo Ferreira e Gomes (2015), Brizola necessitava romper com a censura imposta pelos militares e comunicar à população a real situação da crise instaurada no país. E então, Brizola tomou iniciativa de ação direta:

Na manhã do dia 27 de agosto, as rádios gaúchas Capital, Farroupilha e Difusora tinham sido tomadas por tropas do III Exército. Brizola, ordenou que homens da Guarda Civil invadissem a sede da Rádio Guaíba e levassem os equipamentos para os porões do Palácio do Piratini. Os transmissores da Rádio ficaram ao seu dispor, sob a proteção de duzentos homens da brigada militar. Foi por meio da Rádio Guaíba que o governador passou a defender a legalidade do mandato de Jango, mobilizando de imediato a população da capital e do interior do estado do Rio Grande do Sul (FERREIRA e GOMES, 2015, p.33).

Segundo os autores (2015), Brizola pretendia falar para todo o país como não poderia vencer os militares pelas armas, compreendendo que seu único trunfo era furar o bloqueio da censura que alimentava, com silêncio e violência, o golpe de Estado. Sobretudo, Brizola conseguiu alcançar 150 rádios interligadas a Rádio Guaíba instalada nos porões do Piratini, ainda que cercado por homens da Brigada Militar e por populares do Rio Grande do Sul. Estas foram mobilizadas pela resistência e pelo discurso de seu governador.

No dia 28 de agosto de 1961, em transmissão da Rádio Guaíba às 11 horas e 8 minutos, Brizola fez seu pronunciamento em que, primeiramente, declarou que nenhuma escola de Porto Alegre deveria funcionar e que os alunos retornassem com calma para suas casas. Quanto ao trabalho no comércio e nas indústrias, dependeria da iniciativa de cada um e afirmou que o Palácio do Piratini era, no momento, uma cidadela que “haveria de ser heroica, em defesa da liberdade, da dignidade humana e da civilização” (DIÁRIO POPULAR, 29 de agosto de 1961, p.9). Brizola comoveu o Brasil ao despedir-se do seu povo e ganhou um novo apoiador que antes estava ao lado do inimigo marchando ao Piratini, o III Exército ao comando do General Machado Lopes. Este se reúne com Brizola e declara apoio a Legalidade.

Em meio à crise, o congresso discutia a possibilidade de evitar um conflito maior no país e permitir a posse de João Goulart em regime parlamentarista. Quando Jango chega a Porto Alegre, se reúne com o governador Brizola e com Machado Lopes. O resultado da reunião, foi aceitar a proposta e assumir em regime parlamentarista, mesmo com a discordância de Brizola. No dia 7 de setembro de 1961 João Goulart desembarca em Brasília e assume a presidência da república.

Vera Maria de Oliveira Lopez³⁸³, de 75 anos, concedeu entrevista na sua casa, no bairro Laranjal, em Pelotas. Um relato sobre suas memórias no período de Campanha pela Legalidade em sua cidade. Vera, em 1961, era estudante do colégio Pelotense e participava ativamente das manifestações do Grêmio Estudantil do Colégio Municipal Pelotense, principalmente nas passeatas do Gato Pelado – Movimento que ocorria anualmente em Pelotas, protagonizado pelos estudantes universitários e secundaristas,

³⁸³ Todas as citações de relatos da entrevistada foram extraídas da entrevista concedida por Vera Maria de Oliveira Lopez, no dia 11 de novembro de 2019.

com o objetivo de manifestar politicamente durante a passeata críticas a sociedade. Durante a campanha pela legalidade, atuou na Casa do Trabalhador, realizando alistamentos de voluntários que tinham o objetivo de lutar militarmente. No início de seu depoimento, no dia 14 de novembro de 2019, relembra os principais movimentos estudantis e instituições educacionais em Pelotas:

Naquela época, o que foi muito atuante aqui em Pelotas foi a União Pelotense dos Estudantes Secundaristas (UPES) reunia muita gente, a FAP que é uma coisa que não existe mais, que é a Federação Acadêmica de Pelotas, na época tinha o que de universidade em Pelotas: a Faculdade de Direito, de Odontologia, Agronomia, não sei te dizer se a medicina já era fundada, mas foi fundada por ai, mas eram todas assim elementos independentes, não eram da UFPel ainda. O Direito e a Odonto eram ligados a UFRGS e eram faculdades distantes assim do centro né. A agronomia era mais ligada ao instituto, ela era uma unidade de ensino, ficava lá fora na época e mais distante, então não tínhamos muito contato. Tinha uma parte ali na frente do mercado que funcionavam algumas unidades acadêmicas né, e as de campo foram mais pra fora, ali aonde é no Capão do Leão agora.

Lopez aborda a participação das principais atividades dos movimentos estudantis na cidade:

O movimento estudantil, era muito, muito ativo, no sentido assim de se organizar. Tinham bandeiras específicas, em sentido estadual tinha a União Estadual dos Estudantes (UEE), que centralizava todas estas unidades acadêmicas, que além da UFRGS tinha PUC e já tinha outras universidades particulares também.

Relembra também a importância do ano de 1961 para a política dos movimentos sociais, sendo o ano em que se formaram muitos alicerces entre movimentos de esquerda, entre eles, os movimentos estudantis de Pelotas:

O que eu acho muito importante, é que 61 foi um momento assim muito criativo, muito fundamental de lançar alicerces, de fazer alicerces para os muitos movimentos de esquerda que se foram construindo até 68. Passou por 64, passou pelo golpe e tal aquela coisa, mas a ditadura foi se acirrar em 68. E o movimento estudantil foi muito participativo assim. Eles tinham realmente um protagonismo muito importante. Em 61 o que aconteceu de importante aqui em Pelotas foi uma grande participação na Casa do Trabalhador, naqueles dias mais nervosos. Tem toda aquela história do Brizola no Rádio (...) e o rádio mobilizou muito. E tinha aqui em Pelotas um movimento assim ligado ao movimento operário, mas não(...) sabe aquelas coisas de partido mesmo, era o Partido Comunista, o mais forte era o PCB mesmo em Pelotas, e o movimento estudantil ia muito colado com aquele pessoal e tal, e as bandeiras vinham mesmo da resistência do Brizola.

Na época de 1961, como estudante secundarista do Colégio Pelotense, comenta sobre a participação do Grêmio do CMP e a organização das movimentações estudantis:

Eu era do Pelotense e o Pelotense sempre foi muito atuante. Eu era do segundo grau (...) e era muito colado aos movimentos dos universitários que era mais forte. E tinha também em Pelotas um Centro Acadêmico que era ligado a UFRGS e que era a Faculdade de Direito e Odontologia. Eles junto com FAP e UPES com secundários faziam a grande movimentação que aconteceu, e eu inclusive que eu me lembro que o grande momento de aglutinação foi na Casa do Trabalhador que a gente fazia alistamento para o Grupo dos Onze (...) que naquela época só se falava de Grupo dos Onze, o Brizola começou e se tinha que fazer.

Comenta sobre a importância da Casa do Trabalhador como espaço de mobilização quando, em 61, é considerado um espaço para realização dos alistamentos de voluntários que, segundo ela, se inscreviam pensando em construir o Grupo dos Onze idealizado por Brizola:

Nós ficávamos mais ali na Casa do Trabalhador, em 61, fazendo alistamento para Grupo dos Onze. Tinha lista, com nome de todo mundo endereço – imagina a ingenuidade (...) cheio de material assim, pronto para entregar para a repressão né. Mas tudo assim naquela base, 61 eu devia ter 17 anos ou 16, e tava todo mundo lá confinado em determinados momentos, era lugar de resistência. Movimento estudantil era muito participativo e a gente fazia algumas manifestações de rua, geralmente na praça do direito (...) alguma concentração (...). Então tinha uma concentração de universitários aqui em Pelotas, o movimento estudantil age e reage por aí, com aquela coisa muito própria dos estudantes, com aquela rebeldia natural e tem que ser assim mesmo. Apesar de ter tido toda a repressão e acontecido toda aquela coisa(...). Eu só fazia alistamento né, eu e a torcida do Flamengo né (...) Era muita gente trabalhando ali na Casa dos Trabalhadores, entre trabalhadores, operários, estudantes, gente do comércio né. Tinham várias mesinhas e bancas e tal, fazia reunião. Ficavam ali escutando rádio o tempo todo, era impressionante. Não era fácil né, o Brizola falava né, e ficava todo mundo acompanhando o tempo todo o rádio.

Vera Lopez argumenta que, durante a campanha pela legalidade, ocorreram constantes atos de monitoramento por parte dos que protagonizaram o golpe de 64. Aqueles que resistiram pela democracia em 61 sentiam-se vigiados pelas forças militares que assumiram o poder três anos depois:

A partir de 61 foi muito fácil para eles monitorarem os movimentos. Eles ficavam monitorando, entre 61 e 64 eles sabiam o passo a passo de cada um. Na época já existia uma resistência no Uruguai, a América Latina em ondas(...) Depois de 64 teve intervenção nas unidades, na UPES tinha um major chamado Carneiro. Na FAP tinha outro interventor e aí o cara chegou, sentou e queria participar de tudo, a coisa foi degradingolando, mas depois de 64. Em 61 não me lembro de violência (...) a gente sempre se cuidava, de violência e tudo. Eu ia pra minha casa sempre com um grupo de gente, voltando da Casa do Trabalhador.

Em relação ao monitoramento que sofriam aqueles que participaram ativamente dos movimentos sociais entre 1961 a 1964, Vera Lopez conta sobre o seu acervo de documentos. O conteúdo que organizava poderia ser utilizado como importante prova pelos militares. Ela relembra a atitude de seu pai, que prevendo o golpe, e em medida de segurança por sua família, resolve se desfazer dos documentos:

Os trabalhadores tinham muita dificuldade em juntar papel, por desinformação e tal, mas mais por causa da polícia né. Eu me lembro que meu pobre acervo que eu tinha, de revistas, livros aquela coisa. Em 64 meu pai apavorado, eu saí né, sempre fui de fazer política estudantil na rua. Aí eu voltei, meu pai tava fazendo fogueira no quintal, morrendo de medo. Porque, ele soube que tinham pegado o filho do amigo dele, não sei o que. Meu pai era getulista, trabalhista, aquela coisa. Quem trabalhava (..) ele que trabalhou toda a vida, foi “privilegiado” pelas medidas trabalhistas, não tinha como não ser né. Mas depois na hora que apertou mesmo, que ele viu que meu caso não era simplesmente trabalhista né, ele passou a ter medo. Era uma época que eu ia muito ao Uruguai, conseguia muito o contato com os movimentos políticos na época, eu trazia muito material escrito, depois teve uma época que livros não eram editados, não podiam no Brasil. Eu conheci “*As veias abertas da América Latina*”, por apostilha que eu trouxe do Uruguai, que pra nós em 64 e 68 era uma fonte de liberdade.

Já Gilberto Gastal³⁸⁴, estudante secundarista do colégio Pelotense, ingressou na Faculdade de Direito e chegou a ser presidente da Federação Acadêmica de Pelotas. Também chegou a participar das atividades na Casa do Trabalhador, além do prédio da faculdade de Direito realizando alistamentos de voluntários. Ele comenta sobre a importância da Constituição de 46, que foi defendida na campanha pela legalidade como símbolo da liberdade democrática após quinze anos de governo Vargas:

Com fim da Segunda Guerra Mundial, com influência do mundo, que já tinha lá em alta dividindo aqui é para Russos, aqui é pra Estados Unidos e Inglaterra, e os outros que se

³⁸⁴ Todas as citações de relatos da entrevistada foram extraídas da entrevista concedida por Gilberto Gastal, no dia 11 de novembro de 2019

acomodem. O ambiente político favorecendo a democracia, Getúlio deixou o Poder (...) O povo brasileiro ficou tão entusiasmado com a constitucionalização em 46, que eu te digo de cor que foi promulgada dia 18 de setembro de 46. Se tu me perguntares quando promulgada a de 88 não sei, quando ditada a de 79, não sei te dizer. Mas a Constituição que me abriu pro mundo, jovem e depois adulto participante, eu sei o dia que ela foi promulgada. E deu para a juventude da época, e acho que deu para incipientes adultos da época e para os que lançaram então para essas correntes partidárias, essas pessoas todas participaram com muito apetite político. Com muita crença que aquela liberdade democrática era pra valer. As pessoas começaram a defender suas ideias políticas com maior liberdade, seja de esquerda, direita e centro. Com muita gana e com muito orgulho a gente vivia os direitos constitucionais.

Gastal relembra os momentos que sucederam a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961 e a forma com a qual as pessoas reagiram ao impedimento de João Goulart de assumir a presidência por parte dos ministros militares. Inclui, ainda, a importância de Brizola utilizar do meio de comunicação mais importante na época, o rádio, para conquistar apoio da população do Estado e mobilizar a luta em defesa da legalidade:

Eu acho que isso chocou de tal maneira a consciência da sociedade. Se no resto do Brasil não houve uma reação como a legalidade aqui, é porque não teve uma liderança política, que se deu conta, porque já usava isso a muitos anos, de que o rádio era o grande contato com a massa. Mas ele passou o governo dele (Brizola), nas sextas-feiras de noite, não lembro se na Rádio Nacional, ele começava como quem tivesse conversando com o povo e isso galgou a comunicação muito grande, de tal modo que ele tinha noção que o rádio era essencial. Tinha liderança porque tinha feito um governo importante. Eu particularmente, achava que tinha preferências pela suavidade do João Goulart, do que o repentismo de Brizola, me divido olhando-os. Era inegável que ele tinha espalhado escolas baratas, por todo o estado, não só no campo, mas na cidade. Teve a coragem (...) o toque genial de mandar cercar a torre da Guaíba, que era a Rádio que se ouvia no Estado, em qualidade e com isso ele ganhou o poder de comunicação.

Gilberto Gastal conta também sobre a sua experiência política nos movimentos estudantis, sua inserção na União Pelotense dos Estudantes Secundários e a importância do movimento estudantil atuando nas questões sociais de Pelotas:

Era uma coisa que a gente iniciava e não conseguia parar né. Eu comecei a me envolver no Grêmio do Colégio Pelotense, mas nunca tive ali cargos de maior liderança, não fui presidente do Grêmio, secretário e tesoureiro. Mas, em seguida estava participando a União Pelotense dos Estudantes Secundários, numa política já sobre colégio, no plano municipal. E na UPES, fui secretário, vice-presidente e presidente. Era uma entidade muito atuante em Pelotas, muito ligada aos temas de interesses sociais de Pelotas. Quando fui presidente em 59/60. Houve uma crise na Santa Casa, que um médico foi punido na Santa Casa pela direção. Todos, menos três médicos, se eu não me engano 16 médicos, em torno disso, pediram demissão e foram trabalhar na Beneficência ou não trabalharam. Três médicos, resistiram sozinhos a vida no hospital: Dr. João Xavier, cirurgião, Dr. Moura e o Dr. Vicente Real, quer era vereador eleito pelo partido republicano. Junto a esses médicos, a UPES em solidariedade a eles, iniciou uma grande campanha em prol da Santa Casa, mostrando sempre muito envolvida.

Ele cita a relação entre movimento estudantil e o Diário Popular, lembrando a organização dos estudantes universitários da FAP para publicar as notas em favor do governador Brizola e em defesa das Constituição de 46 no período de campanha pela legalidade:

O Diário Popular se intitulava um órgão dos interesses gerais, era o que dizia no título abaixo do nome do jornal. E sendo coisa paga, não tinha problema nenhum, publicar um edital, uma convocação ou nota, e no caso da legalidade, publicas os manifestos de apoio a legalidade, não havia problema, se pagando, era publicado. Mas no setor de notícias, aquele que tivesse sob a orientação editorialista do Diário Popular, ele era

um jornal de postura conservadora e ele não era muito aberto não a quem não fosse de uma corrente conservadora.

Assim como Vera Lopez, em depoimento, Gilberto Gastal lamenta a perda de documentos referentes ao período. Estes foram perdidos por influência de sua mãe, que temia que o acervo do filho pudesse comprometê-lo perante a repressão militar que caçava manifestantes de movimentos populares.

Eu só lamento não ter assim dados muito concretos, inclusive papéis dessa época dos anos 60, porque quem tem mãe sempre tem um anjo da guarda protetor. Não sei se a minha mãe, se sentindo um pouco responsável por ser a pessoa que me metia na política, que entusiasmava o meu pai pra gente sair em alto de campanha eleitoral assistir comício, porque tinha muito comício em Pelotas, nas associações de bairro (...) fazia meu pai colocar os guri no automóvel e ir aos comícios (...) e aí quando veio o golpe de 64 eu acho que ela temeu, e eu já estando na câmara, e eu já não morava mais com ela nesta ocasião, eu sei que ela deu sumiço nos meus jornais, meu papéis, livros, revistas, tudo que ela achava(...) depois de muitos anos eu achei em umas caixinhas algumas coisas, que ela mandou colocar no sótão, achando ser um grande esconderijo, tinha revistas, fotografias de muita gente, que ela em prevendo o pior, escondeu e se perdeu muito.

Enfim, as memórias de Vera Lopez e Gilberto Gastal, em partes transcritas neste trabalho, são importantes para entender como o movimento em torno da Legalidade foi vivido em Pelotas na experiência de jovens estudantes. As entrevistas revelam a relevância das passeatas estudantis e, no caso dos depoentes, a Passeata do Gato Pelado como um grande acontecimento na trajetória política dos estudantes. Nos dias em que foram realizados os alistamentos, Lopez destaca a importância da rádio como principal meio de comunicação. Brizola, em seus discursos transmitidos na Rádio Guaíba, conseguia levantar a moral daqueles que estavam dispostos a lutar em defesa pela constituição. As entrevistas revelam ainda as dificuldades nos tempos próximos a 64,

em que as famílias dos depoentes, por segurança de seus filhos, decidem por queimar os arquivos que poderiam servir de motivo para que os militares os perseguissem durante os anos de ditadura. Assim, justificam-se as dificuldades em encontrar fontes de arquivos pessoais sobre a Campanha pela Legalidade para a realização de futuras pesquisas sobre o tema.

4. CONCLUSÕES

O presente artigo buscou evidenciar que a Constituição de 1946 foi um dos argumentos que levou à grande adesão popular na campanha pela legalidade. Brizola e seus apoiadores, ao perceber que a ação dos ministros militares seria a de declarar prisão para João Goulart quando sua comitiva chegasse ao Brasil, perceberam que se tratava de um golpe à Constituição. De imediato, a ação do governador do Rio Grande do Sul foi a de declarar resistência contra o abuso de poder dos ministros militares, enquanto Brizola declarou resistência e foi ameaçado de ser preso pelos militares no Palácio do Piratini e de sofrer bombardeamento por parte do comando da V Zona Aérea. Porém, o líder do III Exército Brasileiro, general Machado Lopes, declarou apoio à Legalidade afim de não causar um conflito que, possivelmente, terminaria em mortes de civis. Brizola utilizou o rádio, principal meio de comunicação da época, para realizar seus discursos e a sua maneira de dialogar, contagiante e mobilizadora, convocou a população a lutar pela legalidade constitucional.

Neste cenário, a forte mobilização popular no Brasil, e em específico, no Rio Grande do Sul, garantiu a segurança de João Goulart para que este pudesse entrar no país pelo Uruguai e se reunir com Brizola em Porto Alegre. Tal atitude demonstra força para defender a Constituição perante a tentativa dos militares de assumir o poder. A solução parlamentarista, aprovada pelos militares, e desaprovada por parte dos legalistas, foi a solução que o Congresso Nacional encontrou e João Goulart aceitou para ser presidente sem que sangue fosse derramado.

Através da mobilização política dos partidários a Brizola, atuantes nas câmaras municipais e nas manifestações populares protagonizadas por trabalhadores, estudantes e voluntários, compreende-se o sentido de luta pela legalidade, em que as pessoas que se

manifestavam em apoio e se alistavam para lutar pela campanha, expressavam a indignação sobre o ataque a constituição pelos militares. Em relação a tentativa de golpe, o lado militar que apoiava a legalidade, através do general Machado Lopes, e o outro lado, o dos militares aliados a tentativa de golpe em 61, viram o tamanho da adesão popular ao movimento de resistência. E, nesse caso, perceberam que declarar contrariedade seria confrontar a grande maioria da população disposta a lutar pela liberdade democrática.

E para compreender a importância da cultura de movimentação estudantil em Pelotas, as memórias de Vera Lopez - como estudante secundarista do Colégio Pelotense que participava ativamente do Grêmio, e que durante Campanha pela Legalidade, lutou como mulher pela garantia da democracia, atacada na tentativa de golpe pelos militares - e de Gilberto Gastal - também secundarista do Pelotense na época, que relembrou sua vivência política como estudante - revela que a construção social como atores participantes dos movimentos sociais foi possível pelas experiências políticas estudantis vivenciadas na cidade de Pelotas.

Destaca-se a importância da participação dos trabalhadores, que no espaço operário da Casa do Trabalhador, organizaram reuniões e forneceram suporte para os alistamentos voluntários ali realizados. Formaram-se Comitês de resistência entre mulheres, radialistas, magistério, operários e estudantes.

Edward Palmer Thompson (1991), ao abordar os motins de fome na Inglaterra do século XVIII, discute o trabalho de historiadores ingleses sobre o tema, criticando-os por fazer uma abordagem espasmódica, discutindo questões óbvias como economia, afirmando que, se em condições econômicas desfavoráveis, as pessoas passam fome e se rebelam. Em seu trabalho, Thompson afirma que existem questões mais complexas a se analisar referentes aos motins de fome, como o comportamento destas pessoas quando estão com fome, o que elas fazem e como seu comportamento é modificado pelo costume e pela razão (THOMPSON, 1991, p.151). Sobretudo, Thompson afirma que, certamente, existiam as questões econômicas que faziam as pessoas organizarem os motins de fome na Inglaterra, porém, existiam, também, as tradições e valores culturais que, quando rompidos, provocavam a revolta popular organizada.

Relacionando a teoria de Thompson (1991) com os movimentos estudantis em Pelotas durante Campanha pela Legalidade, é possível compreender que seria questão óbvia, neste trabalho, analisar que os estudantes se manifestavam pela legalidade por questões sociais ou econômicas. Além disso, existia uma cultura de participação política estudantil em Pelotas, em que os estudantes exerciam a tradição de se manifestar politicamente na cidade, exemplo para essa afirmação, são as passeatas do Gato Pelado. As passeatas eram realizadas todos os anos, em situação de crise nacional ou não, era uma tradição popular, inserida na cultura política estudantil. No exemplo citado por Gilberto Gastal, em que o prefeito tenta censurar a passeata, imediatamente, os estudantes demonstram resistência pela cultura política e reagem ao ato, ao se dirigir para o fórum de Pelotas e conquistar diante do juiz mandato de segurança contra censura, garantindo que no desfile seriam resguardadas as liberdades políticas, como tradicionalmente aconteciam todos os anos.

Portanto, para analisar a participação estudantil durante campanha pela Legalidade, faz-se necessária evidenciar a tradição do movimento estudantil, que cultuava a inserção dos estudantes na participação política em Pelotas, criticando, debochando, mobilizando, resistindo e paralisando. Sobretudo, a cultura de participação política é fundamental para a criação da Federação Acadêmica de Pelotas entre os universitários, a criação dos Grêmios do Colégio Pelotense e da Escola Técnica de Pelotas, na participação da União Pelotense dos Estudantes Secundários nas questões sociais da cidade. Na influência das centrais estudantis como União Nacional dos Estudantes, União Estadual dos Estudantes e União Nacional das Escolas Técnicas e Industriais para a adesão da greve estudantil na cidade. Na participação na Casa do Trabalhador e nas Faculdades de Pelotas, realizando alistamentos de voluntários, realizando comícios, atividades estudantis, assembleias e criando comitês.

E fundamentalmente, a liberdade da prática da política estudantil é exercida na defesa pela legalidade. Como define Thompson (1991, p.152): “O desrespeito a esses pressupostos morais, tanto quanto a privação real, era o motivo habitual para a ação direta”. Portanto, para o movimento estudantil, defender a legalidade era ir além da defesa da posse de João Goulart como presidente, era garantir a liberdade da crítica, da

oposição política, da ironia, do humor, da revolta e da movimentação estudantil, como movimento social na cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, VERENA. Manual de História Oral / Verena Alberti. – 3.ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 236p.

FERREIRA, Jorge. João Goulart, Uma Biografia. Ed. Civilização Brasileira, 2015, 804p.

FERREIRA, Jorge e GOMES, Angela de Castro. 1964 O Golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. 1.ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MEIHY, José Carlos S. Bom. Manual de História Oral. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MESQUISTA, Marcos Ribeiro. Movimento estudantil brasileiro: Práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. Revista Crítica de Ciências Sociais, 66 | 2003, 117-149.

PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence Lopes; FERNANDES, Ananda Simões. Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. – Porto Alegre: Corag, 2009. v. 1; 272 p.: il.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, p.03-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Tradução: Maria Therezinha Janine Ribeiro. Revisão técnica: Dea Ribeiro Fenelon. Proj. História, São Paulo, (14), fev. 1997. 39p.

THOMPSON, E. P. A Economia Moral da Multidão Inglesa no século XVIII. In: Costumes em comum. 1998. São Paulo: Companhia das Letras, p.150-203

**O SEFER MASA'OT DE BENJAMIN DE TUDELA E A MANEIRA
COMO ELE COMPREENDE E TRADUZ A CULTURA, OS
HÁBITOS E OS COSTUMES DO *OUTRO* PARA O
ENTENDIMENTO DE SEU LEITOR**

Taís Nathanny P. da Silva³⁸⁵

RESUMO: Quando a viagem se torna tema literário e, desse modo, estrutura um texto ou o imaginário de um escritor, é que podemos ver o quanto a reflexão sobre a viagem e suas relações com a literatura é um campo fértil para análises, ainda mais se tratando de um relato de viagem judaico, cujo estilo se organiza a partir da percepção de diversos campos da realidade social observada pelo viajante. A viagem é a experiência mais complexa dentre as experiências de um indivíduo no estrangeiro, podendo tal experiência servir, relativamente, como modelo para uma forma literária que é o relato de viagem. Este é um meio de conhecer e interpretar o universo, sendo uma possibilidade de transformar o desconhecido em conhecido e de confirmar o viajante em sua dimensão humana.

PALAVRAS-CHAVE: Relato de Viagem, Comunidades judaicas do século XII, Benjamin ben Yoná de Tudela.

ABSTRACT: When the journey becomes a literary theme and thus structure so a text or the imaginary of a writer, is that we can see how much reflection on travel and its relations with literature is a fertile field for analysis, especially when it comes to a jewish travel report, whose style is organized from the perception of various fields of reality observed by the traveler. Travel is the most complex experience among an individual's experiences abroad, and such an experience can serve, relatively, as a model for a literary form that is the travel account. This is a way of knowing and interpreting the universe, being a possibility to transform the unknown into known and to confirm the traveler in its human dimension.

KEYWORDS: Travel Account, 12th century Jewish communities, Benjamin ben Yoná de Tudela.

³⁸⁵ Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. taisnathannyhisto@gmail.com

INTRODUÇÃO

Nascido no Reino de Navarra, o judeu Benjamin ben Yoná de Tudela (Binyamin ben Yonah mi-Tudelah, 1130?-1173 E.C.), ou simplesmente rabi Benjamin, empreendeu suas viagens por volta de 1160, dentro um dos períodos cruciais da história medieval, entre a Segunda Cruzada, que deu início à reconquista da Península Ibérica, e a Terceira Cruzada, quando Saladino tomou Jerusalém. Seu *Sefer masa'ot* (itinerário), que expõe de forma recorrente a erudição de seu povo, compreende grande parte do mundo então conhecido. Ao analisarmos sua obra com atenção, e ao compararmos com produções similares, somos levados a admitir que ele poderia ter sido mercador e que estaria induzido a notar, com precisão, o estado dos negócios nas cidades e nos reinos que foram por ele visitados.

Quando R. Benjamin transitou por terras longínquas e relatou suas experiências, passou a fornecer uma confirmação da complexidade da dimensão humana de um viajante-escritor por meio das valorações que esse faz. Um exemplo disso pode ser visto na descrição que ele fez dos povos drusos. Benjamin os apresenta como sendo um povo pagão e sem lei. Ao falar sobre as crenças dos drusos, o autor as chama de insensatas, visto que eles acreditam na reencarnação da alma. “Eles dizem que na época em que a alma deixa o corpo, ela passa, no caso de um homem bom, ao corpo de uma criança recém-nascida; e no caso de um homem mau, ao corpo de um cão ou de um asno” (TUDELA, 2017, p. 69). O modo como o relato sobre os drusos é feito nos leva a crer que Benjamin não os visitou, e que o conteúdo narrado em seu *Itinerário* foi mencionado a ele pela comunidade judaica de Sidon.

É importante enfatizar que um relato de viagem é mais relato (descrição) do que narrativa. Muitos pesquisadores usam os termos "relato de viagem" e "narrativa de viagem" como sinônimos, porém não são. Na teoria literária, relato (descrição) é diferente de narrativa. E nesse gênero textual, predomina o aspecto descritivo, embora, claro, também haja narrativa, por isso o termo técnico correto é "relato de viagem" pela predominância dos aspectos descritivos sobre o narrativo.³⁸⁶

O passado é um país exótico. Encontramos em suas veredas tudo o que a versão oficial obliterou e afastou das experiências do tempo presente, reencontramos o que

³⁸⁶ Cf. CARRIZO RUEDA, Sofía M. Poética del relato de viajes. Kassel: Edition Reichenberger, 1997.

falta no presente. Em algum lugar do passado se esconde uma peça ausente neste quebra-cabeças da alteridade judaica, e seria presunçoso afirmar que podemos encontrá-lo em algum lugar entre os sécs. XI e XII. A dádiva é que o historiador não precisa ter certeza do trajeto para acertar os seus caminhos, pois consegue extrair o conhecimento histórico de cada parada e até mesmo dos desvios na estrada. Eis porque a História não se finda. Porque nas suas andanças o historiador pode se reencontrar.

QUADRO CONCEITUAL

A compreensão da História a partir de fontes documentais oriundas da Antiguidade ou da Idade Média não pode prescindir de determinados conceitos, relacionados à documentação e aos procedimentos de preservação das cronologias dos eventos e produção das narrativas sobre certo acontecimento. Dentre estes conceitos fundamentais, o primeiro que destacaremos é o conceito de memória — pois a memória está associada às decisões conscientes dos autores sobre quais eventos devem ser preservados pela escrita e quais eventos poderão ser esquecidos.

A atividade peregrinatória de Benjamin envolvia um constante lembrar de narrativas tradicionais acerca da soberania de seus antepassados. Nesse sentido, é importante entendermos memória, no período medieval, como a concebe Patrick Geary, que a vê dotada de sentidos diversos. No entanto, em sua dimensão social, a memória “permite à sociedade renovar e reformar sua compreensão do passado a fim de integrá-lo em sua identidade presente” (GEARY, 2002, p. 192). Desse modo, a memória social abarca as memórias da liturgia, da historiografia, da genealogia, da tradição oral e demais formas de produção e reprodução culturais por meio das quais os sujeitos e grupos vivem com o passado.

O texto de nosso viajante está inserido no que se convencionou denominar tradição. Eric Hobsbawm, apropriadamente, afirmou que as tradições são mormente tradições inventadas e que o conceito de tradição se distingue do conceito de costume pela orientação objetiva do primeiro para assegurar a invariabilidade (HOBSBAWM, 1984, p. 10). As tradições caracterizam os meios pelos quais a humanidade pretérita quis orientar as ulteriores sociedades dos viventes. Como afirmou Jörn Rüsen, as tradições não são “um passado tratado intencionalmente”, mas antes um componente intencional direcionado do passado para o futuro. Ou seja, a tradição atua antes que a

consciência histórica possa interferir (RÜSEN, 2001, p. 76). Por esta razão é imperativo que o historiador interfira sobre a tradição.

Compreender o desenvolvimento relacional entre as tradições pretéritas e o presente (quer dizer, o contexto da fonte histórica) dependerá do exame sobre um conceito fundamental: o imaginário, uma vez que a memória se realiza por meio das tradições e se constitui através do recurso aos imaginários culturais, sociais e políticos. Os imaginários compreendem o grande arcabouço de imagens que as sociedades humanas fazem sobre si, constroem e nutrem para si, um inventário criado na (e a partir da) memória das suas mitologias e dos eventos passados. Os imaginários são, nas palavras do antropólogo Gilbert Durand, “a matriz original a partir da qual todo o pensamento racionalizado e o seu cortejo semiológico se desenvolvem”, formando o arquétipo fundamental da imaginação (DURAND, 2012, p. 31). Orientando as tradições, este mundo imagético abrange todo o campo da psicologia humana.

Os pressupostos teórico-interpretativos se apresentam no nosso quadro conceitual como elementos dinâmicos que, como a linha que define o horizonte visível, se inserem na paisagem, mas nos escapam à medida que tentamos defini-los. A sua definição é importante para situar a proposta metodológica que orienta esta investigação histórica: a metodologia histórico-dialética propõe uma visão totalizante do real e requer do historiador os esforços para compreender o aspecto geral.

Esta observação geral sobre o todo é acompanhada pela análise criteriosa obra. Neste sentido, os conceitos de memória e tradição se inter-relacionam como significantes do contexto histórico e por seu intermédio podemos compreender as estruturas fundacionais das descrições narrativas judaicas. Se tivermos em conta a assertiva de Estevão Martins de Rezende, a memória se apresenta como a senhora do tempo, porque é pelo recurso à memória e às práticas rememorativas que os indivíduos percebem o tempo e adquirem consciência histórica (REZENDE, 2008, p. 19).

AS VIAGENS DE BENJAMIN BEN YONÁ DE TUDELA

As viagens de R. Benjamin³⁸⁷ demonstram um duplo objetivo; como muitos outros peregrinos maometanos e cristãos da Idade Média, R. Benjamin visitou Jerusalém, a cidade, e Bagdá, o assento dos últimos príncipes de sua nação, e valeu-se

³⁸⁷ No relato, a letra R é a abreviatura de rabi, rabino ou rav.

dessa peregrinação para coligir informações que pudessem ser gradáveis e úteis aos seus irmãos de fé. Existe em sua escrita o apego a esses sítios e monumentos, que atestam a antiga grandeza de seu povo, e para os quais eles olhavam com certa melancolia. Porém, R. Benjamin também sabia que o comércio era quase o seu único meio de sustento e sucesso, pois era a forma mais segura de ganhar influência junto aos príncipes que oprimiam os judeus do seu próprio tempo e de muitas épocas subsequentes (ASHER, 1840, p.3).

A partir dessas considerações, podemos dizer que os relatos de R. Benjamin em relação a condição dos judeus nos lugares que ele viu pessoalmente ou dos quais ele ouviu de terceiros, são sempre multifacetados por consequência das notícias e observações metódicas no que diz respeito ao comércio desenvolvido nas cidades descritas por ele, e pelo fato de o *Itinerário* requerer, em alto grau, a atenção do historiador bem como do teólogo.

Uma peculiaridade dessa obra está na forma em que seus conteúdos são divididos – entre o que “ele viu” e “o que ele ouviu”. Em muitas cidades da rota entre Saragoça e Bagdá³⁸⁸, R. Benjamin menciona o nome dos maiores judeus, anciãos e guardiões das congregações que ele encontrou. Assim, podemos afirmar que R. Benjamin visitou todas aquelas cidades das quais nomeia os anciãos e maiores, dessa forma a primeira parte de seu relato compreende uma descrição de “o que ele viu”. No entanto, logo na primeira etapa após Bagdá, todas essas informações cessam, e com exceção de dois príncipes e dois rabis, procuramos em vão por quais quer outros nomes.

Essa diferença, entre a primeira e a segunda parte da obra, leva-nos acreditar que as viagens não se estenderam além de Bagdá³⁸⁹. Nessa época, a residência do Cabeça do Cativo³⁹⁰, deve ter atraído numerosos peregrinos judeus de todas as regiões, sem dúvida, esse era o lugar mais adequado para colher aquelas informações acerca dos judeus, e do comércio em diferentes partes do mundo.

E o cabeça de todos eles é Daniel, o filho de Hisdai, que é intitulado “Nosso senhor, cabeça do Cativo de todo Israel”.

³⁸⁸ O relato sobre Bagdá se encerra na página 101 da edição de J. Guinsburg.

³⁸⁹ Cf. VERNET GINÉS, Juan. *Benjamin de Tudela. Príncipe de Viana*, ano 23, n. 86-87, p. 201-212, 1962. p. 204

³⁹⁰ Título hereditário do chefe da comunidade judaica na Babilônia no tempo do califado. Ele era responsável pela administração do imposto que os eram obrigados a pagar e tinha poder de justiça sobre eles.

Ele possui um livro de linhagens que remontam bem longe, até David, rei de Israel. Os judeus chamam-no “Nosso senhor, cabeça do Cativo” (Resch Galuta³⁹¹), e os maometanos chamam-no de “saidna bem Daoud”, e ele foi investido de autoridade sobre todas as congregações de Israel que estão nas mãos do emir al Muminin, o senhor do Islã. Pois foi assim que Maomé ordenou, no tocante a ele e a seus descendentes; e outorgou-lhe o selo da investidora sobre todas as congregações que vieram sob o seu governo, ou pertencentes a qualquer outra nação em seu domínio, e ordenou que cada um, maometano ou judeu, devia levantar-se diante dele (Resch Galuta) e saudá-lo, e que quem quer que se recusasse a erguer-se devia receber cem chibatadas. (TUDELA, 2017, p.98-99)

Observa-se também que as descrições de dez cidades e dois episódios contidos na obra – I. Roma, Constantinopla, Nablus, Jerusalém, Damasco, Bagdá, Tema, Kollam, Cairo e Alexandria; e II. A história de Al-Roy e a expedição contra os goguzes – ocuparam mais que a metade da obra, enquanto mais de trezentas cidades são referidas de maneira extremamente concisa – comprovado esses números a partir das cidades citadas em seu relato.

Quando R. Benjamin transitou por terras longínquas e relatou suas experiências, passou a fornecer uma confirmação da complexidade da dimensão humana de um viajante-escritor por meio das valorações que esse faz. Um exemplo disso pode ser visto na descrição que o sábio sefardita fez dos povos drusos³⁹²

Eles estão imersos em vício, irmãos casando-se com irmãs e pais com suas filhas. Eles têm um dia de festa no ano, quando se reúnem, tanto homens como mulheres, para comer e beber juntos, e então intercambiam suas mulheres. Eles dizem que na época em que a alma deixa o corpo, ela passa, no caso de um homem bom, ao corpo de um recém-nascido; e no caso de um homem mau, ao corpo de um cão ou de um asno. Tais são suas insanas crenças (TUDELA, 2017, p.69).

É perceptível que neste trecho há demonstração não só do esforço em descrever os costumes de outra cultura, mas também a dimensão humana e de juízo de valor do peregrino na experiência da viagem. Os drusos são pensados como um grupo que nada nem ninguém pertence, e se R. Benjamin o menciona é para falar das trocas que

³⁹¹ Significa exilarca

³⁹² R. Benjamin os caracteriza como pagãos, não os estabelecendo como membros do *dar al-Islã*.

realizam com os judeus artesãos e tingidores. Algo semelhante ocorre com os *hashishi*, nome pelo qual ficaram conhecidos os xiitas ismaelitas do ramo nizari, conhecidos no Ocidente como os *assassinos* retratados em relatos cristãos. Benjamin ben Yoná de Tudela faz questão de situar o grupo como não fazendo parte do Islã, fazendo-nos pensar que seu conhecimento e contato com esta religião passasse muito pela visão sunita, visto que estes costumavam dizer que os xiitas seriam hereges. Percebemos desse modo, que há uma exceção feita em relação ao Califado Fatímida do Egito, já que ele não é caracterizado da mesma forma pelo viajante.

LINGUAGEM DA OBRA: ASPECTOS HISTÓRICOS E CARACTERÍSTICAS

A linguagem em que o *Itinerário* de R. Benjamin foi escrita era originalmente em uma língua semítica, o hebraico, um idioma que tem significado primitivo de um grande número de palavras, cuja origem estrutural mudou inteiramente, e que foi enriquecido por muitos outros termos, de data relativamente posterior.

O grupo das línguas semíticas surgidas no Oriente Médio desempenharam um papel importantíssimo no desenvolvimento histórico e cultural das civilizações dessa região. A nomenclatura “língua semítica”, foi usada para designar cada uma das línguas surgidas na região do Oriente Médio, possuindo relação com o personagem Sem³⁹³, um dos filhos de Noé, que teria sido considerado o ancestral dos povos de origem semita. As línguas semíticas foram e continuam sendo objeto de estudos e debates entre diversos linguistas, alguns dos quais as classificam nos seguintes grupos:³⁹⁴

- I. Grupo nordeste (norte-oriental): acádico, assírio e babilônico.
- II. Grupo noroeste (norte-ocidental): hebraico, hebraico samaritano, aramaico, siríaco,ugarítico, fenício, canaanita, moabita, edomita, púnico e nabateu.
- III. Grupo meridional: árabe, etíope, sabeu e mineu.

Com exceção do acádico e o etíope, as línguas semíticas são escritas da direita para a esquerda. Os alfabetos empregados são consonantais e somente tardiamente surgiram os sinais para representarem fonemas vocálicos. Existem em cada uma delas várias construções verbais: o árabe, o acádico e o etíope possuem mais de 12

³⁹³ cf. Gênesis 10.21-31

³⁹⁴ FRANCISCO Edson de Faria. *Características da Língua Hebraica: Hebraico Arcaico, Hebraico Pré e Pós-Exílico, Hebraico de Qumran e Hebraico Massorético de Tiberíades*. Estudos de Religião 21, Ano XV, dezembro, 2001, p. 165-195.

construções verbais, enquanto o hebraico e o aramaico possuem sete. Outra característica linguística comum entre as línguas semíticas e o hebraico é a presença de fonemas consonantais (FRANCISCO, 2001, p.165). A língua, depois de ressurgida desde o século XVI e como língua falada desde o século XIX, é hoje usado por cerca de mais de 5 milhões de pessoas no Estado de Israel³⁹⁵.

Assim como toda língua viva que se desenvolve e se modifica ao longo do tempo, o hebraico sofreu alterações durante a sua evolução como idioma falado e escrito do povo judeu. Através dos séculos, sua morfologia, sua fonologia e seu vocabulário sofreram modificações, podendo ser percebidos através de muitos documentos antigos e modernos. Sáenz-Badillos classifica e data o período histórico do hebraico medieval da seguinte forma³⁹⁶:

- I. Hebraico medieval: séc. X ao séc. XV. - Em relação às obras escritas podemos destacar comentários de rabinos como Rashi (rabino Salomão ben Isaque), Nahmânides (rabino Moisés ben Nahman de Gerona), Maimônides (rabino Moisés ben Maimon), Abraão ibn Ezra, Davi Qimhi de Narbonne, Saadia ha-Gaon, poemas de judeus espanhóis como Salomão ibn Gabirol, Judá ha-Levi, entre outros.

O estilo da narrativa de R. Benjamin prova que ele não alimentava quaisquer pretensões a erudição; é o relato de um mercador judeu, que provavelmente preferia o idioma em que escreveu, porque entendia menos ainda qualquer outro, falaremos mais sobre isso adiante.

PARTINDO DE TUDELA

O mundo romano antigo deixa como espólio para o mundo medieval a tradição do itinerário – uma lista de cidades, vilarejos e outros lugares, que davam ao viajante noções acerca dos locais pelos quais passava. Um guia para que se pudesse transitar, com informações de distância, caminhos, lugares de parada, nomes de cidades e vilas.

É nítido este aspecto de itinerário em diversos relatos de viagem medievais. No relato aqui estudado, o de Benjamin ben Yoná de Tudela, este aspecto aparece de maneira tão marcante que seu livro chega à tradição ocidental identificado como um

³⁹⁵ Cf. Nova Enciclopédia Ilustrada Folha, vol. 2, 1996, p. 877.

³⁹⁶ SÁENZ-BADILLOS, Angel. (1996) *A History of the Hebrew Language*. Cambridge: Cambridge University Press.

Itinerário. É bem clara a preocupação do viajante em nos trazer uma lista de lugares bastante detalhada.

Eu viajei primeiro de minha cidade natal para a cidade de Saragoça e dali, pelo rio Ebro, para Tortosa. De lá fui, em uma jornada de dois dias, para a antiga cidade de Terragona com suas construções ciclópicas gregas (TUDELA, 2007, p.1)

A passagem traz a sequência de cidades, a maneira como chegar e a distância. Notemos que, na passagem, as cidades são apenas citadas nominalmente, para ordenar o discurso, não havendo muita preocupação em descrever ou “falar” das mesmas.

Ressaltamos que o caminho em si ganha um papel considerável no relato, como nos aponta Paul Zumthor “diferente das experiências contemporâneas de viagem, no mundo medieval a rota é muito mais que apenas algo que liga o ponto de partida ao objetivo final, o destino” (ZUMTHOR, 1994, p.168). Dessa forma, o caminho compõe o todo que é a viagem, e acaba por inscrever-se na memória do homem medieval que se encontra deslocando de parte em parte, além de ser o meio que permite a comunicação entre suas diversas partes. Da mesma maneira, fundamental é o percurso, e isso se torna evidente nos documentos que o medieval nos oferece desses viajantes e suas impressões de mundo ao fazê-lo.

A CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES JUDAICAS FEITA POR BENJAMIN BEN YONÁ

Propomo-nos em investigar como R. Benjamin caracteriza as muitas comunidades judaicas com as quais travou algum contato e buscou apreender, a partir disso, os mecanismos de identidade a alteridade operando no interior de sua própria religião. Já apontamos alguns traços gerais ao lidar com a estrutura própria do relato. R. Benjamin tem um grande interesse pelo mapeamento das comunidades judaicas, dos centros de estudo e dos lugares pelos quais passa. Seu relato das cidades costuma trazer informações a respeito da demografia judaica, dos centros de estudos e suas principais figuras, além de qualquer outra informação que diga respeito a uma comunidade específica e que o autor julgue pertinente mencionar. Vemos isso de maneira clara, pois não deixa de citar os mesmos quando possível, inclusive nominalmente.

Entre os muitos exemplos que percebemos no texto, podemos citar Narbona, Biziers, Montpellier, Posquières, Lunel, Barcelona, Marselha, Damasco, Tebas, Bagdá, Taima, Rudbar, Mulahid e Amadia. Há casos em que o autor não apenas cita que se trata de uma cidade com homens sábios, mas traz informações adicionais, como no caso de Narbona, que seria o ponto de difusão da Torá para o mundo³⁹⁷; Har Gaasch, que é chamada Montpellier, que contaria com casas de estudo do Talmude e cuja comunidade teria pessoas que acolheria aqueles que os buscasse³⁹⁸; Lunel, em que nos informa que pessoas viriam de diversas partes do mundo pra estudar a Lei³⁹⁹; Posquières, que teria uma grande referência nos estudos talmúdicos, R. Abraham, que ofereceria acomodações e cobriria despesas daqueles desprovidos de meios, mas que quisessem estudar o Talmude com ele⁴⁰⁰. São alguns exemplos que nos permitem extrair alguns dados e conclusões.

R. Benjamin valoriza em grande medida as figuras de autoridades que de alguma forma estejam ligadas ao estudo da Lei, exemplificando nominalmente algumas dessas figuras. Podemos afirmar assim que, dada a abundância de referências a lugares de conhecimento, homens sábios, inclusive em partes do relato que sabemos que Benjamin não visita, poderia constituir um *topos* narrativo, com o viajante sempre atribuindo tom elogioso às comunidades, ressaltando sua sabedoria, sua devoção, sua prática de caridade e solidariedade.

Estes exemplos abundam na primeira parte do relato, e contam com um grau de precisão, o que demonstra que esta questão era importante para o viajante. Este fato é reconhecido pelo prologuista que informa que o próprio Benjamin seria um homem sábio, conhecedor da Lei e da Halakhá. Ao longo do texto, vemos R. Benjamin se referir a lugares onde o Talmude⁴⁰¹ e a Lei⁴⁰² seriam estudados. Há menções ainda a yeshivot.⁴⁰³ Bagdá merece um destaque, visto que segundo R. Benjamin havia nada menos que dez yeshivot

³⁹⁷ BENJAMIN DE TUDELA, Op.cit. p. 42

³⁹⁸ Ibid., p. 43

³⁹⁹ Ibid. p. 44

⁴⁰⁰ Ibid., p.45

⁴⁰¹ Montpellier, Lunel, Posquières, Tebas, Tiroo e Bagdá.

⁴⁰² Narbona, Lunel, Nablus, Bgdá, Khulam, Mizraim e Paris.

⁴⁰³ Adler traduz por academia, em vez de usar yeshuvá

Nessa cidade existem dez academias. A frente da Grande Academia está o rabino-mor R. Samuel, o filho de Eli. Ele, *o gaon laakov*⁴⁰⁴, é o cabeça da academia. Ele é um levita, e faz remontar sua linhagem á Moisés, nosso mestre. O cabeça da segunda academia é R. Hanania, seu irmão, guardião dos levitas; R. Daniel é o reitor da terceira academia; R. Elazer, o erudito é o cabeça da quarta academia; e R. Elazer, filho de Tzemakh, é o cabeça da ordem, e sua estirpe remonta a Samuel, o profeta, o coraía. Ele e seus irmãos sabem cantar melodias como os cantores no tempo em que o Templo estava em pé. Ele é reitor da quinta academia. R. Hisdai, a glória dos doutos, é o cabeça da sexta academia. R. Haggai é o cabeça da sétima academia. R. Ezra é o cabeça da oitava academia. R. Abraão, que é chamado Adu Tahir, é o cabeça da nona academia. R. Zakkai, o filho de Bostanai, o Nassi, é o cabeça da Sium (a décima). Estes são os dez *batlanim*⁴⁰⁵, e eles não se dedicam a nenhum outro trabalho salvo a administração comunal; e todos os dias da semana eles julgam os judeus, seus conterrâneos, exceto no segundo dia da semana, quando todos eles comparecem diante do rabino-mor, Samuel, o *Rosch ieschivá gaon Iakov*⁴⁰⁶, que em conjunto com os outros batlanim, julga todos que comparecem diante dele (TUDELA, 2017, p.97-98).

A quase inexistência de qualquer menção sobre centros de estudos a partir de algumas passagens do texto posteriores a Bagdá fortalece os indícios para que se questione se R. Benjamin teria visitado estas regiões. Vale ressaltar que o viajante não afirma categoricamente ter estado nesta ou em qualquer outra região. Lembramos ainda que o prologuista, logo em sua introdução, expõe que o relato reúne coisas vistas e ouvidas por R. Benjamin, isto quer dizer que o viajante se vale tanto daquilo que experimenta pessoalmente e apreende através da visão, quanto daquilo que recebe de terceiros, relatos de outros judeus ou mercadores com quem toma contato nas grandes cidades onde o comércio atraía gente de diversas pares, como Bagdá. Dessa maneira, o relato perde parte das características que nos permitem considerar que todo o itinerário seria fruto da vivência de Benjamin, visto que as características que imperam na primeira parte do texto só voltam a surgir na caracterização do viajante sobre o Egito Fatímida, que possivelmente teria sido de fato visitado por ele, uma vez que começam a

⁴⁰⁴ Os gaonim eram as mais altas autoridades do judaísmo no tempo do Califado. Eles não são eleitos, porém nomeados por uma forma de sucessão. Título análogo era atribuído aos seus equivalentes nas academias da Terra Santa

⁴⁰⁵ Eruditos sem ocupação material que dedicam todo seu tempo ao estudo dos livros Talmúdicos.

⁴⁰⁶ Título hereditário do chefe da comunidade babilônica no tempo do Califado.

ressurgir menções a centros de estudos, comunidades judaicas, a judeus desempenhando atividades diversas, a aspectos da economia e política local.

A OBSERVAÇÃO DA FÉ: CARAÍTAS *VERSUS* RABANITAS

Outro ponto predominante na percepção acerca dos judeus, por parte de R. Benjamin, se dá com relação à observação da fé. É dessa maneira que percebemos uma multiplicidade de grupos no interior do judaísmo, grupos estes que R. Benjamin buscar definir e categorizar, o critério utilizado por ele é a fé, mais especificamente, observância da Lei. Os termos que são mais utilizados para se referir à comunidade judaica são judeus e ainda israelitas. R. Benjamin não parece fazer distinção na escolha por estes usos, não parecendo haver um critério específico para sua escolha, ambos surgindo como sinônimos, o que é diferente de quando o autor nos informa de algumas ramificações, ou mesmo o que considera acerca dos conflitos e desvios da fé.

Dois importantes grupos que vemos citados por R. Benjamin e que aparecem geralmente juntos são os caraítas e rabanítas. O caraísmo seria uma seita judaica, da qual vemos referências a partir do século IX, embora suas ideias já aparecessem antes sob os ananitas. Em linhas gerais, o caraísmo diverge do judaísmo ao aceitar apenas a Lei escrita, negando a tradição de uma Lei oral, rejeitam a tradição talmúdica e rabínica, tendo como sagrado apenas o material da Tanach⁴⁰⁷. Isto o coloca em conflito diretamente com o rabanismo, nome que aparece por volta do século X, que acredita que a Lei oral deveria ter o mesmo peso que a Lei escrita, isto é, a tradição talmúdica e rabínica seria muito respeitada nessa vertente⁴⁰⁸.

Notamos esta tensão entre caraítas e rabanitas no relato de R. Benjamin, o viajante afirma, quando descreve sobre Constantinopla, que “no bairro judeu há dois mil judeus rabanitas e perto de quinhentos caraítas, e uma cerca os divide” (TUDELA, 2017, p. 63-64). Esta passagem permite notar que haveria uma separação entre rabanitas e caraítas de Constantinopla, mas não fala mais abertamente do conflito, até porque seu foco ao falar dos judeus de Constantinopla é outro, o autor demonstra o quanto os judeus como um todo vivem separados da população cristã bizantina.

⁴⁰⁷ KARAITES. In: SKOLNIK, Fred; BERENBAUM, Michael (e. *Encyclopaedia Judaica*. 2 ed. Detroit: Thomson-Gale, 2007.v.11, p.787

⁴⁰⁸ KARAITES. In: SKOLNIK, Fred; BERENBAUM, Michael (e. *Encyclopaedia Judaica*. 2 ed. Detroit: Thomson-Gale, 2007.v.17, p. 10

Em outros momentos do relato, em que vemos o viajante mencionando os caraítas e rabanitas são em sua descrição do Chipre, que se encontrava sob domínio de Bizâncio “onde há judeus rabanitas e caraítas; há também alguns judeus hereges denominados *epikursin*, a quem os judeus excomungaram em todos os lugares” (TUDELA, 2017, p.65) e em Aschkeloná “cerca de duzentos judeus rabanitas habitam ali, a sua testa encontram-se R. Tzemakh, R. Aarão e R. Salomão; há também cerca de quarenta caraítas e cerca de trezentos *cutim*” (TUDELA, 2017, p. 83), que se encontrava sob domínio do Reino de Jerusalém. Contudo, nessas passagens o que temos são apenas informações acerca da extensão dessas populações, mostrando que o texto de R. Benjamin não atribui destaque ao conflito entre esses dois grupos.

Ao longo dos séculos XI e XII a relação entre esses grupos melhoraria e no geral, o relato do viajante corrobora para essa informação. No entanto, vale ressaltar que em seu relato sobre os lugares por onde passa, rabanitas e caraítas são apenas grupos de judeus, independentemente de haver toda negação da Lei oral por parte dos caraítas, isto não aparenta ser um problema para R. Benjamin.

A PRESENÇA DO POVO CUTIM: OS DITOS SAMARITANOS

Os caraítas surgem ainda mencionados em relação aos *cutim*⁴⁰⁹. Ainda em Aschkeloná o autor informa a presença dos ditos *cutim* “há também cerca de quarenta caraítas e cerca de trezentos *cutim*” (TUDELA, 2017, p. 83) e em Damasco vemos caraítas dividindo espaço com os samaritanos “uma centena de caraítas aí residem, bem como quatrocentos *cutim*, e há paz entre eles, mas não se casam entre si” (TUDELA, 2017 p.78).

Os samaritanos são adeptos apenas ao Pentateuco (Torá) como texto sagrado, desprezando qualquer outro texto ou tradição oral. Isso significa que mesmo com relação as caraítas há divergências, posto que estes aceitam a Tanach, que engloba além da Torá o Nivim e o Ketuvim⁴¹⁰. R. Benjamin nos traz em seu relato uma representação negativa desses samaritanos, em Aschkeloná e em Damasco sua abordagem não tem qualquer provocação, porém na descrição que faz sobre a Gat dos Filisteus (Cesareia), na qual chega a dizer que os samaritanos não são judeus “e vivem ali cerca de duzentos

⁴⁰⁹ Samaritanos

⁴¹⁰ TANAHÁ, In: SKOLNIK, Fred; BERENBAUM, Michael (ed). *Encyclopaedia Judaica* 2 ed. Detroit: Thomson-Gale, 2007. V. 19. P.499.

judeus e duzentos *cutims* – esses são os judeus de Schomron, que são chamados de samaritanos” (TUDELA, 2017, p. 72).

A descrição que nosso viajante traz acerca dos cutims em Nablus destaca-se das demais, visto que o viajante esmiúça a natureza dos costumes e cultos samaritanos e enfatiza seu caráter como não judeus, isso se dá na afirmação de que não haveria judeus em Nablus, “dali há duas parasangas até Nablus, que é Schekhem sobre o monte Efraim, onde não há judeus” (TUDELA, 2017, p. 72), e em seguida a informação da presença de mil cutim, o que coloca um crivo que os estabelece como não judeus “o lugar situa-se no vale entre o monte G(u)erizim e o monte Ebal, e contém cerca de mil *cutims*” (TUDELA, 2017, p. 72). O autor segue mencionando que eles aceitam apenas a Torá “que observam a lei de Moisés somente, e são chamados de samaritanos” (TUDELA, 2017, p. 72). Ainda temos a informação da presença de sacerdotes aaronitas entre esses samaritanos, que de acordo com nosso viajante fariam os sacrifícios e oferendas no monte G(e)rezim “eles têm sacerdotes da semente (de Arão), e eles são chamados de *aaronim*, que não se misturam por casamento com os *cumim*, mas apenas contraem matrimônios entre eles mesmos. Esses sacerdotes oferecem sacrifícios e oferendas queimados no local de reunião no monte G(e)erezim, como é escrito na lei deles – “E tu assentarás a bênção no monte G(e)erezim”. Eles dizem que este é o próprio sítio do Templo” (TUDELA, 2017, p. 72). Neste trecho temos outro elemento importante na construção das bases de fé samaritana, temos a importância do monte G(e)erezim, descrito como sagrado e toma o lugar do Templo para seus adeptos, o que seria incompatível com a crença judaica ortodoxa, a que é seguida por R. Benjamin ben Yoná.

R. Benjamin afirma ainda que o alfabeto samaritano não teria as letras He, Het e Ain, ele explica da seguinte forma:

No alfabeto deles faltam três letras, ou seja, o *He*, *Het* e *Ain*. E a letra He é tirada do Abraham nosso pai, porque eles não têm dignidade, a letra *Het* de Itzhak, porque não têm bondade e a letra *Ain* de Iakov, porque eles não têm humanidade. Em lugar dessas letras eles fazem uso do álef, pelo que podemos dizer que eles não são da semente de Israel, embora conheçam a lei de Moisés com exceção daquelas três letras (TUDELA, 2017, p. 73).

Esse relato nos permite uma interpretação na qual é atribuída aos samaritanos uma ausência de dignidade, bondade e humanidade, e esses fatores seriam o motivo para separação deles e os judeus, visto que essa ausência está posta tanto em sua escrita, quando em sua língua, uma vez que estes são critérios fortes de identidade para nosso viajante. O fato de tomarem a Torá como guia não parece ser o suficiente para que os considere como parte de Israel, tendo em vista que são desprovidos das características que R. Benjamin considera essenciais para um judeu. É interessante notarmos que de uma postura neutra em relação aos mesmos samaritanos em textos anteriores, ele chega ao ponto de afirmar que não são judeus, na descrição da Gar dos Filisteus, e uma construção muito elaborada, na descrição de Nablus, que afasta o *outro* no sentido da identidade aos samaritanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante enfatizarmos, neste estudo, o fato de ter havido muitas viagens no medievo. Por tanto, partimos dessa premissa que é fundamental, embora simples: viajou-se demasiadamente na Idade Média. A noção de uma Idade Média marcada pela imobilidade humana por vezes ainda parece eternizar-se, não entre os medievalistas, mas entre historiadores de outros temas e recortes cronológicos, perpetuando assim, nas visões contemporâneas. Buscamos aqui mostrar de que maneira o relato de R. Benjamin bem Yoná de Tudela nos fornece elementos para pensarmos a viagem medieval, as representações, concepções e relações com o outro. Insistir na mobilidade medieval implica também pensar como o medievo conciliou a mobilidade humana e o ideal dos laços comunitários e das redes de solidariedade estabelecidas nas comunidades de origem.

Benjamin nos esclarece que o Mediterrâneo é marcado pela experiência da viagem, mesmo havendo a necessidade dos viajantes se demorarem mais em determinados lugares na espera por condições favoráveis para a continuidade de sua viagem. Ele se mostra ainda como um Mediterrâneo de trânsito humano, de mercadorias e de ideias, onde o fator religioso nem sempre se impõe como limitador das relações, mesmo nos perigos das viagens e nas tensões mais acirradas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES DOCUMENTAIS

ASHER, Adolf. *The Itinerary of Benjamin of Tudela*. Londres e Berlim: A. Asher & Co. v.2, 1840.

GUINSBURG, J. (Org.). *O Itinerário de Benjamin de Tudela*. Tradução e notas de J. Guinsburg. SP: Perspectiva, 2017.

OBRAS

CARRIZO RUEDA, Sofía M. Poética del relato de viajes. Kassel: Edition Reichenberger, 1997.

DURAND, G. *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

GEARY, Patrick. Memória. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval: Volume II*. Bauru, SP: EDUSC, 2002, p. 167-181.

FRANCISCO Edson de Faria. *Características da Língua Hebraica: Hebraico Arcaico, Hebraico Pré e Pós-Exílico, Hebraico de Qumran e Hebraico Massorético de Tiberíades*. Estudos de Religião 21, Ano XV, dezembro, 2009, p. 165-195.

RÜSEN, J. *Razão Histórica*. Brasília: Ed. UnB, 2001.

ZUMTHOR, Paul. *La medida del mundo: representación del espacio em la Edad Media*. Madri: Ediciones Cátedra, 1994, p.162.

Por Uma Perspectiva Memorial Multicultural: História, Memória E Religiosidade Afro-Brasileira

Sebastião Fortes de Oliveira Júnior¹

RESUMO: Este trabalho visa problematizar o conceito de memória etnocêntrica perante a compreensão das religiões de matrizes africanas, para tanto, busca através da historicização cronológica contextualizar o conceito através das suas concepções e práxis, pois apesar de constituir uma possibilidade do fazer histórico, esta requer uma visão prismática que leve em conta a diversidade conceitual e metodológica face a seus nuances históricos. Neste sentido, se busca relacionar as contribuições teórico/metodológicas sob história e memória através de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Pierre Nora; bem como sob cultura e religiosidade afro-brasileira pela perspectiva de Luís Antônio Simas, Luiz Rufino e Yvonne Maggie; mediadas pelo historiador Michel de Certeau e a noção de cultura plural.

PALAVRAS-CHAVE: História, memória, cultura, religiosidade afro-brasileira.

ABSTRACT: This work tries to problematize the concept of ethnocentric memory in the process of understanding African-based religions. Therefore, it tries to contextualize concepts based on conceptions and praxis and through chronological historization. Despite constituting a possibility of history-making, it requires a prismatic vision that visualizes the conceptual and methodological diversity in views of its historical nuances. Thereby, it seeks to relate the theoretical/methodological contributions under history and memory through Maurice Halbwachs, Michael Pollak, and Pierre Nora as well as under Afro-Brazilian culture and religiosity thanks to the perspective of Luís Antônio Simas, Luiz Rufino, and Yvonne Maggie mediated by Michel de Certeau and the notion of culture in the plural.

KEYWORDS: History, memory, culture, Afro-Brazilian religiosity.

1 – HISTÓRIA(S) E MEMÓRIA(S)

Há muito motivo de embate no meio historiográfico, a memória, versada através da oralidade, em certos momentos passa até por subalternização quando se leva em conta seu uso enquanto fonte ou método científico. Porém, mesmo que nas últimas décadas a questão tenha passado por um processo de maturação, ressignificação e legitimação, ainda se percebe certa aversão e resistência no meio acadêmico pela recorrência a teorias e metodologias mais tradicionais quanto ao uso das fontes, em outros termos,

no coração da história trabalha um criticismo destrutor de memória espontânea. A memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir. A história é deslegitimação do passado vivido. No horizonte das sociedades de história, nos limites de um mundo completamente historicizado, haveria dessacralização última e definitiva. O movimento da história, a ambição histórica não são a exaltação do que verdadeiramente aconteceu, mas sua anulação (NORA, 1993: 9).

Sob esta perspectiva, o campo da História e Memória de forma geral e também em sua vertente ligada à História Oral, é permeada por sentidos, estes, tanto tradicionais quanto singulares, a depender das temáticas ou abordagens do trabalho historiográfico. Apesar de haver em certo sentido uma distância por parte de alguns historiadores quanto a seu uso, o campo permanece aberto a todas as possibilidades encontradas no meio historiográfico, por mais complexa que seja, “a memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes” (POLLAK, 1989: 4).

Essa predileção atual dos pesquisadores pelos conflitos e disputas em detrimento dos fatores de continuidade e de estabilidade deve ser relacionada com as verdadeiras batalhas da memória a que assistimos, e que assumiram uma amplitude particular nesses últimos quinze anos na Europa (POLLAK, 1989: 4).

Por muito tempo, pelo menos desde que a cientificidade da História se aproximou daquilo que se conhece até o momento, os documentos escritos tem aura de protagonista, herança advinda daqueles que propuseram, fundaram e praticaram tal noção. Logo, o domínio e registro da escrita se torna *sine qua non* para que ocorra a pesquisa e produção historiográfica, com isso se subalterna as mais diversas experiências humanas, grupais ou individuais que existem ou existiram.

Um dos sinais mais tangíveis desse arrancar da história da memória é, talvez, o início de uma história da história, o despertar recente, na França, de uma consciência historiográfica. A história e, mais precisamente, aquela do desenvolvimento nacional, constituiu a mais forte de nossas tradições coletivas; nosso meio de memória, por excelência. Dos cronistas da Idade Média aos historiadores contemporâneos da história “total”, toda a tradição histórica desenvolveu-se como exercício regulado da memória e seu aprofundamento espontâneo, a reconstituição de um passado sem lacuna e sem falha (NORA, 1993: 10).

As ciências sociais se voltam de maneira mais específica e enfática à experiência humana no presente, sendo recorrido de maneira metodológica muitas vezes a dimensões ligadas à tradição e de forma conseqüente à História. Sob esta lógica, a interdisciplinaridade vem de encontro ao realce da importância e aplicabilidade das relações intrínsecas entre a História e a Memória, a primeira pelo viés de registro, neste caso oral, e a segunda pelos vieses de priorização e de transmissão do conhecimento, operacionalizada,

entre outras alternativas, a história oral se apresenta como solução moderna disposta a influir no comportamento da cultura e na compreensão de comportamentos e sensibilidade humana. O fato de ser amplamente aceita pelo público e faz desafiadora do exclusivismo acadêmico, ainda que as disciplinas universitárias também a disputem (MEIHY; HOLANDA, 2019: 9).

Exemplo desta relação, o mito e o rito presente em grupos tribais e até mesmo sociedades inteiras e complexas, direciona a análise para a tensão existente entre a História e a Memória, isso porquê ao menos duas problemáticas são realçadas com isso: a primeira é a de que ao se contar o mito, muitas vezes não se faz o uso do registro escrito, é recorrido à oralidade; a segunda, voltada ao rito, realça o fato da lembrança da narrativa por meio do ritual, o encontro do presente e o passado de forma constante, de modo que

a recente expansão do candomblé no Brasil envolveu forte adesão de segmentos sociais diferentes daqueles em que se originou no Brasil a religião dos orixás, com a inclusão de adeptos não necessariamente de origem negra e que são provenientes de camadas sociais com maior escolaridade e habituadas à ideia da informação pelo livro. [...] Isso reforçou o crescimento e diversificação de um mercado livreiro sobre os orixás, de modo que a transmissão oral do conhecimento religioso, que caracteriza o candomblé, foi aos poucos incorporando o uso do texto escrito (PRANDI, 2001: 19).

De maneira inversa, como ponderar em que ponto a memória se distancia da ciência histórica e do fazer historiográfico? Este constitui o cerne central do intuito e constituição deste trabalho, pois desta relação e tensão aflora os debates sob as memórias individuais e coletivas, recordações e esquecimentos e não menos importante, os lugares de memória, alicerces aos quais a escrita da História se ampara para se fazer enquanto tal, motivo também da denominação plural desta seção,

memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais (NORA, 1993: 9).

Sendo recorrido ao exemplo apresentado no antepenúltimo parágrafo para esclarecer os argumentos apresentados no último parágrafo antes deste, as memórias individuais e coletivas através da historiografia, são abordadas sob a perspectiva macro histórica, neste sentido, para haver cientificidade se argumenta tal noção, porém para que haja esta relação dicotômica, no caso do mito e do rito, por exemplo, o sujeito memoriza e recorda, enquanto o grupo transmite e pratica, e vice-versa, pois

a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica (NORA, 1993: 9).

No meandro deste processo, entre o memorizar, recordar e transmitir, a presença do esquecimento passa a representar uma constante, isso tanto em relação ao sujeito quanto ao grupo, pois em uma tribo ou mesmo em sociedade, o sincretismo e o hibridismo cultural é paulatino às circunstâncias históricas contextuais, sendo margeado determinadas práticas, concepções e favorecido àquilo ligados à realidade histórica dos envolvidos, em um intrínseco processo de ressignificação.

Por conseguinte, existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, "não-ditos". As fronteiras desses silêncios e "não-ditos" com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos (POLLAK, 1989: 8).

Mas para que o roteiro desta problemática seja desenvolvido, o cenário é imprescindível, pois propicia de um lado que as lembranças, memórias e recordações venham à tona, e de outro estabelece uma distância, esquecimento, isso porquê a depender do contexto ao qual se insere, o lugar tem sentido duplo, inclusive com a possibilidade do paradoxo, ter determinada noção para o sujeito e outra para o grupo ou sociedade, logo, lugar de memória e também lugar de esquecimento,

[...] são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. Valorizando, por natureza, mais o novo do que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro do que o passado. Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade (NORA, 1993: 13).

Neste sentido, o próximo tópico abordará a questão nos campos teórico e metodológico, mas voltados para a sistematização científica da cultura e religiosidade afro-brasileira, pois atravessada pelos vieses da História, memória e oralidade, negligências e marginalizações sob determinadas abordagens, temáticas e fontes não são incomuns e por isso tornaram-se pertinentes a problematizações.

2 – RELIGIOSIDADE(S) AFRO-BRASILEIRA(S)

Desde o período colonial e por cerca de trezentos anos, o Brasil recebeu milhares de pessoas advindas do continente africano, e mesmo que naquele contexto e recorte temporal histórico tenha ocorrido uma objetificação, despersonalização daquelas, isso não significava que toda a matriz cultural fosse esmaecida durante a travessia do oceano Atlântico e esquecidas na chegada ao continente americano, o

hibridismo cultural e o sincretismo religioso foram uma constante desde o início da diáspora compulsória.

No universo afro vemos o colorido dos cultos dos escravos que, em meio à tragédia da escravidão, tiveram todos os seus laços rompidos. Sua reverência aos nkices, eguns, voduns e orixás é guardada no universo santoral do catolicismo. Na brecha das irmandades e confrarias católicas, todas por divisão de cor, ocorre o quase milagre da criação de novos laços. [...] Enquanto isso, recompõe-se a identidade no espaço bem vigiado das festas católicas e os reisados aparecem como reconstrução da comunidade negra (DOMEZI, 2015: 9).

Ao se voltar para a práxis religiosa nas américas, em especial no Brasil, a herança cultural africana perpassa todo o período colonial, imperial e republicano, cada qual com suas características mais expressivas e especificidades, mas que em linhas gerais se voltam para a ancestralidade, herança religiosa e de maneira conseguinte à memória e lembrança, questões estas tratadas em detalhes mais adiante, permeadas pela intersecção entre História, memória e lugar de memória.

Em nossas condições existenciais e históricas, não há razão para termos pudor de discutir a violência, posto que convivemos com este fenômeno desde que fomos “descobertos”, transformados em peças da engrenagem do maquinário capitalista e inventados como Novo Mundo (RODRIGUES JÚNIOR, 2019: 7).

Durante o recorte temporal e histórico do período colonial brasileiro, os mitos e ritos trazidos através da memória dos sujeitos africanos às américas foram subalternizados, sendo pautado no etnocentrismo europeu, se recorria à catequização pela língua portuguesa, com isso se distanciava a lembrança e a ligação cultural de forma dupla, pois para os diásporos a língua era o elo que os faziam ter a conexão com sua religiosidade da sua tribo ou grupo ao qual pertencia.

Os africanos arrastados para esta colônia de Portugal, unidos só por desenraizamento, expatriação e escravidão, eram de povos e civilizações com diferentes culturas, tradições, organizações, línguas, hábitos de vida e religiões (DOMEZI, 2015: 77).

Porém, a complexidade desta travessia era maior, pois os escravizados eram de regiões e tradições culturais e religiosas diferentes, logo, a comunicação era deficitária, sendo inclusive possibilitada somente *a posteriori*, quando se aprendia de forma oral e por meio da catequese a língua portuguesa, então como manter contato com as recordações culturais e religiosas? A maneira habitual encontrada foi pelo hibridismo cultural e o sincretismo.

Os chamados batuques eram encontros de negros com danças, cantos e tambores. Eram praticados fora da esfera pública, com um caráter mais reservado. Porém, sua verdadeira natureza sempre escapou à compreensão dos observadores brancos (DOMEZI, 2015: 78).

Com a abertura portuária para outros países além de Portugal, o desenvolvimento institucional das disciplinas de História, Sociologia e Antropologia, bem como as expedições científicas empreendidas em territorial nacional brasileiro durante o século XIX, por conseguinte, período imperial, se começou o processo de sistematização científica do conhecimento religioso afro-brasileiro, mesmo que ainda não deslocado do etnocentrismo cultural europeu, foi dessa época a gênese científica que se recorre até o momento em certos contextos históricos, sociológicos e antropológicos.

Mas por que tanto empenho em falar com os mortos e crer no sobrenatural? O século XIX era melancólico. E a melancolia era uma reação de espíritos superiores, intelectuais e artistas, diante de uma época caracterizada pelo progresso científico e por descobrimentos. Mas também marcada pela soberba produção artística, pela ânsia de lucro e de prazer, pela especulação financeira. A religião perdia sua supremacia. Confiante em sua

inteligência superior, os indivíduos pareciam acreditar que a ciência havia aniquilado o fantástico (PRIORE, 2014: 21).

É desse período os primeiros registros do que conhecemos por práticas relacionadas à macumba e Candomblé, mesmo que ainda muito nítido a percepção eurocêntrica perante essas práticas, sendo que também houve o início da difusão das teorias raciais e eugênicas entre o fim do século XIX e início do século XX, com isso a então complexa compreensão sob o panteão cultural e religioso afro-brasileiro se problematizou ainda mais, tanto que

em certo momento crucial para o Rio, aquele da transição entre o trabalho escravo e o trabalho livre e entre a Monarquia e a República, a cidade encarou os pobres como elementos das “classes perigosas” (a expressão foi largamente utilizada em documentos oficiais do período) que maculavam, do ponto de vista da ocupação e reordenação do espaço urbano, o sonho da cidade moderna e cosmopolita. Ao mesmo tempo, era dessas “classes perigosas” que saíam os trabalhadores urbanos que sustentavam – ao realizar o trabalho braçal que as elites não cogitavam fazer [...] (SIMAS, 2019: 10).

O século XX, período republicano, trouxe consigo o reflexo do silenciamento memorial e prático imposto às religiosidades de matrizes africanas, mesmo que em seu início tenha havido a estruturação e institucionalização da Umbanda, religião considerada de eminente origem brasileira, atravessada por princípios das religiosidades católica(s), espírita(s) e africana(s), representação de toda diversidade do hibridismo cultural e do sincretismo religioso, sobre isso, de maneira metafórica,

as encruzilhadas religiosas em que nasceram as pombagiras – e se encontraram as várias culturas de origens africanas, ritos ameríndios, tradições europeias e vertentes do catolicismo popular [...] as encruzilhadas falam ainda de um modo de relacionamento com o real ancorado na crença em uma energia vital que reside em cada um, na coletividade, em objetos sagrados, alimentos, elementos da natureza, práticas rituais, na

sacralização do corpo pela dança, e no diálogo do corpo com o tambor (SIMAS, 2019: 18).

Nesse período se aprofundou os estudos e pesquisas sob a cultura e religiosidade afro-brasileira, transacionada entre as problemáticas da formação do Estado laico, teorias raciais e identidade nacional, de modo que a práxis religiosa passa por um lento processo jurídico e institucional de tolerância, seguindo o mesmo ritmo em âmbito empírico e social, porém, bem mais complexo devido a toda carga histórica de marginalização,

as religiões afro-brasileiras foram sempre vistas como um fenômeno de sincretismo religioso no qual se encontravam traços africanos associados a traços católicos. A esse sincretismo inicial foi acrescentada a mistura de traços do espiritismo kardecista com traços indígenas. O próprio nome genérico que foi escolhido para denominá-las expressa essa visão de uma religião sincretizada [...] assim, os traços de origem africana foram colocados no vértice mais baixo da evolução cultural, seguidos dos traços indígenas e dos traços católicos assimilados de forma primitiva. No vértice mais elevado dessa evolução cultural colocavam-se os traços espíritas (MAGGIE, 2001: 13-14).

As pontuações feitas até o momento visam ampliar a atenção sob o panteão religioso afro-brasileiro, pois assim como a África é um continente bastante plural e singular relacionado às religiosidades, o Brasil mesmo sendo um país, devido suas dimensões simbólicas e territoriais continentais, se torna tão plural e singular quanto, por isso a discussão em torno dessa problemática e complexidade se dará no decorrer do próximo tópico.

3 – PERSPECTIVA MEMORIAL MULTICULTURAL

Advindo das considerações feitas até o instante, a(s) cultura(s) e religiosidade(s) africana(s) trazem consigo uma cosmologia própria, ou seja, visão de mundo pautada no

cotidiano e nos elementos da natureza, fato este que ao ser analisado pelo espectro cultural e religioso europeu o subalterna e recrimina ao longo dos séculos, como consequência, a memória constituída em torno da tradição secular desses povos é esmaecida e alterada conforme as circunstâncias, pois

se, em cada sociedade, os jogos explicitam a formalidade de suas práticas porque, fora dos combates da vida cotidiana, não é mais necessário escondê-la, então o velho jogo do ganso se torna uma espécie de mapa no qual, em uma série de lugares e segundo um conjunto de regras, se manifesta uma *arte* social de jogá-lo, de criar seus itinerários e de tirar proveito das surpresas da sorte. É um modelo reduzido, uma ficção teórica. Na verdade, a cultura pode ser comparada com essa arte, condicionada pelos lugares, regras e dados; ela é uma proliferação de invenções em espaços circunscritos (CERTEAU, 2012: 19).

Para haver uma coesão e coerência ao se estudar e pesquisar sobre a religiosidade afro-brasileira, há a necessidade de consideração do fato eurocêntrico da maior parte dos registros documentais tradicionais, cartas, relatos de experiência, documentação jurídica, enfim, ocorrer um afastamento analítico do pesquisador, pois apesar da existência e influência do aspecto subjetivo deste ao longo do trabalho, não se deve deixar repercutir esta noção eurocêntrica, eis a questão:

Onde colocar, pois, “o autenticamente popular”? Uns verão nele o tesouro oculto de uma tradição oral, fonte “primitiva” e “natural”, que desagua na literatura escrita. Outros postulam uma unidade da cultura, mas prolongada no curso de um movimento que faria da literatura de elite anunciadora das evoluções globais. Há, portanto, vários sistemas de explicação (CERTEAU, 2012: 66).

Ainda que seja problemático e complexo esta práxis, a teoria e metodologia da História e Memória bem como da História Oral apontam para uma relativização destes aspectos, isso porquê ao se ouvir o sujeito, mesmo que no tempo presente, se

apresentará toda uma constituição histórica e etnográfica das mais diversas aspirações étnicas e culturais influenciadoras de tais práticas religiosas, estas apreendidas através do relato memorial, pois a

História oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. O projeto prevê: planejamento da condução das gravações com definições de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para o uso; arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas (MEIHY; HOLANDA, 2019: 15).

Mesmo que haja resistência, silenciamento ou esquecimento por parte do entrevistado enquanto objeto de pesquisa, indícios e sinais são deixados como vestígios para futura análise do pesquisador, motivo este que leva a necessidade de um profundo conhecimento historiográfico e bibliográfico acerca das distinções cosmológicas espectralizadas nas tradições religiosas indígenas, africanas, cristãs e espíritas, em maior parte, matriz da religiosidade brasileira.

Para o historiador, assim como para o etnólogo, o objetivo é fazer funcionar um conjunto cultural, fazer com que apareçam suas leis, ouvir seus silêncios, estruturar uma paisagem que não poderia ser um simples reflexo, sob pena de nada ser. Mas seria um erro acreditar que esses instrumentos sejam neutros e seu olhar, inerte: nada se oferece, tudo deve ser tomado, e a mesma violência da interpretação pode aqui criar ou suprimir. A mais ambiciosa das nossas obras, a mais audaciosa é também a menos histórica e aquela que certamente mais deixa escapar seu objeto quando pretende submetê-lo ao fogo convergente de uma série de interrogações (literária, folclorista, linguística, histórica, psicanalítica etc.) (CERTEAU, 2012: 79-80).

Dessa maneira, tornar o fazer histórico prática multicultural, requer dos historiadores por um lado, dimensionar o impacto e influência da visão eurocêntrica sob sua perspectiva, e de outro, equacionar isso de modo a perceber e apreender o olhar do sujeito histórico, para tanto fica aqui sugerido e registrado as contribuições metodológicas da Antropologia, exemplificada principalmente através da etnografia, em que se possibilita tal aproximação de maneira científica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. 7. ed. Campinas: Papirus, 2012. 253 p.

DOMÉZI, Maria Cecília. **Religiões na história do Brasil**. São Paulo: Paulinas, 2015. 269 p.

MAGGIE, Yvonne. **Guerra de Orixá: um estudo de ritual e conflito**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 210 p.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019. 175 p.

NORA, Pierre. ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: a problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 13 set. 2020.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 13 set. 2020.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 591 p.

PRIORE, Mary del. **Do outro lado: a história do sobrenatural e do espiritismo**. São Paulo: Planeta, 2014. 191 p.

RODRIGUES JÚNIOR, Luiz Rufino. **Pedagogia das Encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019. 187 p.

**Simpósio Temático 18: Trabalhadores no Brasil: precarização do
trabalho e resistência no século XX**

**LUTAS PELA LIBERDADE DE EXPRESSÃO DOS
COLABORADORES DO JORNAL *RAPOSA MAGAZINE* –
CURITIBA, 1978-1983.**

Matheus Pacheco Perbiche ⁴¹¹

RESUMO: Este trabalho tem como objeto o projeto jornalístico *Raposa*, no período 1978-1983. Este periódico teve duas fases: a primeira era como suplemento de humor do jornal *Diário do Paraná* entre 1978 e 1979; na segunda fase, 1980 e 1983, o *Raposa* passou a ser financiado pela Fundação Cultural de Curitiba. Um dos objetivos da pesquisa é sustentar a hipótese de que os colaboradores do *Raposa*, em sua maioria amigos que frequentavam a boemia curitibana, participavam de Redes Intelectuais que desenvolviam ideias e alianças políticas com o objetivo da busca pela liberdade de expressão. A metodologia dá conta de analisar as fontes em diálogo com a bibliografia, esboçando as formas de organização e resistência dos colaboradores, que manifestavam indignação com a situação política, apesar do constante medo e clima de perseguição.

PALAVRAS-CHAVES: *Raposa Magazine*; Imprensa Alternativa; Curitiba; Ditadura Militar; Fundação Cultural de Curitiba.

ABSTRACT: This work has as object the *Raposa* journalistic project, in the period 1978-1983. This periodical had two phases: the first was as a humor supplement for the newspaper *Diário do Paraná* between 1978 and 1979; in the second phase, 1980 and 1983, *Raposa* started to be financed by the Fundação Cultural de Curitiba. One of the objectives of the research is to support the hypothesis that *Raposa's* collaborators, mostly friends who frequented Curitiba's bohemia, participated in Intellectual Networks that developed political ideas and alliances with the objective of seeking freedom of expression. The methodology is capable of analyzing the sources in dialogue with the bibliography, outlining the forms of organization and resistance of the collaborators,

⁴¹¹ Mestrando em História na Linha de Pesquisa Arte, Memória e Narrativa, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. E-mail: matheuserbiche@gmail.com.

who expressed indignation with the political situation, despite the constant fear and climate of persecution.

KEY WORDS: *Raposa Magazine*; Alternative Press; Curitiba; Military Dictatorship; Fundação Cultural de Curitiba.

1. AS DUAS CARAS DA RAPOSA: SUPLEMENTO DE HUMOR E MAGAZINE

Este texto é um recorte da pesquisa “A Raposa e a astúcia: redes intelectuais e circulação de ideias na imprensa alternativa curitibana (1978-1983)” em andamento como mestrado em História na Universidade Federal do Paraná. Objeto da pesquisa é a imprensa alternativa curitibana no período 1978-1983, mais especificamente o projeto *Raposa*.

A primeira fase do *Raposa* foi publicada como suplemento de humor do jornal *Diário do Paraná*, durante o ano de 1978. A segunda fase, como jornal independente, chamado *Raposa Magazine: humor e rumor*, financiado pela Fundação Cultural, vinculada à prefeitura de Curitiba entre 1980 e 1983. O objetivo, para este artigo, é, além de apresentar estas duas fases deste projeto jornalístico, pensando-o em seus diferentes contextos de produção, analisando alguns de seus números, também demonstrar como os colaboradores dos periódicos manifestavam oposição ao Regime Militar através de textos e imagens que utilizavam do humor para denunciar a violência policial e abusos políticos cometidos pela Ditadura.

Robert Darnton, em *Os censores em ação*, fala sobre como o Estado Moderno está construindo poderes sobre o ciberespaço. No caso brasileiro, recentemente tivemos demonstrações contundentes de forças vinculadas ao Estado, utilizando a internet como instrumento de mobilização política. Assim, partindo do caso brasileiro, levo em consideração o texto de Darnton, que afirma:

Será que a tecnologia moderna produziu uma nova forma de poder, que levou a um desequilíbrio entre o papel do Estado e os direitos dos cidadãos? Talvez, mas devemos ter cautela ao supor que não exista nenhum precedente no passado sobre o equilíbrio de poder do presente. Para se ter certa perspectiva sobre a situação atual, podemos estudar a história dos experimentos feitos pelo Estado para controlar a comunicação. Este livro tem o intuito de mostrar como se deram essas tentativas, não sempre e em toda parte, mas em momentos e lugares específicos, nos

quais podem ser investigadas em detalhe. É uma história interna, pois pretende investigar os bastidores e as missões secretas em que agentes do Estado vigiaram palavras, permitindo ou proibindo que aparecessem impressas e suprimindo-as conforme as razões de Estado, quando começavam a circular em forma de livros (DARNTON, 2016, p. 08).

O *Raposa* foi, de certo modo, financiado pela Ditadura Militar no Regime pós-1964 – explicaremos isso com clareza ao longo do texto. No entanto, vários colaboradores do periódico foram investigados e até mesmo presos ao longo do período ditatorial. Portanto, percebe-se que, assim como afirma Darnton sobre seus objetos, o Regime Militar Brasileiro pós-golpe de 1964 apertou e afrouxou as rédeas da censura quando bem entendeu – e sabemos que esse processo não é simples, as forças políticas oposicionistas pressionavam o Regime no período de afrouxamento, por exemplo. Destaco também que quando Darnton coloca a forma “livros”, estou tomando a liberdade, e trazendo sua metodologia para dialogar com outros meios de comunicação: no nosso caso, jornais⁴¹².

Carlo Ginzburg também pensa as questões de investigação histórica construindo uma metáfora sobre fios que nos fornecem pistas para rastrear processos históricos, em um texto que alerta os pesquisadores para as relações entre o falso, o verdadeiro e o fictício, demonstrando a relevância da narrativa histórica que constrói as relações entre o texto historiográfico e o objeto de pesquisa (GINZBURG, 2007).

Assim, referenciado nesses autores, passei a pensar as questões referentes ao nosso objeto principal: a *Raposa Magazine*. Darnton, em *Poesia e Polícia* (2014, p. 32), diz: “(...) Para formular a pergunta que, segundo consta, Erving Goffman definiu como o ponto de partida de qualquer investigação nas ciências humanas: o que estava acontecendo?”. Darnton responde que, para esta obra, lhe pareceu intrigante como o *Caso dos Catorze* poderia fornecer uma série de informações a respeito da circulação de poemas nas redes de abades e *philosophes* das Universidades de Paris. Quando iniciei as leituras da *Raposa Magazine*, me pareceu intrigante e contraditório pensar num periódico que se apresenta como “alternativo” ser financiado por um órgão público que, ao mesmo tempo, criticava a Ditadura. Mas, como explicar tão complexa relação?

⁴¹² O próprio Robert Darnton já trabalhou com jornais, panfletos e libelos num prisma próximo de análise, como em DARNTON, R., 1987 e DARNTON, R., 2012.

1.1 O suplemento de humor *Raposa* (1978)

O *Raposa*, enquanto suplemento de humor do jornal Diário do Paraná, foi publicado em quatorze números, em oito páginas cada número, entre fevereiro e setembro de 1978. Os editores do suplemento são Miran (Oswaldo Miranda), Paulo Vítola e Leminski. Os editores assistentes são Guaraci Fraga (de Porto Alegre) e Geandré (São Paulo). E em todas as informações editoriais são destacadas as respectivas cidades de Fraga e Geandré – o que indica conexões para além das fronteiras curitibanas.

Durante a sua primeira fase, nesses quatorze números, foram contabilizados 73 colaboradores. Entende-se por colaborar, aqui, algum tipo de assinatura de publicação da revista, seja um poema, uma charge, um texto, uma crítica, etc. Não somente os intelectuais contemporâneos do periódico que publicaram, como os já citados aqui, mas também autores anteriores, dos quais os editores do *Raposa* republicaram obras já divulgadas anteriormente em outros meios de comunicação. O colaborador mais assíduo, foi Miran, publicando ao menos uma charge em todas as 14 edições do *Raposa*. Paulo Leminski publicou em 10 das 14. Solda publicou em quatro números, assim como Guaraci Fraga, o editor de Porto Alegre.

Num primeiro olhar, o que chama a atenção nas páginas do suplemento *Raposa*, em comparação com o próprio jornal Diário do Paraná, é o espaço em branco entre o título e uma espécie de rodapé, que se repetiria em outras edições do suplemento. Isso significa uma ruptura estética em relação ao jornal. E as imagens colocadas lado a lado escancaram essa diferença. Esta outra forma de utilizar os espaços do papel não é em vão. As diferenças de diagramação também existem em relação ao *Anexo* e ao *Pólo Cultural*⁴¹³, dois periódicos alternativos também publicados em Curitiba em um período próximo, entre 1976 e 1979. E os espaços em branco nas páginas do *Raposa*, já destacados, certamente configuram as diferenças de diagramação entre esses periódicos. As páginas do *Anexo* e do *Pólo Cultural* eram mais carregadas, mais densas em suas diagramações do que o *Raposa*. Talvez se aproximassem mais, esteticamente, das páginas do *Diário do Paraná* do que *Raposa*. E vamos explorar os

⁴¹³ As configurações estéticas do *Anexo* e do *Pólo Cultural* são analisados por MORAES, 2016.

significados desta distância, ou desta diferença estética do *Raposa* em relação aos outros periódicos ao longo do texto. Para tanto, exploraremos especificamente dois números do *Raposa*, o sexto e o oitavo, até mesmo por carregarem diferenças narrativas entre si: um trata da boemia e o outro trata de violência⁴¹⁴.

O *Raposa* n. 8 é o número que mais faz referências à violência. Na capa, as balas perfuram as páginas e o sangue escorre delas, como se fossem pistas da cena de um crime. Porém, entre o sangue e as balas, tons de humor e ironias flertam com o perigo: “Eu, HEIM? Estranhos assassinos os humoristas: matam as pessoas de rir” e onomatopéias com referências à tiros: “tá-tá-tá”, “Bang bang”, etc.

Na página 02, além das informações editoriais, uma poesia de Leminski, intitulada “Pazeamorbicho”. Nela, em todos os versos existem referências à violência, e abaixo, uma imagem que remete às máfias, com um carro estilo anos 1940 e três homens encostados no carro, armados. Na página 03, um grande “RATATATÁTÁ” ocupando dois terços da página, e a mesma imagem da página anterior, com o carro e os homens, agora espelhada. Na quarta página, outra poesia de Leminski, agora em uma caixa de texto, no terço superior da página, falando sobre extremos e barbaridades (um termo peculiarmente paranaense).

Na página 05, o box “Diálogo-franco-atirador” e abaixo, um alvo alvejado. Comendo a sexta página, o título da poesia visual anterior, assinado por Werneck de Capistrano, saindo do cão da arma, e dentro do gatilho, o mesmo verso “Eu, HEIM?”, da capa. Abaixo, outra poesia: “Bandido: profissão, humorista/Trailer/eu mordo/eu viro bicho/eu vou de pau/eu te sequestro/eu corro/eu chamo ladrão/eu tenho medo/eu te como/eu grito/eu repito”⁴¹⁵. E, dialogando visualmente com essa poesia, algumas balas de revólver, dispostas ao fim da página. Nas páginas 09 e 10, um texto de Percival de Souza, “Violência”. Seu título, em caixa alta, ocupa grande parte das duas páginas, prendendo o olhar, junto de imagens de agressões. São pequenos contos, que envolvem explorações, ameaças com arma de fogo, etc., recheado de ironias e segundas intenções. Também referencia-se o texto retirado do jornal “EX”.

Nas páginas 11 e 12, o texto de Werneck de Capistrano, “Diálogo-franco-atirador”, que é composto por 26 pequenos diálogos curtos, calibre-rápido, poesia

⁴¹⁴ Aliás, essa era uma característica marcante do *Raposa* em sua primeira fase: cada edição elegia um tema que permeava todas as páginas daquela edição, como nestas duas que escolhi para analisar.

⁴¹⁵ Suplemento *Raposa*, n. 08, p. 06. Jornal *Diário do Paraná*. Curitiba, domingo, 21 de maio de 1978.

pegou-passou, como define Leminski: “A grande novidade da poesia dos anos 1970 foi o poema-piada, a paródia e o poema-minuto” (...) “Uma das grades ‘novidades é que o poema ficou portátil. Leve de carregar. Grafitável, numa palavra”. (...) “O fato é que o poema curto se impôs. O investimento de material verbal, na feitura do poema, foi, consideravelmente diminuído. Onde teria vindo essa tendência à economia? Da publicidade?” (LEMINSKI, 2012, p. 69-70). Aqui, podemos apontar um primeiro círculo de raciocínio se complementando: Leminski aponta que a poesia dos anos 1970 – ele se refere à poesia marginal – contém influências da publicidade. O *Raposa*, em suas duas fases, era editado por e publicava publicitários (Miran, Leminski, Ernani Buchmann, Sérgio Mercer, Solda, etc.). A poesia que era publicada também continha influências dessa estética próxima a do comercial publicitário: uma frase rápida, um raciocínio só, que começa e termina ali. E as frases de Werneck de Capistrano não caíam muito longe do pé. São diálogos curtos, com um título, que inicia sarcasticamente o cenário.⁴¹⁶

Uma das composições mais chocantes e violentas presentes nas páginas do *Raposa* está nas páginas 02 e 03 do suplemento *Raposa* n. 04, do jornal *Diário do Paraná* de 21 de março de 1978. Além das informações editoriais, na parte superior da página da esquerda, estão dispostos cinco imagens iguais, que representam um ser humano amarrado e encapuzado.

Ao redor das imagens, poemas de Régis Bonvicino, Alice Ruiz, Sebastião Uchoa Leite e Reinoldo Atem. Todos os poemas dissertam sobre essa sensação, esse sentimento de solidão, descrito por Moraes (2016), como podemos nos versos de Reinoldo Atem: “Aqui neste fundão fedido/não entra família nem advogado/só entra comida fria/carcereiro e delegado”⁴¹⁷. Assim como a imagem repetida (sem autoria), tais versos falam sobre a prisão e a tortura, comumente utilizadas pelos militares durante Regime Ditatorial, e os sentimentos que a pessoa que enfrenta essa situação pode expressar.

Nas páginas do jornal *Diário do Paraná*, percebemos a repercussão de várias premiações conquistadas pelas agências de publicidade em premiações da área. Em

⁴¹⁶ CAPISTRANO, Werneck de. Diálogo-franco-atirador, p. 08 do suplemento *Raposa*, Jornal *Diário do Paraná*. Curitiba, domingo, 21 de maio de 1978.

⁴¹⁷ ATEM, Reinoldo. Poesia sem título. Página 03 do suplemento *Raposa*, n. 4, *Diário do Paraná*, Curitiba, 21 de março de 1978.

1978, o próprio suplemento *Raposa* é premiado diversas vezes, tanto na área do Design, como também nas premiações da área da publicidade. A divulgação de tantas premiações pelo jornal, além, é claro, de divulgar, justificar e vender o suplemento, também demonstra a importância da atividade criativa de Miran no suplemento *Raposa*, alcançando níveis internacionais de repercussão e criação.

O alcance do suplemento *Raposa*, portanto, extrapolou os níveis regionais e nacionais de repercussão. E tais premiações são prova de um reconhecimento internacional, principalmente no que se refere à qualidade gráfica do periódico.

No entanto, quando adentramos um debate acerca de imprensa alternativa, como em Kucinski (2001) e Khouri (2003), percebemos que, por ser um suplemento quinzenal de um jornal de médio porte – no período, o jornal *Diário do Paraná* era o grande veículo impresso do Estado – devem-se fazer algumas ponderações a respeito do termo “alternativo”.

Segundo Kucinski, a imprensa alternativa se caracteriza em três pontos: 1) ser contrária a Ditadura Militar; 2) participar de uma ruptura estética com a grande imprensa; e 3) ser subsidiada por formas alternativas de financiamento. O *Raposa*, podemos afirmar, se caracteriza pelo primeiro e segundo ponto: uma mínima leitura do suplemento nos fornece informações suficientes para concluir que existiam críticas ao Regime Militar; e o *Raposa* foi um dos grandes inovadores estéticos da imprensa no Brasil, as diferenças entre a configuração gráfica do *Raposa* e de seu financiador, o *Diário do Paraná*, ou até mesmo com o seu co-irmão de páginas dominicais, o suplemento *Mulher Moderna*, é gritante. E mais: é visivelmente inovador. Rompe com uma visualidade pesada, carregada, que tanto o *Diário* quanto o suplemento *Mulher Moderna* possuíam. A ressalva que fica quando buscamos entender a definição de Kucinski para a imprensa alternativa é o subsídio financeiro. Além de ser financiado pelo *Diário do Paraná*, o *Raposa* era um suplemento dentro do jornal. Para alguns críticos, isso poderia ser descaracterizá-lo como alternativo. No entanto, o próprio Kucinski, em sua ampla análise de diversos periódicos alternativos, apresenta casos em que o periódico não carregava os três pontos básicos. E mesmo assim, por carregar ao menos um, pode ser caracterizado como alternativo, por romper com alguma questão já estabelecida na grande imprensa.

Kucinski dá grande peso à questão político-partidário em sua tese. Paulo

Leminski também discute a questão da imprensa alternativa, em seu ensaio intitulado *O veneno das revistas de invenção*⁴¹⁸, mas vai além da questão de vínculo político, explorando a inventividade como principal conceito para as suas análises a respeito da imprensa alternativa e da poesia brasileira dos anos 1970:

Consolem-se os candidatos. Os maiores poetas (escritos) dos anos 70 não são gente. São revistas. Que obras semicompletas para ombrear com o veneno e o charme policromático de uma *Navilouca*? A força construtiva de uma *Polem, Muda*, ou de um *Código*? O safado pique juvenil de um *Almanaque Biotônico Vitalidade*? A radicalidade de um *Pólo Cultural/Inventiva*, de Curitiba? (LEMINSKI, 2012, p. 293).

Quero destacar momentaneamente a *Pólo Cultural/Inventiva* que cita Leminski, editada pelo próprio entre 1977 e 1978, e que construiu alguns vínculos necessários para as posteriores fases do *Raposa*. Na sequência, aliás, Leminski cita o próprio *Raposa*, em seu aspecto subversivo da linguagem:

O subversivo dessa linguagem casou, de véu e grinalda, com a era das nanicas jornalísticas (*Pasquim, Movimento, Coojornal, EmTempo, Versus, Repórter*) e crítico-humorísticas (*Ovelha Negra, Raposa, Risco, Pato Macho*), alternativas-quixote para o sanchopança do jornalismo oficial, acadêmico e rotineiro, conformado e autossatisfeito.

Jorraram nanicas na Idade das Trevas, sob a sombra AI-5. Foi a idade da imprensa pobre, “povera”, precária, aquém dos padrões empresariais da banana-maçã (ou ouro) da imprensa vigente. E muito além dela quanto independência de opiniões, contato com as bases, contundência crítica e originalidade criativa. As migalhas de dinheiro que caíram das mesas da fatura do “milagre brasileiro”, talvez, consigam explicar alguma coisa da facilidade com que os pequenos jornais e revistas proliferaram nos anos 1970 (LEMINSKI, 2012, p. 295).

Além de criar, para o público consumidor, alternativas jornalísticas e culturais, segundo Leminski, as “nanicas” utilizaram diversas formas de financiamento – as migalhas – para se desenvolverem. E justamente por criar rotas de fuga ao jornalismo vigente, sob a sombra do AI-5, esta imprensa foi chamada de “alternativa”. Assim, considero que o *Raposa*, tanto em sua primeira fase, enquanto suplemento do *Diário do*

⁴¹⁸ O texto original foi publicado no *Folhetim 278*, suplemento do jornal *Folha de São Paulo*, em 16 de maio de 1982.

Paraná, quanto em sua segunda fase, financiada pela Fundação Cultural de Curitiba, pode ser considerado alternativo. Justamente por ser uma leitura alternativa à imprensa que era conivente com a situação política e satisfeita com a sua posição no quesito estético.

A primeira fase do *Raposa* encerra-se em 17 de setembro de 1978. Os motivos podem ser apontados a partir de algumas informações levantadas em pesquisa: na passagem do 13º para o 14º número do *Raposa*, enquanto suplemento do jornal *Diário do Paraná*, há uma mudança de diretoria. Oscar Martinez assina a diretoria até o número 13, em 27 de agosto de 1978. Já no número 14, em 17 de setembro de 1978, quem assina a diretoria é O. Fortes Martins. Não coincidentemente, esse é o último número do suplemento *Raposa* no *Diário do Paraná*.

1.2 Jornal *Raposa Magazine* (1980-1983)

O texto presente na capa do *Raposa Magazine* de dezembro de 1980 já havia sido publicado na página 03 do *Raposa* n. 01, ainda como suplemento no jornal *Diário do Paraná*. E tal texto, sendo publicado no lançamento e na reestrela do *Raposa*, pode nos indicar alguns rastros do mamífero – ou algumas intenções. Trata-se de um texto que fala de um animal e suas estratégias de sobrevivência. E que este animal deve ser esperto, e tanto que é que mostra sua esperteza. Mas um malandro sabe que não deve demonstrar tanta malandragem, apenas ser. E sabe também que a imagem é definitiva para o sucesso.

Como Leminski fala de um animal, não de um jornal, devemos tomar cuidado! Mas sabemos que, no fundo, ele está falando de um jornal. Um jornal que está traçando suas estratégias de sobrevivência na selva da imprensa. E para sobreviver, precisa saber ser esperto, e fingir ser esperto, e não demonstrar que está sendo esperto, mesmo todo mundo sabendo que é preciso ser esperto. Ouso colocar como: finge que me engana que eu finjo que te engano e te engano. Ou algo muito próximo disso. Mas é apenas um tiro no escuro – no escuro das camadas da linguagem textual de Paulo Leminski.

Mas esse tiro no escuro tem algumas referências. A primeira delas é que, nesta segunda fase do *Raposa*, o jornal não está mais vinculado ao jornal *Diário do Paraná*. A partir de dezembro de 1980, o *Raposa* (agora, *Magazine*) é vinculado à Fundação

Cultural de Curitiba,⁴¹⁹ e impresso pela Imprensa Oficial do município. Mas esse não é um vínculo simples. Deve-se destacar que em 1980 as prefeituras ainda eram cargos biônicos, indicados pelo Governador do Estado – então, Ney Braga – com o aval do Presidente da República – então, o militar João Figueiredo. Mesmo em um período de abertura política, as prefeituras ainda estavam inseridas em uma cadeia de poder dos militares. Então a *Raposa Magazine* tinha vínculos com a Ditadura? Burocrática, financeira e politicamente, sim! Isso não significa que era aliada. Um dos grandes objetivos desse trabalho é demonstrar como o *Raposa* utilizou o financiamento público da Ditadura para criticá-la. Tratou-se de uma estratégia política de crítica interna. Mas não resolveremos esse objetivo agora.

Antes, se faz necessária uma apresentação e uma descrição do *Raposa Magazine*: publicado entre dezembro de 1980 e janeiro de 1983, em doze números, exatamente no mesmo formato tablóide, em tamanho 38 cm x 28,5 cm que a fase anterior, com paginação que variou entre 24 e 36 páginas em cada edição. Anunciado como um “Jornal mensal de ideias, cultura e humor”, a periodicidade não foi seu forte: O número 0 não contém data na capa. Porém, no editorial, refere-se a: “neste final de 1980...”⁴²⁰. Assim, considero que este número é de dezembro. O número 01 é maio de 1981, o n. 02 é de julho, o n. 03 é setembro, o n. 04 de novembro, o n. 05 de fevereiro de 1982, o n. 06, em sua capa, há “mar/abr” de 1982. Já o número 07 não se refere a um mês, há apenas “n. 07, 1982”. A partir daqui, não há informações sobre datas nas últimas quatro edições do jornal, nem qual a numeração. Assim, nomeei-as como: “*Raposa-Extra*”, “*Raposa Visual*”, “*Raposa Quadrinhos*” e “*Raposa sem número*”. A “*Extra*”, a “*Visual*” e a “*Quadrinhos*” são nomeada assim em suas capas. Quanto a “*Raposa sem número*”, tomei a liberdade de nomeá-la assim, pois não há nenhuma informação sobre numeração, e apenas na última página há uma arte sobre “1982-1983”, com uma pomba branca, desejando “paz”. Provavelmente essa edição seja de dezembro de 1982 ou de janeiro de 1983. Ainda sobre a periodicidade, percebemos que mesmo anunciando-se como um “Jornal mensal”, teve periodicidade bimensal entre maio de 1981 e abril de 1982. A partir daí, as datas não são rastreáveis, infelizmente.

⁴¹⁹ Aqui abreviada como FCC, atua desde 1971 até hoje, com o objetivo de promover a agitação cultural da cidade de Curitiba. É um órgão vinculado à Prefeitura da cidade, e desenvolve seus trabalhos através de eventos, de espaços públicos (como bibliotecas, teatros, espaços culturais, etc.), periódicos, e diversos outros meios.

⁴²⁰ Editorial. *Raposa Magazine*, n. 0, Curitiba, dezembro de 1980, p. 01.

Essas questões de periodicidade influenciaram o *Raposa* a ter apenas doze números nessa segunda fase, mesmo em 25 meses de publicação – lembremos que, na primeira fase, foram 14 números em 7 meses, por ser uma publicação quinzenal.

No entanto, o material é bem maior na segunda fase, em comparação com a primeira. Isso, pois, todas as edições da primeira fase tiveram apenas 08 páginas, que, somadas, são 112 páginas. Na segunda fase, a paginação não era fixa. A maioria teve 32 páginas⁴²¹. Apenas a n. 01 teve 36 páginas. A n. 06 e a 07 tiveram 24 páginas, e a “Quadrinhos” teve 26 páginas. A “*Raposa Extra*” teve apenas 12 páginas. Isso significa um total de 346 páginas, três vezes mais do que a primeira fase. Com uma média de 28,8 páginas por publicação, 20 a mais do que a primeira fase, o material se faz maior, como dito, mais complexo, mais plural e mais denso.

Assim como as colaborações: na segunda fase, o *Raposa Magazine* publicou 150 colaboradores⁴²², 77 a mais do que na primeira publicação. No entanto, não podemos somar um número ao outro, friamente, pois doze colaboradores publicaram na primeira e na segunda fase do *Raposa*⁴²³. O total de colaboradores que publicaram ao menos uma vez somando as duas fases do *Raposa* é de 211.

Assim como na primeira fase, Miran colabora com todas as edições. Fraga se destaca, com 10 participações. Solda, Leminski, Rubinho Gomes, Fernando Nogueira, e Roberto Gomes são figurinhas carimbadas. Podemos, portanto, por assim dizer, que este era um “núcleo duro” do *Raposa* em suas duas fases. Estes agentes foram os que mais contribuíram para o desenvolvimento do *Raposa*, e, para além das páginas do jornal, desenvolveram laços pessoais, que também influenciaram os laços profissionais.

No entanto, devemos olhar também para os colaboradores menos assíduos do *Raposa*, que participaram em apenas um ou dois números, que, nessa segunda fase do *Raposa*, foram 136. Vários destes participaram através dos suplementos *Chulé* – sobre futebol –, *Photoshot/Fotoxote* – que trazia fotografias –, e *Batom* – um suplemento feminista de poesia, literatura e debate político. Esses suplementos eram encartes do

⁴²¹ Números com 32 páginas: 00, 02, 03, 04, 05, “Sem número”, e “Visual”.

⁴²² Assim como dito a respeito da primeira fase, trato colaboradores como qualquer profissional que tenha sido publicado. Por exemplo, Miran editou desde Rembrandt, a Matisse, a Machado de Assis nas páginas do *Raposa*. Estou contabilizando também os nomes de períodos anteriores ao *Raposa*, não apenas os contemporâneos ao *Raposa*, que submeteram publicações ou foram convidados.

⁴²³ Alice Ruiz, Ernani Buchmann, Fernando Nogueira, Guaraci Fraga, Luís Fernando Veríssimo, Marina Colasanti, Miran, Mônica Costa Bonvicino, Paulo Leminski, Paulo Vitola, Régis Bonvicino e Solda. Não coincidentemente, foram estes os mais publicados.

meio do jornal, com, em média 12 páginas, que traziam esses outros agentes: poetas, literatos, jornalistas, fotógrafos, etc., que não faziam parte, necessariamente desse “núcleo duro” do jornal.

Nos suplementos, os debates não eram totalmente alheios ao jornal. Pelo contrário! O suplemento *Chulé*, por exemplo, além de discutir aspectos referentes à falta de profissionalismo dos clubes brasileiros, em relação ao europeus, contém textos que debatem política através de uma linguagem futebolística, ou “boleira”. Como na coluna “Parceria impossível”, com o título “João Saldanha solta o verbo”⁴²⁴, que apresenta uma resenha sobre o evento com o mesmo nome da coluna que a Fundação Cultural de Curitiba desenvolvia no mesmo período de publicação do *Raposa Magazine*. As “Parcerias impossíveis” eram debates que ocorriam no Teatro Paiol, em Curitiba, no qual a Fundação Cultural convidava duas personalidades – normalmente com influências políticas – para conversar com o público presente no teatro. Ernani Buchmann, em entrevista concedida ao autor, fala que:

A primeira parceria impossível foi o João Saldanha, que tinha sido o técnico da Seleção Brasileira e era jornalista, e era comunista, do Partido Comunista, dirigente do Partidão, o João Saldanha e o Paulinho Nogueira, um compositor de Bossa-Nova de São Paulo, professor de música e tal. Os dois não tinham absolutamente nada a ver entre si. O Saldanha chegou lá, tomou meia garrafa de uísque, pediu uísque no camarim, eu mandei comprar uma garrafa, e tomou meia garrafa de uísque no camarim, e falou lá: “Eu fui derrubado da Seleção Brasileira pelo General Médici. Pô, me mandou embora, queria escalar o meu time e eu mandei escalar o Ministério!” A história do Saldanha não era bem essa. Porque ele foi demitido da Seleção por conta de péssimos resultados que a Seleção vinha tendo. E ele usou o viés político pra se justificar. Mas ele disse isso em alto e bom som no Teatro Paiol, e os jornais no dia seguinte noticiaram a parceria impossível e ninguém veio encher o saco. E o Jaime Lerner tava lá na plateia. E era Prefeito! Aí a terceira ou quarta edição da Parceria Impossível, um mês e meio depois, veio o Fernando Henrique Cardoso, que tinha sido candidato a Senador pelo MDB, que era partido da oposição. Na versão seguinte eu trouxe o Lula, líder sindical, que estava começando a ser a maior pedra no sapato da Ditadura. Nem o Jaime Lerner, quando eu disse: “E que tal trazer o Lula?”, ele falou: “Pô, pode trazer!”. E eu falei: “Tem que tomar cuidado”. E ele falou:

⁴²⁴Suplemento *Chulé*, *Raposa Magazine*, n. 0, Curitiba, dezembro de 1980, p. 03 e 06.

“Não, não! Não se preocupe, a Prefeitura que está trazendo e está resolvido!”⁴²⁵.

Esse relato demonstra certo tom de medo de Ernani Buchmann, quando consulta Jaime Lerner a respeito da presença de Lula. Buchmann era, então, Diretor Executivo da Fundação Cultural de Curitiba. O “cuidado” a que ele se refere é em relação aos militares. Trazer João Saldanha e depois Lula para um debate público envolvia, também, uma organização política, como percebemos quando Lerner tranquiliza-o.

A entrevista de Ernani Buchmann, reforçou as considerações sobre a organização dos colaboradores do *Raposa* para a luta da liberdade de expressão. Na entrevista, ele afirmou que o prefeito Jaime Lerner protegia os diretores da Fundação Cultural e os colaboradores do *Raposa* com possíveis investigações policiais por motivos políticos. Nas palavras de Ernani: “Ele (Jaime Lerner) dava as costas quentes pra gente agir”. E as ações eram de manifestações contrárias ao regime militar, pois, segundo Ernani: “Em 1979, ninguém aguentava mais os militares”.

No entanto, a polícia ainda assim investigava colaboradores de jornais alternativos. Ernani Buchmann foi fichado pelo DOPS em 15 de outubro de 1980 (ele ficou na Direção Executiva da FCC entre março e dezembro de 1979). Sua ficha foi encontrada na pasta do DOPS do Arquivo Público do Estado do Paraná. O motivo era por ser colaborador do jornal *Boca do Trombone*, um periódico de oposição ao Regime Militar. Tal ficha mostra que, logo após a sua desvinculação de um órgão público, Ernani foi fichado pelo DOPS. Coisa que não aconteceu com nenhum outro agente que possuía cargo na FCC.

Sabendo que a Prefeitura dava certa estrutura política, os agentes do *Raposa* publicavam material oposicionista à Ditadura Militar também nos outros suplementos, *Batom* e *Photoshot/Fotoxote*. A foto de Sérgio Sade que retrata um trabalhador sendo espancado por dois policiais na Greve dos Bancários o ABC Paulista em setembro de 1979 manifesta-se como mais uma denúncia da violência policial nos anos do Regime Ditatorial. Assim como os textos de Alice Ruiz, publicados no suplemento *Batom*, que dissertavam sobre as dificuldades e injustiças que as mulheres enfrentavam em tempos

⁴²⁵ BUCHMANN, Ernani. **Entrevista** concedida ao autor via telefone. Arquivo pessoal. 14 de setembro de 2020.

de Estado Ditatorial: “Em qualquer classe social, o homem é sempre a classe dominante, e a mulher é sempre a classe dominada”⁴²⁶

O editor chefe do *Raposa* em sua segunda fase, Rubinho Gomes, manifestava oposição ao Regime Militar com frequência, em seus textos editoriais. Em três deles, ele afirmou: “Nosso compromisso básico, enquanto Imprensa, é com a verdade. Enquanto idéias e cultura, com o novo, e, enquanto humor, com a liberdade”.

Portanto, os colaboradores conquistaram um espaço bastante significativo na mídia curitibana, sustentando seus contatos dentro dos órgãos da Prefeitura, utilizando os recursos públicos para financiar o periódico que manifestava posições contrárias à Ditadura, estabelecendo, assim, um veículo de crítica ao Regime financiado pelo próprio Regime.

FONTES

Anúncio do suplemento *Raposa*. **Jornal Diário do Paraná**, p. 9, 1º caderno, Curitiba, sexta-feira, 03 de fevereiro de 1978

ATEM, Reinoldo. Poesia sem título. Página 03 do suplemento *Raposa*, n. 4, **Diário do Paraná**, Curitiba, 21 de março de 1978.

BUCHMANN, Ernani. **Entrevista** concedida ao autor via telefone. Arquivo pessoal. 14 de setembro de 2020.

CAPISTRANO, Werneck de. Diálogo-franco-atirador, p. 08 do suplemento *Raposa*, **Jornal Diário do Paraná**. Curitiba, domingo, 21 de maio de 1978.

Editorial. **Raposa Magazine**, n. 0, Curitiba, dezembro de 1980, p. 01.

GENTIS, Roger. Suplemento *Raposa*, n. 08, p. 06. **Jornal Diário do Paraná**. Curitiba, domingo, 21 de maio de 1978.

RUIZ, Alice. Exploração. Suplemento *Batom*. **Raposa Magazine**, n. 04, novembro de 1981

Suplemento *Chulé*, **Raposa Magazine**, n. 0, Curitiba, dezembro de 1980, p. 03 e 06.

⁴²⁶ RUIZ, Alice. Exploração. Suplemento *Batom*. *Raposa Magazine*, n. 04, novembro de 1981.

Suplemento *Herb Lubalin* do **Raposa Magazine**, n. 03, Curitiba, setembro de 1981.

Suplemento *Raposa*, n. 08, p. 06. **Jornal Diário do Paraná**. Curitiba, domingo, 21 de maio de 1978.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALDI, Leonardo; LIMA, Edna Lucia Cunha. A Raposa: influências de Herb Lubalin no trabalho de Miran. In: C. G. Spinillo (*et al*) (Eds). Anais [Oral] do 7º Congresso Internacional de Design da Informação. São Paulo: Blucher, 2015.

DARNTON, Robert. **Boemia literária e revolução**: o submundo das letras no Antigo Regime. – São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **Censores em ação**: como os Estados influenciaram a literatura. – 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____. **O diabo na água benta** Ou a arte da calúnia e da difamação de Luís XIV a Napoleão. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Poesia e Polícia**: redes de comunicação na Paris do século XVIII. – 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GINZBURG, C. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KAMINSKI, Rosane. **Imagens de revistas curitibanas**: análise das contradições na cultura publicitária no contexto dos anos setenta. Dissertação (Mestrado em Tecnologia). Curitiba: UTFPR, 2003.

KHOURI, Omar. **Revistas na era pós-verso**: revistas experimentais e edições autônomas de poemas no Brasil, dos anos 70 aos 90. – Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. 2. ed. – São Paulo: EDUSP, 2001.

LEMINSKI, Paulo. **Ensaio e anseios crípticos**. – 2ª ed. Ampliada – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

MELO, Chico Homem de; RAMOS, Elaine. **Linha do tempo do Design Gráfico no Brasil**. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 511

MORAES, Everton de Oliveira. **“Cortar o tecido da história”**: condutas e imagens do tempo em Paulo Leminski e Luiz Rettamozo (1975-1980). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná. – Curitiba: UFPR, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. **Coração Civil: A Vida Cultural Brasileira Sob o Regime Militar. 1964 a 1985. Ensaio Histórico**. 1. ed. São Paulo: Intermeios, 2017.

O CORPORATIVISMO NA CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DA REVISTA LIGHT (1928-1940)

Guilherme Fernandes Reis das Chagas⁴²⁷

RESUMO: A proposta do presente artigo é compreender a participação de alguns intelectuais brasileiros, especialmente Azevedo Amaral, na construção do discursivo relativo a alguns pressupostos do corporativismo, como harmonia e cooperação entre os trabalhadores, presentes nas páginas da Revista Light (1928-1940). A Revista era destinada e distribuída gratuitamente aos empregados da empresa, que tinha sua sede no Rio de Janeiro, mas possuía uma rede de mais de vinte mil funcionários espalhados para além da capital federal. Entre outras intenções, ela imprimia um canal de diálogo e discurso interno na formação do protótipo de trabalhador ideal.

PALAVRAS-CHAVE: Corporativismo; intelectuais; Revista Light.

ABSTRACT: The purpose of this article is to understand the participation of some Brazilian intellectuals, especially Azevedo Amaral, in the construction of the discourse on some assumptions of corporatism, such as harmony and cooperation among workers, present in the pages of Light Magazine (1928-1940). The magazine was destined and distributed free of charge to employees of the company, which had its headquarters in Rio de Janeiro, but had a network of over twenty thousand employees spread beyond the federal capital. Among other intentions, it established a channel of dialogue and internal discourse in the formation of the ideal worker prototype.

KEYWORDS: Corporatism; intellectuals; Light Magazine

1. O CORPORATIVISMO E A HARMONIA ENTRE AS CLASSES SOCIAIS

⁴²⁷ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). E-mail: gui_chagas@hotmail.com

O modelo corporativista e seus desdobramentos históricos foram extensamente debatidos por historiadores, cientistas políticos e economistas. Como discurso ideológico, ele se fortaleceu e foi mais durável nas ditaduras, especialmente durante as primeiras décadas do século XX, na instrumentalização política dos interesses organizados na esfera do Estado (GARRIDO, 2016: 395-396). Temos o caso português de Salazar, a solidificação do corporativismo dentro do Gran Consiglio del Fascismo (CG), órgão supremo do regime fascista italiano, do franquismo na Espanha em 1935, da Áustria de Dollfuss e Chuschnigg, além de suas experiências na América Latina (PINTO, 2016).

Segundo Maria Celina D'Araújo, o corporativismo se apresenta neste período como uma alternativa ao modelo econômico e social construído pelo capitalismo liberal e também pelo equívoco que era considerado o socialismo. Nessa lógica, ambos os sistemas contra os quais o corporativismo se posicionava, fomentavam a luta de classes e, conseqüentemente, colocavam a sociedade em um eterno caos e conflito. Neste sentido, o ideal corporativista buscava uma saída intermediária, ou uma terceira via aos dois sistemas, especialmente no que diz respeito ao embate social. O corporativismo, com a existência de um Estado com mais autoridade e poder, propõe manter as estruturas hierárquicas, mas ao mesmo tempo gerar uma harmonia social e banir a luta de classes (D'ARAUJO, 2003: 217).

Para Claudia Maria Ribeiro Viscardi, existe um debate sobre a flexibilização do corporativismo para além do contexto do Estado autoritário de 1930 e também presente nas democracias liberais ao longo do século XX. Alguns elementos do corporativismo clássico permaneceram, mas vinculados aos interesses de novos grupos de poder que se associam ao Estado. Esse neocorporativismo seria um modelo constitucional que envolveria organizações com os mesmos interesses entre si e também com o Estado (VISCARDI, 2018: 248). Para Álvaro Garrido, por mais que se admita a plasticidade do conceito, o corporativismo enquanto categoria histórica auxiliou efetivamente o controle social e engajou a inibição política do conflito entre capital e trabalho (GARRIDO, 2016: 393).

No caso brasileiro, havia na década de 1930 um anseio pela implementação da indústria nacional e para isso era necessário criar um consenso corporativista aparente, como afirma Valéria Marques Lobo (LOBO, 2016: 539). Dois pontos foram fundamentais para a solidificação do projeto corporativo como prática política brasileira: a introdução de um modelo sindical administrado diretamente pelo Estado, iniciado pela criação da Lei de Sindicalização de 1931; e, principalmente, a construção de um discurso homogêneo e processual que aglutinasse especialmente os trabalhadores afastados do contexto sindical, organizado e mediado pelos interlocutores do Estado e do empresariado. Além do controle repressivo acentuado na configuração do Estado Novo de 1937, era necessário uma proposta persuasiva de adesão dos trabalhadores ao projeto corporativista; construir uma eloquência discursiva capaz de promover a conciliação das classes sociais.

A presença desse novo Estado autoritário passa a ser construído frente ao liberalismo e ao federalismo oligárquico tido como decadente e ganha respaldo em vários setores sociais: empresários, intelectuais e uma parcela dos trabalhadores (VISCARDI, 2016: 201). Há um grande interesse de intelectuais brasileiros do período, que parecem alinhados aos princípios corporativistas, em identificar as causas do atraso e da incapacidade em adaptar a democracia liberal à realidade nacional. O IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho), por exemplo, fundado em 1931 em São Paulo, surge no sentido de pensar e administrar cientificamente o controle do trabalho; além de incorporar os trabalhadores na lógica competitiva do capital; era necessário enfraquecer os movimentos espontâneos dos trabalhadores que buscavam melhores condições de vida (ANTONACCI, 1987: 62). A origem do IDORT mostra a importância dada a harmonia social no trabalho para o desenvolvimento econômico que atenda os interesses da classe empresarial (REBECHI, 2014: 43). A questão que surge, além do desenvolvimento de técnicas e mecanismos produtivos, são quais as medidas de convencimento seriam necessárias para atenuar as tensões dentro do mundo trabalho. A Revista Light (1928-1940) parece ter sido uma das ferramentas pioneiras de comunicação interna na construção discursiva da conciliação entre as classes sociais.

A Revista Light, analisada no presente trabalho, da empresa The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power, foi um periódico mensal, distribuído gratuitamente para os

seus mais de dezoito mil empregados. Ela funcionou como um canal de comunicação interna, que além de informes, como a abertura de novos departamentos às atividades de lazer, também se preocupou com a construção relativa ao comportamento operário no cotidiano da empresa. A importância do periódico na formação do trabalhador da Light parece ter sido pouco considerada como fonte pelas pesquisas sobre os trabalhadores como um meio determinante na construção do arquétipo de trabalhador. Entretanto, o papel da Revista Light pode ter sido importante ao demonstrar o esforço da empresa em retratar constantemente seus trabalhadores em suas páginas, em coloca-los no centro na construção discursiva. É primordial compreender o empenho dos editores e redatores da revista, com suas escolhas de imagens, charges, autores, notícias e informes, para construir uma nova relação entre patrões e operários, especialmente no esforço de convencimento de que os interesses diretivos da Light eram também os mesmos dos trabalhadores. Como afirma Cláudia Nociolini Rebechi em sua tese:

(...) a comunicação interna pauta-se em difundir princípios que procuram convencer os empregados de que os propósitos das empresas são condizentes com as suas aspirações e de que os empregadores estão verdadeiramente preocupados com o seu bem estar (REBECHI, 2014: 38).

Quando a comunicação é oficializada de forma impressa, neste caso por uma revista mensal que existiu entre 1928 e 1940, os elementos e imagens presentes no periódico passam a ser revestidos da ideia de neutralidade da informação; com uma determinada objetividade lógica e racional, a comunicação interna procura ocultar as diferenças entre os indivíduos e grupos socialmente diferentes e que se encontram em posições desiguais no interior da estrutura empresarial.

Esse trabalho se propõe a indicar as construções discursivas criadas pela Revista Light como um canal de comunicação voltada a dirigir e controlar o comportamento operário, por isso é importante compreender quais são suas perspectivas ideológicas e também seus objetivos. A revista com as capas, colunas e toda a composição do discurso, é justamente o lugar em que podemos observar a relação entre língua e

ideologia, compreendendo como aquela produz sentidos por e para os sujeitos (ORLANDI, 2009). Nesse sentido:

Em suma, a Análise do Discurso visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos. Essa compreensão, por sua vez, implica em explicitar como o texto organiza os gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido (ORLANDI, 2009: 27).

Esse discurso não é muitas vezes dado explicitamente e deve ser também entendido como uma relação entre emissor e receptor, ambos realizam um processo de significação, e não apenas uma transmissão linear. As condições de produção do discurso são fundamentais para a análise do próprio discurso; o contexto cria os efeitos de sentidos, seus elementos que derivam de uma forma de sociedade que carrega experiências passadas que afetam como os sujeitos significam (ORLANDI, 2009: 31).

Por fim, a formação discursiva, organizada pelo empresariado da Light, transpõe a simples manipulação ou domínio objetivo dos acontecimentos; ela é uma produção histórico-social do poder, elaborada nas relações de força com grupos consonantes e antagônicos.

2. A REVISTA LIGHT E O DISCURSO CORPORATIVISTA

A Revista Light organizava-se em suas páginas para abordar vários elementos do cotidiano de suas fábricas no Brasil: aniversários e aposentadorias dos funcionários; elogio aos operários que se destacavam pelo bom cumprimento do trabalho; eventos festivos e esportivos; crônicas e contos literários; orientações de comportamento dos pedestres por conta dos bondes e até mesmo artigos de intelectuais e figuras públicas que, além de frequentarem as páginas no periódico, também cotidianamente visitavam as oficinas e escritórios, principalmente políticos e técnicos do Ministério do Trabalho. Em todas essas abordagens temáticas, dois eixos aparecem com mais recorrência de forma direta ou indireta: a valorização do bom trabalhador e o enaltecimento da

harmonia entre os operários – entre eles e com seus chefes - como elemento primordial para o desenvolvimento da empresa e do país.

A construção de um corpo discursivo, como estratégia de persuasão da valorização da harmonia e da compreensão do papel do trabalhador como parte fundamental de um corpo orgânico único, precisava de mediadores que buscassem dialogar com os trabalhadores. O discurso de Lindolfo Collor, nomeado para o novo Ministério do Trabalho, no Rotary Club do Rio de Janeiro em dezembro de 1930, apresenta as novas diretrizes do Estado:

É tempo já de substituímos ao velho e negativo conflito de “luta de classes”, o conceito novo, construtor e orgânico de “colaboração de classes”. A Nova República brasileira, propõe-se a dar expressão, a dar expressão legal e real a essas novas diretrizes sociais. A luta das classes encontra as suas origens em condições retrogradadas que nós refugamos por absurdas e atentatórias á própria dignidade do Estado. Tanto o capital como o trabalho merecem e terão o amparo e a proteção do governo. As forças reacionárias do capital e as tendências subversivas do operariado são igualmente nocivas à pátria e não podem contar com o beneplácito dos poderes públicos. Capital e trabalho, no Brasil, têm uma função brasileira a cumprir e essa função se há de realizar dentro dos mais rigorosos ditames da justiça. A regularização jurídica das relações entre o capital e o trabalho, obedecerá, pois, entre nós, ao conceito fundamental da colaboração de classes. Não há nenhuma classe, seja proletária, seja capitalística, que possa pretender que os seus interesses valham mais do que os interesses da comunhão social. O Brasil primeiro, depois os interesses de classes (COLLOR apud CARONE, 1970: 223).

O trecho da fala do ministro Lindolfo Collor nos ajuda a compreender algumas novas questões que começam a tomar a cena na esfera pública: a nova relação que o Estado procurará ter com os empregadores e empregados. Alguns termos como “regularização jurídica”, “comunhão social”, “colaboração de classes”, ou palavras como “amparo”, “proteção”, surgem como estruturantes no discurso do Ministro.

O empresariado da Light inclui propositalmente o trabalhador como o sujeito determinante no encadeamento orgânico da estrutura corporativa, sendo não mais

simples coadjuvante do corpo social, mas peça fundamental da produção do ideário desenvolvimentista. O trabalhador deixa de ser um mero produtor e passa ser o homem indispensável para a constituição social saudável, o próprio núcleo que sustenta a ordem do organismo, contextualizado com o fortalecimento da nação; a ordem e progresso, tão alentados pelos discursos, são apenas exequíveis com o comprometimento do trabalhador, sua disciplina e dedicação, como aponta Mr. Barton, presidente do complexo das oficinas Light do Rio de Janeiro, a Cidade Light:

Lançando a eficiência, os operários corresponderam ao que a Companhia faz por eles, pois, aqui a nossa maior preocupação é o homem. Quer agora saber o segredo do nosso êxito? Está na disciplina e na Cooperação. A disciplina aqui é perfeita. Cada um sabe o que tem a fazer e como deve agir e ninguém infringe as regras estabelecidas e indispensáveis para a marcha normal do trabalho e vida agradável para todos. Por isso ha ordem e o trabalho anda. A cooperação é também absoluta e todas as secções trabalham em harmonia, conjugando os seus esforços, para o melhor resultado do trabalho. Por isso, o trabalho é eficiente e realizamos na “Cidade-Light” uma obra útil (Revista Light, 09/1932: 11)

A harmonia e a ordem, consequências da disciplina, permeiam as relações de trabalho, fortalecendo a dinâmica dos poderes atuantes que detém o domínio do discurso. A aproximação do discurso do chefe da Cidade Light com a do ministro Lindolfo Collor e do próprio Getúlio Vargas, aponta que o empresariado está preocupado em manter-se na sua posição social de burguesia urbana e preservar seus interesses (ARAÚJO, 1994: 117).

A Revista Light, em consonância com essas novas abordagens do Estado, também traz a questão social como um princípio a ser idealizado para seus trabalhadores. Segundo o Diretor Geral do Departamento Nacional do Trabalho, Custódio de Viveiros, que visita as oficinas da Light no Rio de Janeiro em julho de 1934, a Light era um exemplo de organização na aplicação das leis trabalhistas mesmo com dezenas de milhares de trabalhadores, afinal a Light teria conseguido, segundo ele,

transplantar para o operário a mesma consciência de seus deveres, como em um jogo de xadrez:

A unidade não se perde no aluvião de algarismos e nomes. No tabuleiro de xadrez.(...) Todos se movem de acordo com as normas estabelecidas; pião só pula uma casa, o bispo anda em diagonal; a torre na horizontal...Não há erro ou omissão porque os homens que assumiram a responsabilidade do trabalho tem consciência de seus deveres e convicção. Vim da Light satisfeito, porque trouxe a convicção de que os 17.000 homens da sua empresa me darão sempre menos trabalho do que os 17 cidadãos que constituem uma fábrica de tamanco. (Revista Light, 07/1936: 10).

Os artigos e textos escritos nas páginas da Revista muitas vezes contam com a autoria de intelectuais entusiasmados com o Estado autoritário e seus elementos corporativistas. A função do intelectual, segundo o Getúlio Vargas, não é mais restrita aos romancistas e poetas, mas cada vez mais se alarga às profissões liberais, aos juristas, historiadores, políticos e até industriais (VARGAS, 1943). Este, o intelectual, teria, nessa perspectiva, a missão de não apenas interpretar socialmente o Brasil, mas como aponta Vargas, desenvolver uma “espécie de judicatura sobre a vida mental do País” (VARGAS, 1943: 236).

Nesse sentido, a presença de Azevedo Amaral, um dos interlocutores e ideólogos mais ativos do governo Vargas, é recorrente nas páginas da Revista Light. Em seu texto intitulado “O verdadeiro espírito corporativo” de maio de 1936, é essencial para a compreensão de alguns elementos do corporativismo presentes no periódico. Essa foi uma edição comemorativa, pois a Revista chegara ao centésimo número. Amaral expõe de maneira clara suas considerações sobre a proposta corporativista nas relações de trabalho; compreende que a Light, especialmente pelo grande número de empregados nos mais variados postos de trabalho, é um exemplo de “solidariedade moral, que transforma as relações hierárquicas e disciplinares em um ajustamento suave

de colaboração espontânea e racionalmente sistematizada” (Revista Light, 05/1936: 17). Para Amaral, o principal ponto fraco da indústria moderna seria a ausência da solidariedade entre seus empregados e a falta de coesão moral; a solução passaria por convergir os esforços individuais para o objetivo comum. O espírito corporativo das indústrias devia se inspirar nas organizações militares: assim como o soldado se orgulha do seu regimento e reconhece para com ele seus deveres militares, o operário também tem como objetivo defender o prestígio da entidade industrial e combater os excessos da impaciência individual. Esse processo deve ser percebido pelos próprios operários, “conscientes do valor da sua contribuição individual, para a obra comum”, mas também pela coordenação da direção e das esferas administrativas. A prosperidade e a harmonia dentro fábrica precisariam passar pela consciência do trabalhador em controlar suas inquietações, mas mais ainda, em compreender e aceitar seu papel dentro da unidade produtiva:

Por mais restrita e modesta que aparentemente seja a função de um empregado da Light, quem o observa não deixa de reparar como ele tem desenvolvida a consciência da significação de seu papel em um grande conjunto de atividades e como sente também as responsabilidades que o integram na organização de que se orgulha de ser parte. Criou-se nesse vasto pessoal de trabalhadores manuais e intelectuais, ocupando os planos mais diferentes na entrosagem geral dos serviços, uma personalidade característica (Revista Light, 5/1936: 17).

Esse discurso da harmonia e solidariedade na Revista Light, não é exclusivo de Azevedo Amaral. No começo de outubro de 1935, aconteceu uma conferência de Erverado Backheuser, referência intelectual do período, para os operários da empresa. Backheuser compreende uma crise generalizada no mundo, pois, os interesses privados, do indivíduo, grupo ou classe, se sobrepunham ao bem-estar coletivo. A solução seria uma compreensão nítida entre o braço e o capital, entre o esforço operário e a inteligência que o coordena. Para fundamentar e ilustrar para os ouvintes da palestra, Backheuser cria a metáfora das raízes e das sementes:

Não se pode orgulhar o tronco das suas raízes, quando estas provêm das sementes, como a semente não se deve imaginar superior as raízes, quando estas são o ponto de partida da sua pujança, da sua vitalidade através a folha e o fruto. Aí está, numa imagem linda, a filosofia social de todos os tempos. (Revista Light, 10/1935: 15)

Para os dois intelectuais, tanto Azevedo Amaral, quanto Erverado Backheuser, as práticas da Light e seu complexo industrial de convivência operária, conhecida como Cidade Light, são modelos para as demais empresas brasileiras, pois segue alguns requisitos fundamentais para o ambiente harmônico. Além do espírito de justiça da direção da empresa e de sua tradição na formação técnica dos operários, há dois pontos primordiais pontuados pelos autores: a garantia de proteção e direitos para os operários e o incentivo a sociabilidade (atividades recreativas e práticas esportivas), ou seja, os benefícios que a empresa proporciona aos trabalhadores.

É frequente ao longo das edições da revista a exposição das práticas sociais dentro do espaço de trabalho: equipes esportivas das mais variadas modalidades, festas de carnaval, o as práticas do escotismo, importante e constante no periódico, mas principalmente, os direitos adquiridos: assistência médica ao operário e seus filhos, além da escola técnica de capacitação profissional aos novos contratados. A Revista Light cumpre o papel de evidenciar exaustivamente as práticas sociais promovidas pela empresa. Aliás, segundo Amaral, este papel do periódico é essencial para que o espírito corporativista seja o componente da vida operária na Light; sem a sua influência, os trabalhadores ficariam “reduzidos ao círculo estéril da sua acanhada vida individual” (Revista Light, 05/1936: 17). O departamento de publicidade e a Revista Light seria, nas palavras do autor, um sistema nervoso “que pôs em contato, uma com as outras, perto de vinte mil almas” (Revista Light, 05/1936: 17).

Em janeiro de 1938 um artigo intitulado “coleguismo” de Annibal Bonfim publicado pela Revista, reavaliou o conceito de coleguismo nas oficinas da Light. Bonfim que era também sub-chefe do Departamento de Publicidade da Light, apontou o que considerava um erro no emprego do termo por apenas ser praticado em membros de uma mesma classe social e não pelos feitos morais de indivíduos merecedores, ou seja,

a solidariedade deveria premiar as ações de uma pessoa, independentemente da classe social a que ela pertencia. A solidariedade entre os da mesma classe, segundo Bonfim, levaria, normalmente, à proteção dos maus indivíduos:

Na escola o coleguismo se patenteia, normalmente, no fornecimento de ‘cola’ a um vadio, na mentira ao mestre para justificar um faltoso (...) Nos grandes agrupamentos de trabalho as demonstrações dessa mesma interpretação errônea de coleguismo são ainda mais perniciosas. As vezes tomam a forma de resistência ou oposição a um chefe que se viu obrigado a punir um funcionário que errou; outras vezes o exagero vai ao ponto de ser declarada uma greve em desagravo a um colega que a grande maioria não conhece e por um caso cujas circunstâncias são ignoradas pelos grevistas (Revista Light, 01/1938: 8).

O coleguismo, no sentido de não denunciar os operários considerados desordeiros ou ainda protegê-los por ser um membro da mesma classe, é interpretado como um grande erro. As diferenças entre os funcionários comuns e os chefes seriam resultados desse falso coleguismo que protegeria os maus operários; até mesmo os movimentos grevistas poderiam ser originários dessa falta de solidariedade para além das classes sociais. A resistência a um superior e a greve são apontadas como equívocos de uma solidariedade horizontal, em lugar de uma solidariedade vertical, essa sim, nesse discurso, não só desejável, mas obrigatória para o bom andamento do trabalho.

Nesse sentido, Annibal Bonfim compreendia que a Light cumpria o coleguismo correto ao estreitar os laços entre os diferentes grupos na hierarquia. Para o autor, quando a Light premiava ou homenageava seus trabalhadores pelos muitos anos de dedicação, ela gerava justamente o coleguismo construtivo. Como no caso do assistente de almoxarifado geral Nils Adolph Kjaer, que completara em 1933 trinta anos de trabalho na Light. O trabalhador de origem dinamarquesa, que começou a trabalhar na Light em 1892 como fiscalizador de bilhetes e recebimento de passagens, ganhou uma homenagem de seus chefes e uma pequena biografia especial na edição de agosto daquele ano. Segundo a Revista, o veterano Sr. Adolph seria um exemplo “belíssimo que merece o nosso respeito e a nossa admiração” já que atingira as três virtudes do

trabalhador ideal: honestidade, rapidez e principalmente cooperação, afinal “pela harmonia como sempre colaborou com os demais chefes e empregados” (Revista Light, 08/1933: 18).

Os chefes também ganhavam homenagens, como o caso do Sr. João Martinho que era chefe geral das oficinas da Companhia City da Light de Santos. Após quarenta e quatro anos de trabalho, o Sr. Martinho se aposentou e recebeu condecorações de seus subordinados, segundo a Revista, pois buscou sempre a perfeita harmonia e colaboração dos operários. O chefe em sua despedida pede aos operários subordinados “que sempre procurem prestar os seus bons serviços a seu patrão, pois cedo ou tarde serão recompensados. Trabalhar, cuidar dos interesses do patrão, é o dever de todo bom empregado” (Revista Light, 07/1939: 7). Ao longo das edições da Revista há um grande esforço em relatar as homenagens – textuais e fotográficas - que os operários faziam aos seus chefes, além do enaltecimento dos feitos do bom operário.

O editorial de dezembro de 1938 reforçou a posição da Revista sobre a perspectiva dessa aproximação entre chefes e subordinados. Assim como a maior preocupação de um chefe de família é a cordialidade entre seus membros, nas oficinas da Light a preocupação dos chefes é também criar um ambiente de cordialidade, pois nas oficinas “onde os que trabalham formam também suas famílias”. Segundo a Revista, para que exista o prazer em trabalhar e assim obter maior rendimento, os trabalhadores devem imitar o ambiente familiar, ou seja, reproduzir nas oficinas e escritórios a confiança e a harmonia. Um operário em comunhão com todos “sentindo-se amparado, respirando nesse ambiente puro e confortador, produz naturalmente mais e melhor. Essa relação em conjunto é fundamental para a Companhia:

Quanto maior é a nau, maior a tormenta. Assim a ordem e o bom andamento dos serviços é naturalmente mais difícil de conseguir numa grande casa. Observando sempre o princípio de cordialidade, a Light consegue verdadeiras maravilhas. Os empregados têm a noção exata de que os seus chefes são antes de mais nada seus amigos e os chefes, por sua vez, tratam os auxiliares de modo a aumentar a confiança existente? São tradicionais as festas e comemorações constantes nas quais conçoam chefes e auxiliares, dos mais altos aos mais

modestos. Dir-se-ia, então uma grande família e festa. (Revista Light, 12/1938)

Percebe-se no editorial a tentativa de extensão do mundo privado do operário para o espaço da fábrica; sentir-se acolhido, protegido, ser cordial e amável com os demais, especialmente com seus superiores, assim como o operário é com sua família. O poder, desse modo, é naturalizado.

Para estimular a própria consciência coletiva e disciplinadora do operário, a empresa procura tratá-lo como um ser pensante, com vontades e que necessita de bem-estar no cotidiano fabril. Na mesma medida que a revista constrói o discurso corporativista de enaltecimento do coletivo em detrimento ao individual, na expectativa que o trabalhador compreenda sua função orgânica, ela desenvolve em suas páginas os direitos e benefícios adquiridos pelos seus empregados; uma relação de troca entre capital e trabalho. A revista ao ressaltar a valorização do trabalho e do trabalhador, a importância da harmonização das classes sociais – chefes e empregados – principalmente o incentivo à socialização e, por fim, o respeito à hierarquia como princípio socialmente natural, manifesta a construção da ética ideal do seu empregado. Alinha-se às propostas corporativistas do Estado em relação à importância da questão social como elemento central do seu discurso.

3. CONCLUSÃO

A construção discursiva da Revista Light, em alguns textos analisados no presente artigo, poderia ser compreendida apenas como um processo de domesticação do trabalhador; uma medida de controle e imposição. Estado e a empresa Light são os poderes atuantes que parecem deter o domínio do discurso que apreenderiam o trabalhador na lógica do comportamento determinado que lhes convém, formando assim, o protótipo do trabalhador ideal, vinculado essencialmente com a produção fabril. Entretanto, é importante ressaltar que o processo não foi linear e simétrico; era necessário o esclarecimento e convencimento dos trabalhadores, os receptores, para que as intenções no discurso se concretizassem. A presença de intelectuais na revista, neste

sentido, como autorizados em serem os intermediadores do Estado, encarregados de orientar a formação moral do trabalhador, são fundamentais nesta relação de persuasão.

Era fundamental compreender e acessar os trabalhadores para convencê-los de seus anseios harmônicos e dissuadi-los da luta de classes. A Light, por meio de sua revista, trabalha num processo de negociação e cooptação: arquiteta seu discurso com base na harmonia e na solidariedade, o corporativismo, na busca de anular as vontades individuais e, conseqüentemente, a identificação do trabalhador como antagônico a empresa; mas também com a intensa e frequente exposição dos benefícios do trabalhador, o periódico trabalha num compromisso em elucidar seus direitos e benefícios e com isso, convencê-los das vantagens sociais adquiridas.

FONTES

Revista Light (1928-1940) Acervo da Fundação Energia e Saneamento. Núcleo de Documentação e Pesquisa de São Paulo (NDP).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Azevedo *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1938.

ANTONACCI, Maria Antonieta Martines. “Institucionalizar Ciência e Tecnologia – Em Torno da Fundação do IDORT (São Paulo, 1918/1931)”. **Revista Brasileira de História**, Vol. 7, n. 14. São Paulo, mar./ago. 1987

ARAUJO, Ângela Maria Carneiro. **A construção do consentimento: corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos 30**. 1994, tese de doutorado. Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.

CARONE, Edgar. **A República Velha**. Instituições e classes sociais. Difusão Europeia: São Paulo, 1970.

GARRIDO, Álvaro. O corporativismo na História e nas Ciências Sociais – uma reflexão crítica partindo do caso português. **Revista Estudos Ibero-Americanos** (Porto Alegre), v. 42, n. 2, p. 387-408, 2016.

D'ARAUJO, Maria Celina. “**Estado, classe trabalhadora e direitos sociais**”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano, Vol. 2 – O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LOBO, Valéria M. Corporativismo à brasileira: entre o autoritarismo e a democracia. *Revista Estudos Ibero-Americanos* (Porto Alegre), v. 42, n. 2, p. 527-552, 2016.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso e procedimentos**. 8. Ed. Campinas: Pontes, 2009.

PINTO, Antônio Costa. “**Corporativismo, ditaduras e representação política autoritária**”. In: PINTO, Antônio Costa e MARTINHO, Francisco Palomanes. “A onda corporativa: Corporativismo e ditaduras na Europa e na América Latina. FGV Editora, 1ª Ed, 2016.

PINTO, António Costa. O corporativismo nas ditaduras da época do fascismo. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 30, n. 52, jan.-abr. 2014.

REBECHI, Cláudia Nociolini. **Prescrições de comunicação e racionalização do trabalho: os ditames de relações públicas em diálogo com o discurso do IDORT (anos 1930-1960)**. 2014. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo.

VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil. O Brasil na Guerra: 1º de maio de 1943 a 24 de maio de 1944**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944. v. 10.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **A representação profissional na Constituição de 1934 e as origens do corporativismo no Brasil**. In: PINTO, António Costa. MARTINHO, Francisco Palomanes. (orgs). *A onda corporativa: corporativismo e ditaduras na Europa e na América Latina*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

**Simpósio Temático 19: Impressos e imprensa na América ibérica
oitocentista**

A IMPRENSA LUSO-BRASILEIRA NA CISPLATINA

Arthur Ferreira Reis⁴²⁸

RESUMO: Os estudos sobre o processo de independência do Brasil têm se diversificado a cada ano. Impulsionados por fatores como descobertas de novas fontes, acumulação do conhecimento histórico, ampliação do sistema de pós-graduação e outros fatores, diversos historiadores se debruçam por diferentes aspectos desse processo. Esse trabalho visa destacar e fazer uma exploração inicial dos periódicos escritos em língua portuguesa na Cisplatina durante o processo de independência do Brasil, tema ainda carente de pesquisas. Através da análise dos seus conteúdos, pudemos perceber como eles se relacionavam e opinavam sobre as movimentações dos independentistas brasileiros o que podem os revelar importantes aspectos das relações entre brasileiros, portugueses e cisplatinos.

PALAVRAS-CHAVE: Independência; Cisplatina; Imprensa.

ABSTRACT: Studies on Brazil's independence process has diversified each year. Motivated by factors such as discoveries from new sources, accumulation of historical knowledge, expansion of the postgraduate system and other factors, several historians look at different aspects of this process. This work aims to highlight and make an initial exploration of the journals written in Portuguese in Cisplatina during the process of independence from Brazil, a topic that still needs research. Through the analysis of their contents, we were able to understand how they related and opted or not for the movements of Brazilian independence, which can reveal important aspects of the relations between Brazilians, Portuguese and cisplatinos.

KEYWORDS: Independence; Cisplatin; Press.

⁴²⁸ Mestre em História. E-mail: arthurfr23@gmail.com

Os estudos sobre a imprensa do processo de independência do Brasil têm se preocupado, a cada ano, com diferentes vertentes. Diante do desenvolvimento tecnológico, da acumulação do conhecimento histórico, descoberta de novas fontes, discussões teóricas e metodológicas, ampliação do sistema de pós-graduação no país e muitos outros fatores, a cada ano surgem diferentes interpretações, visões e informações sobre esse conturbado e rico período.

Nos últimos anos, e de forma destacável, tem ganhado espaço dentre essas pesquisas, esforços que buscam compreender o processo de independência de forma a ultrapassar uma abordagem nacionalista. Seja através da escolha das fontes ou do método, busca-se superar os limites nacionais e compreender como nossa independência relacionou-se com outras regiões, principalmente com a América.

Assim, importantes estudos como os de João Paulo Pimenta (PIMENTA, 2017), Murilo Dias Winter (WINTER, 2019), os verbetes decorrentes do Dicionário de Iberoconceptos (FERNÁNDEZ SEBASTIÁN *et al.*, 2014) e muitos outros tentam responder às perguntas relacionadas à seguinte: qual as relações, semelhanças e diferenças entre os diferentes países e processos de independência da América?

Essa pesquisa relaciona-se com essa historiografia. Na verdade, nos inspiramos nessa historiografia para buscar um recorte pouco analisado pelos historiadores. Nosso objetivo nesse papper é explorar as facetas da imprensa escrita em português e publicada na Cisplatina, região que no recorte temporal escolhido, 1822 e 1823, era disputada entre o recém independente Império do Brasil e Portugal.

Uma primeira faceta que deve ser destacada é a ausência de estudos de grande monta sobre esses periódicos. Talvez por serem escritos em português na região que hoje é o Uruguai, por seus autores não terem exercido cargos de destaque na política e por não terem papeis principais nos processos de independência nem do Brasil nem do Uruguai, os periódicos não foram analisados exaustivamente por pesquisas. Existem algumas menções nos trabalhos de Wilson González Demuro (DEMURO, 2013) e Winter (WINTER, 2018), porém eles não foram sistematicamente estudados, de forma que isso é uma rica lacuna historiográfica a ser preenchida pelos historiadores.

Importante destacar, aliás, que esse papper não tem nenhuma intenção de esgotar os periódicos, mas apenas lançar algumas observações entre a relação de seus escritos com o momento sociopolítico.

Assim, selecionamos os periódicos *Expositor Cisplatino*, *Serenas Tardes*, *Semanário Político* e *Gazeta de Montevideo*, pois foram os únicos publicados em português nesse período. Nosso objetivo é percorrer suas páginas de forma a compreender melhor como esses jornais lusófonos trataram dos acontecimentos referentes à política do momento em terras hispânicas.

O primeiro periódico analisado é o *Expositor Cisplatino*, o qual temos apenas uma edição. Escrito pelo português Agostinho Jou Menezes, durou pouco graças a repressão consequente da primeira e única edição do *Expositor* (DEMURO, 2013, p. 337)

No momento em que circulou, em abril de 1822, a Cisplatina fazia parte do Império Luso-brasileiro. Aliás, nesse momento existia uma excitação geral com o novo governo liberal que se formara a partir da Revolução do Porto. Esse entusiasmo era refletido no periódico, para quem a constituição era

Uma lei fundamental como é a constituição, deve sim garantir os direitos do cidadão, deve sustentar em perfeito equilíbrio as prerrogativas individuais, deve permitir a transmissão dos nossos pensamentos; porém quando estes se dirijam a reclamar os direitos que se nos usurpam, ou a corrigir os erros que nos prejudicam. Deve outro sim congratular as nossas virtudes, e premiar enfim os nossos merecimentos.⁴²⁹

A constituição viria para acabar com o despotismo. Despotismo esse, aliás, que o redator era muito taxativo e até agressivo ao tratar, não escondendo em nenhum momento sua opinião, a de que

⁴²⁹ **Expositor Cisplatino**, n.1, 11 de abril de 1822. A linguagem das citações foi atualizada para melhor compreensão.

Não estávamos nós até agora submetidos ao furor e às vinganças daqueles a quem a fortuna, ou ardis adulações tinham elevado à contemplação da proceridade do Trono, para dali ditarem o nosso suplício, e sermos por consequência vítimas da sua iracunda? Não estávamos nós até agora regidos por um Rei hipócrita, que com a capa de suas aparentes virtudes nutria os mais abominosos vícios, e com o manto das suas santidades fazia injustiças inauditas e erros irremissíveis? Não tínhamos nós anterior à nossa regeneração milhares de déspotas a reger-nos? Tínhamos sem dúvida. Porque desde o mais íntimo magistrado, tudo era um corpo composto de assoladores, de egoístas, e de atrozes⁴³⁰.

A agressividade no tratamento a D. João VI é um traço característico de Menezes, já que nesse momento os jornais tendiam a inocentar o rei e culpar os ministros e funcionários públicos pelo despotismo no Império (NEVES, 2003). Mas os funcionários públicos não passaram incólumes no periódico. Segundo Menezes, para

eles não havia lei, não havia justiça, não havia razão, porque, o dinheiro quebrantava lhes as leis, os empenhos obscurecião-lhes a justiça, e os seus despotismos suprimiam a razão⁴³¹.

A Revolução do Porto teria mudado esse cenário, pois a partir dela “é a constituição que nos rege, e o Rei unicamente o executor de suas legislações”⁴³².

Falando sobre o Brasil e sobre as notícias que chegavam do Rio de Janeiro, mais especificamente do Fico, Menezes não se preocupava com uma possível cisão.

Ora, os Brasileiros, ainda quando não fossem tão liberais, e amantes, como são do Trono; não se deliberariam sem um grande receio a abraçar um sistema livre, ou anárquico. Porque as suas províncias logo que conhecessem a desobediência ao Trono, cada uma de por si queria uma diferente forma de

⁴³⁰ **Expositor Cisplatino**, n.1, 11 de abril de 1822.

⁴³¹ **Expositor Cisplatino**, n.1, 11 de abril de 1822.

⁴³² **Expositor Cisplatino**, n.1, 11 de abril de 1822.

governo e a primazia de um sistema mais vantajoso, e representativo⁴³³.

Assim, após duras críticas ao Rei, aos funcionários públicos e ao Antigo Regime, o periódico direcionava sua crítica para o outro extremo, o governo democrático, mostrando ao fim da argumentação seu método de governo preferido: a monarquia constitucional:

não devemos supor que os brasileiros algum dia venham a rebelarem-se, nem a abraçarem a independência; a vista de tão horríficos exemplares das suas vizinhanças. Porque, se eles perguntarem aos Americanos do Norte, quais foram as excelências, ou vantagens que experimentaram depois da sua independência, responder-lhes-ão: = Que nenhuma; porque ninguém ignora que quando a América do Norte, estava debaixo do domínio da Inglaterra, já estava elevada ao mesmo grau de aptidão e prosperidade em que atualmente se acha; pois as produções da sua agricultura eram as mesmas que são hoje, e o seu tráfico comercial, talvez que naquele tempo fosse mais vantajoso. Claro está que o único fruto que os Americanos tiraram da sua independência foi uma satisfação à efervescência dos seus espíritos revolucionários⁴³⁴.

Resgatando os exemplos das outras independências americanas, Menezes continuava sua argumentação comparando agora com os países do sul

Se perguntarem aos Americanos do Sul qual foi o produto da sua independência; responder-lhes-ão = Que contínuos desassossegos, sanguinosas pelejas, e subversão de riquezas⁴³⁵.

A comparação entre as independências e a utilização dos acontecimentos da América como forma de prognóstico para a independência do Brasil funcionava como

⁴³³ **Expositor Cisplatino**, n.1, 11 de abril de 1822.

⁴³⁴ **Expositor Cisplatino**, n.1, 11 de abril de 1822.

⁴³⁵ **Expositor Cisplatino**, n.1, 11 de abril de 1822.

uma conexão entre histórias. Regiões habitadas por pessoas diferentes e com línguas diferentes, que deram resultado a nações diferentes, conectavam-se por uma similaridade histórica e territorial: colonização, independência e América.

Para finalizar a análise desse periódico, devemos destacar suas reservas quanto à imprensa. É sabido que após a Revolução do Porto houve uma multiplicação de impressos no Império Luso-Brasileiro (MOREL, 2013), o que não passou despercebido pelo redator. Todavia, diferente de grande parte dos outros periodistas, ele via isso de maneira negativa.

Segundo Menezes, o grande problema estava na quantidade de pessoas ignorantes que escreviam impressos, tornando a imprensa “em baixas manjedouras para todos os asnos meterem o focinho”, onde “todas as classes de quadrupedes vão dar coisas, e expelir os excrementos das suas desinterias intelectuais”⁴³⁶. Disso ocorriam

detestáveis abusos que temos observado tanto posteriores à nossa regeneração, como depois da liberdade da imprensa. Pois temos um evidente conhecimento de vários indivíduos que para assinarem o seu nome, ainda soletram paulatinamente as sílabas, e já dirigem seus escritos para a imprensa⁴³⁷.

A linguagem agressiva de Menezes não rendeu bons frutos. Segundo Demuro (DEMURO, 2013, p. 337), logo após a circulação do periódico ele teria sido preso – graças às agressões feitas à D. João – e expulso da província.

Quase um ano depois, em fevereiro de 1823, surgiria o segundo periódico escrito em português na Cisplatina, a *Serenas Tardes do Molhe ou Entretenimento sobre as indigestões causadas pela fruta do tempo*. Sobre esse periódico pouquíssimo se sabe e seu redator permanece até hoje desconhecido. O único número que nos chegou também pouco nos informa, pois contém um longo diálogo entre “Barata, e Coelho”, dois personagens que conversavam sobre os acontecimentos políticos da Cisplatina. Regado a reviravoltas retóricas e questões do cotidiano, o que pudemos retirar da edição foi a

⁴³⁶ **Expositor Cisplatino**, n.1, 11 de abril de 1822.

⁴³⁷ **Expositor Cisplatino**, n.1, 11 de abril de 1822.

posição contrária à causa brasileira graças às críticas feitas às tropas brasileiras e a Lecor no último parágrafo do diálogo

Tens razão; o medo é um mal que embrutece os homens, e as Observações só me fizeram viver com cautela entre os servís, e adutores; hoje que principia a respirar a humanidade com a retirada dos Traidores para São José, acharas em teu amigo Coelho a liberdade de pensamentos que desejas⁴³⁸.

Em junho de 1823 viria a público o terceiro periódico escrito em português, o *Semanário Político*. Esse periódico foi redigido por Manuel Arana, funcionário da tesouraria Cisplatina e, segundo Demuro, ligado diretamente aos soldados portugueses (DEMURO, 2013, p. 417). Essa ligação se torna evidente quando o autor avisa que distribui 100 edições gratuitas para os soldados da Divisão de Voluntários Reais.

Desde o prospecto o jornal já é claro em sua missão:

Tendo ultimamente sido emitidos pelo General Lecor e seus aderentes, vários papéis em que aparece o espírito de traição, e aleivosia com que pretende macular o nobre sistema constitucional, devida obediência e lealdade que a Divisão de Voluntários Reais d'El Rei jurou invariavelmente tributar a El Rei, e ao Soberano Congresso; e vendo-se nos Diários do Rio de Janeiro a calúnia e falsidade vulnerando o crédito de Soldados Dignos (...) nos comprometemos a dar à luz um Periódico Semanal com o título de - *Semanário Político de Montevideo* - com o único fim de obstar que a verdade seja ofuscada pela calúnia, e a razão pela iniquidade⁴³⁹.

Em seu número 7, o redator escreveu um longo editorial criticando os clubes e partidos, acusando-os de desestabilizar as nações e impedir o progresso das mesmas. Segundo o periódico, os

⁴³⁸ **Serenas Tardes do Molhe ou Entretenimento sobre as indigestões causadas pela fruta do tempo**, n.1, 08 de abril de 1823.

⁴³⁹ **Semanário Político**, n.7, 26 de junho de 1823.

Os partidos carcundáticos, e rebeliões, ainda que sejam compostos na sua maioria representativa pela escória das gentilhas, contudo não podemos duvidar de que a sua organização deixe de ser baseada na proteção, e auxílio indireto de uma sociedade de influentes de altas feições⁴⁴⁰.

Após essas críticas, o redator expõe o verdadeiro objetivo: acusar os defensores da independência do Brasil e da união da Cisplatina com o país de facciosos e absolutistas. Por isso afirma que

O Imperador do Rio de Janeiro para se revoltar contra a sua Pátria, e elevar-se à intempestiva dignidade de Imperador, comprou os Oficiais dos Corpos com postos de acesso, e os Soldados por 10 reis de mel coado, de quem unicamente teve o grito de aclamação. Assim o pretendeu o infame Lecor junto com a cáfila de Traidores desmoralizar e perverter para sempre a briososa Divisão de V. R. d'El Rei; Soldados dignos de que os seus nomes sejam gravados em colunas de bronze onde a posteridade admire a heroica firmeza de uma tropa que sendo traída e desamparada do seu General, sustentou e defendeu constantemente os direitos da sua Pátria⁴⁴¹.

Diante das ameaças desses grupos desorganizadores, a quem cabia reprimi-los? Nesse ponto a argumentação sobe o tom, e o redator afirma que

A qualquer homem ou associação, pois eles já não gozam do foro de cidadão e já perderam as imunidades e prerrogativas da Lei. Ele não é membro da Nação e já não é mais do que um agressor da tranquilidade pública, e como tal, deve sofrer o decisivo suplicio do seu crime. O crime de traição à sua Pátria não merece piedade "nem deve deixar de perder a vida para expirar aquelas que intentavam sacrificar. Ele deve ser punido

⁴⁴⁰ **Semanário Político**, n.7, 26 de junho de 1823.

⁴⁴¹ **Semanário Político**, n.7, 26 de junho de 1823.

não como cidadão (diz Rousseau) mas sim como inimigo ofensor do Estado⁴⁴².

De forma bastante oportuna e quase suplementar, após o editorial é publicada uma carta de “Três militares constitucionais”, que rogam ao redator informar quem são os membros de clubes e partidos “tanto para satisfação dos nossos desejos. Como para que o Governo passe a dar as providências necessárias a obviar as danificações que resultam desses Contaminadores da tranquilidade Pública”⁴⁴³.

Como podemos ver, esses três primeiros jornais assumiam posições contrárias ao que ocorria no Reino do Brasil. Escritos em uma região em disputa política e em conflito militar a partir de 1823, tinham a função e o objetivo de defender a união com Portugal, união essa cada vez mais difícil diante dos problemas enfrentados pelos portugueses para enviar reforços e suprimentos para a Divisão Real. Incapaz de defender Montevideú, em novembro de 1823 a Divisão dos Voluntários Reais deixou a praça e abriu caminho para o General Lecor e os brasileiros conquistarem a cidade.

Se a conquista militar ocorreria apenas no dia 18 de novembro, antes disso circulava a *Gazeta de Montevideo*, o primeiro jornal escrito em português a fazer explícita defesa da causa do Império do Brasil. Escrito pelo comerciante João Maria da Costa, que depois viria a escrever outros periódicos como *Atalaia da Liberdade* e *Gazeta do Brasil* (REIS, 2016).

Infelizmente contamos com apenas o último número, publicado no dia 20 de novembro, mas podemos tirar algumas informações dele. Primeiro, o jornal contava com uma crítica à inquisição, tratada como elemento de atraso e tradicionalismo excessivo que devia ser combatido. Depois, aponta para notícias de agitações constitucionais na França e Berlim. Por fim, destacamos a datação do periódico, que ao invés da tradicional data cristã apontava para o ano “III da Independência e do Império”.

⁴⁴² *Semanário Político*, n.7, 26 de junho de 1823.

⁴⁴³ *Semanário Político*, n.7, 26 de junho de 1823.

NOTAS DE CONCLUSÃO

Para concluir, destaco que esse trabalho é uma indicação para pesquisas futuras. Compreender o papel dos publicistas luso-brasileiros na Cisplatina se trata de uma tarefa ainda por se realizar e que pode nos informar sobre o processo político da região e da independência do Brasil. Cabe-nos destacar que a Cisplatina foi tratada pelos brasileiros desde o início do processo de independência como elemento do Reino do Brasil, não como região a ser conquistada ou indefinida territorialmente. Assim, se uma primeira vertente de estudo dos impressos cisplatinos passa justamente por compreender por meio dos impressos a construção desse processo de adesão, uma segunda vertente pode passar pela recusa à adesão, que pelo que vimos, foi muito mais prolífica do que a primeira. Por fim, a leitura desses periódicos pode nos revelar também conexões e cruzamentos de histórias, expectativas e vidas de homens, mercadorias e impressos nesse conturbado e interessante momento da história do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEMURO, Wilson González. **Prensa periódica y circulación de ideas en la Provincia Oriental, entre el final de la dominación española y la independencia (1814-1825)**. 2013. 548 f. Montevideo: Universidad de la República, 2013.

FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier et al. **Diccionario político y social del mundo iberoamericano. Conceptos políticos fundamentales, 1770-1870**. Madrid: Fundación Carolina, 2014.

MOREL, Marco. Os Primeiros Passos da Palavra Impressa. In: MARTINS, ANA LUIZA; LUCA, TÂNIA REGINA DE. (Org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. .

NEVES, Lúcia Bastos Pereira Das. **Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: REVAN, 2003.

PIMENTA, João Paulo Garrido. **Tempos e espaços das independências: a inserção do Brasil no mundo ocidental (1780-1830)**. São Paulo: INTERMEIOS, 2017.

REIS, Arthur Ferreira. **“Anarquistas” e “servis”**: uma análise dos projetos políticos do ano de 1826 no Rio de Janeiro. 2016. Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.

WINTER, Murillo Dias. **Imprensa periódica e a construção da identidade oriental**: província da Cisplatina (1821-1828). Porto Alegre: Editora Fi, 2018. Disponível em: <https://www.academia.edu/36559677/Imprensa_periódica_e_a_construção_da_identidade_Oriental_Província_Cisplatina_1821-1828_open_book_>.

WINTER, Murillo Dias. **Uma tempestade de papéis impressos e infames**: Imprensa e linguagem política na independência do Brasil (Província Cisplatina, 1821-1824). 2019. 214 f. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

FONTES

O Expositor Cisplatino ou eschólio da veracidade. Montevideo: Imprensa de Perez, 1822.

Gazeta de Montevideo. Montevideo, 1823.

Semanário Político. Montevideo: Imprensa de Torres, 1823.

Serenas Tardes do Molhe ou Entretenimento sobre as indigestões causadas pela fruta do tempo. Montevideo: Imprensa de Torres, 1823.

**Simpósio Temático 21: Sujeitos das/nas Narrativas: História oral,
memória e identidades subalternas no tempo presente**

**A VOZ DO QUILOMBO: NARRATIVAS, MEMÓRIAS E
HISTÓRIA**

José Luiz Xavier Filho⁴⁴⁴

Resumo

O objetivo desse trabalho é propor um debate sobre como construir histórias de comunidades quilombolas através da valorização e da apropriação das narrativas contadas pelos membros do quilombo, enfatizando as memórias e tradições orais, assim como seu legado histórico, fazendo uma analogia entre o seu passado escravista, a história sobre seus antepassados e o tempo presente da comunidade, tendo em vista as contribuições estabelecidas na construção da identidade de seus moradores. O objeto desse estudo é a comunidade quilombola Sambaquim, localizada no município de Cupira - PE, e como construímos a história da comunidade através da valorização e da apropriação das narrativas contadas pelos membros da comunidade, enfatizando as memórias e tradições orais, assim como seu legado histórico, e o tempo presente da comunidade.

Palavras-chave: Quilombo; memória; tradição; oralidade; História Oral.

Abstract

The objective of this work is to propose a reflective debate on how to build stories of quilombola communities through the valorization and appropriation of the narratives told by quilombo members, emphasizing oral memories and traditions, as well as their historical legacy, making an analogy between the its slave past, the history of its ancestors and the present time of the community, considering the contributions

⁴⁴⁴ Graduado em História pela Universidade de Pernambuco (UPE), especialista em Ensino de História pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI), Docência do Ensino Superior pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI) e História e Cultura Afro-Brasileira pelo Instituto Pedagógico de Minas Gerais (IPEMIG), professor de História do quadro efetivo da rede municipal de ensino do município da Lagoa dos Gatos – PE, ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4762429040202808>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9088-8610>, E-mail: jlxfilho@hotmail.com

established in the construction of the identity of its residents. The object of this study is the Sambaquim quilombola community, located in the municipality of Cupira - PE, and how we build the community's history through the valorization and appropriation of the narratives told by the community members, emphasizing the memories and oral traditions, as well as their legacy history, and the present time of the community.

Keywords: Quilombo; memory; tradition; orality; Oral History.

Introdução

Entre os séculos XVI e XIX, nas Américas, foram formadas sociedades coloniais em que predominou a forma de trabalho escravo com indígenas e principalmente africanos. A diáspora africana, ocasionada pelo tráfico de negros, marcou e consolidou um sistema econômico e a formação do que ficou conhecido como mundo moderno. Uma grande parcela de africanos, vendidos como escravos, veio para o Brasil, condicionados a uma vida de subordinação e dominação pelos brancos portugueses, acarretando assim, na desvalorização da população negra.

De origens múltiplas, todos eles foram transformados – na visão dos europeus – em africanos, como se houvesse homogeneidade para inúmeros povos, línguas, culturas e religiões. Ao atravessar o atlântico, entraram em contato com um ambiente de trabalho intenso, de exploração e de produção de riquezas. O sistema colonial nas Américas se nutria cada vez mais de mão de obra escrava, para trabalhar na terra e na agricultura voltada para o mercado mundial (GOMES, 2015, p. 8).

Mas, mesmo com a vida a qual foram submetidos, houve também encontros com povos de diferentes culturas, religiões e saberes. As sociedades escravistas conheceram várias formas de protesto. Segundo João Reis e Flávio Gomes, “onde houve escravidão, houve resistência” (REIS; GOMES, 1996, p. 9). Insurreições, rebeliões, assassinatos, destruição de ferramentas e incêndios de plantações foram algumas das formas que o negro encontrou de se rebelar contra o sistema vigente. Fugas e agrupamentos de escravos fugidos também se mostraram como expressões de resistência.

Tinha nomes diferentes: na América espanhola, *palenques*, *cumbes* etc; na inglesa, *marrons*; na francesa *grand marronage* (para diferenciar da *petit marronage*, a fuga individual, em geral, temporária). No Brasil esses grupos eram chamados principalmente de *quilombos* e *mocambos* e seus membros, *quilombolas*, *calhambolas* ou *mocambeiros* (Idem, 1996, p. 10).

Eram sociedades político-militares, que nasceram de movimentos de insurreições, levantes, revoltas armadas, proclamando a queda do sistema escravocrata. Frequentemente aqueles movimentos tomavam a forma de quilombos à semelhança de Palmares. Os quilombos existiram em múltiplos pontos do país, por decorrência das lutas ocorridas em diferentes lugares. Segundo Rafael Sanzio dos Anjos:

É no território étnico, um espaço político, físico e social, que estão gravadas as referências culturais e simbólicas da população, um espaço construído, materializado a partir das referências de identidade e pertencimento territorial e, geralmente, dotado de uma população com traço de origem comum. A terra tem grande importância na temática da pluralidade cultural brasileira, no processo de ensino, planejamento e gestão, principalmente no que diz respeito às características territoriais dos diferentes grupos étnicos que convivem no espaço nacional (ANJOS, 2006, p. 15).

Hoje, os quilombos estão localizados em quase todo o território nacional, principalmente nas áreas rurais. Incorporados às áreas urbanas e periféricas das cidades. Essas comunidades tradicionais caracterizam-se por apresentar diferentes níveis de inserção na sociedade. Nesse contexto contemporâneo, Cupira, cidade do agreste pernambucano, preserva ainda uma região de descendentes dos quilombos, o Quilombo Sambaquim, no Sítio que leva o mesmo nome do quilombo. Essa comunidade constitui um quilombo contemporâneo, que não representa mais um espaço de fuga, estrategicamente isolado.

É necessário que nos libertemos da definição arqueológica, da definição histórica *stricto sensu* e das outras definições que estão frigorificadas e funcionam como uma camisa de força, ou seja, da definição jurídica dos períodos colonial e imperial e até daquela que a legislação republicana não produziu, por achar que tinha encerrado o problema com a abolição da escravatura, e que ficou no desvão das entrelinhas dos textos jurídicos. A relativização dessa força do inconsciente coletivo nos conduz ao repertório de práticas e às autodefinições dos agentes sociais que viveram e construíram essas situações hoje designadas como quilombo (ALMEIDA, A. W. B., 2002, p. 63).

Sob o viés historiográfico é possível perceber, hoje, que as comunidades remanescentes quilombolas não permaneceram estáveis com o passar do tempo. Elas mudaram conforme a dinâmica da história, isto é, não são apenas terras de negros fugidos dos tempos coloniais. Nossa pesquisa não se limita a tratar e definir o Quilombo Sambaquim se baseando apenas em conceitos e definições, e sim, procurando questionar e entender como foi construída a ideia de quilombo e de ser quilombola

através de seus aspectos culturais, estes, entendemos, que formam sua identidade como comunidade remanescente.

É preciso pensar nesses grupos como possuidores de articulações sociopolíticas e econômicas próprias e não de forma teatralizada, como se fosse possível criar um estereótipo daquilo que se espera que sejam, como se estivessem emolduradas em um tempo e espaço que não se modificaram desde a escravidão. A existência de comunidades quilombolas, na acepção contemporânea do termo, está indissociavelmente ligada ao processo de integração social desses sujeitos. Ela rompe com a possibilidade de manutenção da percepção estática tradicional na qual os quilombolas continuariam sendo considerados como grupos de ex-escravos que se refugiavam e se organizavam no sentido de reagirem e se rebelarem contra o regime ao qual estavam submetidos (SANTOS; DOULA, 2008, p. 73).

Apesar de terem resistido à exclusão histórica, acentuando a importância da diversidade em nosso país, os quilombos ainda enfrentam a desigualdade instalada na sociedade e os preconceitos dela derivados. As comunidades remanescentes quilombolas guardam memórias específicas que ajudam a contar outra história do Brasil, uma história, onde as ditas “minorias”, ocupam o lugar de sujeitos protagonistas e não de meros colaboradores. Nesse processo, a identidade é peça chave no resgate da história e memória dessas comunidades. Ao mesmo tempo, servem de meio para uma politização em busca de direitos sociais que foram historicamente negados a esses grupos.

Para maior compreensão dos estudos sobre comunidades quilombolas contemporâneas, é necessário desvincular-se da ideia do passado, abrindo uma nova concepção de comunidade e de suas relações sociais. Apropriar-se da ideia de que são espaços voltados para uma questão de identidade e territorialidade, os quais remetem à valorização de suas tradições e histórias relevantes para a consolidação da comunidade negra ali estabelecida. Nas palavras de Anjos, pensar:

Em um conceito de quilombo mais amplo na atualidade, como um segmento da sociedade brasileira excluído secular e historicamente, que tem direitos e garantias territoriais reconhecidos, porém ignorados. Negar a importância da população de ascendência africana é, na verdade, negar a verdadeira identidade brasileira (ANJOS, 2006, p. 75).

No quilombo Sambaquim é através das manifestações e expressões culturais (festas e ritos religiosos, músicas e danças) que os quilombolas lutam por um espaço e resistem à tentativa de ter a sua cultura considerada subalterna e periférica. A partir dessas manifestações, os indivíduos passam a se identificar com suas tradições,

valorizando suas origens. As identidades são contestadas a partir de um novo olhar, não confirmando o caráter de subalternidade, de modo construtivo no processo de formação dessa identidade.

As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Têm a ver não tanto com as questões “quem nós somos” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar”. “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios” (HALL, 2003, p. 109).

Ao pensarmos sobre o processo da formação da identidade quilombola, levamos em consideração que existem esferas individuais e sociais conectadas, que se constroem no cotidiano da comunidade. Sendo assim, a história, a tradição, a oralidade, a cultura e o sentimento de pertencimento a um determinado grupo social fazem parte da construção identitária de cada membro da comunidade.

Significa pensar em grupos sociais cuja identidade se constrói em um processo dinâmico, na união de fatores diversos: história cultura e relações de poder. É pensar em atores sociais detentores de discursos múltiplos que se constroem como sujeitos em suas relações com seus pares e com o universo externo às comunidades em que vivem. Ignorar as diferenças e peculiaridades desses sujeitos, certamente apresenta-se com um fator negativo para a construção de sua identidade (SANTOS; DOULA, 2008, p. 82).

Com isso refletimos na importância do processo de construção da identidade negra nas comunidades quilombolas. O estudo do cotidiano, das memórias e das tradições orais da comunidade, possibilita-nos analisar as mais diversas relações sociais do quilombo, bem como as formas como as questões culturais se moldaram através do tempo até os dias atuais.

Memória e tradição do quilombo Sambaquim na contemporaneidade

Dentro da comunidade remanescente é de fundamental importância, a construção de sua história, visto que a oralidade em Sambaquim é a fonte que faz perpetuar o conhecimento, através das gerações. Conforme Matos e Castro, em comunidades quilombolas, “os aspectos simbólicos da memória familiar da escravidão”

(MATTOS; CASTRO, 2006, p. 109) são comumente destacados nas narrativas, principalmente dos mais velhos. As histórias são construídas de acordo com a produção da memória coletiva. As narrativas são “elaboradas e reelaboradas em função de relações tecidas no tempo presente” (Idem, 2006, p. 109).

A priori, quando começamos a pesquisa em Sambaquim, na busca sobre sua historicidade, investigamos sua ancestralidade e descobrimos que o nome do quilombo foi dado pelos “antigos”. Palavra que faz referência constantemente na fala dos quilombolas quando se referem aos seus antepassados.

Ói, a origem, segundo os mais antigos, tinha uma árvore com um nome Sambaquim e por isso ficou chamado comunidade Sambaquim.

Pesquisador: Nos casos os mais antigos são teus avós?

É bisavós, eram esses... (Quitéria Josefa da Silva, 43 anos).

Outras definições dadas pelos moradores confirmam a descrição feita por Quitéria Josefa da Silva, como no caso a fala de Otávio Miguel da Silva:

A origem do Sambaquim? Quer dizer que a origem aqui... O nome de Sambaquim vem, eu vou falar pra você. Eu não conheci o pau [árvore], mas ainda conheci umas raízeras de pau atravessado no barranco da água. Olhe, a origem de Sambaquim vou lhe mostrar. Você tá vendo aquela casa, por cima dessas duas que tem essa branca ali, naquele terreno de lavoura, lá no pé da serra a casa, depois o Sambaquim é daquela casa pra cá na baixa era um olho d'água antigo que se chamava Sambaquim (Otávio Miguel da Silva, 76 anos).

Figura 01: Árvore Sambaquim



Fonte: Arquivo do autor, 2020

A árvore se encontra na entrada da comunidade e, segundo os moradores, é nesse ponto que *os antigos* se encontravam ou se orientavam. Supõe-se que a árvore podia ser o marco referencial para os negros fugitivos onde identificavam a entrada do quilombo. Além da função simbólica para a comunidade, ela é um ponto de referência para os limites territoriais. É comum na comunidade apontarem onde começa ou termina o quilombo, uma forma de demarcar o local e as fronteiras inter-étnicas⁴⁴⁵, que, segundo eles, são pelos aspectos físicos da geografia local. As referências dos limites de Sambaquim, historicamente, são a árvore, da qual deriva o nome da comunidade até a Serra do Bode, depois da serra se encontra outra comunidade quilombola.

Figura 02: Serra do Bode



Fonte: Arquivo do autor, 2020.

O nome da serra é derivado de um conto que a comunidade conhece bem, João Miguel filho compartilhou conosco:

Ali onde você tava era a Serra do Bode, não sei se lhe contaram a história da Serra do Bode pra você. Aqui ali, antigamente, era que nem o sertão, ninguém tinha um metro de terra, criava solto, né. Aí a finada mãe, falou, disse que, o cara vinha correndo dentro do mato atrás de um bode, aí chegou naquela pedra lá, você viu a pedra? Naquela pedra ali o bode pulou e ele pulou junto, não sabia a altura, porque dá uns 60 metros pra lá. Ele pulou junto e ficou enganchado numa calça de arrurado, o bode morreu embaixo, mas ele ficou enganchado e tiraram ele, o arrurado era um pano azul, bem azulzin, o caba ficou enganchado no toco e depois tiraram ele, aí botaram o nome Serra do Bode (João Miguel Filho, 71 anos).

⁴⁴⁵ Nos apropriamos desse termo porque a comunidade faz fronteira com outra comunidade quilombola e com outros sítios, aos quais eles chamam de terra de brancos.

A Serra do Bode também é referência a um “esconderijo” que ali existia. No topo, existe uma gruta chamada Pedra da Lua, local onde os antepassados se escondiam. Informalmente, durante as andanças pelo quilombo, conversávamos com os moradores sobre esse local, e diziam que era ali que os antigos se escondiam. Não podemos provar com exatidão esse fato, fica apenas as falas de uma história movida pela tradição oral.

É perceptível entre os quilombolas um sentimento comunitário mútuo e uma ligação forte à terra, local onde a maioria nasceu, “se criou” e fincaram suas raízes. O trabalho se resume a agricultura e, dessa forma, se torna escasso para a parcela que não quer trabalhar no cultivo e procuram trabalho “na rua”⁴⁴⁶.

A respeito da história do quilombo, João Miguel Filho foi apontado pelos moradores entrevistados como um referencial na comunidade. Ele narra a origem de Sambaquim através dos “negros fugidos de Palmares”:

E então... também chegou, uns... acho que negros era refugiado da família dos quirinos, acho que foi na época que eles vinheram de Palmares, acho que quem acabou com esse negócio foi... o nome dele, esqueci o nome dele... Zumbi do Palmares, num foi ele que organizou uma associação por lá. Sei que esse negros, certamente vinheram de lá, que eles eram bem pretim, pretim mas pretim mesmo (João Miguel Filho, 71 anos).

Percebemos em seus relatos que sua memória individual não está isolada e fechada, sua fala é contextualizada, coerente com os outros relatos dos moradores. Lembrando que as conversas entre os moradores evocam lembranças antes esquecidas.

Nossa memória não se apoia na história aprendida, mas na história vivida. Por história, devemos entender não uma sucessão cronológica de eventos e datas, mas tudo o que faz com que um período se distinga dos outros do qual os livros e as narrativas em geral nos apresenta apenas um quadro muito esquemático e incompleto (HALBWACHS, 2003, p. 79).

Quando o questionamos se João Miguel Filho sabia algo sobre a participação dos seus antepassados em movimentos ligados ao quilombo ele nos fornece o seguinte:

Pesquisador: Os seus pais e avós (antepassados) já participaram de algum movimento ligado a quilombos?

O que eu sei dizer mesmo, é que minha finada mãe dizia, que ela pertencia a esse povo. A avó dela foi pegada e mãe dela foi pegada a dente de cachorro, que nem índio, caboclo brabo, você sabe, ela veio pro mato, e... refugiada, com certeza, já né. Diz que pegaram ela

⁴⁴⁶ Palavra utilizada para se referirem a cidade de Cupira.

assim, diz que ela era bem pretinha, cabelo escorrido, e a finada mãe era desse mesmo jeito. Eu tenho um retrato dela aqui (João Miguel Filho, 71 anos).

Não pretendemos comprovar e descrever a origem exata do quilombo. Nossa intenção é a de compreender, por meio dos diálogos estabelecidos com os moradores da comunidade, a imagem e as dinâmicas sociais que elaboram. O fato de usarmos as entrevistas e a história oral em Sambaquim potencializa nossa pesquisa por nos dá acesso a pluralidade da memória e inúmeras perspectivas de um passado em comum. Ao mesmo tempo, a utilização da memória e a ênfase na tradição oral, facilita o contato numa comunidade onde esses aspectos fazem parte do cotidiano e da história dessas pessoas.

A comunidade quilombola Sambaquim hoje reconhece a sua importância não só para a cidade, mas para a história. Solônia Josefa da Silva, 38 anos, em nossa última conversa revelou que estava com medo do que queríamos, mas que agora não se sente mais com medo. Relatou que já tinham decidido, na Associação Comunitária de Remanescente de Quilombo Sambaquim de Cupira (ACORQ), a não responder mais nenhum “entrevistador” que fosse até eles. Todos que iam, conseguiam o que queriam e não traziam nada de volta à comunidade. Compartilhou que em nenhum momento desanimaram, e que, se passaram por situações ruins no passado, enfrentariam qualquer que surgisse. A identidade quilombola, assim, relaciona-se com os problemas sociais, os posicionamentos, e a resistência que protagonizam.

As identidades estabelecem uma conexão entre o presente na comunidade e da origem de um passado histórico em comum com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Isso ficou evidente durante nossas entrevistas e nas relações sociais cotidianas da comunidade. Em contrapartida, a autoatribuição em se dizer quilombola, nos pareceu serem atribuídas e construídas por mediadores, pois as respostas adquiridas, quando questionamos “**o que é quilombo?**”, eram quase as mesmas, uma repetição do conceito e alguns não sabiam responder.

Pesquisador: O que é quilombo?

Ói, não sei se vou responder no pé da letra, mas... Quilombo é o seguinte, quilombo acho que é aquele povo refugiado no tempo do cativoiro, né, que correram daquele mundo que não sei da onde, e saíram se refugiando (João Miguel Filho, 71 anos).

Pesquisador: O que é quilombo?

Sei não.

Pesquisador: Mas o senhor sabe que mora em um quilombo, né?

É... os negros trabalhava apulso. Cativeiro né... o tempo do cativeiro (José Joaquim da Silva, 74 anos).

Pesquisador: O que é quilombo?

O que eu conheço aqui... pra mim é... o que é quilombo, é aquela história que você, não sou quilombo, me considero descendente de quilombo, porque a gente já vive aqui numa terra sofrida, que vem dos escravos, acho que quilombo é essa coisa, viver da agricultura, não sei nem explicar, já peguei essa história caminhada, um pouco difícil pra mim ainda (Solônia Josefa da Silva, 38 anos).

Através das falas dos nossos entrevistados, entendemos que os mediadores, possivelmente, foram os que trabalharam na comunidade durante o processo de titulação em 2005, pois esses, segundo os moradores, esclareceram para eles o que era quilombo. Nessa ótica, não podemos afirmar com exatidão quando começou especificamente a discussão no quilombo, mas, através dos diálogos, o termo “ser quilombola” começa a ser usado após a fundação da ACORQ, estabelecendo uma relação com um dos papéis assumidos pela Associação: representar a comunidade nas questões sociais relativas ao quilombo e as atividades culturais e do campo.

O que é quilombo?

Ajuda né, é pra ajudar essa pobreza...

Esqueci o que é... num é o que ajuda as pessoas (Josefa Estelina da Silva, 60 anos).

O que é quilombo?

Quilombo? Ói, o quilombo. Esse negócio, num é os quilombolas que fala. Esses quilombolas, que eu falo pra você. É um negócio pertencendo o povo antigo, que falava escravo, negros, né. [...]É isso mesmo, esse tal de quilombola pertence aos negros, aos escravos antigos. Só o couro. Esses negócios são os quilombolas, essa associação que tem carteira e tudo, são os quilombolas. Agora que aí já apareceu recurso pra nós e teve caba que passou a mão (Otávio Miguel da Silva, 76 anos).

Esses posicionamentos foram discutidos com todos os entrevistados. Queríamos saber: o que entendiam por quilombo? Se consideram quilombolas? Como isso influencia em suas vidas? Nosso interesse não é definir o conceito de quilombo, mas saber até aonde vai a compreensão dos moradores. O que consideramos relevante, portanto, são as memórias do grupo em relação ao que sabem sobre si mesmos, e o que foi apreendido com os antepassados sobre os conceitos legados.

Os membros da comunidade se assumem como quilombolas, pois o termo remete à associação da comunidade e as melhorias trazidas ao quilombo. Todos os nossos entrevistados alegaram de modo consensual que Sambaquim mudou depois que “*virou quilombo*”. Tais mudanças vão desde os benefícios e recursos recebidos pelo grupo, até o modo como são vistos pela sociedade cupirense. Segundo o relato de Quitéria Josefa da Silva, e confirmado por outros moradores, durante as feiras de rua semanais no centro de Cupira, antes do processo de titularização da comunidade, os quilombolas eram tratados com preconceito.

Olhe, antes assim a gente ia as vezes pra feira e as pessoas chamava a gente de negro. Chama, olha os negros de Sambaquim, sempre isso acontecia. Não sei se hoje ainda acontece, mas eu acho que sim. Lá vão os negro de Sambaquim, olha os negros de Sambaquim. A gente ficava meio chateado (Quitéria Josefa da Silva, 43 anos).

O resultado das nossas entrevistas evidencia uma construção identitária recente sobre ser quilombola. Esse discurso é novo na comunidade, ganhando força a partir da certificação. Mesmo assim, existe uma consciência e um conhecimento sobre sua origem histórica, fato comprovado na fala dos moradores que é justificada por uma ancestralidade comum: descendentes de escravos. A mediação se torna perceptível porque os entrevistados tomam como referência a titulação. Em outras palavras, eles sabem que são quilombolas desde que nasceram, mas só se sentiram quilombolas depois de um documento oficial.

Com base nos testemunhos orais do grupo construímos essa análise sobre a identidade negra em Sambaquim e como eles atualizaram esse conceito. A revalorização da cor passou a ser o símbolo da luta e tem evocado uma nova percepção sobre eles mesmo e nos processos identitários. Hoje, após a certificação, a comunidade começou a se politizar e a buscar melhorias para quilombo.

A identidade negra no quilombo Sambaquim, de hoje, como foi discutido no ponto anterior, tornou-se essa realidade da qual tanto se fala, mas sem definir ao fundo o que é, ou em que consiste. A identidade objetiva apresentada através das características culturais e linguísticas é confundida com a identidade subjetiva, que é a maneira como o próprio grupo se define ou é definido pela sociedade.

Tomar consciência histórica da resistência cultural e da importância de sua participação na cultura brasileira atual é o que importa e deveria fazer parte do processo de busca da identidade negra por parte da elite politizada. Mas basear busca e construção de sua identidade na “atualmente” dita cultura negra é problemático, pois em nível vivido outros segmentos da população brasileira poderiam lançar mão da mesma cultura e nem todos os negros que no plano da retórica “cantam” a cultura negra a vivem exclusiva e separadamente dentro do contexto brasileiro, assim como não existem brancos vivendo exclusiva e separadamente a cultura dita branca (MUNANGA, 2012, p. 17).

Essa breve discussão evidencia não só os conceitos e a ressemantização do termo quilombo dentro da comunidade através das lutas e conquistas históricas. Mas de um povo que há muito estiveram excluídos das políticas públicas. Sambaquim, como comunidade remanescente de quilombo, permanece nas mesmas terras de origem ganhando visibilidade não apenas como terra de descendentes de escravos, mas principalmente como protagonistas da sua própria história.

A identidade está diretamente vinculada a percepção que cada grupo ou indivíduo tem de si próprio. O quilombola que foi ou é alvo de preconceito ou que foi discriminado não só pela cor da pele, mas também por seu local de origem, tenta se tornar um “igual” e a aceitar uma condição falsa dos outros sobre a construção do seu próprio eu, utilizando o argumento do agressor para sua transformação sobre si. Compactuamos com Gomes quando afirma:

Entendo a identidade negra como uma construção social, histórica e cultural repleta de densidade, de conflitos e de diálogos. Ela implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/raciais sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. Um olhar que, quando confrontado com o outro, volta-se sobre si mesmo, pois só outro interpela a nossa própria identidade. A identidade negra é também uma construção política. Por isso, ela não pode ser vista de forma idealizada ou romantizada. Significa que, no contexto das relações de poder e dominação vividas historicamente pelos negros, no Brasil e na [diáspora], a construção de elos simbólicos vinculados à matriz cultural africana tornou-se um imperativo na trajetória de vida e política dos/as negros/as brasileiros/as (GOMES, 2004, p. 9).

Assim, os valores culturais herdados dos seus descendentes passam a ter menos aceitação pelos jovens da comunidade, porque se tornou motivo de constrangimento, buscando uma identidade que não pertence a si e nem ao quilombo. Uma consequência do preconceito ao qual o quilombola se tornou vítima, ressaltando como é confirmado

na fala da neta de Ulisses Francisco da Silva, “se algo de errado acontecer na cidade, foi Sambaquim”. Porém, mesmo diante das atitudes discriminatórias, ela como membro da comunidade, não se tornou vulnerável e ainda afirma: “é um orgulho pra comunidade de Sambaquim ser parte dos quilombolas. Eu me sinto. Se alguém me perguntar eu digo que sou de Sambaquim com muito orgulho”.

Considerações finais

Após algumas páginas escritas sobre nossas pesquisas de campo, estas, embasadas nos registros orais e histórias em comum de uma memória coletiva dentro da comunidade, apresentamos um breve relato sobre a história e construção da identidade negra no Quilombo Sambaquim.

Estivemos diversas vezes na comunidade. Conhecemos o maior número de moradores possíveis e compartilhamos, junto deles, cada conversa e história contada. Algumas em forma de entrevistas, úteis para o desenvolvimento deste artigo. Outras, esporádicas, que serviram para construção de laços de confiança - a princípio, apresentaram leve resistência em dialogar conosco, já que não éramos os primeiros pesquisadores dentro da comunidade e os anteriores não trouxeram “nada de volta”.

Acreditamos que esses diálogos foram fundamentais para os objetivos aqui propostos, visto que a fonte oral é a base desse trabalho. A interação pesquisador e quilombola nos deu subsídios para traçarmos e tecermos o plano metodológico que apresentamos: identidade, territorialidade e manifestações culturais. Essa estratégia foi necessária no sentido de que nos ajudaram na investigação e na coleta dos dados que queríamos, bem como no entendimento de como se deu o processo da construção da identidade negra do quilombo.

Por fim, ser quilombola em Sambaquim é motivo de orgulho. A identidade negra e a valorização recente da cor proporcionaram uma autoestima elevada na comunidade, mesmo diante das dificuldades. As questões identitárias e as expressões culturais se sobressaíram à episódios de discriminação racial que o grupo sofreu por muito tempo, e ainda sofre. Entretanto, não deixam de lutar por um espaço político e de representatividade na sociedade.

Compartilhamos com vocês, leitores, esta breve pesquisa sobre o imaginário e os simbolismos quilombolas em torno das suas próprias histórias, como a herdada pelos

seus ancestrais. Que este artigo contribua para os estudos sobre o quilombo Sambaquim e o autoconhecimento dos moradores.

Referências

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALMEIDA, A. W. B. de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, E. C. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. São Paulo: ABA/FGV, 2002.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. **Quilombolas**. Tradições e cultura da resistência. São Paulo: Aori Comunicação, 2006.

CARDOSO, M. **O movimento negro em Belo Horizonte: 1978-1988**. Belo Horizonte: Mazza, 2002.

DIAS, Aurea; LOPES, Daline; MANSUR, Douglas. **Movimentos sociais, quilombo e serviço social**. Salvador: XI CONLAB – Diversidade e (Des)Igualdades, 2011.

DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio. História dos quilombos e memórias dos quilombolas no Brasil: revisitando um diálogo ausente na lei 10.639/031. **Revista da ABPN**, v. 5, n. 11, Jul./Out. 2013.

FIABANI, Adelmir. **Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes [1532-2004]**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOMES, N. L. Educação e identidade negra. In: BRITO et al (Orgs.). **Kulé kulé: educação e identidade negra**. Maceió: EDUFAL, 2004

GUIMARÃES, Carlos Magno. Mineração, quilombos e Palmares: Minas Gerais no século XVIII. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Revista Etnográfica**, v. IV (2), 2000.

MATTOS, Hebe; CASTRO, H. M. M. Políticas de reparação e identidade coletiva no mundo rural: Antônio Nascimento Fernandes e o Quilombo São José. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 37, 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe B; HOLANA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2014.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebeldia negra**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1998.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do Quilombo na África. In: **Revista USP**, n. 28, São Paulo, 1996.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2, a. 3, 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, a. 10, 1002, p. 200-212, 1992.

RATTS, Alex. (Re) conhecer quilombos no território brasileiro: estudos e mobilizações. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.). **Brasil Afro-brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SANTOS, Alexandre; DOULA, Sheila Maria. Políticas públicas e quilombolas: questões para debate e desafio à prática extensionista. **Revista Extensão Rural**, DEAER/PGE_xR – CCR – UFSM, ano XV, n. 16, jul./dez. 2008.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília; CARVALHO, Maria Celina. Atualização do conceito de quilombo: identidade e territórios nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade**. Ano V, n. 10, 2002.

SILVA, Conceição; MORAES, Silvânia. O conceito de quilombo e a (re)construção de identidades e espacialidades negras. **Revista Interdisciplinar**, 2009.

SILVA, Jônatas Conceição da. **Vozes quilombolas: uma poética brasileira**. Salvador: EDUFBA, 2004.

Fontes orais

FILHO, João Miguel. Entrevista concedida a José Luiz Xavier Filho. Entrevista concedida a José Luiz Xavier Filho. Quilombo Sambaquim, 28 de novembro de 2019. Entrevista completa encontra-se no arquivo pessoal do autor em áudio e transcrita.

FILHO, Otávio Miguel. Entrevista concedida a José Luiz Xavier Filho. Entrevista concedida a José Luiz Xavier Filho. Quilombo Sambaquim, 28 de novembro de 2019. Entrevista completa encontra-se no arquivo pessoal do autor em áudio e transcrita.

LIRA, Antônio Francisco de. Entrevista concedida a José Luiz Xavier Filho. Entrevista concedida a José Luiz Xavier Filho. Quilombo Sambaquim, 29 de novembro de 2019. Entrevista completa encontra-se no arquivo pessoal do autor em áudio e transcrita.

SILVA, José Joaquim da. Entrevista concedida a José Luiz Xavier Filho. Entrevista concedida a José Luiz Xavier Filho. Quilombo Sambaquim, 28 de novembro de 2019. Entrevista completa encontra-se no arquivo pessoal do autor em áudio e transcrita.

SILVA, Josefa Estelina da. Entrevista concedida a José Luiz Xavier Filho. Entrevista concedida a José Luiz Xavier Filho. Quilombo Sambaquim, 28 de novembro de 2019. Entrevista completa encontra-se no arquivo pessoal do autor em áudio e transcrita.

SILVA, José Joaquim da. Entrevista concedida a José Luiz Xavier Filho. Entrevista concedida a José Luiz Xavier Filho. Quilombo Sambaquim, 28 de novembro de 2019. Entrevista completa encontra-se no arquivo pessoal do autor em áudio e transcrita.

SILVA, Maria Sileide. Entrevista concedida a José Luiz Xavier Filho. Quilombo Sambaquim, 28 de novembro de 2019. Entrevista completa encontra-se no arquivo pessoal do autor em áudio e transcrita.

SILVA, Otávio Miguel da. Entrevista concedida a José Luiz Xavier Filho. Quilombo Sambaquim, 29 de novembro de 2019. Entrevista completa encontra-se no arquivo pessoal do autor em áudio e transcrita.

SILVA, Quitéria Josefa da. Entrevista concedida a José Luiz Xavier Filho. Entrevista concedida a José Luiz Xavier Filho. Quilombo Sambaquim, 29 de novembro de 2019. Entrevista completa encontra-se no arquivo pessoal do autor em áudio e transcrita.

SILVA, Solônia Josefa da. Entrevista concedida a José Luiz Xavier Filho. Quilombo Sambaquim, 28 de novembro de 2019. Entrevista completa encontra-se no arquivo pessoal do autor em áudio e transcrita.

SILVA, Ulisses Francisco da. Entrevista concedida a José Luiz Xavier Filho. Quilombo Sambaquim, 28 de novembro de 2019. Entrevista completa encontra-se no arquivo pessoal do autor em áudio e transcrita.

A MEMÓRIA ENQUANTO OBJETO HISTORIOGRÁFICO

Lílian Gleisia Alves dos Santos⁴⁴⁷

Felipe Eduardo Ferreira Marta⁴⁴⁸

RESUMO

Este trabalho trata de uma breve incursão teórica em que abordamos a memória enquanto objeto historiográfico como recurso para possíveis análises de estudos culturais, econômicos, políticos e de desenvolvimento social. Objetiva-se pensar sobre os grupos geracionais a partir de objetos de pesquisas para compreendermos: como as pessoas que fazem parte desses grupos entendem e percebem esses elementos numa dada sociedade, a partir do estudo da história de um determinado período; uma sociedade, ainda que não seja historicamente a mesma de antes, pode operacionalizar o uso e a atualização do passado em favor da continuidade de aspectos sociais, econômicos, culturais, institucionais, etc., no presente; e, as potencialidades da história oral, no que diz respeito ao acesso às memórias subterrâneas como forma expressiva para manifestação de um passado silenciado e ocultado.

Palavras-chave: Memória; Historiografia; Memória Subterrânea; História Oral.

ABSTRACT

This work is a brief theoretical incursion in which we approach memory as a historiographic object as a resource for possible analyzes of cultural, economic, political and social development studies. The objective is to think about generational groups from research objects to understand: how the people who are part of these groups understand and perceive these elements in a given society, from the study of the history

⁴⁴⁷ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - PPGMLS/UESB, Mestre em Educação. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – *campus* Salinas, liliangleisiasantos@gmail.com; Apoio FAPESB.

⁴⁴⁸ Doutor em História pela PUC-SP. Docente do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS/UESB. Docente do Curso de Licenciatura em Educação Física - UESC, fefmarta@gmail.com.

of a certain period; a society, although not historically the same as before, can operationalize the use and updating of the past in favor of the continuity of social, economic, cultural, institutional, etc., in the present; and, the potential of oral history, with regard to access to underground memories as an expressive form for the manifestation of a silenced and hidden past.

Keywords: Memory. Historiography. Underground Memory. Oral History.

INTRODUÇÃO

A história passou, mas os testemunhos continuaram, e a própria memória pode ser uma forma de reconfigurar uma interpretação histórica, a interpretação com a teoria da história, com regras, com cotejamentos, com forma de interpretar. "A memória e as memórias são hoje um lugar comum da reflexão social e são o terreno, enquanto dimensão coletiva, em que se fixa uma batalha ideológica de notável conteúdo" (ARÓSTEGUI, 2004: 6)⁴⁴⁹. Nem sempre história e memória são correlacionais, mas são distintas. Assim, pode-se compreender que a memória é o que está sendo vivido, a história ordena a memória, e o historiador é o guardião da memória. A memória é a fonte, e o historiador é quem dá sentido aos processos sociais a partir da escrita da memória.

Nessa perspectiva, o argumento geracional é muito útil para interpretar a história. No que diz respeito ao conceito e às categorias de geração, Karl Mannheim, entre os anos de 1928 e 1929, trouxe contribuições importantes que eram muito pouco pensadas. Nesse período na sociedade, começam a aparecer conflitos em que há diferenciais de vivências nos quais – dentro de uma organização societal de pontos de partidas diferentes – os mais velhos, carregados de motivos religiosos, e os mais jovens, ingressando nas ciências e começando a ter acesso às profissões, apresentam conflitos geracionais. Conflitos de tradição, de saberes, divergências de vivências dentro de uma sociedade a partir de perspectivas geracionais e coetâneas dos que nasceram antes e dos que nasceram depois. Mannheim então começa a estabelecer uma ideia de geração distando do tempo presente.

⁴⁴⁹ É nossa a tradução do espanhol para o português das citações relativas às publicações de ARÓSTEGUI (2004), HALBWACHS (2004) e de MANNHEIM (1993).

Halbwachs (2004; 2006), por outro lado, já dizia que não se falava em grupo nem por metáfora, tudo era voltado para o indivíduo, fruto de um pensamento de uma sociedade capitalista. Esse autor levanta discussões pontuais sobre a constituição da sociedade a partir de grupos. Nessa acepção, a ideia de grupo começa a fazer parte das preocupações sociológicas. Assim, esses teóricos foram pioneiros em traçar outras condições de visualizar a sociedade por: classe, religião, gênero, etnia, etc. – por coorte geracional, por coetaneidade.

Neste trabalho, pretendemos destacar como os conceitos sobre a memória histórica enquanto objeto historiográfico, geração e coetaneidade podem se constituir em um importante recurso epistêmico para se pensar os aspectos sociais de determinados grupos sociais, tendo em vista que existem discussões calorosas sobre memória e história do presente, isto é, história coetânea (ARÓSTEGUI, 2004). Nesse contexto, quando a ideia de nação e modernização começa a ocorrer, tem que se ter uma ideia para nação que substitua uma memória que foi construída antes nos processos. Isso está diretamente ligado à ideia de respeito a princípios, ideias comuns, realidades próximas, ou seja, construção de memórias. Aróstegui (2004) diz ainda que a história sobrevive da memória, não da memória como sendo uma realidade, e sim a realidade construída com determinados interesses de ordenação da realidade. Isso vai elaborando uma dimensão coletiva de disputa, porque cada grupo cria suas convicções e seus heróis, as disputas de poder, as correlações de forças, para poder mostrar que aquilo é uma unidade, uma unidade de interpretação da realidade. É uma interpretação conforme cânones de interesses econômicos, políticos e sociais.

A MEMÓRIA E A HISTORIOGRAFIA

Na concepção de Halbwachs (2006), a história é uma confissão de poder, é uma construção do Estado, e por ser uma construção do Estado é externa ao indivíduo. Nessa perspectiva, podemos entender a história como positivista, ela se apega aos grandes acontecimentos, é uma história que vem de cima, a história dos grandes heróis. Por isso, ele diz que isso é externo, que se trata de uma construção externa do poder daqueles que estão dando dimensão do que é história, e, dessa maneira, memórias coletivas, principalmente as subterrâneas acabam por ficar em segundo plano. Nessa perspectiva, percebemos que ainda são poucos os estudiosos que pesquisam e publicizam as

memórias e as histórias subterrâneas. Nessa óptica, aqui tomamos por interpretação de memória:

[...] como depósito e acervo de vivências comuns compartilhadas e como “bem cultural” de maior relevância que tem tornado em um dos componentes mais significativos da cultura de nosso tempo, como inspiração de atitudes e aspirações reivindicativas derivadas de fatos do passado, como preâmbulo ou como derivação da “reclamação de identidade”, como referente para variadas posições políticas (ARÓSTEGUI, 2004: 6).

Isto, porque, no período Medieval, não se tinha escrita praticamente, havia o falado, o oral, os poetas, etc., tudo era oralizado, a escrita não tinha um desenvolvimento. Então, quando se dá início à escrita, começa-se a recuperar o que existia. Por esses fatos, há uma mitologia, uma organização das ideias a partir do pensamento possível do tempo passado. Dessa maneira foi ocorrendo a organização do pensamento social a partir da óptica dos indivíduos e dos grupos, pois ainda não havia o historiador, a teoria da história, para interpretar os fatos. Assim:

A densa problemática da memória coletiva, social e histórica e da relação entre memória e história tem sido objeto de uma ampla atenção dos escritores atuais, por mais que se possa dizer que não possuímos ainda uma interpretação convincente e fundada “que dê conta da recente expansão da cultura da memória e seus variados contextos nacionais e regionais”. Vivemos “o tempo da memória” ou, também, “o tempo do testemunho” (ARÓSTEGUI, 2004: 7).

Nessa concepção, Pierre Nora (1993) afirma que, se uma nação é uma construção histórica, se a história veio trabalhando com o poder, isso significa que há muitas histórias dentro do poder, tais como: história ética, política, social, cultural, etc., isto é, quantos acontecimentos há. São disputas históricas, de realidade de classe – então, pensar em memória é pensar em possibilidades de apreender fontes de memória para interpretar a memória geral, mostrar outras faces que a história geral não apresenta. Dessa maneira,

É inquestionável que nosso mundo de hoje se tem convertido num extraordinário “consumidor de memória”. Por que e para quê recordar? É uma dupla pergunta frequente em nosso tempo para que existam muitas respostas carregadas sempre de uma notável derivação ideológica (ARÓSTEGUI, 2004: 7).

E aí nos vem um questionamento: *Por que a memória aparece tanto hoje no debate das várias ciências e inclusive da história?* Percebemos que está muito evidente que as ciências adotaram posturas direcionais, cartoriais de interpretação do próprio resultado das pesquisas, que muitas coisas ficaram fora da história oficial, pois a história dos vencidos é algo muito recente. Outras tantas histórias são algo muito recente: a história da escola, do mundo vivido, das culturas subterrâneas, dentre muitas outras.

Em efeito, desde os âmbitos políticos e sociais mais diversos se vem reclamando a preservação da memória, especialmente a memória da dor, das guerras, das injustiças, da repressão e dos genocídios. Tem-se falado de uma 'saturação de memória' e também, por fim, de uma 'crise da memória'. E, por demais, se tem proposto uma explícita dedicação a construir uma história da memória, e converter esta em um objeto historiográfico (ARÓSTEGUI, 2004: 8).

Portanto, na concepção do autor, quando se fala de memória histórica, remete-nos a pensá-la enquanto objeto historiográfico. E, quando tomada como objeto historiográfico, sabemos da importância que o este seja cotejado, de forma que sejam também levadas em conta análises das conjunturas e das relações sociais, políticas, de poder, de classe, etc.. A partir de então, podemos falar em memória histórica porque se converteu em objeto historiográfico, isto é, a memória passa a ser historicizada. Assim, dificilmente há história sem memória, esta sempre estará presente na história, seja por relato ou por documento. A história nasce da memória, tendo em vista que a história dos homens é situada no tempo, a partir de experiências sociais, políticas, ideológicas que dão sentido àquele momento. A história não pode viver sem a memória, assim como a memória não pode viver sem a experiência, pois, ela é o produto disso, são correlações.

MEMÓRIA E GERAÇÃO

A coetaneidade, o nascimento, os feixes de nascimento definem muito a formação de grupos que vivenciam querendo ou não circunstâncias que são determinantes, o que muitas vezes é denominado por organização geracional, vivências coetâneas, vivências comuns a partir da data de nascimento. Arostégui (2004) e Mannheim (1993 *apud* MAGALHÃES, 2014) tomam o termo “geração” por grupo de pessoas que são contemporâneas e coetâneas de idades distintas e apresentam certa relação de coexistência, têm interesses comuns em circunstâncias parecidas. Melhor dizendo:

[...] é que as mudanças de idade, ao longo do ciclo de vida, são coletivamente partilhadas. Há um conjunto de coetâneos que acompanham e sofrem as influências das mudanças da conjuntura histórica do mesmo estágio de vida. Estes também dividem esse mesmo marco sócio-histórico com os outros grupos de idade de outras gerações que estão vivendo na mesma sociedade. Portanto, há um diferencial de “vivência histórica” que incide de forma distinta sobre a característica de cada coletivo de idade (MAGALHÃES, 1999: 13-14).

Dessa maneira, pensar geração é também pensar no lugar que o indivíduo ocupa na sociedade. Assim, geração é uma categoria de corte, analítica para ver a sociedade dentro de um determinado limite, porque há uma categoria maior, que é a de classe. Da mesma forma, há outras possibilidades como, por exemplo, os grupos que tiveram acesso e os grupos que não tiveram acesso a algo, o que é uma coetaneidade para ambos dentro dessa mesma geração. O corte nos direciona a perceber que há *status* sociais na sociedade que nos permitem fazer leituras pontuais da conjuntura e da situação de classe ou da conjuntura socioeconômica incidindo sobre esse grupo pelo fato de terem nascido justamente num determinado período.

A título de exemplo, quando se pensa no poder político, há várias gerações nesse poder, tais como, de esquerda, de direita, conservadoras, etc. – as gerações disputam poder, disputam ideias. Para se trabalhar do ponto de vista dos grupos geracionais a partir de suas idades e de seus lugares de poder, podemos abranger noções sociológicas ocorridas e vivenciadas num determinado momento. Isso ocorre porque a sociedade passa por diversos processos, de desenvolvimento, tecnológico, de globalização, de industrialização, é uma sociedade em movimento que faz com que o pesquisador preste atenção nessa dinamicidade social e nos detalhes de como é que esses grupos convivem

em suas manifestações culturais e sociais; como eles vão mostrando suas afinidades, correlações, coexistências – suas memórias coletivas.

Vale ressaltar aqui que, ao falarmos de coetâneo, estamos falando também de contemporâneo – referimo-nos ao que tem certa relação de coexistência. Que coexistência é essa? Para responder a essa pergunta, sempre devemos questionar quem são as pessoas dos grupos aos quais queremos estudar? Como elas viveram e perceberam o mundo, a sociedade? Que situação de vivências elas têm? Assim, chegaríamos a respostas sobre que tipo de grupo geracional elas formaram ou fizeram parte. Ou seja, chegaríamos a um corte geracional. Isso corrobora podermos pensar no grupo, embora eles não estejam materialmente organizados, mas, deste modo, pode nos mostrar que há uma sociedade constituída, por inúmeras diferenças de coexistência análogas, de inquietudes e circunstâncias parecidas, como dizia Halbwachs (2004; 2006). Já Mannheim (1993) diz que as pessoas são sujeitos de sensibilidades vitais e que a associação por gerações é fundamental para explicar a vida histórica. Para ele, o que explica a mudança histórica é a mudança geracional. Desse modo, cabe-nos enquanto pesquisador verificar se uma determinada coetaneidade tem sentido na vivência estrutural, isso é o fator preponderante para a pesquisa social, lembrando que os cortes não são absolutos, são relativos. Assim, relacionar geração, coetaneidade e conjuntura são processos que se complementam, – um jogo de relações, já que, as gerações são também determinadas pelas trajetórias sociais de acesso e de oportunidade política.

AS MEMÓRIAS SUBTERRÂNEAS NAS PESQUISAS DE HISTÓRIA ORAL

Por que consideramos tão necessário instituir uma história verdadeira de um povo, de um grupo ou de uma personalidade? A necessidade de estabelecer uma história “oficial” pode acarretar para muitos uma questão dolorosa e não simplesmente um conhecimento de base epistemológica. Como já dizia Bosi (2003: 150), “a história, que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios”. Há que se entender que o vivido e o experienciado são sentidos de modo singular a cada indivíduo. Muitas pessoas, na maioria das vezes, não têm espaços de expressão para demonstrar como perceber e/ou

expor suas apreciações sobre um determinado fato. Nessa perspectiva, as memórias subterrâneas têm sido um dos temas abordados pela historiografia, especificamente no que diz respeito ao campo da história oral, pois esta abre espaços para que essas memórias sejam acessadas, ouvidas e publicizadas.

Por memória subterrânea, Pollak (1989) a define como memórias que integram as culturas dos excluídos, daqueles que não têm voz, das minorias, dos marginalizados, aqueles que se encontram do lado oposto da “memória oficial”. O autor diz ainda que as razões dessas memórias serem nomeadas por subterrâneas são porque se tratam de lembranças, recordações minoritárias, clandestinas e que, para uma sociedade majoritária, não devem ser ditas – haja vista que o indizível, o inconfessável, é algo que não convém com o que a sociedade dominante ou o Estado desejam que sejam disseminados e transmitidos. Por essa razão, essas recordações só são transmitidas dentro de pequenos grupos, em que essa minoria se sente segura para se expressar, tais como em grupos: familiar, de laços afetivos, políticos, associações, etc.. Dessa maneira, essas memórias correm o risco de não serem mantidas dentro da sua originalidade a longo prazo, até que possam encontrar uma oportunidade de se infiltrar nos espaços públicos e trazer à tona o “não-dito” por meio de movimentos de reivindicações e resistências (POLLAK, 1989).

Considerando que a memória é o meio consciente de se estabelecer e demarcar o que deve ser lembrado, recordado e evidenciado, podemos dizer que sempre há uma memória em disputa. De acordo com Halbwachs (2006), a memória é um fenômeno eminentemente individual, biológico, dominante nas pesquisas até então. Contudo, a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva que, por sua vez, constitui as lembranças. Halbwachs (2006) enfatiza ainda que a memória acaba quando não tem mais como suporte um grupo. Assim, pontos de referência são meios de “[...] manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum” (POLLAK, 1989: 9). A memória é construída num contexto social, nas relações nas quais vivemos e participamos, outrossim, tem uma materialidade construída. Ela é a reelaboração do passado, e, desse modo, a nossa relação está muito ligada com o lugar, com a tradição, de como ancoramos nossas lembranças e sentimentos de referência e identificação grupal.

Nesse sentido, Nora (1993) afirma que os lugares se tornaram símbolos da memória, pois os lugares estão permeados por relações, e conseqüentemente neles se encontram memórias que sustentam a história. O autor diz ainda que, diante dos inúmeros elementos do passado no presente, a tarefa do historiador constitui na prioridade que o mesmo da análise dos objetos mais representativos da tradição que já não pode ser vivida como tal. Nessa perspectiva, a história oral oferece à narrativa histórica acontecimentos em que a memória é o ponto de partida como matéria prima para determinados acontecimentos que não se encontram na história oficial, contudo, presente nas memórias subterrâneas. Não obstante, a memória é a temporalidade das vivências e experiências, conduzidas por grupos vivos, em constante evolução e suscetível a todas as formas de manipulação (NORA, 1993). Dessa maneira, corroboramos as ideias do autor ao considerar que a memória é plena, não tem amarras, pois é absoluta e verdadeira naquilo que é lembrado e falado, enquanto a história é uma versão construída de forma relativa. A história oral é uma metodologia de suma importância para as pesquisas, especificamente no que diz respeito às memórias subterrâneas, porque as pessoas não são neutras. Isso implica em reconhecer e constatar as diversidades de indivíduos e seus grupos, porque passa por uma relativização do lugar que cada um ocupa e dos objetivos e fins pensados para as pesquisas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente texto, apresentamos referências sobre os conceitos de memória histórica como objeto historiográfico, geração e de coetaneidade, memórias subterrâneas e a importância desses estudos enquanto aspecto metodológico para o campo da pesquisa. Falar de memória histórica é falar muito do estado de consciência que podemos revelar sobre o momento histórico vivido do objeto em estudo, que podem ser recursos para possíveis análises de estudos culturais, econômicos, políticos e de desenvolvimento social.

Percebemos que, à medida que a historiografia foi se desenvolvendo, ela foi se tornando uma ciência, ela passou a adotar uma série de regras igual a outras ciências, que têm que buscar provas, cruzar dados, mostrar, cotejar – como foi com as outras ciências positivistas em geral. Assim, quando abordamos a memória histórica, referimo-

nos ao trabalho com um objeto historiográfico. Buscamos entender como um determinado passado veio se constituir, projetar, organizar em determinado período e/ou sociedade. Ao acrescentarmos memória, desejamos saber como é que um fato se projetou e se constituiu no passado e se ainda há interferência no presente, de modo a dar espaço às memórias subterrâneas a partir da história oral. Portanto, a memória histórica trabalha com correlações presente-passado. Assim, na história podemos evidenciar a distinção, enquanto na memória apontamos a correlação.

Diante dessa abordagem, percebemos a importância dos conceitos de corte geracional na memória histórica, haja vista que nos ajudam a pensar nas manifestações políticas, sociais, culturais, artísticas, econômicas, etc.. É uma forma metodológica que nos leva a pensar sobre a sociedade, a sua estrutura. Para se entender um grupo geracional atual, é preciso entender grupos anteriores, como se formavam, o que os aproximavam, quais suas perspectivas e ideais, etc.. Por certo, os estudos apontam que existem grupos coetâneos, várias gerações (vivas e coexistentes) e com implicações em uma história comum, pessoas que viveram em idades distintas uma história comum, com vivências comuns – que é a contemporaneidade.

Nesse ponto de vista, Aróstegui (2004) diz que a geração ativa é aquela que consegue trazer para dentro do presente a memória em processo de vivência real, que faz com que a memória se torne ativa e o passado se torne presente. Toda vez que pensamos em memória, em geração, em coetaneidade, percebemos que há muitos grupos disputando a realidade, disputas reais, abertas ou disputas veladas. Quando menos esperamos, as disputas veladas podem tomar a hegemonia das relações sociais, porque elas estão presentes nas relações. Quando há qualquer possibilidade de ativação de sua manifestação, ela se faz presente, as memórias subterrâneas aparecem.

REFERÊNCIAS

ARÓSTEGUI, Julio. Pasado y memoria: Retos de la memoria y trabajos de la historia. **Revista de História Contemporânea**, nº 3. Madrid: Espagrafic, 2004.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memoria**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2004.

_____. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. **A trajetória das gerações brasileiras nascidas entre 1926 e 1975: um perfil sociodemográfico**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP: UNICAMP, 1999.

_____. História, memória e geração: remissão inicial a uma discussão político-educacional. In: **Revista HISTEDBR on line**. Campinas: UNICAMP, 2014. nº 55.

MANNHEIM, Karl. El problema de las generaciones. In: **Revista de Investigación Sociológica**. Madrid. 1993, n. 62. Disponível em: <http://www.reis.cis.es/REIS/PDF/REIS_062_12.pdf> Acesso em: 04 jan. 2020.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, p. 3-15, 1989.

Memórias de um imigrante galego no Pará: vestígios da imigração espanhola em Belém.

Aline de Kassia Malcher Lima⁴⁵⁰

Resumo

Este trabalho tem como objetivo investigar a imigração espanhola para a cidade de Belém e suas práticas associativas. Por meio das memórias de Manuel Malvar Gonzalez e livros de registro que o mesmo possui é possível dimensionar a importância do associativismo étnico, entendendo como um fenômeno iniciado no final do século XIX e que se estendeu até a segunda metade do século XX. Em Belém o Centro Galaico do Pará fundado em 1907, teve uma longa existência até a década de 1980, Manuel Malvar Gonzalez foi um dos membros da junta diretiva, neste sentido ao inter cruzar suas memórias com os livros de registros é possível estabelecer a relevância do associativismo imigrantista como um espaço de construção de sociabilidades, de reforço de identidade e meio de adaptação a comunidade local.

Palavras-chave: Associativismo, Memória, Imigração, Belém.

Abstract

This work aims to investigate Spanish immigration to the city of Belém and its associative practices. Through the memories of Manuel Malvar Gonzalez and the record books that he has, it is possible to measure the importance of ethnic associations, understanding them as a phenomenon that started in the end of the 19th century and that extended until the second half of the 20th century. In Belém, the Galaico Center of Pará, founded in 1907, had a long existence until the 1980s, Manuel Malvar Gonzalez was one of the members of the board of directors, in this sense, by intercrossing his memories with the record books, it is possible to establish the relevance of associations

⁴⁵⁰ Especialista em Relações Étnico Raciais para o ensino fundamental pelo Núcleo GERA (UFPA). Mestranda em História pelo Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará. E-mail: alinomalcherlima@hotmail.com

immigration as a space for building sociability, reinforcing identity and a means of adapting to the local community.

Keywords: Associativism, Memory, Immigration, Belém.

Introdução

Manuel Malvar Gonzalez, natural do Noroeste da Espanha, da região da Galícia, ainda jovem decidiu emigrar ao Brasil no ano de 1955, especificamente ao Estado do Pará.⁴⁵¹ Ele foi atraído por meio de uma rede de espanhóis já estabelecidos em Belém, fruto das primeiras levas de imigrantes que ingressaram na região ainda no bojo dos projetos de desenvolvimento agrícola. Sua presença em terras amazônicas marca um processo iniciado na primeira década da República brasileira, ele compôs uma das últimas gerações de imigrantes espanhóis no Pará que deram continuidade a prática do associativismo mutualista.

Em Belém exerceu atividades ligada a marcenaria, marchetaria, além de produzir várias obras de arte em madeira. Também exerceu o cargo de secretário do Centro Galaico do Pará, e neste foi introduzido por meio de familiares que já faziam parte de tal associação. Tal prática pode ser notada no documento expedido pela polícia marítima da imigração brasileira, em que é destacado que Manuel Miguez Godoy, futuro presidente do Centro Galaico, chegou ao Pará por intermédio de Dolores Perez Godoy em 1950.

⁴⁵¹ Entrevista realizada pela pesquisadora com Manuel Malvar Gonzales em 02/03/2020.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

MODELO S.C. 139

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino

Nome por extenso MANUEL MIGUEZ GODOY
Admitido em território nacional em caráter Permanente
(contratário ou permanente)
Nos termos do art. 9º letra g do dec. n.º 987 de 1945
Lugar e data de nascimento Tenorio, 9 / 8 / 1932
Nacionalidade Espanhola Estado civil solteiro
Filiação (nome do Pai e da Mãe) Hipolito e Teresa
Profissão pedreiro
Residência no país de origem Tenorio-Pontevedra-Espanha
SOME IDADE SEXO
Contratado pela senhora Dolores Peres
Godoy, Brasileira, viúva, proprietária,
FILHOS residente e domiciliada a Rua Arquipreste
MENORES Manoel Teodoro n.º 306, na cidade de Be-
DE 18 ANOS em, Capital do Estado do Pará.

Passaporte n.º 5051/48 expedido pelas autoridades do GOV. EST. DO
Civil de Pontevedra na data 7/11/1949
visado sob n.º 37

ASSINATURA DO PORTADOR:
Manuel Miguez Godoy

NOTA - Esta ficha deve ser apresentada à autoridade consular sendo as duas vias em original.

SELO
CONS
Constuldo Vigo do Brasil
em 13 de Janeiro de 1950
o CONSUL [Assinatura]



Figura 1 - Ficha de controle da entrada de imigrantes, 1950. Manuel Miguez Godoy. Brasil, Cartões de Imigração, 1900-1965. Disponível em <https://www.familysearch.org>. Acessado em: 10/12/20.

O associativismo espanhol manteve exercendo suas funções de assistência e auxílio, médico e pecuniário. Com a diminuição da entrada de espanhóis no Pará, o número de sócios tornou-se cada vez mais reduzido, o que nas palavras de Manuel Malvar Gonzalez, teria levado a extinção do Centro Galaico do Pará.

Imigração espanhola no Pará.

Durante a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX o Pará experimentou a introdução de grande leva de imigrantes oriundos da Espanha, no bojo da economia gomífera. Belém passava por um período de intensa movimentação financeira em diversos setores econômicos. Em vista disso, um grande número de migrantes nacionais, principalmente nordestinos, acorrera para a região. Com a permanência de um grande número desses migrantes em Belém, a cidade experimentou um considerável aumento na sua população.

Assistiu-se uma intensificação do movimento migratório. Esse período ficou conhecido como grande migração, movimento populacional que teve como condicionantes o avanço tecnológico (energia a vapor, cabo telegráfico transatlântico, ligações ferroviárias), possibilitando aos europeus informações sobre as condições de emprego e de acesso a terra nos países americanos. Nessa época, a terra na Europa era cara e a mão-de-obra era barata. O inverso se dava nos países americanos, o que motivava a busca por essas terras. (EMMI, 2008: 60.)

Na época a cidade apresentava uma infraestrutura urbana não preparada para uma explosão demográfica, como a que ocorreu em fins do século XIX para o XX, uma série de problemas relacionados ao aspecto social engendrou-se, motivando a criação de uma série de medidas político-administrativas que pudessem solucioná-los. A questão do abastecimento alimentar foi um deles e a medida implantada foi a retomada da decadente agricultura.

Consciente de que o Estado, como toda a Amazônia, eram cada vez mais dependentes da extração da goma, os governadores republicanos paraenses procuraram desenvolver alternativas que pudessem sustentar outros setores de produção. E junto ao comércio e às indústrias de variada linha de produção que se concentravam na capital, um maior incentivo à agricultura foi apresentado com o intuito de abastecer o acrescido mercado local e assegurar uma produção em grande escala para exportação (LIMA, 2020).

Nesse ínterim, a solução mais acertada seria o emprego de trabalhadores que se encaixassem nesse projeto. E a exemplo das elites econômicas e intelectuais de outros estados brasileiros que não viam com bons olhos o massivo número de negros e mulatos que compunham a população brasileira, os políticos paraenses, elegeram a mão de obra estrangeira como o mais adequado para a realização de suas pretensões.

Em 21 de fevereiro de 1896, o governador do Estado do Pará, Sr. Lauro Sodré, sancionou a lei de número 330, na qual autorizava a entrada de cem mil imigrantes na região, inicialmente aos que desejassem se fixar como agricultores, visto que “o cenário econômico exigia urgência na atração de mão-de-obra, especialmente aquela que poderia “embranquecer” e “civilizar” o nosso povo” (SARGES, 2010: 122). Além disso, trava-se uma disputa pelo mercado de trabalho com outros estados da Federação, sobretudo, os do Sul, o que resultou, “na entrada de aproximadamente 13.300 estrangeiros no Pará entre os anos de 1896 e 1900, constituídos majoritariamente por portugueses e espanhóis” (SANTOS, 1980: 92).

Um importante núcleo de espanhóis vindos da Galícia se estabeleceu no Pará, a maioria procedente de Ourense, eram direcionados para o trabalho na lavoura, conforme era exigido pelo governo estadual com os contratantes (MARTÍNEZ, 2003). Contudo, o fracasso da maioria das colônias agrícolas, com exceção de Benjamin Constant, empurrou os imigrantes para a cidade onde a maioria se dedicou ao trabalho em bares e

hotéis, embora também fossem encontrados desenvolvendo outras atividades, tais como, na padaria, no comércio e na indústria de calçados e serviços.

Embora tenha havido um esforço para a ampliação de pesquisas acerca dos espanhóis na Amazônia, especialmente no Pará, inclusive com trabalhos publicados pela historiadora Maria de Nazaré Sarges, pela historiadora espanhola Elda Martínez, entre outros, ainda existem grandes lacunas sobre a atuação desses sujeitos sociais nos centros urbanos provocando a necessidade de inseri-los no contexto histórico da cidade de Belém.

Dar visibilidade aos espanhóis nos centros urbanos implica em mergulhar em uma documentação oficial e também não oficial, a historiografia analisa os fluxos migratórios dando ênfase aos grupos de imigrantes tanto nacionais quanto europeus, geralmente voltada para os núcleos coloniais. O período analisado nesta pesquisa se volta a alguns anos específicos do século XX e buscou dar ênfase a presença dos espanhóis na cidade de Belém em vista das poucas obras relacionadas à imigração espanhola no Pará sobre o período, pois muito se fala sobre a imigração e os núcleos coloniais, porém muito pouco sobre esses imigrantes nos centros urbanos em momentos de decadência da economia gomífera, neste sentido, o estudo sobre a formação e consolidação dos centros associativos são importantes para analisar as estratégias de sobrevivências dos imigrantes por meio da ação coletiva.

“Em auxílio dos seus”: a construção do associativismo galego no Pará.

Existe alguns registros da tentativa de fundação de associativismo espanhol no final do século XIX que foi o Cassino Espanhol, mas não obtive informações melhores sobre este lugar. É a partir da década de 1900 que temos a consolidação do mutualismo espanhol no Pará, em 19 de março de 1903 com a fundação da Sociedade Española de Socorros Mútuos (SESM).

A SESM teve como finalidade prover assistência médica e financeira aos seus membros, assim como prover assistência sanitária aos seus membros em uma “casa de saúde”, enquanto não tiver recursos para construção de seu próprio “hospital”; dar acesso a seus sócios a consultas médicas e remédios; auxílio financeiro aos sócios doentes que necessitem retornar a Espanha, provendo uma passagem de terceira classe

para o porto mais próximo do lugar ao qual quisessem se estabelecer; proteção ao trabalho, procurando colocação aos sócios que precisem; promover a leitura de livros, instrutivos, revistas e periódicos, por fim prover o auxílio de 150\$000 réis a família do sócio falecido em virtude dos gastos com o enterro, os benefícios prestados pelas mutuais eram de modo geral demandas dos grupos que constituíam estas associações.

Entre 1904 e 1905, em uma tentativa de fusão da SESM com outra associação de imigrantes ocorreram tensões internas que levaram ao fim desta sociedade, nos anos posteriores desta mesma década ainda tínhamos a fundação do Centro Galaico do Pará e a União Espanhola de Socorros Mútuos.

O Centro Galaico, herdeiro da SESM foi fundado em 1907, esteve como data de celebração de sua fundação o dia do patrício da galícia São Tiago de Compostela. Diferente da União Hespânica, o Centro Galaico manteve restrito a introdução de membros oriundos da região da galícia, no noroeste da Espanha. O forte regionalismo marcou tal associação e os princípios de assistência declarados pela SESM aos sócios foi mantida na recém formada sociedade voltada agora exclusivamente para os galegos.

A atuação das associações de caráter étnico, para além das redes de sociabilidade e de auxílio, construíam todo um imaginário sobre os espanhóis em Belém, se do lado de lá no atlântico, os periódicos espanhóis acentuavam a presença destes no Pará como a “Colônia Gallega”, “os galegos no Pará”, do lado de cá os jornais de Belém enfatizavam tais associações, mesmo o CGP, como “La colônia Hespânica”, demonstrando o caráter fluido da identidade do imigrante.

A identidade galega foi marcada durante as primeiras décadas da república no Brasil, por um olhar negativado, vinculado vadiagem, vícios e falta de inteligência, os galegos eram atrelados aos portugueses no Brasil, e foram perseguidos por movimentos nativistas que reclamava a nacionalização do comércio a retalho. Neste sentido a atuação do CGP foi importante a fim de reconstruir a imagem dos galegos, entre seus membros constava o sócio Lisardo Dias, correspondente no Brasil do periódico espanhol Vida Gallega, e que por vezes retratou a comunidade galega no Pará como desenvolvida e ilustrada.

Se durante a década de 1890 houve a entrada significativa de espanhóis no Pará, o surgimento de associações de auxílio mútuo correspondeu a formas de reconstrução de suas teias de sociabilidade, de identidade e uma rede de suporte em caso de necessidade. Em contraposição, nem todos os imigrantes de fato foram membros das associações, pois durante as primeiras décadas do século XX o fortalecimento do movimento sindical também possibilitava mecanismos de sociabilidade atreladas ao mundo do trabalho.

As celebrações recreativas eram um dos fins do Centro Galaico, pois além de promover o contato entre os imigrantes formava uma rede de sociabilidade e angaria recursos pecuniários, também servia como elemento de articulação com a comunidade local, de inserção da “colônia espanhola” nos festejos pátrios do Brasil e do Pará. Para além dos festejos, datas cívicas, o caráter assistencialista e previdenciário foi marcado tanto quando da fundação da liga espanhola de repatriação em 1920 encabeçada pelo CGP e pela União Espanhola, quanto pela criação de uma escola no CGP. Segundo Lizardo Dias, em 1920 não havia nenhum sócio do CGP ainda em condição de analfabetismo.

Pode-se afirmar que ao longo do funcionamento do CGP o perfil de seus membros foi alterado, assim como suas formas de atuação, agindo ao fazer uma subscrição para a construção de uma estatua da poetisa Rosália de Castro em Santiago na década de 1920. Já na década de 1930 quando a Espanha passou por uma guerra civil intensa e os combates no território espanhol, marcando a vitória do grupo nacionalista que levou ao poder o general Francisco Franco, os imigrantes na cidade de Belém estiveram articulados em favor do exército nacional enviando uma longa nota de apoio ao exército nacional espanhol durante a guerra civil espanhola em 1937, a filha do general Carmem Franco esteve em comitiva na cidade de Belém e foi festivamente recebida pela sociedade galega que lhe entregaram presentes como pele de cobra e jacaré (Atas de Reunião, 1966: 53), segundo a ata de reunião os sócios não viram boa vontade por parte do vice-cônsul.

O associativismo espanhol no Pará mostrou-se importante elemento para a sobrevivência destes imigrantes, assim como uma das primeiras experiências de ação coletiva, assistencialismo e previdência após o fim do império. Se o movimento sindical

no início do século XX marcou as lutas por direitos no mundo do trabalho, o movimento mutual buscava fortalecer a comunidade imigrantista a fim de que ganhassem voz política, e promoveram auxílios diante da inoperância do Estado.

Segundo o regulamento a sociedade determinava como objetivos primordiais “difundir entre seus associados a instrução”; seguido por “solenizar as datas memoráveis da Pátria e da região Gallega e seus nobres filhos”. Nos incisos 3 e 4 do artigo 1º tratava-se das atribuições de socorros; “proporcionar aos seus associados os socorros necessários nas enfermidades e outros casos” assim como “proteger seus associados a toda classe de injustiças que contra eles se comentam”. Por fim ainda no 1º artigo, determinava a obrigação de proporcionar aos sócios e familiares “distrações e recreio conforme os princípios da boa moral e bons costumes” (Regulamento do Centro Galaico do Pará, 1925: 5).

Há de se destacar que no período entre as décadas de 1930 e 1940, após a Guerra Civil Espanhola e a Segunda Guerra Mundial, a necessidade de se estabelecer uma relação harmoniosa com o Brasil, e mesmo a construção de uma Espanha centrada em um ideal de nacionalismo nos moldes que o franquismo ditava devem ter pesado nesta alteração. No regulamento de 1925 para ser sócio ativo era necessário que fosse nascido na Galícia, maior de 16 anos de idade e menor de 60, assim como não sofrer de moléstias contagiosas ou crônicas. No regulamento de 1948 o termo “nascido na Galícia” foi substituído por “nascido na Espanha”.

Memórias de um imigrante galego no Pará

Logo que se estabeleceu na cidade de Belém Manuel Malvar ingressou como membro do Centro Galaico do Pará. No ano de 1958 já assina as atas de reunião na condição de primeiro secretário, sendo responsável por redigir as atas dos encontros entre os sócios assim como outras tarefas. Em sete de julho de 1959 deixa o cargo de primeiro secretário assinando a ata de reunião ordinária pela última vez, voltando a assinar atas na condição de primeiro secretário somente em três de julho de 1966 a quatro de julho de 1967 e por fim assume o lugar do primeiro secretário na última ata de reunião que se tem registro do Centro Galaico do Pará em trinta e um de agosto de 1978, neste último registro o presidente Eduardo Perez Boulhosa abriu a sessão e

mandou o segundo secretário o senhor Manuel Malvar tomar o lugar do primeiro secretário devido à morte deste último, no caso o senhor Manuel Perez Iglesias.

Nos anos em que não esteve no cargo de secretário, Manuel Malvar conta que esteve na administração da biblioteca Rosália de Castro do Centro Galaico do Pará na função respectivamente de bibliotecário, quando questionado sobre as tarefas que desempenhava na biblioteca o mesmo respondeu que fazia o registro e controle de empréstimo de livros, fazia leituras, recebia doativos que compunha o acervo.

Foi constatado na documentação a efetiva participação do entrevistado através de registros em livros como as atas de reunião indicando sua participação até os anos finais da associação. Segundo Manuel Malvar (2020), a sociedade chegou ao fim pelo limitado número de sócios, falecimento de sócios mais antigos que mantinham a sociedade ativa e das várias tentativas de fundir a sociedade galega com outra sociedade mutualista a União Espanhola de Socorros Mútuos, não houve acordo que deixasse ambos satisfeitos. Outro fator que impedia a continuidade da sociedade galega era a falta de interesse dos descendentes dos membros da sociedade.

Por fim, nos anos de 1970 o Centro Galaico do Pará vendeu o prédio e o terreno que abrigava sua sede. Localizada na avenida Nazaré sob o número 568, a sede se encontrava em um local privilegiado da cidade de Belém, não só era alvo da intensa especulação imobiliária ocorrida nos anos de 1970 e 1980 como se localiza na principal rua de passagem da maior procissão religiosa da cidade o Círio de Nazaré.

Em ata de reunião extraordinária realizada em 27 de julho de 1966 a diretoria apresenta o projeto do edifício que se pretende construir pela Construtora Nassar no local da sede (Atas de Reunião, 1966: 62), em outra reunião no dia 1 de novembro de 1966 a diretoria recebe os componentes da empresa Norte Melhoramentos, os senhores Walter de Macedo Ferreira, Augusto Giomar e Silva, Ivona de Carvalho Silva e José Furtado de Miranda que propuseram aos sócios dar em troca do terreno o décimo sétimo andar que consta de quatro apartamentos e o décimo oitavo andar somente com área coberta em toda a extensão do prédio (Atas de Reunião, 1966: 63).

Conclusão

Na cidade os espanhóis estabeleceram redes de sociabilidade e solidariedade que facilitaram a sua inserção à sociedade. Desenvolveram estratégias de adaptação à nova

terra e aos novos costumes e de solidificação de suas identidades por meio de criação de associações e de práticas culturais que traziam de suas terras, como as touradas que se tornaram concorridas nas tardes de domingo do “Colyseu Paraense”, uma ampla arena localizada no atual bairro de Batista Campos. Esta pratica de lazer envolvia não só os espanhóis como a comunidade portuguesa, assim como todos os cidadãos belenenses frequentadores com condições econômicas favoráveis a pagar o bilhete do espetáculo.

Os bilhetes das temporadas tauromachicas eram vendidos nas principais casas comerciais da cidade, como o Café Chic, a Merceria Baptista, a Merceria Santos, o Wary-Well, o Estaminet, a Casa Bahiana e o Café Central, e nos dias de corrida, nas bilheterias do *Colyseu*. (SARGES, 2010: 129 – 130.)

O governo proporcionava remuneração para cada imigrante contratado pelas firmas e ainda introduzia outros em obras e serviços públicos, como calçamento de avenidas, construção de prédios públicos. O sistema arregimentador dos imigrantes começava pela contratação de um individuo ou firma a quem o Governo pagava remuneração por imigrante introduzido, como já indicado anteriormente. Era o primeiro problema, pois tal regime estimulava a mobilização de enorme maioria de indivíduos sem qualificação profissional.

Para Santos (1980) uma vez chegados, os imigrantes eram postos em zonas do sertão, distantes de quaisquer núcleos urbanos ou ligação fluvial com estes, sem possibilidade de transporte da produção, que se deteriorava e apodrecia muitas vezes. Por essa altura, no único meio hábil de transporte na região era o rio. A estrada de ferro do nordeste paraense, ou Zona Bragantina, só teve lançado seu primeiro trilho em 1883 e sua conclusão demandou anos e anos. Nada mais inadequado, pois, que localizar as colônias em sítios centrais, de difícil e moroso acesso aos mercados consumidores. Tudo isso, e mais a crônica ineficiência do governo do Estado em suprir os colonos com ferramentas, sementes e abastecimento demonstram o despreparo da Administração para enfrentar os problemas decorridos da colonização.

Os trabalhos relacionados a presença dos emigrantes no Estado, nesse período, estão voltados para uma visão mais econômica de exploração dessa mão de obra no campo, principalmente com a extração do látex e agricultura para o abastecimento alimentício do mercado da cidade.

Ainda existem algumas perguntas sobre a atuação dos imigrantes espanhóis na cidade de Belém e várias questões foram tratadas no presente trabalho, destaca-se a presença dos mesmos nos centros urbanos de Belém o que ainda enseja novas pesquisas. Eram os imigrantes que tornavam a cidade de Belém multicultural difundindo suas culturas e modos de vida, por meio das uniões matrimoniais construíram famílias que deixaram marcas na sociedade paraense, se a exogamia pode ter sido fator predominante entre os casos e de que forma atuavam esses agentes sociais nos centros urbanos, quais eram os postos de trabalho em que homens e mulheres atuavam e com relação às influências culturais que esse grupo difundiu na cidade como o lazer baseado nas touradas aos domingos.

Ao longo do século XX a presença espanhola na cidade de Belém foi marcada por aspirações de mobilidade, esperanças de sucesso e construção de redes de solidariedade e sociabilidade. Mesmo que a partir da metade do século XX a presença espanhola tenha se tornado cada vez menos intensa, isto não diminui a importância do estudo e compreensão das estratégias e práticas associativas destes sujeitos, que um dia sonharam em fazer a América.

Fontes

Entrevista realizada com Manuel Malvar Gonzalez 02/03/2020.

Livro de Registro Atas de Reunião 1958 – 1978. Acervo pessoal de Manuel Malvar.

Regulamento da Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos. Typographia Moura, Pará – Belém, 1905.

Regulamento do Centro Galaico do Pará. Livraria Clássica – Pará, 1925.

Referências Bibliográficas

EMMI, Marília F. *Italianos na Amazônia (1870-1950): pioneirismo econômico e identidade*. Belém: EDUFPA, 2008.

LIMA, Aline K. M.. Belém dos Imigrantes: espanhóis na capital paraense (1890-1920). *Revista Discente Ofícios de Clio*, v. 5, p. 147-162, 2020.

MARTINEZ Gonzalez, Elda. *La inmigración esperada: la política migratoria brasileña desde João VI hasta Getúlio Vargas*. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2003.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SARGES, Maria de Nazaré. “As corridas de touros e as associações de migrantes galegos: a construção do imaginário ibérico na “Nova Jerusalém” (Belém XIX/XX)”. In: José Luís Ruiz Peinado (org.). *Atlântico imaginado: fronteiras, migrações e encontros*. 1ª ed. Madrid: Ministério do Trabalho e Imigração – Subdireção Geral de Informação Administrativa e Publicações, 2010.

SARGES, Maria de Nazaré. “Os portugueses nos autos judiciais: sociabilidades e tensões”. In: *Entre Mares: O Brasil dos Portugueses*. Belém, Paka-Tatu, 2010.

Qual a cor do lápis cor de pele? Pigmentocracias/colorismos e passabilidades nas narrativas identitárias brasileiras

Giovana de Carvalho Castro⁴⁵²

RESUMO

O objetivo dessa comunicação é debater como se constrói a ideia do colorismo em suas origens e suas interrelações com a mestiçagem no Brasil perpassando pela investigação de como a branquidade afeta e plasticiza a aplicação do conceito. A metodologia utilizara as referências ao termo no vocabulário de ativistas através de notícias veiculadas em 2019/2020, usando como mecanismos de busca o formato oferecido pelas ferramentas do Google. A construção envolve não só a discussão conceitual, mas suas adaptações semânticas, leituras dos lugares de fala e escuta e

⁴⁵² Doutoranda em História (PPGHIS/UFJF); racinacastro@gmail.com

narrativas em disputa analisando em que contexto o termo foi utilizado, que debates provocou e de que forma a discussão foi polarizada a partir dos desdobramentos suscitados, a luz das colisões entre raça, etnicidade, fenótipo, branquidade e negritude.

PALAVRAS CHAVE: Pigmentocracia, colorismo, racismo e identidade racial

ABSTRACT

The purpose of this communication is to debate how the idea of colorism is constructed in its origins and its interrelationships with miscegenation in Brazil, going through the investigation of how whiteness affects and plasticizes the application of the concept. The methodology had used references to the term in the vocabulary of activists through news published in 2019/2020, using as search engines the format offered by Google tools. The construction involves not only the conceptual discussion, but its semantic adaptations, readings of the places of speech and listening and narratives in dispute, analyzing in which context the term was used, what debates it provoked and in what way the discussion was polarized based on the developments raised, the light of the collisions between race, ethnicity, phenotype, whiteness and blackness

KEY WORDS: Pigmentocracy, colorism, racism and racial identity

QUAL A COR DO LÁPIS COR DE PELE?

Afastada a questão de desigualdade, resta na transformação biológica dos elementos étnicos o problema da mestiçagem. Os americanos do Norte costumam dizer que Deus fez o branco, que Deus fez o negro, mas que o Diabo fez o mulato. É o ponto mais sensível do caso brasileiro. O que se chama de arianização do habitante do Brasil é um fato de observação diária. Já com um oitavo de sangue negro, a aparência africana se apaga por completo é o fenômeno do passing nos Estados Unidos. E assim na cruz contínua de nossa vida, desde a época colonial, o negro desaparece aos poucos, dissolvendo-se até a falsa aparência de ariano puro. (PRADO, 2012: np)

Nas discussões com meus alunos em sala de aula considero o uso de vídeos e imagens uma ferramenta poderosa. Mas com a forma como são organizados os tempos escolares, com cortes duros a cada 50 minutos que mudam o ritmo como num baile esquisito, passar um filme inteiro é um flagelo inútil e desnecessário. Mesmo porque

pouquíssimas películas trazem contribuições tão significativas a ponto de merecerem sua exposição total, obrigando o meu já sofrido e irrequieto público a uma tortura em cadeiras duras e desconfortáveis das salas de vídeo das escolas. Então, foi nessa luta entre a necessidade e a precisão, que comecei a perceber a potência que há em séries, pequenos documentários e curtas, ricos em narrativas e funcionais para o meu máximo de hora e quarenta contínuos. Um dos que mais usei foi uma série que me gerou uma paixão profunda: *Cold Case*. Um CSI com flash backs que tinham como pano de fundo momentos significativos da história estadunidense, mas também se debruçava sobre os microdramas cotidianos, adensados pelas misérias, invejas e mesquinhas humanas, por si atemporais.

Dois episódios geraram intensos e acalorados debates. O primeiro sobre um jogador de beisebol em ascensão, que passa a sofrer ataques e acaba sendo assassinado por se envolver com uma mulher branca. Numa virada surpreendente da trama, descobre-se que ela não era de fato branca, mas uma filha de negros que, por sua pele clara foi incentivada pela família a mudar de cidade e iniciar uma nova vida passando-se por branca. Mas, o que mais gerou polêmica foi a história de uma negra de pele clara que se envolveu com um extremista da nascente KKK. Apaixonados organizaram uma fuga, com projetos para uma nova vida, mas eis que, ela mostra a foto a filha que levaria consigo, fruto do seu primeiro casamento. Quando ele vê a foto da menina de pele retinta fica chocado e profundamente incomodado, como que a mirar pela primeira vez a cor da pele da mãe. Não me lembro com riqueza de detalhes do desenrolar da trama, mas, salvo engano, ele acaba desistindo do romance e num final trágico ela termina assassinada pelos extremistas.

A pergunta que mais vinha à boca dos meus alunos era como? Como era possível algo assim acontecer. Uma pessoa preta ser vista como branca e uma pessoa preta de pele clara assustar um homem branco por ter uma filha de pele escura. Em questão estava não só raça e racismo, mas uma variabilidade de possibilidades que permitiam surfar entre distintas identidades raciais de acordo com as nuances do fenótipo, e das tensões implícitas a esses processos.

A complexidade do debate envolvia não só a renúncia de todos os seus laços afetivos no primeiro caso como também uma condição tensa e de uma estranha fluidez

no segundo. Lembro que uma das alunas disse, emocionada, que suas primas quase brancas fingiam que não a conheciam quando estava com sua mãe de pele escura na rua, mas sorriam encantadas quando ela transitava com seu pai quase branco e de olhos claros. A prática do *passing race*⁴⁵³, entendida como uma exclusividade da sociedade estadunidense, foi lida por eles como uma possibilidade de se entender também o Brasil e suas nuances de distintos tons de pele que convivem, em diversas ocasiões, no mesmo tronco familiar. Daí, seguimos num mergulho intenso nos meandros do *passing race*, do colorismo e como esses termos são tratados no Brasil. Se são, e se se podem ser usados para se pensar as tensões e debates sobre raça, identidade e fenótipo na complexa pseudodemocracia racial brasileira.

Tudo isso aconteceu muito antes dos debates sobre colorismo ganharem as mídias sociais brasileiras no último biênio, embora a recenticidade da discussão por aqui ainda esbarre em questões muito similares às levantadas nas minhas turmas. E não, essa conversa não é nova. Quando Alice Walker botou o colorismo na roda ainda usávamos ombreiras e suávamos nossos pés cansados em Melissas de plástico marrom. Nascido das observações das experiências de sua filha, de pele mais clara que a dela, com o racismo ela desenhou o colorismo em 1982, definindo-o com UM tipo de discriminação racial. Coloco esse um em maiúsculo porque defendo veementemente a importância de entendermos o colorismo como uma forma de discriminação, de separar, segregar e de hierarquizar quem, na verdade não está em nenhum ponto de acesso à poderes e transformações efetivas.

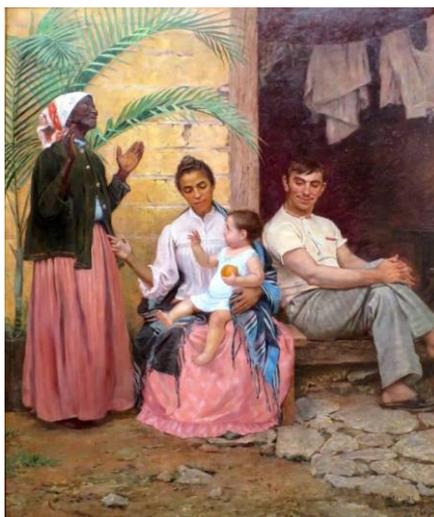
Na centralidade do conceito está a experiência da autora na observação de que, quanto mais próximo do branco está o negro, em seus aspectos fenotípicos e estéticos, maiores possibilidades ele teria de aceitação social. Embora essa aceitação seja vista como parca e subjetiva, ela não dilui o fato de que nem todo negro é preto. E que nessas condições as experiências que diferentes tonalidades de negros têm com o racismo

⁴⁵³ O *passing race* tinha duas formas básicas de manifestação: o total rompimento com a família de origem e a escolha de uma vida celibatária, ou sem filhos, de forma a não se correr o risco de ter sua identidade revelada; e a fluidez de quem se passava por branco em determinadas situações em que isso traria vantagens, mas os vínculos com a comunidade negra e a família eram mantidos. Em ambos se vivia a permanente tensão do medo da descoberta da ancestralidade de quem o protagonizava, com efeitos mais perversos sobre aqueles que passavam a vida fingindo que eram brancos em todas suas aspectos cotidianos.

impactam diretamente nas suas possibilidades de identidade e articulação de lutas políticas.

Poderia apontar diversos episódios sobre as pendengas do colorismo para narrar nossas análises aqui. Escolho então os debates sobre a definição de Fabiana Cozza para representar D. Ivone Lara em musical que estrelaria em 2018. A celeuma foi tão grande que Fabiana, em nota pública, desistiu do papel. “Renuncio por ter dormido negra numa terça-feira e, numa quarta, após o anúncio do meu nome como protagonista do musical, acordar 'branca' aos olhos de tantos irmãos”. (BRUM, 2018: online).

Isso porque a ideia de uma sociedade de mestiços, cantada em verso e prosa na cultura brasileira e vendida como melhor atributo da nossa tendência ao integracionismo, nem de longe reverbera as tensões intrínsecas às identidades não brancas no Brasil. O caso de Fabiana bem remete a uma das mais famosas pinturas sobre esse tema no imaginário nacional: a redenção de Cam.



"A Redenção de Cam", de Modesto Brocos. Fonte <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3281/a-redencao-de-cam>

Produzido na nascente república Brasileira, a obra de 1895, representa em cores intensas, o processo de afastamento da pele negra a partir de três gerações e o titula fazendo referência à maldição que Noé lançou sobre seu filho Cam, condenando-o, e a seus descendentes, a um permanente estado de servidão, quebrada então pela força redentora do sangue branco.

Aqui a prática do passing, do fingir-se branco cortando todos os laços com suas origens acaba diluída num desejo moral e estatal de branquear as gerações. As já reificadas distinções entre preconceito de marca e preconceito de sangue alinhavadas por Oracy Nogueira definem um momento particular da história das relações raciais no Brasil. Aqui o que pesa é sua aparência, como é lido a partir de um contexto de estupro, miscigenação e políticas de branqueamento promovidas pelo Estado. Isso implicou num tabu sobre as discussões acerca das identidades raciais no Brasil e varreu para debaixo do tapete hierarquias que existiam entre diferentes fenotípias já vigentes durante a trajetória da escravização africana nessas terras.

O mestiço, ou mais recentemente o pardo, coloca-se assim como problema e solução das dificuldades furtivas que se atropelam na conformação da identidade negra no Brasil. E da branca também. Ainda que distintos nomes sejam usados para se pensar negros de pele clara, nenhum deles os coloca na condição de brancos, ou de brancos de pele escura. Isso porque branco implicaria numa posição de poder que negros não possuem.

O colorismo, ou pigmentocracia, é um conceito relativamente recente, embora as práticas por trás do seu ideário sejam antigas. O pós-abolição foi fortemente marcado por políticas que buscavam, ainda que de forma incipiente, colocar em evidência os(as) negros(as) de pele mais clara, alardeando as vantagens éticas e estéticas do branqueamento do país. Política de estado cantada nas ruas caiu no gosto popular a ideia de um Brasil mestiço, mulato inzoneiro. Dessa caldeira, fervido e depurado o sangue preto, teria brotado o mulato, a mulata, de pele mais clara e traços europeizados. Bonitos de ver, de tocar, resolveriam a repulsa branca pela pele preta, pelos traços negroides, pelo cabelo crespo e, de quebra, davam corpo a fórmula de uma identidade nacional pra lá de confusa. Lançada está, de forma resumidíssima, as bases para a pendenga do colorismo, que seria uma forma de hierarquização do racismo, fruto da ideia de que quanto mais escura a tonalidade da pele de uma pessoa, maior exclusão sofrerá. Elementos adicionais como o cabelo mais crespo e o nariz mais largo também comporiam a receita dessa segregação. Assim desenhado, o colorismo seria a base sobre a qual se assenta a ideia de que negros(as) que possuem traços físicos mais próximos do europeu, teriam privilégios quando comparados com negros de pele mais escura, privilégio esse que seria traduzido pela maior tolerância acerca de sua presença em ambientes de convivência partilhados com

brancos. Sedutor a princípio, o conceito cria uma ilusão de aceitação, inclusão, acessibilidade e convívio harmônico entre brancos e negros de pele clara que, numa conclusão quase direta, sofreriam menos com o racismo que seus pares mais melaninados. Mas, raspada a superfície revela-se a base do qual ele emana, a de ser mais um mecanismo criado pela branquitude para silenciar as problematizações sobre a questão racial e impedir o combater a desigualdade enquanto o racismo continua operando de forma classificatória, articulando exclusões e dividindo a população negra. A exemplaridade explícita do sucesso dessa construção está na sua maior façanha: o desmonte da consciência identitária da população negra. Traduzido muitas vezes como privilégio, embora em muito se afaste deles, o colorismo violenta subjetividades hierarquizando as dores da violência racial, aproveitando-se da miopia sistêmica que invisibiliza as sofisticadas engrenagens que movem o racismo e como ele atua sobre distintas manifestações fenotípicas (das mais nitidamente negroides as de tez mais clara). Seu trunfo maior tem sido a defesa de que quando mais perto descoloridamente do branco mais privilégios tais corpos teriam. Conclusão ilusória, e nefasta: brancos não dividem privilégios, sua identidade está pautada por eles, assim como a nossa está pela exclusão. Não há meio termo. Nunca houve. (CASTRO, 2020: online)

As lutas identitárias da população negra num país no qual inexistia uma história pública sobre a escravidão e onde ainda se insiste, em diversas instâncias, em negar a existência do racismo e suas ligações com a subalternidade da população negra são marcadas por uma diversidade muito mais complexa que a estadunidense. Uma das mais recentes facetas desses embates tem sido atualizada pelo reconhecimento de que como essa reivindicação de pertencimento vem sendo atravessada, não só por uma ampla midiaticização da luta antirracista, mas também por uma pequena, mas notável, ascensão de negros ao mercado editorial. Reconhecer-se negro naquelas condições em que tal ato traria vantagens passou a ser tratado como afrooportunismo, ou afroconveniência. E trouxe à tona um debate acalorado sobre como negros de pele clara tem vantagens em quaisquer questões que disputem com negros de pele escura.

E, nessa onda de produção de conteúdos e debates on line sobre raça e racismo, ativistas pularam de seus quintais para projeção nacional em diversas plataformas digitais. O colorismo de Walker foi posto para entender nosso “lusoracismomestiço” e

pôs o dedo na ferida sobre a discussão acerca da quantidade de privilégios atribuídos a uma pessoa negra cuja tonalidade de pele é mais clara em relação ao preto retinto. Mas o negócio virou um imbróglio, pendenga como insisto em repetir. Num Brasil onde inexistem sistemas jurídicos segregacionistas e onde sempre se afirmou as infinitas possibilidades de uma sociedade que se recusa a assumir racista, emperramos feio na questão das identidades negras porque, bem, a bem pouco tempo ninguém queria ser negro.

Daí, ouvindo e vendo discussões e debates de criadores de conteúdo como Nataly Neri, Gabi da Pretas, Papo de Pretas, Carla Akotirene e os episódios envolvendo escritoras como Djamila Ribeiro e a cantora Fabiana Cozza articulo como o colorismo, pensando à luz das relações raciais no Brasil, é um conceito que também precisa ser entendido à sombra de outras questões. E o primeiro ponto que creio se fazer urgentemente necessário nessa reflexão é que, se ser negro é uma dúvida para quem é pardo no Brasil, ser branco é uma impossibilidade. A branquidade, para além de ser uma fenotípi é um lugar social, que permite ao corpo que a carrega passar por toda a vida sem ter sua cor como questão. Assim, dizer que um negro de pele clara possui privilégios é uma distorção. Só opressores possuem privilégios, e como disse, não o dividem

Assim voltamos ao passing, que daqui por diante chamaremos de passabilidade, essa condição apontada por ativistas, produtores de conteúdo, pesquisadores vários, de que o negro de pele clara, ganha mais, faz mais sucesso, possui mais chances de ter emprego e de ser amado. Mas que deixam de fora um elemento fundamental: o de que como essa passabilidade foi construída entendida como estratégia de inserção social da população negra nos pós abolição. Tanto nos EUA como no Brasil. Mas, que diferentemente dos EUA, no Brasil ter a pele mais clara não permite a imersão total na condição da branquidade exatamente porque essa também não é exclusivamente fenotípica.

Inegável é que ainda que não sejam vistos como não brancos, negros de pele clara tenham maior acesso e determinados espaços, mas às custas de compactuar com o silêncio sobre a raça, aderindo ao pacto narcísico da branquidade, definido por Cida Bento como um acordo entre brancos para unirem-se na defesa da manutenção dos seus

privilégios, sem, no entanto, desfrutar de suas vantagens simbólicas e concretas. Evidencia-se assim a necessidade de reconhecer-se o colorismo não como um sistema de privilégios, mas como uma cortina de fumaça, que invalida suas possibilidades de somar-se uma luta coletiva, que trate do racismo para além de suas manifestações interpessoais.

Compreender isso implica também em aprofundar nosso olhar acerca da condição do ser “mulato” no Brasil, complexa em sua gênese, etimologia e sobrevivência. Esse estado, que foi celebrado como marca da forma harmoniosa com que se dão as condições raciais no Brasil, foi pintado também como status almejado e transformado em produto da brasilidade, entendido como marca da face mais simbólica do Brasil. Diferentemente dos EUA onde o *passing* trata-se de uma negação total da sua condição fenotípica e de tudo que a envolve e a miscigenação foi proibida por lei e desestimulada nas práticas normativas sociais, no Brasil pode-se oscilar entre vários tons de pertencimento, e, ainda que o lugar do branco se mantenha cristalizado, escorregar por diversas situações de branqueamento, e aproximando-se deles, significaria, fãnicamente, aproximar-se da condição de humano.

A discriminação colorista emerge assim como uma ferramenta da branquidade para obstaculizar efetivas práticas de aglutinação em um país que, notadamente, desde a adoção em todos os segmentos da mão de obra escravizada, convive com a miscigenação sem que, em momento algum, a questão das políticas sobre raça e racismo tenham sido colocadas verdadeiramente em debate.

Assim, a melíflua condição racial brasileira, que silencia sobre a cor de acordo com os estratos sociais atingidos pelos não brancos, é o terreno fértil para que o colorismo se revele como mais uma forma de brancos exercerem poder, concedendo favores e benesses, e assumindo-se como mais uma face da discriminação racial, desenhe novas e variadas formas de exclusão.

REFERÊNCIAS

BRUM, Eliane. **Fabiana Cozza: “Eu não sou uma vítima”**. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/02/opinion/1530536103_327593.html. Consulta realizada em 19/12/2020

CASTRO, Giovana de Carvalho. **A pendenga do colorismo.** <https://www.instagram.com/p/CENj3MsBnp2/> . Consulta realizada em 19/12/2020

NASCIMENTO, Giovana Xavier da Conceição. Os perigos dos Negros Brancos: cultura mulata, classe e beleza eugênica no pós-emancipação (EUA, 1900-1920). In: Revista Brasileira de História, vol. 35, nº 69, p.155-176.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. Tempo Social, Revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1.

PRADO, Paulo. Retrato do Brasil: Ensaio sobre a tristeza brasileira. São Paulo:2012, Cia da Letras.

MUITO ALÉM DAS ESTATÍSTICAS: AS MEMÓRIAS DAS VÍTIMAS DA COVID-19 EM JUIZ DE FORA

Gracielle Loures Nocelli⁴⁵⁴

Resumo

Este artigo analisa o projeto “As saudades que os números do coronavírus escondem em Juiz de Fora”, realizado pelo jornal Tribuna de Minas. A partir da articulação entre os estudos de memória, história e jornalismo, é feita a reflexão sobre como os testemunhos dos familiares das vítimas da Covid-19 humanizam as estatísticas e contribuem para que o jornal seja suporte na construção da memória do momento que vivemos. As diferentes temporalidades do projeto apontam, ainda, para a importância de impedir o esquecimento e o silenciamento. Para a compreensão dos processos de produção e recepção desta cobertura jornalística, também é feita uma reflexão sobre o momento político no país.

Palavras-chave: memória; jornalismo; história; temporalidades; Covid-19.

Abstract

This article analyzes the project “As saudades que os números do coronavírus escondem em Juiz de Fora”, published by the newspaper Tribuna de Minas. From the articulation between studies of memory, history, and journalism, a reflection is made about how the testimonies from Covid-19 victims' relatives humanizes the statistics and contribute to make the newspaper a base for building the memory of the moment we are living. The different temporalities of the project also point to the importance of preventing forgetfulness and silencing. To understand the production and reception processes of this news coverage, a reflection is also made about the political moment in the country.

⁴⁵⁴ Jornalista e membro do grupo de pesquisa Comunicação, Cidade e Memória do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação da UFJF. E-mail: graci.nocelli@gmail.com

Keywords: memory; journalism; history; temporalities; Covid-19.

Introdução

Compreendendo a memória como mecanismo que auxilia a construção da história, impedindo o esquecimento de uma sociedade que vive num ritmo cada vez mais veloz e que tende a tornar os acontecimentos efêmeros, este artigo busca analisar como o momento histórico que vivemos tem sido registrado para a posteridade. Para isso, é feita uma contextualização da pandemia da Covid-19 no mundo e no Brasil, onde a imprensa enfrenta dificuldades para ter acesso às informações que são repassadas à população.

O foco no trabalho realizado pela imprensa se dá pelo entendimento de que os meios de comunicação integram os chamados “lugares de memória” que, conforme Nora (1993), “nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea” e, por isso, a necessidade da criação de arquivos e documentos que funcionem como suporte.

Ao analisar os meios de comunicação é preciso nos atentarmos às diferentes temporalidades presentes na produção e na recepção das narrativas midiáticas, como alerta Barbosa (2019). Ao promover articulações entre passado, presente e futuro em seus discursos, a mídia reforça o seu papel como produtora de uma história imediata e reconstrutora da integralidade do passado.

Já no campo da recepção, é preciso o entendimento de que as experiências temporais são distintas entre os diferentes públicos de uma mesma sociedade. A experiência do tempo não é a mesma, de maneira simétrica, para excluídos e aqueles que ocupam os lugares de fala e poder.

É exatamente por essa diferenciação que o jornalismo deve ser polifônico, contemplar tanto a narrativa oficial, quanto às individuais, pertencentes a diferentes grupos sociais. Assim poderemos ter uma memória mais fidedigna aos fatos e que possa contribuir como registro para as próximas gerações. Como cita Chartier (2019;11), “a

especificidade da história reside na sua capacidade de articular as diferentes temporalidades que se encontram contemporâneas em cada momento histórico.”

Neste sentido, o espaço cedido pelos meios de comunicação às narrativas individuais se mostra extremamente relevante. Em meio à realidade da Covid-19 no país, em que há dificuldades para o acesso aos dados sobre a evolução da doença e o Governo mantém uma postura negacionista com relação ao vírus, que é repetida por parte da população, ouvir as experiências individuais é, também, uma forma de humanizar estes registros e lutar contra o silenciamento.

Com o olhar direcionado para o local, o objeto de estudo deste artigo será o projeto “*As saudades que os números do coronavírus escondem em Juiz de Fora*”, realizado pelo jornal Tribuna de Minas. Por meio de depoimentos de familiares e amigos, o veículo recontou as histórias de vítimas fatais da Covid-19 na cidade.

O resgate dessas memórias individuais traz aprofundamento para a narrativa oficial, que tem se resumido a apresentação de dados numéricos sobre a doença. Neste projeto, percebemos diferentes temporalidades: os discursos rememoram o passado como forma de alertar, no momento presente, a sociedade sobre os riscos da Covid-19. Paralelamente, contribuem para a construção de memórias para o futuro, de forma a impedir o esquecimento das vítimas fatais da doença.

O jornal como lugar de memória

A passagem da sociedade do século XX para o XXI é marcada pela noção de aceleração do tempo. Este ritmo veloz evidenciou a necessidade de produzir memórias como forma de combater a efemeridade dos acontecimentos e a possibilidade de esquecimento. Para esta rememoração são necessários mecanismos de suporte, denominados por Pierre Nora como “lugares de memória”.

De acordo com Nora (1993), a materialização da memória por meio de arquivos, testemunhos, documentos e imagens revela, também, o desejo da sociedade pela sua própria história. Assim, os lugares de memória contribuem para o registro que será deixado para a posteridade. Para ele, a memória é responsável por ditar o que a história irá escrever.

A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. [...] Tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. (NORA, 1993;12)

Ainda sobre a relação entre memória e história, o autor afirma que a primeira está “em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento”, tratando-se de “um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente”. Já a segunda se caracteriza por ser “a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”, “uma representação do passado”. (NORA, 1993;12)

Assim, em meio à passagem do tempo, a memória serve à história como suporte para a reconstrução do passado. Nesta linha de raciocínio, podemos considerar os veículos de comunicação como lugares de memória.

Palácios (2010;39) argumenta que o jornalismo ocupa “o espaço vivo de produção da atualidade, lugar de agendamento imediato, e igualmente lugar de memória, produtor de repositórios de registros sistemáticos do cotidiano, para posterior apropriação e (re)construção histórica.”

O jornalismo é memória em ato, memória enraizada no concreto, no espaço, na imagem, no objeto, atualidade singularizada, presente vivido e transformado em notícia que amanhã será passado relatado. Um passado relatado que, no início, renovava-se a cada dia, e com o advento do rádio, da televisão e da web, tornou-se relato contínuo e ininterrupto, nas coberturas jornalísticas 24 x 7. (PALÁCIOS, 2010;39)

Para Barbosa (2019;34), a imprensa desempenha um papel central no que tange à memória. “No processo de reconstrução do passado como história, os meios de comunicação possuem lugar estratégico, na medida em que se apregoam como produtores de uma história imediata e reconstrutores da integralidade do passado.”

A mídia produz narrativas como arquivos da e para a história. Em função disso proliferam também as referências ao passado: o passado transformado em discurso comum, inclusive do ponto de vista de uma memória histórica partilhada; ao passado de sua própria história; e ao passado como utopia midiática

reconstruindo de maneira idílica os tempos de outrora. (BARBOSA, 2019;34).

Já Maduell (2015) recorre a Nora para afirmar, mais especificamente, que os jornais impressos são lugares de memória, uma vez que articulam os três sentidos estabelecidos pelo pesquisador:

material, tratando-se de um produto cultural, disponível para consulta em bibliotecas e bancos de dados; funcional, por seu caráter de prestação de serviços e informação; e, por último, pelo que representa no imaginário social: “Só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica”. (MADUELL, 2015;34)

É também reconhecendo o trabalho dos veículos de comunicação nesta (re)construção do passado que Andreas Huyssen (2000) critica o que chama de “excesso de memória”. Para ele, a cultura saturada de mídia pode causar uma sobrecarga e acarretar o efeito contrário: o esquecimento.

A partir destes aportes teóricos, iremos considerar o jornal *Tribuna de Minas*, publicado nas versões impressa e digital, como lugar de memória. Fundado em 1º de setembro de 1981, o veículo possui papel de destaque na cobertura jornalística de Juiz de Fora e da região da Zona da Mata mineira.

Em 1983, a imprensa juiz-forana acompanhou o fim do jornal impresso *Diário Mercantil*, após 60 anos de circulação. Assim, a recém-criada *Tribuna de Minas* tornou-se a principal mídia escrita da cidade, posto que mantém até os dias de hoje. Em 1996, com o advento da tecnologia, criou o seu portal que também se tornou referência em informação e, atualmente, recebe, em média, 10 milhões de visualizações por mês, o que corresponde a 13,8 mil acessos por hora.⁴⁵⁵

Durante a pandemia, a *Tribuna de Minas* tem realizado a cobertura jornalística sobre a evolução da Covid-19 na cidade. Os registros factuais se apropriam, sobretudo, do caráter estatístico apresentando dados da doença relativos aos números de novos casos confirmados, mortes e pacientes curados. As informações são obtidas por meio de boletins divulgados pela Prefeitura de Juiz de Fora e a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais.

⁴⁵⁵Informações repassadas pela *Tribuna de Minas* à autora em 16 de julho de 2020.

No dia 7 de junho de 2020, o jornal aprofundou esta cobertura trazendo as histórias de vítimas fatais da Covid-19 na manchete “*As saudades que os números do coronavírus escondem em Juiz de Fora*”, com a proposta de ser a primeira reportagem de uma série jornalística.

A Covid-19 no Brasil e no mundo

Antes de iniciarmos a análise do objeto de estudo deste artigo, é preciso fazer a contextualização do momento histórico que vivemos. A descoberta de um novo tipo de coronavírus (SARS-CoV-2) tem desafiado a população do mundo inteiro. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), trata-se da maior crise vivida pela humanidade desde a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).⁴⁵⁶

Segundo Medeiros (2020), os coronavírus pertencem a uma grande família viral e são causadores de infecções respiratórias há 60 anos. Em dezembro de 2019, um novo tipo foi detectado, sendo o responsável pela transmissão da Covid-19, uma síndrome gripal altamente contagiosa que provoca complicações pulmonares e pode levar ao óbito. Os primeiros casos da doença foram noticiados na cidade de Wuhan, na China.

A transmissão ocorreu rapidamente e, no dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou o surto da doença como pandemia. Até o dia 30 de setembro⁴⁵⁷, o mundo ultrapassou o número de um milhão de vidas perdidas para a Covid-19. O total de pessoas contaminadas era de 33,4 milhões.

No Brasil, o primeiro caso da infecção foi registrado em 26 de fevereiro de 2020, em São Paulo. Quinze dias depois, em 12 de março, houve a primeira morte, no mesmo estado, conforme informações do Ministério da Saúde. Até o dia 30 de setembro, o país contabilizava 4.813.586 diagnósticos positivos da Covid-19. O número de mortos era de 143.886.

Antes da Covid-19, o Brasil já enfrentava uma série de dificuldade decorrentes das crises econômica e política, situação que se agravou após os primeiros diagnósticos. A economia sentiu os impactos do isolamento social, principal medida de prevenção à

⁴⁵⁶Declaração dada pelo secretário-geral Antônio Guterres durante coletiva de imprensa no dia 31 de março.

⁴⁵⁷ Dados do relatório mais recente divulgado pela OMS enquanto este artigo era produzido.

doença, que fez com que boa parte das atividades econômicas fossem interrompidas. Já no âmbito político, a postura negacionista do presidente Jair Bolsonaro frente à pandemia contribuiu para a instabilidade do governo, que passou por trocas consecutivas de ministros. Só no Ministério da Saúde, desde março, foram três nomes: Luiz Henrique Mandetta, Nelson Teich e Eduardo Pazuello. Esta realidade intensificou a polarização política da população, já verificada nas eleições de 2018.

A relação conflituosa de Bolsonaro com a imprensa, observada antes de sua eleição, também foi agravada. A cobertura jornalística da situação política, econômica e sanitária do país não agradou o presidente que, por vezes, atacou verbalmente jornalistas e deu declarações de descaso sobre a realidade da doença no país. Uma das falas mais polêmicas de Bolsonaro estampou a capa de vários jornais e revistas no dia 29 de abril. Questionado sobre o número de mortes no país ter chegado a cinco mil, ele respondeu: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre.”⁴⁵⁸

O embate entre o governo e a imprensa afetou o acesso dos veículos de comunicação aos dados oficiais sobre a Covid-19. Em junho, o Ministério da Saúde informou que não divulgaria mais os números de pessoas contaminadas, óbitos e pacientes curados. Em resposta à ação, G1, O Globo, Extra, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e Uol criaram um consórcio que, de forma colaborativa, passou a coletar os números junto às Secretarias de Saúde de cada estado. Posteriormente, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a retomada da divulgação dos dados, no entanto, o consórcio de veículos continua realizando este trabalho.

As informações oficiais sobre a Covid-19 se resumem a dados estatísticos. A preocupação de que os números sejam normalizados pela sociedade culminou em iniciativas com a proposta de humanizar esta situação. O memorial Inumeráveis, criado pelo artista Edson Pavoni, atua neste sentido, lembrando as histórias de vida das vítimas fatais da doença. O trabalho ganhou espaço no programa Fantástico, da Rede Globo, onde artistas da emissora narram estas histórias.

⁴⁵⁸ Resposta dada por Bolsonaro ao questionamento de uma repórter feito no dia 28 de abril, no Palácio da Alvorada, em Brasília.

Os depoimentos contribuem para humanizar as estatísticas oficiais sobre a pandemia. Estas memórias individuais, mesmo que repletas de subjetividade, retratam diferentes realidades e deixam às claras o que os números não são capazes de mostrar: a dor causada pela Covid-19, o luto das famílias, a dificuldade do adeus repentino e sem direito à despedida. Além disso, estas narrativas representam o reconhecimento da identidade das vítimas. Mais do que uma homenagem é uma forma de combater o esquecimento.

As saudades deixadas pela Covid-19 em Juiz de Fora

Juiz de Fora teve o primeiro diagnóstico da Covid-19 divulgado pela Secretaria de Estado de Minas Gerais (SES-MG) no dia 14 de março. O primeiro óbito foi confirmado em 8 de abril. Os informes diários do órgão estadual apresentam apenas números de novos casos de contaminação, pacientes recuperados e mortes.

Desde o dia 26 de março, a Prefeitura de Juiz de Fora também passou a divulgar boletins diários sobre a evolução da doença na cidade. Além dos números de contaminados, curados e óbitos, a Secretaria Municipal de Saúde informa, também, a idade e as comorbidades das vítimas fatais. A identidade é mantida em sigilo. Até o dia 30 de setembro⁴⁵⁹, a cidade tinha 6.060 diagnósticos positivos e 222 óbitos confirmados.

No dia 4 de maio, a notícia da morte do músico Marcos Marliére, vítima da Covid-19, comoveu a cidade. Dois dias depois, o jornal Tribuna de Minas publicou a matéria *“Ele não era só um número”*, um relato sob a perspectiva da filha Bruna, escrita pelo repórter Mauro Morais.

Nós noticiamos a morte e, no dia seguinte, a Bruna me procurou querendo falar. Era uma narrativa muito forte e não cabia a mim nenhum tipo de interferência. Não podia fazer a matéria no formato tradicional de colher o depoimento e reescrevê-lo. Estruturei a entrevista de forma que as respostas garantissem uma narrativa, assim, eu não mexeria nas palavras dela. Esse cuidado com a forma era essencial naquele momento. (MORAIS, 2020)

⁴⁵⁹ Dados mais recentes divulgados pela Prefeitura de Juiz de Fora enquanto este artigo era produzido.

Foi a partir desta publicação que o jornal idealizou o projeto “*As saudades que os números do coronavírus escondem em JF*”, publicado como manchete no dia 7 de junho. Também escrito por Mauro Morais, o texto de abertura citava a escritora Svetlana Alexijevich⁴⁶⁰ para afirmar que “a história só se humaniza quando as mais distintas vozes são ouvidas. A história tem histórias. Nessa perspectiva, a Tribuna inicia neste domingo, 7, o resgate das trajetórias e da saudade que as estatísticas não dão conta de informar.” (TRIBUNA DE MINAS, 2020; meio digital).

Em seguida, foram colocados os contatos disponíveis para que outros familiares e amigos pudessem narrar as memórias de vítimas da Covid-19. O projeto também ouviu especialistas que argumentaram sobre a importância de a cobertura jornalística dar espaço a estes depoimentos, como declarou o professor e pesquisador entrevistado, Wedencley Alves:

O grande paradoxo do noticiário é conjugar toda a cobertura, com levantamento de dados e estatísticas, sem deixar que a necessidade dessa cobertura leve a uma anestesia da sensibilidade. Neste momento é que precisamos de iniciativas de sensibilização. É fundamental se preocupar com a massificação das vítimas. Esse é um fenômeno discursivo com que a mídia tem que lidar. E, justamente, porque ela tem que saber lidar que não pode deixar as vítimas e as dores caírem no esquecimento. (TRIBUNA DE MINAS, 2020; meio digital)

A reportagem apresentou oito histórias de vida e, em cada uma delas, é possível perceber o conceito de enquadramento de memória de Pollak, quando a ênfase é dada a um ou outro aspecto das lembranças. Assim, Affonso Schröder, de 86 anos, é lembrado pelo seu amor por Terezinha, com quem era casado há 64 anos. Após ver a esposa necessitar de cuidados específicos por conta do estágio avançado do Alzheimer, ele decidiu se mudar junto com ela para uma casa de repouso, onde contraiu a doença e, após dez dias internado, faleceu.

Já Agnaldo do Nascimento Emídio, de 41 anos, que foi o primeiro profissional da saúde do município a perder a vida pela Covid-19, é rememorado por colegas de trabalho pelo seu comprometimento e sensibilidade no exercício da profissão.

⁴⁶⁰ Escritora ucraniana, Prêmio Nobel de Literatura 2015.

Agnaldo tinha por costume cumprimentar todos os colegas e pacientes logo que chegava no trabalho. Perguntava, de leito em leito, se estava tudo bem e se poderia ajudar de alguma forma. A imagem do profissional sensível e comprometido não sai da cabeça de Edith Soares, técnica de enfermagem que entrou para a Unidade de Pronto Atendimento Norte no mesmo período que Agnaldo, há sete anos. [...] “Não tinha hora ruim para ele, estava sempre alegre. Nunca vi o Agnaldo chegar no setor de cara feia ou sem vontade de trabalhar. Todos os colegas tem boas lembranças dele. [...] (TRIBUNA DE MINAS, 2020; meio digital)

Por sua vez, Hilda Machado Venerando, conhecida como Dona Zica, de 91 anos, tem como destaque a afetividade e o carinho como matriarca da família: “Era nova quando colocou uma aliança no dedo. E cedo ficou viúva, com três filhos jovens, que mais tarde lhes deram três netos e cinco bisnetos. [...] Dona Zica gostava da casa cheia e fazia tudo pela família.”

O jornalista Mauro Morais relata que as dificuldades para a realização do projeto foram bem maiores em comparação com a matéria em que ouviu a filha do músico Marcos Marliére.

A diferença para essa segunda matéria é que eu procurei os familiares das vítimas. Foi um trabalho muito difícil, pois as informações pessoais não são divulgadas por Município, Estado e cartórios. Usei as redes sociais para cruzar as informações e fazer contato. Tive muito receio. Estas pessoas estavam extremamente fragilizadas, e eu não tive nenhuma outra relação de intimidade com elas. Fiz entrevistas curtas por telefone e deixei que elas me contassem o que estivessem dispostas. Era importante preservá-las. (MORAIS, 2020)

A memória é acionada em todos os depoimentos, carregados de afeto e com recortes da trajetória individual de cada uma das vítimas. O uso destes depoimentos deixa claro a tentativa de humanizar os números da Covid-19 na cidade, dando nome, rosto e história a estas pessoas. Ao mesmo tempo que resgata este passado, os registros buscam sensibilizar os leitores sobre a gravidade do momento. As lembranças, mesmo que carregadas de subjetividade, contribuem para legitimar os impactos da pandemia, como evidencia a trajetória de Margarida Rosa de Sousa, 79 anos, contada pelo filho Paulo:

Nascida na pequena Santa Bárbara do Leste, na região mineira do Vale do Rio do Doce, Margarida Rosa de Sousa mudou-se para Juiz de Fora aos 27 anos, com o marido e seis de seus oito filhos. Instalou-se numa casa no Bairro Santo Antônio, onde permaneceu por mais de cinco décadas. Criada na roça, buscava condições de vida melhores para a família numa cidade maior. O marido rapidamente empregou-se na construção civil, enquanto a esposa cuidava da casa e dos filhos. “Ela era uma mãe muito dedicada, uma excelente esposa, muito amorosa e muito cuidadora. Tudo o que pode fazer por nós, ela fez”, recorda-se o sexto filho Paulo Lucio de Sousa [...] “Minha mãe era muito amorosa e falar dela é como falar de um jardim florido, como o próprio nome dela, Margarida Rosa.” (TRIBUNA DE MINAS, 2020; meio digital)

Com base nos estudos de estudos de Jean Philippe Pierron⁴⁶¹, para quem o testemunho não se trata apenas de informação, mas de uma “presença no presente”, Bruck e Vargas (2019;9) afirmam que “o testemunho atestaria uma verdade que não sendo objetivamente suficiente, o é, porém, subjetivamente.” Já Pollak (1989) destaca a importância das memórias individuais, coletadas por meio de entrevistas orais, como forma de conceder espaço a quem nem sempre encontra escuta:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "memória oficial", no caso a memória nacional. (POLLAK, 1989;3)

O projeto do jornal Tribuna de Minas não teve continuidade por conta da recepção negativa por parte do público leitor, conforme explica o jornalista Mauro Morais:

Tivemos muito cuidado na apuração, na escrita, na diagramação. Não pensei que tantas pessoas iriam agredir a Tribuna da forma que aconteceu. Pensei que os leitores iriam se sensibilizar, mas teve uma repercussão negativa para uma grande parcela do público, acredito que pela polarização política que vivemos. A principal crítica era que estávamos criando um terrorismo. Muitos familiares foram nos comentários do site para defender nossa iniciativa. A gente entendia que aquilo era para falar do drama da Covid-19 na cidade, reforçar a mensagem de proteção, mas, sobretudo, era uma homenagem. Poucas vezes na minha

⁴⁶¹ Pesquisador e autor do livro Transmissão. Uma Filosofia do Testemunho.

história no jornal eu senti medo, essa foi uma delas. (MORAIS, 2020)

Apesar da não continuidade, podemos afirmar que o projeto servirá como registro da pandemia em Juiz de Fora para a posteridade. A própria recepção negativa por parte do público revela o contexto histórico em que vive a sociedade brasileira: polarizada politicamente, uma parcela da população corrobora com a postura negacionista do governo frente à pandemia.

Conclusão

Vivemos um momento que deve ser reportado à posteridade como forma das futuras gerações conhecerem a sua própria História, mas esta memória deve contemplar todos os aspectos desta realidade. É preciso exaltar o trabalho de pesquisadores na busca pela compreensão e solução de uma ameaça inédita à humanidade; rememorar a batalha diária de profissionais da saúde que estão na linha de frente do combate ao vírus; compreender os acertos e as falhas de governantes frente à pandemia; analisar os impactos políticos, sociais e econômicos da Covid-19 no mundo. Também é preciso que as vítimas fatais desta doença sejam lembradas não apenas em forma de números.

Por isso, as iniciativas que priorizam humanizar as estatísticas da Covid-19 são extremamente relevantes. Considerando os veículos de comunicação como “lugares de memória”, capazes de criar arquivos para o futuro, a imprensa também deve assumir este papel. No Brasil, em que o governo atua de forma difusa e mantém uma postura negacionista frente à pandemia, este trabalho mais do que uma homenagem às vítimas e demonstração de respeito ao luto de familiares e amigos funciona, também, como forma de combater o silenciamento e impedir o esquecimento.

Também é importante destacar que abrir espaço para o relato das experiências de pessoas comuns é garantir que o jornalismo seja polifônico, compreendendo que nem todas as histórias de vida são contempladas pela narrativa oficial.

O projeto *“As saudades que os números do coronavírus escondem em JF”*, realizado pelo jornal Tribuna de Minas, é uma das iniciativas criadas neste sentido. Mesmo não tendo continuidade, como previsto inicialmente, será um registro do momento presente. A sua descontinuidade, inclusive, mostra mais um dos aspectos da

realidade vivida, em que parte da população desconsidera a gravidade da pandemia e se incomoda com este tipo de narrativa.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Marialva. **Tempos midiáticos: passado, presente e futuro em modos narrativos**. Revista Brasileira de História da Mídia, v.8, n.2, jul/dez 2019.

BRUCK, Mozahir Salomão; VARGAS, H. **Narrativas da Memória como dispositivo – A Sirene e a luta contra o esquecimento da tragédia do Fundão**. Anais: XXVIII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, jun . 2019.

CHARTIER, Roger. **Entre memória e esquecimento: as temporalidades da história, das mídias e das experiências**. Revista Brasileira de História da Mídia, v.8, n.2, jul/dez 2019.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

MADUELL, Itala. **O jornal como lugar de memória: reflexões sobre a memória social na prática jornalística**. Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM), v.4, n.1, jan./ jun. 2015.

MEDEIROS, Eduardo Alexandrino Servolo. **Desafios para o enfrentamento da pandemia da Covid-19 em hospitais universitários**. Rev. paul. pediatr., v. 38, São Paulo, 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portal Institucional, 2020. Disponível em: <https://saude.gov.br/>. Acesso em: 2 out.. 2020

MORAIS, Mauro Gabriel. Entrevista concedida à autora. Juiz de Fora, 28 jul.2020.

NORA, Pierre. **Entre a memória e a história: a problemática dos lugares**. Projeto História. Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduados em História, v.10. São Paulo, PUC, 1993.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Folha Informativa. 2020. Disponível em: www.paho.org/bra. Acesso em: 2 out. 2020.

PALACIOS, Marcos. **Convergência e memória: jornalismo, contexto e história**. Matrizes, Ano 4, Nº 1 jul./dez. 2010, p. 37-50.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3 (1989). p. 3-15.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Portal Institucional, 2020. Disponível em: www.pjf.mg.gov.br Acesso em: 2 out. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DE MINAS GERAIS. Portal Institucional, 2020. Disponível em: www.saude.mg.gov.br

TRIBUNA DE MINAS. As saudades que os números do coronavírus escondem em Juiz de Fora. Juiz de Fora. Jun.2020. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/07-06-2020/as-saudades-que-os-numeros-da-covid-19-escondem-em-jf.html> Último acesso: 5 out.2020.

Simpósio Temático 22: Sociedades em movimento: o deslocamento humano e a circularidade das ideias em tempos de transição política

Gazeta Pelotense: Imprensa em tempos de transição, imprensa de transição

Amilcar Alexandre Oliveira da Rosa⁴⁶²

Resumo

Grandes transformações das sociedades, por motivos econômicos, políticos, tecnológicos ou por mudanças comportamentais, para ficar em alguns, têm impacto em vários campos do conhecimento e da atividade humana. A imprensa exerce papel cada vez mais decisivo nas sociedades desde o final do século XIX, seja como produtora, seja como influenciadora dessas transformações. Na pesquisa que realizei no mestrado em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), *Gazeta Pelotense: ensaio para uma imprensa de transição (1976)*, o objetivo central é, a partir da análise do jornal “Gazeta Pelotense”, estabelecer uma categoria, a “imprensa de transição”, que caracterizaria o jornalismo típico desses períodos de grandes rupturas.

Palavras-chave: *Gazeta Pelotense*. Imprensa de transição. Ditadura Civil-Militar.

Abstract

Great transformations of societies, for economic, political, technological or behavioral changes, to stay in some, have an impact in some fields of knowledge and human activity. The press has played an increasingly decisive role in societies since the end of the 19th century, both as a producer and as an influencer of these transformations. In the research I do in the master's degree in History of the Federal University of Pelotas (UFPEL), *Gazeta Pelotense, essay for a transitional press (1976)*, the central objective is, from the analysis of the newspaper "Gazeta Pelotense", to establish a category, the "transition press", which would characterize the typical journalism of these periods of great ruptures.

⁴⁶² Jornalista, Mestrando em História (PPGH/UFPEL), amilcarfloripa@gmail.com.

Keywords: *Gazeta Pelotense*. Transition press. Civil-Military Dictatorship.

Introdução

A história do jornal *Gazeta Pelotense*, que circulou em Pelotas (RS) entre os meses de setembro de 1976 e janeiro de 1977, é o campo de análise para sugerir uma metodologia de estudo da imprensa. Baseada na interdisciplinaridade que aproxima História, Comunicação (Jornalismo) e Educação, esta metodologia é um instrumento para a investigação das características específicas de um periódico, evitando o tratamento indiferenciado da categoria “imprensa”, comum aos estudos historiográficos. Como resultado, pretende estabelecer uma categoria, a “imprensa de transição”, característica das sociedades em transição, marcadas por profundas mudanças econômicas, tecnológicas ou sociopolíticas.

São mudanças que ocorrem em períodos específicos, com desdobramentos e durações diferenciadas e cuja natureza é variada. Desde que os acontecimentos envolvendo grandes personagens deixaram de ser decisivos para a periodização da história, esta questão passou a ser abordada de diferentes maneiras pelos historiadores. Assim acontece para os historiadores da política, da economia e para os historiadores dos fatos socioculturais. Sendo que, nesses casos, “é mais difícil perceber os eventos, as conjunturas que explicam a passagem de uns aos outros” (CHARRON; DE BONVILLE, 2016: 161).

Com a evolução dos estudos históricos, principalmente após as inovações proporcionadas pela Escola dos Annales⁴⁶³, a imprensa passou a ter um papel importante, seja como fonte, seja como objeto de pesquisa. Recorrer a jornais para buscar informações sobre períodos, fatos ou personagens tornou-se cada vez mais comum, a ponto de se estabelecer metodologias específicas para o tratamento dessas

⁴⁶³ O nome deve-se à renovação dos estudos historiográficos provocada por historiadores que, incomodados com as análises sobre a história política vigente até as duas primeiras décadas do século XX, inovaram a abordagem através de contribuições com a *Revista dos Annales*, fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre. A principal característica da revista nos anos iniciais foi o “enriquecimento da história, por sua aproximação com as ciências vizinhas e pelo incentivo à inovação temática” (BURKE, 1991). O que se chama escola na verdade é um conjunto de percepções sobre a abordagem historiográfica que sofre várias modificações em cerca de 60 anos. A ampliação das abordagens, dos objetos e dos problemas ganhou força principalmente com a terceira geração dos Annales, para quem “os aportes analíticos provenientes de outras Ciências Humanas, como a Sociologia, a Psicanálise, a Antropologia, a Linguística e a Semiótica, ao mesmo tempo em que incentivavam a interdisciplinaridade e traziam contribuições metodológicas importantes, forçavam o historiador a refletir sobre as fronteiras da sua própria disciplina, cada vez mais difíceis de precisar” (LUCA, 2008: 112)

fontes. Na pesquisa sobre a *Gazeta Pelotense*, com o Brasil sob a ditadura civil-militar inaugurada em 1964 e encerrada somente 21 anos depois, o jornalismo praticado é comparado ao jornalismo da época, usualmente dividido entre grande imprensa, incentivadora do golpe, na fase inicial do regime, e imprensa alternativa, que o combatia. Problematiza-se, assim, o papel da imprensa que, no caso em questão, e segundo a metodologia proposta, não pode ser caracterizada apenas como colaboradora ou crítica dos governos da ditadura. Problematiza-se, também, embora esta não seja a preocupação maior deste estudo, a própria periodização dos fatos históricos relacionados à imprensa.

Metodologia

Para dar conta do estabelecimento de uma categoria a partir de um periódico, é preciso fazer uso de algumas estratégias metodológicas. A primeira é o recurso à interdisciplinaridade, que possibilita, pela ampliação do campo de estudos, o uso de ferramentas da história, da comunicação (jornalismo) e da educação com a finalidade de mergulhar não apenas nas páginas do jornal *Gazeta Pelotense*, mas no contexto da época. A interdisciplinaridade permite que o estudo historiográfico da imprensa acolha algumas técnicas de análise da Teoria da Comunicação, particularmente as referentes às transformações da imprensa. O contexto de que a *Gazeta Pelotense* é produto é analisado a partir de procedimentos característicos da microanálise. Este procedimento, próprio de um campo específico da historiografia, dialoga com o método indutivo da ciência que autores do campo da comunicação entendem ser adequado para a investigação da natureza das transformações no jornalismo. Somam-se a isso algumas reflexões vinculadas à Teoria da Comunicação que possibilitam avançar para uma crítica à abordagem historiográfica dos jornais como fontes ou objetos de pesquisa. Busca-se também, nas narrativas de ex-integrantes do jornal, uma memória dos acontecimentos do tempo em que a publicação circulou, procedimento que aproxima a pesquisa das práticas da história oral. Já o campo da educação é chamado à discussão através da concepção de Paulo Freire (1979) sobre sociedade em transição, ambiente que marcou as reflexões do autor e cuja característica central, a transição, pode ser

observada ao longo de sua obra. Neste artigo, apenas alguns desses elementos são abordados.

Imprensa em transição: a periodização e o paradigma jornalístico

Como um jornalista pode analisar o tratamento dado por historiadores à imprensa como objeto de estudo ou fonte de pesquisa? Minha experiência em redações de jornais algumas vezes não encontrou eco nas análises de historiadores sobre o ofício dos profissionais de imprensa ou sobre a atuação dos jornais. Isso porque mesmo historiadores com experiência como jornalistas ou com conhecimento da função, por atuarem como colaboradores de veículos impressos, frequentemente ignoraram especificidades que podem ser fundamentais para refletir sobre a natureza do trabalho desenvolvido por esses profissionais e esses veículos. Quem se debruça sobre jornais como objetos de pesquisa, não sobre “a imprensa” em geral, tende a superar essa dificuldade, por mergulhar mais fundo na realidade da produção jornalística e se deparar com as diferenças entre jornais, entre jornalistas, entre jornalistas e proprietários de jornais, diferenças próprias de cada veículo, conforme a área de cobertura editorial (economia, política, geral, esporte, cultura, etc.) ou organização interna. Essas diferenças têm consequências para as possibilidades que se abrem ao leitor, quando folheia as páginas das publicações. E serão tanto mais observadas quanto mais os historiadores tratarem os veículos de forma diferenciada, priorizando o contexto e as relações de que são produto ou que influenciam, analisando suas práticas diárias, suas relações internas e externas.

É importante, para a finalidade que proponho, mergulhar nas reflexões que o próprio campo da comunicação faz sobre suas práticas. Particularmente no que se refere às mudanças neste campo. As possibilidades que se oferecem a partir da análise da experiência da *Gazeta Pelotense* têm a ver com as intenções originais de seus planejadores, mas que dependeram em grande parte dos limites apresentados pelo contexto da época. Esta é a premissa básica de minha pesquisa, e é a partir dela que levo a cabo uma metodologia construída ao longo do processo de investigação sobre as origens, atuação e encerramento das atividades do jornal, na perspectiva interdisciplinar assumida pela Escola dos Annales na primeira metade do século XX (BURKE, 1991).

No campo da comunicação, as observações de Charron e de Bonville (2016) sobre a natureza das transformações no jornalismo contribuem para o entendimento da questão da periodização, importante para determinar o que entendo por *transição*. Segundo esses autores, um período é uma criação conceitual dos historiadores que denota um padrão, dependente de um contexto. Esse padrão se repete por um tempo, quando suas qualidades características se mantêm, adquirem estabilidade tal que se pode-se reconhecê-las por algum tempo como próprias de um período. Ou seja, são eventos que dependem da manutenção das condições estruturais que caracterizam a estabilidade. Que condições estruturais seriam essas? As condições que favorecem a construção do conceito de paradigma, no sentido atribuído a este por Charron e de Bonville (2016), a partir de Thomas Kuhn. “Um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma” (KUHN, 2006: 188). No posfácio do livro *A estrutura das revoluções científicas*, escrito quase sete anos depois da primeira edição do livro, o autor refina o que entende por comunidade científica, consequência das críticas que o enunciado original recebeu, por sua circularidade argumentativa:

De acordo com essa concepção, uma comunidade científica é formada pelos praticantes de uma especialidade científica. Estes foram submetidos a uma iniciação profissional e a uma educação similares, numa extensão sem paralelos na maioria das outras disciplinas.

É importante destacar que Kuhn, além de ser um entre vários pensadores que se ocuparam de estabelecer as regras do conhecimento científico, refere-se prioritariamente ao campo das ciências naturais. Boa parte de seus exemplos vêm dessa área. Mas sua definição serve ao propósito desta pesquisa. No posfácio de seu livro, o autor faz uma breve referência às ciências sociais, relacionado ao seu desenvolvimento mais recente como campo científico de pesquisa:

O mais surpreendente desses temas é provavelmente aquilo que chamei de a transição do período pré-paradigmático para o pós-paradigmático durante o desenvolvimento de um campo científico. [...]. Antes de ela ocorrer, diversas escolas competem pelo domínio de um campo de estudos determinado. Mais tarde, no rasto de alguma realização científica notável, o número de

escolas é grandemente reduzido, em geral para uma única. Começa então um tipo mais eficiente de prática científica. Essa prática é geralmente esotérica e orientada para a solução de quebra-cabeças. O mesmo ocorre com o trabalho de um grupo, que somente inicia quando seus membros estão seguros a respeito dos fundamentos de seu campo de estudos. A natureza dessa transição à maturidade merece uma discussão mais ampla do que a recebida neste livro, especialmente por parte daqueles interessados no desenvolvimento das ciências sociais contemporâneas (KUHN, 2006: 189).

Partindo da concepção de paradigma de Thomas Kuhn – “um sistema normativo de referência, de um conjunto de modelos práticos reprodutíveis por imitação” (CHARRON; DE BONVILLE, 2016: 46) –, os autores defendem que “a cada tipo de organização que aparece na história desde a criação dos primeiros jornais, corresponderia um tipo de jornalismo que seria ‘funcional’ porque mais bem adaptado às circunstâncias” (CHARRON; DE BONVILLE, 2016: 36). Ambos reconhecem a dificuldade de estabelecer um critério válido para a totalidade da realidade (história) e por isso recorrem à noção de tipo ideal de Max Weber, uma “representação abstrata dessa realidade com apenas alguns traços julgados típicos e característicos pelo pesquisador” (CHARRON; DE BONVILLE, 2016: 36). O tipo ideal, ressaltam, é um “guia para a observação da realidade e formulação de hipóteses”. Baseado nesses princípios, um paradigma jornalístico seria “um conjunto de regras suscetíveis de se transformarem à medida que os jornalistas adaptam a prática às mudanças dentro das condições concretas dessa prática” (CHARRON; DE BONVILLE, 2016: 36).

A partir dessa conceituação, cuja construção tem finalidade heurística - não são *o real*, como afirmam os autores -, são definidos quatro tipos de jornalismo ao longo do tempo: de transmissão (simples elo entre “fontes” e leitores), de opinião (jornal a serviço das lutas políticas), de informação (surgimento das “notícias” e jornal como negócio) e de comunicação (baseado na multiplicação dos suportes midiáticos e dos serviços de informação). Esses tipos ideais de jornalismo se estabelecem conforme se sucedem as crises que levam, com o tempo, não mais a mudanças *nos* paradigmas, mas a mudanças *de* paradigmas.

Esta referência é importante, em função das análises que faço sobre as mudanças da abordagem historiográfica e sua relação com as fontes, e a relação entre o impacto dos períodos de transformações – ou transições – científicas com as transformações da

imprensa. No estudo que realizo, a transição é uma característica que se observa sempre que haja ruptura com as condições que determinaram a estabilidade em períodos anteriores. Seguindo os modelos propostos pelos autores, a categoria proposta por mim se enquadraria dentro do que classificam como jornalismo de informação, vigente principalmente no século XX. Sugiro, atento à observação dos autores de que a estabilidade dos modelos não está livre de abalos eventuais, que as crises paradigmáticas referidas ocorrem também intramodelo. A essas crises eu chamo transição. E ao produto dessas crises, no âmbito do jornalismo de informação, denomino imprensa de transição.

Gazeta Pelotense e imprensa de transição

A *Gazeta Pelotense* surgiu em um momento que sinalizava as primeiras mudanças mais significativas na ditadura que se instalara no Brasil 12 anos antes. Foi o período em que o regime ditatorial acenou com o afrouxamento da rigidez de suas regras, em função da insatisfação popular, da crise econômica que prenunciava o fim do “milagre econômico”⁴⁶⁴ e das mudanças externas – a eleição do democrata Jimmy Carter para a presidência dos Estados Unidos naquele ano foi vista pelo próprio jornal como significativa da virada nas relações com a União Soviética e o abrandamento da Guerra Fria. Nesse cenário, o jornal acolhe em suas páginas os conteúdos que nem sempre eram bem vistos pelos governantes.

O que aqui chamo de imprensa de transição é caracterizado por um viés de acomodação. Não no sentido de passividade, mas de ajuste, agregando pautas que, durante um período de ruptura com a “normalidade democrática”, não obtinham acolhimento pela imprensa do período. Por exemplo, ao publicar matérias que mostravam que a violência estava presente no cotidiano da sociedade, principalmente, mas não só na periferia das cidades, ao contrário da versão de prosperidade e paz apregoada pelo governo. Ao mesmo tempo, essas pautas não abalavam as estruturas da

⁴⁶⁴ “Milagre brasileiro” é o nome que se dá aos resultados da política econômica implantada no Brasil entre os anos de 1968 e 1974, durante a ditadura civil-militar, com forte crescimento dos índices econômicos no país. “O período compreendido entre 1962 e 1967 foi todo ele de crise econômica, sendo que, a partir da inflexão produzida em 1964, se praticou uma *recessão calculada*, tida como necessária para o restabelecimento do ciclo econômico. Seu resultado seria – entre 1968 e 1974 – o conhecido ‘milagre brasileiro’, cuja essência nada mais significou senão a garantia de lucros faraônicos às empresas monopolistas (nacionais e estrangeiras)” (MENDONÇA, 1986, p. 75, grifos da autora).

sociedade a ponto de romper com a outra acomodação, a dos interesses do capital e da política que sustentavam o regime.

Esta categoria não se confunde com a denominação de Abreu (2008), no livro *Imprensa em transição*. Neste caso, os vocábulos “de” e “em” presentes nas duas denominações fazem muita diferença. Quando me refiro à imprensa *de* transição, procuro definir algumas características típicas da imprensa que são produto da relação direta com as mudanças da sociedade verificadas em períodos históricos específicos, constituindo assim uma característica própria da imprensa que surge de tempos em tempos. No livro citado, os autores dedicam-se a observar as transformações da imprensa *em um período específico*, os anos 1950. No meu caso, a busca é pela definição de características da imprensa que se verificam sempre que a sociedade passa por processos profundos de mudança (social, tecnológica, econômica, etc.). Nesse caso, o livro de Abreu é extremamente útil, porque permite estender a análise que faço a partir da *Gazeta Pelotense* para outros veículos e períodos da vida nacional. Lembrando sempre que o período em que ocorreria a categoria criada, para seguir a classificação de Charron e de Bonville (2016), situa-se nos marcos do jornalismo de informação, em que a notícia era o principal elemento da produção jornalística. Com isso, pretendo estabelecer um padrão na relação entre imprensa, sociedade e Estado, não apenas em períodos ditatoriais, como é o caso do período em que surgiu a *Gazeta Pelotense*. A imprensa de transição é uma tentativa de desvelar aspectos das relações históricas mais permanentes entre imprensa e sociedade, democrática ou não, sempre e cada vez mais dependente do acesso à informação.

Ao apresentar a categoria imprensa de transição tomando como base o caso da *Gazeta Pelotense*, o foco é o papel da imprensa em sociedades não democráticas. Com a ressalva de que, mesmo em sociedades democráticas, mas desiguais, pode-se discutir se essa também não seria uma categoria apropriada. Ou seja, se, em um contexto permanente de democracia “de baixa intensidade”, a imprensa não estaria sempre se adequando, “em uma permanente transição”, ajustando-se aos condicionantes políticos e econômicos. No limite, coloca-se em dúvida a própria ideia de justiça, do ponto de vista dos direitos ao acesso a informações e à liberdade de expressão, que não seria garantida pela imprensa praticada no Brasil durante toda a sua existência.

A construção da categoria imprensa de transição parte da negação da existência de blocos definidos e uniformes de atuação da imprensa, em que uns se posicionam contra e outros a favor de determinadas situações. Este deveria ser o procedimento também com relação aos demais elementos da sociedade que operam durante os períodos de ruptura da “normalidade democrática”, ou mesmo de “normalidade”, como dito. As relações são fluídas, e mais de um autor já se debruçou sobre as diferentes práticas jornalísticas referentes à cobertura da reação dos atores sociais (estudantes, sindicatos, movimentos sociais) durante a ditadura⁴⁶⁵. E que começaram já nos primeiros momentos do golpe de 1964, com as atenções dadas à reação a ele, particularmente pelo movimento estudantil (FICO, 2017).

A *Gazeta Pelotense* também pretendeu ocupar o espaço deixado pela grande imprensa comercial, que majoritariamente apoiou o golpe civil-militar em sua fase inicial. De certa forma, contemplou pautas que tinham espaço apenas na imprensa alternativa. Alguns de seus jornalistas atuaram em veículos alternativos. O jornal foi uma tentativa de recuperar as características e princípios que deveriam orientar a atuação da imprensa, principalmente o compromisso (FREIRE, 1979) com a busca pela informação mais próxima da verdade factual, “política por natureza” (ARENDRT, 1988).

Muito do que saía nos jornais também era determinado pelas circunstâncias políticas, econômicas, culturais, sociais, enfim. Por isso, até mais do que por outros motivos, o estudo dos jornais, dos jornalistas, dos processos de produção das notícias, pode oferecer indícios de relações que não se restringem a este ou àquele lugar, período, espaço físico e temporal. As redes construídas para a produção de um periódico estendem-se para muito além do local em que ele é produzido ou em que circula. Dizem também respeito à temporalidade dos processos de produção – intelectuais, ideológicos, materiais – desses periódicos. E por isso podem fornecer pistas sobre o tempo e o lugar em que são produzidos, as relações sociais que os originaram – e que passam em alguma medida a determinar –, o público que o leu, os interesses em luta, o que não foi noticiado por outros veículos e pelos próprios veículos pesquisados, as diversas nuances da cobertura dos periódicos (distribuída por editorias, pelos segmentos destinados à opinião e à notícia, as idiossincrasias dentro de cada editoria, as injunções comerciais e os limites editoriais, etc.). Enfim, podem fornecer elementos para uma genealogia das

⁴⁶⁵ Cf. AQUINO, 1999; ABRAMO, 1988; GASPARI, 2002, 2004.

falas e dos silêncios da imprensa e, por consequência, dos momentos que determinaram as coberturas e direcionamentos dos veículos.

Para discutir a categoria de transição, recorro inicialmente a Paulo Freire (1979) e a seu conceito de sociedade em transição, que inclui o período vivido pela sociedade brasileira na época em que a *Gazeta Pelotense* foi publicada. Não é um mero acaso esta opção, mas produto deliberado daquela escolha interdisciplinar e da vivência e das reflexões do educador feitas antes, durante e depois da ditadura. O educador Paulo Freire foi preso pela ditadura e exilado entre os anos de 1964 e 1980, vivendo em vários países no período. É autor, entre várias obras, de *Educação e mudança* (1979), lançada em espanhol pouco antes de seu retorno do exílio. A edição em português foi publicada no Brasil em 1979. Segundo o educador Moacir Gadotti, que assina o prefácio do livro, conscientização e mudança são os “temas geradores” da prática teórica de Paulo Freire, importantes para definir uma das palavras-chave desta pesquisa, a transição. Afirma Gadotti no prefácio do livro:

Paulo Freire é certamente um profissional comprometido, cujo pensamento, que pensa a vida, as relações humanas, encerra um grande potencial de direção na luta pela transformação das sociedades, notadamente das sociedades ‘em trânsito’. (FREIRE, 1979: 5).

Esta obra é considerada “datada” por autores especializados no estudo do pensamento de Paulo Freire com quem conversei para a minha pesquisa. A razão é que as categorias pensadas por Freire foram superadas por outros acontecimentos e pela análise crítica do autor sobre elas, agregando novas referências às suas reflexões. Outros justificaram o uso da categoria de transição aplicada a Freire, mas considerando o conjunto de sua obra e de sua vivência, que, ressaltam, por coerência com vida e obra do educador, não podem ser analisados separadamente⁴⁶⁶.

As variantes da transição

⁴⁶⁶ O professor Venício Lima, aposentado pela Universidade de Brasília (UnB), enquadra-se no primeiro caso, e o professor Afonso Celso Scocuglia, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no segundo.

Apenas se constatamos os limites que acompanham a cobertura dos jornais podemos responder à necessidade de estabelecer métodos de análise que se adéquem a essa constatação, com a finalidade de não engessar a pesquisa. Neste caso, colaborações de historiadores vinculados a diferentes abordagens metodológicas – como à microanálise e à história oral –, desempenham papel importante para o estudo. Essas metodologias, mais do que apontar caminhos em que a possibilidade de erro seja afastada, permitem justamente um mergulho na história social que indica alternativas para a pesquisa. Não certezas, mas a eterna problematização. A partir da ampliação da lente posta sobre um objeto de estudo, e a partir dos relatos das personagens que viveram a experiência da *Gazeta Pelotense*, é estabelecido não um ponto de chegada, mas um ponto de partida para a análise das relações mais abrangentes do período em que o jornal foi produzido.

Mais do que isso: a partir dessa compreensão, estende-se a análise para um campo mais amplo das relações sociais, sempre evitando o anacronismo, mas com a convicção de que as relações de poder instituídas no Brasil, particularmente as decorrentes da atuação dos jornais, não se sucedem em períodos estanques, desdobram-se em períodos sucessivos, em uma relação sincrônica e diacrônica derivada em grande parte das relações sociais de que são produto. E que revelam mais do que apenas a interlocução entre jornalistas e leitores. Revelam as relações de poder que determinam a cristalização dos limites estreitos do que se entende por democracia, em que uma imprensa plural seria fundamental para a formação da cidadania.

Por formação da cidadania a partir da imprensa, defino o processo que começou já no século XIX, com a separação entre Estado e vida pública. A liberdade de imprensa teve papel fundamental nesse sentido.

Alguns dos primeiros pensadores liberais e líbero-democratas, como Jeremy Bentham, James Mill e John Stuart Mill, foram fervorosos advogados da liberdade da imprensa. Eles viam na liberdade de expressão de opinião através de uma imprensa independente uma salvaguarda vital contra o uso despótico do poder do estado. É significativo que, depois de uma vitoriosa guerra de independência contra a coroa britânica, as colônias americanas incorporaram o direito a uma imprensa livre como a Primeira Emenda à Constituição. [...] Garantias legais de liberdade de expressão foram sendo adotadas por vários governos europeus, de tal maneira que pelo fim do século XIX a

liberdade da imprensa tinha se tornado uma questão constitucional em muitos estados ocidentais. (THOMPSON, 1998: 67).

Para o autor, uma imprensa livre e independente auxiliaria o livre curso do conhecimento e do debate, expondo e criticando as atividades dos governantes e as motivações de suas decisões. No Brasil, mesmo durante a ditadura civil-militar, com censura e limites à liberdade de expressão, informações veiculadas nos jornais não poucas vezes mostraram a crise vivida pelos brasileiros, contrastando com o cenário ufanista descrito pelo governo. A *Gazeta Pelotense* divulgou várias notícias dando conta da difícil situação econômica vivida pela população no período. É inegável que, a depender do entendimento sobre o papel da imprensa, a produção científica sobre essa imprensa poderá ser marcada pela simples adaptação de categorias duras a um universo diferenciado. Ao não darem conta desse universo, pelo congelamento dos objetos analisados, essas abordagens podem contribuir para os limites da análise das relações sociais dos períodos estudados.

Esta é uma vertente da transição: uma análise do papel da imprensa no tempo, como consequência das relações de poder de que ela é um dos atores principais, como caixa de ressonância da opinião pública, como influenciadora dessa opinião e como empreendimento comercial relevante, em uma sociedade em permanente mudança. A outra, consequência da primeira, diz respeito ao que se entende por “normal”, “novo”, “excepcional”. São conceitos fixados a partir da leitura dos jornais no período estudado, que colocam de um lado os defensores da ditadura – incluindo a maior parte da imprensa, em um primeiro momento – e de outro os que a combatiam, por entenderem que ela representava a manutenção da estrutura de dominação.

Este estudo não vê a *Gazeta Pelotense* como integrante de alguma das categorias de análise da imprensa no Brasil do período da ditadura civil-militar – grande imprensa e imprensa alternativa, o que é analisado mais detalhadamente na pesquisa em curso. A *Gazeta Pelotense*, que nasceu naquele momento, portanto, tendo claros os procedimentos de uma ou outra postura da imprensa no Brasil após o golpe de 1964, procurou andar no “fio da navalha”, por cuidado, mas também por opção. Em suas páginas, tentava equilibrar uma cobertura dos fatos jornalísticos que, ao mesmo tempo em que dava voz a personalidades contrárias ao governo, não desconsiderava as regras

ainda em vigor, que poderiam, se contrapostas, levar à inviabilização do jornal. A publicação, nesta pesquisa, é vista como uma tentativa de, mesmo sob um regime de força, transitar entre censura e liberdade. Sua prática jornalística buscou esse lugar de expressão. Esta caracterização é importante, porque o jornalismo é essencialmente uma prática discursiva. Mas uma prática que está “atrelada aos processos de reprodução social (CHARRON; DE BONVILLE: 109). E por isso é “contingente, no sentido de que constitui uma propriedade cultural emergente de estruturas sociais espaço-temporalmente circunscritas” (CHARRON; DE BONVILLE: 109).

Esta segunda abordagem da transição não está mais relacionada à sucessão temporal, mas a um tempo específico, em que conviveram várias modalidades de imprensa. O equilíbrio na cobertura – que não se confunde com equivalência no espaço destinado a posições divergentes, mas com cuidado, cautela, sem submissão – foi uma intenção permanente da equipe da *Gazeta Pelotense*. Mas eram limites testados a todo instante. Este detalhe pode fazer aflorar a percepção sobre as condições sociais mais gerais do momento e suscitando algumas questões. No Brasil, a “transição” não seria um indicativo de algo mais permanente, que se aplica a várias outras dimensões da vida pública do país? Se for afirmativa a resposta, esta compreensão de transição não pode ser estendida a outros campos, como a imprensa, em que o “normal” seria o controle e uso permanente da informação com propósito determinado, a imposição de um ponto de vista mais coincidente com certa visão de sociedade que sempre se mantém, a despeito de não atender aos interesses de todos os integrantes dessa sociedade? A transição não seria, então, uma marca permanente de um processo que nunca chega a termo?

O jornalismo é também uma prática política, uma vez que interfere nas relações políticas em sentido amplo. Não é neutro, imparcial, objetivo, não está “acima” ou “fora” dos conflitos sociais, uma vez que muitas vezes ele mesmo produz esses conflitos. Esta é uma reflexão que já deveria ter sido aceita como um dado, mas dúvidas ou incompreensões a respeito sempre rondam as redações de jornais, assim como as reflexões de qualquer pessoa que julgue ser possível pensar de um lugar “acima” ou “de fora” das relações sociais.

Em um paralelo com a educação, seguindo Paulo Freire, o jornalismo sempre esteve a serviço das classes dominantes, principalmente em sociedades com relações

sociais desiguais. Nesse sentido, sempre foi político. Ao jornalismo não se pode atribuir o papel de “técnica neutra” (FREIRE, 1979), a não ser como alienação, que

produz uma timidez, uma insegurança, um medo de correr o risco da aventura de criar, sem o qual não há criação. No lugar deste risco que deve ser corrido (a existência humana é risco) e que também caracteriza a coragem do compromisso, a alienação estimula o formalismo, que funciona como uma espécie de cinto de segurança. Daí o homem alienado, inseguro e frustrado, ficar mais na forma que no conteúdo; ver as coisas mais na superfície que em seu interior. (FREIRE, 1979: 12).

Um dos fios condutores da investigação é este entendimento segundo o qual as relações sociais são determinadas pelas relações de poder. A grande imprensa, durante a ditadura, foi do apoio inicial à crítica. A imprensa alternativa surgiu da necessidade de construir o espaço da crítica⁴⁶⁷. E a imprensa de transição, que não se confunde com as duas, aproveitaria o momento da transição política, de crise econômica e de mudanças nas relações internacionais para retomar as práticas jornalísticas idealizadas pelos profissionais não comprometidos com o governo ou com os interesses apenas comerciais dos donos das empresas jornalísticas. Como já referido, muitos dos profissionais que trabalharam nesses veículos eram oriundos da imprensa alternativa, ou profissionais que simplesmente não estavam satisfeitos com os rumos do jornalismo de então.

A oportunidade para o surgimento desse tipo de imprensa ocorre em momentos em que a transição é mais aparente, quando a sociedade começa a movimentar-se em direção a novas formas de abordagem dos seus problemas (FREIRE, 1979). E esta temática é ainda mais relevante nos casos de disputa da memória, no âmbito da história do tempo presente, ou história recente, caso típico em que se insere a ditadura civil-militar brasileira. E que sempre acompanha as discussões sobre o trabalho dos jornalistas, “cronistas do cotidiano” por excelência.

É inegável que a sociedade está em permanente transformação, em um movimento cujo sentido é determinado pelas relações sociais. Mas a transição de que se fala aqui foca aqueles momentos especiais em que as transformações vêm à tona,

⁴⁶⁷ Neste caso, o exemplo mais representativo sem dúvida é *O Pasquim*, o jornal de humor que nasceu para ser um jornal do bairro de Ipanema, no Rio de Janeiro, bebendo na fonte da contracultura da década de 1960, e transformou-se em um dos maiores desafios impressos para a ditadura (KUCINSKI, 2001).

tornam-se mais nítidas. É o momento em que os resultados desse movimento podem ser observados nas tentativas de mudança das relações sociais. A imprensa de transição ilustra esses momentos. Ela é originariamente produto desse movimento. Posteriormente, se bem sucedida, contribuirá para o aprofundamento dele, já não sendo mais “transitiva”, transformando-se em nova estabilidade estrutural, no sentido de Charron e de Bonville (2016).

Conclusões

Durante a pesquisa do jornal *Gazeta Pelotense*, deparei-me a todo instante com matérias ou mesmo pequenas notas reproduzindo conteúdos de jornais do centro do país sobre a situação caótica em que o Brasil se encontrava na segunda metade dos anos 1970. Ao mesmo tempo, o jornal dedica-se a uma cobertura local diferenciada, procurando ouvir trabalhadores e trabalhadoras, divulgando fatos da cena cultural e de artistas que não eram bem vistos pelo governo, abrigoando artistas que expunham as entranhas do regime em suas obras.

Não era um jornal frontalmente opositor do regime, mas, com os limites de então, e os cuidados necessários, fixou em suas páginas uma narrativa que hoje mostra que nem tudo era como o discurso oficial tentava fazer crer. Por alguns dos motivos apresentados neste artigo, também não se enquadra em nenhuma das duas categorias usualmente atribuídas à imprensa da época nos estudos que usam a imprensa como fonte ou objeto de pesquisa.

O jornal durou pouco mais de três meses. O encerramento de suas atividades não se deveu à censura por parte do regime, mas a questões de ordem pessoal envolvendo o principal financiador do projeto. A promessa inicial, segundo os depoimentos de antigos integrantes da redação, é que o financiamento seria mantido por pelo menos dois anos, até que o jornal se consolidasse na cidade, via venda avulsa e assinaturas. Não houve tempo para isso. O que também contribuiu para não romantizar o papel dos veículos, seja por criticá-los pelo apoio à ditadura, seja pela luta contra ela. O papel da imprensa sempre pode ocupar um lugar diferente do reservado a ele por nossas construções teórico-conceituais.

Referências

Fonte

JORNAL GAZETA PELOTENSE. Pelotas (RS), n. 1 a 90, set. 1976/jan. 1977.

Bibliografia

ABRAMO, Claudio. *A regra do jogo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ABREU, Alzira Alves. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. 200p.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 2ª Ed. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1988.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa, estado autoritário (1968-1978) - O exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de S. Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1991.

CHARRON, Jean; DE BONVILLE, Jean. *Natureza e transformação do jornalismo*. Florianópolis: Insular; Brasília: FAC Livros, 2016

FICO, Carlos. *Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas*. Revista Tempo e Argumento. Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. 12ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979. Biblioteca Digital Paulo Freire/UFPB. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_educacao_e_mudanca.pdf>. Acessado em: 1 fev. 2019.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 417 p. (As ilusões armadas).

_____. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 525 p. (O sacerdote e o feiticeiro).

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Edusp, 2001.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. Trad. Beatriz Vianna Doeira e Nelson Boeira. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LUCA, T. R. de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza. (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. v. 1.

MENDONÇA, Sônia. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Trad. de Wagner de Oliveira Brandão. Revisão de tradução de Leonardo Avritzer. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

Simpósio Temático 23: História das Relações Internacionais: Uma nova face da historiografia brasileira

As Relações Brasil – Egito e a Política Externa Independente: possibilidades de pesquisa (1961-1964).⁴⁶⁸

Mateus José da Silva Santos⁴⁶⁹

Resumo

Neste texto, buscarei discutir algumas das principais possibilidades de pesquisa sobre as relações Brasil – Egito durante a Política Externa Independente (PEI). Com ênfase para as concepções sobre o Egito por parte de setores de nossa diplomacia, evidenciaremos como o país africano foi concebido ora como um ator relevante, peça importante nos processos de aproximação com o bloco afro-asiático, ora instrumentalizado diante das mudanças na política mundial, em especial, no plano hemisférico.

Palavras-Chave: Relações Brasil – Egito; Política Externa Independente; Política Externa Brasileira.

Le Résumé

Dans ce texte, je vais discuter quelques-unes principales possibilités de recherche sur les relations Brésil-Égypte pendant la Politique Étrangère Indépendent (PEI). En mettant l'accent sur les conceptions de L'Égypte par secteurs de notre diplomatie, nous montrerons comme un acteur inportant, un élément important dans le processus d'approche du bloc afro-asiatique, parfois instrumentalisé face aux changements de la politique mondiale, en particulier, au niveau hémisphérique.

Les mots-clés: Relations Brésil-Égypte; La Politique Étrangère Indépendent; La Politique Étrangère Brésilienne

⁴⁶⁸ Apesar de aqui intitularmos como “Relações Brasil – Egito”, cumpre destacar que entre 1958 e setembro de 1961, egípcios e sírios formaram a chamada República Árabe Unida. Apesar da saída da Síria, a RAU permaneceu nominalmente até o início dos anos 70, quando formalmente adotou o nome “República Árabe do Egito”.

⁴⁶⁹ Mestrando em História Social pela Universidade Federal da Bahia. E-mail para contato: mateus_santos29@hotmail.com Este texto possui o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

Introdução

Em seu *África Difícil Missão Condenada*, Raymundo de Souza Dantas (1965) desenvolveu um verdadeiro diário com suas impressões sobre uma África em ritmo acelerado, fruto parcial de sua experiência enquanto embaixador em Gana. Ao relatar um encontro com Kwame Nkrumah, o brasileiro chamou atenção para uma série de quadros no gabinete do Chefe de Estado ganês:

Osagyefo recebeu-me na sua sala de trabalho, pouco espaçosa e muito baixa, discretamente mobiliada. Via-se nas paredes um mapa geral da África, outro de Gana e fotografias de **Nasser, Tito, Sukarno e também de Modibo Keita e Sekou-Touré**. Lembrei-me de outro Gabinete presidencial, onde um homem em muita coisa parecido com êste outro, governou por pouco mais de seis meses, empenhado em luta que os aproximava (DANTAS, 1965, p.55)⁴⁷⁰

Fazendo referência indireta ao ex-presidente Jânio Quadros, as imagens dos líderes enquadrados no epíteto de Não-Alinhados o fizeram lembrar-se das políticas e do perfil daquele que o nomeara enquanto primeiro embaixador negro em direção a um território com fortes laços históricos com o Brasil. Entre as lideranças citadas, estava Gamal Abdel Nasser, o egípcio considerado como um dos principais nomes da Conferência de Bandung (1955), com forte influência política em âmbito regional e na conformação do bloco afro-asiático.

Ainda que, em reiterados discursos, a diplomacia brasileira demonstrasse ressalvas ideológicas ao neutralismo, fatos como a certa admiração de Quadros pelo presidente egípcio, o qual visitou no final dos anos 50 (ARAÚJO, 1996, p.362), fazem parte de uma série de elementos pouco discutidos nos estudos sobre a Política Externa Independente. Mesmo sendo considerado por parte da literatura mais geral acerca das ligações entre brasileiros e egípcios como um período de maior aproximação entre os países (MAJZOUN, 2000; GONÇALVES, 2017), o Estado considerado uma das principais referências na África do Norte para o Brasil neste período não recebeu um tratamento historiográfico adequado (SARAIVA, 1996, p.67), exceto episódios como à participação brasileira na Força de Emergência das Nações Unidas (FENU).

⁴⁷⁰ Grifo nosso

Neste texto, apresentaremos alguns dos esforços iniciais em investigar as relações Brasil – Egito durante a PEI. Nosso enfoque principal reside em analisar como os egípcios foram concebidos por parte de parcela da diplomacia brasileira. Em meio às transformações na política internacional com a descolonização, o crescimento dos chamados Não-Alinhados e, no âmbito hemisférico, a crise em decorrência da Revolução Cubana (1959), interessa-nos compreender os lugares ocupados pelo Egito na concepção de mundo de nossos agentes diplomáticos, no entendimento de que o país dirigido à época por Nasser ocupava uma posição enquanto um ator regional de relevo. Para fins dessa comunicação,⁴⁷¹ destacaremos algumas das fontes possíveis para pensar este objeto a partir de suas representações e leituras de mundo,⁴⁷² tentando entender que Egito ou quais Egito[s] são esses construídos por importantes nomes da nossa diplomacia, numa conjuntura interna e externa de grande efervescência.

Relações Brasil – Egito: traços gerais

Iniciadas formalmente em 1924 na condição de Estados independentes (MAJZOUB, 2000; GONÇALVES, 2017), as relações entre brasileiros e egípcios remontam ainda o período Imperial. Segundo Frederico Antônio Ferreira (2019), troca de condecorações entre Pedro II e o então quediwa Abaz Hilmi Paxá, a abertura de um Consulado em Alexandria nos anos 1850 e as viagens do Imperador brasileiro ao país em duas oportunidades (1871 e 1876) foram apenas algumas páginas dessa História (PREISS, 2013). Acrescenta-se ainda neste processo a constituição de uma capela consular em louvor a São Pedro, sob a sugestão do então cônsul Miguel Debanné, em fins dos anos 1860 (SAXE-COBURGO E BRAGANÇA, 1966).

Do ponto de vista da produção acadêmica dedicada ao assunto, é possível situar considerações sobre as relações Brasil – Egito nas investigações sobre o posicionamento brasileiro frente à crise árabe-israelense no âmbito de estudos mais pontuais temporalmente ou em momentos de maior universalização da Política Externa. No primeiro caso, as reações egípcias frente ao reconhecimento do Estado de Israel por

⁴⁷¹ Diante de um processo de pesquisa ainda em andamento, sofrendo com as dificuldades estruturais em decorrência da situação sanitária do país devido à COVID-19, ainda não fizemos o processo de coleta e análise das fontes situadas no Arquivo do Itamaraty em Brasília.

⁴⁷² Estudar as representações, em diálogo com a chamada História Cultural, significa investigar as “classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social, como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real” (CHARTIER, 1990). As representações são vistas como “classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real” (CARVALHO, 2005).

parte da diplomacia brasileira é um caso interessante.⁴⁷³ De acordo com Vigevani e Kleinas (1999), em meio aos protestos egípcios, o Ministério das Relações Exteriores reafirmou sua ação em acordo com o Direito Internacional, reafirmando os laços de amizades para com os povos árabes.

Ainda nessa perspectiva, espaços multilaterais também marcam uma vertente importante nas investigações sobre os laços entre os dois países. Seja por meio dos interesses em torno dos processos de sucessão dos mandatos temporários no Conselho de Segurança (DA SILVA SANTOS, 2019) ou a partir da necessidade de posicionamento frente aos temas submetidos no mesmo organismo. Este foi o caso, por exemplo, do debate sobre a livre navegação no Canal de Suez e no Golfo de Ácaba. Por meio do apoio à Resolução n.95, o Brasil se posicionou de forma contrária aos embargos egípcios, apoiando à solicitação israelense (BREDA DOS SANTOS, 2002).

Episódios como a participação do Brasil na Força de Emergência das Nações Unidas (FENU), entre 1957 e 1967, também interessaram à produção acadêmica. Diante de uma região que, em princípio, não reunia interesses específicos da diplomacia brasileira, além da própria equidistância frente ao conflito árabe-israelense, as motivações para a participação nessa Missão de Observação foram alvo de investigação por parte de Suellen Lannes (2009). Suas principais hipóteses giraram em torno da existência de uma oportunidade para uma “maior inserção internacional do país” (LANNES, 2009), reflexo da própria configuração da proposta.⁴⁷⁴ Ainda sobre o Batalhão Suez, outros autores se dedicam a analisar a experiência dos soldados mobilizados naquela empreitada, em incursões pela História Oral e pela Memória (ZANATTA, 2013).

Outros autores e autoras desenvolveram estudos sobre o processo de migração de judeus-egípcios para o Brasil. Diante dos reflexos do aprofundamento da crise entre israelenses e árabes, traduzido em duas guerras, assim como nas redefinições da própria

⁴⁷³ Do ponto de vista das posições brasileiras em relação à crise árabe-israelense, em particular, no caso frente à Tel-Aviv, cumpre ressaltar que a diplomacia brasileira votou favoravelmente à Partilha da Palestina. Em relação à entrada do Estado israelense enquanto membro da ONU, o Brasil se absteve. Por fim, o Estado brasileiro só reconheceu Israel em 1949, estabelecendo plenas relações diplomáticas somente em 1952 (VIGEVAANI; KLEINAS, 1999)

⁴⁷⁴ Não participaram da FENU nem países integrantes permanentes do Conselho de Segurança da ONU, nem tampouco aqueles considerados detentores de interesses especiais no conflito, como no caso dos países do Oriente Médio (ZANATTA, 2013, p.49).

identidade egípcia, um número expressivo de judeus deixaram o país, sob a condição de apatridia e, em muitos casos, sem significativos bens materiais. (ALBALA HABIF, 2015). Deslocando-se para algumas das principais cidades brasileiras, tais como Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo (ROUCHOU, 2001), essas centenas de migrantes contribuíram para a heterogeneidade das comunidades judaicas no Brasil (DECOL, 2001), evidenciando como os fluxos de recepção migratória no Brasil foram além daqueles provenientes da Europa.

Não menos importante, alguns trabalhos voltaram suas análises para questões mais específicas sobre as relações Brasil – Egito. Desde investigações sobre as leituras políticas da diplomacia brasileira no Cairo em meio ao aprofundamento da Crise de Suez (DA SILVA SANTOS, 2020), até as relações entre os dois países durante o governo Costa e Silva, um momento de transformações nos rumos da Política Externa após o golpe de 1964, marcam essa produção (AMARAL, 2008). Estudando as relações entre o Brasil e Oriente Médio durante os governos Lula e Dilma, Loreto da Silveira (2016) teve as relações Brasil – Egito como um dos objetos de análise. Além de ao menos uma visita do presidente Lula ao país, sete do então chanceler Celso Amorim, a autora destacou a evolução do intercâmbio comercial para números superiores aos dois bilhões de dólares em 2010 (LORETO DA SILVEIRA, 2016).

Além de traçar um curto panorama mais geral, Gonçalves (2017) dedicou parte de seus estudos sobre a conjuntura egípcia no Pós-Primavera Árabe a avaliar as relações entre brasileiros e egípcios em meio a este contexto conturbado para a política interna do país africano e mesmo em nível regional. Enquanto um ator regional de relevo, o Egito e suas relações com o Brasil podem ser objetos fundamentais para a historiografia em Relações Internacionais, colocando em prática a ultrapassagem do eixo Estados Unidos – América Latina – Europa Ocidental, conforme sugerido por Vizentini (2005).

Fontes e possibilidades de pesquisa

a) O Egito nos “bilhetinhos” de Jânio Quadros

Sem reforçar estereótipos ou atribuir demasiada pessoalidade nas análises sobre a Política Externa Independente, especialmente em seus primeiros meses, uma possibilidade de estudo sobre as relações Brasil – Egito, com ênfase para os lugares ocupados pelo país africano nas concepções da diplomacia brasileira pode se apoiar na

comunicação informal entre o então presidente Jânio Quadros e o Ministério das Relações Exteriores. Em meio a uma série de instruções sobre formação de Grupos de Trabalho, convites a Chefes de Estado, sugestões de Missões comerciais e outros temas relacionados à Política Exterior, algumas menções ao Egito foram feitas em momentos pontuais. Ainda que se considere a natureza sintética e propositiva dos bilhetes, bem como a possibilidade de muitas das ações colocadas não terem saído do papel, tal fonte representa uma peça não desprezível para a compreensão do pensamento de Jânio Quadros em Política Exterior. Deste modo, afastamo-nos, em certa medida, da interpretação de que os “bilhetinhos” expressam um “tacanho autoritarismo” e a tendência de “controle burocrático personificado”, sugerido por Benevides (1982) e, em certa medida, por Oliveira (2005).

Para além da criação de um Grupo de Trabalho voltado especificamente para o continente africano,⁴⁷⁵ o presidente expressou interesses em torno da abertura de embaixadas e legações diplomáticas, em intensificar as relações comerciais e outras medidas que sintonizavam um movimento de aproximação do continente africano, sem desconsiderar as ambiguidades. Apesar do Egito, segundo Relatório de 1961 (BRASIL, 1961), não estar situado no âmbito da Divisão da África, mas na Divisão do “Oriente Próximo”, é possível identificar paralelos entre medidas sugeridas para determinados países do primeiro grupo e aquelas indicadas para os egípcios.

Isto é perceptível no âmbito do que podemos considerar como iniciativas de cooperação educacional. A concessão de bolsas de estudo para estudantes africanos esteve na agenda da diplomacia brasileira, envolvendo inclusive corte de gastos no exterior. Em março de 1961, uma proposta concreta de fornecimento das referidas bolsas foi encaminhada por Jânio ao MRE, incluindo o Egito:

Excelência,

- 1) Aprovo o trabalho referente a bolsas de estudo para africanos, autorizando a concessão de 20, ainda esse ano; 40 em 1962; 60 em 1963; 80 em 1964 e 100 em 1965.
- 2) Limitá-las, em 1961, à medicina, farmácia, odontologia, arquitetura, agronomia e veterinária.

⁴⁷⁵ As principais intenções a partir da criação do Grupo de Trabalho foram: “formular propostas sobre as possibilidades de abertura de novas missões diplomáticas e consulares junto aos novos Estados africanos e estudar formas objetivas de estabelecimento de vínculos econômicos e culturais com o continente africano” (SARAIVA, 1996, p.65).

- 3) Distribuí-las pelas nações africanas de maior representação política, econômica e cultural e, como exclusividade, às jovens nações que acabam de lograr independência, inclusive, o Egito (CHDD, 2006, p. 331).

Diante da premissa de Nkrumah sobre a primazia do “Reino Político” frente aos desafios do continente africano em seu processo de afirmação das independências, um dos maiores desafios dos Estados africanos residiria na educação. Vista sobre o prisma da libertação das amarras coloniais e da relevância ao desenvolvimento econômico dos novos países, o ensino superior ocupou a condição de “centro nervoso do processo de modernização na África” (HABTE; WAGAW; AJAYI, 2010, p.834). Tendo um número inferior a 200 mil estudantes em universidades no continente inteiro em 1960, a tarefa da maioria dos países africanos era no mínimo dupla. Por um lado, a demanda em torno da formação profissional qualificada, entre especialistas e administradores (HOBSBAWM, 2017), reflexos do desmantelamento das burocracias coloniais e da saída de profissionais a partir das emancipações.⁴⁷⁶ Por outro, as divergências sobre a natureza do sistema educacional dos novos Estados, debate que girava em torno de possíveis reformas ou manutenção da herança colonial. O reconhecimento do papel da educação ocidental para a conformação da dominação europeia, aspecto que sinalizava a necessidade de novos rumos, confrontava-se diretamente com o enfrentamento ao subdesenvolvimento e as aspirações em torno da construção dos Estados e das nações.

Em relação ao Egito, entre 1940 e 1960, acompanhando a tendência de outros países árabes, o ensino superior sofreu uma expansão. O número de estudantes em universidades no Mundo Árabe se aproximava dos 100 mil, sendo protagonizado por egípcios (HOURANI, 2007). Segundo Mansfield (1967), entre 1951 e 1961, o número de universitários no Egito teria passado de 38 mil para 53 mil. Ainda do ponto de vista da composição do ensino, o país se destacou recebendo estudantes estrangeiros, inclusive de outros países africanos.

Mesmo diante dos avanços egípcios no ensino superior, menções específicas a bolsas de estudo para estudantes da República Árabe Unida podem ser encontradas em ao menos dois momentos de consulta aos Bilhetinhos. Uma delas, datada de julho de

⁴⁷⁶ No contexto da independência da Tunísia, a quantidade de médicos no país não alcançava duas centenas, assim como o número de engenheiros era inferior a 50 (HOURANI, 2007).

1961, sugere o uso do avião da FAB para o traslado dos estudantes da RAU que foram supostamente contemplados. Contudo, no Relatório do MRE de 1961 (BRASIL, 1961), apresentado ao já então presidente Goulart, não constou oficialmente o preenchimento de tais bolsas. Como sugerido pelo próprio documento, ao sinalizar um aumento no número de bolsas concedidas aos países africanos em relação aos anos anteriores, o número de benefícios concedidos é superior ao que efetivamente foi preenchido. Ao todo, foram três bolsas aos asiáticos e vinte e duas aos africanos.⁴⁷⁷

Ainda no plano das intenções de Jânio a partir de suas mensagens informais, um aspecto chama atenção para a existência de alguma pessoalidade com o presidente Nasser. Nas expectativas em torno do estabelecimento de uma linha aérea entre os dois países, o laço entre os dois foi mobilizado em prol de avanços nas ligações entre egípcios e brasileiros:

Enviar instruções categóricas ao nosso embaixador no Cairo, para que, junto do presidente Nasser e em meu nome pessoal, solicite todas as facilidades à PANAIR DO BRASIL, no sentido de serem estendidas nossas linhas de aviação até o Cairo. Nasser prometeu-me conceder sem demora tais facilidades, desde que o problema lhe fosse exposto pessoalmente (CHDD, 2006, p.383).

Neste bilhete, o então presidente Quadros rememora seu encontro com Gamal Abdel Nasser. Segundo Braz Araújo (2006), o paulista viajou em 1959 para a URSS, onde lá se encontrou com Nikita Krushev, além de ir ao Egito e ao Vaticano. Em fontes jornalísticas, uma possível visita ao país africano, em 1954, foi sugerida (DA SILVA SANTOS, 2019). O fato é que, para além de um encontro formal, laços políticos entre as duas partes foram formados, instrumentalizados também como uma via possível para o aprofundamento nas relações entre os dois países.

b) Obras contemporâneas

Nesta categoria, aqui consideramos as memórias de diplomatas, coletâneas de discursos e documentos, reconhecendo que, mais do que agentes diplomáticos, estamos diante de intelectuais formuladores e/ou pensadores da Política Externa. A partir desse reconhecimento, obras como *Brasil e o Mundo Ásio-Africano* (2012), *Política Externa Independente* (2011) e tantas outras exprimem concepções de homens que são, ao

⁴⁷⁷ Os países de origem dos bolsistas, segundo o Relatório, foram: Japão (2); Tailândia (1); União Sul-Africana (1); Senegal (10); Gana (5) e Nigéria (6).

mesmo tempo, atores e autores da diplomacia brasileira, devendo receber especial atenção especialmente quando se considera a importância de seus trabalhos e de suas ações para a Política Exterior no período que antecede a PEI, bem como em seu desenvolvimento.

O Itamaraty não pode ser tomado como um corpo homogêneo, tendo em vista a existência de opiniões, muitas vezes, discrepantes frente às posturas consideradas oficiais. Este raciocínio se aplica perfeitamente ao chamado Mundo Afro-Asiático. As tendências de apoio quase que irrestrito ao colonialismo português nos anos 50, a extensão dessa postura ao colonialismo francês na Argélia e as ambiguidades frente à África do Sul geraram divergências no interior do Itamaraty, especialmente entre aqueles que não enxergavam vantagens na aliança com Lisboa ou desejavam um papel mais assertivo do país frente às mudanças na política internacional com a descolonização (LEME, 2011).

Observador brasileiro na Conferência de Bandung, Adolpho Justo Bezerra de Menezes desenvolveu um trabalho propositivo sobre o lugar ocupado pelo Brasil frente ao mundo afro-asiático. Tendo repercussão para além dos setores diplomáticos (SARAIVA, 1996), seu olhar para com a inserção internacional brasileira conseguia superar as fronteiras hemisféricas, apontando para as possibilidades de diálogo com um mundo até então considerado desconhecido por parte de nossa diplomacia (LESSA; PENNA FILHO, 2007).

Ao Egito, classifica-o enquanto um “atual Porta-Voz do Mundo Árabe” (MENEZES, 2012). Para além de toda a discussão feita sobre a natureza do Estado egípcio, em meio às tensões entre uma proposta secular e o papel do Islã (DEMANT, 2004), o reconhecimento do protagonismo egípcio frente aos demais países da região chama atenção. Se tomado como literal, a condição de Porta Voz pode indicar ao menos dois elementos. O primeiro deles, do ponto de vista cultural, remete à própria importância daquele país enquanto centro intelectual e comunicacional. Na chamada Era do Rádio (HOURANI, 2007), emissoras egípcias influenciavam para além de suas fronteiras, sendo um meio a ser considerado no próprio processo de afirmação do país enquanto um ator regional.

Ao caracterizar a chamada “hegemonia egípcia”, Feraboli (2013) chama atenção para a importância intelectual e literária do Egito. Mesmo quanto ao chamado fundamentalismo islâmico, em sua primeira onda, é possível identificar passos de seu desenvolvimento naquele país, especialmente pela importância da Irmandade Muçulmana (DEMANT, 2004). Ainda que sua condição de liderança fosse contestada por outros Estados árabes, como as monarquias conservadoras, é interessante notar como as percepções de Bezerra de Menezes se encontram em sintonia com o reconhecimento das transformações no mundo árabe, o qual, por meio do pan-arabismo, foi parte também integrante do Egito.

San Tiago Dantas é outro autor e ator que não pode ser descartado. Em *Política Externa Independente* (2011), uma reunião de discursos, reflexões e documentos de diversas naturezas, tanto de sua própria autoria, como também de outras personagens importantes do período, como Afonso Arinos, ajudam-nos a refletir acerca dos limites e possibilidades da PEI, bem como a compreender parte das concepções de Política Externa em voga naquele período. O ex-chanceler identificou na PEI uma espécie de sintonia com os chamados interesses nacionais, destacando o desejo de “desenvolvimento e emancipação econômica” e a “conciliação entre democracia representativa e reforma social” (DANTAS, 2011, p.09)

Mesmo se equivocando parcialmente ao afirmar que os “fatos precederam às ideias” na constituição da PEI (DANTAS, 2011), o outrora militante integralista observa na ampliação do mercado externo, na defesa pela preservação da paz, incluindo a coexistência pacífica e o desarmamento, da emancipação dos chamados territórios não autônomos e a da não-intervenção e consequente autodeterminação dos povos algumas das principais características da Política Externa em seu período. Uma obra como *Política Externa Independente* (2011), ao ser tomado como fonte, permite-nos identificar não somente as concepções de Dantas sobre a inserção internacional brasileira, mas também suas noções teóricas sobre as Relações Internacionais e suas percepções de um mundo em transição.

A partir deste reconhecimento, duas pontuais referências ao Egito se tornam fundamentais para os propósitos de nossa investigação em curso. Uma primeira e, a que mais chama atenção, encontra-se em um discurso proferido em 1962, em Punta Del

Este. A Revolução Cubana e os seus desdobramentos implicaram numa alteração nas relações entre os Estados Unidos, o novo governo de Havana e os demais Estados da América Latina. Ao menos desde 1960, as pressões em torno de medidas mais radicais contra o governo cubano caracterizavam a agenda estadunidense para o continente. Ainda no final do governo Kubitschek, a diplomacia brasileira apoiou uma declaração que condenava ações de potências extracontinentais em solo americano, mas também reafirmava o princípio de não intervenção de um Estado deste continente em relação aos demais (MONIZ BANDEIRA, 2011, p.80).

Durante o curto governo Jânio Quadros, nem a relativa abertura de maiores oportunidades financeiras entre Brasil – EUA, nem as pressões explícitas de Washington ao presidente brasileiro, por meio do encontro com o diplomata Berle Jr., alteraram radicalmente o quadro. Em meio ao rearranjo parlamentarista, a VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos representou um desafio à diplomacia brasileira frente aos interesses estadunidense. Em síntese, segundo os próprios escritos de Dantas, a posição brasileira acenava para uma solução diplomática, rechaçando alternativas como a expulsão de Cuba da OEA, a ruptura de relações diplomáticas, boicotes econômicos ou intervenção militar via o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR).⁴⁷⁸

Mesmo não concordando com os rumos da Revolução Cubana, Dantas defendeu o que chamou de Política de Portas Abertas, uma espécie de esforço em médio ou longo prazo de reenquadramento cubano às características gerais do sistema interamericano, elencando a democracia como um dos elementos mais centrais. O mais interessante é que, no interior dessa perspectiva, uma experiência egípcia é mobilizada, utilizada enquanto recurso argumentativo frente a uma posição que desagradava os EUA e outros países partícipes nesse processo:

Se, neste momento, se adotam medidas que conduzem o país a um isolamento sem alternativas, a sua gravitação para o bloco

⁴⁷⁸ Produto da Conferência de Petrópolis (1947), o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) foi uma das principais bases do sistema interamericano em termos de segurança ao estabelecer a possibilidade de ação conjunta dos Estados do continente em caso de agressão externa armada. No entanto, conforme pontua Vizontini (2004), o tratado abria margem para a ação em caso de ‘outras formas de agressão’, incorporando um conceito de ameaça mais amplo. Isto serviu como base de divergências acerca do trato à questão cubana no âmbito da VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, em Punta del Leste (URU) (DANTAS, 2011).

soviético não pode deixar de ser inevitável. Onde, porém, as potências ocidentais tiveram a clarividência de deixar uma porta aberta, para que, através dela, continuasse a processar-se o contato político, econômico e cultural com o Ocidente, não houve talvez um só caso em que a causa ocidental não tivesse acabado por prevalecer, ou na própria configuração das instituições políticas, ou pelo menos na definição da linha de conduta internacional do Estado. Está bem próximo de nós o exemplo do Egito. **Se, no momento da ocupação de Suez, os Estados Unidos não tivessem tido a clarividência de deixar ao governo do Egito uma alternativa em direção ao Ocidente, é bem provável que a República Árabe Unida não pudesse ter escapado à vis atractiva do bloco soviético, em direção ao qual teria sido isolada** (DANTAS, 2011, p.118-119).⁴⁷⁹

Para fundamentar sua tese de que a imposição do isolamento a Cuba, por meio de sua expulsão do sistema interamericano, em nada contribuiria para reverter o quadro de suposta sovietação do país, Dantas mobiliza o que foi, aos seus olhos, a experiência do Ocidente frente ao Egito na chamada Crise de Suez. Em outra passagem, desta vez num discurso pronunciado na Câmara dos Deputados em fevereiro de 1962, o então chanceler reforçou o mesmo argumento, dessa vez citando a presença de elementos comunistas em meio aos movimentos populares egípcios.

Apesar de submeter à experiência egípcia ao crivo anticomunista, reiterando, em certa medida, perspectivas presentes nos discursos anticomunistas brasileiros (MOTTA, 2000), Dantas acena para uma experiência considerada exitosa, incorporando-a na lógica de reconhecimento das transformações da política internacional a partir dos anos 50. Se a expansão das fronteiras da Guerra Fria (VIZENTINI, 2000), as crises de Suez e Húngara, o avanço da descolonização e a própria mudança na Política Externa Soviética a partir da Era Krushev são alguns elementos que denotam alterações no sistema internacional e na própria dinâmica do conflito bipolar (CATERINA 2019), para Dantas (2011), sua contemporaneidade exprimia uma Guerra Fria sob um novo conceito, num quadro de aproximação da coexistência pacífica e de novas condições de concorrência entre capitalismo e socialismo.

No caso egípcio, a chamada “Política de Portas Abertas”, mobilizada pelo chanceler em seu discurso, decorre do fato da questão de Suez ter promovido uma

⁴⁷⁹ Grifo Nosso.

fissura no interior do chamado bloco Ocidental. A invasão fraco-anglo-israelense ao território egípcio a partir de 31 de Outubro de 1956 foi entendida como um desastre por parte do governo estadunidense. Apesar das controvérsias envolvendo Nasser e Washington (ANDERSON, 2015), EUA e URSS convergiram em favor do fim da ação armada em solo egípcio.⁴⁸⁰ Ainda que, após o conflito, as relações entre o Cairo e o Kremlin tenham se aprofundado, tornando este país um dos principais parceiros de Moscou no continente africano, o Não-Alinhamento foi uma marca de sua inserção internacional, além da própria distinção entre o socialismo árabe, o socialismo marxista e o socialismo soviético (MACHADO, 1963).

Não se deve, porém, afirmar que as relações entre egípcios e estadunidenses não sofreram fissuras diante da chamada crise de Suez e da vitória política obtida por Nasser em seu desfecho. Em 1957, a chamada Doutrina Eisenhower intensificou a ação estadunidense no Oriente Médio, numa estratégia de contenção ao comunismo em nível regional a partir da promessa de cooperação e auxílio militar com países supostamente ameaçados por alguma agressão externa (SCHLAIM, 2004). Nesse movimento, o apoio aos regimes conservadores ou tendencialmente próximos ao Ocidente foi um dos aspectos mais característicos. Episódios como a intervenção no Líbano em 1958 (ANDERSON, 2015),⁴⁸¹ evidenciam uma relação mais próxima com os países que divergiam do nasserismo e da hegemonia egípcia neste contexto.

O reconhecimento do distanciamento político-ideológico de Nasser em relação ao comunismo contribuiu para uma melhora nas relações entre os dois países, tendo no governo Kennedy, uma intensificação:

O presidente Kennedy prosseguiu nessa política melhorada, chegando quase a estabelecer relações firmes e cordiais com Nasser. Êste, em retribuição, admirava-o entusiasticamente.

⁴⁸⁰ O efetivo papel soviético na crise de Suez é alvo de alguma controvérsia. Para Judt (2011), as cartas de Bulganin aos israelenses, franceses e ingleses não teria surtido efeito prático, especialmente diante a uma suposta impossibilidade de Moscou em tornar sua ameaça uma realidade. Para Gaddis (2006), apesar das ameaças soviéticas, a retirada anglo-francesa teria sido fruto das divergências de Eisenhower e da possibilidade estadunidense em promover sanções econômicas contra tais países.

⁴⁸¹ A ação estadunidense no Líbano em 1958 foi desenvolvida num quadro de desequilíbrio entre as forças conservadoras e os movimentos tidos como mais progressistas no Mundo Árabe, sendo também um dos desdobramentos da Guerra de Suez. As tensões entre cristãos e muçulmanos no Líbano, com ênfase para as possíveis consequências ao governo Charmoun, além da derrubada da monarquia no Iraque, estiveram entre as principais motivações estadunidenses para promoverem o desembarque de 14 mil fuzileiros em solo libanês (SCHLAIM, 2004; ANDERSON, 2015).

Entre 1958 e 1964 os Estados Unidos forneceram ao Egito mais de US\$ 1. 000. 000. 000 em auxílio – a maior parte em empréstimos baratos, a longo prazo, dentro do plano PL 480, para a venda do excesso de gêneros alimentícios americanos (MANSFIELD, 1967, p.83)

Ainda que a “Política de Portas Abertas” evidencie uma espécie de normalização nas relações entre egípcios e os Ocidentais, especialmente os EUA, interesses estratégicos regionais e o quadro de Guerra Fria atribuíam maior complexidade à situação política do Oriente Médio após a Guerra de Suez, inclusive durante o governo Kennedy (SCHLAIM, 2004).

Mesmo que a autonomia egípcia em relação aos seus laços com a URSS não seja, de forma alguma, um consenso na análise de outros autores e atores daquele momento de nossa diplomacia, Dantas estabeleceu uma relação positiva entre a ação dos EUA, em particular, e os resultados obtidos após a Guerra de Suez. Reiterando, de forma implícita, aspectos centrais em sua análise, os rumos da República Árabe Unida são lidos a partir da ótica da defesa da coexistência pacífica e da não-intervenção, princípios fundamentais na perspectiva defendida em Punta Del-Este.

Considerações finais

Num esforço de análise mais amplo acerca dos limites e possibilidades da PEI, as relações Brasil – Egito no início dos anos 1960 podem representar uma das variáveis relevantes para refletirmos sobre a capacidade universalista e a aproximação com o chamado bloco afro-asiático. Com ênfase para os modos como o país africano foi concebido por parte de setores da diplomacia brasileira, nossas investigações em curso sugerem esforços de aproximação entre os dois países, ainda que diante de uma complexa interação entre o pessoal e o Estatal, além dos movimentos de leitura da política mundial e hemisférica com alguma atenção frente à inserção internacional egípcia.

A partir de San Tiago Dantas, Jânio Quadros, Raymundo de Souza Dantas, Alberto Justo Bezerra de Menezes e tantos outros intelectuais da Política Interna e da Política Externa Brasileira exprimem concepções e intenções sobre o Egito, um ator regional de relevo, e seus diversos lugares na política internacional. Entre a inspiração pessoal até a chamada “Política de Portas Abertas”, passando pelo terceiro mundismo, as possibilidades de cooperação e a “infiltração comunista”, tentar compreender como o

Egito se situou nas complexas visões de mundo de setores da nossa diplomacia é repensar as relações entre os dois países a partir de uma perspectiva que venha além das interações formais e alcance aspectos relativos à formulação, a circulação de informação e das ideias em Política Externa.

Referências

Fontes

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **Relatório**. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, 1961. CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA. **Cadernos do CHDD**. Ano V, n.8. Brasília: Centro de História e Documentação Diplomática, FUNAG, p.313 – 484.

DANTAS, Raymundo de Souza. **África Difícil: missão condenada**. Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1965.

DANTAS, San Tiago. **Política Externa Independente**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, 372 p.

MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de. **O Brasil e o mundo Ásio-Africano**. Brasília: FUNAG, 2012, 372 p.

Bibliografia

ALBALA HABIF, Carla. **Judeus do Egito: uma comparação da vida judaica no Egito antes e depois de 1948**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

AMARAL, Bruno Chaves Calíope Gurgel do. **Egito, um mirante para o Brasil no Oriente Médio: relações bilaterais Brasil-Egito (1967-1969)**. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

ANDERSON, Perry. “Império”. In: _____. **A Política Externa Norte-Americana e seus teóricos**. 1ªEd. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 11-135.

ARAÚJO, B. J. A Política Externa do Governo de Jânio Quadros. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon Albuquerque. **Sessenta anos de Política Externa Brasileira (1930- 1990): Crescimento, modernização e política externa**. Volume 1. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1996

BREDA DOS SANTOS, Norma. Dez anos no deserto: a participação brasileira na primeira missão de paz das Nações Unidas. DUPAS, Gilberto; VIGEVANI, Tullo

(Orgs.). **Israel – Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. **Diálogos**, v. 9, n. 1, 2005

CATERINA, Gianfranco. **Um grande oceano: Brasil e União Soviética atravessando a Guerra Fria (1947-1985)**. Tese (doutorado). Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, 2019, p. 98-171.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**, Lisboa: DIFEL, 1990.

DA SILVA SANTOS, M. J. Conexões Rio de Janeiro-Cairo. **Faces da História**, v. 6, n. 2, p. 117-138, 16 dez. 2019

_____. Olhos Brasileiros em Suez: Leituras Diplomáticas do Aprofundamento de um Conflito (Jul/1956 – Dez/1956). In: Encontro Estadual de História da ANPUH – RS: História & Resistências, 15, 2020, Passo Fundo-RS. **Anais do Encontro Estadual de História da ANPUH-RS**. Porto Alegre, RS: ANPUH-RS, 2020.

[DECOL, René Daniel](#). Judeus no Brasil: explorando os dados censitários. **Rev. bras. Ci. Soc**, vol.16, n.46, pp.147-160, 2001.

DEMANT, Peter. **O Mundo Muçulmano**. São Paulo: Contexto, 2004.

FERABOLLI, Sílvia. **Relações Internacionais do Mundo Árabe: os desafios para a realização da utopia pan-arabista**. Curitiba: Juruá. 2013.

FERREIRA, F. A. Relações entre o Brasil e o norte da África no XIX. **Faces da História**, v. 6, n. 2, p. 100-116, 16 dez. 2019.

GADDIS, John Lewis. **História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro, Penguin Books, 2006.
GONÇALVES, Luis Eduardo Fonseca de Carvalho. **Egito: revolução e contrarrevolução (2011-2015)**. Brasília: FUNAG, 2017. 416 p.

HABTE, Akilu; WAGAW, Teshome; AJAYI, F. Ade. Educação e mudança social. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. (orgs.). **História Geral da África: África desde 1935**. São Paulo: Cortez, Brasília: UNESCO, 2010, p.817-841.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Extremos: O breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HOURANI, Albert. **Uma História dos Povos Árabes**. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

JUDT, Tony. **Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro, Objetiva, 2011.

LANNES, Suellen Borges de. **O Batalhão Suez e a política externa de JK: Um caso de alinhamento?** 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009

LEME, Rafael Souza Campos de Moraes. **Absurdos e milagres: um estudo sobre a política externa do Lusotropicalismo.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, 164 p.

LESSA, Antônio Carlos Moraes; PENNA FILHO, Pio. O Itamaraty e a África: as origens da política africana no Brasil. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.33, p. 57-81, jan/jun 2017.

LORETO DA SILVEIRA, Isadora. **O Oriente Médio na Política Externa Brasileira desde 2003: relações do Brasil com Irã, Egito e Turquia.** 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MACHADO, Luiz Toledo. **A Revolução no Mundo Árabe.** São Paulo, SP: EDARLI, 1963.

MAJZOUB, Ismail. Desenvolvimento das relações Árabe-Brasileiras. In: **Relações entre o Brasil e o Mundo Árabe: construção de perspectivas** – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001, p.55-80. Anais do Seminário Internacional realizado em Brasília, em junho de 2000.

MANSFIELD, Peter. **Nasser e a Revolução Egípcia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brasil – Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950- 1988).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964).** Tese de Doutorado (História), Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2000.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. **Política Externa Brasileira,** São Paulo: Saraiva, 2005.

PREISS, José Luiz Silva. **Brasil e Argentina no Oriente – Médio: do Pós-Segunda Guerra Mundial ao final da Guerra Fria.** 2013. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2013.

ROUCHOU, Joelle. Entrevistas com judeus do Egito no Rio de Janeiro: uma imigração peculiar In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Computação**, 24, 2001, Campo Grande. Anais. Campo Grande: INTERCOM, 2001, p. 1-14.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias).** Brasília: Editora da UnB, 1996.

SAXE-COBURGO E BRAGANÇA, Carlos Tasso. “São Pedro, uma igreja do Brasil no Egito”. **Revista de História**, São Paulo, v.32, n.66, p.429-436, 1966.

VIGEVANI, Tullo; KLEINAS, Alberto. **Brasil-Israel: Da partilha da Palestina ao reconhecimento diplomático (1947-1949)**. São Paulo: CEDEC, 1999.

VIZENTINI, P. G. F. A Guerra Fria. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (Org.). **O século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Relações exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a Política Externa Independente**. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. “A evolução da produção intelectual e dos estudos acadêmicos de relações internacionais no Brasil”. In: In: José Flávio Sombra Saraiva; Amado Luiz Cervo. (Org.). **O crescimento das relações internacionais no Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2005, p.17-31

ZANATTA, Joel. **‘Em Defesa da Paz’**: A Crise do Canal e a participação do batalhão Suez e seus contingentes gaúchos a serviço da ONU no Oriente Médio (1957-1967). Monografia (História). Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2013.

O Soft Power brasileiro em vinte anos (1997-2017): entre a visibilidade e a atuação

Lara Elissa Andrade Cardoso⁴⁸²

Resumo

Interconectando os campos da História e das Relações Internacionais, propõe-se, em âmbito nacional, as análises teórica e pragmática do conceito de *soft power* (poder brando) em um recorte temporal de duas décadas (1997-2017). Com embasamento na mídia eletrônica Folha de S. Paulo e aporte teórico nas Relações Internacionais, a pesquisa explora a investigação de como o Brasil lida com seu potencial influenciador e como o fenômeno é abordado pela imprensa selecionada enquanto canal expressivo de circulação em massa.

Palavras-chave: Soft Power; Relações Internacionais; imprensa.

Abstract

Interconnecting the fields of History and International Relations, it is proposed, at national level, the theoretical and pragmatic analyzes of the concept of *soft power* in a tame frame of two decades (1997-2017). Based on the electronic media Folha de S. Paulo and theoretical support in International Relations, the research explores the investigation of how Brazil deals with its potential influence and how the phenomenon is approached by the selected press as an expressive channel of mass circulation.

Keywords: Soft Power; International Relations; press.

INTRODUÇÃO

Como se explica a dimensão atrativa das grandes produções cinematográficas de Hollywood pelo globo? Qual o tamanho e o peso cultural da penetração massiva do português brasileiro por meio de sua teledramaturgia em expressiva parte do mundo

⁴⁸² Bacharela em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Membro do grupo de pesquisa Patrimônio e Relações Internacionais – CNPq. Bolsista CAPES. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-0203-9665>. E-mail: lara.elissa@estudante.ufjf.br.

Bachelor in Humanities Area by the Federal University of Juiz de Fora. Master's student in History at the Graduate Program in History at the Federal University of Juiz de Fora. Member of the Heritage and International Relations Research Group – CNPq. CAPES Scholarship. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-0203-9665>. Email: lara.elissa@estudante.ufjf.br.

lusófono? O que significa para um país sediar um megaevento como a Copa do Mundo? E a expectativa por trás da maior festa popular reconhecida no país, o carnaval, aliado ao tradicional desfile das escolas de samba? A explicação para esses e demais episódios e eventos reflete a ação exitosa de uma noção fundamental ainda pouco explorada em âmbito nacional: o *soft power*. Sendo assim, o presente trabalho tem o *soft power* como objeto de estudo, como será melhor esclarecido adiante, e abarca a experiência de pesquisa do trabalho de conclusão de curso, em dezembro de 2018, do curso Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Vale lembrar que as atualizações e adaptações da pesquisa ocorridas durante esse meio tempo e que se corporifica até o momento atual no projeto de dissertação do mestrado pelo PPGHIS-UFJF serão mencionadas. O eixo do trabalho se orienta, então, basicamente em analisar criticamente e discorrer em meio às distinções e nuances cujo fenômeno *soft power* se manifestou ao longo de duas décadas, de 1997 à 2017 por meio do acervo digital do jornal de grande circulação nacional, o Folha de S. Paulo. Adiante, para o projeto de dissertação de mestrado, decorreram-se algumas adaptações como a extensão do recorte temporal da pesquisa até o momento presente, bem como a ideia de elencar mais dois grandes nomes da imprensa nacional, O Estado de S. Paulo (Estadão) e O Globo, a fim de tornar o resultado ainda mais abrangente. As demais colocações acerca da pesquisa do mestrado serão reforçadas ao longo do texto. Então, com esse conteúdo, busca-se, de antemão, tomando embasamento em conteúdos de Relações Internacionais, historiar como o conceito foi noticiado, quais exemplos foram mais recorrentes e como as reportagens que os noticiaram apresentaram seus elementos mais representativos. Ademais, cabe adentrar na perspectiva em que os editores trabalham o conceito, partindo assim, até para uma análise do perfil ideológico do jornal.

Mas afinal, o que é o *soft power*? Desenvolvido pelo cientista político estadunidense Joseph S. Nye Jr. no início da década de 1990, o *soft power*, cuja tradução para o português seria algo como “poder brando” ou “poder suave”, remete a um conjunto de estratégias e habilidades peculiares ao universo geopolítico no qual opera o sentido de convencimento ou persuasão em detrimento da imposição coercitiva. Tomando como referência a dissertação de mestrado de Ronaldo Guimarães Gueraldi, reforça-se que *soft power* “É a habilidade de influenciar os outros a fazer o que você

deseja pela atração em vez da coerção [...]. [Nesse sentido,] identidade cultural, ideológica e política comporiam o ‘poder brando’” (GUERALDI, 2006: 65). Cabe ressaltar que a primeira aparição do conceito por Nye se deu na obra “Bound to Lead: The Changing Nature of American Power”, na qual o autor o descreve enquanto uma alternativa frente ao chamado “*hard power*”, em português, “poder duro”, ou ainda, “poder bruto”, ilustrado pelos meios mais primitivos da história das Relações Internacionais como força bélica, ameaça, coerção, guerras, sanção econômica e violência de uma forma mais abrangente. O *soft power*, em contraponto à essas medidas de posicionamento e poder mais característicos da história das Relações Internacionais, trabalha com uma série de artifícios que seduz e, portanto, conquista adeptos por despertar o interesse. Sendo assim, a fim de conseguir um maior alcance com o último lançamento de uma produção hollywoodiana, por exemplo, os encarregados à expandir a visibilidade do filme tendem a adotar meios persuasivos, de modo que o público se sinta atraído e à vontade sobre sua opção de prestigiar o longa, de maneira que seja tão satisfatório a ponto de ser indicado a outras pessoas e essas também sugerirem para outras, criando assim uma “hipérbole centrífuga de ação constante” (CHRISTOFOLETTI, 2019). Logo, dotado de eficácia e rompendo com a brutalidade de medidas provenientes do poder bruto, o *soft power* manifesta-se de modo indireto e sutil no meio amplo da cultura, de modo a abrigar a cinematografia, as produções musicais, a dança, as artes cênicas, o pluriverso das linguagens, a gastronomia, a moda, o comércio, a preservação do patrimônio cultural, dentre outros campos. Poder brando, no entanto, embora cabível e eficaz em múltiplos contextos, faz-se praticamente impossibilitado de ser quantificado devido sua intangibilidade e relatividade. Exemplo: visto que as culturas são plurais, o que pode, possivelmente, ser atrativo no hemisfério ocidental, como o consumo de *fast food* e o hábito de usar calça jeans, pode não ser tão influente na realidade Árabe, tendo em vista as diferenças de costumes e tradições ligadas à vestimenta e à alimentação. Dessa forma, cabe destacar o fato de que as culturas se pluralizam e, muitas vezes, ora atravessam fronteiras, ora se chocam. Logo, um ritmo musical, uma posição política, uma percepção cultural que é recorrentemente aplaudida em determinada região pode representar repulsa à outras partes do globo.

O PODER EM SENTIDO AMPLO

A fim de direcionar a pesquisa, inicialmente, para um sentido macro e, depois, afunilar a perspectiva do poder brando especificamente, cabe seguir tendência semelhante ao que traz Hendrik W. Ohnesorge em “Soft Power - The Forces of Attraction in International Relations”. Em primeiro lugar, é necessário nutrir a mentalidade de que o sentido de poder não é estático. Ele varia conforme o tempo e, principalmente, o contexto. Isso implica que, em termos de nações, distintos países puderam exercer seu papel de hegemonia mediante o panorama histórico do momento. Para Robert Dahl (2001), “o conceito de poder envolve a habilidade para conseguir que outra pessoa faça alguma coisa que, de outra forma, não seria feita” (DAHL, Apud GUERALDI, 2006: 31). Já na versão do renomado cientista político francês Raymond Aron (2002) prevalece uma distinção entre poder, que se dá ora ofensivo, ora defensivo:

Poder ofensivo é a capacidade de uma unidade política de impor sua vontade sobre as demais e sua capacidade de não deixar que a vontade alheia lhe seja imposta. [...]. [E já o poder defensivo] consiste em um Estado salvaguardar sua autonomia, manter seu próprio estilo de vida, [e] não aceitar que suas leis internas ou ações externas sejam subordinadas aos desejos de outros países (ARON, 2002: 32).

Então, o poder era inicialmente atribuído à nação com maiores dimensões territoriais e aliado à força militar. Essa foi a ideia de hegemonia que marcou principalmente o período histórico do Imperialismo enquanto nações lutavam incessantemente pela expansão territorial. Posteriormente, a noção de poder migrou para o patamar do mercado financeiro, de modo que a força econômica ditava o nível de poder. Atualmente, como escreve Gualdi, o controle da informação caracteriza-se como um forte aliado de uma nação hegemônica. Logo, conforme o decorrer dos tempos, a semântica de poder se modificou e, conseqüentemente, os Estados se viram na necessidade de adaptação a diferentes realidades, sobretudo no dilema de engajamento e restabelecimento frente aos demais.

De modo a transitar no campo das Relações Internacionais (RI), bem como trazer duas de suas teorias mais expressivas, realismo e liberalismo, adiante serão dispostas definições e exemplos no intuito de tornar o estudo mais pragmático. Importante lembrar, de antemão, que o *soft power*, como discorreu Nye, não é mais uma teoria de RI. Nesse sentido, ele opta por direcionar à ela enquanto uma ideia, uma noção, ou ainda, um conceito. No panorama do sistema internacional de Estados de

Edward Carr (2001), teórico defensor do realismo clássico, o poder se daria distribuído em pelo menos três categorias: militar, econômico e poder sobre a opinião. Ignorando os dois primeiros já habituais, este último parece apresentar aspectos do poder brando (*soft power*) e seu significado remete ao domínio estratégico da persuasão. Conforme posicionamento de Ronaldo Guimarães Guerardi, poder brando “é a habilidade de influenciar os outros a fazer o que você deseja pela atração em vez da coerção. O poder coercitivo seria a ostentação militar e sanções econômicas, classificadas por Nye como ‘poder bruto’ [ou *hard power*], enquanto identidade cultural, ideológica e política comporiam o ‘poder brando’” (GUERALDI, 2006: 65). Em termos ilustrativos verifica-se que o *soft power* opera com noções sedutoras de convencimento como direitos humanos, democracia e oportunidades individuais. Logo, cabe ressaltar de imediato que o poder suave não carrega um sentido pejorativo, manipulador ou maquiavélico como na concepção de natureza humana de autores realistas.

Hans J. Morgenthau, Tucídides, Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes formam o conjunto dos principais representantes do realismo e, seguindo a mesma tendência, acreditam que a política internacional se resume a uma “política de poder” cujos indivíduos nela inseridos possuem o objetivo central de aquisição de poder, num ideal de natureza humana que almeja tirar vantagem às custas do outro, ao passo que, simultaneamente, se evita ser dominado ou dado por vencido. Em meio a isso, considera-se uma disposição hierárquica, na qual os países mais fortes, aqui representados pelas grandes potências, dominam e detêm poder sobre os demais. Além do domínio, a segurança estatal também é um dos valores que constitui o pilar da política externa de natureza realista. O Estado nessa perspectiva deve, então, além de exercer poder em seus mais variados aspectos, se empenhar nas condições de segurança; e a segurança poderia ser caracterizada pela privação de ameaça à nação. Perante as premissas do realismo nota-se a inexistência de relações mútuas e obrigatórias de ordem moral entre Estados. Em meio a isso, os teóricos realistas defendem o alinhamento prioritário e exclusivo de uma nação com seus próprios interesses políticos.

Por outro lado, em caminho contrário à vertente aproximada do *hard power*, a teoria oposta – liberalismo – acolhe a ideia de que a razão humana pode suceder uma visão positiva da natureza. E como isso acontece? Os defensores do liberalismo acreditam que a aplicação de atributos guiados racionalmente no cenário das Relações

Internacionais poderia funcionar como uma solução de conflitos e também evitar possíveis guerras. Nesse sentido, a razão humana entraria como o caminho mais eficaz para a cooperação. Ademais, alguns teóricos liberais admitem que conforme o tempo vai passando, atrelado à modernização, os objetivos mútuos tendem a prosperar; de modo que abrem caminho para uma verdadeira necessidade de cooperação (ZACHER; MATTHEW, 1995: 119). Como observado, os poderes advindos da indústria bélica e da imposição constroem uma tendência hegemônica, na medida em que provocam a competição interestatal em meio a luta por seus próprios interesses. Ainda sobre hegemonia, cétricos, Thayer e Layne discorrem que “em política internacional, hegemônias benevolentes são como unicórnios” (LAYNE; THAYER, 2007: 68, tradução nossa), fazendo referência às figuras imaginárias de unicórnios que são majoritariamente presentes no universo infanto-juvenil. De modo a estabelecer uma correlação entre segurança e poder estatais, esse empenho defensivo com fins de tirar vantagem a qualquer custo vigora nos assuntos que dizem respeito às Relações Internacionais, mais precisamente, na tendência realista cujas premissas caminham, de certo modo, em acordo com o que se define como *hard power*.

Esta pesquisa visa justamente abarcar a outra face do poder. Conforme apresentado, o poder suave se estende desde expressões artísticas até sua proeminência na preservação do patrimônio cultural – tema, inclusive, ainda pouco discutido na seara que intersecciona a História e as Relações Internacionais. Então, nesse ponto convém abrir um parêntese para abarcar o patrimônio cultural enquanto *soft power* e como se dá seu engajamento na diplomacia cultural, sobretudo no caso brasileiro. Uma questão se apresenta: até que ponto as peculiaridades temáticas que abarcam o universo cultural, de onde emergem os museus, as paisagens culturais, os monumentos, as relações de reciprocidade ou imposição cultural são abarcados pelos jornais selecionados? Até que ponto, são apresentadas como assuntos relevantes como são noticiados o universo da “economia, dos assuntos militares, da saúde, do meio ambiente ou terrorismo? (LUKE & KERSEL, Apud CHRISTOFOLETTI, 2019: 18). Mediante a interligação desse conceito no universo das preocupações da História e das Relações Internacionais, a pesquisa objetiva envolver a análise da imprensa nacional de grande circulação eletrônica, visto que a mídia cumpre papel relevante frente à possibilidade de precisão em buscar a quantidade de ocorrências que a palavra-chave aparece em determinado

ano, mês e dia nos novos e eficientes buscadores digitais, vinculados aos acervos digitais dos jornais elencados. Estes *searches*, são hoje ferramentais precisos, cuja potencialidade ainda precisa ser explorada. Ademais, adotando a imprensa como um dos instrumentos de pesquisa, a versão apresentada das reportagens tende a trabalhar com exemplos historiográficos brasileiros de modo a explicitar os arranjos de poder político, econômico e cultural. Vale ressaltar que a precisão temporal merece ênfase na medida em que o intuito do trabalho versa pela análise cronológica por meio da observação histórica das aparições de *soft power*, além de compreender de que maneira ele operava na época, se a política exterior contribuiu positivamente para isso, se a diplomacia teve habilidade em lidar com a imagem nacional frente ao cenário global e até mesmo as nuances e desdobramentos dessa engenhosidade de poder. O outro meio de pesquisa inclui um acervo acadêmico referente à teoria das Relações Internacionais, sobretudo para efeito de contextualização e investigação das reportagens.

A ESCOLHA DA FONTE

Em língua portuguesa, a título de ilustração, dois expressivos títulos são a única fonte substancial quando se trata de discutir o *soft power*: os livros “Bens Culturais e Relações Internacionais – O Patrimônio como Espelho do Soft Power”, organizado por Rodrigo Christofolletti e uma compilação intitulada: “Poder Suave (Soft Power)” do jornalista Frantjesco Ballerini. Como se percebe, o acervo nacional de pesquisa voltada ao *soft power* é relativamente escasso. A bibliografia disponível em língua portuguesa possui limitados trabalhos sobre a temática. Os textos em inglês são os mais atuais e aprofundados, motivo pelo qual a literatura que sustenta essa pesquisa é quase totalmente oriunda de países de língua inglesa. Por isso, o fato de se ressaltar a mídia eletrônica trazendo o acervo de referências da história nacional em um período de duas décadas se caracteriza como um instrumento viável para a eficácia desta pesquisa. Busca-se estabelecer então, uma conexão entre os campos da História e das Relações Internacionais, de modo que as abordagens peculiares a cada uma das áreas se unam e se complementem.

Isto posto, destaca-se a definição de hegemonia em Antonio Gramsci, de modo que as nações trabalham com uma dualidade significativa de poderes: o poder coercitivo guiado pela repressão, ou *hard power*, e o poder ideológico guiado por instrumentos de persuasão, ou *soft power*. Dessa forma, nota-se que o fato de uma nação sediar um

megaevento como a Copa do Mundo não é simplesmente promover um local para que ela aconteça. Não é um detalhe e nem finalidade exclusiva de unir as nações pelo sentimento universal de paixão pelo futebol. Na verdade, essa interpretação é válida. No entanto, importa ressaltar em primeiro plano que os efeitos disso implicam movimentações econômicas, atração de turistas, geração de empregos, forte cobertura midiática e dentre outros fatores que despertam o olhar do mundo para que o país sede seja o centro das atenções, ainda que momentaneamente. Ademais, esse momento pode ser efetivo enquanto intuito de quebra de estereótipos, por exemplo. No caso específico do Brasil, diz-se que ele é reconhecido lá fora pelo alto índice de violência. Então, diante da maior visibilidade que o país recebe sediando o megaevento, os líderes políticos se deparam com a chance de trabalhar mais em cima da segurança do público local e do grande número de turistas que tende a receber.

Ainda que o foco do estudo abrigue a diplomacia doméstica, vale trazer comparações também com os demais países que compõem o sistema interestatal, visto ser relevante obter um panorama de como as outras nações vêm se posicionando cada uma com seus próprios interesses e sobretudo como o Brasil tem sido reconhecido lá fora. Nesse sentido, o estudo proposto se justifica por ser uma colaboração que dialoga expressivamente com a maioria dos autores brasileiros e estrangeiros que precederam essa pesquisa, propondo estudo inédito sobre a temática e lançando base para uma compreensão mais aprofundada do conceito em língua portuguesa.

FINALIDADE DA PESQUISA

Então tomando o jornal Folha de S. Paulo como ponto de partida para o TCC do curso de Humanidades da UFJF e elencando mais à frente, outros dois grandes nomes da imprensa nacional, o paulista O Estado de S. Paulo e o carioca O Globo, a pretensão caminha em verificar por meio de reportagens e matérias digitalizadas em um período inicial de duas décadas (1997-2017), considerando que o recorte temporal foi definido em acordo com o momento no qual a pesquisa iniciou e começou a tomar corpo, tendo sido finalizada em dezembro de 2018. Já para a dissertação do mestrado, o recorte vem até o momento atual (1997-2020). Vale lembrar que o ano de 1997, ponto inicial da pesquisa, seria demarcado pelo período no qual as plataformas digitais começaram a circular no Brasil. Sendo assim, o trabalho segue no intuito de discutir como o *soft*

power marca presença em diferentes configurações ao longo desses anos na política brasileira. Em outras palavras, como esses jornais abordam o poder de persuasão e convencimento nacionais durante os recortes temporais destacados, sobretudo com relação ao ambiente cultural? A partir desse panorama, o estudo despertará a viabilidade de como o país tem se articulado para a utilização e a mensuração do desempenho desse poder brando. Exemplo cabal é o fato de que alguns governos têm se dedicado à construção da “boa imagem” do país em âmbito internacional. Então, em que medida essa construção aparece nas reportagens? De que forma os estereótipos são tratados? Como o país é visto no exterior? Essas indagações motivam a seleção das reportagens e notícias estudadas nesses dois jornais por meio eletrônico e se constituem em fins de compreensão sobre o *soft power*.

O ponto de vista quantitativo não foi muito discutido no TCC visto que os resultados já estavam dispostos e detalhados a partir do Projeto de Iniciação Científica de Carolina Munck Schaeffer, realizado sob orientação do Prof. Dr. Rodrigo Christofoletti⁴⁸³. Será então, melhor explorado na dissertação na medida em que os filtros de busca dos acervos contam com a disposição de gráficos e mapeamento de ocorrências do termo-chave procurado, nesse caso, *soft power*, que acaba também possibilitando uma forma de comparação entre os *searches*. Diante disso, é possível afirmar que a pesquisa tem suas raízes no trabalho de Schaeffer e segue tendência semelhante, ainda que se atualiza e se expande, bem como elenca novos desdobramentos referentes à diplomacia nacional, abarcando teorias do campo das Relações Internacionais e, sobretudo, do universo da preservação do patrimônio cultural. Já do ponto de vista qualitativo, os acervos pesquisados disponibilizam textos informativos, artigos de opinião e alguns editoriais, ou seja, a opinião do jornal. Dessa forma, a investigação presente nesta pesquisa objetiva extrair as possíveis conjunturas em que o *soft power* é mencionado e como tem sido apresentado na visão da mídia eletrônica estudada, como tópico essencial da política externa do país. Nesse sentido, é possível destacar que o conceito, se aplicado com discernimento, molda a perspectiva de uma nação em níveis doméstico e global, de modo a alcançar legitimidade e reconhecimento perante aos demais componentes do sistema internacional de Estados.

⁴⁸³ Para fins de contextualização, Schaeffer foi bolsista de iniciação científica no curso de História da UFJF e orientanda de Rodrigo Christofoletti entre 2017 e 2018. Ver: “Projeto de Iniciação Científica – Bens

METODOLOGIA

É necessário efetuar assinatura nos três jornais para ter acesso ao conteúdo da pesquisa. Conforme anteriormente ressaltado, para o trabalho de conclusão do curso, a assinatura não foi realizada visto que o conteúdo foi disponibilizado pelo mapeamento prévio do projeto de iniciação científica. Assim, todo o material de análise é extraído a partir de uma seleção de reportagens e noticiários dos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo, em seus acervos digitais. A partir da efetivação das assinaturas dos acervos, os sites dispõem de filtros avançados de busca e também de uma faixa temporal em forma de gráfico, na qual se faz possível inserir as palavras-chave da pesquisa e observar o número de ocorrências e em qual ano, mês e dia aparece o termo que se procura, o que se mostra prático para a finalidade da pesquisa.

De modo a trabalhar pontualmente em algumas das referências já mencionadas, vale citar os títulos e um breve panorama do que apresentam. São eles: “Bens Culturais e Relações Internacionais: o patrimônio como espelho do soft power” organizado pelo Prof. Dr. Rodrigo Christofoletti; “Poder Suave (Soft Power)” de Frantjesco Ballerini; bem como a dissertação de mestrado de Ronaldo Guimarães Guerardi “A Aplicação do Conceito de Poder Brando (Soft Power) na Política Externa Brasileira”, cumprindo também o papel de pilar para o projeto de Carolina M. Schaeffer. Em destaque aos demais títulos nota-se: “Introdução às Relações Internacionais” de Robert Jackson e Georg Sørensen, que apresenta o panorama internacional do sistema de Estado e suas principais teorias, além de “Bound to Lead: The Changing Nature of American Power”, de Joseph S. Nye Jr., em que o autor retrata de maneira mais intensa o declínio dos Estados Unidos frente ao sistema internacional. É cabível realçar também um outro título que vem com uma expressiva contribuição para a pesquisa que prossegue: “Soft Power – The Forces of Attraction in International Relations”, de Hendrik W. Ohnesorge. A obra conta com um debate contemporâneo, uma bibliografia rica e atualizada; inclusive vindo como uma das obras mais atualizadas e de referência no que diz respeito ao estudo do *soft power*. O autor afirma que o conceito cunhado por Joseph Nye Jr. é ainda raso e superficial, o que abre possibilidade para propor um estudo a partir de um outro ponto de vista, no sentido de se discutir a sua taxonomia.

Em suma, este estudo desdobra a pesquisa de Schaeffer e se aprofunda nas fontes jornalísticas nacionais destacadas, de forma a abranger teorias do campo das

Relações Internacionais e, sobretudo, do universo da preservação do patrimônio cultural. Tendo como embasamento teórico a dissertação de mestrado “A Aplicação do Conceito de Poder Brando (Soft Power) na Política Externa Brasileira”, de Ronaldo Guimarães Gueraldi, sob orientação de Ana Lúcia Guedes, torna-se possível trabalhar em aspectos mais pontuais seguindo o fichamento de autoria de Carolina Munck Schaeffer.

Na introdução do livro organizado por Christofolletti procura-se abarcar a descrição clássica do fenômeno *soft power* de Joseph Nye Jr. em vista de trazer sua aplicação, especificamente, ao patrimônio cultural exercendo seu poder brando. Nas últimas décadas da literatura brasileira – e também mundial – vigora uma precariedade de ferramentas que tratam do patrimônio cultural na agenda diplomática e nos estudos das Relações Internacionais, de modo que, a título ilustrativo, “Bens Culturais e Relações Internacionais: O Patrimônio como Espelho do Soft Power” se insere como a quarta obra a trabalhar com as RI’s e a temática do patrimônio cultural material e imaterial enquanto *soft power*. Christina Luke e Morag Kersel (2012) sustentam a insuficiência de um elo “bem conhecido” entre o patrimônio cultural e as Relações Internacionais. Não se restringindo ao Brasil, isto é, ainda no contexto internacional, o patrimônio não costuma estar disposto ao mesmo patamar da lista de prioridades diplomáticas. Como exemplo, Rodrigo Christofolletti expõe o fato de a literatura estadunidense promover seus produtos ultraexportados em uma aliança com as RI’s, ao passo que carece de uma abordagem mais convincente na área da literatura diplomática. Como o próprio autor adverte, o universo das Relações Internacionais permaneceu desde a sua criação, em certa medida, recuado das discussões que abrangem o meio cultural, de maneira que suas principais preocupações se levantaram para outras prioridades da agenda da política externa.

Com exceção do livro “Poder Suave (Soft Power)” (BALLERINI, 2007), a literatura brasileira das últimas três décadas praticamente não discutiu as implicações do patrimônio cultural, sejam em nível doméstico ou global. Atualmente, contudo, o patrimônio cultural atingiu maior visibilidade dentro das políticas internacionais em variados aspectos:

Quer se trate de relacioná-lo à ideia de sustentabilidade, à luta contra o extremismo, ou políticas em torno do acesso à cidadania e à tradição, o patrimônio cultural passou a ter

visibilidade muito maior e participação relevante, havendo um avanço na presença de organismos de preservação nas mesas de negociação das políticas internacionais como jamais visto antes (CHRISTOFOLETTI, 2017: 24).

Ainda assim, de acordo com Christofolletti, os interesses dos estudantes de História e Relações Internacionais costumam versar acerca de “crises humanitárias contemporâneas (refúgio, guerras civis, experiências de campo), as novas tendências da política externa brasileira, os temas contemporâneos da política global, as derivações do Direito Internacional, das negociações ou dos agenciamentos de conflitos, dentre outros temas considerados mais candentes” (CHRISTOFOLETTI, 2017: 18). A cultura, os bens culturais e o patrimônio de modo geral, são secundários quando se pensa em temas mais procurados. Logo, de acordo com o autor, eles se situam “[n]um panorama inconveniente: a temática dos bens culturais, assim como a gestão sobre seu usufruto, quase não é contemplada pelo currículo da maioria dos cursos que formam internacionalistas” (CHRISTOFOLETTI, 2017: 23). Contudo, as grades curriculares dos cursos de História⁴⁸⁴ e Relações Internacionais deveriam elencar as temáticas *soft power*, relações internacionais e patrimônio cultural como fatores interligados e, de fato, de dependência mútua, visto que o mundo contemporâneo requer dos Estados o desenvolvimento de poder brando sob esse viés do patrimônio. Inclusive, a fim de se consolidar o patrimônio cultural como resposta do *soft power*, o ativista político Shashi Tharoor, em diálogo com Christofolletti afirma que : “[...] é preciso estar conectado, e a interação, gestão e difusão dos patrimônios podem ser encaradas como exercícios de ação do *soft power*” (CHRISTOFOLETTI, 2017: 18).

Após a análise do panorama internacional e suas teorias, o foco da pesquisa terá como mote o âmbito doméstico e, às vezes, de alcance global, de modo que os conceitos se interconectem na esfera local/global. O poder brando, conforme observado, usa ferramentas de persuasão em detrimento da coerção como acontece no caso do poder bruto em estratégia para convencer outras nações a desejarem o que o seu próprio Estado almeja. Os meios do *soft power* tendem, a partir de pressupostos sutis, que vão desde a música, a cinematografia, a religião, a culinária, a moda, o futebol e até o patrimônio cultural, a oferecer uma visão ampliada sobre o reconhecimento do país. Por

⁴⁸⁴ Exceção honrosa se dá no curso de História da UFJF que possui uma habilitação secundária em Patrimônio Cultural. Ver: Regimento do curso de História.

estes pressupostos e por compreender que o *soft power* pode ser um elemento de constituição de identidade nacional, o projeto apresentado sugere que as notícias selecionadas nos jornais elencados são um manancial rico para a análise, aspecto que corrobora a necessidade da intersecção entre a História, a visão jornalística e as Relações Internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Apresentação de slides Realismo x Liberalismo. Prezi. Disponível em: <<https://prezi.com/9fb31ytddr95/realismo-x-liberalismo/>>. Acesso em: 07 de novembro de 2018.

BALLERINI, F. Poder Suave (Soft Power): arte africana; arte milenar chinesa; arte renascentista; balé russo; Bollywood; Bossa-Nova; British invasion; carnaval; cultura mag japonesa; Hollywood; moda francesa; tango; telenovelas. São Paulo: Summus, 2017.

CHRISTOFOLETTI, R. (Org.). Bens culturais e relações internacionais: o patrimônio como espelho do soft power. Santos: leopoldianum, 2017. 466p.

FERNANDES, V. R. (2016). Idealismo e realismo nas Relações Internacionais: um debate ontológico. JANUS.NET e-journal of International Relations, Vol. 7, N.º 2, novembro 2016-abril 2017. Consultado [online] em 20 de novembro de 2018, observare.ual.pt/janus.net/pt_vol7_n2_art2 (<http://hdl.handle.net/11144/2781>).

FERNANDES, V. R. Ontologia e epistemologia da ordem internacional em Raymond Aron. Relações Internacionais, março 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n45/n45a07.pdf>>. Acesso em: 10 de novembro de 2018.

GUERALDI, R. G. A Aplicação do Conceito de Poder Brando (Soft Power) na Política Externa Brasileira. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3552/ACFC3.pdf>>. Acesso em 09 de novembro de 2018.

HOBBS, T. Leviatã. 2. ed. Martin Claret. 1 de janeiro de 2009.

JACKSON, R.; SØRENSEN, G. *Introdução às Relações Internacionais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

JUBRAN, B. M.; LEÃES, R. F.; VALDEZ, R. C. C.; *Relações Internacionais: conceitos básicos e aspectos teóricos*. Porto Alegre, maio de 2015. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/20150525relacoes-internacionais_-conceitos-basicos-e-aspectos-teoricos.pdf>. Acesso em: 13 de novembro de 2018.

KEOHANE, R. O.; NYE, J. S.; HOFFMANN, S. (orgs.). *After the Cold War: International Institutions and State Strategies in Europe, 1989-1991*. Cambridge, MA, Harvard University Press, 1993.

LACERDA, G. B., d. *Algumas teorias das relações internacionais: realismo, idealismo e grocianismo*. Revista Intersaberes. ISSN 1809-7286. Vol 1. N.1. Jan-jun 2006. p 56 – 77.

LAYNE, C.; THAYER, B. A. *American empire: a debate*. New York: Routledge, c2007.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. 1. ed. Martin Claret. 2017.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. *Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates*. Elsevier. Edição: 1ª. 26 de setembro de 2005.

NYE, J. S., Jr. “Neorealism and Neoliberalism”. *World Politics*, 40/2, 1988, p.235-51.

NYE, J. S., Jr. *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*. New York: Basic Books, 1991.

OHNESORGE, H. W. *Soft Power: The Forces of Attraction in International Relations*. Switzerland: Springer.

O Idealismo de Woodrow Wilson. Portal Jurídico Investidura, Florianópolis/SC, 22 maio 2008. Disponível em: investidura.com.br/biblioteca-juridica/resumos/relacoes-internacionais/56-oidea. Acesso em: 07 de novembro de 2018.

RAMONET, I. Guerras do Século XXI: Novos Temores e Novas Ameaças. Petrópolis: Vozes, 2003.

SCHAEFFER, C. M. “Projeto de Iniciação Científica – Bens Culturais e Relações Internacionais – o Soft Power na Mídia Eletrônica. Duas Décadas de Transformações (1997-2017)” IC, UFJF, 2018.

SEGALLA, M.; PATAH, G.; SAVIO, L. G. Teoria da escola inglesa - Relações internacionais - USC Bauru. 27 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1I9RIU8oMe0>>. Acesso em: 07 de novembro de 2018.

ZACHER, M.; MATTHEW, R. A. “Liberal International Theory: Common Threads, Divergent Strands”, in C. W. Kegley, Jr., Controversies in International Relations: Realism and the Neoliberal Challenge. Nova York, St. Martin’s Press, 1995, p. 107-50.

A distância entre os próximos: como a Política Externa Independente foi percebida e cerceada por Portugal

Gustavo Souza de Deus da Silva

Resumo

O presente trabalho procura avaliar de modo crítico a chamada Política Externa Independente, dos governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964). Para tanto, propõe-se analisar textos de seus proponentes, que logo serão contrapostos à realidade da relação entre Brasil e Portugal. O objetivo do texto será expor possíveis incoerências na política externa brasileira da época, mas também entender como surgiram e em que lógica funcionavam.

Abstract

The following paper aims to critically evaluate the so-called Independent Foreign Policy, from the Jânio Quadros and João Goulart administrations (1961-1964). For this purpose, it plans to analyse texts written by policy makers of the period. These will later be opposed to the Brazil-Portugal relations' challenging reality. The objective of the current proposal is to expose possible inconsistencies in the Brazilian foreign policy at the time, but also to understand how they came to be and in what logic were they functional.

O que foi a PEI?

O que foi batizado como Política Externa Independente (PEI) é um conjunto de mudanças diplomáticas e axiológicas, elaborado como política de governo em 1961, durante a gestão Jânio Quadros, e continuado pelo governo de seu sucessor, João Goulart. Seu principal objetivo seria recuperar a defesa dos reais interesses do Brasil, conferindo certo protagonismo ao Ministério das Relações Exteriores no processo de desenvolvimento nacional. A partir da análise do artigo "*Nova Política Externa do*

Brasil”, escrito pelo próprio Jânio Quadros para a revista *Foreign Affairs*, depreendem-se alguns dos principais fundamentos da PEI.

O presidente teve por marca defender seu país e sua gestão como protagonistas num contexto de mudanças e num hemisfério chave para a política internacional. Em primeiro lugar, o texto de Jânio Quadros é marcado por uma noção de precedência histórica. Há um esforço claro para contrastar o *status quo ante*, afetado por vícios e desvios, e o projeto defendido e formulado por sua gestão. Graças aos que haviam sacrificado os verdadeiros interesses do país por motivos escusos, o Brasil encontrava-se numa “posição obscura”, incapaz de afetar ou de se fazer ouvido em questões de sua própria vizinhança.

Nós fomos injustificadamente relegados a uma posição obscura, enquanto – mesmo em nosso próprio hemisfério – havia erros e problemas se acumulando em nosso caminho, que punham a perder o nosso próprio futuro. (QUADROS, 1961: 150)

Em paralelo à representação negativa de gestões anteriores, Quadros atribui ao seu próprio governo um papel de salvação nacional (QUADROS, 1961). Teria sido ele, portanto, um personagem que contribuiu para recuperar a assertividade e a autonomia brasileiras em questões internacionais. Sem embargo, ao dizê-lo, Jânio Quadros também reconhece que havia herdado do trabalho de seus antecessores condições proveitosas para seu pleito.

Se somente agora o Brasil está sendo ouvido em assuntos internacionais, é porque, ao assumir o poder, resolvi tirar proveito das conseqüências da posição que atingimos como nação. (QUADROS, 1961: 150)

Para além da singularidade histórica de seu governo, Jânio Quadros imaginou-se à frente de um país mais dedicado à democracia que outras nações do ocidente

(QUADROS, 1961). Não está expresso de modo literal a quem Quadros se endereçava com seu comentário. Entretanto, pode-se supor com alguma razoabilidade que o presidente fazia uma crítica velada aos norte-americanos. Isso se explica pela sequência de seu texto:

Poderá não ser inútil frisar aqui que nossa dedicação à democracia é maior do que a de outras nações da nossa esfera cultural. Tornamo-nos, assim, o exemplo mais bem sucedido de coexistência racial e integração conhecido na história. (QUADROS, 1961: 153)

Escrito no início dos anos 1960s, quando os Estados Unidos começavam a enfrentar crescentes tensões raciais e manifestações por direitos civis, o texto de Quadros representa seu país como uma clara alternativa à experiência norte-americana. Seu elogio ao Brasil não está tão distante das representações tradicionais de sua sociedade, analisadas por Jerry Dávila no livro *Hotel Trópico*. Haveria, segundo Dávila, uma constante interpretação do Brasil como coletividade racialmente mais harmônica, tradição cujo principal expoente é Gilberto Freyre (DÁVILA, 2011). Para Jânio Quadros, os brasileiros, próximos da África pela cultura, pela história e pela geografia, haviam colhido os frutos de sua dedicação à democracia ao tornarem-se um exemplo de integração mais bem-sucedido que seus pares.

E a África não está distante dos sentidos construídos por Quadros. Tanto nos textos que contêm as coordenadas básicas da Política Externa Independente, quanto na vivência prática da postura externa do Brasil de então é possível encontrar a preponderância de certos temas e regiões. Os temas mais preponderantes da diplomacia brasileira foram os chamados “três Ds” (desarmamento nuclear, desenvolvimento econômico e descolonização)⁴⁸⁵. Já as regiões de maior importância para o Itamaraty de Jânio Quadros eram a América Latina e a África. Sobre esta, havia a coincidência de fatores geográficos, devido à localização do Brasil no Atlântico Sul, e fatores culturais, inatos à própria formação da demografia brasileira (QUADROS, 1961). Esta predisposição em exercer influência no Atlântico Sul seria um ponto crucial para as

⁴⁸⁵ Os “três Ds” são frentes de atuação da diplomacia brasileira que foram defendidas pelo então Ministro das Relações Exteriores, Araújo Castro, em seu discurso de abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1963.

relações do Brasil com Portugal, país que neste mesmo momento começou a lutar um longo conflito pela manutenção de suas colônias.

Quanto à África, podemos dizer que representa hoje uma nova dimensão da política brasileira. Estamos ligados àquele continente pelas nossas raízes étnicas e culturais e partilhamos do seu desejo de forjar para si mesmo uma posição independente no mundo de hoje. (QUADROS, 1961: 155)

Apesar da essência autonomista e anticolonial, a relação do Brasil com a África conferia à política externa de Jânio Quadros sua primeira incoerência, mesmo num nível teórico. Em seu artigo, o presidente defendeu a necessidade de se comprovar às novas nações que o caminho democrático era uma alternativa mais atraente que o planejamento comunista (QUADROS, 1961). Sua preocupação manifesta é a de evitar uma bancarrota no “mundo ocidental”, enquanto o fortalecia com o número cada vez maior de países independentes no bloco afro-asiático. Sua incoerência estaria no fato de que, com a PEI, o Brasil se propunha uma espécie de não-alinhamento no contexto da Guerra Fria, mas o próprio presidente continuava a ver-se inserido no lado ocidental da cognição bipolar da época.

O mundo ocidental precisa mostrar e provar que não é somente o planejamento comunista que promove a prosperidade das economias nacionais. (QUADROS, 1961: 156)

Neste ponto, uma imagem da África é construída por Jânio Quadros como a que talvez seja a principal missão e contribuição do Brasil para o Ocidente:

Creio que é precisamente na África que o Brasil pode prestar o melhor serviço aos conceitos de vida e métodos políticos ocidentais. Nosso país deveria tornar-se o elo, a

ponte entre a África e o Ocidente. Enquanto pudermos dar, às nações do Continente Negro, um exemplo de completa ausência de preconceito racial, juntamente com provas cabais de progresso sem solapar os princípios da liberdade, estaremos contribuindo decisivamente para a integração efetiva de todo o continente num sistema ao qual estamos presos por nossa filosofia e tradição histórica. (QUADROS, 1961: 156)

Sem embargo de desafios à sua coerência teórica, a PEI também encontrou limites nas representações do passado que tentou construir. A política externa do Brasil apresenta um curso histórico de aspiração ao pragmatismo. Desde episódios como o atrito com os britânicos pelo tráfico de escravos a personagens como Getúlio Vargas ou o próprio Barão do Rio Branco, muitos são os exemplos de um país que busca exercer autonomia e assertividade, mesmo que esses ideais tenham sido manifestos em gradações variantes e tenham encontrado profundas dificuldades estruturais. Ainda assim, não é pacífico sustentar que apenas nos anos 1960, em um dos períodos mais caóticos da república populista, é que o Itamaraty terminou por manifestar e consolidar uma política externa digna do nome independente.

Com efeito, é o próprio Francisco Clementino de San Tiago Dantas, ministro das Relações Exteriores de João Goulart e um dos principais formuladores da Política Externa Independente, quem adverte sobre uma concatenação enraizada na própria história e na busca pelo puro interesse do Brasil. Como escreveu o ministro, “os fatos precederam as idéias” (DANTAS, 2011: 9). Mesmo que o discurso tenha sido patenteadado durante o governo de Jânio Quadros (1961) e transformado em pensamento central de governo, sua matéria prima a antecedia; era um cotidiano de aspirações manifestas. A ponderação de San Tiago Dantas diverge da representação feita por Quadros, sobre o ineditismo da assertividade brasileira.

Para San Tiago Dantas a Política Externa Independente carrega, acima de tudo, uma definição januária (DANTAS, 2011). De certo modo, ela é o próprio critério geral,

presente na história das decisões que manifestaram o interesse do Brasil. Neste sentido, a existência da PEI antecede sua formulação enquanto discurso. Seus critérios já haviam servido de base para outros títulos, como o notável “pragmatismo eqüidistante” de Getúlio Vargas. Por outro lado, San Tiago Dantas é didático ao salientar que a PEI também é o encadeamento de tantos gestos e “sua redução a uma unidade inteligível” (DANTAS, 2011: 10). Enquanto sistema, a PEI definia o comércio igualitário, o desarmamento nuclear, a preservação da paz e a autodeterminação dos povos como objetivos de longo prazo do Itamaraty, pois atenderiam às necessidades de um país que buscava alcançar o desenvolvimento econômico. Esta sistematização seria, afinal, a principal contribuição da cena política anos 1960 para a história da política externa brasileira.

Em que contexto a PEI foi pensada e qual sua relação com Portugal?

O começo da década de 1960 é marcado pela maturação dos movimentos independentistas na África e na Ásia, além de problemas raciais nos Estados Unidos. Enquanto as agitações do período permitiram grandes planos de projeção nacional no Brasil, os portugueses optaram pelo enrijecimento frente às pressões internacionais. A postura reacionária de Lisboa fez de Portugal um país sob risco constante de isolamento.

Até o dia 30 de janeiro de 1961, o Brasil foi governado por Juscelino Kubitschek, um firme entusiasta de boas relações com o Estado Novo português. Seu posicionamento é explicado por Jerry Dávila como resultado da notável atuação política da comunidade luso-brasileira (DÁVILA, 2011). Além da capacidade de exercer pressão sobre o presidente, Lisboa contava ainda com influência sobre uma bancada parlamentar bem organizada em Brasília. O apoio de Kubitschek e a “suavidade prudente” dos Estados Unidos de Dwight Eisenhower permitiram condições razoáveis de resistência para a nau lusitana (COSTA PINTO, 2001), mas as mudanças protagonizadas pelos afro-asiáticos cedo ou tarde acabariam por agitar esses mares.

Em 20 de janeiro de 1961, John Fitzgerald Kennedy assumiu a presidência dos Estados Unidos. Jovem, idealista e próximo de diplomatas africanistas como Adlai

Stevenson II, Kennedy pretendia reformar a relação de Washington com a África, evitando que os movimentos independentistas fossem completamente influenciados pela União Soviética e pela China. Sua nova postura pressupunha um afastamento considerável das antigas potências coloniais européias, incluindo Portugal. Dois dias depois, Humberto Delgado, militar da Força Aérea Portuguesa e ativista político, seqüestrou o cruzeiro Santa Maria na costa angolana, como protesto contra o regime de António Salazar e o colonialismo português. Seu movimento manteve controle da embarcação enquanto era seguido por navios militares, mas apesar do sucesso que teve em chamar atenção para as dissidências a Salazar, não conseguiu produzir mudanças na metrópole. António Costa Pinto escreve que Kennedy, recém empossado, manteve-se ao lado do governo português e não concedeu asilo, entretanto se negou a denunciar o caso como um ato de pirataria (COSTA PINTO, 2001).

No dia 31 de janeiro, Jânio Quadros assumiu a presidência do Brasil. Em 2 de fevereiro, o Santa Maria atracou em Recife e Humberto Delgado pediu asilo político ao governo federal. Para a surpresa da comunidade luso-brasileira, a nova administração decidiu apresentar suas novas credenciais ao concedê-lo. Nesta altura, já havia ficado claro aos governantes portugueses que a década que se iniciava seria de grandes desafios externos. Os dois países ocidentais mais importantes para Portugal estavam agora sob lideranças críticas aos impérios coloniais, numa conjuntura cada vez mais delicada para a manutenção dos interesses de Lisboa. Em outro oceano, o governo indiano de Jawaharlal Nehru subia o tom das ameaças, pressionando Lisboa pela recuperação dos antigos enclaves de Goa, Damão e Diu. A rigidez com a qual António Salazar pretendia manter os privilégios coloniais seria confrontada com um cenário internacional de crescente hostilidade. Em 4 de fevereiro estourava o conflito pela independência angolana.

As dificuldades internacionais desprestigiavam o Estado Novo português internamente, como exemplifica o golpe dado pelo general Botelho Moniz no dia 11 de abril. Mas elas também tinham reflexos no Brasil, onde o apoio a uma metrópole colonial enfraquecida custava cada vez mais e os ganhos eram pífios. Jânio Quadros descreve a política externa de seu antecessor de “subsidiária e inócua”, enquanto a nação continuava prometida a interesses estrangeiros (QUADROS, 1961). Mesmo que

Quadros não tenha nomeado o caso português, o império colonial lusitano e as relações interamericanas foram os temas das principais mudanças trazidas pela Política Externa Independente. Sua crítica a uma diplomacia “inócua” (ineficiente, imatura, inocente) se aplica, em grande medida, à relação abnegada do Brasil com Portugal.

Sucedendo a um presidente que qualificava as relações luso-brasileiras como “familiares”, Jânio Quadros adota uma postura que se afasta do “idealismo”, mas não rejeita a cultura e as “idéias populares”:

Para se assegurar que é viável a formulação da estratégia nacional, os desejos e ideais populares não podem ser ignorados, mas a verdade é que muito freqüentemente as táticas precisam ser neutralizadas e despidas do seu conteúdo idealista ou sentimental para satisfazer interesses urgentes e reforçar os ideais da própria comunidade. (QUADROS, 1961: 156)

Neste ponto, Quadros está revendo a proximidade do Brasil ao império português. Sua resolução fica mais evidente no decorrer do texto, quando assevera que o apoio ao colonialismo europeu havia sido um dos mais graves erros da política externa brasileira (QUADROS, 1961). Seu artigo também carrega uma mensagem aos grupos lusófilos, que atuavam em Brasília:

Círculos mal-informados, excessivamente impressionados com as maneiras de agir européias, contribuíram para um erro que deve ser atribuído mais ao desprezo dos compromissos mais profundos com nosso país do que à malícia política. Nossas relações fraternais com Portugal influíram na complacência demonstrada pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil [...]. (QUADROS, 1961: 156)

E não era apenas o Brasil que se afastava de Portugal. Durante o malsucedido golpe de Botelho Moniz, também conhecido como Abrilada, os amotinados mantiveram contato constante com a embaixada americana em Lisboa (COSTA PINTO, 2001). Em março de 1961, Washington votou pela primeira vez contra Portugal na ONU, o que foi recebido como um choque pelos portugueses e custou o carro do cônsul americano em Luanda, atirado ao mar como represália de entusiastas do Estado Novo (DÁVILA, 2011). Em junho, o Departamento de Estado dos Estados Unidos criou a Força Tarefa para os Territórios Portugueses, onde sucessivos documentos recomendavam o afastamento de Salazar e o apoio a grupos independentistas. Costa Pinto escreve que, neste momento, começam a surgir evidências de apoio americano à União dos Povos de Angola (UPA) (COSTA PINTO, 2001).

O ano de 1961 foi de grandes dificuldades para o Estado Novo português. A falta de liberdades políticas internas limitava as alternativas para a crise externa. Ancorado num ideal de força e saudosismo colonial, o salazarismo estava fadado a um confronto de larga escala pelo império, mas não considerava qualquer concessão. Em dezembro, a União Indiana fecharia o ano de suplícios de Portugal com a Operação Vijay, nome dado a um conjunto de manobras militares que ocupou Goa, Damão, Diu e as Ilhas Anjedivas. A recuperação desses enclaves portugueses coincidiu com uma visita de Estado de Nikita Khrushchov, líder da União Soviética.

A situação externa criada pela resistência portuguesa havia reduzido o número de solidários à sua causa. O momento era de confluência entre os nacionalismos árabes solidários à causa anticolonial argelina, o bloco afro-asiático que liderava o movimento dos não-alinhados e os países do eixo socialista. Todos esses grupos tiveram em comum a oposição ao colonialismo português. E quanto mais não fosse por seus inimigos declarados, o Estado Novo enfrentava grandes desafios também com seus aliados. Neste momento de grande adversidade, os norte-americanos elegeram um presidente solidário às independências, mesmo que mantivessem consideráveis acordos de segurança com Portugal. E durante esta tempestade, os brasileiros elegeram o presidente que deu voz à Política Externa Independente.

Como a PEI foi percebida em Portugal?

Os governantes portugueses adotaram uma política de inflexibilidade total quanto à sua dominação na África e sua reação à Política Externa Independente encontra-se neste bojo. António Costa Pinto ilustra a postura ao mencionar o episódio da entrega, em julho de 1961, da Fortaleza de São João Baptista de Ajudá ao Daomé (atual Benin). Localizadas num pequeno enclave português, essas instalações eram ocupadas apenas por um funcionário e dois guardas. Ainda assim, o Estado Novo recusou-se a negociar a entrega e, em face de reiteradas solicitações beninenses, ordenou que os três residentes incendiassem o lugar antes de o abandonarem (COSTA PINTO, 2001).

Apesar da imobilidade geral quanto ao objetivo de manutenção do colonialismo, o regime de António Salazar procurou adaptar suas táticas ao contexto do pós-Segunda Guerra Mundial e para as cobranças que estavam por vir. Por exemplo, Portugal não havia sido convidado a participar da Conferência de São Francisco nem do processo de integração europeu. Segundo Maria Fernanda Rollo, Salazar havia recusado mesmo a participação no Plano Marshall, embora tenha voltado atrás de sua decisão, a contragosto e numa das principais viragens diplomáticas do Estado Novo, ao perceber as vantagens da cooperação sobre o isolamento (ROLLO, 1994). Com efeito, a postura portuguesa sobre os novos arranjos internacionais mudaria com o tempo e Lisboa apresentou candidatura às Nações Unidas algumas vezes, até finalmente ser aceita em dezembro de 1955.

Outra tática de adaptação encontrada pelo Estado Novo envolveu uma série de reformas políticas e constitucionais, com o objetivo de frustrar cobranças internacionais. Em 1951, a mais importante delas modificou as disposições legais a respeito dos territórios portugueses fora da Europa. O império colonial, que até então era regido pelo Ato Colonial de 1931, teve seus títulos alterados para deixar de manifestar a idéia de colonialidade. A partir de então, o espírito do imperialismo de fins do século dezenove e o racismo dos anos 1930 seriam camuflados por uma repaginação que dava ênfase à idéia de assimilação civilizadora. Os termos que aludiam à dominação de um país europeu sobre populações africanas e asiáticas foram abandonados e as colônias portuguesas intitularam-se “províncias ultramarinas”.

Apesar de bastante limitada aos títulos oficiais, tal reforma rendeu ao Estado Novo a oportunidade de esquivar-se dos controles das Nações Unidas. Criada pela Conferência de São Francisco, a ONU tinha um órgão dedicado à supervisão dos impérios coloniais; o Conselho de Tutela. Segundo Aurora Almada e Santos, apesar de especificamente dedicado ao tema, na prática, o Conselho ficava muito restrito à compilação de informações (SANTOS, 2017). E ainda que sua atuação não tivesse sido enfraquecida pelo curto alcance de previsões legais, sê-lo-ia pela composição paritária de membros que garantia vantagens às potências coloniais na hora das votações.

Ainda assim, os portugueses mantiveram uma linha geral de evitar concessões reais, preferindo uma mudança de nomenclaturas para evitar o crivo do Conselho de Tutela. Logo que Lisboa é admitida na Organização das Nações Unidas, em 1955, seu Secretário Geral enviou comunicações de praxe à representação portuguesa. Numa delas, havia a indagação sobre territórios que poderiam se encaixar na categoria de “territórios não autônomos”. Uma vez que Portugal não possuía mais “colônias”, a resposta foi negativa (SANTOS, 2017). Assim, numa astúcia burocrática, os portugueses esperavam livrar-se de cobranças anticoloniais.

Jerry Dávila (DÁVILA, 2011) e Cláudia Castelo (CASTELO, 1998) abordam em suas obras a importância do pensamento de Gilberto Freyre para a política externa portuguesa no pós-Segunda Guerra. Neste momento de ênfase na assimilação, o Estado Novo procurou construir a imagem de um império colonial diferente, onde as relações sociais eram permeadas pela miscigenação e pela coexistência harmoniosa entre as raças. Nomes como Sarmiento Rodrigues, Ministro das Colônias⁴⁸⁶ de 1950 a 1955, foram grandes entusiastas do pensamento freyreano, chegando inclusive a organizar a viagem do sociólogo brasileiro “em terras portuguesas”.

O ano de 1961 motivou reformas políticas do mesmo tipo. Depois que começou a guerra em Angola, António Salazar tentou reformar setores do Estado Novo, convocando nomes jovens e com algum prestígio para o governo. Um desses recrutados era Adriano Moreira, que assumiu o cargo de Ministro do Ultramar. Moreira era um notório pensador da crise humanitária dos presídios portugueses na África, e próximo de

⁴⁸⁶ Depois da Reforma Constitucional de 1951, o Ministério das Colônias passou a chamar-se Ministério do Ultramar.

personagens do alto escalão salazarista, como Sarmiento Rodrigues (LUCENA, 2015). Um dos primeiros desafios para o seu ministério, além do próprio conflito colonial, era a política brasileira, proponente de amplas revisões e que ameaçava mudar o ambiente quase hospitaleiro do Atlântico Sul.

Sobre a PEI, Moreira considerou que os estadistas brasileiros haviam despertado um desejo de intermediar a relação entre “o Terceiro Mundo e as democracias estabilizadas”, e essa predisposição era sustentada pelo caráter estratégico da África para as indústrias brasileiras (OLIVEIRA, 2005). Henrique Altemani de Oliveira escreve que, por tamanha consonância entre vontade política e necessidades econômicas, o Ministro do Ultramar asseverou uma rivalidade política, tanto natural quanto inevitável entre a política externa do Brasil e a política colonial portuguesa, a não ser que um dos dois capitulasse (OLIVEIRA, 2005).

Outro ponto fundamental ao discurso de Adriano Moreira era, na verdade, comum a outros personagens do Estado Novo. Moreira havia concebido uma “linha mestra” para a política brasileira que havia sido rompida pela PEI, pondo em xeque a estabilidade de outrora. Essa idéia de normalidade havia sido mantida até o governo de Juscelino Kubitschek, o que fazia da gestão de Jânio Quadros, segundo Henrique Altemani de Oliveira, uma perturbação histórica nas relações luso-brasileiras, aos olhos do Estado Novo (OLIVEIRA, 2005). A afinidade entre Brasília e Lisboa seria fruto de uma vasta herança comum que uniria ambos os países. Para os grupos que defendiam a mesma linha, o interesse brasileiro também seria automaticamente atingido com a satisfação dos objetivos portugueses. Um dos principais expoentes de tal discurso era Alberto Franco Nogueira.

Franco Nogueira era diplomata de carreira e personagem frequentemente próximo dos círculos de poder do Estado Novo. Seu grande momento, até então, havia sido participar de conferências dos Aliados sobre a segurança do Pacífico, logo após a rendição do Japão aos militares norte-americanos. Homem que colecionava admirações e repulsas pessoais pela Ásia, Nogueira não demonstrava particular interesse pela África até ser escolhido por Salazar para ser Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 1961, logo após o começo da guerra em Angola. Suas primeiras observações sobre a Política Externa Independente de Jânio Quadros eram de depreciação; o diplomata a considerou

uma “moda ideológica” que ameaçava o interesse do próprio Brasil (NOGUEIRA,1979).

Franco Nogueira concedeu coletivas de imprensa em que abordou o tema e chegou, inclusive, a discursar pelo rádio sobre o estado das relações luso-brasileiras (NOGUEIRA, 1979):

As relações luso-brasileiras não podem sofrer de insegurança, nem estar à mercê de dúvidas e de interrogações periódicas. [...] Nem podem conduzir-se em termos das modas ideológicas. (NOGUEIRA, 1970: 181)

Além do apelo à “normalidade” das relações luso-brasileiras, o discurso de Franco Nogueira oferecia garantias de que os interesses do Brasil eram bem representados pelos portugueses. Meses após o golpe civil-militar de 1964, o ministro português esteve no Rio de Janeiro e asseverou em coletiva de imprensa:

As posições portuguesas são posições brasileiras espalhadas pelo mundo. [...] Quem ataca e pretende destruir valores e posições portuguesas está destruindo interesses brasileiros. (NOGUEIRA, 1970: 184)

As posições portuguesas serão sempre brasileiras; e deixando de ser portuguesas nunca passariam, mesmo indiretamente, a ser brasileiras. Teria o Brasil colhido algum benefício com a conquista de Goa pela União Indiana? (NOGUEIRA, 1970: 186)

Alberto Franco Nogueira tem um papel momentoso na contenção da Política Externa Independente. No domingo, dia 25 de março de 1962, o ministro dos negócios estrangeiros português recebeu San Tiago Dantas para uma reunião e um jantar no Hotel Ritz, em Lisboa. Nesta data, se encontraram no saguão do hotel os articuladores de dois

projetos nacionais em rota de colisão. Um desafiava as limitações estruturais da política mundial para alcançar o desenvolvimento econômico, libertando-se de constrangimentos da ordem política. Outro era notório pela defesa do imobilismo, dos privilégios da dominação colonial e da manutenção do *status quo*.

A reunião entre os dois ministros foi tão momentosa que durou até as três horas da manhã, de segunda-feira. Segundo os registros publicados por Franco Nogueira, a discussão se intensificou após suas observações sobre o embaixador brasileiro às Nações Unidas, Afonso Arinos (NOGUEIRA, 1970). Ao criticar a política colonial do Estado Novo, o diplomata estaria fazendo discursos por demais irresponsáveis nas sessões da organização. Em resposta, San Tiago Dantas teria admitido alguns exageros, mas justificou que a posição do embaixador, de modo geral, refletiria um ponto de vista legítimo do governo brasileiro, pois sua posição anticolonial deveria ser enfatizada (NOGUEIRA, 1970). Neste ponto, a reunião parece ganhar outro rumo. Franco Nogueira decide falar sobre portos francos em Portugal e no Brasil.

Discursos pela redução de tarifas e por um comércio mais livre e justo eram a essência econômica da Política Externa Independente. Ao iniciar uma negociação sobre portos isentos de tarifas, o diplomata português não estava exatamente mudando de assunto, mas oferecendo compensações. Durante a reunião, Franco Nogueira concentrou seus esforços em demonstrar que a proximidade entre Portugal e Brasil seria mais lucrativa que uma cisão.

Uma política conjunta luso-brasileira não visava a defender ou amarrar o Brasil a uma política ‘absurda’ e ‘antiquada’ de Portugal, mas a proteger os verdadeiros interesses do Brasil numa perspectiva de longo prazo. (NOGUEIRA, 1979: 94)

Enquanto representante dos interesses *inter alia* da indústria do Brasil, é pouco provável que San Tiago Dantas deixasse de ouvir a uma proposta de abertura de amplos mercados. Segundo a versão de Franco Nogueira, o tema da negociação foi esclarecer

que apoiar o Estado Novo era a “única possibilidade” de atender ao “verdadeiro interesse” dos brasileiros (NOGUEIRA, 1979).

O verdadeiro interesse do Brasil e a sua única possibilidade estava em executar a sua política africana através de Portugal e no quadro de uma Comunidade Luso-Brasileira ampla. (NOGUEIRA, 1979: 93)

Qual o impacto da relação com Portugal na PEI?

A oferta de uma Comunidade Luso-Brasileira parece ter encontrado aderência no Itamaraty. Aliada à instabilidade da política interna, que impunha severas limitações ao poder do presidente, a possibilidade de lucros mais imediatos através de uma parceria com Portugal começou a surtir efeitos em dezembro de 1962. Nesta altura, a Assembleia Geral das Nações Unidas se reuniu para discutir a situação dos territórios portugueses na África e, pela primeira vez desde a formulação da Política Externa Independente, o Brasil se absteve de votar contra a política colonial portuguesa. Esta mesma reunião teve como resultado a aprovação da Resolução 1819 da AGNU, que se tornou um texto freqüentemente citado em discussões posteriores. O fato de o Brasil não ter contribuído para sua aprovação foi o primeiro sinal dos limites que se impunham sobre o idealismo de Jânio Quadros.

Meses depois, numa reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas, Portugal viu-se uma vez mais na defensiva. Em julho de 1963, uma sessão do Conselho fora convocada para discutir e propor soluções para a situação de suas colônias africanas. Muitos países ocidentais optaram por não votar contra os portugueses, mas poucos discursaram em seu favor. O principal destaque neste sentido foram os brasileiros, que não apenas se recusaram a votar pela Resolução 180, que condenava a política colonial de Lisboa, mas também defenderam Portugal durante as discussões sobre o tema (SANTOS, 2017). Nesta ocasião, o mesmo país que propusera o anticolonialismo como regra para sua política externa deixava claro que havia muitas exceções a serem consideradas antes da norma geral.

Henrique Altemani de Oliveira menciona a recusa em condenar o colonialismo francês na Argélia como outra exceção, por conta “da amizade tradicional” do Brasil com a França (OLIVEIRA, 2005). O Itamaraty evitou condenar mesmo o *apartheid* sul-africano por medo de questões jurisprudenciais que pudessem afetar o caso português (OLIVEIRA, 2005). As exceções que limitavam a Política Externa Independente voltariam à tona em dezembro de 1963, quando a Assembleia Geral das Nações Unidas reuniu-se para votar a Resolução 1913, sobre a situação nos territórios portugueses. O representante brasileiro voltou a mencionar uma ligação histórica e afetiva que devia ser considerada antes das críticas a Portugal.

Muitas são as incoerências que esmaecem a imagem que a Política Externa Independente tentou construir para o Brasil. Entretanto, algumas ressalvas devem ser feitas. Em primeiro lugar, Jerry Dávila já observara que as complicações da política interna acabaram enfraquecendo as propostas da Presidência da República, dentre elas as de política externa (DÁVILA, 2011). San Tiago Dantas, por exemplo, apesar de sua expressividade na formulação da PEI, ocupou o cargo de ministro das relações exteriores por menos de um ano, entre setembro de 1961 e junho de 1962. Entre sua substituição e o golpe de 1964, mais quatro nomes ocuparam a pasta. Além das substituições, em grande parte deste recorte, o Brasil viveu sob um regime parlamentarista.

Outro ponto a se ressaltar é que, apesar das fraquezas, a Política Externa Independente conseguiu manter uma coerência importante: havia a proposição de um método gradualista como resolução de crises. Um dos pontos em comum à postura brasileira em diferentes crises do momento era ressaltar a importância da solução pacífica das controvérsias, o que fica evidente no caso cubano. Na Conferência da Organização dos Estados Americanos de janeiro de 1962, em Punta Del Este, o ministro brasileiro conciliou a condenação ao regime cubano por sua guinada em direção ao marxismo-leninismo com uma oposição resoluta contra qualquer iniciativa punitiva e intervencionista (DANTAS, 2011). Por fim, o Brasil adotou a mesma abstenção sobre o afastamento de Cuba que futuramente viria a adotar para o caso português, mas deixou uma explicação que pode elucidar o que foi visto como autonomia num momento e fraqueza em outro:

Onde quer que tenha sido deixada uma alternativa, uma porta aberta, para o sistema democrático, esse sistema terá a força atrativa suficiente para se impor, mais cedo ou mais tarde, e para eliminar qualquer outro sistema concorrente.

Referências bibliográficas

- CASTELO, Cláudia. O modo português de estar no mundo. Porto: Edições Afrontamento, 1998.
- COSTA PINTO, António. O fim do Império Português. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- DANTAS, San Tiago. Política Externa Independente. Brasília: Funag, 2011.
- DÁVILA, Jerry. Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- LUCENA, Manuel de. Os Lugar-Tenentes de Salazar. Lisboa: Alétheia Editores, 2015.
- NOGUEIRA, Alberto Franco. Debate Singular. Lisboa: Ática, 1970.
- NOGUEIRA, Alberto Franco. Diálogos Interditos. Dois volumes. Lisboa: Editorial Intervenção, 1979.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Política Externa Brasileira. p. 98. 2005.
- QUADROS, Jânio. *Nova política externa do Brasil*. Revista Brasileira de Política Internacional (n.16, p. 150-156, dez. 1961).
- ROLLO, Maria Fernanda. Portugal e o Plano Marshall: da rejeição à solicitação da ajuda financeira norte-americana. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- SANTOS, Aurora Almada. A Organização das Nações Unidas e a questão colonial portuguesa. 1960-1074. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 2017.

**Simpósio Temático 25: Estudos de gênero e a escrita da História:
Olhares contra-hegemônicos das relações sociais**

**DESCONSTRUÇÃO DA VISÃO HEGEMÔNICA BRANCA E
PATERNAL SOBRE A MULHER NEGRA NOS EUA: A
ESCRAVIDÃO, O MUNDO DO TRABALHO E O MOVIMENTO
FEMINISTA**

Anna Clara Granado ⁴⁸⁷

Carolina Rubano de Oliveira ⁴⁸⁸

Resumo

Este artigo tem o intuito de desconstruir uma visão patriarcal e paternal onde subjugam a importância das mulheres negras na história dos EUA. Essa análise prima por mostrar o viés interseccional e também ressaltar a invisibilidade das mulheres negras na história dos EUA, salientando um recorte de raça, gênero e classe. Neste trabalho evidenciamos as violências e opressões sofridas pelas mulheres negras na escravidão, mas também as diversas formas de resistência dessas mulheres em uma sociedade racista e patriarcal. Essa pesquisa foca em autoras negras que contam a história de luta e resistência de suas antepassadas. A luta das mulheres negras estadunidenses é notável, tendo em vista toda a gama de violência e opressões a qual foram sujeitadas e mesmo assim houve luta e resistência, tanto a escravidão, como as outras opressões seguintes a esse período.

Palavras-chave: Mulheres; Racismo; EUA; Escravidão; Feminismo.

⁴⁸⁷ Pedagoga e Mestranda em Educação (UFF), annaclara@id.uff.br. Conta com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

⁴⁸⁸ Professora de História (UERJ/FFP) e Graduada de Serviço Social (Unirio), carol_rubano@hotmail.com. Bolsista IC/UNIRIO.

Abstract

This article is intended to deconstruct a patriarchal and paternal vision where the importance of black women in USA history is subjugated. This analysis strives to show the intersectional viability and also to emphasize the invisibility of black women in the history of the USA, highlighting an outline of race, gender and class. In this work, we highlight the violence and oppression suffered by black women in slavery, but also as different forms of resistance by these women in a racist and patriarchal society. This research focuses on black authors who tell the story of their ancestors' struggle and resistance. The struggle of black American women is remarkable, in view of the full range of violence and oppression to which they were subjected and even then there was struggle and resistance, both to slavery and to the other oppressions after that period.

Keywords: Womens; Racism; Usa; Slavery; Femism.

A escravidão das mulheres negras

O início da escravização nos EUA se deu em 1619 com os primeiros negros sequestrados vindos da África e nos vinte anos seguintes passou a existir força-de-trabalho escravizada negra em todas as 13 Colônias. A escravidão era uma importante engrenagem das 13 Colônias, sobretudo economicamente. Dessa forma, esse sistema se manteve quando veio a independência, no qual apenas os estados nortistas promoveram a abolição. Diferente do Norte, os estados do Sul, tinham uma sociedade na qual a escravidão não era somente um dos pilares econômicos, mas também um simbolismo social que fundamentava a estratificada sociedade sulista. Nesses estados era praticado regime de *plantations*, onde se destacam as plantações de algodão, onde a força-de-trabalho escravizada negra era tida como fundamental (KARNAL, 2007).

O *Old South*⁴⁸⁹, termo referente a sociedade sulista Pré-Guerra de Secessão, foi por muito tempo romantizada, não só na indústria cinematográfica, mas também em outros campos sociais. A sociedade sulista, sobretudo sua aristocracia, era fundada sob valores patriarcais e, segundo alguns autores, paternalistas, mas a realidade dos escravizados, sobretudo das mulheres, demonstra que tal paternalismo era mais uma

⁴⁸⁹ Este termo é em referência a “Velho Sul”.

romantização sobre o “*Old South*”. Durante esses 300 anos de escravidão, houve luta e resistência, e em alguns casos, atitudes drásticas para fugir da difícil vida de escravizado (DAVIS, 2016). Para as mulheres, esse tormento que era a escravidão, era ainda mais cruel, pois eram submetidas ao trabalho escravo, mas também as mais diversas violências de gênero.

É pouco difundido o papel da mulher negra na escravidão estadunidense. Angela Davis (2016) cita que as mulheres negras escravizadas tinham liberdade sexual antes e depois do casamento, embora sofressem com estupros dos seus donos escravistas. O fato de formarem famílias matriarcais e trabalharem junto dos homens nas plantações sulistas foge do ideal construído do feminino, sobretudo a ideia de que as escravizadas trabalhavam mais na área doméstica ou em trabalhos considerados mais leves. Vale destacar também que além da questão igualitária de gênero na escravidão sulista, também existia uma forte resistência feminina ao trabalho compulsório. No livro *Mulheres, Raça e Classe*, Davis traz um relato de uma ex-escravizada sobre como era o trabalho no regime escravocrata:

Nossas cabanas eram velhas e mal-acabadas, feitas de estacas. Algumas fendas eram tapadas com lama e musgo, outras não. Nossas camas não eram boas, só armações de estacas pregadas na parede com velhos colchões rasgados jogados por cima. Claro que era difícil dormir, mas para os nossos ossos cansados depois das longas jornadas de trabalho na lavoura, a sensação era boa. Eu cuidava das crianças quando era pequena e tentava fazer a limpeza da casa como a senhora mandava. E então, assim que fiz dez anos, o senhor disse: “Leve essa preta para aquela plantação de algodão. (DAVIS, 2016, p.25)

Os relatos trazidos por Davis sobre as mulheres na escravidão vão contra não só a ideia perpetuada do trabalho doméstico destinado às *Mammys*, mas a ideia de que a sociedade sulista, sobretudo os donos de escravizados eram paternalistas e condescendentes com seus escravizados. As escravizadas negras foram delegadas na formação da memória em funções domésticas e de submissão, enquanto que na realidade tiveram um forte papel na luta contra a escravização e também contra as violências impostas nesse

período nefasto da história estadunidense. Alguns autores e também o cinema fazem relatos demasiadamente românticos sobre a escravidão, algo que está equivocado irreal, inclusive Davis (2016) cita o autor Eugene Genovese e diz que ele tinha uma visão problemática a respeito do tema.

Há uma problemática em torno da formação da memória sobre a escravidão estadunidense e isso se reflete na forma com que a população, sobretudo a sulista vê a escravidão. A abolição da escravidão em todo território dos EUA veio em 1865 após a Guerra de Secessão com a 13ª Emenda, apesar de Lincoln ter abolido a escravidão em 1863 nos Estados Confederados (KARNAL, 2007). Nesse cenário, com o Sul derrotado e destruído foi criado o Mito da Causa Perdida, no qual consiste que não houve derrota sulista, onde estes apenas se renderam a superioridade numérica e financeira do Norte (JUNQUEIRA, 2001). Destarte, graças as feridas do lado derrotado somada a séculos de utilização de força-de-trabalho e mecanismos institucionais racistas mostram que nos EUA existem ainda grandes mazelas sociais em virtude da escravização.

Existe uma invisibilidade histórica das mulheres, principalmente as mulheres negras e isso também está presente na história dos EUA. Personagens históricas como Harriet Tubman, que lutou na Guerra de Secessão contra os Estados Confederados são ressaltadas, enquanto figuras masculinas do lado derrotado como os generais confederados Lee e Stonewall Jackson tem sua memória glorificada. Mesmo com a forte indústria cinematográfica estadunidense, somente no ano de 2019 Harriet Tubman ganhou uma cinebiografia que obteve algumas indicações ao Oscar. Apesar de sua grande importância na história dos EUA, principalmente na história de resistência a escravização, a vida e os feitos de Harriet não eram tão difundidos a nível internacional e isso reforça a invisibilidade de figuras femininas na história.

A vida da mulher negra escravizada, ainda sofria com decisões políticas que visavam restringir o modelo escravocrata. A Inglaterra, através da Lei Bill Aberdeen (1845), passou a proibir o tráfico internacional de escravizados, mas o que a princípio era uma decisão para enfraquecer a escravidão, acabou por significar ainda mais exploração e violência para mulheres negras escravizadas. Com a proibição do tráfico de escravizados, o contingente de escravizados negros não podia diminuir, visto a sua importância na economia agrária sulista, e de fato isso não aconteceu. Mesmo sem a

possibilidade de traficar novos negros da África, o número de negros escravizados se manteve no mesmo patamar, e isso indica uma mudança maior do papel da mulher escravizada no sistema econômico sulista. Na prática, isso levou ao aumento da violência sexual praticado nas mulheres negras, pois agora o contingente de escravizados também dependiam delas. Com essa mudança, o papel da escravizada, além de trabalhar, também era de procriar para gerar lucro ao seu senhor. Angela Davis relata como era perpetrada violência sexual nesse período contra as mulheres negras:

Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas. (DAVIS, 2016, p. 25)

O escravismo perpetrado nos estados sulistas submetia essas mulheres a uma gama de violências físicas, desde estupros, mutilações e açoitamentos, além dos trabalhos forçados. Dentro dessas esferas de violências nas quais as mulheres negras escravizadas estavam sujeitas, se notabiliza a incompleta falta de autonomia, seja para si ou para com seus descendentes, sendo comum a prática de separar escravizadas de seus filhos e maridos. A forma vil e cruel na qual essas mulheres eram tratadas é um dos mais notórios feitos da escravização, tendo em vista o tratamento dado as escravizadas se assemelhava a forma que eram tratados animais de procriação.

Após os anos de 1845 o sistema escravista ficou ainda mais dependente dos corpos dessas mulheres, considerando as novas restrições internacionais a escravidão, o sistema escravocrata estadunidense teve que se reformular, pois a economia sulista dependia muito dessa força de trabalho. Davis (2016) cita a dependência e o uso dos corpos dessas mulheres para manter a escravidão sulista:

Quando a abolição do tráfico internacional de mão de obra escrava começou a ameaçar a expansão da jovem e crescente indústria do algodão, a classe proprietária de escravos foi forçada a contar com a reprodução natural como o método mais seguro para repor e ampliar a população de escravas e escravos domésticos. Por isso, a capacidade reprodutiva das escravas passou a ser valorizada. Nas décadas que precederam a Guerra Civil, as mulheres negras passaram a ser cada vez mais avaliadas em função de sua fertilidade (ou da falta dela): aquela com potencial para ter dez, doze, catorze ou mais filhos era cobiçada como um verdadeiro tesouro (DAVIS, 2016, p.25).

Ao adentrar o campo da maternidade das mulheres escravizadas é importante frisar que dentro daquela sociedade a maternidade tinha uma ótica de procriação, no qual essas mulheres eram também submetidas a violência sexual por seus donos. Nesse contexto, o estupro além de dominação, também está relacionado a uma questão econômica, mas que se sobressai o poder de dominação que os homens brancos tinham sobre as mulheres negras escravizadas, atingindo assim um status de violência sexual de gênero dentro de um véis também sócio econômico.

O racismo nos EUA

Ao se observar a mulher negra estadunidense deve-se frisar a singularidade que permeia seu papel em distintos períodos históricos, seja ele o escravocrata, a emancipação e a luta por direitos civis. Diante de inúmeras violências e opressões, seja de gênero, raça ou classe, a posição de maior infortúnio dentro da sociedade estadunidense é ocupada pelas mulheres negras. Logo, todas as análises em torno a esse tema devem levar em consideração a intersecção que estão sujeitas as mulheres negras, sobretudo pois estas ainda hoje sofrem com racismo, patriarcado e com o capitalismo.

Os frutos podres da escravidão ainda são colhidos pelos afro-americanos mesmo 155 anos após a abolição da escravidão, embora orquestrado de forma distinta pelas

classes dominantes. Após o período da Reconstrução⁴⁹⁰, às emendas 13^a, 14^a, e 15^a que a princípio incluíam e davam direitos aos negros foram utilizadas para dar continuidade a dominação e o racismo, agora com um caráter institucional junto das *Leis Jim Crow*. A classe dominante soube como se adaptar à nova sociedade que surgia após a Guerra Civil, mantendo a sua estrutura racista e patriarcal. Além disso, o rancor e o ódio dos sulistas agora tinham o adendo do surgimento de seitas supremacistas, sendo a mais famosa delas a Ku Klux Klan.

Durante a Reconstrução na década de 1870 começaram a surgir as leis segregacionistas de caráter racial que assolaram a população afro-americana até a década de 1960 do século XX. As *Leis Jim Crow*⁴⁹¹, mantinham os negros separados em espaços públicos e bairros dos brancos, e seguiam o lema “*Separados Mais Iguais*”. A abolição em todo território estadunidense aconteceu com a 13^a Emenda em 1865, mas o legado escravista sobreviveu através das *Leis Jim Crow*. Os negros continuaram a ser explorados, presos e dominados, mas agora sob uma brecha institucional que vigorou até a segunda metade do século XX.

Junto da segregação institucional veio também o encarceramento em massa dos afro-americanos. A 13^a Emenda dizia que pessoas presas poderiam servir de força de trabalho compulsório que se assemelhava a escravidão negra. Essa medida contribuiu para um encarceramento em massa dos negros que vinham suprir a demanda causada pela abolição. O encarceramento em massa e a marginalização dos negros estadunidenses reverberam até os dias hoje, só que agora somada a enorme violência policial que ganhou grandes repercussões por causa de assassinatos como de George Floyd e Breonna Taylor.

O racismo e sua institucionalização pela classe dominante branca demonstra o enorme problema racial que ainda vigora nos EUA, mas que somente em 1963 deixou de ser institucional com o fim da segregação racial e a conquista dos direitos civis. Até

⁴⁹⁰ Foi o período logo após a Guerra de Secessão que durou de 1865 até 1877, no qual os estados sulistas derrotados foram ocupados pelo Norte com o intuito de reconstruir o país e promover uma inclusão do negro na sociedade (KARNAL, 2007).

⁴⁹¹ Jim Crow é um personagem de uma música popular em que um artista branco fazia uma sátira se pintando de negro (KARNAL, 2007).

isso acontecer o racismo era algo intrínseco e naturalizado na sociedade estadunidense demonstrando que mesmo após o fim da escravidão foi feito um remanejamento de formas de opressão para manter o abismo social entre negros e brancos (COLLINS, 2019).

Sempre houve luta e resistência contra as engrenagens segregacionistas, mas foi a partir da década de 1950 que o Movimento pelos Direitos Civis dos negros começou a ganhar mais força. Primeiro foi a vitória na justiça o caso *Brown vs Board of Education* em 1954, no qual a suprema corte estadunidense considerava ilegal a segregação em escolas públicas. No ano seguinte, no Alabama a costureira Rosa Parks se recusou a ceder o seu lugar no ônibus para um homem branco, o que acabou resultando em sua prisão e a partir disso uma onda de protestos e boicotes a ônibus passaram a acontecer. Graças a esses boicotes e protestos a lei que segregava negros de brancos nos transportes públicos foi revogada. É importante dar nomes de mulheres que atuaram na linha de frente e foram protagonistas também no Movimento pelos Direitos Civis e assim como Rosa Parks outras ativistas como Jo Ann Gibson Robinson e Ella Baker (KARNAL, 2007).

Também havia segregação e miséria nos estados do Norte dos EUA, embora não fosse institucional como nos estados sulistas. A marginalização e pobreza se traduziam em uma segregação espacial, como nos bairros do Harlem e do Bronx na cidade de Nova York. A segregação espacial se traduziu em bairros de população majoritariamente negra, em muitos casos que migraram para escapar da segregação e da violência contra os negros promovidas por grupos supremacistas brancos. O início do século XX não foi de grandes conquistas por direitos da população negra, que se via presa a estados segregacionistas, a exploração de sua força de trabalho, a violência, miséria, marginalização e encarceramento em massa. O autor Silvio de Almeida, embora debruçado na realidade brasileira, faz reflexões acerca de como o racismo está entranhado na sociedade que também faz sentido com o que acontece na sociedade estadunidense:

Entretanto, para as visões que consideram o racismo um fenômeno institucional e/ou estrutural, mais do que a consciência, *o racismo como ideologia molda o inconsciente.*

Dessa forma, a ação dos indivíduos, ainda que conscientes, “se dá em uma moldura de sociabilidade dotada de constituição historicamente inconsciente”.⁴⁵ Ou seja, a vida cultural e política no interior da qual os indivíduos se reconhecem enquanto sujeitos autoconscientes e onde formam os seus afetos é constituída por padrões de clivagem racial inseridos no imaginário e em práticas sociais cotidianas. (ALMEIDA, 2019, p.41)

Considerando as já inúmeras dificuldades existem em uma sociedade racista, segregada e classista, se torna importante ressaltar a condição feminina em torno dessa interseccionalidade de opressões. Por estarem em um dos mais baixos postos da sociedade estadunidense, as mulheres negras se viam ainda mais expostas não só pela exploração econômica, mas também pela violência. Angela Davis expõe como é grave a situação das mulheres negras em relação a violência sexual:

A preocupação pública crescente com o estupro nos Estados Unidos inspirou inúmeras mulheres a revelar seus enfrentamentos passados com abusadores efetivos ou potenciais. Como resultado, um fato assombroso veio à luz: terrivelmente, poucas mulheres podem alegar não ter sido vítimas, pelo menos uma vez na vida, ou de uma tentativa de ataque sexual, ou de uma agressão sexual consumada (DAVIS, 2016, p.172).

Os estupros, assim como ocorridos no regime escravista, não eram para suprir demandas físicas dos homens brancos, mas assim como na escravidão servia para mostrar a dominação que os homens tinham sob os corpos das mulheres negras. Ainda dentro dessa seara de violência sexual, Davis também coloca que o sistema de justiça criminal sobre violência sexual foi feito para proteger as famílias brancas, logo as filhas e esposas de homens da classe dominante, não oferecendo defesa a mulheres da classe trabalhadora, que no caso eram na maioria mulheres negras (DAVIS, 2016).

A violência sexual e o mundo do trabalho para essas mulheres são indissociáveis. Na época da escravidão a violência sexual era presente em vários

aspectos, sobretudo na questão da dominação e na questão de serem vistas como reprodutoras para manter o sistema escravista diante da proibição do tráfico de negros sequestrados da África. Depois disso, ainda diante da emulação escravista nos postos de trabalho para o qual eram socialmente designadas, as mulheres negras estavam mais uma vez diante de um sistema que perpetuava ações da escravidão, e um deles era a violência sexual feita pelos seus patrões. Sendo assim, uma prática adotada por famílias negras que saíam da condição de pobreza e miséria era retirar as mulheres negras do mercado de trabalho, também para evitar a violência sexual (COLLINS, 2019).

Movimento feminista e as mulheres negras

A luta feminista por mais direitos dentro da sociedade estadunidense acontece também por causa do Movimento pelos Direitos Civis (hooks, 2019). Mesmo que as demandas feministas acontecessem por uma necessidade própria e sendo regida por mulheres de uma classe privilegiada, foi a partir da luta pelos direitos civis dos negros que se intensificou uma outra demanda por direitos, só que dessa vez feminina. Ao mesmo tempo que o movimento feminista tinha ligação e inspiração pelo Movimento dos Direitos Civis, a mulher negra não era protagonista dentro do movimento feminista. Ao analisar historicamente as mulheres negras estadunidenses nunca tiveram a opção de não trabalhar, considerando que passaram séculos escravizadas e mesmo após a abolição tinham que continuar trabalhando para sobreviver, tendo em vista a exploração que perpetuava a pobreza entre os negros.

Não era relegado as mulheres negras o direito de não trabalhar, tendo elas em posição semelhante aos homens nesse sentido desde o período escravista (DAVIS, 2016). Logo, havia um recorte de classe e raça dentro do movimento feminista, embora seja importante frisar que as transformações sociais na sociedade estadunidense nas décadas de 50 e 60, no caso as reivindicações feministas e o Movimento pelos Direitos Civis de certa forma estejam interligados. O recorte racial dentro do movimento feminista se sobressai quando as mulheres passam a ter direitos que a população negra sulista não tinha, mesmo que a luta por direitos os impulsionassem nas lutas feministas. A emancipação das mulheres acontece enquanto ainda havia segregação e limitação de liberdade para os afro-americanos.

Nesse contexto trabalhista, vale destacar que as mulheres negras passaram a ocupar postos de trabalhos designado a população feminina, mas que as mulheres brancas de classes abastadas se recusavam a exercer. Assim, foi naturalizado na sociedade associar mulheres negras ao trabalho doméstico ou de cuidado, assim perpetuando as mulheres negras aos papéis de “*Mammys*”⁴⁹² (COLLINS, 2019). O fato dessas funções serem exercidas majoritariamente por mulheres negras era simbólico, pois as perpetuavam em um estereótipo e condição que se assemelhavam a um tipo de escravizadas, assim mais uma vez invocando o escravismo e reforçando símbolos de poder e de raça e agora também de classe. Patricia Hill Collins (2019) fala sobre as mulheres negras em postos domésticos:

O Trabalho doméstico era a outra ocupação básica dentre as possibilidades de trabalho assalariado para as mulheres negras. Entendendo que esse tipo de trabalho era inevitável, as famílias tentavam preparar as jovens negras. Uma mulher de 87 anos, da Carolina do Norte, recorda sua formação: “Todas as garotas que conheço já estavam treinadas aos dez anos. No dia em que deixava de engatinhar a gente já começava a lavar, a cuidar das pessoas e a dar bronca. A Partir do momento que uma garota conseguisse ficar de pé, começava a ser preparada para trabalhar” (COLLINS, 2019, p.113-114)

Havia uma intenção da classe dominante branca em recriar o domínio que existia no regime escravista e isso se refletia no trabalho das pessoas negras, sobretudo as mulheres, e esse relato do livro: *Pensamento Feminista Negro* vai de encontro ao relato exposto aqui no livro: *Mulheres, Raça e Classe* de Angela Davis. Era via de regra para as crianças negras já serem preparadas para ser força de trabalho dos brancos, independentemente de ser no regime escravista ou após a abolição.

Por mais que a escravidão tenha sido abolida no século XIX, seus resquícios vigoravam na sociedade estadunidense, ainda mais na vida das mulheres negras nos estados segregados. Existiram movimentos de mulheres negras nas primeiras décadas

⁴⁹² *Mammy* são as escravizadas que exerciam funções domésticas ou de ama de leite, mas também o nome da escravizada que exercia funções domésticas no livro e filme *E O Vento Levou...* (1939).

do século XX que pleiteavam melhores condições de trabalho. Essas situações degradantes de exploração da força de trabalho somada a humilhações de cunho racial estavam designadas apenas para as mulheres negras, considerando que estas ocupavam um dos mais baixos lugares na hierarquia social dos EUA daquela época. Mas não era só nos postos de trabalhos domésticos que essas mulheres se encontravam. Com o crescente processo de industrialização vigente no país, essas mulheres passaram a ser força de trabalho em outras funções, embora ainda sofressem com a exploração e as humilhações de gênero e raça.

Considerações finais

É impossível negar ou ignorar a opressão, violência e humilhação causada pela escravidão nos EUA. Ainda nos dias de hoje, há resquícios do passado escravista que assolou a população negra estadunidense. A escravidão combinada com o patriarcado e o capitalismo resultam hoje em dia uma sociedade muito desigual, onde tem que sair às ruas para falar o que já deveria ser o óbvio, que vidas negras importam!

Dentro desse conjunto de opressões, as mulheres negras estão em um lugar social de desvantagem. A formação da memória estadunidense as invisibilizam, mesmo estas tendo papéis ativos na resistência, tanto da escravidão e abolição, como no Movimento pelos Direitos Civis e também nas lutas feministas. Essa invisibilidade não apaga um passo combativo, e vozes como de Angela Davis, Patricia Hill Collins, bell hooks e outras tantas acadêmicas negras tem que ter suas obras amplificadas em e nos meios acadêmicos.

O acesso a obras dessas mulheres está mais fácil do que em um passado recente, mas a busca por igualdade e equiparidade ainda está longe de ser algo já superado. Existe uma memória criada que não contempla essas mulheres, e vozes que mostram não existir uma única história que seja branca e patriarcal, precisam ser difundidas e escutadas. Neste artigo as mulheres negras passam a contar as suas histórias. Nos nossos tempos atuais, essas novas visões vão criando e recontando uma história, que por vezes foram esquecidas, silenciadas e invisibilizadas, mas que hoje, através de lutas e de empoderamento feminino estão expondo as árduas batalhas já traçadas.

Como diz Chimamanda Ngozi Adichie (2019, p.26) “a história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história”. As histórias das mulheres negras nos EUA, sua diversidade tem que ser contadas, para não só refletir, mas também para inspirar nas batalhas cotidianas.

Referência bibliografia:

ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018

ADICHIE, C.N. **O perigo de uma história única.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro.** São Paulo: Boitempo, 2019.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.** 8ª ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

_____. **Teoria feminista: Da margem ao centro.** - São Paulo: Perspectiva, 2019

JUNQUEIRA, M. A. **Estados Unidos: a consolidação da Nação.** São Paulo: Editora Contexto, 2001.

KARNAL, L. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI.** Volume 1. 1. ed. Brasil: Editora Contexto, 2007.

Entre madames e mademoiselles: cartomancia por e para mulheres no Rio de Janeiro (1861-1881)

Kathleen de Oliveira Maia⁴⁹³

Resumo

As páginas de jornais correntes no Rio de Janeiro durante a segunda metade do século XIX revelam, dentre outros tantos anúncios, uma série de sedutoras publicidades cujos anunciantes prometem ao público sanar dúvidas sobre passado, presente e futuro, curar moléstias, solucionar problemas, dentre outros. Paralelamente, é notável, a partir dos anos 1860, um movimento de publicações sobre o sobrenatural no formato de “livros da sorte”, cujo principal objetivo era o entretenimento, especialmente o feminino. Adentrando no universo dos baralhos, consultórios e livros da sorte, a presente comunicação tem como objetivo principal analisar os múltiplos papéis sociais exercidos pelas mulheres cartomantes e pela arte da cartomancia em si na sociedade em questão, buscando observar também como essa atuação auxilia a esmiuçar outras tantas tramas sociais do período. Para tanto, foram investigados, a partir da ótica da história social das mulheres, anúncios mobilizados por cartomantes nos periódicos *Jornal do Commercio*, *Diário do Rio de Janeiro* e *Gazeta de Notícias*, bem como publicidades que focalizavam os diversos livretos envolvendo oráculos em geral, como os que foram publicados e vendidos pelos irmãos E&H Laemmert.

Palavras-chave: Cartomancia; Mulheres; Rio de Janeiro; Século XIX.

Abstract

The pages of Rio de Janeiro's current journals during the second half of XIXth Century reveal, among many others advertisements, a serie of seducing ones whose advertisers promised to their public to solve doubts about past, present and future, to cure diseases, to solve problems, etc. At the same time, it's noticeable that, since the 1860s, there was a movement of publications involving the supernatural in the format

⁴⁹³ Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGHIS-UFJF). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: kathleenomaia@gmail.com

of “livros da sorte”, whose main objective was to entertain people, especially women. Entering into the tarot decks, cartomancy offices and esoteric books, this paper has the objective to analyze the multiple social roles exercised by the women who practiced cartomancy in the Rio’s society, observing also how this action helps to examining other social plots during the period analyzed. For that, were investigated, utilizing the theoretical contributions of social history of women, advertisements mobilized by cartomancers in the carioca’s journals *Jornal do Commercio*, *Diário do Rio de Janeiro* and *Gazeta de Notícias*, besides advertisements involving several books focusing in general divination’s methods, as the ones that were published by the Laemmert brothers.

Keywords: Cartomancy; Women; Rio de Janeiro; XIX Century.

Introdução e problemáticas

O presente trabalho parte de uma problemática bastante simples, porém que se mostra constantemente atrelada ao processo de investigação dos jornais analisados: como a cartomancia atrela a predição e o feminino? Já é sabido, a partir das fontes, que, dentre os praticantes de cartomancia que anunciam nos periódicos da Corte nesse período, a maior parte são mulheres, brasileiras ou estrangeiras. Tendo em mente então nossa problemática inicial, nos perguntamos também: como a cartomancia se coloca enquanto um mecanismo de sociabilidade entre mulheres no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX? Os objetivos de nosso artigo são então: a) refletir acerca do papel que a predição exerce na sociedade carioca do último quartel do século XIX; b) observar como o papel de aconselhamento das cartomantes opera enquanto uma das possíveis expressões de sociabilidade feminina; c) analisar livros da sorte vendidos no período em busca de evidências de reafirmação de estereótipos acerca do universo feminino.

Para tanto, iremos analisar edições dos jornais *Diário do Rio de Janeiro*, *Jornal do Commercio* e *Gazeta de Notícias*, que se encontram na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, publicadas entre 1861 e 1881. Procuraremos articular as premissas metodológicas da história social e da história das mulheres, observando as múltiplas

potencialidades que emergem da articulação entre os dois campos e a necessidade de pensar nossas mulheres dentro de sociedades, rompendo assim uma “compartimentação da história” que prejudica o entendimento de nossos objetos de estudo inseridos num todo e pouco contribuindo para ir além do viés descritivo, crítica essa feita por Louise Tilly (1994).

Contexto histórico

Para pensar a atividade das cartomantes no recorte analisado é necessário pensar simultaneamente em espaços geográficos distintos, isso porque o florescimento da cartomancia no Brasil durante o século XIX é diretamente influenciado por ideias estrangeiras, especialmente oriundas da França. Aline Dias da Silveira, estudando um outro objeto e período histórico, propõe que observemos “elementos que derivam da interdependência das experiências humanas sociais, temporais e espaciais e que, por isso, não estão fixos em um único tempo e espaço, mas se movimentam através da difusão de ideias, das relações transculturais (...)” (SILVEIRA, 2019, p.622). Ora, nesse sentido, utilizando como fio condutor as experiências “cartomânticas” na Corte, é essencial apresentar antes de seguir adiante tanto o contexto social brasileiro naquele momento, que certamente influencia a atividade dessas mulheres, quanto algumas nuances relacionadas ao ocultismo e espiritualidade que desembarcam, junto com os imigrantes, nos portos brasileiros.

A vida em centros urbanos como o Rio de Janeiro não deixa de lado inseguranças brutais, que marcam o cotidiano de seus habitantes. Além dos surtos de doenças, como a febre amarela, que castiga a cidade na década de 1850 (CHALHOUB, 1996), em 1864 eclode a Guerra do Paraguai, que, naturalmente engrossa a tensão social no país, tanto pela própria natureza violenta da guerra quanto pelo recrutamento de soldados, que poderia incluir desde homens livres até escravos ou fugitivos (IZECKSOHN, 2015). Deriva disso toda uma apreensão, uma vez que “o recrutamento forçado de escravos podia ocorrer de formas muito semelhantes à prisão e envio de indivíduos livres” (IZECKSOHN, 2015, p.101). Problemas em escala mais microcômica, como é o caso de conflitos pessoais, intrigas, desamores, etc, também exercem pressões significativas nos habitantes citadinos.

Na Europa, especificamente em terras francesas, observamos um movimento bastante significativo desde o fim do século XVIII num sentido de compreender o oculto, ainda que o Iluminismo tenha induzido os indivíduos a pensar o mundo de forma racional, contribuindo assim também para um processo de ceticismo em relação às ditas visões mágicas de mundo. Soma-se a isso a crítica à religião, as discussões de separação entre Igreja e Estado, o questionamento de profecias cristãs, os processos de secularização e uma perda generalizada de orientação religiosa por parte do povo é notável a geração de um vazio espiritual (HAUPT, 2008). Georges Minois resalta que, nesse caso, ainda existe “uma necessidade de predição, de conhecimento do futuro, devido à ruína da profecia religiosa, da adivinhação tradicional e da astrologia, ruína esta que a razão era incapaz de substituir” (MINOIS, 2016, p.462). Ou seja, apesar da elite intelectual se posicionar com uma postura “antimística” diante do renascimento do ocultismo,

vemos multiplicarem-se na segunda metade do século XVIII círculos esotéricos com ritos místicos, nos quais se busca um caminho de acesso a um mundo espiritual onde supostamente reside a verdade suprema, que se esquia cada vez mais de um mundo material e natural opaco. (MINOIS, 2016, p.463)

Emergem nesse período também os rosacruzistas na Alemanha, a franco-maçoneria, as ordens ligadas diretamente ao hermetismo e os experimentos de Franz Mesmer com o magnetismo animal (DARNTON, 1968; FARLEY, 2009; MINOIS, 2016). Todo esse panorama irá influenciar diretamente a aurora do século XIX, descrito como “um século profético” (MINOIS, 2016), onde sonâmbulas, magnetizadores, astrólogos, cartomantes e outros envolvidos com as artes do oculto fazem sucesso tanto entre as classes mais baixas quanto entre a elite europeia. Os Estados Unidos também possuem papel essencial no panorama ocultista da segunda metade do século XIX, especialmente com o desenvolvimento do *modern spiritualism*, que tem como principais expoentes as irmãs Margareth e Katherine Fox e que se distingue do espiritismo kardecista especialmente pelas demonstrações públicas, onde as capacidades psíquicas dos médiuns eram direcionadas para adivinhações gerais e eram cobrados ingressos (PORTELA; COSTA, 2019).

Em meio a tamanhas influências, é difícil pensar a atividade das cartomantes no Rio do último quartel do século XIX como sendo alheia a todas essas efervescências, precedentes ou concomitantes temporalmente. É necessário ressaltar que algumas dessas mulheres não eram somente cartomantes, tendo atuado também enquanto sonâmbulas, médiuns e quiromantes (VERONESE, 2017), o que as insere em um outro grupo de saberes que interconectam outros espaços, tempos e práticas. Somando-se a isso as inseguranças individuais, sociais e políticas vivenciadas pelos habitantes da Corte nesse período, encontramos um cenário frutífero para a multiplicação dos consultórios “cartomânticos” pelas ruas do Rio. Nesse sentido, no tópico seguinte iremos pensar os possíveis atrelamentos entre predição e o feminino na prática da cartomancia, discutindo o papel social da predição e, posteriormente, apresentaremos alguns exemplos de como essas ligações são apreensíveis nos anúncios de serviços e produtos relacionados à cartomancia no recorte temporal e espacial deste trabalho.

Conexões entre mulheres e predição

Realizando um levantamento a partir das publicidades de cartomantes já catalogadas, extraídas do Jornal do Commercio, Diário do Rio de Janeiro e Gazeta de Notícias entre 1861 e 1881, observa-se a seguinte distribuição de praticantes pelo seu gênero:

Tabela 1. Distribuição de cartomantes por gênero

	<i>Mulheres</i>	<i>Homens</i>	<i>Sem identificação</i>
Quantidade	29	6	7

Fonte: Anúncios publicados no Diário do Rio de Janeiro, Gazeta de Notícias e Jornal do Commercio entre 1861-1881. Periódicos disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Ou seja, ao que tudo indica, na Corte, a proporção de mulheres atuantes no campo da cartomancia é muito maior do que o dos homens, mesmo se todos aqueles classificados como “sem identificação” fossem homens, o que nos parece pouco provável. Sendo assim, a proposição de Georges Minois, ao analisar as cartomantes

francesas no XIX, e que a predição é um ofício feminino não parece estar muito distante do cenário brasileiro no mesmo período. Entretanto, o autor não discorre muito mais para dar o nó no ponto de conexão entre as mulheres e a esfera da adivinhação, sendo importante então dar exemplos mais práticos de como o sobrenatural esteve, ou pelo menos foi representado, sob a alçada feminina durante diversos períodos históricos. Grande parte das mulheres cartomantes que anunciam nos jornais estudados nesta pesquisa parecem ser de origem estrangeira, dados os seus sobrenomes e algumas menções de suas nacionalidades. Portanto, estamos diante de mulheres brancas, sem poder delimitar ainda a classe social à qual pertenciam mas que, pela localização dos consultórios de muitas delas, situados em ruas importantes, podem indicar que elas possuíam alguma estabilidade financeira.

Desde a Antiguidade clássica são notáveis representações femininas atreladas ao mundo da magia, seja como sacerdotisas ou como feiticeiras, como é o caso de Circe e também de Medeia, intrigando não somente pela ligação com o desconhecido, mas também por representarem um arquétipo de mulher insubmissa à autoridade masculina dominante (MADUREIRA, 2020). A figura das sibilas e pitonisas, no entanto, parece se adequar mais aos pressupostos de adivinhação, uma vez que segundo os textos gregos, elas “faziam o elo entre o profano e o sagrado atendendo à necessidade humana tanto de se comunicar com o transcendente, como de saber dos acontecimentos porvindouros” (MAGNANI, 2016, p.116). Magnani tece ainda algumas diferenças entre sibilas e pitonisas. Enquanto as primeiras “profetizavam sobre futuros coletivos como resultados de guerras, com vitórias ou derrotas, sobre riquezas e pobreza das nações, sobre decisões políticas de resultados dramáticos para a coletividade” (MAGNANI, 2016), as segundas “faziam uso de vapores advindos de ervas alucinógenas e falavam sobre os futuros pessoais daqueles que as procuravam” (MAGNANI, 2016). Ou seja, enquanto a esfera das pitonisas estaria mais ligada ao pessoal, as sibilas estariam mais inclinadas à adivinhação do coletivo.

Ao observamos anúncios de cartomantes na Corte entre as décadas de 1860 e 1880, nota-se que algumas dessas mulheres atribuem a si mesmas o título de sibila. Esse é o caso da cartomante Rachel, que identifica-se como “sybilla de Pariz” em anúncio publicado no dia 06 de novembro de 1864 (JORNAL DO COMMERCIO, Ed.308, p.3)

Quanto à denominação como pitonisas, esse parece ter sido um elemento mais utilizado na venda de livros de sorte e baralhos, como é o caso de um intitulado “A pythonissa de Pariz: cartas da celebre cartomante Mlle. Lenormand” (CORREIO MERCANTIL, 1860, Ed.173, p.3), que será melhor analisado posteriormente. Apesar da já destrinchada diferença de “áreas de atuação” atribuída às palavras sibila e pitonisa, no cotidiano o elemento pessoal está densamente misturado ao social, até mesmo sobressaindo na maior parte dos casos, demonstrando como os termos parecem ter sido reapropriados ao longo dos anos. Minois comenta que as intensas rupturas engendradas pela Revolução Francesa e a ascensão do liberalismo, trazendo consigo um maior foco no indivíduo e a possibilidade de ascensão social, abrem também as portas para a atividade de videntes dos mais variados tipos, que auxiliariam a pavimentar o caminho para o sucesso e um destino melhor (MINOIS, 2016). Esboçada a relação entre o feminino e a adivinhação, que remonta à Antiguidade clássica, podemos então traçar como a cartomancia exerce um papel social específico, assim como toda sorte de previsão, mas com a particularidade de ser um ofício predominantemente feminino.

O papel social da predição e o caso da cartomancia

“Predizer é ao mesmo tempo agir. Os dois termos são indissociáveis e complementares” (MINOIS, 2016, p.3). Com essa reflexão, gostaríamos de levantar a seguinte questão: Qual o papel social da predição e, mais especificamente, da cartomancia? Apesar de Minois não se dedicar aos fenômenos de predição no Brasil, não é muito difícil tecer algumas similaridades entre o que ele propõe e o que encontramos pelas páginas dos jornais oitocentistas. Ao argumentar que predizer é indissociável de agir, ele desvela um dos principais papéis da predição, que é induzir à ação. A predição traça um panorama do porvir não necessariamente para causar pânico aos consulentes, mas sim para demonstrar que existe a necessidade de tomar caminhos específicos para solucionar uma questão, evitar determinados panoramas ou se posicionar diante de acontecimentos específicos. Nesse sentido, também precisamos ponderar sobre como predizer nunca é um ato neutro, isso sem levar em consideração aspectos como conhecimento prévio dos envolvidos e atividades envolvidas na predição, além de casos de charlatanismo e até mesmo estelionatos. Não é neutro

porque de um modo ou outro aquele que vê sua sorte lida em oráculos, cartas, linhas das mãos, claras de ovos, etc é influenciado diretamente pelo que lhe é dito, ou seja, mesmo que decida não fazer nada a respeito, isso é produto do que experimentou na consulta com os oráculos.

O segundo papel notável da predição é o aconselhamento, elemento esse que se mostra especialmente caro à cartomancia. Analisando as cartomantes francesas, Minois salienta o papel de “psicólogas”, com as inúmeras ressalvas que devem ser feitas, exercidos por estas, já que a cartomante escuta mais do que fala (MINOIS, 2016). Não é nenhum exagero considerar que os consultórios ou escritórios de cartomante tenham se colocado como espaços de aconselhamento e desabafo no Rio de Janeiro da segunda metade do XIX, especialmente no que tange às mulheres. O fato de contar à uma outra mulher, ainda que mediante a um pagamento, as aflições cotidianas e buscar algum direcionamento nesses locais é bastante plausível, especialmente pois nem sempre outros mecanismos, como a religião, por exemplo, conseguiam sanar as angústias que emergiam. Sobre isso, Michelle Veronese salienta, por exemplo, como a confissão poderia ser utilizada como um exercício de poder sobre as mulheres, uma vez que, além da reprovação moral dos religiosos,

os capelães e vigários poderiam muito bem ser convidados a prestar conta sobre o que ouviam das suas fiéis nos confessionários, logo, qualquer desvio ou desejo de transgressão por parte delas seriam rapidamente reprimidos por pais e maridos. (VERONESE, 2017, p.33)

Sobre essa afirmação, precisamos lançar mão de um olhar social da história das mulheres para perceber que os tipos de opressão que, por exemplo, uma mulher livre pobre e uma de classe mais abastada sofrem são diversos. Se, no caso das filhas, esposas e mães da elite, o mecanismo de controle é redobrado pelas visões burguesas da mulher “do lar”, que Davis classifica como sendo derivado de um “modelo universal de natureza feminina” (DAVIS, 2013, 1.3065), no caso de trabalhadoras existe uma maior possibilidade de desvencilhamento, o que não significa, de modo algum, que elas ainda não estivessem sob o jugo da condenação religiosa e do patriarcado, estando ainda mais sujeitas a violações e agressões.

Feita essa pontuação, podemos retornar às discussões sobre o papel da predição, seguindo o fio da conexão entre mulheres cartomantes e consulentes. Podemos supor que o consultório de cartomancia possibilita o desenvolvimento de sociabilidades entre essas mulheres. Gostaríamos de trazer então dois exemplos, um entre cartomante e consulente e um entre duas cartomantes para ilustrar e embasar nossa hipótese de que a arte de ler as cartas contribuiu para o estabelecimento de algum tipo de sociabilidade feminina no Rio. Os dois exemplos foram retirados de publicações do *Jornal do Commercio* entre os anos de 1868 e 1871.

Em edição do dia 18 de abril de 1871, lê-se

Cartomante. Faltaria a um dever sagrado se deixasse de patentear a minha eterna gratidão para com a Sra. Dona Rosa Albertina Mello de Figueiredo, e queira a mesma senhora aceitar a demonstração sincera de meu eterno reconhecimento. Maria Rosas (*JORNAL DO COMMERCIO*, 1871, Ed.106, p.2).

É curioso observar que até a publicação desse agradecimento por Maria Rosas no *Jornal do Commercio* Dona Rosa Albertina não havia sido ligada nenhuma vez nos jornais da Corte ao ofício da cartomancia. Quando procuramos mais sobre ela, descobrimos que Rosa Albertina Mello de Figueiredo é “mestra de costura e mais trabalhos proprios das alumnas” (*ALMANAK LAEMMERT*, 1871, Ed.28, p.121), anunciando seus serviços pelo menos desde 1859 no *Almanak Laemmert*. Pelas palavras de Rosas notamos que ela se mostra muito grata à Figueiredo, presumindo confiança e satisfação com serviços prestados. O agradecimento não deixa de se comportar também como uma promoção da cartomancia de Figueiredo. Ou seja, se não existem laços profundos de amizade, pelo menos estabeleceu-se um elo de credibilidade, reconhecimento e apreço.

Recuando alguns anos, lemos, na edição de 24 de novembro de 1867, o seguinte anúncio: “Mme. Augusta, sucessora de Mme. Potier, a quem comprou e pagou a freguezia de cartomancia, continua a estar sempre na rua da Misericórdia, n.98” (*JORNAL DO COMMERCIO*, 1867, Ed. 327, p.8). Nesse caso, além do provável desenvolvimento de uma relação de mentoria, que implica uma conexão pessoal mais estreita entre as duas mulheres, Mme. Augusta ainda salienta que comprou a freguezia

de cartomancia de Potier, ou seja, passa então a atender naquele estabelecimento. O próprio fato de dizer-se sucessora sem que tenha havido nenhum tipo de repercussão negativa na imprensa, uma vez que Mme. Potier também utilizava com muita frequência os impressos como forma de propaganda de seus serviços, fornece ainda mais evidências de estreitamento de relações entre as duas cartomantes.

Esses dois exemplos nos permitem observar como a cartomancia permite que cartomantes e mulheres consulentes estabeleçam relações que envolvem gratidão, a eficiência dos serviços prestados e, especialmente, um local de escuta e aconselhamento onde atuam outras mulheres, que por estarem imersas em problemáticas mais ou menos semelhantes às daquelas das que as procuram, teriam mais propriedade para orientar o público feminino. É importante salientar que os homens também parecem ter sido frequentadores de estabelecimentos de cartomancia (MINOIS, 2016), porém, optamos neste trabalho por focalizar a atenção nos vínculos entre mulheres. Seguindo o fio de uma cartomancia por mulheres e para mulheres, iremos analisar alguns anúncios de livros da sorte onde é notável um apelo propagandístico voltado para leitoras, diferentemente do que se vê em outros tipos de jogos.

Baralhos para senhoras

Já no início da década de 1860 observamos um movimento de publicação dos chamados livros da sorte em periódicos como o *Jornal do Commercio*, *Correio Mercantil* e *Diário do Rio de Janeiro*. Os livros da sorte eram publicações que geralmente apareciam nos jornais com a proximidade dos festejos de São João e tinham um caráter bastante voltado ao entretenimento, diferentemente do movimento de livros de cunho mais voltado ao espiritualismo e ocultismo que serão observados na década de 1880. Esses livros eram publicados, em sua maioria, pela tipografia dos irmãos Eduardo e Henrique Laemmert e vendidos no estabelecimento livreiro dos mesmos, situado na década de 1860 à rua do Ouvidor. Os irmãos Laemmert também faziam sucesso ao publicar folhinhas, que eram impressões anuais com grande tiragem, com a estrutura que costumava conter

introdução do redator; a retrospectiva do ano anterior; o calendário (...); a lista da Câmara dos senadores e dos

deputados; a tabela com as datas de partidas dos correios provinciais para a capital e vice-versa; a genealogia das casas de alguns soberanos; o arrolamento do corpo diplomático e consular brasileiro e a crônica nacional com os principais acontecimentos históricos ocorridos em nosso país desde 1500 (DONEGÁ, 2012, p.17).

Na segunda parte das folhinhas, desenvolviam-se os assuntos principais das mesmas, que facilmente iam de “Mocidade, com introdução ás artes e sciencias” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1863, Ed.344, p.3) até a própria cartomancia. O que se percebe então é um movimento de uso da cartomancia, pelo menos por esses pequenos manuais, folhinhas e livros da sorte de São João como algo recreativo, sem o elemento esotérico que permeia a prática da cartomancia nos consultórios especializados. É necessário salientar que as próprias cartas do dito tarot, um dos tipos de baralho com fins divinatórios, nem sempre foram utilizadas com o propósito de acessar o mundo sobrenatural, tendo sofrido diversas transformações desde o século XVIII para tornar-se um mecanismo de adivinhações (FARLEY, 2009), que certamente circulava por entre as casas de cartomancia das mulheres que estudamos. Ou seja, é bastante plausível a hipótese de que, no Rio do último quartel do Oitocentos, a cartomancia significava simultaneamente aconselhamento e entretenimento, com a primeira finalidade tendendo às atividades das cartomantes e o segunda às publicações que permitiam que as próprias pessoas tivessem acesso a esse tipo de conhecimento.

Sobre esses livros de sorte e folhinhas, ainda existe mais um ponto sobre o qual focalizaremos nossa atenção. Ao analisarmos as propagandas desses livros nos jornais, nota-se que alguns deles são nitidamente voltados ao público feminino, como é observável no caso do “ A pythonissa de Paris já citado anteriormente. Na publicidade, lemos ainda que as cartas de Mlle. Lenormand da qual fala o livro eram as que essa cartomante

se servia para predizer os acontecimentos mais importantes do futuro. Foi ella quem vaticinou a Napoleão I a sua exaltação e gloria, e quem annunciou a Frederico Guilherme da Prussia - 1840 - como o anno de sua morte. Preço 2\$. O jogo consta de um baralho de 36 cartas coloridas, com a explicação em portuguez, tudo em um elegante tachim, proprio para ser

oferecido ás senhoras. (CORREIO MERCANTIL, 1860, Ed.173, p.3)

Em um anúncio que segue logo abaixo, de outra publicação disponível no estabelecimento dos irmãos Laemmert, lê-se

Livro do Destino ou sortes modernas e engraçadas para alegre entretenimento das noites de S. João e S. Pedro seguido de uma collecção de charadas, por um Rio-Grandense do Sul. 1 vol, de 156 pag., acompanhado de 32 cartões para homens e senhoras. (CORREIO MERCANTIL, 1860, Ed.173, p.3)

Aqui observamos como os anunciantes especificam que se trata de um oráculo para um público mais abrangente, não necessariamente direcionado “às senhoras”, como era o caso do “A Pythonissa de Pariz”, onde consta que ele foi criado especialmente para ser oferecido às mulheres. Ressalta-se também o invólucro das cartas do “A Pythonissa”, feito em “elegante tachim”, um luxuoso tipo de caixa feita com couro, segundo consta no Dicionário Oxford. Embora os dois pudessem ser oferecidos ao público feminino, observa-se todo um floreamento acerca do primeiro baralho, que evoca refinamento e delicadeza, que são atributos esperados das mulheres. Apesar de fazer menção à Mlle. Lenormand, não sabemos se de fato o jogo corresponde aos mecanismos divinatórios utilizados pela cartomante francesa nas consultas, uma vez que Lenormand parece ter se utilizado de uma multiplicidade de métodos, como “cartas, borras de café, clara de ovo, chumbo derretido, linhas da mão, gotas d’água despejadas sobre um espelho de Veneza ou num vaso de porfírio, adivinhação pelo nome, jogo de 33 figurinhas gregas jogadas dentro de um triângulo” (MINOIS, 2016, p.532).

Não sabemos também se o criador do oráculo, que segundo os editores certamente agradaria às damas, era um homem ou uma mulher, muito provavelmente tendendo ao primeiro caso, como observamos no Livro do Destino e em outros livros posteriores de cartomancia, geralmente adaptados ao português por homens cartomantes. Livros da sorte como o “A pythonissa de Pariz” se colocam simultaneamente enquanto um fértil exemplo de como determinados assuntos, como a cartomancia, eram introduzidos no universo dos impressos na década de 1860, mas

também evidenciam um panorama muito maior de escritos para mulheres que, no entanto, saíam da ponta da pena de homens. Isso é bastante claro, por exemplo, no caso de alguns jornais destinados às senhoras, como o *A Marmota na Corte*, que na realidade era dirigido por um homem, de nome Próspero Diniz (REIS, 2019).

Conclusões

Apesar do andamento ainda inicial da pesquisa, são possíveis algumas conclusões a respeito do papel social da cartomancia, das sociabilidades entre cartomantes e consulentes, além dos livros de sortes voltados para senhoras. Primeiramente, pudemos observar como a predição exerce um papel essencial nas sociedades, não tanto pela sua exatidão ou realização, mas porque intui o consulente à ação. Nota-se aqui que essas predições nunca são neutras porque, além de possuírem na sua essência as intenções de quem as cunha, serão recebidas por quem as vê ou escuta, gerando reações, que podem ser inclusive escolher não fazer nada a respeito. A predição também opera como aconselhamento diante dos acontecimentos pessoais e coletivos que ocorrem na vida cotidiana e que, por vezes, não conseguem ser explicados pelo viés racional ou religioso dominantes, uma vez que existem determinadas lacunas na ação dos mesmos, que como argumenta Minois, serão preenchidas por toda a sorte de adivinhações, profecias, leituras de cartas, etc.

Nesse sentido de aconselhamento, é notável destacar como conexões entre cartomantes e consulentes do gênero feminino podem ter sido tecidas no contexto analisado por este trabalho, como os exemplos de Rosa Albertina de Mello Figueiredo, Maria Rosas, Mme. Augusta e Mme. Potier. Considerando-se que muitos dos espaços onde as mulheres poderiam, em tese, se aconselhar sobre determinadas questões eram permeados pelo poder patriarcal, procurar conforto emocional e espiritual nos consultórios de cartomantes não parece uma ideia muito fora da curva, uma vez que algumas problemáticas poderiam ser melhor compreendidas por outras mulheres. Deve-se sempre ressaltar, no entanto, que, apesar de uma compreensão mútua pelo “ser mulher”, o Rio em meados das décadas de 1860 e 1870 era permeado por divisões que

ultrapassavam somente a categoria de gênero, compreendendo também a classe e a raça, o que gera um panorama bastante diverso de vivências femininas e opressões distintas.

Sobre os livros de sorte e o público feminino, em primeiro lugar podemos observar como existe uma distinção, ainda a ser melhor provada a partir da análise da documentação, entre a cartomancia “de consultório” e a das folhinhas e livretos publicados nos jornais. Um segundo ponto, sobre o qual nos debruçamos mais, diz respeito a como são elencadas algumas separações entre jogos mais inclinados ao agrado das senhoras, talvez pelas cartas coloridas ou pelo invólucro de tachim, e outros de uso mais geral. Além disso, pudemos observar como esse tipo de produto também pode ser um exemplo de um universo mais vasto de produção para mulheres cujos autores são homens, fenômeno bastante comum no período analisado.

A partir dos argumentos apresentados na comunicação, buscamos evidenciar também a história das mulheres a um panorama mais geral da capital do Império, que envolve um contexto de inseguranças sociais, políticas e pessoais, assim como elementos relacionados à expansão de ideias ocultistas na Europa e aportando também no Rio na segunda metade do XIX. Como “agentes da predição”, considerando mais uma vez que não existe neutralidade nesse campo, essas mulheres se inserem na sociedade exercendo um papel específico, aconselhando aqueles que buscam seus consultórios e possuem, obviamente, renda suficiente para pagar as consultas.

Referências

Fontes primárias

Almanak Laemmert

Edição 28, 1871.

Correio Mercantil

Edição 173, 25/06/1860.

Jornal do Commercio

Edição 308, 06/11/1864.

Edição 327, 24/11/1867.

Anais da XXXVI Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Entre golpes e democracias: Narrativas históricas de um sonho em vertigem. Gabrielle Barra Tarocco; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2020. 1463 p.

ISSN:2317-0468

Bibliografia

CHALHOUB, S. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

DAVIS, A. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Editora Boitempo. Edição Kindle. 2016.

DONEGÁ, A.L. Folhinhas e Almanak Laemmert: pequenos formatos e altas tiragens nas publicações da Tipografia Universal. **Revista do SETA**. v.6, 2012.

v.6, 2012. Campinas.

HAUPT, H. Religião e nação na Europa no século XIX: algumas notas comparativas. **Estudos Avançados**, v. 22, n.62, p.77-94, 2008.

IZECKSOHN, V. O Recrutamento de Libertos para a Guerra do Paraguai: considerações recentes sobre um tema complexo. **Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 96-110. 2015.

MADUREIRA, S. B. Relacionando magia e gênero na Grécia antiga: Circe e Medeia como representações sociais de feiticeiras na Atenas Clássica (século V a.C.). **Revista Hélade**, v. 5, n. 2, p. 281- 300, 2020.

MAGNANI, M.C. A.O. Sibilas: da Babilônia ao Brasil. **Revista Portuguesa de Humanidades**. Estudos Literários, v.20, n.2, p. 115-138, 2016.

MINOIS, G. *História do futuro: dos profetas à prospectiva*. São Paulo: Editora Unesp. 2016.

PORTELA, R. COSTA, V. L. O Moderno Espiritualismo: uma reflexão sobre a produção de

sentidos religiosos na modernidade. **Revista Brasileira de História das Religiões**. Ano XI, n.33, jan/abr 2019.

REIS, L.J.M. Análise a respeito da assembleia do bello sexo publicada no periódico A Marmota na Corte (1849-1852). **Revista Inventário**. n.24, 2019. p.162-175.

SILVEIRA, A. D. Política e magia em Castela (século XIII): um fenômeno transcultural. **Topoi** (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 20, n. 42, p. 604-626, set/dez. 2019.

TILLY, L. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**. v.3, 1994. p.29-62.

VERONESE, M. M. **De silêncios e resistências: sonâmbulas, magnetizadoras e outras esquecidas do espiritismo brasileiro**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

O DESTERRO CHILENO NO FEMININO: ABORDAGEM HISTORIOGRÁFICA E DESCONSTRUÇÃO DO SUJEITO UNIVERSAL MASCULINO

Iasmin do Prado Gomes

RESUMO

Este trabalho almeja investigar como trajetórias de exiladas chilenas são abordadas pela historiografia latino-americana sobre o desterro, pensando até que ponto esta reforça narrativas que privilegiam indivíduo específico - o homem branco de classe média; corroborando para universalização de experiências vivenciadas por toda uma comunidade exilada. Essa, dividida em grupos que desempenharam ações políticas, econômicas e sociais múltiplas. A pesquisa, compreende ao contexto da ditadura militar comandada por Augusto Pinochet durante o período de 1973 a 1990. Para tal, utilizaremos como fonte principal o texto de Ana Vasquez “*Mujeres en el exilio: la percepcion del exilio de las mujeres exiliadas en Francia*” publicado no semanário *Mensaje* em 1982.

PALAVRAS-CHAVE: Desterro feminino; historiografia; sujeito universal.

ABSTRACT

This work aims to investigate how the trajectories of Chilean exiles are approached by Latin American historiography about exile, thinking to what extent it reinforces narratives that privilege a specific individual – the middle class white man; corroborating for the universalization of experiences lived by an entire exiled community. This, divided into groups that performed multiple political, economic and social actions. The research, comprehends the context of the military dictatorship led by Augusto Pinochet during the period from 1973 to 1990. For this purpose, we will use Ana Vasquez's text “*Mujeres en el exilio: la percepcion del exilio de las mujeres exiliadas en Francia*” as the main source. published in the weekly *Mensaje* in 1982.

KEYWORDS: Female exile; historiography; universal subject

A HISTORIOGRAFIA LATINO-AMERICANA SOBRE O DESTERRO

O exílio é prática recorrente na América Latina desde épocas anteriores aos movimentos de independência. No período colonial, a lógica do desterro foi usada contra grupos que defendiam a expansão de fronteiras coloniais. Em diversos momentos, foi concebida como fenômeno “natural” na região; experiência comum aos que participaram da política latino-americana e que não necessitava de maiores significações teóricas. Porém o exílio em massa e seu caráter internacional, assumido na segunda metade do século XX proporcionou brechas para que estudiosos pensassem seus múltiplos desdobramentos (RONIGER, 2014), sobretudo no campo da História do Tempo Presente.

Redes intelectuais, congressos e seminários sobre o tema surgiram como necessidade de se compreender o desterro que caracterizou a América Latina e impactou sua história em amplos âmbitos. Entender particularidades do exílio também é demanda de estudiosos da área, visto que, as experiências vividas por exilados não são homogêneas. Como salientado por Samantha Viz Quadrat (2009), “Os exílios latino-americanos do século XX constituem um campo fecundo de trabalho para pesquisadores da área das ciências humanas e sociais”⁴⁹⁴.

Nos últimos anos, as análises dos exílios latino-americanos foram incluídas em obras produzidas por estudiosos de diferentes países (ROLLEMBERG, 1999; SANHUEZA; PINEDO, 2010; VIZ QUADRAT, 2009; SZNAJDER; RONIGER, 2013; RONIGER, 2014). Contudo, é preciso insistir e avaliar de forma mais detalhada as trajetórias dos exilados com os locais de recepção; abordando temáticas ainda pouco exploradas pela historiografia em questão como, por exemplo, os impactos de gênero na comunidade exilada.

⁴⁹⁴ QUADRAT, Samantha. Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX. *Apresentação*. Fundação Getúlio Vargas, 2009, p.8.

Ao pensar o exílio de mulheres latino-americanas, Brito e Vasquez (2007) questionaram a forma como o Jankelevitch⁴⁹⁵ (1974) concebe Ulisses como símbolo da experiência pessoal no exílio. Pois, a mesma não contempla a possibilidade de viagens semelhantes serem realizadas por mulheres. Assim, tal experiência universaliza-se a partir de características atribuídas ao masculino (inteligência, sabedoria e poder) e ignora possibilidades, no que tange às, ações do desterro protagonizadas por exiladas. Na narrativa de Homero em *Odisseia*, Penélope, a esposa de Ulisses, o esperou enquanto o mesmo desempenhou sua façanha de herói no desterro. Ao reforçar tal crítica em seu livro “Mulheres, ditaduras e memórias: não imagine que precise ser triste para ser militante”, Rosa (2013), realiza a seguinte pergunta: “Mas será que as Penélopes ficaram esperando por Ulisses ou teceram novas redes?”⁴⁹⁶

A maioria dos trabalhos sobre o exílio apresenta esse fenômeno como se ambos os gêneros o vivessem de maneira indiferenciada, ou até mesmo como se suas experiências a maneira pela qual as mulheres o experimentam tivesse de ser subordinada à maneira masculina de vivenciá-lo, considerada universal. O mito fundador do exílio atribui maior importância ao herói masculino, reduzindo praticamente a zero o lugar da mulher. Na maneira corrente de interpretar o mito de Ulisses, os personagens femininos são, se não inteiramente esquecidos, sempre colocados em posição ancilar, em papel secundário (BRITO; VASQUEZ, 2007, p.20 e 21).

Durante o Seminário Internacional “Caminhos Cruzados: História e Memória dos Exílios Latino-americanos no Século XX”, organizado pelo Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC) da Universidade Federal Fluminense (UFF), Pablo Yankelevitch (2009), apresentou o texto “Estudar o exílio”, onde salienta que fontes quantitativas indicam que metade da população exilada era composta por mulheres e cerca de um quarto por crianças que saíram do país de origem com familiares ou

⁴⁹⁵ JANKELEVITCH, V. *L'irreversible et la nostalgie*. Paris: Flammarion, 1974.

⁴⁹⁶ ROSA, Susel Oliveira da. *Mulheres, ditaduras e memórias: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”*. Prefácio de Margareth Rago. Apresentação de Nilce Cardoso, Yara Gouvêa e Miriam Paglia, São Paulo: Intermeios, FAPESP, 2013, p. 143.

nasceram no estrangeiro. O autor ressaltou a importância de se examinar o desterro a partir de perspectivas de gênero e da infância exilada, pois o campo de estudo sobre exílios latino-americanos carece de trabalhos sobre as temáticas; sendo praticamente nulas as investigações envolvendo a última.

O DESTERRO FEMININO NO CHILE

Em 1970, o Chile elegeu Salvador Allende, o primeiro presidente socialista democraticamente eleito na América Latina. Sob a Unidade Popular (coalizão entre os partidos de esquerda do país), implantou um programa de reformas cujo objetivo consistia na transição democrática e pacífica para o socialismo. Fato que despertou a atenção de setores conservadores da sociedade chilena e dos órgãos de espionagem dos Estados Unidos da América. Em conjunto com veículos de comunicação alinhados à direita, os últimos elaboraram um golpe militar para interromper o projeto socialista em execução (BERNEDO, 2003; SADER, 1992).

Após pouco menos de três anos de governo, o palácio de *La Moneda* foi bombardeado e Salvador Allende morto. No dia 11 de setembro de 1973, consolidou-se o maior golpe militar da história chilena, dando início a ditadura que duraria até 1990 e teria como líder o general Augusto Pinochet. Neste cenário, 10% da população chilena encontrava-se exilada (VASQUEZ, 1982), o que evidencia o caráter repressivo do aparato militar que perseguia, matava e torturava inimigos do Estado.

De acordo com García (2012), 41% da comunidade chilena exilada era formada por mulheres, número que deve ser levado em consideração para estudo dos caminhos percorridos pelo gênero feminino ali presente. Ao nos depararmos com a historiografia sobre o desterro chileno, a escassez de trabalhos que exploram o exílio feminino torna-se problemática, principalmente se levarmos em consideração o dado de García (2012), pois escassos são os estudos que o destacam e/ou trabalham com a experiência feminina no desterro (REBOLLEDO, 2005; BRITO, VASQUEZ, 2007; GARCÍA, 2012).

Según un sondeo efectuado por Anne-Marie Gaillard en los registros del OFPRA, el grupo de refugiado/as chileno/as estaba formado en un 59% por hombres y en un 41% por mujeres. En otras palabras, las mujeres constituían entonces una parte importante del grupo de chileno/as refugiado/as y en ningún

caso fueron minoritarias en el exilio. Dentro del grupo de las mujeres, 61% llegaron a Francia con su familia (principalmente un cónyuge e hijo/as), 20% solas y 19% se reunían con un familiar directo (pareja, hijo/a, hermano/a). Dentro del grupo de los hombres, 45% llegaron solos, 38% con su familia (principalmente un cónyuge e hijo/as) y 15% se reunían con un familiar directo (pareja, hijo/a, hermano/a). Estos datos nos permiten vislumbrar algunos elementos comparativos concernientes a una distinción en la situación familiar según género (GARCÍA, 2012, p.4).

Os dados acima revelam que o número de mulheres que chegaram à França acompanhadas por familiares é maior que o de homens, fato que pode ser relacionado aos valores conservadores enraizados na sociedade chilena e refletidos na composição do desterro. E que, nos dão indícios sobre o modelo de família tradicional reproduzido entre exiladas e exilados. Este historicamente fomentado por escrituras eclesíásticas na América Latina. As informações, também evidenciam que, a comunidade feminina no exílio não era homogênea, os grupos de mulheres nela inseridas compartilharam de experiências múltiplas que necessitam de investigações. Um caminho para compreender as reflexões aqui propostas é a análise do texto “*Mujeres en el exilio: la percepción del exilio de las mujeres exiliadas en Francia*” de Ana Vasquez, publicado no semanário *Mensaje* em 1982.

MENSAJE E A IGREJA CATÓLICA

Mensaje é um impresso católico fundado em 1951 pelo jesuíta Padre Hurtado e circula no Chile até os dias atuais, pertence a “Companhia de Jesus” e visa “(...) orientar al lector mediante una perspectiva cristiana de la realidad (nacional y mundial), ayudándole a formar un juicio informado, fundado y maduro sobre los temas debatidos en la sociedad. En otras palabras, contribuir a la formación de una conciencia capaz de discernir”⁴⁹⁷. O propósito de fomentar reflexões sobre a realidade chilena e internacional é entrelaçado à discussão de temas como espiritualidade, cultura, sociedade, ética, economia e educação.

⁴⁹⁷ Disponível em <https://www.mensaje.cl/sobre-nosotros/>, acesso em 4 de setembro de 2019.

Como uma revista católica possibilitou espaço para que exiladas e exilados abordassem o complexo universo do desterro? Para entender esta relação é preciso ter em mente que a Igreja Católica é uma instituição plural e que determinados posicionamentos desenvolvidos durante o governo de Salvador Allende e posteriormente, na ditadura militar não representam a totalidade dos grupos que a compõem.

A instituição mantém influência expressiva no Chile desde o século XIX e, ao longo da história, se aliou a grupos que financiaram salários de seus membros e reproduziram seus ideais em aparelhos mantidos pelo Estado. Na década de 1960, o contexto chileno era de enfraquecimento eleitoral da direita e crença de que o único partido capaz de conter o avanço da esquerda seria a Democracia Cristã (DC). Dessa forma, encorajou-se um modelo de inserção social da Igreja, possibilitando maior compatibilidade entre suas ações e movimentos sociais. A aproximação entre catolicismo e camadas da população menos favorecidas objetivava melhorar a imagem da instituição (CRUZ, 2015).

Ao mesmo tempo, alimentou-se o discurso que tanto o capitalismo quanto o marxismo eram insuficientes na eliminação dos problemas sociais. Assim, católicos apoiaram Eduardo Frei, candidato da Democracia Cristã, nas eleições de 1964. Já em 1970, adotaram narrativa moderada, em que a Igreja buscou mostrar-se neutra. Nos anos iniciais do mandato de Salvador Allende, mantiveram relação fluida com o novo governo (CRUZ, 2015).

É importante ressaltar que a Unidade Popular contava com cristãos de esquerda em sua coalizão. A Teologia da Libertação, promoveu abertura para que católicos adentrassem em grupos tidos como progressistas na América Latina. Fato que explica porque eclesiásticos apoiaram explicitamente Salvador Allende e entraram em conflito com figuras católicas que não o fizeram. A instituição *Cristianos por El Socialismo*, julgava a teoria socialista como única alternativa moralmente possível a Igreja Católica, o movimento foi duramente criticado pela hierarquia eclesiástica (CRUZ, 2015). Em 1973, a Igreja posicionou-se oficialmente contra Salvador Allende e expulsou e perseguiu seus membros progressistas.

Inicialmente, legitimou a ditadura de Pinochet e através de um processo complexo e gradual denunciou formalmente torturas e demais formas de repressão desencadeadas pela estrutura militar. Grupos católicos engajaram-se na luta a favor dos direitos humanos, que se efetivou em espaços como meios de comunicação, sendo *Mensaje*, um deles. Os mapeamentos realizados até o momento indicam que o impresso se posicionou contra a violação desses direitos com base em escrituras eclesiais. A narrativa sobre o desterro, por exemplo, o concebe como destruidor de famílias e associa-o a símbolos católicos como Jesus Cristo e Maria.

DESCONSTRUÇÃO DO SUJEITO UNIVERSAL MASCULINO

O texto de Ana Vasquez inicia-se com a seguinte pergunta “Como o exílio afeta mulheres?”⁴⁹⁸ Na primeira parte, a autora - exilada chilena na França e socióloga com estudos na área de psicossociologia - se propõe a decorrer sobre o marco teórico que engloba o exílio e suas características gerais que, apriori são similares a ambos os gêneros. Já na segunda, se atenta às questões específicas de gênero dentro da complexa estrutura que envolve exiladas e exilados - partidos políticos, família, trabalho, socialização, etc.

Se homens e mulheres atravessaram experiências similares na situação de exílio, às vivências específicas próprias a cada gênero fazem com que seus membros atribuam um sentido diferente a esses processos comuns. Assim, não se pode restituir a complexidade do exílio sem analisar a maneira específica pela qual as mulheres o vivem, pois, ainda que ambos os gêneros partilhem de um mesmo imaginário social, o sentido que as mulheres lhe emprestam como grupo social é bastante diferente do dos homens (BRITO; VASQUEZ, 2007, p.16).

Vasquez (1982), observa o desterro a partir de especificidades próprias dos sujeitos e particularidades dos contextos em que estavam inseridos. Pois, as conjunturas políticas de Chile e França, por si só, não são capazes de sustentar uma análise psicológica do fenômeno em pauta. Segundo a intelectual, no estágio inicial do exílio, existe maior uniformidade entre experiências de mulheres e homens justamente por causa da transculturação; processo em que o sujeito exilado aprende a língua do país

⁴⁹⁸ VASQUEZ, Ana. *Mujeres en el exilio: la percepción del exilio de las mujeres exiliadas en Francia*. Mensaje, n.314, nov. 1982, p.618.

receptor, novos costumes. A transculturação é dolorosa e envolve contradição entre a cultura de origem e a em que o agente está submetido.

A definição utilizada para o termo “exílio” é o ato de expulsão do país de origem e a proibição do retorno, associado a imposição violenta. A autora destaca o caráter político do fenômeno ao explicitar que 10% da população chilena encontrava-se no desterro e afirmar que “El exilio de los chilenos, al igual que el exilio de todo el Cono Sur, puede ser considerado como un exilio de militantes, o exilio de personas que, de una otra manera, han hecho deliberadamente una opción política y han participado en un proceso político-social”⁴⁹⁹. Tal significação é recorrente em estudos sobre os exílios latino-americanos da segunda metade do século XX devido aos movimentos autoritários particulares do continente americano. Nesse cenário, a exclusão é conveniente com as regras do jogo político determinadas pelo aparato militar em vigor.

Quanto à causalidade, sendo um mecanismo de perseguição política que não aniquila de forma total a oposição, o exílio fala - em termos gramscianos - de um modelo autoritário da política e da hegemonia, com independência da definição formal do sistema político. Estes padrões da política se baseiam na exclusão e são o resultado de um compromisso entre uma situação em que o ganhador do jogo político leva todo o poder e os perigos de uma luta de morte (de “soma zero”) no jogo ampliado de uma possível ou efetiva guerra civil (RONIGER, 2009, p.53).

Além de enfatizar o significado teórico dos desterramentos latino-americanos no contexto das ditaduras militares, Vasquez (1982), por meio da psicologia, ressalta que o rompimento com elos afetivos e culturais esculpem a identidade do indivíduo exilado. O anonimato ao chegar ao país receptor e o processo de adaptação à uma nova realidade envolvem processos psicológicos abstrusos que ela explica em três fases, ambas comuns aos gêneros: a promessa do retorno, a solidariedade entre a comunidade exilada e a desqualificação profissional. O exílio chinelo, no geral, era composto por professores, intelectuais e sindicalistas que foram obrigados a vender sua mão de obra por salários inferiores aos recebidos no Chile. Alguns exerceram funções que nem sequer

⁴⁹⁹ VASQUEZ, Ana. *Mujeres en el exilio: la percepcion del exilio de las mujeres exiliadas en Francia*. Mensaje, n.314, nov. 1982, p.619.

correspondiam à sua formação profissional justamente por causa da estigmatização do sujeito exilado.

A autora também argumenta que, determinadas assimetrias entre mulheres e homens manifestam-se logo no primeiro estágio do exílio porque mulheres lidam com a perda da família de forma específica, visto que, a noção ampla de família latino-americana outorga ao gênero feminino responsabilidades para com o cuidado com marido, filhos e tarefas correspondentes a vida privada. Problemática que, como veremos adiante, percorre as ações realizadas pela comunidade exilada. Enfatizamos que o conceito de família tradicional e católica, concretiza-se na narrativa de *Mensaje*. Nota-se que a condição de desterro é concebida pela revista como fenômeno destruidor de famílias tradicionais e que a maior parte dos escritos sobre a temática privilegiam experiências masculinas tal qual a historiografia latino-americana.

No geral, o texto alvo desta investigação, respalda a heterogeneidade existente no desterro, principalmente, no que tange às, experiências femininas no país receptor (França). Vasquez (1982), salienta que a “transculturação” e todos os complexos processos psicológicos experienciados no exílio, propiciaram às exiladas confrontos com costumes conservadores impostos pelos espaços que estavam inseridas no país de origem. O material, evidencia como exiladas (re)formularam costumes e conceitos lhes impostos pela conjuntura social a qual viviam no Chile e como o contato com realidades múltiplas lhes possibilitaram entendê-los como construções sociais amparadas pelo sistema patriarcal que delega o feminino ao espaço privado. Porém, é importante destacar que este cenário não correspondia a todas as práticas femininas possíveis no desterro e que nem as agentes do escrito de Vasquez (1982) vivenciaram a desconstrução logo de imediato.

Muitas militantes políticas dizem que o período de exílio significou “retroceder dez anos em minha vida”, na medida em que tiveram de reproduzir antigos padrões de comportamento dos quais pensavam ter-se livrado definitivamente. A reação instintiva das mulheres diante da sociedade de recepção é repetir os valores da sociedade de origem: elas valorizam a estrutura familiar, aceitam que seu trabalho receba um papel secundário e seja sempre avaliado como uma atividade coadjuvante, e minoram seus projetos pessoais em benefício dos projetos familiares. Algumas mulheres casadas mantêm o status de

subordinação a que estavam acostumadas (BRITO; VASQUEZ, 2007, pp.22-23).

A pesquisadora salienta que, mesmo com a incorporação de exiladas no mercado de trabalho e inversão de costumes tradicionais os papéis de gênero permaneceram no exílio. Mulheres militantes, por exemplo, lidaram com tripla jornada - atuaram em emprego remunerado, em casa e nas instituições políticas. Sem contar, o desprestígio sofrido dentro dos próprios partidos de esquerda, seus companheiros afirmavam que o feminismo não estava diretamente relacionado ao propósito maior - a Revolução Socialista - colocando-o como pauta subalterna deslocada do político.

Às militantes, eram destinadas atividades domésticas dentro destas organizações, o que reforça a manutenção de costumes tradicionais chilenos e latino-americanos entre a comunidade exilada. Ademais, muitas delas, tinham dificuldade para falar diante de grande número de indivíduos e formular teorias, questão que se envolve não apenas com o papel assumido dentro dos partidos de esquerda, mas também com a criação recebida no país originário. Um trabalho de campo realizado por Brito e Vasquez (2007) entre 1975 e 1990 com comunidades de homens e mulheres exilados advindos de Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, vivendo sobretudo, na França e publicado em forma do artigo “Mulheres latino-americanas no exílio. Universalidade e especificidade de suas experiências”, enfatiza o sustentamento da hierarquia entre gêneros disseminada entre os aparatos constituintes do desterro latino-americano.

As mulheres – sobretudo as que são militantes políticas – foram unânimes em falar, em suas entrevistas, sobre o grau inferior de consideração que a sociedade anfitriã lhes concedia. A imagem do herói era sobretudo atribuída aos homens, fazendo com que tivessem maior prestígio social, enquanto militantes políticos e intelectuais. Seu status de “chefe de família” contribuiu para fazer com que as redes de solidariedade lhes concedessem os melhores empregos, os auxílios financeiros mais importantes. Essas condições sociais lhes permitem recriar no exílio suas atividades políticas, enquanto as mulheres ficam reduzidas às tarefas “femininas” para as quais tinham sido socializadas: alimentar, vestir, cuidar, criar os filhos (BRITO; VASQUEZ, 2007, p.22).

O contato com feministas francesas e a nova realidade socioeconômica a que estavam submetidas, possibilitou instrumentos para que essas mulheres desconstruíssem

concepções de família, trabalho, feminilidade e militância; abrindo brechas para discussões coletivas sobre o sujeito mulher e sua atuação nos âmbitos público e privado. Dessa forma, experiências individuais explicitaram problemas e necessidades coletivas que exigiram organização e desconstrução do indivíduo universal masculino fomentado por toda uma estrutura patriarcal - que se reflete em diversos núcleos.

A adesão ao movimento feminista que algumas mulheres exiladas fazem em uma etapa posterior apresenta uma dupla característica: começa a se manifestar na segunda etapa do exílio, como um aprofundamento do processo de transculturação; é, sobretudo, feita por aquelas que pertenciam a organizações políticas, no bojo de uma luta para conquistar uma certa margem de autonomia dentro de suas organizações que conduziu ao reconhecimento da especificidade das mulheres (BRITO; VASQUEZ, 2007, p.26).

Reflexões construídas em conjunto corroboraram para com mudanças comportamentais das sujeitas envolvidas nesse processo e trouxeram teorias feministas para as próprias organizações políticas; questionando todo um sistema dado como natural e auxiliando na consolidação de redes internacionais compostas por mulheres. O contato com teorias feministas foi um fenômeno que percorreu trajetórias não apenas das chilenas, mas de múltiplas exiladas de todo o Cone Sul. O exílio feminino nas ditaduras militares é caracterizado por forte teor político e formação de entidades que deixaram legados para o feminismo contemporâneo.

A desconstrução do modelo ideal de mulher e família latino-americana presente no texto elaborado por Vasquez (1982), demonstra compreensão de complexos de opressões característicos não apenas de seu país de origem, mas toda a América Latina. Questão que reforça que por mais que as sujeitas do exílio tivessem contato com obras de teóricas francesas como Simone de Beauvoir, entendiam que correspondiam a grupos marcados por histórias distintas das mulheres europeias. Claro que, dentro de limitações, pois a comunidade feminina exilada era consideravelmente composta por mulheres brancas de classe média.

A linguagem latino-americanista da autora, nos permite realizar paralelo com o boletim *Nosotras*, fundado por exiladas em 1974 e inspirado no Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris. Autoras como Cristina Wolf, Elizabeth Cardoso,

Joana Pedro e Maira Abreu destacaram a originalidade do dito e investigaram sua importância para o movimento feminista na ditadura militar. O impresso, de reduzida circulação, contava com edição bilíngue (português e espanhol) e foi distribuído no Brasil e alguns países latino-americanos (ROSA, 2013). Em um de seus números, instiga reflexão sobre semelhanças e diferenças entre mulheres mexicanas, venezuelanas, argentinas, brasileiras e francesas; fato que, mais uma vez, nos possibilita ressaltar que o contato com feministas francesas não impediu que exiladas latinas refletissem sobre o que é ser mulher no Terceiro Mundo, mais precisamente no continente americano.

Todo se pasó como si fuéramos una pelota de nieve: dos o tres latino-americanas escribiendo sus tesis de doctorado sobre la mujer. Deparamonos por la primera vez con las preguntas “¿porque piensan esto las feministas francesas? ¿Que lo que quiere decir el feminismo? ¿El feminismo es un movimiento que tendría sentido solamente en un país industrializado? ¿Que hay de común o de distinto entre la mujer mexicana, venezolana, argentina, brasileña, francesa? De conversaciones ocasionales pasamos a reunirnos sistemáticamente en casa de una de las mujeres, el número de participantes o personas interesadas creciendo siempre (Nosotras, jan. 1974, n.1).

Na primeira edição do *Nosotras*, é dito que um de seus objetivos é propor que mulheres conversassem sobre si mesmas e que os motivos para participação das reuniões do grupo perpassavam curiosidade, intenção de aprender sobre o sentido do movimento feminista, consciência sobre a exploração feminina no público e no privado, restrições sociais e outros fatores. Esta rede criada para e por mulheres, aproxima-se da sociabilização de experiências femininas descrita na segunda metade da publicação de Vasquez (1982). No último tópico de seu texto “*Reafirmación de la mujer como tal*”, observa que em Paris existem grupos de mulheres que se reúnem regularmente para discutir sobre o feminino e suas implicações sociais e como tal relaciona-se com o compromisso político com o Chile, não havendo consenso entre elas. A autora conclui a investigação dizendo que esses fóruns de discussão geraram maior respeitabilidade e amizade entre mulheres no exílio, visto que, estas tiveram que conhecer novas realidades e tensões, amplificando visões sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que “*Mujeres en el exilio: la percepcion del exilio de las mujeres exiliadas*”s en Francia”, consiste em contribuição para a descentralização do sujeito universal masculino reproduzido pela historiografia latino-americana sobre o exílio e pode ser objeto de múltiplas reflexões acerca da experiência feminina nos desterramentos que caracterizaram a América Latina na segunda metade do século XX. Entre elas, as redes feministas estabelecidas entre exiladas, estudadas pelas intelectuais aqui destacadas.

Ademais, nos suscita a averiguar os motivos que levaram um escrito com tais conteúdos a ser publicado em uma revista que fomentava hierarquias de poder que a própria autora almejava combater. Ao que tudo indica, *Mensaje* não apoiava os números de divórcios entre as famílias exiladas e os estudos desenvolvidos por Vasquez (1982) explicam porque a noção de família por ela defendida não compactuava com todos os núcleos sociais inseridos na conjuntura em análise. Com certeza, em um futuro próximo, outras leituras podem ser realizadas a partir da fonte aqui assinalada. No mais, ressaltamos que o espaço concedido à autora no impresso é resultado de uma gama de fatores como posição ocupada no país receptor e de origem, o corpo editorial de *Mensaje* e o contexto de pressão internacional que, de certa forma, exigia que instrumentos de comunicação chilenos se posicionassem contra a violação dos direitos humanos difundida no governo do ditador Augusto Pinochet.

REFERÊNCIAS

Fontes

“*Mujeres en el exilio: la percepcion del exilio de las mujeres exiliadas em Francia*”, *Mensaje*, n. 314, 1982, novembro, pp. 618-624.

Bibliografia

BEIGEL, Fernanda. Las revistas culturales como documentos de la historia latinoamericana. *Utopía y Praxis Latinoamericana* / Año 8. N° 20, 2003, pp. 105-115.

BERNEDO, P. La Prensa durante la Unidad Popular y la destrucción del régimen democrático, en Claudio Rolle (coord.), *1973, la vida cotidiana de un año crucial*, Editorial Planeta, Santiago 2003, pp. 59-97.

BRITO, Ângela; VASQUEZ, Ana. *Mulheres latino-americanas no exílio. Universalidade e especificidade de suas experiências*. Esboços: histórias em contextos globais, Florianópolis - SC - Brasil, 2007. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/1208>.

CRUZ, Angélica. História e Memória das Ditaduras do século XX. *A Igreja Católica, a ditadura e os dilemas da memória no Chile*. QUADRAT, V.; ROLLEMBERG, D. (Orgs.). Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getúlio Vargas, v.1, 2015, pp. 369-393.

GARCÍA, Marcela. *El trabajo militante del exilio chileno en Francia: Contextualización, descripción, micro-medios de comunicación y sus impactos*. Revista Izquierdas, número 17, dezembro de 2013, pp.81-92. Disponível em www.izquierdas.cl.

GARCÍA, Marcela. *Itinerarios militantes, profesionales y familiares de exiliadas chilenas em Francia: un análisis en términos de relaciones sociales*. La Plata, 26, 27 e 28 de setembro de 2012. Disponível em <http://jornadasexilios.fahce.unlp.edu.ar>.

NORAMBUENA, Carmen. *El exilio chileno: río profundo de la cultura ibero-americana*. Sociohistórica, 2008, pp. 163-195. Disponível em http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.4382/pr.4382.pdf.

REBOLLEDO, Loredo. *Mujeres exiliadas: con Chile en la memoria*. CEME – Centro de Estudios Miguel Enríquez – Archivo Chile, 2005. Disponível em <http://www.archivo-chile.com/>.

ROLLEMBERG, D. *Exílio: entre raízes e radares*. Editora: Record, 1999.

RONIGER, L. *Destierro y exilio en América Latina. Nuevos estudios y avances teóricos*. Buenos Aires: Editorial EUDEBA, 2014.

ROSA, Susel Oliveira da. *Mulheres, ditaduras e memórias: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”, Nosotras e invenção de novos espaços tempo*, São Paulo: Intermeios, FAPESP, 2013, pp.152-166.

SADER, E. Cuba, Chile, Nicarágua: Socialismo na América Latina. *Chile: Socialismo como radicalização da democracia?* São Paulo: Série História Viva, 1992. p.34-53.

SANHUEZA, C; PINEDO, J. *La Patria Interrumpida: Latinoamericanos em el exilio. Siglos XVIII-XX. El exilio latinoamericano, una historia permanente*. LOM Ediciones, Santiago, Chile, 2010. p. 7-12.

SZNAJDER, M.; RONIGER, L. *Política y exilio en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 2013.

QUADRAT, S. *Caminhos Cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Fundação Getúlio Vargas, 2011.

A Mulher na Imprensa da Organização Armada Argentina Partido Revolucionario de los Trabajadores/Ejército Revolucionario del Pueblo- PRT/ERP

Amanda Monteiro Diniz Carneiro⁵⁰⁰

Resumo

No ano de 1970, surgia na Argentina a organização armada Partido Revolucionario de los Trabajadores/ Ejército Revolucionario del Pueblo. Constituída principalmente por jovens estudantes e trabalhadores de todas as idades, inspirados principalmente na revolução e na luta armada, a organização, tinha como objetivo principal, vencer o imperialismo e instaurar um sistema socialista nacional na Argentina. Como sabemos, neste mesmo período, na Argentina e em outros países da América Latina, muitas mulheres se inseriram nos espaços públicos e se associaram a grupos armados. Nessa perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo analisar a imagem da mulher militante construída pela imprensa da referida organização.

Palavras-chave: mulher, organização armada, Argentina.

Abstract

In the year 1970, the armed organization Partido Revolucionario de los Trabajadores/ Ejército Revolucionario del Pueblo emerged in Argentina. Mainly made up of young students and workers of all ages, inspired mainly by revolution and armed struggle, the organization's main objective was to overcome imperialism and establish a national socialist system in Argentina. As we know, in this same period, in Argentina and other countries in Latin America, many women entered public spaces and joined armed groups. In this perspective, the present work aims to analyze the image of the militant woman built by the press of that organization.

Keyword: woman, armed organization, Argentina

Introdução

Nos anos de 1960 e 1970 o mundo vivia uma intensa agitação política e cultural. A Revolução Cubana, a Revolução Chinesa, a Guerra do Vietnã, o processo de

⁵⁰⁰Doutoranda em história pela Universidade Federal de Juiz de Fora
E-mail: amandamondiniz@yahoo.com.br

libertação da Argélia, entre outros, projetava a ideia de revolução, a possibilidade de chegar ao poder através das armas e superar as “injustiças do capital”.

Na Argentina o cenário não era muito diferente do restante do mundo ocidental, também foi marcado por demasiada agitação política e social. Basta lembrarmos o radicalismo da ditadura de 1966, o retorno de Perón do exílio em 1973 e a ditadura civil-militar de 1976. Nesse contexto, as esquerdas, influenciadas por todo esse contexto radicalizaram suas ações culminando em um processo de formação de inúmeras organizações armadas. Simultaneamente a tudo isso, se apresentava também diversos movimentos de libertação feminina ligados principalmente à chamada Segunda Onda Feminista, que se desenvolveram nos países da América Latina, aproximadamente na década de 1970. Muitas dessas manifestações contribuíram para conquistas de direitos e modificações de regras hierarquizantes de gênero.

Dessa maneira, nas páginas seguintes, buscamos entender o processo de incorporação das mulheres no PRT/ERP (Partido Revolucionário do Trabalhadores/ Exército Revolucionário do Povo) e o processo de construção da imagem feminina pela imprensa da organização. Nesse sentido, organizamos o presente trabalho em duas partes. Na primeira, abordamos o contexto político argentino e o processo de formação da organização PRT/ERP. Na segunda, apresentamos o processo de inserção das mulheres na referida organização e a narrativa construída pela imprensa acerca da atuação feminina.

A Década de 1970 e o Processo de Formação da Organização Armada Argentina PRT/ERP

Para entender o processo de surgimento das organizações armadas é necessário compreender um contexto ainda maior. Como Destaca Araújo (2008), essas organizações não eram exclusividade da América Latina, estavam presentes em todo o mundo, na Espanha, na Itália, na Alemanha e até mesmo nos Estados Unidos. O caso do Vietnã⁵⁰¹, nos anos de 1960, também teve grande repercussão mundial e contribuiu com as propostas das referidas organizações, na medida em que projetava um contexto de

⁵⁰¹ Para os novos grupos de esquerda dos anos de 1960 e 1970, a guerra do Vietnã (1959-1975) foi considerada um exemplo de sucesso da luta armada contra o imperialismo. A imagem do presidente do Vietnã do Norte, Ho Chi Minh, representava a tese de “violência justa”, de “libertação” da espoliação do imperialismo, responsável pelas enormes desigualdades sociais. (ARAÚJO, 2008).

“violência justa” do oprimido contra o opressor, ou seja, uma violência necessária à libertação da “violência do capital” e obtenção da “justiça social”. Nesse sentido, a busca imediata por transformações sistemáticas nas estruturas políticas e sociais fomentou a formação de inúmeros grupos armados em alguns países da América Latina.

Sobre o assunto afirma Araújo,

Esquerdas, juventude e radicalidade política estiveram fortemente vinculadas e, mais do que isso, deram uma marca inequívoca às décadas de 1960 e 1970 na América Latina. Em boa parte da região, essa conjugação se expressou na proposta política de luta armada. Muitos foram os países latino-americanos que, nas décadas de 1960, 1970 e até 1980, experimentaram a luta armada com o objetivo de uma revolução socialista: Venezuela, Guatemala, Peru, Colômbia, Nicarágua, Uruguai, Brasil, Argentina (ARAÚJO, 2008, p. 248).

Ademais, é importante salientar que as ideias da nova esquerda⁵⁰² presentes na América Latina tiveram impactos das Revoluções Chinesa⁵⁰³ e Cubana⁵⁰⁴, tendo em vista que naquele momento representavam possibilidades para superar as injustiças

⁵⁰² As esquerdas revolucionárias surgidas a partir do início da década de 1960, que impactaram a conjuntura política de diversos países do mundo ocidental, ficaram conhecidas como novas esquerdas. Esse termo foi largamente usado para caracterizar as organizações e partidos que ao longo das décadas de 1960 e 1970, em quase todo mundo ocidental, em que pese suas especificidades, surgiram em oposição aos partidos comunistas tradicionais e seus modelos clássicos de atuação política. (SILVA, 2016, p. 46-47)

⁵⁰³ A Revolução Chinesa também trouxe contribuições no que tange à formação dos novos grupos de esquerda dos anos de 1960 e 1970. A China, durante muitos anos viveu sob domínio de países imperialistas ocidentais e do Japão. Lucros exorbitantes foram extraídos dos chineses, principalmente a partir de monopólios de comércio e de importação de drogas, como foi o caso do ópio. Depois de anos de exploração por potências imperialistas, Mao Tse Tung, com o apoio dos camponeses chineses mudou a história do país. Em 1927, liderou um levante armado e foi violentamente reprimido e perseguido pelas tropas lideradas por Chiang Kai-shek (líder do partido conservador chinês, Komintang). Contudo, com a invasão do Japão em 1937, a República Chinesa ruuiu. Mao, com o apoio dos camponeses, organizou o exército vermelho e derrotou as tropas de Chiang Kai-shek e os invasores japoneses. Em 1º de outubro de 1949, Mao proclamou a República Popular Socialista da China (RATTNER, 2009). Todo esse contexto de guerrilha popular, em que os camponeses foram os principais protagonistas revolucionários, teve repercussão no mundo ocidental e vinha ao encontro dos anseios dos militantes de grupos armados das décadas de 1960 e 1970. A Revolução Chinesa se apresentava como uma alternativa revolucionária para os países de industrialização precária e operariado reduzido. Nesse sentido, permitia a revolução mesmo para países mais pobres em que a economia era essencialmente rural (ARAÚJO, 2008).

⁵⁰⁴ A Revolução Cubana ocorreu em 1959, em reação à ditadura de Fulgêncio Batista (1901-1973). O governo de Batista representava todas as formas de exploração social, tendo sido alicerçado pelo imperialismo dos Estados Unidos, que estimulava a corrupção e a desigualdade social. Para Reis (2011), o grupo revolucionário inicial, com liderança de Fidel Castro, Raul Castro e Che Guevara, tinha como princípios básicos o fim do imperialismo, a liberdade e a autonomia da nação. Para eles a luta armada e a guerra de guerrilhas eram os únicos caminhos possíveis para se fazer a revolução, alcançar o poder e levar justiça social a todas as vítimas da violência do capital.

sociais que recaíam, sobretudo, nas pessoas mais pobres. Nesse sentido, as referidas revoluções apontavam a novos caminhos para transformações sociais e inspiravam jovens militantes.

Na segunda metade do século XX, principalmente a partir dos anos 1960, ocorreu na América Latina, usando a expressão do historiador Jacob Gorender, uma “imersão geral na luta armada”, impulsionada em grande parte pelo sucesso da Revolução Cubana. A proliferação de organizações armadas, pelos diversos países da região, agia no sentido de confirmar o modelo cubano e reiterar como que uma vocação da América Latina para a guerrilha. (ARAÚJO, 2008, p. 259).

Dessa forma, a Revolução Cubana foi tomada como exemplo de sucesso para toda a América Latina. Para muitos, tornou-se uma espécie de esperança para mudança, tendo em vista o fato de um pequeno grupo de guerrilheiros vencer as amarras de um governo repressivo e antipopular.

Na Argentina, as ideias de revolução, violência justa, guerrilhas urbanas e rurais, transformação política, bem como o anti-imperialismo foram de fundamental importância para a formação dos novos grupos de esquerda radicalizados. (ADAMOVSKY, 2012). Além disso, o cenário argentino descrito por Adamovsky (2012) como de desigualdade social, exploração nacional por parte das empresas internacionais e injustiças sociais, sofridas principalmente pelos setores pauperizados, também contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento de tais grupos. Os jovens que formavam a nova esquerda acreditavam que a única saída para a Argentina seria pela luta armada. (ARAÚJO, 2008). Sobre o assunto a autora Claudia Hilb afirma,

En una situación en que la vía electoral está vedada al peronismo, en la que los “Putsch” militares han fracasado, y en la que el desarrollo de una tendencia integracionista parece amenazar la unidad misma del peronismo, la lucha armada comenzó a ser planteada por ciertos sectores como la única vía para asegurar el retorno de Peron al gobierno. (HILB, 1984, p. 16).

Ainda sobre a experiência e escolha pela opção da luta armada como melhor método de luta no momento, explica Araújo,

No caso da Argentina, a experiência da luta armada foi, digamos assim, “entre dois golpes” – posterior à ditadura de Onganía, mas anterior ao golpe de 1976. Mas, sem dúvida, a instauração de regimes militares arbitrários, violentos e repressivos fez recrudescer a opção pela luta armada e pela guerrilha na região latino-americana. (ARAÚJO, 2008, p. 252).

Em virtude de todo esse cenário repressivo e das influências externas a que nos referimos anteriormente, a luta armada foi eleita como a via possível para trazer justiça, dignidade e autonomia para o povo argentino. (ADAMOVSKY, 2012; ARAÚJO, 2008).

Dessa maneira, partir dos anos 1960, muitos foram os grupos radicalizados de esquerda que se formaram, entre esses grupos estavam Montoneros, Forças Armadas Peronistas (FAP), Forças Armadas Revolucionárias (FAR) e outros. No entanto, como afirma Adamovsky (2012), é nos fins da década de 1960 que a formação desses grupos se intensifica. Segundo o autor, “Las cosas, sin embargo, cambiaron rápidamente a partir de fines de los sesenta, sobre todo gracias al impacto del Cordobazo⁵⁰⁵” (ADAMOVSKY, 2012, p. 259). Assim, de acordo com Adamovsky, nos fins da década de 1960 havia se formado mais de quinze organizações guerrilheiras que propunham como método a luta armada. Foi nesse contexto que a organização armada PRT/ERP se apresentou.

O Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) se formou em 1965 a partir da fusão de dois grupos: FRIP (Frente Revolucionario Indoamericano Popular), vinculada aos trabalhadores açucareiros do noroeste argentino e PO (Palabra Obrera), organização trotskista com atuação entre estudantes universitários e trabalhadores

⁵⁰⁵ O Cordobazo ocorreu em um contexto de modernização excludente e de intensa repressão. Desde junho de 1966, com o golpe militar que levou o general Juan Carlos Onganía à presidência, a repressão se acentuou de forma significativa na Argentina. Todas as correntes e manifestações da vida política foram expressamente proibidas. Além disso, o mal-estar dos trabalhadores era visível, sobretudo com a implantação do plano anti-inflacionário, que incluiu o corte de gastos públicos, a desvalorização do peso, o aumento de tarifas e o estímulo à instalação de transnacionais. Nesse sentido, o Cordobazo foi uma espécie de resistência ao referido contexto, tendo ocorrido nos dias 29 e 30 de maio de 1969, na cidade de Córdoba, envolvendo inúmeros jovens que defendiam uma bandeira anti-imperialista. De acordo com Adamovsky (2012), o Cordobazo derivou em uma verdadeira insurreição popular. Os atores decisivos desta revolta foram os operários das automotrizes e da rede de energia elétrica, bem como os estudantes. Os primeiros vinham acumulando motivos para o descontentamento. Os estudantes também tinham motivos para detestar a ditadura, tendo em vista o controle e a repressão colocados nas Universidades. Após o Cordobazo, os jovens se entusiasmaram e um massivo alistamento em organizações de esquerda marcou aquele período. Os valores da esquerda tradicional, tais como o socialismo soviético, foram rejeitados, e uma nova perspectiva, ligada ao “socialismo nacional”, foi eleita pelos jovens dos novos grupos de esquerda.

industriais em Buenos Aires, Córdoba, Tucumán e Rosário. No entanto, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores –Exército Revolucionário do Povo (PRT-ERP) se consolidou apenas em 1970, a partir de “rachas” causados dentro da organização, principalmente por causa da questão militar (adesão ou não da luta armada). Dessa forma, em 1970, no V Congresso do PRT, foi fundado o ERP (com a adesão da luta armada) e assim se originou o PRT-ERP.

De acordo com Pozzi (2009), o PRT-ERP foi uma das principais organizações guerrilheiras do período na Argentina, era constituído principalmente por jovens estudantes e trabalhadores de todas as idades, inspirados principalmente na revolução contra o imperialismo. Tinham como objetivo principal vencer o imperialismo e instaurar um sistema socialista na Argentina. Posicionava-se como uma organização responsável por trazer justiça, igualdade e liberdade, uma vez que para eles o povo argentino se encontrava sob dependência de grandes capitalistas, usurpadores do poder do povo.

No que se refere à esfera militar, a partir de 1975 o grupo estava organizado em numerosas esquadras locais e fabris. Além disso, construiu uma espécie de parceria com os grupos Tupamaros (do Uruguai), MIR (do Chile) e PRT- ELN (da Bolívia). Os referidos grupos, juntamente ao PRT-ERP, instalaram uma fábrica de armas na Argentina, onde eram produzidos explosivos, granadas e submetralhadoras JCR1. Os quatro grupos se apoiavam mutuamente, principalmente no financeiro e no político. Nesse sentido, entre 1969 e 1977 o PRT-ERP realizou diversas ações armadas na Argentina, tais como ataques a quartéis militares, desarmamento de policiais, roubos (de veículos, dinheiro e alimentos, posteriormente repartidos em bairros pobres), assassinatos de repressores e empresários, sequestros, atentados com explosivos, entre outras ações (POZZI, 2009; CARNOVALE, 2018).

Em meio a este cenário de grande mobilização social, muitas mulheres se inseriram nos espaços de luta política, legitimadas, principalmente, pelo radicalismo político oriundo das décadas de 1960 e 1970. Sabemos que em 1975, aproximadamente 40% da organização PRT/ERP eram mulheres. Nesse sentido, essas décadas significaram também mudanças profundas nas bases da divisão de gênero, da organização familiar, e da moral, que durante séculos havia dominado a sociedade (COSSE, 2008). Para entender um pouco mais sobre essas mudanças, no próximo

subtítulo vamos apresentar o processo de inserção feminina na organização armada PRT/ERP e a construção da imagem das mulheres desenvolvida pela organização.

O Lugar da Mulher na Imprensa da Organização Armada PRT/ERP

A presença massiva das mulheres nos espaços públicos deixava clara a ruptura com as normas tradicionais, que estabeleciam espaços diferenciados para homens e mulheres e a total subordinação feminina ao poder masculino. De acordo com Diana (1997), as mulheres, antes dos anos 1940, eram totalmente subordinadas ao poder masculino: se queriam sair, sempre tinham que estar acompanhadas; não podiam usar maquiagem e nem andar de bicicleta. Segundo ela, tudo isso fazia parte da escravidão feminina: passavam-se do poder autoritário do pai ao poder do marido ou dos irmãos. Entretanto, a partir dos anos de 1960, muitas modificações ocorreram e as mulheres se fizeram muito mais presentes nos espaços públicos. Sobre o assunto afirma Sepúlveda:

[...] Os costumes estavam mudando e no seio das famílias, sobretudo de classe média, deixava-se às jovens maiores espaços de liberdade e independência. O casamento deixou de ser a opção única e o convívio sem casar foi uma possibilidade. Questionaram-se os papéis de gênero, e as esperanças depositadas no casamento mudaram. (SEPÚLVEDA, 2016, p. 60).

Destarte, podemos perceber que as modificações ocorridas a partir das décadas de 1960 e 1970 no contexto político e social da Argentina e do mundo, legitimavam os papéis femininos e demonstravam a importância da articulação feminina na luta política. Dessa forma, podemos compreender a grande inserção das mulheres nos espaços públicos a partir da década de 1960.

No entanto, é importante ressaltar que mesmo com todas as modificações, principalmente no aspecto de participação por parte das mulheres nos espaços públicos, muitas demandas por igualdade entre os gêneros não haviam sido alcançadas. Os novos grupos de esquerda da década de 1970, por exemplo, não romperam com as hierarquizações de gênero, apesar de se afirmarem como revolucionários e defensores da liberdade e justiça social, reproduziam lógicas sociais de dominação. A questão dos filhos de militantes, por exemplo, pode ilustrar esse tipo de situação. Na maior parte dos

relatos de militantes em que o pai e a mãe militavam, o cuidado dos filhos era atribuição apenas das mães. Podemos constatar isso no relato⁵⁰⁶ da militante Alicia⁵⁰⁷. Através desse relato, podemos notar que os espaços domésticos continuavam sendo reservados às mulheres. Dessa forma, se quisessem militar, tinham que conseguir conciliar os dois planos: o doméstico e o político. Cristina, também relata⁵⁰⁸ uma experiência de militância de sua amiga que tinha que conciliar esses dois espaços. Podemos notar no relato de Cristina⁵⁰⁹ a hierarquização de gênero pela própria mulher, quando reconhece que não podia levar problemas de cunho doméstico ao marido. Dessa maneira, legitima o domínio masculino, na medida que assume as demandas domésticas como uma obrigação exclusivamente feminina, sem fazer qualquer tipo de questionamento. Nesse sentido, o responsável pelo problema do gás não é pensado a partir de uma lógica de disponibilidade dos dois sujeitos responsáveis pela casa, mas pela condição feminina estabelecida socialmente, independentemente de qualquer outro fator.

Nessa perspectiva, para Delphy (1994), não há dúvida de que diante de uma esquerda, o movimento feminista não está em pé de igualdade. Para a autora,

[...] os grupos e movimentos constituídos sobre bases ideológicas logo se tornam grupos de pressão, reunião de interesses particulares, que favorecem esta ou aquela categoria e permanecem cegos a opressão das outras, apesar das declarações de princípios. O feminismo independente, surgido da revolta, é reforçado pela cegueira e indiferença deliberadas da esquerda, quanto à opressão da mulher corre o risco de seguir a mesma via. (DELPHY, 1994, p. 18)

Uma militante do PRT/ERP fala das dificuldades de atuação encontradas pelas mulheres no interior da organização.

⁵⁰⁶ Nós vivíamos em casas operativas e mesmo que os companheiros tentassem ajudar ou dissessem que ajudavam sempre o serviço da casa ficava para a mulher... a cozinha, a limpeza, o cuidado com as crianças... éramos nós as que estávamos carregando as crianças para todos os lados. (GÓMEZ, 2011, p. 28, tradução nossa).

⁵⁰⁷ As militantes entrevistadas por Maria Rosa Gomes são apresentadas apenas por seu primeiro nome.

⁵⁰⁸ Uma vez senti a reclamação de uma companheira. Ela tinha... tinha dois filhinhos. Ela e o parceiro... ele era o responsável pela regional. Então... ela também era militante e militante dirigente, dirigente importante. Mas chegam na casa e tinha acabado o gás. Quem é o responsável de comprar o gás? O homem ou a mulher? Sabia que não podia levar esse tipo de problema para o companheiro. (CRISTINA *apud* GARRIDO; SCHWARTZ, 2005, p. 18, tradução nossa).

⁵⁰⁹ As autoras Beatriz Garrido e Alejandra Schwartz não apresentam qual foi o modo escolhido para nomear as militantes entrevistadas.

[...] las mujeres tenemos algunos problemas para poder ocupar cargos, somos discriminadas en algunos aspectos, tenemos muchos problemas para poder avanzar en ciertas carreras, incluso dentro de las organizaciones teníamos problemas para avanzar. Siempre las compañeras éramos relegadas de algunas tareas, siempre estaba la onda de decir.... Yo siempre le decía a los varones que ellos tenían un discurso “Si, las compañera mujeres, que se integran a la lucha, todo bien, pero la mía no, que me acompañe ma non tropo. (PASQUALI, 2005, p. 131)

Assim, podemos perceber que antes mesmo da atuação como militante, o gênero tinha um peso decisivo. A participação feminina era limitada pela persistência de práticas tradicionais de gênero entre homens e mulheres. (MARTINEZ, 2015).

Como vamos mostrar a seguir, a revista *Estrella Roja*⁵¹⁰, um dos meios de divulgação das ideias e ações do PRT/ERP, deixava em evidência as hierarquias de gênero. As poucas abordagens femininas apresentadas pela revista, quase sempre estavam ligadas a homenagens a militantes que haviam morrido em atuações pela organização. Apresentamos abaixo parte da narrativa da revista sobre a morte de uma militante.

Siendo las 0 horas 8 minutos del martes 18 de marzo de 1975, al entrar a una casa operativa que había sido allanada, fue apresada nuestra compañera CLARA MARIA ELSA ROSSI ("Ana"). Cabe destacar que nuestra compañera había entrado desarmada. Sin embargo, en el interior de la casa logró apoderarse de un arma defendiéndose valientemente hasta caer muerta. En el enfrentamiento logró matar al OFICIAL SUBINSPECTOR VALBERDE, oficial que dirigía el allanamiento.⁵¹¹

Nessa perspectiva, as mulheres só se tornavam assunto da revista enquanto militantes que desempenhavam ações armadas, quando eram mortas. No cotidiano das publicações sobre atuações bem sucedidas da organização, a atenção era dispensada apenas aos homens. Em alguns momentos, ao analisar a narrativa da revista temos a impressão de que as mulheres não participavam de ações militares, até nos depararmos

⁵¹⁰ A revista *Estrella Roja*, foi organizada a partir de abril de 1971 pelo PRT/ERP. Surgiu depois do V Congresso, que deu origem à referida organização. Tinha como objetivo divulgar ações e objetivos do PRT/ERP, bem como, cooptar novos membros ao grupo. Alternou momentos de impressão na clandestinidade com momentos de legalidade. Segundo Carnovale (2018), alcançou seu ponto mais alto no ano de 1973, com a venda de mais de 54 mil exemplares.

⁵¹¹ REVISTA ESTRELLA ROJA. Buenos Aires, n. 52, p. 1, mai. 1975. Disponível em: <<http://www.ruinasdigitales.com/estrella-roja/listado-de-numeros/>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

com as publicações em formato de homenagem, feitas às mulheres que morreram atuando nesses espaços. Além disso, é importante destacar, que a narrativa acerca das atuações militares é feita sempre no masculino, levando o leitor a pensar que não havia participação feminina nessas atuações. Segue exemplo abaixo.

[...] Sin embargo, la retirada no pudo ser realizada por la totalidad de los compañeros, quedando así un grupo de 27 desvinculados del resto. Estos compañeros sostuvieron luego heroicos combates con fuerzas enemigas abrumadoramente superiores y fueron en su totalidad muertos o hecho prisioneros. El grueso de la unidad mientras tanto regresó a sus bases de origen. No conocemos en su totalidad la nómina de los compañeros caídos en el combate de Catamarca. Pero todos ellos, que murieron combatiendo heroicamente contra el enemigo así como los que lo hicieron en Villa Maria son ya HEROES DEL PUEBLO.⁵¹²

Outro exemplo de assimetria de gênero pode ser percebido em um breve trecho do número 40 da mesma revista, em que é apresentado o papel da mulher na guerra revolucionária. Segue trecho: “[...] las mujeres colaboraban integrando los batallones de limpieza y ocupándose de la cantina en general. Los guerrilleros que tenia entre doce y dieciocho años formaban parte de la juventud comunista.”⁵¹³ A partir da análise desse trecho, constatamos a reprodução, no interior da organização armada, dos modelos tradicionais de gênero compartilhados socialmente, cujo papel feminino era limitado a atividades ligadas ao âmbito doméstico. Nesse sentido, apesar de ocuparem espaços nas organizações armadas é importante destacar que as divisões do trabalho nessas organizações apresentavam tramas de autoridade e subordinação de gênero.

Considerações Finais

A participação das mulheres na vida política, principalmente através das organizações armadas, proporcionou a superação de estruturas naturalizadas, em que o papel da mulher se restringia apenas ao âmbito doméstico. Ingressar em uma

⁵¹² REVISTA ESTRELLA ROJA. Buenos Aires, n. 38, p. 2, 1974. Disponível em: <<http://www.ruinasdigitales.com/estrella-roja/listado-de-numeros/>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

⁵¹³ REVISTA ESTRELLA ROJA. Buenos Aires, n. 40, p. 10, mai. 1974. Disponível em: <<http://www.ruinasdigitales.com/estrella-roja/listado-de-numeros/>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

organização armada significava uma quebra dos estereótipos femininos de passividade e não-violência, vistos como características inerentes às mulheres.

Entretanto, fazer parte desses espaços não significou rupturas radicais com as lógicas de subordinação de gênero. Como vimos, as próprias organizações armadas, apesar de defenderem princípios de igualdade, liberdade e justiça social, reproduziam tramas de autoritarismo e subordinação de gênero. No entanto, são inegáveis as contribuições das décadas de 1960 e 1970 no que se refere ao gênero. Para Gramático (2005), a experiência da militância nesses anos proporcionou às mulheres inteirar-se sobre a condição de subordinação em que viviam, promovendo assim aproximações ao projeto feminista em anos posteriores.

Referências

Fontes

REVISTA ESTRELLA ROJA. Buenos Aires: Ruinas Digitales. Disponível em: <<http://www.ruinasdigitales.com/estrella-roja/listado-de-numeros/>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

Bibliografia

ADAMOVSKY, Ezequiel. *Historia de las clases populares en la Argentina (1880-2003)*. 2. ed. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2012.

ARAÚJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. In: FICO, Carlos *et al.* *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 247-273.

CARNOVALE, Vera. *Los combatientes: historia del PRT-ERP*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2018.

COSSE, Isabella. *Pareja, sexualidad y familia en los años sesenta*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2010.

DELPHY, Christine. Feminismo e recomposição da esquerda. *Estudos Feministas*, v. 2, n. 3, 1994.

GARRIDO, Beatriz; SCHWARTZ, Alejandra Giselle. Las mujeres en las organizaciones armadas de los '70 Montoneros. *Temas de Mujeres*, Tucumán, n. 2, p. 1-20, 2005.

GÓMEZ, María Rosa (Org.). *Memoria de mujeres: relatos de militantes, ex presas políticas, familiares de desaparecidos y exiliadas*. Buenos Aires: Instituto Espacio para la Memoria, 2011. p. 28 (CUADERNOS DE LA MEMÓRIA, 5)

GRAMMÁTICO, Karin. Las mujeres políticas y las feministas en los tempranos setenta: ¿Un diálogo (im)posible? In: DOMINGUEZ, Nora *et al.* *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria Editora, 2005. p. 19-38.

HILB, Claudia. La legitimación irrealizable del sistema político y la aparición de la izquierda en los años 60. In: LUTZKY, Daniel *et al.* *La nueva izquierda argentina: 1960-1980 política y violencia*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1984. p. 11-38.

Martínez, Paola. *Gênero, política y revolución en los años setenta: mujeres del PERT/ERP*. Buenos Aires: Maipue, 2015.

PASQUALI, Laura. Mandatos y voluntades: aspectos de la militancia de mujeres en la guerrilla. *Revista Temas de Mujeres*, Tucumán, n. 4, p. 49-75, 2008. Disponível em: <<http://ojs.filo.unt.edu.ar/index.php/temasdemujeres/article/view/23>>. Acesso em: 4 mar. 2016.

POZZI, Pablo A. Una persona entregada en cuerpo y alma a la revolución ¿quiénes eran los guerrilleros del prt-erp de argentina?. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História: Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.1, n.2, p. 101-121, 2009.

RATTNER, Henrique. Dossiê: 60 Anos Da Revolução Chinesa. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, n.101, p. 33-40, 2009.

REIS, Daniel Aarão. A revolução e o socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso. In: ROLLEMBERG, D. *et al.* *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 363-393.

SEPÚLVEDA, Patricia Graciela. Relatos de militancia femenina em los años '70, cuando todo pareció a punto de cambiar. *Revista Testimonios*, Rosário, n. 5, p. 57-79, 2016.

SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. *Por ti. América": luta armada, internacionalismo e latino americanismo na trajetória da Junta de Coordinación Revolucionaria*. Tese (Doutorado em História Social) Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2016.

Maldição e prazer: a marginalização do território da prostituição feminina da cidade de Boa Vista-RR na década de 1950

Édla Sonaira Salazar de Oliveira⁵¹⁴

RESUMO

O presente artigo analisa a constituição do território da boemia de Boa Vista-RR da década de 1950 através dos discursos moralistas da elite local. Observado como um fenômeno social vinculado ao desenvolvimento da cidade, essas demarcações se dão a partir de relações de poder que não fogem de uma tradução espacial hierarquizada. Essas disputas simbólicas resultam na estigmatização de lugares boêmios populares com o discurso de serem por conta da “ausência de decência” dos seus frequentadores. Mesmo integrada à dinâmica das cidades, passam a sofrer uma “segregação natural” devido a interesses diversos, causando um “isolamento moral”, sendo transformados em lugares de prazer e maldição.

PALAVRAS-CHAVE: Baixo meretrício; discurso moral; relações de poder.

ABSTRACT

This article analyzes the constitution of Boa Vista-RR bohemian territory of the 1950s through the moralistic discourses of the local elite. Observed as a social phenomenon linked to the development of the city, these demarcations are based on relations of power that do not escape a hierarchical spatial translation. These symbolic disputes result in the stigmatization of popular bohemian places with the discourse of being on account of the "lack of decency" of their patrons. Even integrated with the dynamics of cities, they suffer a "natural segregation" due to diverse interests, causing a "moral isolation", being transformed into places of pleasure and curse.

KEYWORDS: Low meretrício; moral discourse; Power relations.

⁵¹⁴ Graduanda do curso de História da Universidade Federal de Roraima. Edla_sonaira@hotmail.com

Introdução

A estrutura urbana da cidade de Boa Vista toma o seu sentido contemporâneo a partir das transformações econômicas, política e sociais vividas ao longo de sua história. O seu espaço urbano foi sendo moldado por fortes fluxos migratórios que marcam a ocupação física da cidade. Fato intensificado ora pelo garimpo, ora por políticas governamentais de ocupação do território.

No espaço da cidade, as áreas que abrigam a prostituição são denominadas zona, esse espaço é ocupado fisicamente, mas possui um alto nível de mobilidade. O território da prostituição tende a não permanecer no mesmo lugar por muito tempo, pois a postura corporal do indivíduo pertencente a esse espaço social é visto pela sociedade como imoral, e logo é reivindicada sua erradicação.

A produção de discursos de padrões da moralidade é uma tentativa de controle pela sociedade/autoridade, com estipulação de regras normalizadoras de um *modus vivendi* na cidade. Com isso, a região boemia de Boa Vista, torna-se local de disputas simbólicas de poder entre as prostitutas e as instituições que defendem os valores impostos pela elite local.

A demarcação do território da prostituição feminina em Boa Vista-RR tem seu marco ainda na década de 1950, a partir da zona de meretrício chamado de “morro”⁵¹⁵ que era composta por pensões e bares localizados no centro da cidade. Essa região não pode ser entendida distante do status social dos seus frequentadores, demonstrando que esses limites ultrapassam a ideia física, sendo principalmente fronteiras simbólicas de demarcação de poder.

A metodologia utilizada para perceber as definições dos espaços boêmios da cidade são os discursos presentes no Jornal “O ÁTOMO”⁵¹⁶. Foi selecionada uma

⁵¹⁵ Denominação encontrada na obra OLIVEIRA, Laucides. **Boa Vista 1953, uma aventura... Ah, dias de minha juventude...** Boa Vista: Gráfica Real, 2007. No qual o autor faz um relato da sua chegada em Boa Vista-RR na década de 1950.

⁵¹⁶ Os jornais foram consultados online graças ao projeto do Núcleo de pesquisa, Artes Visuais e Semiótica da Universidade Federal de Roraima em parceria com a Biblioteca Nacional/Rede da Memória Virtual Brasileira digitalizou mais de seis mil páginas do Jornal Átomo de 1953 a 1956 que estão disponíveis em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=719525&pesq>>. Acesso em: 20 de outubro de 2018.

crônica escrita por Roberto de Queiroz, uma postagem da coluna política “pode ser que seja;... pode ser que não” pertencentes aos redatores do jornal. Além também da carta defesa do professor João Batista Guerra, todos datando entre os anos de 1953 a 1955.

Excluídos da construção das memórias coletivas, os personagens frequentadores de “muquifos”, são estigmatizados. Construiremos uma narrativa que observe aqueles sujeitos que em sua grande maioria foram excluídos da história oficial, mas que fizeram e deram significado na cidade de Boa Vista. Com o objetivo de romper com o que Pesavento (1995) chama de “memória cristalizada”, tomando os lugares boêmios como objeto de percepção da cidade, visão ainda não trabalhada pela historiografia roraimense.

As transmutações da cidade de Boa Vista

A história da atual capital de Roraima confunde-se com a história do próprio estado, uma vez que tenha sido historicamente definida como região central na ocupação do vale do rio Branco. A estrutura urbana da cidade toma o seu sentido contemporâneo a partir das transformações econômicas, política e sociais vividas ao longo de sua história. O seu espaço urbano foi sendo moldado por fortes fluxos migratórios que marcam a ocupação física da cidade. Fato intensificado ora pelo garimpo, ora por políticas governamentais de ocupação do território.

Originalmente ocupada por indígenas, a região “acima das cachoeiras do rio Branco” (IBGE, 195, p. 5 *apud* VERAS, 2009, p. 56) ainda no século XVIII, passa a receber seus primeiros migrantes, seduzidos pelas ações de ocupação portuguesa para garantir a posse da região. Dentre as principais medidas destaca-se a inserção de gado na região, pois os seus extensos campos naturais não necessitavam de grandes investimentos por parte da coroa.

Por ser uma região de fronteira, a partir de meados do século XIX, a coroa toma medidas para maior controle administrativo da região. Em 1856, a região “passou a fazer parte da Freguesia de Nossa Senhora do Carmo, vinculada à Província do Amazonas, Município de Moura” (VERAS, 2005, p. 56). Posteriormente, em 1890 foi fundada a sede do então município amazonense de Boa Vista do Rio Branco.

Segundo Veras, os 53 anos posteriores a sua elevação a município, a produção do espaço urbano de Boa Vista deu-se de maneira acanhada, estritamente relacionada à mineração e à criação de gado para suprir o mercado do estado do Amazonas e do Pará.

Durante a década de 1920, Boa Vista possuía apenas algumas poucas ruas e tinha um número populacional pequeno. Segundo o recenseamento de 1920, cerca de 4.032⁵¹⁷ pessoas viviam no então município amazonense, o local se comparava a uma vila isolada do resto do País. “As atividades comerciais eram incipientes, o sistema de abastecimento d’água era realizado por meio de aguadeiros. Qualquer estrutura como hotel, cinema, jornal, rádio, biblioteca era realidade distante de Boa Vista.” (BRAGA, 2002, p.75). Embora pagasse impostos, a cidade não desfrutava de sua contribuição já que estes recursos eram direcionados à capital amazonense.

Somente a partir de 1943, com a criação do Território Federal do Rio Branco pelo então Presidente Getúlio Vargas, o município foi elevado a capital do território. Com isso houve intensas mudanças na estrutura do espaço urbano tanto física como social, o que marca a atual configuração da capital. O Plano Urbanístico da cidade veio acompanhado da mudança administrativa, foi “elaborado por Darcy Ribeiro Derenusson e implantado pelo então governador do Rio Branco, Ene Garcez, entre 1944 e 1950” (VERAS, 2009, p. 95).

Quando é instituído o Território, o governo federal passa a investir na infraestrutura da região, principalmente em Boa Vista, com isso a cidade torna-se o centro político-econômico e sede administrativa, o que resultou na maior concentração de pessoas nesta cidade. Com a chegada de mão de obra para as construções e para os garimpos de ouro e diamante, a dinâmica social foi modificada. Desse modo, o processo de urbanização foi efetivamente iniciado, o que estimulou a vida noturna na cidade.

A efetiva instalação do Território não só modificou as estruturas físicas da cidade mas, propiciou uma transformação no campo social da região. As migrações, principalmente para a cidade de Boa Vista, “causou um aumento na taxa média de urbanização que passou de 11,6%, em 1941, para 28,33%, em 1950”. (SOUZA, 2011, p. 5)

Os migrantes, civis e militares que vinham tentar “fazer a vida” na região, encontravam sujeitos locais com alto grau de moralidade isso por conta da influência da

⁵¹⁷ 4º censo geral da população, 1926, p. 131.

igreja católica e uma elite com grandes poderes. A cena encontrada por estes novos atores sociais era a seguinte:

um lugar no qual uma elite de origem rural hegemoniza social e politicamente a vida política e econômica; no qual a Igreja Católica tem uma forte presença, rivalizando em antiguidade e influência com algumas famílias autointituladas “pioneiras” e com os fazendeiros ligados à pecuária.(SOUZA, 2011, p. 5)

Desse modo, as concentrações populacionais nas cidades, resultado das migrações, exigem do Estado a criação de normas para o modo de vida citadino. As configurações da cidade são delineadas a partir desse processo do crescimento populacional e a normatização do viver em cidade. A modernidade urbana de Boa Vista passa a desejar uma “cidade ordenada, bela, higiênica” (PESAVENTO, 1995, p. 281), modificando os espaços boêmios boa-vistenses.

Os espaços das cidades são planejados pelo poder público obedecendo uma intencionalidade, e são encarregados de pensar a cidade não só no sentido da construção física, como também a forma do uso dos espaços urbanos aos demais. Os sujeitos que produzem a cidade, geralmente pertencentes a elite, elaboram de forma muitas vezes distante da forma simbólica de como os consumidores desses espaço irão utilizá-la. Pois “Somos nós que ao praticarmos os espaços atribuímos-lhe sentidos e significados”. (PESAVENTO, 2011, p. 4)

Constituição simbólica dos espaços

A diversão noturna é comumente entendida no sentido restrito de consumo, bares, restaurantes, boates. Evidenciando o consumo como um importante papel nessas práticas de diversão noturna nas cidades contemporâneas. Entretanto, a relação de boemia e cidade se dá por muitos outros aspectos, sendo limitante pensá-la apenas por esse viés econômico. (FURQUIM, 2017).

O presente artigo entende boemia como uma prática sociocultural vivenciada por sujeitos em ambiente noturno que apreciam uma vida sem horário, relacionada com a diversão das pessoas. Não a restringindo às questões meramente econômicas e de prazer, pois como todo espaço constituído pelo humano, percebemos disputas simbólicas de poder

Todo processo de construção de lugares é intimamente ligado à experiências/vivências de sujeitos e coletividades que resultam em memórias e afetos. Desse modo, a organização de determinado espaço é entendido “como definido e delimitado por e a partir das relações de poder” (SOUZA, 1995, p. 78) que está intimamente relacionado à noção de fronteira, mesmo que seus limites sejam simbólicos.

Ao analisarmos a boemia como um fenômeno social, percebemos relações de poder que não fogem de uma tradução espacial hierarquizada. Há divisões entre boêmia elitizada e reduto de boêmia das camadas baixas da população. (PESAVENTO, 1999, p. 14), Nesse último caso, esses ambientes são considerados palco de desordens e de crimes, criando no campo do imaginário persistente das classes dominantes a ideia de:

Controle social que visa principalmente aquelas "camadas atemorizantes" da população, constituídas por indivíduos "desclassificados" e avessos aos valores da boa sociedade; que cultiva do ponto de vista da ordem, da moralidade e da segurança, um gênero indigno e socialmente maléfico de vida. (BENATTI, 1996, p. 191)

Essas disputas simbólicas levam os lugares boêmios estigmatizados por conta da “ausência de decência” dos seus frequentadores, mesmo integrada à dinâmica das cidades, passarem a sofrer uma “segregação natural” devido a interesses diversos, causando um “isolamento moral”, sendo transformados em lugares de prazer e maldição. A marginalização ocasionada não somente pela imagem da prostituta, mas por ser lugar de diversão principalmente de homens pobres sem relevância social.

A boemia boa-vistense

A diversão noturna na cidade de Boa Vista de meados do século XX, de ruas tomadas pelos matos, com a escuridão de uma cidade mal iluminada e com recente água encanada, era comum que ocorressem as famosas serenatas nas casas das famílias, com muitas conversas e música. Oliveira (2009, p.19) relata um desses momentos:

Depois do jantar, já de noite, com Paracat, dou uma caminhada pela “Jaime” até a casa do governador sou apresentado a algumas pessoas da família e às visitas, que são muitas. As salas estão cheias e o ambiente é descontraído, festivo mesmo.

Pessoas variadas formam os vários grupos em conversas. As vozes alegres, misturam-se ao som de uma eletrola. Pessoas diferentes formam os vários grupos em conversa.

Essa narrativa supracitada e descreve a forma de diversão “familiar”. Segundo os relatos do memorialista Walmir Pimentel (2010), era muito comum as serestas durante a madrugada afora nas casas de amigos, ele descreve um desses momentos na casa do amigo Aor Magalhães no qual “marcava quatro horas da manhã” (PIMENTEL,2010 p. 52) quando foram todos dormir.

Já na década de 1950 a cidade desfrutava da região do baixo meretrício denominada “morro” hoje localizado no perímetro entre a Rua Antônio Bittencourt, Getúlio Vargas, Araújo Filho e Benjamin Constant. Era frequentada por homens de toda classe social em busca de diversão. Estendiam-se num trecho da Benjamin Constant e repetem por uma pequena rua, que desce para a Getúlio Vargas, de casas esparsas e matagal no trecho” (OLIVEIRA, 2009, p. 21).

Diversos autores que se propõe a estudar a problemática da prostituição dividem o meretrício em três categorias, as definições aqui trabalhadas são do antropólogo Renan Springer de Freitas (1985) que classifica o baixo meretrício como a prática da prostituição de rua ligada a hospedaria barata e alto grau de rotatividade dos clientes, ou seja, as meretrizes são obrigadas a atenderem um número elevado de clientes. No médio meretrício as prostitutas trabalham em casas fechadas que proporcionam maior segurança e por fim, o nível mais alto da prostituição no qual são mulheres exclusivas para clientes com alto poder aquisitivo. As atividades de comércio sexual presente no Morro se encaixam na definição de baixo meretrício e não constam relatos de alguma hierarquização que apresentasse outras categorias, como alto e médio meretrício, na cidade.

Oliveira (2009) descreve a área com detalhes, eram “bares rústicos, iluminados à luz de “petromax”, um possante lampião incandescente, a querosene, isso porque a energia da cidade era desligada as dez da noite e os bares passavam a noite toda abertos. Havia alguns bares, como o “Bar da Generosa”, eram somente bares que ficava próxima a zona do Morro e que não era necessariamente prostíbulos. Outros estabelecimentos,

como o “Bar da Brasa”, iniciavam as atividades somente vendendo bebidas, mas, no ímpeto de lucrar mais, transformavam-se em cabarés com os famosos quartos nos fundos. Havia muitos homens e poucas mulheres, principalmente garimpeiros que, na maioria recém-chegados do garimpo, faziam grandes festas torrando todo dinheiro conquistado.

Por conta do isolamento do Território das outras regiões do Brasil, o comércio de contrabando da Guiana propiciava que as noites boa-vistenses fossem regadas a uísque importado. A cerveja era transportada de barco de Belém, a demora da viagem fazia com que chegasse “choca”, resultado disso é que tornava-se “Coisa rara”. Estocada em geladeiras a querosene, era muito cara e pouco consumida. (OLIVEIRA, 2009)

Nota-se através da publicação do Jornal “O átomo” em 13 de junho de 1953, na carta defesa do professor João Batista Guerra, que o local considerado baixo meretrício também era frequentado por figuras da elite política local. No texto o professor defende-se de supostas acusações proferidas pelo então deputado federal do território, Félix Valóis de Araújo, ao mesmo tempo que desfere acusações sobre a conduta dita inapropriada do deputado em possuir uma vida noturna agitada. Foi relatado supostas visitas ao bar “diamante azul” no baixo meretrício, junto do senhor Aquilino Duarte, personalidades de renome no cenário político local.

Em outra publicação do dia 30 de julho de 1955, na coluna política “pode ser que seja;... Pode ser que não”. Aparece outra acusação, a denúncia do jornal novamente contra conduta do deputado federal Félix Valóis de Araújo. Na notícia o então governador professor Emerson Coelho teria disponibilizado um carro ao parlamentar que teria usado inapropriadamente para ir a zona do baixo meretrício.

Devemos considerar que o Jornal, de propriedade do tenente José Estevam Guimarães, adotava oposição declarada ao deputado federal, além também que nesse período pós-criação do Território, grupos políticos “manipulassem” os jornais e para isso, o poder econômico era fundamental. Mas de todo modo, percebemos no fato apresentado anteriormente, que a possível presença das personalidades nesses espaços boêmios indica condutas práticas contrárias ao discurso moralista adotado por esses indivíduos da elite política, apontando as condutas desviantes dessa elite.

Boemia elitizada no Hotel Boa Vista

A inauguração do Hotel Boa Vista, atual Hotel Aipana Plaza, em 1953, situado na Avenida Benjamin Constant, pode ser visto como um dos marcos importantes para a boemia da elite local. O hotel passou a ser local frequentado por ricos fazendeiros e comerciantes nos anos de 1950 a 1960, o hotel foi construído no centro da cidade em paralelo à zona de baixo meretrício chamado de “morro”. Este último era a área destinada aos prazeres noturnos de frequentadores mais populares.

Até a construção do hotel Boa Vista, segundo os relatos do memorialista Waldir Pimentel⁵¹⁸, o que havia eram pensões pequenas que muitas vezes era palco para a realização de programas pelas prostitutas, principalmente aqueles próximos a Avenida Benjamin Constant. O Hotel Boa Vista, como o primeiro da cidade, foi transformado pela elite em local de diversão para realização dos seus grandes encontros e festas.

De propriedade do governo do Território, o Hotel foi projetado pelo arquiteto Donato Melo Júnior e sua construção levou cerca de três anos. (VERAS, 2009, p. 141) Palco de memoráveis encontros políticos, e testemunha de muitas manifestações públicas que aconteciam à sua frente, na Praça do Centro Cívico.

Sua localização e arquitetura privilegiadas favoreciam autoridades em seus discursos públicos, usando a sua sacada como apoio e abrigo (OLIVEIRA, 2009). Além de ser ótimo local para que seus convidados apreciassem os eventos festivos da cidade e cidadãos se uniam em eventos relacionados ao aniversário do Território e para reuniões políticas. Embora a cidade contasse com vários bares frequentados pela juventude boêmia elitizada, o Hotel Boa Vista toma um sentido do poderio físico da burguesia da cidade pois era a construção mais pomposa, e mesmo sendo de controle estatal, eram grupos com mais recursos financeiros que podiam arrendar e realizar suas festas no local.

Localizada no centro principal, ao lado dos prédios que simbolizavam o poder reconfigurado na nova organização espacial da cidade, o hotel é marcado como a

⁵¹⁸ PIMENTEL, Waldir. **Boa Vista, 1950- Uma história que quero contar**. Boa Vista, Gráfica Real, 2010.

espacialização da opulência da elite boa-vistense. O local é entendido neste trabalho como ponto importante para se compreender as campanhas de desapropriação dos moradores do baixo meretrício, o “morro”. No mundo das aparências confrontam-se a ideia do progresso, o hotel, com a miséria do atraso, a zona, o que simboliza as disputas por territórios no centro da cidade de Boa Vista.

Um “morro” incomoda muita gente...

No final da década de quarenta, a localização do meretrício já era um “problema urbano” discutido pelas autoridades e pelas elites da cidade. A partir daí, a tematização das margens evoluiu e os territórios marginais tornaram-se alvos de discursos moralizadores e campanhas em prol de sua erradicação e transferência. (BENATTI, 1996).

A partir dessas modificações na infraestrutura urbana, reforça-se o discurso relacionando a região do “morro” e seus sujeitos à criminalidade e violência, empobrecimento moral da família, a prostituta é vista como a degeneração da mulher e como malefício à saúde pública.

Na visão da imagem moral burguesa, reproduzida por grupos ditos “de gente do bem” que eram liderados pela elite local, a região frequentada por trabalhadores braçais, garimpeiros e prostitutas são as que mereceriam maior atenção da polícia, da saúde pública e dos demais poderes urbanos encarregados de manter a ordem e zelar pelos bons costumes. Com o objetivo, não de preocupação com esses sujeitos, mas em ocultar essas regiões, que eram permitidas somente quando não percebidas.

As constantes reclamações feitas às autoridades, exigiam a retirada de uma vez por todas da área do “morro” de onde se encontrava para um lugar mais escondido. Pois as práticas ficavam visíveis tanto para quem chegava à cidade como também para as moças da região, ferindo assim a imagem moral da cidade e colocando em risco de perdição as “mulheres de família”.

Isso fica evidente na crônica escrita por Roberto de Queiroz em 01 de março de 1955, no jornal “o Átomo”. A coluna relata que:

Desde o início do hotel Boa Vista, vimos expondo a conveniência da remoção do meretrício declarado do local onde esta para outro mais discreto, onde as **“infelizes criaturas de vida horizontal” possam viver “seus dias infelizes” sem a promiscuidade agora existente com mocinhas, rapazolas e até crianças.** Até porque, o espetáculo favelesco da “zona”, bem ao lado da nossa principal casa de apartamentos, por certo deixa péssima impressão por quem nos visitam. (O ÁTOMO, 01 de mar. de 1955 p.4) [Grifo meu].

“Afetar a moral pública” era a principal acusação que recaía sobre o “morro” e solicitavam o deslocamento da área com a justificativa de que os “bons costumes” não fossem afetados.

Queiroz aponta também que as condutas explícitas de algumas meretrizes do morro eram afrontosas para os comportamentos impostos para uma mulher:

Nos arraiais prostibulares onde a vigilância é imperfeita, o que se atribui a escassez do elemento humano. Existem mulheres públicas de temperamento moderado, mas vivem também ali **as incorrigíveis, aquelas reincidentes na desordem de toda espécie.** “Com cabeças agitadas com verdadeiras tempestades alcólicas, quando a cidade dorme, costumam elas fazer excursão pelas vizinhanças, bradando em termos indecorosos, dissolutos”(O ÁTOMO, 01 de mar. de 1955 p.4) [Grifo meu].

A região do baixo meretrício era atacada por esses discursos por conta das condutas que rompiam com os códigos morais aceitáveis pelo grupo dominante da cidade. Atitudes de mulheres de comportamentos explícitos como as supracitadas, eram vistas como perigosas, pois apontavam uma liberdade das mulheres. As prostitutas pobres são relacionadas à:

Uma “sordidez maldita”, vistas por uma volúpia desenfreada, permeadas de excessos que assustavam as classes privilegiadas. Eram perspectivas que pairavam sobre a condição social, comportamental e todo o entorno dessas mulheres, e não tanto pela objetividade da venda do sexo. Por isso, a polícia se fazia mais presente nos “antros” do baixo meretrício que em outros.(JUNIOR, 2014, p. 30)

Esses territórios eram vistos como perigo a boa ordem já que as autoridades não possuíam controle por não serem organizados e havia “prostituição aberta de clientela rude” (JÚNIOR, 2015, p. 25). Com isso o principal aparelho do Estado sobre essas regiões, torna-se a polícia, como braço repressor.

A polícia criminalizava comportamentos vistos como ofensivos, não necessitava de razões muito razoáveis para efetuar a prisão. As crônicas policiais denotaram ausência de acusações específicas, a não serem as que implicaram infração ao decoro. Além disso, “a polícia tinha motivos em dobro para vigilância dos focos de prostituição, uma vez que homens de “baixo estrato social” eram considerados tão suspeitos e perigosos quanto às prostitutas” (JUNIOR, 2014, p. 24).

A Polícia, assim como os jornais são defensores dos interesses de determinados grupos. Reproduzindo uma opinião difundida entre as elites, o jornal propagou alguns discursos do crescimento assustador e descontrolado das atividades ligadas à prostituição significava um grave prejuízo à ordem, à segurança e à moralidade pública.

O discurso jornalístico produz o esquecimento de que a verdade é uma construção, constituída de uma formação discursiva que determina o que pode e deve ser dito a partir de um lugar social historicamente determinado (MAIA, 2003). Discurso criado sobre a imagem do “baixo meretrício vinha inevitavelmente associado à ideia da animalidade da carne, da bestialidade do sexo, do gozo irrefreável e da orgia sem limites, atestando o último degrau de degradação atingido pela humanidade. Tudo aí passava pelo crivo do negativo, do sombrio, da brutalidade humana”⁵¹⁹.

A prostituição confinada, afastada, regulamentada, normatizada, mais facilmente controlável pelos poderes de polícia, raramente entrava na pauta dos jornalistas, a não ser quando interferiam na lógica moral da urbe.

Considerações finais

As normas sociais e os tabus criados em relação ao comércio sexual, fizeram-se necessários como tentativa de controle pela sociedade/autoridade em estipular regras dentro deste fenômeno social, que em si representa um rompimento aos códigos morais. A procura por um modo de vida normatizador pode ser entendido como uma forma de esconder ou negar os desejos mais escusos da própria sociedade que reprime.

⁵¹⁹ RAGO, Margareth. Op. cit., p. 242.

Isso resulta na criação de grupos outsiders⁵²⁰, ou seja, excluídos do sistema urbano, marginalizados pelo fato de possuírem atos que infringem às regras impostas criando assim grupos exemplos de condutas “inadequadas”, “anormais” e que devem ser evitadas para que os indivíduos permaneçam nos grupos moralmente aceitos e socialmente estabelecidos, apontando a necessidade da existência de comportamentos ditos “inadequados” para que se estabeleça e perpetue a ideia de determinados grupos como o “normal”, “correto”, “adequado”.

Há a tentativa de colocar esses indivíduos desviantes nas condutas ditas “adequadas”, “normais”, entretanto, a constituição do território da prostituição segregado se faz como “mal necessário” no processo de urbanização para construir o discurso moralista e com isso ter controle sobre esses territórios centrais.

Acreditamos que isso tenha ocorrido em Boa Vista, numa sociedade com forte influência da igreja católica e uma elite controladora, disputam com as prostitutas o poder simbólico dos espaços da cidade através de discursos moralistas. Os sujeitos frequentadores do baixo meretrício que são considerados imorais, são banidos do centro da cidade para as regiões periféricas de Boa vista.

Resultado observado na década de 1970 e posteriormente com o *boom* populacional ocasionado pelo garimpo, é percebido com o deslocamento do baixo meretrício para as regiões dos atuais bairros do Caimbé e Asa Branca. A região destinada aos prazeres sexuais foi escondida nas áreas mais distantes do centro urbano, marcando a atual configuração do comércio sexual na cidade.

Referências

Fontes

Jornal “O Átomo”, Boa Vista 14 de fevereiro de 1953, Ano II, n° 99, p.4

Jornal “O Átomo”, Boa Vista 07 de março de 1953, Ano II, n° 99, p.4

Jornal “O Átomo”, Boa Vista 21 de março de 1953, Ano III, n° 101, p.1

Jornal “O Átomo”, Boa Vista 23 de maio de 1953, Ano III, n° 109, p.3

Jornal “O Átomo”, Boa Vista 13 de junho de 1953, Ano III, n° 112, p.3

⁵²⁰ De uso consagrado nas ciências sociais, o termo neste contexto refere-se a indivíduos que estão para além da margens de determinada fronteira ou limite social. Ver: BECKER, S. Howard. **Outsider: estudo de sociologia do desvio**. Tradução: Maria Luiza. de A. Borges. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2008, 15-30.

- Jornal “O Átomo”, Boa Vista 13 de junho de 1953, Ano III, nº 112, p.5
 Jornal “O Átomo”, Boa Vista 20 de junho de 1953, Ano III, nº 113, p.1
 Jornal “O Átomo”, Boa Vista 27 de junho de 1953, Ano III, nº 114, p.4
 Jornal “O Átomo”, Boa Vista 26 de setembro de 1953. Ano III, nº 127, p. 4
 Jornal “O Átomo”, Boa Vista 17 de outubro de 1953, Ano III, nº 130, p.4
 Jornal “O Átomo”, Boa Vista 24 de outubro de 1953, Ano III, nº 131, p.1
 Jornal “O Átomo”, Boa Vista 31 de outubro de 1953, Ano III, nº 132, p.6
 Jornal “O Átomo”, Boa Vista, 28 de novembro de 1953, ANO III, nº136, p. 4.
 Jornal “O Átomo”, Boa Vista 11 de dezembro de 1954, Ano IV, nº 187, p.1
 Jornal “O Átomo”, Boa Vista 01 de março de 1955, Ano IV, nº 197, p.4
 Jornal “O Átomo”, Boa Vista 30 de julho de 1955, Ano V, nº 213, p.1

Bibliografia

- BARRETO, Sonni Lemos. **Espaços (mal) ditos: representações dos bordéis mossoroenses nas décadas de 1950 e 1960.** 168 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História, Natal, 2011, 16-36 p.
- BECKER, S. Howard. **Outsider: estudo de sociologia do desvio.** Tradução: Maria Luiza. de A. Borges. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2008, 15-30 p.
- BENATTI, Antonio Paulo. **O CENTRO E AS MARGENS Boêmia e prostituição na "capital mundial do café" (Londrina: 1930-1970)-** 241f. Dissertação (Mestre no Curso de História)- Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1996, 157-215 p.
- BRAGA, Olavo Viana. **Momentos da história de Roraima.** Editora: Silva. Manaus, 2002, 69-94 p. 12
- CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer.** 3º ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 169-191 p.
- FREITAS, Renan Springer de. **Bordel, bordéis: Negociando identidades.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1985.
- FURQUIM, Késsio Guerreiro. **A construção de lugares na boemia.** 168 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) –Faculdade de Arquitetura- Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, UFRGS. Porto Alegre, 2017. 31-82 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento de 1920: 4º censo geral da população e 1º da indústria e agricultura.** Rio de Janeiro, 1926, 131 p.

JÚNIOR, Paulo Marreiro dos Santos. **Glamour e agonia na prostituição da manaus da borracha**. Cordis. Mulheres na história, São Paulo, vol.2, n°13, p. 17-31, jul./dez. 2014.

MAIA, M. C. G. **O adolescente em conflito com a lei falado pelo discurso jornalístico**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN,3,2003, Rio de Janeiro. Anais.... Rio de Janeiro: UFF,1 CD, 2003.

OLIVEIRA, Laucides. **Boa Vista 1953, uma aventura... Ah, dias de minha juventude...** Boa Vista: Gráfica Real, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.8, n°16, p. 279-290, 1995.

_____. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades Imaginárias** Revista Brasileira de História, vol.27, n° 53, São Paulo Jan./June 2007.

PIMENTEL, Walmir. **Boa Vista, 1950- Uma história que quero contar**. Boa Vista, Gráfica Real, 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**; tradução Maria Cecília França. , São Paulo: Editora Ática,1993, 143-163 p.

RAGO, Margareth. **Os Prazeres da Noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. São Paulo: Paz e Terra, 2008, 360 p.

_____. **As mulheres na historiografia brasileira**. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: UNESP, 1995, 81-91 p.

ROSSIAUD, J. **A Prostituição na Idade Média**; tradução Cláudia Schilling. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991.

Santos, Milton. “O retorno do território”. In SANTOS, Milton (org.). **Território: Globalização e fragmentação**. São Paulo: Editora Hucitec/ANPUR, 1994, 15-20 p. 13

SILVA, Jean Carlos. **O conceito de território na Geografia e a territorialidade da prostituição**. In: RIBEIRO, Miguel Angelo; OLIVEIRA, Rafael da Silva (Org.). **Território, sexo e prazer: olhares sobre o fenômeno da prostituição na geografia brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, 19-41 p.

SOUZA, Carla Monteiro de. **Os relatos de memória e as cidades: uma relação sensível**. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH- *Associação Nacional de História*. São Paulo: ANPUH SP, 2011. Disponível em: www.snh2011.anpuh.org/anais.

VERAS, Antônio Rezende Tolrino. **A produção do espaço urbano de Boa Vista – Roraima**. São Paulo, 2009. 235f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Monoparentalidade feminina: A Interseccionalidade no discurso de raça e gênero em camadas populares

Autora: Juliana Moreira Borges⁵²¹

RESUMO

O presente artigo tem a intenção de apresentar alguns aspectos de uma pesquisa em construção junto ao programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Minas Gerais. Trata-se de um trabalho investigativo que tem por objetivo aprofundar o conhecimento acerca das mulheres negras líderes de famílias e que vivem em bairros de periferia da região Venda Nova em Belo Horizonte, bem como colher e registrar as contribuições vivenciais dessas mães na educação étnico-racial de suas crianças negras nas faixas de 4 e 5 anos. A pesquisa apresenta perfil qualitativo e o recurso metodológico principal serão as escrituras. As escrituras oportunizarão uma participação ativa destas mães-sujeito no registro escrito de suas experiências vivenciais. Além disso, serão utilizados questionário e entrevistas narrativas. A seleção bibliográfica proposta na construção da investigação foi criteriosamente selecionada, com o cuidado de trazer à pesquisa um grupo de autoras (es) com conhecimento das questões levantadas no estudo.

Palavras-Chave: Educação, Monoparentalidade feminina, relações étnico-raciais e Interseccionalidade.

RÉSUMÉ

Cet article a pour but de présenter certains aspects d'une recherche en cours de réalisation au sein du programme d'enseignement supérieur de l'Université d'État de Minas Gerais. Il s'agit d'un travail d'investigation qui vise à approfondir les connaissances sur les femmes noires qui sont des chefs de famille et qui vivent dans les banlieues de la région de Venda Nova à Belo Horizonte, ainsi qu'à recueillir et à

⁵²¹ Mestranda pelo Programa Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação – Mestrado Acadêmico em Educação e Formação Humana – da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE/UEMG) possui graduação em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2008). Possui especialização em, História e Cultura Afro-brasileira, Psicomotricidade e Neuro psicopedagogia. Professora pela Prefeitura de Belo Horizonte. Compõe o Núcleo das Relações Étnico-Raciais de Belo Horizonte. Juborges13@yahoo.com.br

enregistrer les contributions expérientielles de ces mères dans l'éducation ethno-raciale de leurs enfants noirs de 4 et 5 ans. La recherche présente un profil qualitatif et la principale ressource méthodologique sera la rédaction. Les écrits permettront à ces mères de participer activement à l'enregistrement écrit de leurs expériences. En outre, un questionnaire et des entretiens narratifs seront utilisés. La sélection bibliographique proposée dans la construction de l'enquête a été soigneusement choisie, avec le souci d'apporter à la recherche un groupe d'auteurs ayant une connaissance des questions soulevées dans l'étude.

Mots clés: Éducation, Monoparentalité Féminine, Relations ethno-raciales et Intersectionnalité.

INTRODUÇÃO

Desde muito pequenas, as crianças têm contato com a herança étnico-racial do processo de colonização e diariamente em minha vivência como professora da educação infantil pude perceber o quanto a discriminação pela cor da pele causa desconforto e falta de pertencimento da criança negra em seus espaços de convivência. O adulto, neste sentido, pode exercer uma participação ativa na mediação desta educação. No espaço escolar incentiva-se que práticas educativas antirracistas e decoloniais⁵²² sejam estimuladas. Sabendo que a educação da criança não se limita ao ambiente escolar, interroga-se sobre como ocorre essa educação racial e identitária para além dos muros da escola. A partir deste questionamento e de observações relacionadas ao impacto interseccional em comunidades periféricas, percebeu-se lacunas nas discriminações socio-raciais vivenciadas por estas crianças e o problema que mobiliza essa pesquisa reverberou: Como uma mulher, líder de uma família monoparental feminina contribui para a educação identitária de sua criança negra, levando em conta as intersecções de opressão?

⁵²² Decolonialidade é um termo que propõe uma perspectiva crítica e desconstruída de educação, questionando a colonização e os impactos dela como resultado social em suas diferentes vertentes. Propõe um diálogo crítico para além de racismos e sexismos vivenciados, propõe intervenções, acadêmicas ou não, capazes de apresentar novas perspectivas e novas construções para além das atividades intelectuais, trata-se de consciência social e da compreensão de que estar a margem foi condição imposta pela herança colonial.

Existem lacunas quando se busca pesquisas que tratem a educação no cotidiano familiar. A partir de uma busca pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa - ANPEd, entre os anos de 2011 a 2019 (cinco últimas reuniões), percebeu-se que pesquisas voltadas para educação das relações étnico-raciais são elaboradas majoritariamente no âmbito escolar. Das pesquisas encontradas, 75% eram voltadas para a educação das relações étnico-raciais na educação infantil sendo que 41% destas tratavam da lei nº 10639/2003 (AUGUSTO 2015, AMARAL 2015, VANZUITA 2015, CARVALHO 2017, SILVA 2017). Apenas duas tratavam das questões raciais no campo familiar. Na oportunidade, encontrou-se diálogos que afirmam que a educação precisa ser conduzida de forma mais abrangente e coletiva, com o intuito de mover o pilar do racismo estrutural. Pretende-se com este estudo provocar construções epistêmicas da área voltados para a educação não escolar.

Dentre o grupo de famílias, há um recorte ainda mais excludente e selecionada como parte fundamental deste estudo que é o das famílias monoparentais femininas negras. No Brasil, a questão racial ainda apresenta impacto em torno do formato de família de acordo com a raça. Abdias em seu livro “O genocídio do negro brasileiro”, apresenta esse lugar destinado a mulher negra, consequência do período escravocrata. “O Brasil herdou de Portugal a estrutura patriarcal de família e o preço dessa herança foi pago pela mulher negra, não só durante a escravidão. Ainda nos dias de hoje, a mulher negra, por causa da sua condição de pobreza, ausência de status social, e total desamparo, continua a vítima fácil.” (NASCIMENTO, 2016, 1884 p.73)

O estudo a seguir pretende encontrar com essa mulher/mãe, imersa às opressões que rodeiam a sua realidade, tirá-la do sufocamento, dando voz aos seus anseios e questionamentos, conhecer suas expectativas e identificar como ela, em meio a submissão pode promover ao seu filho valor identitário. Se faz muito pertinente o diálogo proposto aqui, pois além de apresentar a realidade de famílias negras e mobilizar questionamentos da educação que vão além da escola promove também uma visão decolonial de epistemes negras desvalorizadas.

DESENVOLVIMENTO

O tema das chamadas "famílias monoparentais femininas" pode ter ganhado relevância em decorrência da projeção feminista no âmbito das ciências sociais e como

parte também do chamado "multiculturalismo crítico"(KUPER, 1999)⁵²³. Movimentos sociais que questionam os sujeitos e seus papéis na sociedade, podem ter fomentado a mulher contemporânea na luta por emancipação e independência. A mulher negra, no entanto, pertence a um lugar em que a autonomia foi condicionada ao seu estado, uma solidão travestida de independência.

A família negra, historicamente carrega nos ombros maternos das mulheres responsabilidades com a educação dos filhos e estas se mostram solitárias neste processo. hooks em seu texto “Vivendo o amor” (1997) apresenta as limitações da mulher negra em vivenciar o amor em seu cotidiano, uma vez que o contexto de pobreza e sofrimento, perpassam às questões emocionais e afetivas. A necessidade é alimentar e cuidar da família, desde o período colonial “A escravidão criou no povo negro uma noção de intimidade ligada ao sentido prático de sua realidade. Um escravo que não fosse capaz de reprimir ou conter suas emoções, talvez não conseguisse sobreviver” . No texto, hooks afirma que as dificuldades com o ato de amar estão presentes desde o período escravocrata: “Elas sabiam, por experiência própria, que na condição de escravas seria difícil experimentar ou manter uma relação de amor.”

Conforme dados, as mulheres continuam as responsáveis pelos filhos, em sua maioria e a maior parcela de mulheres monoparentais continuam na periferia. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE: “Em dez anos, de 2000 a 2010, o Censo destaca que o papel da mulher responsável pela família subiu de 22,2% para 37,3% (IBGE, 2012).” O aumento de famílias monoparentais é maior nas regiões mais pobres do país; o modelo de casal com filhos tem valores máximos na região Sul, e o Nordeste, região mais pobre do país, é onde mais aumenta a participação das mulheres chefes de família (IBGE, 2012). Na pesquisa divulgada em 2017, o IBGE apontou que “Um dos grupos mais vulneráveis é composto pelas pessoas que moram em domicílios formados por arranjos cujo responsável é mulher sem cônjuge com filhos de até 14 anos de idade” a informação se completa ao apresentar que “56,9% dessas pessoas vivem em situação de pobreza. Se o responsável desse tipo de domicílio

⁵²³ “Multiculturalismo Crítico ou perspectiva intercultural crítica busca articular as visões folclóricas a discussões sobre as relações desiguais de poder entre as culturas diversas, questionando a construção histórica dos preconceitos, das discriminações, da hierarquização cultural.”

(monoparental com filhos) é uma mulher preta ou parda, a incidência de pobreza sobre ainda mais, a 64,4%” (GARCIA, 2019)

Neste contexto do monoparentalismo feminino, essa mulher de baixa renda e negra enfrenta seus obstáculos e não é colocada como sujeito a ser amparado pelo Estado.. Ângela Davis (2016) contextualiza esta mulher que precisa trabalhar fora e cuidar das filhas/os com base em uma solução voltada para as políticas públicas. Davis, nos mostra que a mulher que está na liderança desta família, precisa de suporte para que ela consiga se manter no mercado de trabalho e assim sustentar os seus.

Esse é o desafio que emana das fileiras cada vez maiores de mulheres da classe trabalhadora. A reivindicação pelo atendimento universal e subsidiado em creches é uma consequência direta do número crescente de mães trabalhadoras. E, à medida que mais mulheres se organizam em torno da reivindicação por mais empregos – empregos em termos de completa igualdade com os homens -, questões sérias são cada vez mais levantadas a respeito da viabilidade futura das obrigações das mulheres (DAVIS, 2016, p.244)

Incompatível pensar na emancipação financeira da mulher e sua participação no mercado de trabalho sem questionar o lugar da sua prole nessa logística. É necessário condicionar o envolvimento da mulher no mercado com políticas que favoreçam esta atuação. Principalmente da mulher negra. Esta, além das opressões de gênero típicas da sociedade patriarcal, carrega a rejeição social em sua pele devido a sua cor. Como bem exemplifica um dos maiores expoentes do feminismo negro brasileiro, Sueli Carneiro (2003), em um dos seus artigos fundamentais para o entendimento das questões sociais do grupo de mulheres negras, intitulado "Enegrecendo o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”:

Em geral, a unidade na luta das mulheres em nossas sociedades não depende apenas da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige, também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo. O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão

de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e anti-racista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira. (CARNEIRO, 2003, p. 50)

Mães de crianças negras enfrentam desde cedo a certeza que a sua filha (o) traz na pele a cor da preocupação e sabem que assim que ele estiver com um tamanho maior, precisará ensinar a eles que sua cor causa medo e que ele pode ser vítima de uma sociedade que o teme e o pune pela sua raça. E não. Nem as mães negras estão preparadas para educar pessoas para enfrentarem o racismo. O caminho correto passa exatamente pelo sentido oposto que vem sendo percorrido pela sociedade. O ideal de uma educação antirracista tem sido projetado, contudo a estrutura racista firmada há algum tempo demonstra que se tem um longo caminho a percorrer, tornando o jovem negro figura vulnerável. Sabendo dessa situação, cabe a mãe apresentar a filha e filho a sociedade capaz de invadir seu território com armas e sem respeito nenhum ou empatia, alvejar tiros sem a preocupação em ceifar vidas inocentes e que o alvo pode ser ele.

Compreender o lugar de mulher negra monoparental em uma periferia, exige uma análise de todos as bases de opressão que colocam esta mulher nestas junções de dominações. Exige uma compreensão das relações múltiplas e simultâneas de desigualdade. A estrutura social atual conta com a sólida sustentação das colunas do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo para ampará-la. Assim, classificam-se os indivíduos por raça, classe e gênero. É como se houvessem vias que segregam ou acolhem a partir das suas características físicas e econômicas. Movimentar-se com fluidez por entre as vias interseccionais pode se mostrar complexo para quem se apresenta nos cruzamentos de várias opressões.

Interseccionalidade é o nome dado para a teoria que trata destas avenidas identitárias, que coloca essa mulher negra, periférica e chefe de família nas sobreposições de classe, raça e gênero onde frequentemente é atingida em colisões que a limita em seus progressos. Segundo Patrícia Hill Collins (2010 p.21) interseccionalidade é um “sistema de opressão interligado” . É nesse sentido, lugar da mulher negra e periférica que este conceito atua.

“Somos herança da memória. Temos a cor da noite, filhos de todo açoite fato real de nossa história.” esse fragmento da música identidade de Jorge Aragão diz da herança histórica da população negra. Ao deparamos com fatos antigos, é sabido que

os propagadores da informação cuidaram de analisar o cenário, a partir de seus fundamentos, valorizando fragmentos que para eles são essenciais, negando por vezes que a história tenha diferentes pontos de vista. Para Boaventura de Souza Santos “ Toda experiência social produz e reproduz conhecimento e, ao fazê-lo pressupõe uma ou várias epistemologias.” (2010 p. 15). Pensando nisso, quais vozes são ouvidas e quais saberes são valorizados? Somos herança de uma história contada por quem? Quais foram os pilares usados para sustentar a educação brasileira? A comunidade científica produziu por anos narrativas da história tendo como valor epistemológico uma hegemonia branca, principalmente devido ao processo colonizador que trouxe junto com as embarcações, a imposição cultural.

O processo do colonialismo tem a ver com a imposição cultural das nações colonizadoras no mundo com a imposição de saberes, estruturas, religiões, comportamentos e padrões tratados como únicos e baseados na visão europeia enquanto universal, todo indivíduo que desvie desta estrutura monolítica de padrões, é classificado como o outro. O Brasil sofreu este impacto colonizador, quando os portugueses chegaram tomando o espaço, as vidas, as crenças, a saúde e a tranquilidade de milhares de índios que aqui viviam.

Colonizar é exatamente isso, impor um formato padrão e tratar as individualidades do outro com insignificância, frente a uma soberania imposta. Mas existe um colonialismo presente e mais moderno, capaz de impor o seu domínio em um formato diferente do colonialismo político, trata-se do colonialismo epistêmico e ontológico, que inclui a política, mas vai além, pois pode definir os acessos que temos, ou seja, o colonialismo da subjetividade. De acordo com bell hooks, “no discurso colonial, o corpo colonizado foi visto como corpo destituído de vontade, subjetividade, pronto para servir e destituído de voz”. (1995,p.145). Enquanto nas vivências cotidianas subalternas é possível perceber ausência de identidade o lado dominador estabelece conceitos, padrões e modelos de referência em todas as áreas, dentre todo poder, o domínio epistemológico.

O colonialismo, para além de todas as dominações porque é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma reflexão extremamente desigual entre saberes que conduziu à

supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade. (SANTOS, 2010 p. 23).

A decolonialidade vem nesse sentido mostrar resistência, opera de forma crítica a tudo o que nos é imposto e que, no contexto colonial, encontrou aval na igreja e na ciência para que se estabelecesse de modo a pertencer intrinsecamente. O decolonialismo propõe um diálogo crítico para além de racismos e sexismos vivenciados, propõe intervenções, acadêmicas ou não, capazes de apresentar novas perspectivas e novas epistememes. Para além das atividades intelectuais, trata-se de consciência social e da compreensão de que estar a margem foi condição imposta pela herança colonial. A educação nesse sentido se apresenta como lugar difusor das ideias decoloniais e questionadoras. A escola por direito é lugar de todos e todas, acolhe negros, ciganos, índios, pessoas oriundas das camadas populares. Todas e todos buscam na escola uma solução salvacionista de um futuro melhor. Mas até que ponto esta educação se apresenta com diálogos abertos a todas as camadas e até quando o diálogo não passa de uma imposição de normas culturais eurocêntricas?

A imagem da família negra foi apresentada para que a compreensão de seu lugar social seja entendida bem como a violenta desigualdade imposta por anos. A falta de pertencimento destes sujeitos reflete em vários ambientes, inclusive na escola. Questionar as ações que colaboram por alimentar os estereótipos e os desconfortos causados na escola é um importante passo na construção de uma sociedade mais igualitária. Voltar nas origens das famílias que são herança da diáspora africana, promove um maior entendimento das injustiças dos lugares ocupados por estas pessoas.

Família e educação são assuntos tratados frequentemente como fórmula para o sucesso dos indivíduos. Uma unificação que, se operar corretamente, pode mostrar ao sujeito o conforto e o suporte necessários para evolução na caminhada pessoal e profissional. Em ambas esferas o processo educativo e formador acontece. Educação sob a perspectiva da família apresenta características menos formais que a educação institucional escolar, no entanto, quando tratamos de identidade e cultura, homens e

mulheres direcionam a este âmbito, papel na construção identitária. Nilma Lino Gomes (2003), sobre cultura e educação não escolar diz o seguinte:

Por isso, ao discutirmos a relação entre cultura e educação, é sempre bom lembrar que a educação não se reduz à escolarização. Ela é um amplo processo, constituinte da nossa humanização, que se realiza em diversos espaços sociais: na família, na comunidade, no trabalho, nas ações coletivas, nos grupos culturais, nos movimentos sociais, na escola, entre outros. (GOMES, p.170)

Quando o assunto em pauta são as famílias periféricas, muitos são os estigmas criados para afastar essa parte da população do sucesso escolar. Fala-se muito sobre o baixo comprometimento das camadas populares e frequentemente a escola deposita nas famílias a falta de interesse em dedicar-se a educação de filhos e filhas. Muitos acreditam ainda que a resistência por parte das famílias periféricas se dá pela falta de proximidade com o ambiente escolar. No entanto, estudos que datam desde 1990 (BOURDIEU e CHAMPAGNE 1998, DE QUEIROZ 1995, CHARLOT 1997, DUBET 1997, VIANA 2005) apontam que essa “omissão” ou “indiferença” é um mito .

Ora, não há demissão dos pais das famílias populares [com relação à escola], isto é preciso afirmar com veemência! (...) [Nesse domínio] Nós estamos na ordem do sofrimento, da impotência, não da demissão. (...) Ao contrário, os meios populares expressam uma forte demanda com relação à escola. (Charlot, 1997, p. 70)

Percebe-se, que os laços de família da população negra não foram estabelecidos de maneira igualitária e que existem sim intersecções de opressão onde a população negra encontra-se em lugar de desigualdade estrutural desde o período colonial. A solidão da mulher negra pode ser justificada por todas as questões que sustentam o racismo e tal pesquisa objetiva-se em responder: Como mulheres monoparentais residentes em áreas de vulnerabilidade social, colaboram na educação e formação étnico-racial de crianças com idade de 4 a 5 anos das EMEIs da região de Venda Nova? Tal objetivo se subdivide-se em questões que tratam sobre as vias que colocam essa mãe neste lugar oprimido, apontando as principais questões que essa maternidade negra traz, como: Compreender na prática as relações existentes entre educação,

vulnerabilidade social e raça através da análise do perfil sócio/econômico das famílias pesquisadas e de seu cotidiano, enquanto moradores de áreas periféricas com baixo desenvolvimento social; Especificar informações acerca da vida da mulher/mãe da periferia e os principais obstáculos cotidianos da família e analisar como a família monoparental feminina pode contribuir na construção identitária e educacional das crianças negras periféricas.

As EMEIS (Escolas Municipais de Educação Infantil) são espaços escolares oferecidos para auxiliar as mães com filhos em idade de 0 a 5 anos no município de Belo Horizonte/MG. As EMEIs foram criadas no ano de 2003. Neste ano, ainda com o nome UMEI (Unidade Municipal de Educação Infantil) o município implantou o Programa Primeira Escola, com a promulgação da lei n. 8.679/2003, que também dava as providências para que todas as creches conveniadas que estavam vinculadas ao serviço da assistência fossem transferidas para a Secretaria Municipal de Educação - SMED. A partir dessa data, a Educação Infantil passou a ser considerada legalmente, no município, como uma etapa da Educação Básica. Com base nesta lei, Belo Horizonte criou as UMEIs e deu início ao atendimento de crianças menores de 6 anos. A partir de então, cresceram e ampliaram seu atendimento. A expansão da educação infantil em Belo Horizonte deu-se principalmente por convênios entre a prefeitura e as creches comunitárias. Atualmente são 131 EMEIs espalhadas por Belo Horizonte, com atendimento parcial e integral de crianças de 0 a 5 anos. Além das EMEIS, Belo Horizonte oferece atendimento para esse recorte etário através de suas 195 creches conveniadas e as escolas de Ensino Fundamental que foram adaptadas para atender turmas destinadas à Educação Infantil. A região de Venda Nova conta com 17 destas 131 EMEIs⁵²⁴.

Venda Nova, local escolhido para encontrar esses sujeitos, está localizada na periferia de Belo Horizonte e de acordo com a pesquisa do Mapa da Exclusão Social de Belo Horizonte da revista Planejar, (BATISTA, 2008), apresenta alto Índice de Vulnerabilidade Social (IVS). Os valores do IVS dos bairros desta região são representativos, entre 64 e 52. Estes números demonstram o quanto a região sofre com a

524

Disponível

em:

<http://portaldeservicos.pbh.gov.br/portalservicos/view/paginas/apresentaServico.jsf>.

Acesso em 30 de junho de 2020.

situação socioeconômica, violência e precariedade urbana.⁵²⁵ Essa região será o ponto de encontro entre a pesquisa e as mães líderes de famílias negras. Estas mulheres, mães de crianças de 4 e 5 anos que, independentes, conduzem as suas famílias em áreas periféricas. Ou seja, pobreza, exclusão e vulnerabilidade social, preconceitos e desigualdades, a luta pela sobrevivência, a emancipação feminina, a relação com o trabalho, e dimensões como gênero, classe, raça/etnia, idade/geração são aspectos que atravessam as famílias chefiadas por mulheres (CASTRO, 1990; GOLDANI, 1994).

Neste contexto, o estudo propõe uma análise das famílias de crianças negras chefiadas por mulheres de áreas de vulnerabilidade da região de Venda Nova. Questionamentos acerca da atuação destas mulheres na condução e formação das crianças, principalmente da educação identitária serão os norteadores do trabalho. Objetiva-se conhecer como é conduzida principalmente a educação no campo da identidade racial. Contudo, sabe-se que inserir no contexto destas mulheres negras e periféricas acarreta outros questionamentos que fomentam um estudo mais profundo, sendo necessários apresentar durante a pesquisa indagações que envolvem o contexto periférico e o estado de mãe solo. Contudo vale lembrar que o principal questionamento é “Como mulheres monoparentais residentes em áreas de vulnerabilidade social, colaboram na educação e formação étnico-racial de crianças com idade de 4 a 5 anos no contexto da Educação Infantil?”

Por um lado, as mães podem alimentar a opressão de suas filhas e seus filhos se os ensinar a acreditar na própria inferioridade. Por outro, a relação entre mães e filhos pode servir como esfera privada na qual se aprendem culturas e formas cotidianas de resistência. Quando mães negras escravizadas ensinam as filhas e filhos a confiar em suas autodefinições e valorizar a si mesmos, elas lhe ofereciam uma ferramenta poderosa de resistência a opressão. (COLLINS, 2019 p. 108)

Na edificação desta pesquisa, houve a necessidade de um levantamento bibliográfico com autoras (es) cujos estudos estejam voltados para a população negra, em especial a mulher. Intenciona-se seleção criteriosa das referências escolhidas, com o intuito destas obras terem identidade com os sujeitos da pesquisa. A metodologia

⁵²⁵Disponível em <http://www.pbh.gov.br/smpl/PUBP002/Mapa%20da%20Exclusao%20Social%20de%20BH%20Revista%20Planejar%208.pdf>. Acesso dia 05 de junho de 2020

escolhida foi a qualitativa com etapas de construção que contribuirão para que essas mães tenham atuação direta na edificação da pesquisa. O processo passará por um questionário como filtro destas famílias a fim de que o perfil selecionado seja de famílias monoparentais femininas negras e periféricas, uma vez que o estudo questiona essa família neste lugar de intersecção de opressões. Depois haverá uma entrevista narrativa para aprofundamento da realidade de funcionamento da educação identitária desta criança negra e concomitante a isso será proposta um processo de “escrevivências” como forma de comunicação destas mulheres/mães dentro da pesquisa. Descolonizar nossas práticas e nossos olhares, levando em consideração a importância de valorizar o sujeito emudecido sem continuar a cometer violências epistêmicas e sem manter a mulher negra “tão muda como sempre esteve” (SPIVAK, 2010 p.112). Nesse sentido, a diferença está na conduta do pesquisador que se propõe a explorar a vivência desse “outro” .

Ao buscar aprender a falar ao (em vez de ouvir ou falar em nome do) sujeito historicamente emudecido da mulher subalterna, o intelectual pós-colonial sistematicamente “desaprende” o privilégio feminino. Essa desaprendizagem sistemática envolve aprender a criticar o discurso pós-colonial com as melhores ferramentas que ele pode proporcionar e não apenas substituindo a figura perdida do(a) colonizado(a). (p 114)

Pensando a partir desta proposta de “falar ao” , a estratégia pensada na pesquisa em questão como forma de comunicação e resistência são as “escrevivências” . Talvez tenha certa ousadia nas expectativas das escrevivências, porque nasce de simplicidade, não deve mobilizar tanto as bases estruturais. A exemplo de “Quarto de despejo” escrito na humildade de Carolina de Jesus, não se deve desmerecer a potência do que é sutil. Ninguém sai de uma escrevivência do mesmo modo que iniciou. É uma estratégia de escrever a sociedade, mas sem usar outras lentes, escrita real pela ótica da verdade.

Carolina Maria de Jesus. Mulher, negra, mãe solo de três filhos, moradora da favela, catadora de papel e escritora. Carolina pôde colaborar ricamente com suas obras na mesma medida que consegue agregar valor com seu exemplo de mulher líder de uma

família monoparental feminina. A prática de escrever suas vivências, oportunizou que o mundo soubesse mais da vida de uma mulher negra favelada. A autora que teve a fome como inimigo habitual, sempre agregou valores à educação de seus filhos e nunca se mostrou disposta a se submeter às regras patriarcais. Pode-se perceber essa postura em inúmeras passagens de seu livro "Quarto de despejo"

Os meus filhos não são sustentados com pão de igreja. Eu enfrento qualquer espécie de trabalho para mantê-los. E elas, têm que mendigar e ainda apanhar. Parece tambor. A noite enquanto elas pedem socorro eu tranquilamente no meu barracão ouço valsas vienenses. Enquanto os esposos quebram as tábuas do barracão eu e meus filhos dormimos sossegados. Não invejo as mulheres casadas da favela que levam vida de escravas indianas. Não casei e não estou descontente. (JESUS, 2014, p.11)

O diálogo pode oportunizar novas perspectivas, enquanto as palavras de resistência estiverem por aí teremos a chance de criticar as bases estruturais e a educação. Como lembra Carolina quando diz que: “Não tenho força física, mas as minhas palavras ferem mais do que a espada. E as feridas são incicatrizáveis” (JESUS, 2014 p.43). Se as feridas incicatrizáveis tratam de mudança. Precisamos ferir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não existe saber mais valioso que o saber a partir das experiências, o olhar delicado do cotidiano é capaz de ensinar mais que uma caminhada acadêmica inteira. As Carolinas Marias de Jesus estão por aí, com disposição para apresentar seu saber e suas vivências entre risos e choros. Existe, a partir da proposta de pesquisa apresentada, a intenção em conhecer e falar com elas sobre a estrutura que as mantém junto com sua prole como subalternas.

Com a intenção de promover um processo civilizatório com padrões construídos por anos, o colonialismo estabeleceu padrões de estética, comportamentos, religiões, moda e poder. A sociedade atual é resultado deste processo. Um processo que coloca a mulher negra distante de todo padrão estabelecido, resistindo bravamente nas vias de

intersecção que as oprime. Audre Lorde diz que “Assimilação dentro de uma história unicamente europeia, não é aceitável” (1979, p. 27). Há nesse sentido, que questionar os pilares estruturais dessa sociedade, propondo diálogos diferentes dos propostos de forma compulsória, diálogos que incitem mudanças e fomentem repensar o que é posto.

O patriarcalismo nos apresentou o quanto é difícil a vida sem um homem. A hegemonia branca e a cultura eurocêntrica falam de diferentes formas, o quanto o negro tem entraves sociais devido a sua cor. Muitas são as formas de segregar essa mulher dentro da sociedade com tantos padrões excludentes, tentam abafar sua voz de todas as formas. Essa pesquisa encontra-se em construção, isso delimita nossas respostas aos questionamentos levantados, mas até aqui posso dizer que a palavra de ordem tem sido descolonizar. Nosso olhar, nossos padrões e nossas crenças e assim repensar nossas práticas. O estudo aqui apresentado não carrega a intensão conclusiva de mudança uma vez que é sabido que mudar exige tempo. Mas reconhece-se que as ideias são importantes para a transformação. Que as mudanças aconteçam substituindo as teorias estruturais do racismo e do patriarcalismo e que o novo seja em suas subjetividades ações que amparam a todos.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- AMARAL, Arleandra Cristina Talin do. **A infância pequena e a construção da identidade étnico-racial na educação infantil**. In: Educação de crianças de 0 a 6 anos 37º Reunião Nacional da ANPed, Florianópolis, 2015
- AUGUSTO, Aline de Assis. **Educação infantil e relações étnico-raciais: a lei no papel, a lei na escola**. In: Educação e relações étnico-raciais. 37º Reunião Nacional da ANPed, Florianópolis, 2015.
- BATISTA, V.L. et al. **Mapa da exclusão social de Belo Horizonte**. Revista Planejar. Belo Horizonte.2008
- BOURDIEU, P.; CHAMPAGNE, P. **Os excluídos do interior**. In: BOURDIEU, P. (Org.). A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 481-486.
- CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. In: Racismos contemporâneos. Organização, Ashoka Empreendedores Sociais e Takano Cidadania. Rio de Janeiro: Takano Ed, 2003. (Coleção valores e atitudes. Série Valores; nº 1. Não discriminação).

_____. Mulheres em movimento. In: Estudos Avançados, 17(49), 2003.

CARVALHO, Thaís Regina de. **Educação das relações étnico-raciais e políticas de formação continuada de professores/as da educação infantil: experiências de Florianópolis/SC** In: Educação e relações étnico-raciais. 38º Reunião Nacional da ANPed, São Luís do Maranhão, 2017

CASTRO, Mary Garcia . **Mulheres chefes de família, esposas e filhas pobres nos mercados de trabalho metropolitanos** (São Paulo e Salvador, 1980). Apresentado no Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Caxambu, MG. 1990. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1990/T90V02A12.pdf>. Acesso em 25/07/ 2019.

CHARLOT, B. **Pour le savoir, contre la stratégie**. In: DUBET, F. (Org.). École, famille: le malentendu. Paris: Éditions Textuel, 1997. p. 59-78.

COLLINS, Patrícia Hill, **Pensamento feminista Negro**. Estados Unidos boitempo 2019

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Estados Unidos, Boitempo. 2016.

DE QUEIROZ, J.-M. **L école et ses sociologies**. Paris: Éditions Nathan, 1995.

DUBET, F. **École, familles: le malentendu (Sommaire)**. Paris: Éditions Textuel, 1997. p. 11-42

GARCIA, Maria Fernanda. **Brasil: 57% das mães que criam os filhos sozinhos vivem na pobreza**. Observatório do terceiro Setor, 2019 Disponível em : <https://observatorio3setor.org.br/noticias/brasil-57-das-maes-que-criam-filhos-sozinhas-vivem-na-pobreza/> acesso 20 de novembro de 2020

GOLDANI, Ana Maria. **As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturção**. Revista Travessia do Centro de Estudos Migratórios, n. 5, p. 58-78, 1989.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. Scielo, 2003 disponível: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022003000100012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt em acesso em 20/10/2020

HOOKS, bell. **Vivendo o amor**. Geledés, 2010 disponível em <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/> acesso em 20/08/2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) **Censo Demográfico 2010. Famílias e domicílios. Resultados da amostra**. Rio de Janeiro, 1–203, (2012). Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em 13 dez. 2012.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo – diário de uma favelada**. Rio de Janeiro: Atica, 2014.

KUPER, Adam. **Culture. The Anthropologists Account.** Harvard University Press:Cambridge/Londres, 1999

LORDE, Audre. **Textos escolhidos.** Disponível em https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-da-populacao-lgbt/obras_digitalizadas/audre_lorde_-_textos_escolhidos_portu.pdf: Acessos em 10 de janeiro de 2012.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro Brasileiro: Processo de um racismo mascarado.** São Paulo: Perspectivas, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal.** In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010

SILVA, Roberta Ribeiro da. **Mulheres negras, produção e interseccionalidade.** 2019. 153 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VANZUITA, Simone. **O que “dizem” as crianças no contexto das políticas de ações afirmativas?** In: Educação e relações étnico-raciais. 37º Reunião Nacional da ANPed, Florianópolis, 2015.

Simpósio Temático 26: Capitalismo, Estado e Luta de Classes no Brasil Contemporâneo

Breves apontamentos sobre o ultraliberalismo

João Elter Borges Miranda⁵²⁶

Resumo

Tradicionalmente, adota-se o termo neoliberalismo para categorizar a série de correntes que emergiram ao longo do século XX, como a Escola Austríaca, Escola de Chicago, dentre outras. Tal pensamento foi implementado através de diferentes abordagens a partir da crise estrutural do capital que tem como preâmbulo os anos de 1970. No presente trabalho, gostaríamos de refletir como a série de correntes que emergem ao longo do século XX vão promover uma radicalização do pensamento liberal clássico, predominante nos séculos XVII e XVIII. Esta radicalização enseja no processo que promove mudanças qualitativas no liberalismo clássico, constituindo o que se poderia demoninar de ultraliberalismo. O prefixo "ultra", neste sentido, é mais preciso para categorizar o conjunto de pensamento que é fermentado no século XX à direita no que concerne a posição no espectro ideológico. O prefixo "neo", além de não identificar isso, não propicia vislumbrar os elementos capitalistas e imperialistas que estava presentes antes da crise estrutural, antes de 1970, na chamada "era do ouro" ou "tempos dourados" (1945-1970). Não raro, mesmo que a categoria de neoliberalismo seja adotada para evidenciar a série de retrocessos que esta agenda, ao ser implementada, promoveu na vida da classe trabalhadora, traz consigo uma espécie de saudosismo sutil com relação ao período anterior, do chamado de Estado de Bem-estar Social, o qual foi constituído em somente alguns países da Europa ocidental e países da América do Norte. Contudo, também nesse período foi permeado por elementos imperialistas, haja vista os ataques que os países de capitalismo avançado promoveram em relação aos países economicamente mais pobres. Por isso, consideramos que a categoria de ultraliberalismo seja a mais adequada.

Palavras-chave: Ultraliberalismo; Neoliberalismo; Ideologia.

⁵²⁶ Graduado em história pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestrando na mesma área pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Bolsista Capes. Integrante do Grupo de Pesquisa História e Poder desta universidade.

Abstract

Traditionally, the term neoliberalism is used to categorize the series of currents that emerged throughout the 20th century, such as the Austrian School, Chicago School, among others. Such thinking was implemented through different approaches from the structural crisis of capital that has the preamble of the 1970s. In the present work, we would like to reflect how the series of currents that emerge throughout the 20th century will promote a radicalization of liberal thinking classic, predominant in the 17th and 18th centuries. This radicalization ensues in the process that promotes qualitative changes in classical liberalism, constituting what could be called ultraliberalism. The prefix "ultra", in this sense, is more precise to categorize the set of thought that is fermented in the 20th century on the right with regard to the position in the ideological spectrum. The prefix "neo", besides not identifying this, does not provide a glimpse of the capitalist and imperialist elements that were present before the structural crisis, before 1970, in the so-called "golden age" or "golden times" (1945-1970). It is not uncommon, even if the category of neoliberalism is adopted to show the series of setbacks that this agenda, when implemented, promoted in the life of the working class, brings with it a kind of subtle nostalgia in relation to the previous period, the so-called State of Social Welfare, which was constituted in only a few countries in western Europe and countries in North America. However, also in this period it was permeated by imperialist elements, given the attacks that the countries of advanced capitalism carried out in relation to the economically poorer countries. Therefore, we believe that the category of ultraliberalism is the most appropriate.

Keywords: Ultraliberalism; Neoliberalism; Ideology.

Introdução

O termo “neoliberal” é bastante controverso e escorregadio e está distante de possuir *status* de uma categoria conceitual precisa e sistematizada. Francisco de Oliveira colocará que o termo está aquém da tragédia. “De nada nos serve agredir a realidade: neoliberalismo, neocolonialismo são termos aquém da tragédia” (OLIVEIRA, 2006, p. 247). Pierre Salama apontará que “não sabemos ainda precisar com exatidão o que é o neoliberalismo, que acabou se tornando uma categoria muito difusa. Se por um

lado é claro que conhecemos os seus efeitos, em termos analíticos ele se tornou num conceito muito escorregadio” (SALAMA, 2000, p. 139). E Virgínia Fontes afirmará que neoliberalismo possui caráter descritivo e viés de denúncia dos antagonismos sociais provocados pelo capitalismo, porém, não propicia vislumbrar os aspectos similarmente capitalistas no pós-guerra. Por isso, a historiadora reivindica a sua categoria de capitali-imperialismo, a qual abarca transformações tanto no âmbito da estrutura, quanto da superestrutura (FONTES, 2010, p. 154).

Segundo Rodrigo Castelo, o termo neoliberalismo “demonstrou uma vitalidade invejável nos anos 1990 a partir da luta ideológica travada pela esquerda contra a chamada globalização capitalista. Com ele, os críticos das mutações gestadas nos últimos 30-40 anos conseguiram demonstrar, com alguma dose de eficácia, os efeitos econômicos, políticos e sociais mais danosos para as classes subalternas”. Por isso, muitos intelectuais da classe dominante “negaram a pecha, taxando seus críticos de antiquados, ultrapassados, anacrônicos, que não teriam percebido os ventos inevitáveis da mudança no mundo moderno, ou pós-industrial” (CASTELO, 2011, p. 240).

O termo neoliberalismo ganhou, assim, uma série de facetas no conjunto de análises do pensamento social crítico. No presente trabalho, reivindicamos a categoria ultraliberalismo, ao invés de neoliberalismo. A escolha pelo prefixo ultra, ao invés de “neo”, se dá por dois fatores.

O primeiro é porque o prefixo “neo” possui origem grega, significando novo, o que indica localização temporal. Por isso, optamos por não adotar a noção de neoliberalismo, pois, concordando com a historiadora Virgínia Fontes, esta noção, ainda que também possa ser adotada para denunciar a série de medidas político-econômicas e ideológicas, “tem como núcleo o contraste fundamental com o período anterior, considerado por muitos como ‘áureo’”, de caráter keynesianista ou de Estado de Bem-estar Social. O problema é que, ao apontar essa suposta inflexão e descontinuação entre ambos períodos, isto é, entre o período do pós-guerra (1945-1975), a chamada “era do ouro”, e o pós crise estrutural do capital (1975-), a noção de neoliberalismo “reduz a percepção do conteúdo similarmente capitalista e imperialista que liga os dois períodos, assim como apaga a discrepância que predominara entre a existência da população trabalhadora nacional nos países imperialistas e nos demais” (FONTES, 2010, p. 154),

colocando que o período pós crise estrutural, no qual se vê a constituição da hegemonia da agenda ultraliberal, trata-se de uma “nova era”⁵²⁷.

O segundo fator que nos leva a adotar o prefixo “ultra” é que “neo” indica, também, novos elementos constituintes no que concerne ao conteúdo da agenda neoliberal. Contudo, para além de novos elementos, o que se vê de fato é uma radicalização dos preceitos do liberalismo clássico. O entendimento aqui é de que o prefixo “ultra” seria o mais adequado porque indica tais transformações qualitativas, realizadas no sentido de aprofundamento em várias escalas do capitalismo.

O chamado ultraliberalismo se trata de transformações qualitativas em relação ao liberalismo, entretanto, não no sentido de constituição de uma nova razão do mundo, mas sim para perpetuar a velha ordem e razão burguesa, solidificando-a em patamares ainda mais regressivos de expropriação e exploração da classe trabalhadora. Ou seja, ainda que se possa ver uma radicalização do liberalismo, concordamos com a historiadora Virgínia Fontes que aponta que não se vê, contudo, transformações qualitativas nos “pressupostos da submissão real do trabalho ao capital tais como estudados por Marx”, ainda que tenha ocorrido a expansão quantitativa e internacionalizada (FONTES, 2005, p. 92).

O entendimento aqui, portanto, é que ocorreram transformações qualitativas no âmbito dos preceitos ideológicos, no plano das ideologias, denominado aqui genericamente de ultraliberalismo – e que isto propiciou o aprofundamento em várias escalas do capitalismo, especialmente a partir da crise estrutural do capital. Este aprofundamento através de novas formas de expropriação e exploração da classe trabalhadora, mas, os elementos que definem o capital como uma relação social de subordinação desta classe em relação a burguesa não foram alterados.

Tais transformações qualitativas que permeiam o ultraliberalismo podem ser evidenciadas ao realizarmos uma comparação entre os autores do chamado liberalismo clássico com aqueles do ultraliberalismo. São várias correntes que vão se formando a partir do século XVIII, sendo Adam Smith o pensador mais famoso, e que tem o seu ideário radicalizado ao longo do século XX, constituindo uma série de correntes que,

⁵²⁷ Aliás, o discurso no sentido de convencer e conquistar as consciências para a tese de que vivemos uma nova era é, concordando com Coelho, “um dos campos de construção permanente da hegemonia burguesa contemporânea. Dependendo do contexto, o nome da era nova pode variar significativamente, desde a ‘sociedade pós-industrial de Daniel Bell até a ‘modernidade’ de Fernando Collor, no Brasil, ou globalização” COELHO NETO, 2012, p. 280).

por sua vez, compõe o que denominamos de ultraliberalismo, ao invés de neoliberalismo.

Do liberalismo clássico ao ultraliberalismo

O liberalismo clássico vai ascender, sobretudo, no século XVIII, por conta da resistência, lenta e tenaz, da burguesia em relação ao *Antigo Regime*, que contrariava os interesses burgueses, assim como a visão de mundo burguesa. Mas, é somente com as *revoluções burguesas*, com destaque para Revolução Francesa, que o liberalismo alcança na classe burguesa maior hegemonia. A crítica marxiana aponta que, com essas transformações provenientes da primeira revolução industrial, a economia política burguesa adotará como pressuposto a postulação que interpreta as relações sociais capitalistas como naturais ou eternas, entendendo-as como “configuração última e absoluta da produção social”, e a concepção ética individualista das pessoas.

Desde 1848, a produção capitalista tem crescido rapidamente na Alemanha, e já ostentava hoje seus frutos enganadores. Mas, para os nossos especialistas, o destino continuou adverso. Enquanto podiam tratar de Economia Política de modo descomprometido, faltavam as relações econômicas modernas à realidade alemã. Assim que essas relações vieram à luz, isso ocorreu sob circunstâncias que não mais permitiam o seu estudo descompromissado na perspectiva burguesa. À medida que é burguesa, ou seja, ao invés de compreender a ordem capitalista como um estágio historicamente transitório de evolução, a encara como configuração última e absoluta da produção social, a Economia Política só pode permanecer como ciência enquanto a luta de classes permanecer latente ou só se manifestar em episódios isolados (MARX, 1988, p. 22).

A perspectiva burguesa por possuir atrelado à análise o seu projeto é, assim, ideológica. É nesse contexto que o liberalismo se torna hegemônico por oferecer os recursos analíticos para a economia política burguesa, privilegiando a esfera privada, em relação a pública, e deixando bem demarcado o espaço de cada uma. Torna-se hegemônica também por justificar a propriedade privada, o lucro e a exploração da classe trabalhadora pela classe burguesa. Categorias conceituais como *Estado mínimo* e *livre-mercado* são originam-se no liberalismo clássico, que dão fundamento ao primado da “igualdade perante a lei”, o qual, por sua vez, norteou a constituição dos *Estados de Direito burgueses* no século XIX.

As crises do final do século XIX e XX, com destaque para a de 1929, colocará em declínio o liberalismo clássico, originando uma reação que constituirá o chamado novo liberalismo, o qual interpreta a liberdade individual como objetivo central,

entendendo que a falta de liberdade está calcada na falta de emprego e direitos básicos, como saúde, educação, etc, enquanto que o liberalismo clássico interpreta que a falta de liberdade está na compulsão e na coação nas relações entre os indivíduos em sociedade. Para o novo liberalismo, ou liberalismo moderno, a falta daqueles direitos básicos pode ser tão prejudicial quanto a inexistência de meios para aplacar a compulsão e a coação. Um grupo de intelectuais, na Inglaterra, na virada do século XVIII e início do século XX, com destaque para T. H. Green (1836-1882) e L. T. Hobhouse (1864-1929), apontaram que a liberdade individual e a sua defesa deveriam estar acompanhadas da existência de um Estado social, intervindo no que concerne as questões de ordem social, propiciando assim a livre iniciativa. Na década de 1930, em especial, o social liberalismo avança no formato de um novo interlocutor, John Maynard Keynes (1883-1946), economista britânico cujas ideias tiveram grande popularidade em países de capitalismo avançado, principalmente, nas décadas de 1950 e 1960, constituindo Estados de Bem-estar Social.

Com a crise do pós-guerra de 1975, o pensamento keynesiano perderá espaço para o chamado ultraliberalismo, tradicionalmente denominado de neoliberalismo. No seu balanço do neoliberalismo, Perry Anderson apontará que as origens do pensamento “ultaliberal” data do pós-guerra. Os primeiros fundamentos nasceram na região da Europa e da América do Norte. Tem como texto de origem a obra “O Caminho da Servidão”, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. No livro, Hayek ataca “qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política”. Três anos mais tarde, em 1947, Hayek convocou aqueles que partilhavam dos seus ideais para uma reunião na pequena estação de Mont Pèlerin, na Suíça. Nela estiveram nomes como Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros. Juntos formaram a Sociedade de *Mont Pèlerin*, a qual, de forma dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos, estabeleceu como propósitos combater o avanço do socialismo e o *New Deal* norte-americano e o Estado de bem-estar europeu, além de qualquer solidarismo reinante e keynesianista (ANDERSON, 1995, p. 09.).

Fica popularmente conhecido como “neoliberalismo” esse arcabouço programático e teórico político-econômico que se formou para combater o Estado de

bem-estar social, a partir da ressignificação das ideias derivadas do capitalismo *laissez-faire*⁵²⁸, expressão símbolo do liberalismo, segundo o qual o mercado deve funcionar livremente sob a égide da mão-invisível. Mas, como dito anteriormente, no presente trabalho reivindicamos a categoria de “ultraliberalismo”, pois a consideramos mais precisa.

O entendimento aqui é de que a Sociedade de Mont Pelerin teve o papel de dar maior organicidade e propagação a um conjunto de princípios teóricos, ideológicos, político-econômicos, que já vinham muito antes sendo forjados, constituindo correntes teóricas que, em seu conjunto, denominamos de ultraliberais.

A noção de ultraliberalismo seria uma espécie de subcategoria, reivindicada em uma análise que busca a reflexão da totalidade das transformações capitalistas. O método da totalidade busca abarcar as transformações e características do que se dá no âmbito da estrutura e da superestrutura. Vemos isso em análises como a de Vladimir Ilich Ulianov Lênin (1870-1924), que fundamentou a categoria de imperialismo e capital monopolista. Vemos isso, mais recentemente, em marxistas como a historiadora Virgínia Fontes que, a partir de Lênin e outros pensadores, fundamentou a categoria de capital-imperialismo. Ultraliberalismo, neste sentido, seria uma subcategoria, abarcando o conjunto de preceitos ideológicos e formas de ver o mundo fermentados por intelectuais a serviço do capital. Temos conhecimento que, não raro, a adoção de subcategorias no que concerne ao pensamento de direita pode mais dificultar e confundir a análise, do que de fato propiciar um entendimento aprofundado, lúcido e fundamentado. Tendo em vista isto, no presente subtópico iremos abordar, rapidamente, um conjunto de correntes e ideias que compõe o ultraliberalismo.

Tais correntes se diferenciam a partir, dentre outros critérios, dos princípios epistemológicos e metodológicos de interpretação da realidade histórico-social e proposição ideológica de programas político-econômicos – o que dificulta realizarmos

⁵²⁸ A expressão *laissez-faire* advém do francês e simboliza o chamado liberalismo econômico, a qual entende que o capitalismo deve funcionar de acordo com o mercado, livremente, sem os subsídios do Estado, muito menos outros tipos de interferências. O Estado deve, nessa concepção, limitar-se a estabelecer regulamentos que protegem a propriedade privada dos meios de produção, a qual está nas mãos da burguesia. Literalmente, a expressão em língua francesa *laissez faire, laissez aller, laissez passer*, significa “deixai fazer, deixai ir, deixai passar”. Os fundamentos do *laissez-faire* baseiam-se na liberdade do indivíduo, entendendo-o como uma unidade básica da sociedade e esta, por sua vez, entendida como a associação dos indivíduos. Adam Smith aponta que a natureza é permeada pelo *cosmos*, uma ordem física naturalmente harmoniosa e autorregulada. As corporações, que compõe o Estado, devem por isso serem constantemente vigiadas de forma minuciosa devido à tendência de elas romperem com essa tal ordem espontânea inerente à natureza (FIGUEIRÊDO, 1997).

uma espécie de “arqueologia” ou genealogia do pensamento liberal e ultraliberal, pois exigiria a leitura de uma série de autores, principalmente, do século XVIII ao XX. Tal análise comparativa (e comparar autores de diferentes épocas é sempre um procedimento metodológico arriscado) se daria, assim, entre pensadores do chamado liberalismo clássico, do século XVI ao XIX, e pensadores do que aqui denominamos de ultraliberalismo, do século XX. Além do estudo crítico e comparativo, para tal fundamentação da hipótese no sentido de constituição de tese seria necessária uma análise dos próprios autores, de suas trajetórias, abarcando o contexto em que pensaram o que pensaram.

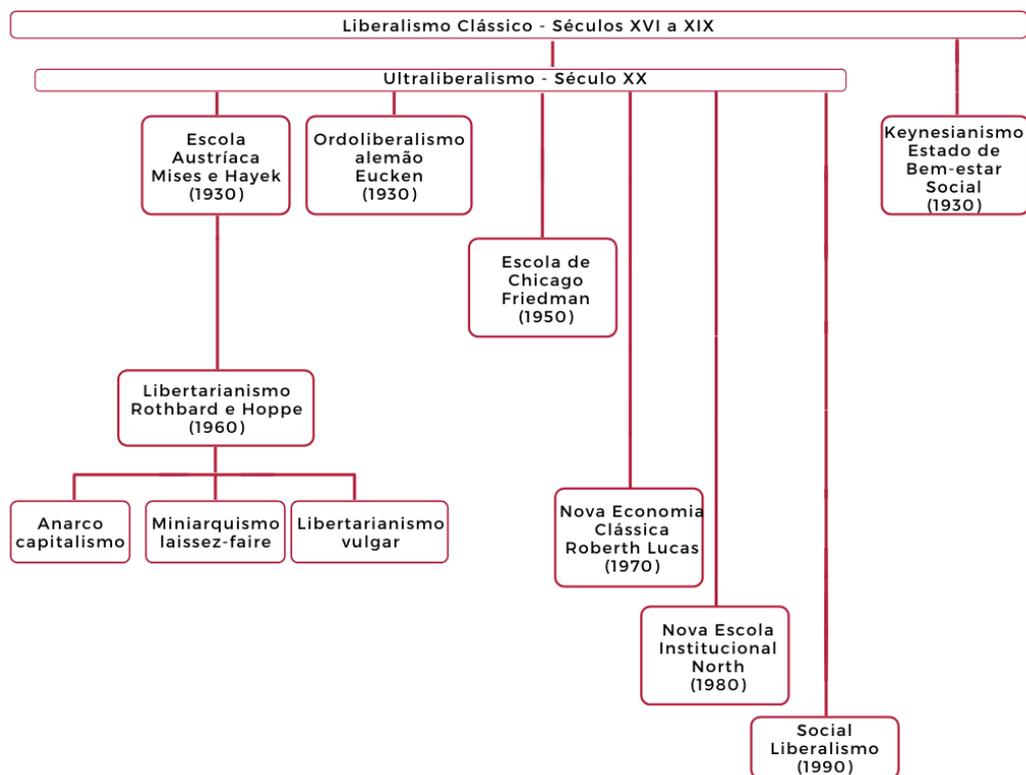
Em suma, entendemos que o ultraliberalismo se trata de uma ofensiva da classe burguesa e seus aliados, fermentada e propagada pelos seus intelectuais orgânicos, contra a classe trabalhadora, em reação ao avanço do socialismo na URSS e também em reação ao avanço do modelo fordista-keynesiano, de constituição de Estados de Bem-estar Social nos países centrais. O ultraliberalismo, diante da crise estrutural, passa a ser implementado sistematicamente em vários países do globo, pelos Estados, sob pressão e ação dos mercados e dos organismos multilaterais do capital, com destaque para o Banco Mundial, o FMI e a ONU; e sob a pressão de uma série de aparelhos privados de hegemonia criados diretamente ou não pela burguesia. Para lograr êxito na afirmação e aplicação enquanto programas político-econômicos nos governos, a agenda ultraliberal foi implementada pela burguesia através de ferramentas de formação de consenso, com destaque para a mídia corporativa e, não raro, através da coerção, por meio do terrorismo de Estado, criminalização das organizações da classe trabalhadora (partidos, sindicatos, movimentos sociais), xenofobia, racismo, dentre outros meios de dominação e coerção. Vale ressaltar, ainda, que a falência da contrarreforma ultraliberal abre o terreno para a saída fascista, que significa, em primazia, o aprofundamento e radicalização do que já é terrivelmente radical e violenta para nós – os de baixo.

Apesar das dificuldades epistemológicas, identificamos que as maiores influências literárias do liberalismo clássico incluem autores tais como: John Locke, Frédéric Bastiat, David Hume, Alexis de Tocqueville, Adam Smith, David Ricardo. Enquanto que do ultraliberalismo poderíamos citar os seguintes: Rose Wilder Lane, Lysander Spooner, Milton Friedman, David Friedman, Ayn Rand, James McGill Buchana Jr., Friedrich Von Hayek, Ludwig Von Mises, Hans-Hermann Hoppe, Murray

Rothbard e Walter Block. No que concerne as escolas e correntes ultraliberais, formaram-se no século XX, dentre outras, as seguintes: Escola Austríaca, Ordoliberalismo alemão, Escola de Chicago, Nova Escola Institucional, Economia Novo Clássico, Social Liberalismo e Libertarianismo.

Existem outras correntes, mas, consideramos que estas são as mais importantes por conta da capacidade de propagação de suas ideias nos meios intelectuais, assim como nos programas político-econômicos dos governos, especialmente aqueles formados a partir da crise estrutural do capital, a qual abordaremos a seguir. No fluxograma abaixo, procuramos evidenciar parte da série de correntes ultraliberais que se formam no século XX.

Fluxograma: Uma genealogia do pensamento ultraliberal



Elaboração própria.

Como dito anteriormente, a partir do liberalismo clássico uma série de autores formaram novas correntes, no sentido de radicalização do mesmo. Essas escolas possuem, algumas mais, outras menos, interconexões. Exemplo disso é Milton Friedman, considerado o principal nome da Escola de Chicago, foi profundamente influenciado por Hayek, da Escola Austríaca. Friedman disse, sobre Hayek, que “sua influência tem sido tremenda”. O fluxograma acima não evidencia as interconexões entre as correntes.

Elementos em comum entre as correntes ultraliberais

Vale ressaltar que as diferentes correntes abordadas apontam que o ultraliberalismo indica uma ofensiva burguesa que toma a forma de um projeto histórico-social que não se limita ao campo econômico, apesar de estar sob o imperativo da reprodução ampliada do capitalismo – e que é disseminado em larga escala especialmente após a crise estrutural do capital. Ultraliberalismo é, por isso, um termo mais preciso para designar um conjunto amplo de propostas político-econômicas, a partir de um liberalismo acentuado, radicalizado, implementado diante da crise estrutural do capital, na era da globalização financeira, com implicações em todos os setores da vida humana. Trata-se, ainda, de um conjunto de princípios epistemológicos, com desdobramentos ideológicos, que são forjados em reação ao avanço da implementação do keynesianismo e dos Estados de Bem-estar Sociais, apesar dessa implementação se dar a partir de uma das correntes ultraliberais, o Social-liberalismo, nos países de capitalismo avançado, assim como uma reação ao avanço da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Apesar de haver diferentes correntes no ultraliberalismo, identificamos que todas partem de princípios epistemológicos comuns, com desdobramentos político-econômicos e ideológicos. No que concerne aos desdobramentos político-econômicos, poderíamos citar os seguintes, a partir de Francisco Fonseca:

[...] precedência da esfera privada (o indivíduo *livre* no mercado) sobre a esfera pública; máxima desestatização da economia, privatizando-se todas as empresas sob controle do Estado; desproteção aos capitais nacionais, que deveriam competir livremente com seus congêneres estrangeiros; desmontagem do Estado de Bem-Estar Social, pois concebido (e estigmatizado) como ineficaz, ineficiente, perdulário, injusto/autoritário (por transferir aos mais pobres parcelas de renda dos mais ricos ou bem-sucedidos,

que assim o seriam, estes, por seus próprios méritos), e indutor de comportamentos que não valorizariam o mérito e o esforço pessoais; forte pressão pela quebra do pacto corporativo entre Capital e Trabalho, em nome da liberdade de escolha individual e da soberania do consumidor; desregulamentação e desregulação da produção, da circulação dos bens e serviços, do mercado financeiro e das relações de trabalho; ênfase nas virtudes do *livre-mercado*, em dois sentidos: como instrumento prodigioso, por aumentar a riqueza, gerando em consequência uma natural distribuição de renda, em razão do aumento da produtividade; e como único mecanismo possível de refletir os preços reais dos produtos e serviços, possibilitando aos indivíduos o exercício de cálculos em relação à atividade econômica; concepção de liberdade como *liberdade de mercado*, isto é, ausência de empecilhos à relação Capital/Trabalho e à *livre* realização dos fatores produtivos; concepção negativa da liberdade, isto é, caracterizada como ausência de constrangimentos (que não apenas os imprescindíveis à vida em sociedade) e interferências da esfera pública em relação à esfera privada; aceitação da democracia apenas e tão-somente se possibilitadora do mercado livre e da liberdade individual; concepção de que a sociedade deve oferecer a cada indivíduo (nos aspectos fiscal e quanto a eventuais equipamentos públicos) apenas e tão-somente o quanto este contribuíra para ela. Trata-se da inversão do lema socialista, pois *valoriza-se a desigualdade*, que, dessa forma, deve refletir méritos distintos; hipervalorização do sistema jurídico (nomocracia), estruturante e avalista de uma sociedade (contratual) composta por indivíduos autônomos em suas ações em virtude de seus interesses; crença de que o Estado interventor é, *intrinsecamente*, produtor de muitas crises: fiscal, burocrática, de produtividade, entre outras; daí as demandas pelas ‘reformas do Estado orientadas para o mercado’ e pela defesa da diminuição de impostos e dos gastos governamentais; ênfase nas mínimas, porém importantes, funções do Estado, que deveria ter os seguintes papéis: garantir a ordem e a paz; garantir a propriedade privada; garantir os contratos livremente elaborados entre os indivíduos; garantir o ‘livre-mercado’, por meio da proibição de práticas anticoncorrenciais e da elaboração de ‘normas gerais e abstratas’; desregulamentar, desregular e flexibilizar os mercados (financeiro, produtivo e de trabalho) (FONSENCA, 2005, p. 60-61).

Em resumo, então, poderíamos destacar que as ideias-chave desenvolvidas pelos intelectuais ultraliberais são: defesa do ideário do livre-mercado, da livre-iniciativa e a crença no *laissez-faire* (auto regulação do mercado), gestão empresarial do Estado (ou defesa da inexistência do Estado), flexibilização das leis trabalhistas, privatizações, desregulamentação financeira, defesa maximizada da propriedade privada. E acrescentar que também são esferas da pauta da agenda ultraliberal o aumento do encarceramento como política penal e o pagamento religioso da dívida pública, dentre outras proposições. São, em resumo, a agenda ultraliberal, ou, ainda, a agenda de contrarreformas da ofensiva burguesa.

A principal origem desses desdobramentos político-econômicos está nos princípios epistemológicos, isto é, no procedimento teórico-metodológico de abordagem, estudo e reflexão da realidade, dos quais partem as correntes ultraliberais. Identificamos que esse conjunto de correntes partem do pressuposto de que a sociedade

é uma “associação ou agregado de indivíduos” cujo único conectivo é o mercado. Pressuposto este que não é novidade dos ultraliberais, mas é herdado do liberalismo clássico, mais especificamente, de sua ética individualista e naturalista. Contudo, o desdobramento desse pressuposto é a primazia do mercado e está o âmago da radicalização ultraliberal.

O desdobramento disto é, por exemplo, de que um determinado bem ou serviço só tem valor para seu consumidor direto. Neste sentido, somente este consumidor direto é quem deve assumir os custos do uso deste bem ou serviço. Tendo em vista que o Estado, no caso do Brasil, por exemplo, tem como primazia na constituição federal oferecer educação pública para toda a sociedade brasileira, aquela ou aquele que opta por não usufruir diretamente dela, buscando a educação oferecida pelos setores privados, deve, na linha do pensamento ultraliberal, ser ressarcido pela fração de seus impostos que vai para aquele serviço. Como o Estado não realiza este “reembolso”, entendem que o mesmo é incapaz de reunir e processar informação dispersa com eficiência, sendo o único instrumento capaz disso o mercado, que o faz, supostamente, de forma espontânea, através de uma ordem que emerge da competitividade.

O mercado é um termo que carece de uma maior precisão conceitual, mas, concordando com o assistente social Rodrigo Castelo, o mercado não seria, na óptica ultraliberal, o espaço de troca e alocação de recursos, mas sim uma instituição social e econômica de alocação de recursos que se caracteriza pela ausência de um mecanismo centralizador e planejador da produção, da distribuição e do consumo das mercadorias. “De acordo com a anarquia da produção, a concorrência adquiriria um papel central e acabaria por exercer, por vias não-convencionais, o papel de uma instância permissivamente reguladora” (CASTELO, 2011, p. 15).

A competitividade, assim, é o *telos* da relação entre indivíduos na perspectiva ultraliberal. Interpretam isto como uma condição *a priori* da condição não só humana, mas como de ser vivo. Disto emerge o chamado “darwinismo social”, o qual aponta que são os mais fortes na sociedade que sobrevivem – e que devem sobreviver. O mercado, assim, comportaria um equilíbrio “que aliaria eficiência e bem-estar social, respeitada a condição de que a mão invisível do mercado operasse livremente”. No curto prazo, haveria desigualdades sociais, mas, “a mão invisível do mercado geraria o bem-estar geral a partir do casamento do interesse individual egoísta com o interesse coletivo”

(CASTELO, 2011, p. 15). Por isso, a ação Estatal, no sentido de reparar os antagonismos sociais não tem importância, sequer a menor relevância. É na ação individual, competitiva, que deve emergir a ordem. E esta ação se dá no mercado. Algumas correntes chegam a apontar a ação estatal, mas sempre no sentido de permitir esta competitividade.

Para esta abordagem, então, a única coisa que importa é de que os agentes econômicos possam (ou seja, tenham a liberdade para tal) oferecer um determinado serviço ou bem ao menor valor possível. Para tanto, precisam guerrear entre si, e aquele que sobreviver a isso é quem estará mais apto para oferecer o melhor serviço ou bem. Para esta abordagem, o consumidor direto deve poder (ou seja, deve ter a liberdade para tanto) de escolher entre este ou aquele serviço ou bem.

Este princípio epistemológico comum às correntes ultraliberais impede que os intelectuais que o fomenta e o propaga compreendam que na sociedade possa haver efeitos sociais complexos. Ao partirem do pressuposto de que a única complexidade é o mercado, simplesmente, estão impedidos de compreenderem a complexidade inerente a inter-relação e conexão a qual estamos submetidos enquanto sociedade. Por estarmos conectados, o que fazemos têm consequências reais e imediatas a quem está a nossa volta, assim como indiretas em todo o restante da sociedade, do planeta. Diante disso, é um benefício para toda a sociedade que as pessoas recebam do Estado, por exemplo, educação pública de qualidade. Contudo, entender a sociedade como um agregado de indivíduos gera um ponto-cego, impedindo que os intelectuais ultraliberais percebam os efeitos indiretos e as vantagens coletivas advindas de uma grande quantidade de pessoas terem direito ao acesso a um determinado bem ou serviço financiado, via Estado, pelo conjunto do todo da sociedade.

Talvez isto tenha ficado bastante evidente em meio a pandemia causada pelo novo corona vírus em 2020. Numa situação gravíssima como a que estamos na atualidade submetidos, os intelectuais ultraliberais, como Paulo Guedes, são incapazes de compreenderem que a quarentena só tem resultado efetivo se for suficientemente grande. Ao invés disso, fica esbaforindo o direito individual de ir e vir, em detrimento do interesse comum de aplacar o avanço da contaminação. Enquanto milhares de pessoas caem sob a progressão da hecatombe, defensores caninos do capital como

Guedes e Jair Bolsonaro, no Brasil, seguem colocando os interesses individuais do grande capital acima do interesse coletivo da sociedade brasileira de não morrer.

Além dessa consequência imediata, as análises ultraliberais têm, historicamente, como desdobramentos preceitos político-econômicos, apontados anteriormente, em que o mercado é o espaço de realização da liberdade, sendo necessário, para tanto, a reconfiguração do Estado, através de privatizações, por exemplo. O que, por sua vez, não significa a redução do Estado (para a maioria das correntes), mas sim a reconfiguração do mesmo a partir desses preceitos de defesa do indivíduo, de seus predicados supostos, da concorrência, de sua propriedade privada dos meios de produção e de sua liberdade *a priori* de escolher, ou, noutras palavras, concorrer (liberdade esta conquistada através da não intervenção estatal na economia, propiciando a auto regulação do mercado, auto regulação esta que emerge, espontaneamente, através da concorrência).

A auto regulação do mercado, na perspectiva ultraliberal, advém da própria característica da sociedade pensada enquanto associação de indivíduos. Ao entender a sociedade dessa maneira, o todo é o resultado da soma das partes orientadas por uma ordem que se dá espontaneamente no mercado. As normas e regras devem, a priori, resultar do conjunto de ações individuais no interior do mercado. E o Estado não deve, por isso, interferir nessa *ordem sus generis*. A interferência do Estado através, por exemplo, da regulação do mercado, é interpretada como uma gaiola de aço rígido, limitadora, aplacadora, que desrespeita e impede tal condição humana. Uma ordem social só deve se efetivar, portanto, espontaneamente, ao passo que quaisquer medidas ou pretensões de planificação ou pacto social, qualquer forma de decisão coletiva, não teriam espaço, sequer a menor importância. O papel do Estado assume diferentes proporções de acordo com a corrente. Pode assumir um papel maior, através, por exemplo, da justiça e da polícia, assim como determinadas correntes podem definir a completa inexistência do Estado, como é o caso dos anarcocapitalistas.

Além da resultante político-econômica, essa velha razão do mundo que optamos no presente trabalho subcategorizar como ultraliberal, tem como consequência a constituição de procedimentos teórico-metodológicos que têm como ponto em comum o pressuposto de que a sociedade é um agregado de indivíduos, e que se desdobram em análises que a tudo particularizam e a tudo podem entender como “verdade”. Refiro-me

a um conjunto de correntes que chegam com a aparência de novidade, mas que não passam de novas roupagens para velhas ideias, que eliminam o racionalismo, o marxismo, a verdade – e que, assim, podem não promover abertamente uma apologia do capitalismo, mas que, sutilmente, constituem uma série de concepções e teses sobre o mundo que não o incomoda.

Considerações finais

Diante do fato de os preceitos epistemológicos ultraliberais impossibilitarem que os seus formuladores compreendam fenômenos complexos, constituindo uma cegueira intelectual, tais preceitos podem até ser considerados epistemológicos enquanto abordagem do real, mas não ontológicos enquanto reflexão do real em si. Ainda assim, para os ultraliberais, o ultraliberalismo é um pensamento da complexidade social, ao passo que noções como "justiça social" são resultado de análises primitivas incapazes conceberem ordens que emergem espontaneamente através do mercado.

O conjunto de políticas ultraliberais, advogando em favor de políticas de liberalização econômica extensas, como as privatizações, austeridade fiscal, desregulamentação, livre-comércio, corte de despesas governamentais a fim de reforçar o papel do setor privado, foram, implementadas de forma sistemática e desigual em vários países após a crise do pós-guerra, em 1975. Esse momento de inflexão, que o filósofo húngaro István Mészáros identifica como uma crise estrutural, é considerada a primeira grande recessão econômica desde a Segunda Guerra Mundial, quando o mundo capitalista caiu numa profunda e longa recessão, combinado com altas taxas de inflação e baixas taxas de crescimento (CASTELO, 2011).

Podemos demarcar que é com Pinochet (1973) no Chile, Thatcher (1979) na Inglaterra e Reagan (1980) nos Estados Unidos que é iniciado a aplicação da agenda ultraliberal de forma sistemática. Foram estes os primeiros governos que promoveram um profundo e sistemático processo de implementação da agenda ultraliberal, promovendo a retirada de direitos históricos e arduamente conquistados pelo conjunto da classe trabalhadora. Através disso, promovem a intensificação da flexibilização e da precarização das condições de trabalho, estabelecendo relações pautadas pela subcontratação, emprego temporário e parcial, atividades autônomas etc. Atendem, assim, a agenda ultraliberal (HARVEY, 2014).

Na América Latina, a agenda ultraliberal, foi aplicada na década de 1980 com maior força na Argentina, Bolívia, México e Venezuela. No Brasil, diante da resistência da classe trabalhadora em um complexo quadro nacional de lutas, “formou-se um bloco de resistência relativamente eficiente”, de modo que a aplicação da agenda ultraliberal no país sofreu retardo, só conseguindo “se estabelecer tardiamente no país nos anos 1990 com a cooptação de setores da social-democracia (PSDB), auxiliados por conservadores (o então PFL, hoje DEM) e até mesmo ex-comunistas (PPS, ex-PCB)” (CASTELO, 2011, p. 246).

Ainda se perpetuará no Brasil a partir de diferentes abordagens. No que concerne ao Estado em sentido ampliado, foram constituídas desde o processo de redemocratização uma série de aparelhos privados de hegemonia, os quais terão o papel de não só propagar a agenda e os preceitos ultraliberais, como também reconfigurar o Estado a partir do mesmo. Exemplo de correntes seriam o Instituto Liberal, Instituto de Estudos Empresariais, dentre outros. No que concerne ao Estado em sentido restrito, a partir do segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso, o ultraliberalismo paulatinamente assumirá a configuração Social Liberal, porém, será nos governos petistas que essa corrente ultraliberal vai atingir uma qualidade superior em governos autodeclarados de esquerda. A hegemonia ultraliberal atingiu qualidade superior nos governos petistas, para Maciel, através da combinação “de uma política favorável ao grande capital com políticas sociais compensatórias que conferem ao governo enorme apoio popular”, o que se deu, concomitantemente, com a cooptação de “grande parte dos movimentos sociais e suas organizações”, acompanhada da fragmentação e do isolamento político da esquerda socialista (MACIEL, 2010, p. 121). Após o golpe de 2016, a partir do governo Temer, cuja política econômica foi não só continuada, como também intensificada no governo Bolsonaro, se vê uma retomada do ultraliberalismo a partir de outras configurações, no sentido ainda mais “puro” do mesmo, distanciando-se, assim, do ultraliberalismo em sua configuração social liberal.

Portanto, diante da crise estrutural, o avanço e o alargamento do capital não deixam de ocorrer, sustentando-se no agravamento das contradições entre a relação de domínio do capital sobre o trabalho, tendo a agenda ultraliberal um grande papel fundamental enquanto política econômica regressiva de retirada de direitos históricos e arduamente conquistados pela classe trabalhadora. E o conjunto de correntes

ultraliberais serão a velha razão burguesa sob nova roupagem, implementada de diferentes maneiras diante da crise para a manutenção de sua hegemonia e margens de lucro.

Referências

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 09-23, 1995.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo: uma ideologia neoliberal para a “questão social” no século XXI**. Rio de Janeiro. 2011. Tese de doutorado (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

COELHO NETO, Eurelino Teixeira. **Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)**. Feira de Santana, BA: UEFS Editora; São Paulo, SP: Xamã, 2012.

FIGUEIRÊDO, Lízia de. **O papel do Estado para Adam Smith**. 1 ed, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas gerais, 1997.

FONSENCA, Francisco César Pinto da. **O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil**. São Paulo: Editora Hicitec, 2005.

FONTES, Virgínia. **Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

_____. **O Brasil e o capital imperialismo. Teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 25. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

MACIEL, David. Melhor impossível: a nova etapa da hegemonia neoliberal sob o governo Lula. In: **Universidade e Sociedade**, nº 46, Brasília – DF: Andes-SN, p. 120-133, junho de 2010.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. 1. 3ª Edição. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

OLIVEIRA, Francisco de. Oração a São Paulo: a tarefa da crítica. In: **Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica**. Cibele Rizek e Wagner Romão (orgs.). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

SALAMA, Pierre. A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social. In: **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Emir Sader e Pablo Gentili (orgs.). 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo. Teoria e história.** Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010.

Sob o olhar interno: a indústria fluminense na perspectiva do Comandante Ernani do Amaral Peixoto

José Luís Honorato Lessa⁵²⁹

Resumo

Este trabalho consiste em interpretar o evento da indústria fluminense no período em que Amaral Peixoto conduziu o executivo do Estado do Rio de Janeiro em duas ocasiões: de 1937 a 1945 e de 1951 a 1955. O objetivo principal é passar ao crivo da análise as próprias impressões do nosso personagem em relação ao campo da indústria bem como da organização administrativa e fiscal-financeira do Estado.

Palavras-chave: Atividade industrial; economia; modernização.

Abstract

This work consists of interpreting the event of the industry in the period when Amaral Peixoto led the executive of the State of Rio de Janeiro on two occasions: from 1937 to 1945 and from 1951 to 1955. The main objective is to pass the analysis to the impressions of our character in relation to the field of industry as well as the administrative and fiscal-financial organization of the State.

Keywords: Industrial activity; economy; modernization.

Introdução

Amaral Peixoto e seu grupo político conduziram o Estado do Rio de Janeiro (ERJ) ao longo da Interventoria Federal estadonovista (1937/1945) e no interregno 1951/1955, pelas vias eleitorais. Parece-nos evidente que em ambos os períodos a administração amaralista esmerou-se pela renovação e modernização capitalista fluminense. No campo da indústria, o Comandante⁵³⁰ dialogou com múltiplas forças sendo elas econômicas, políticas, públicas e privadas. Desse modo, enquanto homem público, o nosso personagem esteve muito próximo de agentes alinhados ao capital.

⁵²⁹ Doutorando: programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais – PPHPBC. FGV/CPDOC. E-mail: honorato.lessa@gmail.com

⁵³⁰ Alcinha pela qual era conhecido devida a sua vinculação com a Marinha do Brasil.

A pesquisa de doutoramento trata o campo da indústria fluminense na administração em tela. Somado a política interna, o ERJ contou com pesados investimentos federais. Assim, as nossas hipóteses colunares repousam nos seguintes problemas: I- a administração Amaral Peixoto extraiu benefícios da modernização industrial em curso no país. Parece-nos evidente a concatenação de esforços entre os governos federal e estadual na instalação de uma indústria de base e tantas outras no território fluminense que de algum modo complementava os polos dinâmicos da indústria nacional. Neste aspecto, Amaral Peixoto insere-se como importante agente na formatação do complexo industrial fluminense ao longo da administração Vargas; II- ainda que os esforços não permitissem transformar o ERJ em um pioneiro polo industrial do país, de certo modo, recuperou a economia fluminense, e III- por fim, defendemos que houve mudança na paisagem industrial fluminense em relação ao período anterior. Após o Estado Novo, o ERJ exerceu certo predomínio em termos de investimentos federais - marco de um novo tipo industrial fluminense. Dentre as empresas direcionadas pelo Estado brasileiro destacam-se as seguintes no ERJ: Companhia Siderúrgica Nacional (CSN 1941); Fábrica Nacional de Motores (FNM 1942) e a Companhia Nacional de Álcalis (CNA 1943).

O governo estadual destacou-se em investimentos estruturais em rodovias, energia, portos, isenções fiscais e agenciamentos. Este último aspecto repousa no fato de que foram desfechadas articulações com empresários nacionais e estrangeiros com vistas ao reequipamento industrial fluminense. Quanto aos benefícios fiscais observamos incentivos concedidos às empresas do setor vidreiro, cimenteiro, metalúrgico, químico, elétrico, têxtil, transporte, frigorífico, pesqueiro, alimentos e às cooperativas agroindustriais no esforço de recuperar o setor agrícola fluminense. Assim, mapeamos suscintamente o terreno da pesquisa em curso. Passemos então a acompanhar algumas das impressões do Comandante Amaral Peixoto acerca do campo industrial fluminense.

As falas do Amaral Peixoto

Em seu discurso de posse enquanto interventor federal o Comandante dá o tom:

Ressente-se a economia fluminense do que afeta a economia de quase todos os estados brasileiros: a falta de melhor

coordenação de esforços dos poderes públicos e dos particulares, para uma melhor eficiência e um espírito mais arraigado de continuidade no tempo⁵³¹.

A partir de 1938, com o processo de organização financeira do ERJ e de ajustes nos mecanismos de arrecadação, surgiram os primeiros estímulos aos investimentos no campo do desenvolvimento econômico. A administração do Interventor elegeu como principais metas: a concessão de isenções à agricultura, ao comércio e à indústria e a captação de empréstimos para a consecução de obras públicas fundamentais ao desenvolvimento e à chamada refundação do Estado. No campo da indústria, o governo fluminense se espelha na experiência nacional para reequipar o parque fabril regional. Dito de outra forma, o reequipamento do setor produtivo fluminense foi galvanizado por meio de forte influência do processo de modernização capitalista-industrial em curso no país desde a década de 1930. É neste sentido que acreditamos na ocorrência da tal *coordenação* a que se refere acima.

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas colheu importante depoimento de Ernani do Amaral Peixoto (PEIXOTO, 1986) que traz em seu conjunto ampla impressão do Comandante referente a vários episódios da história fluminense, do Brasil, de sua vida particular e pública. Para a modernização da matriz econômico-industrial fluminense o próprio personagem nos oferece relevantes apontamentos aos principais embates enfrentados pelo seu governo. Quando fora nomeado Interventor Federal no ERJ, o Estado encontrava-se com dificuldades financeiras até mesmo para pagar o funcionalismo: uma das primeiras medidas foi organizar a política tributária, o que não existira nas administrações anteriores. Tributos que não eram efetiva e eficazmente pagos passaram a ser cobrados dentro da lógica da nova administração. Eram impostos sobre vendas e consignações além do imposto territorial, por exemplo.

O Conselho Econômico e Financeiro do Estado – órgão de cooperação econômica e administrativa - organizou as Secretarias do Estado bem como estudou e viabilizou alguns projetos. No campo econômico, surgiu o banco público estadual: a

⁵³¹ *O Fluminense*, 12 nov. 1937. Ed. 16.770, p. 1. Destaques nossos.

Caixa Econômica do Estado do Rio de Janeiro e, ao que parece, o Conselho exerceu raio de influência nas ações do governo federal ao recomendar a criação do Instituto Nacional do Sal (IAA) e da CNA. Sobre esta última, acompanhemos de perto:

O Gileno foi meu auxiliar direto, não só no caso do açúcar, mas sobretudo no da álcalis. Ele apresentou um projeto à Comissão de Comércio Exterior, que foi aproveitado pelo governo federal para a elaboração de Companhia Nacional de Álcalis, cuja constituição foi feita na minha mesa no Ingá, pois era uma coisa vital para o Estado do Rio⁵³².

O auxiliar direto trata-se de Gileno de Carli. Membro da Confederação Nacional da Indústria (CNI), redigiu o projeto que deu origem ao IAA e foi conselheiro técnico da CNA. Entre as décadas de 1930 e 1970, Carli ocupou cargos no campo da agricultura em diferentes governos e entidades de classe (ABREU, 2001). Quanto ao caso do açúcar o interventor federal enfrentou os usineiros da cidade de Campos dos Goytacazes com legislação de amparo ao produtor e depois com a lei federal que resultou no Estatuto da Lavoura Canavieira, entre outras normas, os usineiros só podiam beneficiar 50% de sua plantação, os 50% restantes teriam que ser comprados de produtores.

Vemos assim o nascedouro da CNA no Palácio do Ingá, sede do governo estadual. Amaral Peixoto ainda afirma que foi ele quem fez o projeto, os estudos e as comparações para o advento da Álcalis. Fala igualmente dos critérios técnicos para implantação da FNM, da CSN e das acusações que recebera em função do favorecimento do ERJ pelo governo federal. A fonte indica ainda que, para a construção da Usina Hidrelétrica de Macabu (UHM), o governo recorreu ao Conselho Administrativo - criado em cada estado pelo governo federal para controlar os interventores – e, a uma Comissão do Ministério da Justiça que aprovava os empréstimos. Indagado sobre a política do ERJ para o setor industrial, responde:

Havia a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, mas toda a parte de indústria e comércio era eu que fazia diretamente. Meu assessor nessa área era o Frânzio Sales. Chegava alguém interessado em montar uma indústria, eu o colocava em contato com o Frânzio. Eles corriam o estado,

⁵³² PEIXOTO, Ernani do Amaral Peixoto. **Artes da política**: diálogo com Amaral Peixoto. 9^{ORG.}). Aspásia Camargo, Lúcia Hippolito; Maria Celina Soares D'Araujo, Dora Rocha Flaksman. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p.174.

escolhiam o local e negociavam diretamente comigo através de um corpo técnico do qual o Frânzio fazia parte⁵³³.

O agente Frânzio Sales secretariou a Comissão Estadual de Desenvolvimento Industrial (CEDI) criada no segundo governo Amaral Peixoto para agenciar empresas e empresários. Conversa realizada em setembro de 2017 com a pesquisadora do CPDOC - Regina da Luz Moreira a mesma relatou que Sales era engenheiro e genro de Vicente de Paulo Galliez. Galliez, industrial, atuou em vários órgãos empresariais, como na Federação Industrial do Rio de Janeiro e na CNI. Isso pode ser um demonstrativo de proximidade que Amaral Peixoto tentou estabelecer com o empresariado fluminense e nacional. Ainda segundo Regina da Luz, Vicente Galliez viria ser parente do General José Galliez: ajudante- de- ordens de Getúlio Vargas.

Da CEDI, criada em 1952, embora afirme que não desempenhara atuação muito forte, por outro lado, pode revelar que a questão industrial ganhou contornos personalizados. Vejamos: “quem atuava mais era o Frânzio, diretamente comigo.”⁵³⁴ Pela riqueza do relato, convém acompanhar com mais proximidade a fala do governador:

Para cada indústria que desejava se instalar no estado era feito um decreto dando isenção do imposto de transmissão para a compra do terreno. Era um imposto insignificante, mas a isenção sempre agrada à empresa. Eu dava também isenção do imposto de indústria e profissão pelo prazo de cinco anos, e as empresas eram obrigadas a pagar desde o início apenas o Imposto sobre Vendas e Consignações, que é a base da arrecadação estadual. Com isso atraí muitas indústrias. Se elas precisavam de auxílio técnico para resolver problemas como energia elétrica, o meu pessoal também tratava disso. A Antártica, por exemplo, ia fazer uma grande fábrica em Nova Iguaçu, e eu fiz uma estrada até o local. Acabaram não fazendo a fábrica, e quem se instalou lá foi a Merck. Talvez esse auxílio técnico representasse até mais que as isenções, que serviam apenas de estímulo⁵³⁵.

⁵³³ PEIXOTO, **Artes da política**, p.251.

⁵³⁴ PEIXOTO, **Artes da política**, p.251.

⁵³⁵ PEIXOTO, **Artes da política**, p.251.

Queremos destacar com o trecho acima a preocupação em atender ao amplo setor industrial não necessariamente apenas àqueles de base, já elencados. Aliás, a CSN, FNM e a CNA trouxeram em sua calda, variadas atividades industriais para a região em que se situavam: um exemplo a ser dado e estudado está na região do Vale do Paraíba fluminense cuja modernização esteve capitaneada pela CSN, sediada na cidade de Volta Redonda. Para insistir em recuperar um pouco mais a fala de Amaral Peixoto, acompanhemos a reprodução quanto à interferência, financiamento e agenciamento ao setor:

Dei também muito auxílio à indústria. Dava isenção do imposto de transmissão, do imposto de indústria e profissão. Ajudava a resolver dificuldades de financiamento, dificuldades técnicas. Com isso umas cem indústrias vieram para o estado, e eu aumentei a renda estadual.⁵³⁶

Tal como recuperamos trecho do discurso de posse do Comandante na interventoria fluminense em 1937, convém reproduzirmos o seguinte extrato da fala pronunciada quando reassumira o executivo estadual em janeiro de 1951:

Não esqueço os meus compromissos com os **agricultores**, os **industriais** e os **criadores do Estado**. Todas as reivindicações necessárias ao bem público serão atendidas ao seu tempo, de acordo com os recursos que possamos obter para isso. Desejo, apenas, que não me faltem e a meus colaboradores, forças e perseverança na realização desses propósitos⁵³⁷.

Quando Amaral Peixoto confere sentido ao seu *compromisso* com os três grupos em destaque acima, isso dá indícios reveladores da paisagem industrial fluminense ao longo da sua administração iniciada em 1937, qual seja: o desenvolvimento da indústria em si e da agroindústria. A primeira compreendia diversificada atividade estruturada por nós nas seguintes categorias: a) indústria de base, pesada e/ou estratégica - siderurgia metalurgia, cimento, química, vidros, motor, energia e estaleiros; b) indústrias “complementares” - têxtil, papel-papelão, fósforos, higiene, limpeza,

⁵³⁶ PEIXOTO, **Artes da política**, p.282.

⁵³⁷ Arquivo Amaral Peixoto no Cpdoc, classificação: EAP gov 1951.08.02. Destaques nossos.

transformação de minerais não metálicos e de acessórios; c) indústria de alimentos: massas, bebidas, balas, doces e biscoitos. Enquanto a segunda as seguintes: indústrias sucroalcooleiras (usinas), cooperativas de laticínios e cooperativas agrícolas.

Nestes termos, a título de encaminhamento da conclusão é importante indicar que em relação a política industrial fluminense ao término da administração amaralista em janeiro de 1955, o ERJ estava incluso “entre os de maior progresso da Federação” (SOARES, 2005: 3). Ainda que a indústria do ERJ tenha crescido abaixo da média nacional onde leva-se em conta a comparação com a industrialização paulista (LEVY, 1995) que desde o censo industrial de 1920 já superava a indústria fluminense. Ora, pós 1930 tem-se no ERJ “investimentos em indústrias de base e de bens intermediários.” (SILVA, 2012: 46).

Pelo esboço apresentado, cabe concluir que as falas do Amaral Peixoto denotavam certo grau de expectativa. O ERJ marcharia ao encontro do futuro: sua recuperação, modernização e desenvolvimento industrial-capitalista. Ao reorganizar o ERJ, o Comandante reposicionou a *Velha Província* no conjunto da federação e angariou dividendos políticos ao notabilizar-se como uma das mais expoentes lideranças nacional e regional até década de 1980. Interpretar o passado da administração Amaral Peixoto pode ser um importante guia para entender a situação do ERJ na atualidade e, guardados os devidos anacronismos, quiçá contribuir para algumas saídas da crise fluminense.

Referências bibliográficas

Fontes

Arquivo Amaral Peixoto: *EAP gov 1951.08.02*.

Jornal *O Fluminense* (disponível na Hemeroteca da Biblioteca Nacional)

Bibliografia

ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (Coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.

PEIXOTO, Ernani do Amaral Peixoto. **Artes da política**: diálogo com Amaral Peixoto. (Org.). Aspásia Camargo, Lúcia Hippolito; Maria Celina Soares D'Araujo, Dora Rocha Flaksman. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

LEVY, Maria Bárbara. **A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura. 1995. (Coleção Biblioteca Carioca).

SILVA, Robson Dias da. **Indústria e desenvolvimento regional no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

SOARES, Emmanuel de Macedo. **Cem anos do comandante Amaral Peixoto**. Suplemento especial do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Niterói, Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Niterói, jul. 2005. Suplemento Especial, p.3.

OS TRABALHADORES DE APLICATIVOS EM TEMPO DE PANDEMIA DO COVID-19

Alana Maria Passos Barreto⁵³⁸

RESUMO

A informalidade contribuiu para a diminuição da taxa de desemprego e a retirada de indivíduos da pobreza, porém ela se comporta como uma forma de camuflar a situação crítica dos trabalhadores após a vigência da Lei 13.467/17, a Reforma Trabalhista. No atual contexto de pandemia do Covid-19, a dependência sob os serviços de aplicativos de entrega gerou intensificação na discussão sobre o vínculo empregatício desses trabalhadores. Nesse sentido, esse breve estudo objetiva analisar a condição dos trabalhadores de aplicativos durante a pandemia do Covid-19. Para fins metodológicos, utilizou-se a pesquisa qualitativa por método dedutivo e exploratório, além do levantamento bibliográfico e documental. Observa-se que a articulação das empresas ao criarem discursos e nomenclaturas, prometendo suposta “parceria” aos trabalhadores.

PALAVRAS-CHAVE: Condição de Trabalho; Pandemia; Trabalhadores de Aplicativos.

ABSTRACT

Informality contributed to the decrease in the unemployment rate and the removal of individuals from poverty, but it behaves as a way of camouflage the critical situation of workers after the validity of Law 13,467/17, the Labor Reform. In the current context of the Covid-19 pandemic, dependence on delivery application services has led to an intensification in the discussion about the employment relationship of these workers. In this sense, this brief study aims to analyze the condition of application workers during the Covid-19 pandemic. For methodological purposes, qualitative

⁵³⁸ Graduanda em Direito pela Universidade Tiradentes (UNIT/SE). Pesquisadora Bolsista (PIBIC/CNPq) e Voluntária (PROVIC/Unit) em Iniciação Científica. Integrante dos Grupos de Pesquisa 'Direitos Fundamentais, Novos Direitos e Evolução Social' e 'Direito Público, Educação Jurídica e Direitos Humanos na Contemporaneidade', presentes no diretório do CNPq. E-mail: alanamariabarreto2001@gmail.com.

research was used by deductive and exploratory method, in addition to bibliographic and documentary survey. It is observed that the articulation of companies when creating discourses and nomenclatures, promising supposed "partnership" to workers.

KEYWORDS: Working Condition; Pandemic; Application Workers.

INTRODUÇÃO

A informalidade contribuiu para a diminuição da taxa de desemprego e a retirada de indivíduos da pobreza. Contudo, ela é uma forma de camuflar a situação crítica vivenciada por diversos trabalhadores após a vigência da Lei 13.467/17, a Reforma Trabalhista.

No atual contexto de pandemia do Covid-19, a informalidade por meio das plataformas digitais foi intensificada, de modo que se propagou o discurso para ficar em casa e utilizar os serviços de aplicativos de entrega. Nesse sentido, o presente trabalho objetiva analisar a condição dos trabalhadores de aplicativos durante a pandemia do COVID-19. Para fins metodológicos, utilizou-se a pesquisa qualitativa por método dedutivo e exploratório, além do levantamento bibliográfico e documental.

Por sua vez, entende-se que os trabalhadores de aplicativos do século XXI possuem a mesma liberdade laboral dos trabalhadores do século XVIII, de modo que estão sujeitos a trabalhar em um ambiente de risco sob uma jornada com cerca de 12 horas por dia para sobreviver ou não trabalhar.

Assim sendo, além de sofrerem sob a pressão da maximização do tempo, redução dos custos e “flexibilidade” contratual, as novas condições de mercado durante a pandemia obrigaram a grandes números de trabalhadores assumirem ainda mais riscos. De tal maneira, observa-se que a articulação das empresas ao criarem discursos e nomenclaturas, prometendo “parceria” aos trabalhadores, é apenas uma forma de disfarçar a intensa exploração de trabalho humano.

O CAPITAL EM CRISE PANDEMICA

A exploração do trabalho e, conseqüentemente, sua precarização são intensas no Brasil. Antes da pandemia, mais de 40% da classe trabalhadora encontrava-se na informalidade (ANTUNES, 2020).

Tendo em vista que nas últimas quatro décadas a política neoliberal marcou ferozmente uma ofensiva contra a classe trabalhadora, a inserção das plataformas digitais nas relações empregatícias aprofundou os objetivos do neoliberalismo. Essa política marca o enfraquecimento dos direitos laborais, que levaram longos tempos para serem alcançados, e a constante flexibilização das formas de exploração.

Nota-se uma tentativa de transformar a “exploração” em “parceria”, mascarando o velho trabalhador do século XVIII como um “microempreendedor”, ou pior, um “nano-empresário-de-si”. Conforme o economista Pochmann (2016), o efeito da uberização causa um crescente individualismo que aumenta a competitividade e vem fantasiado no discurso encantador do empreendedorismo, que em tempos de recessão são mais notórios.

De tal maneira, com o crescimento exponencial do contágio pela COVID-19, as populações foram forçadas a adotar o isolamento social para evitar o colapso do sistema de saúde, e o capitalismo passou a vivenciar uma desaceleração econômica inesperada, repentina, de intensidade e abrangência geográfica devido a abrupta redução da dinâmica da economia (SIQUEIRA; PEREIRA; BOAS, 2020). No Brasil, essa economia já se encontrava enfraquecida.

O desaceleramento da economia provoca o aumento da taxa de desemprego. No início da pandemia no Brasil, em março, a o desemprego já tinha retornado ao patamar acima de 12% (SIQUEIRA; PEREIRA; BOAS, 2020). Nesse cenário, ocorreu o aumento pela demanda dos serviços *delivery*.

O TRABALHO INFORMAL NA PANDEMIA

O fenômeno da negação do vínculo empregatício tem sido amplamente assimilado como uma “nova” forma de trabalho sob égide dos rótulos de trabalho

autônomo ou de neoempreendedorismo, visando a subtração dos direitos e flexibilização dos institutos do trabalho em todos os aspectos.

A exploração das classes trabalhadoras se desenvolveu sob a égide dos princípios de igualdade e liberdade contratual, e que a “questão social” surge apenas no âmago das interrogações do século XIX (SUPIOT, 2014). Muito embora, a informalidade tenha contribuído para a retirada de indivíduos da pobreza, ela é uma forma de camuflar a situação crítica vivenciada por diversos trabalhadores.

Nesse cenário, uma massa em constante expansão de mais de cinco milhões de trabalhadores experimentam o fenômeno da uberização propiciada por aplicativos e plataformas digitais (ANTUNES, 2020). Esse novo plano marca o novo adeus à classe trabalhadora por declínio estrutural do trabalho assalariado e à dificuldade em reconstruir padrões de regulação do emprego por meio do direito do trabalho devido ao limbo jurídico desenvolvido (FILGUEIRAS; CAVALCANTE, 2020).

Esse novo trabalho por meio de plataforma e por aplicativos de delivery é um exemplo recorrente da nova forma de contratação, com pseudonovos empreendedores que não estão cobertos pelo direito do trabalho, ainda que estejam subordinados às ordens e direções das empresas prestadoras dos serviços, proprietárias da ferramenta digital (SIQUEIRA; PEDREIRA; BOAS, 2020).

Dessa forma, devido ao crescimento exponencial do contágio pelo novo vírus, as populações foram forçadas a adotar o isolamento social. Em razão da quarentena, os serviços de delivery – *Ifood, Glovo, Deliveroo, Rappi, UberEats, Postmates, Lieferando* – e de transporte urbano de passageiros – *Uber, Cabify* - foram classificadas dentre as essenciais, situando os trabalhadores que as realizam em contínua exposição ao risco de contágio.

Inserido neste cenário de pandemia, a deputada federal Tabata Amaral (PDT/SP) apresentou em julho de 2020, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 3.748/2020, que dispõe sobre o estabelecimento de um Regime de Trabalho sob Demanda, aplicável àqueles trabalhadores de serviços contratados diretamente por plataformas de serviços. Entende-se que a legislação para regulamentar os trabalhadores

de aplicativos é urgente e necessária, de modo que esses trabalhadores se encontram vulneráveis à riscos de saúde e segurança.

Todavia, questiona-se no que tange sobre a fuga da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no âmbito regulamentação jurídica do contrato de trabalho com as plataformas digitais. Tendo em vista que a CLT modernizou as contratações desde o seu surgimento, entende-se a necessidade de manter a atualização da norma, de modo que seja capaz de agrupar as novas formas de organizações de trabalho que forem surgindo.

Com o aumento de informais nos serviços delivery, as empresas responsáveis por essa atividade econômica foram instadas a cumprir o dever de orientar seus trabalhadores e lhes ofertar suporte para higienização pessoal e dos instrumentos de trabalho das entregas (SIQUEIRA; PEREIRA; BOAS, 2020).

Essa situação demonstrou a responsabilidade das empresas de economia compartilhada com os entregadores de aplicativo. Tendo em vista que as empresas deviam orientar os trabalhadores e os consumidores sobre a prevenção da COVID-19 e fornecer insumos e estruturas de apoio à higienização dos trabalhadores e seus veículos.

Ademais, a ação cível pública (ACP) movida pelo Ministério Público do Trabalho contra a *IFood* exigia que a empresa devia garantir assistência financeira aos trabalhadores que fizessem parte do grupo de risco da doença ou que residissem com alguém desse grupo e garantir assistência médica e financeira aos trabalhadores que viessem a contrair a doença (BRASIL, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos de organizações de trabalho das plataformas digitais constituem-se de forma virtual, mas seus resultados são exclusivamente reais. Em detrimento da pandemia da COVID-19, as consequências perversas da negação dos direitos fundamentais trabalhistas por meio do modelo plataformizado de gestão do trabalho foram potencializadas e tornaram-se mais visíveis para a sociedade.

Nesse sentido, os trabalhadores de aplicativos encontram-se, em meio à pandemia, sob extrema vulnerabilidade, ao passo que as empresas de delivery mantêm seus ganhos elevados, possibilitando assim violações a direitos fundamentais do trabalhador como à redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança, presentes no art. 7º, XXII, da Constituição Federal de 1988.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Coronavírus: O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020. (Coleção Pandemia Capital).

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_08.09.2016/CON1988.pdf. Acesso em 11 nov. 2020.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). **Ação civil pública com pedido de tutela de urgência nº 1000396-28.2020.5.02.0082**. Requerente: Ministério Público do Trabalho. Requerida: Ifood Com. Agência de Restaurantes Online S.A. Relator: Juiz do trabalho plantonista Elizio Luiz Perez. 82ª Vara do Trabalho de São Paulo. São Paulo, 6 abr. 2020. p. 1-23. Disponível em: <https://pje.trt2.jus.br/consultaprocessual/detalhe--processo/10003962820205020082>. Acesso em 12 dez. 2020.

FILGUEIRAS, V.; CAVALCANTE, S. O trabalho no século XXI e o novo adeus à classe trabalhadora. **Revista Princípios** (Dossiê Trabalho e Proletariado no Século XXI), n. 159, jul-out, 2020. Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/wp-content/uploads/2020/09/FILGUEIRAS-CAVALCANTE-2020-O-trabalho-no-se%CC%81culo-XXI-e-o-novo-adeus-a%CC%80-classe-trabalhadora.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.

POCHMANN, Marcio. **A uberização leva à intensificação do trabalho e da competição entre os trabalhadores**, Diário Liberdade, 2016. Disponível em: <https://gz.diarioliberalidade.org/artigos-em-destaque/item/90878-marcio-pochmann-a-uberizacao-leva-a-intensificacao-do-trabalho-e-da-competicao-entre-ostrabalhadores.html>. Acesso em: 4 dez. 2020.

SIQUEIRA, L. M. L. C. de; PEDREIRA, S.; BOAS, V. V. Tempos de pandemias no capitalismo contemporâneo: gig economy, direito do trabalho e covid-19. **Revista Princípios** (Dossiê Trabalho e Proletariado no Século XXI), n. 159, jul-out, 2020. Disponível em: <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/17/10>. Acesso em 12 nov. 2020.

SUPIOT, A. **O Espírito da Filadélfia**: A justiça social diante do mercado total. Tradução Tânia do Vale Tschiedel. Porto Alegre: Sulina, 2014.

**Simpósio Temático 27: Ensino em épocas de crises: relatos de
experiência, apontamentos e reflexões**

**PEDAGOGIA CONFLAGRADA – GESTÃO DA APRENDIZAGEM
EM ÁREAS DE COMUNIDADES DOMINADAS PELO PODER
PARALELO**

Renata Lia Ferreira da Silva⁵³⁹

Resumo

Considerar a defasagem e dificuldades de aprendizagem de alunos das áreas onde os conflitos de arma de fogo são rotineiros, o que requer observação e vivência. Mitigar os efeitos desses obstáculos constitui tarefa hercúlea, aqui serão sugeridas práticas de intervenção pedagógica para diminuir as dificuldades de aprendizagem em áreas conflagradas.

O contexto que envolve o dia a dia dessas escolas e alunos também será abordado, a partir de experiência como docente e coordenadora pedagógica no Complexo de Favelas da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, são apresentadas práticas aplicáveis em situações semelhantes, tendo como base a aplicação da leitura como ponto de partida bem como o letramento da teoria de Psicogênese da língua escrita de Teberosky e Ferreiro. Visando a quebra da barreira do capital, sob a ótica bourdiniana.

Palavras-chave: intervenção pedagógica – áreas conflagradas – dificuldades de aprendizagem – comunidades cariocas

Abstract

Consider the gap and learning difficulties of students in areas where firearm conflicts are routine, which requires observation and experience. Mitigating the effects of these obstacles is a Herculean task, here pedagogical intervention practices will be suggested to reduce learning difficulties in conflicted areas. The context surrounding the day-to-day lives of these schools and students will also be discussed, based on

⁵³⁹ MBA em Gestão Escolar pela USP, Especialista em Psicopedagogia e Educação Infantil, Graduada em História e Pedagogia. E-mail: renatinha.lia@hotmail.com

experience as a teacher and pedagogical coordinator at the Complexo de Favelas da Maré, in the city of Rio de Janeiro, practices applicable in similar situations are presented, based on the application of reading as a starting point as well as the literacy of the theory of Psychogenesis of the written language of Teberosky and Ferreiro. Aiming to break the capital barrier, under the bourdinian perspective.

Keywords: pedagogical intervention - conflicted areas - learning difficulties - communities in Rio

Introdução

Os profissionais de educação enfrentam em sua rotina de trabalho problemas como dificuldades de aprendizagem, déficits e defasagem (idade/série). Faz parte do fazer do pedagogo utilizar métodos e técnicas de identificação de problemas e distúrbios, utilizando testes, entrevistas, etc, para após a identificação buscar meios e ferramentas para a resolução do problema, ou ainda mitigar seus danos à aprendizagem do estudante. Quando se trata de escolas dentro de comunidades, o que tange este cenário (de defasagem, dificuldades e distúrbios de aprendizagem), se torna ainda mais peculiar. A realidade dos estudantes dessas escolas é diretamente impactada pela redução dos dias letivos, que acontece com frequência, em virtude de conflitos balísticos em horário de aula ou nos dias anteriores.

Dessa maneira questiona-se se é possível submeter os alunos que moram/estudam em áreas conflagradas⁵⁴⁰ (pela violência) às mesmas exigências curriculares/técnicas de aprendizagem/avaliação que os demais alunos (que não vivem esta realidade). Os alunos não são submetidos ao quantitativo regular de aulas, tampouco possuem equilíbrio psicológico que propicie o aprendizado após uma noite inteira ouvindo tiros, por exemplo. Inclusive os profissionais que atuam nessas áreas também são submetidos a esta rotina incerta e estressante. O tema exposto se faz pertinente ainda, diante da rotina em que se configura, sendo constantes as suspensões de aulas em diversas comunidades, de diferentes regiões da cidade do Rio de Janeiro,

⁵⁴⁰ Entende-se por área conflagrada neste estudo, comunidades que vivem sobre o controle do poder paralelo (tráfico de drogas/milícias) e sofrem constantes incursões policiais, na tentativa de restaurar o controle do Estado sobre estas áreas, além de conflitos entre as facções criminosas rivais em busca de território.

em função dos conflitos bélicos. Gerando cada vez mais déficit (defasagem idade/série) na maior rede de ensino público da América Latina, a da cidade do Rio de Janeiro.

A proposta é não apenas sugerir práticas de intervenção pedagógica – baseadas nas metodologias e técnicas de formação de leitores da professora Luzia de Maria, bem como usar como referencial teórico as experiências das professoras Ana Teberosky e Emília Ferreiro (TEBEROSKY e FERREIRO, 1999), sob a óptica da experiência de atuação nesse tipo de região, bem como propor sugestões de práticas que venham a estimular a leitura, que se configura como porta de acesso à cidadania e instiga o aprendizado, visando alcançar um capital cultural⁵⁴¹ mais vasto. A discussão da aplicação de práticas pedagógicas na identificação de dificuldades e/ou possíveis distúrbios de aprendizagem, também faz parte do intuito deste artigo. Priorizar a identificação dos pontos de necessidade de atenção, para correção de fluxo e defasagem é o passo inicial para mitigar os efeitos dessa rotina diferenciada, a que esses alunos são submetidos, pela violência. Mais uma vez é válido reiterar que os critérios avaliativos, currículo e exigências mínimas, deveriam ser direcionados para esses alunos e suas necessidades, sendo esta mais uma sugestão apontada aqui.

Outro ponto a ser abordado é a avaliação, como ela se dá dentro da rede municipal do Rio de Janeiro. A rotina de avaliação segue de maneira padronizada. Os alunos são avaliados bimestralmente, com provas produzidas pela secretaria de educação (apenas de três disciplinas: Língua Portuguesa, Matemática e Ciências). Os dados do IDEB baseiam as metas a serem atingidas, expectativas a serem superadas. Desde 2007 o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação), criado pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura) estabeleceu o uso do IDEB⁵⁴² que, contudo, produz dados gerais, não observa especificamente as reais demandas de políticas públicas diferenciadas dessas regiões. O plano foi organizado em quatro eixos que se complementam progressivamente, a saber: alfabetização; educação básica; educação profissional; e educação superior (LANZELLOTTI NETO, 2015).

Contexto

⁵⁴¹ Conceito de Pierre Bourdieu que se refere às influências recebidas pelo *habitus* – as heranças familiares culturais (BOURDIEU, 1998).

⁵⁴² Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, verificado por meio de provas periódicas aplicadas na rede pública de ensino.

A atenção às áreas com índices mais baixos de desenvolvimento social é crucial. Pelo menos 90% das crianças das áreas urbanas estão na escola, notadamente nas escolas públicas, a clientela majoritária dessas escolas é oriunda do circuito da miséria e da pobreza, e desta faixa ainda problemática de 1 a 2 salários mínimos de renda familiar. O perfil que se repete como personagens com constante presença no fracasso escolar são jovens oriundos das camadas mais pobres da sociedade como disse Fogaça são os pobres que fracassam (FOGAÇA, 1998).

A discussão acerca das peculiaridades dos alunos estudantes das escolas em áreas conflagradas vem da observação direta das demandas específicas deste tipo região, após atuação como docente de PEJA⁵⁴³, docente de turma regular, turmas de correção de fluxo (alunos com 2 anos ou mais de defasagem) e ainda docente de Sala de Leitura (Biblioteca) e Coordenadora Pedagógica, em unidades escolares em comunidades, na rede municipal do Rio de Janeiro, entre 2009 e 2020.

É rotineira a dificuldade de uma semana inteira sem suspensão de aulas, em função da presença do poder paralelo e ausência do Estado. Diariamente observa-se: insegurança dos profissionais de educação; crianças desestabilizadas emocionalmente (após noites de confrontos entre as facções rivais ou operações policiais); redução de dias letivos. Notícias como a que vem a seguir, são constantes:

No campus da Maré (...) uma realidade longe de mudar. Na segunda-feira passada, pelo menos seis escolas, duas creches e três Espaços de Desenvolvimento Infantil foram obrigados a fechar por causa de confrontos entre policiais e traficantes. (Reportagem: O Globo de 25/2/2016)

Os profissionais que lecionam/coordenam/dirigem escolas nessas áreas necessitam de ferramentas de observação, bem como técnicas para superar as dificuldades de aprendizagem, desse corpo discente com características tão específicas⁵⁴⁴. As técnicas de intervenção pedagógica podem ser aplicadas nessas escolas, no intuito de direcionar as potencialidades do aluno no auxílio à superação das dificuldades de aprendizagem. É necessário que a criança encontre motivação e sentido

⁵⁴³ Programa de Educação de Jovens e Adultos que atende adultos e adolescentes defasados (idade/série) para conclusão do Ensino Fundamental.

⁵⁴⁴ É constante a suspensão de aulas por conta de conflitos ou operações policiais, o que impacta diretamente na redução dos dias letivos e alunos que chegam à escola abalados emocionalmente, sem condições de aprendizagem com métodos tradicionais.

no que aprende, a criança deve ter oportunidades para vivenciar, desde o início de seu convívio na escola, a funcionalidade da escrita, o porquê de se aprender a ler e escrever, para que serve esse conhecimento (DE MARIA, 2016 – 2).

A identificação dos possíveis distúrbios de aprendizagem é o primeiro passo. Esta é a primeira técnica que se aplica, a fim de conhecer o aluno e identificar seu campo de ação. Na prática (na rede municipal do Rio de Janeiro), atualmente, este caminho percorre uma via operacional simples, porém demorada. O professor preenche um RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO INICIAL, relatando as dificuldades do aluno em sala, anexa as atividades realizadas por ele; na sequência o Coordenador Pedagógico conversa com a família e alimenta este mesmo relatório com as informações recebidas. O relatório é encaminhado à Gerência de Educação da respectiva Coordenadoria Regional de Educação, que por sua vez marca uma avaliação com profissional da área de psicopedagogia. O aluno é avaliado, e encaminhado (ou não) para atendimento em Sala de Recursos⁵⁴⁵ ou Classe Especial (dependendo da comorbidade, distúrbio ou comprometimento – em caso de alunos PNE). Muitas vezes, este caminho longo perpassa a rotina diária e a grande demanda acaba não sendo solucionada. Ou seja, algumas crianças acabam por não serem atendidas. Esse é o procedimento padrão da Secretaria de Educação da cidade do Rio de Janeiro.

Além desta dificuldade do diagnóstico inicial, é ainda outro ponto que dificulta o aprendizado, o contexto social no qual estas crianças e jovens estão inseridos que não promove a cultura letrada, possuindo, portanto, um baixo capital linguístico (BOURDIEU, 1987). É importante observar que as crianças residentes nessas áreas mais carentes não possuem estímulos além da escola. Além de serem oriundas de famílias sem formação escolar, ou com formação básica.

Dentro do sistema público de educação, meu interesse está centrado naquelas crianças que tiveram possibilidades muito limitadas de estarem rodeadas por materiais escritos e de serem seus usuários: crianças de pais analfabetos ou semialfabetizados. (FERREIRO, 2011: 70)

⁵⁴⁵ Prestam atendimento a alunos portadores de necessidades educacionais especiais, matriculados nas classes regulares. Nestes espaços, são utilizados recursos específicos que sirvam às necessidades deles e auxiliem o incremento do aprendizado. O atendimento ocorre no contra turno.

Observando esta colocação de Ferreiro (2011) é possível compreender a importância de dar a essas crianças o acesso, proporcionar a proximidade com a cultura letrada, que elas não possuem de outra forma. Visando direcionar a prática de ação e dar a base metodológica deste artigo, a proposta é seguir o método científico de Emília Ferrero e Ana Teberosky, onde o objetivo é apontar técnicas (Leituras com e sem imagem, Interpretação de fragmentos de textos, Atos de leitura – leitura silenciosa e com voz, Acompanhar a evolução da escrita) de intervenção pedagógicas que venham de encontro a grande dificuldade de letramento nessas áreas, que chega inclusive aos anos finais do Ensino Fundamental (não é incomum encontrar adolescentes no 9º ano do Ensino Fundamental analfabetos, semianalfabetos ou analfabetos funcionais).

Vem complementar a base metodológica a utilização das técnicas entusiastas de formação de leitores da professora Luzia de Maria (DE MARIA, 2016 – 1), no intuito de ir além do letramento, provocando e inspirando leitores, vislumbrando o desdobramento em cidadãos mais do que alfabetizados: críticos! As técnicas de formação de leitores da professora Luzia de Maria consistem em diversificar a maneira como a leitura e os livros são oferecidos aos alunos, diferente do habitual.

Segundo ela, não realizar avaliações de leitura onde toda a turma lê o mesmo título são um exemplo. Costumeiramente, há um título estipulado pelo professor e a avaliação é feita em cima deste título único. É imprescindível dar aos alunos liberdade de escolha e abrir possibilidades de identificação com autores, tipos textuais, etc. Permitir que os alunos escolham os títulos com os quais têm mais afinidade, criar Clubes de Leitura (onde cada um lê um livro e partilha as experiências e depois eles podem trocar de livro, trocar informações, bem como instigar os que estão de fora do clube), estes são exemplos de técnicas da professora Luzia de Maria.

O viés das práticas aqui sugeridas, baseadas nas autoras De Maria, Ferreiro e Teberosky, envolvem arte e o poder da leitura e letramento: em seus caracteres de aprendizagem, incentivo e *empoderamento* crítico cultural, visando transformar o *ethos* bourdiniano. Porém é necessário enfatizar que, muitas vezes, o planejado para as aulas nessas regiões sai diferente na hora da aplicação prática, ou os conflitos interrompem as aulas, ou ainda as aulas acontecem nos dias seguintes a tragédias na comunidade e as crianças chegam sonolentas (pois não haviam dormido à noite em virtude dos tiros), ou

com as mãos trêmulas (que nem são capazes de segurar o lápis) e sem condições para o aprendizado habitual.

Uma outra sugestão aqui é aliar o uso da ARTE (“leitura com imagem” como sugerido por Ferreiro e Teberosky) nas aulas. A leitura de imagens é o primeiro caminho para a construção de conceitos, capacidade de interpretação, sequência de cores, entre outras. As aulas podem acontecer baseadas em desenhos, pinturas, fotografias, estilos de arte, fazendo *links* entre a arte produzida por eles e sua leitura de mundo e os artistas contemporâneos. De maneira lúdica e atrativa, proporcionando um contato aparentemente descompromissado com o conhecimento, porém ampliando o olhar dos pequenos. Utilizando ainda como referencial teórico Kindersley, que classifica o universo de pinturas e esculturas como incrível, é possível compreender como este outro tipo de linguagem agregado, pode se enriquecer e ampliar o trabalho neste tipo de região, sempre buscando meios de interessar e atrair esse alunado (KINDERSLEY, 2015).

Sob a ótica de ‘Psicogênese da Língua escrita’, busca-se assim oferecer a educação de melhor qualidade e aprimorar as técnicas de leitura (Aspectos formais do grafismo, Leitura com Imagem, Leitura sem imagem, Atos de leitura), que fazem parte desse processo de alfabetização que é um direito básico do aluno, como disse Ferrero:

O direito à saúde, significa, entre outras coisas, o direito de todo indivíduo a uma atenção médica atualizada, de acordo com os avanços científicos e técnicos dessa área profissional. O direito à alfabetização não pode significar menos que isso (FERREIRO, 2015: 59).

Ou seja, é imprescindível compreender esse papel social do sistema educativo, como parte da engrenagem, do todo na função e na funcionalidade do Estado. No intuito de que a escola cumpra sua função de equalizadora social, que possa contribuir e valorizar a herança cultural de seus alunos, que não pratique, portanto, a violência simbólica bourdiniana⁵⁴⁶.

Outra sugestão aqui é a aplicada pela professora Luzia de Maria no ano de 1982 em uma escola da rede pública do município de Niterói/RJ. O CLUBE DO LIVRO, que chegou a levar a leitura anual de 40 a 70 livros por alunos que antes não

⁵⁴⁶ No que tange a tendência à excluir aqueles que não receberam herança cultural, que se quebre o paradigma do abismo cultural e social. (BOURDIEU, 1992)

tinham a menor perspectiva de atingir estas casas. De acordo com a metodologia⁵⁴⁷ de “O CLUBE DO LIVRO – Ser leitor, que diferença faz?” (DE MARIA, 2016 – 3) os alunos liam e trocavam entre si as histórias, interpretações, sentimentos, impressões e faziam murais, cartazes, origamis, esculturas, pinturas, produções textuais. A turma toda não lia o mesmo livro. Havia uma pré-seleção deles, com vastas opções apresentadas para a turma, e então eles escolhiam as histórias de acordo com sua afinidade, criando um momento prazeroso, contando com o real engajamento dos estudantes, um contato com a leitura de maneira diferenciada. O estímulo à produção textual é outro ponto que se pretende incentivar aqui. Os alunos leitores passam a ter mais facilidade e fluidez na escrita, justamente o que falta a esses alunos tão carentes (não só de recursos financeiros e afetivos, bem como de recursos literários e capital cultural no estado objetivado⁵⁴⁸). O esperado é que a leitura e venha a cumprir um papel maior, de engajar, interessar, e como perfeitamente definiu a professora Luzia de Maria “a doença de ler, uma vez tomando conta do organismo, enfraquece-o a ponto de torná-lo presa fácil deste outro flagelo que habita no tinteiro e supura na pena. O desgraçado dedica-se a escrever.” (DE MARIA 2016 – 1: 114).

Aplicação

O local de aplicação das práticas é o Campus Maré I – Escolas do Amanhã da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (localizado numa área de 40 mil metros quadrados na divisa entre as comunidades Nova Holanda e Baixa do Sapateiro no Complexo de Favelas da Maré). O Campus é formado por 2 Espaços de Desenvolvimento Infantil (EDI – atendendo a Educação Infantil), 5 Primários Cariocas (atendendo do 1º ao 6º ano do Ensino Fundamental) e 1 Ginásio Carioca (que atende do 7º ao 9º ano do Ensino Fundamental). Atendendo uma expectativa de 14 mil alunos em horário integral das 8:00 às 15:00. A Maré se situa à margem da Baía de Guanabara, cruzada por importantes vias expressas da cidade do Rio de Janeiro (a Avenida Brasil, a Linha Vermelha e a Linha Amarela). Foi reconhecida finalmente como bairro em

⁵⁴⁷ Os alunos escolhem por afinidade de leitura, de tipo textual, ou de autor, os livros que vão ler. Sem que haja um imposição do título a ser lido, tampouco há um título único para toda a turma. Esta é a metodologia apresentada em “O clube do livro – Ser leitor, que diferença faz?” por DE MARIA, 2016 (2).

⁵⁴⁸ Capital cultural sob a forma de bens culturais, livros, quadros, dicionários, instrumentos, etc (BOURDIEU, 1992)

janeiro de 1994, com modificações nos limites dos bairros de Olaria, Ramos, Bonsucesso e Manguinhos. A “Maré” é na verdade um complexo de favelas, que comporta 15 comunidades e conjuntos habitacionais (Praia de Ramos, Parque Roquete Pinto, Parque União, Parque Rubens Vaz, Nova Holanda, Parque Maré, Nova Maré, Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau, Conjunto Bento Ribeiro Dantas, Conjunto Pinheiro, Vila dos Pinheiros, Novo Pinheiro – popularmente chamado Salsa e Merengue, Vila do João e Conjunto Esperança). A área é dividida entre duas facções criminosas que fazem parte do tráfico de drogas da cidade.

A atuação no Primário Carioca Genival Pereira de Albuquerque permitiu a aplicação destas práticas aqui descritas. Com total apoio e consentimento da direção da escola, os projetos podem ser inseridos na grade curricular sem prejuízo do cumprimento da Base Nacional Comum Curricular. Os professores da unidade também não eram sobrecarregados, pois as oficinas foram ministradas pela coordenadora pedagógica e pelo diretor adjunto, dentro de seu horário de trabalho. Serão elencados cinco exemplos de projetos: Arte (realizado com turma de 1º ano), Clube do livro (realizado com turma de 3º ano), LIBRAS (realizado com turma de 2º ano), Produção Textual (realizado com turma de 5º e 6º anos) e Africanidade (com todas as turmas).

O primeiro deles foi a ARTE (KINDERSLEY, 2015) para as crianças do 1º ano. A leitura de imagens é o primeiro caminho para a construção de conceitos, capacidade de interpretação, sequência de cores, entre outras. As aulas aconteciam baseadas em desenhos, pinturas, fotografias, estilos de arte, fazendo *links* entre a arte produzida por eles e sua leitura de mundo e os artistas contemporâneos trabalhados (Monet, Van Gogh, Matisse, Picasso, Miró e Andy Warhol). Tudo de maneira lúdica e atrativa, proporcionando um contato aparentemente descompromissado com o conhecimento, porém ampliando o olhar dos pequenos. Muitos materiais como fotos, revistas, livros, projeções em data show, foram trazidos para os pequenos, que ficaram deslumbrados com esse contato com a arte. Foi observado que a turma participante do projeto tinha mais facilidade no processo de letramento. Das três turmas de primeiro ano, só era possível atender uma delas, visto que o diretor adjunto da unidade destinava parte de sua atarefada rotina administrativa para inserir este e outros projetos em sua semana. No final do ano letivo os resultados desta turma de primeiro ano foram nitidamente

melhores que as demais. O uso desta técnica pedagógica, com o trabalho utilizando a arte, se mostrou eficaz e gratificante.

O segundo projeto foi o CLUBE DO LIVRO, reunia alunos do 3º ano (uma turma com sérios problemas de letramento, mesmo já estando no 3º ano). É muito comum observar gargalos de reprovação na rede municipal do Rio de Janeiro, e o 3º ano é um dos principais, juntamente com o 7º ano. Usando como base a metodologia de “O CLUBE DO LIVRO – Ser leitor, que diferença faz?” (DE MARIA, 2016 – 3) os alunos liam e trocavam entre si as histórias, interpretações, sentimentos, impressões e faziam murais, cartazes, origamis, esculturas, pinturas, produções textuais (mesmo com toda sua limitação) de maneira prazerosa, acerca dos temas trabalhados. A partir das escolhas de seus títulos preferidos, a turma catalogava cada livro lido (cada aluno recebia um pequeno caderno personalizado do projeto para estes registros), com suas especificações (autor, editora, título, ano de impressão, edição, etc) e então produzia livremente o que desejasse para compartilhar com os colegas aquela história. Alguns optavam por desenhos, pinturas, confecção de murais, filmagens de vídeos com o celular, encenações no pequeno teatro da escola, uso de fantoches da Sala de Leitura, modelagem com argila, entre muitas outras ideias que iam surgindo e a turma pedia para realizar. Ao final do ano letivo a turma produziu um livro, cada um contando suas histórias de vida e como as histórias que leram contribuíram para que pudessem sonhar, imaginar e se empenhar por realizar seus desejos de uma vida melhor!

O terceiro projeto era uma oficina de LIBRAS (GESSER, 2016) – Linguagem Brasileira de Sinais, ofertada aos alunos do 2º ano. Havia, não somente, a preocupação em preparar os alunos para a inclusão de colegas deficientes auditivos, bem como a inserção prática desta rotina de lidar com o “diferente”, tornando o trato com as “diferenças”, algo que pode (e deve) ser trabalhado com naturalidade. Mais uma vez o alfabeto, as imagens, a contação de histórias em LIBRAS, trazia a leitura como o viés dos projetos da escola, aguçando o interesse e ao mesmo tempo buscando vias de acesso a esses alunos diferentes das tradicionais. O contato com a diversidade de maneira natural e intrínseca ao dia a dia, proporciona aos pequenos a oportunidade de crescer sem barreiras de aceitação e preconceitos, ao aprenderem a se comunicar em LIBRAS, os alunos deram ‘sinais’ de identificação uns aos outros, ao diretor adjunto, que ministrava a oficina, à diretora e à coordenadora. Foi conversado ainda sobre a

importância de aprender diferentes formas de se comunicar, uma segunda língua e mais ainda reforçar a auto confiança de cada aluno na sua capacidade de aprender!

O quarto, projeto, era a oficina de PRODUÇÃO TEXTUAL, chamada de “Jovens Escritores”, realizada com as turmas de 5º e 6º anos. Também encontrando grandes dificuldades em função do baixo rendimento neste quesito nas provas bimestrais, o estímulo era oferecido através de contação de histórias, leituras, poesias, músicas, debates, vídeos, desenhos animados, enfim, tudo que pudesse estimular, aproximar e – principalmente – interessar os alunos pela cultura letrada. A partir da obra geradora (que poderia ser um livro, um vídeo, uma música, quadrinhos, pintura, desenho, etc), os alunos eram convidados a produzir suas próprias versões, ou produzir continuidades da história, ou se colocar como protagonistas, enfim cada dia era proposto um tipo textual diferente, um processo de escrita diferente, de modo que eles passaram pelos mais diferentes gêneros textuais, tipos de narração, tempos verbais, reforçando ainda o trabalho do conteúdo de Língua Portuguesa. Esta oficina rendeu frutos especialmente saborosos: duas poesias premiadas e publicadas no livro exposto no *stand* da MultiRio, dentre as melhores poesias dos alunos da Rede Municipal do Rio de Janeiro, durante o 19º Salão FNLIJ (Fundação Nacional do Livro Infante e Juvenil) em 2017.

O quinto e último projeto, AFRICANIDADES, começou numa culminância da semana da Consciência Negra e acabou tomando o coração de toda a escola. A valorização da cultura africana com a leitura de autores negros, desfile de moda com trajes típicos africanos, oficinas de turbantes, exibição de filmes, aulas de culinária com alimentos de influência africana, passaram a fazer parte do dia a dia da escola.

Esses projetos eram inseridos na grade horário semanal (1 vez na semana) das turmas (de turno único), sem prejudicar a grade básica, tampouco as aulas dos especialistas (Educação Física, Música e Língua Estrangeira) que atendiam as turmas, com cargas horárias semanais que variam de 1 a 3 tempos. Enquanto as aulas dos projetos eram ministradas pelo diretor adjunto da unidade e pela coordenadora pedagógica, as professoras regentes das turmas ofereciam reforço, dando atenção especial a grupos pequenos de alunos que estivessem precisando de mais atenção. Elas já estariam em sala (não tinham, portanto, sua carga horária aumentada, ou tempo de planejamento reduzido), porém ao invés de estar com toda a turma, ficavam apenas com

os alunos que mais precisavam de atenção, enquanto a maior parte da turma estava nos projetos.

Tais práticas de incentivo a arte, cultura negra, diversidade, leitura e letramento são fundamentais para que alunos dessas regiões possam vencer as barreiras que os mantêm na rotina de defasagem e fracasso escolar. Seguindo nestas linhas se faz necessário fazer aqui um adendo acerca da Avaliação. Como anteriormente mencionado, os alunos da rede municipal do Rio de Janeiro, são avaliados por meio de provas oriundas do nível central (SME) para as escolas. São avaliações de múltipla escolha que contemplam os conteúdos curriculares mínimos (chamados na rede de Descritores). Contudo, baseadas na metodologia de análise do PISA⁵⁴⁹, apenas três disciplinas do Currículo são contempladas nas avaliações: Língua Portuguesa – Leitura e Escrita (prova de Interpretação de textos e Gramática, além de Produção textual), Ciências e Matemática. As demais disciplinas do Currículo (História, Geografia, Linguagens Artísticas e Línguas Estrangeiras) não são contempladas. Isso claramente compromete o processo como um todo.

Os professores regentes podem aplicar avaliações paralelas, contudo as notas que constam nos boletins são as das provas bimestrais da prefeitura. O repensar desses métodos avaliativos com visão generalizante se faz necessário. Como mencionado na introdução deste artigo, os alunos das áreas conflagradas passam por diversas especificidades em sua rotina de aprendizagem comprometida e diferenciada. Isso inclui repensar Avaliação e Currículo.

Um Currículo pensado não apenas na Base Nacional Curricular Comum, recém aprovada, mas também com base nos sabres tácitos, pensado como Política Pública de Educação para essas áreas. Discutidos em conselhos escolares e comunitários, com profissionais técnicos (professores), pais e alunos. Um Currículo elaborado em conjunto, específico para as áreas em questão, considerando suas particularidades.

Considerações Finais

⁵⁴⁹ *Programme for International Student Assessment (Pisa)* – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – é uma iniciativa de avaliação comparada, coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), havendo uma coordenação nacional em cada país participante. No Brasil, a coordenação do Pisa é responsabilidade do Inep.

O que está exposto aqui não são soluções para os problemas de aprendizagem dessas áreas conflagradas pela violência e de tantas outras, não pode existir tal pretensão. Contudo pode ser de suma importância aplicar essas práticas simples e eficazes, que tentam mitigar os efeitos bola de neve que essa defasagem e dificuldades de aprendizagem, e até de letramento, se constituem na rede e na sociedade como um todo. Somos fruto de um capitalismo exploratório e as políticas públicas não atendem com objetividade as necessidades reais da população. As políticas públicas não têm nada a ver com os anseios do povo, e estão estreitamente vinculadas aos interesses econômicos. Cerca de 70% da população não exercem nenhuma influência na definição de políticas públicas – é como se morassem em outro país. E quando examinamos o nível de renda e de riqueza, o impacto das políticas públicas é ainda maior – os ricos, de uma forma geral, conseguem o que eles querem (CHOMSKY, 2017).

A Pedagogia é chamada aqui de Conflagrada, pois diariamente milhares de servidores públicos e funcionários terceirizados, entram em áreas conflagradas para dar aulas e exercer funções de apoio ao funcionamento da escola (limpeza, cozinha, entrega de materiais e suprimentos, etc). Passando por ameaças reais que nenhuma gratificação de Difícil Acesso⁵⁵⁰ pagaria. Essa notada ameaça aos setores mais básicos da atividade humana, representado pelo poder paralelo, é uma guerra diária, guerra esta que “não nasce mais das questões políticas, classistas, raciais ou religiosas, mas sim, das questões ligadas ao comércio ilegal das drogas e seu uso por parte dos narcodependentes.” (PEREIRA DE SOUZA, 2008: 126).

Contudo é imprescindível acreditar numa guinada. Compreender o papel do educador neste mundo de constantes mudanças, aceitando seu papel de sujeito ‘interferidor’, como disse Freire: “Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências” (FREIRE, 1996: 76 e 77). O docente não possui fórmulas mágicas, tampouco lhe deve ser atribuído o ‘poder transformador’ da educação. Ele é ferramenta. É meio. Viabiliza. Interfere. Proporciona horizontes.

⁵⁵⁰ Gratificação de 5% sobre o vencimento básico, paga pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro aos servidores públicos que atuam em áreas classificadas como de acesso ‘delicado’ pelos transportes públicos. Comum aos servidores lotados em Unidades Escolares em áreas conflagradas.

A leitura crítica é a principal ‘arma’ numa sociedade negligente como a nossa. Em tempos de extremismos políticos, como os de hoje, mais ainda. Somente a leitura pode oferecer novos horizontes aos estudantes dessas áreas, propiciar uma mudança do *habitus* bourdiniano. Promover mais do que a alfabetização, se configura como um papel social do educador. A formação de Clubes de Leitura, debates, diálogos, formação de leitores em geral, vem a ser um grande ganho para a escola e para a sociedade como um todo. O aluno munido do conhecimento torna-se imbuído de olhar crítico, cidadão pensante, que deixa de ser massa de manobra e pode passar a ser protagonista do seu futuro, modificando realidades e tornando-se inspiração na comunidade, protagonistas juvenis. É preciso ir contra a maré do ‘empobrecimento imaginário’ que favorece a ignorância e a alienação; uma das principais causas do crescimento do pensamento autoritário na sociedade brasileira. Sem o empobrecimento do imaginário, consequência necessária da adesão à razão neoliberal, o Estado Pós-Democrático não teria surgido (CASARA 2017).

A prática escolar deve ser democrática: relacionamento interpessoal, disciplina, currículos, avaliação e normas; o estímulo para que o estudante exerça sua cidadania deve ser prática da escola. Educar seres pensantes, não no silêncio, não com fórmulas prontas, não com ‘be-a-bás’ maçantes, não com rotinas mecânicas: isto afasta as crianças do letramento, da leitura. O compromisso do educador é o de inserção, ou seja, inserir a criança no mundo permeado pela escrita, mediar o seu contato com as informações que lhe permitam situar-se na realidade e atuar criticamente no sentido de alterar estruturas injustas, sem dúvida a escola deve transformar cada criança em um leitor” (DE MARIA 2016 – 2). Somente assim será possível ‘mudar’ destinos e desviar os alunos dessas comunidades dos ‘futuros previsíveis’, aos quais já nascem fadados. Que os exemplos de vitória acadêmica e profissional, como os de Marielle Franco⁵⁵¹, e de tantos ex-alunos de escolas onde trabalhei (que hoje são alunos de universidades públicas), se tornem regra, deixando de ser exceção. Que nas universidades, mais alunos oriundos de comunidades conflagradas possam florir. Afinal, como disse Marielle, “**as rosas da resistência nascem no asfalto**”⁵⁵².

⁵⁵¹ Moradora da comunidade da Maré, estudou em pré-vestibular comunitário local e ingressou para a universidade. Vereadora do Rio de Janeiro, eleita pelo PSOL, defendia a população das áreas conflagradas e foi executada em março de 2018, após denúncias contra as milícias que dominam a cidade.

⁵⁵² “**As rosas da resistência nascem no asfalto. A gente recebe rosas, mas vamos estar com o punho cerrado falando de nossa existência contra os mandos e desmandos que afetam nossas vidas**” –

A aplicação das técnicas de intervenção pedagógicas para o auxílio na identificação de comorbidades, dificuldades e distúrbios, e aplicação das práticas aqui sugeridas, vem ao encontro desta ideia de mudar a rotina que se perpetua há anos, produzindo cidadãos sem perspectivas. É fundamental incentivar a leitura e combater o analfabetismo: formar cidadãos com amplo capital cultural. As dificuldades de aprendizagem e letramento são determinantes na formação de cidadão sem pensamento crítico e que vão assumir funções na base da pirâmide de posição acadêmica, econômica e social, pois a sociedade colabora para a manutenção do *habitus*. A perspectiva é ver a população da favela assumindo postos de trabalho que não exigem conhecimento técnico e tampouco formação acadêmica. É necessário atuar na base do problema, o ‘calcanhar de Aquiles’ de nossa sociedade: a Educação.

Para isso é necessário pensar de forma abrangente na Educação e em seu viés principal: o Currículo, que o que direciona e determina as suas práticas. Concluo, por fim, que a sequência mais eficaz para estes fatos constatados, seria uma revisão mais profunda, um Currículo repensado, direcionado para estes alunos das áreas conflagradas. Um Currículo discutido com peso de Política Pública de Educação. Ouvindo profissionais da área, ouvindo alunos, ouvindo os Conselhos Escolares, ou seja, uma proposta de Currículo feito pela Escola, em prol da aprendizagem.

Bibliografia

BORDIEU, Pierre. A reprodução. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

_____. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1987.

_____. Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASARA, Rubens R. R. Estado Pós-Democrático – Neo-Obscurantismo e gestão dos indesejáveis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CHOMSKY, Noam. Réquiem para o sonho americano – os 10 princípios da concentração de riqueza & poder. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

DE MARIA, Luzia (1). Amor literário: dez instigantes roteiros para você viajar pela cultura letrada. Rio de Janeiro: Ler & Cultivar, 2016.

Vereadora Marielle Franco em 08/03/2018, ao ser interrompida em seu discurso, por um homem, com flores na mão, no plenário da Câmara dos Vereadores do Rio enquanto fazia um pronunciamento sobre o Dia Internacional da Mulher.

Anais da XXXVI Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Entre golpes e democracias: Narrativas históricas de um sonho em vertigem. Gabrielle Barra Tarocco; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2020. 1463 p.

_____ (2). Leitura e Colheita: livros, leitura e formação de leitores. Rio de Janeiro: Ler & Cultivar, 2016 2ª ed.

_____ (3). O Clube do Livro – Ser leitor, que diferença faz?. São Paulo: Global, 2016.

FERREIRO, Emilia e TEBEROSKY, Ana. Pisicogênese da língua escrita. São Paulo: Artmed, 1999.

FERREIRO, Emilia. Com todas as letras. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. Reflexões sobre alfabetização. São Paulo: Cortez, 2011 (Coleção Questões da nossa época. Vol. 6.

FOGAÇA, Azuete. Educação, Qualificação e Pobreza: Um resumo da crise educacional brasileira in BOMENY, Helena M. B. (Organizadora). Ensino Básico na América Latina – Experiências, Reformas, Caminhos. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa?. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

KINDERSLEY, Dorling. Arte para crianças. São Paulo: Publifolha, 2015.

LANZELLOTTI NETO, João; AVELAR, Kátia Eliane Santos; FRIEDE, Reis; MIRANDA, Maria Geralda de. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e seus Objetivos in MIRANDA, Maria Geralda de; AVELAR, Katia Eliane Santos; FRIEDE, Reis; SOUZA, Rodrigo Otavio Lopes de; MELLO, Silvia Conceição Reis Pereira (Organizadores). Educação Básica de Qualidade para Todos. Curitiba: Appris, 2015.

PEREIRA DE SOUZA, Paulo Nathanael. Educação e desenvolvimento no Brasil. São Paulo: Integrare, 2008.

Site (consulta em 29/11/2020 às 17h38): <https://oglobo.globo.com/rio/campus-educacional-da-mare-sera-inaugurado-nesta-sexta-feira-18744790>

Simpósio Temático 28: Imprensa no oitocentos: representações, identidades e cultura escrita

Vestuário, mulheres e imprensa no Oitocentos (1830-50)

Laura Junqueira de Mello Reis⁵⁵³

Resumo

O objetivo desse artigo é perceber o papel da imprensa no que se refere ao universo de uma moda *alternativa* que vigorou no Oitocentos a partir de algumas vertentes. Buscamos compreender de que maneira a imprensa feminina – e, além disso, aquela produzida no Rio de Janeiro - do período contribuiu para a disseminação de um determinado tipo de vestuário, que consistia no uso feminino de roupas que seriam, originalmente, pertencentes ao guarda roupa masculino. Para tanto, inserimos nossa análise também na rede de sociabilidades que surgiu a partir desse uso: das mulheres que escreviam nessa imprensa, as mulheres que usavam esse tipo de traje e, por fim, as mulheres que produziam essa indumentária. A base teórica consiste em categorias tais como representação, cultura política e gênero.

Palavras chave: Vestuário; Imprensa; Século XIX; Mulheres.

Résumé

Le but de cet article est de comprendre le rôle de la presse en relation avec l'univers d'une mode *alternative* qui a prévalu dans le XIX siècle à partir de certes facettes. Donc, nous cherchons à comprendre sur quelle manière la presse féminine – et, par ailleurs, celle produite à Rio de Janeiro – à cette époque, a contribué à la diffusion d'un certain type de vêtement, que consistait en l'utilisation féminine de vêtements qui seraient, originellement, appartenant à la garde-robe masculin. Pour ce faire, nous insérons notre analyse dans le réseau de sociabilités qui a surgi à partir de cet usage: des

⁵⁵³Graduada e mestre em história pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), doutoranda em história política na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), bolsista Capes. Email: laurajunqueiramreis@gmail.com

femmes qui écrivaient dans cette presse, des femmes qui utilisaient ce type de costume et, enfin, des femmes qui produisaient cette tenue. La base théorique consiste de catégories de même que la représentation, la culture politique et le genre.

Mots-clés: Vêtement; Presse; XIX Siècle; Femmes.

“Em bem pouco tempo

Leitores, verão

Os homens, de saia

Moças, de calção.”⁵⁵⁴

Esse trecho foi publicado em uma das edições do periódico *A Mulher do Simplício ou a Fluminense Extada* que circulou por alguns anos da Corte brasileira. Escrito de forma a ironizar a possibilidade de homens usarem saias e moças calções, provavelmente, o colaborador não imaginava que isso poderia vir a ocorrer apenas algumas décadas após essa publicação. O fato é que em meados da década de 1850 encontramos na imprensa textos cujo o objetivo era apresentar às mulheres certas roupas – tais como: calças e coletes – que, anteriormente, só caberiam ao guarda roupa masculino.

Logo, nos anos 50, é possível verificar nos jornais um estilo de calça *feminina*: as calças Bloomer. Seu uso nunca chegou a ser popular, mas fez uma *revolução* nos chamados trajés *alternativos* – aqui, fazemos uso do termo empregado pela socióloga Diana Crane ao se referir ao vestuário *masculino* que estava sendo utilizado por mulheres – (CRANE, 2013). As calças Bloomer ficaram conhecidas aos finais dos anos 40 e princípio dos anos 50 através da norte americana Amélia Jenks Bloomer. Bloomer, que deu nome a calça, apresentou a indumentária em seu periódico *The Lily* e defendia seu uso afirmando que era uma roupa mais confortável. Apesar do traje ter sido apresentado nos Estados Unidos, rapidamente encontramos referência a tal vestuário na imprensa brasileira, representando aquilo que o colaborador *d’A Mulher do Simplício* não poderia imaginar: “moças, de calção”.

⁵⁵⁴*A Mulher do Simplício*, Rio de Janeiro, ed45, 12 de dez. 1835.

No entanto, apesar da singularidade e preciosidade das calças Bloomer, elas não são nosso foco principal nesse trabalho. De fato, elas foram fundamentais no que ousamos chamar de um projeto; e as críticas que receberam no Brasil – verificadas através da imprensa – são significativas. A título de exemplo vamos citar uma dessas críticas. O trecho transcrito a seguir foi escrito por um homem e publicado em um jornal de larga circulação, o *Correio Mercantil*:

Vestem calças, saias curtas, peregrinas, e usam chapéu redondo. Todas as que encontrei eram magras, velhas, feias e dotadas de uma voz detestavelmente desagradável. São faladoras, e facilmente se insurgem contra os homens casados e contra o casamento. Mas em negócio de casamento é preciso desconfiar sempre da opinião de velhas solteiras, magras e gritadoras.⁵⁵⁵

A partir desse trecho já é possível perceber o quanto um traje tinha o poder de incomodar e, nesse sentido, o quanto seu uso poderia *revolucionar*. Afinal, esse homem se preocupou em ir até um periódico difamar as calças Bloomer. Assim, verificamos que se tem uma coisa que a moda não é, e que já vem sendo demonstrado pela historiografia atual, é frívola (LIPOVETSKY, 2009), considerando que ela tinha tal capacidade aborrecimento nos homens de então.

Apesar disso, o que nos interessar explorar nesse artigo trata-se de outra indumentária. Pretendemos entender o uso político dos chamados *Coletes de emancipação* e as suas conseqüentes redes de sociabilidade que surgiram junto a sua apresentação e que é possível ser percebida através dos jornais de então. Por isso, nesse trabalho, o enfoque é a imprensa. Mais precisamente a imprensa carioca e feminina, ou seja, aqueles jornais que circularam no Rio de Janeiro e eram voltados para as mulheres. Dulcília Buitoni afirma a existência de uma imprensa feminina e, portanto, corrobora com a autora no que se refere a existência e circulação de certos jornais para as mulheres (BUITONI, 1990).

Não seria exequível tratar de toda imprensa feminina do Rio de Janeiro – mesmo dentro do enfoque temporal proposto no artigo, que trata de 1830-1850 – por isso, selecionamos alguns periódicos que abordaram especificamente os Coletes e que

⁵⁵⁵*Correio Mercantil, e Instrutivo, Político, Universal*, Rio de Janeiro, ed270, 01 de out. 1856.

consideramos folhas imprescindíveis para a compressão tanto da sociedade carioca quanto das redes apresentadas parágrafo anterior - e que serão mais profundamente exploradas no decorrer desse trabalho. Para tanto, são eles: *A Mulher do Simplicio ou a Fluminense Exaltada* (1832-1846); *A Marmota* (1849-1864)⁵⁵⁶; *Periódico dos Pobres* (1850-1871); *O Álbum Semanal* (1851-1852) e *Jornal das Senhoras* (1852-1855).

Os jornais citados anteriormente eram dedicados às mulheres, ou seja, tinham como principal público leitor um público feminino. Ainda de acordo com Buitoni algumas características podem definir o público alvo de determinados periódicos, a exemplo dos artigos que são apresentados nessas folhas (BUITONI, 1990); os periódicos que investigamos tem em seu conteúdo uma série de textos literários e artigos de moda. Constância Lima Duarte também determinou tais jornais como pertencentes a essa imprensa feminina em seu livro *Imprensa Feminina e feminista no Brasil* (DUARTE, 2016).

No entanto, apesar de ter o público leitor como semelhança, existiam significativas diferenças entre eles. Não vamos abordar todas distinções, como valores, número de páginas e tipografias; nos atentamos apenas a redação desses jornais. Com exceção de um, todos esses periódicos, apesar de terem as mulheres como principais leitoras, eram editados e redigidos por figuras masculinas. A exceção era o *Jornal das Senhoras* que fora redigido por três mulheres ao longo dos anos em que foi publicado. Em 1852, ano que nos compete mais precisamente, era redigido pela argentina Joana Paula Manso de Noronha.

O *Colete de emancipação* foi um traje apresentado, inicialmente, n' *O Álbum Semanal*, em 1851, as colunas de moda desse periódico eram assinadas por M. de B.⁵⁵⁷ No entanto, de acordo com Guilherme Gonçalves o traje ganhou esse teor *emancipatório*, apenas no ano seguinte, quando publicado no *Jornal das Senhoras* (GONÇALES, 2019). O que nos interessa aqui é salientar o seu uso como um ato político e a partir dele

⁵⁵⁶Aqui tratamos das 03 fases da *Marmota* – *A Marmota na Corte*, *Marmota Fluminense* e *A Marmota*. Optamos por nos referirmos ao longo do texto apenas como *Marmota*, mas nas referências bibliográficas separamos as fases conforme as datas de publicação do jornal.

⁵⁵⁷*O Álbum Semanal: Cronológico, literário, crítico e de modas*, Rio de Janeiro, ed. 05, 30 de nov. 1851, p. 07.

estabelecer algumas redes de sociabilidades que nos foi possível identificar até o momento.

Tal feição emancipatória adquirida a posteriori não poderia ter sido apresentada em outro periódico. O *Jornal das Senhoras* dialogava, desde a sua primeira edição, com a ideia de emancipação moral das mulheres. Não é à toa que esse teor tenha aparecido primeiramente nessa folha, ainda mais quando consideramos que era a única, dentre as outras que abordaram o Colete, que era redigida por mulheres.

Nesse momento, antes de entrarmos diretamente na indumentária em si, é preciso destacar quais eram as mulheres que o *Jornal das Senhoras* buscava, através de seus textos, garantir uma emancipação moral. Para tanto, levantemos alguns pontos. Falamos de um período em que o Brasil estava vivendo um regime escravocrata e, além disso, tinha a maior parte da população analfabeta. Portanto, apesar de não termos acesso direto a uma lista de assinantes, podemos supor, através do contexto sócio-político que o país se encontrava, que a folha era lida, majoritariamente, por mulheres brancas cujo o pertencimento socio econômico era de uma classe, ao menos, mediana. Logo, essa emancipação moral tinha raça e classe.

Mas, afinal, o que era o *Colete de emancipação* e o que ele tinha de tão específico? Primeiramente, ele fora apresentado como um colete masculino a ser utilizado por mulheres, tanto n' *O Álbum Semanal* quanto no *Jornal das Senhoras*, nas palavras da colaboradora do periódico que era responsável pelas seções de moda da folha:

Mas um colete, um colete de homem (ora vejam que diferença) bem talhado, com sua golinha de pé, ou de rebuço, ou de traspasse, empregado sobre o corpo esbelto de uma menina de quinze a vinte anos, ou mesmo de uma senhora até aos seus trinta e cinco anos, é por certo muito bonito.⁵⁵⁸

E, justamente por isso, chamava atenção. Não se tratava de uma indumentária misteriosa, tampouco diferente, era *apenas* um colete masculino, mas a ser utilizado por mulheres. Ainda nas palavras da colaboradora,

⁵⁵⁸ *Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, ed. 02, 11 de jan. 1852, p. 02.

O colete de emancipação é uma destas modas distintas e especiais, que de tempos em tempos Paris oferece às suas elegantes para nelas produzir uma revolução e um furor que, como a eletricidade, vai tocar todos os pontos da França, todos os círculos da sua sociedade, e por fim percorre vitoriosa a Europa toda, e chega a América para aí fazer outro tanto, sempre bem acolhida em toda a parte.⁵⁵⁹

A seguir, para uma melhor visualização do traje, o apresentamos conforme publicado no *Jornal das Senhoras*:

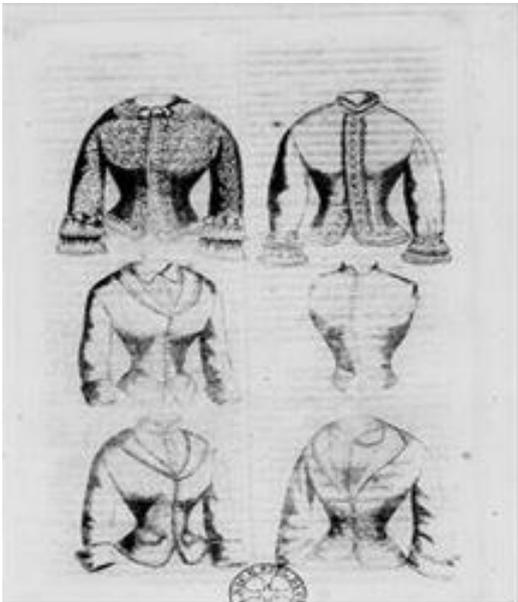


Figura 1: Colete de emancipação.

A partir dos trechos apresentados anteriormente e que foram publicados no *Jornal das Senhoras* já é possível perceber o porquê consideramos o uso desse traje como um ato político. Que as roupas são signos representativos não restam dúvidas, no entanto, conforme exposto pelo sociólogo Roland Barthes (BARTHES, 1979) as roupas, sendo signos, provocam falas e, portanto, partindo dessa perspectiva acreditamos que possuam – e ainda possuem - um poder de fala.

⁵⁵⁹*Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, ed. 02, 11 de jan. 1852, p. 01.

Em um século onde as mulheres não tinham representações políticas e onde suas vozes, frequentemente, não eram ouvidas, foi necessário criar outras maneiras de falar. No século XIX – e ainda hoje – vivia-se uma sociedade patriarcal, onde as relações de gênero eram determinadas a partir de uma relação de poder dominante pelos homens (SCOTT, 1995), e as mulheres precisavam encontrar meios não convencionais para afirmar suas convicções. Logo, as roupas assumiram esse papel de fala. Usar um colete, símbolo de um traje tipicamente masculino, assumido sobre a forma masculina da indumentária, conforme traçado na publicação da folha: “mas um colete, um colete de homem (ora vejam que diferença)”, era significativo.

Essas mulheres resignificaram a ideia de representação passada por coletes *comuns* -ou seja, aqueles coletes masculinos que eram, de fato, utilizados por homens. Essa *nova* representação adquirida pelo colete foi, estrategicamente, construída a partir do *Jornal das Senhoras* e acreditada por algumas leitoras, considerando que foi recriado um significado para um modelo de indumentária já existente ou, pelo menos, o periódico pretendia passar para as leitoras esse sentido emancipatório (CHARTIER, 1988).

O *Jornal das Senhoras* ainda publicou um trecho onde afirmou que as mulheres teriam aceitado muito bem a ideia do Colete e que caminhavam com ele pelas ruas do bairro de botafogo, dotadas de um acessório que simboliza o poder masculino no Oitocentos: um relógio de bolso: “Ela passeava com uma das mãos apoiada ao seu colete e com a outra graciosamente brincava com os sinetes de seu relógio. Era um semi-homem cheio de feitiços e encantos.”⁵⁶⁰ O relógio era um acessório que caracterizava, além de tudo, um poder financeiro.

A *Marmota*, quando publicou sobre os Coletes na década de 60, através de um folhetim que havia sido peça teatral em 1852, com o nome de *A Emancipação da Mulher*, se mostrou crítica ao uso do Colete. Não por menos, era editada e escrita por uma série de colaboradores e, inclusive, o autor da peça também era um homem, Antônio de Castro Lopes. No texto, os personagens masculinos ironizavam o Colete e desmoralizavam as personagens que, sendo leituras assíduas do *Jornal das Senhoras*, se

⁵⁶⁰*Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, ed. 03, 18 de jan. 1852, p. 02.

mostravam abertas ao uso desse traje. Deolindo – um dos personagens da obra -, por exemplo, afirmava:

A emancipação das mulheres, tal como se quer entender, é um sonho irrealizável e mesmo uma utopia ridícula... E vós, senhoras, deponde essas armas que em vossas mãos dizem tão mal, porque a mulher é flor mimosa da criação, destinada para aformosear com sua beleza o painel da humanidade e amenizar com o perfume de suas virtudes a existência terrestre!⁵⁶¹

Além disso, os personagens que compunham a peça eram, certamente, sujeitos que possuíam uma considerável quantia monetária, considerando os espaços por onde esses personagens passavam e estavam inseridos; não à toa um deles havia acabado de retornar de Paris, local onde, segundo ele, os Coletes de emancipação estavam em alta.⁵⁶²

Determinamos assim o seu uso político. É preciso sempre desconfiar das informações que os jornais nos dão, principalmente quando falamos de uma fonte do século XIX, no entanto, é significativo pensarmos o quanto esses trajes estavam incomodando os homens do período, que chegavam a ir até a imprensa para criticá-los.

Diante desse fato, suponhamos que o traje vinha sendo usado por algumas mulheres do século XIX. Além disso, através dos trabalhos de Gonçalves e Mott tomamos conhecimento que a parteira e modista Joséphine Durocher, senhora oitocentista, utilizava roupas *masculinas* com o argumento que era mais confortáveis para trabalhar, segundo as próprias palavras de Joséphine, presentes na dissertação de Gonçalves e em trabalhos de Mott (GONÇALES, 2019) e (MOTT, 1994, 1998). A francesa George Sand foi outra mulher conhecida por fazer uso de roupas masculinas.

Assim, a fim de pensarmos toda a rede que existia por trás do Colete, é preciso estabelecermos alguns pontos. Conforme anunciamos no decorrer do texto, buscamos compreender três fios que tecem essa rede: as mulheres – ou homens – que apresentaram o Colete através da imprensa, ou seja, os colaboradores responsáveis pelas seções de moda dos jornais; as mulheres que o utilizaram; e, por fim, as mulheres que o

⁵⁶¹A *Marmota*, Rio de Janeiro, ed. 1317, p. 04, 15 de nov. 1861.

⁵⁶²A *Marmota*, Rio de Janeiro, ed. 1305 - 1317, 04 de out. 1861 e 15 de nov. 1861.

produziram. É fundamental pensar nesses laços pois eles nos permitem visualizar e dar sentido as relações estabelecidas entre esses grupos de mulheres oitocentistas.

No *Jornal das Senhoras* as seções de moda eram assinadas por Christina a partir da 13ª edição do periódico. No entanto, os Coletes de emancipação foram publicados no jornal em números anteriores a esse; nesse período as seções de moda não foram assinadas por ninguém e, ao final dos textos, a única referência era a um bairro do Rio de Janeiro: Catete. Nas edições assinadas por Christina, além de serem assinadas, eram datadas e localizadas geograficamente em Infante. Algumas informações nos levam a crer que não se tratava da mesma colaboradora, conforme o trecho a seguir: “e decisão que já passou por julgado, e que minha mui distinta antecessora perfeita e minuciosamente vos explicou.”⁵⁶³ Assim sendo, não sabemos, até o presente momento, quem foi responsável por apresentar os Coletes no *Jornal das Senhoras* e por conferir a esse traje o teor emancipatório já mencionado nesse texto.

Na *Marmota* as seções de moda eram assinadas por C. Apesar de não termos conhecimento de quem era o C., sabemos, a partir da leitura dos textos, que se tratava de um homem. Além disso, os Coletes também apareceram na *Marmota* com o folhetim *A emancipação da mulher* que também já fora mencionado nesse artigo. Portanto, não é de se estranhar que o mesmo traje possua perspectivas tão diferentes entre as duas folhas, considerando que foram apresentadas nos periódicos a partir de mulheres (*Jornal das Senhoras*) e a partir de homens (*Marmota*).

A imprensa foi fundamental para a divulgação do Colete no Brasil. Inspirado em um traje francês – conforme referido no *Jornal das Senhoras* – a imprensa permitiu que esse novo estilo de vestuário chegasse rapidamente às brasileiras que logo trataram de comentar sobre a indumentária no próprio *Jornal das Senhoras* e em seções de assinantes em demais periódicos do Rio de Janeiro, a exemplo do *Periódico dos Pobres*. Nessa folha, ele fora citado como o “furor das parisienses”.⁵⁶⁴

Assim, a partir das mulheres leitoras desses periódicos podemos fazer certas suposições a respeito da utilização desses Coletes. É certo que não temos dados concretos sobre o uso e uma lista de nome de senhoras que ousaram usar um traje tão

⁵⁶³*Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, ed. 21, 23 de mai. 1852, p. 02.

⁵⁶⁴*Periódico dos Pobres*, Rio de Janeiro, ed. 08, 24 de jan. 1852, p. 02.

diferente do que a sociedade oitocentista estava habituada. No entanto, na história é preciso considerar e trabalhar com vestígios que nos permitem visualizar realidades e possibilidades (GINZBURG, 2007).

Sabemos que a leitura em voz alta, realizada nas tipografias e lojas do Oitocentos, eram frequentes e, portanto, mesmo as mulheres analfabetas que não tinham acesso a leitura desses jornais podem ter tido o conhecimento da propagação do Colete. Consideremos também que os periódicos do século XIX utilizavam figuras e, inclusive, a figura 1 apresentada nesse trabalho é a figura que foi publicada no *Jornal das Senhoras*.

No entanto, considerando que parte dos sujeitos que defendiam o uso de roupas masculinas por mulheres afirmavam que a sua utilização era acertada pois possibilitava uma maior comodidade na circulação e na facilidade de realizar certos trabalhos, podemos fazer algumas ponderações, sendo plausível pensarmos em quais mulheres usariam esse modelo de indumentária. As mulheres que precisavam realizar duros trabalhos muito provavelmente já faziam uso de roupas mais confortáveis a fim de que suas locomoções ocorressem com maior facilidade. Logo, esse Colete e a inovação trazida com ele – tão bem lembrada no *Jornal das Senhoras* que chega a compará-lo com a eletricidade – era admirável para as senhoras brancas e de uma classe mediana; e não para aquelas mulheres que trabalhavam constantemente nas ruas e, muito menos, para as escravizadas.

Essas mulheres, leitoras dessas folhas, eram as mesmas que frequentavam a rua do Ouvidor como uma forma de lazer. Como um local onde passeavam, conversavam e faziam compras. Nesse sentido, as mulheres responsáveis pela produção do Colete não poderiam estar situadas em outro espaço socio geográfico que a famosa rua do Ouvidor, tais como as ruas adjacentes – rua da Ajuda, rua do Cano, rua dos Ouvires, entre outros endereços.

O *Jornal das Senhoras* cita, em específico, uma modista que produzia o Colete de emancipação: Mme. Barat. Madame Barat certamente tinha uma relação profissional se não com o *Jornal das Senhoras*, ao menos com a colaboradora da seção de modas do periódico. Isso porque, ela é apresentada e mencionada em quase todos textos de moda

publicados nessa folha. Assim, apesar de presumir que, muito provavelmente, Mme. Barat, de fato, produzia os Coletes, a modista era responsável por produzir qualquer tipo de roupa que vendesse e que fora mencionado no *Jornal das Senhoras*. Barat era lembrada nos artigos assinados por Christina e mesmo em textos anteriores.

O estabelecimento de Mme. Barat ficava localizado na rua do Ouvidor, nº82, sobrado.⁵⁶⁵ Era comum que os comércios das modistas fossem espaços situados nos sobrados dessas ruas que se encontravam no centro da Corte. Assim, é possível supormos mulheres leitoras do *Jornal das Senhoras* que, enquanto caminhavam pelas ruas do Rio de Janeiro, passavam pelas casas de moda⁵⁶⁶ onde adquiriram grande parte de suas indumentárias.

Assim como Mme. Barat era frequentemente citada no *Jornal das Senhoras*, o estabelecimento dos Srs. Wallerstein e Masset era, com certa constância, mencionado n'*O Álbum Semanal*. A partir disso, faz-se cada vez mais factível a ideia que esses periódicos desenvolviam uma espécie de parceria comercial entre as folhas e as casas de moda cariocas. Logo, as lojas não produziam esses Coletes em função de seu teor *revolucionário* – apesar de o ter e de sua propagação e uso ter sido fundamental no que se refere a história a partir da vertente da moda -, mas sim porque eles vendiam e o comércio precisava lucrar.

Podemos, a partir desse texto, concluir que a história da moda é fundamental para percebemos certos entremeios sociais e políticos. A utilização de itens masculinos incorporados ao cotidiano das mulheres no oitocentos deve ser percebido como um ato político, cuja as mudanças compartilhadas por essa movimentação seriam sentidas algumas décadas depois.

Determinamos ainda que tal movimentação política pode ser compreendida a partir do conceito de cultura política. Isso porque, ao considerarmos os grupos de mulheres que poderiam ter feito uso de tais Coletes, é preciso levarmos em conta que eram senhoras compartilhavam ideias para um futuro e haviam vivenciados momentos

⁵⁶⁵*Almanaque Laemmert*, Rio de Janeiro, ed. 10, 1853, p. 541.

⁵⁶⁶Casas de moda era o nome dado ao comércio que vendia uma série de itens relacionados ao universo da moda, tais como: agulhas, bastidores, etc. Ainda, nesses estabelecimentos, eram oferecidas o trabalho das modistas e costureiras que faziam a maior parte das roupas para as brasileiras nesse período.

semelhantes em seus passados. Assim, nos respaldamos no conceito de cultura política a partir do historiador Serge Berstein.

Serge Berstein afirma que os resultados provenientes de atos políticos – de uma conseqüente movimentação pertencente a uma cultura política – são sentidos apenas algumas gerações posteriores.

Noutros termos, é necessário o espaço de pelo menos duas gerações para que uma ideia nova, que traz uma resposta baseada nos problemas da sociedade, penetre nos espíritos sob forma de um conjunto de representações de carácter normativo e acabe por surgir como evidente a um grupo importante de cidadãos (BERSTEIN, 1998: 356).

Logo, se hoje, nós mulheres, podemos utilizar roupas originalmente *masculinas* – a exemplo de calças e coletes, devemos agradecer a essas senhoras oitocentistas que, em uma sociedade patriarcal, ousaram *revolucionar* o guarda roupa e fazer uso de peças que não lhes era habitual, provocando mudanças estruturais na sociedade que seriam sentidas tempos depois.

Referências bibliográficas

Fontes

ALMANAQUE LAEMMERT. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1844-1889. 1853.

A MARMOTA. Rio de Janeiro: Tipografia Dous de Dezembro, 1857 - 1864. 1857-1864.

A MARMOTA NA CORTE. Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, 1849-1854. 1849-1854.

A MULHER DO SIMPLÍCIO, OU A FLUMINENSE EXALTADA. Rio de Janeiro: Tipografia de Tomaz B. Herg & C. 1832-1846. 1835.

CORREIO MERCANTIL E, INSTRUTIVO, POLÍTICO, UNIVERSAL. Rio de Janeiro: Tipografia de Francisco José dos Santos e Rodrigues, 1848-1868. 1856.

JORNAL DAS SENHORAS. Rio de Janeiro: Tipografia Parisiense, 1852-1855. 1852-1855

MARMOTA FLUMINENSE. Rio de Janeiro: Tipografia Dous de Dezembro, 1854-1857. 1854-1857.

O ÁLBUM SEMANAL: CRONOLÓGICO, LITERÁRIO, CRÍTICO E DE MODAS. Rio de Janeiro: Tipografia do Pereira, 1851-1853. 1851.

PERIÓDICO DOS POBRES. Rio de Janeiro: Tipografia dos Pobres, 1850-1871. 1852.

Bibliografia

BARTHES, Roland. *Sistema da moda*. São Paulo: Ed Nacional, 1979.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: Jean-Pierre Rioux & Jean François Sirinelli. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363.

BUITONI, Dulcília S. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1990.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CRANE, Diana. *A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX: dicionário ilustrado*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

GINZBURG, Carlo. Apêndice – Provas e possibilidades (Posfácio a Natalie Zemon Davis, O retorno de Martin Guerre) [1984]. In: _____. *O fio e os rastros*. Verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GONÇALES, Guilherme. *Mulheres engravatadas: moda e comportamento feminino no Brasil, 1851-1911*. São Paulo: Dissertação apresentada no FFLCH – USP, 2019.

LIPOVETSKY, Gilles. *O Império do Efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. Madame Durocher, modista e parteira. *Estudos feministas*, Florianópolis, ano 2, 1 semestre de 1994.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. *Partos, parteiras e partituriendas – Mme. Durocher e sua época*. São Paulo: departamento de história, FFLCH - USP, Doutorado, 1998.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 9-39, jul/dez. 1995.

O Revérbero Constitucional Fluminense entre a Monarquia e a República

Lucas Cabral da Silva⁵⁶⁷

Resumo

O artigo apresenta algumas considerações acerca do discurso político de Januário da Cunha Barbosa e Joaquim Gonçalves Ledo no periódico redigido por eles em 1821-22 à época da Independência. Ponto fundamental na compreensão de seus ataques contra o despotismo e em favor da causa constitucional e liberal, o pensamento destes publicistas sobre a forma de governo ideal se demonstrou bastante pertinente em decorrência das relações entre as diferentes formas que poderia se organizar o corpo político. Assim, e em vista da centralidade que ocupou na argumentação pública o *topos* referente à defesa da monarquia representativa constitucional, o trabalho aborda algumas considerações presentes no periódico no tocante às relações entre monarquia, república e despotismo.

Palavras-chave: Revérbero Constitucional Fluminense, Independência do Brasil, monarquia, república, despotismo.

Abstract

The article presents some considerations about political discourse of Januário da Cunha Barbosa and Joaquim Gonçalves Ledo in the periodical written by them in 1821-22 at the time of Independence. A fundamental point in understanding their attacks against despotism and in favor of the constitutional and liberal cause, the thinking of these publicists about the ideal form of government proved to be quite relevant due to the relations between the different forms that the political body could organize. Thus, and in view of the centrality that occupied in the public argumentation the points referring to the defense of the constitutional representative monarchy, the work addresses some considerations present in the periodical regarding the relations between monarchy, republic and despotism.

Keywords: *Revérbero Constitucional Fluminense*, Independence of Brazil, monarchy, republic, despotism.

⁵⁶⁷ Mestrando em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista CNPq. E-mail: lucrates1996@gmail.com.

Introdução

As reflexões apresentadas a seguir se referem à problemática acerca da forma de governo publicizada no *Revérbero Constitucional Fluminense*. Isto é, trata-se de abordar alguns pontos a fim de se pensar as ações realizadas por Januário da Cunha Barbosa e Joaquim Gonçalves Ledo no contexto em que se deu a *guerra literária* no Império luso-brasileiro. Dessa forma, será feita uma análise de como estes dois homens de palavra pensaram a relação entre diferentes formas de governo, em tempo de regeneração política vintista e no qual diversos territórios vizinhos que circundavam a porção americana do Império português haviam assumidos formas republicanas de governo (GUERRA, 2000; PIMENTA, 2006).

A imprensa, que possibilitou circular na América e no Atlântico português uma variedade de formatos de publicações, desempenhou papel central nesses debates políticos. A liberdade de imprimir, renunciada nas Bases da Constituição e que veio à luz na América Portuguesa por meio da ação de d. Pedro em 28 de agosto de 1821, possibilitou a existência de um espaço antes inexistente, em que homens de palavra puderam em uma arena pública publicizar seus pensamentos. Trata-se de uma transformação da qual observou François-Xavier Guerra ao estudar o universo hispano-americano: a passagem da política antiga à moderna, ou perceber a descaracterização da política enquanto *segredo* (GUERRA, 1998: 109-139). Embora não se aborde este problema no presente trabalho, deve se ressaltar a formação de um espaço público que delineou muitos dos acontecimentos que sucederam a Revolução do Porto. Pois conforme observou Carlos Rizzini, os publicistas luso-brasileiros de 1821-1822 exerceram uma influência central nas transformações principiadas por esta revolução, “que tendo sido o primeiro de seus efeitos, converteu-se em instrumento plasmador de todos os outros – os mais sérios da história do mundo lusitano” (RIZZINI, 1988: 395).

O conflito civil entre portugueses que demarcou esse momento descrito acima não se fundamentou em uma guerra de espadas, e sim numa de penas⁵⁶⁸. Isto é, a guerra pela hegemonia dentro do Império luso-brasileiro se caracterizou por seu traço *literário*, bem percebido pelos atores políticos (NEVES, 2003: 47). Tal *guerra literária*, e civil, desempenhou o papel observado por Rizzini, de justamente promover as modificações

⁵⁶⁸ Para a percepção que os próprios atores políticos detinham à época, cf. “O Sacristão de Tambi ao Estudante Constitucional do Rio”, publicada no *Revérbero Constitucional Fluminense*, nº. IX, 8 de janeiro de 1822.

mais sérias na história do mundo lusitano: a fragmentação do Império luso-brasileiro por meio da criação de um novo Estado (RIZZINI, 1988: 395). E foram os autores de periódicos e panfletos um dos principais artífices deste movimento, iniciado em busca da regeneração da *Nação Portuguesa* – que engloba não somente os reinóis, mas também os portugueses americanos e das demais parte do Império – e que resultou no desmembramento desta referida *nação*.

Januário da Cunha Barbosa e Joaquim Gonçalves Ledo, nesse sentido, se apresentam como aqueles homens da palavra e da pena, entendidos como os únicos capazes de dizerem o que o povo ou a nação desejavam ou pensavam (GUERRA: 2000: 91). São aqueles dentre a elite política e cultural da Independência, e pertencentes à elite brasileira (os *ideólogos do separatismo*), que buscaram não apenas instruir a opinião pública, mas conduzi-la e mobilizá-la nos caminhos referentes à tomada de decisões a serem feitas no que concernia à coisa pública (NEVES, 2003: 51). Seja no contexto da regeneração política, seja posterior ao confronto com o Congresso de Lisboa e, por fim, na questão em torno do governo monárquico em construção em terras brasileiras, os redatores do *Reverbero* argumentaram publicamente acerca de diversas temas, concordando ou divergindo de outros publicistas.

Na ótica de ambos não havia espaço para o despotismo. Como exposto no primeiro número publicado, explicaram tal conceito como “o princípio oposto ao bem moral e físico das Monarquias, e Impérios”, que somente seria extirpada com a transmissão ao público-leitor das “Luzes Constitucionaes da Europa”⁵⁶⁹. Ademais, deve ser salientado o quanto o despotismo se configurou como uma chave no discurso político, inclusive para pensar a relação entre a monarquia e a república. As “Luzes Constitucionais da Europa” antagonizavam com a sombra e as trevas do “antigo estado das coisas”: se construía na época uma verdadeira *pedagogia do constitucionalismo*. Em oposição ao despotismo, condenado como a razão de todos os males por Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, a elite política luso-brasileira utilizou os impressos como instrumentos educacionais “que, após 1822, serviu de base para o separatismo, levando à dissolução do império luso-brasileiro” (NEVES, 2003: 113).

De tal maneira que essa *pedagogia do constitucionalismo* descrita pela historiadora Lúcia Bastos Pereira das Neves proporciona captar um processo em que se

⁵⁶⁹ *Reverbero Constitucional Fluminense*, nº. I, 15 de setembro de 1821, p. 4-5.

configurou uma relação antitética entre constitucionalismo e despotismo. Instruir o público leitor de modo a mobilizá-los em favor da causa constitucional era primordial: Januário e Ledo, em seu primeiro número publicado e citado acima, escreveram que destinavam suas palavras especialmente aos habitantes do Rio de Janeiro. O empenho do discurso estava em transmitir tais luzes, as únicas capazes de conter o poder arbitrário⁵⁷⁰.

Demonstrativo da crítica ao “Poder absoluto” foi quando construíram uma argumentação que equiparava o paganismo da Roma antiga ao despotismo moderno, e o sistema representativo aos efeitos que o cristianismo havia feito sobre “os triunfos da Idolatria” da Roma pagã. E os redatores permaneceram no número seguinte com a discussão acerca de como as *luzes* haviam acabado com as crenças dos “Supersticiosos das antigas despóticas Monarquias”. De tal maneira que apresentaram o “Sistema de reunião de todos Poderes em uma só cabeça”, em que tal sujeito não estava submisso à nenhuma lei a não ser sua própria vontade, como “um Sistema monstruoso, de que não há modelo – *in rerum natura* –, e que só a sombra da Inquisição, do Fanatismo, e da Ignorância, durara por longo tempo para vergonha, e labéu da triste humanidade”⁵⁷¹.

Após situar brevemente a centralidade dessa relação antitética nos escritos políticos desses dois publicistas, se propõe tecer considerações acerca das discussões da tópica das formas de governo. Para ser mais preciso, será pensado o espaço que ocupa tal questão no periódico a fim de se demonstrar que não havia uma rigidez quanto aos modos de governo, e tão pouco uma simples dicotomia entre um sistema monárquico e republicano: condenava-se enfaticamente o despotismo, contudo não a relação entre a monarquia e a república. Pois conforme arguiu Joaquim Gonçalves Ledo, em um momento em que não mais circulava o *Revérbero* e no qual foi acusado de republicanismo, “[...] os povos querem ser bem governados e não se importam com as formas de Governo”. Em outras palavras, para esse *brasiliense* não havia significativa distinção entre monarquia ou república, caso houvesse uma desconsideração desses

⁵⁷⁰ *Reverbero Constitucional Fluminense*, nº. I, 15 de setembro de 1821, p. 4-5.

⁵⁷¹ Cf. *Revérbero Constitucional Fluminense*, 16 e 23 de abril de 1822, nº. XXIII e XXIV. A citação pode ser encontrada na p. 290.

“fatos históricos”, isto é, de que o bom governo nada mais era que a boa governança dos povos⁵⁷².

As relações entre o Céu, a Terra e o Inferno

No período que antecedeu e sucedeu os manifestos de primeiro e seis de agosto de 1822⁵⁷³, houve no *Revérbero* a publicação de números em que se abordou os debates referentes à república, à monarquia e ao despotismo. Todavia, a decisão pela opção da monarquia representativa constitucional se fez com antecedência no periódico, com algumas colocações que talvez tivessem como intenção afastar qualquer suspeita “republicana” ou “democrata” que recaísse sobre os escritos de Januário da Cunha Barbosa e Joaquim Gonçalves Ledo. Um dos *topoi* utilizados contra o sistema republicano era referente à extensão territorial da porção americana do mundo lusitano, uma vez que as repúblicas seriam propícias para pequenas porções territoriais:

Se a América do Norte, e do Sul restabeleceram Repúblicas, é porque ainda contam dez habitantes por légua quadrada; quando porém cem ou duzentos, ocuparem o mesmo espaço de terreno; quando Cidades magníficas, e florescentes substituírem as florestas virgens, que hora cobrem as margens dos seus Rios; quando a Indústria se abraçar com a natureza; quando a Arte tirar vantagens dos soberbos portos, que bordam as suas Costas, e um Comércio bem dirigido levar a vida, a força, a riqueza, e a abundância à todas as Artérias do Estado: quando finalmente as Artes do velho Mundo se aclimatarem neste País abençoado, que a Natureza por tantos séculos ocultara no túmulo do Sol, receosa de que a cega Idolatria da Europa, lhe não desse o grão de apreço, que lhe convinha de justiça, então a América toda procurará na Monarquia Constitucional um refúgio contra a sua própria grandeza, e contra o seu colossal engrandecimento⁵⁷⁴.

⁵⁷² *Representação que a Sua Magestade Imperial dirigio o procurador da provincia do Rio de Janeiro Joaquim Gonçalves Ledo*. [Rio de Janeiro]: Off. de Silva Porto [1822]. In: VARNHAGEN, Francisco de Adolfo. História da Independência do Brasil [edição fac-similar]. Brasília: FUNAG, 2019, p. 252-253.

⁵⁷³ Ambos manifestos foram assinados por d. Pedro, mas a autoria, respectivamente, cabe a Joaquim Gonçalves Ledo e José Bonifácio, ver os comentários acerca desta questão em (CAMARGO, Ana Maria de Almeida e MORAES, Rubens Borba: 1993, v.1: 381-383). Além do Manifesto aos povos deste reino e às nações amigas, o ainda príncipe regente emitiu decreto em primeiro de agosto, decretando que qualquer tropa portuguesa que estivesse em território brasileiro sem a sua permissão seria considerada inimiga, cf. *Decreto – do 1º de Agosto de 1822*. In: Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1822 [parte II: Decretos, Cartas e Alvarás]. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1887, p. 36-38. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18337>. Acessado em: 25/10/2020.

⁵⁷⁴ Segue as reflexões iniciadas no número anterior. *Revérbero Constitucional Fluminense*, 23 de abril de 1822, nº. XXIV, p. 290-291.

A situação se inverteria conforme o florescimento das cidades e aumento das riquezas ocorressem, ao ponto de a monarquia constitucional figurar como o refúgio para a própria grandeza em que tais países se encontrariam no futuro. A realeza, “conhecendo-se melhor em seus princípios, e em suas relações com os fins e duração das Sociedades”, passaria a ser louvada, recebendo votos de amor e gratidão. Desse modo, feliz era o Brasil, em vista de já ter abraçado naquele espaço de tempo a monarquia constitucional representativa, a “maravilha da Arte de governar os Povos”. Ao rejeitarem tanto o despotismo quanto o maquiavelismo (vocábulo possivelmente utilizado no sentido próximo a de divisão e anarquia), os redatores do *Revérbero* estipularam “uma indisputável estabilidade, uma prosperidade superior à das outras Nações” que haveria de ser “a sua infalível, e gloriosa pertença”⁵⁷⁵.

A experiência republicana francesa e hispânica havia imposto limites, não apenas em decorrência de possíveis acusações contra a casa de Bragança, mas por conta da possibilidade da anarquia. E ainda que circulasse nos escritos significações distintas da república enquanto forma de governo, ou seja, dela como o corpo político e comunidade dos homens de letras, o termo, assim como democracia (conceitos quase indissociáveis naquele contexto), não era bem recepcionado (LYNCH, 2011: 361). No *Revérbero* houve tais observações, pois apesar de uma das imagens mais mobilizadas de despotismo ser a do “Poder Absoluto” – a concentração do poder Legislativo e Executivo em uma mesma mão, entre outras coisas –, também necessitavam discursar de modo contrário à ameaça democrática e anárquica, inviabilizadora dessa “indisputável estabilidade” que o futuro reservava ao Brasil⁵⁷⁶. O vocábulo despotismo, em vista disso, era extremamente polissêmico e passível de amplo uso nos atos discursivos de Ledo e Januário.

⁵⁷⁵ Segue as reflexões iniciadas no número anterior. *Revérbero Constitucional Fluminense*, 23 de abril de 1822, nº. XXIV, p. 290-291.

⁵⁷⁶ Montesquieu, ao comentar acerca da *constituição* da Inglaterra em *O espírito das leis*, escreveu que em cada Estado há três poderes: o legislativo, o executivo das coisas que dependem do direitos das gentes e o executivo das coisas que dependem do direito civil, sendo este aquele que denominou como o *poder de julgar*. Para ele, apenas nos governos em que há o justo limite e separação de tais poderes é onde reside a liberdade política: o modelo ideal são os governos moderados [tal como a Inglaterra, no caso dos modernos, e de Roma, no caso dos antigos]. Ou seja, quando uma mesma pessoa ou corpo de magistratura reúne tanto o legislativo quanto o executivo, acaba por não existir a liberdade, “pois pode-se temer que o mesmo monarca ou mesmo senado apenas estabeleçam leis tirânicas para executá-las tiranicamente”. E isto também se refere quando o poder de julgar não estiver separado do poder legislativo ou do executivo. MONTESQUIEU: 1982: 187.

A desagregação do Império luso-brasileiro era o principal risco proveniente de uma possível anarquia política. Pois a posição defendida no periódico – antes do conflito com o Congresso de Lisboa resultar em uma causa de autonomia e subsequente separação do corpo político – se sustentava no “bem geral da Nação”. E esta nação compreendida como a portuguesa, e que tal bem apenas se daria com a “perfeita e bem consolidada reunião dos dois Hemisférios Portugueses, em santa confraternidade, em reciprocidade de verdadeiros interesses, que não prejudiquem os Cidadãos de um e de outro Mundo”⁵⁷⁷. Ainda em janeiro de 1822, escreveram acerca dos “falsos devotos da Constituição” que estimulavam a intriga entre os portugueses, e observaram que as acusações sobre fautores de “independência” era o substituto para o antigo termo de acusação “jacobinismo”. Assim, se interrogaram e retomaram a imagem de que “as páginas da moderna história da França” estavam manchadas com os horrores da anarquia e de um despotismo, “ainda mais cruel, do que aquele, de que se diziam livres”. Tal exemplo da história assustava e desenganava aqueles cujas ideias se assentavam numa “independência Republicana”⁵⁷⁸.

A situação que os circundavam, nesse sentido, era de uma associação entre república, anarquia e até mesmo despotismo. E um “complexo de circunstâncias inesperadas” foi para Januário e Ledo o elo para compreender o motivo de se ter evitado na América Portuguesa a fragmentação da América hispânica. Tal situação demonstrava uma singularidade, de como o Brasil “oferecia um espetáculo novo no Teatro do Mundo civilizado”. Ainda que o universo ibero-americano tenha sido acometido pelo mesmo processo, isto é, da invasão de Napoleão e a quebra dos laços entre o Reino e suas colônias, o aparecimento na América lusitana de “um novo Reino em tríplice união” distinguiu o caso brasileiro dos vice-reinados espanhóis. Uma vez que tais fatos, na ótica destes redatores, havia aproximado o Brasil da “Liberdade, erguendo a nossa Representação política por um modo, que evitou as delongas experimentadas pelas Províncias da América Espanhola”. Assim, por meio de um “Ramo feliz do antigo Trono Bragantino”, ou seja, d. Pedro, despontou a glória do Brasil, “que evitando os

⁵⁷⁷ *Revérbero Constitucional Fluminense*, 1 de janeiro de 1822, nº. VIII, p. 86. Para a questão de como houve uma modificação da defesa de um Império luso-brasileiro para um Império brasileiro neste momento de conflito entre Rio de Janeiro e Lisboa, ver LYRA, 1994:191-226.

⁵⁷⁸ *Revérbero Constitucional Fluminense*, 1 de janeiro de 1822, nº. VIII, p. 86-87.

escolhos da Democracia pura, e os ferros do aborrecido despotismo”, conduziria esses luso-brasileiros de maneira livre e felizes aos seus “prudentes e honrosos desejos”⁵⁷⁹.

No entanto, ainda que houvesse essa escolha pelo príncipe e pela monarquia representativa constitucional, havia no discurso político deles uma defesa pela relação entre duas formas de governo. Rejeitavam em seus atos discursivos os excessos, tais como descritos em uma correspondência de um leitor de Sabará, para o qual a liberdade sem virtude degenerava em licenciosidade e, por fim, em anarquia⁵⁸⁰. Dessa forma, com o intuito de se evitar os extremos, inclusive da própria liberdade, tornava-se necessário o diálogo entre o Céu e a Terra. A relação entre estas duas partes se pautava na ideia de que o “abençoado sistema de Monarquia Representativa” proporcionava o saborear de “todos os frutos da Liberdade”, sem a exposição aos seus excessos⁵⁸¹. Januário e Ledo, portanto, argumentaram no sentido de que tal modelo de monarquia representativa, organizada pela separação de poderes por meio de uma constituição, era o caminho que possibilitava escapar dos excessos do despotismo [do Inferno]. Essa construção argumentativa advinha do pensamento político de Mably, e defenderam, portanto, as relações entre a república e a monarquia. Posto que, se o governo republicano era próprio para o Céu e o monárquico para a Terra, desejavam uma constituição em que fosse possível reunir as boas qualidades dos celícolas, os habitantes do Céu, com as boas qualidades dos cosmopolitas, isto é, daqueles que habitavam a Terra⁵⁸².

Somente a monarquia representativa constitucional proporcionava a possibilidade de um governo moderado, no qual fosse possível afastar qualquer iminente perigo advindo do Inferno, ou seja, do despotismo. Ao transcreverem e comentarem um escrito de Joaquim Infante, natural de Cuba, frisaram essa perspectiva vantajosa ao Brasil, da monarquia constitucional como modelo ideal para o nascente Império brasileiro. Assim, quando Joaquim Infante escreveu acerca do caráter árduo que caracterizava o processo de passagem da escravidão à liberdade, os redatores comentaram que tal sistema de governo haveria de consolidar-se mais facilmente ao

⁵⁷⁹ *Revérbero Constitucional Fluminense*, 2 de julho de 1822, nº. 6, p. 67.

⁵⁸⁰ *Revérbero Constitucional Fluminense*, 15 de dezembro de 1821, nº. VII, p. 77.

⁵⁸¹ “Discurso pronunciado no Acto da Eleição Parochial [...] por seu Author o Padre Januário da Cunha Barbosa” *Revérbero Constitucional Fluminense*, 30 de julho de 1822, nº. 10, p. 115.

⁵⁸² *Revérbero Constitucional Fluminense*, 20 de agosto de 1822, nº. 13, p. 155.

cenário brasileiro, e, por conseguinte, não seria acompanhado da violência que denotava a mudança de um governo para a liberdade absoluta⁵⁸³.

Ao condenarem o passado político personificado no despotismo absolutista, Januário da Cunha Barbosa e Joaquim Gonçalves Ledo não deixaram de publicizar o *topos* referente às degenerações dos governos. Assim, não apenas repúblicas, como também monarquias poderiam degenerar em arbitrariedade. Isso decorre da abordagem que estavam tratando acerca de soberania, de que “a latitude do poder degenera sempre em Despotismo”. E, a fim de se evitar tal situação e “erigir um edifício formoso em todas as suas partes”, apregoaram pelo estabelecimento de um “princípio invariável”, isto é, de que “*a Soberania não existe se não de uma maneira delimitada, e relativa*”, avesso à não demarcação dos limites de cada um dos poderes:

Se concedemos a um homem um poder imenso, derivado da Divindade, ou se estabelecemos, que a Soberania do Povo é ilimitada, criamos e lançamos ao acaso na Sociedade humana um grão de poder desmarcadamente grande em si mesmo e que por si mesmo é um mal, ou seja confiado a um, a alguns ou a todos. A latitude do poder degenera sempre em Despotismo; por consequência é o grão de força, e não os depositários dela, que nós devemos recear⁵⁸⁴.

Em suporte à argumentação deste número publicado no periódico, os redatores recorreram a uma extensa citação de Benjamin Constant. O mais pertinente de se observar neste uso do liberal francês é a intenção deles em reafirmar um caminho pelo meio, escapando dos extremos. Uma vez que através de tais extratos da obra de Constant tornava-se possível dar uma lição “a todos aqueles, que tudo querem tirar ao Rei para dar ao Povo, ou tudo tirar ao Povo para dar ao Rei”. Pois conforme o filósofo político francês demonstrou, em um estado republicano cabia “dar ao Povo todo o poder, e ingerência no Governo”, porque neste “a razão do Povo é a garantia da Ordem” e esta mesma razão deveria “formar-se, e assazar-se pela atividade”. Enquanto que em uma monarquia representativa, “o Rei deve possuir todo o poder, que é compatível com a Liberdade”. Entretanto, tal situação não havia sido seguida e havia desembocado no despotismo de Bonaparte:

⁵⁸³ “**Solução da Questão de Direito sobre a emancipação da América por Joaquim Infante, natural de Cuba**”, *Revérbero Constitucional Fluminense*, 17 de setembro, n.º 17, p. 216, nota n.º 12.

⁵⁸⁴ *Revérbero Constitucional Fluminense*, 30 de julho de 1822, n.º. 10, p. 122.

Entre os Franceses [e agora entre mais outras Nações] seguiu-se a regra oposta. No primeiro ensaio que fizeram da Monarquia Constitucional, tiveram medo do Rei: nos seus ensaios de República tiveram medo do Povo. Que aconteceu aqui? A Monarquia Constitucional, e as Constituições Republicanas na França desapareceram, e apareceu Bonaparte = *Seguir-se-á o mesmo com as outras Nações de agora?*⁵⁸⁵.

As degenerações das formas de governo, portanto, não recaíram exclusivamente sobre a monarquia ou a república. Ainda que na correspondência de 6 de agosto de 1822 tenha sido exposto uma severa crítica à república/democracia⁵⁸⁶, Januário da Cunha Barbosa e Joaquim Gonçalves Ledo perceberam estas mesmas circunstâncias no tocante às monarquias e à escolha que realizaram pela opção em d. Pedro. Dessa forma, alegaram que o príncipe não era imortal: a natureza levaria novamente inúmeros séculos para produzir outro igual, e conclamaram a opinião pública para aproveitar “os seus dias de ouro” a fim de assegurar “um futuro venturoso”. O momento não apenas era propício, como reclamava certa urgência, pois desejavam “evitar que depois deste novo Henrique 4º venha um Luiz 14 revogar o Édito de Nantes”. Em seguida, expuseram a resposta do “Grande Alexandre” à Madame de Staël, em que o primeiro replicou a afirmação da escritora, pois, ainda que ele fosse “a melhor Constituição”, havia compreendido sua mortalidade⁵⁸⁷. D. Pedro não era um déspota: pelo contrário, na compreensão deles; todavia tão pouco era imortal e garantidor de que seus sucessores seriam tal como ele. No pensamento publicizado pelos oradores, um bom monarca possivelmente haveria de ser seguido de um mau monarca, ou até mesmo de um tirano.

Crucial na linguagem política dos redatores, a liberdade havia sido alvo de ataques dos seus adversários. Assim, argumentaram se havia motivo para o ódio à

⁵⁸⁵ *Revérbero Constitucional Fluminense*, 30 de julho de 1822, nº 10, p. 122-124.

⁵⁸⁶ “Nem se pode imaginar o fazer Leis, e executá-las Democraticamente, ainda no doméstico recinto de sua família. A habilidade, e superioridade de talentos promoverá Demagogos; e assim a *Democracia* tenderá sempre à *Aristocracia*, e esta à Tirania, como se tem observado em todas as idades do mundo, contraindo-se de dia em dia a difusão da autoridade à menos e menos mãos, até que uma a usurpe; e como disponha da força, sempre as Monarquias, em que se transformam as Repúblicas, tem sido inconstitucionais, arbitrárias, absolutas, e militares”. Ainda nesta correspondência, foi escrito que os maiores impérios foram monarquias, e exemplifica com a república romana (má aristocracia e péssima democracia), que deveu sua glória não apenas à política guerreira, mas também, e fundamentalmente, aos ditadores, que nos momentos de urgência detinham em suas mãos, tal como monarcas, tanto o poder legislativo e executivo – o que é uma argumentação próxima ao que os redatores compreendem como “despotismo”. *Revérbero Constitucional Fluminense*, 6 de agosto de 1822, nº. 11, p. 129 e p. 130-131.

⁵⁸⁷ *Revérbero Constitucional Fluminense*, 27 de agosto de 1822, nº. 14, p. 171.

“Liberdade bem entendida”, por esta ter, em certos contextos, resultado em “Anarquia”. E conclamaram os algozes da “Liberdade” a aplicar este mesmo princípio à monarquia e à religião, em vista dos diversos horrores das monarquias degeneradas em despotismo:

Acaso as vésperas Sicilianas, a noite de S. Bartolomeu, as vítimas de Torquemada, devem fazer proscrever a Religião? Estamos bem certos de que a todos estes Sonâmbulos se pode bem dizer o que disse o Sultão da Pérsia ao Embaixador de Londres, que lhe havia interpretado e explicado o Sistema Constitucional da Inglaterra – *Concebo, disse o Persa*, que a ordem de coisas que vós tão bem me descreveis, concorre muito mais e melhor que o Governo da Pérsia para a duração, felicidade e glória do vosso Império; mas parece-me menos favorável para os meus cômodos e interesses pessoais.

Ou seja, possivelmente por meio de Montesquieu, utilizaram o exemplo da Pérsia para descrever o caráter contrário ao interesse do bem comum em países despóticos. Ademais, tal linha de raciocínio evidencia o ponto apresentado acima: não aprisionaram a degeneração exclusivamente a uma única forma de governo⁵⁸⁸.

Uma das percepções provenientes desta exposição efetuada pelos redatores foi de que a monarquia representativa, enquanto resultado da relação entre Céu [república] e Terra [monarquia], permitia uma maior estabilidade em contraposição às degenerações dos regimes de governos do passado. Nesse sentido, buscaram na experiência elementos no intuito de solidificar um novo governo, que vinha à luz em meio à disputa com o Congresso de Lisboa pela autonomia política do Reino do Brasil (NEVES, 2003: 309-411). Tais elementos do passado, todavia, poderiam ser apenas aqueles que tinham “por si o testemunhos dos séculos, e a purificação que receberam no cadinho das faltas, e dos males, que estas produziram”. E, em vista disso, realizaram uma apologia à moderação, uma metáfora do Canal e da Nau, isto é, uma solução que proporcionasse um meio pelo qual pudessem passar sem transtornos:

Procuremos pois o meio do Canal, por onde a Nau possa ir ao porto, e fuja das sirtes e dos escolhos, que bordam as suas margens, *médio tutissimus ibis*. Navegando por este meio, os Povos, que buscam escapar às injustiças, e os Príncipes, que expostos à lisonja são indicados a seguir os conselhos do amor

⁵⁸⁸ *Revérbero Constitucional Fluminense*, 27 de agosto de 1822, nº. 14, p. 171-172.

ao poder, deixam de enganar-se, ou pela ideal felicidade da *Democracia*, ou pela aparente doçura de uma *Arbitrariedade* impunida⁵⁸⁹.

A apologia à moderação ainda pode ser complementada pelo tom quase providencial utilizado em uma de suas *reflexões*. Novamente empreenderam uma ação contra os excessos, que eram explicados como os maiores inimigos da *Liberdade*. Se os povos fossem “moderados, e virtuosos”, haveriam de ter príncipes submissos à *Lei*, caso contrário, teriam senhores e déspotas⁵⁹⁰. Nesse sentido, a relação pensada e levada ao público pelos redatores acerca da necessária relação entre o Céu e a Terra, e a devida ojeriza ao Inferno, está inserida na *pedagogia do constitucionalismo*. A mobilização das palavras e o uso retórico destas se assentou nessa luta contra o despotismo: a enfática defesa da monarquia representativa constitucional decorreu da percepção de Januário e Ledo de que somente nela haveria possibilidade das relações entre o que Mably havia entendido como o *Céu* e o *Mundo*⁵⁹¹. À vista disso, o bem estar do nascente Império brasílico perpassou pela condenação ao despotismo, todavia não restringiram o horizonte político a uma forma pura de governo.

Em fins de agosto de 1822, ao escreverem sobre a causa brasileira e seus inimigos – sendo este de duas naturezas, isto é, adversários da assembleia brasileira e de uma liberal constituição –, debateram acerca de como tais inimigos utilizaram o vocábulo *republicanismo*. Por meio deste, desacreditavam seus adversários diante da opinião pública, pois “um Inimigo desacreditado é meio vencido”. E em respostas aos primeiros, disseram que não teriam culpa de a “Natureza fazer as Toupeiras, e os Morcegos inimigos das Luz”. Enquanto aos segundos, replicaram que do modo que os ictericos veem todos os objetos com a cor da sua enfermidade, “a Monarquia Representativa [é a] única que nós desejamos, e que é a perfeição dos Governo”, por ligar a *Virtude das Repúblicas, com a honra das Monarquias*⁵⁹².

⁵⁸⁹ *Revérbero Constitucional Fluminense*, 13 de agosto de 1822, nº. 12, p. 146-147.

⁵⁹⁰ *Revérbero Constitucional Fluminense*, 20 de agosto de 1822, nº. 13, p. 155-156.

⁵⁹¹ *Revérbero Constitucional Fluminense*, 20 de agosto de 1822, nº. 13, p. 155.

⁵⁹² *Revérbero Constitucional Fluminense*, 27 de agosto de 1822, nº. 14, p. 171. Quanto à questão da natureza dos governos e do princípio de cada um [a virtude para a república; a honra correspondendo à monarquia; e o despotismo caracterizado pelo medo], basta conferir o livro terceiro de MONTESQUIEU, 1982: 57-66.

Considerações finais

O constitucionalismo de Januário da Cunha Barbosa e de Joaquim Gonçalves Ledo era delineado por essa moção à contenção dos excessos e à boa relação entre república e monarquia. Entretanto, é necessário destacar que a questão se torna um pouco mais ampla em vista de não se tratar de um simples monólogo dos redatores. Outras concepções de monarquia constitucional circularam naquele contexto. Ademais, a própria discussão acerca de temas como liberdade política e de imprimir, assim como do confronto com o Congresso de Lisboa, ocupavam um espaço na *pedagogia do constitucionalismo* empreendida por eles. Tal como quando, ainda em junho daquele ano, desenvolveram uma linha de raciocínio próximo a um catecismo político, em que explicaram ao seu auditório o que em realidade era uma constituição, distinguindo aquela formada por um corpo de leis que institui direitos positivos, e outra, anterior, que fundamentava os direitos naturais. Tratava-se da distinção, como percebido pelos redatores, advinda de Rousseau, autor do *Contrato Social*⁵⁹³.

Essa proximidade com autores atrelados aos *abomináveis princípios franceses*, tal como Rousseau e o próprio Mably, bem como essa apologia à boa relação entre república e monarquia, os colocavam numa posição desfavorável nos debates políticos. Ainda que não haja espaço suficiente neste breve trabalho para apresentar a discussão que sucedeu as publicações destes números, vale ressaltar a acusação de *republicanismo* que circulou nas ruas do Rio de Janeiro e resultou na abertura de uma devassa contrária ao grupo de Ledo (NEVES, 2003: 375-411)⁵⁹⁴. E por mais que houvesse um certo consenso quanto à monarquia e a existência de um verdadeiro estado de *congraçamento*, as diferentes percepções sobre como se deveria organizar os poderes, e em qual parte destes estaria a soberania, ocorreu de maneira conflituosa. Um embate, que, apesar de *literário*, teve um de seus desfechos com o próprio Ledo reclamando para si e aliados o *nos legem habemus*⁵⁹⁵.

Referências

⁵⁹³ *Revérbero Constitucional Fluminense*, 18 de junho de 1822, nº. 4.

⁵⁹⁴ *Proclamação* [anônima]. [Rio de Janeiro]: Imprensa Nacional, 1822. In: Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823), (CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lucia; BASILE, Marcello, orgs.). V. 3. Sermões, diálogos, manifestos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 679.

⁵⁹⁵ Para a questão do estado de *congraçamento* em torno da defesa da Independência e do poder monárquico-constitucional, ver LYRA., 1999: 223-225. Quanto à defesa de Ledo diante de tal acusação e o reclame da lei, ver *Representação que a Sua Magestade Imperial dirigio...* p. 253. Para uma análise da devassa e a versão comentada e publicada em 1824, cf. SCHIAVINATTO; BOTAFOGO, 2014: 201-238.

Fontes

Decreto – do 1º de Agosto de 1822. In: Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1822 [parte II: Decretos, Cartas e Alvarás]. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1887, p. 36-38. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18337>. Acessado em: 25/10/2020.

Proclamação [anônima]. [Rio de Janeiro]: Imprensa Nacional, 1822. In: Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823), [CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lucia; BASILE, Marcello, orgs.]. V. 3. Sermões, diálogos, manifestos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 679.

Representação que a Sua Magestade Imperial dirigio o procurador da provincia do Rio de Janeiro Joaquim Gonçalves Ledo. [Rio de Janeiro]: Off. de Silva Porto [1822]. In: VARNHAGEN, Francisco de Adolfo. História da Independência do Brasil [edição fac-similar]. Brasília: FUNAG, 2019, p. 248-254.

Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822). In: Edição Fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822) [orgs. IPANEMA, Cybelle et IPANEMA, Marcelo]. Rio de Janeiro: Edições da Biblioteca Nacional, 2005, Tomo I e II.

Bibliografia

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens Borba. [org.]. *Bibliografia da Imprensa Régia no Rio de Janeiro*. São Paulo: EDUSP/Kosmos, 1993, v.1.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México: FCE, MAPFRE, 2000.

GUERRA, François-Xavier. “De la política antigua a la política moderna. La Revolución de la Soberanía”. In: GUERRA, François-Xavier., A. LEMPÉRIÈRE et al. *Los espacios públicos en Iberoamérica. Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX*. Fondo de Cultura Económica - Centro Francés de Estudios Mexicanos y Centroamericanos, México, 1998, p. 109-139.

LYNCH, Christian Edward C. Do Despotismo da Gentalha à Democracia da Gravata Lavada: História do conceito de Democracia no Brasil (1770-1870). *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 54, nº 3, 2011, p. 355-390.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat. *O espírito das leis*. Brasília. Trad. de Fernando Henrique Cardoso e Leoncio Martins Rodrigues. Editora da Universidade Brasília, 1982.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. *Corcundas e Constitucionais – a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003.

PIMENTA, João Paulo Garrido. *Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

RIZZINI, Carlos. *O Livro, O Jornal e a Tipografia no Brasil, 1500-1822: com um breve estudo geral sobre a informação*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

A representação dos capoeiras nos periódicos oitocentistas: uma análise de caricaturas da imprensa ilustrada da corte.

Gabriel Schulz⁵⁹⁶

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar caricaturas de revistas ilustradas oitocentistas. O propósito é investigar a dinâmica de construção da imagem de um personagem particular da Corte do Império do Brasil: “o capoeira”. Embora essas representações estejam carregadas de preconceito e distorções que reduzem uma pluralidade de indivíduos numa figura caricata e estigmatizada pela violência, elas contêm elementos importantes para entender a capoeiragem fluminense do século XIX. A metodologia de pesquisa consiste na análise interpretativa dessas fontes imagéticas, combinada a uma investigação comparativa entre as informações encontradas na imprensa, dados presentes em outros documentos e constatações advindas de pesquisa bibliográfica. Desse modo, o trabalho pretende demonstrar os problemas e utilidades dessas fontes para estudar a capoeira.

Palavras-chaves: Capoeira; imprensa e caricaturas.

Abstract

The aim of this article is to analyze caricatures of 19th century illustrated press. The purpose is to investigate the image building dynamics of a particular character of the Court of the Empire of Brazil: “the capoeira”. Although these representations are loaded with prejudice and distortions that reduce a plurality of individuals in a caricatured figure and stigmatized by violence, they contain important elements to understand 19th century capoeira in Rio de Janeiro. The research methodology consists of the interpretative analysis of these imagery sources, combined with a comparative investigation between the information found in the press, data present in other documents and findings from bibliographic research. Therefore, the work intends to demonstrate the problems and utilities of these sources to study capoeira.

⁵⁹⁶ Graduando em História pela Universidade de Brasília. Email: schulz.g70@gmail.com.

Keywords: Capoeira; press and cartoons.

Introdução

O leitor atento aos jornais da Corte certamente notaria a recorrência de episódios envolvendo a capoeiragem nas últimas décadas do Império. Entre os periódicos que davam atenção àqueles denominados "capoeiras", destacam-se os impressos ilustrados. Neste trabalho, pretende-se demonstrar a utilidade dessas fontes imagéticas para pensar a construção da imagem do capoeira a partir de uma complexa relação entre imprensa e sociedade.

Não pretendemos estabelecer uma definição satisfatória de quem, na verdade, eram esses indivíduos, pois, como bem observou Marcos Luiz Bretas em artigo pioneiro sobre o tema, nenhuma definição será adequada. Segundo o autor, “existe uma diversidade espacial e temporal que permite a convivência de muitas realidades envoltas sob o mesmo conceito. Mesmo quando restringimos nossa interrogação ao personagem carioca do século XIX, a resposta ainda não pode ser exata.” (BRETAS, 1991: 240) Assim, ao analisar a representação dos capoeiras na imprensa oitocentista, deve-se questionar a homogeneização que se constrói em relação àqueles personagens das ruas. Contudo, isso só é possível por intermédio de uma investigação que, além da crítica às fontes, considere a complexidade da história da capoeira carioca e suas múltiplas facetas.

A trajetória da capoeira é marcada pela pluralidade nas maneiras em que se manifestou, pois passou por transformações e recriações que alteraram seus significados ao longo do tempo e espaço. Os primeiros registros, do final do século XVIII e início do XIX, no Rio de Janeiro, demonstram que a capoeira era uma prática majoritariamente escrava. A recriação de laços sociais e de solidariedade foram fator fundamental para sua popularização pela massa de cativos, consolidando-se como uma ferramenta valiosa no jogo de poder dos escravos.⁵⁹⁷ Com o decorrer das décadas, porém, a capoeiragem carioca passou a configurar um espaço mais plural, composto por um maior número de brasileiros livres e libertos, assim como escravos e imigrantes. Com isso, a mobilidade e capacidade de organização - que já era relativamente alta entre os cativos urbanos - se

⁵⁹⁷ Sobre a capoeira na primeira metade do século XIX, consultar SOARES, 2002.

alargou ainda mais, ampliando e fortalecendo a capacidade de atuação política dos capoeiras através das maltas - bandos de capoeiras organizados de acordo com os bairros da cidade.

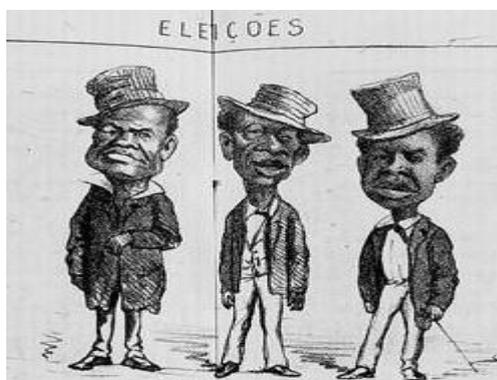
É nesse contexto que as críticas da imprensa se multiplicam. Assim como outras fontes, os impressos generalizam a figura do capoeira, construindo um tipo social que desempenha funções específicas em suas narrativas. Claramente, há um grande abismo entre a concepção do que seria o capoeirista nos dias de hoje e o termo “capoeira” naquele contexto, o qual não necessariamente se referia à praticantes como muitas pessoas tendem a imaginar. A utilização do termo nos impressos se dá de maneira depreciativa, reduzindo a criminalidade da cidade à prática da capoeiragem.

Desse modo, são necessárias abordagens específicas para lidar com as diferentes formas de imprensa no século XIX, e as revistas ilustradas exemplificam isso. De maneira geral, os hebdomadários satíricos combinam imagens e textos, se utilizando do humor para fazer crítica social. Assim, são fontes escorregadias, que empregam sentidos ambíguos em suas publicações. Diferentemente de outros tipos de imprensa, esses semanários não tinham o propósito de noticiar, mas de tematizar acontecimentos e debates do cotidiano da Corte, tornando-se uma fonte de difícil compreensão para o historiador.

As caricaturas são fundamentais para compreender a capoeiragem carioca, pois representam quase a totalidade das fontes imagéticas sobre esse fenômeno na segunda metade do século XIX. Conforme pretendemos demonstrar ao longo do artigo, elas permitem analisar a forma como os capoeiras eram vistos por parte da sociedade, em especial homens da imprensa, mas também refletir sobre a ação daqueles personagens, principalmente a maneira pela qual eles lidavam com a atenção jornalística recebida.

A representação da capoeira na imprensa

Figura 1 - “Eleições”.



O Mosquito, nº 155, 31 de agosto de 1872.

Na imagem acima, do início da década de 1870, temos uma representação do capoeira que se tornaria costumeira nas próximas décadas. Trata-se de uma caricatura desenhada por Angelo Agostini, importante agente na campanha pela abolição da escravidão, e publicada na *Revista Illustrada*, o projeto de maior reconhecimento do artista. Os três homens são negros, com cabeças desproporcionais, feições semelhantes e nada amigáveis. Conhecendo os outros modelos de representação do artista, basta bater o olho para saber que são capangas, fósforos eleitorais ou capoeiras. O caricaturista se utiliza do exagero para tornar os personagens cômicos e facilmente reconhecíveis pelo leitor. O efeito disso, contudo, é o enquadramento de uma pluralidade de indivíduos em uma figura caricata, estigmatizada pela violência e pela vadiagem.

A historiografia da capoeira se especializou em criticar e questionar essa visão das fontes.⁵⁹⁸ Diversos trabalhos demonstram que, principalmente no final do século, os capoeiras presos pela polícia imperial exerciam diferentes profissões dentro da sociedade carioca e tinham origens variadas. Eram negros livres e libertos de diferentes províncias; escravos crioulos e africanos; brancos nascidos no Brasil, em Portugal, Argentina e até na Alemanha que, em geral, compartilhavam as dificuldades de uma

⁵⁹⁸ Destacamos os trabalhos de HOLLOWAY, 1989; BRETAS, 1991; SOARES, 1994; PIRES, 2001 e DIAS, 2001.

vida nas ruas violentas da capital do Império (SOARES, 1996). Apesar de, em sua maioria, partilharem dessas vivências, não podemos ignorar a diversidade de experiências.

Assim, para lidar com as fontes, o historiador precisa estar munido de estratégias metodológicas capazes de superar essas visões limitadas transmitidas pelos documentos. Conforme argumenta Livia de Lauro Antunes, em recente tese sobre a Guarda Negra, ao analisar os periódicos, o historiador lida principalmente com narrativas construídas a partir da visão de mundo do jornalista (ANTUNES, 2019). Pode parecer óbvio, mas vale ressaltar, como faz a autora, que os periódicos não são neutros, pois selecionam aquilo que querem publicar de acordo com seu interesse, manipulando a dimensão de determinado acontecimento, aumentando-o ou simplesmente omitindo informações. Portanto, “a imprensa deve ser percebida como um agente político que contribui para o estabelecimento de novas realidades através de estratégias diversas de mobilização e persuasão” (ANTUNES, 2019: 79).

No caso das fontes imagéticas, como argumenta Jean Claude Schmitt, “um duplo desafio - analisar a arte em sua especificidade e em sua relação dinâmica com a sociedade que a produziu - apresenta-se assim ao historiador das imagens” (SCHMITT, 2007: 33). Dessa forma, para compreender a Figura 1, é necessário analisá-la individualmente e em sua relação com os acontecimentos políticos.

Publicada no final de agosto de 1872, a caricatura está ligada ao processo eleitoral conturbado daquele ano. As “eleições de sangue”, segundo Carlos Eugênio Líbano Soares, marcaram a história política do Império. O autor argumenta que a Guerra do Paraguai e os debates sobre a Lei do Ventre Livre resultaram em uma conjuntura política inédita (SOARES, 1994). O envolvimento de capoeiras como capangas políticos, ganhou maior dimensão no início dos anos 1870, depois da Guerra do Paraguai, quando o regresso dos combatentes causou um forte clima de turbulência para a sociedade e para o mundo da capoeiragem. Muitos capoeiras foram recrutados de maneira forçada em campanhas de limpeza da cidade, contudo, ao voltar do Paraguai, usufruindo de maior prestígio social, buscaram não somente re-ocupar seus espaços dentro das maltas, mas engajaram-se em maneiras de ascender socialmente (SOARES, 1994). Dessa forma, construíram caminhos para participar dos debates e processos

políticos do período de acordo com suas concepções e experiências. A partir de então, uma complexa relação entre maltas e partidos políticos da Corte estabeleceu-se por meio da prestação de serviços de capangagem política, algo comum na história do Império, mas que adquiriu novos contornos naquele período. É nesse contexto que a imagem se insere, sendo uma crítica a interferência de fósforos, capangas e capoeiras.

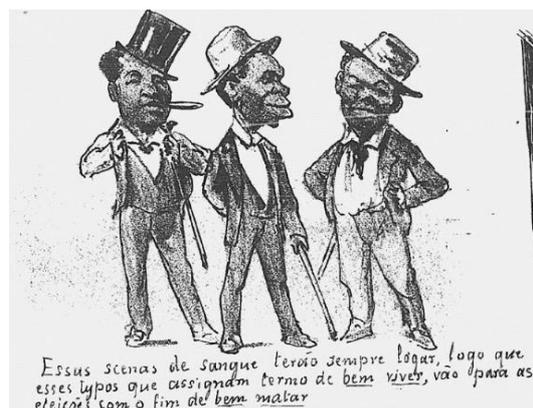
Analisando os personagens da caricatura, é no mínimo curioso o fato de todos os três serem negros. Esse aspecto demonstra que Agostini racializava a violência do processo eleitoral, culpando - além dos políticos, claro - a participação de homens de cor. Essa racialização, relacionada aos debates sobre o fim da escravidão e o futuro dos ex-escravizados, possui um impacto profundo na representação do capoeira na imprensa. A capoeiragem é utilizada pelos homens dos jornais e revistas como um exemplo dos males da escravidão e por isso deveria ser reprimida. Portanto, a construção de uma imagem violenta e bestial do capoeira, ligada também às décadas anteriores, está relacionada a esse momento do início da década de 1870.

A participação da população de cor no processo eleitoral causou um grande temor na elite da Corte, que recorreu a uma série de argumentos racistas para criticar a desordem, como pode ser observado na seguinte nota do periódico *A Reforma*:

Na véspera do dia da eleição pairava o terror sobre esta cidade. (...) No dia 18 desfilaram para a matriz grupos de homens armados de cacetes, e uma turma de cavalheiros armados de revólveres. No meio deste grupo de aspecto sinistro achavam-se até escravos fugidos, que foram incorporar-se às fileiras governistas.⁵⁹⁹

Figura 2 – “Essas cenas de sangue terão sempre lugar, logo que esses tipos que assinam termo de bem viver, vão para as eleições com o fim de bem matar”.

⁵⁹⁹ *A Reforma*, 03 de setembro de 1872. Apud in Soares, 1994, p. 201.



Revista Ilustrada, nº 103, 3 de março de 1878

Publicada seis anos após a primeira caricatura, a figura 2 ajuda a compreender os possíveis significados que nosso caricaturista italiano e alguns homens da imprensa dão para a representação dos capoeiras. Novamente no contexto eleitoral, o artista descreve os personagens como tipos que vão para eleição com o objetivo de matar. Como um todo, essa imagem é similar à primeira: os personagens são todos negros e possuem aparência e roupas semelhantes. A legenda torna explícita a crítica a violência do processo eleitoral.

O envolvimento de capoeiras nas eleições era um dos principais pontos de críticas dos impressos oitocentistas. Os jornais ressaltam a existência de uma relação muito próxima entre a capoeiragem e a capangagem. Ao longo das eleições de 1872, o periódico *A Reforma*, fez diversas denúncias sobre o fenômeno, ressaltando a utilização de capoeiras como um reforço à força policial.

Em algumas freguesias capoeiras célebres nos anaes do crime estão já engajados para servirem de sustentáculos às chapas em que figuram as autoridades policiais: moralíssimo consórcio, edificante solidariedade entre os agentes da segurança pública e os assassinos de profissão.⁶⁰⁰

A utilização de capoeiras como capangas pelas autoridade também pode ser observada em outros documentos, como na interessantíssima definição que o *dicionário de linguaportuguesa*, de Antonio Morais Silva, apresenta sobre o capoeira:

⁶⁰⁰ A Reforma, 14 de agosto de 1872.

§ - S. m, O que faz uso do jogo da capoeira. Os que são conhecidos por esta designação são verdadeiros assassinos; *matam só pelo prazer de matar*, servindo-se para esses crimes da navalha de barba; tendo exercido o ofício de capangas foram por muito tempo estes miseráveis protegidos pelos antigos chefes políticos, que d'elles faziam seus agentes eleitorais;⁶⁰¹

Apresenta-se na definição, o argumento de que os capoeiras foram capangas eleitorais e por isso recebiam proteção de políticos. Entretanto, para Antônio Liberac Pires, essa associação direta entre a capoeira e a capangagem é mais uma das generalizações feitas sobre a prática (PIRES, 1996). Assim, não se pode reduzir a capoeira à prática da capangagem. Não compreendendo os aspectos internos de uma prática das ruas como a capoeira, os intelectuais oitocentistas produzem uma visão extremamente limitada, que justifica as ações dos capoeiras pelo simples prazer de matar.

Compreender os sentidos políticos e sociais nos quais as fontes operam e o quanto isso interfere na representação do capoeira é ponto nervoso para este trabalho. Segundo Luiz S. Dias, os caricaturistas retratam a capoeira com o propósito de fazer uma crítica social às autoridades do Rio de Janeiro e à violência da cidade. Banalizar a prática, nesse sentido, era uma forma de aproximar o fenômeno, ridicularizá-lo para, então, proporcionar a reflexão sobre o perigo que representava (DIAS, 2001). Contudo, essa interpretação explica pouco sobre os sentidos políticos que os caricaturistas desenvolviam em suas representações. Na maioria dos casos, a denúncia à violência certamente estava na intenção do artista, assim como a banalização era um recurso argumentativo capaz de incitar a reflexão. Entretanto, entendemos que nem sempre as intenções ao representar a capoeira seguiam um padrão e, quando exerciam a função de denunciar a violência, a crítica social podia assumir um sentido muito mais profundo nas suas intenções e consequências.

Ao afirmar, na legenda da figura 2, que as “cenas de sangue terão sempre lugar, logo que esses tipos que assinam termo de bem viver, vão para as eleições com o fim de

⁶⁰¹ Silva, Antonio de Moraes, 1755-1824. Dicionario da lingua portugueza Rio de Janeiro : Lisboa : Empr. Litteraria Fluminense ; Adolpho Modesto, 1890..

bem matar”, Agostini, por meio do jogo de palavras com o “bem viver” e o “bem matar”, denuncia a ineficácia das medidas adotadas pela polícia. Porém, ele também expressa a costumeira associação intelectual oitocentista do negro à violência como aspecto inerente a sua existência. Em artigo sobre raça nas caricaturas da imprensa ilustrada, Marcelo Balaban demonstra como os desenhos de Ângelo Agostini sobre capoeiras são racializados (Balaban, 2015b). Por mais contraditório que possa parecer, a representação do capoeira como sujeito violento por natureza, era, além de uma evidente marca do racismo, um argumento abolicionista. Assim, são elencados dispositivos constitutivos de uma crítica social mais ampla, onde o capoeira é figura ideal para denunciar os perigos da escravidão, encarnados na bestialidade dos homens de cor. Tal relação é fruto das intenções políticas do autor, que constrói a imagem do capoeira a partir do exagero e da distorção.

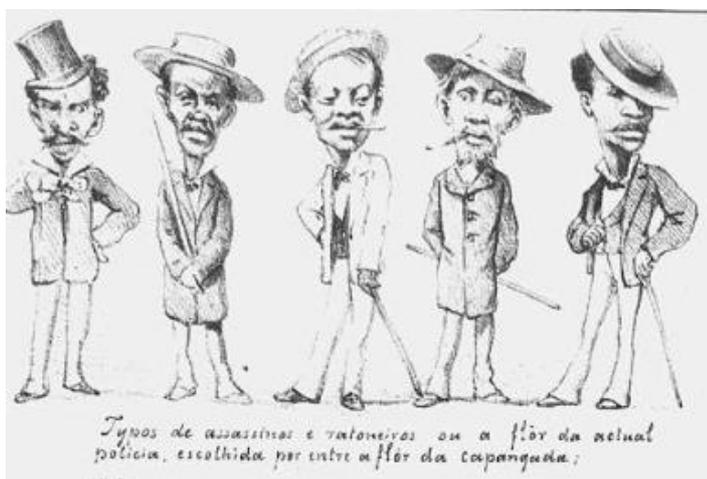
Por conseguinte, a representação da capoeira opera através de significados e intencionalidades daqueles que produzem as fontes. As caricaturas ilustradas contribuem para melhor compreender como esses aspectos influenciam na construção de uma imagem violenta do capoeira. Entretanto, elas também podem ser úteis para acessar o papel dos próprios capoeiras na construção de sua imagem.

A construção do capoeira na imprensa ilustrada

Em artigo específico sobre capoeiragem na imprensa ilustrada, Marcelo Balaban argumenta que, ainda que seja uma construção estereotipada, a representação de capoeiras não deixa de estar calcada na realidade. Recorrendo às contribuições de Robert Slenes para os estudos sobre a escravidão, Balaban argumenta que as caricaturas:

Além de permitirem entender a produção de imagens estereotipadas e distorcidas dos capoeiras, revelando as dúvidas e alguns dos dilemas que sua presença impunha, também dão acesso à prática do ponto de vista dos personagens. É possível “recuperar no olhar branco” os sentidos e significados da capoeira negra. (BALABAN, 2015a: 191)

Figura 3 – “Tipos de assassinos e ratoneiros ou a atual flor da polícia, escolhida por entre a flor da capangada.”



Revista Illustrada, n° 422, 30 de novembro 1885

Assim como as outras imagens, essa caricatura expressa uma crítica à capangagem. Nesse caso, os tipos são assassinos e ratoneiros que estariam compondo o corpo de polícia. O desenho de Agostini refere-se aos eventos políticos da Corte, no ano de 1885, e a forma violenta que o gabinete recém empossado do Barão de Cotegipe utilizava para lidar com os diferentes problemas. Menos de um mês após a publicação da caricatura, Raul Pompéia apresenta crítica semelhante na Gazeta da Tarde:

Hoje em dia a navalha reina. Aquilo que, em princípio, era um simples recurso secreto, para complementar o quadro dos mantenedores da segurança pública, é agora elemento vital e característico de uma administração. Os permanentes vão usar, ao peito, em vez do clássico apito, uma navalha pendente.⁶⁰²

Desse modo, segundo o autor, com a retomada dos conservadores ao poder, os capoeiras passaram a ser utilizados como uma milícia de maneira mais sistemática. Deve-se levar em conta que essas acusações da imprensa liberal estão relacionadas ao sentimento de terem sido retirados do poder e uma tentativa de deslegitimar a nova

⁶⁰² Gazeta da Tarde 22/12/1885, Apud in Soares, 1994.

administração. De qualquer forma, essas críticas aos capoeiras constituem uma importante fonte para compreender suas ações naquele período.

Em relação às outras caricaturas, esses personagens são diferentes. Possuem uma individualidade mais acentuada. Podemos, inclusive, ainda que com dificuldade, supor a presença de um ou dois personagens brancos entre os tipos. Talvez o crescimento de imigrantes nas ruas da Corte ao longo da década 1880 tenha incentivado uma representação mais plural, contudo, é difícil saber. O interessante é que em todas as imagens podemos observar a presença de uma arma branca específica, paus que parecem bengalas, conhecidos como cacetes, que eram investidos contra os adversários. Outro elemento curioso presente nas três caricaturas é o traje dos personagens, um símbolo da capoeiragem que ajuda a identificar o capoeira nas caricaturas, mesmo quando não há referência direta.

Ao comparar a vestimenta dos capoeiras desenhados nas revistas ilustradas, descritos na literatura e registrados na Casa de Correção do Rio de Janeiro, Marcelo Balaban percebeu a presença, ainda que de maneira não generalizada, de uma forma característica de se vestir nas diferentes fontes (BALABAN, 2015a). Desse modo, para lidar com o caráter escorregadio e ambíguo da imprensa ilustrada, o historiador se utiliza do método comparativo, cruzando informações de diferentes fontes.

O padrão de vestimenta notado por Balaban também pode ser observado na clássica descrição de Alexandre Mello de Moraes Filho (1844 - 1919) em seu livro sobre festas e tradições, onde tratou em detalhes sobre o que ele entendia por ser “o capoeira”. Em tom memorialista, o autor descreve essa figura como um “tipo das ruas” afirmando que “seu trajar é característico: usa de calças largas, paletó-saco desabotoado, camisa de cor, gravata de manta e anel corrediço, colete sem gola, botinas de bico estreito e revirado e chapéu de feltro”⁶⁰³

Entretanto, a contribuição mais interessante de Balaban está na busca por observar o papel dos indivíduos na construção de sua própria imagem. O autor argumenta que o estereótipo e o exagero nas descrições - não só das roupas, mas também da violência -

⁶⁰³ MORAIS FILHO, Alexandre Mello. *Festas e Tradições Populares do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2002: 327.

possivelmente foram reforçados pelos próprios capoeiras (BALABAN, 2015a). As ações desses indivíduos não eram aleatórias, a violência e os símbolos de identificação podiam funcionar como estratégia para serem conhecidos, respeitados e temidos. Por conseguinte, a hipótese é de que eles tiravam proveito da atenção recebida, principalmente da imprensa.

Um contemporâneo célebre por seu olhar acurado sobre os dilemas sociais da cidade do Rio de Janeiro, que aparenta ter notado a perspicácia dos capoeiras, foi Machado de Assis. Em texto publicado na coluna “Balas de Estalo” da Gazeta de Notícias, Lélío - pseudônimo de Machado - critica a explicação dominante para as navalhadas nas barrigas das pessoas:

"Estou em desacordo com todos os meus contemporâneos, relativamente ao motivo que leva o capoeira a plantar facadas nas nossas barrigas. Diz-se que é o gosto de fazer mal, de mostrar agilidade e valor, opinião unânime e respeitada como um dogma. Ninguém vê que é simplesmente absurda." ⁶⁰⁴

Por conseguinte, a crítica serve-nos de contraponto às tantas imagens de Agostini, que transmitem essa ideia, considerada absurda por Machado de Assis, de que os capoeiras navalhavam as pessoas pelo prazer de matar. Segundo o Bruxo do Cosme Velho, o único motivo que explica o comportamento violento dos capoeiras seria o “erotismo da publicidade”. Ou seja, o capoeira “recorre à navalha, espalha facadas, certo de que os jornais darão notícia das suas façanhas e divulgarão os nomes de alguns.” O remédio sugerido pelo escritor para acabar com a capoeira seria que os jornais parassem de escrever sobre eles, “não publicar mais nada, trancar a imprensa às valentias da capoeiragem.”⁶⁰⁵

A percepção apurada do escritor negro complementa o argumento de Balaban de que os capoeiras se utilizavam da imprensa para ganhar notoriedade. Segundo esse historiador, “o medo inspirado pelos personagens era, ao mesmo tempo, construído e reforçado por desenhistas e escritores, mas fruto das ações dos capoeiras” (BALABAN,

⁶⁰⁴ Gazeta de Notícias, 14 de março de 1885 “BALAS DE ESTALO”.

⁶⁰⁵ Ibidem.

2015: 197). A partir do mesmo raciocínio, conclui-se que o tipo das ruas do folclorista Moraes Filho e os “typos” representados pelo lápis do caricaturista italiano nas figuras 1, 2 e 3, não são uma mera construção, eles são feitos com base nas ações dos personagens caricaturados, que estavam atentos às repercussões de suas movimentações na imprensa, agindo muitas vezes em busca de “status” dentro daquela sociedade altamente hierarquizada.

Essa análise demonstra a necessidade de aprofundar as metodologias de pesquisa que envolvem a imprensa e sua relação complexa com a sociedade. Aponta, portanto, para a utilidade dessas diferentes formas de noticiar do século XIX para compreender não apenas a visão dos homens da imprensa, mas as ações dos personagens alvos das notícias.

Vale ressaltar que essa análise não abarca todo o universo que o termo vago “capoeira” engloba. Ou seja, não acreditamos que todos os capoeiras agiam com intenção de reforçar e se beneficiar do medo propagado pela imprensa. Muito pelo contrário, essa imagem violenta certamente influenciou na institucionalização da criminalização da capoeira no Código Criminal republicano de 1890, que foi responsável pela prisão e deportação de centenas de pessoas. Trata-se, portanto, da ação de alguns indivíduos, não podendo ser generalizada. Por outro lado, a maneira como uma parcela daqueles tipos lida com o discurso repressivo dos jornais, subvertendo sua intenção, demonstra a capacidade de formulação de estratégias de resistência.

Considerações finais

As caricaturas da imprensa ilustrada e as notícias de periódicos fazem leituras enviesadas da capoeiragem e não devem ser generalizadas como representante da totalidade de uma prática multifacetada. A fonte não pode ser compreendida como um mero reflexo dos acontecimentos, inversamente, ela age de maneira ativa na realidade social na qual está inserida. A representação dos capoeiras, nesse sentido, é feita a partir das intenções dos homens da imprensa, sejam caricaturistas, jornalistas, redatores ou editores.

Entretanto, não faz sentido pensar a representação da capoeira e a construção da imagem do capoeira como uma imposição feita de cima para baixo. Deve-se considerar a influência do público leitor e, principalmente, a forma como parte dos capoeiras vão se utilizar e reforçar o medo na imprensa. Como engenhosamente argumentou Balaban, esses personagens, através de suas ações meticulosamente planejadas, também podem ser vistos como autores, mesmo que indiretos, dessa construção (BALABAN, 2015).

Assim, o capoeira, esse tipo representado nas caricaturas de Angelo Agostini, contraditoriamente, é fruto tanto do discurso persecutório dessas fontes, quanto da ação de indivíduos que recorrem a estratégias para ascender socialmente. Conforme argumenta Machado de Assis, a atenção dada pelos jornais, nesse sentido, garante um “status” que poderia ser utilizado de diferentes maneiras. Essa relação dinâmica entre os capoeiras e a imprensa demonstra como aqueles subverteram a perseguição que sofriam pelos periódicos utilizando uma estratégia de resistência curiosa, e que impactou a forma como eram representados na imprensa.

Referências

Fontes

MORAIS FILHO, **Alexandre Mello. Festas e Tradições Populares do Brasil.** Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2002. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1061>

SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Lisboa: Empr. Litteraria Fluminense; Adolpho Modesto, 1890. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242523>

A Reforma, Rio de Janeiro, 1872.

Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 1885.

O mosquito. Rio de Janeiro, 1872.

Revista Illustrada. Rio de Janeiro, 1876 - 1885.

Bibliografia

Anais da XXXVI Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Entre golpes e democracias: Narrativas históricas de um sonho em vertigem. Gabrielle Barra Tarocco; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2020. 1463 p.

ANTUNES, Livia de Lauro. **Sob a Guarda Negra: abolição, raça e cidadania no imediato pós abolição.** Tese (doutorado) Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História. 2019. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/2152.pdf>

BALABAN, Marcelo, **“Quem tem... barriga tem medo”**: imagens de capoeiras na imprensa ilustrada da corte , Afro - Ásia , no. 51, pp. 175-221, 2015a.

_____, **“Transição de cor”**: Raça e abolição nas estampas de negros de Angelo Agostini na Revista Illustrada. Topoi (Rio J.) , Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 418-441, jul./dez. 2015b. | www.revistatopoi.org acesso em: 08/2019

BRETAS, Marcos Luiz. **A queda do Império da Navalha e da Rasteira** (a República e os capoeiras). In: Estudos Afro-Asiáticos, (20): 239-266, junho de 1991.

DIAS, Luiz, **Quem tem medo da capoeira?** Rio de Janeiro, 1890- 1904 - Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Divisão de Pesquisa, 2001.

HOLLOWAY, Thomas, **"A Healthy Terror"**: Police Repression of Capoeiras in Nineteenth-Century Rio de Janeiro. The Hispanic American Historical Review, Vol. 69, No. 4 (Nov., 1989), pp. 637-676 Published by: Duke University Press Stable URL: <https://www.jstor.org/stable/2516095> Accessed: 01-08-2019 14:40 UTC

PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. **Movimentos da cultura afro-brasileira: a formação histórica da capoeira contemporânea, 1890-1950.** 2001. 453 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

SCHMITT, Jean-Claude. *O corpo das imagens: ensaios sobre a cultura visual na Idade Média.* Baurú, SP: EDUSC, 2007.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro, 1808-1850.** Campinas, SP, Brasil: Editora da UNICAMP, 2008.

_____. **A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro 1850-1890.** 1993. 2v. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279422>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

Simpósio Temático 33: Patrimônio, História e memória: os desafios da interdisciplinaridade

Uma memória e um espaço restaurado em dos tempos: o Theatro Municipal de São João da Boa Vista no momento de sua construção (1914) e a partir de seu restauro, dos anos 1980 aos dias atuais

Luis Pedro Dragão Jeronimo⁶⁰⁶

RESUMO

Nesta pesquisa foi realizado um estudo que expôs as características e valores impressos no Theatro Municipal de São João da Boa Vista, construído no início do século XX – patrimônio tangível e intangível –, que viriam a ser ressignificados cerca de oito décadas mais tarde, a partir de seu restauro e atuais usos. Objetivamos produzir um estudo que refletisse aquele edifício em suas dimensões sociocultural, identitária, material e utilitária dentro da comunidade em que se insere.

PALAVRAS-CHAVE: PATRIMÔNIO CULTURAL (VERTENTE PATRIMÔNIO HISTÓRICO); CULTURA MATERIAL; TEATRO.

ABSTRACT

In this research, a study was carried out that exposed the characteristics and values printed in the Municipal Theater of São João da Boa Vista, built in the beginning of the 20th century - tangible and intangible heritage -, which would be re-signified about eight decades later, from restoration and current uses. We aim to produce a study that reflects that building in its sociocultural, identity, material and utilitarian dimensions within the community in which it operates.

KEY-WORDS: CULTURAL HERITAGE (STRAND HISTORICAL HERITAGE); MATERIAL CULTURE; THEATER.

⁶⁰⁶ Bacharel e Licenciado em História pela Universidade de São Paulo. Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo. E-mail para contato: luis.jeronimo@alumni.usp.br.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, financiada pelo CNPq⁶⁰⁷, visou examinar um patrimônio cultural específico, o Theatro Municipal de São João da Boa Vista, no interior de São Paulo, como marco sociocultural, material, histórico, arquitetônico e identitário dentro da comunidade em que está inserido, refletindo-o em dois tempos: o período em que foi construído e seus primeiros anos de funcionamento; depois, aquele que se segue a partir de seu longo processo de restauro, que duraria quase duas décadas, até sua atualidade, como local de cultura, memória e pertencimento. A partir destes dois recortes temporais e dos valores que foram atribuídos ao edifício, visamos entendê-lo a partir de sua materialidade e dos significados imateriais que lhe são intrínsecos, isto é, desde suas características construtivas e decorativas, detentoras de uma mensagem, até seus significados dentro do sentimento de parte da comunidade sanjoanense - que hoje nutre por seu Teatro Municipal um profundo respeito e admiração - nos momentos de seu salvamento, na década de 1980, e nos seus múltiplos usos atuais.

Buscamos, então, realizar um estudo que abordasse questões materiais e simbólicas, questões sociais e econômicas e questões da gênese do espaço e dos seus mais recentes usos. Ao elegermos dois tempos tão distantes, visamos compreender o contexto de sua criação e a forma como as características e valores estabelecidos naquele período inicial puderam ser retomados, interpretados e ressignificados no processo que definiu o tombamento do edifício no âmbito estadual e direcionou sua restauração. Também nos debruçamos sobre os usos de um mesmo edifício tanto no início de sua história quanto no seu período atual, nos seus 11 primeiros anos (1914-1925) e nos seus 11 últimos anos de funcionamento (2004-2015).

Dessa forma, a despeito dos contextos históricos distantes, um fio condutor da primeira à última página pode ser entendido por uma pergunta bastante simples: “O que o Theatro Municipal representa para São João da Boa Vista?”. Fazendo dessa pergunta a questão norteadora do estudo, pudemos delinear os contornos de um lugar de valor inestimável no plano Histórico, Memorial, Cultural. Visando explorar o início de sua história e seu momento atual, foram feitos diversos questionamentos que contribuíram para a compreensão daquele espaço. Esses questionamentos podem ser divididos em 4

⁶⁰⁷ Processo nº 165106/2018-2.

eixos de análise: “qual contexto da construção/restauro”, “quem participou da construção/restauro”, “como foi construído/restaurado” e “quais foram os usos em 1914-1925/2004-2015”.

Esse estudo, então, pretendeu contribuir para a História da Cultura, no campo do Patrimônio Histórico e Cultural, na perspectiva da Cultura Material, associada à História Sociocultural, ao refletir sobre a relação que a sociedade sanjoanense mantém com o edifício nos diferentes *tempos* explorados. Muitas sociedades sanjoanenses passaram desde o ano de 1914 e estabeleceram com o edifício relações e essas passam por modificações ao longo de sua história e é nesta perspectiva que todo esse esforço de investigação se justifica.

Assim, estudando um bem que foi restaurado em sua materialidade e imaterialidade, ou seja, em sua dimensão simbólica – ele é símbolo de um passado glorioso, de uma “civilização” sanjoanense passada que demonstraria uma espécie de “predestinação” do local em se desenvolver como centro em sua região e é também símbolo de uma suposta “sanjoanidade” construída em meio à dissolução paulatina de diversos marcos de identidades locais -, restauramos também sua *história* e a *memória* de seus usuários. A dissertação também visou constituir, para além de um estudo sobre a relação da comunidade com o seu bem, uma revisão de teses a respeito do Teatro.

OBJETIVOS

Partindo da hipótese de que o Teatro Municipal é um importante local para a história, a memória, a cultura e a identidade sanjoanense, tivemos como objetivo geral o estudo do edifício enquanto importante marco histórico e cultural de São João da Boa Vista e, como objetivo específico, a reflexão sobre a relação desse edifício com a sociedade sanjoanense tanto no período da sua construção e primeiros anos de funcionamento, quanto no período de sua restauração e usos atuais.

METODOLOGIA

O recorte temporal escolhido foi, na primeira parte, o período entre os anos de 1914 até 1925 e, na segunda parte, o período entre os anos de 1980 a 2015. Ainda foram feitos breves apontamentos sobre o contexto histórico do período da construção, que diz

respeito aos anos de 1890 a 1910, e dos usos físicos do edifício entre os anos de 1930 a 1970. Dessa forma, pode-se perceber que a história do edifício foi tratada de forma bastante abrangente, porém sendo pormenorizada naqueles períodos de maior interesse para a pesquisa. Assim, pudemos cobrir desde o tempo referente ao surgimento da ideia de construção de um edifício teatral de grandes proporções até o momento atual, delimitado pela comemoração do Centenário do edifício, findada em janeiro de 2015.

Como forma de respondermos à questão norteadora do estudo, utilizamos uma abordagem quanti-qualitativa, numa pesquisa de caráter exploratório. Nela, estabelecemos um diálogo entre uma ampla bibliografia com diferentes temáticas relacionadas ao estudo do edifício, e um vasto número de documentos, composto sobretudo de fontes primárias e em grande parte inéditos. No levantamento bibliográfico, foram analisados textos das seguintes temáticas: Referencial Teórico-Metodológico (com 67 textos); História do Café e Primeira República Brasileira (com 32 textos); História de São João da Boa Vista (com 10 textos); História do Theatro Municipal de São João da Boa Vista e Outros Teatros (com 22 textos); Memória e Identidade (com 53 textos); e Patrimônio, Cultura Material, Preservação, Restauro, Direito do Patrimônio e Educação Patrimonial (com 168 textos). Essa farta bibliografia, com 352 textos, foi posta em diálogo com uma vasta quantidade de documentos direta ou indiretamente relacionados ao Theatro Municipal, coletados em 21 acervos, 26 almanaques e anuários, 1 documentário e 2 manuscritos, além de dois processos de tombamento do edifício (IPHAN nº 1.190-T-86 e CONDEPHAAT nº 23125/ano 1984) e 26 sítios eletrônicos.

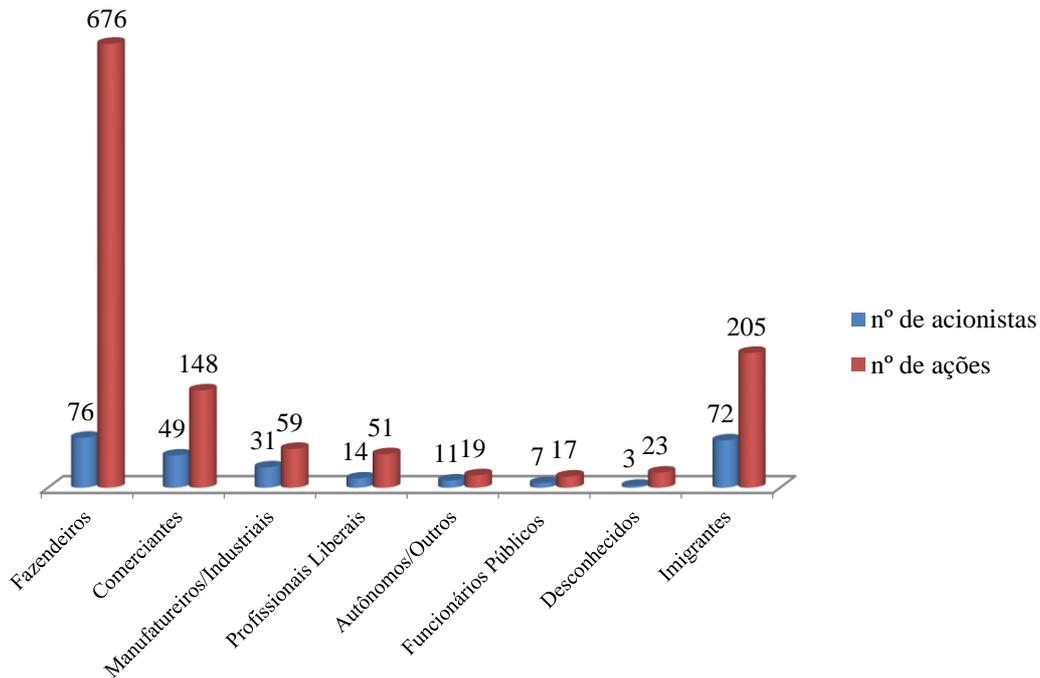
PRINCIPAIS RESULTADOS

Em se tratando do Primeiro Tempo, no primeiro capítulo, ofereceu-se uma visão sobre a sociedade do início do século XX, com todas as permanências e rupturas características daquela época. Naquela cidade, enriquecida pelo café e ligada aos grandes centros pela locomotiva, a ideia de um teatro é gestada em meio à adoção de valores de progresso e civilização (tanto pelas elites econômicas quanto por uma classe urbana remediada) traduzidos em melhoramentos urbanos tais como a macadamização de ruas, o alargamento de avenidas, a implantação de praças e a construção de edifícios que fariam uma cidade enriquecida pelo café se figurar moderna, sendo o Theatro

Municipal o ápice da modernização urbana sanjoanense. Dessa forma, a partir das considerações de Azevedo (2009) e Andrade (1973; 2003), apontamos que o Theatro Municipal não era uma construção isolada no contexto urbano sanjoanense, mas parte de um cenário da modernidade, sendo o principal, mas não o *único*, representante do período.

No segundo capítulo, outras importantes contribuições para a historiografia foram apresentadas e se relacionam diretamente com o edifício. Ao se analisar os documentos da Companhia Theatral Sanjoanense - CTS, proprietária do teatro, expôs-se um número maior de acionistas e, nesse aspecto, uma heterogênea composição acionária, denotando uma dimensão prática da construção do teatro enquanto empreendimento e não apenas “monumento” à uma elite (com a análise do teatro enquanto empreendimento, surge a faceta prática da construção, em grande parte encoberta por explicações que só levavam em conta a dimensão simbólica do lugar). Essa heterogênea composição acionária só foi possível ser conhecida porque foi determinada a ocupação desses acionistas, nome por nome, através da pesquisa em periódicos, almanaques, livros de impostos da Prefeitura Municipal e também pela História Oral, além de estudos genealógicos sanjoanenses (Falconi (2010) e Spletsstoser Júnior (2003)). Abaixo, o gráfico 1 demonstra a cotização da CTS por diferentes grupos sociais e a participação acionária de imigrantes:

Gráfico 1 - Participação acionária CTS por grupo.



Fonte: JERONIMO (2020).

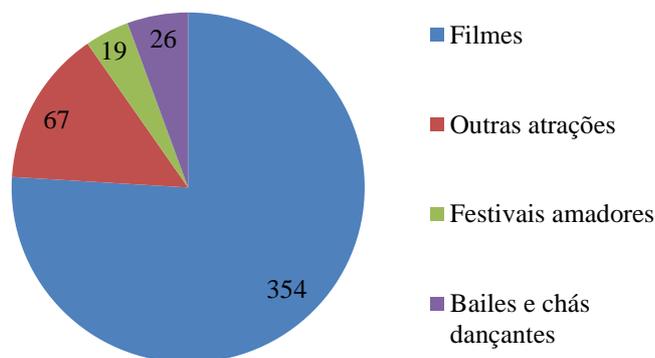
Depois, na questão da ocupação progressiva do terreno do edifício teatral, tratamos brevemente da urbanização da cidade e do desaparecimento de símbolos de potentados locais dos tempos imperiais, dando lugar ao mais novo e destacado melhoramento da cidade. Nesse aspecto, contestou-se uma antiga tese (presente nos importantes trabalhos de Salomão e Silva (1977), Beraldo (2004) e Menezes (2014)), de que naquele local, antes da construção do teatro, teria funcionado um hospital, um hotel e uma escola. Para contestar essa tese, demonstramos farta documentação que indicava apenas a existência de uma antiga casa de morada, outrora sede de uma antiga fazenda dum dos pioneiros de São João da Boa Vista.

Após estas análises iniciais do segundo capítulo, examinou-se a construção do edifício. Foram apontadas as dificuldades financeiras iniciais, e, depois, a construção em sua materialidade. Nesse aspecto, a partir das considerações de Fabris (1993), Lemos (1987) e Reis Filho (2000), analisou-se o edifício enquanto documento, onde as modernas técnicas da sua estrutura se uniam com a linguagem tradicional e ao mesmo tempo moderna de sua fachada e do seu interior, e de onde os itens importados se

misturavam com elementos nacionais, produzindo uma alegoria daquela sociedade onde tradição e modernidade compunham o discurso cosmopolita de então.

Concluindo este vasto capítulo, foram analisados, por meio de periódicos, os primeiros anos de funcionamento daquele espaço tanto no que se refere aos usos utilitários quanto simbólicos. Eventos que impactaram o funcionamento do teatro também foram apresentados, tais como a Gripe Espanhola e a Revolução de 1924, demonstrando uma centralidade do edifício nesses eventos. Depois, foram determinados os eventos que ocorreram no espaço, entre os anos de 1914 a 1925, a partir dos anúncios presentes no Jornal *A Cidade de São João* e *O Município*⁶⁰⁸ e de apontamentos de Menezes (2014). Chamando a atenção para o seu uso enquanto cinema e da relativamente baixa realização de espetáculos de palco, apresentamos uma realidade de programação variada e, sobretudo, popular, daí surgindo novas considerações sobre os usos utilitários do espaço e do seu caráter de *politeama*. A seguir, o gráfico 2 demonstra a agenda de apresentações do teatro sanjoanense entre 1914 e 1925:

Gráfico 2 – Apresentações do Theatro Municipal entre 1914 e 1925.



Fonte: JERONIMO (2020).

Já no que se refere ao Segundo Tempo, no terceiro capítulo, foram apresentados resumidamente os usos variados do espaço entre os anos de 1926 e 1982, quando do seu

⁶⁰⁸ Foram analisados 17 números e 100 páginas do primeiro periódico e 576 números e 3.000 páginas do segundo periódico, totalizando 593 números e 3.100 páginas analisadas.

fechamento, e do estado de conservação da estrutura naqueles últimos anos de funcionamento. Nesta altura, apontamos que aquele edifício, então denominado *CineTheatro*, embora fosse uma quase ruína no centro da cidade nos anos de 1980, entre os anos de 1930 a meados dos anos 1970, foi um lugar importante na cena cultural sanjoanense. Depois, foram expostos os esforços empreendidos no início dos anos de 1980 (no contexto da redemocratização do país e de crises econômicas) pelos cidadãos contrários ao seu desaparecimento e da equipe de restauro no que se refere à mobilização popular visando sua preservação e nas obras de restauração, respectivamente.

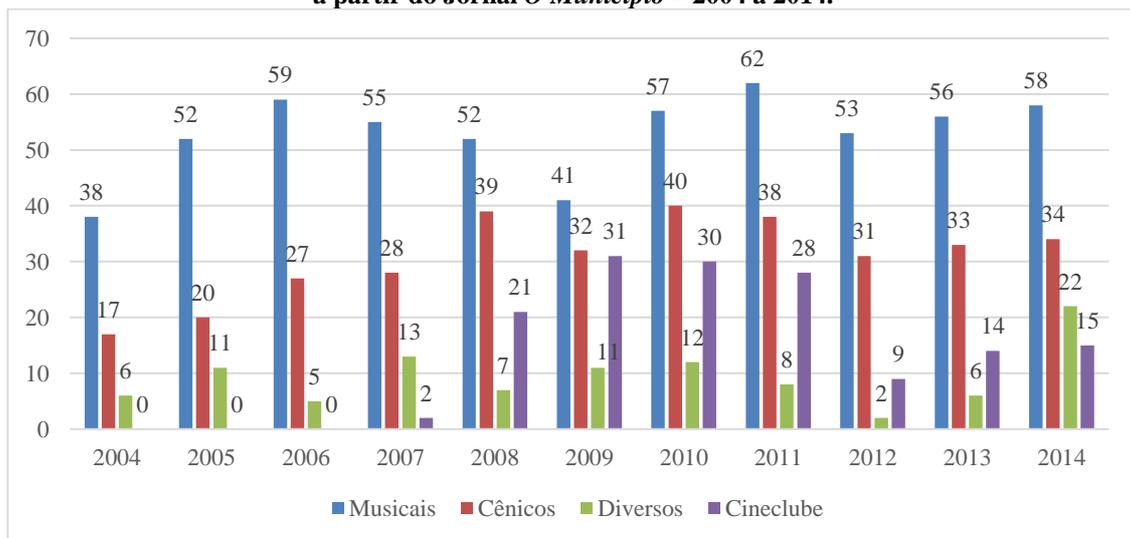
Analisando essas obras e seu tombamento na esfera estadual, apontamos que o restauro foi operado tanto na dimensão material do edifício quanto na sua dimensão imaterial, ressignificando-o e tornando-o novamente representativo para parte importante da sociedade sanjoanense. Essa retomada da representatividade e a preservação do edifício só foram possíveis, conforme apontamos, a partir do envolvimento da população no processo de salvaguarda desse bem, o que impulsionaria a resolução política de determiná-lo como “Bem de Utilidade Pública” pela Prefeitura Municipal e o seu reconhecimento enquanto bem cultural pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo – CONDEPHAAT, em 1987 (Processo nº 23125/84).

Por fim, no quarto capítulo, expôs-se os usos atuais do Theatro Municipal entre os anos de 2004 e 2015. Tal como foi feito no segundo capítulo, analisou-se a muito heterogênea realização de eventos e a presença de crônicas sobre o edifício nas páginas do periódico sanjoanense *Jornal O Município*, estabelecendo relações entre essa realidade atual e aquela do início de operações da casa de espetáculos, entre os anos de 1914 a 1925. Nesse estudo sobre os atuais usos, foi feito um levantamento que abrangeu a série de periódicos dos dias 1º de maio de 2004 a 31 de janeiro de 2015⁶⁰⁹. Tal levantamento foi fundamental para entendermos os usos físicos do Theatro Municipal, a partir da análise de sua agenda de apresentações, entre os anos de 2004 a 2014, e dos usos simbólicos naquele período.

⁶⁰⁹ Foram analisados 1.123 números e 17.000 páginas.

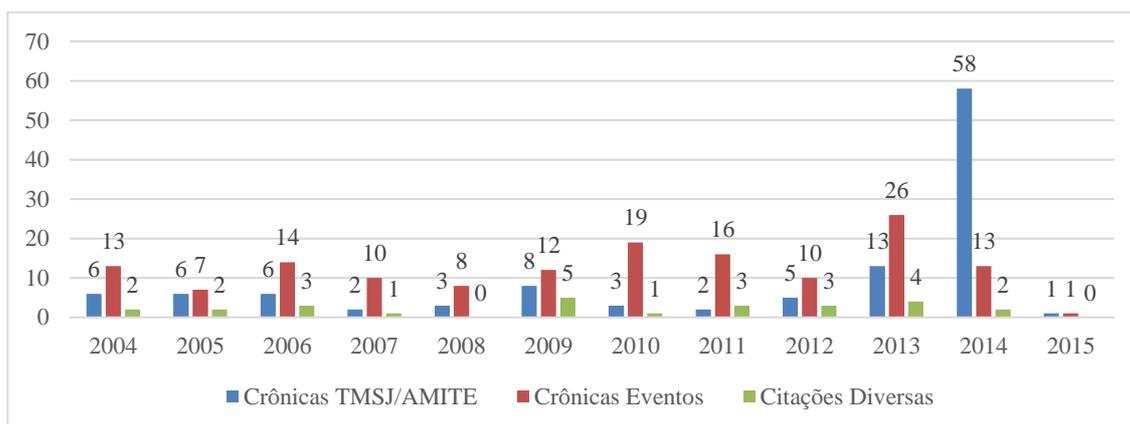
Neste levantamento, pudemos ver um espaço com um uso utilitário bastante democrático, recebendo em seu interior formaturas, peças teatrais, concertos, festivais, apresentações de filmes etc., se constituindo num polo de cultura e entretenimento regional. Além disso, se viu um espaço simbolicamente importante que é projetado em questões referentes à identidade, ao pertencimento, à memória e à história da comunidade e da cidade como um todo, se comportando como um lugar-símbolo da “sanjoanidade”. Se viu, ainda, uma potencialização desses valores a partir das comemorações referentes ao Centenário do edifício, celebrado a partir de outubro de 2013 e estendendo suas comemorações até janeiro de 2015. Abaixo, os gráficos 3 e 4, base dessas análises, referentes aos usos físicos e simbólicos, respectivamente, do Theatro Municipal entre os anos de 2004 a 2015, a partir do Jornal *O Município*:

Gráfico 3 - A participação de eventos no Theatro Municipal por sua natureza, a partir do Jornal *O Município* – 2004 a 2014.



Fonte: JERONIMO (2020).

Gráfico 4 – Crônicas e textos sobre o Theatro Municipal no Jornal *O Município* – 2004 a 2015.



Fonte: JERONIMO (2020).

Também foi analisada a frequência de público pagante a partir dos registros do *Borderô de Eventos* da associação mantenedora do Theatro Municipal, Associação dos Amigos do Theatro - AMITE, entre os anos de 2004 e 2014, apresentando as preferências de público a partir das categorias de espetáculos analisadas. Essa pesquisa, inspirada nas considerações de Durand (2013), visou complementar os apontamentos referentes ao uso do espaço cultural pelo público sanjoanense realizados com base no *O Município*. Dessa forma, fornecemos dados consolidados de utilização que não eram conhecidos pela própria instituição mantenedora, oferecendo àquela instituição e aos interessados do campo da cultura e das políticas culturais uma exaustiva análise da forma como o sanjoanense utiliza a sua principal sala de espetáculos. A seguir, as tabelas 1 a 6, referentes aos dados consolidados do *Borderô de Eventos* da AMITE:

Tabela 1 – Concentrações de realização e público nos espetáculos por sua natureza – 2004 a 2014.

ANO	REAL. EVENTOS MUSICAIS	REAL. EVENTOS CÊNICOS	REAL. EVENTOS DIV./DESC.	PÚBLICO EVENTOS MUSICAIS	PÚBLICO EVENTOS CÊNICOS	PÚBLICO EVENTOS DIV./DESC.
2004	11	6	3	704	915	754
2005	36	31	3	2.979	5.707	88
2006	23	16	---	2.496	5.289	---
2007	19	20	2	2.534	3.941	167
2008	21	36	---	2.552	7.582	---

2009	22	30	---	3.156	7.058	---
2010	24	31	---	4.185	7.129	---
2011	33	35	---	5.915	7.736	---
2012	26	29	---	4.687	9.188	---
2013	27	35	---	5.113	9.951	---
2014	22	27	---	5.162	6.095	---
TOTAL	264	296	8	39.483	70.591	1.009

Fonte: JERONIMO (2020).

Tabela 2 – Atrações com público acima da média entre os anos de 2004 e 2014: participação na realização total e no público geral.

ANO	Nº DE ATRAÇÕES COM PÚBL. ACIMA DA MÉDIA	MÉDIA DE PÚBLICO POR ATRAÇÕES/A NO	% DE PARTICIP. ATRAÇÕES COM PÚBL. ACIMA DA MÉDIA	TOTAL DE PÚBLICO ATRAÇÕES ACIMA DA MÉDIA	% DE PARTICIP. PÚBLICO ATRAÇÕES ACIMA DA MÉDIA
2004	7	118	35%	1.809	76,6%
2005	27	125	38,6%	6.676	76,1%
2006	14	199	35,9%	5.822	74,8%
2007	17	162	41,5%	5.093	76,7%
2008	25	178	43,8%	7.650	75,5%
2009	18	196	34,6%	6.958	68,1%
2010	22	205	40%	7.882	69,6%
2011	28	200	41,1%	10.250	75,1%
2012	22	252	40%	9.263	66,8%
2013	26	243	41,9%	10.240	68%

2014	18	229	36,7%	7.504	66,6%
TOTAL/	224	191	39%	79.147	71,2%

MÉDIA

Fonte: JERONIMO (2020).

Tabela 3 – Nº de realizações de espetáculos e a participação de público – acima da média.

ANO	Nº REAL. ESPETÁC. MUSICAIS	Nº REAL. ESPETÁC. CÊNICOS	Nº REAL. ESPETÁC. DIV./DESC.	QTDADE. DE PÚBLICO – MUSICAIS	QTDADE. PARTICIP. DE PÚB. – CÊNICOS	QTDADE. PARTICIP. DE PÚB. – DIV./DESC.
2004	1	5	1	261	915	633
2005	6	21	1.676	5.000
2006	5	9	1.452	4.370
2007	4	13	1.355	3.738
2008	5	20	1.421	6.229
2009	6	12	1.993	4.965
2010	8	14	2.774	5.108
2011	11	17	3.841	6.409
2012	5	17	1.657	7.606
2013	7	19	2.769	7.471
2014	7	11	3.108	4.396
TOTAL	65	158	1	22.307	56.207	633

Fonte: JERONIMO (2020).

Tabela 4 – % de realizações de espetáculos e a participação de público – acima da média.

ANO	% REAL.	% REAL.	% REAL.	%	%	%
-----	---------	---------	---------	---	---	---

Anais da XXXVI Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Entre golpes e democracias: Narrativas históricas de um sonho em vertigem. Gabrielle Barra Tarocco; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2020. 1463 p.

ISSN:2317-0468

	ESPETÁC. MUSICAIS	ESPETÁC. CÊNICOS	ESPETÁC. DIV./DESC.	PARTICIP. DE PÚBLICO – MUSICAIS	PARTICIP. DE PÚB. – CÊNICOS	PARTICIP. DE PÚB. – DIV./DESC.
2004	14,3%	71,4%	14,3%	14,4%	50,6%	35%
2005	22,2%	77,8%	25,1%	74,9%
2006	35,7%	64,3%	24,9%	75,1%
2007	23,5%	76,5%	26,6%	73,4%
2008	20%	80%	18,5%	81,5%
2009	33,3%	66,7%	28,6%	71,4%
2010	36,4%	63,6%	35,2%	64,8%
2011	39,3%	60,7%	37,5%	62,5%
2012	22,7%	77,3%	17,9%	82,1%
2013	26,9%	73,1%	27,1%	72,9%
2014	38,8%	61,2%	41,4%	58,6%
MÉDIA	28,5%	70,2%	1,3%	27%	69,8%	3,2%

Fonte: JERONIMO (2020).

Tabela 5 – Nº de realizações de espetáculos e a participação de público – abaixo da média.

ANO	Nº REAL. ESPETÁC. MUSICAIS	Nº REAL. ESPETÁC. CÊNICOS	Nº REAL. ESPETÁC.D IV./DESC.	QTDADE. DE PÚBLICO – MUSICAIS	QTDADE. PARTICIP.D E PÚB. – CÊNICOS	QTDADE. PARTICIP.D E PÚB. – DIV./DESC.
2004	10	1	2	443	121
2005	31	9	3	1.488	527	83
2006	18	7	1.044	919
2007	16	6	2	881	501	167

2008	16	16	1.131	1.353
2009	19	15	1.494	1.762
2010	16	17	1.411	2.021
2011	24	16	2.125	1.276
2012	20	13	2.661	1.951
2013	21	15	2.424	2.400
2014	14	17	1.638	2.115
TOTAL	205	132	7	16.740	14.946	250

Fonte: JERONIMO (2020).

Tabela 6 – % de realizações de espetáculos e a participação de público – abaixo da média.

ANO	% REAL. ESPETÁC. MUSICAIS	% REAL. ESPETÁC. CÊNICOS	% REAL. ESPETÁC. DIV./DESC.	% PARTICIP. DE PÚBL. – MUSICAIS	% PARTICIP. DE PÚBL. – CÊNICOS	% PARTICIP. DE PÚBL. – DIV./DESC.
2004	76,9%	7,7%	15,4%	78,5%	21,5%
2005	72,1%	20,9%	7%	70,9%	25,2%	3,9%
2006	72%	28%	53,2%	46,8%
2007	66,6%	25%	8,4%	56,9%	32,3%	10,8%
2008	50%	50%	45,5%	54,5%
2009	55,8%	44,2%	45,9%	54,1%
2010	48,5%	51,5%	41,1%	58,9%
2011	60%	40%	62,5%	37,5%
2012	60,6%	39,4%	57,7%	42,3%
2013	58,3%	41,7%	50,2%	49,8%
2014	45,2%	54,8%	43,6%	56,4%
MÉDIA	60,5%	36,7%	2,8%	55,1%	43,6%	1,3%

Fonte: JERONIMO (2020).

Depois de apresentar de forma mais detida as principais revisões da dissertação, apresentaremos resumidamente todos os principais resultados (incluindo as revisões expostas anteriormente), divididos entre o Primeiro Tempo e o Segundo Tempo.

No Primeiro Tempo, podemos apontar, como principais contribuições desse estudo para a historiografia, que: 1) o Theatro Municipal não foi um edifício isolado no contexto de sua construção, mas parte de uma reestruturação urbana muito mais ampla da qual ele é o exemplo mais longo; 2) a CTS não era constituída apenas pela elite política, econômica e social da cidade, mas também por uma classe urbana remediada, apresentando essa companhia um variado quadro acionário que reflete aspectos importantes da sociedade do período; 3) o número de acionistas participantes da cotização da CTS era consideravelmente superior àquele apontado pela historiografia, trazendo à luz nomes que jamais foram referenciados em outras publicações; 4) a ocupação anterior do terreno foi a de uma simples casa de morada de uma família que não mais gozava de prestígio político em meio àquela sociedade republicana e cosmopolita, revendo hipóteses amplamente difundidas nesse tema; 5) ainda que o Theatro Municipal tenha sido construído num estilo eclético importado mas já com elementos do *Art Nouveau*, viu-se na sua materialidade um diálogo entre aqueles estilos e os materiais importados com os elementos nacionais e locais, compondo uma amálgama entre os ideais e ideias de fora com o contexto local, não compondo o edifício sanjoanense mera cópia, mas interpretação desse discurso cosmopolita do qual faz parte; 6) o teatro sanjoanense se relacionava com diversos casos de outros teatros em estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Pará, partes de um mesmo discurso cosmopolita, mas que carregavam traços particulares, tal qual o exemplar sanjoanense; 7) o Theatro Municipal não teve seu uso apenas como casa de espetáculos, mas foi usado como centro de decisão nos momentos em que a cidade era impactada por eventos exteriores com consequências locais importantes (Gripe Espanhola e Revolução de 1924); 8) a realidade de programação da casa de espetáculos era muito mais ampla que o esperado, com o cinema se constituindo na principal fonte de lucro do empreendimento, porém dividindo espaço com espetáculos de palco, em sua maioria populares e, em menor número, eruditos; 9) o valor simbólico do Theatro Municipal estava presente desde antes mesmo da conclusão de sua construção, constituindo num

símbolo de cultura, de civilização, de modernidade e de inserção da localidade num grupo de localidades enriquecidas e suficientemente desenvolvidas para ostentar tal construção; 10) se deve tomar aquela construção moderna como um empreendimento, como um “*Theatro Municipal*” no nome e na fachada, um *teatro lírico* em sua forma arquitetônica, mas de fato se constituindo num *politeama* pelo seu uso, onde as expressões culturais e de entretenimento daquela sociedade se davam de forma multifacetada.

Já no Segundo Tempo, podemos apontar, como principais contribuições desse estudo para a historiografia, que: 1) o que determinou a sobrevivência do espaço não foi a declaração do Poder Público (de que o edifício seria um “Bem de Utilidade Pública”), mas a mobilização social de artistas e cidadãos em meio a um momento muito importante dos anos de 1980 em que se dava a redemocratização e o povo se tornava parte ativa dos processos de preservação; 2) a preservação do edifício não foi uma unanimidade, pelo menos no que se refere ao emprego de altas somas de verbas públicas para a recuperação de uma propriedade privada, mas se tratou de um processo relativamente longo de convencimento da maioria da opinião pública sobre a viabilidade e importância da conservação; 3) o instrumento do tombamento, ainda que não tenha sido suficiente para a preservação, contribuiu para que houvesse uma maior sensibilização da sociedade sobre a importância daquele bem, inclusive transformando o processo de tombamento do edifício num paradigma para outros processos de tombamento na cidade e na região; 4) o respeito da equipe nas obras de restauro pela materialidade do edifício foi determinante para que o Theatro Municipal subsistisse enquanto um documento material inestimável e insubstituível da história sanjoanense; 5) a demora em se concluir as obras de restauro se deveu não à “incompetência” de administradores e da equipe de restauro, mas sim ao longo período de crise econômica generalizada dos anos de 1980 e início dos anos de 1990; 6) a criação de entidades independentes do poder público produziu importantes resultados no caso sanjoanense, seja para angariar fundos para as obras de restauro, como a FON (Fundação Oliveira Neto), seja para administrar tão importante bem cultural, como a AMITE; 7) a AMITE representa não apenas uma entidade que organiza a agenda de eventos do teatro, mas se constitui numa das guardiãs de sua existência (juntamente com o Poder Público e usuários), sendo responsável pela conservação material e pela definição de parte de seu

uso utilitário, que tem relação direta com seu uso simbólico pela comunidade; 8) o evento que tem lugar no Theatro Municipal se reveste de uma ampla importância simbólica, o que determinaria que algumas das principais ocasiões da vida de parte importante de um grupo de cidadãos tenha lugar naquele edifício; 9) mesmo em contextos históricos diferentes, a posição do Theatro Municipal é sempre central quando o tomamos como um lugar dotado de valores imateriais, ainda que apresente significados diferentes ao longo do tempo, primeiramente como principal marco civilizacional e de modernidade, depois, mais recentemente, como principal marco identitário, histórico, cultural e memorialístico; 10) há muito mais permanências que rupturas se comparados os dois tempos tratados, com a conservação da centralidade do edifício tanto nos discursos que produzem valores simbólicos quanto na sua importância como palco de cultura e entretenimento, quando, neste último aspecto, se viu como característica principal, nos seus primeiros anos assim como na atualidade, o seu uso utilitário multifacetado.

Outra contribuição dessa dissertação à historiografia foi a série de “Estudos Incidentais”, que visaram complementar análises e oferecer importantes e inéditas considerações sobre assuntos variados referentes ao edifício e à sociedade sanjoanense: o primeiro estudo incidental, dedicado às questões sobre o autor do projeto do Theatro Municipal, José Pucci, visou esclarecer equívocos sobre as relações desse projetista com outros teatros paulistanos e sobre a identidade do mesmo, levantando a hipótese sobre a ligação do projetista do caso sanjoanense com um bem-sucedido engenheiro de São Paulo; no segundo estudo incidental, foram feitos apontamentos relacionando a grande capacidade de público do edifício com o movimento de turistas na região, mais precisamente em Poços de Caldas – MG e no então distrito sanjoanense da Prata; no terceiro estudo incidental, foi demonstrado que o Theatro Municipal sanjoanense pode ser relacionado com outras casas de espetáculos paulistas, fluminense e paraense, fazendo parte de um conjunto mais ou menos semelhante de edifícios com a mesma linguagem arquitetônica e construídos sob o mesmo discurso modernizante e civilizatório, ainda que com particularidades que os definissem como partes e símbolos de suas sociedades; o quarto estudo incidental constitui da análise detida dos periódicos *Jornal O Município* e *A Cidade de São João*, tratando desde temas como os caracteres utilizados, passando pelas suas dimensões, até o tema de suas inclinações políticas; o

quinto estudo incidental se refere à análise do impacto da Gripe Espanhola no aumento dos óbitos registrados no município, entre os meses de janeiro de 1918 a dezembro de 1919, indicando forte impacto dessa epidemia na agenda de eventos do Theatro Municipal; o sexto estudo incidental analisou o impacto da Geada de 1918, entre os dias 25 e 27 de junho, na economia do município; o sétimo estudo incidental analisou os impactos da Revolução de 1924 no município e do seu uso enquanto quartel da Guarda Municipal Provisória, criada para fazer frente aos revolucionários; o oitavo estudo incidental constituiu na análise da recuperação dos ornatos da fachada do edifício no momento de sua restauração, em 1992, pelo artista plástico sanjoanense Romeu Paulucci Buzon; por fim, o nono estudo incidental analisou os custos envolvidos no restauro do Theatro Municipal, em valores corrigidos, a partir de informações na bibliografia e nos documentos levantados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De todo o exposto, se pode perceber que a pesquisa possibilitou a revisão de teses até então existentes na historiografia sobre o tema, surgindo dessas linhas um Theatro Municipal muito mais complexo, mais significativo e mais real, portanto. A pesquisa ainda lançou bases para futuras investigações em diversos temas que apenas foram introduzidos ao longo do trabalho, além de fornecer dados para a implementação de políticas culturais da AMITE, a partir do mapeamento das tendências de preferência de público por mais de dez anos, entre os anos de 2004 e 2014.

Assim, conseguimos atingir os principais objetivos propostos e responder à questão norteadora do estudo. O Theatro Municipal de São João da Boa Vista não é apenas um palco de apresentações, mas é um importante lugar de memória, de cultura, de identidade e inestimável documento histórico, não de um período apenas, mas de mais de um século de mudanças e de permanências. Ele é, de fato, um edifício que parte da população sanjoanense tem orgulho de possuir e é integrante importante de suas identidades e de seu passado, passado esse materializado nas suas paredes e presente nas memórias daquelas pessoas que o frequentam. Nesse aspecto, as considerações de Ruskin (2008) são angulares na determinação do *valor* daquele edifício teatral:

Pois, de fato, a maior glória de um edifício não está nas suas pedras, ou em seu ouro. Sua glória está em sua Idade, e naquela profunda sensação de ressonância, de vigilância severa, de misteriosa compaixão, até mesmo de aprovação ou condenação, que sentimos em paredes que há tempos são banhadas pelas ondas passageiras da humanidade. [Sua glória] Está no seu testemunho duradouro diante dos homens, no seu sereno contraste com o caráter transitório de todas as coisas, na força que – através da passagem das estações e dos tempos, e do declínio e do nascimento de dinastias, e da mudança da face da terra, e dos contornos do mar – mantém sua forma esculpida por um tempo insuperável, conecta períodos esquecidos e sucessivos uns aos outros, e constitui em parte a identidade, por concentrar a afinidade, das nações. (RUSKIN, 2008 : 68).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Theóphilo Ribeiro de. *Subsídios à História de São João da Boa Vista*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais S. A., 1973, vol. 1.

ANDRADE, Theóphilo R de. *Subsídios à História de São João da Boa Vista*. São Paulo: Scortecci, 2003, vol. 2.

AZEVEDO, José Osório de Oliveira. *História Administrativa e Política de São João da Boa Vista (1896 a 1932)*. 2ª ed. São Paulo: Editora Sarandí, 2009.

BERALDO, Sidney E. *90 anos Teatro Municipal*. São João da Boa Vista: Virtual Arte Digital, 2004.

DURAND, José Carlos. *Política Cultural e Economia da Cultura*. Cotia: Ateliê Editorial; São Paulo: Edições Sesc SP, 2013.

FABRIS, Annateresa. *Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização*. Anais do Museu Paulista, São Paulo, vol.1, n.1, p.131-143, 1993.

FALCONI, Rodrigo. *Logradouros de São João da Boa Vista*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

JERONIMO, Luis Pedro Dragão. *Uma memória e um espaço restaurado em dois tempos: O Teatro Municipal de São João da Boa Vista no momento de sua construção (1914) e a partir de seu restauro, dos anos 1980 aos dias atuais*. 2020. 716p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

LEMOS, Carlos. *Ecletismo em São Paulo*. In: *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel: EDUSP, 1987, p.69-101.

MENEZES, Neusa Maria Soares de. *Theatro Mvncipal de São João da Boa Vista – 100 anos (1914-2014)*. São João da Boa Vista, 2014.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. 9ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

RUSKIN, John. *A lâmpada da memória*. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

SALOMÃO, Matildes Rezende Lopes; SILVA, Maria Leonor Alvarez. *História de São João da Boa Vista*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1976.

SPLETTSTOSER JÚNIOR, Jaime. *Alemães, Suecos, Dinamarqueses e Austríacos em São João da Boa Vista*. São João da Boa Vista: Graph Company Editora, 2003.

DE RESIDÊNCIA A INSTITUIÇÃO: UMA DISCUSSÃO SOBRE O PROCESSO DE MUSEIFICAÇÃO E PATRIMONIALIZAÇÃO DA CASA DE RUI BARBOSA

Mariana Freitas de Andrade⁶¹⁰

Resumo

O trabalho analisa o processo que envolveu a transformação da casa em que viveu Rui Barbosa em um museu, seu tombamento e seu significado na política de proteção ao patrimônio nacional, considerando os interesses e as estratégias políticas envolvidas nesse processo, bem como a relação intrínseca entre memória e poder. Para isso, analisaremos a tentativa de governantes e letrados da Primeira República para formar o panteão de heróis brasileiros, com o intuito de legitimar o regime e criar na sociedade um sentimento de identidade nacional, escolhendo a figura de Rui Barbosa para esse papel.

Palavras-chave: Rui Barbosa; museu; patrimônio.

Abstract

The article analyzes the transformation process of the house of Rui Barbosa into a museum, its preservation and its meaning in the policy of national heritage protection, considering the interests and political strategies involved in this process, as well as the intrinsic relationship between memory and power. For this, we will analyze the attempt of rulers and scholars of the First Republic to form the pantheon of brazilian heroes, in order to legitimize the regime and create in society a feeling of national identity, choosing the figure of Rui Barbosa for this role.

Keywords: Rui Barbosa; museum; heritage.

Idealização e transformação de uma casa em museu

Com a instauração da República no Brasil, em 1889, o Estado se empenhou na criação de uma nova identidade nacional; o governo necessitava de legitimação e referência. Era o início de um momento novo, que buscou signos referenciais para

⁶¹⁰ Mestranda d Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ). m.andrade@ufrj.br.

assegurar um sentimento de pertencimento e identificação com os novos ideais. Para isso, foram mudados símbolos da pátria, como o hino e a bandeira, foram criados monumentos, museus, lugares de trocas simbólicas, com os quais a nação, como “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008), pudesse construir a sua imagem. Era um período em que a falta de envolvimento real do povo na implantação do novo regime, levou à uma “tentativa de compensação por meio da mobilização simbólica” (CARVALHO, 1990, p. 5). Era um momento de batalha em torno da imagem do atual regime, que precisava atingir o imaginário popular para “recriá-lo dentro dos valores republicanos” (CARVALHO, 1990, p. 10).

Neste sentido, essa nova forma de governo que emergia impôs as suas bases simbólicas, selecionando e negociando o que deveria ser lembrado, o que deveria ser esquecido e o que seria, a partir de então, celebrado. Rui Barbosa foi uma das escolhas da Primeira República para servir como símbolo de legitimação do novo regime. Ainda segundo Carvalho, todo regime político busca criar o seu panteão cívico e salientar figuras que sirvam de imagem e de modelo para os membros da comunidade (1990, p. 14). A nação carecia de personalidades que pudessem servir de inspiração ao povo brasileiro e honrar a história do país. Era preciso selecionar os grandes nomes da pátria e associá-los ao novo futuro que se construía. E, aos olhos do público, Rui Barbosa era claramente o político mais célebre do momento.

Durante as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, Rui Barbosa era um nome dotado de uma grande expressão política no Brasil. Ele exerceu numerosas e bem diversas funções: foi jurista, jornalista, senador, ministro, diplomata, escritor. Uma personalidade de destaque na história do Brasil e principalmente, na história da república brasileira. Durante esse período, Barbosa se tornou Ministro da Fazenda e da Justiça e foi convocado para a elaboração do projeto da futura Constituição de 1891. Também se tornou Senador pela Bahia e atuou e discursou sobre os assuntos mais delicados, àquela época. Representou o Brasil na Segunda Conferência da Paz, em Haia, onde se tornou internacionalmente conhecido por sua inteligência e oratória, e ainda se candidatou para a presidência da república, iniciando uma campanha civilista, onde inaugurou o recurso às excursões eleitorais e discursou em praças públicas espalhadas pelo país.

Quando morreu, em 1923, todos esses sentimentos foram intensificados. Segundo João Felipe Gonçalves (2000, p. 11), os jornais estampavam manchetes e frases como: “Apagou-se o sol!”; “A morte do maior gênio da raça”; “A grande catástrofe”; “Viverá para sempre com a imortalidade dos deuses!”. A notícia de sua morte se espalhou por todo o país e uma onda de comoção e luto tomou conta da população.

A morte de Barbosa, além de ter despertado uma comoção popular, também despertou uma expectativa. Seria este o fim de seu legado? O que aconteceria com o símbolo da pátria? Como o novo regime manteria Rui Barbosa no panteão dos grandes homens? Em meio a essas questões, em 1924, imediatamente um ano após a sua morte, o Governo Federal comprou de D. Maria Augusta, a viúva, a casa, a biblioteca, os manuscritos, arquivos e mobiliários do casal, a fim de transformar a antiga residência em um museu.

A aquisição da casa foi aprovada pelo Decreto n° 4.789, de 02/01/1924, assinado pelo Presidente Arthur Bernardes e pelo Ministro da Justiça, João Luiz Alves. Entretanto, foi apenas em 1927 que o museu foi criado e regulamentado, por meio do Decreto n° 17.758, sancionado pelo então Presidente Washington Luís, que assinalou a importância da preservação e conservação da memória de um dos “grandes cidadãos da pátria” e “considerando a conveniência de manter sempre bem vivo o culto à memória dos grandes cidadãos que por seus serviços se impuseram à gratidão da Pátria [...]”⁶¹¹. Dessa forma, Rui Barbosa foi o primeiro homem público a ter seu espaço privado transformado em museu, com a iniciativa do governo.

Para compreender melhor todo esse processo de museificação, iremos analisar alguns decretos, disponíveis para consulta pública no site oficial da câmara dos deputados (www.camara.leg.br), do senado federal (www.senado.leg.br) e do planalto (www.planalto.gov.br), e seguir a cronologia dos eventos que foi exposta por Aparecida Rangel, em sua tese “Museu Casa de Rui Barbosa: entre o público e o privado”.

Para começar, foi por meio do decreto de n° 4.789, de 02/01/1924, que o governo federal comprou da viúva de Barbosa, a casa e o mobiliário do casal, a fim de transformá-la no primeiro museu-casa, destinado à visitação pública, do Brasil:

⁶¹¹ Decreto n° 17.758, de 04/04/1927.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, separadamente, ou em conjuncto:

- a) a casa á rua S. Clemente n. 134, em que residiu, nesta cidade, o Sr. sennador Ruy Barbosa;
- b) o mobiliario, a bibliotheca, os manuscriptos e o archivo;
- c) a propriedade, intellectual das obras do eminente brasileiro.

Paragrapho unico. Realizada a aquisição, o Governo fundará, no edifício, e com as installações adquiridas, um museu-bibliotheca; podendo dar-lhes, não obstante, os destinos que julgar mais adequados ao culto nacional pela memoria do grande cidadão.⁶¹²

A casa havia sido comprada, entretanto, até 1926 nada mais tinha acontecido para que o museu fosse, de fato, criado. Em novembro de 1926, ocorreu uma mudança no cenário político brasileiro e Washington Luís foi eleito presidente. Isso ocasionou uma mudança no processo de criação do museu. Washington Luís, correligionário de Rui Barbosa, assim que assume o poder, trabalha para a alteração do *status* da residência da Rua São Clemente.

Em 1927, Washington Luís adotou duas medidas importantes com relação ao museu. A primeira foi a criação do *Museu Ruy Barbosa*, compreendendo a biblioteca, as obras de arte e tudo aquilo que havia pertencido ao jurista. A segunda medida foi a reconstituição da área do terreno que a administração municipal anterior havia retirado e que resultara na descaracterização do jardim, como destacou Aparecida Rangel (2015, p. 108). O presidente não mediu esforços para reconstruir a casa como era, recompor seus ambientes e zelar pela autenticidade do espaço que um dia fora ocupado por Rui Barbosa.

Em 4 de abril de 1927, o *Museu Ruy Barbosa* é criado e regulamentado, por meio do Decreto nº 17.758:

⁶¹² Decreto nº 4.789, de 02/01/1924.

Considerando a conveniencia de manter sempre vivo o culto á memoria dos grandes cidadãos que por seus serviços se impuzeram á gratidão da Pátria;

Considerando que o Estado adquiriu a casa em que viveu o grande estadista republicano Ruy Barbosa, sua bibliotheca, seu archivo, e a propriedade intellectual das suas obras:

Resolve, na conformidade da autorização expressa no paragrapho unico do art. 1º do Decreto legislativo n. 4.789, de 2 de janeiro de 1924, crear o Museu Ruy Barbosa.⁶¹³

As ações para a abertura da instituição ao público foram iniciadas em junho de 1930. Segundo relatórios de obras⁶¹⁴, todas as fachadas da casa foram restauradas e pintadas, e houve a contratação de serviços do engenheiro Vittorio Miglietta para a reconstrução dos jardins. No relatório de Miglietta sobre a obra, ele expõe que procurou reconstruir o que estava deteriorado para dar ao espaço o aspecto que tinha antes.

O Museu Casa de Rui Barbosa foi finalmente inaugurado no dia 13 de agosto de 1930, pelo presidente Washington Luís. A cerimônia de abertura contou com ampla cobertura da imprensa. Estavam presentes familiares, amigos, políticos, ministros e o próprio presidente (RANGEL, 2015, p. 111). Muitos discursos foram proferidos e todos reverenciavam a figura de Rui Barbosa como se ele estivesse ali presente. Nas palavras do senador João Mangabeira, orador oficial da cerimônia,

(...) Esta casa, testemunha muda de seus trabalhos, de tuas vigílias e de teus sacrifícios, a nação transformou-a num templo, santificando-o para o culto da democracia e da lei. (...) Nesta casa se reverá todos os dias tua Pátria, orgulhosa do monumento que, à tua própria glória, fundaste com as tuas mãos. (MANGABEIRA, 1933, p. 18)

⁶¹³ Decreto n° 17.758, de 04/04/1927.

⁶¹⁴ FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Relatório de atividades: 1.9.5 515A. Rio de Janeiro, 1930.

O ano da inauguração do Museu foi um ano conturbado na política do país, sobretudo em razão do movimento que levou Getúlio Vargas à presidência da República, e que deu início a uma nova fase da política nacional, a “Era Vargas”. O governo de Getúlio Vargas foi marcado pela imbricação entre cultura e política. Nos primeiros anos de sua gestão é criado o Ministério da Educação e Saúde (MES); em 1938, foi criado o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), cuja estrutura englobava o Departamento Nacional de Ensino, ao qual se subordinavam as bibliotecas, os museus e escolas de arte, incluindo a Casa de Rui Barbosa (RANGEL, 2015, p. 84). O número de instituições museais aumentou expressivamente e foram formuladas pela primeira vez no regime republicano, as políticas culturais de preservação e criação do patrimônio histórico (CARVALHO, 2016, p. 250). Para a salvaguarda dos bens culturais são criados a Inspetoria de Monumentos Nacionais, em 1934, e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, que em 1970 passa a se chamar Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O Museu Casa de Rui Barbosa não ficou de fora das iniciativas varguistas. A instituição passou ao âmbito do Ministério da Educação e Saúde Pública que, por meio do Decreto nº 24.688 de 12/7/1934⁶¹⁵, reorganizou os serviços e estabeleceu, entre outras providências, a abertura diária da Casa para consulta de livros e documentos, sob a guarda da Biblioteca e do Arquivo. Em 1937, o Ministro da Educação, Gustavo Capanema, definiu a Casa de Rui Barbosa como uma instituição de educação extraescolar, além de direcionar verbas para a publicação das obras completas de seu antigo morador. A preocupação com a conservação da Casa também havia se tornado uma questão importante para o governo, na medida em que as verbas a ela destinadas, passaram a incluir obras de restauração e de conservação do espaço. E em 1938, o espaço foi inscrito nos Livros do Tombo pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), sendo classificado como Patrimônio Cultural Nacional.

A patrimonialização do Museu Casa de Rui Barbosa

⁶¹⁵ Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24688-12-julho-1934-515677-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

Como mencionado anteriormente, em 1930 o Brasil vivia um novo momento em seu cenário político. Essa nova fase buscava, sobretudo, valorizar o passado e construir um novo Brasil, e para isso a nacionalização da cultura se tornou um projeto político de Getúlio Vargas. O presidente estava voltado para o passado histórico brasileiro e contou com a ajuda de modernistas e todo o tipo de intelectuais para colocar em prática um discurso em prol da construção de um país mais autêntico (FAGUNDES, 2017, p. 323). Mônica Velloso acredita que esse momento significava uma espécie de reciclagem histórica dos conceitos de nação, povo e cultura, para serem ajustados aos objetivos do atual governo (2003, p. 176).

Em seu sentido moderno, a temática do patrimônio histórico está socialmente articulada à ideia de “patrimônio”, termo empregado para designar, sobretudo, a transmissão de bens, de pais para filhos; uma herança, envolvendo não só valores econômicos como afetivos e simbólicos. No caso dos patrimônios históricos, Françoise Choay argumenta que sua valorização não se dá pelo fato de que, neles, estão contidas informações sobre a coletividade, mas pelo fato de que eles provocam emoção, constituindo-se, portanto, como uma memória viva (2001, p. 18). A especificidade do patrimônio histórico deve-se precisamente à sua atuação sobre a memória; isto é o que constitui sua essência.

Foi a partir do Renascimento que a noção de patrimônio histórico e artístico se tornou possível; o homem passou a se situar na evolução da humanidade, entre os tempos passados e futuros, ou como Maria Cecília Fonseca (2005) indica, na cadeia da história. No entanto, até o final do século XVIII, a preocupação em preservar monumentos do passado restringia-se a iniciativas de autoridades religiosas e civis, que coletavam e conservavam bens em suas coleções. Foi preciso o contexto de construção dos Estados-nação, para que a prática se tornasse de interesse público e estruturasse políticas estatais.

No período da Revolução Francesa, época que Márcia Chuva (2009) julga ter sido a conjuntura em que a ideia de nação foi percebida como algo completamente novo – uma ruptura com a visão de mundo vigente até então –, foram estabelecidas importantes bases para o discurso e a prática da preservação do patrimônio no Ocidente. Tratava-se da destruição dos bens culturais, perda de referenciais e da necessidade de novos signos que fossem capazes de assegurar o sentimento de pertencimento e identificação. Assim,

Chuva acredita que “o patrimônio é representado, metaforicamente, como as bases concretas de sustentação da ‘identidade nacional’, assim como confere objetividade à nação por meio de sua materialização em objetos, prédios, monumentos etc.” (CHUVA, 2009, p. 44). Caberia ao patrimônio, portanto, constituir-se como garantia das origens e dissipar a inquietação desencadeada pela incerteza dos começos (CHOAY, 2001, p. 18).

No Brasil, ainda no período que compreende o Estado Novo de Vargas, as iniciativas do Estado visando a proteção ao patrimônio se efetivaram em 1936, quando o Ministro da Educação, Gustavo Capanema, atuou com o propósito de proteger monumentos e obras de arte nacionais. O ministro contou com a colaboração do poeta, escritor e crítico literário, Mário de Andrade, para a elaboração de um anteprojeto que resultou na criação de um órgão especificamente voltado para a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

O SPHAN funcionou efetivamente como um espaço privilegiado, dentro do Estado, para a concretização do projeto modernista. A partir do anteprojeto de Mário de Andrade, as atribuições da instituição foram definidas por Rodrigo Melo Franco de Andrade, no Decreto-lei n° 25, e criada pela Lei n° 378, de 13 de janeiro de 1937⁶¹⁶. Em ambos os textos, foi considerada de forma abrangente a função do órgão: tratava-se de proteger todo o universo de bens culturais do país. De acordo com a análise de Márcia Chuva, o trabalho do órgão organizava-se em torno de três ações: a identificação do patrimônio nacional e sua consequente proteção mediante a aplicação do instituto de tombamento; o conhecimento do patrimônio; e sua divulgação, conservação e restauração.

Para o criador do anteprojeto do SPHAN, Mário de Andrade, tombiar significava inscrever bens em livros de registro. Tudo aquilo que passasse a pertencer oficialmente ao patrimônio nacional era inscrito nos livros. Os tombamentos começaram a ser realizados pelo SPHAN em 1938; nesse mesmo ano foram inscritos no Livro de Tombo 215 bens. Só no Rio de Janeiro, 78 bens foram tombados no primeiro ano. A cidade, com seus palácios de imperadores, jardins e residências de figuras ilustres como

⁶¹⁶ Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>>.

Benjamin Constant, José Bonifácio e Rui Barbosa, constituía um rico repositório de bens históricos e culturais.

A Casa de Rui Barbosa foi tombada em 11 de maio de 1938, sendo um dos primeiros bens tombados pelo SPHAN; tratava-se de um belo exemplo de uma arquitetura neoclássica que abrigava obras de arte e objetos pessoais, arrolados no processo de tombamento⁶¹⁷, que testemunharam a vida desse cidadão que tanto se destacara no serviço à pátria.

Silvana Rubino observa que quando uma casa é tombada não se trata de uma casa qualquer; trata-se de uma moradia que foi colocada em eterna sincronia. Nesta perspectiva, “é este o trabalho do tombamento. Retira bens de um contínuo de outros bens onde permaneceriam anônimos e desprotegidos. E realiza sobre esse bem um reinvestimento que pode ir de restauro, transformação em museu (...)” (RUBINO, 1992, p. 5). Entretanto, cabe uma pergunta: por que essas residências são selecionadas para serem eternizadas?

Quando um bem é tombado, não o é por conter um valor intrínseco, mas por um valor que lhe é atribuído. A arquiteta Dora Alcântara acredita que o tombamento é executado em razão da imaterialidade do valor de um bem e não por sua materialidade; é pelo o que o bem evoca nas pessoas⁶¹⁸. A Casa de Rui Barbosa é um exemplo de bem tombado que remete o visitante a eventos e personagens. Ao ser tombado, o bem foi retirado de um cotidiano prosaico e revestido de significações, participando agora de outra narrativa e cronologia (PEREIRA, 2012, p. 166).

A casa em que viveu o jurista, quando tombada, evoca e preserva o passado do personagem e constitui sua memória no percurso da História da Nação. Sua casa, agora museu, mantém vivos os traços de sua época, a intimidade de sua vida privada e as lembranças de sua vida pública. Tornou-se, portanto, um

⁶¹⁷ Os processos de tombamento tiveram início priorizando bens de caráter monumental e excepcional, segundo o arquiteto José Pessoa, em palestra intitulada “Casa de Rui Barbosa: 80 anos como Patrimônio Cultural Brasileiro”, realizada na Fundação Casa de Rui Barbosa em 18 de junho de 2018.

⁶¹⁸ Intervenção de Dora Alcântara em palestra intitulada “Casa de Rui Barbosa: 80 anos como Patrimônio Cultural Brasileiro”, realizada na Fundação Casa de Rui Barbosa em 18 de junho de 2018.

espaço de vida contendo um conjunto de objetos testemunhas exemplares de um passado que não se quer esquecer, servirá de elo da história social e do patrimônio edificado (...) seu papel fundamental será criar e preservar os laços de pertencimento com as comunidades locais e regionais, através dos espaços históricos ali representados e que deverão fazer parte da memória coletiva, passando de geração à geração. (...). (SCARPELINE, 2009, p. 155)

Nesta perspectiva, a memória de Rui Barbosa corresponderá a uma memória viva; nem o tempo será capaz de apagar sua presença, uma vez que sua casa foi transformada em um documento monumento, reconhecido e preservado pelo tempo presente. Julia Wagner Pereira assinala que o tombamento unifica o sentido fragmentado dos patrimônios e requalifica-os como referências histórico-identitárias do Brasil (2012, p. 167).

Considerações finais

Rui Barbosa foi o primeiro homem público a ter seu espaço privado transformado em museu, com a iniciativa do governo (RANGEL, 2015, p. 99). Foi também o único personagem, até então, a ser tão glorificado e exaltado pela opinião pública, para que essa escolha fosse justificada. Com este trabalho, buscamos analisar o processo que envolveu essa transformação da casa em que viveu Rui Barbosa em um museu, considerando os interesses e as estratégias políticas envolvidas nesse processo, bem como a relação intrínseca entre memória e poder. Buscamos investigar, também, o contexto social e político do momento em que a Casa de Rui Barbosa deixou de ser apenas um museu, para se tornar patrimônio nacional.

Compreendemos que os museus e os acervos museológicos são sempre produtos da atividade humana e das relações de poder e que, ao mesmo tempo em que eles constroem o nosso mundo, são também construídos por ele. Transformar a casa de Rui Barbosa em um museu estabeleceu a consagração de sua figura na memória coletiva e isso, para Américo Jacobina, cuja opinião não é imparcial, já que era um ruiano declarado, não seria, apenas, “cultivar uma glória local”. Na verdade, trata-se de

“impedir que se apague na feição brasileira” os traços de uma vida que se constituiu em “contribuição permanente, contínua” (1984, p. 190) ao Brasil.

Referências

Fontes

Legislação disponível nos sites oficiais do governo federal (Câmara, Senado e Planalto)

Decreto nº 4.789, de 02/01/1924

Decreto nº 17.758, de 04/04/1927

Decreto nº 5.429, de 09/01/1928

Decreto nº 24.688, de 12/07/1934

Lei nº 4.943, de 06/04/1966

Lei nº 378, de 13/01/1937

Relatório de atividades do Museu Casa de Rui Barbosa

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **Relatório de atividades**: 1.9.5 515A. Rio de Janeiro, 1930.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict R. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

BANDEIRA, Carlos Viana. Lado a lado de Rui. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1960.

CARVALHO, José Murilo de. Formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Carlos Eduardo Souza de; SILVA, Kelen Katia Prates. A construção da identidade nacional durante a Era Vargas: os políticos, os intelectuais e o futebol. *Revista Outras Fronteiras*, Cuiabá, vol. 3, n. 1, p. 246-254, 2016.

CHAGAS, Mário de Souza. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 19, v. 19, jun. 2002.

_____. Memória política e política de memória. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e Patrimônio*: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade / Editora UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FAGUNDES, Luciana. Do exílio ao panteão: D. Pedro II e seu reinado sob olhares republicanos. Rio de Janeiro: Prismas, 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ / Minc-Iphan, 2005.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Rui, sua casa e seus livros. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1980.

GONÇALVES, João Felipe. Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. *Estudos Históricos*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 135- 161, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2111/1250> >.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e Patrimônio*: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. A invenção das tradições. 10.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

LACOMBE, Américo Jacobina. À sombra de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984.

MAGALHÃES, Rejane Mendes de Almeida. Rui Barbosa na Vila Maria Augusta. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.

MANGABEIRA, João. Ruy, o estadista da República. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1960.

_____. Inauguração da “Casa Ruy Barbosa”. Bahia Ilustrada, Rio de Janeiro, v.1, n.1, 1933.

Museu Casa de Rui Barbosa. São Paulo: Banco Safra, 2013.

PEREIRA, Julia Wagner. O Tombamento: de instrumento a processo na construção de uma ideia de nação. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2012.

RANGEL, Aparecida Marina de Souza. Museu Casa de Rui Barbosa: entre o público e o privado. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

RUBINO, Silvana. As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

SALADINO, Alejandra. O patrimônio cultural e sua relação com a criação de um projeto de nação e identidade nacional. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Orgs.). Museus Nacionais e os desafios do contemporâneo. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2011 (Livros do Museu Histórico Nacional). p. 97-105. Disponível em: <<http://www.docpro.com.br/mhn/bibliotecadigital.html>>.

SCARPELINE, Rosaelena. Lugar de morada como lugar de memória: a construção de uma casa museu, a Casa de Rui Barbosa. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

A EXPOSIÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA DE 1881: A NAÇÃO E SUA HISTÓRIA EM EXIBIÇÃO.

Alex da Costa Silva⁶¹⁹

RESUMO

O tema de nossa pesquisa e apresentação é a Exposição Nacional de História realizada em dezembro de 1881 no Rio de Janeiro, na Biblioteca Nacional e organizada por um grupo de letrados e intelectuais da corte no contexto histórico das exposições universais que aconteceram durante o século XIX. A exposição tinha como objetivo apresentar um inventário de toda a História do Brasil e com isso produziu um documento histórico de grande relevância: o catálogo da Exposição Nacional de História.

Palavras-chave: Exposição Nacional de História, Nação Brasileira; História nacional no século XIX.

ABSTRACT

The subject of our inquiry and presentation is the National Exhibition of History carried out in December of 1881 in the Rio of January, in the Library National and organized by a group of scholars and intellectuals of the court in the historical context of the universal exhibitions that happened during the century XIX. The exhibition had how I aim to present an inventory of the whole History of Brazil and with that it produced a historical document of great relevance: the catalogue of the National Exhibition of History.

Key words: National exhibition of History, Brazilian Nation; national History in the century XIX.

INTRODUÇÃO

⁶¹⁹ Mestrando no Programa de Pós Graduação em História Social na Universidade do Estado Rio de Janeiro (UERJ). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. E-mail: alexcs131@gmail.com

O tema de nossa pesquisa é a Exposição Nacional de História realizada em dezembro de 1881 no Rio de Janeiro, na Biblioteca Nacional e organizada por um grupo de letrados e intelectuais da corte no contexto histórico das exposições universais que aconteceram durante o século XIX. A exposição tinha como objetivo apresentar um inventário da História do Brasil e com isso produziu um documento histórico de grande relevância: o catálogo da Exposição Nacional de História.

Nossa pesquisa, em fase inicial, se debruça no exame das seguintes fontes: o *Catálogo da Exposição Nacional de História*, nossa fonte principal, o *Guia da Exposição do Brasil* e das edições dos periódicos da *Gazeta de Notícias* e do *Jornal do Commercio*. Cabe ressaltar que este elenco de fontes está presente na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Com estes documentos buscamos compreender como a exposição e a produção deste documento foi um importante elemento para a construção da história e da sua narrativa para a nacionalidade que se forjava no Brasil do século XIX.

Para Mariana Kazan, as Exposições Universais no século XIX devem ser consideradas no seu conjunto como um marco, um elemento, um rol de acontecimentos no período de consolidação da cultura de massas, da divisão internacional do trabalho, no início da produção em larga escala das “mercadorias-fetichê” eram a representação física e monumental da sociedade, da economia e da cultura burguesas que apoiavam e validaram com diversas iniciativas dentre elas, os discursos nacionalistas que também proliferaram neste período (KAZAN, 2005).

Nesta perspectiva identificamos os discursos de modernidade e nacionalismo presentes nas Exposições Universais. Na modernidade presente no século XIX os sinais estavam perceptíveis na modernidade em vistas de ser modificada pela atuação mais célere na ação do homem na construção de fábricas com combustão a carvão, máquinas a vapor, a consolidação da imprensa, da comunicação por telégrafos, à expansão das cidades aliado ao desenvolvimento urbano na lógica capitalista, a implementação da ligação das distâncias por linhas férreas nisto é presente a cristalização material e parcialmente econômica da modernidade.

Além desta concretização material, a modernidade vem na consolidação da organização das nações e a identidade deste evento o sentimento, os discursos e símbolos do nacionalismo que vai emergir concretamente a partir da década de 40 do século XIX. Estes movimentos nacionais vão propiciar mudanças políticas e geográficas importantes que vão configurar a economia, as relações entre os países e as mentalidades. Na economia a formação dos conglomerados financeiros, industriais e comerciais para além das fronteiras das nações vão mudar as relações do capital, do comércio e da consolidação das redes financeiras e das bolsas de valores é a consolidação do capitalismo financeiro que está na base da modernidade do século XIX.

A modernidade presente nas exposições universais trazia todo potencial do sistema fabril e seus benéficos, de maneira didática. Uma pedagogia visual que ao indicar naqueles espaços, nas Exposições Universais que toda ação humana estava inclinada para a realização de sonhos que visavam ter como primado o conhecimento tecnológico, onde as mercadorias tinham a marca do futuro, incorporadas do fetiche, da magia e do encanto que, na verdade, encobrem o que o modo de produção fabril causava na alienação do trabalho humano.

As Exposições Universais também buscavam traduzir e transmitir discursos de diálogo, cooperação, solidariedade, trocas intelectuais e promoção dos povos a partir das inovações científicas, teológicas e do primado da razão sobre a fé como elemento de congraçamento no mundo ocidental, ou melhor, dizendo na supremacia da Europa como modelo civilizacional diante das demais nações do mundo. Tudo que era exposto nesses eventos eram a concretização e afirmação de um modo e ethos de vida, a consolidação de uma política onde homens e máquinas estavam construindo o futuro e a modernidade de modo concreto e objetivo (DA SILVA COSTA, 2009, pag. 99).

As Exposições Universais foram uma vitrine e arena privilegiadas do discurso nacionalista. Ali eram encenadas práticas e mentalidades, no século XIX, no contexto da formação das nacionalidades, das nações e suas políticas de expansão imperialistas na consolidação do capitalismo financeiro e industrial. A definição de nação no século XIX foi interpretada e compreendida por intelectuais contemporâneos deste período.

No célebre e clássico texto sobre a definição das nações e do nacionalismo no século XIX, Ernest Renan interpreta e apresenta as nações como a resposta espontânea e da vontade das comunidades e sociedades com o objetivo de construir a vida comum para homens e mulheres que teriam um papel fundamental na obra de civilização, progresso e desenvolvimento. Para Renan, as nações surgem como resposta de um espírito sadio e de um chamamento moral de consciência (RENAN, 1997, pág. 174-175).

Outro intelectual do século XIX e início do século XX, Otto Bauer indica que a nação é o reconhecimento de uma comunidade diante dos elementos estrangeiros e como eles se reconhecem, dialogam, atuam e interagem entre em si. Outro aspecto para Otto Bauer é o desenvolvimento educacional que se impôs no século XIX, como uma necessidade instrumental para o desenvolvimento das sociedades e dos cidadãos na concepção do capitalismo industrial que estava sendo implementado neste período (BAUER, in BALAKRISHNAN, 2000, pág. 50, 60-61).

Ambos os autores, contemporâneos ao século XIX e, portanto, em algum momento e de algum modo tiveram contato direto ou indireto com as exposições universais, que aconteciam neste momento.

Destacamos também as críticas de intelectuais que assistiram o surgimento das Exposições Universais e estas críticas foram direcionadas a exploração da mão-de-obra do proletário que se consolidava a partir dos movimentos advindos das Revoluções de 1848, a primeira Exposição Universal denominada “The Great Exhibition” Ela aconteceu em Londres, em 1851, e foi duramente criticado Karl Marx e Friedrich Engels. Eles indicaram sua crítica acerca da realização das exposições e as associavam à exploração mais crescente advinda da consolidação do capitalismo e alienação do operariado agora consolidada por uma rede do capitalismo mundial que servia muito mais a hegemonia econômica e do que a verdadeira unidade das nações e dos povos (PLUM, 1979, pag. 19-20). Marx e Engels afirmaram:

Está exposição é uma prova contundente do poder concentrado, com o qual a grande indústria moderna rompe as barreiras nacionais e confunde cada vez mais as peculiaridades locais da produção, as condições sociais, o caráter de cada povo em particular (MARX & ENGELS citado por PLUM, pag. 20-21).

Em outro texto Karl Marx, crítica a primeira Exposição Universal denunciando-a como um espaço de exibicionismo burguês, da exploração dos trabalhadores e da perda dos ideais revolucionários de 1848:

"A prosperidade da indústria será ainda incrementada pela [...] grande exposição industrial de 1851. Já em 1849, quando todo o continente ainda sonhava com revoluções, foi a exposição convocada pela burguesia com o mais admirável sangue frio. Ela convoca todos os seus vassallos, da França à China, para um grande exame, no qual eles devem demonstrar de que maneira utilizaram o seu tempo. [...] esse grande congresso mundial de produtos e produtores tem um significado totalmente diferente de congressos absolutistas [...] ou de congressos europeus-democráticos que os diferentes governos provisórios não cessavam de organizar para a salvação do mundo. [...] esta exposição é uma prova gritante da violência concentrada com a qual a grande indústria moderna modifica por tudo as barreiras nacionais, apagando mais e mais as particularidades locais na produção, as relações sociais e o caráter de cada povo. [...] Com esta exposição, na Roma moderna, a burguesia mundial edifica o seu panteon, onde ela mostra, orgulhosamente satisfeita de si mesma, os deuses que ela se criou [...] a sua maior festa no momento onde a derrocada de todo o seu esplendor está próximo [...]. (MARX citado por PLUM, in PESAVENTO, 1997, pág. 81-82).

Diante das críticas citadas acima, pelos intelectuais que assistiam o alvorecer destes eventos, estava a noção de progresso. Norberto Bobbio, para ele a define progresso como uma ideia e movimento que tem como tendência e finalidade gerar o bem estar e da felicidade como a evolução do homem e da humanidade.

Outra ideia veiculada, naquele momento, era a da cooperação entre homem e máquina. Neste sentido temos o primado da tecnologia e da ciência sobre a religião e a autonomia da natureza sobre o homem. As Exposições Universais consolidam os avanços técnicos e científicos, na indústria e na vida social e cotidiana das pessoas.

A esperança por uma organização "científica" da humanidade, e pelo controle científico de todos os fenômenos sociais tornou-se difundido. Ao mesmo tempo, os termos "progresso" e "civilização" vieram a tornarem-se sinônimos. A ideia de progresso era usada para legitimar a colonização, supostamente para difundir os benefícios da "civilização" por todo o mundo.

Era um direito dos países centrais no novo sistema capitalista e assumidamente burguês cumprir a missão de iluminar as regiões do orbe onde a barbárie marca da violência social e o atraso econômico persistem naquele momento histórico. Nas exposições universais, do século XIX, o progresso era mais do que apenas um discurso, era a ordem

de condução das mentalidades, das nações e dos homens daquele tempo. O conceito de progresso também foi reformulado à luz do evolucionismo darwiniano. De fato, o caráter do progresso mudou consideravelmente. Essa reinterpretação reforçou o imperialismo ocidental: porque era "mais evoluída", a civilização do Ocidente também era necessariamente a melhor.

Assim a civilização Ocidental era o ponto alto da evolução social, política, tecnológica: era podemos considerar o modelo de sociedade para todos os povos do mundo. Assim fica evidente de que as exposições eram vitrines para vendas de tudo o que era produzido pelo trabalho humano enriquecido pelo papel das máquinas e tecnologias para gerar de modo espetacular a “riqueza das nações e seus modelos de nacionalidade e civilização”. Sendo assim de modo mais objetivo um universo de das coleções de mercadorias, exotismos era o universo em venda no contexto da formação da sociedade de consumo na esteira da Segunda Revolução Industrial.

Nessa perspectiva de Bobbio, cabe ressaltar que, o que se escolhe como medida para indicar o progresso é a transformação das matérias da natureza em bens de consumo. Nesse sentido e medida o homem a partir da Revolução Industrial está muito aquém dos homens da Idade Média que tinham na sua relação com a natureza um tratamento além de uma produção de caráter artesanal e ainda de associação a explicações de origem sobrenatural num ambiente mágico-religioso.

No século XIX, a teoria do progresso alcançou seu apogeu na Europa Ocidental e nos E.U.A. Como indicado anteriormente, com a industrialização e mecanização do trabalho, advindas da Revolução Industrial, a compreensão e conceito de progresso foi reformulada e associada às descobertas e invenções de caráter técnico-científico, ao evolucionismo, e ao aparecimento das teorias historicistas, (BOBBIO, 1983, pág. 1009-1015).

O Brasil Imperial participou das Exposições Universais de 1862, 1867, 1873, 1876 e 1889 e apresentava-se como uma Nação de alto teor civilizatório por seu sistema de governo que assemelhava as nações europeias guardiãs do modelo civilização. O Brasil era, na visão dos operadores de estado imperial, os responsáveis por apresentar o país para o hall das nações, que, apesar de possuir a contradição de ter cerca de 70% de

sua mão de obra estabelecida na escravidão de negros desde fins do século XVI, era também a nação da força e do exotismo tropical, representada pela presença dos indígenas que tributaram a população uma coragem, idealismo e um amor pela terra. Estes são elementos bases dos discursos nacionalistas do século XIX utilizados como instrumentos estéticos e literários do romantismo deste período.

O Brasil também era apresentado como a nação da abundância, da beleza e da diversidade de aves, de peixes, dos animais selvagens e das plantas. Estes eram os elementos que representavam uma terra de exotismo quase paradisíaca. Afirmava-se não haver contradição entre ser um país governado com as heranças do Antigo Regime, onde a monarquia, ou seja, o Imperador possuía um poder de controle quase total do sistema político, e possuir na escravização de negros a instituição base da economia nacional.

Em nossa compressão, indicamos que a participação do Brasil nas Exposições Internacionais tinha o papel não apenas de propaganda do país no cenário internacional, mas também como afirmação para a própria população nacional da singularidade e grandeza do Império do Brasil, como modelo para os cidadãos e os países vizinhos. O Brasil era “um fragmento da Europa em meio nos trópicos” e neste sentido um modelo.

Também, no Império do Brasil se realizam Exposições Nacionais no contexto de representação das nações no século XIX. Podemos dizer que elas eram um exercício de “imagem e auto-imagem”, tomando a compreensão de Ana Maria Maud, em relação à produção de imagens (fotografias, pinturas, gravuras, litografias e afins), de monumentos e ornamentos que tinham como objetivo representar a nação e nacionalidade a partir da figura do Imperador e da família imperial como modelos de representatividade civilizatória e guarda da identidade nacional (MAUD, 2011, pág. 181-231)

O Brasil realizou exposições nacionais aos moldes das exposições universais em 1861, 1866 e também participou de uma exposição de caráter continental em Buenos Aires em 1882 onde o signo civilizatório do Império do Brasil nos trópicos. Os nativos indígenas eram a representação grandiosa da nação no aspecto de personagem fundador

da nacionalidade brasileira, como já indicamos produto do romantismo do século XIX que elegia personagens como marcar do mito fundador da nacionalidade.

A Exposição Nacional de História de 1881 insere-se nesse contexto de ações congêneres internacionais e nacionais. Seu catálogo é uma fonte do seu tempo. Está impregnada do discurso de construção da identidade do país na lógica nacionalista presente no século XIX. Um dos colaboradores da confecção do catálogo e da organização da exposição, o historiador Capistrano de Abreu, afirmava que a Exposição foi apenas o motivo para dar materialidade à organização e publicação do catálogo que seria um legado da administração de Ramiz Galvão e de seus colaboradores para a construção da história da pátria. Esta é a mesma impressão de José Honório Rodrigues, no prefácio da edição fac-símile de 1981 (RODRIGUES, 1981, pag. VII-X).

O catálogo é a principal fonte para a reflexão sobre como uma obra pode ser interpretada e mobilizada na construção de conhecimento historiográfico e também elemento do discurso de construção da nacionalidade. O Catálogo da Exposição pode ser compreendido na perspectiva de documento-monumento, como nos enuncia Jacques Le Goff. Em obras similares, que advêm desde o final do século XVIII, pelo modo de organização e confecção do catálogo, se vêem indícios da construção de novos métodos e modelos da memória coletiva e da história, em sua narrativa e discursos (LE GOFF, 2003).

Nessa chave de análise, a do catálogo como “documento-monumento”, retornemos ao dia da inauguração da exposição e da apresentação do catálogo, por Ramiz Galvão, o diretor da Biblioteca Nacional de 1870-1882. Sua inauguração aconteceu no dia do aniversário natalício do Imperador, Dom Pedro II. Ramiz Galvão afirmava: “[...] procurou-se abranger o que respeita à história do país, e dos seus habitantes em todas as manifestações da atividade humana” em outro fragmento do discurso, ele afirma a grandiosidade em dimensões para além da nação brasileira do documento produzido pela Biblioteca Nacional sobre a sua coordenação:

Pela primeira vez na América e talvez no mundo, um grupo de trabalhadores realiza a exposição de tudo o que concerne à história pátria, oferecendo aos seus concidadãos em um só e amplo quadro

copiosa fonte de ensino do que foi, e calorosa animação para o que há de vir⁶²⁰.

Neste sentido podemos observar uma hipótese e dois indícios importantes da realização da Exposição de História e da produção do Catálogo neste ano de 1881. O primeiro é que a História nacional estava sendo reinventada a partir da tradição a partir das estruturas nacionais estabelecidas desde o empreendimento colonizador e principalmente a partir da independência do Brasil como uma obra da Monarquia. Neste sentido era uma monumentalização desta instituição, no momento em que o regime vinha sendo contestado, atacado e declarado como aquele que legava à nação o atraso e injustiças.

O movimento de inaugurar uma Exposição de forma monumentalizada sobre a História contada a partir da ótica do regime – a Monarquia estabelecida no ato de independência e que formou um Império gigantesco consolidado e civilizado nas Américas – é o primeiro indício sobre a possibilidade de escolha da data da Exposição. Outro indício diz respeito ao como foi pensada, construída, organizada e montada a disposição das salas no espaço da Biblioteca Nacional.

A Exposição foi organizada em 05 salas temáticas que tinham figuras relevantes da história nacional desde a colônia. A sala principal era a *Sala Pedro II*, que apresentava História Política do Brasil destacando a imprescindível participação dos portugueses e em particular da Dinastia dos Bragança na formação do país onde a peça principal era um quadro do Imperador Dom Pedro II e também havia bustos, quadros e gravuras dos Reis de Portugal e de membros da Família Imperial.

As demais salas homenageavam Ayres do Casal sobre corográfica⁶²¹ brasileira que tratava da paisagem da nação como elemento particular nossa nacionalidade; a *Sala Varnhagen* sobre a História Nacional; a *Sala Silva Lisboa* (o Visconde Cairú) sobre a

⁶²⁰ Ramiz Galvão, discurso de inauguração da Exposição Nacional de História em 02 de dezembro de 1881. In:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_07&pasta=ano%20188&pesq=Exposi%C3%A7%C3%A3o%20de%20Hist%C3%B3ria%201881&pagfis=4504

⁶²¹ Foi a especialidade da Geografia que se dedicava ao estudo geográfico de um país ou de uma de suas regiões, mais concretamente «estudo geográfico particular de uma região ou de um país» ou «compêndio que trata do estudo geográfico de uma região ou de um país». *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto Editora, 2008.

Economia, os Estadistas e a Administração do Império e a *Sala Conceição Veloso* sobre Botânica e História Natural.

A Exposição Nacional de História referência a Biblioteca Nacional como um espaço para além da guarda de livros e documentos, sendo um repositório da memória bibliográfica e historiográfica do país. Caracterizava-se como instituição de protagonismo no processo de produção intelectual e científica no Brasil do século XIX.

É importante destacarmos, quem foi o idealizador e coordenador dos trabalhos de preparação e organização da Exposição Nacional de História de 1881: Ramiz Galvão. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Barão de Ramiz, foi médico, professor, intelectual, filólogo, biógrafo e orador. Nasceu em Rio Pardo, RS, em 16 de junho de 1846, e faleceu no Rio de Janeiro, em 9 de março de 1938. Filho de João Galvão e de D. Maria Joana Ramiz Galvão, veio aos seis anos para o Rio de Janeiro. Após os estudos primários no Colégio Amante da Instrução, fez gratuitamente, com o apoio do Imperador, toda a instrução secundária no Colégio Pedro II, bacharelando-se em Letras, em 1861. Aos 19 anos escrevia o seu primeiro livro, *O púlpito no Brasil*⁶²², publicado em 1867. Formou-se em Medicina, em 1868. Trabalhou inicialmente como cirurgião no Hospital Militar da Ponta da Armação, abraçando depois o magistério.

Helenista emérito foi professor de Grego no Colégio Pedro II e de Química orgânica, Zoologia e Botânica na Escola de Medicina do Rio de Janeiro. Nos anos de 1870 a 1882 foi diretor da Biblioteca Nacional que tinha sua sede naquele momento na Rua do Passeio. Nos doze anos em que dirigiu a Biblioteca Nacional, organizou a exposição camoniana de 1880 e a de História do Brasil como já citado em 1881. Também promoveu a partir de 1876 a publicação dos Anais da instituição e que são publicados até os dias de hoje. Organizou o Asilo Gonçalves de Araújo, instituição destinada a educar crianças pobres, conforme vontade expressa do seu doador, e foi seu diretor desde 1899 até 1931.

Goza da amizade de D. Pedro II desde os anos escolares. De 1882 a 1889, foi preceptor dos príncipes imperiais, os filhos da Princesa Isabel e do Conde d'Eu. Teve

⁶²²GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. **O púlpito no Brasil**. 1926.

assim ocasião de conviver com o Imperador, que o chamou ao exercício de cargos honrosos. Ramiz Galvão teve, tanto no Império como na República, ocasião de ocupar vários cargos importantes, graças à sua capacidade de trabalho, valor intelectual e profunda cultura. Por decreto do governo imperial de 18 de junho de 1888, recebeu o título de Barão de Ramiz. Foi sócio grande benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual foi orador perpétuo; membro honorário da Academia Nacional de Medicina e de diversas associações científicas e literárias. Foi diretor-geral da Instrução Pública do Distrito Federal. Em 1920 foi nomeado como primeiro reitor da Universidade do Brasil, hoje a Universidade Federal do Rio de Janeiro⁶²³.

Em conclusão, a nossa pesquisa tem como proposta cooperar na produção de estudos sobre o tema que conta uma pequena produção historiográfica b como nos indica Ana Paula Caldeira em sua tese de Doutorado⁶²⁴ e ela mesma cita esta pouca, mas relevante preciosa produção sobre o tema:

(...) poucos também foram os historiadores que se debruçaram sobre essa iniciativa editorial. Além da introdução escrita por José Honório Rodrigues e do artigo de Lorelai Kury e Maria Eliza Amadeo, duas importantes análises foram feitas por Eliana Dutra e Maria Inês Turazzi (CALDEIRA, 2015).

É importante ressaltar que já foi produzida uma monografia⁶²⁵ e dissertação de Mestrado⁶²⁶ sobre o tema da Exposição Nacional de História, ambos os trabalhos, são de autoria de Maria Eliza de Souza Gomes Amadeo, em que ela realiza um trabalho a partir da documentação para identificar os indícios de como o Brasil foi documentado em séculos de história e apresentado no catálogo.

Algumas informações relevantes sobre o Catálogo demonstram a grandeza física e sentido monumentalização da Exposição que ele apresenta e ratifica para posteridade histórica: O catálogo da exposição de história do Brasil tem dois volumes e um

⁶²³ <https://www.academia.org.br/academicos/ramiz-galvao-barao-de-ramiz-galvao/biografia>

⁶²⁴ CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. **O bibliotecário perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional**. 2015. Tese de Doutorado. (em História, Política e Bens Culturais) - Fundação Getúlio Vargas, Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do RJ.

⁶²⁵ AMADEO, Maria Eliza de Souza Gomes. **O Catálogo da Exposição Nacional de História (1881): Documentando a Nação**. Rio de Janeiro, UERJ, Departamento de História. Monografia de Bacharelado, 2003, p.32.

⁶²⁶ AMADEO, Maria Eliza de Souza Gomes. **O Catálogo de Exposição de História do Brasil (1881): documentando a nação**. 2007. 0 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

suplemento, com 19.288 referências que, somadas às do suplemento, atingem o espantoso número de 20.337 entradas. Até hoje, o catálogo teve três edições, sendo uma original, de 1881, e outras duas fac-similares: a de 1981, editada pela UNB, fac-similar da original, e a de 2000, editada pelo Senado Federal, fac-similar da edição de 1981. Essas duas últimas edições têm um lapso numérico de 10 páginas, que não foi corrigido, essas informações estão apresentadas de modo consolidado em artigo produzido por Lorelai Kury e Maria Eliza Amadeo em artigo publicado nos Anais da Biblioteca Nacional, no volume nº 120 (AMADEO & KURY, 2000, pág. 232-234).

Nosso objetivo com essa pesquisa é indicar que a realização da Exposição Nacional de História e confecção do catálogo neste período, década de 1880, realiza um esforço a partir da compreensão da parte dos letrados e intelectuais para recontar, rememorar e reinventar a História Nacional a partir da monumentalização desta História. Uma História construída a partir do empreendimento colonizador e da instituição Monarquia com o objetivo de demonstrar a sua eficácia e importância para a nação e nacionalidade brasileira, já num momento de desgaste e constatação do regime.

REFERÊNCIAS

FONTES

Catálogo da Exposição de História do Brasil. Tomo I. Ed. fac-similada Brasília, DF: Ed. UnB, c1981. xvii, v-vii, 991, 23 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg583138/drg583138.pdf.

Catálogo da Exposição de História do Brasil. Tomo II. Ed. fac-similada Brasília, DF: Ed. UnB, c1981. 993-1612, iv, 23 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg583139/drg583139.pdf.

Catálogo da Exposição de História do Brasil. Tomo III. Ed. fac-similada Brasília, DF: Ed. UnB, c1981. 1613-1758, 98, vi, 5, 23 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg646120/drg646120.pdf.

Guia da exposição de História do Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Typ. da Gazeta de Notícias, 1881. 50 p., 19 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon130043/icon130043.pdf.

Gazeta de Notícias e Jornal do Commercio (RJ). <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

BIBLIOGRAFIA

AMADEO, Maria Eliza *O Catálogo de Exposição de História do Brasil (1881): documentando a nação*. 2007. 0 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

_____. AMADEO, Maria Eliza; KURY, Lorelai. O Catálogo da Exposição de História do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 120, p. 323-34, 2000.

BARBUY, Heloisa. *A exposição universal de 1889 em Paris*. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na exposição universal. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 211-325, 1996.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. O bibliotecário perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional. 2015. Tese de Doutorado. (em História, Política e Bens Culturais) - Fundação Getúlio Vargas, Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do RJ.

DA SILVA COSTA, Maria de Fatima; DE MATTOS, Garcia. O sentido da Modernidade no imaginário do século XIX. *dObra [s]: revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda*, 2009, 3.6: 96-103.

DUTRA, E. de F. A tela imortal: o catálogo da Exposição de História do Brasil de 1881. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 37, p. 159-79, 2005.

ENDERS, Armelle. Os vultos da nação. *Fábrica de heróis e formação de brasileiros*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *RIHGB*. Rio de Janeiro, v. 388, 2011.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. *Historiografia e nação no Brasil, 1838-1857*. Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. IN: LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, p. 525-541, 2003.

KAZAN, Mariana Thomas. “O império do Brasil nas Exposições Universais: um Projeto Nacional de Modernidade”. In: *Museu Histórico Nacional*, v. 37, Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico e Artista Nacional, 2005.

LUCA, Tânia Regina. *História dos, nós e por meio dos periódicos*. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, p. 111-153, 2005.

NEVES, Lúcia M. Bastos P. In: VAINFAS, R. (Org.); . *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, p 252-253, 2002.

Anais da XXXVI Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Entre golpes e democracias: Narrativas históricas de um sonho em vertigem. Gabrielle Barra Tarocco; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2020. 1463 p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997. 231 p.

_____. Imagens da nação, do progresso e da tecnologia: a Exposição Universal de Filadélfia de 1876. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 2, n. 1, p. 151-168, 1994.

PLUM, Werner. *Exposições no século XIX: espetáculos da transformação sócio-cultural*. Bom: *Friedrich-Ebert-Stiftung*, 1979.

RODRIGUES, José Honório. *Catálogo da exposição de história do Brasil*. Editora Universidade de Brasília, 1981.

A trajetória da Arquivologia e dos Centros de Documentação e Memória no Brasil: Um estudo de campo do Centro de Conservação da Memória da Universidade Federal de Juiz de Fora

Carolina Martins Saporetti⁶²⁷

Resumo

Este artigo dissertará sobre a trajetória da Arquivologia e dos centros de documentação no Brasil. Terá como estudo de caso a criação do Centro de Conservação da Memória da Universidade Federal de Juiz de Fora (CECOM-UFJF). O objetivo é mostrar a realidade do trabalho com a guarda, preservação e conservação de documentos arquivísticos em órgãos pequenos, com pouco recursos. Sendo assim, será realizada uma análise das atividades desenvolvidas por este setor, sendo destacada a preservação do seu acervo arquivístico. Dessa forma, se utilizará da metodologia da pesquisa participante, visto que a autora desse artigo é funcionária deste setor. Este trabalho será desenvolvido a partir de discussões bibliográficas e a análise do trabalho desenvolvido no CECOM-UFJF.

Palavras-chaves: CECOM-UFJF. Acervo arquivístico. Preservação. Conservação.

Abstract

This article will talk about the trajectory of Archivology and documentation centers in Brazil. The case study will include the creation of the Memory Conservation Center at the Federal University of Juiz de Fora (CECOM-UFJF). The objective is to show the reality of the work with the custody, preservation and conservation of archival documents in small organs, with little resources. Therefore, an analysis of the activities developed by this sector will be carried out, with emphasis on the preservation of its archival collection. Thus, the methodology of participant research will be used, since the author of this article is an employee of this sector. This work will be developed from bibliographic discussions and the analysis of the work developed at CECOM-UFJF.

Key-words: CECOM-UFJF. Archival collection. Preservation. Conservation.

627 Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora – e-mail: carolinamartinssaporetti@gmail.com

Introdução

Este trabalho descreve uma breve trajetória do desenvolvimento da Arquivologia no Brasil e como isso resultou na criação de centros de documentação e memória, principalmente nas universidades públicas. Assim, o recorte desse artigo é a partir da criação do Arquivo Público do Império (atual Arquivo Nacional), em 1838, até os dias atuais. Ademais, será realizada uma análise do trabalho de preservação dos acervos arquivísticos do CECOM-UFJF. Para isso, foi desempenhado um exercício de campo neste setor.

Tendo em vista o que foi exposto acima, procura-se analisar as atividades voltadas para guarda e preservação de documentos desse setor. Realizando um parâmetro da adequação dessas ações a situação tangível do lugar, levando em consideração os recursos materiais, financeiros e humanos disponíveis. Com base nos conhecimentos adquiridos com a experiência de trabalhar no setor estudado e com o curso de Pós Graduação em Arquivologia procura-se melhorar/adequar as condições de acondicionamento, preservação e organização dos documentos desse órgão.

O objetivo geral deste artigo é fazer uma curta descrição sobre a Arquivologia no país, com enfoque na construção dos centros de documentação e memória. Como objetivo específico será examinado as atividades desenvolvidas no CECOM-UFJF. Este trabalho se faz pertinente, visto que não há estudos sobre o setor estudado. Este TCC será uma forma de analisar criticamente o trabalho desenvolvido e propor soluções, além da possibilidade de divulgação das atividades do CECOM-UFJF.

Este trabalho foi construído a partir de uma análise bibliográfica sobre a História da Arquivologia no Brasil e um trabalho de campo em um centro de conservação. Assim, buscou-se descrever principalmente sobre a criação desses centros no país e realizar uma pesquisa participante no CECOM-UFJF. Como funcionária do setor procuro através desse trabalho propor melhorias nas ações de preservação dos acervos arquivísticos custodiados neste setor.

A trajetória da Arquivologia no Brasil e a construção de centros de documentação e memória nas universidades

Um marco inicial na história da guarda do patrimônio documental no Brasil é a criação do Arquivo Público do Império (API), em 1838. Este órgão teve sua construção prevista na Constituição de 1824, e sua função era recolher os arquivos administrativos do governo e auxiliar na elaboração da história do novo “Estado Independente” (CRIVELLI & BIZELLO, 2012, p. 47).

O API exercia funções semelhantes aos arquivos nacionais europeus no que se refere a contribuição na estruturação do Estado e na manutenção deste. Assim, estas instituições transitavam entre as funções administrativas e históricas. Os arquivos nacionais foram norteados pelos Archives Nationales franceses que forneciam o suporte administrativo ao governo através do recolhimento dos documentos produzidos durante as atividades administrativas e atuavam diretamente na construção da história nacional, “ao recolher, organizar, preservar e dar acesso aos documentos que diziam respeito ao país” (CRIVELLI & BIZELLO, 2012, p. 46).

No mesmo ano foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) com dois objetivos principais: “localizar, reunir e publicar documentos, dispersos pelas províncias brasileiras ou nos arquivos e bibliotecas da Europa”, que fossem importantes para a história e a geografia do Império do Brasil; e estimular os estudos de natureza histórica, no ensino público (CAMARGO, 1999, p. 81).

O IHGB, nesse período, teve mais destaque do que o API, pois possuía melhores condições para realizar suas atividades. O IHGB contava com profissionais dedicados a viajar por todo o território brasileiro em busca de encontrar e recolher documentos relevantes para a história do país, a fim de que estes integrassem o acervo do instituto. Isto também acontecia em viagens a outros países, especialmente na Europa, onde era desenvolvido o mesmo trabalho. O IHGB dispunha de sede própria e corpo profissional exclusivo. O API não recebia nem verba básica (CRIVELLI & BIZELLO, 2012, p. 47).

Em 1870, o API ganha mais visibilidade após ter implantado prazos para o envio de documentos das secretarias e órgãos do governo para o mesmo, além de promover uma estratégia de ação na atividade histórica do arquivo, com projeto de captação de documentos sobre a história e a geografia brasileiras.

Em 1886, o API teve sua primeira publicação onde expunha essas ideias: “Catálogo das cartas régias, provisões, alvarás, avisos, portarias, de 1662 a 1821, existentes no Arquivo Nacional e dirigidas, salvo expressa indicação em contrário, ao governador do Rio de Janeiro, e, depois de 1763, ao vice-rei do Brasil.” (CRIVELLI & BIZELLO, 2012, p. 47 e 48).

Em 1889, houve a implantação da república no Brasil. Período pelo qual o API passou por duas reestruturações: a primeira foi em 1893, quando o regimento da instituição foi revisto e passou a ser denominado Arquivo Público Nacional (APN), em acordo com o conceito de liberdade ao acesso à informação do governo por qualquer cidadão da república.

Em 1911 ocorreu uma nova reorganização e foi intitulado Arquivo Nacional (AN). Neste ano foi criado o Curso de Tratamento de Arquivos para o Serviço Público, elaborado pelo AN para acolher um carecimento decorrente da estrutura social do sistema republicano. Este curso objetivava qualificar funcionários do sistema público, com intuito de aperfeiçoar as atividades administrativas públicas. Sendo considerado a primeira iniciativa nacional de organização de um pensamento arquivístico, e serviu de instrução para novos cursos (CRIVELLI & BIZELLO, 2012, p. 48).

Em 13 janeiro de 1937 foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), “com a finalidade de promover, em todo o País e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (Art. 46º §3º lei nº378 de 13 de janeiro de 1937).

Em 30 de novembro do mesmo ano, o SPHAN teve sua ação de proteção regulamentada pelo decreto-lei nº 25. Assim, foi discriminado o que deveria constituir o patrimônio histórico e artístico no Brasil. Esse decreto teve a função de organizar a proteção do patrimônio no país (decreto lei nº25 de 30 de novembro de 1937).

No Brasil, a ideia de preservação do patrimônio veio atribuída à importância de resguardar a história e a cultura nacional. Sendo assim, com a criação do SPHAN e a institucionalização dessa preservação, primeiramente, se teve a preocupação em

proteger monumentos e obras ligadas a história nacional. Observa-se que inicialmente a maioria dos bens preservados eram imóveis (CHUVA, 2009).

Analisando o trabalho da pesquisadora Célia Reis Camargo (1999, p. 129), observa-se que na Constituição de 1946 foi a primeira vez em que apareceu a palavra documento no contexto de preservação. No artigo 175 diz:

As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sobre a proteção do poder público (Art. 175º da Constituição Federal de 18 de setembro de 1946).

A Constituição de 1967 também relata sobre a preservação de documentos. O artigo 172 especifica:

O amparo à cultura é dever do Estado.

Parágrafo único. Ficam sob a proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas (Art. 172º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1967).

Dessa forma, a partir da década de 1950, a Arquivologia e a preservação documental começaram a se tornar mais consistentes no Brasil. O AN se aproximou de instituições estrangeiras, a fim de realizar cursos de capacitação na instituição.

Na década de 1960 iniciou-se um período de descentralização da preservação do patrimônio que se intensificou na década de 1970. Foram criados alguns arquivos estaduais e municipais.

Além disso, na década de 1970, começa a ter capacitação em Arquivologia em universidades. O primeiro curso superior em Arquivologia foi criado em 1973, pela Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Janete Leiko Tanno (2018, p. 93) ao dissertar sobre os acervos de papel e seus lugares de guarda, ressalta que importantes mudanças ocorreram no conceito de bens

culturais a partir da década de 1970, uma vez que surgiram “novas demandas sociais de sujeitos que buscaram protagonismo de seus grupos e suas memórias”.

Dessa forma, segundo a autora criaram novos lugares de memória, como o Arquivo Edgard Leuenroth, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e o Museu Afro Brasil, pela Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. Tanno observa que os tradicionais lugares da memória nacional como o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional e os arquivos públicos dos estados procuraram obter uma maior aproximação com a sociedade, por meio da criação de revistas impressas e eletrônicas, da organização de eventos, da realização de concursos e de cursos na área de gestão documental e de educação patrimonial (2018, p. 94).

A partir desse movimento que os centros de documentação, como espaços de guarda, preservação e acesso de documentos, foram sendo criados pelas universidades para possibilitar pesquisas sobre a história do país e para permitir o direito de acesso aos cidadãos a informação de que necessitem (TANNO, 2018, p. 94).

Ao dissertar sobre centros de documentação instalados em universidades é necessário ressaltar a importância desses lugares para o ensino e para a pesquisa em diversas áreas do conhecimento, como escreve Camargo:

No que se refere a pesquisa e ao ensino, a manutenção de órgãos especializados de apoio informativo e de espaços voltados para a reflexão e a produção de estudos interdisciplinares é requisito para a renovação e o aprimoramento institucional e para o avanço da produção intelectual. As novas feições assumidas pela construção do conhecimento científico, particularmente no que diz respeito aos métodos de trabalho, geram a necessidade de criar bases sólidas de informação, que se impõem como condição indispensável ao desenvolvimento institucional, científico e cultural, sob pena de comprometer a produção acadêmica no que se refere a sua inserção num circuito informacional mais amplo, nacional e internacional (CAMARGO, 2003, p. 26).

A fim de tornar os documentos de pesquisa acessíveis aos pesquisadores, as universidades assumiram a responsabilidade e criaram centros especializados na preservação e organização dessas fontes. Deste modo, as universidades assumiram a

tarefa de preservar a memória nacional, regional ou local, de acordo com seu acervo (CAMARGO, 1999, p. 57).

Houve também, incentivos do governo para a criação desses centros, como por exemplo o Plano Nacional de Cultura (PNC), que definia como função das universidades a organização e preservação dos acervos documentais brasileiros. Além disso, incentivava as universidades a elaborarem programas de preservação da memória, principalmente da memória regional (CAMARGO, 1999, p. 58 e 59).

Ademais, os centros de documentação e memória também produzem documentos de valores históricos. Segundo Camargo (1999, p.60), estes centros têm desenvolvidos programas para recolhimento de depoimentos orais, relacionados a linha do acervo documental destes.

Assim, além de complementar os acervos sob sua custódia, esses programas possibilitam a criação de informações, que muitas vezes, não seriam encontradas em nenhum outro documento. Dessa forma, incentiva-se a produção de trabalhos sobre a história do tempo presente (CAMARGO, 1999, p. 60).

Portanto, vem se tornando cada vez mais comum a criação de centros de documentação e memória nas universidades. Além de auxiliar pesquisadores e alunos dessas instituições, auxilia o governo e instituições privadas na guarda, preservação e divulgação de documentos arquivísticos.

A criação do Centro de Conservação da Memória da Universidade Federal de Juiz de Fora: desafios da preservação do patrimônio documental

A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) foi criada através da Lei 3.858, de 23 de dezembro de 1960, no governo do Presidente Juscelino Kubtischek. O primeiro vestibular ocorreu em 1964.

Segundo o Prof. Galba Di Mambro⁶²⁸ (2011, p. 2), o Arquivo Histórico da UFJF surgiu a partir de esforços do Departamento de História da instituição, iniciados na década de 1970, para contribuir com a pesquisa histórica. No final da década, como produto do trabalho do Prof. José Eustáquio Romão, criou-se o Centro de Documentação e Pesquisa Histórica, que não durou muito tempo. Então, empenharam-se para inserir as atividades de pesquisa histórica no Centro de Pesquisas Sociais, órgão suplementar pertencente a Universidade desde sua criação, mas não ativado. Esta possibilidade também não gerou resultados.

Neste momento, simultaneamente a esta última tentativa, houve a criação do Arquivo Histórico da UFJF, que iniciou suas atividades em 15 de março de 1985. Com o objetivo de guardar, organizar, preservar e divulgar as fontes primárias regionais que iria recolher (DI MAMBRO, 2011, p. 2).

O Arquivo Histórico foi institucionalizado apenas em 24 de julho de 1993, na qualidade de Órgão Suplementar, por Resolução do Conselho Universitário. Este arquivo possuía caráter acadêmico, portanto, ficou vinculado à Pró Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Tratava-se de um centro de documentação e memória social, e não do setor de arquivos permanentes da UFJF.

Em 2007, foi apresentado ao então Reitor recém-eleito Henrique Duque, o projeto verbal de criação de um sistema de arquivos da universidade, e este foi aprovado. Então, o Arquivo Histórico trabalhou intensamente na preparação da proposta escrita de criação do Sistema de Arquivos da UFJF (SIARQ-UFJF). No ano seguinte, iniciou-se o trabalho de tratamento da massa acumulada existente em um galpão no campus, que continha documentos da administração central, gerados desde 1964 (DI MAMBRO, 2011, p. 4).

No final de 2008 e início de 2009, a UFJF recebeu seus três primeiros Arquivistas concursados que foram alocados no Arquivo Histórico. No final de 2010 recebeu mais duas Técnicas em Arquivos. Todos trabalhavam em prol do Arquivo Histórico. Neste momento, essas pessoas começaram o trabalho de gestão documental, centradas na Pró Reitoria de Recursos Humanos.

628 O Ms. Galba Di Mambro é professor aposentado do Departamento de História da UFJF e ex-diretor do Arquivo Histórico.

O projeto de criação do SIARQ-UFJF, após várias revisões, foi apresentado ao Reitor, em maio de 2011, e encaminhada ao Conselho Universitário que a aprovou por unanimidade. O Sistema de Arquivos da UFJF tem como objetivos principais:

I – desenvolver a política de gestão arquivística de documentos da UFJF;

II – racionalizar a produção dos documentos arquivísticos da UFJF;

III – racionalizar e reduzir os custos operacionais e de armazenagem da documentação arquivística da UFJF;

IV – garantir, de forma ágil e segura, o acesso aos documentos de arquivo da UFJF e às informações neles contidas, resguardados os aspectos de sigilo e as restrições administrativas ou legais; bem como a agilidade no acesso à informação arquivística, eficiência e transparência administrativa.

V – assegurar condições de preservação, proteção e acesso ao patrimônio arquivístico da UFJF, tendo em vista seus valores administrativo e histórico, os interesses da comunidade e seu valor como fonte para a pesquisa e a produção de conhecimentos;

VI – articular-se com os demais sistemas que atuem direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal (DI MAMBRO, 2011, p. 6).

O SIARQ-UFJF tem a seguinte estrutura:

- Órgão central: Arquivo Central
- Órgãos setoriais: as unidades acumuladoras, produtoras e receptoras de documentos; os setores com atribuições de protocolo e de arquivo corrente.
- Órgãos especiais: Comissão Permanente de Avaliação de Documentos de Arquivo (CPAD); Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos (CPADS); Comissão Permanente de Avaliação de Documentos de Saúde (CPADSa) (DI MAMBRO, 2011, p. 6)

Nota-se que desde os primórdios da UFJF houve interesse na preservação dos arquivos históricos regionais e dos arquivos administrativos da instituição. Ao longo dos anos, as medidas preservacionistas foram sendo institucionalizadas e foram criados órgãos responsáveis pela guarda, organização e preservação destes acervos.

O Centro de Conservação da Memória da UFJF (CECOM-UFJF) foi idealizado pela prof. Ms. Mônica Olender, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFJF. A partir de diálogos com outros professores, entre eles: Ms. Galba Di Mambro, Dr. Marcos Olender, Dra. Christina Musse, entre outros; foi possível concretizar o projeto de criação do CECOM.

O CECOM-UFJF foi criado pela resolução nº 12/2014, com a natureza de órgão suplementar da UFJF, com característica interdisciplinar, com os seguintes objetivos:

Art. 2º. O CECOM tem por objetivos:

I. promover, a partir de ações de caráter multidisciplinar, a preservação da memória social (traduzida em bens possuidores de valor histórico-cultural) através da realização de oficinas, canteiros-escola e cursos de extensão que auxiliem na formação e capacitação de mão-de-obra e que possa, nesse sentido, atuar tanto em Juiz de Fora quanto em qualquer outra cidade do Brasil e, mesmo, do exterior;

II. promover estudos e pesquisas sobre conservação da memória;

III. promover eventos acadêmicos na área de conservação da memória;

IV. coletar e custodiar documentos de qualquer natureza que possam contribuir para a preservação da

memória da sociedade local, regional ou nacional;

V. promover a organização, conservação e divulgação de seu acervo;

VI. colaborar com outros órgãos da UFJF em atividades ligadas à conservação da memória;

VII. colaborar nos programas de pesquisa e extensão da UFJF afins ou nas áreas de seus objetivos;

VIII. prestar consultoria ou assessoria a projetos ligados à conservação da memória e do patrimônio

sócio-cultural;

IX. ofertar espaço-físico e infra-estrutura qualificados para atendimento de demandas da comunidade

juizforana, bem como de outras cidades brasileiras (especialmente do estado de Minas Gerais), através

da atuação de docentes (orientadores) e de discentes (bolsistas e voluntários) em projetos de pesquisa e,

principalmente, extensão, voltados para a preservação da memória traduzida em bens histórico-culturais

materiais e imateriais;

X. desenvolver programas de publicações de caráter científico, bem como de resultados dos projetos

desenvolvidos pelo CECOM;

XI. estabelecer intercâmbio com entidades similares ou congêneres;

XII. definir e desenvolver uma política de recolhimento de acervos de interesse para a memória da

sociedade, gerados fora do contexto institucional da UFJF;

XIII. coletar e custodiar documentos de qualquer natureza que possam contribuir para a preservação da

memória da sociedade local, regional ou nacional;

XIV. promover a organização, conservação e divulgação de seu acervo (Resolução Nº 12/2014).

Desde 2016, o CECOM-UFJF se instalou no prédio localizado na esquina da Av. Getúlio Vargas com a rua Floriano Peixoto, na cidade de Juiz de Fora. Este é um imóvel que faz parte da história da cidade. Foi inaugurado em 1884 como Diretoria de Higiene, fechou-se em 1920 e reabriu uma década mais tarde, como apêndice da Escola de Engenharia e, posteriormente, passou ser a sede do Diretório Central dos Estudantes da UFJF.

Foto 1 – Sede do DCE na década de 1980, atual CECOM-UFJF



Fonte: CECOM-UFJF

O atual diretor deste órgão é o prof. Dr. Marcos Olender e o coordenador do setor de acervos é o prof. Dr. Rodrigo Christofolletti. Além destes, o setor conta com uma equipe composta por três técnicos administrativos, três funcionárias terceirizadas e alguns bolsistas e estagiários.

O CECOM-UFJF além da guarda e preservação de acervos organiza outras atividades, como eventos culturais e acadêmicos, por exemplo, o MemoriArte (consiste em uma palestra e em uma apresentação cultural com diversas temáticas em torno de memória e resistência) e o curso de “Introdução à metodologia do tratamento de arquivos”, lecionado pelo prof. Ms. Galba Di Mambro.

Neste trabalho, será dissertado mais especificamente sobre a preservação de acervos desenvolvida por este setor. O CECOM-UFJF possui dois fundos arquivísticos: Fundo DCE e Fundo Pantaleone Arcuri.

O acervo do DCE foi doado ao Laboratório de Patrimônios Culturais (LAPA)⁶²⁹, em 2011, a partir de uma parceria feita com o projeto “50 anos do Diretório Central dos Estudantes da UFJF: Organização do acervo histórico documental”, coordenado pelo prof. Dr. Marcos Olender e pela prof. Dra. Gislene Edwiges Lacerda.

Quando os documentos foram recebidos eram um conjunto de massa acumulada. Estavam desorganizados e mal-acondicionados. A partir do trabalho e empenho de

⁶²⁹ O LAPA é um laboratório vinculado ao CECOM-UFJF. Portanto, a partir de 2016, os acervos do LAPA passaram a ser guardados no CECOM-UFJF, devido melhor infraestrutura.

bolsistas, este acervo foi higienizado, organizado e mais recentemente catalogado. São diversos tipos de documentos, como: jornais, boletins da reitoria, pôsteres de eventos, fichas para carteirinhas de estudantes, fotos, notas fiscais, recibos, ofícios, cartas, dentre outros. Em 2012, este projeto passou por uma reformulação. O acervo do DCE passou a fazer parte do projeto “História da UFJF” que tem como objetivo preservar a memória da UFJF.

Em relação à memória da UFJF, destaca-se à variedade dos sujeitos que a compõe, ressaltando a participação de estudantes, docentes, funcionários e membros da comunidade ao redor do campus.

Com a ampliação do projeto, abriu-se espaço para o recolhimento de outros acervos (fotos do sr. Luiz Carlos; do ex-reitor René Mattos) e passou-se a trabalhar com História Oral, a partir da coleta de depoimentos e transcrição desses áudios.

O andamento do projeto dependia de bolsistas e recursos materiais. Portanto, em alguns momentos foi possível acelerar o processo de organização de acervo devido o grande número de bolsistas, em outros, ficou prejudicado devido a ausência destes. A mesma dificuldade em relação a realização de entrevistas.

Foto 2 – Acervo do DCE em 2012



Fonte: CECOM-UFJF

Foto 3 – Acervo do DCE em 2020



Fonte: CECOM-UFJF

O acervo da Pantaleone Arcuri foi recolhido em 2013. Este foi doado por um membro da família, a prof. Ms. Alice Arcuri. O projeto Organização do Acervo da Pantaleone Arcuri consiste em higienizar e organizar e inventariar o acervo.

Devido a falta de recursos, este projeto por muito tempo contou apenas com uma bolsista. Quando o acervo foi transferido para o CECOM-UFJF, o trabalho foi ampliado, devido a atuação de mais bolsistas e funcionários.

No caso deste acervo, os documentos estavam passando por higienização. O acervo é composto por documentos administrativos da construtora, como: fichas e pastas da trajetória de funcionários na empresa, livros de caixa, recibos, notas fiscais, entre outros documentos. Além destes documentos, foram doados posteriormente, algumas fotos do acervo pessoal da família, tendo fotos da turma da Escola de Engenharia da então Universidade de Minas Gerais, em 1937, quando Arthur Arcuri se formou e fotos com Getúlio Vargas.

A Companhia Pantaleone Arcuri foi fundada em 1895 por iniciativa de Pantaleone Arcuri e Pedro Timponi, com o nome de Pantaleone Arcuri e Timponi. Mais tarde, em 1898, Timponi desligou-se da firma dando lugar à Antônio Spinelli.

Destacou-se por suas oficinas onde produzia-se carroças, telhas de amianto, janelas, ladrilho hidráulico entre outros. A sede da firma foi construída em 1923 sendo responsável pelo projeto o arquiteto Rafael Arcuri.

A Companhia Pantaleone Arcuri executou inúmeras obras em Juiz de Fora, como o Cine-Theatro Central, os edifícios da Associação Comercial, Escola Normal e Castelinho da Cemig. Sendo assim, importante para a história da cidade de Juiz de Fora.

Foto 4 - Prédio da Antiga Companhia
Pantaleone Arcuri



Fonte: site flickr

Foto 5 - Acervo da Pantaleone Arcuri
em 2013



Fonte: CECOM-UFJF

Foto 6 - Parte do acervo da Pantaleone Arcuri 2020



Fonte: CECOM-UFJF

Em setembro de 2020, o acervo administrativo da Construtora Pantaleone Arcuri foi doado para o Arquivo Central da UFJF e o CECOM-UFJF recebeu do Museu de Arte Murilo Mendes o acervo do Dormevilly Nóbrega.

Como esta mudança foi realizada durante o período de pandemia do COVID-19, o acervo recebimento não foi totalmente organizado. Este é composto em grande parte por um acervo bibliográfico, com obras de grande referência para a história local e regional. Também possui documentos arquivísticos, onde se destaca jornais do século XVIII e XIX. Durante este período os trabalhos do CECOM-UFJF estão voltados para a divulgação do seu acervo nas redes sociais e na organização de cursos, eventos on lines.

Conclusão

No Brasil, apesar do desenvolvimento na preservação do patrimônio cultural, inclusive do patrimônio documental, observa-se que ainda há um longo caminho a ser percorrido. Apesar de existirem diversos instrumentos legais que certificam a guarda e a preservação dos documentos históricos, há um desarranjo entre a realidade e o que está previsto em lei.

Analisa-se que, de um lado, há uma procura por tudo preservar, seja por meio da criação de museus, centros de documentação e arquivos, públicos ou privados, do outro lado, encontra-se um descaso, tanto por parte de instituições públicas quanto particulares, com a guarda e preservação do patrimônio documental.

Após a dissertação de uma parte teórica, abordou-se sobre as atividades do CECOM-UFJF, buscando difundir as atividades realizadas por este setor e a divulgação do acervo deste.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: portal.iphan.gov.br/uploads/.../Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf.

BRASIL. Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm.

CAMARGO, Celia Reis. A Margem do Patrimônio Cultural. Estudo sobre a rede institucional de preservação do patrimônio histórico no Brasil (1838-1980). Assis, UNES, 1999. Tese de Doutorado em História.

_____. Centros de documentação e pesquisa histórica: uma trajetória de três décadas. In: CAMARGO, Celia et al. CPDOC 30 anos. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2003. p. 21-44. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1350.pdf.

_____. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes (org.). Arquivos, patrimônios e memória: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Editora Unesp; Fapesp, 1999. p. 49-64.

CHUVA, Márcia. Os arquitetos da memória. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

COSELHO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Resolução Nº12/2014. 29/08/2014. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/consu/wp-content/uploads/sites/33/2015/11/Resolu%C3%A7%C3%A3o-12.2014.pdf>. Acesso em: 14 de abril de 2020.

DI MAMBRO, Galba. Criação e implantação do Sistema de Arquivos da UFJF. In: Universidade & Arquivos: gestão, ensino e pesquisa. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2012, p. 141-161.

CRIVELLI, R. & BIZELLO, M. L. A História da Arquivologia no Brasil (1838-2012). In: FUENTES. Vol. 6 - Nº 21 - La Paz, Agosto 2012, p. 44-56.

TANNO, Janete Leiko. Centros de documentação e patrimônio documental: direito à informação, à memória e à cidadania. In: acervo, rio de janeiro, v. 31, n. 3, p. 88-101, set./dez. 2018.

Salvaguarda do patrimônio afro-diaspórico brasileiro: entre silenciamentos e lutas por representatividade

Flávia Cristina Costa Vieira⁶³⁰

Sura Souza Carmo⁶³¹

Resumo

O artigo tem por objetivo historicizar as ações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) relacionadas ao tombamento e ao registro do patrimônio afro-diaspórico brasileiro em comparação aos demais bens patrimonializados. As primeiras décadas de ação do órgão federal foram marcadas pelo tombamento de edificações de caráter monumental e comumente ligadas a aspectos eurocêntricos, sem valorizar a matriz africana - cuja presença e influência são marcantes na identidade nacional. Uma mudança ideológica no órgão se iniciou, tardiamente, a partir dos anos 1980, sobretudo através das ações do movimento negro, com o tombamento do primeiro terreiro. A metodologia empregada foi à análise quantitativa e qualitativa, a partir da lista disponibilizada pelo órgão, a fim de observar a representatividade do patrimônio afro-diaspórico.

Palavras-chave: Patrimônio afro-diaspórico; História; IPHAN; Brasil.

Abstract

The article aims to historicize the actions of the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) related to the tipping and registration of brazilian afro-diasporic heritage in comparison to other patrimonialized assets. The first decades of action of the federal agency were marked by the listing of buildings of a monumental character and commonly linked to Eurocentric aspects, without valuing the african matrix - whose presence and influence are marked in the national identity. An ideological change in the organ started, late, from the 1980s, mainly through the actions of the black movement, with the listing of the first terreiro. The methodology used was the quantitative and qualitative analysis, based on the list made available by the agency, in order to observe the representativeness of the afro-diasporic heritage.

⁶³⁰ Bacharela em Antropologia e em Arqueologia (UFMG). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST). e-mail: flaviacostavieira@gmail.com

⁶³¹ Docente do Departamento de Museologia (UFS). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST). Email:suracarmo@yahoo.com.br

Keywords: Afrodiasporic heritage; History, IPHAN; Brasil.

Introdução

O Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, cujo idealizador foi Rodrigo Melo Franco de Andrade, um dos fundadores e diretores do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O órgão desde sua criação consolidou-se como o primeiro do gênero com atuação em nível nacional e, inicialmente, foi estruturado em dois setores técnicos: a Divisão de Estudos e Tombamento, vinculada à Seção de Arte, a Seção de História e ao Arquivo Central e a Divisão de Conservação e Restauração (FONSECA, 1997). A partir de 1938 passou a ser regionalmente representado em distritos e tinha sob sua responsabilidade os museus regionais.

Mario de Andrade, um dos grandes ícones do Movimento Modernista e da Semana de Arte Moderna de 1922, foi convocado a elaborar um anteprojeto em 1936 de criação de uma instituição que fosse capaz de proteger os diferentes bens culturais brasileiros. Seu anteprojeto conseguiu reunir as manifestações eruditas e populares, enfatizando seu caráter ao mesmo tempo particular e universal de arte autêntica. Ao definir arte em geral aproximou da concepção antropológica de cultura, e ainda detalhou oito categorias (Arte Arqueológica; Arte Ameríndia; Arte Popular; Arte Histórica; Arte Erudita Nacional; Arte Erudita Estrangeira; Artes Aplicadas Nacionais; Artes Aplicadas Estrangeiras), evidenciando uma visão abrangente e avançada para a época.

Além disso, Mario de Andrade também definiu os museus como agências educativas, incentivando a criação de museus nacionais e de grandes cidades, tendendo à especialização; e a criação de museus municipais, ecléticos, com acervos heterogêneos e baseados em critérios de seleção de peças ditados pelo valor que apresentam para a comunidade local, que participaria ativamente, sendo referência da identidade local a maneira a visão dos mesmos sobre o patrimônio. De modo geral, o anteprojeto percebia o popular enquanto objeto e o povo enquanto alvo, possuindo um texto extenso que tratava das obras e a partir de quais critérios poderiam ser considerados patrimônios, além de discorrer a respeito da estrutura e do funcionamento do órgão.

Mário de Andrade caracterizou a função social do órgão como a coletivização do saber, chegando a afirmar que a defesa do patrimônio histórico e artístico era uma forma de “alfabetizar”, pois a divulgação das produções artísticas, tanto eruditas, quanto populares, associada à criação de acesso a elas iria despertar a população para aquilo que, anteriormente, era apropriado somente pelas elites. Assim, “se estaria, ao mesmo tempo, democratizando a cultura e despertando na população o sentimento de apego às coisas nossas” (FONSECA, 1997, p. 102). Contudo, o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, elaborado por Rodrigo Melo Franco Andrade, deixou de fora da redação final boa parte dos apontamentos propostos por Mário de Andrade.

Rodrigo Melo Franco Andrade estava preocupado em garantir ao SPHAN meios legais para sua atuação, principalmente no que diz respeito à questão da propriedade. Era esse o primeiro e principal entrave a institucionalização da proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional. Maria Cecília Londres Fonseca (1997) reflete que não se tratava de um aspecto meramente conceitual ou organizacional, mas operacional, porque para viabilizar a proteção legal do patrimônio era necessário tratar de coisas tangíveis – o que relegou o patrimônio imaterial ao plano do esquecimento. Nesse sentido, o instrumento do tombamento equilibrou as problemáticas relativas ao direito de propriedade e a preservação do bem cultural.

Os primeiros anos de atuação do SPHAN foram marcados por uma preconização da prática dos tombamentos de bens cujas características demonstram uma nítida priorização dos remanescentes da arte colonial brasileira. Isso se justifica pelo perfil profissional dominante no corpo técnico do SPHAN, essencialmente arquitetos, cujos critérios de seleção de bens eram pautados a partir da arquitetura moderna no Brasil, em detrimento da representatividade histórica dos diferentes grupos étnicos formadores do povo brasileiro. Nesse sentido, a presença e influência da matriz africana na identidade nacional foram mantidas a margem das políticas patrimoniais.

Por meio de uma metodologia de análise quantitativa e qualitativa, a partir da Lista de Bens Tombados e da Lista de Bens Registrados, ambas disponibilizadas virtualmente pelo IPHAN, propomos uma investigação acerca da representatividade do patrimônio afrodiáspórico – no tombamento de bens móveis e imóveis, e no registro de patrimônio imaterial – em comparação às demais categorias.

Os silenciamentos

O Conselho Consultivo do órgão era composto de um corpo técnico que possuía poderes para “enunciar o regime” que deveria ser aplicado com relação ao patrimônio (DELGADO, 2005). Assim, a questão do patrimônio no Brasil, ficou restrita a uma concepção predominantemente estética e “o que deveria ser uma das modalidades de formação desse patrimônio terminou por ser, durante mais de sessenta anos, a única disponível” (FONSECA, 2003, p. 60). Merece destaque o fato de que praticamente não havia historiadores no quadro do IPHAN, não sendo, deste modo, uma de suas preocupações, a incorporação dos avanços da historiografia nacional e internacional.

Esses discursos acerca do patrimônio cultural brasileiro produziram narrativas nacionais, que tinham por objetivo a construção de uma memória e, principalmente de uma identidade nacional. Vale ressaltar o fato que o próprio Rodrigo Melo Franco de Andrade sugeriu que entre os bens a proteger, com valor arqueológico, histórico e artístico, dentre outros, sobressaíram os monumentos arquitetônicos como elementos primordiais do patrimônio brasileiro (FONSECA, 2003). Desse modo, se consolidou uma política baseada no conceito de monumento histórico, com o tombamento de algumas edificações isoladas. A construção da identidade histórica nacional foi baseada nessa política de preservação, e cabe ressaltar que esse instrumento primou por consagrar monumentos ligados ao poder de um determinado grupo.

Segundo Andréa Ferreira Delgado (2005), a produção de uma memória coletiva contemporânea caracteriza-se pelas feições de uma dominação simbólica, onde somente as classes dominadoras encontram-se representadas pelo patrimônio cultural. Desse modo, o órgão preservou sua política de atribuir à condição de patrimônio cultural somente ao conjunto urbano edificado das cidades históricas, pois o tombamento era voltado para a valorização da herança colonial luso-brasileira, principalmente nos bens edificados e estilos arquitetônicos.

A escassez de referências das matrizes africanas e indígenas nesse momento inicial no campo da preservação poderia ser explicada pela suposta ausência de testemunhos materiais das populações e pela tendência em valorizar as edificações representativas das formas estéticas e arquitetônicas europeias. A existência de apenas um instrumento jurídico e o foco na monumentalidade do patrimônio material também contribuíram para que eventuais vestígios materiais

vinculados ao universo cultural negro e indígena não fossem valorizados a ponto de fazerem parte do conjunto de bens culturais (LIMA, 2012, p. 39)

Cabe destacar que ainda durante a gestão do fundador Rodrigo Melo de Franco Andrade, em maio de 1938, foi tombada no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, uma coleção denominada pejorativamente de Museu da Magia Negra. Trata-se de uma seleção de artefatos relacionados aos ritos e práticas de religiões de matriz africana apreendidos pela *Seção de Tóxicos e Mystificações*, da Polícia do Distrito Federal (Rio de Janeiro), em função da proibição de cultos de afrodescendentes pelo Artigo nº 197, do Código Penal, de 1890.

Esse tombamento foi o primeiro de caráter etnográfico a nível federal, contudo, em contraponto as demais ações de tombamento empreendidas à época, essa foi realizada com caráter discriminatório e não objetivava a salvaguarda, a proteção ou a exaltação de aspectos específicos de determinado segmento da sociedade brasileira. Essa Coleção, alocada no Museu da Polícia Civil no Rio de Janeiro, não foi mencionada durante mais de quarenta anos na publicação das Listas de Bens Tombados pelo órgão, expressando um silenciamento do Estado em relação às reais motivações acerca de seu tombamento (CORRÊA, 2005; GURAN, 2017). O tombamento destoa dos demais realizados pelo SPHAN no período, pois além da ausência de um detalhamento do inventário sobre os motivos da escolha (comum a todos os tombos na época), ocorreu ainda carência na divulgação do tombo e abandono das peças no Museu da Polícia Civil no Rio de Janeiro pelo órgão. Tais problemáticas criaram diversas visões sobre o tombo de tais objetos.

Tombamento e ativismo

Tendo em vista o contexto político, social e cultural do tombamento da Coleção Museu da Magia Negra, o processo de tombamento da Coleção não pode ser compreendido como uma medida de proteção e salvaguarda, posto que os artefatos foram considerados provas materiais da prática de um delito previsto no Código Penal da época. Destarte, o silenciamento e não publicização do IPHAN em relação a Coleção é sintomático e a ação “não pode ser considerada um reconhecimento, nos moldes do que se pratica atualmente em

relação às comunidades quilombolas, terreiros de candomblé ou mesmo às manifestações de natureza imaterial constituintes do universo cultural afro-brasileiro” (LIMA, 2012, p. 46).

De acordo com Alessandra Lima, “a lógica higienista e a literatura produzida sobre os negros, no início da atuação do SPHAN, indicavam uma percepção negativa de suas manifestações culturais objetificada na criminalização de suas práticas e na apreensão de seus objetos de culto” (LIMA, 2012, p. 46). Portanto, não consideramos esse tombamento como uma medida de preservação de bem cultural material, ao contrário, consideramos que se tratou de uma prática patrimonial cunhada a partir de preceitos preconceituosos, de caráter discriminatório, em relação às práticas religiosas de grupos afrodescendentes e/ou de matriz africana.

Na década de 1970 Aloísio Magalhães assumiu a direção do IPHAN, configurando-se em um marco na preservação e valorização do patrimônio cultural, devido ao alargamento da noção de patrimônio. Realizou a primeira reestruturação do órgão e introduziu alterações significativas nas categorias simbólicas do patrimônio cultural brasileiro, produzindo narrativas que englobam “noções oriundas do campo da antropologia, ao propor que se voltasse para identificar, documentar, classificar, proteger e divulgar os bens culturais brasileiros” do fazer popular no cotidiano (DELGADO, 2005, p. 126). Criticou a política anteriormente em vigor e propôs uma ampliação baseada no diálogo com uma gama maior de bens.

O eixo prioritário passou a ser a investigação da dinâmica dos bens tombados e sua relação com a comunidade em que estão inseridos, em busca da valorização da diversidade cultural brasileira e da valorização dos bens culturais das comunidades no tempo presente. Aloísio Magalhães não pôde concluir seus projetos em virtude de sua morte prematura, entretanto, realizou contribuições fundamentais para a ampliação da noção de patrimônio cultural no Brasil, haja vista que graças ao seu empenho, mais tarde, a Constituição Federal incluiu no conceito de patrimônio bens de natureza material e imaterial.

A partir de meados da década de 1970 o Movimento Negro protagonizou diversos debates e questionamentos acerca da estreita relação entre as desigualdades sociais e a questão racial no Brasil. Os intelectuais e ativistas pautavam a “interpretação da raça como estrutural e estruturante para se compreender a complexidade do quadro de discriminação e desigualdades no Brasil” (GOMES, 2012, p. 734). Dentre os diversos desdobramentos dessas ações, no

campo do patrimônio cultural brasileiro é fundamental ressaltar o tombamento do Terreiro da Casa Branca, considerado Patrimônio Histórico do Brasil desde 1984, e tombado – edificações, as árvores e os principais objetos sagrados e/ou rituais – em agosto de 1986.

Salientamos que, desde a fundação do órgão em 1937, até 1984 foram tombados 182 bens vinculados a herança do catolicismo, como igrejas, conventos e orfanatos, o que aponta quantitativamente para a ausência de tombamentos de locais sagrados para outras concepções religiosas, tais como as de matriz africana, indígena ou de imigrantes, por exemplo. Em relação aos principais critérios preconizados para o inventário e tombamento dos terreiros e quilombos, há uma preponderância de aspectos simbólicos em detrimento de aspectos arquitetônicos/estilísticos, bem como da relação materialidade/imaterialidade nos usos dos espaços expressando o imbricamento entre natureza e cultura.

No final da década de 1980, as ações do IPHAN começaram a se modificar e o órgão passou a abranger um conjunto de bens culturais, não mais apenas os monumentos destacados da paisagem urbana. O tombamento passou a incidir sobre a paisagem urbana como um todo e passou a delimitar os chamados “centros históricos”. Essas ações, que antes eram orientadas pela aplicação da legislação voltada para a preservação dos bens tombados, voltaram-se para intervenções com a finalidade de “manter, restaurar, revitalizar e gestar a área urbana protegida.” (DELGADO, 2005, p. 125).

Um balanço dos tombamentos realizados nas décadas de 1970 e, principalmente, 1980 demonstra que aumentaram consideravelmente as inscrições no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Segundo Fonseca (1997) as inscrições no Livro Histórico foram um pouco mais numerosas que as inscrições no Livro de Belas Artes. Apesar de ter decrescido nesse período o número de bens de arquitetura religiosa e militar, não ocorreram tombamentos de bens referentes às etnias indígenas. Nesse sentido, refletimos que o órgão passou por uma mudança ideológica nesse período, e destacamos a importância do ativismo do Movimento Negro, expressado por meio do tombamento do primeiro terreiro.

Com relação ao tombamento de bens relacionados ao patrimônio afrodiáspórico brasileiro, temos os tombamentos dos seguintes terreiros até a atualidade: na Bahia, Terreiro de Casa Branca (1986); Ilê Axé Opô Afonjá (2000); do Gantois (2005); Alaketo (2008); do Bate-Folha (2005); Ilê Axé Oxumaré (2014); Tumba Junsara (2018) – todos em Salvador; Terreiro Roça do Ventura (2015), em Cachoeira; Omo Ilê Agbôulá (2015) em Itaparica; em

Recife, Terreiro Obá Ogunté de Pai Adão; em São Luís do Maranhão, Terreiro Casa das Minas Jeje (2005). Tais tombamentos podem ser atribuídos a defesa do patrimônio e da memória de diferentes grupos africanos pelos candomblés (LODY, 2006). Contudo, é necessário salientar que os tombamentos de terreiro concentram-se na região Nordeste devido a uma ideia de pureza do candomblé, ficando as demais regiões brasileiras sem o tombamento de terreiros. Há uma ausência de espaços tombados relacionados à umbanda e a jurema, caracterizando ainda uma ausência de pluralidade na salvaguarda do patrimônio afro-diaspóricos.

Além dos Terreiros, podemos citar também o tombamento de quilombos, sendo que em 1986 foi tombada a área do antigo e emblemático Quilombo do Palmares, localizado na Serra da Barriga, em Alagoas. Contudo, apesar de ter sido patrimonializado às vésperas do Centenário da Abolição, fruto das lutas e do ativismo do Movimento Negro, trata-se de um processo controverso, tendo em vista que foi um tombamento como Patrimônio Natural, em detrimento de toda a carga cultural simbólica que o envolve, o que parece apontar para uma ação que cumpre apenas parcialmente seu objetivo. O segundo quilombo tombado localiza-se em Minas Gerais, o Quilombo do Ambrósio.

Cabe destacar que até novembro de 2020 existem 18 terreiros em processo de instrução: 10 na Bahia, 1 em Goiás, 4 no Rio de Janeiro, 1 no Rio Grande do Sul e 2 em São Paulo. Notamos que foram indeferidos 2 processos na Bahia e 1 no Rio de Janeiro (IPHAN, 2020). Também estão em processo de instrução outros nove quilombos: 1 em Goiás, 2 no Maranhão, 1 no Pará, 1 em Pernambuco, 1 no Rio de Janeiro, 2 no Rio Grande do Sul e 1 em Sergipe (IPHAN, 2020). Esse elevado quantitativo se deve as dificuldades do próprio IPHAN para a definição de critérios a respeito do tombamento desses bens. Com intuito de otimizar esses processos que se arrastam por longos anos, o órgão criou um Grupo de Trabalho, que se modificou ao longo dos anos, e publicou a Portaria nº 194, de 18 de maio de 2016, que dispõe sobre “diretrizes e princípios para a preservação do patrimônio cultural dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana, considerando os processos de identificação, reconhecimento, conservação, apoio e fomento” (BRASIL, 2016, p. 1).

Patrimônio imaterial

A criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) – posteriormente incorporado ao IPHAN –, por Aloísio Magalhães, foi um importante instrumento para a promoção do patrimônio relacionado às culturas populares, tendo em vista que o foco no patrimônio edificado cedeu espaço para o seu caráter simbólico e para a atribuição de sentidos. Magalhães deixou um legado que passou a contemplar categorias e conceitos introduzidos por ele sobre o crescente uso de expressões como “dinâmica cultural”, “contexto sociocultural”, a valorização de manifestações de natureza material e imaterial associadas à “identidade” e “sentimentos simbólicos”, exemplos que expressam a marca de sua gestão (DELGADO, 2005, p. 129).

Posteriormente, a política de Patrimônio Imaterial debruçou um novo olhar para o patrimônio cultural brasileiro, com a publicação do Decreto-Lei nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, que regulamenta o disposto nos Artigos 215 e 216 da Constituição Federal, de 1988. Esse instrumento viabilizou a salvaguarda de quatro categorias de bens imateriais por meio dos Livros de Registro (Saberes, Celebrações, Formas de Expressão e Lugares).

Esse alargamento da noção de patrimônio trouxe à tona a abundância de expressões simbólicas dos mais variados grupos e comunidades, bem como pautou a imaterialidade inerente a todos e quaisquer bens materiais. Com efeito, esse reconhecimento tem contribuído para a difusão da criatividade e diversidade cultural dos grupos formadores da sociedade brasileira.

No que diz respeito ao Patrimônio Imaterial, até novembro de 2020, totalizam 48 bens registrados como patrimônio imaterial, dos quais 17 são identificados como relacionados ao patrimônio afrodiáspórico brasileiro ou com presença de elementos afros. Foram registrados os seguintes bens: Samba de Roda do Recôncavo Baiano (2004); Ofício das Baianas de Acarajé (2005); Jongo do Sudeste (2005); Tambor de Crioula do Maranhão (2007); Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo (2007); Frevo (2007); Roda de Capoeira (2008); Ofício do Mestres de Capoeira (2008); Roda de Capoeira (2008); Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão (2011); Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim (2013); Maracatu Nação (2014); Carimbó (2014); Maracatu de Baque Solto (2014); Cavalo-Marinho (2014); Literatura de Cordel (2018); Sistema Agrícola Tradicional de

Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira (2018); Bembé do Mercado (2019). O registro do patrimônio afro possui como uma das principais características a salvaguarda de bens em diferentes regiões do país, contudo ainda com destaque para a região Nordeste, sobretudo os estados de Pernambuco e Bahia.

Considerações

Em suma, do total de 1.260 (mil duzentos e sessenta) tombamentos, apenas 13 (treze) são relacionados ao patrimônio afrodiáspórico e do total de 48 (quarenta e oito) bens de natureza imaterial registrados, são apenas 17 (dezesete). Destacamos que o Patrimônio Imaterial apresenta proporcionalmente maior quantidade em relação ao quantitativo, o que pode ser sugestivo do ponto de vista analítico, nos levando a refletir acerca de qual o reconhecimento dado a materialidade do patrimônio afrodiáspórico.

A relação de bens em processo de instrução para o tombamento é ainda mais dramática, haja vista que muitos bens estão nessa lista há décadas aguardando o parecer do órgão. Esses apontamentos e reflexões são muito importantes, posto que nosso objetivo foi historicizar as ações do IPHAN, investigando qual a representatividade do patrimônio afrodiáspórico reconhecido e protegido pelas políticas patrimoniais a nível federal no país.

Acreditamos que esses aspectos evidenciam a necessidade de revisão das políticas patrimoniais, no sentido de ampliar a representatividade, mirando uma equidade entre os bens, tanto de natureza material, quanto de natureza imaterial. Diversas tipologias de patrimônios estão dispersas em todo o território nacional e são passíveis de serem incluídas. Destacamos, inclusive, a oportunidade de aproveitamento das informações e dados coletados no âmbito de pesquisas acadêmicas, consolidando a importância dos pesquisadores da área.

Por exemplo, o Cais do Valongo, antigo local de desembarque de escravizados revelado pelas obras de infraestrutura e revitalização urbana realizadas na região portuária do Rio de Janeiro para as Olimpíadas de 2016 foi reconhecido como Patrimônio da Humanidade pela Unesco em 2018, mas não possui um reconhecimento a nível nacional pelo IPHAN. O Valongo é reconhecido pela excepcionalidade de ser o único vestígio material do traslado e desembarque forçado de escravizados e pela imaterialidade da carga simbólica que remete a dor e a violência do traumático processo de violação de direitos humanos, definido como sítio histórico sensível.

Outro exemplo é a Pedra de Xangô, localizada no bairro periférico de Cajazeiras em Salvador na Bahia, um monumento geológico, cultural e simbólico, reconhecido e protegido pela Lei de Preservação do Patrimônio Cultural do Município de Salvador desde 2017. O local onde fica a Pedra de Xangô é reconhecido por ter sido refúgio de escravizados que fugiram das fazendas da região no século XIX assim como é um espaço dedicado a culto afro-diaspórico, ou seja, um candidato a patrimônio imaterial no Livro dos Lugares. Outro lugar emblemático que poderia ser registrado no Livro dos Lugares é a Pedra do Sal no Rio de Janeiro, a Praça Onze, o Cemitério dos Pretos Novos ou toda a Pequena África, por demarcar uma região de desembarque, sepultamento e residência de escravizados, livres e libertos no Rio de Janeiro.

Buscamos as possíveis lacunas nesse equacionamento de dados e pretendemos que nossa pesquisa seja compreendida como uma crítica interessada na ampliação e equidade na salvaguarda de bens que simbolizam a história e o povo brasileiro. Contudo, não desconsideramos os avanços importantes e significativos alcançados até a atualidade, ao contrário, nosso objetivo é ressaltar o protagonismo dos movimentos sociais e a necessária manutenção desse ativismo, principalmente ante os ataques que a Cultura, assim como outras áreas, tem sofrido nos últimos anos.

O golpe contra a democracia brasileira foi seguido pela ascensão de uma extrema direita ultraconservadora e neofascista, desde então, tem sido levado a cabo um desmonte de diversos órgãos, entre os quais o próprio IPHAN. Nesse sentido, enquanto profissionais atuantes na área do patrimônio cultural, reiteramos nosso apoio ao corpo técnico do órgão e repudiamos os ataques sistemáticos que vem sofrendo. Acreditamos na dinamicidade da cultura e, por isso, nossas críticas não compactuam com retrocessos.

Nesse sentido, ao evidenciar os silenciamentos em relação ao patrimônio afro-diaspórico, pretendemos demonstrar que as mudanças ocorreram, sobretudo por causa do protagonismo do Movimento Negro. Em suma, que o exemplo nos inspire e nos mova para a luta e a resistência.

Referências

BRASIL. Portaria nº 194, de 18 de maio de 2016. Dispõe sobre diretrizes e princípios para a preservação do patrimônio cultural dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana,

considerando os processos de identificação, reconhecimento, conservação, apoio e fomento. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Diário Oficial da União. 2016.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. A Coleção do Museu de Magia Negra do Rio de Janeiro: O primeiro patrimônio etnográfico do Brasil. In: **Mneme Revista de Humanidades**, V. 07, p. 404-435, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/330/303> Acesso em 20 de novembro de 2020.

DELGADO, Andréa Ferreira. Goiás: a invenção da cidade “Patrimônio da Humanidade”. Em: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 11, n. 23, jan/jun 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a07v1123.pdf> Acesso em 20 de novembro de 2020.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/MinC/IPHAN, 1997.

FONSECA, Maria Cecília Londres. “Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural”. Em: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário. **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. São Paulo: Ed. DP&A, 2003.

GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul-set. 2012 Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/05.pdf> Acesso em 20 de novembro de 2020.

GURAN, Milton. Sobre o longo percurso da matriz africana pelo seu reconhecimento patrimonial como uma condição para a plena cidadania. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 35, p.213-226, Brasília-DF, 2017.

IPHAN. **Lista de bens tombados**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 16 out. de 2020.

IPHAN. **Lista de bens tombados**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 16 out. de 2020.

LIMA, Alessandra Rodrigues. **Patrimônio cultural afrobrasileiro: as narrativas produzidas pelo Iphan a partir da ação patrimonial**. (Dissertação de Mestrado). Curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural. Iphan, 2012.

LODY, Raul. **O povo de santo: religião, história, cultura dos orixás, voduns, inquices e caboclos**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2006.

A PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL DE JUIZ DE FORA ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DO BLOG MEMÓRIA JF

Samuel FONTAINHA⁶³²

Carla BALDUTTI⁶³³

RESUMO

O presente artigo trata da criação de um blog que divulga a história de locais culturalmente relevantes de Juiz de Fora, em Minas Gerais, que não existem mais. O objetivo durante a disciplina Jornalismo Cultural foi gerar um acervo digital tanto de imagens quanto de depoimentos, contribuindo para preservar a memória, resgatar a história e valorizar o patrimônio cultural da cidade. A disciplina abordou a necessidade de utilizar as tecnologias da informação e comunicação (TICs) para preservar memórias e identidades e exercer a função social do Jornalismo. Na revisão bibliográfica, (LEMOS, 2017) trata de questões sobre o patrimônio histórico, abordamos identidade a partir de (HALL, 2000), foram considerados os estudos de Jornalismo cultural de (PIZA, 2003) e (BALLERINI, 2015), o blog segundo as teorias de mídias digitais em (MARTINO, 2014), a nostalgia a partir de (HUYSSSEN, 2014), e a metodologia de História Oral de acordo com (DELGADO, 2010).

PALAVRAS-CHAVE: História; Memória; Patrimônio Cultural; História Oral; Blog.

ABSTRACT

This article deals with the creation of a blog that discloses the history of culturally relevant places in Juiz de Fora, in Minas Gerais, which no longer exist. The objective during the Cultural Journalism discipline was to generate a digital collection of both images and testimonials, helping to preserve memory, recover history and enhance the city's cultural heritage. The course addressed the need to use information and communication technologies

⁶³² Graduando no 5º período do curso de Jornalismo da Facom-UFJF. Membro do grupo de pesquisa Comunicação Cidade e Memória (COMCIME) e-mail: sa.fontainha@gmail.com

⁶³³ Mestranda do 2º semestre do PPGCOM-UFJF, e-mail: carlabalduttijornalista@gmail.com

(ICTs) to preserve memories and identities and exercise the social function of Journalism. In the bibliographic review, (LE MOS, 2017) deals with questions about historical heritage, we approach identity from (HALL, 2000), the studies of cultural journalism by (PIZA, 2003) and (BALLERINI, 2015), the blog according to the theories of digital media in (MARTINO, 2014), the nostalgia from (HUYSSSEN, 2014), and the methodology of Oral History according to (DELGADO, 2010).

KEYWORDS: History; Memory; Cultural Heritage; Oral History; Blog.

Introdução

O presente artigo é um relato de experiência da construção de um *blog*⁶³⁴ pelos alunos da disciplina Jornalismo Cultural, na Faculdade de Comunicação da UFJF, no primeiro semestre de 2019, que utilizou os conceitos de jornalismo associados a uma abordagem histórica e de preservação da memória local.

A metodologia utilizada foi História Oral na construção das matérias, valorizando os relatos de quem conheceu os espaços, e também no depoimento da professora e dos pesquisadores de memória de Juiz de Fora. Na revisão bibliográfica, (LE MOS, 2017) trata de questões sobre o patrimônio histórico, abordamos identidade a partir de (HALL, 2000), foram considerados os estudos de Jornalismo cultural de (PIZA, 2003) e (BALLERINI, 2015), o blog segundo as teorias de mídias digitais em (MARTINO, 2014), a nostalgia a partir de (HUYSSSEN, 2014), e a metodologia de História Oral de acordo com (DELGADO, 2010).

Ao longo do texto contextualizamos as teorias estudadas durante a disciplina de Jornalismo Cultural, norteadoras da produção das matérias em suas reflexões geradas; em seguida abordamos as implicações sobre patrimônio histórico e identidade cultural; contextualizamos a formação histórica da cidade, discutimos sobre memória e nostalgia e como a mídia pode contribuir para divulgar conteúdos antigos para as novas gerações; levantamos outros projetos de memória da cidade e relatamos a construção do *blog* na dinâmica da disciplina onde foi feito.

⁶³⁴ Disponível em: <<https://jornalismocultural1.wixsite.com/memoriajf>> Acesso em: 10 dez. 2020.

Observamos, ao fazer as matérias, um descaso com os espaços de cultura sempre afetados pelo mercado imobiliário e pelos efeitos do capitalismo na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais. Esta pesquisa se justifica na tentativa de criar um espaço de divulgação para a memória e identidade cultural dos locais escolhidos, a partir da criação de um *blog* e da função social do Jornalismo especializado em cultura.

Patrimônio Cultural e Identidade

No livro *O que é Patrimônio Histórico* de (LEMOS, 2017), o patrimônio é categorizado como elementos da natureza; elementos do saber do homem no decorrer de sua história, e como bens culturais que sobreviveram ao meio ambiente. O autor destaca que a preservação depende do valor que uma comunidade dá a seus bens culturais. O acervo, de patrimônios culturais, de uma nação pode ser caracterizado e classificado em categorias diversificadas pois a conservação realmente engloba valores e interesses diferenciados, de acordo com o entendimento destas categorias em relação ao seu valor histórico e social.

Com isso, o pesquisador salienta a tardia conscientização que aconteceu no Brasil em relação ao pensamento de preservação do passado, desencadeando posições e medidas de conservação do patrimônio cultural. (LEMOS, 2017) levanta a questão da preservação que deve observar todas as diretrizes e características peculiares de cada sociedade. Portanto, a preservação inclui elementos tanto tangíveis quanto intangíveis, conservando a memória do que seja mais significativo diante do grande patrimônio cultural estabelecido. Sendo que, para cada grupo dentro da sociedade os valores serão diferentes a se considerar dentro de cada estrutura social e econômica.

É importante, contudo manter a identidade cultural e preservá-la sem abrir mão do desenvolvimento, mas adequando tanto quanto possível. Essa construção da identidade se molda quando um determinado grupo se apropria de seus valores e manifestações perpetuando-os na sua história, passando de geração a geração.

As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas tem a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos (HALL, 2000: 109).

O pesquisador (REIS, 2015) destaca que desde sua formação, Juiz de Fora apresenta peculiaridades mantendo a mineiridade, com conservadorismo no ambiente doméstico e nas relações familiares, contrastando com aspectos modernos. Isto por causa da forte influência exercida pela imigração, o que demonstra uma qualidade cultural cosmopolita por ser abrigo dos múltiplos costumes, hábitos e tendências, introduzidos inicialmente pela convivência dos habitantes, escravos libertos e estrangeiros alemães, italianos, árabes e portugueses.

Os imigrantes fornecem um mercado de trabalho especializado e os primeiros empreendimentos industriais. A convivência entre diversos costumes, valores e modos de vida concentra-se num espaço urbano de caráter comercial e industrial, distinto do contexto mineiro. Começa, assim, a construção de uma identidade marcada pela diversidade cultural, com realizações caracterizadas pelo pioneirismo de espírito empreendedor que fizeram de Juiz de Fora uma das mais importantes cidades brasileiras do final do século XIX e início do século XX, em virtude do extraordinário desenvolvimento industrial e de sua tradição cultural (REIS, 2015).

A partir do contexto da formação da cidade, foi observado de que maneira, em Juiz de Fora, os espaços que não existem mais eram considerados culturalmente, e sua relevância social, para serem abordados nas matérias jornalísticas e divulgados no *blog* em foco neste estudo.

Nostalgia e Mídia

De acordo com Andreas Huyssen (2014), a memória é considerada crucial para coesão social e cultural da sociedade, pois todos os tipos de identidade dependem dela. No texto “A nostalgia das ruínas”, (HUYSSSEN, 2014) traz o conceito de nostalgia.

O dicionário define nostalgia como “melancolia pelo afastamento da terra natal” ou “anseio de algo muito distante ou que ficou no passado”. A palavra é composta pelos termos gregos *nostos*= lar e *algos*= dor. O significado primário de nostalgia tem a ver com a irreversibilidade do tempo: algo do passado deixa de ser acessível (HUYSSSEN, 2014: 91).

Por isso, o blog criado na disciplina, buscou também, ser visto como acervo de memória, uma vez que a plataforma concentra parte da História sobre a Cultura de Juiz de Fora. Muito além, pudemos perceber após a realização das reportagens para o blog que apesar dos espaços terem sido substituídos, em sua maioria, por lojas de comércio, as pessoas entrevistadas, envolvidas nos espaços de cultura, tinham acervo pessoal em forma nostálgica de fotos, objetos, e produtos culturais. Isso porque

a nostalgia se contrapõe às noções lineares de progresso, ou até as solapa, quer sejam elas dialeticamente emolduradas como filosofia da história, quer sejam sociológica e economicamente vistas como modernização. Mas o anseio nostálgico do passado também é sempre uma saudade de outro lugar (HUYSSSEN, 2014: 91).

A cidade não tem uma cultura de valorização do patrimônio arquitetônico que vá além do tombamento de fachadas dos prédios sem defesa do conteúdo cultural dos mesmos. Ainda assim, sem rastros imobiliários, os agentes culturais se nutrem de reportagens, fotografias e objetos que permitem recontar suas histórias.

No desejo nostálgico, a temporalidade e a espacialidade estão necessariamente ligadas. A ruína arquitetônica é um exemplo da combinação indissolúvel de desejos espaciais e temporais que desencadeiam a nostalgia. No corpo da ruína, o passado está presente nos resíduos, mas ao mesmo tempo não está mais acessível, o que faz da ruína um desencadeante especialmente poderoso da nostalgia (HUYSSSEN, 2014: 91).

Não existe uma política pública neste sentido, apenas um prêmio “Amigo do Patrimônio”⁶³⁵ da prefeitura da cidade, que reconhece projetos de memória patrimonial, mas

⁶³⁵ Disponível em: <<https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=69004>>
Acesso em: 05 out. 2020.

sem ações conjuntas de apoio cultural. “Aqui, como em qualquer forma de nostalgia, é difícil discernir entre o lamento sentimental de uma perda e a reivindicação crítica de um passado, com o propósito de construir futuros alternativos” (HUYSSSEN, 2014: 94).

A cidade acompanha a influência do capitalismo e do neoliberalismo aplicados ao mercado imobiliário. Observamos lojas e estacionamentos onde antes estavam bem localizados os espaços culturais da cidade. Isso reflete o descaso com a cultura e a educação ao mesmo tempo em que se abrem bares com temática retrô, por exemplo, o que denota um paradoxal interesse pelo antigo.

As “ruínas autênticas”, tais como ainda existiam nos séculos XVIII e XIX, parecem já não ter lugar na cultura de mercadorias e memória do capitalismo avançado. Na condição de *commodities*, as coisas em geral não lidam bem com o envelhecimento. Tornam-se obsoletas e são descartadas ou recicladas. Construções são demolidas ou restauradas. A probabilidade de as coisas envelhecerem e se transformarem em ruínas diminuiu na era do capitalismo acelerado, acompanhando, ironicamente, o aumento contínuo da média de idade da população. As ruínas do século XXI são detritos ou são velhice restaurada. Neste último caso, a idade real é eliminada por uma plástica facial às avessas. O novo é levado a ter uma aparência envelhecida, em vez de se fazer o velho parecer novo. As modas reprô e retrô tornam cada vez mais difícil reconhecer o que é genuinamente antigo nessa cultura da preservação e da restauração (HUYSSSEN, 2014: 96).

Isso trouxe para a disciplina o desafio de o Jornalismo cultural agir como ponte para a memória na ausência de ruínas e vestígios desses espaços. “Na ruína, a história aparece espacializada, e o espaço construído, temporalizado” (HUYSSSEN, 2014: 99). Sem o físico para ativar memórias e curiosidades, restou aos alunos reunir os acervos pessoais e depoimentos para rememorar os espaços inexistentes de um passado perdido, sem materialidade. “No caso das ruínas, o que está supostamente presente e transparente, sempre que se afirma a autenticidade, só está presente como ausência; é o presente imaginado de um passado que agora só pode ser apreendido em sua decadência. Isso deixa a ruína sujeita à nostalgia” (HUYSSSEN, 2014: 98).

Observamos que a população de Juiz de Fora perde em cidadania, ao ficar sem contato físico espacial com seu passado cultural. Mas é uma tendência global. “A era da ‘ruína autêntica’, de qualquer modo, encerrou-se; sua genealogia pode ser escrita, mas não ressuscitada. O presente é uma era de preservação, restauração e novas versões, todas as quais anulam a ideia da ruína autêntica, que se tornou, ela mesma, histórica” (HUYSSSEN, 2014: 113).

Por isso, a mídia se torna importante canal de preservação da memória das cidades ao registrar e divulgar acervos, depoimentos, reportagens que podem ser utilizadas posteriormente por pesquisadores e historiadores.

A mídia produz conteúdos e narrativas não apenas no estilo nostálgico, mas também como desencadeadoras da nostalgia. A mídia e as novas tecnologias em particular podem funcionar como plataformas, locais de projeção e ferramentas para expressar a nostalgia. Além disso, a mídia é muitas vezes nostálgica por si mesma, seu próprio passado, suas estruturas e conteúdos. Mudanças de mídia perpétuas tornam a mídia nostálgica por seu fim inexistente (NIEMEYER, 2014: 7).

E a imprensa consegue mostrar para um público heterogêneo memórias de períodos anteriores, o que configura o reconhecimento e a identificação para quem viveu aquela época, e a nostalgia sem passado, para as novas gerações em contato com o tema.

A mídia, nesse sentido, seria importante para alimentar e responder à nostalgia não apenas pelo viés tecnológico de recuperação de imagens de arquivo, por exemplo, mas também – e principalmente – pela possibilidade de fazer circular narrativas capazes de conectar pessoas de diferentes gerações, lugares e classes sociais. O fortalecimento de laços de pertencimento (mesmo que ideal, possível, desejado ou sonhado; mesmo se geracional, comunitário, nacional e/ou cultural), afinal, pode se constituir como elemento basilar da nostalgia (LEAL; LAGE; BORGES, 2018: 50-51).

Além de mostrar espaços culturais relevantes na história da cidade para as novas gerações, uma questão fundamental durante a disciplina Jornalismo Cultural foi a abordagem diferenciada. Ao invés de entrevistas para matérias factuais foi estipulado usar a metodologia

de história oral como ponto de partida, pois foi amplamente discutido como são importantes os relatos obtidos através de reportagem para contar a história.

A história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais (DELGADO, 2010: 15).

O relato foi valorizado pela importância histórica que as entrevistas têm no registro da memória de fatos e pessoas, por exemplo em ocasiões como o aniversário da cidade quando o portal de notícias *Tribuna de Minas* relembra fatos antigos. Em matéria de (PESSÔA, 2019) foi feita uma campanha de coleta de depoimentos em comemoração, ano passado, e a mídia nesse caso mobilizou, reuniu, editou e divulgou a participação voluntária de quem queria lembrar espaços marcantes da cidade.

Outros projetos de divulgação digital da memória de Juiz de Fora

Com a internet e as Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs, blogs, redes sociais e aplicativos têm sido utilizados para projetos de divulgação da memória. Em Juiz de Fora dois blogs se destacam por divulgar imagens antigas, “Maurício

Resgatando o passado – A história de Juiz de Fora⁶³⁶” e “Maria do Resguardo – imagens antigas de Juiz de Fora”⁶³⁷. Os dois se tornaram referência na cidade e são utilizados inclusive pela imprensa local e por pesquisadores.

No ambiente virtual, uma das plataformas mais acessadas sobre a memória de Juiz de Fora, é o blog denominado "Maria do Resguardo". Criado em 2009, por Marcelo José Lemos, possui um acervo com mais de 3600 postagens sobre a história do município, no qual encontramos fotografias, contos, entre outros, e já recebeu mais de um milhão de visitas. Tal projeto, se destaca pelo forte teor nostálgico e rememorativo, aliado a um meio cada vez mais moderno voltado para o futuro; propondo através das informações pessoais compartilhadas

⁶³⁶ Disponível em <<http://mauricioresgatandoopassado.blogspot.com>>. Acesso em 13 dez. 2020.

⁶³⁷ Disponível em <<http://www.mariadoresguardo.com.br/>> Acesso em: 10 out. 2020.

nas legendas do acervo, e na interação nos comentários, usar a memória coletiva para abordar uma JF que não existe mais; e assim ajudar a construir as narrativas da cidade, como aponta a doutora Rafaella Rabello (2020). “Sabe-se que as construções das narrativas sobre as cidades são sempre vinculadas ao processo de rememoração e a partir das nossas vivências pessoais” (RABELLO, 2020).

O blog, que também apresenta uma *fanpage* na rede social Facebook, e um perfil no Instagram, com o uso da tecnologia como aliada, traz questões identitárias sobre o espaço urbano bem como os processos de memória ao divulgar seu histórico.

Ao compreendermos que a função de memória da *fanpage* “Maria do Resguardo” (“MR”) se dá pela capacidade da criação ao seu redor de diferentes modos de subjetividades com implicações identitárias, estéticas, políticas, sociais, entendemos a necessidade de explorar a relação entre o espaço urbano e os processos de memória (RABELLO, 2020).

Quando percebemos o grande potencial de alcance das atividades realizadas por iniciativas como essa, fica visível a necessidade dos espaços armazenarem a memória, pois as pessoas ainda se mantêm muito apegadas aos arquivos e às rememorações; o que justifica o “Maria do Resguardo” conseguir grande visibilidade entre os habitantes de Juiz de Fora.

A partir de “Maria do Resguardo”, percebe-se a necessidade de armazenamento da memória em um suporte, como uma rede social, que paradoxalmente se caracteriza pela atualização permanente. Mesmo com a crescente capacidade de armazenamento de memórias cibernéticas, as pessoas continuam apegadas aos arquivos físicos, associando as lembranças a certos tipos de referências materiais (RABELLO, 2020).

O Maria do Resguardo, assim como outros meios virtuais que apresentam esse recorte, se tornam uma nova possibilidade de preservação e divulgação da memória, uma vez que temos a ilusão que o material produzido ali, estará sempre ali. Essas plataformas podem

também contribuir para maior valorização e compreensão da história de JF ao atingir aos mais diversos públicos.

Acreditamos que o ambiente virtual se apresente como uma alternativa bastante vantajosa na preservação e na divulgação das imagens, o que inclui a possibilidade de ampliar a comunicação através das redes interativas que fomentam a troca de ideias e opiniões. As memórias expressas em ambientes virtuais, com a pluralidade de fontes que temos, representam a oportunidade de compreender os processos mnemônicos e de relação com a cidade graças à sua paradoxal condição de efemeridade (RABELLO, 2020).

Na área acadêmica, o projeto de pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, pelo mestrando Márcio Henrique de Oliveira orientado pela professora doutora Christina Ferraz Musse, intitulado “O uso das Mídias Digitais Móveis como Estímulo Cultural Sustentável”, tem o objetivo de “provocar o reconhecimento e a valorização do patrimônio cultural de um destino turístico como fonte de cultura, educação e riqueza” (OLIVEIRA, 2020).

A pesquisa tem um processo de criação híbrido com a dissertação e o desenvolvimento de um aplicativo para dispositivos móveis.

Como principal objetivo do produto a ser desenvolvido, buscamos a identificação, o registro e a divulgação das informações relativas ao patrimônio cultural da cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil, que deverão ser realizados, também, com base na revisão bibliográfica sobre sua constituição, além do levantamento das principais práticas e planejamentos por parte dos agentes locais responsáveis pelos setores de patrimônio cultural e turismo (OLIVEIRA, 2020).

Outro projeto, desenvolvido a partir de iniciação científica, e contemplado com a Lei Murilo Mendes é o “Cidade e memória: a construção da identidade urbana pela narrativa audiovisual”. Conforme (HSU; BALDUTTI; MUSSE, 2019), são recolhidos depoimentos de pessoas através da metodologia de história oral, e também são feitas pesquisas em acervos históricos a respeito dos cinemas de rua que existiram em Juiz de Fora.

Além disso, o projeto desenvolve a *websérie* “Cinemas de Rua de Juiz de Fora” que foi idealizada e produzida pelo grupo de pesquisa Comunicação, Cidade e Memória (Comcime), vinculado à Universidade Federal de Juiz de Fora e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que pesquisa cinemas de rua da cidade, cujo conteúdo produzido está disponível na plataforma YouTube⁶³⁸ (HSU; BALDUTTI; MUSSE, 2019).

Outras iniciativas de diversos segmentos visam valorizar e divulgar a memória do patrimônio histórico e cultural da cidade. O “Prêmio Amigo do Patrimônio”⁶³⁹, da prefeitura de Juiz de Fora divulga anualmente essas iniciativas e premia aquelas que se destacam.

Disciplina Jornalismo Cultural e a Criação do *Blog*

Diante deste panorama que revela a forma como os espaços de cultura são tratados pela sociedade em Juiz de Fora, antes da construção do blog e das matérias serem feitas, as aulas abordaram a importância de utilizar o Jornalismo Cultural para a preservação da memória. Utilizando conceitos e críticas de (PIZA, 2003) e (BALLERINI, 2015) sobre o Jornalismo especializado em cultura, foram discutidos como esta editoria sempre valorizou mais os lançamentos e a agenda do que o aprofundamento.

Tudo depende, no entanto, de ter bons profissionais e estimulá-los a prezar o que fazem, estimular sua criatividade e seu rigor, estimulá-los a estudar, viajar, sedimentar ideias. O fundamental no jornalista cultural é que saiba ao mesmo tempo convidar e provocar o leitor, notando ainda que essas duas ações não raro se tornam a mesma: o leitor que se sente provocado por uma opinião diferente (no conteúdo ou mesmo na formulação) está também sendo convidado a conhecer um repertório novo, a ganhar informação e reflexão sobre um assunto que tendia a encarar de outra forma” (PIZA, 2003: 68).

⁶³⁸ Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UC11mhvrELqyFny1xyC4ysVQ>> Acesso em: 10 dez. 2020.

⁶³⁹ Disponível em: <<https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=69004>> Acesso em: 05 out. 2020.

Porém, com o Jornalismo digital a perda de espaços no jornal impresso ou em grandes veículos transportou a editoria cultural para um viés alternativo e com mais possibilidades de atuação. Nesse sentido foi proposto utilizarmos esse contexto para a criação do blog.

Os “valores-notícia” que orientam a prática jornalística cotidiana modificam-se no universo dos *blogs* – não é necessário ter um “gancho” para se tratar de um assunto: o autor do *blog*, ao se pautar, já seleciona as informações das quais pretende tratar e, como resultado, escolhe os critérios de seleção de notícias conforme sua ética particular – e, nesse sentido, pode dar espaço para temas distantes das pautas tratadas nas empresas de comunicação (MARTINO, 2014: 172).

A disciplina, Jornalismo Cultural da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, é uma disciplina eletiva⁶⁴⁰ ofertada exclusivamente pela professora Dra. Christina Ferraz Musse, quem supervisionou a produção do *blog*, tema deste artigo. As aulas ocorreram no período de 14 de março de 2019 a 27 de junho de 2019, sempre às quintas-feiras de 14h as 18h. A disciplina começou com 15 discentes matriculados, dos quais oito continuaram, tendo ainda mais duas desistências ao longo do semestre. Foram sete os participantes do *blog*, e cada um teve como meta fazer sete produções cada (duas matérias factuais⁶⁴¹, duas crônicas, duas resenhas e uma grande reportagem especial), sobre Carnaval, Galerias de arte, Livrarias, Música, Teatro, Vídeo locadoras e Cinemas de Rua.

Lecionar Jornalismo Cultural, é propor aos estudantes escrever em uma área que é tão fundamental na formação do cidadão, mas que dependendo do período político é desprezada. Então é o momento que os alunos têm para pensar todas as formas de cultura do país, seja ela mais erudita, ou popular, que todos nós usamos para nos expressar, e em vários formatos de escrita. (MUSSE, 2019).

⁶⁴⁰ Disciplina eletiva é um curso proposto pelo professor e não pela grade da faculdade. Sendo assim, é opcional fazê-la ou não.

⁶⁴¹ É um termo utilizado no jornalismo para uma reportagem direta no modelo pirâmide invertida, principais informações primeiro e as outras depois, e que tem a necessidade de ser apresentada no momento que foi feita, por se tratar somente de acontecimentos atuais.

A cada semestre letivo é proposto pela docente um tema geral diferente relacionado à área cultural, nesse semestre foi proposto explorar espaços culturais extintos na tentativa de divulgação da memória de uma cidade que não existe mais, sendo que cada aluno e ou aluna ficou com um subtema para trabalhar, baseado nas aulas teóricas, de cultura no jornalismo, e de memória com os mesmos autores que referenciam este trabalho. Os temas sugeridos no primeiro dia de aula, pelos próprios alunos e alunas, partiram do pressuposto de seus gostos pessoais e suas realidades.

Eu trabalho com memória, então pensar nos lugares de cultura que não existem, é falar dos lugares onde as pessoas exercitaram o afeto, a resistência, seus sonhos nesses espaços culturais que marcou gerações, e refletir, por que esses espaços acabaram? Por que não foram preservados? Se é que deveriam ser preservados, que rastros eles deixaram, alguma ruína ou foram totalmente transformados? Como um cinema de rua que vira estacionamento, ou uma galeria de arte que é cedida a um edifício mais moderno. Que cidade as pessoas querem? Que cidade as pessoas sonham, eu procuro responder a essas perguntas com essa disciplina (MUSSE, 2019).

Tais questões foram discutidas, em aulas sobre a criação do blog e a angulação das matérias, com duas aulas complementares lecionadas pelo mestrando em estágio docência, Ramsés Albertoni, tornando possível abordar de forma mais dinâmica, por um semestre inteiro, notícias sobre espaços antigos da cidade o que não seria pauta no Jornalismo local, permitindo também um alcance maior de público.

O *blog* foi idealizado pela aluna Carla Baldutti, que também fazia as postagens do conteúdo através do seguinte esquema: no final de cada aula, a docente tinha um momento de orientação com os alunos e alunas, a qual dava um *deadline*⁶⁴² para entrega das produções, tirava dúvidas, corrigia os trabalhos já prontos para dar um *feedback*⁶⁴³ aos discentes e ajuda através de indicação de fontes e referências para realização das tarefas. Após corrigir os textos, os que não precisavam de alterações eram enviados diretamente para Carla Baldutti,

⁶⁴² Termo usado no jornalismo para definir prazo limite de entrega.

⁶⁴³ Respostas em forma de opinião para correção do produto que foi gerado.

que fazia a postagem do material; os que precisavam de alterações passavam pela revisão do mestrando Ramsés Albertoni, que dava uma orientação maior depois do período de aula e fazia outras correções, para posteriormente ser postado no *blog*.

Foi possível com o curso, fazer com os alunos um exercício bastante rotineiro e intenso de escrita e leitura de textos acadêmicos sobre o assunto, confeccionando assim um *blog* em que eles fossem criar um produto, que eles podem trabalhar depois do período letivo, se quiserem, e que todos pudessem ver, que extrapolam os limites acadêmicos (MUSSE, 2019).

A escolha das editorias foi motivada pelo interesse de cada aluno, já os locais eram definidos em reuniões de pauta, nas aulas, antes de irem produzir as reportagens. A forma de avaliação do curso decidida foi a professora e o mestrando darem suas notas para os trabalhos e a apresentação dos seminários sobre artigos científicos, e a docente fazer uma média das duas notas para ter o resultado final. No semestre em questão, todos os alunos e alunas que permaneceram até o final do período, foram aprovados.

Considerações finais

Todos os trabalhos, mostram como uma rua, um prédio, um shopping, todos os lugares são, muito mais que sua localização geográfica, ali se constituem espaços que marcaram gerações, que foram símbolos de resistência cultural que fazem da cidade o que ela é hoje. E que tudo isso está sendo esquecido pela modernidade, com valorização de grandes construções.

Esse processo tem origem na formação da cidade com vocação empreendedora mesmo mantendo tradições mineiras nas relações familiares. Essa dualidade se dá pela presença dos imigrantes e da implantação industrial contrastando com o aspecto interiorano. Desde o início Juiz de Fora é uma cidade que acolhe outras pessoas, culturas e hábitos e por isso sempre valoriza a inovação.

O *blog* não teve continuidade, pois sua função foi auxiliar os alunos no conhecimento prático da profissão. Mas vai além da disciplina, por possibilitar que pessoas da cidade, que

não fazem parte da vida acadêmica, possam ter acesso, na tela dos seus aparelhos eletrônicos, a tudo o que está sendo mostrado neste presente trabalho.

Com isso, a disciplina possibilita aos alunos serem profissionais mais críticos e acrescenta outras experiências, indo além de outras que são obrigatórias do currículo. O blog permite que as pessoas percebam tudo o que está sendo mostrado no trabalho, possibilitando conhecer outras culturas, resgatar uma cidade perdida, que teve grande importância no cenário nacional da época, alvo das pesquisas.

Este trabalho incentiva também que a população possa ter mais senso crítico e valorizar o passado e a história de suas cidades. Muito além, no contexto teórico, tal plataforma pode ser vista como exemplo e fonte histórica no meio digital.

Referências Bibliográficas

BALLERINI, Franchesco. **Jornalismo cultural no século 21: literatura, artes visuais, teatro e música: a história, as novas plataformas, o ensino e as novas tendências na prática.** São Paulo: Summus, 2015.

BLOG MARIA DO RESGUARDO. **Imagens antigas de Juiz de Fora.** Disponível em: <<http://www.mariadoresguardo.com.br/>> Acesso em: 10 dez. 2020.

BLOG MEMÓRIA JF. **Espaços de Memória, Lugares de afeto.** Disponível em: <<https://jornalismocultural1.wixsite.com/memoriajf>> Acesso em: 10 out. 2020.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo e identidade** 2 ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais** / Tomaz Tadeu da Silva (org). Petrópolis – RJ: Vozes, 2000.

HSU, Ya Ya; BALDUTTI, Carla; MUSSE, Christina Ferraz. Cinema Paraíso: imaginário urbano no cinema de rua de Juiz de Fora. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 12, 2019, Natal. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Alcar, 2019. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/12o-encontro-2019/gt-historia-das-midias-audiovisuais/cinema-paraiso-imaginario-urbano-no-cinema-de-rua-de-juiz-de-fora/view>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

HUYSSSEN, A. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória.** Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014.

LEAL, Bruno Souza ; LAGE, Igor ; BORGES, Felipe. Experiências de nostalgia: de Stranger Things a Vozes de Tchernóbil, diferentes construções nostalgizantes. In: Lucia Santa Cruz; Talitha Ferraz. (Org.). **Nostalgias e mídia: no caleidoscópio do tempo.** 1ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2018, p. 47-66.

- LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **O que é patrimônio histórico**. Brasiliense, 2017.
- MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teorias das Mídias Digitais: linguagens, ambientes e redes**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- MUSSE, Christina Ferraz. Entrevista concedida aos autores em 27 jun. 2019.
- NIEMEYER, K. (org.) **Media and Nostalgia: Yearning for the past, present and future**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2014.
- OLIVEIRA, Márcio Henrique de. Entrevista concedida aos autores em 08 out. 2020.
- PIZA, Daniel. **Jornalismo cultural**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.
- PESSÔA, Júlia. “Memória Afetiva”: ajude a lembrar os lugares antigos de JF. **Tribuna de Minas**. Juiz de Fora. 07 de maio de 2019. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cultura/07-05-2019/memoria-afetiva-ajude-a-lembrar-os-lugares-antigos-de-jf.html>> Acesso em: 10 out. 2020.
- RABELLO, Rafaela Prata. Entrevista concedida aos autores em 02 de dez. 2020.
- RABELLO, Rafaela Prata. **Micronarrativas de memória e a virtualização da experiência de passado na cidade de Juiz de Fora**. Tese. Rio de Janeiro: UERJ, 2020.
- REIS, Daniel. **Cidade (I)Material: museografias do patrimônio cultural no espaço urbano**. Rio de Janeiro: Mauad X – FAPERJ, 2015.

PATRIMÔNIO, HISTÓRIA E LUGARES DE MEMÓRIA: O PALACETE SANTA MAFALDA COMO LUGAR DE MEMÓRIA DA SOCIEDADE JUIZFORANA

Mariana Cunha de Faria⁶⁴⁴

Resumo

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma breve análise sobre o Palacete Santa Mafalda como lugar de memória, dialogando com o papel que o mesmo desempenhou no presente e passado, destacando que o Palacete faz parte da memória latente do convívio da sociedade juizforana. O casarão estudado resiste ao tempo e suas intempéries desde a segunda metade do século XIX. Transpondo as barreiras do progresso e da modernidade, que outrora ele mesmo representou, pois foi à construção mais moderna de sua época. O Palacete de Veraneio de D.Pedro II, passou a ser escola em 1907, função desempenhada até o ano de 2013, quando já era insustentável o trabalho em suas dependências.

Palavras Chave: Palacete Santa Mafalda, Patrimônio, Lugares de Memória

Abstract

This work aims to present a brief analysis of the Palace Santa Mafalda as a place of memory, dialoguing with the role that it played in the present and past, highlighting that the Palace is part of the latent memory of the coexistence of the Juizforana society. The studied house has withstood the weather and its bad weather since the second half of the 19th century. Transposing the barriers of progress and modernity, which he once represented, as it was the most modern construction of his time. The D. Pedro II Summer Palace became a school in 1907, function performed until 2013, when work on its premises was already unsustainable.

Key words: Santa Mafalda Palace, Patrimony, Places of Memory

⁶⁴⁴ Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora - marianacunhadefaria@gmail.com

HISTÓRICO DO PALACETE SANTA MAFALDA

O presente trabalho vem contar um pouco sobre o histórico Palacete Santa Mafalda como lugar de memória, um patrimônio cultural de Juiz de Fora, que foi construído na segunda metade do século XIX e que possui um importante papel na história e memória afetiva da cidade, edificação posteriormente utilizada para a utilização dos Grupos Centrais⁶⁴⁵

Neste período Juiz de Fora possuía uma estrutura urbana organizada em relação a outros municípios da região atraindo assim os olhares para a cidade (PIRES, 1993, p.120). Um exemplo estava em pleno crescimento econômico. Foi nesta conjuntura que se construiu o Palacete Santa Mafalda, por ordem do Comendador Manoel do Valle Amado, para oferecer como presente a casa de veraneio para a família Imperial (NOBREGA, 1997, p.1).

O palacete foi encomendado para ser entregue ao Imperador D. Pedro II e sua família, quando estes visitaram Juiz de Fora no dia 24 de junho de 1861. Nesta data ocorreu a inauguração do trecho da estrada União Indústria que ligava a província do Rio de Janeiro a Juiz de Fora. Após a inauguração, as atenções se voltaram para o Palacete Santa Mafalda, uma vez que neste local ocorreu uma cerimônia de Beija-mão (PEDRO II, 1861, p.12-17), ocasião em que o Imperador atendeu a pessoas de expressão política e assinou documentos. Neste dia lhe foi oferecido o luxuoso palacete como presente.

Nesta mesma cerimônia, o Imperador ofereceu a Mariano Procópio o título de Barão, porém Mariano Procópio declinou-se da oferta e pediu que sua mãe fosse agraciada com essa mercê, tornando-se a Baronesa de Sant'Ana (BASTOS,1991,p.61). Ao receber as chaves do Palacete das mãos do Comendador Manoel do Valle Amado, o Imperador, como um entusiasta das tecnologias e educação, alegou que só receberia o presente em prol de alguma benfeitoria, como escola ou algo que servisse a comunidade.

O Comendador Valle Amado ficou insatisfeito com a recusa do presente que foi oferecido para uso pessoal da família imperial, projetado em seus mínimos detalhes para

⁶⁴⁵ O Palacete Santa Mafalda adquiriu a alcunha de Grupos Centrais ao abrigar três grupos escolares ao mesmo tempo, trabalhando em três turnos (O Grupo Escolar José Rangel, Escola Estadual Estevão de Oliveira e Escola Estadual Delfim Moreira)

receber D. Pedro II e família, uma jóia no meio da cidade já que o imóvel era considerado a edificação mais imponente de sua época no município de Juiz de Fora.

Atualmente, este Palacete é considerado o prédio mais antigo do conjunto arquitetônico do centro (FIORAVANTE e col., 2008). O mesmo detinha mobiliário primoroso que fora totalmente importados, além de pinturas a óleo do Imperador, da Imperatriz e um trono que foi utilizado somente na cerimônia Beija-mão.

A partir disso o Comendador ordenou que o local fosse fechado até mesmo após a sua morte. Seu filho obedeceu às suas ordens e o Palacete ficou fechado por um pouco mais de 40 anos. O Barão de Santa Mafalda, filho do então já falecido Comendador Manoel do Valle Amado, por sua vez transferiu o Palacete em testamento para a antiga Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, e os bens que estavam no seu interior foram leiloados em 1904 (NOBREGA, 1997, p. 1).

O trabalho desenvolvido busca se debruçar sobre as relações de memória da sociedade Juizforana em relação ao Palacete Santa Mafalda, edificação que foi utilizada como escola sendo sede dos Grupos Centrais, responsáveis pelo enraizamento da edificação na memória dos juizforanos, o que ajudou inclusive, a transformá-lo em um patrimônio histórico cultural da cidade.

O Palacete Santa Mafalda inicialmente acolheu a Escola Normal, que posteriormente foi transferida provisoriamente para uma casa comprada pelo Estado da Família Horta Barbosa localizada na Rua Espírito Santo. Local em que esta escola permaneceu até que a sua sede ficasse pronta e fosse inaugurada em 14 de agosto de 1930, lugar onde se mantém até os dias atuais (ARCURI)⁶⁴⁶.

Em 1907, após o governo do estado assinar contrato com a Santa Casa de Misericórdia, o Palacete Santa Mafalda, recebeu o primeiro grupo escolar de Minas Gerais. Em 1913, José Rangel (ex-diretor da Escola Normal) foi autorizado pelo secretário das finanças, a iniciar as negociações com a Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, para que o governo do estado pudesse adquirir o imóvel. Em outubro do mesmo ano, o governo do

⁶⁴⁶ Disponível em: <http://www.ricardoarcuri.com.br/jfora/collegfaculd/escolanorma> .

estado arrematou o Palacete por 120 contos de réis (RANGEL,1904)⁶⁴⁷. A parte do terreno que não foi ocupada pela edificação continuou em posse da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora. Era delimitado pela Avenida Barão do Rio Branco até a atual Rua Batista de Oliveira. Posteriormente, as construções foram demolidas e o portão direito foi retirado por ordem da prefeitura para a abertura da Rua Bráz Bernardino (ARCURI)⁶⁴⁸.

Posteriormente, o prédio foi ocupado pelos Grupos Centrais e em seguida o Colégio Delfim Moreira, que permaneceu na edificação até o fechamento deste para obras de reforma e restauração, em 2013.

TRABALHANDO AS “MEMÓRIAS” SOB O CONCEITO DA MEMÓRIA COLETIVA

Como já exposto sobre o Palacete Santa Mafalda mais conhecido sobre a alcunha de Colégio Central, pode ser trabalhado sob o conceito de memória coletiva, uma vez que os indivíduos que por ali passaram detêm suas memórias como indivíduos, memórias estas que podem ser compartilhadas.

Segundo o pensador francês Maurice Halbwachs

A memória é a capacidade de recordar dados e acontecimentos. Esta função do intelecto humano tendo dupla face a individual e a coletiva. O conceito memória coletiva se refere a todos os aspectos que fazem parte do legado de uma comunidade. Este termo está relacionado aos fenômenos associados à opinião pública e expressa o quadro social da memória compartilhada (2013).

No caso do Palacete a opinião pública vem desde a década de 1970 lutando para evitar a demolição do prédio onde um dia fora instalado os Grupos Centrais e após o Colégio Delfim Moreira que na época era ameaçado de demolição.

⁶⁴⁷ RANGEL, José. Escola Normal: Relatório apresentado ao Dr. Secretario do interior, pelo diretor da Escola Normal, Jornal Correio de Minas, Juiz de Fora, dias 28, 29, 30 e 31 de Maio de 1904.

⁶⁴⁸ Disponível em: <http://www.ricardoarcuri.com.br/jfora/collegfaculd/grupo/>.

O movimento contou com diversas camadas da sociedade juizforana de professores, intelectuais, alunos e a sociedade envolvida pela memória nele expressa. Por tanto a memória segundo concepção de Halbwachs passa por um processo de reconstrução diário de constante averiguação e consideração dos aspectos.

O primeiro deles se referindo ao fato de que não se trata de uma repetição linear dos fatos acontecidos e sim a vivências deles no contexto de interesses da atualidade toda via, se diferenciando dos acontecimentos e vivências que podem ser rememorados e situados em um determinado tempo e espaço, envolvidos em um conjunto onde há relações sociais.

O autor Halbwachs inclinasse sobre o conceito de que se o sujeito se recorda de algo que o insere no corpo social no qual sempre possui um ou mais grupos de referências, por tal fato a memória é então sempre construída em grupos. Nada melhor do que o ambiente escolar, onde pode ser observado vários grupos sociais onde os membros trocam experiências vivenciando as mesmas histórias entretanto com visões diferentes fazendo-os evocar posteriormente essas memórias de formas coletivas mas sempre individuais.

Então, quando se coloca o Palacete Santa Mafalda como lugar de memória pode se apreciar grupos diferentes rememorando sua relação com o Palacete desde sua ocupação como escola em 1907 até os dias atuais quando a sociedade cobra a sua preservação ao governo do estado de Minas Gerais.

Observa-se que a essência da vivência de cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, como se pode ver, o trabalho do sujeito no processo de rememoração não é descartado. Posto que, as lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros de modo particular sem perder a forma coletiva. Ainda que, trate de eventos em que somente um indivíduo tenha tido contato com os objetos que somente outro indivíduo teve contato. Tal fenômeno acontece somente porque jamais estamos sozinhos, pois vivemos em uma sociedade coletiva. Conseqüentemente a lembrança é o produto de um todo um processo coletivo, estando estabelecida em um contexto social ou particular onde espontaneamente há troca de experiências como no ambiente escolar do Colégio Central.

As lembranças mesmo sendo coletivas também podem ser lembradas por outros indivíduos, mesmo que os indivíduos que rememoram não estejam diretamente envolvidos.

Sendo esse fenômeno consequência da inserção do indivíduo na sociedade onde compartilham experiências e saberes.

Deste modo compartilhando do conceito de memória coletiva exposta por Halbwachs o Palacete Santa Mafalda pode ser definido como lugar de memória coletiva. Por mais que a sociedade contemporânea à “joia” que vem a ser o Palacete Santa Mafalda já não estejam entre nós, a sociedade não deixou sua história cair em esquecimento.

O Palacete Santa Mafalda se tornou um dos exemplares mais belos que a cidade de Juiz de Fora que tem resquício do passado imperial. Uma herança de um passado próspero recente do Brasil com a história de Juiz de Fora que se entrelaçam.

CONCEITO DE LUGAR DE MEMÓRIA

Os lugares de memória, para Nora, são lugares em todos os sentidos do termo, vão do objeto material e concreto, ao mais abstrato, simbólico e funcional, simultaneamente e em graus diversos, esses aspectos devem coexistir sempre. Analisando o Palacete Santa Mafalda sob a ótica expressa por Pierre Nora a edificação se enquadra no conceito de lugar de memória por conter em sua própria história uma parcela da história imponente da cidade, pois por ele passou o último imperador do Brasil, pela motivação de sua construção como presente ao imperador Dom Pedro II e sua família e a recusa do presente ter delineado um dos episódios mais marcantes do passado do antigo município.

Ademais, esta edificação também trás a memória os Grupos Escolares, pelo fato deste ter abrigado o Primeiro Grupo Escolar do Estado de Minas Gerais funcionando regidamente no mesmo local de 1907 até meados de 2013, quando foi fechado para reformas.

O Palacete Santa Mafalda pode assumir o lugar de monumento, pois marca a sociedade de Juiz de Fora pela faceta que assumi ao se estruturar como colégio em 1907 até o ano de 2013 com 106 anos de história como instituição de ensino público.

Inaugurava-se solenemente, com a matrícula de 470 aluno, O PRIMEIRO Grupo Escolar criado em Minas. Foi instalado no prédio da Escola Normal, tendo sido organizado pelo professor José Rangel, de acordo com o novo plano de instrução pública do Estado (NOBREGA, p. 6).

Trabalhando a idéia de vontade de memória, Nora observa que os indivíduos envolvidos tem que ter a “vontade de memória” a intenção de se lembrar algo, justamente para que não se caia no esquecimento e se apague, pois como o próprio autor diz “a memória dita à história escreve”. Então se a memória sobre algo ou alguém não for constantemente trabalhada o objeto daquela memória se torna esquecido, conseqüentemente a história deste objetivado se dispersa.

Em suas argumentações Nora alega que a memória e história não são similares e sim opostas. Em sua percepção a memória são traçados em meio aos grupos vivos se relacionando e observa que a história nada mais e que a que a reconstrução problematizada com lacunas dos acontecimentos. A memória é um todo e a história trabalha em torno do que e relativo.

Os lugares de memória, segundo Nora, são criados e se desenvolvem de sentimentos, que não existe memória espontânea e que não são memória simplesmente por ser memória e sim porque algo ou alguém o faz tornar o lugar eleito como símbolo da memória a ser lembrada. Uma vez que para lembrar é preciso que se criem arquivos, que mantenham as datas comemorativas como os aniversários, organizem celebrações para manter vivas as memórias sobre algo, deste modo o Palacete Santa Mafalda é posto como um lugar eleito como símbolo de memória pois por clamor popular se tornou um bem tombado pelo Processo 3936/82. Decreto/ Data: 2864/19.01. 83.

Os lugares de memória são os espaços onde a memória se fixou e serviriam como uma nova forma de se refletir a memória que não é natural a nossa vivência, pois não somos contemporâneos ao que elas representam que é pertinente a história como fonte. São locais de memória materiais e imateriais onde se imprime a memória de uma sociedade, ou nação, locais onde os grupos ou povos se espelham e se reconhecem, possibilitando existir o sentimento de pertencimento onde se forma a identidade e sentimento de pertencimento.

O Palacete Santa Mafalda é importante para a memória não somente da cidade de Juiz de Fora, enquanto um bem tombado, mas conjuntamente por seu valor histórico ao Estado de

Minas Gerais. Fora instalado no prédio o primeiro Grupo Escolar de Minas Gerais segundo relatório realizado pelo autor Dormevilly Nobrega⁶⁴⁹.

Segundo o autor Jacques Le Goff “A memória na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF,1990, p. 471). Então, deve se trabalhar a memória para a conservação e rememoração das lembranças de um passado distante, mas que precisa ser lembrado no caso do Palacete Santa Mafalda como um presente declinado por D.Pedro II, tanto quanto espaço escolar, que o fez símbolo de local de memória.

Por esse fato narrado o palacete Santa Mafalda se reveste como lugar de memória, pois paira na memória coletiva da sociedade Juizforana. O palacete Santa Mafalda há tempos tem sido defendido da opressão da modernidade, que impõem por meio das novas construções como um dia ele mesmo exerceu.

Desde a década de 1970 o clamor popular para a preservação do Palacete vem incessantemente, no intuito de conservar a memória municipal que a muito vem perdendo espaço.

Observa-se a importância deste imóvel como um patrimônio cultural para a cidade de Juiz de Fora, pela história e memória latentes nele contidos. Segundo, o Artigo 216 da Constituição patrimônio cultural são os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988).

Para que tais bens possam ser utilizados pelos poderes em favor da criação da nação, é necessário que, em primeiro lugar, façam com que os indivíduos passem a ser entendidos enquanto coletividade, ou seja,

⁶⁴⁹ **Dormevilly Nóbrega** nasceu em Três Corações/MG no dia 17 de dezembro de 1921, filho de José Ferreira da Nóbrega e Rita de Souza Nóbrega. Foi o fundador do Museu da Imagem e do Som de Juiz de Fora, cidade que escolheu, depois, para residir. Foi jornalista no Rio e em São Paulo, além de Recife. Foi cantor de boate, rádio e seresta, professor de Português, Geografia e Desenho. Ex-combatente serviu ao Exército durante a 2ª Guerra Mundial. Foi jornalista e tipógrafo, aos 13 anos, na "Folha M Exército durante a 2ª Guerra Mundial. Foi jornalista e tipógrafo, aos 13 anos, na "Folha Mineira". Foi vereador e é considerado um dos maiores historiadores de Juiz de Fora, onde faleceu, em 18 de abril de 2003, aos 81 anos.

devem servir como um instrumento integrador. Caso contrário, eles não efetivarão o que foi intencionado (CRIVELLI, BIZELLO, 2012, p.174).

Os bens culturais de natureza material podem ser divididos em imóveis, como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos (IPHAN). O Palacete Santa Mafalda foi reconhecido oficialmente como um patrimônio imóvel da cidade de Juiz de Fora, ao ser tombado pelo decreto 2864/19.01.83.

Sua preservação não se deve somente por sua arquitetura, mas pelo seu valor como patrimônio histórico e cultural.

Nas últimas décadas, a sociedade juizforana vem testemunhando o seu passado sendo “implodido”. Os casarões que outrora presenciaram grandes festas e reuniões da alta sociedade onde delineavam estratégias políticas, saraus e banquetes como o casarão do Barão de Bertioga que se situava na Avenida Barão do Rio Branco antiga Rua Direita de frente a antiga Santa Casa de Misericórdia que hoje funciona o estabelecimento de fast food.

Atualmente, as construções que restaram nas principais avenidas da cidade sofrem ataques da especulação imobiliária como por exemplo: Palacete da família Fellet situado entre as ruas Espírito Santo e Avenida Itamar Franco antiga Avenida Independência hoje a casa se encontra em ruínas.

Das antigas fábricas e casarões da época que ainda sobrevivem em sua grande maioria são utilizados para prestar serviços a sociedade, como por exemplo a antiga fábrica Pantaleone Arcuri (hoje sede da Associação Municipal de Apoio Comunitário - AMAC), a antiga prefeitura (mantém repartições públicas de assistência a população) e a antiga fábrica de tecidos Bernardo Mascarenhas (hoje é *CCBM* | Centro Cultural Bernardo Mascarenhas que abriga a Biblioteca Municipal Murilo Mendes e o Mercado Municipal).

CONCLUSÃO

Caminhando para a conclusão desse artigo após esta breve análise sobre o Palacete Santa Mafalda como local de memória pelo motivo de sua construção e seu uso enquanto escola pode ser observado que o mesmo se encaixa perfeitamente nos conceitos de memória coletiva e lugar de memória.

Observando que não é algo forçoso e sim natural. A figura do Palacete Santa Mafalda não está somente afixada na memória das pessoas que de algum modo por ele passaram, como alunos e professores mas também pelas pessoas que simplesmente admiram o belo prédio e sua história que de Palacete de Veraneio de D.Pedro II, passou a ser escola em 1907.

A relevância da pesquisa sobre a memória imbuída no Palacete Santa Mafalda como um produto material das redes de sociabilidades, de fato são uma forma de resguardar a história e memória do município de Juiz de Fora, portanto preservando a memória afetiva enraizada ao Palacete como patrimônio histórico e cultural.

A partir deste trabalho, observa-se que o Palacete Santa Mafalda se mostra importante para a preservação da memória e história da cidade de Juiz de Fora pelo valor histórico, arquitetônico e cultural.

O Palacete Santa Mafalda ou Colégio Central como assim é conhecido pela maior parte da população juizforana, está marcado na memória afetiva da sociedade. É preciso que se tenha conscientização da sociedade como todo, pois se uma parte quer a conservação do prédio histórico.

REFERÊNCIAS

FONTES

Acervo Arquivo Central Universidade Federal de Juiz de Fora - MG

- Caixa: 19 ID :536
31º Inventario

Fundo: Benjamin Colucci;

Inventariado: José Maria de Cerqueira Leite

Inventariante: Albino de cerqueira Leite.

Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage - FUNALFA / Divisão de Patrimônio Cultural (DIPAC) PJF/MG

- Processo nº:3936 Ano 1982
Interessado: IPPLAN - Instituto de pesquisa e planejamento.
Assunto: Comissão Técnica Cultural LSI nº 6108 de 130182,tombamento do edifício dos Grupos Centrais. Volume 1 e 2.

BIBLIOGRAFIA

BASTOS, Wilson de Lima. Mariano Procópio Ferreira Lage: sua vida, sua obra, descendência, genealogia. Juiz de Fora: ED. Paraíbuna. 1991.

BRASIL. Artigo 216 da Constituição Brasileira Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp. Acesso em: 24/06/2018 às 15:38 horas.

CRIVELLI, Renato; BIZELLO, Maria Leandra. Patrimônio, Documentos e Informação. Ibersid, Zaragoza, 2012.

FIORANTE, Livia Duarte; MATTOS, Marcela Caixero; MACHADO, Paula Meyer Cabral e RUSSO, Sumaya Elias. Palacete Santa Mafalda: Parte 1- Dados da edificação e Parte 2- Pesquisa Histórica. UFJF, 2008.

GENOVEZ, Patrícia Falco. As Malhas do Poder: Uma Análise da Elite de Juiz de Fora na Segunda metade do séc. XIX (Versão Revisada).Juiz de Fora: Clio edições eletrônicas, 2002.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC - SP, n. 10. São Paulo, dez.-1993.

NOBREGA, Dornevelly. A casa do Imperador: - Escola Normal - Grupos Centrais. Juiz de Fora: Edições Caminho Novo, 1997.

PEDROII, Imperador do Brasil. Centenário da estrada União e Indústria: A inauguração da primeira rodovia brasileira, de Petrópolis a Juiz de Fora, narrada pelo imperador D. Pedro II em seu diário n.º 8, de 22 a 27 de junho de 1861. Touring, Rio de Janeiro, 328/330, p.12-17, [s.d.]

PIRES, Anderson. Tendências da produção agroexportadora da Zona da Mata de Minas Gerais - 1870/1930. UFF,1993.

RANGEL, José. Como o tempo Passa. Rio de Janeiro: A encadernadora S.A. 1940.

_____. Escola Normal: Relatório apresentado ao Dr. Secretario do interior, pelo diretor da Escola Normal, Jornal Correio de Minas, Juiz de Fora, dias 28, 29, 30 e 31 de Maio de 1904.

https://www.pjf.mg.gov.br/administracao_indireta/funalfa/patrimonio/arquivos/bens_tombados.pdf

A DISPUTA DA MEMÓRIA CULTURAL E SUAS TRANSVERSALIDADES: JOCKEY CLUB DE PELOTAS E JOCKEY CLUB DO PARANÁ.

Francisca Jesus⁶⁵⁰

RESUMO

O presente trabalho trata de ressignificações de espaços patrimoniais, tendo como foco duas entidades de longa trajetória dentro de seus municípios e estados, e seus perpasses de interlocuções através do pertencimento e suas disputas de memória. O Jockey Clube de Pelotas e O Jockey Club do Paraná simbolizam espaços de origem elitária tendo em seu pano de fundos dinâmicos políticos e sociais que acabam por marcar sua existência e a mantê-la dentro de um cenário de adversidades do esporte turfe, com tudo acaba por afastar a linha de ligação e pertencimento da comunidade mais popular na qual se inserem. Essa pesquisa torna-se viável a observação dos vínculos de sociabilidade e de como os mesmos tornam-se muito presentes no molde da memória e pertencimento.

Palavras- chave: Jockey Club, Pelotas, Paraná.

ABSTRACT

The present work deals with the resignification of heritage spaces, focusing on two entities with a long trajectory within their municipalities and states, and their interlocution through processes of belonging and their memory disputes. The Jockey Clube de Pelotas and The Jockey Club do Paraná symbolize spaces of elective origin having in their backdrop of dynamic political and social backgrounds that end up marking its existence and keeping it within a scenario of adversities in the sport of turf, with everything ending for removing the connection and belonging line of the most popular community in which they are inserted. This research makes it possible to observe the bonds of sociability and how they become very present in the mold of memory and belonging.

⁶⁵⁰ *Licenciada em História Pós Graduada em Direitos Humanos e cidadania
Mestranda em História
Bolsista PIB Universidade Federal de Pelotas
E-mail: franciscahist@yahoo.com.br*

Keywords: Jockey Club, Pelotas, Paraná.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se propõe a refletir sobre o enfrentamento de preservação da memória do Jockey Club de Pelotas e o Jóquei Club do Paraná e suas disputas de especial interesse cultural e assédios imobiliários.

Este trabalho se delineou ao longo de uma pesquisa de dissertação sobre o Jockey Club de Pelotas, e no decorrer do trabalho através do cruzamento de dados, observaram-se peculiaridades comuns as duas entidades, que apontavam trajetórias muito paralelas na ressignificação de suas áreas tendo ambas o mesmo desfecho.

As discussões que sucederam dentro dessas comunidades onde ambos Jockey Clubs estão inseridos, desvelaram as mesmas disputas entre preservação da memória, do patrimônio e a salvação econômica através do mercado imobiliário.

Segundo (NORA, 1993) não somente tudo guardar,tudo conservar dos sinais indicativos da memória,mesmo sem se saber exatamente do que memória são indicadores, devemos então seguir a conservação mas investigando suas essências.

Tais contextos provocaram importantes pautas, que nos trouxeram a luz toda fragilidade de políticas que efetivamente possam dar conta de manter e estruturar as áreas de preservação patrimonial aflorou toda desinformação que permeia a sociedade no qual esses patrimônios se inserem.

Entendemos ao decorrer da pesquisa que para preservar é essencial que haja por parte da comunidade a identidade e o pertencimento da área em foco, uma das formas de construção identitária se dá através da informação sobre aquele espaço.

JOCKEY CLUB DE PELOTAS

O Jockey Club de Pelotas localizado na cidade de Pelotas-Rs, surgiu ainda no século XIX, com uma proposta associativista com fins recreativos. Em meados de 1878, a entidade, ainda com perfil associativista elitário, voltou-se para as corridas de cavalos, construindo sua sede esportiva no bairro Fragata.

A construção dessa sede no bairro Fragata possibilitou a realização das corridas e foi importante para a regulamentação das apostas e para moldar novas perspectivas para o Jockey Club de Pelotas, que passa também a ser conhecido como Prado Pelotense.

Em 1930 a entidade transferiu-se para a zona norte da cidade de Pelotas, o que foi possível através da concessão de um terreno por parte da prefeitura, por intermédio do coronel Zeferino Costa Filho.

Foi quando se constituiu de maneira efetiva o Hipódromo da Tablada, projetando o Jockey Club em âmbito nacional e internacional.

São áreas especiais de interesse do ambiente cultural, aquelas que apresentam patrimônio de peculiar natureza cultural e histórica, que deva ser preservado, a fim de evitar perda, perecimento, deterioração ou desaparecimento das características, das substâncias ou das ambiências culturais e históricas que lhe determinem a especialidade, visando à recuperação dos marcos representativos da memória da cidade e dos aspectos culturais de sua população. (PREFEITURA DE PELOTAS, Lei nº 5.502, 2008).

Tornando-se através do plano diretor da cidade de Pelotas área de preservação cultural, o que acabou por inviabilizar expectativa de investimento por parte da iniciativa privada. O que mudou através da revisão do mesmo em 2019.

JOCKEY CLUB DO PARANÁ

Antigo nome de Club de Corridas Paranaense, o Jockey Club do Paraná surgiu em 2 de dezembro de 1873, com a eleição de sua primeira diretoria, fato que o torna a entidade turfística mais antiga do Brasil. O Clube fora organizado pelo hipólogo brasileiro Luiz Jácome de Abreu Sousa, destacado na época pela imprensa como “a alma do turfe”. Em 29 de janeiro de 1874, foi inaugurado o Prado Jácome, representando o marco inicial da história do Jockey Club

A partir de 1940, com a importação de animais argentinos e uruguaios, além da vinda de um lote de potros e potrancas de criação de Lenneo de Paula Machado, o nível técnico das corridas do Guabirota obteve grande melhora. Nessa época, foram então instituídas algumas das provas mais importantes do calendário turfístico paranaense, como o Grande

Prêmio Paraná e Clássicos Primavera, Carlos Dietzsch e Manoel Ribas. O grande Prêmio Paraná, reconhecido como a prova máxima do turfe local, foi disputado pela primeira vez no dia 20 de dezembro de 1952, em 3000 metros.

Uma emocionante festa de despedida do Hipódromo do Guabirota foi realizada no dia 21 de novembro de 1955, após 56 anos de sua existência. Naquele local, no início do século XX, aconteceram as primeiras corridas de automóveis e bicicletas, e também a primeira partida de futebol de Curitiba.

A solenidade oficial de inauguração do novo hipódromo ocorreu em 10 de dezembro de 1955, às 11 horas da manhã, com as presenças dos Governadores Adolpho de Oliveira Franco e Irineu Bornhause, Bento Munhoz da Rocha Netto, Prefeito Ney Braga, Secretário de Saúde Joaquim de Mattos Barreto, presidente Pedro Alípio Alves de Camargo e as grandes figuras do turfe do Paraná.

A primeira corrida no Hipódromo de Tarumã, o chamado Grande Prêmio Inaugural, foi realizada naquele mesmo dia, e no dia seguinte, o Prêmio Paraná. Do ponto de vista técnico e artístico, merecem especial destaque as marquises em concreto armado de proteção das arquibancadas e tribunas. Conjugam, com efeito, as contribuições da técnica e da arte. O cuidadoso cálculo permitiu a obtenção de lajes de pronunciado balanço, mas de esbelta espessura e o traço sensível resultou em um perfil graciosamente delineado

Localização: Bairro do Tarumã

Data da Construção: 1955. Proprietário: Jockey Club do Paraná

Tombamento estadual: Processo n° 006/2000.

Inscrição n° 155, Livro do Tombo Histórico.

Data: 10/03/2005

Bibliografia: Arquivos da Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná.

Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba. Documentos para a história do Paraná. Sob direção de Francisco Negrão Filho. Revisado por Júlio Moreira. Curitiba, Prefeitura Municipal, 1960, 94p.

RESSIGNIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO JOCKEY CLUB DO PARANÁ

Sobre o Jockey Plaza Shopping

Inaugurado em junho de 2019, o Jockey Plaza Shopping possui mais de 200 mil m² de área construída, com 325 operações, sendo 28 opções na praça de alimentação, além de um boulevard gastronômico com vista panorâmica para a pista de corridas do Jockey Club do Paraná.

O empreendimento conta ainda com oito salas de cinema Cinépolis e espaços para jogos e lazer, que tornam o local ainda mais completo. Com um vasto mix de lojas e serviços, é um shopping que se propõe a atender de forma democrática todos os seus perfis de público. O projeto arquitetônico prioriza espaços amplos, iluminação natural e muita área verde, e busca ressignificar o lazer, remetendo o local a uma extensão de um espaço externo. O Jockey Plaza Shopping é um empreendimento do Grupo Tacla Shopping, Casteval, Paysage e GRCA.

RESSIGNIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO JOCKEY CLUB DE PELOTAS

Sobre os novos empreendimentos dentro da área do Jockey

Segundo editorial de 19 de Abril de 2019 em uma página das redes sociais do Jornal Diário Popular da cidade de Pelotas, o tema em um único final de semana atingiu 140.744 pessoas com 9.411 reações e 36.910 envolvimento até essa data, demonstrando o interesse e relevância social da entidade, assim como todo aspecto econômico envolvido.

A postura da prefeitura e da comunidade em geral foi nesse determinado caso, alinhada com os anseios de faturamento do Jockey, e alinhados com a perspectiva da comunidade na vinda de novos postos de trabalho e geração de empregos diretos e indiretos, através da vinda dessas empresas para a cidade.

O acordo prevê que a Havan possa locar o espaço por 30 anos, renováveis por igual período, ao custo de R\$ 90 mil mensais. Com a instalação da Havan e de um outro grupo, o Jockey teria que diminuir a lateral em 90 metros de cada lado entre as avenidas Salgado Filho e Zeferino Costa. O projeto prevê 50 mil metros quadrados de área construída e estacionamento para 200 veículos. A previsão com o empreendimento é gerar 200 empregos. Autor da proposta, o vereador Anderson Garcia afirma que era preciso ajustar a lei para que o Jockey pudesse alugar ou fazer cessão onerosa. “Na lei, eu resguardo a função social, as corridas de cavalo e a

preservação do patrimônio. A Havan vai poder pintar e fazer melhorias no Jockey. Mesmo com a raia recuada em 90 metros, ainda estará dentro dos padrões nacionais da corrida de cavalo” [...] (SILVEIRA, 20.04.2019, s/p)

Por fim a posição da atual gestão da Prefeitura Municipal de Pelotas, já sinalizara como positivo o desfecho de todo esse meandro.

A prefeita Paula Mascarenhas se disse satisfeita com a notícia mas não surpresa, uma vez que o processo passou por instâncias técnicas de várias secretarias e estava em conformidade com a legislação. Paula acredita que a vinda dos novos empreendimentos será positiva para Pelotas, importante para a economia no município e para gerar novos empregos. (PELOTAS, 29.04.2019).

A priori observamos o avanço agressivo do mercado imobiliário dentro desses dois contextos deve-se a precariedade estrutural dos órgãos responsáveis pela preservação dentro dos municípios, o que observamos ao longo dos jornais pesquisados de 2010 a 2020. De acordo com (POLLAK, 1989) se a memória é construída, é obvio que toda documentação também é. Os embates dessas memórias se tornam vivas em sua cultura e perceber essas transições ao longo dos séculos traz impactos relevantes e importantes na preservação desse patrimônio.

O confronto de trabalhar com a história do tempo presente dentro dessa pesquisa nos traz desafios e possibilidades de análise múltiplas, que nos possibilita um parecer mais aprofundado dos fatos.

Os Jockeys Clubs de Pelotas e Paraná tem em sua formação e base os círculos sociais de distinção política e social, essas sociabilidades se dão através de relações políticas e econômicas desde seu embrião até suas novas constituições, sendo assim as dinâmicas de poder se dariam dentro desses parâmetros econômicos e a memória atuaria como coadjuvante de acordo com os contextos de interesse desses poderes de sociabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLETIM DO ARCHIVO MUNICIPAL DE CURITIBA. DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DO PARANÁ. SOB DIREÇÃO DE FRANCISCO NEGRÃO FILHO. REVISADO POR JÚLIO MOREIRA. CURITIBA, PREFEITURA MUNICIPAL, 1960.

MUNHOZ, DA ROCHA, RAPHAEL. A HISTÓRIA DO JOCKEY CLUB DO PARANÁ [S.D.]

NORA, Pierre Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NÚCLEO DE ESTUDOS PARANAENSES, CURITIBA, V.5, N.2, DOSSIÊ OLIGARQUIAS DO NORDESTE NO BRASIL ISSN: 2447- 554. DEZ. 2019.

SANTOS, HENRIQUE MACHADO DOS; FLORES, DANIEL. O DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO DIGITAL ENQUANTO FONTE DE PESQUISA. PERSPECT. CIÊNC. INF., BELO HORIZONTE, V. 21, N. 4, P. 121-137, DEZ. 2016. RIBAS, LUIZ RENATO. NA PISTA HÁ 144 ANOS.

Pollak, Michael (1989), “Memória, esquecimento e silêncio”, Estudos Históricos TOGNOLI, NATÁLIA BOLFARINI. A CONTRIBUIÇÃO EPISTEMOLÓGICA CANADENSE PARA A CONSTRUÇÃO DA ARQUIVÍSTICA CONTEMPORÂNEA. 2010. FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS, UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, MARÍLIA, 2010. 120 F.

Simpósio Temático 34: O mundo colonial luso americano e as diversas estratégias de conquista e dominação: século XVI – XIX

A construção do 'descobrimento' do Brasil e da América: análise das enciclopédias *Tesouro da Juventude* (1955) e *O Mundo da Criança* (1958)

Ariel Alves Medeiros⁶⁵¹,

Carlos Renato Carola⁶⁵²

Resumo

Este trabalho estuda e problematiza os discursos eurocentristas sobre temas da História do Brasil e da América, difundidos nas Coleções *Tesouro da Juventude* (1955) e *O Mundo da Criança* (1958). O problema orientador deste trabalho é compreender como as enciclopédias *Tesouro da Juventude* e *O Mundo da Criança* explicaram e representaram o tema do 'descobrimento' e os povos originários neste processo. Em termos específicos, problematiza-se as representações do 'descobrimento' e dos povos originários nas duas coleções analisadas. Esta pesquisa é do tipo bibliográfica e documental. Analisando as duas enciclopédias, concluímos que seus textos e imagens foram configurados em uma perspectiva eurocêntrica do ensino de história, além da reafirmação do discurso do “descobrimento” e conquista das américas.

Palavras-chave: Descobrimento, Brasil, América, Decolonialidade, Enciclopédia

Abstract

This work studies and problematizes the eurocentrist speeches on themes of the History of Brazil and America, disseminated in the Collections *Tesouro da Juventude* (1955) and *O Mundo da Criança* (1958). The guiding problem of this work is to understand how the encyclopedias *Tesouro da Juventude* and *O Mundo da Criança* explained and represented the

⁶⁵¹ Graduada em História pela Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC e Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE da UNESC. E-mail: ariel-medeiros@hotmail.com

⁶⁵² Doutor em História pela Universidade de São Paulo – USP e Pós-Doutor pela Facultat de Magisteri de Universitat València (Espanha). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. E-mail: crc@unesc.net

theme of ‘discovery’ and the native peoples in this process. In specific terms, the representations of ‘discovery’ and native peoples in the two analyzed collections are questioned. This research is bibliographic and documentary. Analyzing the two encyclopedias, we conclude that their texts and images were configured in a Eurocentric perspective on the teaching of history, in addition to reaffirming the discourse of “discovery” and conquest of the Americas.

Keyword: Discovery, Brazil, America, Decoloniality, Encyclopedia

Introdução

O presente trabalho originou-se de um projeto de pesquisa iniciado em julho de 2017 e finalizado em agosto de 2018 pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). O projeto visou mapear e analisar concepções pedagógicas e os temas de História do Brasil e América nas coleções *Tesouro da Juventude* e *O Mundo da Criança*, priorizando as narrativas relacionadas ao ‘descobrimento’ e os povos originários.

O tema referente ao ‘descobrimento’ das américas e do Brasil está presente na maioria dos materiais didáticos brasileiros, com maior ou menor ênfase no decorrer da história. Este é um tema que perpassou/perpassa a vida escolar de diversas/os alunas/os, por isso devemos em algum momento, como historiadoras/es e professoras/es, analisar o tema com mais cuidado. De maneira geral, os materiais didáticos ao retratarem este período o denominavam/denominam como ‘as grandes navegações’ ou ‘descobrimento do Brasil/América’, isto quer dizer que houve/há uma perpetuação de uma visão eurocentrada deste processo. A problemática deste tipo de narrativa é a perpetuação de um estado de positividade de um processo que foi extremamente violento para os povos originários que aqui habitavam. Perceber este tipo de narrativa e representação referente a estes temas é importante para nós que trabalharemos no processo de formação de estudantes, para deste modo, problematizar o tema que ainda está positivado na nossa sociedade em geral.

A pesquisa é do tipo bibliográfica e documental, tendo como principal fonte as duas enciclopédias *Tesouro da Juventude* (1955) e *O Mundo da Criança* (1958). Além disto, foi realizado um levantamento de pesquisas e publicações no âmbito do ensino de História e sobre as duas coleções. Foi feito também o uso das imagens das coleções, pois entendemos que este material também é uma parte dos materiais didáticos e do processo de aprendizagem.

Para então analisar os temas referentes ao ‘descobrimento’ do continente americano e do Brasil, utilizamos de alguns conceitos como *representação*, *modernidade* e *decolonialidade*. Com relação ao primeiro, utilizamos a definição da historiadora Sandra Pesavento (2003) na qual o conceito envolve diferentes processos de inclusão/exclusão, reconhecimento, entre outros, que perpassam processos da escrita histórica, a *modernidade* segundo Henrique Dussel (2005) e a *decolonialidade* de acordo com Aníbal Quijano (2005, 2009) e Walter Mignolo (2005, 2017). Esta perspectiva teórica discute a continuidade da colonialidade do poder, do saber e do ser nas américas e como a modernidade afetou/afeta as sociedades americanas.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar as representações criadas acerca do tema ‘descobrimento’ do Brasil e da América, e também identificar as representações dos povos originários no mesmo contexto e, a partir disto compreender a potência dos discursos referentes à colonialidade no que diz respeito a temas sobre a história americana e brasileira nas coleções. O problema orientador deste trabalho é compreender como as enciclopédias *Tesouro da Juventude* e *O Mundo da Criança* explicaram e representaram o tema do ‘descobrimento’ e o lugar dos povos originários neste processo. Utilizamos os teóricos e conceitos acima citados para compreender e analisar estes objetivos e o problema.

Referencial Teórico

Um conceito-chave para a análise deste trabalho é o de *representação*, que segundo Sandra Pesavento (2003), é a categoria central da História Cultural. Para a autora o conceito de representação “[...] envolve processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão” (PESAVENTO, 2003: 40).

Os/as historiadores/as devem olhar para o passado através das representações que os mais diversos indivíduos em diferentes momentos históricos deixaram para trás. Utilizamos então o conceito de representação, pois entendemos que, neste caso específico, agentes históricos como escritoras/es, editoras/es, professoras/es, deixaram sua marca e representações do passado, escritas nos materiais didáticos, que como sabemos, não representam o ‘real’, porém, transmite uma verossimilhança do contexto social, político e cultural de uma determinada época.

Os livros didáticos são materiais culturais carregados de representações. Porém, por serem este objeto constante no cotidiano escolar torna sua preservação ainda mais difícil, tanto por sua grande circulação quanto pelo seu caráter efêmero e passageiro. Entendemos este material, segundo a perspectiva de Moreira (2016: 725): “[...] compreendemos o livro didático como representação dos campos epistêmico e científico, pedagógico, sociológico e antropológico, constituindo um caso particular no quadro da cultura escrita, da cultura escolar e da escolarização”. Sendo assim, entendemos as enciclopédias como materiais didáticos, livros escolares que foram influenciados por diferentes campos do saber, os quais trouxeram para as/os leitoras/es, suas representações dos conhecimentos, tidos como essenciais para a formação das crianças e adolescentes. Deste modo as enciclopédias, que não somente estavam presentes nos ambientes formais, as escolas, mas também, e principalmente, no ambiente privado, a casa e a família, ajudaram no processo de ensino aprendizagem de algumas gerações de brasileiros.

Não somente tendo em conta os fatores acima destacados, que são de suma importância para analisar os materiais didáticos, focamos também na perspectiva teórica da modernidade/colonialidade que foi utilizada para analisar os discursos das coleções. “A Colonialidade é um conceito que foi introduzido pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano no final dos anos 1980 e no início dos anos 1990” (MIGNOLO, 2017: 2). Segundo Quijano (2009: 73):

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social cotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América.

De acordo com Quijano (2005), a colonialidade criou uma ideia de raça em seu sentido mais moderno, que antes da experiência no continente americano não era conhecida na história. Os processos colonialistas e as relações sociais entre colonizadores e os povos originários criou uma ‘identidade racial’ cada vez mais segregária e hierárquica como instrumentos de classificação social básica da população. Formulou-se então termos historicamente novos como, *índios*, *negros* e *mestiços*. Termos como *espanhóis* e

portugueses, posteriormente *européu*, passaram por processos de ressignificação aonde não mais se refeririam somente ao país de origem para também uma relação identitária, uma conotação racial (QUIJANO, 2005). Quijano concebe então a colonialidade a partir da classificação racial, “na América, no capitalismo mundial, colonial/moderno, os indivíduos classificam-se e são classificados segundo três linhas diferentes, embora articuladas numa estrutura global comum pela colonialidade do poder: trabalho, raça e gênero (QUIJANO, 2009: 101).

Walter D. Mignolo, além do fator racial, compreende o mundo moderno/colonial também a partir da expansão do capitalismo. O autor explica que foi a partir da emergência do Atlântico, no século XVI, que a modernidade e o capitalismo, elementos unicamente europeus tornaram-se mundiais.

A consequência é que o capitalismo, como a modernidade, aparece como um fenômeno europeu e não planetário, do qual o mundo é partícipe, mas com distintas posições de poder. Isto é, a colonialidade do poder é o eixo que organizou e continua organizando a diferença colonial, a periferia como natureza (MIGNOLO, 2005: 34).

Para Mignolo (2005), o capitalismo não pode existir sem a América. A economia capitalista acelera os processos comerciais no Atlântico, transformando as concepções de escravidão, a partir daí associadas às/aos negras/os, africanas/os, podemos também adicionar os povos originários. Isto quer dizer que, a escravidão foi relacionada entre raça e trabalho. De acordo com o autor, a modernidade é uma narrativa complexa e universalista que projeta e glorifica as conquistas da civilização ocidental ao mesmo tempo que esconde o seu lado mais escuro, a ‘colonialidade’ (MIGNOLO, 2017).

Metodologia

A pesquisa insere-se no campo bibliográfico e documental. A metodologia realizada foi a leitura e fichamento das enciclopédias *O Mundo da Criança* (1958) e *Tesouro da Juventude* (1955), bem como a realizamos a higienização básica como forma de garantir a preservação do material. Focamos no fichamento dos livros, os assuntos relacionados à História do Brasil e América, bem como dos povos originários no período do

‘descobrimento’. Seleccionamos também as imagens presentes nas coleções que representavam o tema estudado.

Além disto foi realizada um levantamento bibliográfico sobre os materiais analisados e sobre a temática dos livros didáticos, isso possibilitou compreender como a inserção de enciclopédia no Brasil, bem como o conhecimento de trabalhos semelhantes a esta pesquisa.

Resultados

Sob esta perspectiva que então analisamos algumas sessões das duas coleções, mais especificamente, *O novo mundo*, *O livro das belas ações e Homens e Mulheres Célebres* na enciclopédia *Tesouro da Juventude*. Estas sessões estão localizadas em diferentes livros da coleção. A sessão *O novo mundo* é subdividido em diferentes assuntos como por exemplo, *Os aborígenes da América do Sul* e *O descobrimento do Brasil*, presentes no primeiro volume. Em linhas gerais tratam da relação da Europa, mais especificamente de Portugal e Espanha, com os países do continente americano. Tratam também da história nacional e do ‘descobrimento’ de diferentes países americanos. A sessão *O livro das belas ações* retrata alguns acontecimentos ou personagens que se sacrificaram ou fizeram atos heroicos, geralmente relacionando-os com atos de nacionalismo, assim como a maioria dos temas da enciclopédia. A sessão *Homens e Mulheres célebres* descreve também os atos heroicos, revolucionários ou importantes de diferentes figuras históricas.

Com relação à coleção *Mundo da Criança* o capítulo a ser analisado foi *Aventura de grandes personagens*, presente no sexto livro da coleção. Este capítulo segue basicamente a mesma lógica da primeira coleção, tendo também a preocupação de descrever os principais assuntos e heróis nacionais brasileiros, como por exemplo, *Colombo descobre a América*, *Caramuru e a índia Paraguaçu e Anchieta – O santo da Floresta*. A diferenciação é que a linguagem desta coleção é mais simplificada, em forma de contos literários, pois seu público alvo eram crianças. Cada capítulo foi escrito por diferentes autores identificados, diferentemente da *Tesouro da Juventude* onde não se explicita a identidade das/os autoras/es.

Com relação ao tema ‘descobrimento’, nas duas coleções as imagens são, geralmente, utilizadas como ilustradoras das narrativas que abordam a questão do ‘descobrimento’.

Percebemos assim que as imagens nas coleções tinham/têm duas finalidades: a de ilustrar e legitimar um determinado discurso, no que diz respeito, pelo menos, aos conteúdos voltados para o ensino de História, como exemplificado na Figura 2, retirada do capítulo *O livro do Novo Mundo – O descobrimento do Brasil*.

Figura 2 – Representação dos navios do "descobrimento".



Fonte: Tesouro da Juventude (1955, v. 1: 267).

Algumas sessões da coleção *Tesouro da Juventude*, assim como, *O Mundo da Criança*, foram dedicadas para a explicação deste período denominado como ‘descobrimento’ tanto do Brasil quanto do continente americano. A coleção *Tesouro da Juventude* segue uma lógica ‘cronológica’ da história brasileira no decorrer dos seus livros, tendo como ponto de partida o ‘descobrimento’ do país. Na sessão *O descobrimento do Brasil*, presente no primeiro volume, temos, como em outras partes, o lugar de fala eurocentrado.

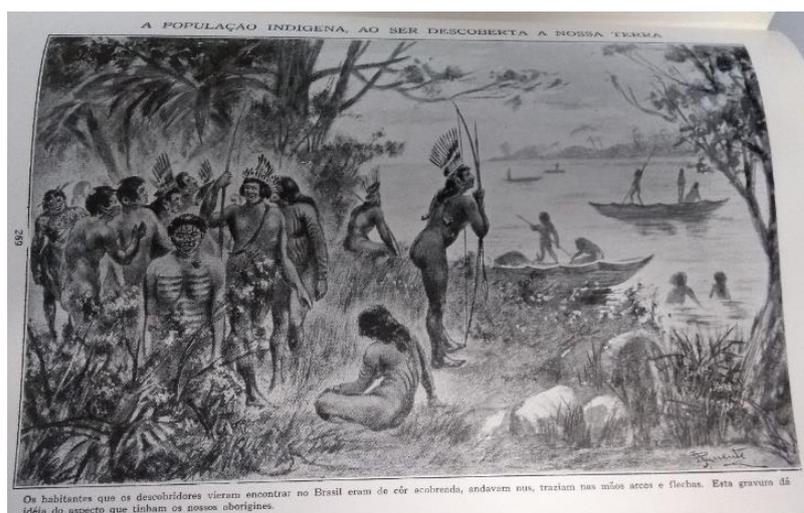
Com relação ao capítulo *O Descobrimento do Brasil* da coleção *Tesouro da Juventude*, o texto inicia com uma comparação entre os povos originários que aqui habitavam com as populações ‘civilizadas’ da Europa. O primeiro sendo colocado em uma posição inferiorizada, e os europeus como os responsáveis por trazer a civilização para o país, fator que, segundo aqueles, não existia pela forma primitiva que as populações originárias viviam.

Como vocês sabem, houve um tempo em que os homens que habitavam aqui andavam nus ou com simples tangas. A sua vida era miserável. Na Europa não acontecia o mesmo. Aí viviam gente com um grau de civilização muito mais elevado, que tinha habitações confortáveis, palácios, jardins e embarcava em navios em demanda de outros países longínquos. Foram os europeus que trouxeram a civilização e a nossa própria língua, a língua em que é escrito este

livro, a língua em que nos entendemos (TESOURO DA JUVENTUDE, 1955, v. 1: 267).

Aqui, texto e imagem se complementam. A narrativa ensina que os homens que habitavam a América “andavam nus ou com simples tangas”. Aqui “a sua vida era miserável”, enquanto que na Europa vivia “gente com um grau de civilização muito mais elevado, que tinha habitações confortáveis, palácios, jardins...”. Na Figura 3, também retirada do capítulo *O livro do Novo Mundo – O descobrimento do Brasil*, a legenda orienta o olhar do leitor na mesma perspectiva: “os habitantes que os descobridores vieram encontrar no Brasil eram de cor acobreada, andavam nus, traziam nas mãos arcs e flechas”. Eis a visão clássica da modernidade/colonialidade.

Figura 3 – Representação dos povos originários no período da ‘descoberta’.



Fonte: Tesouro da Juventude (1955, v. 1: 269).

Podemos categorizar isto ao que Lander (2005) chama de “Outros”, ou seja, a partir do momento em que a Europa se autodenomina ‘civilizada’ e ‘moderna’, ela se auto representa como ‘superior’, mais ‘avançada’ e ‘melhor’, enquanto que as populações originárias foram rebaixadas a condição de povo primitivo/inferior.

Na autoconsciência europeia da modernidade, estas sucessivas separações se articulam com aquelas que servem de fundamento ao contraste essencial estabelecido a partir da conformação colonial do

mundo entre ocidental ou europeu (concebido como *moderno*, o *avançado*) e os “Outros”, o restante dos povos e culturas do planeta (LANDER, 2005: 10).

Isto também está relacionado à concepção de ‘civilidade’, muito propagada nas duas coleções, principalmente no comparativo entre a civilização moderna (europeia) e sociedades primitivas, culturas desprovidas dos elementos materiais que caracterizam o paradigma da civilização euro-ocidental (povos originários).

Outra narrativa presente nas duas coleções, nos capítulos referentes ao período do ‘descobrimento’ brasileiro ou americano, como já mencionado, é a questão do lugar de fala voltado para o europeu. Desse modo a narrativa é centralizada em figuras ilustres que teriam sido responsáveis pelo ‘descobrimento’. Assim, segundo as coleções, Pedro Álvares Cabral e Cristóvão Colombo foram os principais agentes deste processo, são os personagens que tem o papel de destaque na narrativa. Dessa forma, as duas enciclopédias tiveram a preocupação de descrever todas as dificuldades e injustiças que as duas figuras passaram, tanto para conseguir fazer as expedições como também após o feito.

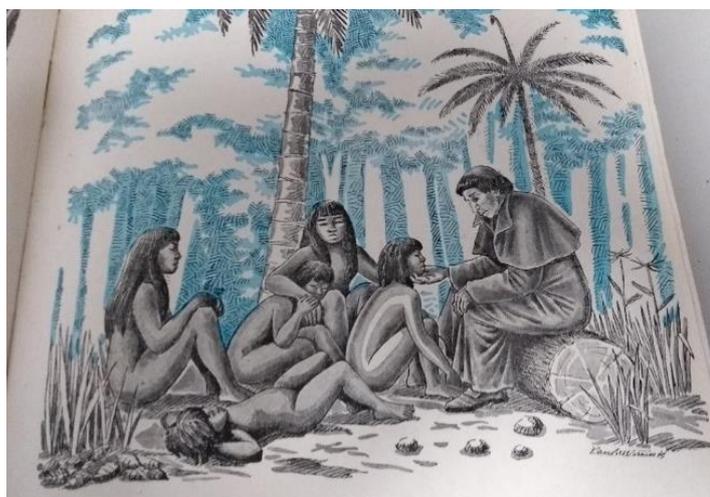
Os povos originários são representados com algumas características ‘distintas’: amigáveis, gentis, exóticos ou selvagens, inferiores, ferozes. Esta ‘dualidade’ está presente nas duas coleções. As primeiras características são, geralmente, associadas ao ‘primeiro’ contato do europeu com os povos originários ou no processo da catequização, em especial associada ao Padre Anchieta. Com relação a este personagem, as duas enciclopédias têm capítulos que tratam especificamente deste missionário. O capítulo *Anchieta – O santo da Floresta*, escrito por Cynira de Vito Lucas para *O Mundo da Criança*, o personagem de Anchieta é retratado como a figura da civilidade, bondade, cristandade. A sua relação de amizade com os grupos indígenas “O gentio – perfeito representante de uma raça que vive em liberdade, está absorto. O sacerdote que o acompanha – inigualável figura de civilizador, [...]” (LUCAS, 1958: 24). Os povos originários são retratados como bondosos e deliberadamente dispostos a serem catequizados:

O selvagem encoraja-se. Diz-lhe: - Senhor, quero conhecer esse teu Deus, que dizes ser tão bom. Onde esta ele? O missionário exalta-se.

Descobriu que conquistara mais aquela alma, e conquistar, mais e mais, para as suas hostes era seu maior ideal (LUCAS, 1958: 25).

Mais uma vez observa-se uma harmonia cristã entre texto e imagem. Padre Anchieta aparece representado como um sacerdote gentil, bondoso e benevolente; os indígenas, como criaturas ingênuas e infantis que necessitam da missão salvadora do ‘Santo da Floresta’, conforme apresentado na Figura 5, retirada do capítulo *Anchieta – o Santo da Floresta*.

Figura 5 – Representação do Padre Anchieta com os povos originários.



Fonte: O Mundo da Criança (1958, v. 6: 25).

As representações caracterizadas por termos de inferioridade e selvagem estão relacionadas em sua maioria com os povos originários do Brasil. Com exceção dos Guaranis, a coleção *Tesouro da Juventude* apresenta uma categorização hierárquica dos povos originários presentes nas américas, ‘catalogando’ entre evoluídas e inferiores. Os grupos ‘evoluídos’ seriam os Guaranis, Incas e Astecas. Estes grupos são categorizados como

‘superiores’ aos demais, pois, de alguma forma, se assemelhavam com as sociedades “civilizadas”.

No *Livro do Novo Mundo* do terceiro volume da coleção, *Tesouro da Juventude* (1955). Neste capítulo de oito páginas, apresenta-se apenas dois parágrafos sobre a conquista espanhola, sendo os demais sobre o processo de independência e a realidade econômica e geográfica dos dois países. Na narrativa que se reporta ao território de Quito antes da chegada dos espanhóis, percebe-se o paradigma da modernidade civilizatória europeia como parâmetro de aferição de evolução do Outro. Os Incas são retratados de forma diferente dos outros povos indígenas, são descritos como mais ‘evoluídos’ ou superiores, pois, seus habitantes teriam chegado a um nível maior de cultura:

O território que hoje forma a República do Equador pertencia, antes da conquista espanhola, ao povo quíchua, cujos chefes usavam o nome de *quintos* e tinha Quito como capital. Nos meados do século XV o inca Tupac-Yupangui apoderou-se das províncias do sul, e Huaina-Cepac, seu filho, conquistou todo o resto do reino. Quando os espanhóis chegaram à meseta de Quito já havia meio século que todo o reino deste nome estava submetido ao soberano do Peru. Sob o domínio dos quitos e dos incas, os antigos povos do Equador haviam alcançado um certo grau de cultura, como demonstram alguns restos de construções, tais como os *tolas* ou montículos funerários de Cuenca, a fortaleza oval e o templo do Sol, próximo a Canar, etc. (TESOURO DA JUVENTUDE, 1955, v. 3: 42).

É interessante perceber que, com relação a povos considerados ‘evoluídos’ a coleção tem a preocupação de detalhar episódios e agentes históricos. Caso que não acontece com outros grupos. Neste exemplo, os *Quintos* e, principalmente, os *Incas* tiveram a diferenciação de serem representados como povos nomeados, os quais não são representados como uma massa homogênea, uniforme como os outros grupos são. Na maioria dos casos os povos originários são denominados simplesmente como ‘índigenas’, ‘índios’, ‘selvagens’ e afins, então o fato de estes grupos serem descritos portando uma identidade é um ponto a ser destacado. O principal fator para isto é a questão de terem se assemelhado e criado estruturas culturais e urbanísticas que teriam chegado perto do padrão civilizatório europeu.

O mesmo acontece com os Astecas, no México. No capítulo *Fernando Cortez, conquistador do México*, do quarto volume da mesma coleção, o conquistar espanhol é

representado como protagonista heroico de uma grande façanha histórica. Sua glorificação é enaltecida em grande medida por ter conquistado “uma civilização bastante adiantada”. Nos domínios do território Asteca haviam “grandes e belas cidades”, haviam “minas de ouro e prata”. Novamente o fator ‘superioridade’ civilizatória é indicativo para valorizar a conquista e os conquistadores, e ao mesmo tempo condenar a violência excessiva quando se trata de um povo considerado mais ‘evoluído/civilizado’:

Em 1509, à frente de um pequeno exército de 508 soldados e 109 marinheiros empreendeu a conquista do México e fundou a cidade e Vera Cruz. Os habitantes do México eram índios de civilização bastante adiantada, chamados de astecas. Usavam ferramentas e armas de metal, tinham grandes e belas cidades e possuíam minas de ouro e prata. Ao verem os exploradores, julgaram que os seus navios eram aves brancas descidas do céu e os espanhóis deuses que vinham tomar conta da cidade (TESOURO DA JUVENTUDE, 1955, v. 4: 182).

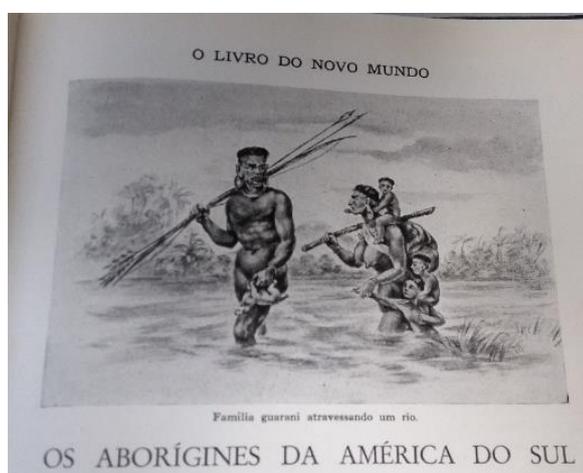
O grau de civilização, no caso dos Astecas, é identificado por seu nível de desenvolvimento econômico (exploração de ouro e prata), arquitetônico (belas cidades) e regime governamental (nobreza). É relevante destacar que este capítulo, como alguns outros, destacam a resistência dos povos originários aos ataques dos europeus no processo da conquista. Porém, mesmo com a coleção mostrando o processo de resistência dos povos originários contra os europeus, ao final, os últimos saem como vitoriosos. É este o caso dos Astecas.

O exército espanhol era apenas de quinhentos homens, pois Cortez deixara uma guarnição em Vera Cruz, e os índios de muitos milhares, mas o canhão, os arcabuzes e os cavalos davam aos primeiros uma grande superioridade. Aterrado, Montezuma enviou grande quantidade de ouro a Cortez, pedindo-lhe que se retirasse; porém o conquistador espanhol prosseguiu a sua marcha e tomou a capital. Organizou então uma espécie de protetorado, e durante um ano de governo em paz o México por intermédio do imperador (TESOURO DA JUVENTUDE, 1955, v. 4: 181-183).

Tesouro da Juventude narra a relação de conquista e resistência. O que este tipo de narrativa faz parecer é a questão de mesmo estes três povos, Incas, Astecas e Guaranis, serem os mais ‘civilizados’ das américas, ainda sim os portugueses e espanhóis eram superiores em qualquer aspecto, e por isto a conquista era inevitável. Um ponto a ser mencionado é que

entre os três grupos, os Guaranis são os de menor destaque. A única parte específica em que os Guaranis são detalhados é em *Aborígenes da América do Sul*, encontrado no primeiro volume da coleção: “na época da descoberta e da conquista, os índios guaranis eram agricultores e navegantes, utilizando para as suas viagens frágeis canoas constituídas por troncos escavados. [...]” (TESOURO DA JUVENTUDE, 1955, v. 1: 156). A representação gráfica é apresentada na Figura 7, retirada do capítulo *O livro do Novo Mundo – Os aborígenes da América do Sul*.

Figura 7 – Representação de uma família Guarani.



Fonte: *Tesouro da Juventude* (1955, v. 1: 151).

Os povos guaranis não tinham o mesmo tipo de organização social que os Astecas e Incas, não desenvolveram cidades urbanizadas. O grau de urbanização no caso destes outros dois povos conquistados foi, tanto para os espanhóis quanto para a narrativa da coleção, um dos fatores de maior exemplo de ‘civilidade’ que estes grupos puderam demonstrar. Os Guaranis, não tendo este tipo de organização social, foram colocados em um patamar inferior aos outros dois na narrativa da coleção.

Conclusão

Ao final da pesquisa percebemos que os discursos eurocentristas do ‘descobrimento’ e da conquista do Brasil e da América, presentes nas enciclopédias analisadas, são discursos

que predominam no senso comum e ainda reverberam nos dias atuais e em alguns livros didáticos e textos historiográficos. O discurso do ‘descobrimento’ e as representações dos povos originários constituem parte das configurações inventadas pelos europeus para legitimar e naturalizar o processo da invasão imperialista e colonialista como um processo civilizatório.

Nas duas enciclopédias analisadas, os textos e imagens referentes a História do Brasil e da América possuem as configurações predominantes da modernidade/colonialidade. A narrativa histórica é explicitamente eurocentrista, as coleções reproduzem as categorias conceituais tradicionais para narrar a história do ‘descobrimento’ e da conquista da América. Utilizam, desta maneira, termos que depreciam e inferiorizam os povos originários que aqui habitavam, os representando como selvagens e ferozes, com exceção dos povos que, de alguma maneira, se assemelhavam com o modo de organização social dos povos ditos ‘civilizados’, os europeus.

Esta narrativa histórica representa a continuidade da colonialidade do poder, do saber e do ser presentes nas coleções. Os portugueses e os espanhóis são representados como heróis do ‘descobrimento’ e da conquista. Os poucos povos originários que aparecem nas coleções ganham visibilidade somente a partir dos feitos dos ‘conquistadores’ europeus. Não se reconhece a história e os direitos dos povos originários. Os invasores são retratados como heróis e a violência banal que se pratica durante todo período da conquista e da colonização ficam ofuscados pelos discursos que glorificam os feitos dos conquistadores.

No campo do ensino de História, as duas coleções, portanto, ensinam a perspectiva histórica da modernidade/colonialidade. Percebemos que as enciclopédias têm o cuidado de exaltar os europeus na mesma medida que inferiorizam os povos originários. Reproduzem a tradicional visão positivista ‘civilização x barbárie’, modernidade x primitividade. As coleções, no entanto, não devem ser vistas como livros de qualidade questionáveis; elas são arquivos de memória da sociedade moderna que foi se edificando no decorrer do século XX; são documentos históricos que revelam conceitos e preconceitos, discursos e ideologias de um determinado contexto histórico.

Ao fazer este tipo de comparação as coleções fizeram um processo de internalização da colonialidade do ser, no qual tenta introduzir na/o leitora/o um sentimento de inferioridade

e que devemos alcançar o grau de sociedade, cultura e ‘civilização’ propostos e impostos pelos portugueses e europeus. Ao denunciar a violência do processo da conquista, se tem ao mesmo tempo a glorificação das ações, sujeitos que impuseram os mesmos atos. Sendo assim, a colonialidade do saber também é repercutida neste material didático no momento que foi estabelecida uma ordem cronológica para a história brasileira e americana, no qual o ponto de partida é a chegada dos europeus, é também ao determinar estágios civilizatórios e culturais nos quais os países deveriam chegar, tendo como cume o continente europeu. Foi percebendo todas essas situações que podemos definir que os discursos da colonialidade foram os orientadores da escrita das duas coleções.

REFERÊNCIAS

Fontes

TESOURO DA JUVENTUDE. São Paulo/Rio de Janeiro/Porto Alegre/Recife: W.M Jackson, vol.15, 1955.

O MUNDO DA CRIANÇA. Tradução e adaptação de Vera Braga Nunes. Rio de Janeiro: Editora Delta, v. 3, 1958

Bibliografia

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 24-32.

LANDER, Ed. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 8-22.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 33-49.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, n. 94, jun. 2017.

MOREIRA, Kênia Hilda. Os livros didáticos de História do Brasil para o Ensino Secundário na Era Vargas: entre autores, didáticas e programas curriculares. **Cadernos de História da Educação**, EDUFU - Editora da Universidade Federal de Uberlândia. [s.l.], v. 15, n. 2, p.723-742, ago. 2016.

PESAVENTO, Sandra Jartahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 130 p.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina. SA, 2009. p. 73-117.

_____. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 107-130.

LEGISLAÇÃO RÉGIA EM TERRAS MINERAIS: UMA ANÁLISE DO ALVARÁ DE 11 DE AGOSTO DE 1753

Joelmir Cabral Moreira⁶⁵³

RESUMO

O presente texto tem por objetivo analisar as ações administrativas no direcionamento da exploração e comercialização de diamantes no Distrito Diamantino, localidade pertencente a comarca do Serro Frio, através das medidas que foram reforçadas com o alvará promulgado em 11 de agosto de 1753. O alvará surge com o propósito de interromper o comércio e a exploração de diamantes de maneira ilícita, valendo-se de ordenamentos anteriores como complementaridade para dar forma à nova regulamentação. A abordagem da legislação possibilitará compreender a relação do Império português com seu corpo administrativo, mantidas por diretrizes régias, com o empreendimento de reorganizar e combater as irregularidades presentes na mineração de diamantes.

PALAVRAS-CHAVE: Mineração, legislação, região do Serro Frio

ABSTRACT

The present text aims to analyze the administrative actions in the direction of the exploration and commercialization of diamonds in the Diamantino District, locality belonging to the Serro Frio region, through the measures that were reinforced with the license promulgated on August 11, 1753. The license appears with the purpose of interrupting the trade and exploitation of diamonds in an unlawful manner, using previous orders as a complement to shape the new regulation. The approach to legislation will make it possible to understand the relationship of the Portuguese Empire with its administrative body, maintained by royal guidelines, with the undertaking to reorganize and combat the irregularities present in diamond mining

KEYWORDS: Mining, legislation, Serro Frio region

⁶⁵³ Doutorando em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), investigação fomentada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Capes. E-mail: joelmircabral@outlook.com

INTRODUÇÃO

A capacidade de um novo modelo de poder de governo começou a se impor ao longo do reinado de D. João V, mais precisamente a partir de 1720. No entanto, após 1750, o reinado de D. José I e a nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, acabaram por representar o modelo de um novo regime governamental, no qual se desenvolveram as medidas administrativas, jurídicas e políticas que marcaram o reformismo ilustrado no mundo ibérico (RIBEIRO, 2010: 38; ALMEIDA, 2014: 148-149). Conforme salientou Caio Boschi, com a política de reorganização de Sebastião de José de Carvalho e Melo, as principais determinações da governança continuaram a desenvolver a política de defesa dos territórios, a exploração dos recursos naturais e as cobranças dos tributos régios, dentro das respectivas áreas sob responsabilidade político-administrativa do Império Ultramarino português (BOSCHI : 2002:79).

No que se refere a região do Serro Frio, a descoberta do ouro e de diamantes nas cabeceiras do rio Jequitinhonha no ano de 1729⁶⁵⁴, estimulou para que toda a direção administrativa se concentrasse nos serviços de exploração mineral. Desta maneira, é possível observar que a primeira metade do século XVIII foi marcada por instabilidades na formação do território, além de haver uma constante remodelação das atividades na Demarcação Diamantina⁶⁵⁵, terreno onde era autorizado a extração de pedras e metais preciosos, no qual as autoridades régias procuraram constantemente uma forma mais eficaz de controlar a mineração e, conseqüentemente, o comércio de pedras preciosas no mercado europeu (Moreira,2020:123-146).

Segundo Noya Pinto , a baixa dos preços dos diamantes no mercado foi uma constante do primeiro ao terceiro contrato, entre 1740 e 1743, a média foi de 11.980 quilates, de 1744 a 1747, o valor foi 10.200, já na terceira arrematação, 1749 a 1752, de 9.302 quilates⁶⁵⁶, isto é,

⁶⁵⁴ *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)*, Minas Gerais, Cx. 16, Doc. 16.

⁶⁵⁵ Demarcação Diamantina ou Distrito Diamantino, criado através do bando de 19 de julho de 1734. Todo o planejamento e as ações administrativas tinham como propósito definir os contornos nas terras minerais e, para esse fim, foi necessário demarcar a exploração de pedras preciosas. Logo, criou-se a Intendência dos Diamantes, com o intuito de fiscalizar a extração dos diamantes em toda a área abrangida do território. Estima-se que os limites compreendiam desde o leito do rio Jequitinhonha até a entrada da capitania da Bahia, mais tarde a definição foi expandida em razão dos novos achados de diamantes, nos terrenos que ainda estavam fora da demarcação (MOREIRA, 2020: 163-166)

⁶⁵⁶ Todos esses valores declarados são uma estimativa, o autor supõe que o volume extraído era muito maior de diamantes que chegava do Brasil a Lisboa (NOYA PINTO, 1979: 307-312)

o preço médio do quilate de diamantes sofreu uma queda de 22,35% quando comparado com o valor do primeiro contrato (NOYA PINTO, 1979: 2018).

Nessa esteira, o conjunto de esforços administrativos empregado nos serviços da extração mineral e no sistema de contrato de diamantes⁶⁵⁷, assegurou em princípio de 1750, os marcos para a reorganização da comarca do Serro Frio. Assim, por meio das regulamentações voltadas para mineração de diamantes, a tentativa de controle governamental foi reafirmada com a finalidade de dar um novo sentido dentro da manutenção da própria ordem para extrair pedras e metais preciosos. Desta forma, houve a nomeação de novos funcionários régios, como foi o caso do intendente Sancho de Andrade Castro e Lanções⁶⁵⁸ e o ouvidor de comarca José Pinto de Mores Bacelar⁶⁵⁹.

Para mais, podemos verificar que as atenções se voltavam para as modificações na forma de cobrança dos impostos sobre a extração de pedras preciosas⁶⁶⁰ e, em específico para a exploração dos diamantes, como resultado desfavorável da direção que tomou a terceira arrematação, assinada por Felisberto Caldeira Brant, entre 1749 a 1752⁶⁶¹, ocorreu a promulgação do alvará em 11 de agosto de 1753 (Silva, 1830: 161-164). Por consequência, a partir desse momento, as experiências desenvolvidas na regulamentação estatutária para ser implementada na região do Serro Frio, foram cruciais para um novo ordenamento da mineração de diamantes.

⁶⁵⁷ Quanto aos contratos, o primeiro e o segundo foram assinados por João Fernandes de Oliveira em associação com Francisco Ferreira da Silva, entre 1740 a 1747. O terceiro foi acordado por Felisberto Caldeira Brant, Conrado Caldeira Brant e Alberto Luís Pereira, de 1749 a 1753. O quarto foi novamente arrematado por João Fernandes de Oliveira, entre 1753 a 1758. Posteriormente, o seu filho homônimo assumiu a responsabilidade de 1759 a 1771, totalizando seis contratos durante a vigência. O sistema de contrato perdurou até o ano de 1771, a partir dessa data, a Coroa portuguesa voltou a monopolizar a extração dos diamantes, lançando o sistema da Real Extração, que possuía um regimento e uma legislação específica, o chamado Livro da Capa Verde (FURTADO, 2008: 37-66; BOXER, 2000: 242-243)

⁶⁵⁸ *Arquivo Histórico Ultramarino* (AHU), Minas Gerais, Cx. 55, Doc. 4.

⁶⁵⁹ *Arquivo Nacional Torre do Tombo*, Registro Geral de Mercês, D. José I, Livro 1, fl. 231. *Arquivo Histórico Ultramarino* (AHU), Minas Gerais, Cx. 70, Doc. 54.

⁶⁶⁰ Como exemplo podemos citar a criação da lei do estabelecimento das Casas de Fundição, em 3 de dezembro de 1750, e também o alvará de 9 novembro de 1752, que regulamentava a forma de pagamentos dos contratos reais de minas (SILVA, 1830: 21-28; SILVA, 1830:147-148)

⁶⁶¹ Pela associação explícita na ilegalidade, os arrematantes do contrato operaram de forma delituosa e tiveram os seus nomes envolvidos em atividades ilícitas e, em diferentes momentos, foram identificadas pelo poder oficial as transgressões praticadas na terceira arrematação do contrato. Diferentemente dos dois primeiros firmados pelo sargento-mor João Fernandes de Oliveira, o contrato assinado por Felisberto Caldeira Brant se encerrou de maneira distinta, todos os seus bens foram sequestrados, avaliados e inventariados de maneira a ressarcir os prejuízos dados à Fazenda Real, como também foi preso em 31 de agosto de 1753. Cf: *Arquivo Nacional*. Secretaria de Estado do Brasil. Registro de Ordens Régias. Cód. 64. Vol. 11. f. 6 a 8, 1754 a 1759. *Arquivo Histórico Ultramarino* (AHU), Minas Gerais, Cx. 58, Doc. 110.

O alvará de 11 de agosto de 1753

O ordenamento emergia nas expectativas sondadas para a Demarcação Diamantina, à medida que as instabilidades na mineração se tornaram incontestáveis ao término do terceiro contrato. As práticas consideradas inadequadas, o descaminho, o contrabando e o comércio ilegal de pedras preciosas, constituíam os principais motivos para promover novas medidas na exploração mineral. Sendo assim, por meio de reforços na legislação, como o do alvará de 11 de agosto de 1753, o poder central buscava restabelecer o controle da região do Distrito Diamantino e do seu sistema de contrato, isto é, almejavam proporcionar mudanças nas ações dos súditos ultramarinos, o ordenamento mais sistemático sobre a exploração das lavras e o monitoramento da produção e comércio dos diamantes.

A legislação, o alvará de 11 de agosto de 1753, traduz marcas da sociedade do Setecentos, das situações cotidianas que provocavam o mal-estar da Coroa diante das irregularidades, das desobediências e incertezas econômicas nos negócios, que reincidiam diretamente na receita portuguesa. As dívidas e a incapacidade, ou mesmo a falta de vontade de cumprir as vontades régias, provocavam mais ações de caráter estritamente particular dos mineradores, o resultado das condutas divergentes gerava lesões no comércio de pedras e metais preciosos, levando o poder régio a redefinir os seus interesses de comando administrativo na mineração.

Ressalta-se que, a legislação mineral acompanha um processo político específico que combina os elementos do poder central e condições externas, estas decorrentes de sua tentativa de efetivação no cotidiano colonial. Nesse sentido, é preciso entender que a vida dos sujeitos históricos se insere em jogo de disputas, atravessada por conflitos e interesses múltiplos. Isto ocorre, já que se relaciona com a experiência mineral desenvolvida na região do Serro Frio, e não apenas às situações estritas da localidade, ou seja, perpassa a capacidade e o esforço de controle dos diversos territórios, desde as circunstâncias apresentadas nas primeiras regulamentações para a mineração, como a promulgação do 1º Regimento de Terras Minerais, em 1603 (MENDONÇA, 1972:299-311), o 2º Regimento de Terras Minerais de

1618 (MENDONÇA,1972: 315-320), e outros ordenamentos determinados durante o século XVII e o XVIII.

Portanto, existe o aperfeiçoamento da norma, procurando atenuar a distância entre a lei e a prática, a partir da concepção, erros, alterações, ou seja, a possibilidade emergia de um empreendimento que sempre buscava a reafirmação do controle, no sentido de tornar viável a manutenção da governabilidade régia neste domínio do Império português. Tal medida, o alvará de 1753, conservava e reiterava as ordens vigentes para a exploração de pedras e metais preciosos, dando *notoriedade* à importância *econômica* e social deste negócio, a mineração, na América portuguesa.

Certamente, a legislação mineral volta-se à cena administrativa com a iniciativa de proteger o comércio de diamantes e reprimir o contrabando na transição da terceira para a quarta arrematação do contrato. Desse modo, o regulamento determinou, após a publicação, que nenhuma pessoa, independente da qualidade social, poderia negociar a compra ou venda de diamantes brutos no reino e no domínio português, caso não fossem provenientes dos cofres reais. Assim, também ficou proibido extrair e transportar as pedras preciosas para os reinos estrangeiros sem uma comissão, caixas do contrato e a guia do contratador (art. 1).

Como podemos observar, a cláusula se aproxima da condição existente no artigo décimo nono das condições estabelecidas para o terceiro contrato firmado em 1749, que autorizava “os administradores e caixas em Lisboa, que as pedras poderão ter melhor saída fora do cofre, ou quiserem mandar alguma partida para portos estrangeiros, o poderão fazer dando fiança equivalente a partida” (ABN, RJ, 1960: 158), isto é, a permissão era atendida desde que os administradores honrassem com o pagamento da obrigação assumida. A reformulação na norma em 1753 se realizava na frota administrativa indicada e na cautela com os minerais transportados para os portos de outras localidades.

No artigo primeiro, o alvará de 11 de agosto de 1753, ainda destacava as sanções efetivadas para aqueles que realizassem o comércio particular de diamantes brutos, assim ficavam sob pena de perdimento das pedras preciosas extraídas ou contratadas, ou seja, seriam confiscadas e passariam a pertencer à Coroa portuguesa. Desse modo, era colocado o dobro do seu valor comum, para que metade fosse encaminhada ao denunciante, e a outra parte deveria ser repartida igualmente em benefício do contratador e seus caixas. Além disso, em conformidade ao que já tinha sido determinado no artigo terceiro do Regimento das Terras

Minerais de 27 de abril 1680 (LISBOA, 1835: 256-260; LEME, 1976:72-77), na ordem régia de 16 de março de 1731 (RAPM, 1902: 271), no bando de 7 de janeiro de 1732 (ABN, RJ, 1960: 100), no bando de 19 de junho de 1734 (ABN, RJ, 1960: 116-117) e no bando de 23 de abril de 1738 (ABN, RJ, 1960: 125), que estabeleceram o degredo no período de dez anos em Angola (LEME, 1976:79), o alvará fixava a mesma punição para os infratores residentes na América portuguesa (art.1). No entanto, sendo os transgressores estrangeiros,

Art.4. não terão contra eles lugar as penas de degredo para os meus domínios da América ou África; mas antes em lugar das referidas penas se executará neles a prisão até minha mercê, e a de confiscação de todos os bens que lhes foram achados nos meus domínios, sendo exterminados para neles mais não serem admitidos. E sendo caso que nestes reinos não tenham bens equivalentes ao valor do descaminho e dobro dele acima ordenados, ficarão na cadeia até que com efeito seja esta pena pecuniária satisfeita com o inteiro pagamento dos interessados nela (SILVA, 1830: 162).

Assim, cumpre destacar o fato de que, caso contraventores morassem no reino, a pena de degredo seria direcionada para a localidade do Maranhão ou Pará. Sendo as transgressões praticadas por escravizados, seriam “condenados a trabalhar com braga nas obras do contrato pelos referidos anos, e o mesmo excetuada a braga, se praticará com os pretos e homens pardos, que delinquirem, sendo forros (art. 1)” (SILVA, 1830: 161). Com efeito, ficou estabelecido que as ações ordenadas fossem executas sem levar em consideração a condição de qualquer indivíduo que promovesse a atividade ilegal, assim dizendo, quem realizasse a compra, venda, conduções, envio e transferência dos diamantes por meio do comércio ilegal, seja

Art.2. por terra ou por mar, sendo corretores, condutores, fautores dos que fizerem o contrabando, ou admitindo-o em suas casas, carruagens, embarcações ou cargas; porque em qualquer tempo, que isto se prove, procederá contra eles, ainda depois do fato (SILVA, 1830: 161).

Nesse sentido, como produzido em outro momento na legislação mineral, de maneira similar ao bando de 23 de agosto de 1738 (ABN, RJ, 1960: 124-125), o alvará, na tentativa de alcançar a eficácia da lei, procurou receber as denúncias em segredo, “como se pratica no fisco dos ausentes; e que, sendo os denunciantes escravos, se libertem pela competente parte do prêmio da denúncia; entregando-se lhes o resto para deles usarem, como bem lhes parecer

(art. 3)” (SILVA, 1830: 161). Sob essa perspectiva, o processo de inserção do escravizado no ato de denúncias envolve a complexidade dos arranjos sociais e hierarquias de uma sociedade estamental. Nesse sentido, a acusação efetuada por um escravizado não quer dizer que promoveria ganhos materiais ou simbólicos, tampouco que seria concedida a alforria.

Como ilustração podemos apresentar o caso do escravizado chamado Lourenço, Nação Angola. Na ocasião, acusou para a Intendência dos Diamantes o seu proprietário, Nicolau Rodrigues Cruz, por extraviar noventa e seis pedras de diamantes. Nicolau foi solto da prisão e absolvido da culpa que tinha sido denunciado por Lourenço, porém não poderia entrar mais dentro do Distrito Diamantino. Além disso, como o acusador não tinha prestígio, por ser escravizado, o proprietário foi obrigado a pagar os custos da sua condenação, como também deveria a fazer a venda do escravizado. Sendo assim, é preciso atentar-se que o ato de denunciar, como a que foi comunicada pelo escravizado Lourenço, não necessariamente implica que a acusação feita promoveria ganhos, como a alforria, e muito menos que seria garantia de tranquilidade e segurança no cotidiano da sociedade colonial⁶⁶². A intervenção do aparelho administrativo nas relações produtivas da mineração retira uma fração do poder dos mineradores e contratadores sobre os escravizados, contudo, não altera a ordem arquitetada para manter os privilégios e as hierarquias sociais, isto é, o sentido macro da organização dessa sociedade com base escravista.

Pode-se ainda perceber que o alvará deixa estabelecido condenações pecuniárias, com o crime descoberto a pena poderia ser executada no espaço de até vinte anos, contados desde quando foi praticada a transgressão. Assim, os bens dos infratores ficariam sob responsabilidade da Coroa portuguesa, com o compromisso de administrar a herança dos seus herdeiros e sucessores (art. 5). A condição fazia parte do processo de condenação das atividades consideradas ilegais na América portuguesa, ou seja, correspondia aos crimes punidos, como a sentença de degredo ou prisão por um tempo determinado, a pena de pecuniária, pagamento de um determinado valor, perda da fazenda e o confisco dos bens, além do castigo físico, açoites, corte da mão e morte natural, entre outras penalidades.

No que se refere às terras diamantinas, a norma definiu que todos os comerciantes de fazendas que entrassem na área demarcada, ou cinco léguas ao redor da zona mineral, seriam obrigados a dar entrada na Intendência dos Diamantes, perante os funcionários nomeados

⁶⁶² *Arquivo Histórico Ultramarino* (AHU), Rio de Janeiro, Cx. 62, Doc. 5935.

deveriam informar os bens, como também garantiriam os compromissos de mostrarem os produtos que transportassem quando ocorresse a sua saída da localidade (art. 7). O bando de 26 de agosto de 1739 (ABN, RJ, 1960: 127-128) e o artigo décimo primeiro do inaugural contrato de diamantes (ABN, RJ, 1960: 141) também determinavam ordens similares. A preservação do ditame coincide com a manutenção das condições administrativas, reincidindo em restrições impostas pelos funcionários régios, isso representava a apresentação na Intendência dos Diamantes e a licença do intendente para entrar na Demarcação Diamantina.

Além destas disposições, enfoca-se que oitavo artigo do alvará conservava as mesmas condições, voltando-se para os cobradores de dívidas que precisassem ir até as terras minerais. Nesse sentido, foi mandado também que procurassem a Intendência dos Diamantes com a finalidade de obter autorização do intendente. Na ocasião, deveriam justificar e provar a cobrança das suas dívidas, assim como estabeleceriam o prazo para que concretizasse o recolhimento na região (art. 8).

Existia, como não poderia deixar de ser, a reafirmação do controle da área demarcada, por isso, como no documento de 18 de agosto de 1734 (ABN, RJ, 1960: 118), e na portaria de 27 de dezembro de 1734 (ABN, RJ, 1960: 122), foi proibido também “que nas mesmas terras e seu distrito, se permita alguma espécie faisqueira (art. 9)” (SILVA, 1830: 162). O artigo, sancionado com o alvará em 1753, preocupava-se com as pessoas que se ocupavam dessa atividade, na verdade, os administradores tinham receio dos prejuízos que poderiam ocorrer com as desobediências, por esse motivo

se lhes concederão mais algumas lavras daquelas que estão proibidas; contando que primeiro sejam examinadas pelo Intendente e o contratador, verificando que nelas se não acham diamantes (SILVA, 1830: 162).

Com o mesmo intuito, conforme o bando de 26 de agosto de 1739 (ABN, RJ, 1960: 128), ficou vedado no Distrito Diamantino sujeitos que não tivessem emprego ou ofício permanente nas terras minerais, como descreve o artigo “modo de vida”. Assim, sendo encontradas pessoas nessa categoria, seriam expulsas da região, caso fossem achadas pela segunda vez, eram condenadas por dez anos de degredo em Angola (art. 10).

Quanto ao comércio local e casas públicas, como os que por ventura viessem estabelecer no Arraial do Tejuco e no Distrito Diamantino, isto é, lojas de fazendas, tendas e

tabernas, segundo a regulamentação, seriam aprovadas e legitimadas sem ordenado algum pela câmara e com averiguação do Intendente. Logo, deveria constar que “são de bem viver” (SILVA, 1830: 162), caso fossem consideradas de natureza contrária, o contratador deveria requerer a exclusão do estabelecimento através da câmara e ao Intendente dos Diamantes (art. 11). Mais especificamente, a investida era lograr uma maior segurança nas instalações, na circulação de pessoas, assim como coibir o comércio ilegal de diamantes, lembrando que nesses espaços de sociabilidade eram feitas as trocas de bens, riquezas e produtos.

No contexto, com o objetivo de promover maior proteção da exploração e comércio dos diamantes, determinaram que a companhia de dragões, destinada pela guarda na comarca do Serro Frio, seria recolhida no fim de casa seis meses, e o governador realizaria a substituição dos oficiais das capitânicas vizinhas, “que lhes parecerem mais dignos da sua aprovação e confiança (art. 12)” (SILVA, 1830: 163). O mesmo deveria ser feito com os capitães do mato, novamente o governador ficava responsável por nomear os que considerasse competentes para fazer a guarda das terras demarcadas (art. 13). Em relação aos intendentes, o alvará impunha que deveriam conservar “sempre abertas as devassas que lhes tenho ordenado contra contrabandistas de diamantes, visitarão pessoalmente as mais vezes, que lhes for possível, a Vila do Príncipe e os arraiais do distrito (art. 14)” (SILVA, 1830: 163). Todavia,

Art.15. não só os referidos intendentes, mas também todos os ministros dos territórios das minas e dos portos do Brasil, perguntarão cuidadosamente nas correições e devassas pelos descaminhos dos diamantes (SILVA, 1830: 163).

O procedimento do artigo procurava reconduzir as atribuições com a finalidade de encontrar culpados que estivessem ligados nas atividades ilícitas, o objetivo crucial, conforme destacado no artigo décimo sexto, era proibir a entrada de diamantes de forma ilegal e prevenir os abusos e as transgressões, dado que o alvará foi destinado à exploração e comércio dos diamantes. Nesse sentido, já que a intenção não era impedir “a entrada dos diamantes que o comércio deste reino traz a ele da Índia oriental” (SILVA, 1830: 163), foi aconselhado, como mecanismo de prevenção das atividades ilegais, que as pedras preciosas oriundas da América portuguesa fossem registradas na Casa da Índia.

O acordo assinado estabelecia que as vendas não poderiam ocorrer nesse local e, com as guias emitidas pelos respectivos donos que quisessem promover a sua vendagem, seriam encaminhadas em cofre com a devida arrecadação para Portugal (art. 16). Numa relação complementar, o artigo décimo sétimo determinou que, após a publicação do alvará de 11 de agosto de 1753, no período de um mês, todos os indivíduos que tivessem interesse de extrair diamantes fora da América portuguesa deveriam se manifestar aos administradores do contrato para obter permissão, debaixo das guias e a segurança necessária (art. 17).

Conforme chamou atenção Russell-Wood, a América portuguesa participou do comércio além do atlântico de diferentes maneiras. Assim, com dimensões variadas, aproveitou-se da carreira da Índia, que ligava Lisboa a Goa, para conseguir que os seus produtos atingissem o Índico e alcançassem o mercado na Índia e no Extremo oriente. Para o autor, os portos, sobretudo o de Salvador, foram muito interessantes para os capitães, oficiais e marinheiros, como para as pessoas que estavam voltando da Índia para Lisboa. Nessa perspectiva, tinham a América Portuguesa como um importante território para promover trocas e venderem os produtos asiáticos, o comércio desenvolvido no período foi predominante ilegal e clandestino nessas áreas (RUSSELL-WOOD, 2001:17-19)

Durante o século XVIII, as naus da carreira com destino à Índia também aportavam em Salvador, e Goa foi o principal destino, sendo ainda várias mercadorias enviadas para Macau. Segundo Russell -Wood, mesmo sendo Lisboa o porto de origem de tais naus e sendo Salvador apenas um ponto de ancoragem, este comércio foi uma novidade, pois os produtos brasileiros passaram a ser exportados diretamente para Goa. Nesse sentido, criar iniciativas para impedir o comércio ilegal se mostrou cada vez mais importante para a viabilização das recomendações régias e para a manutenção da ordem nas transações das mercadorias, portanto, essencial para que o rei exercesse sua governabilidade nos domínios ultramarinos. (RUSSELL-WOOD, 2001:17-19)

Seguindo esta lógica de segurança da exploração e do comércio de diamantes, foi ordenado ainda pelo alvará que em nenhum “tribunal ou auditório deste reino e suas conquistas, se tome conhecimento destes contratos e suas dependências, porque reservo privativamente a mim todo o conhecimento sobre este negócio (art. 18)” (SILVA, 1830: 163). Desta forma, para conseguir tomar posse e determinar providências na exploração e o comércio nessa região colonial, as determinações prometiam uma boa administração do

contrato, com o auxílio e “favor dos oficiais, ministros de guerra e de justiça, tendo entendido, que do contrário me darei por muito mal servido (art. 18)” (SILVA, 1830: 163).

Na legislação, o processo e a ruptura econômica desencadeados pelo comércio ilegal de diamantes apresentam-se, por consequência, geram um desdobramento político para tentar controlar a ação dos súditos ultramarinos nas minas. Com efeito, sincronicamente, com a investida de estruturar a mineração na comarca do Serro Frio, o alvará surge com o propósito de interromper o mercado e a exploração de diamantes de maneira ilícita, valendo-se de ordenamentos anteriores como complementaridade para dar forma à nova ordem em transcurso. Em outros termos, como podemos verificar no artigo sexto, “em tudo o que não encontrar esta lei ficaram em seu vigor todos os bandos, ordens e cautelas estabelecidas pelos governadores das Minas contra os que distraem diamantes, e neles negociam furtiva e clandestinamente” (SILVA, 1830: 162).

A fim de compreender melhor o alcance da representação legal através da legislação mineral direcionada para a exploração de diamantes, notamos que alguns aspectos desse processo demandaram medidas e rearranjos de poder em seu empreendimento, sobretudo em nível mais local. As novas práticas de exercício de governabilidade nesse período, após D. José I subir ao trono, redefiniram outras necessidades políticas e sociais nas conquistas ultramarinas (SUBTIL, 2006: 39). Isso não significa que no plano prático ocorreram grandes mudanças no comportamento social, mas que houve adaptações na legislação mineral com o propósito de atingir as irregularidades que prejudicavam o equilíbrio da receita portuguesa. Por último, a promulgação do alvará de 1753, confirma a atenção administrativa pretendida em conter as transgressões na exploração e no comércio de diamantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na região do Serro Frio, com os impactos das atividades ilegais durante o século XVIII, a Coroa portuguesa buscou constantemente, através de intervenções administrativas, empreendimentos que modicassem os modos de explorar e comercializar diamantes. Após 1750, diante das irregularidades vivenciadas no cotidiano colonial, controlar o descaminho, o extravio, o contrabando, ou seja, as atividades ilícitas, se tornou fundamental para impor

limitações normativas sobre a mineração, uma vez que a governança considerava que os extravios não prejudicavam economicamente somente a Coroa, mas o bem comum.

Deste modo, a legislação, mesmo na sua incompletude, difusão e acepção, era um mecanismo do aparato administrativo para viabilizar redefinições nas ações dos súditos ultramarinos. A configuração da norma procurava encontrar as suas debilidades dentro do próprio sistema perante o corpo social, podiam se dispor a redirecionar, recriando ou reafirmando a ordem para as localidades, com o propósito de punir os transgressores e os comportamentos desviantes. Com isso, revela-se que o objetivo da administração, enquanto organização, e não considerando os sujeitos inseridos nos cargos, que também poderiam estar envolvidos em práticas vistas como ilegais, seria se inteirar das diligências jurídicas para estruturar o território e auferir maiores ganhos econômicos para a Coroa portuguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Documentação manuscrita

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Minas Gerais, Cx. 16, Doc. 16.

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Minas Gerais, Cx. 55, Doc. 4.

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Minas Gerais, Cx. 58, Doc. 110.

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Minas Gerais, Cx. 70, Doc. 54.

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Rio de Janeiro, Cx. 62, Doc. 5935.

Arquivo Nacional Torre do Tombo, Registro Geral de Mercês, D. José I, Livro 1, fl. 231.

Arquivo Nacional. Secretaria de Estado do Brasil. Registro de Ordens Régias. Cód. 64. Vol. 11. f. 6 a 8, 1754 a 1759.

Documentação Impressa

ANAIIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Do Descobrimento dos Diamantes, e Diferentes Methodos, que se tem praticado na sua Extração. *Condições do 3º Contrato*. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, vol.80, 1960.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Sobre o descobrimento dos diamantes na comarca do Serro frio. Primeiras Administrações. Belo Horizonte: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano 7, vol. 1, 1902.

Obras de Referências

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Notícias das minas de São Paulo e dos sertões da mesma capitania*. São Paulo: Livraria Martins Editora S/A, 1976.

LISBOA, Balthasar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro*, contendo a descoberta e conquista deste paiz, a fundação de cidade com a história civil e ecclesiastica, até a chegada d'el-rei Dom João VI, além de notícias topographicas, zoológicas e botânicas. Tomo II. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de Seignot-Plancher, 1835.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Raízes da formação administrativa do Brasil*. Tomo 1. Regimentos I a XVI. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Conselho Federal de Cultura, 1972.

SILVA, Antonio Delgado da Silva. *Collecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das ordenações, 1750 a 1762*. Lisboa: Typografia Maignense, 1830.

Livros, artigos, teses e dissertações

ALMEIDA, Joana Estorninho. Os empregados de secretaria na transição para uma administração moderno do Estado (1640-1834). Arquivo Municipal de Lisboa. *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2ª série nº 2. Lisboa, 2014. pp. 148-149.

BOSCHI, Caio. Administração e administradores no Brasil pombalino: os governadores da capitania de Minas Gerais. *Revista Tempo*, n. 13. Rio de Janeiro, 2002. p.79

BOXER, Charles. *A Idade do Ouro do Brasil: dores do crescimento de uma sociedade colônia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FURTADO, Júnia F. *O livro da capa verde*. São Paulo: Annablume, 2008.

MOREIRA, Joelmir Cabral. *Legislação régia em terras minerais: Uma análise do processo de exploração de diamantes na comarca do Serro Frio, 1720 -1771*. Qualificação, Doutorado em História. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Seropédica, 2020.

NOYA PINTO, Virgílio. *O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RIBEIRO, Mônica da Silva. *“Se faz preciso combinar o agro com o doce”*: a administração do Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro-Sul da América Portuguesa. (1748-1763). Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010.

RUSSELL-WOOD, Anthony John R. A dinâmica da presença brasileira no Índico e no Oriente. Séculos XVI- XIX. Rio de Janeiro: *Topoi*. Revista de História, 2001.

SUBTIL, José. O governo da fazenda e das finanças (1750-1974). In: CRUZ, Mário Pinho da. *Dos secretários de estado dos negócios da fazenda aos ministros das finanças, 1788-2006*. Lisboa: SGMF AP, 2006.

A ESCRAVIDÃO NO BRASIL COLONIAL: UMA SÍNTESE SOBRE AS INTERPRETAÇÕES DE CAIO PRADO JÚNIOR; CELSO FURTADO E GILBERTO FREYRE

Acson Gusmão Franca ⁶⁶³

RESUMO

O período colonial constitui a gênese do processo de ocupação e exploração do Brasil. Nesse sentido, revisitá-lo nos permite compreender não apenas o processo de formação econômica do nosso país, mas também as raízes do preconceito e da desigualdade social, os quais são frutos do mesmo. Pensando nisso, o presente trabalho objetiva resgatar a centralidade assumida pela escravidão no processo de colonização do Brasil, bem como os seus impactos na formação da nossa identidade. Para tanto, fez-se necessário à leitura das obras: *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia* (1972); *Formação Econômica do Brasil* (1959) e *Casa grande e senzala* (1957). Os resultados alcançados com esse esforço evidenciam a real necessidade de retomar a perspectiva da nossa formação, como forma de entender os problemas da sociedade atual.

Palavras chaves: Colonização; Escravidão; Caio Prado Jr; Celso Furtado; Gilberto Freyre

ABSTRACT

The colonial period is the genesis of the process of occupation and exploration in Brazil. In this sense, revisiting it allows us to understand not only the process of economic formation in our country, but also the roots of prejudice and social inequality, which are the fruits of it. With this in mind, this paper aims to rescue the centrality assumed by slavery in the colonization process of Brazil, as well as its impacts on the formation of our identity. Therefore, it was necessary to read the works: *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia* (1972); *Formação Econômica do Brasil* (1959) e *Casa grande e senzala* (1957). The results achieved with this effort show the real need to return to the perspective of our training, as a way of understanding the problems of today's society.

⁶⁶³ Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, e Mestre pelo Programa Pós Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, email: acson_franca@yahoo.com.br.

Key words: Colonization; Slavery; Caio Prado Jr ; Celso Furtado; Gilberto Freyre

INTRODUÇÃO

O período colonial constitui a gênese do processo de formação econômica do Brasil, uma vez que o mesmo representa a etapa inicial da ocupação econômica e social do território brasileiro, fruto da expansão comercial europeia. Desse modo, tanto o povoamento, quanto a estrutura econômico-social - empresa agrícola - que se instalou na colônia tinham como principal finalidade de atender os anseios da metrópole, de modo a reafirmar aquilo que Prado Jr (1972) definiu como “sentido da colonização”.

Nesse sentido, o êxito da empresa agrícola estava condicionado à existência de três fatores complementares: trabalho escravo, latifúndio e propriedade monocultora, os quais compunham a chamada célula básica colonial. Em suma, o primeiro destes era considerado o principal deles na manutenção dessa estrutura agrário-exportadora, pois garantia a produção, em larga escala, e a lucratividade das grandes unidades produtoras existentes aqui, ambas dirigidas pelos colonos brancos (FURTADO, 1959).

Esse aspecto nos revela a importância que a escravidão assumiu, enquanto força brutal e material a serviço do seu senhor, numa fase em que a importação de escravos africanos se tornou um negócio muito lucrativo. Contudo, essa visão mais crítica da relação estabelecida entre o negro e o homem branco, exposta nas obras dos autores supracitados se contrapõe a abordagem de Gilberto Freyre.

Pensando nisso, o presente trabalho se propõe a “revisitar” o Brasil colonial, no intuito de compreender a centralidade assumida pela escravidão no processo de colonização do Brasil, considerando diferentes perspectivas. Em outros termos, busca-se resgatar a influência da escravidão na nossa formação econômica, a partir das interpretações de Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Gilberto Freyre.

Para tanto, faz-se necessário, de antemão, a leitura das obras: *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia* (1972); *Formação Econômica do Brasil* (1959); as quais apresentam visões críticas e complementares sobre esse processo histórico e seus impactos deletérios na nossa formação. Ademais, será realizada a leitura do livro, *Casa grande e senzala* (1957), o qual se distancia das primeiras, apresentando uma visão branda e um tanto “romântica” da

relação do negro com o homem branco na contemporização dos antagonismos da sociedade colonial.

Em suma, essas diferentes abordagens, apontam para um rico campo de debate amplamente explorado, mas que será ao menos apresentado a seguir.

REVISITANDO A COLÔNIA

Celso Furtado iniciou o clássico, *Formação Econômica do Brasil* (1959), fazendo uma afirmação de grande centralidade na compreensão do processo de colonização do Brasil como um todo. Nas palavras dele; “a ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa”, ou seja, é uma consequência direta da “pressão política exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações europeias” (p.08).⁶⁶⁴.

Em decorrência desses processos de ocupação e exploração, ambos estabelecidos para atender aos interesses externos, isto é, da metrópole, a empresa agrícola instalada na colônia brasileira, portanto, foi edificada com a finalidade de garantir a manutenção do pacto colonial⁶⁶⁵, de maneira a assegurar o sentido da colonização⁶⁶⁶. Em outras palavras, a mesma deveria transferir o excedente econômico gerado na colônia para o capital mercantil metropolitano através da produção e exportação de produtos tropicais. (PRADO JR, 1972).

⁶⁶⁴ “A descoberta das terras americanas é, basicamente, um episódio dessa obra ingente. De início pareceu ser episódio secundário. E na verdade o foi para os portugueses durante todo um meio século. Aos espanhóis revertem em sua 'totalidade os primeiros frutos, que são também os mais fáceis de colher. O ouro acumulado pelas velhas civilizações da meseta mexicana e do altiplano andino é a razão de ser da América, como objetivo dos europeus, em sua primeira etapa de existência histórica. A legenda de riquezas inapreciáveis por descobrir corre a Europa e suscita um enorme interesse pelas novas terras. Esse interesse contrapõe Espanha e Portugal, "donos" dessas terras, às demais nações européias. A partir desse momento a ocupação da América deixa de ser um problema exclusivamente comercial: intervêm nele importantes fatores políticos. A Espanha - a quem coubera um tesouro como até então não se conhecera no mundo - tratará de transformar os seus domínios numa imensa cidadela. Outros países tentarão estabelecer-se em posições fortes, seja como ponto de partida para descobertas compensatórias, seja como plataforma para atacar os espanhóis. Não fora a miragem desses tesouros, de que, nos primeiros dois séculos da história americana, somente os espanhóis desfrutaram, e muito provavelmente a exploração e ocupação do continente teriam progredido muito mais lentamente” (FURTADO, 1959, p.09).

⁶⁶⁵ Prado Jr (1992, p.123), definiu o pacto colonial como o “exclusivismo do comércio das colônias para as respectivas metrópoles”. Desse modo, as riquezas produzidas nas colônias deveriam ser remetidas a metrópole, já que a esta possuía exclusividade nas mesmas.

⁶⁶⁶ Esse “sentido” constituía uma totalidade que apareceu na vida social, econômica e cultural dos trópicos de modo a criar nessas regiões um espaço de desenvolvimento mercantil, organizado sem “nexos morais” e sob a “órbita europeia” (PRADO JR, 1972, pp. 20-21; pp. 344 -346).

Durante esta fase, a economia brasileira conheceu dois “ciclos” econômicos de grande lucratividade para a metrópole; ciclo do açúcar, em seguida, o ciclo da mineração. A economia açucareira, estabelecida em algumas capitanias do nordeste brasileiro, alcançou o seu êxito na colônia, em virtude da existência de fatores particularmente favoráveis, tais como: grandes extensões de terras, solos férteis, posição geográfica, experiência dos portugueses com a produção, etc. (FURTADO, 1959).

De igual modo, a economia mineradora, instalada, sobretudo, nas cidades do Estado de Minas Gerais, ocupou a maior área de extensão geográfica e alcançou o mais alto nível de produtividade, fruto da exploração do trabalho escravo e da mão-de-obra imigrante. Diferentemente do que aconteceu na economia açucareira, nessa fase a metrópole impunha uma rigorosa disciplina e controle;

[...] para dirigir a mineração, para fiscalizá-la e cobrar o tributo (o quinto, como foi denominado) criava-se uma administração especial, a Intendência de Minas, sob direção de um superintendente; em cada capitania em que se descobrisse ouro, seria organizada uma desta intendências, que independia inteiramente de governadores e quaisquer outras autoridades da colônia, e se subordinava única e diretamente ao governo metropolitano de Lisboa (PRADO JR., 1992, p.58).

De fato, essa ocupação de diferentes regiões do país, e a subsequente, instalação de colônias agrícolas de exploração foi exitosa, considerando o real objetivo desse processo, que era atender aos anseios da metrópole. Contudo, por razões particulares desse processo, tanto a economia açucareira como a mineradora vivenciaram posteriormente uma fase de “declínio”. Furtado (1959) apontou a concorrência antilhana como o fator causador da desarticulação do sistema e a perda do monopólio açucareiro⁶⁶⁷. Enquanto Pardo Jr (1972) afirmou que o esgotamento das jazidas⁶⁶⁸, somado, a deficiência técnica, relacionada à possibilidade de

⁶⁶⁷ “A etapa de máxima rentabilidade da empresa agrícola-colonial portuguesa havia sido ultrapassada. O volume das exportações médias anuais da segunda metade do século XVII dificilmente alcança cinquenta por cento dos pontos mais altos atingidos em torno a 1650. E essas reduzidas exportações se liquidavam a preços que não superavam a metade daqueles que haviam prevalecido na etapa anterior. Tudo indica que a renda real gerada pela produção açucareira estava reduzida a um quarto do que havia sido em sua melhor época” (FURTADO, 1959, p.19).

⁶⁶⁸ Tendo em vista que o ouro encontrado no território brasileiro naquela fase era, em sua grande maioria, de aluvião. “Ele resulta de um processo geológico milenar em que a água, tendo atacado as rochas matizes onde antes de concentrava o metal, o espalhou por uma área superficial extensa” (PRADO JR, 1972, p.62).

encontrar ouro em regiões mais profundas do solo, levou a decadência da economia mineradora.

O “fim” do pacto colonial e o subsequente processo de independência política do Brasil estão diretamente relacionados a um fator central; o surgimento do capitalismo industrial, em substituição ao decadente capitalismo comercial. De acordo com Prado Jr (1972), em virtude dessa “transição”, ocorreu a fuga da coroa portuguesa para o Brasil e, a abertura dos portos (1808), decretando o rompimento com o exclusivo metropolitano, que mantinha a subordinação da economia brasileira a Portugal

Por conseguinte, a independência do Brasil (1822) e o “fim da escravidão (1888)” representaram para esse autor acontecimentos contraditórios, uma vez que a não romperam com as condições históricas e estruturais que sustentam o sentido da colonização, inclusive até os dias atuais. Mesmo reconhecendo algumas mudanças ocorridas⁶⁶⁹, afirmou que a estrutura política se manteve intacta: “o império independente, que sob muitos aspectos não será mais que um prolongamento da situação anterior” na estrutura econômica “[...] um organismo econômico primário, destinado a produzir alguns gêneros tropicais para o comércio internacional” (PRADO JR, 1992, p.149). No que se refere ao processo de abolição da escravidão, argumentou que as condições estruturais do Brasil naquela época não estavam maduras o suficiente para por fim ao trabalho escravo, sendo necessárias algumas mudanças internas para garantir a esses novos “homens livres” outras formas de subsistência.

Sendo assim, a superação desse “sentido” só acontecerá, por meio da revolução brasileira, quando será possível eliminar os elementos da organização interna, econômica e social, herdados da nossa formação colonial. Isso criará as condições internas para o rompimento com a dominação imperialista e com círculo vicioso do subdesenvolvimento, responsáveis pela pobreza do ambiente mercantil e pela mediocridade da base econômica (PRADO JR, 2004).

⁶⁶⁹ É aliás na base das contradições geradas por aquela estrutura na nova situação e ordem para ela criadas que evoluirão os acontecimentos. Existe um de acordo fundamental entre o sistema econômico legado pela colônia e as novas necessidades de uma nação livre e politicamente emancipada. [...] Ela nos levará a uma evolução também contraditória: de um lado, como vimos, assistiremos à ampliação considerável das forças produtivas e progresso material acentuado e rápido. Para este progresso concorrem também [...] o desenvolvimento técnico do século XIX, que permitirá aparelhar convenientemente o país e impulsionar as atividades econômicas [...] Mas ao par daquele progresso econômico sofremos também, com vimos, um desequilíbrio profundo, que afeta todos os setores da nossa vida e que se agrava sem cessar. Esta situação se prolonga até meados do século, quando, então, mercê de circunstâncias surgidas deste mesmo processo contraditório de evolução que acabamos de ver, entramos numa nova etapa de relativo ajustamento (PRADO JR., 1992, p.150)

A ESCRAVIDÃO NA COLÔNIA BRASILEIRA À LUZ DAS INTERPRETAÇÕES DE CAIO PRADO JÚNIOR E CELSO FURTADO

De acordo com Prado Jr (1972), nessa estrutura - empresa agrícola - que os portugueses se dispuseram a instalar na colônia brasileira, para concretizar o “sentido da colonização”, a escravidão tornou-se uma necessidade. Em outras palavras, o êxito da mesma dependeu desde a sua implantação do trabalho do escravo, advindo do continente africano⁶⁷⁰ para realizar aqui diversas atividades, como ocorreu inicialmente na economia açucareira e, posteriormente, na economia mineradora.

Para o referido autor, o escravo negro possuía então uma única função na colônia; a de atuar como uma máquina de trabalho, a serviço do seu senhor. “Nada mais se queria dele, e nada mais se pediu e obteve que a sua força bruta, material. Esforço muscular primário, sob a direção e açoite do feitor” (PRADO JR, 1972, 268).

Nesse sentido, as consequências que a escravidão traria para conjunto da vida social e material da economia brasileira seria então fruto dessa relação de submissão, que se firmou aqui entre o escravo e seu senhor, a partir do trabalho.

O trabalho escravo nunca irá além do seu ponto de partida: o esforço físico constrangido; não o educará, não o preparará para um plano de vida humana mais elevado. Não lhe acrescentará elementos morais, e pelo contrário, degradá-lo-á, eliminando mesmo nele o conteúdo cultural que por ventura tivesse trazido do seu estado primitivo (PRADO JR, 1972, p. 355).

Em algumas das passagens encontradas na referida obra, o autor faz determinadas afirmações acerca das consequências nefastas da escravidão na formação econômica do Brasil. Ao ser reduzido ao papel de energia motriz da colônia, o escravo servia apenas para garantir a produção para exportação e, por conseguinte, a lucratividade da metrópole, se vendo impossibilitado de se ascender socialmente.

⁶⁷⁰ “Empilhados nos porões, recebendo poucas rações de comida e de água, era natural que o morticínio fosse acentuado. Perdia-se, invariavelmente, 10% da carga, na melhor das hipóteses, e casos houve em que morreu a metade dos indivíduos transportados. Amontoados no porão, quando o navio jogava, a massa de corpos negros agitava-se como um formigueiro, para beber um pouco desse ar lúgubre que se escoava pela estilha gradeada de ferro” (MACEDO, *apud*. MARTINS, 1974, p. 29).

Foram eles os indígenas da América e o negro africano, povos de nível cultural ínfimo comparado ao de seus dominadores (esta observação não seria tão exata com relação a certos indígenas americanos, como os do México e do altiplano andino, se os conquistadores não tivessem, de início e com ferocidade quase sem precedente, feito tábua rasa de todos seus valores culturais). [...] Na América, pelo contrário, a que assistimos? Ao recrutamento de povos bárbaros e semibárbaros, arrancados do seu habitat natural e incluídos, sem transição, numa civilização inteiramente estranha. E aí, que os esperava? A escravidão no seu pior caráter, o homem reduzido à mais simples expressão, pouco senão nada mais que o irracional: “instrumento vivo de trabalho”, o chamará Perdigão Malheiro. Da mulher, mais a passividade da fêmea na cópula. Num e noutro caso, o ato físico apenas, com exclusão de qualquer outro elemento ou concurso moral. A “animalidade” do homem, não a sua “humanidade” (PRADO JR, 1972, p. 272).

Essa visão do autor no que tange ao tratamento dado ao negro e ao lugar que ele ocupava na estrutura social da colônia revela a própria desvalorização do trabalho manual na sociedade colonial, já que este era visto como algo degradante e impuro. Assim, “comprimiu-se o número que vai avultando com o tempo, dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados; indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma”. (PRADO JR, 1972, p. 281).

Diante disso, Caio Prado Júnior não acreditava que esse processo de colonização viria a trazer implicações sociais e culturais benéficas para o nosso país, sobretudo, para os negros. Se analisarmos a fundo, o que ocorreu na economia brasileira no período posterior a este em questão, veremos que a tese desse autor foi corroborada.

Com o “fim do período colonial” e abolição da escravidão a economia brasileira permaneceu subordinada aos interesses externos, isto é, “voltada para fora”. Não houve um rompimento com o “sentido da colonização”. Ademais, convive-se atualmente com uma série de conflitos e lutas diárias, dentre elas, a luta dos negros por respeito, igualdade, dignidade, dentre outros direitos que lhes foram tirados desde a colônia e nunca lhes foram devolvidos.

Nessa mesma perspectiva crítica, Furtado (1959) afirmou que a escravidão representou inicialmente uma condição de sobrevivência para o colono europeu na nova terra, no qual ele se instalava. Ou seja, o escravo africano chegou a colônia brasileira para garantir a expansão

da empresa agrícola que já instalada⁶⁷¹, e por esse motivo, o mesmo se tornou a base desse sistema de produção.

No processo de acumulação de riqueza quase sempre o esforço inicial é relativamente o maior. A mão-de-obra africana chegou para a expansão da empresa, que já estava instalada. E quando a rentabilidade do negócio está assegurada que entram em cena, na escala necessária, os escravos africanos: base de um sistema de produção mais eficiente e mais densamente capitalizado (FURTADO, 1959, p.42).

Ao longo do processo de colonização, a escravidão tornou-se um sistema econômico de grande estabilidade e rentabilidade para a coroa portuguesa, a qual defendia veementemente a permanência do mesmo. Prevalencia então nesse ínterim a ideia de que um escravo negro era uma verdadeira "riqueza" e que a abolição da escravidão geraria o empobrecimento do setor da população, que era responsável pela criação de riqueza no país (FURTADO, 1959).

Por isso, a abolição era entendida pelo autor como uma medida mais política do que econômica de fato. Após 1888 não ocorreu modificações na forma de produção e distribuição de renda, capazes de mudar a estrutura econômica e social do Brasil.

Na região nordestina as terras de utilização agrícola mais fácil já estavam ocupadas praticamente em sua totalidade, à época da abolição. Os escravos liberados que abandonaram os engenhos encontraram grandes dificuldades para sobreviver. Nas regiões urbanas pesava já um excedente de população que desde o começo do século constituía um problema social. Para o interior a economia de subsistência se expandira a grande distância e os sintomas da pressão demográfica sobre as terras semi-áridas do agreste e da caatinga se faziam sentir claramente. Essas duas barreiras limitaram a mobilidade da massa de escravos recém-liberados na região açucareira. Os deslocamentos se faziam de engenho para engenho e apenas uma fração reduzida filtrou-se fora da região. Não foi difícil, em tais condições, atrair e fixar uma parte substancial da antiga força de trabalho escravo, mediante um salário relativamente baixo. Se bem não existam estudos específicos sobre a matéria, seria difícil admitir que as condições materiais de vida dos antigos escravos se hajam

⁶⁷¹ Nesse aspecto, a interpretação de Celso Furtado se diferencia daquela de Caio Pardo Júnior. Para esse último a escravidão é uma condição necessária para a instalação da empresa agrícola, enquanto que, para o primeiro ela se iniciou após a instalação dessa empresa, ou seja, para garantir seu êxito.

modificado sensivelmente após a abolição, sendo pouco provável que esta última haja provocado uma redistribuição de renda de real significação. (FURTADO, 1959, p 140).

Essas breves considerações apresentadas por Caio prado Júnior e Celso Furtado nas suas respectivas obras se distanciam da exposição realizada por Gilberto Freyre na obra *Casa Grande e Senzala*⁶⁷², como poderá ser observado a seguir.

A INTERPRETAÇÃO DE GILBERTO FREYRE

Nas primeiras páginas da obra, *Casa Grande e Senzala*, Gilberto Freyre apresentou as características gerais da colonização do Brasil, com o objetivo de mostrar que desde a organização social do Brasil se fundamentou no particularismo da família patriarcal, formada a partir da herança cultural portuguesa. Nesse sentido, afirmou que “o chefe da família e senhor de terras e escravos era autoridade absoluta nos seus domínios, obrigando até *El Rei* a compromissos, dispondo de altar dentro de casa e exército particular nos seus territórios”. (FREYRE, 1957, p. 17).

Para corroborar isso, toda a análise apresentada nos três primeiros capítulos de *Casa-grande e senzala* gira em torno da opinião de Gilberto Freyre acerca do português. Para o autor, o português exerceu um papel essencial no processo sincrético de colonização do Brasil, haja vista coragem e esforço civilizador, fundamentais para o enfrentamento as condições adversas existentes e para a instalação da empresa agrícola,

Foi dentro de condições físicas assim adversas que se exerceu o esforço civilizador dos portugueses nos trópicos [...] O colonizador português do Brasil foi o primeiro entre os colonizadores modernos a deslocar a base da colonização tropical da pura extração de riqueza mineral, vegetal ou animal - o ouro, a prata, a madeira, o âmbar, o marfim - para a de criação local de riqueza. Ainda que riqueza - a criada por eles sob a pressão das circunstâncias americanas - à custa do trabalho escravo: tocada, portanto, daquela perversão de instinto econômico que cedo desviou o português da atividade de produzir

⁶⁷² De acordo com Medeiros (2001), a primeira edição do livro *Casa grande e Senzala* foi publicada em 1933, num momento em que o debate fecundo entre as diversas áreas sobre identidade brasileira. Nessa fase, se buscava definir, explicar, justificar o que vinha ser o povo brasileiro, como resultado das discussões despontadas na Semana da Arte Moderna, 1922.

valores para a de explorá-los, transportá-los ou adquiri-lo (FREYRE, 1957, p.39).

Desse modo, Freyre faz questão de enaltecer a sua importância nesse ínterim, considerando, sobretudo a relação que o português (branco) estabelecia como o negro, a qual resultou na miscigenação. Esta, por sua vez, teria sido responsável por corrigir a distância social existente entre a casa-grande e a senzala, contemporizando os antagonismos da sociedade colonial.

O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma rala e insignificante lambujem de gente livre sanduichada entre os extremos antagonísticos, foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação (FREYRE, 1957, p.48).

A discussão do que afinal constituiria a especificidade da escravidão brasileira ganhou certa “notoriedade” na sua obra, especificamente nos capítulos quatro e cinco, intitulados com o mesmo nome: o escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro. Nestes, por sua vez, Freyre apontou as diferentes funções assumidas pelo escravo africano na vida cotidiana, bem como a influência do negro na vida íntima do homem branco, desde o nascimento até a juventude;

Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo - há muita gente de genipapo e mancha mongólica no Brasil - a sombra, ou pelo menos a pinta do indígena e do negro. No litoral, do Maranhão ao Rio Grande do Sul, e em Minas Gerais, principalmente do negro. A influência direta, ou vaga e remota, do africano [...] Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a influência negra. Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolegando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho de pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama de vento, a sensação completa de homem. Do muleque que foi o nosso primeiro companheiro de brinquedo. (FREYRE, 1957, p.367).

Para Freyre, essa influência direta do negro nessas e outras atividades tanto da casa grande quanto da senzala, criou uma herança cultural, de maneira que o comportamento do

negro tornou-se uma das bases da nossa “brasilidade”. Afinal de contas, “a força, ou antes, a potencialidade da cultura brasileira parece nos residir toda na riqueza de antagonismos equilibrados” (FREYRE, 1957, p.376).

No entanto, essa visão dócil e um tanto “romântica” da relação do negro com o homem branco na contemporização dos antagonismos da sociedade colonial, se coloca para alguns leitores como um mecanismo encontrado pelo autor para supervalorizar a colonização dos trópicos, na tentativa de suavizar o sadismo e a crueldade dos senhores para com os mesmos, devido a sua própria condição de escravo. Essas e outras críticas existentes serão apontadas a seguir, ainda que forma bem sintética.

APONTAMENTOS CRITICOS À INTERPRETAÇÃO DE GILBERTO FREYRE

Na tentativa de valorizar cultura do negro e da mestiçagem na nossa “brasilidade”, Gilberto Freyre se colocou em alguns momentos do texto, como um real defensor da colonização portuguesa. Ao afirmar que desse processo nasceu uma sociedade igualmente híbrida, com características próprias e peculiares⁶⁷³, nos parece que o autor não se preocupou ou não fez questão de citar; os castigos recebidos pelos escravos; a exploração, fuga e resistência, dentre outras consequências negativas. Uma opção um tanto arriscada, se considerarmos que o preconceito sofrido pelos negros na sociedade atual, bem como a desigualdade social são frutos desse período.

Desse modo, aquilo que Gilberto Freyre definiu como predisposição do português à colonização híbrida e escravocrata dos trópicos estava, sobretudo, relacionada ao âmbito sexual (SOUZA, 2003). Quando destacou a miscibilidade como algo preponderante e vantajoso aos portugueses, o autor enalteceu a mulher branca, em detrimento da mulher mulata e negra, tal como pode ser observado nessa afirmação: “branca para casar, mulata para fuder, negra para trabalhar” (FREYRE, 1957, p.72).

⁶⁷³ “O que se sente em todo esse desadorno de antagonismos são as duas culturas, a européia e a africana, a católica e a maometana, a dinâmica e a fatalista encontrando-se no português, fazendo dele, de sua vida, de sua moral, de sua economia, de sua arte um regime de influencias que se alternam, se equilibram ou se hostilizam. Tomando em conta tais antagonismos de cultura, a flexibilidade, indecisão, o equilíbrio ou a desarmonia deles resultantes, é que bem se compreende o especialíssimo caráter que tomou a colonização do Brasil, a formação sui generis da sociedade brasileira, igualmente equilibrada nos seus começos e ainda hoje sobre antagonismos (FREYRE, 1957, p. 69).

Além disso, no decorrer dos capítulos, é possível encontrar algumas contradições e certo conservadorismo de Gilberto Freyre no que tange a alguns aspectos observados na sua obra. Fernando Henrique Cardoso, ao escrever o prefácio da 48ª edição de *casa-grande & Senzala*, no ano de 2003, afirmou que Carlos Alberto Mota pode ser considerado um dos autores que melhor compreendeu esses diversos aspectos vulneráveis da análise do autor, tais como: a metodologia⁶⁷⁴, confusão entre raça e cultura, a ilusão da democracia racial, a inexistência de conflito entre as classes e a ideologia da brasilidade baseada naquele hibridismo, herdado dos povos ibéricos;

Gilberto Freyre opta por valorizar um *ethos* que, se garante a identidade cultural dos senhores (é ele próprio que compara o patriarcalismo nordestino com o dos americanos do sul e os vê próximos), isola os valores da casa grande e da senzala em seus muros. Da moral permissiva, dos excessos sexuais ou do arbítrio selvagem dos senhores, não há passagem para uma sociabilidade mais ampla, nacional. Fica-se atolado no patrimonialismo familístico, que Freyre confunde frequentemente com o feudalismo [...] A “política” de Gilberto Freyre estola fora da casa grande. Com esta, ou melhor, com as características culturais e com a situação social dos habitantes do latifúndio, não se constrói uma nação, não se desenvolve capitalisticamente um país, e menos ainda, poder-se-ia uma sociedade democrática (CARDOSO, 2003, p.26).

Apesar de todas essas contradições que circundam a obra referida obra de Gilberto Freyre, as mesmas não reduzem a importância dela para a compreensão da identidade do povo brasileiro. Ao contrário disso, elas enriquecem a discussão sobre o Brasil colônia, de forma a nos mostrar quão necessário é realizarmos constantemente análises mais críticas desse período, observando a fundo outros aspectos, tal como a escravidão colonial, o papel do negro, dentre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio a tantos autores que se propuseram a interpretar o processo de formação econômica do Brasil, Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Gilberto Freyre se mantêm até os

⁶⁷⁴ “Ao buscar a autenticidade, tanto dos depoimentos e dos documentos usados quanto dos seus próprios sentimentos, e ao ser tão ante- retórico que as vezes perde o que os pretensiosos chamam de “compostura acadêmica”, não visava propriamente demonstrar, mas convencer. E convencer significa vencer junto, autor e leitor. Esse procedimento supõe uma certa “revelação”, quase uma epifania e não apenas um processo lógico e dialético (CARDOSO, 2003, p.23).

dias atuais, como alguns dos principais intérpretes desse período, tendo em vista as suas memoráveis obras.

Tanto na obra *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*, quanto em *Formação Econômica do Brasil*, Prado Jr (1972) e Furtado (1959) ao apresentaram uma visão mais crítica sobre a colonização do Brasil, conferindo a escravidão africana um papel central na exploração e exportação de produtos primários – riquezas -, tais como: açúcar, ouro, diamantes, etc. Apesar de haver uma discordância no que se referem ao início da escravidão, ambos evidenciam como a mesma garantiu a expansão da empresa agrícola, de forma a gerar a lucratividade para a metrópole.

Ademais, na referida obra, Prado Jr afirmou que o tipo de relação estabelecida entre senhor e escravo ao longo desse processo teria sérias implicações sociais e culturais no Brasil. O preconceito sofrido pelos negros, a desigualdade de renda entre brancos e negros, dentre outros problemas oriundos desse processo e atuantes no nosso país atualmente corroboram essa afirmação. Esses e outros aspectos, porém, passaram despercebidos na obra, *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre.

Nesta obra, o autor apresentou uma visão mais branda da colonização do Brasil, evidenciando aspectos e consequências positivas do mesmo. Gilberto Freyre defendeu a importância do português, considerando que a relação que o mesmo estabeleceu com o negro foi necessária, uma serviu para por fim aos antagonismos da sociedade colonial. Além disso, não apontou nenhuma influência deletéria dessa relação, pelo contrário, evidenciou a importância da miscigenação e a existência de uma herança cultural.

Apesar das críticas ainda existentes a cada um dessas obras, é inegável que esses autores trouxeram importantes contribuições para a compreensão de inúmeros aspectos desse período, sobretudo, no que se refere à escravidão negra e seus impactos na formação da identidade brasileira.

Diante disso, espera-se que esses apontamentos sobre a escravidão colonial despertem em nós, brasileiros, o interesse de conhecermos a história do nosso país, do nosso povo, isto é, da nossa identidade. Além disso, espera-se que os mesmos nos estimulem a lutar por uma sociedade mais justa e igualitária, na qual os negros passem a ser reconhecidos como parte do nosso povo, sujeitos da nossa história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARDOSO, F.H. Prefácio. In: FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. São Paulo: Editora Global, 2003.
- FREYRE, G. *Casa grande e senzala*. Lisboa: Livros do Brasil, 1957.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. 32 ed. Rio de Janeiro: Nacional, 1959.
- MACEDO, S. D. T. *Crônica do Negro no Brasil*. Record: Rio de Janeiro, 1974
- MEDEIROS, V. G. A constituição de um discurso fundador: o prefácio de Casa Grande e Senzala, *Revista Rua*. Campinas, 7: 107 – 126, 2001.
- PRADO JR, C. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- PRADO JR, C. *A Revolução Brasileira*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- PRADO JR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- SOUZA, J. *A Construção Social da Subcidadania – Para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

Conquista e colonização em Mato Grosso na administração de João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres (1789-1796)

Thais Cardoso das Neves⁶⁷⁵

Resumo

O artigo apresentado pretende tratar da circulação, negociação e interação de personagens oficiais portugueses e espanhóis no território fronteiriço da capitania de Mato Grosso, século XVIII, no período de governo de João de Albuquerque, quinto governador da capitania, e como essa mobilidade fundamentou a construção dos espaços territoriais entre as colônias europeias. Pretendemos analisar o modo que ocorreu a ocupação das fronteiras na capitania de Mato Grosso e como ela foi conduzida por esse governador, em cujo início de governo já se desenrolava há alguns anos a tentativa de delimitação territorial para efetivação do Tratado de Santo Ildefonso, de 1777.

Palavras-chave: Colonial, Capitania, Mato Grosso.

Résumé

L'article présenté vise à traiter de la circulation, de la négociation et de l'interaction des personnages officiels portugais et espagnols dans le territoire frontalier de la capitainerie du Mato Grosso, au XVIIIe siècle, pendant la période de gouvernement de João de Albuquerque, cinquième gouverneur de cette capitainerie, et comment cette mobilité s'est fondée construction d'espaces territoriaux entre colonies européennes. Nous avons l'intention d'analyser la manière dont l'occupation des frontières s'est produite dans la capitainerie du Mato Grosso, et comment elle a été menée par le gouverneur João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, au début du gouvernement duquel la tentative de délimitation territoriale avait eu lieu il y a quelques années pour la réalisation de la 1777 Traité de Santo Ildefonso.

Mots-clés: Colonial, Capitainerie, Mato Grosso.

⁶⁷⁵ Doutoranda, bolsista CAPES, em História na Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

INTRODUÇÃO

O estudo das dinâmicas imperiais no mundo ibero-americano tem sido um tema suscitado amplamente pela historiografia colonial. Questões que se referem à circulação de personagens entre as conquistas portuguesas e espanholas, durante a colonização americana, nos auxiliam a compreender melhor a construção das espacialidades desses territórios.

Pretendemos tratar no presente artigo da circulação, negociação e interação de oficiais portugueses e espanhóis no território fronteiriço da capitania de Mato Grosso, na segunda metade do século XVIII, e como essa mobilidade fundamentou as conquistas e colonização desses territórios. Também apresentaremos um pouco do modo como foi conduzida as movimentações no governo de João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, quinto governador da capitania de Mato Grosso (1789-1796), considerando que a discussão da delimitação de limites das fronteiras da capitania de Mato Grosso já se desenrolava a alguns anos quando João de Albuquerque assume o governo da capitania.

Analisar a colonização portuguesa no período entre os anos de 1789 a 1796 significa compreender a divisão de territórios delimitadores de um domínio e entender que essa definição de fronteiras não se reduzia a uma linha, mas eram resultado do encontro e vivências dos grupos diversos.

Os territórios fronteiriços passaram inicialmente pelas comunidades locais que se posicionavam em espaços considerados mais vantajosos ou onde podiam melhor atacar ou se defender de seus inimigos (Magalhães, 1999: 5). Seu limiar também foi determinado por barreiras naturais, aproximando-se de uma ideia de fronteira fixa e inalterada. De todo modo, seu princípio sempre foi a separação de territórios de soberanias diferentes (Giraldo, 1999: 68).

A interação entre portugueses e espanhóis era corriqueira, constantemente oficiais transitavam para entregar comunicados ou em busca de informações dos territórios vizinhos. A circulação de portugueses e espanhóis em ambos os territórios eram frequente e a exploração e busca por conquista de novos territórios também eram mútuos.

Às fontes utilizadas para esta pesquisa, têm como base dois acervos. O primeiro – o do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), que se encontra digitalizado e disponível online para

consulta, através do Projeto Resgate. O segundo acervo corresponde ao do Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), o qual mantém os documentos referentes ao período colonial organizados e catalogados e à disposição do público.

O período escolhido, entre os anos de 1789 até 1796, trata dos anos do governo de João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres na capitania de Mato Grosso, o qual assumiu o governo da capitania após 41 anos de sua fundação. O que se percebe são os constantes conflitos territoriais e as tensões nas fronteiras em toda história de Mato Grosso. Por se tratar de um território fronteiriço, seus administradores sempre procuravam expandir seus domínios, com isso, os litígios de diversos espaços com os espanhóis faziam parte do contexto administrativo da capitania. Com a construção de fortes, presídios e com a fundação de arraiais e vilas, a capitania estabeleceu seus domínios e, com o contexto de demarcação de limites pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777), vemos que a negociação desses territórios suscitou ainda mais tensões entre portugueses e espanhóis.

A FRONTEIRA OESTE

A capitania de Mato Grosso surgiu em 1748, em meio ao contexto do Tratado de Madrid⁶⁷⁶, com o desmembramento da capitania de São Paulo e tinha como principais povoações a Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá (1727) e Vila Bela da Santíssima Trindade (1752) como a Vila-Capital. Mato Grosso cobria uma superfície de 65 mil léguas quadradas e tinha seus limites ao norte com a capitania do Grão-Pará e Rio Negro; ao sul com a capitania de São Paulo, ao ocidente com os governos de Moxos, Chiquitos e Paraguai, e a leste com a capitania de Goiás. A região apresentava uma especificidade no cenário imperial por ter características tanto mineiras como fronteira geopolítica (Jesus, 2006: 15).

Ao administrar a capitania de Mato Grosso em momentos de demarcação, João de Albuquerque a todo tempo lidou com os conflitos relacionados à definição de limites e com a inquietação dos governadores espanhóis na obtenção de novos territórios determinados no Tratado de Santo Idelfonso, em 1777. Foram muitas as correspondências recebidas pelo governador de Mato Grosso remetidas pelos oficiais espanhóis, no qual exigiam a evacuação

⁶⁷⁶ Este tratado teve início em 1746 e só foi concluído em 1750.

de algumas instalações portuguesas para que esses territórios pudessem ser anexados aos domínios castelhanos.

Lembramos que as instruções recebidas pelo governador no início de seu governo não permitiam que ele tomasse nenhuma decisão acerca dos assuntos pertinentes à definição de limites, devendo esse manter qualquer definição suspensa, e exigia que aguardasse ordens da coroa portuguesa para qualquer resolução (APMT – Cx. 25: doc. 1152).

João de Albuquerque manteve as instruções recebidas no início de seu governo e protelou as intenções demarcatórias dos espanhóis ao mesmo tempo em que reforçava a segurança da capitania, se prevenindo de um possível ataque (APMT – Cx. 25: doc. 1152). Vigilância e cautela pareciam ser as palavras de ordem em relação aos espanhóis e diversas eram as rondas, reforços de guarnições e municiaamentos ordenados pelo governador em lugares estratégicos e próximos aos locais reivindicados pelos vizinhos castelhanos. Podemos destacar alguns desses territórios solicitados pelos espanhóis que eram o povoado de Albuquerque, Casalvasco, o presídio de Coimbra e o forte Príncipe da Beira.

Devido à demora na execução do Tratado de Santo Ildefonso as tensões na fronteira da capitania se intensificaram. Os governadores das províncias espanholas, alguns comissários e o vice-rei espanhol passaram a pressionar João de Albuquerque para que ele desocupasse alguns territórios que, segundo o Tratado, pertenceriam aos domínios da Espanha. Em resposta, o governador português pedia que se esperasse a formação de uma nova partida de demarcação, adiando ao máximo qualquer cumprimento do Tratado.

A partida de demarcação era um grupo composto por vários oficiais portugueses que seriam responsáveis, juntamente com os oficiais espanhóis, na determinação das fronteiras descritas no Tratado assinado pelas coroas ibéricas. Um dos primeiros atos de João de Albuquerque no governo da capitania foi desfazer a partida de demarcação portuguesa, em cumprimento às ordens da coroa portuguesa. A partida havia sido formada no governo de seu antecessor, Luís de Albuquerque e, devido aos interesses da administração portuguesa, foi desfeita. Para legitimar a ordem real, o governador justificava que há anos os portugueses aguardaram os demarcadores espanhóis para dar início aos trabalhos de delimitação do Tratado de Ildefonso, porém, os espanhóis não vieram com a sua partida, o que causou grandes gastos na manutenção desses oficiais portugueses (AHU – Cx. 27: doc. 1581).

Assim que souberam do encerramento da partida portuguesa, os castelhanos passaram a exigir rapidamente a criação de uma nova para dar sequência à execução do Tratado de limites. As pressões em relação à execução do Tratado delinearão as negociações entre os governadores espanhóis e o governador português João de Albuquerque.

Nos primeiros anos de governo de João de Albuquerque, o comissário espanhol Antônio Alvares de Sotomayor solicitava constantemente o início do cumprimento do Tratado de Ildefonso e reivindicava, pelo artigo X do Tratado, a posse de alguns locais com fundações portuguesas às margens do rio Paraguai, como Casalvasco e o forte Príncipe da Beira (AHU – Cx. 27: doc. 1581). O artigo referido, alvo de grandes críticas desde o governo anterior, tratava da delimitação por meio de uma linha reta, desde a foz do rio Jauru até a margem direita do rio Guaporé, o qual excluiria inclusive Vila Bela dos territórios portugueses (AHU – Cx. 27: doc. 1573).

O governador João de Albuquerque explicava que só poderia compor uma nova partida quando recebesse ordens da coroa portuguesa e receando uma possível ostensiva sobre esses locais, esclareceu ao comissário que quaisquer negociações de localidades só poderiam ocorrer na execução do Tratado de limites (1777). Informou também que o comandante de Casalvasco teria ordens precisas para manter tudo na configuração que se encontrava, caso o comissário resolvesse pressioná-lo (AHU – Cx. 27: doc. 1581).

Os governadores espanhóis acusavam que após assinado o Tratado de Ildefonso, a capitania portuguesa se manteve construindo edificações em territórios limítrofes, o que claramente transgrediria o Tratado. Como exemplo, citavam a edificação do forte Príncipe da Beira, a povoação de Casalvasco e um local conhecido como Palácio General, os quais estariam em discrepância com o artigo X do mesmo Tratado. Diante dessas alegações, solicitava a demolição desses três locais por serem territórios de uso comum aos dois domínios ou pertencentes à coroa da Espanha (AHU – Cx. 27: doc. 1581).

A norma sobre as construções em locais de uso comum era tratada no artigo XVIII do Tratado Preliminar, e afirmava que nas margens dos rios localizados nos limites entre os dois domínios não poderiam ser construídos nenhum forte, destacamento, guarda ou povoado. Um desses rios limítrofes entre espanhóis e portugueses era o rio Guaporé, e em sua proximidade foi construído, em 1776, o forte Príncipe da Beira e a povoação de Casalvasco, fundada em 1783 (Tratado Preliminar 1777).

Para legitimar tais edificações, João de Albuquerque alegava que Casalvasco era uma reedificação de uma fraca povoação há muitos anos naquela região e que, para melhor comodidade dos moradores, resolveu-se reorganizar o local. Já o Palácio General nem deveria ser chamado assim, segundo o governador, pois não passava de uma casa na qual seu antecessor, e inclusive ele próprio, ia às vezes para passear. Por fim assegurava que todas essas questões seriam tratadas na execução do Tratado Preliminar de Limites (1777).

Continuamente em comunicação com os comandantes dos fortes portugueses, João de Albuquerque os instruía sobre o modo de agir com os vizinhos espanhóis. Em carta ao Alferes Francisco Pedro de Melo, em 1791, o governador pedia vigilância e cautela na execução das rondas e observação dos movimentos dos vizinhos, caso ocorresse uma aproximação (APMT – Cx. 26: doc. 1199). Podemos perceber uma intensa movimentação e troca de alguns comandantes feitas por João de Albuquerque no princípio de seu governo, no entanto, a todos era solicitado que mantivesse a vigia sobre os movimentos dos espanhóis

A pressão dos comissários e dos governadores espanhóis, inclusive do vice-rei espanhol, para a evacuação de determinados fortes e povoações fazia que as tensões na fronteira crescessem ainda mais. Nesse contexto, percebemos a diplomacia de João de Albuquerque ao se esquivar da efetivação das definições dos limites, por vezes utilizando a evasiva de aguardar ordens para qualquer decisão.

AS ESTRATÉGIAS DE COLONIZAÇÃO E CONQUISTA

Durante todo governo de João de Albuquerque percebemos o constante relato de circulação de oficiais espanhóis nos territórios portugueses. Um desses oficiais, como já mencionado, era o comissário Antônio Alvares de Sotomayor, que insistia em navegar pelo rio Guaporé, mesmo com diversas negativas por parte do governador português. O comissário garantia que seus interesses eram apenas para relatar ao seu Rei uma ideia geral dos domínios e que não prejudicaria, de maneira alguma, os portugueses. Alegava que sua intenção era conhecer os terrenos limítrofes, pois o Tratado de 1777 considerava comum às duas nações a navegação do rio Guaporé, em seu artigo XVIII (Carvalho, 2012: 70).

O clima de vigilância prosseguia intenso na capitania de Mato Grosso. Diversos emissários e oficiais espanhóis passavam pela capitania com os mais variados pretextos,

todavia essa prática não foi utilizada apenas pelos oficiais espanhóis. Vemos na documentação que João de Albuquerque também se utilizou dessa estratégia e enviava constantemente oficiais portugueses aos domínios espanhóis, com a intenção de observar a movimentação das tropas castelhanas.

As investidas e ameaças entre os domínios espanhóis e portugueses manteve-se durante todos os anos de governo de João de Albuquerque. Notamos nos documentos o interesse do governador e capitão general da província do Paraguai, Joaquim Alós, em construir uma povoação próximo a Coimbra, com a justificativa de apenas conter os índios (AHU – Cx. 30: doc. 1656).

Os avanços de portugueses e espanhóis a todo momento criavam uma fronteira cada vez mais fluida nesse período, mudando constantemente em relação à interpretação de seu observador. Em um sentido político a fronteira dependia das relações e negociações de seus personagens, ora em um ponto já ocupado, ora próximo aos vizinhos para tomar territórios em nome de sua coroa. O limite deixa de ser um ponto fixo e inalterado, como apresentado em mapas, e passa a ser o local no qual povoações e culturas se encontram, tentando possuir áreas vantajosas (Araújo, 2000: 214).

As negociações nesses limiares territoriais também almejavam evitar confrontos armados, o que de fato não veio a ocorrer no governo de João de Albuquerque. Podemos considerar que suas habilidades diplomáticas vieram a contribuir para a ausência de enfrentamentos, no entanto, não podemos deixar de lado a compreensão dos reflexos do contexto em que se encontravam as disputas entre administrações portuguesas e espanholas na Europa.

Nos anos de 1760 e 1770, com a expansão portuguesa, os castelhanos passaram a perder territórios, já em 1777 os espanhóis avançaram territorialmente com a conquista armada da Colônia de Sacramento, do forte de Iguatemi e da ilha de Santa Catarina. Foi com o Tratado de Santo Ildefonso que a administração espanhola foi obrigada a devolver a ilha de Santa Catarina aos portugueses. Após esse período de disputas a fronteira ainda não estava definida, pois ambas as partes buscavam avançar nos territórios, não se preocupando em cumprir o Tratado (Araújo, 2000: 215).

A tensão era uma constante nos territórios e mesmo com a aparência pacífica dos vizinhos castelhanos, por vezes, o clima de preocupação das autoridades e moradores da

fronteira ocidental da América portuguesa era habitual. Em 1793 o governador do Paraguai Joaquim Alós construiu um novo forte no morro de Miguel José, o forte de Bourbon, que continha artilharia e tropa, além disso, passou a fundar colônias nas margens do rio Paraguai. Ao saber dessa construção João de Albuquerque solicitou ao governador do Paraguai que retirassem seus oficiais do forte (APMT – Cx. 28: doc. 1300).

Os indígenas também transitavam entre os domínios, negociando constantemente com portugueses e espanhóis. O comandante de Coimbra, Francisco Rodrigues do Prado, informou ao governador João de Albuquerque, que esteve no presídio sessenta e cinco índios Guanás e cinquenta e três Guaicurus. Esses informaram ao comandante que no forte de Bourbon havia mais de cem homens e um barco no porto, e que o comandante de Bourbon sempre perguntava por que os portugueses não iam negociar com eles, pois os soldados viviam miseravelmente e vários premeditavam desertar para os domínios portugueses. Diante disso, Francisco Prado pediu instrução ao governador João de Albuquerque sobre como proceder, caso os soldados castelhanos desertassem para os domínios portugueses e se podia deixá-los passar para o lado lusitano (APMT – Cx. 28: doc. 1300).

Sobre os desertores espanhóis, o governador explicou que enviava em anexo a carta de ordens instrutivas criada pelo seu antecessor em 8 de dezembro de 1775, direcionada na época para o sargento Marcelino Rodrigues Camponês, e que deveria ser passada para o comandante desse presídio. Nela era instruído como esses desertores deveriam ser conduzidos diretamente à vila de Cuiabá, sem que vissem a povoação de Albuquerque. Contudo, ele pedia cautela, pois os espanhóis podiam ser apenas espiões (AHU – Cx. 30: doc. 1672).

Durante todos os anos da administração de João de Albuquerque os espanhóis insistiam em efetivar o Tratado de Ildefonso. A insistência dos espanhóis tinha por justificativa a partida espanhola, que já estaria montada na missão de Chiquitos desde o início do governo de João de Albuquerque, com comissário, oficiais, soldados e outros indivíduos. As demais tropas haviam retornado a Santa Cruz de la Sierra e aguardavam que os portugueses montassem novamente uma partida com seus oficiais para iniciar as expedições de demarcações dos limites do Tratado (APMT – Cx. 28: doc. 1320).

Mesmo sem iniciar as expedições oficiais de demarcações, as informações passadas pelos oficiais portugueses à João de Albuquerque eram de que os espanhóis continuavam a

explorar os terrenos lusitanos e se posicionavam ao redor dos locais solicitados pelo seu governador.

O governador de Mato Grosso já tinha a informação que os espanhóis passaram cada vez mais a prosseguir pelos terrenos na margem oriental do rio Paraguai, e que ali haviam fundado cinquenta fazendas de gado e pretendiam fundar ainda muitas. Para desestimular os avanços dos espanhóis, o governador procurou incentivar os índios Guaicurus a desviarem as águas e os cavalos das fazendas e as trouxessem para trocar no presídio de Coimbra por baeta, machados e coisas semelhantes de interesse dos índios (AHU – Cx. 31: doc. 1696).

João de Albuquerque, em determinado momento, solicitou instruções a Martinho de Melo, perguntando se havia mudado o posicionamento da coroa portuguesa acerca das demarcações ou da criação das partidas. O governador afirmava que ele buscava entreter os espanhóis sobre essas questões, contudo necessitava mais direções e providências para manter os interesses Reais (AHU – Cx. 30: doc. 1671).

A coroa em nada modificou as instruções deixadas pelo governador anterior de Mato Grosso à João de Albuquerque, fazendo esse último manter a política exercida há anos. A política sustentada pela coroa portuguesa na capitania no período possivelmente se relacionava à conjuntura europeia. De acordo com Renata Malcher, no final do século XVIII Portugal e Espanha estariam sobre uma influência pós Revolução Francesa (1789) e, após a independência dos Estados Unidos da América (1776), Portugal procurava manter uma neutralidade no plano internacional. Porém, após a Revolução Francesa e os impactos que ela causou em toda Europa, os países europeus foram pressionados pela ameaça à monarquia (Araújo, 2000: 213).

As disputas e alianças europeias fizeram que suas colônias americanas evitassem confrontos, pois o cenário europeu passava por diversas indefinições. Já a situação da capitania mantinha-se no estado de indefinição, desde o Tratado de Madri até o Tratado de Santo Ildefonso, que não se realizava (Araújo, 2000: 213).

A administração de João de Albuquerque seguiu fielmente a instrução de adiar o cumprimento do Tratado de limites mantendo, assim, o clima de incertezas entre as administrações locais. Os espanhóis das fronteiras aproximavam-se cada vez mais dos domínios portugueses por meio de fundações de povoados (AHU – Cx. 30: doc. 1671).

CONCLUSÃO

Podemos perceber que no cotidiano da capitania de Mato Grosso as divisões territoriais com os domínios espanhóis se faziam no processo resultado de um emaranhado de situações e personagens. Analisar as fronteiras no período (1789-1796) significa compreender uma divisão imaginária de territórios, que marcaria os confins de um domínio. Essas fronteiras não se reduziam a uma linha, mas eram resultado do encontro dos grupos diversos.

Se a princípio o interesse na fronteira oeste foi o ouro, ao fundar a capitania de Mato Grosso os lusitanos passaram a priorizar esses domínios pela sua localização. As regiões auríferas atraíram os portugueses para revelar o verdadeiro tesouro que os territórios possuíam: a terra e seus rios. Essas áreas passaram a ser consideradas a chave da conservação dos domínios do interior da colônia, elevando a capitania de Mato Grosso no cenário lusitano. Podemos perceber essa relevância nas escolhas de seus governadores e nas instruções de como eles deveriam administrar a capitania (Araújo, 2000: 90).

Ao ter como enfoque um período de demarcações territoriais, perceberemos o cotidiano desses territórios limítrofes entre conquistas europeias e a importância da mobilidade dos personagens na definição territorial. Nesse contexto, os governadores negociavam constantemente os territórios de seus interesses, ora buscando mantê-los, ora conquistá-los, contudo era por meio da posse que se alcançava para sua coroa um território, ou seja, através do *uti possidetis* (os que de fato ocupam um território possuem direito sobre este).

Do mesmo modo, a circulação de personagens, tais como indígenas, oficiais portugueses e espanhóis, permitia aos governos a obtenção novos vassallos e propriedades que convergiam para suas conquistas. Através de indivíduos e grupos que requeriam territórios para si, para suas comunidades ou para seus monarcas, o espaço fronteiro foi se formando para além de acordos assinados entre os monarcas de Portugal e Espanha. A contribuição dos diversos grupos locais, para a formação das fronteiras, demonstra a complexidade diante dos processos que permeavam as divisões territoriais entre as coroas ibéricas. (Herzog, 2018: 17-27).

Portugueses e espanhóis utilizavam-se da posse para defender uma ocupação legítima. A posse, nesse período, era a forma que possibilitava adquirir direitos sobre o território e, para isso, era possível a utilização desses locais em diversas atividades, desde a criação de

povoados, que era mais aceito pelas coroas, até a utilização de pastagem esporadicamente, ou alegações de utilização de rotas. (Herzog, 2018: 48).

Valendo-se da prerrogativa de posse, os portugueses avançaram durante anos para territórios considerados de domínio espanhol, o que agravava as discordâncias dos limites territoriais entre espanhóis e portugueses.

Ao se tratar de um local fronteiriço é recorrente as informações de circulação de castelhanos nos domínios portugueses e portugueses em territórios ocupado por espanhóis. A exemplo observamos diversas ordens dadas por João de Albuquerque e executadas pelos oficiais portugueses para que espionassem a fronteira e seus vizinhos. Eles estavam constantemente à procura de informações relevantes nesse contexto de disputas territoriais para conseguir vantagens. Oficiais das coroas e indígenas fizeram parte da demarcação dos limites juntamente com a administração local, pois era por meio de suas informações e ocupações de territórios que o governador elaborava suas estratégias diplomáticas e de defesas.

Discorremos sobre o governo de João de Albuquerque e, a partir das instruções que recebeu ao iniciar seu governo, procuramos identificar em suas correspondências as estratégias de governo nos assuntos relacionados à demarcação de limites.

Constatou-se que foram necessárias diversas estratégias para discussão territorial entre os governadores espanhóis e João de Albuquerque, no período analisado. Para a manutenção das conquistas portuguesas, podemos observar utilização do *uti possidetis* com grande frequência nos discursos, em meio a alegações de diversas ocupações serem antigas. Dessa maneira, em relação às instruções, João de Albuquerque conseguiu garantir o não cumprimento do Tratado de Santo Ildefonso durante todo seu governo por meio de sua diplomacia.

Do mesmo modo procuramos demonstrar os esforços para definir bens, vassallos e propriedades, que convergiam para a demarcação de territórios e fronteiras. Percebemos um espaço em movimento no qual o litígio se dava por meio de rotas ou de localização de grupos, imbricados em quais partes dos territórios poderiam ser utilizadas e de que modo poderia ser determinada a posse. A posse era reivindicada por meio de ocupação de terras e de controle de habitantes e, com isso, se legitimava o confronto pelo limite territorial entre espanhóis e portugueses.

As ressignificações do espaço fronteiriço adquirem uma maior dimensão pela variedade de manifestações sociais, entre disputas de poder e interesses pessoais de múltiplos agentes sociais, com seus discursos e deslocamentos. A discussão cultural da territorialidade vem a questionar as demarcações dos Tratados e dos mapas, evidenciando outros personagens responsáveis pelas disputas de espaços.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

ARAÚJO, Renata Malcher. *A Urbanização de Mato Grosso no Século XVIII*. Discurso e Método. Volume 1. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências Humanas. Universidade de Nova Lisboa. 2000.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. *Lealdades Negociadas: Povos Indígenas e a Expansão dos Impérios Ibéricos nas Regiões Centrais da América do Sul* (Segunda Metade do Século XVIII). Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. 2012.

COSENTINO, Francisco Carlos. *Governadores Gerais do Estado do Brasil* (Séculos XVI-XVII). São Paulo. Annablume: Belo Horizonte: Fapemig, 2009.

GIRALDO, Manuel Lucena. *Reformar as florestas. O Tratado de 1777 e as demarcações entre a América espanhola e a América portuguesa*. Revista Oceanos: A Formação Territorial do Brasil. Revista Oceanos, nº 40, p. 66-76, out/dez de 1999.

HERZOG, Tamar. *Fronteiras da Posse, Portugal e Espanha na Europa e na América*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018.

JESUS, Nauk Maria de. *Na Trama dos conflitos. A administração na fronteira oeste da América Portuguesa (1719-1778)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2006.

MAGALHÃES, J. R. Introdução. Revista Oceanos: *A Formação Territorial do Brasil*. Revista Oceanos, nº 40, p. 5-6, out/dez de 1999.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras 2006.

Tratados

TRATADO DE SANTO ILDEFONSO. Tratado preliminar sobre los límites de los estados pertenecientes a las Coronas de España y Portugal en la América Meridional; ajustado y concluido en San Lorenzo, a 11 de octubre de 1777. Em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/tratado-preliminar-sobre-los-limites-de-los->

estados-pertencientes-a-las-coronas-de-espana-y-portugal-en-la-america-meridional-ajustado-y-concluido-en-san-lorenzo-a-11-de-octubre-de-1777--0/html/ff8d38fc-82b1-11df-acc7-002185ce6064_1.html#I_1_. Acessado em: 14/05

Arquivo Histórico Ultramarino -AHU

AHU – 1790, maio, 8 – Vila Bela. Caixa 27, Documento 1573. OFÍCIO do [Ex-Governador e Capitão General de Mato Grosso] Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro em que informa que instruiu o seu sucessor nas diferentes partes do Sistema e Plano das Demarcações.

AHU – 1790, julho, 4 – Vila Bela. Caixa 27, Documento 1581. OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro.

AHU – 1792, outubro, 18 – Vila Bela. Caixa 30. Documento 1656. OFICIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro, informando da proximidade das tropas de Castela, dois dias de viagem do Presídio de Coimbra, e que encaminhou ofícios ao governador da Província de Assunção, D. Joaquim Alós, sobre os desrespeitos da Fronteira.

AHU – 1793, setembro, 01 – Vila Bela. Caixa 30. Documento 1671. OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro.

AHU – 1793, setembro, 1 – Vila Bela. Caixa 30. Documento 1672. OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro.

AHU – 1795, julho, 20 – Vila Bela. Caixa 31. Documento 1696. OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro.

Arquivo Público de Mato Grosso - APMT

APMT - Caixa 28, documento 1300. BR MTAPMT.SG.CA. 1793, abril, 15 – Vila Bela. Carta do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a D. Joaquim [Alz].

APMT - Caixa 28, documento 1320. BR MTAPMT.SG.CA. 1793, novembro, 21 – Vila Bela. CARTA do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo.

APMT - Caixa 25, documento 1152. BR MTAPMT.SG.CA. 1790, outubro, 01 – Vila Bela. Carta do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Alferes Francisco Pedro de Melo.

APMT - Caixa 26, documento 1199. BR MTAPMT.SG.CA. 1791, junho, 30 – Vila Bela. Carta do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Alferes Francisco Pedro de Melo.

Comunicações Livres

A Importância da Fazenda Atalaia na Freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão de Macaé de 1798 a 1875

Antônio José Vieira da Cruz Vitória⁶⁷⁷

Resumo

Este artigo pretende analisar a importância histórica da fazenda Atalaia, situada na freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão de Macaé de 1798 a 1875, através de uma pesquisa em fontes paroquiais e manuscritos, e também em artigos, dissertações, teses e outros documentos. A ocupação nos espaços de Atalaia ajudou a acomodar a expansão social e econômica que caracterizou o processo de povoamento da freguesia de Neves. A fazenda teve cinco proprietários no período por nos estipulado, recebeu escravos de variadas localidades do Brasil e da África, e muitos cativos constituíram suas famílias. A mão de obra escrava foi de extrema importância no início e no meio do processo de atividades produtivas, e no final do processo de produção da fazenda a mão de obra foi de trabalhadores remunerados.

Palavras-chave: Atalaia, proprietários, escravos.

Summary

This article intends to analyze the historical importance of the Atalaia farm, located in the parish of Nossa Senhora das Neves do Sertão de Macaé from 1798 to 1875, through research in parish sources and manuscripts, as well as articles, dissertations, theses and other documents. The occupation of the Atalaia spaces helped to accommodate the social and economic expansion that characterized the population process in the parish of Neves. The farm had five owners in the period for which we were stipulated, received slaves from various locations in Brazil and Africa, and many captives constituted their families. Slave labor was

⁶⁷⁷ VITÓRIA, Antonio José Vieira da Cruz. Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO, Campus Niterói, RJ. E-mail: psicologoantoniovitoria@gmail.com

extremely important at the beginning and in the middle of the productive activities process, and at the end of the farm's production process, the labor was paid workers.

Keyword: Atalaia, owners, slaves

Introdução

Este trabalho engloba a temporalidade histórica de 1798 a 1875. Nele, analisa-se a importância da fazenda São Manuel de Atalaia. Atalaia está localizada na freguesia de Nossa das Neves do Sertão de Macaé, na porção norte fluminense. De acordo com Lamego, a projeção econômica e o adensamento populacional da freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé, nos primeiros anos do século XIX, regeram a criação da vila de Macaé, em 1813, e a sua progressiva transformação na cidade durante o período imperial. (LAMEGO,1958)

Havia fazendas com terras fecundas e produtivas, localizadas na freguesia de Neves e a beira dos rios. A fazenda da Atalaia era uma delas, e possuía um bom abastecimento de água, fornecido pelo córrego de Atalaia, que desembocava no rio Macaé. (ARAÚJO, 1946). Renata Azevedo Lima afirma que nas primeiras décadas do século XIX, na região noroeste fluminense, a “importância dos rios para a economia regional é bem evidente”. E muitos colonos viviam em busca “de terras mais férteis em meio a matas fechadas” (LIMA, 2012: 8), assim como os barões, fazendeiros e colonos de outras partes da Europa. Sérgio Buarque de Holanda afirma que, através dos rios, os colonizadores percorreram antigos caminhos orientados por eles. Muitas vezes se seguia o curso dos rios à busca de terras, a água revelava o caminho, a fixação era garantida pela ótima qualidade da água e dos ares. Os caminhos e as fronteiras têm na água seu componente fundamental. (HOLANDA, 1994: 44)

Podemos observar a importância da Atalaia e o córrego do mesmo nome para a economia da região com Pizarro.

Sendo a terra de Cabo Frio cortada por muitos Rios (24 dos quaes misturam as suas aguas com as d' esse pedaço de Costa), fazem-se mais dignos dê memoria. os de navegação por canoas, e pequenas lanchas, conductoras dos efeitos do paiz. He 1º o de Macahé, fermentado na Serra do mesmo nome, e situado 13 legoas ao Norte, a quem prestam vassalagem, os Corregos de João Manoel, da Atalaia, do Rio Morto, a Lagoinha, a Lagoa Páo Ferro. o. Rio de

S. Pedro. o de Crubixaes (e n' este o Corrego chamado Homem Deitado), o Carrego da Serra Verde. o Rio do Ouro. o das Aduellas, o Corrego de Janipápo, a Lagoa de Traira, os Carregos do Sabiá. de Jururnirim, e de Boassica, do qual, distante uma legoa, continúa o Macahé a sua correnteza até o mar. onde faz barra. Por ella sahem as lanchas carregadas de madeiras, caixas de assucar, aguas-ardentes, arrozes e outras producçoens das lavouras. (ARAÚJO, 1946:174, 175)

O autor faz menção a navegação de canoas e lanchas pequenas sobre o córrego da Atalaia, carregadas de madeira, caixas de açúcar, e outros produtos agrícolas, o que também nos leva a refletir, como as terras eram férteis e produtiva e sobre a importância da mão de obra escrava na fazenda da Atalaia para região.

Após situar geograficamente e historicamente, a localização da fazenda Atalaia, irei apresentar os nomes dos senhores e possuidores da fazenda, conceituando suas famílias, pelos documentos analisados.

1 - As famílias extensas e patriarcais da fazenda Atalaia.

Pode-se observar nos documentos analisados, que os três primeiros possuidores da fazenda Atalaia, formavam famílias extensas e patriarcais. Posicionei-me a favor do conceito de família patriarcal de Gilberto Freire, somente para as famílias dos senhores de escravos, pois, eles eram os chefes, os patriarcas que mantinham uma hierarquia de poder sobre suas esposas, filhos e também sobre agregados e escravos, formando assim famílias extensas. (FREYRE, 2003) Acredito que um conceito de família extensa, como o de Freire, pode ser abordado neste estudo.

Entendo, que não podemos nos prender a um conceito produzido por um intelectual teórico, que não aceite o de família patriarcal extensa, quando nossas fontes permite, e mostram que esse conceito afirma exatamente o que elas nos dizem: “os senhores da freguesia de Nossa Senhora das Neves formavam uma extensa família”.⁶⁷⁸ Analisamos o que as fontes podem nos falar sobre as histórias dos senhores e dos cativos, como se eles próprios nos falassem sobre suas vidas. Nesse caso entendemos que fizemos um revezamento de teoria e prática, e da prática e teoria. Gilles Deleuze assegura que:

⁶⁷⁸ AINSNM. Livro 1de Batismo, Livro Sem Número de Casamento e Livro I de Óbito (1809-1849).

A prática é um conjunto de revezamentos de uma teoria a outra e a teoria um revezamento de uma prática a outra. Nenhuma teoria pode se desenvolver sem encontrar uma espécie de muro e é preciso a prática para atravessar o muro. Por exemplo, você começou analisando teoricamente um meio de reclusão [...] no século XIX, na sociedade capitalista. Depois você sentiu a necessidade de que pessoas reclusas, pessoas [...] começassem a falar por si próprias, fazendo assim um revezamento. (DELEUZE, in. FOUCAULT, 2009:41)

De acordo com Sheila de Castro Faria, “nas décadas de 1950 e 1960, as teorias de Freyre foram duramente criticadas. O patriarcalismo, conceito central de seu livro mais conhecido, *Casa Grande e Senzala*, foi identificado como ‘paternalismo’.” (FARIA, 2019: 5) Essas críticas se transformaram em barreiras, ou seja, muros que necessitavam serem atravessados para que as teorias se desenvolvessem. Atravessamos o muro com a teoria e a prática. Entende-se aí que os senhores e os escravos sentiram a necessidade de falarem por si próprios através dos assentos paroquiais de Neves, e fizeram um revezamento de uma teoria a outra e de uma prática a outra, para a teoria de Freyre atravessar uma barreira, ou seja, para atravessar um muro. Achou-se imperativo observar a famílias dos senhores da Atalaia por meio de nossas fontes.

O primeiro dono desta fazenda de que temos informação, foi segundo Claudia Rodrigues e Franco, em uma consulta feita no livro de registros de óbitos referente aos anos de 1798 e 1799, o Capitão Manoel Ferreira Maia. (RODRIGEUS, & FRANCO, 2011). Manoel Ferreira Maia, era o patriarca da família, foi um homem muito rico e influente. Nos Apontamentos Secretos sobre a Visita de 1811 e 1812, a Matriz de Nossa Senhora das Neves de Macaé padre José Luiz de Freitas afirma que o “Capitão Manoel Ferreira da Maia, honrado Cidadão do Rio de Janeiro, Senhor da Pedreira da Glória é o mais rico, e generoso povoador dos Sertões de Macaé”.⁶⁷⁹

De acordo com o Processo do Visconde de Mauá, a fazenda da Atalaia foi comprada pelo Capitão Custódio José Teixeira Pinto e sua esposa Dona Anna Francisca de Campos a ” Amaro Velho da Silva (Barão de Macaé)⁶⁸⁰ o segundo possuidor da fazenda, por escritura de

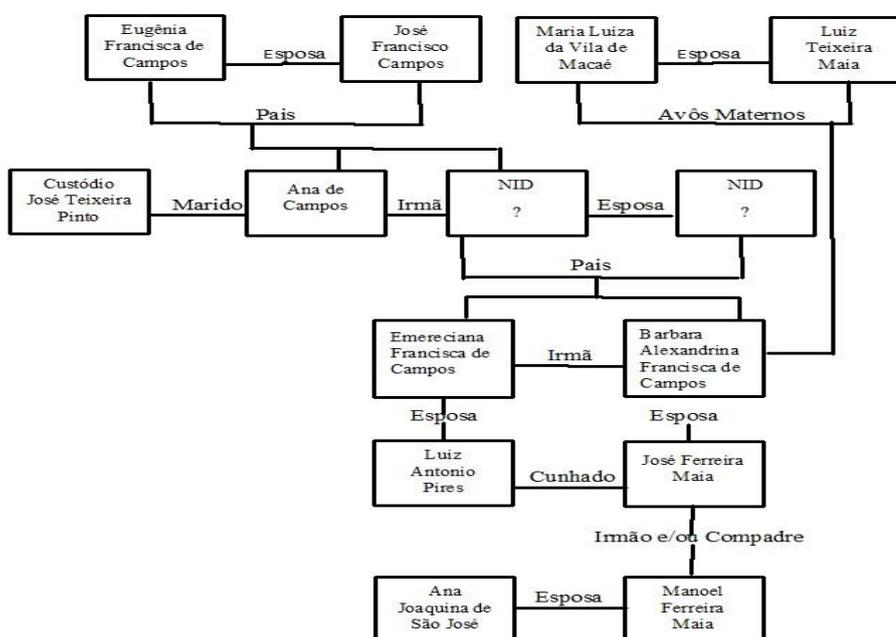
⁶⁷⁹ ACMRJ / VISITAS PASTORAIS / VP 12. Apontamentos Secretos sobre a Visita de 1811 e 1812. Nossa Senhora das Neves de Macaé. Esta visitação foi escrita pelo padre José Luiz de Freitas. As visitas pastorais dessa época foram feitas pelo bispo do Rio de Janeiro de então.

⁶⁸⁰ Processo de Visconde de Mauá (José Antonio de Oliveira e outros) em 22 de junho de 1875.

06 de novembro de 1829.”⁶⁸¹ Manoel Ferreira Maia o primeiro dono da Atalaia era irmão de José Ferreira Maia, José foi casado com a sobrinha de Dona Anna Francisca de Campos,⁶⁸² ela é seu marido Custódio José foram os terceiros possuidores da Atalaia, e esses senhores formavam famílias extensas.

Para que o leitor entenda, como eram essas famílias extensas que existiam na fazenda da Atalaia de 1798 a 1875 utilizamos o seguinte exemplo: José Ferreira Maya foi unido conjugalmente com Bárbara Alexandrina Francisca de Campos. Bárbara foi neta de José Francisco Campos que foi casado com Eugênia Francisca de Campos. José Francisco Campos e Eugênia Francisca de Campos foram os pais de Ana de Campos que foi unida conjugalmente com o capitão Custódio José Teixeira Pinto, Ana e Custódio foram tios de Bárbara Alexandrina Francisca de Campos e Emerenciana Francisca de Campos. Emerenciana Francisca foi casada com Luís Antônio Pires. Todos os citados formam uma extensa família.⁶⁸³ Conforme a figura 1 a seguir

Figura 1



Fonte: AINSNM. Arquivos da Igreja de Nossa Senhora das Neves de Macaé - Livro 1de Batismo e Óbitos (1809-1849).

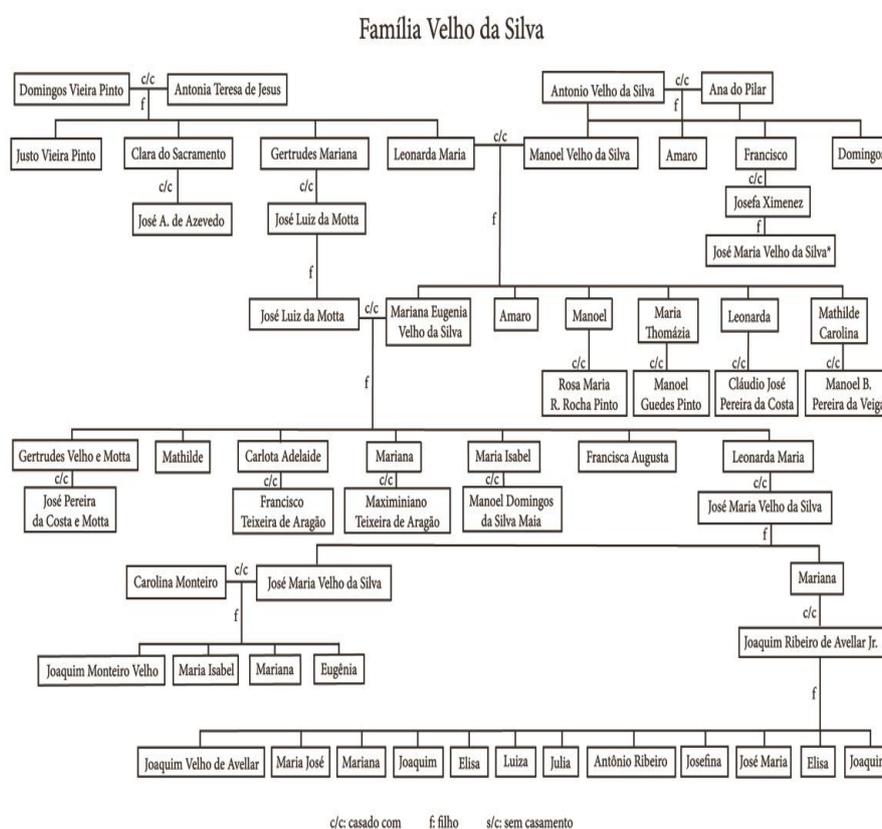
⁶⁸¹ Processo de Visconde de Mauá (José Antonio de Oliveira e outros) em 22 de junho de 1875.

⁶⁸² AINSNM. Livro 1de Batismo e Óbitos (1809-1849).

⁶⁸³ AINSNM. Livro 1de Batismo e Óbitos (1809-1849).

Amaro Velho da Silva (Barão de Macaé), era considerado de acordo com Manolo Florentino um dos maiores traficantes⁶⁸⁴ de escravos do Brasil, (FLORENTINO, 2014: 216). Amaro como já foi dito, foi segundo possuidor da fazenda Atalaia, ⁶⁸⁵ comprou essas terras a Manoel Ferreira Maia e sua esposa D. Anna Joaquina de São José⁶⁸⁶ em 24 de dezembro de 1803. A família dos Velhos da Silva é outro exemplo de família patriarcal extensa, como podemos observar na figura 2 a seguir.

Figura 2



*O mesmo José Maria Velho da Silva aparece mais abaixo, casado com Leonarda Maria.

Fonte: Mariana de Aguiar Ferreira Muaze. (MUAZE. 2008: 21)

⁶⁸⁴ No período estudado, segundo o dicionarista Raphael Bluteau, traficante significava: Negociante, experto, fino ver in BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português e Latino (1712)*. São Paulo: USP, p. 264, verbete “traficante”; Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>. Acesso em 15 de janeiro de 2020.

⁶⁸⁵ Processo de Visconde de Mauá (José Antonio de Oliveira e outros) em 22 de junho de 1875.

⁶⁸⁶ Processo de Visconde de Mauá (José Antonio de Oliveira e outros) em 22 de junho de 1875.

Sobre a família dos Velhos da Silva, gostaria de chamar atenção para Leonarda Maria Velho da Silva, a matriarca da família, que também está entre os maiores traficantes de escravos do Rio de Janeiro.⁶⁸⁷ Observamos, pelas figuras 1 e 2, as famílias extensas e patriarcais, possuidoras da Atalaia e senhores de escravos.

O quarto dono da fazenda Atalaia foi José Bernardino de Sá (Comendador, Barão e Visconde de Vila Nova do Minho) comprou as terras em 10 de outubro de 1842. No Processo consta a venda da Atalaia ao José Bernardino:

Custódio José Teixeira Pinto, e sua mulher vende uma fazenda de cultura e escravos em Machaé a José Bernardino de Sá em dez de Outubro de mil oitocentos e quarente e dous [...] Dizendo-me outorgante diante destas testemunhas que elle e sua mulher sendo legítimos Senhores e possuidores de uma fazenda de cultura denominada São Manuel de Ataláia, situada, digo situado no distircto da Villa de São João de Machaé com escravos constantes [...] cuja a fazenda existe Engenho de fazer assucar com todos os seus pertences e utencílios moendes e correntes com um Sitio de café, Cana de assucar, gado vacum [...] moar, e quarenta escravos sendo o preço ajustado desta venda a quantia de trinta e seis contos e quinhentos mil reis, sendo a fazenda, Engenho e pertenças por vinte e tres contos de reis, os quarenta escravos por doze contos de reis.⁶⁸⁸

Sobre a família de José Bernardino, não posso afirmar se ela era extensa, pois não disponho de fontes que me possibilite tal afirmação. De acordo com Luiz Costa-Lima Neto, “o genro de Joaquina Rosa de Jesus, Antônio de Souza Ribeiro, casado com Maria Joaquina de Sá Ribeiro, filha de Joaquina Rosa e José Bernardino, acusou Joaquina de demência e, em seguida, de incapacidade intelectual para gerir os bens” (NETO, 2017:119) de José Bernardino, já falecido. A fazenda passou a ser possuída pelo Visconde de Mauá e a Viscondessa de Mauá como forma de pagamento de uma dívida.

Dizem o Visconde de Mauá e Viscondessa do mesmo título, que sendo elles senhores e possuidores da fazenda denominada São Manuel de Ataláia, na freguesia de N S das Neves deste termo, cujo os limites são por de mais conhecidos, pela me forma, que os donos a possuem os dous outorgantes e senhores sendo que elles a formado por pagamento de divida avultada a

⁶⁸⁷ De acordo com Manolo Florentino, Amaro Velho da Silva e Leonarda Maria Velho da Silva, estão entre os maiores traficantes de escravos do Rio de Janeiro in (FLORENTINO, 2014: 216).

⁶⁸⁸ Processo de Visconde de Mauá (José Antonio de Oliveira e outros) em 22 de junho de 1875.

Antonio de Souza Ribeiro e sua mulher, genro e filha do Barão do Vila Nova do Minho José Bernardino de Sá [...] ⁶⁸⁹

Como sabemos o Visconde de Mauá foi o quinto possuidor da fazenda Atalaia. Sobre a família de Mauá, não temos condições de possibilidades⁶⁹⁰ para saber através das fontes que pesquisamos, se o Visconde formou uma família extensa.

2 - Sobre Atalaia e os traficantes de escravos.

No comando do fluxo dos navios negreiros, os traficantes como Amaro Velho da Silva e Leonarda Maria Velho da Silva a matriarca da família, formaram sociedades parentais e uma estrutura que os fazia descansar em mútua confiança. Dentre as 279 empresas que se responsabilizaram por 1.181 expedições entre 1811 e 1830, quatorze eram formadas por essas sociedades parentais (FLORENTINO, 2014) que atendiam as grandes demandas de escravos para as regiões do norte fluminense, como a freguesia de Neves, onde população escrava assinala para um aumento via tráfico atlântico.⁶⁹¹

A autora Mariana Muaze assegura que Amaro Velho da Silva, era português, imigrou de uma região entre o Douro e o Minho, e foi capitão. (MUAZE. 2008) A história de Amaro nos chamou atenção não somente pelo fato de ter sido um dos maiores traficantes de escravos do Brasil, como afirma Manolo Florentino (FLORENTINO, 2014) mas por ter sido “um abastado negociante e capitalista, Tenente – Coronel de Milícias [...] Conselheiro Real, Vereador da Imperatriz, agraciado posteriormente, com os títulos de Barão de Macaé e Visconde de Macaé”. (CARDOSO, 2011: 226).

Observamos, em Muaze, que havia uma relação intrínseca de Amaro Velho da Silva e seu irmão Manuel Velho da Silva com a coroa portuguesa. “A rápida ascensão social dos irmãos Velho da Silva [...] está, com certeza, ligada [...] à existência de uma rede de relações

⁶⁸⁹ Processo de Visconde de Mauá (José Antonio de Oliveira e outros) em 22 de junho de 1875.

⁶⁹⁰ Condição de possibilidade é um conceito muito usado por Foucault “que define as condições de possibilidades de todo o saber” em determinado momento histórico. In (FOUCAULT, 1999: 230). Foucault além de filósofo era também historiador.

⁶⁹¹ Ver in. FREIRE, Jonis. Batismo e Tráfico Ilegal de Escravos no Norte Fluminense, c. 1798 e c. 1858. In Orgs. RIBEIRO, Gladys Sabina; FREIRE, Jonis; ABREU, Martha Campos & CHALHOUN, Sidnei. *Escravidão e Cultura Afro-Brasileira – Temas e problemas em torno da obra de Robert Slenes*. Editora Unicamp – Campinas, SP. 2016, p. 299-300.

[...] onde cidadãos, através da troca de favores e de serviços com a coroa, adquirem honras, liberdades, mercês e privilégios” (MUAZE, 2006: 74). Amaro Velho da Silva era um homem que desejava riqueza e a nobreza. Gostava de viver como um nobre e acumulou diversas funções: “de Conselheiro do monarca, Comendador da Ordem de Cristo, fidalgo da Casa Real e tenente-coronel das milícias da Corte [...] requereu sua carta de brasão das armas, onde se dizia pertencente a ‘Casa de Fervença’ uma das mais distintas de Portugal”. (MUAZE, 2006: 74)

José Bernardino de Sá, além de senhor da Atalaia, Jorge Luiz Prata de Sousa afirma que José Bernardino formou sua fortuna como, também, um dos maiores traficantes de escravos do Brasil. O porto de Macaé serviu de empório ilegal para navios carregados de africanos, que eram enviados para as fazendas da região e outras fazendas capixabas, na divisa do Estado do Rio. Um negócio que continuou após o fim do tráfico de escravo, em 1850, por ser lucrativo (SOUSA, 2017).

De acordo Jorge Luiz Prata de Sousa, na década de quarenta do século XIX, José Bernardino de Sá e outros traficantes de escravos montaram uma estrutura organizada em Macaé para melhor empreender o comércio de africanos. Estabeleceram um grande armazém, onde armazenavam tudo que fosse necessário para equipar os navios que se dirigiam até a costa da África. A medida isentaria as embarcações de passarem pelo porto do Rio de Janeiro, evitando o risco de possíveis capturas dos cruzadores inglês. Tal estrutura serviria para garantir o sucesso do tráfico de africanos, que abasteciam as fazendas do norte e interior fluminense, mas também impulsionava o comércio de cabotagem, pois a estrutura montada por estes traficantes fazia intercâmbio e conexões com outras cidades litorâneas da província (SOUSA, 2017).

Amaro Velho da Silva e José Bernardino de Sá, foram fazendeiros e senhores de escravos na fazenda da Atalaia. Podemos afirmar que eles além de enriquecerem através do tráfico transatlântico, também, uma boa parte de sua fortuna foi através do comércio de produtos agrícolas, da mão de obra escrava, afinal, eles eram também fazendeiros.

3 - O trabalho escravo na fazenda Atalaia

Observamos ao cruzarmos os dados dos registros de batismo, casamento e óbito da freguesia de Nossa Senhora das Neves, no período de 1809 a 1822, que os senhores, Amaro Velho da Silva, Custódio José Teixeira Pinto e Luiz Antonio Pires casado com Emerenciana Francisca de Campos sobrinha de Custódio José, possuíam 264 escravos, que nasceram, casaram e morreram na fazenda da Atalaia.⁶⁹² De acordo com os Apontamentos Secretos sobre a Visita pastoral de 1811 e 1812, a Matriz de Nossa Senhora das Neves de Macaé padre José Luiz de Freitas, a fazenda Atalaia possuía 200 escravos,⁶⁹³ comparando esses dados com os nossos a população de escravos cresceu 32%.

Vimos acima no Processo do Visconde de Mauá, que em 10 de outubro de 1842, José Bernardino de Sá, quando comprou a fazenda Atalaia de Custódio José, ele possuía 40 escravos.⁶⁹⁴ Então esses dados nos levam a observar que em 1822 uma fazenda que possuía 264 escravos, em 1842 exatamente 20 anos após, passou a possuir 40 escravos, houve um decréscimo de 66% na população escrava.

Esses dados nos levam a pensar que no século XIX, essa realidade se alterou com o decorrer dos anos, Florentino e Goés comentam que houve um acentuado aumento de preço nas décadas de 20,⁶⁹⁵ fato ligado diretamente a política mercantil que envolvia Portugal e Inglaterra e ao fim do tráfico negreiro. Segundo Oliveira Lima, em 1809, a mão de obra escrava usada há anos anteriores no cultivo e na produção de açúcar nos engenhos, com o incentivo de D. João VI, aumentou vastamente (LIMA, 2006). O autor afirma que a decisão de D. João VI de estimular o tráfico de cativos se explica por cálculos de uma política econômica favorável ao país, e assegura que nesse período se iniciou uma certa pressão inglesa para extinguir o tráfico negreiro, o que fez com que o príncipe regente tomasse uma iniciativa a favor do tráfico (LIMA, 2006).

⁶⁹² AINSNM. Livro 1de Batismo, Livro Sem Número de Casamento e Livro I de Óbito (1809-1849).

⁶⁹³ Nos Apontamentos Secretos sobre a Visita Pastorais de 1811 e 1812, a Matriz de Nossa Senhora das Neves de Macaé padre José Luiz de Freitas Atalaia possuía 200 escravos, comparando esses dados com os nossos a população de escravos cresceu 32%. Ver in. ACMRJ / Visitas Pastorais / VP 12. Apontamentos Secretos sobre a Visita de 1811 e 1812. Nossa Senhora das Neves de Macaé. Esta visitação foi escrita pelo padre José Luiz de Freitas. As visitas pastorais dessa época foram feitas pelo bispo do Rio de Janeiro de então. Cedido gentilmente pela Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Vilela Franco.

⁶⁹⁴ Processo de Visconde de Mauá (José Antonio de Oliveira e outros) em 22 de junho de 1875.

⁶⁹⁵ Sobre a alta exagerada dos preços dos escravos. Ver in. (FLORENTINO, & GÓES, 1997: 67e 71).

De acordo com Lima, no tratado de paz e amizade de 1810, a Grã-Bretanha, iniciava uma campanha de quase meio século para a abolição do tráfico de escravos, porém, em 30 de dezembro de 1817, houve uma comunicação de que Dom João VI teria que continuar com o comércio atlântico, por julgar ser necessário para a economia brasileira (LIMA, 2006:112). Segundo Florentino, de 1808 a 1822, “a secular economia escravista não só manteve intacto o seu mecanismo de reprodução como também o ampliou” (FLORENTINO, 2014: 69).

Sabemos que os senhores se firmavam economicamente e se sustentavam no topo da hierarquia social, às custas de um trabalho exaustivo do cativo. Manolo Florentino assegura que entre 1790 e 1830, principalmente no ano de 1815, a agricultura escravista de alimentos estava em plena expansão nas regiões do Rio de Janeiro, e o tráfico atlântico se colocava na variável principal para a representação da mão de obra escrava. O autor traz a ideia de que os cativos da agricultura açucareira fluminense estavam em maior concentração do que qualquer outra agricultura açucareira. “Até aqui demonstrou-se a disseminação da propriedade escravista por todo o tecido social fluminense [...] as grandes propriedades agroexportadoras em plena expansão física [...] concentrando cada vez mais escravos” e completa a ideia argumentando que para os escravos fundarem o pilar da economia e da hierarquia social dependia diretamente do desenvolvimento do tráfico negreiro. (FLORENTINO, 2014: 26, 27, 29 e 30)

Entendo que de 1809 a 1822, o recorte temporal se dá no momento em que o tráfico negreiro era liberado e por um preço extremamente acessível e que Florentino assegura que esse tráfico oferecia a condição de troca rápida e barata nos preços do trabalho escravo, por esse motivo era muito adequado o custo benéfico do escravo para os senhores, fazendo com que eles aumentassem as horas do trabalho (FLORENTINO, 2014).

No entanto, essa realidade se alterou com o decorrer dos anos, Florentino e Goés comentam que houve um acentuado aumento de preço nas décadas de 20,⁶⁹⁶ fato ligado diretamente a política mercantil que envolvia Portugal e Inglaterra e ao fim do tráfico. Para Florentino e Goés em 1850, houve “o aumento geral dos preços dos cativos após a abolição do tráfico de africanos e que os senhores brasileiros buscariam efetivamente prolongar a vida útil de seus escravos” (FLORENTINO, & GÓES, 1997: 67e 71).

⁶⁹⁶ Sobre a alta exagerada dos preços dos escravos. Ver in. (FLORENTINO, & GÓES, 1997: 67e 71).

Acredito que o motivo do senhor Custódio José Teixeira Pinto em 1842, ter vendido a fazenda Atalaia somente com 40 escravos, possa ser por ele já sentindo a pressão da política mercantil, e o aumento total dos preços dos escravos, e também pensar que não iria conseguir prolongar a vida útil dos seus escravos, poderia ter inúmeros prejuízos para mantê-los sem trabalhar. Assim, vendeu seus escravos, antes da venda da fazenda, e/ou os cativos foram morrendo e esvaziando o plantel em Atalaia.

Uma realidade que possa ter se alterado, quando o senhor José Bernardino de Sá, ao comprar Atalaia do senhor Custódio Teixeira. Pois, vimos neste trabalho, com Jorge Luiz Prata de Sousa que afirma que, o porto de Macaé foi usado de armazém por José Bernardino para a descarga de africanos, que eram enviados para as fazendas da região. (SOUSA, 2017:10). Sabemos que Atalaia era uma das fazendas da região.

Já, o Visconde de Mauá não deseja a mão de obra escrava para produção na fazenda Atalaia. Paulo Skaf, afirma que o Visconde de Mauá “foi o primeiro industrial brasileiro e, ainda, competente banqueiro, político e diplomata” (SKAF, 2011:13). Segundo Liana Bach Martins, Mauá tinha uma ideia abolicionista, porém, “a sua fórmula de libertação dos escravos não era em nada romântica ou sentimental, mas prática, procurando resolver o problema pelo lado racional – dando antes da emancipação” (MARTINS, 2011: 206) um produto que possa substituir as necessidades do braço escravo. “agora e sempre, ambiciono ver desaparecer o elemento escravo da organização social do meu país” (SKAF, 2011:206). De acordo com o Sr. Alcindo Sodré, o Visconde de Mauá, “fundou colônias agrícolas, de trabalhadores livres: portugueses, chineses e coolies, nas terras concedidas no Amazonas e no Pará e nas suas fazendas da província do Rio de Janeiro (Atalaia, em Macaé) e Município Neutro (Sapopemba).”⁶⁹⁷

A fazenda Atalaia foi a primeira a possuir arados a vapor no Brasil, segundo o próprio Visconde de Mauá, “Dois estabelecimentos agrícolas que me pertenciam foram dotados com toda a classe de instrumentos aperfeiçoados, inclusive os arados a vapor que trabalhavam na fazenda Atalaia, em Macaé, sendo os primeiros importados no Brasil.”⁶⁹⁸

⁶⁹⁷ Conf. Cartas no Instituto Histórico (citadas pelo Sr. Alcindo Sodré, na sua conferência sobre Mauá, em 26-10-39), *apud*, Visconde de Mauá Mauá, Irineu Evangelista de Sousa, Visconde de, 1813-1889. Autobiografia / Visconde de Mauá. p, 82.

⁶⁹⁸ MAUÁ, Irineu Evangelista de Sousa, Visconde de, 1813-1889. In. Mauá: o desafio inovador numa sociedade arcaica ...p, 152 e 153.

Por tudo o que foi estudado neste trabalho, pode-se afirmar que a fazenda de São Manuel de Atalaia, foi de extrema importância não somente para a região do norte fluminense, como para todo o Brasil.

Considerações Finais

Analisou-se a importância histórica da fazenda Atalaia, localizada na freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão de Macaé, no recorte temporal de 1798 a 1875. A ocupação nos espaços de Atalaia por seus possuidores, escravos e suas famílias, foi de suma relevância para sua importância. Pois, colaborou com o crescimento social e econômico, que caracterizou o processo de povoamento da freguesia de Neves.

Atalaia, fez parte desse processo de ampliação populacional de trabalhadores escravos e também remunerados, voltados para o seu abastecimento e de outras regiões do Rio de Janeiro, do Brasil e de outros países. A fazenda teve cinco proprietários no período por nos estipulado, e recebeu vários escravos.

Os trabalhadores escravos, vieram de variadas localidades do Brasil e da África, muitos constituíram suas famílias, o trabalho dessas pessoas, foi fundamental para cultura de alimentos na fazenda, ou seja, a mão de obra escrava, com seus braços, foi de extrema importância no início e no meio do processo de atividades produtivas, da Atalaia, pois, no final do processo de produção da fazenda a mão de obra foi de trabalhadores remunerados.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

ARQUIVO DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DAS NEVES DE MACAÉ - AINSNM

- Livro de Batismo nº 1 (1809-1822)
- Livro de Casamento sem número (1809-1822)
- Livro de Óbitos nº 1 (1809-1822)

ACMRJ / VISITAS PASTORAIS / VP 12. Apontamentos Secretos sobre a Visita de 1811 e 1812. Nossa Senhora das Neves de Macaé. Esta visitação foi escrita pelo padre José Luiz de Freitas. As visitas pastorais dessa época foram feitas pelo bispo do Rio de Janeiro de então. Cedido gentilmente pela Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Vilela Franco.

Processo de Visconde de Mauá (José Antonio de Oliveira e outros) Cidade de São João de Macahé em 22 de junho de 1875. Cedido gentilmente pela Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Vilela Franco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, José de Souza Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, vol. 5.

_____. José de Souza Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. 1820: Imprensa Nacional, 1946, vol. 2.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português e Latino (1712)*. São Paulo: USP, p. 264, verbete “traficante”; Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>. Acesso em 15 de janeiro de 2020.

CARDOSO, Lino de Almeida, *O Som social – Música, poder e sociedade no Brasil (Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX)*. 1ª edição São Paulo. Edição do autor 2011.

DELEUZE, Gilles. Os Intelectuais e o Poder. in. FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro. Edições Graal LTDA. 15ª Edição. 2009.

FARIA, Sheila S. de Castro. *Cotidiano dos Negros no Brasil Escravista* Disponível em: www.larramendies.>centenario>grupo. Acesso em 11 jun. 2019.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico negreiro de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo. SP. Editora Unesp. 2014.

_____; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c.1850*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*”. 8 ed. Tradução Salma T. Muchail. Editora Martins Fontes São Paulo. SP. 1999.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro. Edições Graal LTDA. 15ª Edição. 2009.

FRANCO, Maria da Conceição Vilela. *A Antiga Macaé – Ocupação e Povoamento*. www.macaee.rj.gov.br, 2018.

_____. *A morte conta a vida: setenciamento, assassinatos e sepulturas na construção da memória no município de Macaé (Rio de Janeiro, 1855 – 1910)*. Dissertação de Mestrado do

Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO Campus Niterói, 2009.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51 ed. São Paulo: Global, 2003.

FREIRE, Jonis. Batismo e Tráfico Ilegal de Escravos no Norte Fluminense, c. 1798 e c. 1858. In Orgs. RIBEIRO, Gladys Sabina; FREIRE, Jonis; ABREU, Martha Campos & CHALHOUB, Sidnei. *Escravidão e Cultura Afro-Brasileira – Temas e problemas em torno da obra de Robert Slenes*. Editora Unicamp – Campinas, SP. 2016.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*, 3, ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LAMEGO, Alberto Frederico de Moraes. Macaé à luz de documentos inéditos. *Anuário Geográfico do estado do Rio de Janeiro*, nº 11, 1958.

LIMA, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil (3ª Ed.)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

LIMA, Renata Azevedo. *A Questão da Terra no Noroeste Fluminense da Primeira Décadas do Século XIX*. Disponível em: www.encontro2012.rj.anpuh.org/.../1338479007_ARQUIVO_ANPUH2012final.pdf. Acesso em: nov. 2020.

MAUÁ, Irineu Evangelista de Sousa, Visconde de, 1813-1889. *Autobiografia / Visconde de Mauá; prefácio e anotações de Cláudio Ganns*. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011. 334 p.: il. – (Edições do Senado Federal, v. 148).

MARTINS, Liana Bach. *Mauá: o desafio inovador numa sociedade arcaica / Organizado por: Elisiane da Silva; Gervásio Rodrigo Neves; Liana Bach Martins*. – Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2011. (Coleção O Pensamento Político Brasileiro; v.4).

MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *As Memórias da Viscondessa – Família e Poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro. RJ. Jorge Zahar ed. 2008.

_____. *O Império de Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840 – 1889)*. Tese apresentada ao Programa de Pós graduação em História da Universidade Federal Fluminense – UFF. 2006.

NETO, Luiz Costa-Lima. *Teatro, tráfico negreiro e política no Rio de Janeiro imperial (1845-1858): os casos de Luiz Carlos Martins Penna e José Bernardino de Sá*. Disponível em: www.seer.ufu.br . Acesso em 05 de nov. de 2020. 2017.

RODRIGEUS, Cláudia & FRANCO, Maria da Conceição Vilela. Notas Sobre a Presença e a Atuação da Igreja Católica na Antiga Macaé. In: AMANTINO, Márcia; RODRIGUES, Cláudia; ENGEMANN, Carlos; FREIRE, Jonis (Orgs.). *Povoamento, Catolicismo e escravidão na antiga Macaé. (séculos XVII ao XIX)* ed. apicuri. Rio de Janeiro, RJ, 2011.

Anais da XXXVI Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Entre golpes e democracias: Narrativas históricas de um sonho em vertigem. Gabrielle Barra Tarocco; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2020. 1463 p.

SOUSA, Jorge Prata de. *A rede social do tráfico ilícito: grandes traficantes, comerciantes, fazendeiros e a raia miúda*. XII Congresso Brasileiro de História Econômica. Niterói, 2017.

SKAF, Paulo. In. *Mauá: o desafio inovador numa sociedade arcaica* / Organizado por: Elisiane da Silva; Gervásio Rodrigo Neves; Liana Bach Martins. – Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2011. (Coleção O Pensamento Político Brasileiro; v.4).

AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS EM TERESINA NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960.

Milena Cristina Nunes Rêgo Lustosa⁶⁹⁹

RESUMO

Alguns traços de modernidade que pontuavam grandes capitais como São Paulo e Rio de Janeiro são percebidos em Teresina nas décadas de 1950 e 1960. Neste artigo, vamos enveredar por a Teresina que procurava se diversificar, transpirar modernidade, ser percebida enquanto cidade civilizada. Para isso, nos cercamos dos teóricos David Harvey e Anthony Giddens, que ajudaram a melhor compreender o objeto de pesquisa, e a literatura sobre o tema, com Ana Fani Alessandri, Sandra Jatahy Pesavento, José d'Assunção Barros, Carla Daniela Rodrigues e Ângela de Oliveira. Além das fontes bibliográficas, também foram utilizadas fontes hemerográficas, a partir dos jornais *O Dia* e o *Jornal do Comércio* que circulavam na capital piauiense.

Palavras-chave: Modernidade. Sociabilidades. Cidade. Teresina.

ABSTRACT

A few traces of modernity that were punctuated in great capitals like Sao Paulo and Rio de Janeiro were also noticed in Teresina during the decades of 1950 and 1960s. In this work, we are going to guide you through a Teresina that was looking for being diversified, exhale modernity, and be seen as a civilized city. To this end, we surround ourselves with some experts such as David Harvey and Anthony Giddens, that helped us better understand our research subject. Besides, the literature about the theme with Ana Fani Alessandri, Sandra Jatahy Pesavento, José d' Assunção Barros, Carla Daniela Rodrigues e Ângela de Oliveira. Beyond the bibliography sources, we also used newspapers like *O Dia* and *Jornal do Comércio* that circulated at the capital of Piauí.

keywords: Modernity. Sociabilities. City. Teresina.

A Teresina de fins de 1950 e início de 1960 se apresentava como uma cidade pacata, mas com traços “provincianos” (OLIVEIRA, 2009). Nessas décadas, havia em todo o Brasil o desejo por modernização. As cidades procuravam, a todo custo, mostrar civilidade e organização. Teresina não ficou de fora desse anseio. Além do processo de embelezamento físico sofrido pelas cidades, as pessoas, ao procurarem se ajustar aos conceitos modernos de

⁶⁹⁹ Graduada em História pela Universidade Estadual do Piauí. E-mail: milanuned@hotmail.com

modo, como os hábitos de frequentar lugares como cinema, praças e bailes, nos aponta que a busca por essa tal modernidade aconteceu de modo amplo, provocando grandes impactos no âmbito sociocultural.

Havia toda uma preocupação em manter a civilidade e a organização da cidade. É bastante comum encontrar notas em jornais direcionadas para chamar atenção do poder público para algum tipo de problema que estivesse fora dos padrões de uma cidade moderna. Em uma nota do jornal *O Dia*, de dezembro de 1953, intitulada “Pobre cidade abandonada”, João Mendes, o então prefeito da capital, é chamado à atenção, acusado de negligência no que se referia à coleta de lixo da cidade. Segundo o citado jornal, havia amontoados de lixos em vários pontos da cidade:

POBRE CIDADE ABANDONADA

Teresina permanece cheia de entulhos e sujeiras outras, porque o prefeito João Mendes não liga a menor importância às funções do seu cargo, vivendo uma vida de rapaz brincalhão e que joga os pés nas responsabilidades que lhe pesam aos ombros. [...] Em quase todas as ruas da capital há construções de casas de residência, com o material todo jogado sobre as calçadas e até no centro das praças e avenidas com o evidente perigo para os transeuntes e os moradores das casas vizinhas. Os barulhos, a poeira e os entulhos tomam de conta da cidade, sem que o prefeito João Mendes procure cumprir o código de posturas e outras leis em vigor [...] E assim, Teresina vai ficando na lama, desgovernada e sacrificada pelo prefeito, que não sabe como sair do embrulho, para entregar o cargo que ocupa inutilmente, diante da revolta dos seus munícipes. Pobre cidade abandonada!! . . . a espera do seu sucessor. (POBRE CIDADE, 1953: p. 7)

É comum encontrar esse tipo de nota nos jornais teresinenses dessa época, já que era de se esperar tal reação da população, principalmente da classe média, em querer zelar pela ordem e boa aparência da capital. No caso do lixo, especificamente, existia uma maior preocupação, visto que as ruas eram uma das mais importantes vitrines de uma cidade que procurava mostrar reflexos de uma cidade civilizada.

A aparência de uma cidade e o modo como os seus espaços se organizam formam uma base material a partir da qual é possível pensar, avaliar e realizar uma gama de possíveis sensações e práticas sociais. (HARVEY, 1992: p. 69)

Através de vários reclames em jornais do início da década de 1950 podemos apontar Teresina como uma cidade onde era possível consumir produtos encontrados somente em grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, entre eles liquidificadores,

máquinas de costura, aparelhos de barbear sofisticados, cigarros e remédios. Se havia tais produtos à disposição no mercado teresinense, significava que existia público para consumi-lo. (HARVEY, 1992) diz que a procura de meios de comunicar distinções sociais através da aquisição de todo tipo de símbolos de *status* há muito é uma faceta central da vida urbana. Notamos que a capital piauiense se modernizava de modo que os anseios por produtos modernos eram atendidos pelo mercado da capital. Abaixo, é possível observar alguns anúncios de produtos em jornais do período.

Figura 1: Anúncio de geladeiras. Fonte: MORAES (IMP.) LTDA. **O Dia**. Teresina, n. 155, p. 3, 10 jan. 1954.

Figura 2: Anúncio de máquinas de costura. Fonte: MÁQUINAS DE COSTURA Renner. **O Dia**. Teresina, n. 155, p. 5, 10





Sendo a música nesse momento um ícone de notável apreço e consumo, Teresina contava com lojas que ofereciam o melhor da música da atualidade. A loja Moraes (Importação) Ltda disponibilizava horários alternativos para se ajustar às necessidades de seus clientes. Em Teresina era fácil encontrar os mais variados tipos de “tocadores”, rádios e vitrolas da mais alta qualidade, objetos com tecnologia de ponta, só encontrados nos grandes centros urbanos. Os rádios eram um símbolo de modernidade, sofisticação e, por isso, se tornou um objeto mais indispensáveis nas residências dos teresinenses. Os discos e as vitrolas também se faziam muito presentes nas vitrines das lojas e no gosto do povo. Eram muitas opções para se atualizar e estar conectados às tendências musicais do momento. As figuras a seguir apresentam exemplos de anúncios encontrados em jornais piauienses a este respeito:

Figura 3: Anúncio de produtos vendidos na Moraes (importação). Fonte: MORAES (IMP.) LTDA. **O Dia**. Teresina, n. 113, p. 4, 29 mar. 1953.

Figura 4: Propaganda promovida por Moraes (importação). Fonte: SE DURANTE O DIA...'. **O Dia**. Teresina, n.

Sob a garantia da mais alta qualidade...

PHILIPS

é sua escolha os mais atraentes e modernos aparelhos de rádios e radiofongógrafos.

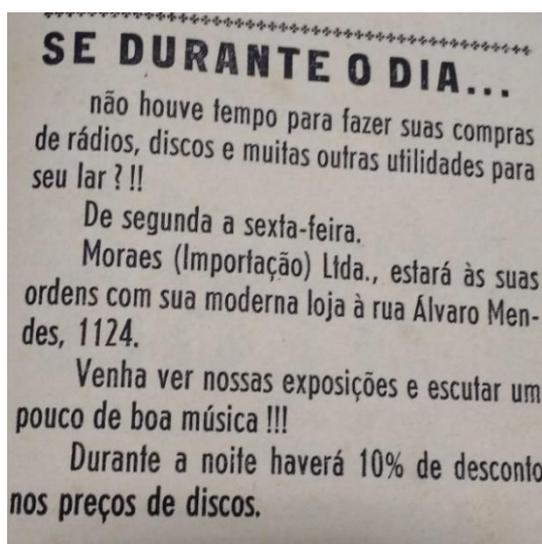
Modelo RA 200 - 3 válvulas. Caixa de madeira, 6 pinos, 3 dias de bateria.

Modelo RA 210-A - 4 válvulas. Caixa de madeira. Caixa fechada com 27 pinos, 3 dias de bateria.

Modelo RA 210-X - 4 válvulas. Caixa de madeira. Caixa fechada com 27 pinos, 3 dias de bateria.

PHILIPS

REVENDEDORES AUTORIZADOS:
Moraes (Importação) Ltda.
 A partir de amanhã dia 23 de Março em suas novas instalações à
 RUA ALVARO MENDES, 1121 - Teresina - Piauí



É perceptível que Teresina passava por um processo de modernização. Os periódicos que circulavam nas décadas de 1950 e 1960 são repletos de dados que nos remetem a isso. O exemplo disso é o grande número de reclames que fazem divulgação de serviços e produtos do mais alto grau de sofisticação para a época, o que nos permite ter uma boa noção do estágio de desenvolvimento em que Teresina se encontrava. Em consequência disso, seus espaços físicos também sofreram grandes alterações. Ana Fani explica:

A cidade enquanto construção humana, produto social, trabalho materializado, apresenta-se enquanto formas de ocupações. O modo de ocupação de determinado lugar da cidade se dá a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou viver. (CARLOS, 2007: p. 4)

A área da saúde estava bem representada e contava com especialistas das mais variadas áreas como cirurgiões dentista, urologista, médico de nariz, boca e garganta, hoje conhecido como otorrinolaringologista. Realizava-se também na capital exames de raio X e tomografias. A seguir, os jornais comprovam essa informação:

Figura 5: Anúncio cirurgião dentista.
Fonte: CIRURGIÃO DENTISTA. **O Dia**. Teresina, n. 143, p. 3, 25 out.

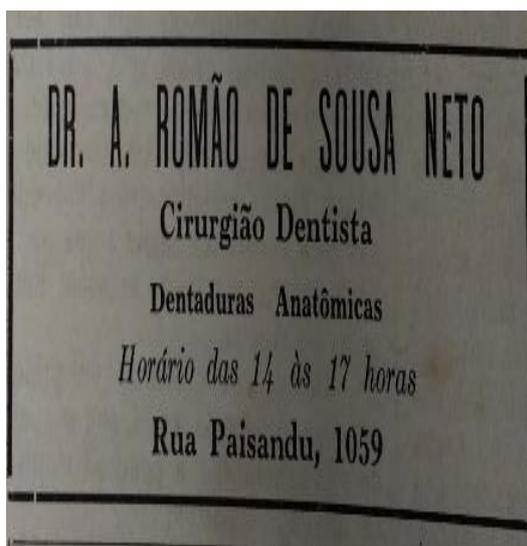


Figura 6: Anúncio de clínica urológica, médica e andrológica. Fonte: CLINICA UROLÓGICA MÉDICA. **O Dia**. Teresina, n. 143, p. 4, 25 out. 1953.

Dr. Luiz Batista
CLÍNICA UROLÓGICA,
MÉDICA E ANDROLÓGICA

Dispõe de todo material necessário para tratamento instrumental, operatório, fisioterápico e diatérmico das doenças dos rins, ureteres, bexiga, próstata e uretra.

Consultório: Rua 13 de Maio-236—N.

Clinica de Ouvidos,
Nariz e Garganta

— DO —

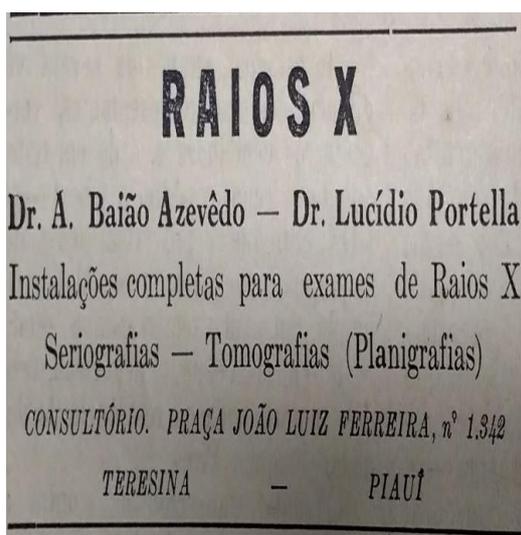
**DR. AGNELO DE SAM-
 PAIO FILHO**

Consultório:
 Rua Elizeu Martins, 1299
FONE 210

Residência:
 Praça João Luiz, 1385
FONE 331

Figura 7: Anúncio de Clínica de Ouvidos, nariz e garganta. Fonte: CLÍNICA DE OUVIDO E GARGANTA. **O Dia**. Teresina, n. 102,

Figura 8: Anúncio de exames. Fonte: Fonte: **RAIO X. O Dia**. Teresina, n. 106, p. 2, 8 fev. 1953.



A circulação de automóveis marcou o Brasil da década de 1950. Em Teresina podia se encontrar lojas de automóveis modernos para passeios, além de veículos para produção e transportes de mercadorias como caminhões e tratores. A cidade também disponibilizava pontos especializados e profissionais qualificados para manutenção e consertos dessas máquinas, como é possível observar nas figuras seguintes:



Figura 10: Anúncio de revenda de peças. Fonte: CASTELLO E CIA LTDA. *O Dia*. Teresina, n. 117, p. 3, 26 abr. 1953.

Figura 9: Anúncio “Essa ‘casa’ também é sua. Fonte: ESTA “CASA” também é sua. **O Dia.**

Além dos automóveis, um dos maiores símbolos de modernidade de Teresina da década de 1950 foi, sem dúvidas, o serviço de aerovias. O transporte aéreo nesse momento era uma particularidade que poucas capitais possuíam, e Teresina contava com voos disponíveis em quatro dias da semana com destino a Parnaíba, São Luís e a grandes capitais brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, como é verificado na figura abaixo:

Aerovias Brasil S.A.

Segundas e quartas—feiras :—Parnaíba e São Luís as 14:00 Horas.

Terças e quintas-feiras :—para Lapa, Belo Horizonte e Rio de Janeiro—às 8:00 horas.

T A R I F A S

Parnaíba	Cr. \$	323,20
São Luís	Cr. \$	602,20
Lapa	Cr. \$	971,20
Belo Horizonte	Cr. \$	1.719,00
Rio de Janeiro	Cr. \$	2.121,00

Para sua viagem prefira a AEROVIAS BRASIL
Rua Alvaro Mendes Fone 692

Figura 11: Anúncio de Aerovias Brasil. Fonte: AEROVIAS BRASIL S.A. **O Dia.**

O interesse dos teresinenses pelas artes estava bastante aflorado, o que fez com que a cidade recebesse bastante atrações do cenário nacional. Os espetáculos envolvendo música, dança, poesia e peças teatrais cada vez mais se tornavam parte das noites teresinenses. Vários artistas brasileiros protagonizaram apresentações em Teresina nessas décadas, entre eles estavam: Yvone Rosental, cantora carioca muito admirada na época; o trio: Guacy Mahú com encantadora bailarina afro brasileira; o pianista Arlindo Copia, a sambista Olga Portela; além de Elvira Pagã, uma das figuras que mais provocaram alvoroços entre os conservadores. Um dos espetáculos que marcou muito foi a peça protagonizada pela dupla Alvarenga e Ranchinho “os milionários do riso”:



Figura 12: Pôster de Alvarenga e Ranchinho. Fonte: ALVARENGA E RANCHINHO. *O Dia*. Teresina, n. 139,

O Grupo se apresentou no Teatro 4 de Setembro, nos dias 2 e 3 de outubro de 1953. Essas atrações eram sempre patrocinadas por notáveis comerciantes e empresários, figuras conhecidas no cenário estadual. Outra grande artista que pisou em solo piauiense nessa década foi Maria Elisa Vale Vieira, renomada cantora e dama muito bem vista e estimada pela sociedade. A seguir, um comentário publicado no jornal *O Dia* a respeito:

Realizou-se, como havia sido anunciado, no ‘Clube dos Diários’, terça-feira, dia 8, o ‘Cocktail’ oferecido à imprensa pelo soprano lírico Maria Elisa Vale Vieira e a pianista Judith Morisson de Almeida. Compareceu ali, além de toda a imprensa piauiense reunida, altas figuras da política administrativa do estado. Nesta homenagem, a festejada artista patricia dedicou à imprensa piauiense alguns números de música do seu grande repertório. Iniciando cantou uma área da toska seguindo-se de alguns números de folclore. (SOPRANO MARIA ELISA Vale Vieira, 1953: p. 6)

Maria Elisa Vale Vieira, acompanhada da pianista Judith Morisson, fez apresentações no tradicional Clube dos Diários, na Rádio Difusora, no Teatro 4 de Setembro, e fez um breve passeio a Campo Maior, e finalizou cantando no côro da missa das 9 horas na Igreja Católica de Nossa Senhora do Amparo.

Os bailes se faziam bem presentes nas noites de festividades dos teresinenses. Era comum entre as famílias promover bailes em suas próprias residências em razão de um motivo especial, como uma aprovação em uma faculdade, uma formatura, um aniversário ou um noivado.

Neste momento em que os bailes eram um dos lazeres mais valorizados e frequentados pela sociedade teresinense, e que as noites dançantes marcavam a maioria das comemorações, logo começaram a aparecer cursos de danças, onde professores ofereciam até aulas particulares, ministradas nas residências dos interessados em estar ligados aos embalos dos novos *hits*. Esse anúncio de São Paulo circulava nos jornais de Teresina ofertando manuais com passos detalhados das danças da moda, como o popular samba, o bolero e o badalado *fox-trot*, a maioria fortemente influenciado pelas telas de cinema:



Figura 13: Como aprender a dançar.
 Fonte: COMO APRENDER A DANÇAR. **Jornal do Comércio**.
 Teresina n. 918 n. 2 24 nov. 1951

Outro meio de divertimento bastante comum na capital piauiense desse período eram as projeções cinematográficas, que atraíam um grande contingente de jovens, visto que eram locais propícios para os flertes. É importante ressaltar que o cinema já era atração em Teresina desde o início do século XX, e era uma das atrações modernas mais acessíveis aos teresinenses. Carla Daniela afirma que:

Teresina na década de 1950, apesar de dispor ainda de um número reduzido de cines e por vez, desprovido de conforto, conseguia reunir com as projeções cinematográficas uma grande parcela da população que diferia entre si pela classe social, idade e sexo. A heterogeneidade do público do cinema se devia ao fato de que este era uma diversão relativamente barata, portanto, acessível às classes menos favorecidas e mesmo porque nesse

período a cidade não oferecia aos seus habitantes casas de diversão em grande número, restando à população como forma de entretenimento os poucos cines. Dessa forma, pessoas de diferentes classes sociais se reuniam no mesmo espaço para assistirem aos filmes que nos anos cinquenta representavam uma das principais atrações no lazer da cidade. (RODRIGUES, 2008: p. 164)

As telas de cinema, além de promoverem entretenimento, eram uma das grandes influenciadoras de modos e consumo. Os filmes hollywoodianos, com suas músicas, danças, roupas e adereços sugeriam aos jovens novos hábitos de consumo. Essa é uma das grandes facetas da modernidade, o estreitamento de espaços e culturas. Anthony Giddens fala que:

O advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros ‘ausentes’, localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face. Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais fantasmagórico: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a ‘forma visível’ do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza. (GIDDENS, 1991: p. 22)

Os lazeres de Teresina, que outrora se estendiam apenas às missas, comemorações religiosas e festas particulares com a presença de familiares e membros da igreja, agora estavam presentes nos quatro cantos da cidade, de domingo a domingo. Bailes, restaurantes, lanchonetes, cinemas, teatro e clubes faziam a alegria dos teresinenses e, principalmente, dos jovens que agora tinham mais opções de diversão e lugares para flertar longe das vistas dos pais. O interesse das pessoas por recreação, resultou na diversificação dos espaços de sociabilidade em Teresina. Sobre isso, Pensavento destaca:

A modificação do espaço de uma cidade, dando a ela forma e feição, contém em si um projeto político de gerenciamento do urbano em sua totalidade. É, por um lado, uma tarefa de profissionais especificamente habilitados para tal – urbanistas, arquitetos, engenheiros – mas também comporta o que se poderia chamar de invenção do cotidiano, ou seja, esse espaço sonhado, desejado, batalhados e/ou imposto é, por sua vez, reformulado, vivido e descaracterizado pelos habitantes da urbe, que, a seu turno, o requalificam e lhe conferem novos sentidos. (PENSAVENTO, 2002: p. 16)

O *point* bastante frequentado pelos jovens da cidade, especificamente pelos da alta sociedade, era o Carnaúba; um bar/restaurante e *boit* bastante popular em Teresina. Era bem localizado e com instalações modernas, que servia comidas e bebidas sofisticadas. Abaixo, o anúncio sobre o estabelecimento:



Figura 14: Anúncio do estabelecimento Carnaúba. Fonte: CARNAÚBA. *O Dia*. Teresina, n. 107, p. 2, 15 fev. 1953.

O Club dos Diários, situado na Rua Álvaro Mendes, ficou conhecido como ponto de encontro das famílias tradicionais da cidade. O local oferecia bailes e festas garantindo a animação das famílias associadas ao clube. Era lá que a alta sociedade se encontrava, batia papo, festejava, e onde os filhos e filhas destes curtiam e flertavam. O clube de maior renome na capital procurava proporcionar divertimento para toda família, havendo também bailes infantis para garantir a animação dos pequenos, como mostra esse aviso referente às festividades de carnaval, publicado no jornal *O Dia*:

CLUB DOS DIÁRIOS

De ordem do Sr. Presidente do Clube dos Diários, levo ao conhecimento dos senhores associados que a sua diretoria resolve adotar as seguintes medidas para vigorarem nas próximas Festas Carnavalescas:

- a) O Club dará quatro (4) bailes, sendo dois (2) – domingo e terça-feira, (15 e 17), e dois infantis, também domingo e terça-feira, (15 e 17), pela manhã. A diretoria encarece dos senhores sócios sua colaboração no sentido de evitar que nos bailes infantis tomem parte, sob qualquer pretexto, adultos, acompanhantes de crianças, às quais as festas exclusivamente se destinam.
- b) O ingresso dos sócios será com a apresentação do talão da mensalidade de janeiro próximo findo.
- c) Os filhos dos sócios, maiores de 18 e menores de 21, terão direito a ingresso, desde que requisitado por seus pais.
- d) Às pessoas estranhas ilustres, de passagem por essa cidade e a estudantes em gozo de férias, serão expedidos convites, por requisição de dois

sócios quites, com antecedência mínima de quarenta e oito (48) horas, mediante o prévio pagamento de uma taxa de Cr\$. 150,00, por duas (2), festas ou Cr\$. 100,00 por uma (1).

- e) Para os bailes de domingo e terça-feira a secretaria, das 16 às 22 horas (hora de verão), ora instalada na sede do Club, fará reserva de mesas para sócios quites, mediante o pagamento de Cr\$ 400,00 para as do salão e Cr\$ 300,00 para as dos terraços laterais. (CLUBE DOS DIÁRIOS, 1952: p. 3).

Como podemos ver, o Club dos diários era um espaço de sociabilidade predominantemente elitista. O passe livre para o ingresso dos lazeres do local era a apresentação do talão de mensalidade em dia, era muito importante a regularidade do pagamento das mensalidades. A presença nesses eventos era um luxo que poucos poderiam pagar, a exemplo disso temos os valores dos alugueis das mesas que ficavam entre 300 e 400 cruzeiros. Também pode ser observado certo critério de seleção de pessoas não sócias que poderiam frequentar tais eventos, além de uma pequena burocracia para permitir a entrada dessas: “pessoas estranhas ilustres de passagem por esta cidade e a estudantes em gozo de férias” seriam convidadas para o evento, contanto que dois sócios em dia requisitasse a presença desses convidados, “com até dois dias de antecedência”, e tendo ainda que desembolsar uma quantia 100 Cr\$, como confere a citação acima.

Como vimos, Teresina passava por uma série de mudanças físicas, estruturais e noções de comportamento. Teresina dos anos dourados, com seus traços e particularidades, se apresentava como cidade moderna, um lugar onde poderia ser encontrado artigos e produtos só vistos em grandes centros urbanos, um lugar que recebia as mais variadas atrações artísticas do cenário nacional, além disso, contava com os mais variados serviços, desde atendimentos especializados de saúde até aerovias, loterias, lojas de autovias, entre outros. Como dito por Anthony Giddens: “a modernidade é inerentemente globalizante”. E completa dizendo que isso se evidencia “em algumas das mais básicas características das instituições modernas” (GIDDENS, 1991).

Essas mudanças socioculturais trazidas pela modernização do século XX, chamado por José D’ Assunção Barros de “Século da Urbanização” (BARROS, 2007), foram decisivas na formação da cidade de Teresina como conhecemos hoje. A cidade florescia, os embalos da modernidade causavam o mesmo nos teresinenses que podiam e permitiam ter seu cotidiano e conceitos remodelados.

REFERÊNCIAS

- Anais da XXXVI Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Entre golpes e democracias: Narrativas históricas de um sonho em vertigem. Gabrielle Barra Tarocco; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2020. 1463 p.
ISSN:2317-0468

BARROS, José D' Assunção. **Cidade e história**. Petrópolis: Vozes, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

Giddens, Anthony. **As conseqüências da modernidade** /Anthony Giddens; tradução de Raul Fiker. - São Paulo: Editora UNESP, 1991.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 17. ed. [Trad. Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves]. São Paulo: Loyola, 1992.

OLIVEIRA, Ângela Maria Macêdo de. **Imagens Dissonantes?** A família teresinense: entre prescrições católicas e praticas culturais na década de 1950. 2009. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2009.

PENSAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano** 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.

RODRIGUES, Carla Daniela Alves. **Além do forno e fogão: as influências do trabalho remunerado no comportamento feminino em Teresina (1950-1960)**. 2008. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2008.

SILVA, Aldairis Pereira da. **Representações femininas em jornais e revistas que circulavam em Teresina nas décadas de 1930 e 1940**. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2009.

JORNAIS

AEROVIAS BRASIL S.A. **O Dia**. Teresina, n. 107, p. 4, 15 fev. 1953.

ALVARENGA E RANCHINHO. **O Dia**. Teresina, n. 139, p. 3, 27 set. 1953.

CARNAÚBA. **O Dia**. Teresina, n. 107, p. 2, 15 fev. 1953.

CASTELLO E CIA LTDA. **O Dia**. Teresina, n. 117, p. 3, 26 abr. 1953.

CIRURGIÃO DENTISTA. **O Dia**. Teresina, n. 143, p. 3, 25 out. 1953.

CLÍNICA DE OUVIDO E GARGANTA. **O Dia**. Teresina, n. 102, p. 2, 11 jan. 1953.

CLÍNICA UROLÓGICA MÉDICA. **O Dia**. Teresina, n. 143, p. 4, 25 out. 1953.

CLUBE DOS DIÁRIOS. **O Dia**. Teresina, n. 106, p. 3, 8 fev. 1952.

COMO APRENDER A DANÇAR. **Jornal do Comércio**. Teresina, n. 918, p. 2, 24 nov. 1951.

ESTA “CASA” também é sua. **O Dia**. Teresina, n. 101, p. 3, 4 jan. 1953.

MÁQUINAS DE COSTURA Renner. **O Dia**. Teresina, n. 155, p. 5, 10 jan. 1954.

MORAES (IMP.) LTDA. **O Dia**. Teresina, n. 113, p. 4, 29 mar. 1953.

MORAES (IMP.) LTDA. **O Dia**. Teresina, n. 155, p. 3, 10 jan. 1954.

POBRE CIDADE abandonada. **O Dia**. Teresina, n. 151, p. 7, 20 dez. 1953.

RAIO X. **O Dia**. Teresina, n. 106, p. 2, 8 fev. 1953.

SE DURANTE O DIA...'. **O Dia**. Teresina, n. 133, p. 3, 16 ago. 1953.

SOPRANO MARIA ELISA Vale Vieira. **O Dia**. Teresina, n. 150, p. 6, 13 dez. 1953.

Escritos em Pólvora: Narrativa e representação nos periódicos e a Primeira Revolta de Boa Vista (1891-1894)

Vinícius Victor do Prado Pereira⁷⁰⁰

Universidade de Brasília – Brasil

Resumo

Esse artigo tem como objetivo analisar parte da cultura política da República Brasileira em seus primeiros anos (1889-1894). Para tanto o objeto de análise aqui apresentado é o conflito conhecido pela historiografia como “Primeira Revolta da Boa-Vista”. Ocorrido no norte do estado de Goiás sob forte influência do coronelismo, da descentralização política e de um executivo federal interventor a revolta atua como um estudo de caso amplamente relatado pelos periódicos. Sendo assim, a Primeira Revolta da Boa-Vista é aqui entendida como um estudo no qual – mantendo sua particularidade regional – chama atenção à necessidade de novos objetos de estudos que auxiliem a compreensão de parte do imaginário do que foi a sociedade brasileira e sua cultura política nesse recorte de tempo e espaço.

Palavras chave: república, coronelismo, imprensa, política, goiás.

This article aims to analyse a portion of the political culture of Brazilian Republic's early years (1889-1894). Therefore, the object of analysis presented is the conflict known to historiography as “Boa-Vista's First Uprising”. Held in northern Goiás under great influence of coronelism, political devolution, and an intervening federal executive, the uprising acts as a case study widely reported by periodicals. Accordingly, Boa-Vista's First Uprising is understood as a analysis in which - maintaining its regional feature - highlights the need of new study subjects that helps understanding the imaginary of what was the Brazilian society and its political culture at that time and space.

Key words: *republic, coronelismo, press, politics, goiás.*

⁷⁰⁰Graduando em História pela Universidade de Brasília no Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas. É bolsista pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ através do Programa de Iniciação Científica da Universidade de Brasília. Email: viniciuspradop@live.com

O saber historiográfico e seu modo de apresentação são ferramentas utilizadas pelo historiador para análise do seu objeto, as diferentes fontes se apresentam como a principal matéria a ser moldada por esses instrumentos. Nesse contexto a narrativa atua como uma tentativa de vasculhar o passado em busca da análise do evento histórico; deixar fluir a mente por um oceano de alternativas historiográficas que emergem da fonte proporciona adotar critérios de análises que se apresentam no campo das ideias, a construção narrativa do passado é criteriosa e respeita o tempo histórico dos seus sujeitos e suas formas de organização da vida pública e privada. Nesse trabalho há a tentativa de construir uma espécie de “rede de informações” entre as fontes, que se ligam aos diversos eventos para a construção do texto final: o viver social e político no contexto da Primeira Revolta da Boa Vista. As alterações, em diferentes escalas, que influenciaram a vida cotidiana em Boa Vista e o conflito em si fazem que uma localidade tão distante dos tradicionais centros decisórios se apresente como uma espécie de estudo de caso da experiência social e política dos primeiros anos da chamada República da Espada (1889-1894).

Pobres e agrárias as cidades do norte de Goiás cresciam ao longo dos afluentes do rio Tocantins, suas influências políticas e sociais acompanhavam o curso de seu desague: Goiás, Pará e Maranhão; as divisões artificiais nem sempre se sobrepuseram as divisões geográficas e naturais que o relevo natural impõe ao homem. Essas relações ribeirinhas influenciavam e eram influenciadas pelos acontecimentos em Boa Vista, principal assentamento em um norte distante da capital de Goiás; essas vilas e aldeias possuíam uma relação mútua de proximidade e dependência, ignoravam muitas vezes o conceito de fronteira do estado. “m comunicação constante de interesses e famílias com as cidades do sul e centro de Maranhão, Carolina, Grajaú, Barra do Corda etc., Boa Vista foi agitada durante todo o século XIX pelas rivalidades políticas que dilaceravam o interior maranhense”, (PALACÍN, 1990, p.35), assim o norte do Goiás será ao longo dos anos povoado por migrantes, muitos deles procurando refúgio político. O relatório produzido por Cândido Mendes em 1852 chamado: “A Carolina ou, a definitiva fixação de limites entre as províncias do Maranhão e de Goyaz: questão submetida a decisão da Câmara dos srs. Deputados desde 15 de junho de 1835” auxilia a Câmara dos Deputados na resolução do conflito limítrofe e decide pela incorporação da cidade de Carolina pelo Maranhão reavaliando os tratados de fronteira entre as duas províncias. Em 1858 Boa Vista é elevada à categoria de cidade e no relatório supracitado há

um subtópico com o seguinte título: “A que Província deverá pertencer o território da Carolina?”, esse trecho pondera sobre a mudança de Carolina para o Maranhão e sobre as consequências para Goiás, assim descreve o autor:

[...] estabelecendo Goyaz do outro lado do Tocantins, o seu porto de escala; e o tem muito bom e em via de prosperidade na aldêa da BoaVista, a qual segundo nos affirmão, já é superior em importância á propria Carolina. [...] Boa vista é uma aldêa da Comarca da Carolina, situada na margem esquerda do rio tocantins, e um pouco abaixo da villa. Esta aldêa cuja população é em geral maranhense, tem consideravelmente augmento sob a direcção do missionário Fr. Francisco do Monte de S. Yito, que ah com esmolos dos fieis construiu uma boa igreja. (1852, p.60)

Portanto, desde o começo do século XIX percebe-se a herança conflituosa que essa região possui. Presente nas organizações políticas e sociais, tais relações – ora amistosa ora conflituosa, mas indiscutivelmente íntimas – auxiliarão as elites locais a colocarem em xeque a própria concepção dessa tríplice fronteira e se utilizarão do aparato republicano para manter suas influências sob a sociedade. Estabelecendo essa forma de poder, – um poder local, estadual e municipal – que teria agora através das bases republicanas um atributo político e decisório de maior relevância. Tal fenômeno não pode ser entendido como novo na história do Brasil, a lógica de dependência de uma população rural sob a influência de um latifundiário mandatário é fruto de um processo de acumulação gradual de poder. Se fundindo com os interesses de um Estado no qual poderiam atuar de forma mais relevante na política, a presença desses “senhores” já pode ser vista nas primeiras décadas do século XIX:

O arranjo institucional consagrado pelas reformas da década de 1830 e pela revisão dos anos 1840 foi resultado de um processo no interior do qual as elites provinciais se constituíram como elites políticas comprometidas com o novo Estado, evitando assim a fragmentação [...] o problema de não considerar a efetiva participação das elites provinciais na construção do Estado está no perigo de entendê-las como elemento a ele externo e que em determinado momento, na República, o teriam tomado de assalto (DOLHNIJOFF, p.19)

Conforme disserta Dolhnihoff (2005) os arranjos políticos que permitiram a unidade do território brasileiro nos anos posteriores à independência, serão, no período republicano, heranças sociais perpetuadas pelas elites locais. Em síntese Boa Vista vai se situar em um período de experimentação de uma maior autonomia dessas elites em um estado

descentralizado, permitindo que essa autonomia dilua o poder político entre vários grupos causando tensões permanentes. Em diálogo com as relações de poder as características apresentadas apontam o chamado “coronelismo” como parte essencial para a compreensão dos agentes presentes nesse trabalho. Diversos debates na historiografia se atentam para a discussão do coronelismo e a sua relação com a vida política e social na Primeira República. Grande parte da argumentação clássica de Leal (1975) na qual trata da origem do poder dos coronéis é a relação direta com o poder privado dos coronéis com o poder político que poderia ser alcançado pelos votos, o que Palacín concorda e endossa em seu trabalho levando em conta as falas de Leal, de Carone e Pang, porém, escândalos de apuração de votos eram normais e parte da narrativa de vencedores e vencidos era pautada nessas denúncias, em 12 de janeiro de 1892 o jornal Estado de Goyaz estampa em sua primeira página:

O que se deu em outros Estados, aqui reproduziu-se de modo que todos sabem [...] Em 31 de janeiro de 1891, ao passa que as oligarchias coligadas faziam somente cinco mil e novecentos votos, o partido catholico era representado por quatro mil votos [...]ficando aprovado q mais de dous mil votos do governo eram fictícios, como se verificou nas eleições de Catalão, Rio Bonito, Palma, Posse, S. José do Tocantins, Boa Vista e etc. (p.1 edição 00032)

Frente a essa afirmação a alcunha de cidadão garantiria um status na sociedade, mas o voto será ao longo dos anos um instrumento de afirmação política, como uma espécie de validação perante a sociedade. Não é do interesse desse trabalho trazer essas afirmações como forma de retirar a autoridade do coronel, mas dilui a ideia de um poder soberano dos coronéis em um feudo à brasileira. A sobrevivência do poder político do coronel se baseava sim no controle do voto, termo apresentado por Cammack (1979) e explicado por Carvalho (1989), mas a ideia apresentada por Carvalho se estrutura de uma forma diferente:

O coronel podia controlar os votantes e manipular atas eleitorais, mas quem definia a apuração dos votos e reconhecia os deputados era próprio congresso em acordo com o presidente da República [...] uma testemunha ocular o processo de reconhecimento na Câmara em 1909 observa: “os reconhecimentos de Goiás, Rio de Janeiro e Distrito Federal só se farão quando os chefes chegarem a um acordo. Para o caso as eleições nada estão valendo.” (1989, p.136, apud Vieira, 1980, p.99)

Assim segundo os autores o poder dos coronéis redigiria em uma espécie de “união” dos poderes locais em torno de um partido que permitisse a ordem do estado. Carvalho (1989) cita que um conflito em larga escala entre os coronéis colocaria os governadores em situações por vezes insustentáveis e faria com que fossem depostos, o caso de Boa Vista não ocasionou a troca do governador diretamente mas houve intervenção federal visto que as alianças dos então mandatários de Boa Vista o colocavam em posição privilegiada, tal queda pode ser explicada a essa rede de interesses e ao que Soo Pang (1979) classifica como Coronelismo Interestadual:

Existiam laços econômicos, sociais e políticos entre os coronéis de seis estados: Bahia, Minas, Goiás, Pernambuco, Piauí e Maranhão [...] Muitas das principais famílias coronelistas da Bahia casaram seus filhos com filhos de famílias associadas no sul Piauí, leste Goiás, sul do Maranhão, oeste de Pernambuco e norte de Minas. Laços econômicos e uma rede de parentesco reforçaram as alianças políticas desses coronéis como grupos de ajuda mútua (PANG, p.52-53).

Dolhniyof esclarece que a estabilidade política dependeu de uma aliança entre as elites provinciais com o governo central, mas como citado em Pang os laços entre as elites locais de diversos estados eram muito mais estreitos que o que se assumia. Logo, os arranjos institucionais com a nova forma de organização política do território brasileiro se alterarão de tal forma que a federalização da vida pública – que na prática já existe nessas localidades no qual os laços familiares sobrepõe a identidade regional – agora se institucionalize de uma forma prática: diminui-se os intermediários entre os mandatários regionais e o poder da união, necessitando de um rearranjo entre a organização política e a organização social.

A centralização imperial permitia uma unidade pautada em uma representação distante das províncias na figura do Imperador, por sua vez, a República irá permitir que a representação local seja a partir do próprio município, dessa forma a Constituição de 1891 assegura:

[...] Constituição Federal de 1891, que atribui aos estados a organização dos municípios, desde que garantida aos mesmos, autonomia no que se refere aos seus interesses peculiares (*art. 68 - Os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos municípios, em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse*). Essa decisão, ambígua, resulta da pressão de uma corrente municipalista que na

constituinte federal de 1891 concentra na liberdade do município a polêmica do federalismo (TRINDADE, 2003)

A descentralização do governo federal, não como fenômeno novo, mas sim como uma troca de protagonismos na política brasileira veio a permitir a emergência mais contundente do coronelismo na nova política republicana. Com novos dados na mesa há a necessidade de expandir os interesses, rapidamente a ferramenta mais utilizada para propaganda política serão os jornais.

Sodré (1998, p.323) sobre a produção de periódicos diz: “a grande imprensa fez do tema político a tônica de sua matéria – tal como a política era entendida e praticada na velha república oligárquica”. Haverá a politização de grande parte da vida social e os jornais em circulação se utilizaram desse embate para fortalecer as posições políticas, muitas vezes do próprio dono ou editor do jornal, estabelecendo a imprensa personalista que ganharia força no período. Longe de São Paulo e dos grandes jornais da Rua do Ouvidor no Rio a imprensa se desenvolvia nas pequenas cidades no Brasil agrário “ a imprensa estava também consolidada, [...] nas pequenas cidades, nas folhas semanais feitas em tipografias, pelos velhos processos e servindo às lutas locais” (Sodré, 1998, p. 275). No livro “Imprensa e História do Brasil” a historiadora Maria Capelato (1988) apresenta pontos sobre o uso dos periódicos como fonte pelo historiador, sobre o episódio da proclamação da república participa do debate acrescentando:

[...] a República desponta como um novo marco da história do Brasil, como observa Maaria Stella Brescianne, expressa um ajuste de contas com o tempo anterior, cujas possibilidades foram consideradas esgotadas. Expressa também o desejo de romper com vínculos do passado e através de um discurso homogenizador (CAPELATO, p.46)

A tentativa de romper com o passado surge de uma mesma necessidade de um uso mais abrangente dos jornais, com sua expansão em todo país novas narrativas se apresentam enquanto antigas se reinventam através do discurso republicano. A imprensa em Goiás já possuía certa relevância nas décadas finais do século XIX com a formação do primeiro partido político nos anos 70, o uso da imprensa como arma política permitiu que Goiás tivesse um número razoável de periódicos:

Em uma província retratada pela historiografia sob o estigma de decadente, pobre e distante, chama-nos a atenção a quantidade de

periódicos que circularam durante o século XIX. É possível perceber a variedade dos locais de origem de cada folha, assim como a diversidade dos nomes à frente dessas iniciativas. Não se tinha em Goiás uma imprensa unicamente oficial, a cargo das publicações governamentais. Pelo contrário, vemos, em todo o século XIX, a tentativa de homens públicos em ganhar espaço pelo instrumento da imprensa. (RIBEIRO,2016, p.33)

Consolidado o mercado tipográfico por essas elites a burguesia liberal nas cidades fomenta esse grande número de periódicos permitindo uma heterogeneidade de jornais, relatando uma maior disputa política entre diversos blocos que nesses primeiros anos da República não hesitarão de se utilizar desses espaços para o embate político. Porém, no caso de Goiás veremos no período uma limitação das narrativas dos jornais, sendo os mais atuantes em defesa de a Leopoldo de Bulhões⁷⁰¹, Fleury Curado⁷⁰² e aqueles ligados ao Partido Católico e do Republicano Federal. As principais fontes utilizadas para se compreender a revolta atribuem a essa um caráter de conflito que teve repercussão regional, sendo estampado em jornais do Maranhão, Pará, Bahia, Paraíba, além de periódicos no estado onde acontece o conflito, o próprio Goiás. Nesse contexto, somente alguns trabalhos foram produzidos nas primeiras décadas do século XX, sem relevância fora do âmbito estadual e de difícil acesso ao público em geral. O principal autor sobre o tema e que trata de maneira mais elucidativa é o historiador Luís G. Palacín. Em sua obra “Coronelismo no Extremo Norte de Goiás, o Padre João e as Três Revoluções de Boa Vista” Palacín faz uso das fontes impressas, em especial os periódicos. Para tratar da Revolta e seus desdobramentos os recortes dados pelo autor quanto crítica às fontes e o próprio modo de produção historiográfica é direta e concisa, a contextualização histórica com o evento elucidada o grande conhecimento sobre o tema. Dentre os mais diversos assuntos o autor procura destrinchar através desses jornais um ponto principal, que aqui nesse trabalho será questionado:

A hipótese aqui levantada se refere diretamente às relações entre o poder local – municipal – e o governo central do Estado sob o regime coronelístico em Goiás [...], a hipótese por nós proposta, e ao parecer

⁷⁰¹ José Leopoldo de Bulhões (1856-1918), principal político goiano ao fim do Império e início da República, eleito presidente do Estado de Goiás em 1892 abdica para ocupar a cadeira de Deputado Federal também pelo Goiás. Crítico de Deodoro da Fonseca e aliado de Floriano Peixoto atua ativamente nos debates na Câmara dos Deputados acerca da Primeira Revolta da Boa Vista.

⁷⁰² Sebastião Fleury Curado (1864-1944), deputado Federal pelo Goiás entre 1891 a 1893 e principal opositor de Leopoldo de Bulhões na década de 1890. Atuante na imprensa goiana foi colaborador do *Publicador Goiano e Goiás* e fundador do jornal *O Goiano*.

confirmada por este caso, é que em Goiás o partido significava uma mediação obrigatória entre o poder local dos coronéis e a ordem mais ampla representada pelo a ordem mais ampla representadas pelo Estado. (PALACIN, 1990, p. 6)

A crítica ao autor é a ideia de que o evento não se restringe somente à dinâmica interna do município e que esse recorte de eventos ocorridos em Boa Vista é marca a desse coronelismo interestadual que se justifica e se apresenta através das diversas visões presentes nos periódicos. Abrindo o leque de perspectivas a Primeira Revolta da Boa Vista condensará uma série de elementos que se farão presentes: a questão das fronteiras, a acumulação de poder local por meio de cargos e o modo de governar de Floriano Peixoto amparado pela estrutura republicana, o último sendo essencial para o decorrer do levante.

Porém, mais do os aspectos políticos do conflito há a presença de um elemento de desequilíbrio: a Igreja Católica. Com a presença de representantes da Igreja o discurso nacionalista católico sob a figura de Frei Gil de Villanova dá novos contornos ao conflito e o debate religioso também se fará presente nos periódicos. Em meio a uma constante tensão entre os chefes locais a Primeira Revolta da Boa Vista seria o último fósforo usado para o estopim desse barril de pólvora, o evento que acarretaria sua explosão: a disputada pela Fazenda Cordilheira e o Processo Gouveia em fevereiro de 1892.

Cláudio Gouveia fora preso como suposto assassino de sua esposa [...] Vaqueiro, casado com a viúva do patrão, tornara-se com os bens da mulher um próspero fazendeiro. Tempos depois, alta noite, a mulher foi esfaqueada na cama, quando Gouveia se encontrava fora em viagem de negócios [...] foi preso e esperava julgamento [...] Gouveia arbitrariamente excluído da partilha dos bens na metade [...] Leitão soube aproveitar-se da situação, pois ao serem leiloados os bens da esposa de Gouveia, arrematou a fazenda Cordilheira, uma das maiores da comarca, pela ínfima quantia de oitocentos mil réis – o preço aproximado de 30 cabeças de gado. (PALACIN, 1990, p.52)

Palacín destrincha o caso e coloca como antagonistas Leitão – chefe local ligado a Bulhões e um dos principais envolvidos no evento sedicioso – em contraposição ao Frei Gil de Villanova e ao Tenente-Coronel Perna, dividindo as facções em torno dos adeptos dos dois grupos. A grande discussão que permeia a questão Fazenda Cordilheira perpassa também pela ideia de que o controle dos poderes locais – executivo, legislativo e judiciário – serve aos

interesses do mandatário político do período. Leitão possuía vida política ativa no Goiás, no Império era ligado ao Partido Liberal e participou como Constituinte Estadual em 1891 e como deputado estadual entre 1892-1894⁷⁰³. Como nenhum evento histórico pode ser isolado de um contexto mais abrangente a revolta se localiza em um período em que Goiás passava por uma instabilidade política que resultara de inúmeras trocas de presidente e de conflito armados no interior. Meses antes as cidades de Catalão e Santa Luzia foram palcos de conflitos relatados pelo Estado de Goyaz: “Consta que em Catalão um pequeno grupo de homens declarou ao dr.juiz de direito, ao promotor publico e á intendencia que estavam depostos, continuando porem todos no legitimo exercicio de suas funções”⁷⁰⁴, , a tentativa de pacificação do estado segundo a visão do governo federal passava pelo estabelecimento dos Bulhões como líderes regionais.

O início dos conflitos se inicia efetivamente pela reabertura do caso Gouveia pelo juiz de direito Hermeto Martins marcando a sessão do júri para 29 de fevereiro de 1892. Palacín esclarece que a maioria dos movimentos ocorridos eram extremamente políticos, Leitão estaria em desgraça política visto que seus aliados estavam fora do governo estadual. Ainda em 1891 o movimento de 23 novembro⁷⁰⁵ fez suas aspirações chegarem a Goiás ocasionando a queda do então presidente Rodolfo da Paixão. Em um contato íntimo entre Bulhões e Leitão surge a solução para dois problemas: o da Fazenda Cordilheira e da substituição de Rodolfo Paixão na presidência do Estado: “Manobrava junto a Floriano, pedindo uma intervenção em Goiás, Floriano, hesitante resistia pois em Goiás acabava de ser eleito legalmente Rodolfo Paixão [...]” (PALACÍN, 1991, p.52), essa intervenção se justificaria com o levante em Boa Vista, em correspondência entre Bulhões e Leitão se lê:

Comece por lá o barulho: deponha logo a intendência inclusive o Hermeto Martins que deve ser enxotado: aclame uma Intendência e autoridades policiais, aclamando outras e passando depois a aclamar Governador, depondo, não reconhecendo o que governava (PALACÍN, 2001, p.53)

⁷⁰³ Informações coletadas no site da Assembleia Legislativa de Goiás, link de acesso: <https://portal-legado.al.go.leg.br/deputado/perfil/deputado/1964>

⁷⁰⁴ Estado de Goyaz: Orgam do Partido Republicano Federal, edição 32 de 12 de janeiro de 1892, página 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/244457/125>

⁷⁰⁵ O 23 de novembro marca a renúncia de Deodoro da Fonseca à presidência do Brasil, em seu lugar sobe ao poder Floriano Peixoto aliado de Bulhões.

Essa correspondência leva a crer que os interesses políticos que rondavam a Boa Vista se mostram maiores que somente a deposição de um inimigo político local, a construção de um projeto de poder vindo de Bulhões e do próprio Floriano Peixoto adicionam mais elementos ao evento. A revolta serve como estopim desse arranjo político, os periódicos ao relatarem o conflito apoiam os diferentes grupos presentes através de sua própria orientação política, rapidamente as questões internas do conflito são deixadas em segundo plano, o “Estado de Goyaz” ligado ao frei Gil de Villanova e ao Tenente-Coronel Perna em 22 de maio de 1892 sob o título “Os Factos de Bôa Vista” atacam a posição de Leitão:

“E afinal de conas quem procura immiscuil-o francamente n’estes negócios não é o coronel Leitão, que se diz deputado estadual, e andava no norte de nosso Estado fazendo propaganda separatista [...] tentando anexar parcelas de nosso Estado ao do Maranhão e fomentando esta tendência exagerada que em toda a parte hoje se nota ao fraccionamento dos Estados entre si e á separação d’estes da União” (Estado de Goyaz, edição 48, p.02)

O editor do “O Estado de Goyaz”, Monsenhor Ignácio Xavier da Silva⁷⁰⁶ que fora do Partido Católico que se desdobrava no Partido Republicano Federal, opositor de Bulhões e de Leitão cobriu o conflito ao longo dos anos. Analisando o trecho com o perfil do jornal percebe-se a tentativa de atrelar a imagem de Leitão a um movimento separatista que levaria Boa Vista a ser anexada ao Maranhão. Ao se pensar em Boa Vista como parte dessa fronteira confusa entre Maranhão, Pará e Goiás as narrativas dos periódicos tendem a ser construídas sob aspectos que justificariam as suas posições, a própria mudança de Ignácio Xavier da Silva do Partido Católico para o Republica Federal indica ao menos a tentativa de se atrelar a imagem do jornal ao movimento republicano, mesmo sendo ele monsenhor e representante da Igreja Católica, porém os opositores ao monsenhor não hesitaram em colocar em xeque a posição do Estado de Goyaz. O Diário do Maranhão em agosto de 1892 noticia os combates, destaca-se o trecho:

Os republicanos de Carlos Leitão foram pouco a pouco perdendo suas posições, que os nacionais catholicos tomavam de assalto, arrombando as portas e decidindo a *ferro frio* [...] o fanatismo religioso tem dado esse tom de applicavel ferocidade, que caracterizou o nosso 35 e que

⁷⁰⁶ Nascido em 1855 foi escritor, jornalista e religioso nascido na cidade de Goiás. 1881 tornou-se Cônego Honorário da Capela Imperial e foi eleito deputado estadual por Boa Vista, após o fim das hostilidades em Boa Vista se transferiu para Uberaba- MG,. Em 1896 tornou-se o patrono da Cadeira 12 da Academia Goiana de Letras, faleceu no Rio de Janeiro em 1929 aos 74 anos de idade.

desvirtua qualquer revolução. Todo republicano é *atheu*, deve morrer, como aqui o branco (em 35) porque era *maçon* [...]E’ provável que a estas horas o governador de Goyaz, Braz Abrantes, e o do Maranhão, que está sendo saqueado na Carolina, tenham tomado providencias para conter o zelo de dois missionários. (Diário do Maranhão, edição 5681, p.02, 16/08/1892).

Procurando se estabelecer como novo *status quo* os republicanos entram no embate pela conquista da “cidadania” e do sentimento de vitória do seu projeto abraçando o positivismo e reforçando a dicotomia entre o novo republicano e o velho monárquico. No caso da publicação do Diário do Maranhão essa dicotomia fica ainda mais clara, de um lado os republicanos defendendo sua posição oficial e do outro os fanáticos religiosos, o periódico compara o movimento de religiosos com o levante dos Malês em 1835. Colocando lado a lado as duas publicações ambos os jornais se intitulam defensores republicanos justificável visto que era este o discurso vencedor desde o golpe republicano, mas outros elementos se mesclam dentro da narrativa: o regionalismo e a questão religiosa. A tentativa aqui, como em outros periódicos é usar os jornais como ferramenta de convencimento da emergente burguesia brasileira e da sua influência sobre a sociedade.

A Primeira Revolta da Boa Vista é um estudo de caso com características enriquecedoras para a compreensão do sentimento político e social da Primeira República fora dos grandes polos de poder. A abrangência do conflito com a presença de agentes dos estados limítrofes respeita a influência regional que Boa Vista tinha no Maranhão, Pará, Paraíba, Goiás e Bahia. Do jornal “O Democrata: Orgão do Partido Republicano Democrático” extrai-se a seguinte notícia com o título “Revolta em Goyaz”:

As autoridades d’essa povoação goyana, não podendo sufocar o movimento revolucionário pediram auxilio ao governo maranhense [...] Não há que vêr, o povo vae pouco a pouco despertando do lethargo em que tem jazido, e levanta-se, resolvido a construir diques contra a opressão do alto governo da republica [...] O general Floriano está condenado por seus inúmeros atentados contra as liberdas publicas: a sua punição é inevitavel (O Democrata, edição 142, p.02)

A indicação do envio de tropas é um aspecto a se destacar na revolta, há notícia do envio de tropas do Goiás, Pará, Maranhão e da própria intervenção federal. As tropas procuravam atender os interesses políticos de sua localidade, a chegada das tropas vindas do Maranhão por ordem do Ministro da Guerra foi assim relatada por Palacin (1991. p.68): “[...] as autoridades locais foram todas depostas, uns presos e outros banidos, e em seu lugar foram

colocados os homens de Leitão”. Evidente as pretensões da tropa a favor do aliado de Floriano Peixoto o descontentamento e as críticas a Floriano dentro do contexto da Boa Vista se tornam assunto constante, o *Correio Paraense* ataca enfaticamente Leitão identificando-o como florianista e atribui a ele o assassinato de uma família de 18 pessoas⁷⁰⁷.

Tal como as origens do conflito e seus desdobramentos o fim da Primeira Revolta da Boa Vista também se dá em um contexto do governo de Floriano Peixoto. Como evidenciado ainda por Palacin (1991, p.53): “No Estado do Rio, o movimento começou pelas localidades mais insignificantes, as quais levantaram-se, depondo logo as intendências e autoridades policiais, aclamando outras e passando depois a aclamar Governador, depondo, não reconhecendo o que governava [...]” ou seja, ao que se indica fazia parte de um projeto de governo a instabilidade política e social nessas localidades, que poderiam apoiadas na figura de um mandatário se revoltar contra o governo estadual. Ao se aclamar novos chefes do executivo – ignorando as vias democráticas – é o maior controle do governo e há a justificativa por uma intervenção. No Goiás não seria diferente, a intervenção de Floriano – o 20º estado a intervir– indicando seu chefe em armas Ovídio Abrantes como presidente da província intensificou as disputadas até 1894 quando José Dias, aliado de Perna, derrota o interventor Hesketh aliado de Leitão. Como permanência desse lugar de fronteira Carlos Leitão, após sua derrota, atravessa o rio Tocantins e funda Marabá no Pará, permanecendo até sua morte como um dos principais chefes locais, na edição de 03 de junho de 1894 o jornal *Correio Paraense* parabeniza Leitão e diz “ e a futura cidade será necessariamente uma grandeza (edição 606, p.01)

A Revolta da Armada e a Revolução Federalista entraram para o imaginário popular como as revoltas do período, mas segundo Queiroz (2015) os relatórios do Senado demonstram que os assuntos mais abordados pelos senadores da legislatura entre 1891-1893 foram os pedidos de anistia⁷⁰⁸ devido aos constantes levantes ocorridos em período semelhante. A própria Revolta da Boa Vista foi anistiada junto a um movimento ocorrido em Alagoas: “Artigo unico. Ficam amnistiadas, desde já, todas as pessoas que directa ou indirectamente tomaram parte nos factos occorridos em 1 de maio deste anno, no Estado das Alagôas, e no movimento sedicioso ultimamente havido na cidade da Boa Vista, no Estado de

⁷⁰⁷ O drama sangrento da Boa Vista do Tocantins, disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/302619/2230>

Goyaz. Capital Federal, 17 de outubro de 1895, 7º da Republica”⁷⁰⁹ e outras em Mato Grosso e Minas Gerais também são anistiadas.

Boa Vista foi palco de outros dois conflitos em larga escala e com forte intervenção de externos à cidade, herança da atuação das forças políticas que acumularam poder ao longo dos anos. O que se percebe ao fazer a análise historiográfica dos acontecimentos em Boa Vista e a visão em uma escala mais abrangente são as evidentes mudanças e permanências dentro do Brasil Republicano. Ao englobar a organização federalista com ênfase no município o Estado permitiu uma distribuição de poder aos coronéis e sua aproximação não somente com o governo estadual como também na esfera federal. Suas organizações partidárias respeitaram os interesses comuns e particulares em busca de cargos no executivo e judiciário local para que se pudesse projetar seus nomes públicos e seus ganhos da vida privada. A oposição marcada pelos jornais que cobriam esses eventos trazia à tona críticas ao republicanismo de Floriano, ao passo que seus aliados contra-atacavam nessa luta pelas mentalidades de seus leitores. A disputa intensa de um projeto vencedor não representou necessariamente, nesses periódicos, um discurso positivista ou de liberdades individuais e sim da atribuição de características para que o corpo político e popular pudesse ter aversão aos seus opositores e simpatia aos seus aliados. Os periódicos destrincham essa ideia de uma maneira extremamente enriquecedora, suas colocações em defesa da república atacam seus adversários em prol de suas correntes próprias, na prática as ideias republicanas ruíam de ambos os lados:

“para que os cidadãos aceitassem a liberdade pública em troca da liberdade individual [...] de identidade coletiva, que antigamente podia ser o de pertencer a uma cidade e que modernamente é o de pertencer a uma nação [...] no Brasil do início da República inexistia tal sentimento (Carvalho, 1998, p.101)

A inexistência desse sentimento logo ao alvorecer da República no Brasil veio a definir ainda mais o conceito de cidadão, o conflito em Boa Vista que poderia ter sido resolvido de maneira pacífica trouxe à tona diferenças regionais e políticas que marcaram o período. Floriano ao buscar lançar seu projeto de poder fez transparecer suas bases regionais, pelo menos em Goiás, que se tornaram extremamente úteis, anos antes da chamada Política dos Governadores. Ademais não houve resistência ao se fazer uso das ferramentas disponíveis

⁷⁰⁹.Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/180784-concede-amnistia-us-pessoas-implicadas-nos-acontecimentos-politicos-ultimamente-ocorridos-no-estado-das-alagoas-e-na-cidade-da-boa-vista-em-goyaz.html>

em detrimento às ideias republicanas para se alcançar o poder. Sobre a percepção desse projeto republicano Lima Barreto em sua crônica “A Política Republicana” diz:

Parecia que o Império reprimia tanta sordidez nas nossas almas. Ele tinha a virtude da modéstia e implantou em nós essa mesma virtude mas, proclamada que foi a República, ali, no Campo de Santana, por três batalhões, o Brasil perdeu a vergonha e os seus filhos ficaram capachos, para sugar os cofres públicos, desta ou daquela forma.

A visão de Lima Barreto expõe um pensamento ainda preponderante sobre as formas de organização da estrutura política de um país nocivo e corrupto, onde as revoltas e levantes do período contam uma história de permanência e não de ruptura. Em Boa Vista o que estava em jogo era um projeto político e não popular, mesmo a presença do contexto religioso na figura de Frei Gil estava atrelada ao interesse de homens públicos e suas ambições locais, regionais e nacionais impulsionadas pela criação do município e do fortalecimento do poder local. A criação do que seria a república falha em não nascer popular, mas também ao abandonar o projeto de liberdade individual, percebendo esse vácuo as elites tomam de assalto o discurso republicano através dos jornais e se adaptam para a sua manutenção no *status quo* de governança ao longo da Primeira República.

BIBLIOGRAFIA

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e história do Brasil*. Contexto, 1988.

CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. Editora Companhia das Letras, 2019

CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Editora Ufmg, 1998.

DA MOTA, Ireni Soares; DE QUADROS, Eduardo Gusmão. *Deus, Pátria e Liberdade: um estudo sobre o Partido Católico em Goiás (1881-1909)*.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. Globo Livros, 2005.

LEAL, Elisabete. Floriano Peixoto e seus consagradores: um estudo sobre cultura cívica republicana (1891-1894). *Revista Estudos Políticos* 5.9: 229-247.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Editora Companhia das Letras, 2012.

BARRETO, Lima. *Contos completos de Lima Barreto*. Editora Companhia das Letras, 2010.

PALACIN, Luiz. *Coronelismo no extremo norte de Goiás: o padre João e as três revoluções de Boa Vista*. Centro Editorial e Gráfico UFG, 1990.

PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias, 1889-1934: a Bahia na Primeira República brasileira*. Vol. 128. Civilização Brasileira, 1979.

QUEIROZ, MESSIAS. *O senado no Início da República: Análise crítica da produção legislativa (1891-1893)*. ILB. 2015

RIBEIRO, Tatiana Sasse Fabiano. “*Ilumina o país em que nasceste*” – *instrução e civilização na imprensa goiana: A Matutina Meiapontense (1830–1834)*.” (2016).

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Mauad Editora Ltda, 1998.

FONTES

Annaes da Camara dos Deputados (RJ) - 1889 a 1899. Disponível em: < http://memoria.bn.br/docreader/060917_01/1 >

A Carolina ou, a definitiva fixação de limites entre as províncias do Maranhão e de Goyaz: questão submetida a decisão da Câmara dos srs. Deputados desde 15 de junho de 1835. Disponível em: < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242525> >

Correio Paraense: Diario Noticioso, Commercial e Litterario (PA) - 1892 a 1894. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/302619/1> >

Diario do Maranhão (MA) - 1855 a 1911. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/720011/22359> >

Estado de Goyaz: Orgam do Partido Republicano Federal (GO) - 1891 a 1896. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/244457/1> >

O programa *Conversa ao Pé do Rádio* e seu papel na construção de um pacto nacional (1985-1987)

Brendo Filipe Costa Diniz⁷¹⁰

RESUMO: O objetivo deste trabalho é compreender a utilização do programa *Conversa ao Pé do Rádio* nos dois primeiros anos da presidência de Sarney, que assume em um momento marcado pela transição democrática e por uma ampla crise econômica e social. Carente de apoio popular, o presidente lançou no sétimo mês de seu governo o programa *Conversa ao Pé do Rádio*, de transmissão nacional obrigatória e comandado pelo próprio. As transmissões eram marcadas pela divulgação das principais ações do governo na economia e pela publicização de programas sociais. Assim sendo, esta pesquisa argumenta que o programa foi empregado para ajudar na implementação de um pacto nacional entre o governo e a população, que consistia na gestão federal propiciar o crescimento da economia e o avanço nas áreas sociais em troca do suporte dos cidadãos aos atos da administração federal.

PALAVRAS-CHAVE: *Conversa ao Pé do Rádio*; Pacto Nacional; Plano Cruzado; Redemocratização; Sarney.

ABSTRACT: The objective of this work is to understand the use of the program *Conversa ao Pé da Rádio* in the first two years of Sarney's presidency, which takes on a moment marked by democratic transition and a wide economic and social crisis. Lacking popular support, the president launches in the seventh month of his government the program *Conversa ao Pé da Rádio* with mandatory national broadcast and commanded by himself. The transmissions were marked by the disclosure of the main actions of the government in the economy and the publicization of social programs. Therefore, this research argues that the program was utilized to help in the implementation of a national pact between the government and the population, which consisted of federal management to promote economic growth and advancement in social areas in exchange for the support of citizens to acts of the federal administration.

KEYWORDS: Advertising; *Conversa ao Pé do Rádio*; Radio; Redemocratization; Sarney.

⁷¹⁰ Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: brendofcdiniz@gmail.com.

Introdução

O cerne deste trabalho é analisar a utilização do programa *Conversa ao Pé do Rádio* pelo governo Sarney nos dois primeiros anos de sua administração, buscando entender como ele foi usado na busca por um pacto social, como o presidente se posicionava nas transmissões e com quem ele buscava dialogar. Dessa forma, este artigo busca contribuições da análise de discurso (BRANDÃO, 2004), das teorias do rádio (MEDITSCH, 2005) e do neoinstitucionalismo sociológico (CHANG E EVANS, 2007) para embasar a investigação sobre a narrativa criada pelos discursos de Sarney.

O programa foi criado em 25 de outubro de 1985 pelo então presidente da República Federativa do Brasil e contava com transmissões nacionais obrigatória todas as sextas-feiras às 6h e às 19h30 do horário de Brasília. A inspiração veio do ex-presidente dos Estados Unidos da América (EUA) Franklin Delano Roosevelt, que criou em 1933 o programa de rádio “*Conversa ao Pé da Lareira*”, onde buscava divulgar as ações da administração federal estadunidense, especialmente as de combate à recessão decorrente da crise econômica de 1929 (RYFE, 1999).

Nas transmissões de seu programa, Sarney realizava discursos curtos e de forma coloquial sobre alguns acontecimentos da semana e também divulgava diferentes atos de sua administração, como as realizações de projetos sociais, suas negociações com o Congresso e diferentes medidas no campo econômico. Esta pesquisa se debruçará da primeira exibição, em 25 de outubro de 1985, até a 67ª edição, em 27 de fevereiro de 1987. A periodização não é fortuita, já que busca ressaltar os principais aspectos que dominaram os dois primeiros anos do programa, que foram a pauta econômica e social, marcados nesse início pelo combate à inflação, que se desenrolará no Plano Cruzado, e pelos programas sociais lançados pelo governo, que tinha como seu lema o slogan “*Tudo pelo Social*”, o que evidenciava a importância do tema.

Para melhor compreender a utilização do programa por Sarney, faz-se necessário uma breve recapitulação de sua vida política, que evidencia a trajetória de um político versátil e pouco apegado a questões ideológicas. Sarney fora filiado ao partido de sustentação da

ditadura, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA)⁷¹¹, onde foi presidente de 1979 até 1984. Ele decidiu deixar a agremiação nesse mesmo ano por divergências quanto à indicação para as eleições presidenciais de 1985, uma vez que desejava ser o candidato de sua agremiação, que o pretere em favor de Paulo Maluf (ECHEVERRIA, 2011).

Em uma articulação para as eleições presidenciais de 1985, forma-se a chamada Aliança Liberal, fruto da aliança entre os dissidentes descontentes do PDS, até aquele instante aglutinados na Frente Liberal, e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro. A aliança culmina na filiação de Sarney ao PMDB para disputar as eleições como vice-presidente em uma chapa comandada pelo então deputado federal Tancredo Neves e que acaba ganhando de forma esmagadora, com 480 votos contra 180 da chapa comandada por Maluf e apoiada pelo regime militar. Tancredo, porém, acaba ficando doente dias antes de tomar posse, que ocorreria em 15 de março de 1985. Após enorme expectativa e intensa negociação, o então presidente do Congresso Nacional Ulysses Guimarães determina a posse de Sarney de forma interina, à espera da recuperação do líder da chapa.

O começo de seu mandato é, portanto, marcado pela falta de legitimidade perante a população e da mesma forma em relação à classe política, que não via em um antigo aliado da ditadura o representante ideal para conduzir a transição para uma democracia plena. A situação começa a se transformar em 21 de abril de 1985, quando ocorre a morte de Tancredo e a consequente posse oficial de Sarney como Presidente da República, iniciando assim um lento processo onde o chefe do executivo federal procura produzir sua imagem de forma independente em relação aos desejos e acordos realizados por Tancredo, além da tentativa de edificar uma base de apoio junto à sociedade e ao meio político.

A partir disso, como argumenta Jorge Ferreira (2018), o então presidente começa a cuidar mais de sua imagem pessoal e passa a imprimir um estilo mais próprio de gestão, até aquela ocasião muito afetada pelas alianças e escolhas de Tancredo. Fazendo amplo uso da comunicação, como de seu programa de rádio, Sarney passa a fazer maior divulgação das ações do governo e, ademais, a tentar montar sua representação enquanto um governante eficaz. Isso ocorre porque, na avaliação de Kinzo:

⁷¹¹ Com o fim do bipartidarismo no país, em 31 de janeiro de 1980 o partido se transforma no PDS (Partido Democrático social).

Sarney tomou posse sem plano de governo e com a crise econômica e social se avolumando. Faltava-lhe legitimidade. Segundo a autora, ele era o político conhecido por seus vínculos com a ditadura que “assumia o poder sem o respaldo das urnas e que não era das fileiras do partido que esperava desta vez para governar – o PMDB. O governo ficou exposto a todo tipo de pressão. (KINZO, 2001: 7).

Um dos principais marcos dessa tentativa é exatamente a criação do programa *Conversa ao Pé do Rádio*, o qual era utilizado para defender o governo e para criar uma relação mais próxima entre o presidente e o povo. Assim sendo, é essencial buscar compreender como a comunicação do programa foi construída, procurando observar alguns aspectos tais como qual era a imagem que se procurava idealizar da gestão de Sarney e quais eram as temáticas abordadas.

Pensando essas questões, o artigo se fundamenta em uma bibliografia densa e contundente que análise diferentes aspectos daquela época, como a crise econômica e o aspecto social brasileiro, de modo a embasar uma contextualização e uma análise crítica e sistemática do conteúdo do programa. Assim, busca-se melhor compreender como o programa foi utilizado para angariar apoio e legitimidade ao governo perante a população em um período de ampla instabilidade econômica, política e social. Todas edições do programa estão transcritas em dois livros da coleção “Documentos da Presidência da República”, (SARNEY, 1990a, 1990b).

O trabalho também compreende que é necessária uma investigação que articule estruturas e atores. Isso não envolve se ater a falsa e pretensa oposição entre o indivíduo e a sociedade, mas uma rede complexa de relações, feita de acasos, hesitações e de escolhas. Assim, busca-se trabalhar com o conceito de identidade de Ricoeur (OLIVEIRA, 2017) e com a metodologia da análise de discurso (BRANDÃO, 2004), que produzem uma noção de um sujeito descentrado, influenciado por suas ideologias, pelo seu inconsciente, pela história e por sua relação com outros discursos. Dessa maneira, não há mais um sujeito fixo e centrado, mas um indivíduo com identidade inacabada, fragmentada, aberta e contraditória, o que se reflete nas fontes e deve ser levado em consideração pelo historiador.

O Plano Cruzado e o Pacto Nacional

Apesar de nunca ter demonstrado um apreço especial pelo debate econômico, se havia algo que o presidente não gostaria de implementar eram medidas impopulares, em razão de que neste momento sua popularidade já era bastante baixa. Na exibição de seu segundo programa, em 01 de novembro de 1985, Sarney deixava claro a aposta que faria, “Estamos mudando a velha fórmula de combater a inflação com achatamento de salário e competir no mercado baseado em mão-de-obra barata.” (SARNEY, 1990a: 29-30). Assim, ficava claro o repúdio pela fórmula recessiva utilizada diversas vezes pela ditadura militar e igualmente explicitava a sua preferência por uma política de estabilização que fosse capaz de assegurar concomitantemente a continuidade do crescimento da economia do país e dos salários da classe trabalhadora, algo bastante divergente das políticas adotadas até então.

Como esse artigo procurará demonstrar, Sarney exprimia nas exibições diversos dos interesses e concepções de sua presidência. Nesse caso isso fica ainda mais claro, dado que a exibição é basicamente um discurso de recusa da fórmula recessiva que envolvesse achatamento de salários e corte de crédito. Não era do interesse da administração federal se indispor com a população em geral ou com setores empresariais. O objetivo da nova equipe econômica era agradar a ambos, uma difícil tarefa em um cenário de crise econômica que coadunava uma alta inflação, um alto déficit público e uma imensa dívida externa.

Outra questão bastante interessante de se observar no programa é como ele procura criar um regime de cumplicidade entre o governo, sempre referido como um novo comando de muita seriedade e trabalho, com uma população batalhadora. Esse ponto fica claro na 18ª exibição, quando Sarney aborda o controle do déficit e da inflação, falando que “É produto da austeridade, do trabalho, da seriedade e da competência de tantos homens que vivem e sofrem a condução de nossa economia.” (SARNEY, 1990a: 69-70). Ou seja, o presidente claramente divide os louros dos bons resultados com a nação e seus cidadãos, buscando atingir uma maior cooperação da população.

No mesmo programa, em prenúncio ao que ocorreria durante o Plano Cruzado, há uma forte aposta em um pacto social que seja compactuado entre toda a sociedade, seja o governo,

o povo ou o empresariado. “Reivindicações impossíveis não poderão ser atendidas. O interesse de todos é maior do que o interesse de qualquer classe.” (SARNEY, 1990a: 69-70). O uso do programa se aproxima muito das transmissões de Franklin Delano Roosevelt, que também utilizava amplamente seu programa para forjar um pacto social entre os “cidadãos de bem”, como os trabalhadores e empresários, mas que excluía os “especuladores”, que seriam a causa de toda a crise.

A atração igualmente se aproxima muito do modo com que era propagada a ideologia trabalhista, principalmente pelo programa *A Hora do Brasil* durante o Estado Novo no, que como a Angela de Castro Gomes argumenta (GOMES, 2005), era um veículo que buscava construir um consenso trabalhista entre as classes em torno do Estado, que seria o grande mediador desses conflitos. As apostas das exibições eram claramente inclinadas a uma despolitização dos problemas dos sociais, que eram apresentados como contratempos surgidos de indivíduos sabotadores da nação, como banqueiros e especuladores. Sendo assim, um pacto de cooperação na sociedade seria suficiente para sanar a nação.

Com essa visão em mente, no dia 28 de fevereiro de 1986 Sarney decretou feriado bancário e anunciou o Plano Cruzado pela televisão.

O pacote de medidas que compunham o Plano Cruzado seguiu o modelo proposto por Francisco Lopes. O ponto mais notável, para o público, foi a criação de uma nova moeda, o cruzado, que seria equivalente a mil cruzeiros. O segundo ponto foi o congelamento de preços por tempo indeterminado. Outros aspectos mais técnicos do Plano foram de mais difícil compreensão pelo público. A desindexação dos contratos era o ponto de mais difícil compreensão. Para isso o Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) foi substituído por um outro índice o IPC, com as mesmas ponderações, mas base diferente. O objetivo era não contaminar o índice com a inflação passada. A conversão de alugueis e de contratos futuros foram feitas levando em conta a relação média-pico. Indexações por prazo inferior a um ano foram proibidas. No caso de contratos com taxas de juros pré-fixadas estabeleceu-se nos próximos 12 meses um plano de conversão diária de valores de cruzeiros em cruzados – que ficou conhecido como tablita. Em princípio, o objetivo do plano era ser neutro, sob ponto de vista distributivo. Mas, na fórmula de conversão de salários pela média, tendo como base o poder de compra dos últimos seis meses, foi acrescido um abono de 8%. O salário mínimo foi fixado em CZ\$ 804,00, que embutia um abono de 16% sobre o poder de compra médio. (PRADO; LEOPOLDI, 2018: 93)

A partir de então, Sarney começa a repetir incessantemente uma estratégia já empregada em seu primeiro programa, em 25 de outubro de 1985, quando falava que “Porque o Brasil vai dar certo. Contem com o Presidente. Mas o Presidente, para o êxito de seu trabalho, precisa contar com vocês.” (SARNEY, 1990a: 27-28). A tática consistia em estimular o otimismo da população buscando demonstrar a eficiência de seu governo e, além disso, perseguir a cumplicidade do povo com suas propostas, fazendo com que o sucesso ou fracasso delas seja fruto não somente da administração federal, mas também da atuação dos cidadãos.

Os efeitos iniciais do Plano Cruzado foram surpreendentemente positivos:

O Plano Cruzado foi um sucesso para o governo, repercutindo com grande satisfação popular. A inflação desabou, enquanto aumentaram o crédito, o consumo e o emprego. O desemprego, que naquele momento era de 10,5%, logo caiu para 2,5%. Em janeiro, a inflação foi de 14,98%, enquanto a de abril foi de 0,58%. Em todas áreas e em todos os índices o Plano Cruzado apontava para o sucesso. Os trabalhadores deixaram de perder com a inflação diária e ganharam com o aumento do salário mínimo e o abono salarial. Com maior poder de compra e crédito, o consumo aumentou. (FERREIRA, 2018: 47-48)

Neste contexto surgem oficialmente os “fiscais de Sarney”, munidos com as tabelas de preços da Superintendência de Abastecimento e Preços (Sunab), eles fiscalizavam os preços nos mercados e nas lojas e, caso encontrassem irregularidades, chamavam a polícia. Era o ápice da colaboração e cumplicidade entre governo e povo que Sarney tanto pedia e exaltava, como deixa claro no 19º programa, de 07 de março de 1986, quando menciona que:

Trata-se do maior voluntariado vivido na nossa História e de uma mobilização consciente, em que todos espontaneamente, demonstrando confiança no Presidente, ajudam a fazer uma fiscalização que o Governo, com todos os seus funcionários, órgãos e forças não conseguiria jamais realizar (SARNEY, 1990a: 75-76).

Envolto no sucesso que estava sendo seu programa econômico, que alavancava sua popularidade como jamais imaginara, o presidente não tinha olhares para os problemas envolvidos no congelamento. “No debate político, as críticas à esquerda, mencionavam o perigo de uma recessão e à direita chamavam a atenção para a necessidade de ajustes fiscais e correções dos desequilíbrios.” (PRADO; LEOPOLDI, 2018: 95). Sarney, porém, não tinha ouvidos para juízos de opinião que não fossem otimistas e continuava a promover o sucesso de suas medidas.

O governo, portanto, não era receptivo às críticas nem tampouco planejava tomar atitudes para equacionar os problemas que começavam a se avolumar. Desde o início há uma negação de problemas estruturais do Plano Cruzado, sendo a responsabilidade toda deixada em cima dos “especuladores, “sabotadores”, como deixado claro na 22ª transmissão, em 04 de abril de 1986:

O governo previu, previu a sabotagem, previu os acidentes prováveis, previu o ódio e a incompreensão, previu o pessimismo e previu despeito, previu até politicagem e aqueles que desejam a política da terra arrasada, a mais arrasada de todas as políticas. E cuidou de proteger o povo contra todos esses males (SARNEY, 1990a: 85-86).

Mesmo com os problemas do Plano Cruzado, como o surgimento do ágio e o aumento do déficit fiscal, essas questões só acarretariam em uma maior crise alguns meses depois, após as eleições de 14 de novembro de 1986. Enquanto isso, o presidente utilizava o programa para enaltecer seus feitos e para buscar outro suporte para seu governo, que seria o aspecto social.

Apesar de todas as críticas possíveis ao Sarney, ele foi um político que soube permanecer no jogo político nacional por mais de 50 anos, sendo capaz de se adaptar às diferentes realidades políticas que o Brasil passou. Por conseguinte, a escolha de um lema e de uma comunicação voltada para o aspecto social se embasava em uma realidade política que tinha nos proletários um grupo em franca ascensão. Neste período ocorre a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e também da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), em 1986:

Nos marcos de suas reivindicações podemos incluir desde a quase onipresente questão salarial, passando pela resistência às práticas de relações de trabalho autoritárias, indo até a luta contra os sucessivos pacotes econômicos governamentais, os quais, em busca de correções nos rumos da economia – então marcada pelas altas taxas de inflação -, acertavam duros golpes nas condições de vida dos trabalhadores. (SANTANA, 2007: 294)

Apesar do momento propício para os movimentos organizados, eles não encontraram uma real via de acesso ao poder federal, que não tinha nos grandes movimentos de trabalhadores um aliado, mas sim como entraves à administração. Isso se demonstra logo na segunda exibição, em que Sarney fala que “Ele não tem sindicato forte e ele não precisou fazer greve. O Governo correspondeu às necessidades desses trabalhadores, que são a maioria esmagadora dos assalariados brasileiros. Cumpriu o seu dever, sem receber pressão” (SARNEY, 1990a: 29-30). Nessa fala o presidente deixa claro a estreita via de diálogo que possuía com os grupos de trabalhadores organizados, uma vez que o programa procurava erigir a imagem do executivo federal como a de um estabilizador, não somente no aspecto econômico, como no que concerne o aspecto social brasileiro. Desse modo, aqueles que se movessem em pressão ou contrariamente ao governo ganhavam as pechas de “especuladores” e “sabotadores”.

Como já mencionado, a partir do sucesso inicial do Plano Cruzado o programa inicia um novo diálogo com os trabalhadores, enfatizando o enorme avanço na qualidade de vida dos trabalhadores, que tiveram seu salário valorizado, e na economia como um todo, que estava extremamente aquecida. Essa exaltação do plano econômico gera na atração um esquecimento momentâneo da temática social. Se das primeiras dezenove edições cerca de quatorze mencionavam alguma temática social, o programa fica as seis edições seguintes ao lançamento do Plano Cruzado sem mencionar qualquer coisa do tipo. Aqui fica claro a versatilidade da mensagem das exposições, que não possuíam um conteúdo regular, mas se adaptavam aos interesses governamentais.

Outro ponto interessante de ser mencionado é que a expansão econômica brasileira, muito latente desde os anos 1930, não se deu sem diversas tensões e assimetrias regionais e

sociais. “Em especial, o crescimento econômico brasileiro deu-se com o aprofundamento de um processo de exclusão de importantes setores da sociedade brasileira, caracterizando-se como um dos países de renda mais concentrada do mundo.” (PRADO; LEOPOLDI, 2018: 78). Para buscar sanar as desigualdades regionais, houve a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), sob a inspiração de Celso Furtado, e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), que buscavam um novo modelo de expansão para o país, que acontecesse de forma mais uniforme, mas que acabou não chegando aos resultados esperados.

Não é por acaso, portanto, que ainda no 5º programa, em 22 de novembro de 1985, Sarney anuncie que houve um aumento de 600% na verba para estados nordestinos. Segundo o próprio, “Para mim, dizer que o nordeste é “prioritário” é pouco.” (SARNEY, 1990a: 35-36). Na mesma edição há também o discurso de revigoração da SUDENE. Segundo o presidente, faltavam recursos, vontade e humildade para alavancar a região nordestina. Novamente fica clara a ênfase do governo no aspecto social e também o reforço que há de que os problemas do país serão sanados porque o governo realmente se preocupa com a população, algo que supostamente não ocorrera em outras administrações.

Na 8º edição de 12 de dezembro também fica claro como a reforma agrária estaria no centro de prioridades da propaganda governamental, quando Sarney exalta o Mirad (Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário) e o PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) como símbolos da luta por justiça social que o governo estava acampando. A propaganda do PNRA dizia o seguinte,

A Reforma agrária do Presidente Sarney, porém, é brasileira e atende à realidade política, econômica e social do país. Todos podem apoiá-la, pois é justa, pacífica, racional, produtiva e democrática. Nossa Reforma agrária não combate a propriedade privada. Pelo contrário, amplia o número de proprietários e estimula a produção e a produtividade (SARNEY, 1990a: 42).

A propaganda deixa nítida que a reforma agrária teria um enfoque essencialmente econômico, de aumento da produção e da produtividade, em detrimento de seu aspecto social,

de diminuir a desigualdade no acesso à terra, algo que não atendia às demandas dos movimentos organizados. O presidente também aproveitou o programa para lançar o suporte a pequenos agricultores do nordeste através do financiamento da SUDENE, do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste. Era clara a tentativa de angariar apoio em meio ao seu reduto eleitoral. Na 10ª edição, em 27 de dezembro de 1985, é apontado que os dois grandes desafios da administração eram a reforma agrária e a inflação, o que reforça o aspecto econômico e social do pacto nacional proposto (SARNEY, 1990a: 47-48).

Em 1986, apesar do esfriamento da pauta da reforma agrária, ela ainda aparece em suas propagandas como um objetivo primordial do governo. Não é sem interesses, portanto, que no 30º programa, em 30 de maio de 1986, seja anunciado a posse de Dante de Oliveira, o popular deputado por traz da campanha das “Diretas Já”, como o novo Ministro da Reforma Agrária:

Seu papel será importante, pois lhe cabe executar um dos programas mais difíceis de meu governo, a reforma agrária, um programa de justiça social e desenvolvimento econômico, que só poderá dar certo se essas duas andarem juntas. [...] A reforma agrária é paz, não é guerra (SARNEY, 1990a: 108).

Nesse discurso fica claro que a propaganda da administração ainda buscava um atrelamento de sua imagem com a popular reforma agrária e que, além disso, se utilizou da imagem de um famoso deputado para tentar divulgar suas ações e propostas para a população. Assim, é evidente que Sarney procurava angariar o apoio da população rural com a promessa de uma reforma agrária que abarcasse seus interesses, enquanto busca um modelo de reforma que não contrariasse o interesse dos grandes proprietários.

A Derrocada

Na 52ª edição, em 07 de novembro de 1986, a uma semana das eleições e apesar dos crescentes problemas econômicos, Sarney procura garantir que não realizaria qualquer tipo de reajuste estrutural no Plano Cruzado, até aquele momento altamente identificado com a estabilização da inflação, “Assim, o congelamento vai continuar. Porque seria uma loucura

acabar com o controle dos preços. Seria o caos. Poderíamos por terra tudo o que conquistamos e entregaríamos, sem dúvida, o País aos especuladores. E isso jamais nós faríamos.” (SARNEY, 1990a: 198). Também há o reforço sobre o perigo que os “especuladores” representam, buscando eximir o governo de qualquer tipo de problemas que estivessem surgindo.

No 53º programa, ocorrido no dia anterior às eleições, em 14 de novembro de 1986, Sarney mais uma vez exalta o legado do Plano Cruzado, de 1,5 milhões de novos empregos e 33 milhões de novos consumidores. Além disso, o presidente reitera que “Será mantido o Plano Cruzado também para consolidar as conquistas sociais dos mais pobres, porque, pela primeira vez no Brasil, Presidente tem como meta, justamente, proteger os mais pobres” (SARNEY, 1990a: 201).

Como identifica Jorge Ferreira,

Sarney esperou as eleições de novembro. Arrastou o congelamento de preços ao limite, mesmo com o plano de estabilização vazando água por todos os lados. O objetivo era que o PMDB ganhasse as eleições. Foi o que ocorreu. O Partido elegeu 22 dos 23 governadores, 38 das 49 vagas no Senado e 260 dos 487 deputados federais. (FERREIRA, 2018, p. 48-49)

Seis dias após a eleição é lançado o Plano Cruzado II, que consistia no aumento de 60,16% no preço dos combustíveis, enquanto tarifas telefônicas e energia elétrica tiveram reajuste de 120%. Muitas outras mercadorias foram reajustadas em 100% e houve um forte aumento dos Juros. Ademais, o novo projeto tinha uma política salarial restritiva, desvalorizava a moeda e realizava corte nos gastos públicos (MODIANO, 2014). Além disso:

Esse (era) o pano de fundo do episódio conhecido como Cruzado II, ocorrido logo após as eleições. Utilizando-se da elevação do IPI concentrada em poucos itens (automóveis, cigarros e bebidas) e da correção de preços e tarifas das empresas estatais (uma real necessidade, reconhecida de longa data) e, secundariamente, da redução de subsídios (restrita ao caso do açúcar – mas havia planos de estendê-la ao trigo, o que terminou sendo abandonado), a política econômica pretendeu finalmente atacar o desequilíbrio macroeconômico na sua raiz, transferindo um volume

substancial de recursos do setor privado para o setor público (estimado pelas autoridades em 4,5% do PIB) e desacelerando o consumo. A contundência dos aumentos de preços – automóveis 80%, cigarros e bebidas 100%, gasolina e álcool 60%, tarifas de energia elétrica 21%, postais e telefônicas 80%, açúcar 25% – despertou a ira popular, desinflando a popularidade do governo (mensurada em pesquisas de opinião), e propiciou um fértil ambiente para a rápida proliferação das expectativas mais pessimistas nos mercados financeiros. (MACARINI, 2009: 36)

O artigo procura evidenciar que a administração federal buscou omitir as fartas falhas que existiam em seu plano de estabilização de modo que suas altas taxas de aprovação fossem mantidas. Com o fim das eleições de novembro de 1986, o Plano Cruzado II iniciou uma nova fase. Se durante a vigência do Plano Cruzado Sarney conseguiu desfrutar de imensa popularidade e pretendia costurar um imenso pacto com a população, a partir do Plano Cruzado II toda esta situação se desmorona. O povo se sente traído por um estelionato eleitoral. O presidente havia prometido por diversas vezes, inclusive dois dias antes do lançamento do novo plano, que não precisaria remendar o primeiro Plano cruzado.

Apesar da insatisfação popular, o governo procura emplacar as novas medidas como uma mera continuação do Plano Cruzado. Assim, o presidente declara que os dois grandes inimigos eram os “especuladores” e os radicais que exigem aumentos impagáveis. Dessa forma, o governo procurava se eximir de qualquer tipo de culpa e também buscava reforçar a convicção de que “O Plano Cruzado, portanto, é um patrimônio dos mais pobres. Você, que é dos mais pobres, sabe que as medidas atuais não lhe tiraram nada. Os que mais têm não podem se recusar. Seria impatriótico recusar ajudar aos que menos têm.” (SARNEY, 1990a: 205).

O governo, dessarte, continuava com o discurso do pacto social em torno do Plano Cruzado e dos programas sociais, como fica evidente na 57ª edição, em 12 de novembro de 1996, “Convoquei ao meu gabinete o Ministro Almir Pazzianotto e dei-lhe a missão de tentar mais uma vez a ideia de um pacto social, um entendimento, um acerto, entre os diversos segmentos da sociedade, para encontrarmos soluções de consenso para os nossos problemas.” (SARNEY, 1990a: 213).

Os problemas, porém, se avolumavam. Os cortes atingiram em cheio os diversos programas sociais existentes e a economia estava em frangalhos, solapada por uma crescente inflação e pela recessão. Ademais, a gestão da dívida externa se tornou ainda mais difícil e culminou com a moratória da dívida externa, que o Presidente comentou na 67ª edição, em 27 de fevereiro de 1987, dizendo que a dívida estava insuportável para a economia e que, “Foi uma decisão difícil, mas uma decisão de coragem, de fé, patriotismo – e foi uma decisão de prudência, tomada com seriedade e sem demagogia.” (SARNEY, 1990a: 253). O governo se encontrava em uma situação cada vez mais delicada. O duplo eixo do pacto nacional que havia proposto, que eram a economia e o aspecto social, estavam desabando, assim como a popularidade de Sarney.

Considerações Finais

Dado o exposto, foi argumentado que a atração era amplamente empregada para erigir um consenso nacional em torno das soluções para a crise socioeconômica que o Brasil passava. Essa tentativa de construir um pacto nacional entre o governo e a população encontrou seu ápice durante a vigência do Plano Cruzado, quando surgiram os chamados “fiscais de Sarney”. Nesse período, o governo abundantemente recorreu ao seu programa para buscar e manter o apoio do povo às suas ações, de modo que o sucesso inicial do Plano fosse mantido.

Uma metodologia que permite entender a aposta no Plano Cruzado e em um pacto social dentro do contexto da época é o neoinstitucionalismo sociológico, que define as instituições como padrões sistemáticos, integrados por expectativas compartilhadas, pressupostos não questionados, normas aceitas e rotinas de interação, que tem fortes efeitos na conformação das motivações e no comportamento de grupos de atores sociais interconectados (CHANG E EVANS, 2007). Assim, podemos analisar como o contexto, marcado por uma ampla participação popular (SANTANA; 2003), pelo presidencialismo de coalizão (ABRANCHES, 1988) e por um forte poder de veto dos militares (CARVALHO, 2005), acabaram levando o Sarney a se posicionar enquanto um conciliador. Dessa forma, é possível adensar a investigação recorrendo tanto ao momento histórico brasileiro quanto a biografia e

trajetória política de Sarney, que evidenciam um político negociador e pouco afeito a ideologias (ECHEVERRIA, 2011).

Apesar do sucesso inicial do Plano Cruzado e do aumento da popularidade governamental no período, este artigo procurou evidenciar que a administração federal omitia as falhas que existiam em seu plano de estabilização, de modo que suas altas taxas de aprovação fossem mantidas. Assim sendo, os objetivos de Sarney na criação do programa *Conversa ao Pé do Rádio* ficam bastante evidentes. Era um presidente que não agradava muito ao seu próprio partido, o PMDB; que tinha desavenças com inúmeros militares, que continuavam a ameaçar a frágil e recente democracia brasileira; que possuía um apoio bastante circunstancial da população, tendo em vista que fazia parte da ditadura militar e havia sido empossado em condições bastante improváveis e, por último, mas não menos importante, era um presidente incumbido com a árdua tarefa de erigir e sustentar a então 2º maior democracia do mundo em meio à uma ampla crise econômica, social e institucional. Portanto, como demonstrado, o presidente cria um programa de rádio para seu governo tentando adquirir apoio da população em um momento conturbado e de extrema carência de legitimidade.

A exibição se assemelha bastante ao programa *A Voz do Brasil*⁷¹² na sua busca por se aliar aos trabalhadores e gerar um pacto nacional pelo país. Apesar disso, o apreço do governo pela questão social claramente adivinha mais do discurso que da prática, algo que o artigo buscou enfatizar. Ao colocar como seu lema *Tudo pelo Social*, a gestão buscou atrair o respaldo de uma população que estava cada vez mais organizada e articulada e que, além disso, estaria em breve com o poder de decidir o próximo presidente pelo voto. Com isso, o governo se vendia como uma administração que tinha como preocupação primordial a população mais vulnerável e carente, além de argumentar que a gestão era uma mera expressão do desejo popular e não uma administração com interesses próprios e mesquinhos.

Os problemas, entretanto, se avolumaram e acabaram por destruir qualquer tipo de pacto que a gestão federal propunha, deixando o Governo, a partir de então, em uma situação bastante frágil. A promessa de manutenção do Plano Cruzado e do sucesso econômica havia

⁷¹² Para saber mais sobre o programa, consultar: Gomes (2005). A. M. C. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. v. 1.

sido quebrada e o enfoque social estava cada vez mais distante da realidade. Assim, a confiança da população e o discurso de um pacto nacional se tornou bastante débil. Não seriam tempos fáceis para a administração de Sarney.

Fonte:

SARNEY, J. **Conversa ao Pé do Rádio 1985/1986/1987**. 1. ed. Brasília: Presidência da República, 1990. v. 1. (Documentos da Presidência da República).

SARNEY, J. **Conversa ao Pé do Rádio 1988/1989/1990**. 1. ed. Brasília: Presidência da República, 1990. v. 1. (Documentos da Presidência da República).

Referências Bibliográficas:

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 2ª. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004. v. 1. 122p.

CARVALHO, J. M. de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CHANG, H. J.; EVANS, P. B. **El papel de las instituciones en el cambio económico**. In: EVANS, P. B.; MORALES DE SETIÉN RAVINA, C. F. (org.). **Instituciones y desarrollo en la era de la globalización neoliberal**. Bogotá: Instituto Latinoamericano de Servicios Legales Alternativos, 2007. p. 217–273.

ECHEVERRIA, R. **Sarney. A biografia**. 1. Ed. São Paulo: Leya, 2011.

FERREIRA, J. **O presidente acidental. José Sarney e a transição democrática**. In: FERREIRA, J; DELGADO, L. A. N. (Org.). **O tempo da Nova República. Da transição democrática à crise política e 2016**. (Coleção O Brasil Republicano, vol. 5). 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, v. 1, p. 25-69.

GOMES, A. M. C. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. v. 1.

GRYNSZPAN, M. **A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST**. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. (Coleção O Brasil Republicano, vol. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 315-348.

KINZO, M. D. G. **A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição**. São Paulo em Perspectiva: v.15, n. 4, 2001.

MACARINI, J. P. **A política econômica do Governo Sarney: os Planos Cruzado (1986) e Bresser (1987)**. Texto para discussão. IE/UNICAMP, n. 157, mar, 2009.

MEDITSCH, E. B. V. **Teorias do Rádio: textos e contextos - Volume 1**. 1. ed. São Paulo/Florianópolis: Intercom/Insular/Posjor-UFSC, 2005. v. 1. 366p.

MODIANO, E. M. **A Ópera dos Três Cruzados, 1985-1990**. In: ABREU, M. P. (Org.). **A ordem do progresso**. Rio de Janeiro: Campus, 2014.

OLIVEIRA, M. da G. de. **Quem tem medo da ilusão biográfica?** Indivíduo, tempo e histórias de vida. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 18, n. 35, p. 429–446, jul. 2017.

PRADO, L. C. D; LEOPOLDI, M. A. P. **O fim do desenvolvimentismo: o governo Sarney e a transição do modelo econômico brasileiro**. In: FERREIRA, J.; L. A. N. (Org.). **O tempo da Nova República. Da transição democrática à crise política e 2016**. (Coleção O Brasil Republicano, vol. 5). 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, v. 1, p. 73-118.

RYFE, D. M. **Franklin Roosevelt and the Fireside Chats**. 4ed. *Journal of Communication*, v. 49, 1999, p. 80–103.

SANTANA, M. A. **Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980/1990**.

TEIXEIRA, F. C. **Crise da ditadura militar e o processo de abertura política do Brasil, 1974-1985**. FERREIRA, J; DELGADO, L. A. N. (Org.). In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. (Coleção O Brasil Republicano, vol. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 243-282.

Os laços de parentesco e o poder: o caso dos engenheiros Paulo de Frontin e Pereira Passos

Felipe Martins dos Santos⁷¹³

Resumo

Esta comunicação tem o objetivo de mapear a origem familiar dos engenheiros Francisco Franco Pereira Passos e de André Gustavo Paulo de Frontin, que tiveram participação importante no processo de transformação urbanística do Rio de Janeiro no início do século XX. A problemática principal deste trabalho consiste em compreender a natureza dos vínculos de parentesco tecidos na segunda metade do século XIX, e como eles se inseriam em redes de patronagem mais amplas sustentadas pelo favor pessoal, tais mecanismo que garantiam a inserção junto as elites políticas do início da República brasileira e lhes garantiam prestígio e poder.

Palavras-chave: patronagem, reciprocidade, relações pessoais.

Abstract

This communication aims to map the family origin of the engineers Francisco Franco Pereira Passos and André Gustavo Paulo de Frontin who had an important participation in the process of urban transformation in Rio de Janeiro in the early 20th century. The main problem of this work is to understand the nature of the kinship bonds woven in the second half of the 19th century, and how they were inserted in broader patronage networks supported by personal favor, such mechanisms that guaranteed the insertion with the political elites of the beginning of the Brazilian Republic and guaranteed prestige and power.

Keywords: patronage, reciprocity, personal relationships.

⁷¹³ O autor é doutorando em História do PPHR-UFRRJ, Mestre pelo mesmo Programa de Pós-Graduação, graduado em História pela UVA-RJ e professor da SEEDUC-RJ. E-mail: felippe.martinss@gmail.com.

Questões preliminares

Esta apresentação visa apresentar parte da pesquisa que venho desenvolvendo no doutorado do PPHR-UFRJ, que tem como objetivo analisar as redes de patronagem de dois engenheiros que inscreveram seus nomes na história da cidade do Rio de Janeiro pelas profundas transformações na *urbe*: Francisco Franco Pereira Passos (1836-1913) e André Gustavo Paulo de Frontin (1860-1933). Neste texto, pretendemos aprofundar as origens familiares destes engenheiros como elemento estruturante de poder e de prestígio pessoal. Mais especificamente, queremos compreender melhor como estes domínios se integravam a redes mais amplas de favores pessoais que conjugavam, inclusive, as elites políticas que garantiam mecanismo eficazes de recursos materiais e imateriais.

Assim, analisamos os seus vínculos de parentesco em três gerações vinculadas por laços consanguíneos diretos. Neste recorte metodológico, nos interessa compreender como o domínio familiar se estabelecia a partir de relações geracionais entre progenitores e descendentes, construídos por meio de vínculos afetivos e hierarquizados. Além disto, pretendemos abordar estes arranjos de parentesco como eficazes instrumentos para a construção de alianças políticas, para se manter fortunas, prestígio ou mesmo como estratégia de ascensão social. (FERREIRA, 2013). Grupos sociais que, portanto, estavam suscetíveis tanto a descontinuidades lentas, por se inserirem em jogos de força e estratégias de matrimônios, quanto a rupturas mais bruscas e mobilidades sociais mais aceleradas (SANTOS, 2015: 325-341).

Os Pereira Passos

Francisco Pereira Passos nasceu na Vila de São João do Príncipe, província do Rio de Janeiro, em 29 de agosto de 1836, filho do Barão de Mangaratiba - Antônio Pereira Passos e de D. Clara Oliveira Passos (BENCHIMOL, 1992: 192-198). A família de seu pai era proveniente de Paraty e descendiam de imigrantes portugueses que se fixaram no sul da província desde o século XVIII. Antônio Pereira Passos, um abastado proprietário escravista da região atuava também como grande comerciante local. Sua mãe, natural do Rio de Janeiro, provinha também de abastada família fluminense. (AZEVEDO, 2003: 193)

Antônio Pereira Passos teve atuação na carreira pública, como 1º tabelião e escrivão da Câmara de São João do Príncipe no Vale do Paraíba, entre 1825 e 1835; foi também vereador da Vila entre 1835 e 1841, Procurador e Provedor até 1850. No âmbito dos negócios, foi um fazendeiro escravista e grande comerciante da região. Em sua *Fazenda do Bálsamo* eram cultivados café, cana, mandioca, arroz, milho e feijão. Chegou a produzir 4.000 arrobas de café por ano, além de hortaliças e cereais diversos. O título de Barão de Mangaratiba foi concedido, em 1860, por conta dos seus serviços prestados à Câmara Municipal. (Ibidem: 193-194)

Para um filho de cafeicultor de prestígio como o Barão de Mangaratiba, os destinos clássicos de curso superior destas elites políticas eram as carreiras de medicina (sediadas nas Escolas do Rio de Janeiro e Bahia) ou direito (em São Paulo e no Recife). No entanto, em 1852, Pereira Passos optou pelo curso engenharia ofertado pela *Escola Militar* no Rio de Janeiro, um curso que era um itinerário para jovens oriundos de camadas sociais menos favorecidas alavancarem a carreira como oficiais do Exército ou para filhos de militares.

Desta perspectiva, as raízes do ramo familiar de Francisco Pereira Passos guardam similaridades com a estrutura de *parentela* (QUEIROZ, 1975: 165) da região cafeeira do Vale do Paraíba fluminense. Tendo como figura-chave, desta complexa rede de reciprocidades, o Barão de Mangaratiba, a partir do qual se conjugava a sua geração de irmãos, filhos e as famílias da região por conta de seu prestígio político na Câmara local e junto à Corte, além dos vínculos profundamente assimétricos gerados pelo trabalho escravo. Neste mapa genealógico, no entanto, é possível constatar através da trajetória de Francisco Pereira Passos a metamorfose do perfil familiar de um contexto rural, mercantil e escravista para uma realidade urbana do Rio de Janeiro, ao longo da segunda metade do século XIX e que continuou pelo século XX com seus filhos.

Identificamos oito filhos do Barão de Mangaratiba e pouca documentação sobre as relações de primogenitura desta geração. As páginas do *Correio Mercantil* de 1859 informam o falecimento de Pedro de Alcântara Pereira Passos (*Correio Mercantil* (RJ). Obituário. 17/03/1859: 1.); o qual inferimos ser o filho mais velho que falecera de febre amarela, aos 32 anos de idade. Gozando do prestígio político da família e de condição econômica abastada, a geração de irmãos deu continuidade aos negócios do pai em São João do Príncipe, além de

exercerem funções militares e de manterem atividade econômica na cidade do Rio de Janeiro, onde atuaram em setores ligados à construção civil e ao comércio. O irmão José Pereira Passos foi negociante na Vila de São João e teve negócios na Corte: há registros de seu armazém no ramo de produção de sabão, azeite e óleos na Rua do Rosário e Senador Eusébio (Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ). 1873: 6.), além de uma oficina de carpintaria e serviços de mestres de obras na rua da Ajuda em sociedade com os irmãos (Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ), 1875: 911)

Os irmãos Antônio e Cândido Pereira Passos também deram continuidade aos negócios da fazenda e ocuparam postos militares na região. O primeiro aparece nas páginas do *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial* da Província do Rio de Janeiro como Major na Vila de São João do Príncipe, o que atribuímos não ser uma patente do Exército, mas do corpo militar da *Guarda Nacional*⁷¹⁴. Além disto, Antônio Pereira Passos atuou no ramo de produção de materiais para a construção civil na cidade do Rio de Janeiro, em sociedade com José da Costa Lima: uma marcenaria na Rua Teófilo Ottoni. (Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ). Edição (42)1, 1885: 720). No que diz respeito ao irmão mais novo, Cândido Pereira Passos, este de fato integrou nos quadros da *Guarda*, chegou à patente de coronel e integrou, em 1880, o *Estado Maior* da milícia na região, como Comandante Superior em São João do Príncipe (Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ). Edição (37)3, 1880: 27).

Com base no perfil desta geração de irmãos, podemos considerar que a trajetória de Francisco Pereira Passos foi uma exceção à regra, na medida em que esse personagem não deu continuidade às atividades que orbitavam o poder local da sua região natal (atividade rural, comercial, carreira nas fileiras da *Guarda Nacional* e muito menos se fixou na Vila de

⁷¹⁴ Força Militar organizada, em 1831, em substituição às milícias e ordenanças do período colonial. Em sua hierarquia, a patente de coronel correspondia ao maior posto de comando municipal ou regional, onde estas guardas policiais tinham o efetivo e remuneração definidos pelas Câmaras Municipais, além de estarem sob as ordens da autoridade judiciária e da Câmara. O seu custeio decorria de subsídios voluntários dos moradores da região e os postos de comando, via de regra, dependiam também do prestígio econômico ou social de seu titular, que geralmente eram ocupados pelos grandes proprietários rurais. Segundo Victor Nunes Leal, a medida em que se consolidava a centralização do poder nas mãos do governo Imperial, a partir de 1850, foram abolidas gradativamente as nomeações e promoções através das Câmaras Municipais e “não tardaria a tornar-se predominantemente e, depois, meramente honorífica e decorativa: com as suas patentes, distribuídas somente a correligionários, preveniam-se rebeldias ou premiavam-se devoções”. (LEAL, 2012 [1948]: 203)

São João do Príncipe). Pereira Passos construiu para si um perfil urbano, que teve como ponto de partida a sua formação superior pela *Escola Militar* na cidade do Rio de Janeiro, em 1856. No ano seguinte iniciou a vida profissional na carreira diplomática, valendo-se da rede de patronagem mantidas pelo seu pai na Corte, quando entrou na carreira pública como adido à delegação Brasileira em Paris, entre 1857 e 1860. Na França, teve a oportunidade de frequentar cursos e participar de projetos profissionais na *École de Ponts et Chaussées*. (BENCHIMOL,1992: 192)

Com a experiência adquirida no exterior, ocupou cargos no Estado Imperial, quando foi nomeado pelo Conselheiro João Alfredo para ser consultor técnico do Ministério da Agricultura e Obras Públicas (1870-1873). Em 1874, ocupou a função de engenheiro do Ministério do Império, com a responsabilidade de acompanhar principais as obras de engenharia no país, em especial aquelas realizadas em prédios públicos projetados na Corte, além de ter integrado a comissão que elaborou o Plano de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro entre 1875 e 1876. (Ibidem: 194-196).

Como foi mencionado no início deste capítulo, Pereira Passos chegou a um dos mais altos escalões da administração pública, como diretor da Estrada de Ferro D. Pedro II (1876-1880), mesma ferrovia que dirigiu, na República, sob o nome de Central do Brasil (1897-1899), além de se tornar prefeito da Capital Federal com a missão de empreender um arrojado plano de reformas urbanas.

No campo da iniciativa privada, destacamos a sua atuação, em 1873, na restauração do sistema de construção naval da Ponta da Areia de Niterói, de propriedade do empresário e industrial Visconde de Mauá e também na implementação do sistema de cremalheira na Estrada de Ferro da Raiz da Serra de Petrópolis (Ibidem: 195).. Em 1882, assumiu a direção da *Companhia de Carris de São Cristóvão*, que atuava o serviço por tração animal, e junto com Marcelino Roma e Lopes Ribeiro, projetou e construiu a primeira via de turismo criada na Corte, que foi a *Estrada de Ferro do Corcovado*. Pereira Passos chegou a propor aos trinta maiores acionistas da companhia de bonde o projeto de uma grande avenida central na Corte,

um projeto que foi apadrinhado pelo senador Francisco Belisário Soares de Souza, concessão que foi dada pelo governo e prorrogada até 1889⁷¹⁵. (Ibidem: 196).

Por volta de 1887, o engenheiro, um dos maiores especialistas de madeira no país, (AZEVEDO, 2003: 233-234). adquiriu a Serraria da Santa Luzia, que funcionava na rua de mesmo nome e se tornaria uma das maiores fornecedoras de madeira para a construção de palacetes no Rio de Janeiro, uma empresa familiar que seria herdada por seus filhos. É oportuno observar que este ramo de produção de insumos e atividades relacionadas à construção civil na cidade do Rio de Janeiro também foi explorado pelos seus irmãos José Pereira Passos e Antônio Pereira Passos.

Diante desses dados, podemos considerar que Pereira Passos teve origem na clássica *parentela* rural do baronato do café e conjugou essas raízes a uma trajetória urbana e cosmopolita. Além de ter sido um engenheiro erudito e *cosmopolita* (Ibidem: 203), como bem salientou André Nunes Azevedo. No estudo biográfico de Pereira Passos feito pelo historiador, o autor destaca as longas viagens internacionais feitas pelo engenheiro, seja a trabalho ou a turismo que tiveram marcas profundas no seu amadurecimento profissional.⁷¹⁶

Em 1865, quando atuava na ferrovia privada *Baía Alagoinhas*, Pereira Passos se casou com D. Maria Rita César de Andrade e tiveram como filhos, Paula, Olímpia, Paulo e Francisco Passos. O ramo de parentesco de sua esposa, dos Andrade Duque Estrada, possuía alguma similaridade com a estrutura de *parentela* dos Pereira Passos. Uma família tradicional de Niterói, província do Rio de Janeiro, pertencentes à elite política local, além de escravistas e provenientes da *Fazenda de S. Paio* (Diário do Rio de Janeiro, 1857: 2), em Itaboraí. O avô de Maria Rita César de Andrade, Augusto César de Andrade Duque Estrada foi vereador em duas legislaturas na Câmara de Niterói, entre 1877-1880 e 1881-1885 (CAMPOS, 2004:109-

⁷¹⁶ Entre elas, temos a viagem à Paris, 1857-1860, como adido da delegação brasileira. Em 1871, quando foi enviado para a Londres como Consultor Técnico do Ministério da Agricultura, com a missão de construir um acordo que solucionasse as pendências do capital inglês a respeito da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí. Logo após a saída da direção da Estrada de Ferro D. Pedro II, em 1880, ficaria todo o inverno em Paris, onde frequentaria cursos de Economia Política e Direito Administrativo na *Sorbonne* e no *Colège de France*, quando recebeu o convite da *Compagnie générale des chemins de fer brésiliens* para a construção da Estrada de Ferro do Paraná, com um cargo de consultor e, no ano seguinte, foi para o sul do país para a empreitada. Nos primeiros meses da República brasileira, realizou uma viagem para além do contexto Europeu, a rota da viagem incluiu a China, Índia, Japão, Egito, Mesopotâmia e EUA. (Ibidem: 220-232.)

110). Em relação a seu pai, o fazendeiro Major César de Andrade foi casado com Rita Cândida da Motta (Idem).

A *parentela* dos Andrade Duque Estrada manteve influência política na região de Niterói, São Gonçalo e Itaboraí. João Anastácio Ferreira Duque Estrada (1822-1881), irmão do Major César de Andrade, foi engenheiro formado pela *Escola de Arquitetos Medidores* de Niterói, trabalhou na Diretoria de Obras Públicas da Província e se elegeu vereador na região em 1877 (Idem). Além de Luís Mattoso Duque Estrada Câmara, que assumiu o cargo de juiz substituto da Primeira Vara de Justiça da região em 1869 (Idem). A geração de cunhados de Pereira Passos, composta por Paulo Cesar e Artur César de Andrade Estrada, além de Rita Cândida da Motta César, teve como elemento de coesão a formação superior e a ocupação de cargos políticos. Paulo Cesar de Andrade Duque Estrada foi médico e político, tendo sucessivas passagens no legislativo como vereador em Niterói e como deputado provincial (Idem). Em 1882, se destacou como líder do governo da província, quando defendeu naquela ocasião a construção de uma ponte que ligasse o Rio de Janeiro à Niterói. Arthur César de Andrade Estrada se formou em engenharia e não teve a mesma carreira política do irmão, já o seu filho, que herdou o nome e a formação, foi prefeito de São Gonçalo, em 1917, por um ano e quatro meses, nomeado por Agnelo Collet, presidente de Estado do Rio de Janeiro (PALMIER, 1940: 217.)

Assim, a origem familiar dos Pereira Passos e a aliança com os Andrade Duque Estrada revela a existência de redes parentesco que tiveram raízes no contexto rural, escravista e patriarcal de famílias abastadas e integradas à elite política local de regiões do interior da Província do Rio de Janeiro. Além disto, no caso do Barão de Mangaratiba, sua *parentela* se integrava de maneira mais evidente às redes de relações da Corte, como vimos no expediente utilizado para iniciar a carreira profissional do filho, Pereira Passos. É possível considerar, portanto, que ambos os ramos familiares eram marcados por relações de parentesco assimétricas típicas das grandes fazendas do interior do Rio de Janeiro, embora a geração de filhos fosse composta por integrantes de níveis socioeconômicos mais horizontalizados.

O casamento de Pereira Passos e D. Maria Cesar de Andrade significou uma inflexão deste fluxo familiar rural, na medida em que se inseriu no contexto urbano da cidade do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX. Um ambiente mais cosmopolita e com

domínios sociais mais segmentados que o campo. Um cenário experimentava um processo de complexificação social de seus habitantes, de acordo com José Murilo de Carvalho, entre os anos de 1872 e 1889, a população da cidade quase dobrou, 266 para 522 mil habitantes, o que também operou na mudança demográfica qualitativa, com aumento de imigrantes e com o processo de abolição que lançou um contingente de trabalhadores no mercado de trabalho livre da cidade (CARVALHO, 1987: 16-17)

Nesta perspectiva, a cidade não permitia o domínio generalizado de determinadas famílias, como no interior do país. Este também foi o ambiente da geração dos filhos de Pereira Passos, que tiveram em comum a formação no ensino superior e a atuação na área empresarial, industrial e política. Com a morte do irmão mais velho, Paulo Pereira Passos, em 1916, Francisco Oliveira Passos assumiu a empresa *Comércio e Indústria Paulo Passos S.A.*, do ramo da indústria e do comércio de madeiras e outros materiais de construção (DIAS, 2015). A irmã Maria Paula Passos de Castro se casou com Ernesto Werneck Teixeira de Castro, filho do Visconde de Arcozêllo, família proprietária de terras e dona uma casa de exportação de café na cidade do Rio de Janeiro (Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ), Edição 42 (1), 1885: 669)

Portanto, a análise da origem de parentesco de Francisco Pereira Passos revela a transição de uma lógica familiar de *parentela* rural, marcadas pela força do patriarcalismo em torno da figura de um Barão do Café do Vale do Paraíba, para uma configuração tipicamente urbana e burguesa. A aliança entre os Pereira Passos e dos Andrade Duque Estrada demonstra a vinculação de famílias que partilhavam semelhanças, com a vida em torno das fazendas da então província do Rio de Janeiro, que tinham como membros personagens com formação superior, patentes de prestígio na *Guarda Nacional*, atividade rural e mercantil, além da influência na política local. Isto, portanto, evidencia redes de relações pessoais construídas a partir do parentesco, que mantiveram estreitas relações com o poder, ao longo do século XIX e no século XX.

Os Frontin

Paulo de Frontin nasceu na freguesia da Raiz da Serra de Petrópolis que pertencia à Vila da *Estrela*, então província do Rio de Janeiro, em 17 de setembro de 1860. Sua família, de imigrantes franceses, descendia de André Pedro de Frontin, que deixou o país natal por conta dos conflitos políticos e religiosos gerados pela suspensão do Édito de Nantes, por parte de Luís XIV. Após breve passagem por Londres, se estabeleceram em Portugal, na região do Tejo, onde prosperaram com atividades de comércio, de produção de vinhos, venda e aluguel de imóveis. Voltaram, no entanto, para a França em decorrência do terremoto que destruiu parte de Lisboa, em 1755. (ATHAYDE, 1961)

João Gustavo Frontin veio para o Brasil, por volta de 1845, para trabalhar na construção da *Estrada Normal da Serra da Estrela*, hoje *Estrada Velha da Estrela* que liga a Raiz da Serra à Petrópolis. O francês foi contratado pelo engenheiro alemão Major Júlio Frederico Köeler, um dos fundadores da então colônia imperial (Ibidem: 22.). Em 1857, casou-se com D. Hipólita Lourença Eulália Villan, natural de *Grenoble*, comuna no sudeste da França. Seus pais eram comerciantes do gênero de chapéus e guarda-chuvas na Rua do Ouvidor. O casal de franceses foi morar na Raiz da Serra e tiveram cinco filhos.

João Gustavo adquiriu fazenda na região onde também manteve uma casa de negócios. Entre as décadas 1850 e de 1870, encontramos registros de padarias na Corte de sua posse, na rua Nova de S. Pedro e na rua da Assembleia (Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ). Edição (11)1, 1854: 556). É possível também constatar a expansão da produção de suas terras, uma das maiores produtoras de algodão da região nos anos de 1867, tendo como administrador João de Souza Rezende. Em 1873, o *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial* da Província do Rio de Janeiro incluía João Gustavo de Frontin ao grupo de 21 fazendeiros daquela Vila (Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ), 1873: 133). Inclusive, com a sua *Fazenda do Cannavial* integrando o *hall* das três propriedades que dispunham da tecnologia de engenho a vapor na Vila da Estrela, ao lado dos *Ravenscroft* e dos Augusto de Faria (Idem).

Assim, este ramo dos Frontin se fixou no país com feições típicas de sitiantes. Uma família que não tinha tradição na política da região e era marcada internamente por certa horizontalidade socioeconômica, se comparados às grandes parentelas estratificadas de

fazendas escravistas fluminenses. Entretanto, foi significativa a ascensão social do casal Frontin, que levou João Gustavo de Frontin a se dedicar a ocupações diversas, como em sua fazenda, na sua casa de negócios na região serrana, além das padarias que mantinham na Corte. Através de sua atuação profissional, o francês conseguiu se favorecer das redes de patronagem da região e da cidade do Rio de Janeiro. Entre estes padrinhos e mediadores, destacamos o próprio Major Köeler e o príncipe francês de Joinville, Francisco d'Orléans, com quem Frontin foi trabalhar como procurador de terras de sua propriedade em 1848.

Um episódio emblemático de tais relações remonta ao pedido feito por João Gustavo para conseguir uma vaga para Paulo de Frontin no tradicional Colégio Pedro II - narrado pelo biógrafo Raymundo Athayde. O filho havia iniciado os estudos no colégio São Luís em Petrópolis e se transferiu para a Corte, quando ingressou no educandário Pinheiro, na Praça XI. Em 1873, o pai mobilizou suas redes de favores e conseguiu que o filho fosse matriculado no Colégio Pedro II, aos trezes anos. Na prática, o pai valeu-se da amizade com o jornalista Francisco Otaviano de Almeida Rosa, então senador do Império e diplomata para obter uma carta de recomendação do ministro João Alfredo Correia de Oliveira para matriculá-lo no Colégio. Um recurso disputado, tendo em vista as poucas vagas da instituição que formava filhos das elites na época. (ATHAYDE, 1961: 23.)

Com o falecimento de João Gustavo, em 1874, os filhos deram continuidade não apenas ao enriquecimento iniciado pelo patriarca, como também promoveram uma escalada de poder da família Frontin. Mantiveram uma estrutura familiar horizontalizada do ponto de vista socioeconômico com uma face urbana. Estes irmãos trilharam carreiras profissionais clássicas, como a medicina e a engenharia, que lhes facilitaram acesso a segmentos mais abastados da cidade do Rio de Janeiro e inserção junto às elites políticas da cidade. Fizeram parte desta geração, os irmãos André Gustavo, Henrique Maurício Leão, Pedro Max Fernando e Maria Laura de Frontin.

Henrique Maurício Leão de Frontin se formou, em 1884, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (*Gazeta de Notícias* (RJ).1884: 2) e na República enveredou na atividade empresarial em parceria com o irmão Paulo de Frontin. Em abril de 1891, foi eleito sócio-

diretor e tesoureiro da *Sociedade Anônima Companhia Brasil Territorial*⁷¹⁷, no processo de incorporação pela *Empresa Industrial Melhoramentos do Brasil*. Esta fundada e dirigida pelo irmão engenheiro que atuava na área concessão de contratos com o poder público de obras de infraestrutura, de melhoramentos e transportes urbanos. O mesmo ocorreu com a *Companhia Ferro Carril e Hotel Corcovado*, em 1892 (Jornal do Comercio (RJ) 1892 : 6).

O outro irmão, Pedro Max Fernando de Frontin, fez carreira como oficial da Armada e chegou à presidência do Supremo Tribunal Militar (STM). Em 1882, ingressou na Escola Naval, se tornando guarda-marinha, em 1884, e no mesmo ano chegou à patente de segundo-tenente. Galgando os postos e graduações da corporação, foi promovido ao posto de Vice-Almirante em 1920. Pedro Max Fernando comandou importantes instituições da Armada, como a Escola de Aprendizes Marinheiros do Rio Grande do Sul (1905-1906), como diretor da Escola Naval de Guerra (1919-1920), diretor-geral do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, em 1922. O ponto de maior prestígio da sua carreira militar começaria em 1926, quando foi nomeado ao então Supremo Tribunal Militar (STM). Foi eleito, em 1931, vice-presidente da Corte Militar e reeleito no ano seguinte. Teve assento na cadeira da Presidência do tribunal nos biênios 1934-1936 e 1936 -1938 (Idem).

A irmã Maria Laura de Frontin foi casada como Rodolpho Hess, proprietário de terras na Província do Rio de Janeiro e que atuou no ramo de insumos farmacêuticos, na fábrica *Hess & Huber*, que tinha como sócio José C. Huber. Uma casa especializada em recipientes e acessórios de vidro, borracha, madeira e porcelana para farmácias e drogarias, além de comercializarem produtos farmacêuticos, antissépticos, balanças, irrigadores, remédios manipulados e demais produtos químicos na Capital, na rua sete de setembro, n. 29. (Almanak Laemmert : Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ). Edição 58 (2), 1901: 629).

Paulo de Frontin foi um engenheiro consagrado que se transformou em liderança política da Capital Federal. Teve trajetória de múltiplas atuações na carreira pública e na iniciativa

⁷¹⁷ Em ata da reunião de 22 de abril de 1891, presidida por Paulo de Frontin, nas dependências da *Empresa Industrial de Melhoramentos do Brasil*, em que propusera aos acionistas a incorporação da *Sociedade Anônima Companhia Brasil Territorial pela Melhoramentos do Brasil*. Aprovada a proposta, foi dissolvida a antiga diretoria e eleito o novo quadro de diretores. O presidente passava a ser Antônio Alves de Carvalho e o irmão Henrique Frontin diretor e tesoureiro. Assinou também a ata da reunião, como sócio, o cunhado de Paulo de Frontin, Henrique Toledo Dodsworth. A ata deliberativa e o novo estatuto da Companhia foram publicados no *Jornal do Comercio (RJ)*. Edição 109 (1), 20 de abril, 1891. p. 5

privada, como professor do Colégio Pedro II e da Escola Politécnica, empresário da *Empresa Industrial Melhoramentos do Brasil* do ramo de infraestrutura, melhoramentos urbanos e do setor imobiliário. Como político profissional, foi prefeito da cidade do Rio de Janeiro, cacique partidário além de congressista, teve assento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Além de presidir agremiações profissionais como presidente do Clube de Engenharia, como veremos neste capítulo, além de fundador e presidente honorário da agremiação esportiva de corrida de cavalos, o Derby Club (PINTO, 2015).

Em 1912, ingressou oficialmente na arena política carioca com sua filiação ao Partido Republicano do Distrito Federal (PRDF). Cinco anos depois, foi eleito para a cadeira do Senado, com representação pela Capital, mandato que não completou por aceitar o convite feito, em 1919, pelo presidente Delfim Moreira para chefiar prefeitura do Rio de Janeiro. Após breves seis meses em que comandou o Executivo Municipal, retornou ao Legislativo Federal, só que desta vez para a cadeira de deputado federal. Voltaria ao Senado em 1921, de onde só sairia por conta do fechamento do Congresso em 1930 (PINTO, 2011: 62-63)

Além de vitorioso nas urnas e gozando de popularidade junto a parcelas da população carioca, o engenheiro foi importante liderança partidária do Distrito Federal. Ajudou a fundar a *Aliança Republicana* (AR), partido que chefiara e que foi uma das principais legendas cariocas. Com a dissidência do partido, em 1922, saiu derrotado em sua proposta de liberar os aliancistas para decidirem qual candidato apoiar na sucessão presidencial daquele ano, que elegeria Artur Bernardes. Mesmo com o racha que culminou com sua saída da AR, continuou alcançando resultados eleitorais expressivos (Idem).

Em 1889, casou-se com D. Maria Leocádia de Toledo Dodsworth, com quem teve três filhos: Maria Elisa, Henrique Paulo e Maria da Glória de Frontin. O matrimônio significou também a aliança dos Frontin com os Dodsworth. Jorge Dodsworth foi proprietário de terras na região de Miguel Pereira e, na carreira pública, foi oficial da Secretaria da Câmara dos Deputados, ofício que lhe rendeu proximidades com a elite política imperial. Recebeu o título de segundo Barão do Javari, em 1889. Outra importante ramificação dos Dodsworth foi construída pela irmã de João Jorge, D. Maria Luiza Dodsworth, que se casou com o Almirante Luiz von Hoonholtz, o Barão de Tefé, que tiveram como filhos Álvaro, Oscar, Otávio e Nair de Tefé von Hoonholtz.

Na terceira na geração do ramo familiar, Henrique Paulo de Frontin, filho de Paulo de Frontin, formado em Direito, atou como advogado⁷¹⁸ e no ramo cartorário, como oficial do 2º Ofício de Registro Especial de Títulos e Documentos da Capital⁷¹⁹, o 1º Ofício da cidade tinha como titular seu primo Álvaro de Tefé⁷²⁰. Nesta mesma geração dos irmãos Frontin, Maria Elisa se casou com Álvaro Cordeiro da Rocha Werneck e Maria da Glória com Ismael Américo Moniz Freire.

A análise genealógica deste ramo dos Frontin revela uma trajetória familiar marcada por significativa mobilidade social, tanto do ponto de vista socioeconômico, quanto do seu prestígio político. Uma ascensão que esteve relacionada com a transição de um contexto rural do imigrante João Gustavo de Frontin, um sitiante e comerciante de média propriedade da Vila da Estrela, em meados do século XIX, para uma família urbana abastada, integrada por vínculos de parentesco a famílias tradicionais.

O contraponto entre as origens familiares dos dois engenheiros revela características rurais que guardam peculiaridades, mas que no decorrer da segunda metade do século XIX e ao longo do século XX assumiram feições tipicamente urbanas, integradas às elites políticas da Capital e voltadas para atuação em áreas da engenharia, do ramo empresarial e industrial. Enquanto os Pereira Passos descenderam de um núcleo de *parentela* rural e estratificada em torno do baronato do café do Vale do Paraíba, os Frontin tiveram origem na estrutura patriarcal e rural sustentada por bases mais horizontalizadas, em função das suas condições econômicas mais modestas e de não terem tradição política na região. Embora com origens distintas, ambas as famílias estiveram integradas ao poder por meio de redes de patronagem e de favores pessoais. Os Passos desfrutando do prestígio do Barão de Mangaratiba e os Frontin, que se ampararam em padrinhos políticos para acessarem tais fluxos de circulação de bens.

Fontes

Periódicos

⁷¹⁸ Almanak Laemmert : Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ). Edição 85 (1), 1929. p. 509.

⁷¹⁹ Almanak Laemmert : Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ). Edição 86 (1), 1930. p. 399.

⁷²⁰ Idem.

Jornal do Commercio (RJ) (1880 – 1891).
 Diário do Rio de Janeiro. Edição (1857).
 Correio Mercantil (RJ). Obituário. 17 mar 1859. Edição:076, p.1.
 Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ) – (1844 a 1885)
 Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) (1891 - 1940)
 Revista do Instituto Politécnico Brasileiro (1889)
 Revista do Clube de Engenharia (1895)
 O Industrial: Órgão da Associação Industrial (RJ). (1881)

Livro de Registros Cíveis e Batismo

Livros de Registro Civil (1829- 2012) – Circunscrição de pessoas naturais do Rio de Janeiro (Arquivo Nacional) disponível em: <https://www.familysearch.org/>. Último acesso: 11/09/2020

Livros de Batismo da Igreja Católica (1688-1935). (Arquivo Nacional). Disponível em: <https://www.familysearch.org/>. Último acesso: 11/09/2020.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, André Nunes de. *Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2003.

ATHAYDE, Raymundo de. *Paulo de Frontin: sua vida e obra*. Rio de Janeiro: Secretaria Geral de Educação e Cultura, 1961

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: Um Hausmann Tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

CAMPOS, Maristela Chicharo de. *O governo da cidade: elites locais e urbanização em Niterói (1835-1890)* Niterói: Programa de Pós-Graduação em História – UFF, 2004. p.109-110. (Tese de Doutorado).

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. José Murilo de. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

DIAS, Sônia. Verbete Francisco de Oliveira Passos. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro CPDOC-FGV*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2015. Disponível em <

<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PASSOS,%20Pereira.pdf>>
Acessado em 13/09/2020.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Histórias de família: casamentos, alianças e fortunas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1948].

PALMIER, Luiz. *São Gonçalo cinquentenário: história, geografia, estatística*. São Gonçalo: Serviço Gráfico do IBGE, 1940. p. 217.

PINTO, Surama Conde Sá. *Só para iniciados...o jogo político na antiga Capital Federal*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.

_____. *Verbetes Paulo de Frontin*. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro CPDOC-FGV. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2015. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FRONTIN,%20%20Paulo%20de.pdf>>. Último acesso em: 14/08/2020.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Coronelismo numa Interpretação Sociológica*. in FAUSTO, Boris(org.), *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, vol. 1. São Paulo, Difel, 1975.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. *História da imigração e pesquisas genealógicas: distanciamentos, aproximações e interações metodológicas possíveis*. MÉTIS: história & cultura. v17.n.33, 2015. p. 325-341.

Semana de ciências humanas do Cap. João XXIII: passado, presente, futuro

Gabrielle Barra Tarocco⁷²¹

Júlia Machado de Souza Freitas⁷²²

RESUMO

O presente artigo visa discutir e resgatar a memória da construção das Semanas de Ciências Humanas do Colégio de Aplicação João XXIII por meio de oito entrevistas semi-estruturadas, gravadas e transcritas, no ano de 2020, com professores aposentados e ativos com a finalidade de salvaguardar a memória, através da história oral e dos documentos disponibilizados, e traçar um panorama histórico da Semana na instituição. A Semana de Humanidades é um evento que acontece desde o final da década de 1990 com a finalidade de promover debates, trocas de experiências e ampliação do conhecimento da comunidade acadêmica. Por fim, o objetivo do presente artigo é resgatar a memória bem como evidenciar a importância desse evento para toda a comunidade acadêmica do Colégio.

PALAVRAS-CHAVE: História Oral; Memória; Análise de Entrevistas; Semana de Ciências Humanas; Cap. João XXIII.

ABSTRACT

This article aims to discuss and rescue the memory of the construction of the Human Sciences Weeks of the Application School João XXIII through eight semi-structured interviews, recorded and transcribed, in the year 2020, with retired and active teachers. This work expects to safeguard the memory, through the oral history and the available documentation, to outline a historical overview of the Week at the institution. The Humanities Week is an event that has been taking place since the end of the 1990s with the purpose of promoting debates, exchanging experiences and expanding the knowledge of the academic community. Finally, the objective of this article is to recover the memory as well as to highlight the importance of this event for the entire academic community of the School.

⁷²¹ Graduanda em História pela UFJF - barra253@gmail.com

⁷²² Graduanda em História pela UFJF - juliamachado2711@hotmail.com

KEYWORDS: Oral History; Memory; Interview Analysis; Human Sciences Week; Application College João XXIII.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve seu início a partir do Projeto de Treinamento Profissional Acadêmico, com início em 01/08/2019 e término em 31/10/2020, sob a orientação dos professores do Departamento de Ciências Humanas do Cap. João XXIII: Profa. Ma. Giselle Moraes Moreira, Prof. Dr. Juanito Alexandre Vieira e Prof. Me. Leandro Faber Lopes.

Desse modo, inicialmente, a proposta do projeto era o estudo da literatura disponível e o debate acerca da importância da entrevista como uma técnica de coleta de dados para as pesquisas de Ciências Sociais. Utilizando o método científico apresentado pelo sociólogo Pierre Bourdieu (1998) que dividia o desenvolvimento em três partes: a pesquisa bibliográfica, a observação em campo e a técnica de coleta de dados através de entrevistas.

Um segundo momento, seria dedicado às entrevistas propriamente ditas e uma análise geral de materiais e fontes que estão no Cap. João XXIII, como por exemplo, atas das reuniões, trabalhos apresentados, registros de professores convidados de outras instituições, fotos e vídeos das Semanas de Ciências Humanas dos anos anteriores. Para finalmente realizarmos um trabalho arquivístico, o qual incluiria a higiene, inspeção, estudo, classificação, codificação, ordenação, arquivamento e catalogação de toda documentação reunida, a fim de possibilitar pesquisas futuras.

Entretanto, com a chegada da pandemia e a suspensão das atividades presenciais no João XXIII, tivemos que reestruturar todo projeto. Assim, nossos estudos se centralizaram na realização, transcrição e interpretação das entrevistas como importante ferramenta da história oral e das pesquisas sociais.

METODOLOGIA

Para este artigo, foram realizadas sete entrevistas semiestruturadas, gravadas e posteriormente transcritas, ao longo do ano de 2020, com professores aposentados e ativos do Colégio de Aplicação João XXIII (Juiz de Fora - Minas Gerais). Inicialmente, era esperado a realização de oito entrevistas, contudo, um dos professores que seria entrevistado não retornou os contatos feitos pelas autoras. A tabela abaixo mostra a forma como cada entrevista foi realizada pelas autoras e suas respectivas datas.

Tabela - Relação entre os professores entrevistados, a forma de suas entrevistas e a data da realização.

Professores	Forma de entrevista	Data da realização
Acácia Bedim	Áudio	05/03/2020
Andréia Rodrigues	E-mail	15/05/2020
Eliana Sirimarco	Presencial	17/02/2020
Juanito Vieira	Presencial	04/03/2020
Oswaldo Bueno	Sem resposta	-
Paulo Vitor	Áudio	20/03/2020
Regina Barra	E-mail	08/05/2020
Sérgio Medeiros	Presencial	20/02/2020

Fonte: elaborada pelas autoras.

Partindo do conceito de entrevistas semi-estruturadas elaborado por Boni & Quaresma (2005),

As entrevistas semi-estruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal (BONI & QUARESMA, 2005: 75).

Foram elaboradas seis perguntas para guiar as entrevistas. As perguntas elaboradas e feitas durante as entrevistas foram: 1. Como ocorreu a proposta das Semanas de Humanas? Quem propôs e como foi a proposta? Qual a primeira temática, você se lembra? 2. Qual a importância de iniciativas como essa na escola? Como o contexto político/social influenciou na escolha de temáticas de cada ano? 3. Qual semana de humanas foi mais marcante na sua memória e por quê? 4. Como se dava a participação/envolvimento dxs alunxs nas Semanas de Humanas? Havia mobilização da comunidade escolar (famílias, funcionários e professores de outros departamentos)? 5. Havia recursos da escola ou da universidade para promover o evento? 6. Existe alguma informação adicional que você acharia importante mencionar?

A compilação das respostas recebidas bem como os apontamentos realizados durante as entrevistas serão melhor discutidos nos resultados e discussões do presente artigo.

A SEMANA DE CIÊNCIAS HUMANAS

A Semana de Ciências Humanas é um evento promovido pelo Colégio de Aplicação João XXIII desde o final da década de 1990 com a finalidade de promover debates, trocas de experiências e ampliação do conhecimento da comunidade acadêmica. Dessa forma, a cada ano, os professores do Departamento de Ciências Humanas escolhem um novo tema, a partir do contexto político e social da época e, discutem atividades diversas que ocorrem durante

toda semana nos períodos da manhã, tarde e noite. Sendo assim, a proposta primordial da Semana é discutir, interdisciplinarmente, importantes temáticas através de uma programação vasta, democrática e integrativa, que contempla toda comunidade escolar.

Portanto, as atividades para o Ensino Fundamental incluem propostas em sala e nos demais espaços da escola com brincadeiras, visitas guiadas, mostras artísticas, aulas e exposições de trabalhos. Para o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos são realizadas palestras, mesas redondas, debates, mostras artísticas e de cinema, além de aulas e atividades propostas que ultrapassam o espaço da sala de aula. A comunidade escolar e, principalmente, os estudantes são convidados a participar ativamente dos encontros, adquirindo novas informações e experiências a respeito do tema, expondo suas visões e articulando seus raciocínios através da troca de conhecimentos e vivências.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Todos os sete professores entrevistados tiveram acesso às seis perguntas elaboradas anteriormente. Nas entrevistas realizadas presencialmente, todos os professores responderam às questões, entretanto, em algumas entrevistas, respondidas por áudio e e-mail, nem todas as perguntas foram respondidas. As autoras levam em consideração a questão mencionada anteriormente para elaborar os resultados e discussões do presente artigo, assim como a dificuldade que alguns professores tiveram em argumentar perguntas específicas.

PERGUNTA 1: COMO OCORREU A PROPOSTA DAS SEMANAS DE HUMANAS? QUEM PROPÔS E COMO FOI A PROPOSTA? QUAL A PRIMEIRA TEMÁTICA, VOCÊ SE LEMBRA?

Devido à passagem do tempo (alguns dos professores entrevistados são professores aposentados da instituição), esta foi uma das perguntas que um maior número de professores

tiveram dificuldade para responder, além de ter sido a pergunta que teve informações contraditórias - as autoras diagnosticam o resgatar da memória como o fator das contradições.

O professor Sérgio menciona o projeto dos Seminários Regionais ocorridos em Juiz de Fora (Minas Gerais) na década de 1990 como os precursores das Semanas de Humanas. Para ele, as Semanas vieram através de uma proposição coletiva, apesar de não se lembrar da primeira temática.

Já em seu áudio, o professor Paulo Vitor menciona a criação do evento para “tornar o ensino das Ciências Humanas mais interessante e envolver os alunos. Não lembro de nenhum tema da semana, nem quando começou, mas quando eu era diretor em 93-97, quando já existiam as semanas” (CARRÃO, 2020).

A professora Eliana igualmente discute a importância do ensino das Ciências Humanas e chancela o nome do professor Sérgio Medeiros como o idealizador da Semana - não obstante o professor, quando questionado, negar.

Inovação do currículo escolar. Eu não tenho certeza, mas eu penso que foi o professor Sérgio Medeiros que propôs essa semana de humanas lá para o colégio. Primeiro foi ligado à comemoração do Brasil Quinhentos Anos, que foi a de noventa e nove (SIRIMARCO, 2020).

PERGUNTA 2: QUAL A IMPORTÂNCIA DE INICIATIVAS COMO ESSA NA ESCOLA? COMO O CONTEXTO POLÍTICO/SOCIAL INFLUENCIOU NA ESCOLHA DE TEMÁTICAS DE CADA ANO?

Todos os sete entrevistados concordam com a importância da existência da Semana de Humanidades na cultura escolar e a influência do contexto político na escolha de suas temáticas. Segundo a professora Eliana, “a importância [das Semanas] está na revitalização da escola. Elas [as temáticas] estavam sempre ligadas ao contexto político e social em que a gente estava vivendo. Sempre teve essa correlação da escola com a sociedade” (SIRIMARCO, 2020).

As professoras Regina e Andréia em seus e-mails defendem a importância do evento para o enriquecimento curricular dos estudantes e para a promoção de momentos diferenciados de ensino-aprendizagem.

PERGUNTA 3: QUAL SEMANA DE HUMANAS FOI MAIS MARCANTE NA SUA MEMÓRIA E POR QUÊ?

Dos sete entrevistados, somente quatro (os professores Sérgio, Eliana, Juanito e Andréia) responderam diretamente a essa pergunta. Para eles, a Semana de Humanas mais marcante foi:

- a. Instituto Paulo Freire (possivelmente um evento realizado durante a transição dos Seminários Regionais para a Semanas de Humanas em si) - devido à viável vinda de Paulo Freire ao Colégio; que ao final não pode comparecer (professor Sérgio);
- b. Brasil: 500 anos (1999) - a professora disponibilizou o cronograma desta semana por ter sido a primeira Semana realizada (professora Eliana);
- c. Cidades Invisíveis - por conta da temática das desigualdades sociais presentes nas cidades, especialmente a cidade de Juiz de Fora (professor Juanito);
- d. Gentes em movimento (2017) - por conta da temática (professora Andréia).

Os demais não responderam a essa pergunta ou por não recordarem da temática ou por acharem que todas as Semanas tiveram suas especificidades e singularidades.

PERGUNTA 4: COMO SE DAVA A PARTICIPAÇÃO/ ENVOLVIMENTO DXS ALUNOS NAS SEMANAS DE HUMANAS? HAVIA MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR (FAMÍLIAS, FUNCIONÁRIOS E PROFESSORES DE OUTROS DEPARTAMENTOS)?

Nas primeiras Semanas de Ciências Humanas, o professor Sérgio e a professora Eliana afirmaram haver muita participação e envolvimento da comunidade escolar, inclusive entre os departamentos e com os pais dos alunos. Entretanto, com o passar dos anos, os professores que entraram na instituição mais recentemente, relataram haver cada vez menos interesse da comunidade escolar em participar ativamente da semana.

Mesmo assim, a maioria dos educadores ainda defendem a importância da ação do professor nesse engajamento da comunidade. E demonstram seus esforços: “eu acho que nós temos que explorar mais essa participação. Eu acho que é isso que nós estamos buscando, mas ainda não está em um fator ideal” (VIEIRA, 2020).

PERGUNTA 5: HAVIA RECURSOS DA ESCOLA OU DA UNIVERSIDADE PARA PROMOVER O EVENTO?

Segundo os entrevistados, na medida do possível, havia apoio financeiro e logístico do colégio e, de acordo com os contextos econômicos vividos havia, ou não, o apoio da Universidade Federal de Juiz de Fora. Assim como recorda o professor Paulo Vitor do período em que era o diretor do Colégio:

“nas ‘vacas magras’ o colégio supria as demandas, nas ‘vacas gordas’ tinha recurso até da UFJF, para trazer convidados, palestrantes e para comprar material” (CARRÃO).

Ademais, a professora Regina detalha acerca dos recursos durante o período em que atuou como chefe de Departamento de Ciências Humanas:

“a questão de recursos destinados para a educação pública sempre foi escasso em relação às demandas e necessidades. Porém, nesse período em que eu respondia pela chefia do Departamento de Ciências Humanas, sempre pudemos contar com o apoio da Direção do Colégio, que dentro da Matriz Orçamentária, podiam destinar um valor limitado para cada Departamento, a

fim de custear as principais despesas para a realização desse evento no Colégio. Como os recursos eram poucos, a chefia e os professores do Departamento, pagavam algumas despesas do próprio bolso, a fim de garantir a qualidade e a diversidade das atividades propostas para o maior e melhor proveito dos participantes” (BARRA, 2020).

PERGUNTA 6: EXISTE ALGUMA INFORMAÇÃO ADICIONAL QUE VOCÊ ACHARIA IMPORTANTE MENCIONAR?

Nessa última parte das entrevistas, recebemos muitas sugestões de como prosseguir com a pesquisa, através da consulta de fontes primárias (atas, fotos, textos, programações de atividades, palestrantes, trabalhos apresentados e expostos) e, da continuação das entrevistas com os alunos e funcionários.

Além disso, os professores se sentiram mais livres ao fim da entrevista e, utilizaram esse momento para dividir angústias acerca do futuro da educação e da escola, assim como o professor Sérgio:

“Não sei como chegou nesse ponto de ter pessoas que acreditam que na escola pode funcionar sem discussão política, sem discussão ideológica, tal escola sem partido, que é uma coisa absurda. Eu jamais poderia pensar que a minha geração enfrentaria esse momento que nós estamos vivendo. [...] O problema da escola é que nós temos hoje, no século XXI a mesma organização do século XIX” (MEDEIROS, 2020).

E, também, para expor seus saudosos sentimentos, reconhecendo a importância do trabalho feito por eles no passado e parabenizando todos os envolvidos na execução do presente projeto - que tem como principal objetivo possibilitar pesquisas futuras sobre a Semana de Ciências Humanas do Colégio de Aplicação João XXIII.

CONCLUSÃO

Utilizando como base nossos estudos acerca das técnicas de pesquisas, nosso ponto de partida foi justamente a entrevista, por ser a técnica mais utilizada como coleta de dados sobre um determinado tema científico no processo de trabalho de campo. Dessa forma, segundo Bourdieu (1999), tal processo analítico é muito denso, justamente pela captura dos sentimentos durante a entrevista.

Portanto, nossas pesquisas reuniram uma série de entrevistas com antigos professores da instituição, resgatando a memória da construção das Semanas de Ciências Humanas do Colégio de Aplicação João XXIII através da história oral. Entretanto, acreditamos que o objetivo do trabalho não se esgota nas entrevistas apresentadas e pensamos que seja necessário um aprofundamento da temática através do acesso às fontes primárias. Além da abertura das possibilidades de estudos futuros, a partir das nossas análises.

Finalmente, é preciso considerar que conforme a metodologia de Bourdieu (1998) assinala, os procedimentos da pesquisa parecem estar antecedendo à prática, mas de fato tais procedimentos são definidos com a prática. Assim sendo, assim como Boni e Quaresma (2005), devemos ter consciência de que o até o “correto” metodologicamente é algo construído e que também é dado historicamente.

REFERÊNCIAS

Fontes

BARRA, Regina Ferreira. *Semana de ciências humanas do Cap. João XXIII: passado, presente, futuro*. Entrevista concedida a Júlia Machado de Souza Freitas. Maio, 2020.

BEDIM, Acácia Aparecida Pinto. *Semana de ciências humanas do Cap. João XXIII: passado, presente, futuro*. Entrevista concedida a Gabrielle Barra Tarocco. Março, 2020.

CARRÃO, Paulo Vitor Miranda. *Semana de ciências humanas do Cap. João XXIII: passado, presente, futuro*. Entrevista concedida a Gabrielle Barra Tarocco. Março, 2020.

Anais da XXXVI Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Entre golpes e democracias: Narrativas históricas de um sonho em vertigem. Gabrielle Barra Tarocco; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2020. 1463 p.

MEDEIROS, Sérgio Augusto Leal. *Semana de ciências humanas do Cap. João XXIII: passado, presente, futuro*. Entrevista concedida a Júlia Machado de Souza Freitas. Fevereiro, 2020.

RODRIGUES, Andréia de Souza Ribeiro. *Semana de ciências humanas do Cap. João XXIII: passado, presente, futuro*. Entrevista concedida a Gabrielle Barra Tarocco. Maio, 2020.

SIRIMARCO, Eliana Toledo. *Semana de ciências humanas do Cap. João XXIII: passado, presente, futuro*. Entrevista concedida a Júlia Machado de Souza Freitas. Fevereiro, 2020.

VIEIRA, Juanito Alexandre. *Semana de ciências humanas do Cap. João XXIII: passado, presente, futuro*. Entrevista concedida a Júlia Machado de Souza Freitas. Março, 2020.

Bibliografia

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Em tese: revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Florianópolis, Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

BOURDIEU, Pierre O poder simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FIGUEIREDO, Janaina P. Amado Baptista de; FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos & abusos da história oral. São Paulo: Editora FGV; 8ª edição, 2006.

PAES, Marilena Leite. Arquivo: teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1991.